

Corregedoria-Geral
da Justiça Federal

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da
3ª REGIÃO



2022

Ministro JORGE MUSSI
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	6
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	8
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	11
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	33
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	33
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	33
Desembargadora Federal MARISA SANTOS.....	33
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA.....	48
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO	48
GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL.....	74
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI.....	74
II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS.....	101
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA.....	101
DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS	101
DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA	126
DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY	152
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA.....	182
DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES.....	182
DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JÚNIOR.....	208
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO	237
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA.....	269
DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JÚNIOR.....	269
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA	296
DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA.....	322
DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS	348
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA.....	376
DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA.....	376
DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE.....	399
DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE.....	426
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA.....	453
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA.....	478
DESEMBARGADOR FEDERAL MAURÍCIO KATO	478
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO FONTES	503
DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NEKATSCHALOW.....	531

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA.....	551
DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO	551
DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA	571
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO	598
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO DOMINGUES	629
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA.....	662
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO	662
DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO	707
DESEMBARGADORA FEDERAL INÊS VIRGÍNIA.....	734
JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCELO GUERRA	765
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA.....	793
DESEMBARGADOR FEDERAL DAVID DANTAS.....	793
DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA	813
DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA CAZERTA	838
JUIZ FEDERAL CONVOCADO DENILSON BRANCO.....	867
GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA.....	892
DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA	892
DESEMBARGADOR FEDERAL GILBERTO JORDAN	913
JUIZ FEDERAL CONVOCADO NILSON LOPES	938
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MÔNICA BONAVINA.....	964
GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA.....	990
DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA	990
DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO	1010
DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON PORFÍRIO	1034
DESEMBARGADORA FEDERAL LEILA PAIVA	1059
GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA.....	1093
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI.....	1093
DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS	1111
DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO	1137
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	1163
SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA	1163
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES.....	1186
SECRETARIA JUDICIÁRIA	1192
SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO.....	1202
SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES	1221
SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 1ª SEÇÃO	1242
SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 2ª SEÇÃO	1276
SUBSECRETARIA UNIFICADA A DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO	1310
SUBSECRETARIA UNIFICADA B DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO	1336

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 4ª SEÇÃO	1356
SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	1372
F. UNIDADES ESPECIAIS	1381
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1381
GABINETE DA CONCILIAÇÃO	1391
ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL.....	1405
SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDÊNCIA (PRECATÓRIOS)	1425
DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA	1435
SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	1449
ESTATÍSTICA.....	1456
SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS.....	1461
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO.....	1473
H. ANEXO	1474

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF 160, de 31 de março de 2022, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Ministro Jorge Mussi, Corregedor-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, abrangendo as unidades jurisdicionais, processantes e os órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 2 a 13 de maio de 2022, e foram designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Gilda Sigmaringa Seixas, do TRF da 1ª Região; Flávio Oliveira Lucas, Guilherme Couto de Castro e Marcello Ferreira de Souza Granado, do TRF da 2ª Região; Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Paulo Afonso Brum Vaz e Taís Schilling Ferraz, do TRF da 4ª Região; Élio Wanderley de Siqueira Filho, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho e Rogério de Meneses Fialho Moreira, do TRF da 5ª Região; e os Juízes Federais Auxiliares desta Corregedoria-Geral, Daniela Pereira Madeira e João Batista Lazzari.

Para auxiliá-los na inspeção, foram nomeados os seguintes servidores: Ângela Piana Pilotto Dal Bosco, Armea Vieira Delmondes de Almeida, Bruno José Nogueira, Bruno Monteiro Esteves, Cecy de Andrade Leite Cavalcanti, Daiana Silvestre Bazilio, Denise Guimarães Tângari, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Flávia Regina Peixoto Santana, Gabriela Carvalho Valette Rodrigues, Glaucio Southier, Glaura Reis Credie Passos, Iaponã Fernandes Cortez, Igor Lacet Reis Fernandes, Joelmir Rodrigues da Silva, Lucia de Fátima Pontes de Souza, Luigi Frusciante Filho, Márcia Alves da Silva Abi-Acl, Marilene Aparecida Bonatto, Mary de Oliveira Cabot, Patrícia de Almeida Montalvão Soares, Ranier Souza Medina, Raquel Lopes Jorge, Regina Valde Bataiolli, Renata Vial Torres, Renato de Oliveira Paes, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sérgio de Araújo Pitanga, Simone Katsuren Nakasato e Simone Pires Lemes.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente web, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos feitos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações à Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Ministério

Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil nas Seccionais do Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 3ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29 de outubro de 2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes Federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando, ao máximo, os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários e entrevistas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, de modo a permitir formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, com o final de nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, analisados pela Corregedoria-Geral, e que servem de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, por amostragem, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, especialmente no tocante à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, a título de “Observações Gerais”, que informa dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 3ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, a serem consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e turma, para permitir análise com base em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, em relação a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma e seção; os dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; bem como os relativos à atividade-fim, analisados sob as perspectivas estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório segue o padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a

existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nessa atuação a Corregedoria-Geral da Justiça Federal trabalha constantemente para a busca do aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e os dados colhidos na verificação de 3.507 feitos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, com intuito de fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo - SP, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 2 a 13 de maio de 2022. A Corte é composta por 43 desembargadores federais.

Seguem-se os detalhes da composição, no período da inspeção:

Mesa Diretora

Desembargadora Federal MARISA SANTOS, Presidente
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO, Vice-Presidente
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI, Corregedor Regional

Órgão Especial

Titulares

Desembargadora Federal MARISA FERREIRA DOS SANTOS - Presidente
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO - Vice-Presidente
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI - Corregedor-Regional
Desembargador Federal PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE NETO
Desembargadora Federal MARLI MARQUES FERREIRA
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA
Desembargador Federal OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR
Desembargadora Federal THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA
Desembargador Federal MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR
Desembargador Federal NERY DA COSTA JÚNIOR
Desembargador Federal LUIS CARLOS HIROKI MUTA
Desembargador Federal LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO
Desembargador Federal WILSON ZAUHY FILHO
Desembargador Federal PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES
Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS
Desembargador Federal CARLOS EDUARDO DELGADO

1ª Seção: Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); matéria de direito privado, dentre outras: domínio e posse; locação de imóveis; família e sucessões; direitos reais e coisa alheia; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; matéria trabalhista de competência residual; propriedade industrial; registros públicos; servidores civis e militares; desapropriações e apossamentos administrativos.

Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA
Desembargador Federal WILSON ZAUHY
Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS
Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES
Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR
Desembargador Federal CARLOS FRANCISCO

2ª Seção: Direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros; matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, executadas as competências do Órgão Especial, das Primeira e Terceira Seções – licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria das Primeira e Terceira Seções; ensino superior; inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

Desembargador Federal NERY JUNIOR
Desembargador Federal CARLOS MUTA
Desembargadora Federal CONSUELO YOSHIDA
Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE
Desembargadora Federal MARLI FERREIRA
Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE
Desembargador Federal MARCELO SARAIVA
Desembargador Federal MAIRAN MAIA
Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO
Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO
Desembargador Federal PAULO DOMINGUES

3ª Seção: Previdência e assistência social, excetuada a competência da Primeira Seção.

Desembargador Federal TORU YAMAMOTO
Desembargador Federal CARLOS DELGADO
Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA
Juiz Federal Convocado MARCELO GUERRA
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA
Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA
Desembargador Federal DAVID DANTAS
Juiz Federal Convocado DENILSON BRANCO
Desembargadora Federal DALDICE SANTANA
Desembargador Federal GILBERTO JORDAN
Juiz Federal Convocado NILSON LOPES
Juíza Federal Convocada MONICA BONAVINA
Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargador Federal NELSON PORFIRIO
Desembargadora Federal LEILA PAIVA

4ª Seção: Matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial.

Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW
Desembargador Federal PAULO FONTES
Desembargador Federal MAURICIO KATO
Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS

Desembargador Federal NINO TOLDO

Além dos gabinetes dos desembargadores federais, foram inspecionadas as seguintes unidades: Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios), Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes; Secretaria Judiciária, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, Subsecretaria das Seções, Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção, Subsecretaria Unificada de Turmas da 2ª Seção, Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção, Subsecretaria Unificada B de Turmas da 3ª Seção, Subsecretaria Unificada de Turmas da 4ª Seção, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete da Conciliação, Escola de Magistrados da Justiça Federal, Divisão de Assuntos da Magistratura, Secretaria de Segurança Institucional, Estatística e Sistemas Judiciais Eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte e de suas respectivas turmas.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 3.507 feitos, nas mais diferentes classes e fases, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por magistrados e servidores.

Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoas e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações.

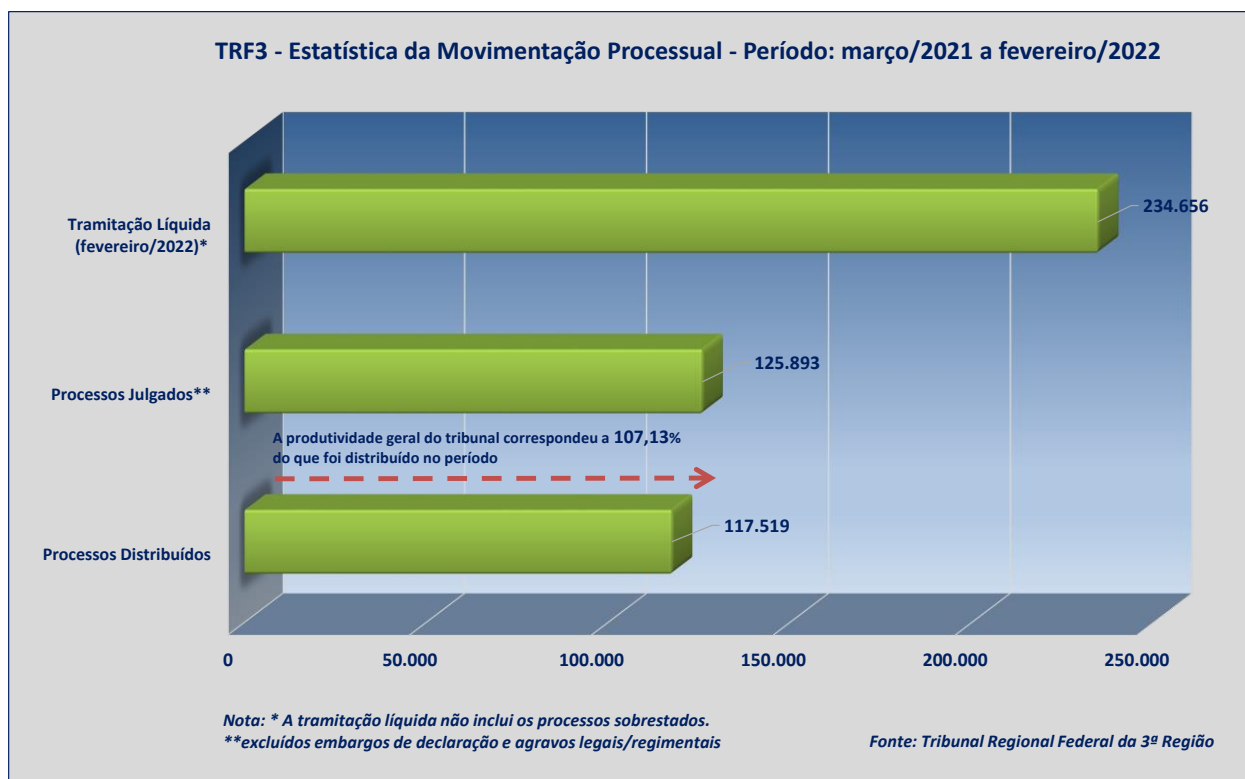
A avaliação conjunta entre equipes da Corregedoria-Geral e as unidades inspecionadas, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das áreas.

Numa primeira vertente, a inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada e conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do CNJ. Compreende-se como **distribuição** o total de feitos protocolados no Tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por **produtividade**, define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por **tramitação ajustada**, considera-se o número de feitos em estoque, descontados os suspensos/sobrestados. Finalmente, por **conclusão**, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de março/2021 a fevereiro/2022, ou seja, os doze

meses imediatamente anteriores à inspeção, sendo os dados examinados fornecidos pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos, vinculado à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, constituindo seus números oficiais. Isso considerado, registrou-se que o Tribunal recebeu 117.519 ações judiciais, as quais restaram distribuídas entre as onze turmas da Corte e as quatro seções especializadas. A divisão da distribuição processual entre os gabinetes que tratam das mesmas matérias foi equânime para as 2ª, 3ª e 4ª Seções, com remessa média de 3.189, 3.635 e 801 feitos respectivamente. A 1ª Seção apresentou o gabinete que recebeu volume de processos (1.678) inferior às demais unidades, proporcionando forte desvio em relação aos outros gabinetes, que entre si apresentaram distribuição equânime com remessa média de 2.925 feitos.

Quanto à produtividade, no mesmo período, o TRF da 3ª Região julgou globalmente o total de 126.893 processos, o que resulta em um percentual de produtividade média de 107,9%. Vale dizer, a Corte julgou quantidade de feitos maior que os distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito na forma a seguir:



O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

- 1ª Turma: produtividade de 103%, com 8.833 distribuídos e 9.058 julgados;
- 2ª Turma: produtividade de 128%, com 7.468 distribuídos e 9.540 julgados;
- 3ª Turma: produtividade de 89%, com 12.746 distribuídos e 11.310 julgados;

4ª Turma: produtividade de 92%, com 12.652 distribuídos e 11.611 julgados;

5ª Turma: produtividade de 31%, com 2.466 distribuídos e 767 julgados;

6ª Turma: produtividade de 102%, com 12.865 distribuídos e 13.152 julgados;

7ª Turma: produtividade de 150%, com 13.204 distribuídos e 19.748 julgados;

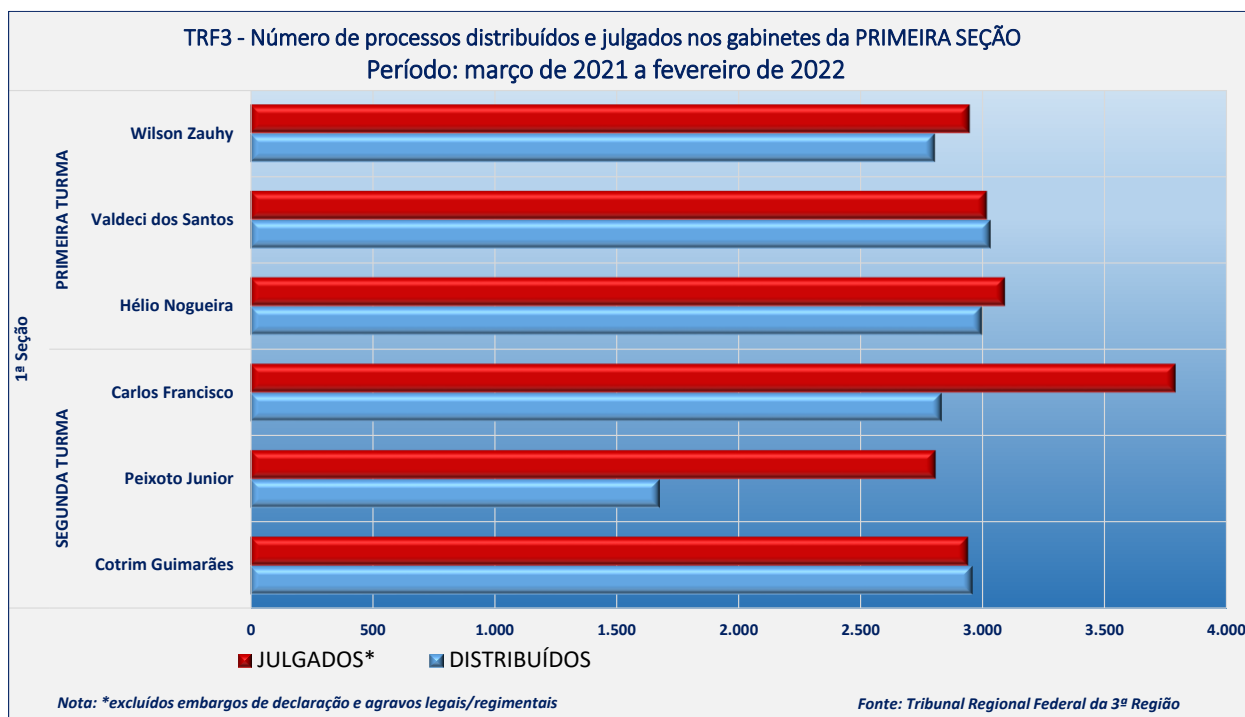
8ª Turma: produtividade de 113%, com 14.805 distribuídos e 16.783 julgados;

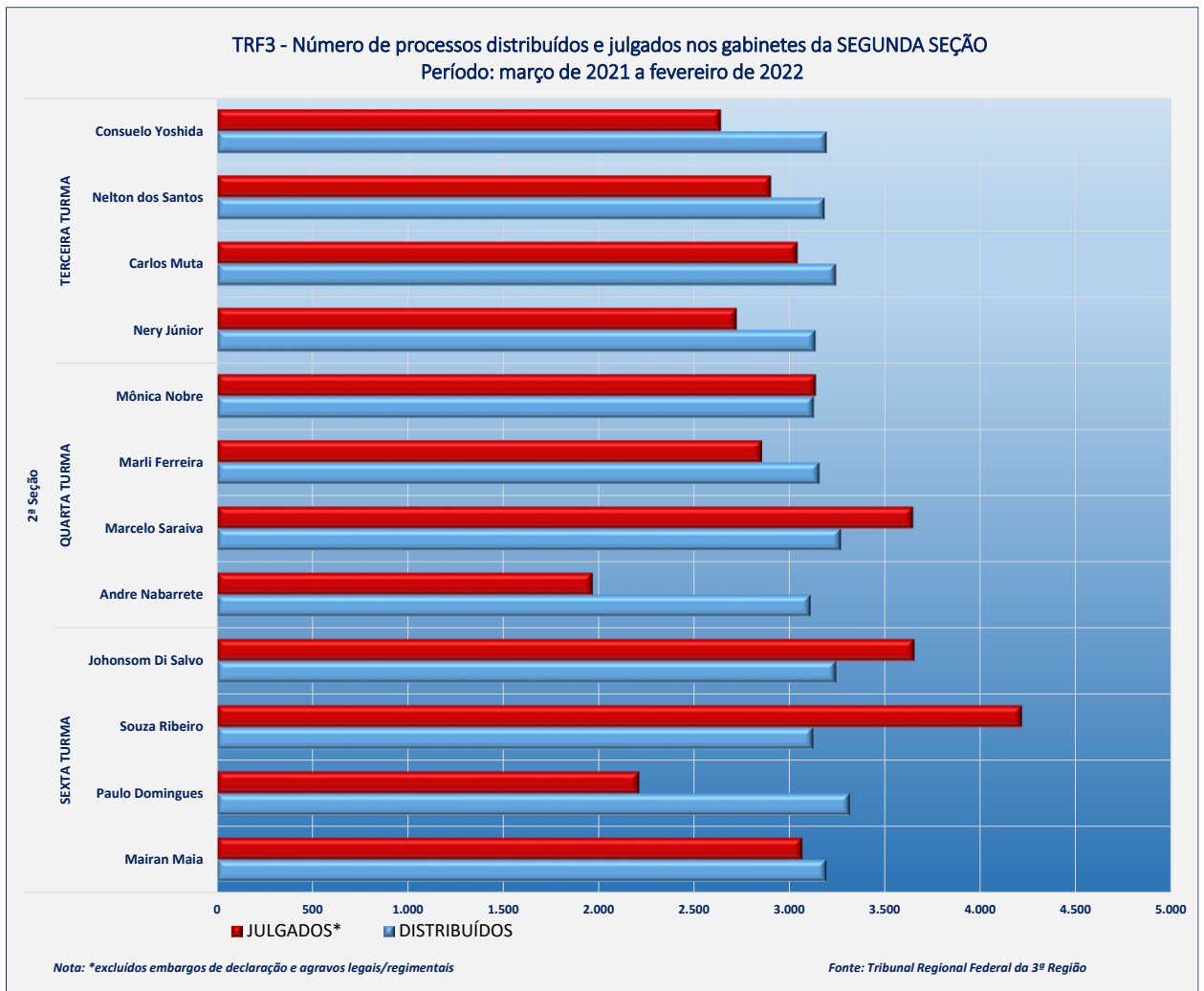
9ª Turma: produtividade de 101%, com 15.280 distribuídos e 15.460 julgados;

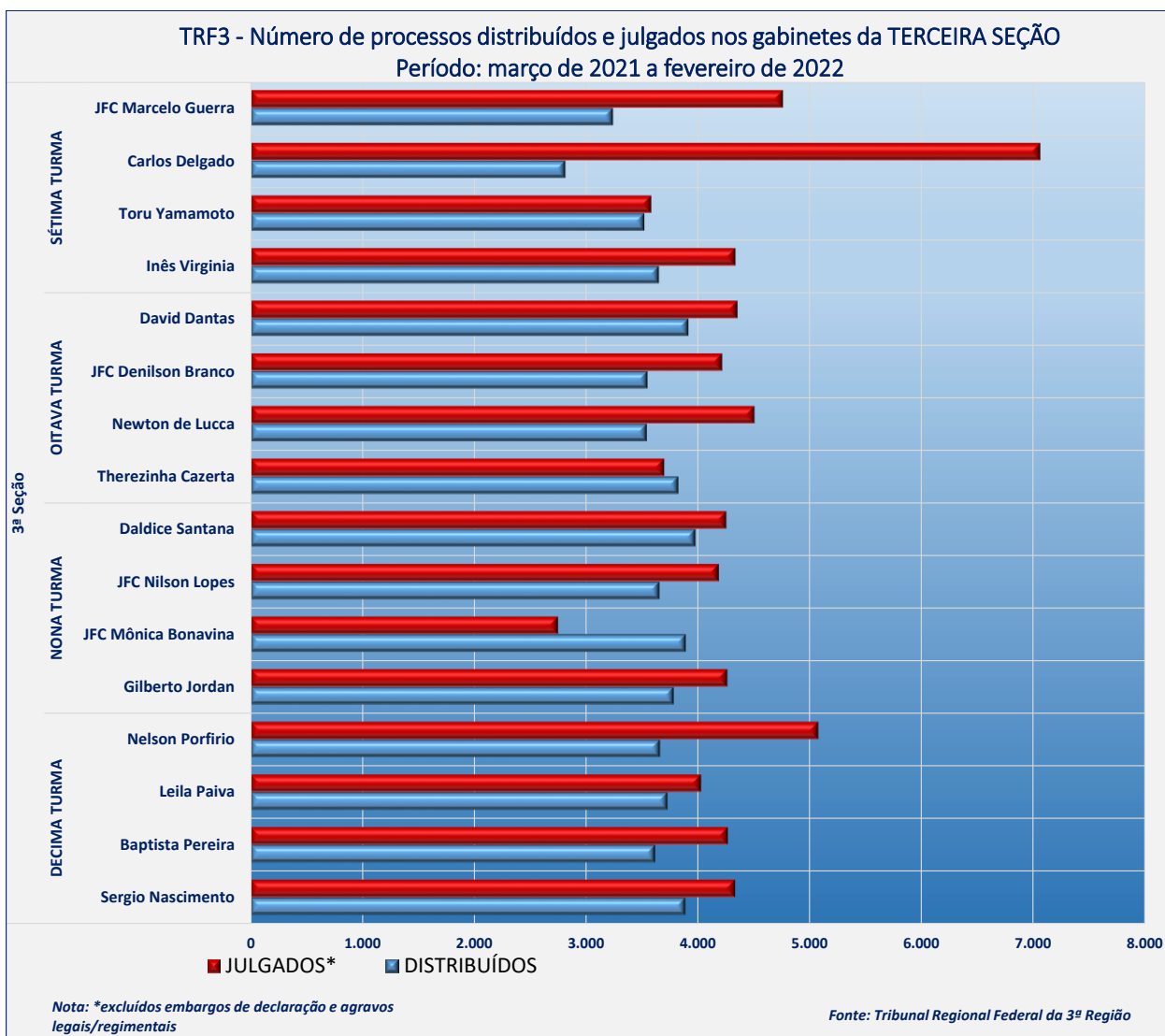
10ª Turma: produtividade de 119%, com 14.863 distribuídos e 17.711 julgados;

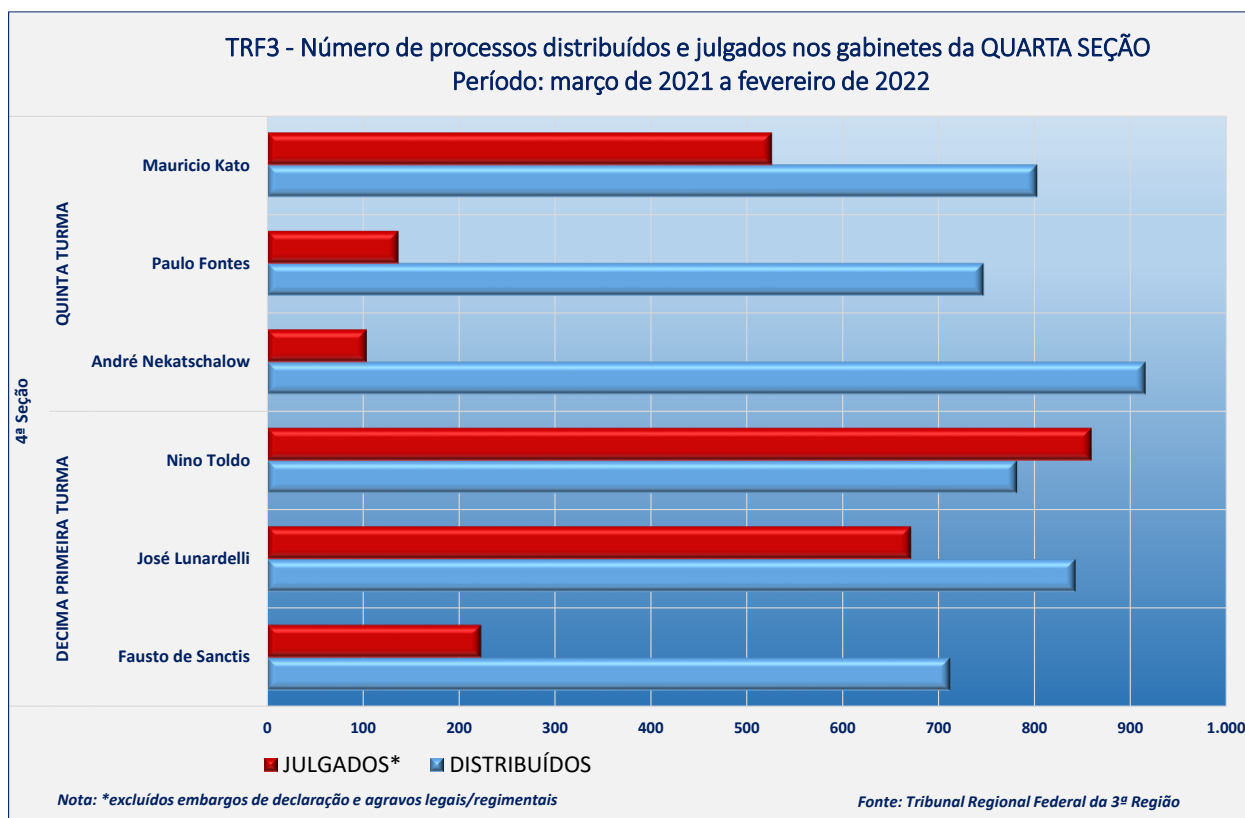
11ª Turma: produtividade de 75%, com 2.337 distribuídos e 1.753 julgados.

A relação entre a distribuição e o julgamento nas quatro seções do Tribunal está visualmente representada por meio dos gráficos a seguir:







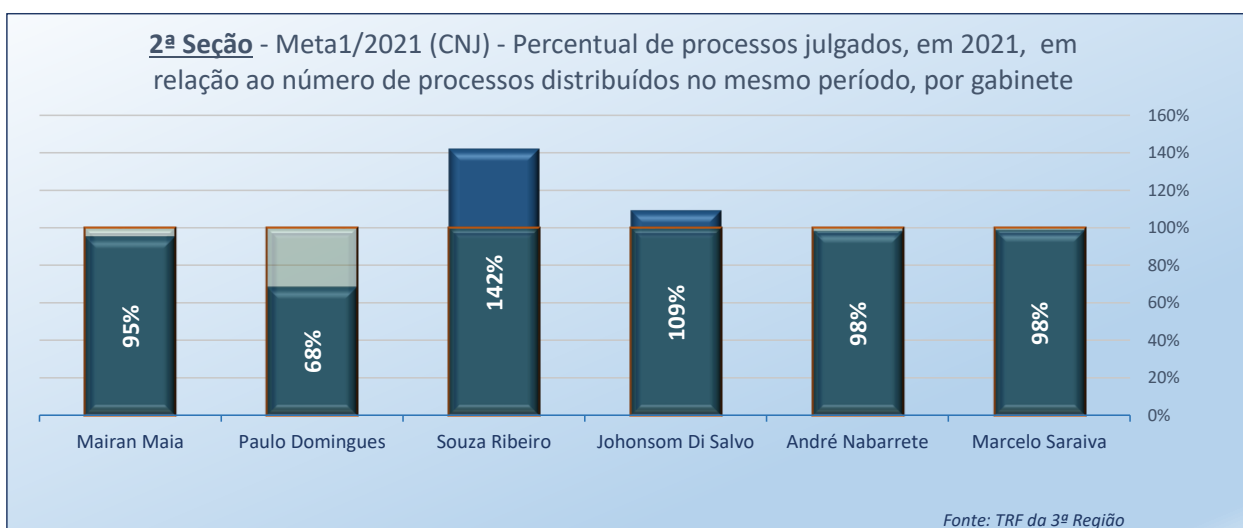
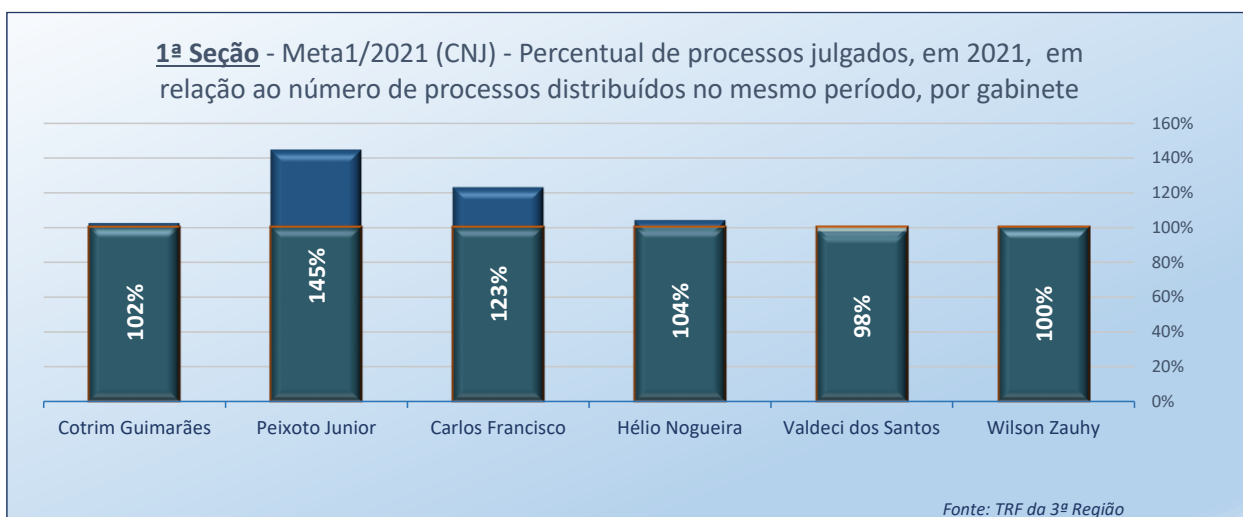
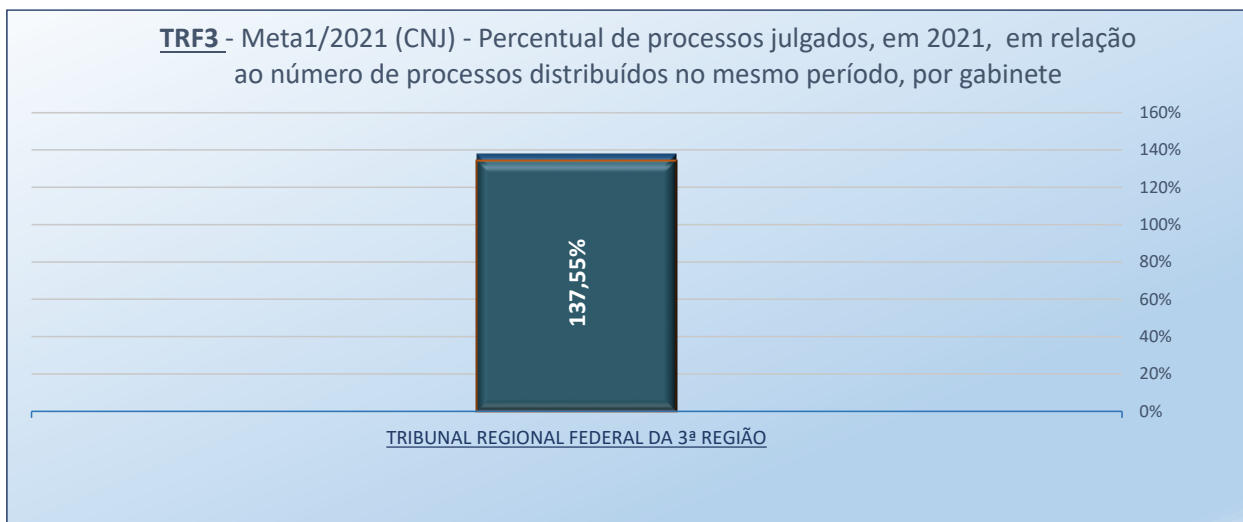


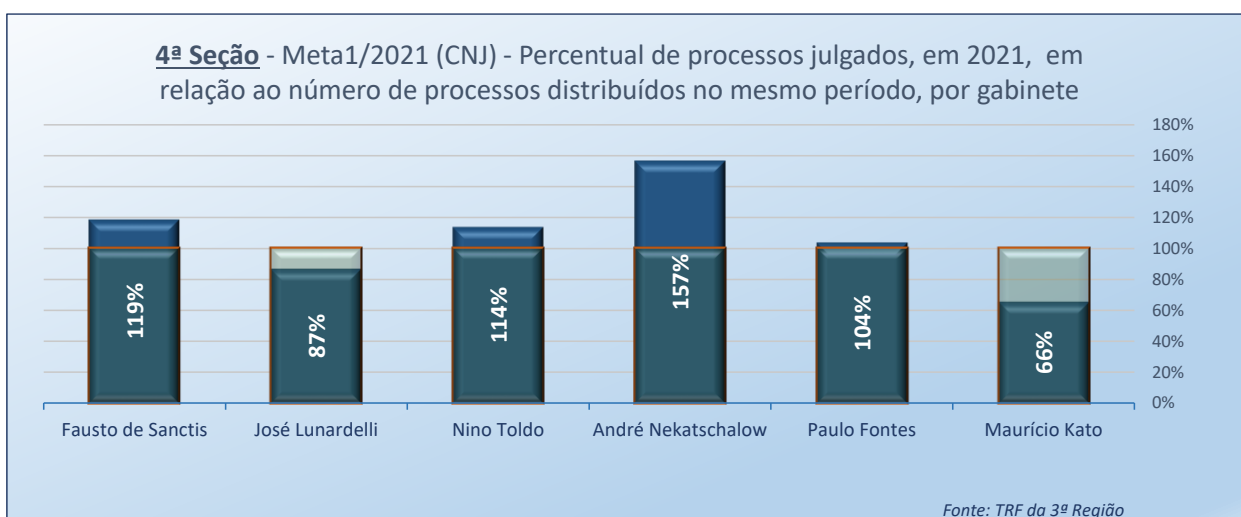
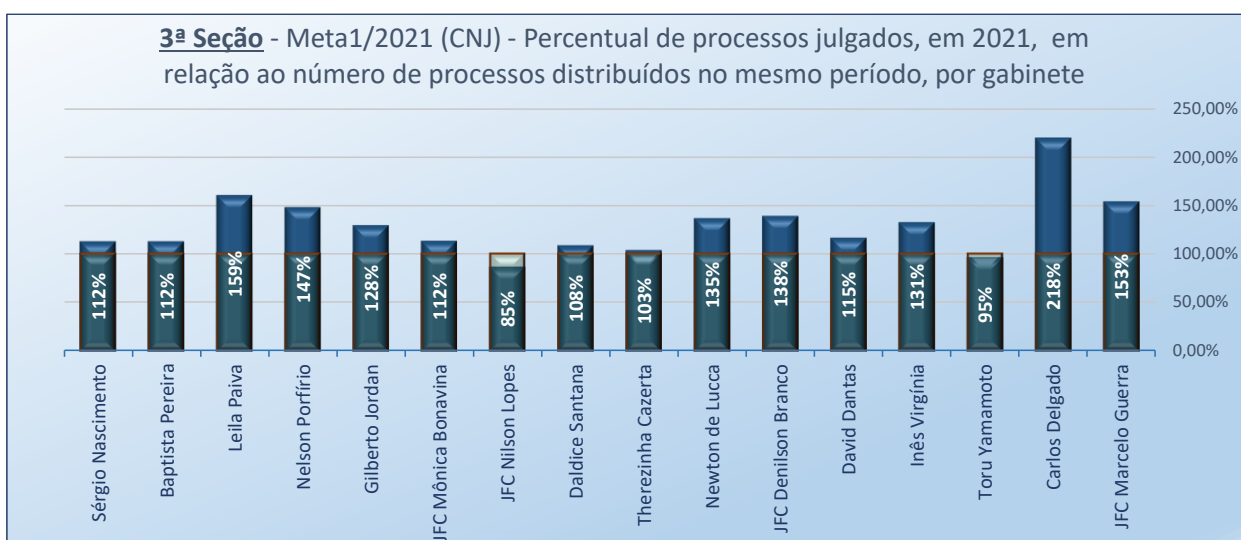
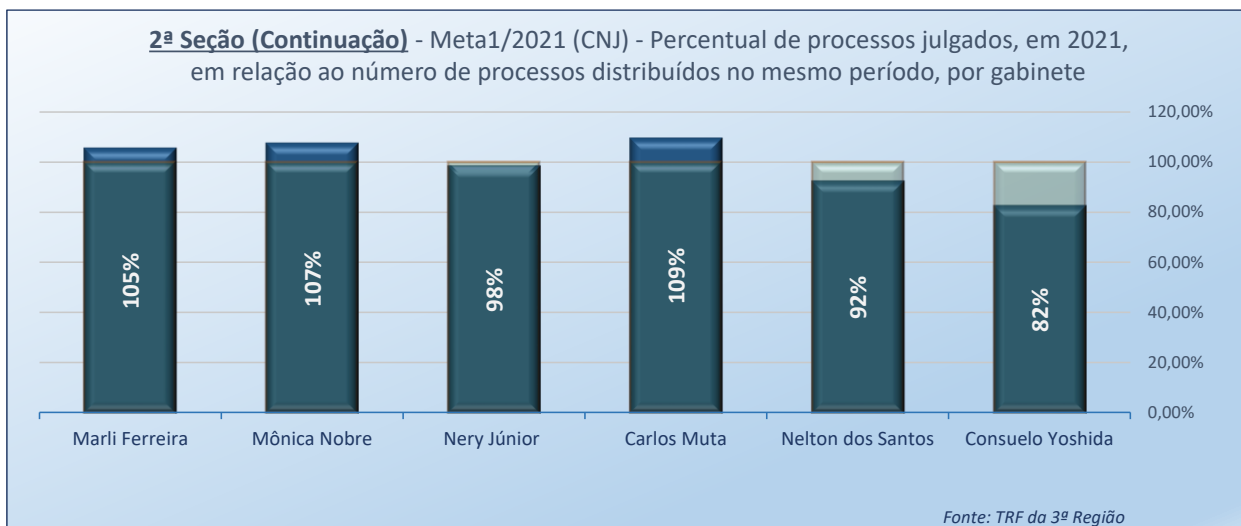
Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2020, quando a produção do Tribunal era superior ao número de processos distribuídos em 49.907 feitos¹, verifica-se que o TRF da 3ª Região mantém o seu desempenho, pois permanece julgando mais do que recebendo no período de março/2021 a fevereiro/2022 (últimos doze meses). Quando analisado a partir da Meta 1/2021 do CNJ, que compreende os meses de janeiro a dezembro de 2021, percebe-se que o Tribunal julgou 137,55% dos feitos recebidos.

A publicação mais atual da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do ano de 2021, é o melhor indicador para avaliar esse contexto, e pode ser analisada nos gráficos a seguir, que demonstram o percentual, por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos naquele ano.

Os resultados demonstram que, de janeiro a dezembro de 2021, o Tribunal julgou 137,55% do volume distribuído, o que representa valor superior ao encontrado para o período de inspeção (março de 2021 a fevereiro de 2022), quando a produtividade média foi de 107,12%.

¹ Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2019/2020) 150.769 processos e foram julgados 200.676 processos.





O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de diagnóstico adequado da gestão processual no Tribunal, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação, excluídos os suspensos e sobrestados, em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas turmas e na Vice-Presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os feitos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

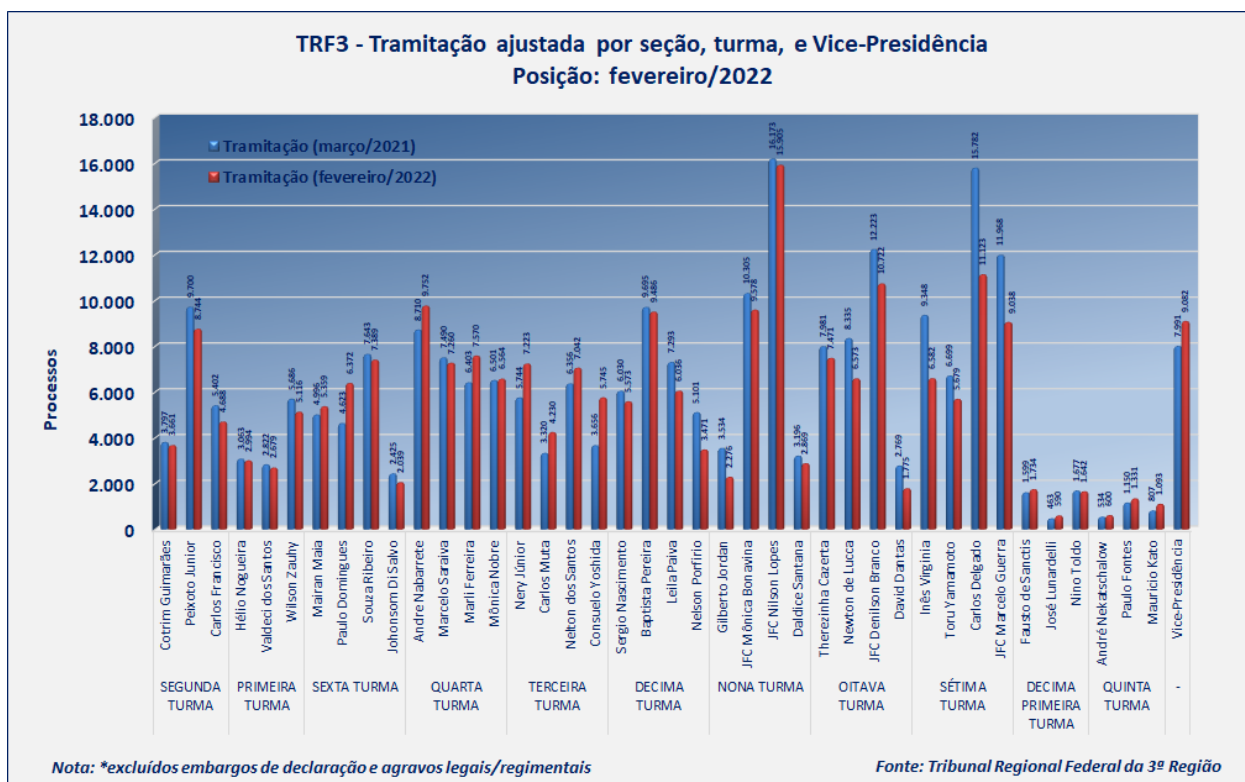
Nesses termos, apurou-se a existência de 225.574 processos em tramitação no TRF da 3ª Região, conforme se verifica no quadro a seguir:

Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 3ª Região
Posição: Fevereiro/2022

Órgão		Tramitação Ajustada (fevereiro/2022)	% de processos em relação ao total
Vice-Presidência		9.082	4%
1ª Seção	1ª Turma	17.093	7%
	2ª Turma	10.789	5%
2ª Seção	3ª Turma	24.240	10%
	4ª Turma	31.146	13%
	6ª Turma	21.159	9%
3ª Seção	7ª Turma	32.422	14%
	8ª Turma	26.541	11%
	9ª Turma	30.628	13%
	10ª Turma	24.566	10%
4ª Seção	5ª Turma	3.024	1%
	11ª Turma	3.966	2%
Total no TRF da 3ª Região		234.656	-

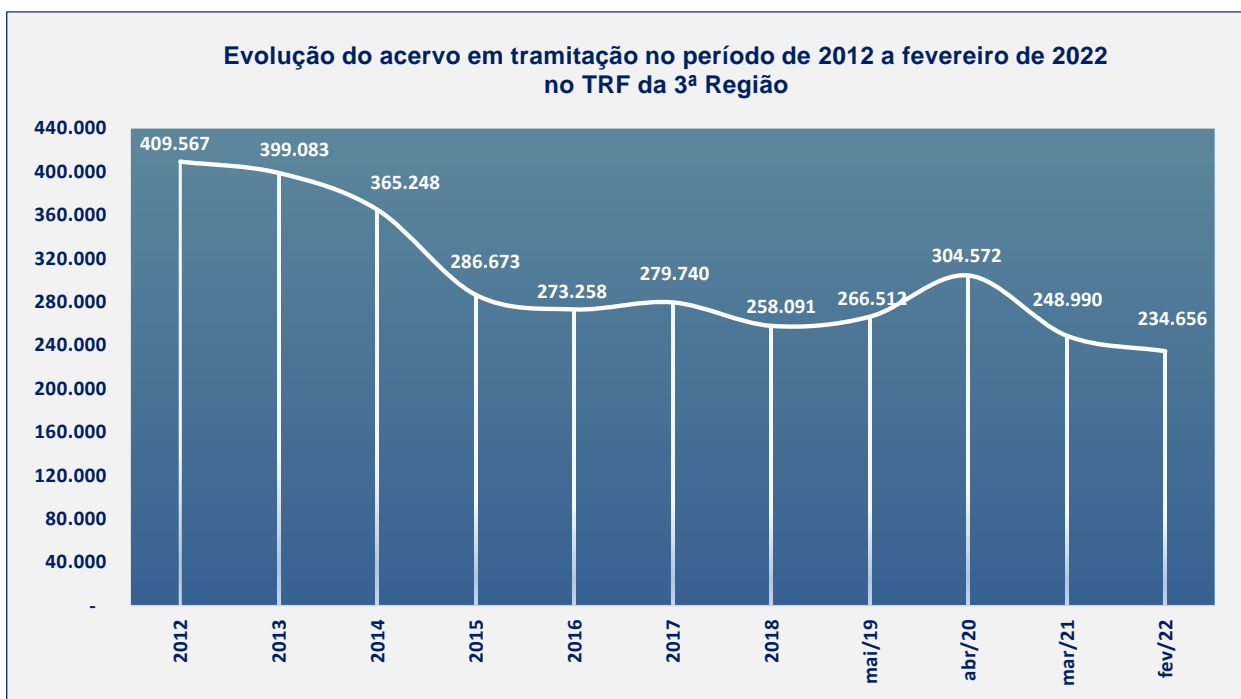
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ao analisar a tramitação ajustada do Tribunal de maneira mais detalhada, percebe-se, conforme resultado apresentado no gráfico a seguir, que o Tribunal registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores, no período de março/2021 a fevereiro/2022, pequena redução do acervo. Por essa razão, o TRF da 3ª Região registrou queda de 5,8% em seu volume de processos em estoque.



Obtidos os índices de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de março de 2021 a fevereiro de 2022, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada na inspeção de 2012 a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação à sua eficiência.

Nesse contexto, observa-se que o acervo do TRF da 3ª Região é predominantemente decrescente até 2018, quando ocorre a inversão da curva de tramitação para uma tendência de crescimento. Em 2012, tinha um acervo de 409.567 processos em tramitação; reduzindo, no início de 2014, para 286.673. No período posterior, de 2015 a maio/2018, apresentou leve decréscimo oscilando para 258.091. Em 2020, cresceu para 304.572 feitos; porém, atualmente, segue a tendência de decréscimo, atingindo o menor acervo de toda a série histórica, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

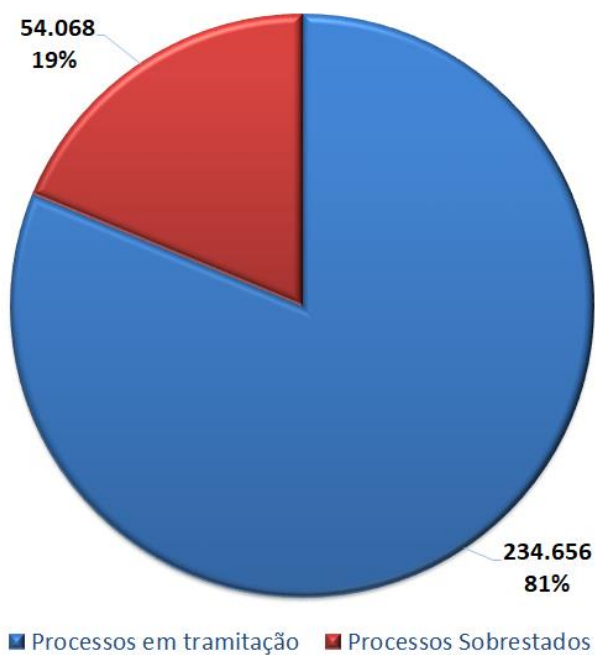


A análise da curva em referência demonstra que o TRF da 3ª Região voltou a melhorar seus indicadores de produtividade a partir de 2020. Os resultados apresentados da Meta 1/2021 do CNJ demonstram essa realidade, pois o Tribunal julgou em média 137,55% dos processos distribuídos. Tal situação contribui para uma importante redução de feitos em andamento na Corte que, em fevereiro 2022, caiu para 234.656 feitos.

Ressalte-se que, para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os processos suspensos ou sobrestados.

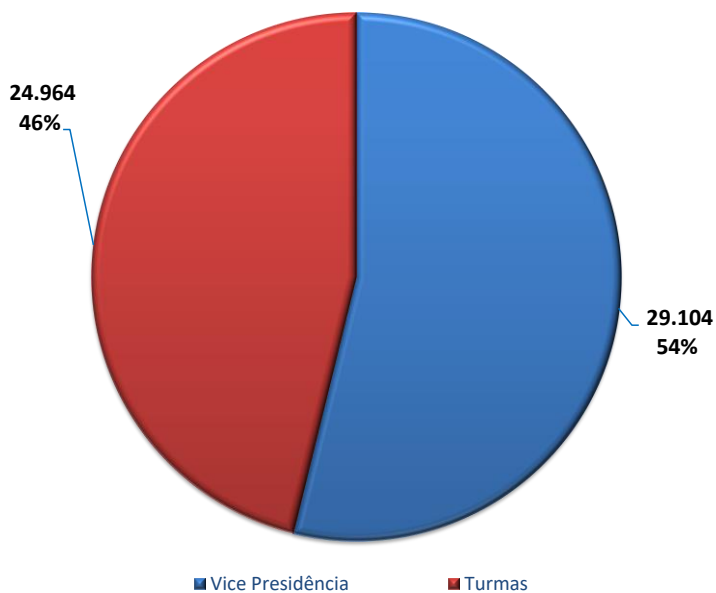
O Tribunal possui, globalmente, 288.724 feitos em tramitação, dos quais 54.068 (18,73%) estão suspensos/sobrestados.

TRF3 - Processos em tramitação e sobrestados no Tribunal
Posição: fevereiro/2022



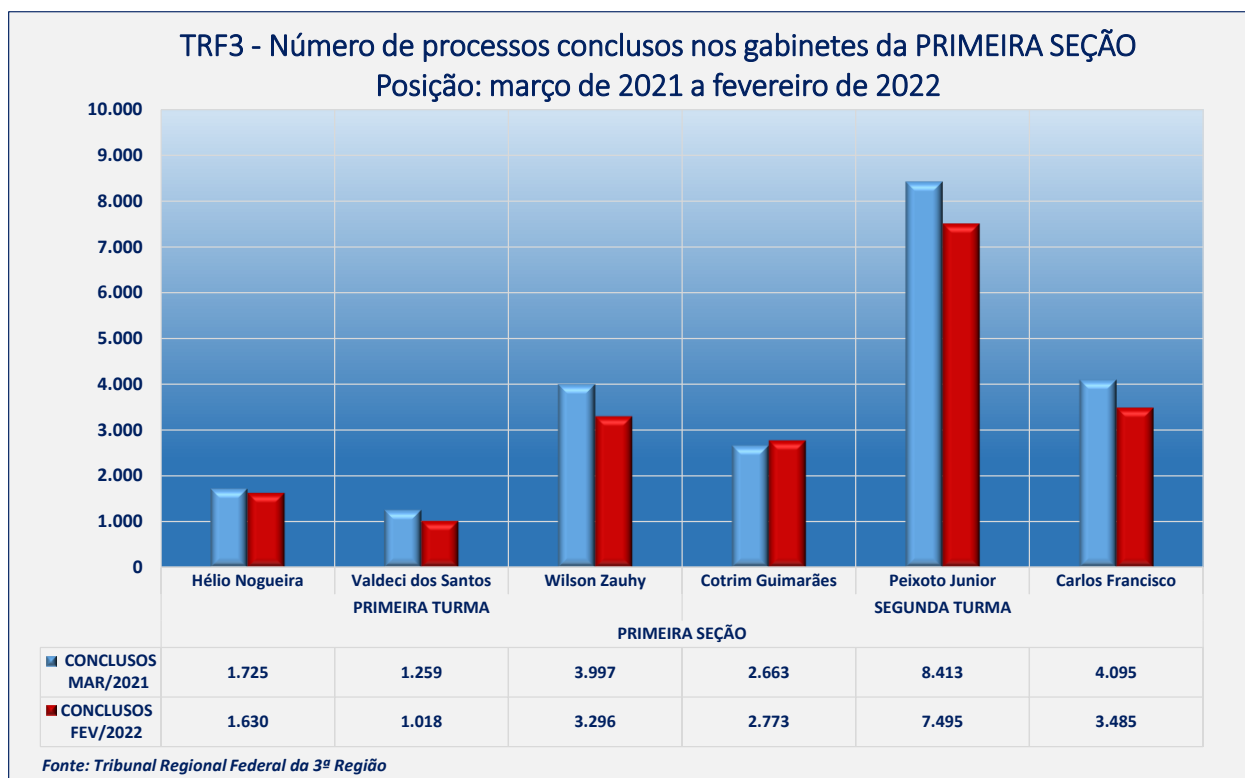
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 46% (24.964) estão localizados nas subsecretarias das turmas, e 54% na Vice-Presidência (29.104).

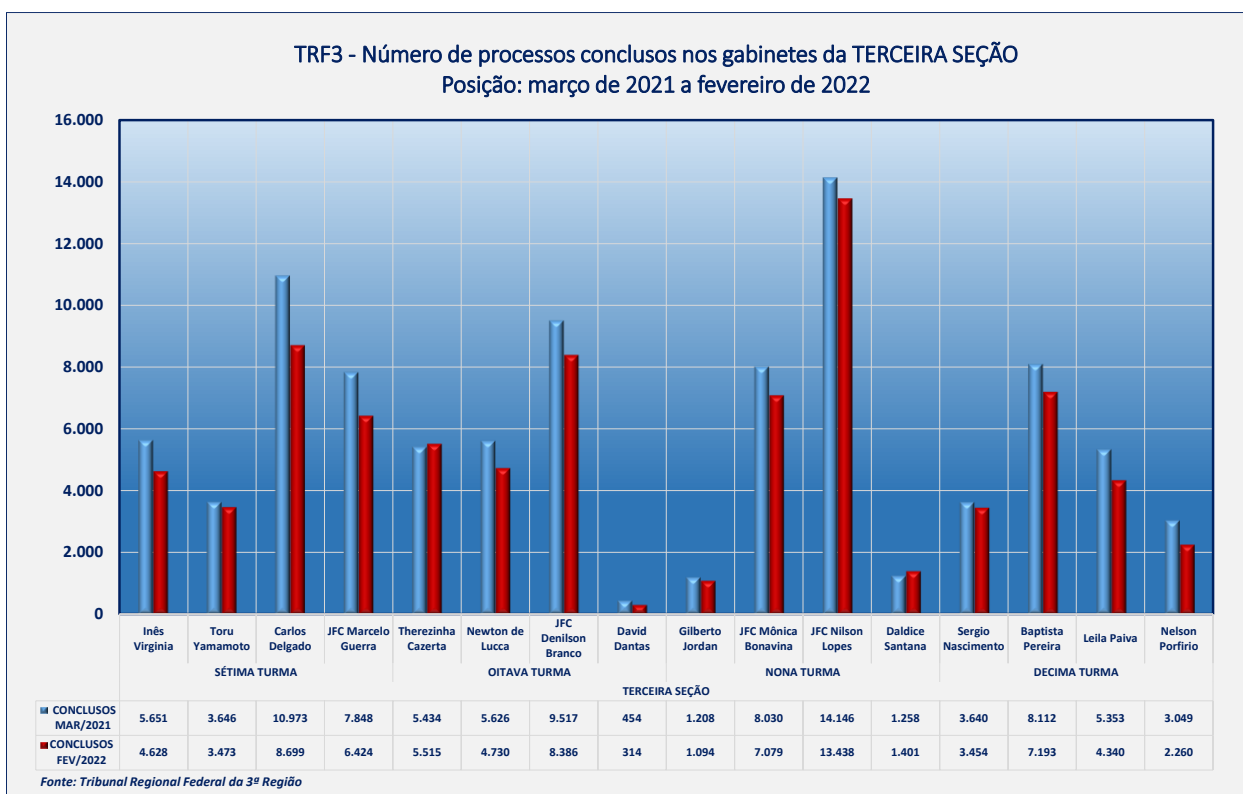
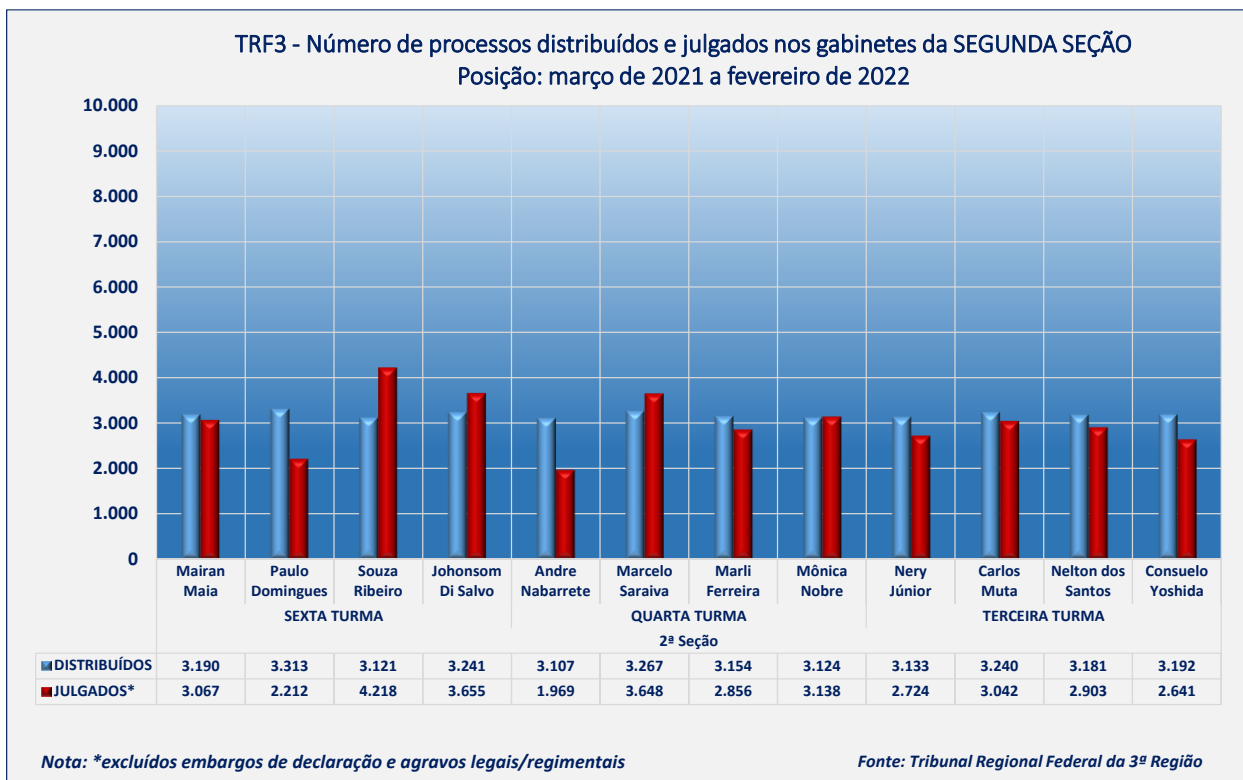
TRF3 - Processos sobrestados nos gabinetes e na Vice-Presidência
Posição: fevereiro/2022

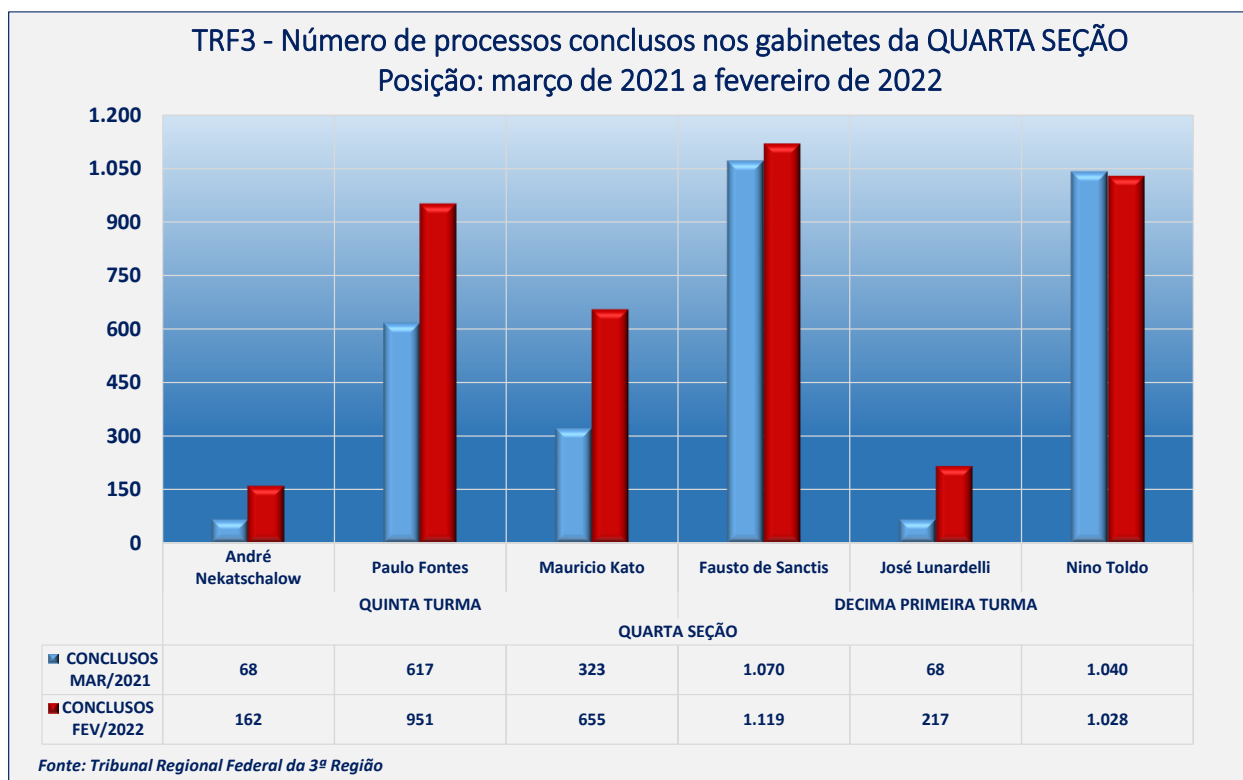


O quarto indicador trata da análise comparada dos processos conclusos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

Como já registrado na inspeção levada a efeito em 2016, 2018 e 2020, ainda hoje persiste importante variação do número de feitos conclusos em cada uma das unidades inspecionadas que julgam a mesma matéria. Numa comparação entre extremos nos gabinetes com a mesma especialização, observa-se que, no mais crítico, da 3ª Seção, constam 13.438 processos conclusos, contra apenas 314 naquele que revelou melhor resultado. Ou seja, 42,72 vezes maior que o mais enxuto.

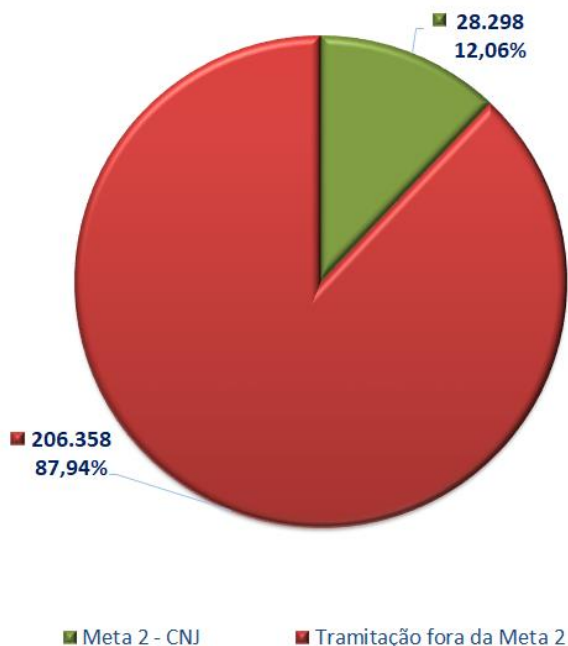




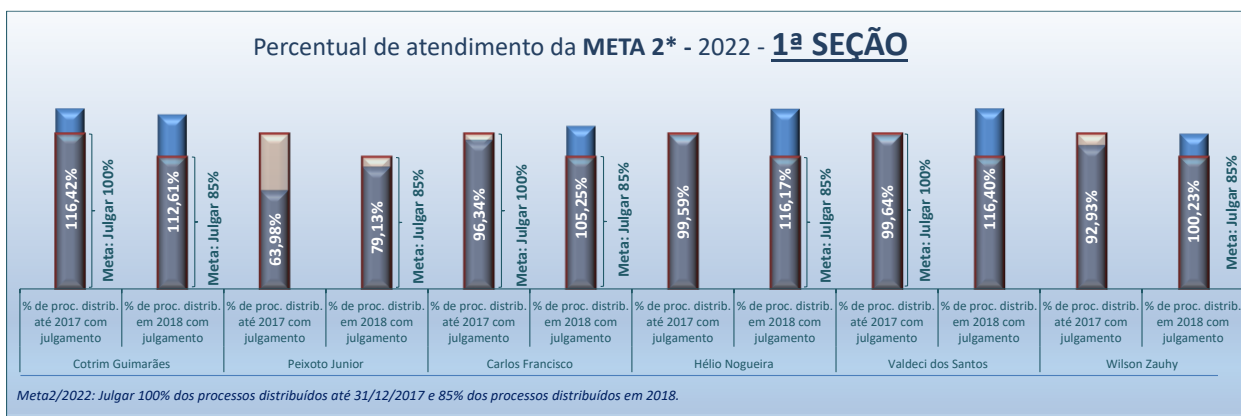


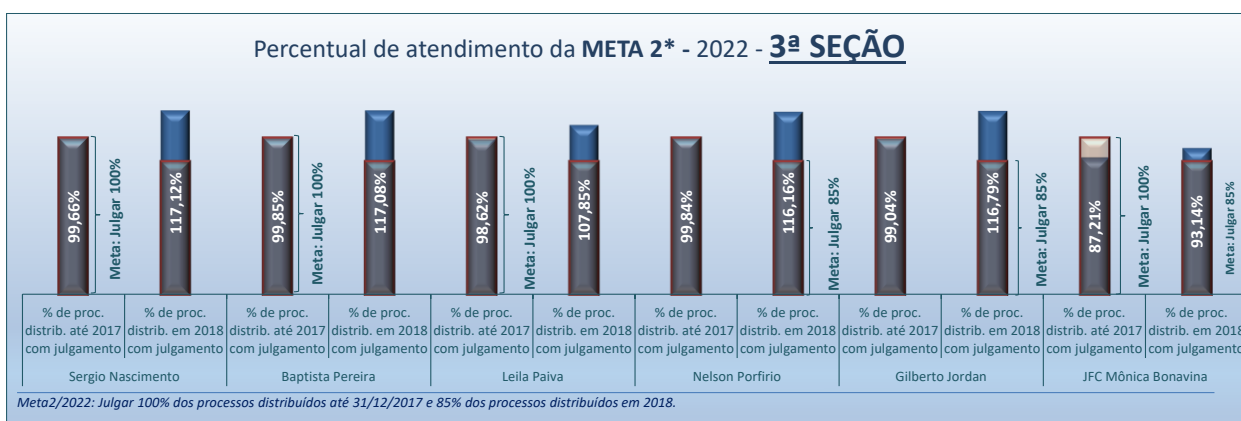
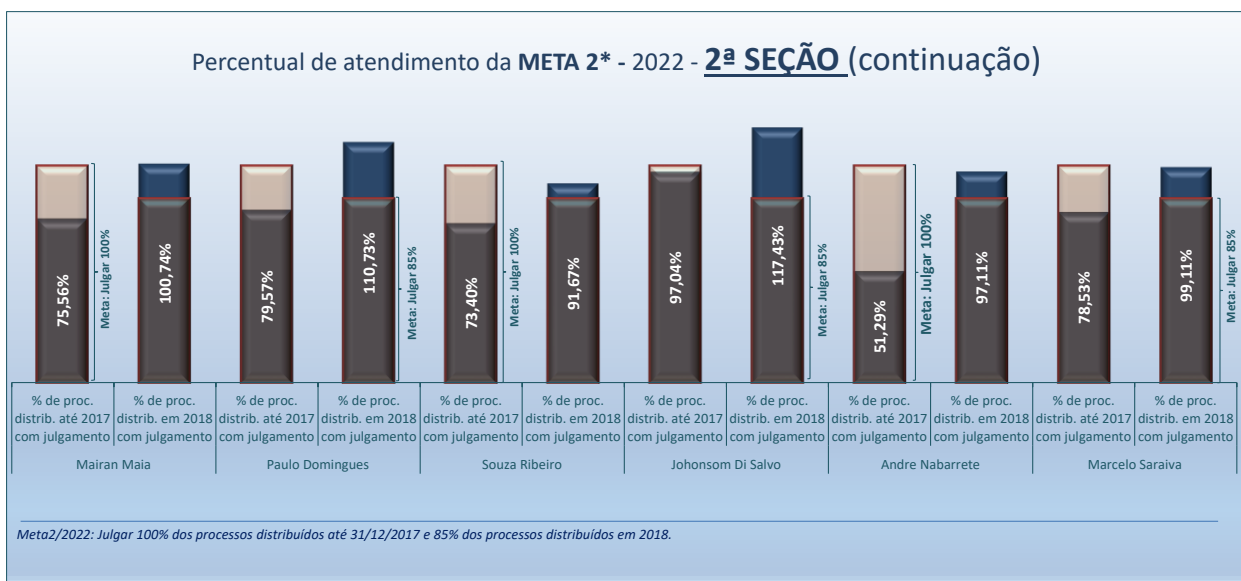
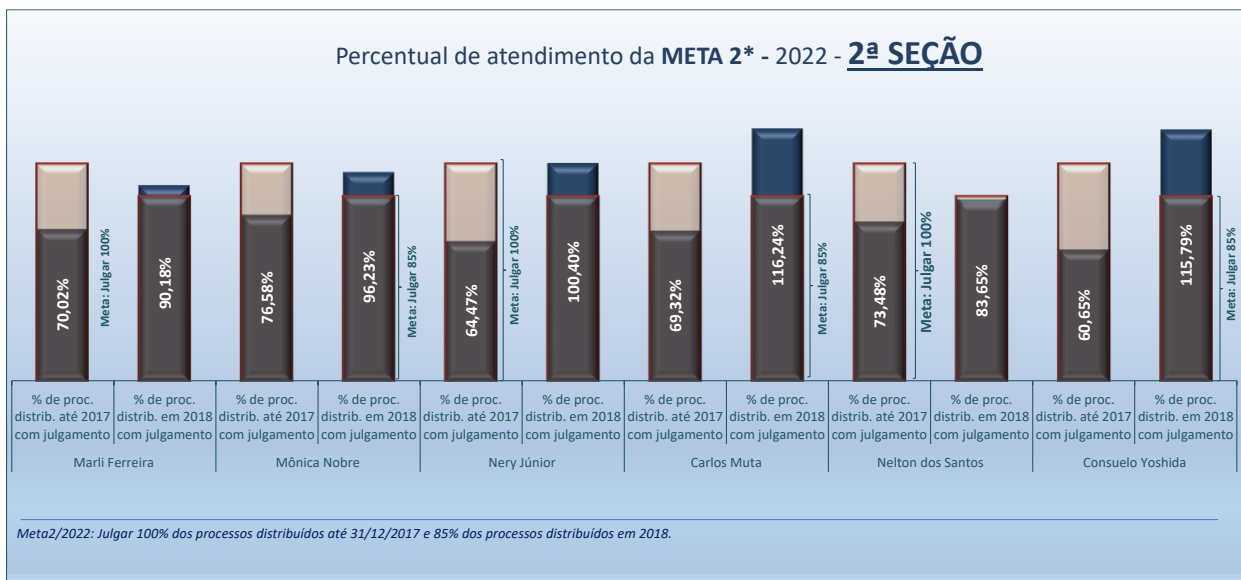
Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual dos gabinetes, o perfil geral do acervo sem primeiro julgamento, e seu tempo de tramitação, a partir da data da primeira distribuição no Tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2022 do CNJ (julgar os processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2017 e em 2018, sem primeiro julgamento), que, em fevereiro de 2022, somavam 28.298 em tramitação, o que corresponde a 12,06% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

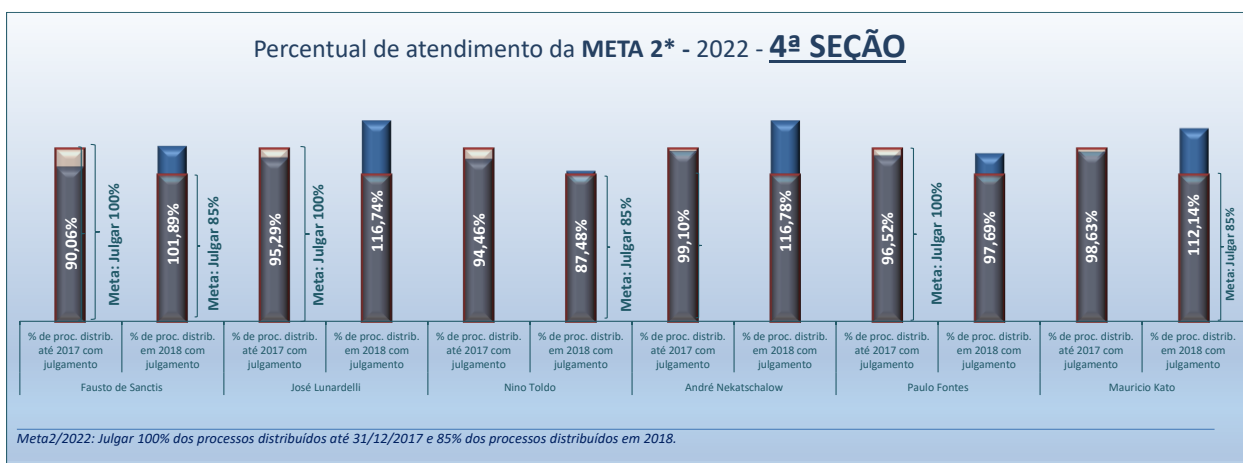
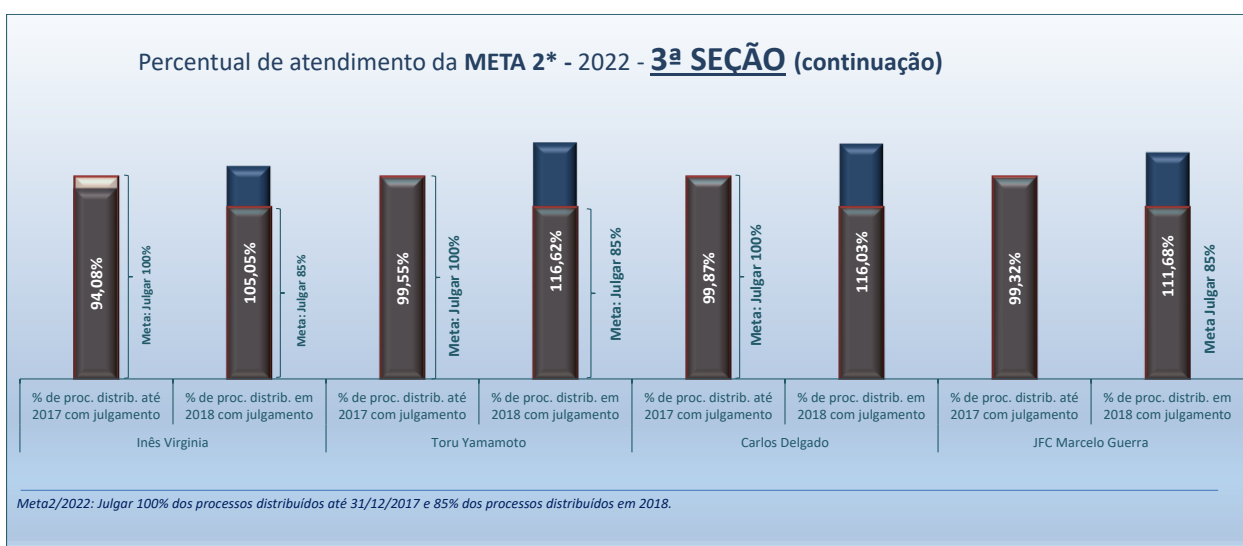
TRF3 - Número de Processos de Meta 2/2022 em tramitação
 excluídos os processos suspensos/sobrestados



Os gráficos abaixo demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2022, por gabinete, nos quais a primeira coluna, do respectivo gabinete, apresenta a meta a ser cumprida e o percentual de processos com distribuição até 2017 julgados até a presente data (Meta: julgar 100%); e a segunda coluna, o percentual de feitos com distribuição em 2018 (Meta: julgar 85%) e que já receberam o primeiro julgamento.







Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que, em relação à Meta 3/2022 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos, a Corte Regional fomentou 24,05% dos feitos do Tribunal.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas. Busca, igualmente, elaborar diagnóstico amplo de cada corte regional.

Além da análise da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, o presente relatório traz, a título de exemplo, iniciativas gerais observadas na Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, subsecretarias de turmas e gabinetes, sem deixar de olvidar as iniciativas das demais unidades inspecionadas, cujas boas práticas constam dos relatórios individualizados.

Com efeito, pontua-se com louvor o esforço concentrado, observado na equipe do TRF da 3ª Região. A despeito do sério ataque cibernético sofrido, o Tribunal ofereceu a todo momento o suporte necessário para a realização dos trabalhos da inspeção da Corregedoria-Geral, concluídos de forma regular e efetiva.

Podem ser pontuadas na Presidência – empossada poucas semanas antes da realização da inspeção – as iniciativas: estudo e revisão de atos normativos; plano institucional de segurança; projeto unificado de destinação de bens apreendidos em processos criminais; projeto visando à melhoria ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de pessoas utilizados pela Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça (interoperabilidade), de vagas e de funções.

No âmbito da Vice-Presidência, foi apontada como meta a perspectiva de a unidade incentivar que os núcleos temáticos (previdenciário, administrativo/cível, criminal e tributário) exercitem os mecanismos colocados à disposição pelos variados sistemas, como por exemplo o SIGMA, existentes na Justiça Federal.

Na Corregedoria, notou-se a implantação do “WhatsApp CORE”, conta exclusiva no aplicativo de serviço de mensagem que permite enviar de forma célere e eficaz mensagens aos magistrados. Ferramenta muito eficaz durante a pandemia e que se manteve como canal permanente de contato com os juízes de 1º grau, levando-se em consideração o período de constantes mudanças tecnológicas e a necessidade de aprimoramento dos meios de comunicação.

Nas subsecretarias unificadas de turmas também foi observado o uso de arquivos compartilhados e demais ferramentas tecnológicas utilizadas durante a pandemia, que permitiram a comunicação instantânea, as reuniões remotas, o compartilhamento de arquivos, a elaboração de tutoriais e outras facilidades utilizadas e que contribuíram para agilizar e facilitar o trabalho da equipe e o compartilhamento de informações.

Entre os gabinetes, destaque para a manutenção de banco de modelos de minutas na intenção de evitar acúmulo de votos-vista.

Considerando-se os resultados alcançados pelo Tribunal e as restrições orçamentárias com imediatos reflexos limitadores nas diversas áreas da Administração Pública, conclui-se que o TRF3 vem prestando adequadamente a jurisdição. Cabe, contudo, buscar o aprimoramento dos serviços públicos ali oferecidos mediante a adoção das recomendações gerais a seguir indicadas, que deverão ser respondidas pela Presidência do Tribunal no prazo de 60 dias:

- manter o foco no aperfeiçoamento das funcionalidades do PJe e customizar de acordo com as necessidades apontadas pelos usuários;

- aprimorar a consolidação e a divulgação dos dados estatísticos da Justiça Federal da 3ª Região;

- apontar, junto aos setores competentes, eventuais inconsistências e/ou alterações do sistema PJe que podem contribuir para sua melhoria;

- aperfeiçoar o sistema de processo eletrônico, de modo a permitir melhor gerenciamento, identificação, agrupamento e tratamento dos processos vinculados a temas repetitivos ou de repercussão geral;

- cadastrar a maior quantidade possível de órgãos públicos e demais entidades no PJe, a fim de otimizar o processamento, sem a necessidade de expedição de cartas de ordem e cartas precatórias.

- observar a possibilidade de relotação de servidores para suprir os claros de lotação existentes;

- diante do elevado montante de processos antigos, considerada a natureza alimentar e a vulnerabilidade presumida dos autores das ações previdenciárias e assistenciais, postular-se junto à Administração do Tribunal modalidade de auxílio de juízes de 1º grau (mutirão, turma suplementar etc), para o julgamento dos recursos com distribuição anterior a 2018;

- revisar o processo seletivo de estagiários, caso possa ser feito diretamente pelo Tribunal com participação dos gestores dos gabinetes.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargadora Federal MARISA SANTOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Presidência do Tribunal (GABP) e Secretaria da Presidência (SEPE).

2.2 Competência

São atribuições da Presidência, de acordo com o art. 21 do Regimento Interno do Tribunal: I - representar o Tribunal perante quaisquer Tribunais, poderes e autoridades; II - velar pelas prerrogativas do Tribunal; III - dirigir os trabalhos do Tribunal, presidindo as sessões plenárias, nas quais terá direito de voto nas hipóteses especificadas no art. 158; IV – convocar as sessões extraordinárias do Plenário e do Órgão Especial; V - manter a ordem nas sessões; VI - submeter questões de ordem ao Tribunal; VII - executar e fazer executar ordens e decisões do Tribunal, ressalvadas as atribuições dos Presidentes das Seções e das Turmas e as atribuições dos Relatores; VIII - proferir, nos julgamentos do Plenário, o voto de qualidade; IX - relatar, sem voto, o agravo interposto do seu despacho; X - assinar as cartas rogatórias; XI - presidir a audiência de publicação de acórdãos; XII - designar dia para julgamento dos processos da competência do Plenário; XIII - proferir os despachos de expediente; XIV - dar posse aos Desembargadores Federais do Tribunal durante o recesso, além de lhes conceder transferência de Seção ou Turma; XV - criar Comissões permanentes ou temporárias, designando seus membros; XVI - expedir atos convocatórios de Juízes Federais para substituição ou auxílio, observado o disposto no artigo 51 deste regimento; XVII - decidir: (a) antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária; (b) as reclamações por erro da ata do Plenário, do Órgão Especial e por erro na publicação de acórdãos; (c) os pedidos de suspensão da execução de medida liminar ou de sentença, em mandado de segurança; (d) durante o recesso no Tribunal, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória

ou sustação de ordem de prisão, além de medidas urgentes de caráter jurisdicional ou administrativo, sujeitas estas últimas ao referendo do órgão competente; (e) sobre pedidos de livramento condicional, incidentes em processos de indulto, de anistia e de graça; (f) sobre deserções de recursos não preparados no Tribunal; e (g) os pedidos relativos a matérias administrativas e de servidores do Tribunal.

Ao Gabinete da Presidência (GABP) incumbe o processamento das demandas originadas e recebidas, física ou eletronicamente, bem como a decisão das questões que lhe são submetidas, valendo-se do apoio prestado pelas áreas técnicas. A Secretaria da Presidência (SEPE) é responsável por coordenar os serviços afetos ao processamento de Suspensões, Avocatórias e Pedidos de Providência distribuídos à Presidência, bem como gerenciar os procedimentos de requisições de pagamento processados por subsecretaria vinculada.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

A Desembargadora Federal Marisa Santos tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 2/3/2022. Há três magistrados em auxílio à Presidência: os Juízes Federais Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, Paulo Ricardo Arena Filho e Ricardo Damasceno, convocados por meio do Ato Pres n. 3851, de 7/3/2022.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não. A Desembargadora Federal integrou a 9ª Turma do Tribunal no período de maio de 2003 à 2/3/2022, data em que assumiu a Presidência da Corte.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim. O Desembargador Federal Mairan Maia tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 2/3/2020 e exerceu o cargo até a posse da Desembargadora Marisa Santos, em 2/3/2022.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

As servidoras responsáveis são: Ana Paula Britto Hori Simões (assessora administrativa), Adriana Camili Dias Matos (assessora judiciária) e Ariete Rodrigues Xavier Esbaile (chefe de gabinete).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores sem vínculo	1
------------------------	---

Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Servidores efetivos	36

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) Realizar a implantação do PJe nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais; b) Aprimorar os meios de divulgação e precisão dos dados estatísticos dos órgãos judiciais do Tribunal e da Justiça Federal da 3ª Região (ainda objeto de crítica de vários gabinetes), para garantir o melhor acesso aos usuários e melhor controle do acervo pelos órgãos do TRF3 e do CJF; c) Implementar o plano de trabalho pretendido pelo Desembargador Federal Mairan Maia, com a ideia de reestruturação de espaços administrativos e de funções, atento ao eventual aumento do TRF e à existência de teto de gastos; e d) Manter o método de trabalho e boas práticas, especialmente atentos à prestação de serviços na situação de pandemia da Covid-19 e às lições para a fase pós-pandemia. O TRF3 aferirá se é o caso de contratação, posterior à pandemia, de plataforma própria (ou em conjunto com o CJF) para manter, no que couber, atendimento remoto e por videoconferência.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Foi implantado o PJe nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais; b) Os dados estatísticos passaram a ser divulgados em Painel de BI, com atualização quinzenal, viabilizando maior acompanhamento pelas unidades judiciárias, permitindo melhor gerenciamento do acervo e refinamento dos parâmetros quando necessário. Foi desenvolvido o (i) painel de movimentação processual que permite a gestão dos dados das unidades, contendo distribuição, acervo, baixas, produtividade e (ii) painel de metas para acompanhamento mais direcionado, de acordo com os parâmetros do glossário das metas definidos pelo CNJ e pelo CJF. Os dados estatísticos são extraídos do sistema processual, a partir dos dados registrados, tais como classe, assunto e movimento processual. A estatística reflete o andamento processual a partir dos movimentos lançados. No processo de extração dos dados e construção dos painéis, é realizada a validação dos dados, inclusive com apoio de grupo de trabalho formado por servidores de alguns gabinetes. O uso dos painéis de forma constante para gestão do acervo auxilia o refinamento do dado, pois a validação conseguirá alcançar a grande maioria dos dados ou problemas. Há situações específicas e relacionadas ao processo de trabalho de cada gabinete que requerem maior detalhamento nos parâmetros para contabilização cuja identificação é possível a partir da manifestação das unidades.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Resposta acima na alínea b).

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

O início da gestão ocorreu em março e focou na implementação de práticas que conduzissem à melhoria das diversas áreas do TRF3, no que tange à prestação dos serviços, às ferramentas utilizadas, às metodologias adotadas e às condições gerais de trabalho e de segurança oferecidas aos magistrados e servidores. Considerada a pandemia do novo coronavírus, principal dificuldade enfrentada no período, foram editados atos normativos visando a preservar a saúde de colaboradores e público externo, e manter a produtividade do TRF elevada, meta atingida conforme últimos dados estatísticos. Como boas práticas, citamos: estudo e revisão de atos normativos; plano institucional de segurança; projeto unificado de destinação de bens apreendidos em processos criminais; projeto visando à melhoria ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de pessoas utilizados pela Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça (interoperabilidade), de vagas e de funções.

5.2 Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Ana Paula Britto Hori Simões - Assessora do Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Federal - 3ª Região.

5.3 Existem quantos processos disciplinares instaurados contra magistrados? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e os relatores).

Foram instaurados (i) o processo n. 0269649-70.2021.4.03.8000 - PAD (sessão do OE de 29/9/2021 - distribuído ao Desembargador Relator Nino Toldo no OE em 14/10/2021) e redistribuído ao novo Relator, por sucessão, o Desembargador Mairan Maia, em 15/3/2022; e (ii) o processo n. 0025022-96.2020.4.03.8000 - PAD (sessão do OE de 30/6/2021 - distribuído para Desembargadora Diva Malerbi no OE em 23/7/2021 e, após a aposentadoria desta, redistribuído para Dra. Marli Ferreira em 1º/2/2022.

5.4 Como a unidade formaliza a comunicação ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

São enviadas as cópias dos processos para o Conselho Nacional de Justiça - CNJ em cumprimento à Resolução n. 135/2011. O modo de envio é efetuado pelo PJeCor pela Corregedoria Regional. Quando o julgamento for originário do Órgão Especial, o Gabinete da Presidência protocola um processo no site do CNJ (pedido de providências). Se já existir processo no PJe do CNJ, é protocolado no processo já existente.

5.5 Qual a competência jurisdicional da Presidência?

A competência da Presidência encontra-se definida no art. 21 do Regimento Interno do TRF3, compreendendo, dentre outras: representar o Tribunal e zelar por suas prerrogativas; dirigir os trabalhos do Tribunal, proferindo despachos de expedientes, executando ordens e decisões, convocando e presidindo sessões plenárias; decidir pedidos de suspensão da execução de medida liminar ou de sentença em mandado de segurança; decidir pedidos relativos a matérias administrativas e de servidores do Tribunal. Ao Gabinete da Presidência incumbe o processamento das demandas originadas e recebidas, física ou eletronicamente, bem como a decisão das questões que lhe são submetidas, valendo-se do apoio prestado pelas áreas técnicas. A Secretaria da Presidência é responsável por coordenar os serviços afetos ao processamento de Suspensões, Avocatórias e Pedidos de Providência distribuídos à Presidência, bem como gerenciar os procedimentos de requisições de pagamento.

5.6 Como é a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A Desembargadora Federal Marisa Santos tomou posse no cargo de Presidente em 2/3/22. À assessora administrativa juntamente com a chefe de gabinete da Presidência incumbe a gestão dos recursos materiais e humanos da unidade, os atendimentos do público interno e externo, bem como providenciar as respostas. A agenda da Presidente também é atribuição da Assessora Administrativa com auxílio da chefe do gabinete, que também acompanha as pautas de julgamento do CJF (Brasília) e do Conselhos de Administração e Justiça da 3ª Região, com o apoio de um servidor do gabinete. Compete à assessora judiciária a análise das demandas que se originam diretamente no gabinete da Presidência e daquelas oriundas das diversas áreas técnicas vinculadas à Presidência. Ao assessor II da Presidência cabem a análise das questões relacionadas ao Conselho da Justiça Federal, do Órgão Especial e do Plenário da Corte.

5.7 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No Gabinete da Presidência, há 11 servidores, 8 no presencial e 4 servidores em regime de teletrabalho parcial. Na Secretaria da Presidência, há 26 servidores, 14 no presencial e 12 em regime de teletrabalho.

5.8 O teletrabalho é integral ou parcial?

O teletrabalho é parcial.

5.9 Qual critério para fixação das cotas?

De acordo com a Resolução PRES n. 370/2020, o número de servidores em trabalho não presencial poderá atingir até 80% do total de servidores lotados na unidade, para ser mantido quantitativo mínimo para realização satisfatória das atividades presenciais,

jurisdicionais e administrativas (art. 6º). São priorizados os servidores com deficiência, os que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência; gestantes e lactantes e aqueles que preencham os requisitos para remoção ou licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro (art. 19). Pela natureza do trabalho exercido na Presidência, é difícil a fixação de cotas, mas o trabalho é dividido por assunto/sistema e cada servidor fica responsável por um ou mais deles, como, por exemplo, malote digital, PJe TRF3, PJe CNJ, com o monitoramento do trabalho pelos gestores das áreas de atuação da Corregedoria, com o apoio dos Juízes auxiliares.

5.10 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A aferição da produtividade dos servidores é realizada pelos gestores das áreas de atuação da Presidência (assessoria judiciária com o apoio dos Juízes auxiliares). Caso não haja cumprimento (não ocorreu tal hipótese), é realizada reunião com o servidor para verificar o motivo de não cumprimento e são tomadas as providências necessárias.

5.11 Como é feita a triagem? (Processos físicos e eletrônicos).

A triagem de processos eletrônicos é feita pela chefia de gabinete da unidade. As entradas de documentos ocorrem através de malote digital, malote físico, Sistema SEI, CNJ (PJe) e e-mail. Todas as formas de entrada são monitoradas diariamente, priorizando-se, no processamento, os pedidos mais urgentes, quando houver.

5.12 Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não há processos físicos. Os processos ficam separados nos sistemas (SEI, PJe CNJ) por marcadores, etiquetas e observações. Há apenas um processo físico (sobrestado) na SEPE.

5.13 Como ocorre o controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e de urgências?

O controle do acervo se dá por planilhas Excel e pela colocação de etiquetas no PJe. Porém, não há na relatoria Desembargadora Presidente processos para julgamento, exceto os de Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT). Não há processos remetidos a outros setores. Embargos ou agravos de decisões em SLATs são controlados por planilhas Excel e etiquetas no PJe.

5.14 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle dos processos é feito por planilha Excel, através de pesquisas e controles existentes no SEI e pela verificação das etiquetas no PJe.

5.15 Como é realizada a distribuição das metas individuais e/ou coletivas na unidade?

Pela natureza do trabalho exercido na Presidência, é difícil a fixação de metas, mas o trabalho é dividido por assunto/sistema e cada servidor fica responsável por um ou mais deles, como, por exemplo, malote digital, PJe TRF3, PJe CNJ, com o monitoramento do trabalho pelos assessores e/ou gestores.

5.16 Como é realizada a política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há ainda no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5.17 São utilizados modelos de documentos que facilitam o trabalho?

Modelos de documentos existentes ou os salvos no SEI.

5.18 Como é realizada a capacitação dos servidores?

Os servidores são estimulados a participar de cursos oferecidos pelo TRF3 ou setores próximos.

5.19 Como é realizado o atendimento aos advogados e às partes?

O atendimento é realizado por e-mail, por telefone e, se necessário, pessoalmente ou por videoconferência.

5.20 Qual o horário de expediente?

O horário do atendimento do público interno é das 9h às 19h. O horário do atendimento do público externo é das 12h às 19h.

5.21 Qual o normativo que regulamenta as sessões virtuais? Qual a periodicidade?

Os normativos que regulamentam as sessões virtuais são a Portaria n. 938, de 15/12/2017 (normatização das sessões de julgamento por meio eletrônico no âmbito do Órgão Especial), e a Portaria PRES n. 2000 (acrescentando o julgamento dos feitos criminais sob a forma eletrônica e a forma de sustentação oral por videoconferência).

5.22 São realizadas sessões por videoconferência? Qual o normativo que as regulamenta?

São realizadas sessões por videoconferência. A Portaria n. 938, de 15/12/2017, trata da normatização das sessões de julgamento por meio eletrônico no âmbito do Órgão Especial, a Resolução PRES n. 343, de 14/4/2020, trata da utilização da ferramenta de videoconferência Microsoft Teams, e a Portaria PRES n. 2000 acrescentou o julgamento dos feitos criminais sob a forma eletrônica e a forma de sustentação oral por videoconferência.

5.23 Há normativo que disciplina a marcação e escala de férias para os desembargadores do Tribunal? (Detalhar o procedimento de marcação de escala de férias, alteração e interrupção).

Sim. A Resolução PRES n. 300/2012 (Desembargadores Federais), o Provimento CORE n. 1/2020 (juízes de 1º Grau de jurisdição) e a Orientação Normativa n. 6255086/2020 (Juízes das Turmas Recursais). A marcação ocorre por meio da escala de férias (Res. CJF n. 130/2010) em 3 etapas: 1ª) inicia-se em outubro de cada ano, com o envio de mensagem eletrônica aos magistrados, informando o intervalo no qual devem efetuar o agendamento dos períodos, para gozo no ano seguinte, e sobre a utilização do Sistema e-GP; 2ª) validação da escala: a mensagem que informa o período de agendamento e esclarece que, encerrado o período, será iniciado o período de validação pelos gestores de cada Subseção (Diretor de Subseção, Coordenador de Fórum, Presidente de JEF, Coordenador de Turma Recursal ou Diretor do Foro), para os juízes de 1º grau, e pelos Presidentes das Turmas Julgadoras, no TRF3; 3ª) homologação da escala: é feita a conferência pela Divisão de Assuntos da Magistratura, se todos os magistrados agendaram.

5.24 Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Há formalização? De que forma ocorre? (Descreva o procedimento).

A indicação do magistrado de 1º grau é realizada pelo Desembargador Federal à Presidência do Tribunal. A convocação ocorre nos termos das Resoluções CNJ n. 72/2009 e 209/2015, EC n. 45, de 30/12/2004, e LC n. 35, de 14/3/1979, que estabelecem a convocação de juízes federais que não retenham em seu poder autos fora dos prazos regulamentares e desde que não haja registro de punição administrativa com as penas previstas no art. 42 da LC n. 35/1979, nem procedimento administrativo disciplinar. A convocação se dá por meio de Ato da Presidência, referendado pelo Órgão Especial do Tribunal.

5.25 Quais os critérios e procedimentos utilizados para remoção de juízes? Existe a formalização? De que forma ocorre? (Descreva o procedimento).

Os critérios estão previstos no art. 93, I, II e VIII-A, da CF e EC n. 45/2004, art. 2º da Res. CNJ n. 32/2007, Res. CJF n. 1/2008, Res. CJF n. 248/2013, Res. PRES n. 283/2012, art. 4º da Res. CJF n. 410/2016, Res. PRES n. 05/2016 e Res. Pres n. 06/2016. Procedimentos: Etapas sucessivas de abertura, em processo eletrônico, de Concurso de Remoção Interna de Juiz Federal, que, finalizado, segue-se a abertura de Concurso de Promoção ou Promoção e Remoção Interna de Juiz Federal Substituto. Inicia-se com proposta da Presidência ao CJF3R, após identificação dos cargos vagos e publicação de edital no Diário Eletrônico. As inscrições são realizadas pelo Sistema on-line de Promoção e Remoção-PRE, com a indicação, pelos magistrados, das varas de interesse. Com a juntada das informações sobre cada inscrito, o Processo SEI é levado a julgamento no CJF3R, para verificação da regularidade formal, sendo enviado ao OE, para julgamento, seguindo-se a publicação da Resolução que dispõe sobre Remoção dos Juízes Federais ou Juízes Federais Substitutos.

5.26 Existe a participação da Corregedoria Regional?

Sim. Tratando-se de Concurso de Remoção Interna de Juiz Federal ou de Juiz Federal Substituto, cabe à Corregedoria Regional prestar informações estatísticas e eventuais procedimentos administrativos disciplinares em tramitação e eventuais anotações quanto à penalidades aplicadas e sobre a existência de afastamentos de magistrados inscritos, superiores a 6 meses, para a participação em eventos de aperfeiçoamento profissional, nos termos do art. 4º da Res. CJF n. 410/2016, bem como informações sobre a ocorrência de acúmulo injustificado de processos na unidade judiciária que esteja sob a jurisdição dos magistrados inscritos, conforme art. 3º, § 2º, da Res. CNJ n. 32/2007, e art. 29, I, da Res. CJF n. 1/2008. No caso de Remoção Externa, a Corregedoria Regional elabora parecer, nos termos do art. 2º, II, da Res. PRES n. 5/2016 e Res. PRES n. 6/2016, e expede certidões concernentes à inexistência de sindicância ou processo administrativo disciplinar em desfavor dos Requerentes.

5.27 Como é aferido o merecimento?

São observados os requisitos previstos nos arts. 22 a 25 da Res. CJF n. 1/2008 e os critérios objetivos elencados nos arts. 3º e 4º da Res. CNJ n. 106/2010, levando-se em conta as informações requisitadas pela Presidência às seguintes áreas do TRF3: Corregedoria Regional, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete da Conciliação, Escola de Magistrados, Secretaria Judiciária, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça e Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, que instruem o processo administrativo. Juntadas as informações, o processo administrativo é levado a julgamento pelo CJF3R, para verificação da regularidade formal e encaminhamento ao Órgão Especial ou Plenário, respectivamente, no caso de Concurso de Promoção de Juiz Federal Substituto ou de Juiz Federal a Desembargador, para deliberação e votação.

5.28 Existe a elaboração de escala geral dos plantões realizados?

No Tribunal, é observado o critério de antiguidade crescente. Serão efetuadas escalas diferenciadas para os plantões realizados nos finais de semana comuns, nos finais de semana prolongados por feriados ou suspensões de expediente. Na 1ª Instância, para o plantão ordinário, há sistema de rodízio entre os magistrados, respeitada a ordem crescente ou decrescente de antiguidade daqueles lotados na Subseção Judiciária, escalando-se novamente o mesmo magistrado somente após a participação de todos os demais, podendo ser adotado critério distinto de ordenamento mediante acordo firmado por todos os interessados. Os magistrados deverão ser escalados para períodos iguais, de no mínimo três dias e no máximo uma semana. O plantão judicial de recesso judiciário será organizado em regime de inscrição de interessados por dia. O plantão segue, regularmente, nos anos subsequentes, a partir de onde houver encerrado o ano anterior.

5.29 A unidade possui plano de gestão?

O Plano atual consiste em dois pilares: transparência e acompanhamento permanente da gestão. Desde o início da gestão, em março deste ano, vem sendo realizadas reuniões setoriais com as equipes de gestores e de servidores, sob a condução da Desembargadora Federal Marisa Santos e dos juízes auxiliares desta Presidência. Nesse contexto, durante todo o mês, estão sendo realizadas reuniões com setores subordinados, nas quais há troca de experiências e apresentação de informações e orientações aos gestores e servidores. Estão sendo envolvidos neste projeto 867 servidores.

5.30.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade já foi reestruturada e se encontra bem de recursos humanos e materiais.
b) gestão do trabalho	A unidade faz um bom controle da gestão do trabalho.
c) resultados	A unidade tem apresentado bons resultados.

5.30.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos são transparência e acompanhamento permanente da gestão dos setores subordinados à Presidência. A Desembargadora Federal Marisa Santos tomou em posse em 2/3/2022 e, junto com a sua equipe e o apoio da Diretoria-Geral, está organizando e realizando as reuniões setoriais.

5.30.3 Quais ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Durante os meses de março e abril de 2022, foram marcadas reuniões com setores subordinados, nas quais há troca de experiências e apresentação de informações e orientações aos gestores e servidores. Estão sendo envolvidos neste projeto 867 servidores.

5.31 Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante o período da pandemia, foram realizadas muitas sessões, audiências e reuniões com a utilização da ferramenta "Microsoft Teams", e tais iniciativas se tornaram efetivas, mesmo após o fim da pandemia, sendo possível a reunião de várias pessoas que não estão na mesma cidade. O teletrabalho também será mantido parcialmente, tornando possível a reutilização dos espaços no prédio sede (já foi possível a devolução de salas alugadas no prédio ao lado).

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0011657-94.2012.4.03.0000	18/4/2012	1199-Pedido de Providências
SEPE - Sigiloso. Processo sobrestado aguardando julgamento de outro feito.		
5032130-06.2018.4.03.0000	19/12/2018	144-Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Processo será incluído no pedido de dia para pauta do Órgão Especial de 11 de maio de 2022, está com o relatório para ser pautado.		
0030024-41.1990.4.03.0000	16/7/1991	145-Suspensão de Execução de Sentença
Autos findos. SEPE – 1/3/2022 INFORMAÇÃO - AUTOS FINDOS ARQUIVADO DAGE CAIXA 107 - CONF. EMAIL 21 MAR 2022 - 26/11/2019 ALTERAÇÃO DE ASSUNTO Incluído 800000 para fins estatísticos - 16/7/1991 DESARQUIVADO CX 107		
5003554-50.2019.4.03.6181	1º/12/2021	335-Carta de Ordem Criminal
Foi proferido despacho e suspenso o cumprimento da carta de ordem tendo em vista a alteração do entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à execução provisória da pena, assim como por ter sido a presente determinação de prisão objeto da ordem do Habeas Corpus 540.834SP, perante o STJ-17.12.		
0054629-60.2012.4.03.6182	4/6/2018	198-Apelação Cível
O processo encontra-se com remessa ao MPF, com acórdão. 23/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 23/3/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL 3ª REGIÃO - 4/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO PRF.		
0001065-35.2000.4.03.6103	7/4/2008	198-Apelação Cível
Processo com Acórdão. 16/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - 16/3/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) - 9/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO FAZENDA NACIONAL		
0006343-37.2002.4.03.6106	1º/8/2018	198-Apelação Cível
Processo com Acórdão. 4/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO PRF - 8/2/2022 DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO ACORDÃO no dia 2022-2-8 . 8:30 (Boletim de Acórdão 30171/2022) Visualizar 4/2/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - ASSESSORIA JUDICIARIA DA VICE-PRESIDENCIA		
0031404-54.1998.4.03.6100	23/3/2001	198-Apelação Cível
Processo com acórdão. 7/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO GUIA NR.: 2022006444 DESTINO: UNIÃO FEDERAL (Fazenda Nacional) - 8/2/2022 DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO ACORDÃO no dia 2022-2-8 . 8:30 (Boletim de Acórdão 30168/2022)		
0015649-38.2008.4.03.6100	14/12/2010	198-Apelação Cível
Processo com Acórdão: 11/3/2022 REMESSA GUIA NR.: 2022007244 DESTINO: ASSESSORIA JUDICIARIA DA VICE-PRESIDENCIA - 11/3/2022 RECEBIDO(A)		

ORIGEM - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - 25/2/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO MPF		
0008600-95.2003.4.03.6107	18/4/2013	198-Apeação Cível
Processo com Acórdão. 4/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO PRF - 8/2/2022 DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO ACORDÃO no dia 2022-2-8 . 8:30 (Boletim de Acórdão 30171/2022) Visualizar 4/2/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - ASSESSORIA JUDICIARIA DA VICE-PRESIDENCIA		
0004725-13.2008.4.03.6182	7/4/2011	1728-Apeação/Remessa Necessária
Processo com Acórdão. 16/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO MIN. PÚBLICO FEDERAL - 16/3/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) - 7/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO GUIA NR.: 2022006444 DESTINO: UNIÃO FEDERAL (Fazenda Nacional).		
0570981-61.1997.4.03.6182	9/12/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Proc. c/ Acórdão. 16/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - 16/3/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) - 7/3/2022 REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO GUIA NR.: 2022006444 DESTINO: UNIÃO FEDERAL (FN).		
0020324-73.2010.4.03.6100	29/2/2012	1728-Apeação/Remessa Necessária
Proc.c/ Acórdão 7/3/2022REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO GUIA NR.: 2022006444 DESTINO: UNIÃO FEDERAL (Fazenda Nacional) - 8/2/2022 DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO ACORDÃO no dia 2022-2-8 . 8:30 (Boletim de Acórdão 30169/2022) 4/2/2022 RECEBIDO(A) ORIGEM - ASSESSORIA.J.VP.		

7. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Com o início da gestão referente ao biênio iniciado em 2/3/2022 (2022/2024), a Desembargadora Federal Marisa dos Santos assumiu a Presidência do Tribunal Federal Regional da 3ª Região.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi muito cordialmente recebida pela Desembargadora Federal Presidente, pela Chefe de Gabinete Ariete Rodrigues, pelas Assessoras Ana Paula Britto e Adriana Camili Dias, e pelas servidoras da Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos – DEGE, Maíra Zau Serpa Spina e Kátia de Cássia Egídio.

Foram convocados os Juízes Federais Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, Paulo Ricardo Arena Filho e Ricardo Damasceno, que atuam em auxílio à Presidência.

O acervo judicial é reduzido, em razão da competência estrita da Presidência (item 2.2). A atuação jurisdicional da Presidência se restringe à análise de pleitos de suspensão de decisões jurisdicionais, de avocatórias e de questões outras relativas a feitos que tramitam no Órgão Especial. São priorizados os pedidos de suspensão de segurança e de liminar e são observadas as metas do CNJ e as prioridades legais.

Haverá recomendação para que os embargos de declaração opostos nos autos da suspensão de liminar n. 5032130-06.2018.4.03.0000 sejam julgados em até 60 dias.

Atualmente existem 2 processos disciplinares em andamento contra magistrados: (i) 0269649-70.2021.4.03.8000 e (ii) 0025022-96.2020.4.03.8000 (item 5.3). A equipe da Presidência apontou que há grande quantidade de expedientes administrativos em trâmite.

A Presidência é composta pelo Gabinete da Presidência (GABP) e pelos seguintes órgãos, a saber: Diretoria-Geral, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria de Licitações e Contratos, Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais, Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, Secretaria de Auditoria Interna, Secretaria da Presidência, Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Segurança Institucional.

A Diretoria-Geral possui atribuição de planejar, coordenar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas do Tribunal. São subordinados à Diretoria-Geral: Gabinete e Assessorias da Diretoria-Geral, Secretaria da Administração, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria Judiciária.

O início da atual gestão, em 2/3/2022, basicamente coincidiu com o ataque cibernético que tornou indisponíveis os serviços prestados pelo TRF3 e pela Justiça Federal da 3ª Região (com a paralisação total dos sistemas eletrônicos de 30/3/2022 até 12/4/2022).

Assim, a equipe da Presidência narra ter empreendido esforços hercúleos para normalizar a situação e promover a retomada cautelosa dos sistemas eletrônicos, de modo a garantir plena segurança.

Foram editadas as Portarias CATRF3R n. 18 e CJF3R n. 520, que suspenderam o atendimento presencial ao público externo e os prazos de feitos eletrônicos até 12/4/2022 e de processos físicos até 29/4/2022.

Diante do grande número de equipamentos contaminados, a reengenharia dos sistemas eletrônicos exigiu a formatação do sistema central e de computadores de todos os servidores do Tribunal para garantir a segurança dos sistemas da Justiça Federal da 3ª Região.

No período da inspeção, os sistemas eletrônicos já estavam normalizados e não houve ocorrência de lentidão ou falha no acesso a eles. Tanto que o processamento e pagamento de RPV's e de precatórios estão totalmente em dia.

Por outro lado, a atual gestão prossegue com atenção para os esforços ao aperfeiçoamento dos dados estatísticos da Justiça Federal da 3ª Região. Quanto ao assunto, a equipe da Inspeção conversou com as servidoras Máira e Kátia da Divisão

de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos – DEGE, subordinada à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica – ADEG. O Tribunal reconhece melhorias do controle estatístico dos seus dados e empenha-se no saneamento de falhas ainda existentes, como a eliminação de inconsistências e ajuste de parâmetros.

A ferramenta de BI (Business Intelligence) está disponível no sítio eletrônico do Tribunal, apresentando dados unificados dos sistemas SIAPRO e do PJe. A Presidência informou que foram criados dois painéis: (i) o de movimentação processual, permitindo a gestão dos dados das unidades judiciárias, e (ii) o de metas, contendo os parâmetros definidos pelo CNJ e pelo CJF.

A acessibilidade às unidades judiciais e administrativas é boa e merece elogio o empenho da atual e das anteriores gestões no aprimoramento e consolidação da estatística da Justiça Federal da 3ª Região. Conforme citada ferramenta de BI, em março de 2022, o total de feitos em tramitação no TRF era de 294.531 processos, sendo 240.391 em tramitação e 54.140 sobrestados. Desse total, 272.247 são processos eletrônicos em trâmite no sistema PJe e 22.284 são físicos em tramitação no SIAPRO.

Tema delicado na pauta do momento diz respeito à retomada em maior escala do trabalho presencial. Com referência ao assunto, a Presidência editou as Resoluções PRES n. 514, de 28/4/2022, e PRES n. 515, de 28/4/2022, dispondo sobre o trabalho não presencial em suas diversas modalidades (total ou parcial, o por gestão diferenciada e à distância). O tema gerou muito debate entre os servidores e magistrados e, em 5/5/2022, foi editada a Resolução PRES n. 519, suspendendo os efeitos da Resolução PRES n. 514 até o início de julho. A Presidência informou que o assunto será melhor estudado e há a necessidade de abertura de procedimento administrativo para contratação de novos links de acesso e de ferramentas eletrônicas para adequação da infraestrutura de informática.

É elogiável o avanço de organização obtido pelo TRF3 no que tange à implantação do PJe nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais. No entanto, após críticas exaradas por gestores de unidades judiciais e de processamento, constata-se que algumas funcionalidades do sistema PJe necessitam de aprimoramento. Há reclamações quanto a chamados técnicos não atendidos e à inoperabilidade do sistema quando há anexação de documentos e apensos volumosos digitalizados.

O TRF3 já se encontra preparado para a ampliação de seu quadro, já definida legalmente, e está em curso estudo para a reforma regimental necessária à adaptação.

Após o ataque hacker, a atenção com a segurança informática está na ordem das prioridades redobradas.

Merece destaque que, no curto período de tempo desde que assumiu, a nova equipe da Presidência se houve bem diante do enfrentamento do problema de segurança

e operabilidade dos sistemas eletrônicos e tem identificado carências e buscado melhorias para o retorno do trabalho presencial mais pleno.

8. RECOMENDAÇÕES

Medidas a serem adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) julgar, em até 60 dias, os embargos de declaração opostos nos autos da suspensão de liminar n. 5032130-06.2018.4.03.0000;

b) manter o foco no aperfeiçoamento das funcionalidades do PJe e melhorar o atendimento às chamadas técnicas solicitadas pelas unidades judiciais e administrativas, bem como no aprimoramento da consolidação e divulgação dos dados estatísticos da Justiça Federal da 3ª Região;

c) priorizar o aperfeiçoamento da segurança contra ataques cibernéticos;

d) priorizar a digitalização de processos físicos que tramitam no sistema SIAPRO (em torno de 22.000); e

e) manter o bom método de trabalho e as boas práticas da equipe.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Desembargador Federal ANTÔNIO CEDENHO**

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Vice-Presidência

2.2 Competência

O Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Desembargador Federal Antônio Carlos Cedenho, colabora com a Presidente do Tribunal na representação e administração do Poder Judiciário. Realiza o juízo prévio de admissibilidade dos Recursos Excepcionais e decide sobre os pedidos incidentais correlatos de caráter urgente. Preside as 4 Seções do Tribunal e a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TRF3, competindo-lhe, ainda, exercer outras atribuições conferidas em lei e no art. 22 do Regimento Interno do Tribunal. Integra também o Grupo Decisório do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (CNIn), que delibera sobre Notas Técnicas (NTs), as quais servem para o monitoramento, gerenciamento e aprimoramento do sistema de precedentes, desde a formação até a aplicação pelas instâncias judiciais, e também aprova proposições administrativas ou judiciárias visando à prevenção ou ao melhor tratamento das demandas repetitivas.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Antônio Carlos Cedenho.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Federal Antônio Carlos Cedenho tomou posse na Vice-Presidência deste Tribunal em 2/3/2022, vindo da Terceira Turma, na qual assumira em 27/7/15

com um acervo de 6.015 processos. Ele deixou o referido gabinete com o acervo de 2.206 processos conclusos e 605 sobrestados. O acervo da Vice-Presidência está mencionado no item 4.1.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, Vice-Presidente no biênio anterior (2020/2022), até 1º/3/2022.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maria Cristina de Almeida Moraes mcmoraes@Trf3.Jus.Br, assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	37 = 31 (AJUV/GABVP/GABAC) + 6 (NUGEP) - unidades vinculadas à Vice-Presidência
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo	
Processos conclusos	9.082 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Processos conclusos com réu preso	01
Processos conclusos com prioridades legais	919 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Processos em tramitação*	18.016 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Processos suspensos/sobrestados	29.104 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)

Nota: * Processos em tramitação em toda a Vice-Presidência, excluídos os suspensos/sobrestados.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	9.082 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.991 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	29.104 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	32.856 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n.8618561)

4.3 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	15 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos ao exame do colegiado	00

4.4 Processos conclusos por última conclusão	
Ano atual	5.393 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Ano anterior	3.100 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
2º ano anterior	203 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
3º ano anterior	357 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
4º ano anterior	05 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Acervo em tramitação (início do 12º mês anterior à inspeção)	28.852 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Acervo em tramitação (ao final do mês anterior)	18.016 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Total de Processos despachados	69.626 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)

4.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses	
Admitidos - art. 1.030, V, CPC	2.932 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Negado seguimento - art. 1.030, I, CPC	6.874 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Encaminhados para retratação - art. 1.030, II, CPC	6.175 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)
Sobrestados - art. 1030, III, CPC	3.296 (*OBS despacho PRES n. 8625118/2022 Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561)

4.7 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	87
Total de feitos não regularizados	0

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. a) Apreciação/inclusão em pauta em 60 dias de processos inspecionados conclusos há mais de 180 dias; inclusão dos embargos de declaração de processos inspecionados em conclusão há mais de 180 dias no prazo de 60 dias; regularização da fase processual e andamento de alguns processos inspecionados; b) eventualmente, sugestão de alteração regimental para suprimento de competência atribuída à Vice-Presidência, referente à Presidência das seções (art. 22, inc. V, do

Regimento Interno do TRF3); c) atenção a planejamento que reduza ou interrompa o crescimento do número de processos conclusos; d) manutenção de plano de trabalho para análise de processos criminais, especialmente os físicos e com réu preso, durante a pandemia e a necessidade de trabalho remoto; e, e) manutenção do espírito colaborativo, do bom método de trabalho e das boas práticas.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) os processos inspecionados foram apreciados/julgados no prazo recomendado, sendo alguns levados a julgamento pelo colegiado e outros com decisão monocrática; as fases processuais foram regularizadas no sistema, sendo todos processos físicos; foi dado andamento aos processos; aqueles que estavam com prazo para contrarrazões de recurso retornaram da secretaria e foram apreciados; c) para a diminuição do número de processos conclusos, muitos retirados do sobrestamento em razão do julgamento do tema nos tribunais superiores, aumentou-se a eficiência da triagem dos processos e foi feito lançamento de decisões em lote; d) a AJUV-CRIMINAL atualmente conta com 23 processos criminais: d.1) 9 aguardando exame de admissibilidade; d.2) 1 no Órgão Especial; d.3) 11 no Órgão Especial (9 pautados, aguardando sessão, e 2 minutados, aguardando pautar); d.4) Proc. 5001624-97.2020.4.03.6104 possui réu preso, mas já teve o exame de admissibilidade.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Em relação a apenas 3 processos, as recomendações não puderam ser efetuadas, mas foram tomadas providências para dar andamento aos feitos. Em relação aos processos 0017440-62.1996.403.6100 e 0016892-12.2011.403.6100: após várias providências para localização dos autos, sem sucesso, foi dado início ao processo de restauração que se encontram com andamento regular. Em relação ao processo 0020944-72.2003.403.9999: na inspeção anterior, em razão da pandemia, o andamento do processo foi verificado pelo sistema SIAPRO, para processos físicos. O processo estava no incêndio ocorrido em 2017 e já foi iniciada restauração dos autos em fevereiro de 2020. Atualmente, o processo encontra-se no Juízo de origem, para restauração dos autos e, finalizada a restauração, será realizada admissibilidade do recurso.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Tendo em vista o desempenho funcional demonstrado na gestão antecedente, houvesse por dar prosseguimento às boas práticas até então levadas a cabo. Nesse sentido, a manutenção de equipe treinada para a triagem de processos e a subsequente distribuição para análise entre os servidores em função das matérias correspondentes às suas aptidões, tudo em mira à redução do acervo de processos conclusos. A

manutenção, também, de grupos de trabalho para a verificação de processos com recursos que possam ser cotejados com temas já julgados pelos Tribunais Superiores, a fim, inclusive, de possibilitar a utilização de minutas específicas e o julgamento em lote. Incentivar que os núcleos temáticos (previdenciário, administrativo/cível, criminal e tributário) possam exercitar os mecanismos colocados à disposição pelos variados sistemas, como, por exemplo o SIGMA, existentes na Justiça Federal.

6.2 Magistrado e/ou servidor entrevistado

Desembargador Federal Antônio Cedenho e Assessora Maria Cristina de Almeida Moraes.

6.3 Como é feita a organização do trabalho (distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim)?

No que respeita à triagem/admissibilidade de recursos isso é realizado indistintamente por todos os servidores dos respectivos núcleos temáticos (previdenciário, cível/administrativo, criminal e tributário), observando-se rotinas específicas de cada núcleo.

6.4 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

27 servidores (no total de 37 - vide item 3.5).

6.5 O teletrabalho é integral ou parcial?

Parcial e integral.

6.6 Qual o critério para fixação das cotas?

De modo geral, há definição diária da quantidade de processos a cargo de cada servidor, variando de acordo com alguns aspectos dos processos recebidos pelo gabinete, como por exemplo: complexidade, existência ou não de minuta modelo, se a matéria já está consolidada pelos tribunais superiores, etc, sempre tendo em vista o cumprimento das metas fixadas para cada núcleo temático, com o acréscimo de 30% no caso de teletrabalho ordinário.

6.7 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Há controle e acompanhamento individual de produtividade. Poderá haver readequação das respectivas atribuições de cada servidor, isso em primeiro momento e até mesmo em último caso à suspensão do teletrabalho.

6.8 Como é feita a triagem? (processos físicos e eletrônicos)?

Além do que foi dito no item 8, encerrada a fase inicial de triagem/admissibilidade dos recursos recebidos da distribuição, os processos são encaminhados aos gestores dos respectivos núcleos temáticos para a revisão e são endereçados ao servidor competente, seguindo-se o curso do controle de produtividade. Tal rotina serve tanto aos processos eletrônicos quanto aos físicos. Os casos de urgência e/ou de prioridade são destacados e analisados sempre em primeiro lugar.

6.9 Como os processos estão organizados (armários, localizadores)?

Os processos físicos são localizados em armários por meio do sistema SIAPRO e os processos eletrônicos por meio de etiquetas personalizadas.

6.10 Como ocorre o controle (se houver): de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e de urgências?

As movimentações de entrada e saída dos processos são sempre monitoradas. Os processos físicos são controlados por intermédio de guias de remessas emitidas para cada movimentação, além da localização em armários por meio do sistema SIAPRO, ao passo que os processos eletrônicos são controlados por meio de etiquetas personalizadas, a partir da comparação entre os processos recebidos na tarefa TRIAGEM e saídas controladas a partir da assinatura dos atos e decisões pelo Vice-Presidente e enviados à secretaria processante para os devidos encaminhamentos. Os embargos de declaração e agravos internos, assim como as urgências e/ou prioridades recebem etiqueta própria também para fins de controle.

6.11 Como é realizada a política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

São feitas sempre por meio da valoração do desempenho individual do servidor e em função também dos variados graus de comprometimento com a atividade-fim laborativa. A recompensa é feita por meio da atribuição e/ou rodízio das funções comissionadas.

6.12 Como é realizada a distribuição das metas individuais e/ou coletivas na unidade?

É de rigor a busca do alinhamento das metas individuais e coletivas com os objetivos estratégicos da Justiça Federal sintetizados na necessária celeridade da prestação jurisdicional. Nesse sentido, exige-se desempenho compatível com a capacidade individual do servidor quando colocada em cotejo com a complexidade da matéria a ser analisada, exigindo-se 30% a mais do servidor que executa as suas funções no teletrabalho.

6.13 São utilizados modelos de documentos que facilitam o trabalho?

Sim. Modelos de minutas, de despachos, decisões e acórdãos.

6.14 Como é realizada a capacitação dos servidores?

Há incentivo aos servidores para a busca de capacitação técnica diante das oportunidades oferecidas pelo Tribunal. Utilizam-se manuais de orientação, criados até mesmo dentro da própria unidade, para auxiliar na elaboração das minutas dos mais variados atos decisórios. Além disso, há incentivo em treinamentos para inclusive proporcionar melhor manejo dos recursos de informática disponibilizados pelo Tribunal.

6.15 Como é realizado o controle dos feitos sobrestados?

Ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP compete manter, disponibilizar e alimentar o banco de dados previsto no art. 5º da Resolução n. 235, com informações atualizadas sobre os processos sobrestados na 3ª Região; informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos paradigmas para os fins dos arts. 985, 1.035, § 8º, 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC; e tramitar os feitos com determinação de sobrestamento, em razão de recurso repetitivo ou com repercussão geral, no âmbito da Vice-Presidência.

6.16 Como funciona o trâmite e a digitalização de processos para remessa às Cortes superiores?

O Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores - NURT, vinculado à Secretaria Judiciária - GABP, faz a indexação e a inserção nos sistemas do STJ e STF.

6.17 Como é feito o atendimento a advogados?

Mediante agendamento o atendimento é feito tanto presencial, quanto virtual.

6.18 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Em periodicidade fixa, as caixas de tarefa do sistema PJe são examinadas para identificar os processos há mais tempo sem movimentação, para se for o caso, promover a regularização do andamento. De regra, utiliza-se marco temporal máximo de referência de 30 dias, salvo quanto às tarefas com processos pendentes de providências urgentes, por exemplo: minutar decisão órgão diverso/minutar decisão intercorrente/triagem gabinete recebidos da unidade processante/assinar ato judicial e recebidos com embargos de declaração que são examinadas diariamente ou semanalmente, conforme o caso.

6.19 Há juízes auxiliares?

Sim. Os Juízes Federais João Roberto Ottavi Júnior e Anderson Fernandes Vieira atuam sem prejuízo de suas funções, em auxílio à Vice-Presidência. Foram

convocados por meio do Ato PRES n. 3852, de 7/3/2022. Cada um deles é responsável por dois núcleos (tributário/penal e previdenciário/cível).

6.20 Em qual normativo está estabelecida a atribuição de realizar o juízo prévio de admissibilidade dos recursos excepcionais no Tribunal?

Art. 22, II do Regimento Interno do TRF3.

6.21 São observados os critérios de precedência e as preferências legais na análise dos recursos?

Sim. São atendidas as prioridades legais e privilegiados os processos mais antigos.

6.22 Qual o procedimento adotado em caso de juízo de admissibilidade positivo aos tribunais superiores?

Após as cautelas legais os autos são remetidos pela Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência ao Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores - NURT, para as providências.

6.23 É realizado juízo de admissibilidade em recursos ordinários em mandado de segurança ou habeas corpus?

Sim.

6.24 Reconhecida a matéria do processo com algum tema afetado, o que acontece com os autos?

Procede-se à suspensão/sobrestamento, com a remessa ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP.

6.25 A que acervo são atribuídos os processos pendentes de juízo de admissibilidade? E quando são admitidos, os processos ficam em qual acervo?

Admitidos os recursos, os feitos aguardam remessa eletrônica às Cortes Superiores.

6.26 Há uma comissão gestora que supervisiona o NUGEP no Tribunal? Indicar o ato normativo que disciplina a referida comissão.

A Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TRF3 reúne-se periodicamente, ao menos uma vez semestralmente, em conformidade com o disposto no art. 6º, § 9º, da Resolução CNJ n. 235/2016, inserido pela Resolução CNJ n. 286/2019.

6.27 Como e por qual unidade é alimentado o banco nacional de dados, com as informações atualizadas sobre os processos sobrestados?

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, órgão vinculado à Vice-Presidência do TRF3, e cujas atribuições consistem, precipuamente, em (i) gerenciar os procedimentos administrativos decorrentes da aplicação dos regimes da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos ou de incidentes de assunção de competência, (ii) acompanhar os processos submetidos à técnica dos casos repetitivos e da assunção de competência em todas as suas fases e (iii) alimentar o Banco Nacional de Dados de Precedentes Repetitivos (BNPR).

6.28 A unidade possui plano de gestão?

Há plano de gestão contemplando metas gerais e específicas, com o objetivo de incrementar a redução do acervo de processos existentes no Gabinete da Vice-Presidência e priorizar também os processos físicos que estão suspensos com temas já transitados em julgado.

6.29 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Existência de problemas específicos relacionados às rotinas/funcionalidades disponíveis no PJe para a Vice-Presidência que, inclusive, já vinham sendo tratados pela gestão anterior.
b) gestão do trabalho	É feita a centralização e gerenciamento dos modelos de minutas de decisões com a utilização da inteligência artificial - SIGMA, consoante plataforma disponibilizada pelo TRF3. Plano permanente de elaboração e aumento do banco de dados por matéria dos feitos que tramitam na esfera recursal de âmbito do TRF3. Busca de uniformização redacional das decisões, com a preocupação de evitar a robotização. Permanente interação com o Gabinete da Conciliação e órgãos públicos, objetivando outros instrumentos capazes de estabelecer o monitoramento e redução da litigiosidade no âmbito da Vice-Presidência.
c) resultados	A atual gestão da Vice-Presidência teve início em 2/3/22 e já no primeiro mês de trabalho, além do trabalho rotineiro que movimenta o Gabinete, cerca de 400 processos físicos sobrestados com temas já transitados em julgado, foram devidamente analisados e encaminhados de acordo com as práticas usuais.

6.30 Quais os objetivos a serem alcançados?

a) Eliminar o acervo de processos físicos pendentes de exame de admissibilidade e que se encontram sobrestados em virtude de temas representativos de controvérsia e

com trânsito em julgado; b) Continuar a efetiva restauração dos autos de processos físicos sobrestados, sinistrados no ano de 2017; c) Redução incansável do acervo de processos eletrônicos e físicos que se encontram conclusos no âmbito do Gabinete; e d) Fortalecer no TRF3 o sistema de precedentes existente na Justiça Federal.

6.31 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

a) Revisão periódica dos métodos de trabalho e da busca de mecanismos que permitem continuada otimização do desempenho funcional na Vice-Presidência; b) Fomentar o aperfeiçoamento do sistema PJe e do fluxo da Vice-Presidência; c) Dar a devida atenção para a diminuição do acervo correspondente aos processos físicos, notadamente os mais antigos, traçando metas alcançáveis considerando o volume de processos e a força de trabalho existente no Gabinete.

6.32 Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

a) Reuniões periódicas do Vice-Presidente com os juízes auxiliares e a equipe de assessoramento, para fixação de diretrizes e redefinição de metas; b) Reuniões técnicas com as equipes de trabalho e com órgãos da Advocacia Pública; c) adoção da sistemática de reuniões individuais praticadas diariamente a fim de solucionar problemas de trabalho, dar feedbacks e diminuir a sensação de distância física e afetiva, fortalecendo a confiança como pilar fundamental para o sucesso da liderança remota.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5023488-73.2020.4.03.0000	22/8/2020	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo atribuído ao Dr. Cedenho como integrante do Órgão Especial em 2/3/2022 - mandado de segurança originário, redistribuído ao Gab. da Des. Federal Consuelo Yoshida, pelo Órgão Especial /com prioridade de inclusão em pauta/sessão 8/6/2022.		
5005967-81.2021.4.03.0000	22/3/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo atribuído em 2/3/2022 ao Des. Fed. Antonio Cedenho como integrante do Órgão Especial - mandado de segurança originário, redistribuído ao Gab. da Des. Federal Consuelo Yoshida, pelo Órgão Especial/com prioridade de inclusão em pauta/sessão 8/6/2022.		
5019744-36.2021.4.03.0000	26/8/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo baixado por cancelamento da distribuição.		
5023147-13.2021.4.03.0000	4/10/2021	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo com decisão de indeferimento do pedido e determinação de arquivamento, com prazo em curso.		
5024057-40.2021.4.03.0000	8/10/2021	241 - Petição Cível

Observação/Providência: Pendente de apreciação/será dado prioridade.		
0019824-32.2014.4.03.0000	8/8/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Apensado ao proc. 0009017-80.2005.4.03.6106 RE com decisão de envio à retratação em 2/12/2021. Localização atual: GAB. DES. FED. José Lunardelli.		
0013713-39.2008.4.03.6112	28/11/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico. Recursos especial e extraordinário com admissibilidade apreciada em 10/2/2022, com baixa definitiva em 21/3/2022.		
0006980-50.2014.4.03.0000	2/4/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo físico. Recurso especial com admissibilidade apreciada em 7/2/2022, que transitou em julgado em 17/3/2022.		
0009612-68.2008.4.03.6108	15/1/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: RE com decisão de envio à retratação em 23/2/2022 para Turma Julgadora. Localização atual: Central de Digitalização.		
0003672-78.2010.4.03.6100	9/12/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: RE com decisão de envio à retratação em 20/12/2021, tendo a Turma julgadora exercido juízo positivo na sessão de 14/3/2022. Localização atual: Subsecretaria da 5ª Turma.		
0042138-21.2004.4.03.0000	16/7/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças no PJe desde 24/3/2022 24/3/2022 - Recebido da UVIP para digitalização 24/3/2022 - Decisão REX devolvido.		
0035294-79.2009.4.03.0000	3/8/2018	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar com decisão de efeito suspensivo aos excepcionais em 13/8/18.		
0000068-61.2019.4.03.0000	23/4/2019	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 23/3/22, indeferindo o pedido da União, com determinação de que os autos sejam arquivados após a publicação. Localização atual: UVIP.		
5020018-05.2018.4.03.0000	20/8/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: HC com ordem concedida. Recurso ordinário constitucional não foi admitido em 8/1/2019. Interposto agravo denegatório. Autos retornaram ao Relator que reiterou determinação a vara de origem - fluxo com erro - aberto chamado n. 10468823.		
5010193-03.2019.4.03.0000	25/4/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Exarado despacho em 12/4/2022, cancelada a distribuição em razão do processo principal ter sido julgado.		
5024813-88.2017.4.03.0000	20/12/2017	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: Decisão de admissibilidade do recurso especial proferida em 18/3/2022, atualmente com prazo em curso para manifestação das partes.		
5026912-60.2019.4.03.0000	16/10/2019	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos - pendente de decisão/será dado prioridade.		

0021539-12.2014.4.03.0000	27/5/2021	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo físico indisponível no SIAPRO. Pelo GEDPRO auferiu-se que houve o trânsito em julgado para o MPF e que os autos foram encaminhados para o STJ em 14/1/2020. Em consulta com o número de origem no STJ, localizou-se o HC 616576 e o ARESP 650104. Ambos arquivados.		
5005891-80.2018.4.03.6105	1º/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido acórdão em 1º/2/2022, aguardando decurso de prazo.		
5005125-21.2017.4.03.6183	6/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados definitivamente para a origem em 29/3/2022.		
5004907-96.2018.4.03.6105	31/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido acórdão pelo O.E em 10/2/2022, aguardando decurso de prazo.		
0005966-28.2009.4.03.6104	19/7/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico, com prazo em curso para manifestação acerca da decisão nos embargos de declaração.		
0012268-18.2015.4.03.9999	13/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, após o levantamento do sobrestamento, se encontra com prioridade para decisão de admissibilidade de recursos excepcionais.		
0022388-85.2012.4.03.6100	26/3/2013	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Mandado de segurança originário, de relatoria do Desembargador Federal Nery Júnior, no Órgão Especial.		
0025899-86.2015.4.03.6100	28/11/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pendentes de apreciação embargos de declaração do contribuinte/será dado prioridade.		
5003382-39.2018.4.03.6183	19/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Com despacho determinando a baixa dos autos com o respectivo trânsito em julgado.		
5010299-33.2017.4.03.0000	28/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão em 18/3/2022/não conhecido os Embargos de Declaração/admissibilidade já com decisão.		
5012220-56.2019.4.03.0000	16/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decisão de admissibilidade, Tema 1018 STJ. Aguarda decurso de prazo.		
0029818-30.2008.4.03.6100	17/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo atualmente com prazo em curso para manifestação das partes acerca da decisão que analisou os embargos de declaração.		
5002269-84.2017.4.03.6183	10/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta de julgamento pelo O.E em 27/4/2022.		
5005591-78.2018.4.03.6183	5/11/2018	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Proferida decisão de admissibilidade em 24/2/2022, aguardando decurso de prazo.		
0038893-45.1998.4.03.6100	10/3/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão de admissibilidade do recurso especial proferida em 20/3/2022, atualmente com prazo em curso para manifestação das partes.		
0017573-21.2007.4.03.6100	8/4/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: REsp admitido em 1º/2/22, com remessa dos autos ao STJ.		
0001491-44.2013.4.03.6183	6/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recursos especial e extraordinário com admissibilidade apreciada em 15/2/2022, atualmente com prazo em curso para manifestação das partes.		
0003873-90.1998.4.03.6100	23/2/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 24/3/2022.		
0000023-21.2015.4.03.6136	22/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 29/3/2022, processo com prazo em curso.		
0000998-23.2007.4.03.6104	18/2/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: REsp não admitido com trânsito em julgado em 21/2/22 - Localização atual: baixa à origem.		
0020191-62.1999.4.03.6182	24/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração do contribuinte opostos contra decisão que admitiu Resp da Fazenda Nacional julgado prejudicado/negado seguimento ao Resp/aguarda decurso de prazo.		
0007646-85.2018.4.03.9999	20/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 25/3/2022, determinando a baixa dos autos à origem diante da não admissão do REsp em 2/2/22.		
0005211-39.2001.4.03.6183	11/05/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para manifestação acerca do despacho que, em razão do óbito do patrono, determinou a retificação da autuação.		
0051014-64.2010.4.03.6301	21/6/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de admissibilidade em 24/3/2022 - aguarda decurso de prazo.		
0002659-87.2015.4.03.6126	21/1/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: RE decisão de envio à Turma julgadora para juízo de retratação em 9/2/22. Localização atual: Central de digitalização.		
5019219-92.2018.4.03.6100	22/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos ao STJ, considerando a admissão do recurso especial.		
0073028-74.2003.4.03.0000	25/11/2003	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo remetido ao STJ em 25/3/2022, aguardando julgamento do agravo em recurso especial.		
5001469-14.2017.4.03.6100	25/11/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Decisão de homologação de desistência proferida em 25/3/2022, atualmente com prazo em curso para manifestação das partes.		
0032154-42.2011.4.03.9999	10/8/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: REsp não admitido em 7/2/22. Localização atual: autos na secretaria para preparar certidão de trânsito em julgado.		
0001476-78.2011.4.03.6140	20/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 22/2/2022.		
0007850-93.2003.4.03.6107	26/8/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho, de 17/3/2022, determinando a certificação do prazo para interposição de recursos e posterior baixa à origem.		
0004431-45.2002.4.03.6125	22/4/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão, de 16/3/2022, determinando a certificação do trânsito em julgado, diante da informação da União no sentido de que não apresentará recurso em face da decisão que analisou a admissibilidade dos recursos excepcionais por ela interposto.		
0002136-98.2003.4.03.6125	31/8/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso especial com admissibilidade apreciada em 20/10/2020 e processo remetido ao STJ, em 11/3/2022, para apreciação do agravo em recurso especial.		
0024901-65.2008.4.03.6100	10/11/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão de admissibilidade do recurso especial proferida em 25/3/2022, atualmente com prazo em curso para manifestação das partes.		
0084590-02.1992.4.03.6100	23/3/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo conclusos para voto, aguardando resolução do chamado PJE 10469182 (erro no fluxo) para possibilitar a inclusão em pauta.		
0003344-57.2006.4.03.6111	10/4/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recursos especial e extraordinário com admissibilidade apreciada em 7/3/2022, atualmente com prazo em curso para manifestação das partes;		
0001598-22.1999.4.03.6105	20/7/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: REsp não admitido em 21/2/22 PJe. Localização atual: autos com prazo em curso na UVIP.		
0053299-71.1998.4.03.6100	6/8/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido ao STJ em 22/3/2022, aguardando julgamento do agravo em recurso especial.		
0005944-65.1998.4.03.6100	4/6/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: REsp não admitido em 1º/2/22 com agravo 1.042 a subir ao STJ Localização atual: processo com prazo em curso na UVIP.		
0005798-22.2005.4.03.6183	1º/10/2010	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em face do Tema 1018 do STJ.		
0008031-66.2004.4.03.6105	19/2/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de admissibilidade de REsp e RE/aguada decurso de prazo.		

0003328-44.1989.4.03.6000	2/6/1995	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso especial admitido, em decisão proferida em 23/4/2021, atualmente aguardando remessa ao STJ.		
5027278-36.2018.4.03.0000	26/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pendente de admissibilidade do REsp da União Federal será dado prioridade.		
5008926-17.2019.4.03.6104	29/7/2020	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pendente de admissibilidade do RE União Federal com prioridade de análise.		
0020387-79.2002.4.03.6100	23/9/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Com inclusão em pauta/sessão 11/5/2022.		
5033735-16.2020.4.03.0000	17/12/2020	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Com decisão de admissibilidade de REsp do executado/aguarda decurso de prazo.		
0028243-46.2011.4.03.0000	16/9/2011	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo físico, com decisão homologando a sucessão processual, proferida em 11/3/2022, publicada em 21/3/2022.		
0005150-51.2011.4.03.6112	11/1/2017	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo com exames dos recursos excepcionais realizados em 19/8/2021. Agravos internos julgados pelo Órgão Especial em 2/2/22. Aguardando julgamento dos embargos de declaração, pautados para a sessão de 27/4/22 do Órgão Especial.		
0001907-02.2011.4.03.6112	11/9/2015	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Proc com exame dos recursos excepcionais realizado em 16/6/2021. Já foram apreciados no Órgão Especial um agravo interno (14/10/2021) e um Ed (1º/2/2022), aguardando a sessão de julgamento do Órgão Especial para apreciação de segundo Eds - todos os réus - sessão 27/4/22.		
0030856-50.1990.4.03.9999	10/4/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico com baixa definitiva em 18/10/1993. Desapensado do processo 0016931-98.2001.4.03.9999 em 10/4/2002.		
0014182-48.2004.4.03.6105	21/5/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos físicos findos/arquivamento dos autos/Guia 19/2017 (6ª Vara) em 6/2/2017.		
0035454-41.2008.4.03.0000	12/9/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Autos físicos findos.		
0012239-96.2004.4.03.6104	3/4/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao 0004641-91.2004.403.6104, processo esse com baixa definitiva em 27/10/2017.		

0035780-60.2000.4.03.6182	20/10/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao 0010121-15.2001.4.03.6182, processo esse com baixa definitiva em 24/4/2014.		
0009943-65.1994.4.03.6100	20/8/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso especial com admissibilidade apreciada em 19/6/2021 e processo remetido ao STJ, em 14/9/2021, para apreciação do agravo em recurso especial;		
0002857-23.2006.4.03.6100	9/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos findos acórdão apelação em 11/3/2010.		
0001730-75.2010.4.03.0000	27/1/2010	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo físico, que foi julgado prejudicado em 17/8/2012, sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao processo 0002081-32.2007.4.03.6118, processo este com baixa definitiva em 12/1/2015.		
0027130-23.2012.4.03.0000	12/9/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao 0005555-52.2009.4.03.6114, processo esse com baixa definitiva em 26/8/2015.		
0001078-71.2013.4.03.6105	30/9/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico movido contra Glaucia Lumi Sanches Yoshida com trânsito em julgado anotado no sistema SIAPRO em 23/7/2014.		
0015800-10.2009.4.03.9999	14/5/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos findos.		
0020926-40.2005.4.03.6100	15/8/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos físicos findos.		
0037558-54.1999.4.03.6100	2/7/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao 0029554-28.1999.4.03.6100, processo esse com baixa definitiva em 30/3/2016.		
0001441-61.2009.4.03.6117	22/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional, com baixa definitiva em 18/8/2010. Desapensado do processo 2013.61.17.02932-0 em 22/6/2017.		
5000151-02.2018.4.03.9999	10/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 6/11/2018.		
5000572-26.2017.4.03.9999	21/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 6/11/2018.		
0050107-62.2000.4.03.6100	24/2/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, que transitou em julgado em 12/2/2019.		
0011396-90.2016.4.03.0000	21/6/2016	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao 0003452-14.2014.4.03.6303, processo esse com baixa definitiva em 22/11/2021.		
0004897-15.2009.4.03.6183	21/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico, sem interposição de recurso excepcional, com baixa definitiva em 15/7/2015. Estava apenas apensado ao 0011689-72.2015.4.03.6183, processo esse com baixa definitiva em 12/8/2020.		
5019321-47.2019.4.03.0000	30/7/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo atribuído ao Dr. Cedenho como integrante do Órgão Especial em 2/3/2022 - conflito de competência, redistribuído ao Gab. da Des. Federal Consuelo Yoshida, pelo Órgão Especial / aguarda inclusão em pauta /sessão 11/5/2022.		
5002206-17.2017.4.03.6100	24/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encaminhados os autos à Turma julgadora para verificação de eventual juízo de necessidade de adequação do julgado ao tema 265/STJ em 11/9/2019. Localização atual: Des. Fed. Souza Ribeiro.		
0011749-49.2010.4.03.6109	28/1/2013	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 18/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete da Des. Federal Therezinha Cazerta para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0018742-97.1994.4.03.6100	11/5/1995	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos - trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 14/2/2020, e que atualmente se encontra na 12ª Vara Federal de São Paulo para dar continuidade a decisão de restauração dos autos.		
0024779-97.2005.4.03.9999	27/5/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra na 1ª Vara de São Manuel (Competência Delegada) para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0012946-67.2014.4.03.9999	2/6/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete do Des. Federal Sérgio Nascimento para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0005800-84.2008.4.03.6183	30/1/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 17/2/2020, e que atualmente se encontra na 9ª Vara Previdenciária Federal de São Paulo para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0020778-79.1999.4.03.9999	24/5/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete do Des. Federal Nelson Porfirio para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0031388-47.2015.4.03.9999	20/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete do Des. Federal Sérgio Nascimento para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0006594-76.2006.4.03.6183	29/4/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 14/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete da Des. Federal Leila Paiva para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0013532-14.2011.4.03.6183	21/6/2013	1728 Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 18/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete do Des. Federal Nelson Porfirio para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0001360-12.2008.4.03.6000	12/2/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 17/2/2020, e que atualmente se encontra na 4ª Vara Federal de Campo Grande para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0008499-33.2004.4.03.6104	27/8/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 18/2/2020, e que atualmente se encontra na 1ª Vara Federal de Santos para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0011980-48.2010.4.03.6183	7/2/2012	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 18/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete do Juiz Federal Convocado Nilson Lopes para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0041246-05.2015.4.03.9999	3/11/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra na 1ª Vara de Mirandópolis (Competência Delegada) para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0000644-46.2014.4.03.6138	21/8/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 18/2/2020, e que atualmente se encontra na 1ª Vara Federal de Barretos/Gab. Des. Federal Gilberto Jordan para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0016488-79.2003.4.03.9999	22/5/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos - trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 20/2/2020, e que atualmente se encontra no SAF de S.C. do Sul (Competência Delegada) para dar continuidade a restauração.		
0020113-53.2005.4.03.9999	22/4/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos - trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra na 2ª Vara de Jacareí (Competência Delegada) para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0059387-91.1999.4.03.6100	20/10/2003	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 17/2/2020, e que atualmente se encontra na 22ª Vara Cível Federal de São Paulo para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0006899-89.2008.4.03.6183	21/12/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 27/3/2020.		
0036658-18.2011.4.03.0000	29/11/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Com decisão do juízo de admissibilidade/aguada decurso de prazo.		
0008604-08.2012.4.03.0000	20/3/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: REsp admitido em 8/2/22. Localização atual: autos remetidos ao STJ.		
5022244-12.2020.4.03.0000	20/8/2020	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo atribuído ao Dr. Cedenho como integrante do Órgão Especial em 2/3/2022- conflito de competência, redistribuído ao Gab. da Des. Federal Consuelo Yoshida, pelo Órgão Especial / aguarda inclusão em pauta / sessão 11/5/2022.		
0003457-98.2012.4.03.0000	8/11/2018	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo físico, com certidão de trânsito em julgado em 28/3/2022.		
0011469-85.2013.4.03.6105	6/3/2019	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico com certidão de trânsito em julgado no GEDPRO datada de 27/10/2020 (no SIAPRO aparece como não disponível).		
0002244-56.2003.4.03.6181	30/4/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico findo baixado à origem processo físico na DARE para conclusão do procedimento de digitalização.		
5000404-43.2020.4.03.0000	13/1/2020	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo eletrônico (pedido de efeito suspensivo na apelação), sem interposição de recurso excepcional. Estava apenas apensado ao 5012195-55.2018.4.03.6183, processo esse com baixa definitiva em 26/11/2021.		
5033259-12.2019.4.03.0000	27/12/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Com decisão de admissibilidade de REsp do contribuinte/aguada decurso de prazo.		
0011279-21.2005.4.03.6100	11/9/2007	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Decisão de envio à Turma julgadora para juízo de retratação em 29/3/2022.		
0032265-16.2012.4.03.0000	28/11/2012	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão determinando a restauração, proferida em 21/2/2020, e que atualmente se encontra no Gabinete da Des. Federal Leila Paiva para dar continuidade ao processamento da restauração.		
0017466-07.2008.4.03.0000	13/5/2008	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com despacho de 24/3/2022, determinando a remessa ao Relator, para dar continuidade ao processamento da restauração.		

0026462-52.2012.4.03.0000	5/9/2012	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Resp com decisão de envio à retratação em 25/3/2022. Autos remetidos à Turma julgadora.		
5005571-07.2021.4.03.0000	17/3/2021	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo atribuído ao Dr. Cedenho como integrante do Órgão Especial em 2/3/2022- conflito de competência, redistribuído ao Gab. da Des. Federal Consuelo Yoshida, pelo Órgão Especial/aguarda inclusão em pauta/sessão 11/5/2022.		
0003810-63.2005.4.03.6183	20/9/2010	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos, com prioridade de análise e decisão.		
0028907-72.2014.4.03.0000	14/11/2014	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Trata-se de restauração de autos, com decisão de 28/3/2022, determinando o retorno dos autos à Turma Julgadora, para retratação.		
0001761-66.2014.4.03.6140	29/1/2016	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos/julgado procedente, exarado despacho para regularização processual em 12/4/2022.		
0004645-88.2010.4.03.6114	8/8/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Restauração de autos/julgado procedente/com decisão de admissibilidade de recursos excepcionais - aguarda decurso de prazo.		
5003834-66.2021.4.03.0000	17/5/2021	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 27/4/2022/órgão especial.		
0000798-27.2000.4.03.6115	24/5/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 22/3/2022.		
0038078-58.2011.4.03.0000	12/12/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Com decisão de admissibilidade de REsp/aguarda decurso de prazo.		
0003547-76.2012.4.03.6121	31/10/2014	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Incidente de restauração de autos julgado restaurado, porém sem a juntada de cópias dos recursos excepcionais do INSS. Atualmente com prazo em curso, para manifestação do INSS acerca do interesse no prosseguimento do feito.		
5007147-69.2020.4.03.0000	30/3/2020	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Feita decisão indeferindo o pedido de levantamento de depósitos, com determinação de arquivamento do feito. Aguarda-se intimação das partes e decurso de prazo.		
0030414-68.2014.4.03.0000	11/12/2014	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Incidente de restauração de autos julgado parcialmente restaurado, em razão da ausência de juntada de cópias do recurso especial da parte autora. Atualmente com prazo em curso, para manifestação da parte acerca do interesse no prosseguimento do feito.		
0000691-24.2002.4.03.6111	13/2/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido para retratação da Turma Julgadora em 7/2/2022.		
0118082-78.1999.4.03.9999	17/12/1999	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo físico. Recurso especial admitido, em decisão proferida em 9/2/2022, atualmente aguardando remessa ao STJ. Com prazo, ainda, para manifestação acerca da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.		
0010361-32.1996.4.03.6100	18/9/1998	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Com decisão de admissibilidade de REsp e RE/aguarda decurso de prazo.		
5017281-24.2021.4.03.0000	28/7/2021	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Recurso especial em habeas corpus não admitido em 3/2/2022. Interposto agravo de decisão denegatória, o processo se encontra no STJ (ARESP 2090770/SP)		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 133 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados. Destes, 26 eram físicos e 107 eletrônicos.

Os autos físicos foram inspecionados por meio dos respectivos extratos processuais.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) Apreciar em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5023488-73.2020.4.03.0000, 5005967-81.2021.4.03.0000, 0019824-32.2014.4.03.0000, 0005966-28.2009.4.03.6104, 0012268-18.2015.4.03.9999, 0025899-86.2015.4.03.6100, 0084590-02.1992.4.03.6100, 5019321-47.2019.4.03.0000 e 50047081320194036114.

b) Tendo em vista que o Processo n. 0042138-21.2004.4.03.0000 aguarda inserção de peças no PJe, adotar medidas para impulsionar o feito.

c) Tendo em vista que o Processo n. 0035294-79.2009.4.03.0000 aguarda digitalização, adotar medidas para impulsionar o feito.

d) Regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento do Processo n. 5020018-05.2018.4.03.0000.

e) Tendo em vista se tratar de restauração de autos, adotar medidas para impulsionar os feitos: 0017440-62.1996.4.03.6100, 0016892-12.2011.4.03.6100, 0020944-72.2003.4.03.9999, 5026912-60.2019.4.03.0000, 0018742-97.1994.4.03.6100, 0024779-97.2005.4.03.9999, 0012946-67.2014.4.03.9999, 0005800-84.2008.4.03.6183, 0020778-79.1999.4.03.9999, 0031388-47.2015.4.03.9999, 0006594-76.2006.4.03.6183, 0013532-14.2011.4.03.6183, 0001360-12.2008.4.03.6000, 0008499-33.2004.4.03.6104, 0011980-48.2010.4.03.6183, 0041246-05.2015.4.03.9999, 0000644-46.2014.4.03.6138, 0016488-79.2003.4.03.9999, 0020113-53.2005.4.03.9999, 0059387-91.1999.4.03.6100 e 0032265-16.2012.4.03.0000.

f) Regularizar o feito n. 0035780-60.2000.4.03.6182 no sistema, já que o processo apensado n. 0010121-15.2001.4.03.6182 foi baixado em 24/4/2014.

g) Regularizar o feito n. 0011396-90.2016.4.03.0000 no sistema, já que o processo apensado n. 0003452-14.2014.4.03.6303 foi baixado em 22/11/2021.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Vice-Presidente, pela Assessora Maria Cristina de Almeida Moraes e pelo Chefe de Gabinete Marcelo Gatto Rosa.

A assunção da Vice-Presidência pelo Desembargador Federal Antônio Cedenho se deu em 2/3/2022, menos de um mês antes do ataque cibernético que paralisou o funcionamento da Justiça Federal da 3ª Região e, portanto, a equipe ainda está em período de adaptação.

A equipe conta com 37 servidores lotados nos órgãos vinculados à unidade inspecionada: o Gabinete da Vice-Presidência, a Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, o próprio Gabinete do Desembargador Federal Antônio Cedenho e a Divisão de Gerenciamento de Precedentes e Procedimentos. Dentre os servidores, alguns já eram do Gabinete da anterior Vice-Presidente, Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida.

É elogiável a organização do Gabinete e a disposição da equipe, que se divide internamente em núcleos por matéria (previdenciária, cível, tributária e penal).

Foram convocados os Juízes Federais João Roberto Ottavi Júnior e Anderson Fernandes Vieira. Cada um é responsável por dois núcleos, um pelo núcleo tributário e pelo núcleo penal, e o outro pelos núcleos previdenciário e cível. Além disso, os Juízes Federais auxiliam o Desembargador Federal Vice-Presidente na Comissão de Precedentes e Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal que visam identificar demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade e aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes.

Durante a entrevista a equipe da Vice-Presidência apontou que, em razão do recente ataque cibernético, os feitos não puderam ser movimentados, ou incluídos em pauta, ou publicadas decisões neles exaradas. No entanto, apontou-se que os núcleos produziram grande volume de minutas para reduzir o acervo em tramitação.

O núcleo tributário informou que foram produzidos votos em 20 processos físicos para inclusão na próxima pauta do Órgão Especial. Em 116 processos físicos foram minutas decisões de apreciação de admissibilidade e todas já estão assinadas pelo Vice-Presidente. Em 160 processos físicos, as minutas de aferição de admissibilidade estão prontas, mas não puderam ser incluídas no GEDPRO devido à indisponibilidade do sistema durante o ataque cibernético. Em cerca de 1.000 feitos, foi levantado o sobrestamento diante do julgamento do Tema 444 pelo Superior Tribunal de Justiça. Neles foi proferido despacho para envio dos autos à Turma julgadora para retratação e

aguarda-se a regularização das funcionalidades do sistema GEDPRO para o prosseguimento dos feitos.

O núcleo penal apontou que existem apenas 11 processos pendentes de análise, todos com menos de 30 dias.

Os núcleos previdenciário e cível anotaram que foram minutados 365 decisões ou despachos no total de 315 feitos físicos. E foram produzidos 849 decisões e 49 despachos em 810 processos eletrônicos no âmbito cível, e 1.892 decisões e 24 despachos em 1.892 processos eletrônicos no âmbito previdenciário.

A equipe informou que irá priorizar a restauração de autos que foram destruídos no incêndio ocorrido em 2017 no prédio administrativo localizado na Av. Presidente Wilson.

Na entrevista, o Gabinete apontou dificuldades na extração de dados estatísticos fidedignos e assinalou inconsistências. O descompasso do relatório estatístico oficial do Tribunal com os números reais do Gabinete dificulta o gerenciamento e o controle do acervo em sede de juízo de admissibilidade no TRF3.

Em razão do ataque cibernético, foram editados o Despacho PRES n. 8625118/2022 e a Informação Conjunta ADEG/DEGE n. 8618561/2022 ante consultas e questionamentos realizados por Gabinetes e Secretarias para extração dos dados estatísticos que se encontravam indisponíveis desde 30/3/2022. A Vice-Presidência informou que os dados são de março de 2022 e foram extraídos da ferramenta de BI, disponível no sítio eletrônico do TRF3.

Na entrevista, apontou-se a preocupação com feitos físicos que se encontram sobrestados e aguardam digitalização. Na ferramenta de BI, em março de 2022, constata-se que o acervo da Vice-Presidência conta com 47.318 processos no total, sendo 19.331 em tramitação e 27.987 sobrestados. Desse total, 30.245 são processos eletrônicos em trâmite no sistema PJe e 17.073 são físicos em tramitação no SIAPRO.

Em 25/2/2022, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução CNJ n. 444 que institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do CPC em todas as suas fases processuais. Assim, em razão de o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP está subordinada à Vice-Presidência, a equipe informou que tem envidado esforços para estabelecer plano de ação e cumprir as exigências previstas na citada Resolução do CNJ.

No que tange ao sistema PJe, a unidade teceu críticas em relação às suas funcionalidades, já que o painel não foi desenvolvido para as rotinas da Vice-Presidência. Apontou-se que o painel deve ser adaptado para evitar erros de fluxos, duplicações de processos e inconsistências estatísticas.

O Gabinete apontou que os servidores estão adaptados ao teletrabalho e há resistência ao retorno ao trabalho totalmente presencial haja vista o tempo de deslocamento, a flexibilidade do horário e o aumento da produtividade do setor.

A equipe, que ainda está em fase de adaptação, busca administrar o acervo tendo por parâmetros os critérios de antiguidade, de matérias similares e de urgência, com a finalidade de assim melhorar a prestação jurisdicional, apesar do imenso fluxo do acervo em sede de juízo de admissibilidade.

10. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve expressiva redução do montante de processos conclusos (de 20.768 a 9.082). Considerado o período de doze meses de março de 2021 a março de 2022, o número cresceu de 7.991 feitos para 9.082.

Percebe-se que o aumento de processos conclusos é, naturalmente, anterior à posse do atual Vice-Presidente, e nem desqualifica a grande redução anterior, acima apontada. O atual Vice-Presidente se mostra atento ao assunto e aponta que envidará esforços para reduzir o acervo. Na inspeção, foi constatada elevada produção de minutas de decisões de aferição de admissibilidade no período recente, coincidente com o ataque cibernético.

De qualquer modo, foi necessário destacar recomendação (item seguinte), para evitar que eventual aumento gere gargalo e problema de fluxo de feitos.

Considerado o período de doze meses de março de 2021 a março de 2022, o número de feitos sobrestados foi reduzido de 32.856 para 29.104. Ou seja, houve significativo levantamento e retomada de processos cujo sobrestamento havia sido levantado, especialmente quanto ao Tema 444 do STJ.

No tocante à dinâmica da unidade, observa-se a atenção do recém empossado Gabinete em reduzir o acervo e aumentar a produtividade.

No que tange à recomendação da Inspeção CJP/2020, restaram pendentes apenas os processos n. 0017440-62.1996.40.3.6100, 0016892-12.2011.40.3.6100 e 0020944-72.2003.40.3.9999 que trata de restauração de autos e haverá recomendação para que seja priorizado o andamento desses feitos (itens 8 e seguinte).

11. RECOMENDAÇÕES

Medidas e recomendações para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 7;

b) Instar (via ofício) a Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação para a melhoria do sistema PJe no que concerne às atribuições da unidade inspecionada, de

modo a adequar o painel à Vice-Presidência (apto a facilitar o controle do acervo do Gabinete);

c) Estudar inserir, nas decisões que reencaminham feitos aos Gabinetes para adequação às teses dos Tribunais Superiores, texto dispondo que, caso exercido o juízo de retratação, o recurso extremo restará automaticamente prejudicado, independentemente de nova decisão da Vice-Presidência;

d) Diante das anotações da anterior Inspeção, prosseguir no esforço que reduza o número de processos conclusos; e

e) Manter o espírito colaborativo e as boas práticas demonstradas pela equipe.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI**

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região

2.2 Competência

As atribuições da Corregedoria Regional estão previstas no art. 23 do RI-TRF3. Em suma, a CORE realiza acompanhamento, controle, aperfeiçoamento e uniformização das atividades forenses da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região e, ainda, disciplina os respectivos serviços, magistrados e servidores (art. 1º do Provimento CORE 01/2020), promovendo entrega de prestação jurisdicional mais eficiente e de melhor qualidade. Tais competências são alcançadas através da promoção de correições gerais ordinárias e extraordinárias nas Varas da Justiça Federal de 1º grau, da abertura e realização de inspeções e sindicâncias, da edição de atos normativos e da resposta a consultas, com a finalidade de normatizar os procedimentos judiciários.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

O Corregedor Regional é o Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini, tendo tomado posse em 2 de março de 2022. Os juízes auxiliares da Corregedoria Regional são os Drs. Leonardo Estevam de Assis Zanini e Roberto Lemos dos Santos Filho.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção do Corregedor Regional ou dos Juízes Auxiliares da Corregedoria Regional nos últimos dois anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Até 2 de março de 2022, ocupava o cargo de Corregedora Regional a Exma. Desembargadora Federal Marisa Santos, eleita para o biênio 2020/2022. Além dela, nos últimos 12 meses, atuaram como juízes auxiliares da Corregedoria: até 2/3/2022, a Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio e o Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho e, a partir de então, os Juízes Federais Roberto Lemos dos Santos Filho e Leonardo Estevam de Assis Zanini. Em todos os casos, os Juízes auxiliares atuaram sem prejuízo de suas atribuições.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete da CORE (CJ 2) - Denise de Araujo Pinto. Assessor Judiciário CORE (CJ 3) - Carlos Cesar Coelho. Assessora da CORE (CJ 3) - Mariana Meinlschmiedt Abdo. Assessora da CORE (CJ 3) - Rita Jacob Simas. Chefe de Gabinete do GABLS (CJ 2) - Fábio Victor Tavoraro. Assessor do GABLS (CJ 3) - Marcelo Damasceno Silveira.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	Há 11 servidores lotados na CORE, sendo eles: 1. Denise de Araujo Pinto (técnica judiciária, Chefe de Gabinete da CORE) 2. Carlos Cesar Coelho (analista judiciário, Assessor Judiciário da CORE) 3. Mariana Meinlschmiedt Abdo (analista judiciária, Assessora da CORE) 4. Rita Jacob Simas (técnica judiciária, Assessora da CORE) 5. Ademar Marcolino Filho (técnico judiciário) 6. Ana Beatriz Calvao Monnerat do Prado (técnica judiciária) 7. Marcelo Marciano Leite (técnico judiciário) 8. Roberto Issao Nariyoshi (técnico judiciário) 9. Woney Jorge Hideki Tsuha (técnico judiciário) 10. Claudemir José de Brito (técnico judiciário - especialidade segurança e transporte) 11. Luiz Fernando Neto (técnico judiciário - especialidade segurança e transporte). Além dos servidores lotados na CORE, trabalham na unidade outros 16 servidores lotados no Gabinete do Desembargador Federal Luiz Stefanini, sendo eles: 1. Fábio Victor Tavoraro (analista judiciário, Chefe de Gabinete do GABLS) 2. Marcelo Damasceno Silveira (analista judiciário, Assessor do Des. Fed. Luiz Stefanini) 3. Paulo Martinez Borja (técnico judiciário - área administrativa) 4. Jéssica Barbosa Faria Spínola (técnico judiciário - área administrativa) 5. Cláudia Crozariol Brandão (técnico judiciário - área administrativa) 6. Mauro Cesar Sobczak (técnico judiciário - área administrativa) 7. Ana Maria Fernandes Rollo (analista judiciária) 8. Carlos Eduardo Bauerle (analista judiciário) 9. Wesley dos Santos (técnico judiciário) 10. Rodrigo de Melo Almeida (analista judiciário) 11.
---------------------	---

	Edfrank Defensor Silva (técnico judiciário) 12. Cláudio Roberto Okada (analista judiciário) 13. Ricardo Luiz Cardoso (técnico judiciário) 14. Maurício Koiti Sato (técnico judiciário) 15. Florindo de Oliveira Filho (técnico judiciário - especialidade segurança e transporte). 16. Gilson Nunes (técnico judiciário - especialidade segurança e transporte).
Outros	Há um servidor com vínculo de prestação de serviços junto ao GABLS (sem lotação), Everton Eudes da Silva (técnico judiciário).

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Na inspeção realizada em 2020, não houve recomendação para a Corregedoria Regional. Foi elogiado o método de trabalho do setor.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Na inspeção realizada em 2020, não houve recomendação para a Corregedoria Regional. Foi elogiado o método de trabalho do setor.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Na inspeção realizada em 2020, não houve recomendação para a Corregedoria Regional. Foi elogiado o método de trabalho do setor.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Dificuldades decorrentes da existência de múltiplos sistemas para processamento das demandas de competência da CORE tais como o SEI, PJeCor, PJeCNJ, Malote Digital, e-GP, Mapa Vara, RHM3R - que demandam grande dispêndio de tempo e recursos humanos no acompanhamento diário dos mesmos. O setor CogeAutoriza, por exemplo, enfrenta dificuldades decorrentes do fato de o SEI não concentrar todas as informações necessárias para o processamento dos pedidos de afastamentos de magistrados, fazendo-se necessário o acesso a vários sistemas para lançamento das informações que alimentarão o e-GP. Se todas as informações estivessem dentro da plataforma SEI, o processo se tornaria muito mais célere e dinâmico. Ainda, há necessidade de melhorias da ferramenta de pesquisa do SEI, especialmente em relação aos processos sigilosos. O acompanhamento do andamento de processos no SEI representa desafios,

tendo em vista que estes não são separados em tarefas, e não é fácil visualizar quando há movimentação.

6. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Para a confecção do presente questionário, foram entrevistados: - Desembargador Federal Corregedor Regional Luiz de Lima Stefanini - Denise de Araujo Pinto, chefe de gabinete da CORE - Marcelo Damasceno Silveira, assessor do Des. Fed. Luiz Stefanini - Mariana Meinlschmiedt Abdo, assessora da CORE - Fábio Victor Tavoraro, chefe de gabinete do GABLS - Carlos César Coelho, assessor da CORE - Claudia Crozariol Brandão, assessora em exercício da CORE

7. Além dos feitos específicos da Corregedoria Regional, o desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional como membro da Corte Especial, além dos feitos administrativos do Plenário?

Sim. No momento (04/2022), há 7 feitos instruídos, prontos para serem incluídos em pauta de julgamento, e 1 feito que aguarda manifestação das partes.

8. Como a unidade está organizada? (Setores, funções, atribuições e distribuição interna das atividades).

A CORE é dividida em 4 setores. A Secretaria realiza a maioria das atividades administrativas e é responsável pela gestão de expedientes e documentos em geral, gestão de pessoas, orçamento, patrimônio, comunicação e publicação de atos da CORE e distribuição das demandas entre os demais setores. A Assessoria Jurídica e de Normatização realiza o acompanhamento dos processos judiciais e administrativos, instrução e julgamento dos expedientes de natureza disciplinar, acompanhamento dos Concursos de promoção, remoção e vitaliciamento de Magistrados, atendimento às consultas formuladas pelas unidades, uniformização de procedimentos em 1º grau (normatização) e julgamento de expedientes administrativos de natureza diversa. O setor Cogeautoriza é responsável pelos pedidos de afastamento e de férias dos juízes. Por fim, o setor de Correições/Inspeções e Estatística verifica questões relativas à gestão das unidades judiciárias, auxiliando no planejamento e coordenação, e sugerindo melhorias.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Após o advento da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 3/2020, expedida em razão da necessidade de adoção de medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, todos os servidores passaram a realizar o teletrabalho. Antes não havia regime de teletrabalho no setor. A partir da posse do novo Corregedor Regional, em 2/3/2022, entendeu-se conveniente o comparecimento presencial da maioria dos servidores, ao menos temporariamente, tendo em vista a necessidade de adaptação dos novos servidores do setor às atividades da Corregedoria e de melhor integração da equipe. Atualmente, encontram-se em regime de teletrabalho apenas os seguintes servidores: - Everton Eudes da Silva

(em teletrabalho por pertencer ao grupo de risco da Covid 19, nos termos da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 24, de 8 de outubro de 2021); - Claudio Roberto Okada; - Edfrank Defensor Silva - Ademar Marcolino Filho - Roberto Issao Nariyoshi

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

Os servidores mencionados acima realizam teletrabalho de forma parcial, comparecendo ao Tribunal quando necessário, com exceção do servidor Everton Eudes da Silva, que se encontra integralmente em teletrabalho.

8.3 Qual critério para fixação das cotas?

Pela natureza de atividade da Corregedoria é difícil a imposição de metas.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A aferição da produtividade dos servidores é realizada pelos gestores das áreas de atuação da Corregedoria, sob a supervisão do Corregedor, com o apoio dos Juízes auxiliares.

9. Qual o critério para organização do acervo? Como é feita a movimentação interna?

Observam-se os critérios de ordem cronológica e tramitação prioritária. Contudo, os expedientes de menor complexidade são decididos em menor espaço de tempo, para que a equipe possa se dedicar depois aos de maior complexidade. A organização do acervo é realizada no SEI, com marcadores, tipo “post it”, com a movimentação dos processos também anotada em planilhas internas da unidade. A movimentação interna é feita por atribuição aos gestores (atribuição por logins, no SEI).

10. Como são cadastrados os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso?

Os procedimentos são cadastrados no sistema SEI. No expediente 0004315-39.2022.4.03.8000, são inseridas todas as portarias constando os calendários das correições gerais ordinárias a serem realizadas no biênio de 2022-2024, bem como os procedimentos preliminares às correições e inspeções administrativas de avaliação, e as portarias de constituição das equipes de trabalho. Cada unidade judiciária encaminha um expediente SEI próprio contendo o relatório de inspeção geral ordinária, além dos documentos previstos no art. 115 do Provimento CORE 1/2020 e outros que se fazem necessários para a avaliação dos dados informados. Quanto às correições, para cada unidade judiciária, é criado um processo no SEI, no qual são inseridos dados prévios estatísticos e dados de movimentação processual informados pela própria unidade, e ao final, o relatório dos trabalhos correcionais realizados.

11. Há processos físicos? (Registrar o que considerar relevante. Ex.: quantidade, natureza, tramitação etc.)

Atualmente, não há processos físicos em trâmite na Corregedoria Regional. Existem apenas processos eletrônicos.

12. Existem sindicâncias instauradas? Quantas? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos).

Sim, atualmente existem duas sindicâncias em curso. São elas: - 0269649-70.2021.4.03.8000, autuado em 9/3/2021 - 0007099-86.2022.4.03.8000, autuado em 25/2/2022.

13. Como é feito o controle estatístico?

O controle estatístico do setor é feito mediante pesquisas e relatórios do SEI e planilhas internas da unidade.

14. Quais os critérios para realização das inspeções nas unidades jurisdicionais? Existem formulários padronizados?

O procedimento correicional é realizado mediante inspeções administrativas de avaliação, correições gerais e inspeções gerais (art. 60 do Provimento 1/2020, de 21/1/2020, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região). As inspeções gerais ordinárias são realizadas pelos juízes federais, com o auxílio dos magistrados substitutos, em suas respectivas unidades, e consistem em atividades fiscalizatórias para a detecção e correção de eventuais irregularidades administrativas e processuais. Conforme previsto no art. 103 do Provimento CORE 1/2020, as inspeções deverão ser realizadas anualmente no mês de maio, em períodos definidos pelos magistrados das respectivas unidades. Quanto à existência de formulários padronizados, no caso do relatório de inspeção geral ordinária, há modelo disponibilizado para padronização das informações colhidas no âmbito da Justiça Federal de 1ª Instância da 3ª Região.

15. No caso de haver tais formulários, consta item sobre alienação antecipada de bens (conforme orientação do fórum de corregedores)?

No formulário do relatório de inspeção geral ordinária que as unidades judiciárias preenchem, há o item 3.34, que questiona se a unidade efetua a alienação antecipada de bens. Caso a resposta seja positiva, a unidade deve responder o número de alienações antecipadas realizadas nos últimos 12 meses.

16. Listar os 10 processos administrativos de natureza disciplinar mais antigos, por data de instauração, indicando o número e o último andamento.

- 0033089-84.2019.4.03.8000: último andamento em 3/3/22 - 0006070-69.2020.4.03.8000: último andamento em 11/3/22 - 0021893-83.2020.4.03.8000: último andamento em 11/3/22, - 0280177-66.2021.4.03.8000: último andamento em 7/4/22 - 0011367-20.2021.4.03.8001: último andamento em 7/3/2022 - 0007099-

86.2022.4.03.8000: último andamento em 12/4/22 - 0269649-70.2021.4.03.8000: último andamento em 11/4/22 - 0019477-45.2020.4.03.8000: último andamento em - 0024764-86.2020.4.03.8000: último andamento em 14/7/2022 - 0025022-96.2020.4.03.8000: último andamento em 15/2/22.

17. Há atualização dos formulários em conformidade com os normativos e as metas do CJF e do CNJ?

Sim, esta Corregedoria Regional mantém seus formulários atualizados em acordo com os normativos e as metas do CJF e do CNJ.

18. Especificar como é realizada a distribuição entre juízes auxiliares e substitutos.

A distribuição dos feitos entre magistrados titulares e substitutos, dentro da unidade, é realizada automaticamente pelo sistema PJe por peso, balanceando a quantidade entre os juízes, de forma aleatória.

19. São realizados mutirões, força-tarefa ou designação de auxiliares para as unidades judiciárias?

Sim. São realizados mutirões com designação de servidores e magistrados auxiliares para as unidades judiciárias necessitadas.

19.1 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio?

As unidades são selecionadas com base em dados estatísticos e de análise em campo durante os trabalhos correcionais, considerados atrasos crônicos na movimentação processual, ausência de servidores e de magistrados.

19.2 Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Os magistrados são designados com base em dados estatísticos de produtividade, consideradas as unidades com melhor performance dentro da 3ª Região.

20. Quanto às correções ordinárias, quais os critérios utilizados?

A princípio, ressalvadas adequações necessárias por questões orçamentárias ou de logística, esta Corregedoria Regional adota o critério da ordem cronológica de realização da gestão anterior, com observância do prazo máximo de 30 meses entre uma e outra correção. A correção geral verificará, dentre outros aspectos, a regularidade e a celeridade na tramitação dos feitos, bem como o cumprimento de atribuições previstas em leis ou atos normativos.

21. Quantas inspeções/correções extraordinárias foram realizadas desde a última inspeção?

Desde a última inspeção, ocorrida em 2020, foi realizada uma correição extraordinária em 2020 e uma correição complementar em 2021.

22. Quais as principais queixas dos juízes federais de 1º grau identificadas na realização de correição? Listar.

As principais queixas referem-se às deficiências nos quadros de servidores, queixas relacionadas ao Processo Judicial Eletrônico e a migração do JEF para o sistema do PJe.

23. A unidade comunica ao Conselho da Justiça Federal acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Sim, nos termos do artigo 28, da Resolução n. 135, de 2011, do CNJ.

24. Quanto ao sistema de processos eletrônicos, quais as principais queixas verificadas? Listar.

PJe Com a migração recente dos Juizados Especiais Federais do SISJEF para o PJe, as unidades sofreram grande impacto na condução dos trabalhos, uma vez que o PJe ainda não está desenvolvido de forma a atender o volume de processos e a celeridade processual que os Juizados exigem. Relatam-se: - Ausência de ferramentas para movimentação em lote; - Ausência de fluxo processual mais dinâmico e intuitivo; - Desenvolvimento de ferramentas para expedição de precatórios e RPV diretamente pelo sistema; - Desenvolvimento de ferramentas para gerenciamento de perícias (entrega e pagamento) diretamente pelo sistema; - Lentidão excessiva do sistema. SEEU Necessidade de treinamento para utilização mais eficaz do sistema SEEU.

25. Como é o controle periódico de processos sem movimentação?

Com a proximidade da correição é realizado levantamento do acervo da unidade, ordenando-se pela movimentação mais antiga, com a retirada das tarefas que não dependem da unidade para movimentação, como processos com prazo em curso. A listagem gerada é encaminhada para unidade trinta dias antes da correição, com a determinação para que seja realizada a movimentação de todos feitos. O que não for cumprido até o final da correição deve ser incluído em plano de trabalho com prazo final de cumprimento analisado e acompanhado pela Corregedoria Regional.

26. Qual o normativo do Tribunal que disciplina marcação e escala de férias de magistrados?

Os normativos que disciplinam a marcação e escala de férias são: - Resolução CJF n. 130/2010 - Resolução CNJ 293/2019. - Provimento n. 133, de 4/3/2011 da Corregedoria-Regional - Portaria Conjunta PRES e CORE n. 1, de 7/3/2012 e n. 3, de 16/1/15 - Artigos 153 a 160 do Provimento CORE n. 01/2020.

27. Informar detalhadamente como é realizado o procedimento de marcação de escala de férias, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º grau.

O requerimento de férias é encaminhado via e-GP pelo magistrado, sendo, porém, processado na Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, e, após, enviado para a Corregedoria Regional na plataforma do SEI, onde são apreciados pelo Corregedor Regional. Após proferida decisão, o expediente SEI é devolvido para a DMAG, que providencia o registro no sistema e a comunicação ao magistrado. O processamento da escala de férias é realizado pelo sistema eletrônico de gestão de pessoas, observando as etapas dispostas no artigo 156, § 2º, do Provimento CORE 01/2020. Após aprovada pelo Corregedor Regional, a escala de férias é publicada e encaminhada à Diretoria do Foro de cada Seção Judiciária. A escala de férias do ano de 2022 encontra-se prevista no SEI 0312661-37.2021.4.03.8000. Os pedidos de alteração dos períodos de férias, por cancelamento ou interrupção, são realizados por meio do e-GP, mas também são aceitos pedidos por correio eletrônico, os quais são digitalizados e inseridos no SEI.

28. Há um sistema informatizado para marcação de férias?

São utilizados 3 sistemas: O e-GP é o sistema que pelo qual os magistrados fazem a solicitação de agendamento de férias e acompanham os períodos usufruídos e os saldos, mas a marcação não é automática. O e-GP abre Processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do qual a solicitação é processada. As férias autorizadas são lançadas manualmente no sistema RHM3R, que alimenta o e-GP.

29. Como é feito o pedido de remarcação/interrupção/suspensão? Existem pedidos de remarcação pendentes de análise?

Os pedidos de alteração dos períodos de férias, por cancelamento ou interrupção, são realizados ordinariamente por meio do e-GP, mas também são aceitos pedidos por correio eletrônico, os quais são digitalizados e inseridos no SEI. Neste momento, não existem pedidos de remarcação pendentes de análise.

30. Quais os critérios utilizados para análise do pedido de alteração de férias?

A Corregedoria não realiza a análise deste pedido, uma vez que ele é processado na Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, dentro da estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ. Em comunicação com o referido setor, fomos informados que a referida questão havia sido respondida em seu próprio questionário.

31. É exigido o cumprimento da ordem cronológica para gozo do saldo de férias?

A Corregedoria não realiza a análise deste pedido, uma vez que ele é processado na Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, dentro da estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ. Em comunicação com o setor, fomos informados que a referida questão havia sido respondida em questionário próprio.

32. É observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

A Corregedoria não realiza a análise deste pedido, uma vez que ele é processado na Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, dentro da estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ. Em comunicação com o setor, fomos informados que a referida questão havia sido respondida em questionário próprio.

33. Existem magistrados de 1º grau com saldo de férias? Especificar.

A Corregedoria não realiza a análise deste pedido, uma vez que ele é processado na Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, dentro da estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ. Em comunicação com o setor, fomos informados que a referida questão havia sido respondida em questionário próprio.

34. A partir de que mês é feita a escala de férias para o ano subsequente?

A escala é publicada no mês de novembro para o exercício subsequente.

35. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores?

A convocação de juízes para substituir desembargadores não é decidida pela Corregedoria, mas pela Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, dentro da estrutura da Secretaria dos Conselhos - SCAJ.

36. Quais os critérios e procedimentos para remoções de juízes?

Para a remoção de juízes, tanto externa quanto interna, é verificado se há acúmulo injustificado de processos pelo magistrado, bem como problemas disciplinares. Caso inexistentes, o critério de desempate para a remoção é a antiguidade.

37. Como é aferido o merecimento?

O merecimento é aferido através dos critérios de produtividade, cursos realizados, qualidade da prestação jurisdicional e conduta ilibada durante o exercício da magistratura.

38. Quais os critérios e procedimentos para promoções de juízes para acesso ao 2º grau?

O procedimento para que haja promoção de juiz para desembargador federal é o seguinte: faz-se o levantamento histórico de produtividade, cursos realizados, e se não há qualquer problema disciplinar com o magistrado. É solicitado a cada magistrado que apresente 20 (vinte) decisões que proferiu para que haja verificação no tocante à qualidade da prestação jurisdicional. Após todas as informações colhidas, a corregedoria prepara um relatório minucioso de todos os dados.

39. Como é realizada a escala de plantão?

O plantão judicial ordinário é organizado em sistema de rodízio entre os magistrados. A escala de plantão dos magistrados é realizada pela Diretoria da Subseção e pela Coordenação do Fórum, ouvidos os magistrados locais, assegurando-se da disponibilidade de estrutura administrativa para organização dos trabalhos. Os plantões judiciais ordinários e de recesso são realizados, em regra, por Subseção Judiciária, sendo de competência do Diretor da Subseção a elaboração das escalas, à exceção da Subseção Judiciária de São Paulo, em que os plantões judiciais são separados em competência criminal e não criminal, e organizados pelos respectivos Coordenadores, em comum acordo. A escala de plantão judicial das Turmas Recursais das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul é organizada nos termos de ato conjunto da Corregedoria Regional e Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais.

40. Existe regulamentação referente às matérias passíveis de apreciação em regime de plantão? Indicar.

Nos termos do art. 442 do Provimento CORE 01/2020, o plantão judicial em primeira instância destina-se, exclusivamente, ao exame das matérias específicas indicadas em regulamentação própria expedida pelo Conselho Nacional de Justiça.

41. Como funciona o sistema de plantão no 1º grau? São diários, finais de semana e feriados, recesso judicial? Qual o horário?

O plantão no 1º grau é regulado pelo Provimento CORE 01/2020. Segundo esta norma, ele compreende: (i) os horários fora do expediente regular, incluindo sábados, domingos e feriados; (ii) o horário fora de expediente em razão da suspensão ou encerramento antecipado determinado pela Presidência do Tribunal; e (iii) o recesso forense e o horário fora do expediente regular em dias úteis (art. 441, § 1º). Nos dias úteis, o plantão judicial abrange o intervalo temporal entre o encerramento do expediente naquela data e o início do imediatamente seguinte (§ 2º). Nos sábados, domingos, feriados e durante o recesso forense, o plantão judicial é presencial das 9h às 12h, ou até encerradas todas as providências necessárias (§ 3º), sendo de sobreaviso nos demais horários (§ 4º).

42. As causas já distribuídas e juízo prevento podem ser reanalisadas durante os plantões? Qual o critério?

Nos termos do art. 442, § 1º, do Provimento CORE 01/2020, não será admitida a reiteração, reconsideração ou reexame de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior.

43. Qual o procedimento referente aos feitos cujas decisões foram proferidas durante o plantão?

Conforme Resolução PRES 482/2021, ao término do plantão judiciário de fim de semana e feriado, todos os processos a ele encaminhados são restituídos aos respectivos órgãos julgadores, em tarefa específica, ainda que não despachados,

mantendo-se sempre a unidade plantonista no sistema PJe sem processos pendentes de análise. Salvo determinação judicial específica em sentido contrário, as ações, petições ou recursos protocolizados no Sistema PJe durante o plantão de recesso, caso apresentados em meio físico, devem ser inseridos no sistema PJe quando do término do recesso, juntamente com a decisão proferida pelo magistrado plantonista.

44. A unidade possui plano de gestão?

O Corregedor Regional, assim como todos os gestores da unidade, assumiram seus cargos há pouco mais de um mês, tendo ocorrido renovação de grande parte da equipe. Aproximadamente 2/3 da equipe atual começou a trabalhar na CORE em 2/3/22. Em alguns setores, como a Secretaria, a Normatização e o CogeAutoriza, a troca da equipe foi integral. Dessa forma, tendo em vista a necessidade de maior familiarização com as atividades da CORE, ainda não foi possível estabelecer um plano de gestão.

44.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade possui recursos materiais adequados ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Quanto aos recursos humanos, há atualmente 3 vagas abertas, e grande dificuldade de preenchê-las com servidores com qualificação e comprometimento adequados às exigências do setor. Há necessidade de maior treinamento do pessoal para familiarização com o trabalho e os sistemas utilizados pelo setor, o qual se revela difícil de fornecer diante da grande demanda do setor.
b) gestão do trabalho	A despeito das dificuldades enfrentadas, a Corregedoria Regional vem apresentando bons resultados. Todos os requerimentos são apreciados com celeridade sem embargo de diligências/esclarecimentos, salvo poucos que demandam complementação de dados. O acesso à CORE é amplo, eletrônico, telefônico e presencial. Não há processos paralisados ou sem andamento, as demandas dos juízes e unidades judiciárias são atendidas a tempo, e as correições vêm sendo realizadas com a frequência necessária e bom andamento.
c) resultados	A despeito das dificuldades enfrentadas, a Corregedoria Regional vem apresentando bons resultados. Todos os requerimentos são apreciados com celeridade sem

	embargo de diligências/esclarecimentos, salvo poucos que demandam complementação de dados. O acesso à CORE é amplo, eletrônico, telefônico e presencial. Não há processos paralisados ou sem andamento, as demandas dos juízes e unidades judiciárias são atendidas a tempo, e as correições vêm sendo realizadas com a frequência necessária e bom andamento.
--	--

44.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

- melhoria da prestação jurisdicional; - inserção de magistrados, servidores e partes no processo de resolução de conflitos, prescindindo do excessivo rigor formal em prol de uma comunicação mais eficiente; - auxílio às unidades com dificuldades de gestão e controle do acervo processual, para adequação e aprimoramento das suas atividades; - construção coletiva, troca de ideias e sugestões com setores do 1º grau de forma solidária;

44.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

- realização de inspeções e correições, com contato amplo com magistrados e servidores da justiça de 1º grau, para acompanhamento e auxílio na gestão do acervo; - edição de normas para uniformização de procedimentos em primeiro grau; - resposta a consultas formuladas pelos juízes federais e pelas unidades judiciárias; - intermediação de contato entre o Juízo responsável e a parte / advogado em casos de reclamação de morosidade, medida que, em geral, vem se mostrando efetiva no atendimento de parte significativa das demandas apresentadas perante esta Corregedoria, com economia de esforços, tendo em vista que em muitos casos torna-se desnecessária a instauração de procedimentos administrativos disciplinares; - atendimento e auxílio às partes que procuram a Corregedoria para obtenção de informações sobre o andamento de suas demandas.

45. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Trabalho remoto, com rodízio maior entre os servidores, aumentando a produtividade; balcão virtual, diminuindo o volume de pessoas no balcão presencial, agilizando e dinamizando o atendimento ao jurisdicionado.

46. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 2 processos selecionados (eletrônicos), ambos foram inspecionados (processos n. 5026482-74.2020.4.03.0000 e n. 5028195-50.2021.4.03.0000).

Em relação a esses processos listados, recomenda-se, quanto ao Processo n. 5026482-74.2020.4.03.0000, sejam adotadas as diligências cabíveis e necessárias para

juízo dos embargos declaratórios, com a maior brevidade possível, eis que o processo se encontra concluso para julgamento desde 4/3/21.

47. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

47.1 - Sobre as entrevistas realizadas:

Para a confecção do presente questionário, quanto à auto-avaliação que consta dos itens 7 a 45, foram entrevistados **(a)** o Desembargador Federal Corregedor Regional Luiz de Lima Stefanini, bem como os seguintes servidores; **(b)** Jéssica Barbosa Faria Spíndola, Chefe de Gabinete Substituta da CORE; **(c)** Carlos Cesar Coelho, Assessor Judiciário da CORE, **(d)** Fábio Victor Tavolaro, Chefe de Gabinete do GABLS; **(e)** Claudia Crozariol Brandão, assessora em exercício da CORE; **(f)** Paulo Martinez Borja, Técnico Judiciário; **(g)** Roberto Issao Nariyoshi, Técnico Judiciário.

Por ocasião da inspeção, em 3/5/2022, foram entrevistados pessoalmente pela equipe da inspeção os seguintes magistrados: **(a)** Desembargadora Federal Marisa Santos (anterior Corregedora Regional, biênio 2020-2022); **(b)** Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini (anterior Corregedor Regional, biênio 2022-2024); **(c)** Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho (anterior Juiz Auxiliar da Corregedoria, biênio 2020-2022); **(d)** Juiz Federal Roberto Lemos dos Santos Filho (atual Juiz Auxiliar da Corregedoria, biênio 2022-2024); **(e)** Juiz Federal Leonardo Estevam de Assis Zanini (atual Juiz Auxiliar da Corregedoria, biênio 2022-2024). Também foram entrevistados os seguintes servidores: **(f)** Ana Paula Brito Hori Simões (anterior Chefe de Gabinete da CORE, gestão 2020-2022); **(g)** Fábio Victor Tavolaro (Chefe de Gabinete do GABLS); **(h)** outros servidores lotados na CORE que prestaram esclarecimentos pontuais sobre questões específicas.

Menciona-se que na data previamente combinada para a entrevista com o Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini (3/5/2022, 10h), foi informado que o Corregedor Regional se encontrava em viagem para realizar correição ordinária junto à 1ª Vara Federal com JEF Adjunto de Itapeva (SP), nos dias 2-5/5/2022, conforme Portaria CORE 13, de 22/2/2022 (de 24/2/2022). Por essa razão, a entrevista foi realizada posteriormente (em 6/5/2022), com cerca de uma hora de duração.

Após, ainda tivemos oportunidade de conversar conjuntamente com as duas gestões (2020-2022 e 2022-2024), acompanhando os Desembargadores Federais Marisa Santos e Luiz de Lima Stefanini, e respectivos juízes auxiliares (Juízes Federais Roberto Lemos dos Santos Filho e Marisa Cláudia Gonçalves Cucio).

47.2 - Sobre as diligências complementares realizadas durante a inspeção:

Durante a inspeção realizada no TRF3, entre 2 e 13 de maio de 2022, a equipe 5 de inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal teve acesso aos questionários e à auto-avaliação previamente preenchidos pela unidade inspecionada. Também realizou entrevista presencial com integrantes da unidade inspecionada. Na data previamente

combinada (3/5/2022, 10h), a equipe de inspeção foi recebida na CORE pelo Juiz Auxiliar Roberto Lemos dos Santos Filho e pela Assessoria da CORE. Também realizamos entrevista (6/5/2022, 10h), recebidos pelo Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini, Corregedor Regional, e pelo Juiz Federal Roberto Lemos dos Santos Filho, Juiz Auxiliar da CORE.

Nessas entrevistas, foram esclarecidas algumas questões sobre o funcionamento da CORE e gestão da unidade, com ênfase para o período posterior à 2/3/2022 (data do início do exercício do atual Corregedor Regional no cargo).

Como essas informações prestadas não traziam detalhamento sobre o biênio anterior (gestão 2020-2022), quando era Corregedora Regional a Desembargadora Federal Marisa Santos; como as informações trazidas não permitiam um cotejo com as gestões anteriores (2018-2020 e 2020-2022); como as informações apresentadas não traziam maior detalhamento sobre o período em que a CORE teve de enfrentar a pandemia pela Covid-19, nem sobre boas práticas e resultados obtidos nessa gestão anterior que ainda não havia sido objeto de inspeção pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, foram realizados contatos e entrevistas com integrantes da gestão anterior da CORE (2020-2022), que agora são integrados a este relatório e permitirão um exame mais detalhado da atuação e funcionamento da unidade inspecionada desde a última inspeção.

Para complementação das informações e verificação da situação da CORE no biênio 2020-2022, se manteve contato com: **(a)** Desembargadora Federal Marisa Santos (anterior Corregedora Regional, biênio 2020-2022); **(b)** Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho (anterior Juiz Auxiliar da Corregedoria, biênio 2020-2022); **(c)** Ana Paula Brito Hori Simões (anterior Chefe de Gabinete da CORE, gestão 2020-2022).

Entre outros materiais e informações, estes disponibilizaram à equipe de inspeção os seguintes documentos: **(a)** Infográfico-resumo da gestão 2020-2022; **(b)** Relatório do CNJ de 4-7/5/2020; **(c)** Plano de Gestão CORE 2020; **(d)** Relatório das Atividades CORE 2021; **(e)** Planejamento Estratégico da Gestão 2020-2022 (documento SEI 6442617).

47.3 - Sobre os resultados das entrevistas quanto à gestão da Desembargadora Federal Marisa Santos (gestão 2020-2022):

É de mencionar que na inspeção anterior (2020), a CORE havia recebido como recomendação “*manutenção do método de trabalho, digno de elogios*”, abrangendo períodos da gestão na CORE do Desembargador Federal Carlos Muta (2018-2020) e da Desembargadora Federal Marisa Santos (2020-2022).

Na época, havia sido editado o Provimento CORE 01/2020 – Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região, disciplinando e normatizando as atribuições e rotinas da CORE. Essa normatização foi aplicada e consolidada desde então, cabendo agora se verificar o período posterior.

A sucessão das duas gestões anteriores, dando conta de organizar, consolidar e estruturar a atuação da CORE, em muito contribui para que agora, nesse período em inspeção (2020-2022), seja facilitada a gestão da unidade e das atividades da CORE, que se encontram devidamente normatizadas e estruturadas.

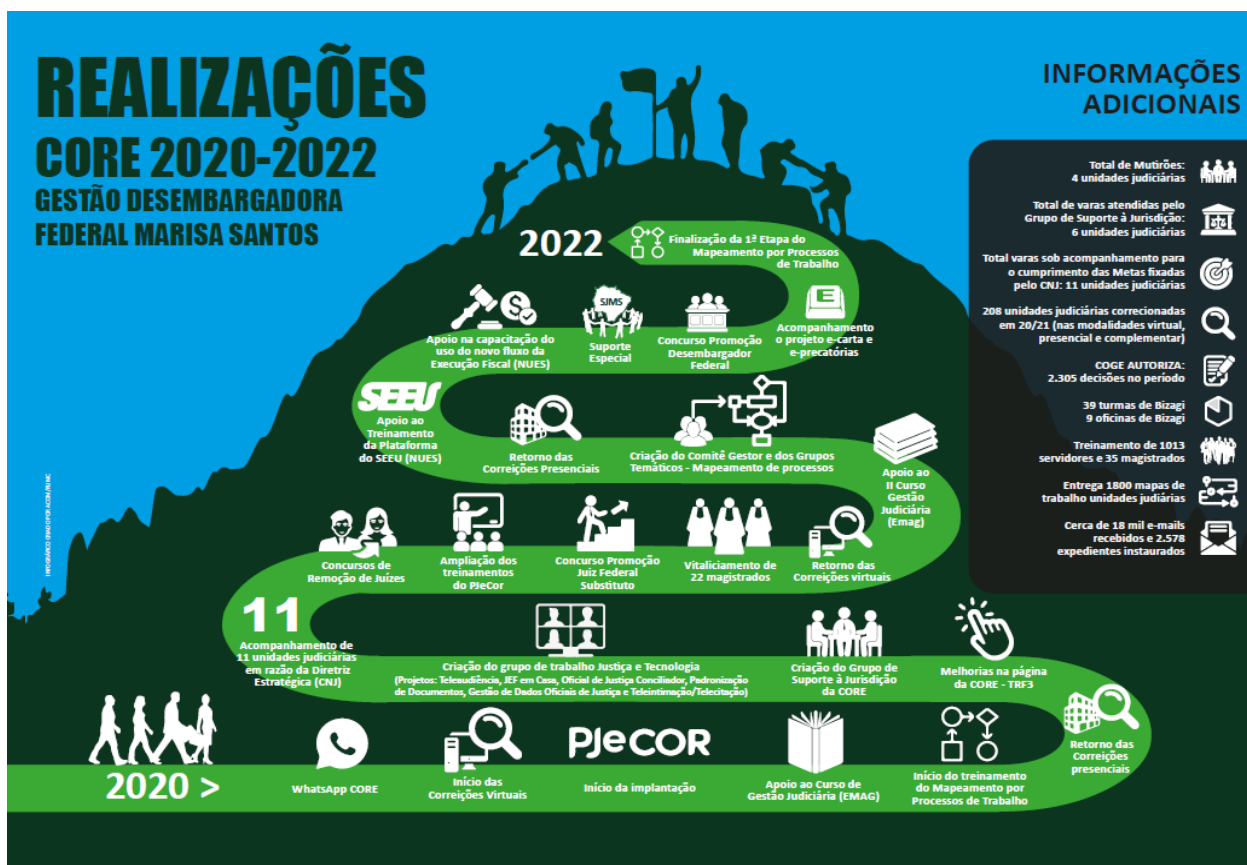
O que se verificou agora na entrevista é que o atual Corregedor Regional eleito para o presente mandato, Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini, juntamente com o restante de seu gabinete, assumiu recentemente, em 2 de março de 2022, não havendo ainda tempo suficiente para avaliação das medidas que implementou e tendo ele inclusive informado que, “*tendo em vista a necessidade de maior familiarização com as atividades da CORE, ainda não foi possível estabelecer um plano de gestão*” (item 4.4 do questionário de auto-avaliação preenchido pela unidade inspecionada).

Por esse motivo, se entendeu necessário também buscar subsídios e informações para inspecionar o período anterior a 2 de março de 2022, destacando nesse relatório as principais observações, dificuldades, boas práticas e resultados aferidos durante a inspeção pela equipe.

Sobre as **OBSERVAÇÕES GERAIS** quanto à gestão da CORE no período 2020-2022, destaca-se que a entrevista encontrou um trabalho consistente e bem estruturado, partindo das contribuições da gestão anterior (2018-2020) e dando seguimento a esse desenvolvimento institucional e normativo do órgão, a partir de uma base normativa consolidada e consistente (Provimento CORE 01/2020).

Com base nisso é que a CORE 2020-2022 conseguiu fazer frente à situação de pandemia, que trouxe desafios inéditos e exigiu soluções cautelosas para conseguir conciliar a continuidade do serviço judiciário e a necessidade de adotar medidas sanitárias para evitar transmissão e contágio pela Covid-19 no período.

No período, ainda que grande parte da energia da equipe da CORE tivesse sido empregada nas questões relativas à Covid-19, o que se percebeu é que não houve interrupção ou paralisação dos serviços correccionais e das atividades da CORE. Ao contrário, foram realizadas as atividades e iniciativas descritas no infográfico fornecido, que resumem o que a CORE realizou no período:



Sobre as **DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA UNIDADE**, os gestores destacaram e a equipe de inspeção pode constatar que a maior dificuldade encontrada se relaciona à pandemia pela Covid-19, que provocou alteração substancial nos serviços judiciários e exigiu o isolamento social desde março de 2020, perdurando até o final da gestão, em março de 2022, alternando-se momentos de maior agravamento e de melhoria gradual nas condições sanitárias. O quadro era inédito, envolvendo pandemia em escala global, que atingiu a todos e encontrou numa situação em que foi preciso inovar e buscar soluções, muitas vezes inéditas, para conciliar a continuidade do serviço público e o que era necessário para prevenir e diminuir os riscos de contágio pela Covid-19.

Esses efeitos da pandemia envolveram questões que exigiram um enfrentamento direto (por exemplo, medidas de prevenção à disseminação da Covid-19, de interrupção do serviço judiciário presencial, de criação de novas ferramentas para comunicação a distância).

A própria mudança do regime de trabalho presencial para trabalho remoto compulsório fez com que surgissem dificuldades com a adaptação às exigências impostas pelo isolamento sanitário para enfrentar a Covid-19, uma vez que “*muitos magistrados e servidores tiveram dificuldades em se adaptar às ferramentas tecnológicas (microsoft teams, audiências virtuais, PJe Cor etc)*”, demandando da CORE trabalho adicional para auxiliar, esclarecer dúvidas, enviar tutoriais a todos.

Também trouxeram demandas relacionadas aos efeitos correlatos da pandemia (por exemplo, a necessidade de regulamentar e realizar correições no formato virtual, e de acompanhar/atender as varas de forma virtual). Nas palavras da Chefe de Gabinete da CORE (2020-2022), *“em razão da pandemia, houve modificação no calendário das inspeções e correições gerais ordinárias, com a alteração das datas previamente fixadas por diversas unidades judiciárias e foi necessário estabelecer que os trabalhos seriam realizados em duas etapas nos casos em que existem processos físicos em tramitação, situações que foram disciplinadas nas Portarias CORE”*.

Nas palavras do Juiz Federal Auxiliar da CORE no período, *“a CORE teve que se reinventar e se reestruturar para fazer Correições Virtuais, que até então nunca tinham sido feitas. O uso e manejo dos meios audiovisuais foi fundamental para a realização dos trabalhos, a gerar uma nova organização e nova forma de trabalhar. O mesmo se deu com a Inspeção Administrativa: tivemos que usar entrevistas (Teams) e tecnologia (vídeos, fotos) para conhecer os nossos fóruns e as suas eventuais dificuldades estruturais”*.

Além disso, num projeto específico que foi realizado, foi destacada como dificuldade a resistência de servidores e magistrados quanto ao Mapeamento por Processos de Trabalho. As unidades inicialmente viam mais os ônus do projeto do que seus benefícios, o que exigiu atenção da CORE para sensibilizar as equipes e conseguir sua adesão ao projeto que dá seus frutos no sentido de terem mapeado processos de trabalho e riscos desses processos, permitindo assim um melhor conhecimento do trabalho judiciário nas varas e, principalmente, racionalizando esse trabalho e permitindo que sejam bem empregados os recursos disponíveis.

Destacamos que nas entrevistas, apesar de termos constatado essas dificuldades relacionadas, percebemos que a equipe da CORE conseguiu desempenhar bem suas atribuições e superar essas dificuldades, conseguindo resultados e adotando boas práticas que a seguir são mencionadas.

Sobre as BOAS PRÁTICAS nesse período (2020-2022), foram várias as iniciativas e providências adotadas pela CORE no período, que poderiam ser destacadas. Optamos aqui em dar destaque, preferencialmente, aquelas que dão conta do enfrentamento da pandemia ou mereçam especial atenção em razão de seu ineditismo ou importância no contexto do serviço judiciário ou atribuições de uma Corregedoria, a saber:

(a) a implantação do “WhatsApp CORE” – Trata-se de uma conta exclusiva no serviço de mensagens do WhatsApp, que permite à CORE enviar de forma célere e eficaz mensagens e comunicações aos magistrados. Permitiu, durante a pandemia e depois dela, manter um canal permanente de contato com os juízes de primeiro grau, levando-se em consideração o período de constantes mudanças tecnológicas e a necessidade de aprimoramento dos meios de comunicação. A divulgação de mensagens institucionais e informações pela CORE se torna praticamente instantânea, muito desburocratizada e facilmente acessível a todos os magistrados.

(b) Mapeamento dos Processos de Trabalho e da Gestão de Riscos, bem como administração dos respectivos treinamentos às unidades judiciárias – Aqui a gestão CORE 2020-2022 deu prosseguimento àquela previsão de que os processos de trabalho das unidades judiciais fossem identificados e mapeados, conforme estava anunciado e previsto na Resolução CORE 1/2020 (Consolidação Normativa da CORE da 3ª Região), a saber:

A seguir, o texto aborda, de maneira até então inédita no âmbito deste órgão, o mapeamento de processos de trabalho da primeira instância.

A gestão por processos de trabalho não é, em si, novidade. Utilizada já há tempos na administração pública, a técnica foi incorporada formalmente à 3ª Região pela Resolução PRES 136/2017 – normativo que lastreia, em larga medida, as disposições específicas adotadas pelo Provimento. O mapeamento de processos de trabalho críticos, inclusive, já era obrigatório, a teor do normativo citado (art. 5º, § 3º) – valendo registrar que a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo elabora e possui mapas de trabalho de suas atividades, que são mantidos disponíveis para consulta na internet.

Em apertada síntese, o mapeamento de processos de trabalho, aplicado à primeira instância, visa à construção de diagramas e roteiros a serem seguidos na execução de tarefas cotidianas dos serviços forenses, para fins de gerenciamento de ações em cada unidade judiciária ou administrativa.

Esta incumbência não se presta a simples formalismo, mas, pelo contrário, municia os gestores locais de instrumental poderoso para a gestão de pessoas e controle de desempenho. Com efeito, a partir do mapeamento de determinado processo de trabalho é possível, primeiramente, padronizar a forma como cada tarefa é executada na unidade - organização interna que, por si, contribui sensivelmente para o atingimento de melhores análises gerenciais e resultados. Paralelamente, a ferramenta permite identificar a existência de eventuais passos desnecessários, ou que comportem métodos mais eficientes de realização. Ademais, o cotejo dos roteiros e diagramas com os resultados quantitativos e qualitativos dos serviços da unidade permite a identificação de pontos de estrangulamento das atividades, com o correspondente delineamento de estratégias de contorno e superação. Mais ainda, o mapeamento constitui documentação da forma de execução de cada tarefa, desvinculando-a da pessoa a quem correntemente atribuída.

Os ganhos, assim, são nítidos. A unidade judiciária ou administrativa com processos de trabalhos devidamente mapeados não se ressentirá particularmente de transições e eventuais alternâncias de supervisores, diretores ou magistrados, uma vez que o saber relativo às tarefas críticas locais estará documentado, e poderá ser revisto pela equipe seguinte. Além disso, estará dotada de meios para estimar melhor o tempo de processamento de cada rotina, informação básica para a definição de metas e resultados a serem alcançados. Também poderá organizar mutirões internos, a partir da identificação de gargalos e redistribuição de força de trabalho.

O esforço da Corregedoria Regional, por sua vez, será concentrado no acompanhamento geral da efetividade e adequação dos mapeamentos realizados pelas unidades de primeira instância, potencializando os efeitos de sua posição como órgão de

coordenação para comparação e identificação de rotinas e fluxos de trabalho que mereçam divulgação, a título de boa prática. Novamente, o arranjo destaca o viés colaborativo que rege a atuação deste órgão e a percepção de que a partilha de informações é elemento indispensável à boa administração da Justiça.

O Provimento pretende, nitidamente, estabelecer a cultura de gestão por processos de trabalho no âmbito da primeira instância, objetivando, a médio prazo, colher os resultados esperados do pleno domínio da ferramenta por magistrados e servidores. A este respeito, é importante destacar que o mapeamento de processos de trabalho das atividades-fim das unidades judiciárias e administrativas – de obrigatoriedade modulada para 2021 (art. 457) - deverá seguir as regras próprias definidas pelos setores de gestão estratégica da 3ª Região e, em razão do ineditismo, ensejará o alinhamento com as áreas de gestão de conhecimento para a disponibilização de treinamentos, manuais e cursos de aperfeiçoamento no tema (art. 191).

A modulação não deve servir, porém, de justificativa para retardar a aquisição do conhecimento necessário e a realização de ensaios destinados à adoção de um módulo experimentado de solução. Ao contrário, urge que, desde logo, se dediquem as unidades e respectivos gestores ao domínio dos conceitos, técnicas e procedimentos para a implantação eficiente do modelo de mapeamento de processos de trabalho como ferramenta indispensável ao aprimoramento da eficiência na gestão judiciária como um todo, envolvendo não apenas atribuições jurisdicionais, como administrativas.

Destacamos aqui que a implementação de metodologias para a adequada gestão do acervo processual, visa alcançar as metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça às unidades da Justiça Federal da 3ª Região, através de formulação, controle e acompanhamento de planos de trabalho nas varas correccionadas.

Nesse contexto, a CORE deu andamento à implementação do Mapeamento dos Processos de Trabalho, em cumprimento aos artigos 185 a 190 do Provimento CORE 1/2020. Tais ferramentas objetivam a padronização do modo como o trabalho é realizado, automatizando tarefas rotineiras, reduzindo eventuais custos e tornando os processos de trabalho mais eficazes e efetivos, melhorando, conseqüentemente, a atuação de cada setor.

Coube à CORE a edição dos atos normativos determinados pelo Provimento CORE 01/2020, visando ao esclarecimento dos procedimentos necessários ao mapeamento e a estruturação dos treinamentos da ferramenta Bizagi Modeler a todas as unidades judiciárias e administrativas.

A ferramenta Bizagi Modeler permite elaboração dos mapas e fluxogramas dos processos de trabalho das unidades judiciárias, propiciando a padronização do modo como o trabalho é realizado, automatizando tarefas rotineiras, reduzindo eventuais custos e tornando os processos de trabalho mais eficazes e efetivos e melhorando, conseqüentemente, a atuação de cada setor, pois representa os processos de negócio de forma padronizada.

Para implementação dessa ferramenta, foi criado o Comitê Gestor de Processos de Trabalho de atividade jurisdicional no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, para gerenciar os mapas recebidos, sugerir aperfeiçoamentos, quando for o caso, identificar e criar um banco de boas práticas, entre outras atribuições. Pela CORE foi dito terem sido entregues até 22 de janeiro de 2021 cerca de 1.800 mapas das varas que trabalhavam na plataforma eletrônica do PJe. Foi realizado um amplo trabalho de correção desses mapas, finalizado em maio de 2021. Foram então realizados 4 laboratórios no IjuspLab para se definir a forma de se estruturar o trabalho de identificação dos mapas dos processos de trabalho de cada área de competência (cível, penal, previdenciário, execução penal e execução fiscal). Foi então criado um Comitê Gestor e 5 Grupos Temáticos para a condução e organização de tal trabalho. Ao final, cada grupo identificou e/ou elaborou os mapas de processos de trabalho considerados como aqueles que reuniam as melhores práticas para ser, assim, considerados os seus modelos, as suas referências para a 3ª Região.

Agregou-se ainda a identificação da Gestão de Riscos em pelo menos um desses modelos construídos de processos de trabalho. Esses “mapas modelos” de processos de trabalho, bem como da Gestão de Riscos, foram publicizados para validação e, após, inseridos em página própria da CORE (<https://www.trf3.jus.br/intranet/core/mapeamento-por-processos-de-trabalho>). A seleção dos melhores mapas por área de competência, bem como as sugestões de aperfeiçoamento, e a elaboração dos mapas de risco estão contidas nos expedientes SEI 0308474-83.2021.4.03.8000 e 031482-87.2021.4.03.8000. Também foram oferecidos cursos de formação em Bizagi BPM – BPMN – Bizagi Modeler e oficinas de Bizagi BPMN – Modelagem de Processos de Trabalho (com suporte do Núcleo de Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores- NUES), totalizando 39 turmas de Bizagi e 9 oficinas de Bizagi, durante o biênio 2020/2021. No total, foram treinados 1.013 servidores e 35 magistrados.

(c) Adoção de correições virtuais e realização de correições presenciais, quando isso foi possível – É digno de registro que a CORE não teve interrompidas suas atribuições de fiscalização e acompanhamento das unidades judiciárias de primeiro grau por conta da Covid-19 durante o período (2020-2022), tendo havido esforço e as adaptações necessárias para que as correições gerais ordinárias e as inspeções administrativas continuassem sendo realizadas no período.

Obviamente que o calendário originalmente previsto para o biênio 2020-2022 sofreu os impactos da Covid-19, adequando-se as rotinas da CORE aos diferentes riscos de contágio da pandemia, conforme medidos pelas autoridades sanitárias competentes. Quando não foi possível a correição presencial, foi adotada a modalidade de correição virtual, depois complementada com uma segunda etapa presencial quando isso foi possível ou necessário. Os processos eletrônicos e os processos físicos eram inspecionados, conforme permitissem as condições sanitárias do momento.

Além disso, sempre que possível, as inspeções administrativas e as correições gerais presenciais foram retomadas, sendo realizada com comparecimento às unidades judiciárias inspecionadas.

No período de 2020-2021, foram correcionadas 208 unidades judiciárias (nas modalidades virtual, presencial e complementar), que corresponde à grande maioria das unidades da região (são 216 unidades judiciárias em São Paulo e 18 em Mato Grosso do Sul, totalizando 234 unidades).

(d) Criação do Grupo de Suporte à Jurisdição da CORE - Foi instituído o Grupo de Suporte à Jurisdição da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região-GSJ-CORE, nos termos da Portaria CORE 2614, de 5/5/21, com precípuo objetivo de dar apoio às unidades judiciárias em relação à organização cartorária, à melhor distribuição de tarefas entre os servidores, à aplicação de boas práticas, à utilização adequada das ferramentas dos sistemas eletrônicos no andamento processual, bem como a tudo mais que for necessário para promover substancial melhoria dos serviços judiciários. As equipes do Grupo de Suporte são constituídas por servidores da CORE e gestores de unidades jurisdicionais por ela indicados, conforme as respectivas áreas de sua competência, em que verificados bom desempenho geral quanto ao cumprimento de metas nacionais do CNJ e boa e sustentável organização e gestão do seu acervo processual. Nesse período (2020-2022), foram atendidas 6 unidades judiciárias por esse grupo.

(e) Criação de mutirões ou forças-tarefas para dar conta de situações específicas nas unidades judiciárias – Foram realizados 4 mutirões em unidades judiciárias, mencionando-se aqui a criação de Grupo de Trabalho em auxílio ao JEF de Campo Grande (MS), considerando a situação constatada na última correição geral ordinária realizada em novembro de 2020. O grupo tinha por objetivo auxiliar na expedição de RPV/precatórios em 1.540 processos, até 31/1/2021, e tinha o apoio da Coordenadoria dos Juizados Especiais da 3ª Região.

Sobre os **RESULTADOS** nesse período 2020-2022, é importante destacar:

(a) a pandemia foi enfrentada pela CORE, que ainda prestou o suporte necessário às unidades judiciais para que também o fizessem, mantendo sempre o funcionamento das estruturas correcionais e a continuidade do serviço judiciário no período;

(b) o Provimento CORE 1/2020 foi aplicado e consolidado, com efetivação das rotinas e providências nele previstas, com destaque para a realização de correições gerais e inspeções administrativas, e para o início do Mapeamento dos Processos de Trabalho e da Gestão de Risco, conforme já referidos como “boas práticas”.

(c) foi iniciado e implantado o PJeCOR, bem como foram realizados os treinamentos necessários para que as equipes das unidades judiciárias e da própria CORE pudessem utilizar essa ferramenta para o processo eletrônico no âmbito disciplinar.

(d) as unidades do primeiro grau, judiciais e administrativas, não deixaram de ser inspecionadas e correccionadas no período, recorrendo a CORE ao que era necessário para que isso fosse feito de forma presencial ou virtual, com as complementações e adaptações que se fizessem necessárias. Deve-se destacar que, apesar de todas as restrições sanitárias decorrentes da Covid-19, a CORE conseguiu organizar seus esforços e adequar seus calendários, concluindo o período de 2020-2021 com número expressivo de unidades inspecionadas: foram correccionadas 208 unidades judiciárias (nas modalidades virtual, presencial e complementar), que corresponde à grande maioria das unidades da região (são 216 unidades judiciárias em São Paulo e 18 em Mato Grosso do Sul, totalizando 234 unidades).

(e) também houve acompanhamento de unidades que demonstraram exigir algum cuidado especial, sendo que foram acompanhadas 11 unidades judiciárias com base na Diretriz Estratégica do CNJ e para cumprimento de suas metas nacionais.

(f) a CORE manteve o funcionamento das rotinas de férias e afastamentos de magistrados, segundo os normativos apropriados. Ao final do período, foram proferidas 2.305 decisões pelo Cogeautoriza, sendo encerrada a pandemia sem que existissem maiores questões pertinentes a férias que devessem ser regularizados.

(g) a CORE também realizou levantamento de informações junto às varas federais, de valores destinados ao combate da pandemia do Covid-19. A destinação específica das subseções com valores aplicados em Projetos Sociais no combate à pandemia do Covid-19 totalizou R\$ 8.079.574,21, correspondendo aos valores informados por 38 das 51 subseções judiciárias que aplicaram recursos em projetos sociais no combate à pandemia do Covid-19, resultados esses que foram identificados e consolidados pela CORE para adequada divulgação.

(h) a CORE realizou aquelas atribuições que lhe são próprias, quanto a promoções de juiz federal substituto a juiz federal (15 candidatos inscritos para uma vaga) e de juiz federal para desembargador federal (23 candidatos inscritos para vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza). Também concluiu o processo de vitaliciamento de 23 juízes federais substitutos em 2021.

Sobre a **APRECIÇÃO GERAL** quanto à CORE na gestão da Desembargadora Federal Marisa Santos (2020-2022), parece ser merecedora de elogios a gestão, que enfrentou os inéditos e grandes desafios da pandemia da Covid-19, conseguiu conciliar a continuidade do serviço judiciário, as necessidades das unidades judiciárias, as atribuições correccionais e as medidas necessárias para prevenção e enfrentamento da Covid-19 nesse difícil período de crise sanitária.

Essa gestão enfrentou muitos desafios e os superou, deixando um legado importante no tocante à consolidação de projetos anteriores e ao início de novos projetos, com especial destaque ao fato de ter conseguido manter a continuidade das inspeções

administrativas e correições gerais ordinárias nas unidades, com as necessárias adaptações e complementações.

47.4 - Sobre os resultados das entrevistas quanto à gestão do Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini (2022-2024):

Ainda não é possível avaliar os resultados da gestão do Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini frente à CORE porque a posse no cargo ocorreu em 2 de março de 2022, encontrando-se a gestão no seu início.

Como ponto positivo, é de destacar o comprometimento do Juiz Auxiliar que recebeu a equipe de inspeção (Juiz Federal Roberto Lemos dos Santos Filho), mostrando conhecimento das peculiaridades da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), pela experiência jurisdicionando unidades judiciárias e participando de correições e outras atividades na Região.

Parece existir intenção de manter as práticas e rotinas das gestões anteriores, numa continuidade salutar de uma cultura institucional que parece vem obtendo resultados muito satisfatórios e atendendo aquilo que da CORE se exige na 3ª Região.

É também de se destacar que a CORE conta com um corpo funcional fixo, que permanece das gestões anteriores, e tem uma memória organizacional que contribui para que aconteça a continuidade do serviço correicional e se possa dar seguimento a projetos das gestões anteriores.

Tivemos acesso ao Cronograma de Correições Gerais Ordinárias e Inspeções Administrativas de Avaliação para o período compreendido entre 28/3/2022 a 2/12/2022, que está em cumprimento pelo Corregedor e sua equipe de correições. Pelo que nos foi indicado, esse cronograma corresponde à prática utilizada para a 3ª Região (artigos 60 e seguintes do Provimento CORE 1/2020), ainda que algumas unidades venham a ser inspecionadas em mais de um dia (Portaria CORE 13, de 22/2/22).

Quanto às dificuldades a serem enfrentadas, é oportuno destacar: **(a)** a ausência de um plano de gestão específico para a CORE no período (item 44 do questionário de auto-avaliação neste relatório); **(b)** a transição do período da pandemia para o período pós-pandemia, com retomada do trabalho presencial e da normalidade dos serviços; **(c)** a migração do sistema de Juizados Especiais Federal para o PJe, o que já aconteceu mas terá ainda impactos nas rotinas e na tramitação dos processos nas unidades de JEF; **(d)** a realização de concursos de promoção de juízes federais para ocuparem cargos de desembargadores federais aposentados ou decorrentes da ampliação do TRF3 determinada pela Lei 14.253/2021, que exigirá acompanhamento e participação expressiva da CORE, inclusive porque houve alteração normativa recente decorrente da Resolução CNJ 426/2021; **(e)** ataque cibernético sofrido recentemente pelos sistemas de informática do TRF3, que tornou indisponível por vários dias o acesso a processos e sistemas judiciais e administrativos; **(f)** a existência concomitante de diversos sistemas eletrônicos para marcação de férias e outros afastamentos de magistrados de primeiro

grau, que dificultam para a CORE as respectivas rotinas, já que acaba sendo necessário utilizar vários sistemas diferentes para uma mesma finalidade.

Observa-se que a atual gestão da CORE a recebeu em ótimas condições em março de 2022, havendo aquela manifestado sua intenção de prosseguir com os mesmos procedimentos e projetos que as gestões anteriores adotaram na CORE, apenas parecendo importante registrar a importância de que a gestão atual elabore plano de gestão que dê conta dos projetos que serão realizados no período e permita a continuidade da gestão institucional que vem caracterizando a Corregedoria Regional da 3ª Região desde gestões anteriores, bem como mantenha a CORE disponível para cumprimento de suas atribuições nos processos de promoção de juízes federais aos cargos de desembargador federal decorrentes da ampliação do TRF3 determinada pela Lei 14.253/2021.

48. OBSERVAÇÕES

Como se trata de unidade administrativa, sem expressiva tramitação de processos judiciais, deixamos de analisar os dados relativos ao montante de processos conclusos (pendentes de primeiro julgamento ou de julgamento de embargos declaratórios), relativos à evolução da produtividade do gabinete, e ao tempo médio praticado no gabinete entre distribuição e julgamento.

Quanto à gestão 2020-2022 (Corregedora Regional Desembargadora Federal Marisa Santos), em conclusão, cabe observar que: **(a)** encontramos um trabalho consistente e bem estruturado, partindo de contribuições da gestão anterior (2018-2020) e dando seguimento a esse desenvolvimento institucional e normativo do órgão, a partir de uma base normativa consolidada e consistente (Provimento CORE 01/2020); **(b)** a CORE conseguiu fazer frente à situação de pandemia, conseguindo conciliar a continuidade do serviço judiciário com as necessidades de medidas sanitárias para enfrentamento da Covid-19; **(c)** ainda que grande parte da energia da equipe da CORE tivesse sido empregada nas questões relativas à Covid-19, verificou-se que não houve interrupção ou paralisação dos serviços correccionais e das atividades da CORE, sendo realizadas as atividades destacadas nesse relatório; **(d)** as dificuldades enfrentadas pela CORE estão principalmente relacionadas à Covid-19, sejam direta ou indiretamente disso decorrentes, mas foram todas superadas pela CORE, que inclusive deixa um legado de boas práticas e de resultados; **(e)** a gestão da CORE é merecedora de elogios, uma vez que enfrentou os inéditos e grandes desafios da pandemia da Covid-19, conseguiu conciliar a continuidade do serviço judiciário, as necessidades das unidades judiciárias, as atribuições correccionais e as medidas necessárias para prevenção e enfrentamento da Covid-19 nesse difícil período de crise sanitária.

Como boas práticas do período 2020-2022, destacamos: **(a)** a continuidade e consolidação do Provimento CORE 1/2020 (Consolidação Normativa da Corregedoria da

3ª Região); **(b)** a implantação do WhatsApp CORE; **(c)** o mapeamento dos processos de trabalho e da gestão de riscos, e respectivo treinamento às equipes; **(d)** a adoção de correições virtuais e a realização de correições presenciais, quando isso foi necessário ou possível; **(e)** criação do Grupo de Suporte à Jurisdição da CORE, com criação de mutirões ou forças-tarefas.

Como resultados do período 2020-2022, destacamos: **(a)** o enfrentamento da pandemia da Covid-19 pela CORE, prestando o suporte necessário às unidades judiciárias e mantendo o funcionamento das estruturas correcionais e a continuidade do serviço judiciário no período; **(b)** a consolidação do Provimento CORE 1/2020, com destaque para a realização de correições gerais e inspeções administrativas, e para o início do Mapeamento dos Processos de Trabalho e da Gestão de Risco; **(c)** a implantação do PJeCOR, com realização dos treinamentos necessários; **(d)** a manutenção das inspeções e correições nas unidades judiciais e administrativas de primeiro grau durante a pandemia, com as adaptações e complementações necessárias, e com acompanhamento das unidades que demonstraram exigir algum cuidado especial; **(e)** a manutenção das rotinas de férias e afastamentos de magistrados durante o período da pandemia.

Quanto à gestão 2022-2024 (Corregedor Regional Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini), em conclusão, cabe observar que: **(a)** a gestão se encontra no início do biênio, tendo a posse ocorrido há poucas semanas e ainda tendo sofrido os efeitos do ataque cibernético sofrido pelo TRF3 no mês de abril de 2022; **(b)** parece existir intenção de se prosseguir nas práticas e rotinas das gestões anteriores, mantendo a continuidade das práticas adotadas; **(c)** existirão dificuldades a serem enfrentadas, aqui se destacando a necessidade iminente da CORE acompanhar e participar expressivamente do processo de promoção de juízes federais para ocuparem cargos de desembargador federal decorrentes da ampliação do TRF3 determinada pela Lei 14.253/2021; **(d)** é importante que o plano de gestão da CORE para o biênio 2022-2024 seja elaborado, dando conta do planejamento e dos projetos que serão realizados no período, permitindo a continuidade da gestão institucional e assegurando que a CORE possa cumprir eficientemente com suas atribuições institucionais, inclusive naquilo que lhe competir nos processos de promoção de juízes federais aos cargos de desembargador federal decorrentes da ampliação do TRF3 determinada pela Lei 14.253/2021, se assim vier a entender o Tribunal.

49. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir a recomendação do item 46;

b) Elaborar Plano de Gestão para o biênio 2022-2024, dando conta do planejamento e dos projetos que serão realizados no período, permitindo a continuidade

da gestão institucional e assegurando que a CORE possa cumprir eficientemente com suas atribuições, inclusive naquilo que lhe competir nos processos de promoção de juízes federais aos cargos de desembargador federal decorrentes da ampliação do TRF3 determinada pela Lei 14.253/2021, se assim vier a entender o Tribunal;

c) Manter as boas práticas e procedimentos adotadas pela CORE na gestão anterior, dignas de elogio.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Valdeci dos Santos

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Nos termos do art. 10 do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, a competência da 1ª Turma é relacionada às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à matéria de direito privado, dentre outras, a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares e às desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Valdeci dos Santos.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Thiago Barcelos - analista judiciário, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	2.679
Processos suspensos/sobrestados	602
Processos conclusos	1.018
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.679
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.822
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.018
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.259
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	602
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	491

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é

sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	70
Mandados de segurança	3
Conflitos de competência	20
Reclamações	1
Ações rescisórias	30
Outros	16
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.599
Recursos em mandados de segurança coletivos	8
Recursos em ações civis públicas	20
Recursos em ações de desapropriação	13
Recursos em ações com preferência legal	214
Outros	2.347

Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.599
Apelações cíveis	1.877
Agravos de instrumento	695
Outros	27

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Revisões criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	9
Apelações	9
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	362
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	219
Agravos legais/regimentais	17
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	15
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	9
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	13

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	110
Ano anterior	1.286
2º ano anterior	326
3º ano anterior	86
4º ano anterior	20
5º ano anterior ou mais antigo	48

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	170
Ano anterior	802
2º ano anterior	182
3º ano anterior	31

4º ano anterior	13
5º ano anterior	10
6º ano anterior ou mais antigo	19

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	212
Ano anterior	605
2º ano anterior	49
3º ano anterior	43
4º ano anterior	21
5º ano anterior	12
6º ano anterior	13
7º ano anterior ou mais antigo	25

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	51
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	50

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	18

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.032
Total de Processos julgados	3.018
Total de Processos baixados	2.867
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	14
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	165

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	94
Total de feitos não regularizados	-
Total de feitos verificados na inspeção anterior	68

Total de feitos não regularizados	0
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.070
Processos julgados no ano anterior	3.003
Processos distribuídos no ano corrente	281
Processos julgados no ano corrente	249

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.879
Pendentes em 31/12/2021	dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	dados indisponíveis

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

	6
--	---

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.031
Pendentes no último dia do mês anterior	20
Porcentagem de atendimento da meta	99,64%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.710
Pendentes no último dia do mês anterior	20
Porcentagem de atendimento da meta	116,4%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
--	---

Pendentes em 31/12/2021	dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	dados indisponíveis

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	40,82%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	45,27
Taxa de congestionamento em 2021	46,70
Taxa de congestionamento em 2022	45,51

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados indisponíveis
Pendentes em 31/12/2021	dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	dados indisponíveis

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados indisponíveis
Pendentes no último dia do mês anterior	dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	dados indisponíveis

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	dados indisponíveis
Processos baixados no ano anterior	dados indisponíveis
Processos julgados no ano anterior	dados indisponíveis
Processos distribuídos no ano corrente	dados indisponíveis

Processos baixados no ano corrente	dados indisponíveis
Processos julgados no ano corrente	dados indisponíveis

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.
Meta direcionada à Presidência do Tribunal que, quando surge qualquer inovação ou sistema, comunica aos Gabinetes, dando mecanismos para sua utilização.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	dados indisponíveis
3429 - Alteração de local especialmente protegido	dados indisponíveis
3619 - Crimes contra a Fauna	dados indisponíveis
3621 - Da Poluição	dados indisponíveis
3622 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
3623 - Atividades Nucleares	dados indisponíveis
3624 - Caça	dados indisponíveis
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	dados indisponíveis
3627 - Pesca	dados indisponíveis

3651 - Crimes Agrários	dados indisponíveis
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	dados indisponíveis
9583 - Arrendamento Rural	dados indisponíveis
10016 - Inspeção Fitossanitária	dados indisponíveis
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	dados indisponíveis
10085 - Água e/ou Esgoto	dados indisponíveis
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	dados indisponíveis
10095 - Águas Públicas	dados indisponíveis
10106 - Recursos Minerais	dados indisponíveis
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	dados indisponíveis
10110 - Meio Ambiente	dados indisponíveis
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	dados indisponíveis
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	dados indisponíveis
10113 - Flora	dados indisponíveis
10114 - Fauna	dados indisponíveis
10115 - Transgênicos	dados indisponíveis
10116 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	dados indisponíveis
10119 - Gestão de Florestas Públicas	dados indisponíveis
10396 - Ambiental	dados indisponíveis
10397 - Sanitárias	dados indisponíveis
10438 - Dano Ambiental	dados indisponíveis
10986 - Crime contra a administração ambiental	dados indisponíveis
11822 - Mineração	dados indisponíveis
11823 - Reserva legal	dados indisponíveis
11824 - Recursos Hídricos	dados indisponíveis
11825 - Poluição	dados indisponíveis
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	dados indisponíveis
11827 - Zona Costeira	dados indisponíveis
11828 - Área de Preservação Permanente	dados indisponíveis
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	dados indisponíveis
11830 - Patrimônio Cultural	dados indisponíveis
11836 - Parcelamento do Solo	dados indisponíveis

11841 - Política Agrícola	dados indisponíveis
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	dados indisponíveis
11862 - Saneamento	dados indisponíveis
9994 - Indenização por dano ambiental	dados indisponíveis
3424 - Usurpação de águas	dados indisponíveis
10091 - Terreno de Marinha	dados indisponíveis
10094 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10102 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10103 - Terreno Aldeado	dados indisponíveis
10104 - Restituição de área - FUNAI	dados indisponíveis
10105 - Demarcação	dados indisponíveis
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	dados indisponíveis

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Meta direcionada à Presidência do Tribunal. O gabinete apenas cumpre as determinações repassadas, inclusive com a utilização de programas ou sistemas disponibilizados.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	dados indisponíveis
Pendentes no mês anterior:	dados indisponíveis
Percentual de cumprimento da meta:	dados indisponíveis

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. Proceder a baixa no sistema de alguns processos, dar andamento a despacho de remessa à Vice-Presidência, bem como pautar e julgar determinados feitos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
As providências em relação aos feitos inspecionados foram realizadas, tais como: baixa, julgamento e processamento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As metas foram cumpridas. Atualmente, após enorme remessa de processos da Vice-Presidência (para juízo de retratação nos feitos), bem como da indisponibilidade dos sistemas do Tribunal por período considerável, o gabinete se preparou para atender essa enorme demanda. Os processos para juízo de retratação são antigos, então foram deslocados 5 servidores para zerar essa parte do acervo o quanto antes (cerca de 400 processos foram remetidos ao gabinete). No tocante ao período após o retorno do sistema do Tribunal, notou-se grande quantidade de processos represados, principalmente liminares em agravo de instrumento. Quatro funcionários foram incumbidos de colocar em dia tais processos. Após, será feito o levantamento dos processos remanescentes, dando prioridade aos antigos, urgentes, com prioridades legais. O intuito é zerar o acervo do gabinete, caso nenhuma intercorrência ocorra ao longo do restante do ano.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O home office tem se mostrado eficaz para redução do acervo e melhor produtividade da equipe. Ademais, a rigorosa triagem, logo no momento da distribuição dos autos ao gabinete, facilita a minuta de processos semelhantes e a melhor gestão de processos urgentes ou com prioridades legais.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Thiago Barcelos Marques Pereira

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Atualmente todos os servidores trabalham em regime de teletrabalho, em razão da pandemia da Covid-19. Para questões complexas, como desapropriação, sequestro internacional de crianças e processos de competência do Órgão Especial, foram destacados dois servidores. Ademais, 4 servidores são responsáveis pelos agravos de instrumento e liminares; o assessor, com o auxílio do assessor II, analisa a pauta de

juízo e todas as suas intercorrências. Há duas servidoras para realizar o trabalho administrativo. Há, ainda, o agente de segurança. Os demais servidores, assim como o chefe de gabinete, são responsáveis pela minuta dos demais processos, sem especialização de matérias, tendo em vista a pouca quantidade de processos (pelo menos até o começo do ano, em que o gabinete possuía 200 processos conclusos para 1º juízo, embargos de declaração e agravo interno).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente todos. Contudo, por determinação da Presidência do Tribunal, o regime de teletrabalho encerra dia 4/4/22. Entretanto, seguindo regulamentação da Presidência, boa parte do gabinete aderiu ao home office, tendo sido deferido pelos Órgãos responsáveis. Presencialmente serão pelo menos 4 servidores em trabalho presencial, 2 em regime híbrido.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente integral. Após 28/4/22, boa parte do gabinete continuará no home office, tendo sido deferido pelos Órgãos responsáveis. Presencialmente serão pelo menos 4 servidores em trabalho presencial, 2 em regime híbrido.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são estabelecidas após reunião entre o Desembargador e o chefe de gabinete, de acordo com a complexidade da matéria e o número de distribuição dos processos. Não há cota para processos criminais, desapropriação ou qualquer outra matéria que exija total comprometimento e foco do servidor. Nas demais matérias, em que tenha recursos repetitivos, súmulas, ou sejam de fácil deslinde, a cota é de 4 processos ao dia por servidor.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Ao final de cada semana os servidores remetem ao chefe de gabinete, via e-mail, a relação dos processos minutados. Em caso de descumprimento é sopesado se há algum problema pessoal ou dificuldade com a matéria tratada nos autos. Se reiterado, o servidor é chamado para conversar com o chefe de gabinete, que busca contextualizar o descumprimento. Caso seja notada dificuldades, um servidor é destacado a auxiliar, ou a matéria é trocada. Se persistir o descumprimento, sem justificativa plausível, o servidor é advertido. Se nada resolver, ele é colocado à disposição de RH.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos. Eventualmente, se algum processo físico é remetido ao Gabinete, este é minutado imediatamente ou é remetido para a digitalização, conforme disponibilidade desse Setor.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não há armários. Os processos digitais são etiquetados pelo chefe de gabinete, que tria todos os autos distribuídos. É etiquetado por nome de servidor e matéria. Ademais, etiqueta-se as prioridades.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Todos os processos remetidos à conclusão são triados pelo chefe de gabinete, que já direciona-os para o servidor responsável, com a urgência devida ou qualquer outra peculiaridade do caso. Os embargos de declaração e agravos internos já são remetido pela Subsecretaria em pasta própria no PJe. Os processos remetidos a outro setor só são observados na estatística mensalmente disponibilizada pelo Tribunal.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais de 4 processos ao dia; dependendo da complexidade do feito, a meta é relativizada.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Quando há grande distribuição de processos, ou retorno da Vice-Presidência, como ocorreu atualmente, estipula-se a meta de zerar o estoque ou diminuindo a números equilibrados. Atingida a meta, é concedido uma semana de repouso aos servidores envolvidos.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Distribuídos os autos, após a triagem realizada pelo chefe de gabinete, este encaminha-os aos servidores para observância das prioridades legais e para rápida análise dos feitos, de acordo com a complexidade do caso.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Nos termos do artigo 932, do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O acervo dos modelos foi se consolidando ao longo dos anos, desde a posse do Desembargador. Matérias novas, decorrentes de novos entendimentos ou legislação são minutadas pelos servidores, remetidas à aprovação e estudo pelo Assessor e, posteriormente, repassada ao Desembargador para orientações, adequações etc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Todos os servidores são frequentemente estimulados ao estudo e consequente capacitação, inclusive através dos diversos cursos disponibilizados pelo Tribunal, independente de eventual necessidade identificada. Se houver algum caso pontual, o servidor é instruído normalmente, em conversa com a chefia.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Não há controle do sobrestamento feito pelo Gabinete. Os feitos sobrestados estão sob responsabilidade da Subsecretaria que, caso seja atualizada a jurisprudência, remete-os conclusos, a pedido do gabinete, para julgamento. São as seguintes matérias: FGTS/TR ADI 5090: Rentabilidade do FGTS; Tema 769 - da necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento; Tema 981- à luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da Execução Fiscal; Tema 997 - Legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado; Tema 1012 - Possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado; Tema 1039 - Fixação do termo inicial da prescrição da pretensão indenizatória em face de seguradora nos contratos do SFH; e AgInt na RCL n. 40060 - SP TEMA: integração da GAT na base de cálculo de verbas remuneratórias dos Auditores da RFB.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Os autos referentes a contratos da CEF são remetidos, eventualmente ao setor de conciliação. As próprias partes têm tentado esse meio para solucionar a lide, contudo, o setor de conciliação não tem obtido êxito.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

A ordem do Desembargador é que sejam levados na sessão seguinte. Entretanto, a depender da matéria e de vicissitudes da força de trabalho, podem ser atrasados.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O gabinete, além de receber e-mails institucionais que atualizam certas jurisprudências, possui servidores atentos às mudanças de entendimentos.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Com sete dias de antecedência os votos são disponibilizados aos demais gabinetes da Turma.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

O Desembargador Federal Valdeci dos Santos as realiza de sua residência, sendo acompanhado presencialmente pelo assessor Caram de Castro Tannus, cuja principal função é analisar os processos pautados e suas intercorrências.

28. A unidade possui plano de gestão?

Atualmente não. A unidade possui divisão de tarefas relativizada, de acordo com a demanda, e parte dos servidores que continuarão em home office.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Há uma vaga a ser preenchida no gabinete. os recursos materiais têm sido pouco utilizados, devido à pandemia.
b) gestão do trabalho	Realizada pelo chefe de gabinete, dia a dia, com auxílio eventual dos assessores.
c) resultados	O acervo do gabinete tem sido reduzido ano a ano. Até final de 2021 possuía 150 processos conclusos para 1ª decisão.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Melhor desempenho possível da prestação jurisdicional, bem como zerar o acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Atualmente o gabinete recebeu um grande número de processos que estavam na Vice-Presidência por muitos anos. A quase totalidade dos autos recebidos são para retratação de matérias que tiveram mudança de entendimento ao longo do tempo em que os processos aguardavam juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Assim, boa parte da equipe foi deslocada para minutar todos esses processos, pois são todos antigos. Após, a força de trabalho será realocada novamente para dar cabo aos muito processos que foram distribuídos nesse período e que se acumularam, tais como agravos de instrumento e apelações.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O home office foi extremamente salutar na produtividade do gabinete. Embora inicialmente o desafio de organizar a equipe à distância fosse árduo, o gabinete obteve

uma linha de comunicação e efetividade do trabalho relevantes. O acervo teve redução significativa.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

No tocante aos processos conclusos, o chefe de gabinete observa semanalmente a movimentação. Tal fato só é possível pelo baixo número de processos no acervo.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5023598-38.2021.4.03.0000	6/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo retirado de pauta em razão do ataque hacker.		
5027033-20.2021.4.03.0000	29/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado na sessão de 22/3/22.		
5027047-04.2021.4.03.0000	29/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado na sessão de 22/3/22.		
5029213-09.2021.4.03.0000	23/11/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 22/3/22.		
5001077-73.2019.4.03.6110	19/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Carlos Francisco, da 2ª Turma.		
5010628-19.2019.4.03.6000	18/5/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo seria julgado em 6/4/22, mas foi retirado de pauta em virtude do ataque hacker que deixou indisponível os sistemas do Tribunal.		
5009910-19.2020.4.03.6119	12/7/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo seria julgado em 6/4/22, mas foi retirado de pauta em virtude do ataque hacker que deixou indisponível os sistemas do Tribunal.		
5009170-43.2019.4.03.6104	13/11/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos ao Desembargador Wilson Zauhy, para voto vista, desde agosto de 2021.		
5001523-67.2020.4.03.6134	1º/10/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo seria julgado na pauta de 6/4/22, porém foi retirado devido ao ataque hacker que derrubou os sistemas do Tribunal.		
5007402-26.2021.4.03.6100	7/10/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado aguardando pauta para julgamento.		
0017211-82.2008.4.03.6100	2/12/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo seria julgado na pauta de 6/4/22, porém foi retirado devido ao ataque hacker que derrubou os sistemas do Tribunal.		

5023837-42.2021.4.03.0000	7/10/2021	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta.		
5006942-06.2021.4.03.0000	6/4/2021	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 10/11/21. Interposto embargos de declaração que estavam pautados para julgamento em 6/4/22. Sessão não realizada pela indisponibilidade dos sistemas por ataque hacker.		
5031332-40.2021.4.03.0000	14/12/2021	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Processo minutado aguardando pauta.		
5031568-89.2021.4.03.0000	16/12/2021	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Processo de relatoria da Desembargadora Marli Ferreira.		
5009791-48.2021.4.03.0000	5/11/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento de 27/4/22.		
5012695-12.2019.4.03.0000	21/5/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na pauta de 30/3/22.		
0044439-96.2013.4.03.9999	1º/9/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Pendente voto vista do Desembargador Wilson Zauhy.		
5000875-75.2019.4.03.6117	8/7/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo retirado da pauta de 30/3/21 a pedido da parte, por recusa ao julgamento virtual. Pendente voto vista do dr. Wilson Zauhy.		
5026048-85.2020.4.03.0000	18/9/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo conclusos ao Desembargador Wilson Zauhy, por pedido de vista, desde dezembro de 2020.		
5023357-98.2020.4.03.0000	26/8/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo conclusos ao Desembargador Wilson Zauhy (pedido de vista) desde abril de 2021.		
0007525-75.2013.4.03.6105	5/8/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Conclusos com Desembargador Wilson Zauhy por pedido de vista, desde 30/4/21.		
5000888-81.2017.4.03.6105	17/7/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo tramitou na 2ª Seção.		
0012349-58.2014.4.03.6100	28/2/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo seria julgado na pauta de 6/4/22, porém foi retirado devido ao ataque hacker que derrubou os sistemas do Tribunal.		
5027803-85.2017.4.03.6100	25/8/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em 6/4/22, que não ocorreu pela falha no sistema, decorrente de ataque hacker ao tribunal.		
0034679-26.2008.4.03.0000	2/9/2011	204-Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário

Observação/Providência: Processo conclusos à Vice-Presidência para admissibilidade de Recurso Especial/Extraordinário.		
0032043-77.2014.4.03.0000	18/12/2014	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Mairan Maia.		
0015956-22.2009.4.03.0000	14/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Não encontrado na base de dados.		
0050063-44.2007.4.03.6182	28/9/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo voltou do STJ para novo julgamento dos embargos de declaração e, após, foi remetido ao setor de digitalização. Despacho de ciência as partes em março. Aguardando pauta para julgamento.		
0015135-60.2000.4.03.6102	5/3/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2018, remetido ao STJ para julgamento do Recurso Especial. STJ reenvia os autos para novo julgamento dos embargos de declaração, sendo conclusos ao gabinete em outubro de 2020. Digitalizado e remetido à conclusão em março de 2022. Será Julgado com prioridade.		
0002002-78.2010.4.03.6108	6/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 26/4/22.		
0002075-59.2015.4.03.6113	16/5/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Encontra-se na Vice-Presidência para admissibilidade de Recurso Especial.		
0003995-98.2015.4.03.6103	24/3/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Encontra-se na Vice-Presidência para admissibilidade de Recurso Especial.		
5018398-54.2019.4.03.6100	25/2/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta.		
0000258-55.2014.4.03.6125	14/8/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo seria julgado na pauta de 6/4/22, porém foi retirado devido ao ataque hacker que derrubou os sistemas do Tribunal.		
0001495-33.1999.4.03.6002	9/10/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em fevereiro.		
0012139-49.2011.4.03.6120	9/3/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de restauração de autos, julgado em 8/3/22. Pendente julgamento do mérito, que estava sobrestado (tema 554).		
0001752-87.2011.4.03.6115	25/5/2012	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Trânsito em julgado em 10/3/22. Remetido ao primeiro grau.		
0007189-42.2011.4.03.6105	29/8/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 22/3/22 e acórdão publicado em 28/3/22.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados, 33 foram inspecionados, porque os demais não pertenciam ao acervo do Gabinete.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0050063-44.2007.4.03.6182	5018398-54.2019.4.03.6100
---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias):

5009170-43.2019.4.03.6104

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Valdeci dos Santos, o Assessor Caram de Castro Tannus e o Chefe de Gabinete (substituto) Tadeu Pereira de Almeida.

Foram confirmados os dados informados no presente relatório, inclusive aquilo que a unidade havia respondido no questionário de auto-avaliação (itens 8 a 30 deste relatório).

Quanto à **competência da unidade inspecionada**, trata-se de gabinete vinculado à 1ª Turma do TRF3, que julga feitos relativos: às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural e ao FGTS; à matéria de direito privado, incluindo domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia, constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares; às desapropriações e apossamentos administrativos; e aos feitos criminais remanescentes.

Quanto à **composição da unidade**, o Desembargador Federal Valdeci dos Santos está nesse gabinete desde 26/1/2016, não tendo havido remoção nos últimos dois anos. A Chefia de Gabinete é exercida por Thiago Barcelos e a Assessoria por Caram de Castro Tannus. O gabinete conta com 17 servidores lotados, estando com um claro de lotação.

Quanto às **sessões de julgamento**, elas são marcadas quinzenalmente na turma (duas sessões por mês), e todos os gabinetes pautam. O Desembargador Federal Valdeci dos Santos as realiza de sua residência, sendo acompanhado presencialmente pelo assessor Caram de Castro Tannus, cuja principal função é analisar os processos pautados e suas intercorrências.

Quanto ao **regime de trabalho remoto** (durante e após a pandemia), a unidade já adotava antes da pandemia o teletrabalho voluntário para 50% dos servidores da equipe. Em razão disso, a equipe teve facilidade para se adaptar ao regime de trabalho remoto

compulsório para todos durante a pandemia e a produtividade não foi impactada no período, nem houve outras dificuldades de adaptação e comunicação durante a pandemia.

A intenção é prosseguir com a adoção de regime de teletrabalho, conforme permitam os atos normativos da Presidência do TRF3. A intenção é que boa parte do gabinete continue em teletrabalho híbrido, sendo que serão pelo menos quatro servidores comparecendo presencialmente e dois em regime híbrido.

As cotas são estabelecidas após reunião entre o Desembargador e o chefe de gabinete, de acordo com a complexidade da matéria e o número de distribuição dos processos. Não há cota para processos criminais, desapropriação ou qualquer outra matéria que exija total comprometimento e foco do servidor. Nas demais matérias, em que tenha recursos repetitivos, súmulas, ou sejam de fácil deslinde, a cota é de 4 processos ao dia por servidor.

Ao final de cada semana os servidores remetem ao chefe de gabinete, via e-mail, a relação dos processos minutados. Em caso de descumprimento é sopesado se há algum problema pessoal ou dificuldade com a matéria tratada nos autos. Se reiterado, o servidor é chamado para conversar com o chefe de gabinete, que busca contextualizar o descumprimento. Caso seja notada dificuldades, um servidor é destacado a auxiliar, ou a matéria é trocada. Se persistir o descumprimento, sem justificativa plausível, o servidor é advertido. Se nada resolver, ele é colocado à disposição do RH.

Quanto à **atuação da unidade durante a pandemia da Covid-19**, a unidade se organizou diante das restrições sanitárias impostas para o enfrentamento da Covid-19, utilizando-se do trabalho à distância para que a prestação jurisdicional não sofresse solução de continuidade. Pelo exame dos dados estatísticos e entrevista com os gestores da unidade, percebe-se que o resultado foi positivo, conseguindo o gabinete manter o fluxo de pautas de julgamentos e a excelência da gestão que vem sendo realizada no gabinete, como nesse relatório se examina.

Quanto à **organização do trabalho**, após o período de pandemia em que utilizaram o trabalho remoto, a unidade está se estruturando para prosseguir com o regime de teletrabalho. Todos os processos remetidos à conclusão são triados pelo chefe de gabinete, que já os direciona para o servidor responsável, com a urgência devida ou qualquer outra peculiaridade que o caso exigir. Os embargos de declaração e agravos internos já são remetidos pela Subsecretaria em pasta própria no PJe. Os processos remetidos a outro setor só são observados na estatística mensalmente disponibilizada pelo Tribunal. O gabinete também conta com um acervo de modelos para votos/decisões que se consolidou ao longo dos anos, desde a posse do Desembargador. Matérias novas, decorrentes de novos entendimentos ou legislação são minutadas pelos servidores, remetidas à aprovação e estudo pelo Assessor e, posteriormente, repassada ao Desembargador para orientações, adequações etc.

Quanto à **divisão interna do trabalho na unidade**, para questões complexas, como desapropriação, sequestro internacional de crianças e processos de competência do Órgão Especial, foram destacados dois servidores. Outros 4 servidores são responsáveis pelos agravos de instrumento e liminares. O assessor, com o auxílio do assessor II, analisa a pauta de julgamento e todas as suas intercorrências. Há duas servidoras para realizar o trabalho administrativo. Há, ainda, o agente de segurança. Os demais servidores, assim como o chefe de gabinete, são responsáveis pela minuta dos demais processos, sem especialização de matérias, em razão da pouca quantidade de processos (pelo menos até o começo do ano, em que o gabinete possuía 200 processos conclusos para 1º julgamento, embargos de declaração e agravo interno). Adota-se meta individual de 4 processos ao dia, sendo que essa meta é relativizada dependendo da complexidade do caso. Adota-se política de recompensas, em situações específicas. Além disso, no tocante àqueles processos com prioridade legal ou relacionados a metas do CNJ, distribuídos os autos, após a triagem realizada pelo chefe de gabinete, este os encaminha aos servidores para observância das prioridades legais e para rápida análise dos feitos, de acordo com a complexidade do caso.

Quanto aos **processos físicos**, estes atualmente não existem na unidade. Eventualmente, se algum processo físico é remetido ao gabinete, este é minutado imediatamente ou é remetido para a digitalização, conforme disponibilidade desse setor.

Quanto aos **pedidos de vista e votos-vista**, a determinação do Desembargador é que os pedidos de vista sejam levados a julgamento na sessão seguinte. Entretanto, a depender da matéria e de vicissitudes da força de trabalho, podem ser atrasados, sendo os votos-vista apresentados assim que for possível.

Na inspeção anterior (2020), existiam 4 processos conclusos para voto-vista, sendo que destes 4 estavam conclusos há mais de 30 dias. Atualmente (2022), existem 51 processos conclusos para voto-vista, sendo que destes 50 estavam conclusos há mais de 30 dias. Na entrevista, foram esclarecidos os critérios para pedir vista, não parecendo existirem excessos na apresentação dos votos-vista, considerando que os processos acabam tendo de ser pautados para apresentação do voto-vista, o que às vezes resulta num prazo de pelo menos 30 dias para que o processo seja incluído em pauta e tenha o julgamento concluído. Além disso, provavelmente ainda estão sendo sentidos os efeitos do ataque cibernético recentemente sofrido pelo TRF3, que fez com que sessões de julgamento fossem canceladas e processos tivessem sido retirados de pauta.

Embora tenha havido aumento do número de processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias, não parece existir nenhuma providência excepcional a ser determinada/recomendada, senão de procurarem levar a julgamento os votos-vistas em menos de 30 dias, intenção que parece já existir nas determinações da unidade. Digase o mesmo em relação aos embargos declaratórios, já que houve aumento mínimo desde a última inspeção (de 301 para 362 processos).

Quanto ao **plano de gestão**, embora não exista um plano de gestão formalizado por escrito, há uma organização do fluxo de trabalho, com priorização do julgamento dos processos mais antigos, com resultados positivos em relação ao acervo e às metas do CNJ. Percebe-se, pelo exame das estatísticas e da entrevista, que os objetivos propostos pela unidade vêm sendo alcançados, a saber: “*melhor desempenho possível da prestação jurisdicional, bem como zerar o acervo*”. A unidade está bem organizada, havendo fluxos de trabalho bem definidos, sistematizados e eficientes, o que está demonstrado através dos resultados obtidos pela unidade e visíveis em seus números estatísticos.

Quanto às **boas práticas adotadas** na unidade, foram destacadas: **(a)** a gestão de pessoas que vem sendo realizada no gabinete, com trabalho de longo prazo, com comunicação direta e contínua entre Desembargador, gestores e equipe, com continuidade e busca de formação de gabinete com equipe comprometida e empenhada em alcançar os objetivos propostos de melhoria e celeridade na prestação jurisdicional, o que visivelmente vem sendo alcançado pela unidade; **(b)** a gestão dos processos no gabinete, com triagem diária dos processos distribuídos ao gabinete, com realização de mutirões internos quando necessário (por exemplo, para minutar as retratações), com realização de pautas temáticas; **(c)** as rotinas de trabalho adotadas, como a manutenção de banco de modelos de minutas e intenção de evitar acúmulo de votos-vista (preferencialmente são pautados na sessão imediatamente seguinte).

Quanto aos **resultados obtidos** pela unidade, como será examinado no tópico específico deste relatório, a unidade vem atingindo resultados plenamente satisfatórios, conseguindo manter um baixo passivo de conclusos para julgamento e excelentes tempos médios de julgamento dos processos. Também no tocante ao cumprimento das metas do CNJ se percebem esses resultados. Isso tudo é fruto de uma gestão bem orientada, tendo auxílio de uma equipe de servidores comprometida com os resultados e com os objetivos da unidade, merecedores de reconhecimento e elogio pelo trabalho realizado.

Quanto às **dificuldades apontadas** pela unidade, as dificuldades no sistema PJe não chegam a causar prejuízo na produção e organização da unidade. Apenas relatam, como ponto negativo, a ausência de ferramentas céleres e eficazes para pesquisa e obtenção imediata de dados estatísticos.

Quanto aos **dados estatísticos da unidade**, os mesmos estão detalhados no item 4 deste relatório. Numa comparação com o relatório da inspeção anterior (2020), percebe-se que tivemos as seguintes evoluções:

TÓPICO	NÚMERO NESTE RELATÓRIO	INSPEÇÃO DE 2020	INSPEÇÃO DE 2022
Total em tramitação	4.1	3.965	2.679
Processos suspensos	4.1	210	602
Processos Conclusos	4.1	1.929	1.018

Processos concluídos para voto-vista	4.16	4	51
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	4.16	4	50
Pendentes de lavratura de acórdão – Total como relator	4.17	20	1
Pendentes de lavratura de acórdão – Total como relator para o acórdão	4.17	174	18
Total de processos distribuídos (12 meses)	4.18	3.224	3.032
Total de processos julgados (12 meses)	4.18	7.916	3.018
Total de processos baixados (12 meses)	4.18	2.904	2.867
Saldo de processos (distribuídos – julgados) (12 meses)	4.18	-4.692	14

Como se pode perceber, e será exame de objeto em item específico deste relatório, o gabinete teve um resultado positivo desde a última inspeção, tendo reduzido o total de processos em tramitação de 3.965 para 2.679 processos. Também julgou praticamente o mesmo número de processos (3.018) do que os distribuídos (3.032), nos últimos 12 meses.

Quanto às **metas do CNJ**, os respectivos dados de cumprimento constam do item 5 deste relatório, onde se pode perceber que a unidade vem conseguindo resultados positivos no tocante ao cumprimento de várias das metas do CNJ.

Por exemplo, no tocante à Meta 1/CNJ ("*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*"), a unidade julgou 3.003 processos no ano anterior e foram distribuídos 3.070 no mesmo período (item 5.1 deste relatório). Ou seja, o resultado aqui foi praticamente positivo. Em relação ao presente ano, como os dados se referem à posição do acervo de 31/3/2022, envolvendo poucos meses, os dados ainda não podem ser avaliados (281 distribuídos e 249 julgados no corrente ano).

Ainda que vários relacionados às metas estejam indisponíveis, por conta do ataque cibernético sofrido pelo TRF3, o que se percebe é que há um comprometimento da unidade com o cumprimento das metas do CNJ, alcançando bons resultados quanto a isso.

Quanto às **pendências da última inspeção**, a unidade já havia informado ao Conselho da Justiça Federal o cumprimento das pendências da última inspeção, o que havia sido despachado e arquivado (docs 0242561 e 0242578 do expediente SEI 0004035-25.2020.4.90.8000). Isso foi ratificado pela unidade no questionário (item 6 deste relatório), nada mais havendo a determinar.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.929 para 1.018. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.259 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.018.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou, minimamente, de 301, na última inspeção, para 362, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 9 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 19 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Manter as boas práticas, o bom clima organizacional, os resultados e os procedimentos que vem sendo adotados pela unidade, dignos de elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Hélio Nogueira

2.2 Turma

Primeira Turma - Primeira Seção

2.3 Competência

Nos termos do art. 10, § 1º do Regimento Interno, compete à Primeira Seção julgar os recursos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Hélio Nogueira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de Gabinete - Sandra Aparecida dos Santos Vieira
Assessor - Fábio Decimoni

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	2.994
Processos suspensos/sobrestados	577
Processos conclusos	1.630
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.994
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.063
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.630
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.725
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	577
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	497

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é

sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	67
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	15
Reclamações	3
Ações rescisórias	17
Outros	30

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.924
Recursos em mandados de segurança coletivos	3
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	1
Recursos em ações civis públicas	22
Recursos em ações de desapropriação	20

Recursos em ações com preferência legal	188
Outros	2.693

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.924
Apelações cíveis	2.074
Agravos de instrumento	801
Outros	49

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	3
Apelações	3. Todas já julgadas, sendo que 2 já estão baixadas à origem e 1 remetida à Vice-Presidência para processamento de recursos excepcionais.
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

Outros	0
--------	---

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	577
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	211
Por Recurso Extraordinário	366

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	342
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	197
Agravos legais/regimentais	28
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	27, sendo que 20 estão sobrestados pela ADI 5090; 02 julgados em 8/3/22; 02 com julgamento iniciado e pendente de voto vista; 01 incluído em pauta; 01 que foi exercido o juízo de retratação e 01 pendente de inclusão em pauta
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	11
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	10, sendo que 04 foram julgados na sessão de 8/3/22; 03 estão incluídos em pauta de julgamento; 03 estão em diligência para intimação da parte.

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	53
Ano anterior	1.258

2º ano anterior	242
3º ano anterior	73
4º ano anterior	20
5º ano anterior ou mais antigo	18

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	218
Ano anterior	1.104
2º ano anterior	239
3º ano anterior	54
4º ano anterior	25
5º ano anterior	17
6º ano anterior ou mais antigo	21

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	192
Ano anterior	891
2º ano anterior	186
3º ano anterior	103
4º ano anterior	28
5º ano anterior	42
6º ano anterior	47
7º ano anterior ou mais antigo	57

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	91
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	88

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	5
Total como relator para o acórdão	1

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	2.997
Total de Processos julgados	3.092

Total de Processos baixados	2.770
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-95
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	227

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	86
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	67
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.017
Processos julgados no ano anterior	3.145
Processos distribuídos no ano corrente	299
Processos julgados no ano corrente	218

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.001
Pendentes em 31/12/2021	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,98%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
	116,25%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.450
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	99,59%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.677
Pendentes no último dia do mês anterior	21
Porcentagem de atendimento da meta	116,17%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	19
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	04
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	51,79
Taxa de congestionamento em 2021	54,08
Taxa de congestionamento em 2022	54,78

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	19
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
--	--

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dado não disponibilizado pelo setor de estatísticas até o encerramento do presente questionário.
Pendentes no último dia do mês anterior	Dado não disponibilizado pelo setor de estatísticas até o encerramento do presente questionário.
Porcentagem de atendimento da meta	Dado não disponibilizado pelo setor de estatísticas até o encerramento do presente questionário.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5, todos redistribuídos, sendo 04 para a Quarta Seção que detém competência criminal e 01 para a Segunda Seção
Processos baixados no ano anterior	4
Processos julgados no ano anterior	3
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
Medidas são adotadas pela administração do Tribunal.	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	06

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0	
Medidas são adotadas pela administração do Tribunal.	

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Dado não disponibilizado pelo setor de estatísticas até o encerramento do presente questionário.
Pendentes no mês anterior	Dado não disponibilizado pelo setor de estatísticas até o encerramento do presente questionário.
Percentual de cumprimento da meta	Dado não disponibilizado pelo setor de estatísticas até o encerramento do presente questionário.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?		
Sim. a) Baixar os processos 50002651120174036107 e 50236370620194030000 b) Julgar os processos 50005644820184036108 50278973320174036100 5023377820184030000 50295096920184036100 50157775120194030000 50157341720194030000 50157515320194030000 50222193320194030000 50004444520174036106 00147157120134030000 00092824120114036181 50012337520174036128 50016255720174036114 5004838720184036112 50056320320184036100 50145067420184036100 00102767820034036107 00004300320044036107 50105164220184030000 50112655920184030000 00077277320044036103 04256705319814036100 00193293120084036100 00348809120084039999 c) lavrar acórdão no processo 50109015320194030000.		

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) houve determinação para baixa; b) foram adotadas medidas para julgar todos os processos. O julgamento do processo n. 50295096920184036100 foi iniciado e encontra-se suspenso por pedido de vista e está aguardando a apresentação de voto-vista. Os demais foram julgados; c) foi lavrado e publicado o acórdão, estando o processo atualmente baixado.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As determinações a cargo deste Gabinete foram integralmente cumpridas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 2. Dos 4 processos pendentes dentro deste perfil, 3 encontram-se incluídos em pauta de julgamento e 1 em fase de habilitação de espólio para que tenha regular prosseguimento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O último biênio exigiu uma readequação das atividades, diante da necessidade de integral desenvolvimento de forma remota, em razão da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela pandemia. Mesmo diante dessa situação, a equipe conseguiu manter a produtividade, desenvolvendo os trabalhos de forma bastante satisfatória. Alguns percalços foram enfrentados, como inconsistências do sistema PJe, mas que têm sido superadas paulatinamente. A grande quantidade de pedidos de sustentações orais nas sessões de julgamento tem ocasionado alguns atrasos nos julgamentos dos recursos, uma vez que acabam superando o período de duração da sessão, sendo necessário o adiamento. Há também sessões que são designadas sem previsão de videoconferência, exigindo o adiamento. Com a melhora do fornecimento dos dados estatísticos tem sido possível identificar melhor as situações dos processos, em especial, os casos relativos às metas CNJ/CJF. No geral, os resultados têm sido positivos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Fábio Decimoni - assessor

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A distribuição das atividades aos servidores é feita de acordo com a natureza das matérias, dos recursos e feitos originários. Dois servidores têm por responsabilidade, preferencialmente, a análise e processamento dos Agravos de Instrumento, visto que são os recursos com maior índice de tutelas de urgência, demandando análise mais célere. Há um servidor designado para preparar os processos de competência da Primeira Seção que compreendem, basicamente, as ações rescisórias e conflitos de competência. No mais, os servidores exercem as atividades de acordo com a matéria tratada nos recursos, fator que facilita o desenvolvimento dos trabalhos e, em consequência, incrementa a produtividade. Dos 18 servidores do gabinete, 16 exercem atividades-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Nos últimos 2 anos, em decorrência das restrições da pandemia, todos os servidores exerceram as atividades em regime de teletrabalho, à exceção dos servidores que não desempenham atividade-fim que somente atuaram neste regime nos momentos em que a fase de restrição não permitia o comparecimento presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é desempenhado em regime integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas de acordo com a natureza da matéria, bem como em função da maior ou menor complexidade dos processos. Assim, para matérias de natureza repetitiva e recursos de menor complexidade, as cotas são maiores, enquanto que para matérias mais complexas, compreendendo neste conceito, aquelas que demandam maior aprofundamento do trabalho, assim como processos que demandam mais atividades de processamento, as cotas são menores.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Realiza-se o acompanhamento com a aferição das minutas lançadas no sistema PJe. Em caso de não atendimento da cota, é realizada reunião com o servidor para identificação da causa e busca de solução para que seja atendida.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

No momento, com a implantação do sistema PJe para todos os processos em tramitação, não há processos físicos em tramitação.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Como todos os processos tramitam por meio eletrônico, a organização dos processos se dá com a aposição de etiquetas eletrônicas e movimentação entre tarefas com fluxo predeterminado no sistema PJe.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Com a melhora dos dados estatísticos e relatórios fornecidos pelos setores administrativos do Tribunal, os acompanhamentos têm sido realizados a partir dos mesmos. Quanto aos dados não contidos nesses relatórios, a busca de informações é realizada por pesquisas individuais.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Individuais, definidas de acordo com os critérios indicados no item 11.2.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Uma vez feita a identificação dos feitos dessa natureza, passa-se aos servidores de acordo com os critérios indicados no item 10 para preparação do julgamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nas hipóteses previstas no CPC (art. 932).

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Tratando-se de matéria de natureza repetitiva, são elaborados modelos, os quais, após submetidos ao Desembargador e aprovados, são repassados aos servidores para utilização.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

De acordo com as dificuldades enfrentadas nas atividades desenvolvidas, bem como em face de inovações que demandam treinamento.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados ficam em tarefa disponibilizada na Subsecretaria da Turma. De acordo com a comunicação do julgamento dos temas, levanta-se o sobrestamento e dá-se andamento ao feito. As principais matérias sobrestadas atualmente: ADI 5090 - Substituição da TR pelo IPCA como índice de correção das contas vinculadas ao FGTS; RE 1059466 - isonomia entre magistratura e Ministério Público na percepção de licença prêmio; Tema 1.012 STJ - Possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, VI, do CTN); Tema 1079 STJ - definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros"; RE n. 1.017.365 - ações possessórias, anulatórias de processos administrativos de demarcação, bem como os recursos vinculados a essas ações, sem prejuízo dos direitos territoriais dos povos indígenas.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

O Tribunal possui um setor de conciliação que seleciona os processos com perfil para realização de acordos entre as partes, os solicita e aplica o procedimento conciliatório.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

A partir do recebimento dos processos da subsecretaria é feita uma triagem por matéria e trabalhado o processo no sentido de inserir novamente em pauta de julgamento com a maior brevidade. Contudo, considerando que as pautas de julgamento são fechadas com certa antecedência, em média aproximada de 2 meses da data da sessão de julgamento, somado ao período de preparação dos votos e, tendo em vista que as sessões são quinzenais, portanto, tendo uma média de 2 sessões por mês, os processos levam em torno de 8 sessões para apresentação dos votos-vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de boletins e, principalmente, por pesquisa dos assuntos de interesse.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Os votos são disponibilizados no sistema PJe e devem estar acessíveis aos demais gabinetes com antecedência de mínima de 4 dias da sessão de julgamento, nos termos da Portaria n. 01/2017 da Presidência da Primeira Turma.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas em painel próprio do sistema PJe, com a disponibilização prévia dos votos pelo Relator, possibilitando a apreciação pelos demais integrantes do colegiado, que lançam seus votos também pelo sistema. Após

o encerramento da votação a Subsecretaria certifica os resultados e remete os processos para lavratura dos acórdãos.

28. A unidade possui plano de gestão?

O gabinete trabalha visando o alcance de objetivos, voltados ao atendimento da prestação jurisdicional célere e com qualidade.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Dotada de materiais necessários ao desempenho das atividades e com quadro de pessoal completo.
b) gestão do trabalho	Segue as diretrizes estabelecidas para obtenção dos resultados.
c) resultados	Têm sido alcançados

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

1. julgamento de processos em número maior que a quantidade de distribuídos; 2. Julgar os processos com distribuição mais antiga; 3. Julgar os processos com preferência.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Orientação aos servidores para que atentem aos objetivos. Distribuição de processo a servidor para que seja dado andamento para que o objetivo seja alcançado.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Possibilitar que os servidores que tenham interesse permaneçam em regime de teletrabalho, pois os resultados têm sido satisfatórios. Promover a realização de contato entre chefia e servidor para orientações e discussão sobre superação de dificuldades, com vistas a possibilitar o incremento de produtividade e alcance de objetivos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através de boletins estatísticos.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5014777-49.2019.4.03.6100	21/9/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		

5023201-76.2021.4.03.0000	4/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 5/4/2022, não realizada em razão da inoperância do sistema em decorrência do ataque cibernético sofrido pelo tribunal em 30/3/2022. Reincluído na pauta de 24/5/2022. Aguardando julgamento.		
0055361-02.2016.4.03.6182	15/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 24/5/2022. Aguardando julgamento.		
5000422-33.2018.4.03.6144	5/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento iniciado com apresentação de voto na sessão de 11/2/2020. Suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Wilson Zauhy. Aguardando apresentação de voto-vista.		
5003991-81.2017.4.03.6110	2/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
5001164-29.2019.4.03.6110	24/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 24/5/2022. Aguardando julgamento.		
5001056-75.2017.4.03.6140	25/4/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso de apelação sem pedido de antecipação de tutela. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
5001484-73.2019.4.03.6112	9/12/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
5015672-78.2017.4.03.6100	7/6/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso com julgamento iniciado e suspenso em razão de não unanimidade. Incluir em pauta de sessão de julgamento para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC.		
0003228-90.2012.4.03.6127	7/11/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso de relatoria da Desembargadora Federal Inês Virgínia, na Sétima Turma - Terceira Seção.		
5003338-36.2018.4.03.6113	29/8/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de sobrestamento reconsiderada. Agravo legal prejudicado. Determinado o processamento do recurso.		
5000949-63.2018.4.03.6118	14/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento iniciado. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6/4/2022 para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC, não realizada em razão da inoperância do sistema decorrente do ataque cibernético sofrido em 30/3/22. Aguarda designação de nova sessão.		
5031732-25.2019.4.03.0000	6/12/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Concedido efeito suspensivo ao recurso. Recurso de apelação julgado. Determinado o arquivamento do incidente.		
5018514-61.2018.4.03.0000	6/8/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Efeito suspensivo concedido. Determinada a expedição de ofício ao Juízo de primeiro grau para remeter os autos da ação de origem. Determinado o arquivamento do incidente.		
5010874-41.2017.4.03.0000	4/7/2017	12375-Reclamação
Observação/Providência: Indeferida a petição inicial. Aguardando providências da subsecretaria para arquivamento dos autos, em razão do trânsito em julgado da decisão.		
5004861-63.2020.4.03.6000	8/9/2020	12081-Incidente de Suspeição
Observação/Providência: Incidente processado sem efeito suspensivo. Em fase de produção de prova testemunhal. Aguardando retorno de carta de ordem expedida para oitiva de testemunhas.		
5028111-83.2020.4.03.0000	22/10/2020	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Acolhido pedido de extinção do feito. Aguardando providências da subsecretaria para cumprimento e arquivamento dos autos.		
5030411-18.2020.4.03.0000	9/11/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Indeferido pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Aguardando julgamento do recurso de apelação.		
5002565-09.2019.4.03.6128	5/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento iniciado. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6/4/2022 para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC, não realizada em razão da inoperância do sistema decorrente do ataque cibernético sofrido em 30/3/22. Aguarda designação de nova sessão.		
5000956-24.2020.4.03.6138	30/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento iniciado. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6/4/2022 para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC, não realizada em razão da inoperância do sistema decorrente do ataque cibernético sofrido em 30/3/22. Aguarda designação de nova sessão.		
5281486-88.2020.4.03.9999	23/11/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento iniciado. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6/4/2022 para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC, não realizada em razão da inoperância do sistema decorrente do ataque cibernético sofrido em 30/3/22. Aguarda designação de nova sessão.		
5014639-82.2019.4.03.6100	14/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento iniciado. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6/4/2022 para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC, não realizada em razão da inoperância do sistema decorrente do ataque cibernético sofrido em 30/3/22. Aguarda designação de nova sessão.		
0002683-62.2016.4.03.6100	11/6/2020	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo da 2ª Turma, referente a uma sessão de julgamento que o Des. Hélio Nogueira participou e seu voto divergente prevaleceu. O processo não foi liberado ao gabinete para assinatura do acórdão. Após regularização o acórdão foi assinado e liberado para publicação.		
0006210-54.2014.4.03.6112	4/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido por equívoco ao Des. Hélio Nogueira para lavrar acórdão, uma vez que o resultado do julgamento foi unânime. Resultado lançado no processo foi corrigido pela Subsecretaria. Processo remetido ao Relator originário Wilson Zauhy para lavrar o acórdão.		
0025738-86.2009.4.03.6100	29/12/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 24/5/2022. Aguardando julgamento.		
0002081-27.2009.4.03.6000	9/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0001942-97.2014.4.03.6130	2/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em razão de renúncia de poderes pelos advogados da parte, processo encontra-se em fase de diligência para intimação para regularização da representação processual a fim de possibilitar o regular prosseguimento.		
0002274-39.2014.4.03.6106	17/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento de 24/5/2022. Aguardando o julgamento.		
5000014-24.2017.4.03.6129	30/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10.05.2022. Aguardando julgamento.		
0025098-11.1994.4.03.6100	26/8/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído à relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy em 28/8/2020. Em tramitação perante àquele Gabinete.		
0000698-42.2018.4.03.6115	21/8/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
5002279-48.2020.4.03.0000	5/2/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
5001191-72.2020.4.03.0000	23/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
5003141-05.2018.4.03.6106	28/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
0045438-93.2009.4.03.6182	9/5/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Recurso com julgamento iniciado e suspenso em razão de não unanimidade. Incluir em pauta de sessão de julgamento para prosseguimento na forma do art. 942 do CPC.		
5000055-77.2019.4.03.6110	7/2/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
0051372-37.2006.4.03.6182	30/9/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0006126-77.2014.4.03.6104	23/8/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0001012-23.2015.4.03.6105	29/8/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
5001995-78.2018.4.03.6121	27/9/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
0004869-29.2000.4.03.6000	1º/10/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo em fase de preparação de voto para julgamento. Incluir em pauta.		
0064191-50.1999.4.03.6182	5/1/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
5018962-97.2019.4.03.0000	26/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Deferido o pedido de efeito suspensivo. Interposto agravo interno. Incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0018345-66.2016.4.03.6100	28/10/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado em razão de Recurso Especial. Tema 1008 STJ. Aguardando julgamento do recurso repetitivo.		
0021482-33.2015.4.03.9999	3/6/2015	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Recurso preparado para inclusão em pauta. Porém, por um erro do sistema PJe não foi possível a inclusão. Há chamado técnico (callcenter) aberto solicitando a regularização. Assim que corrigido o problema, o processo será incluído em pauta.		
5001441-08.2020.4.03.0000	27/1/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Determinado o arquivamento do incidente ante a ausência de impugnação da decisão que deferiu a concessão de efeito suspensivo ao recurso de apeleção.		
0002556-12.2003.4.03.6123	18/6/2007	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Recurso concluso com o Desembargador Federal Wilson Zauhy (relator para o acórdão do recurso de apelação), para relatar os embargos de declaração.		
0005297-98.2006.4.03.6000	15/4/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso concluso com o Desembargador Federal Wilson Zauhy (Relator para o acórdão do recurso de apelação), para relatar Juízo de Retratação.		
0005101-35.2014.4.03.6102	9/4/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência para fins de juízo de retratação, ainda, em suporte físico, o que demandou aguardar providências da Presidência para digitalização e inserção no sistema PJe. Em fase de conferência da digitalização para liberação e inclusão em pauta.		
0021304-15.2013.4.03.6100	25/8/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta de julgamento da sessão de 10/5/2022 para apreciar juízo de retratação. Aguardando julgamento.		
0001320-73.2013.4.03.6123	4/11/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0002094-94.2013.4.03.6126	6/5/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência para fins de juízo de retratação, ainda, em suporte físico, o que demandou aguardar providências da Presidência para digitalização e inserção no sistema PJe. Em fase de conferência da digitalização para liberação e inclusão em pauta.		
0002179-34.2014.4.03.6130	14/10/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0012825-45.2009.4.03.6109	10/9/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
0002194-26.2015.4.03.6111	25/6/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 10/5/2022. Aguardando julgamento.		
0022163-22.1999.4.03.6100	14/7/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 26/4/2022. Aguardando julgamento.		
0000430-03.2004.4.03.6107	19/9/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo Interno julgado na sessão de 8/3/2022. Acórdão publicado aos 14/3/2022. Prazo em curso.		
0313378-31.1995.4.03.6102	28/3/2000	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso remetido pela Subsecretaria à conclusão do Desembargador Federal Wilson Zauhy em 9/9/2021. Aguardando análise de juízo de retratação.		
0014896-86.2005.4.03.6100	3/12/2008	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Juízo de retratação apreciado na sessão de julgamento do dia 1º/2/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022.

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 59 processos selecionados (todos eletrônicos), foram inspecionados 56 processos, porque os demais (03) pertencem ao acervo de outros Gabinetes.

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5003338-36.2018.4.03.6113	0045438-93.2009.4.03.6182	0004869-29.2000.4.03.6000
0002094-94.2013.4.03.6126		

b) Despachar em 30 dias:

0001942-97.2014.4.03.6130

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Hélio Nogueira, o Assessor Fábio Decimoni e a Chefe de Gabinete Sandra Aparecida dos Santos Vieira.

Foram confirmados os dados informados no presente relatório, inclusive aquilo que a unidade havia respondido no questionário de auto-avaliação (itens 8 a 30 deste relatório).

Quanto à **competência da unidade inspecionada**, trata-se de gabinete vinculado à 1ª Turma do TRF3, que julga feitos relativos: às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural e ao FGTS; à matéria de direito privado, incluindo domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia, constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares; às desapropriações e apossamentos administrativos; e aos feitos criminais remanescentes.

Quanto à **composição da unidade**, o Desembargador Federal Hélio Nogueira está nesse gabinete desde 11/12/2014, não tendo havido remoção nos últimos dois anos. A Chefia de Gabinete é exercida por Sandra Aparecida dos Santos Vieira e a Assessoria por Fábio Decimoni. O gabinete conta com 18 servidores lotados, estando com lotação completa.

Quanto às **sessões de julgamento**, elas são marcadas quinzenalmente na turma (duas sessões por mês), e todos os gabinetes pautam. Em média, o gabinete pauta 250 processos por sessão. Durante a pandemia, como as sustentações orais foram facilitadas, houve aumento no número de sustentações orais. Em algumas situações, isso fez com que alguns processos fossem adiados para serem julgados nas sessões seguintes. Após o retorno da pandemia, as sessões seguem sendo realizadas de forma virtual e telepresencial. Recentemente, em razão do ataque cibernético, houve

cancelamento da sessão de 6/4/2022, sendo os processos retirados de pauta e não tendo sido então julgados. Isso se refletiu sobre os dados do gabinete, não representando a estatística atual a real situação do gabinete, por conta do atraso decorrente do ataque cibernético.

Quanto ao **regime de trabalho remoto compulsório** (durante a pandemia) e teletrabalho voluntário (depois da pandemia), a unidade esclareceu com as exigências de distanciamento sanitário para enfrentamento da pandemia da Covid-19, o gabinete precisou se organizar em regime de trabalho remoto, obtendo com isso bons resultados e tendo a equipe conseguido se organizar nesse regime de trabalho à distância. Anteriormente, já adotavam o teletrabalho voluntário. Esclareceu que nos dois últimos anos, em decorrência das restrições sanitárias pela pandemia, todos os servidores exerceram as atividades em regime de teletrabalho, à exceção dos servidores que não desempenharam atividade-fim que somente atuaram neste regime em momentos em que a fase de restrição não permitia o comparecimento presencial. Atualmente, existem servidores em regime de teletrabalho integral, sendo as cotas fixadas de acordo com a natureza da matéria, bem como em função da maior ou menor complexidade dos processos. Para matérias de natureza repetitiva e recursos de menor complexidade, as cotas são maiores (20% a mais), enquanto que as cotas são menores para matérias mais complexas (aquelas demandas que necessitam de maior aprofundamento do trabalho ou de mais atividades de processamento).

Quanto à **atuação da unidade durante a pandemia da Covid-19**, a unidade se organizou diante das restrições sanitárias impostas para o enfrentamento da Covid-19, utilizando-se do trabalho à distância para que a prestação jurisdicional não sofresse solução de continuidade. Pelo exame dos dados estatísticos e entrevista com os gestores da unidade, percebe-se que o resultado foi positivo, conseguindo o gabinete manter o fluxo de pautas de julgamentos e a excelência da gestão que vem sendo realizada no gabinete, como nesse relatório se examina.

Quanto aos **efeitos da pandemia na organização do trabalho**, houve aumento da demanda de atendimento remoto durante a pandemia (telefone, videoconferências, etc). Também houve aumento no número de sustentações orais e, conseqüentemente também aumentou o tempo de duração das sessões de julgamento. Em decorrência disso, em algumas situações houve adiamento de processos para serem julgados nas sessões seguintes. Foi necessário também se adaptar à nova realidade, principalmente em relação aos gestores e aos servidores que ainda não realizavam o teletrabalho.

Quanto à **organização do trabalho**, a distribuição das atividades aos servidores é feita de acordo com a natureza das matérias, dos recursos e feitos originários. Dois servidores têm por responsabilidade, preferencialmente, a análise e o processamento dos agravos de instrumento, visto que são recursos com maior índice de tutelas de urgência, demandando análise mais célere. Há também um servidor designado para preparar os processos de competência da Primeira Seção, que compreendem ações

rescisórias e conflitos de competência, entre outros. No restante, os servidores exercem as atividades de acordo com a matéria tratada nos recursos, o que facilita o desenvolvimento dos trabalhos e, conseqüentemente, incrementa a produtividade. Dos 18 servidores do gabinete, 16 deles exercem atividades-fins. Atualmente, todos os processos são eletrônicos, não havendo processos físicos. A organização dos processos se dá com a aposição de etiquetas eletrônicas e movimentação entre tarefas com fluxos predeterminados no sistema PJe. Os acompanhamentos e controles na tramitação dos processos, todos eletrônicos, são feitos a partir das estatísticas e relatórios fornecidos pelos setores administrativos do TRF3. Se esses sistemas fossem mais eficientes no fornecimento das estatísticas, isso facilitaria o trabalho, uma vez que quando os dados não estão contidos nos relatórios é necessário a busca de informações através de pesquisas individuais. Ainda relataram que o PJe às vezes apresenta inconsistências nas tarefas, dificultando o trabalho de acompanhamento do processo. Também relataram que a unidade participa do processo de digitalização dos processos físicos que retornam, incumbindo-lhe as tarefas de criação do processo no sistema eletrônico e a conferência da respectiva digitalização, o que por vezes atrasa o respectivo julgamento.

Quanto às **boas práticas adotadas na unidade**, foram destacadas: **(a)** a continuidade do trabalho realizado pela unidade na gestão do Desembargador Federal Hélio Nogueira, realizando um trabalho gradual, consistente e contínuo no sentido de reduzir os passivos e estruturar sua equipe de trabalho, alcançando atualmente os ótimos resultados que o gabinete tem conseguindo; **(b)** a forma como se deu o enfrentamento da pandemia, com a continuidade do serviço judiciário e manutenção dos mesmos índices de produtividade e resultados; **(c)** as reuniões periódicas realizadas, virtual ou telepresencialmente, durante a pandemia, para que os gestores e a equipe pudessem trocar experiências, adaptar as formas de trabalho e manterem-se em contato constante para enfrentamento das questões e prosseguimento do trabalho.

Quanto às **dificuldades apontadas pela unidade**, foram mencionadas: **(a)** o ataque cibernético sofrido recentemente pelo TRF3, que afetou os serviços judiciários e praticamente paralisou o gabinete por vários dias, com cancelamento de sessões e outros reflexos sobre a continuidade do serviço; **(b)** as inconsistências do PJe e a dificuldade em terem acesso fácil e objetivo a dados estatísticos da tramitação dos processos, que muito poderia facilitar a gestão do acervo, distribuição do trabalho e o planejamento para enfrentamento das metas do CNJ; **(c)** o grande aumento no número de sustentações orais por conta das sessões telepresenciais, que tem aumentado a duração das sessões e, em algumas situações, levado ao adiamento de processos pautados para serem julgados em sessões posteriores.

Quanto aos **pedidos de vista e os votos-vista**, a partir do recebimento dos processos da subsecretaria é feita uma triagem por matéria e trabalhado o processo no sentido de inserir novamente em pauta de julgamento com a maior brevidade. Contudo, considerando que as pautas de julgamento são fechadas com certa antecedência (em

média aproximada de dois meses da data da sessão de julgamento), somado ao período de preparação dos votos e, tendo em vista que as sessões são quinzenais, os processos levam em torno de oito sessões para apresentação dos votos-vista.

Na inspeção anterior (2020), existiam 4 processos conclusos para voto-vista, sendo que desde 4 estavam conclusos há mais de 30 dias. Atualmente (2022), existem 91 processos conclusos para voto-vista, sendo que destes 88 estavam conclusos há mais de 30 dias. Na entrevista, foram esclarecidos os critérios para pedir vista, não parecendo existirem excessos na apresentação dos votos-vista, considerando que os processos acabam tendo de ser pautados para apresentação do voto-vista, o que às vezes resulta num prazo de pelo menos 30 dias para que o processo seja incluído em pauta e tenha o julgamento concluído. Além disso, provavelmente ainda estão sendo sentidos os efeitos do ataque cibernético recentemente sofrido pelo TRF3, que fez com que sessões de julgamento fossem canceladas e processos tivessem sido retirados de pauta.

Embora tenha havido aumento do número de processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias, não parece existir nenhuma providência excepcional a ser determinada/recomendada, senão de procurarem levar a julgamento os votos-vistas em menos de 30 dias.

Quanto ao **plano de gestão**, embora não exista um plano de gestão formalizado por escrito, há uma organização do fluxo de trabalho, com priorização do julgamento dos processos mais antigos, com resultados positivos em relação ao acervo e às metas do CNJ. Percebe-se, pelo exame das estatísticas e da entrevista, que os objetivos propostos pela unidade vêm sendo alcançados, a saber: “1. Julgamento de processos em maior número que a quantidade de distribuídos; 2. julgar os processos com distribuição mais antiga; 3. julgar os processos com preferência” (item 28.2 deste relatório).

Quanto aos **dados estatísticos da unidade**, os mesmos estão detalhados no item 4 deste relatório. Numa comparação com o relatório da inspeção anterior (2020), percebe-se que tivemos as seguintes evoluções:

TÓPICO	NÚMERO NESTE RELATÓRIO	INSPEÇÃO DE 2020	INSPEÇÃO DE 2022
Total em tramitação	4.1	3.531	2.994
Processos suspensos	4.1	344	577
Processos Conclusos	4.1	1.532	1.630
Processos conclusos para voto-vista	4.16	4	91
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	4.16	4	88
Pendentes de lavratura de acórdão – Total como relator	4.17	178	5
Pendentes de lavratura de acórdão – Total como relator para o acórdão	4.17	2	1
Total de processos distribuídos (12 meses)	4.18	3.122	2.997

Total de processos julgados (12 meses)	4.18	6.285	3.092
Total de processos baixados (12 meses)	4.18	2.764	2.770
Saldo de processos (distribuídos – julgados) (12 meses)	4.18	- 3.163	- 95

Como se pode perceber, e será exame de objeto em item específico deste relatório, o gabinete teve um resultado positivo desde a última inspeção, tendo reduzido o total de processos em tramitação de 3.531 para 2.994 processos. Também julgou mais processos (3.092) do que os distribuídos (2.997), nos últimos 12 meses. Ainda que tenha havido um pequeno aumento no número de processos conclusos de 2020 (1.532 processos) para 2022 (1.630), a diferença parece insignificante e provavelmente decorre do cancelamento de sessões e da retirada de pauta de processos pautados por conta do recente ataque cibernético sofrido pelo TRF3.

Quanto às **metas do Conselho Nacional de Justiça**, os respectivos dados de cumprimento constam do item 5 deste relatório, onde se pode perceber que a unidade vem conseguindo resultados positivos no tocante ao cumprimento de várias das metas do CNJ.

Por exemplo, no tocante à Meta 1/CNJ ("*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*"), a unidade julgou 3.145 processos no ano anterior e foram distribuídos 3.017 no mesmo período (item 5.1 deste relatório). Ou seja, o resultado aqui foi positivo. Em relação ao presente ano, como os dados se referem à posição do acervo de 31/3/2022, envolvendo poucos meses, os dados ainda não podem ser avaliados (299 distribuídos e 218 julgados no corrente ano).

No tocante às demais metas, cujos dados estatísticos estiveram disponíveis, a unidade apresentou resultados plenamente satisfatórios: 99,98% (item 5.2); 116,25% (item 5.3); 99,59% (item 5.4); 116,17% (item 5.5); 142,86% (item 5.6); 142,86% (item 5.7); 142,86% (item 5.9).

Quanto às **pendências da última inspeção**, a unidade já havia informado ao Conselho da Justiça Federal o cumprimento das pendências da última inspeção, o que havia sido despachado e arquivado (docs 0242812 e 0270217 do expediente SEI 0004034-44.2020.4.90.8000). Isso foi ratificado pela unidade no questionário (item 6 deste relatório), nada mais havendo a determinar.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos (de 1.532 para 1.630). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.725 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.630.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 104, na última inspeção, para 342, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 19 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Embora tenha sido constatado pequeno aumento nos processos conclusos (apenas 98 processos) e nos embargos declaratórios, devem ser destacados os resultados obtidos pela unidade nesse biênio, que consolidam aqueles bons resultados que haviam sido identificados na inspeção anterior (2020). Isso ratifica as boas práticas e a excelente gestão que vem sendo dada à unidade, buscando constantemente consolidar os resultados de forma consistente e apropriada à prestação jurisdicional.

Também é de se destacar que a unidade apresenta excelentes resultados, quando comparada às demais unidades que integram a mesma Seção, sendo que sua quantidade de processos pendentes de julgamento em 31/12/2021 correspondia a 1.423 processos (a média da 1ª Seção era de 3.039 processos), e seu tempo médio de julgamento era 8 meses (a média da 1ª Seção era de 19 meses).

Finalmente, quanto às metas do CNJ, os indicadores também são bastante positivos, comprovando o empenho da unidade no enfrentamento dessas metas e na obtenção de bons resultados, tudo sendo merecedor de elogios.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Manter as boas práticas, o bom clima organizacional, os resultados e os procedimentos que vem sendo adotados na unidade, dignos de elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Wilson Zauhy

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Julgar os feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. VIII - os feitos criminais remanescentes

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Wilson Zauhy

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de Gabinete : Juliana Reis Caliolo Assessora : Carla Maria Bosi Ferraz

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	5.116
Processos suspensos/sobrestados	794
Processos conclusos	3.296
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	8
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas:*Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.116
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.686
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.296
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.997
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	794
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	571

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	118
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	24
Reclamações	4
Ações rescisórias	39
Outros	46

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.993
Recursos em mandados de segurança coletivos	16
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	1
Recursos em ações civis públicas	34
Recursos em ações de desapropriação	35
Recursos em ações com preferência legal	342
Outros	4.570

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.993
Apelações cíveis	3.939
Agravos de instrumento	982
Outros	72

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	1
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	1

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	244
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	157
Agravos legais/regimentais	16
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	15
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	33
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	61

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	53
3º ano anterior	2.311
4º ano anterior	1.019
5º ano anterior ou mais antigo	1.326

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	272
2º ano anterior	1,247
3º ano anterior	1,212
4º ano anterior	535
5º ano anterior	145
6º ano anterior ou mais antigo	437

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	192
Ano anterior	1.083
2º ano anterior	533
3º ano anterior	634
4º ano anterior	270
5º ano anterior	89
6º ano anterior	78
7º ano anterior ou mais antigo	241

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	95
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	88

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	20
Total como relator para o acórdão	18

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	2.804
Total de Processos julgados	2.948
Total de Processos baixados	2.846
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-144
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-42

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	71
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.811
Processos julgados no ano anterior	2.820
Processos distribuídos no ano corrente	257
Processos julgados no ano corrente	184

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.778
Pendentes em 31/12/2021	340
Porcentagem de atendimento da meta	94,92%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

	111,42%
--	---------

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.772
Pendentes no último dia do mês anterior	408
Porcentagem de atendimento da meta	92,93%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.824
Pendentes no último dia do mês anterior	270
Porcentagem de atendimento da meta	100,23%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes em 31/12/2021	0

Porcentagem de atendimento da meta	100%
------------------------------------	------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	125%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	67,01
Taxa de congestionamento em 2021	66,07
Taxa de congestionamento em 2022	66,75

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes em 31/12/2021	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.
Monitorar as ações relacionadas aos temas tratados na Agenda 2030.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	dados indisponíveis
3429 - Alteração de local especialmente protegido	dados indisponíveis
3619 - Crimes contra a Fauna	dados indisponíveis
3621 - Da Poluição	dados indisponíveis
3622 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
3623 - Atividades Nucleares	dados indisponíveis

3624 - Caça	dados indisponíveis
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	dados indisponíveis
3627 - Pesca	dados indisponíveis
3651 - Crimes Agrários	dados indisponíveis
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	dados indisponíveis
9583 - Arrendamento Rural	dados indisponíveis
10016 - Inspeção Fitossanitária	dados indisponíveis
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	dados indisponíveis
10085 - Água e/ou Esgoto	dados indisponíveis
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	dados indisponíveis
10091 - Terreno de Marinha	dados indisponíveis
10094 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10095 - Águas Públicas	dados indisponíveis
10102 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10103 - Terreno Aldeado	dados indisponíveis
10104 - Restituição de área - FUNAI	dados indisponíveis
10105 - Demarcação	dados indisponíveis
10106 - Recursos Minerais	dados indisponíveis
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	dados indisponíveis
10110 - Meio Ambiente	dados indisponíveis
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	dados indisponíveis
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	dados indisponíveis
10113 - Flora	dados indisponíveis
10114 - Fauna	dados indisponíveis
10115 - Transgênicos	dados indisponíveis
10116 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	dados indisponíveis
10119 - Gestão de Florestas Públicas	dados indisponíveis
10396 - Ambiental	dados indisponíveis
10397 - Sanitárias	dados indisponíveis
10438 - Dano Ambiental	dados indisponíveis
10986 - Crime contra a administração ambiental	dados indisponíveis
11822 - Mineração	dados indisponíveis

11823 - Reserva legal	dados indisponíveis
11824 - Recursos Hídricos	dados indisponíveis
11825 - Poluição	dados indisponíveis
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	dados indisponíveis
11827 - Zona Costeira	dados indisponíveis
11828 - Área de Preservação Permanente	dados indisponíveis
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	dados indisponíveis
11830 - Patrimônio Cultural	dados indisponíveis
11836 - Parcelamento do Solo	dados indisponíveis
11841 - Política Agrícola	dados indisponíveis
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	dados indisponíveis
11862 - Saneamento	dados indisponíveis
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	dados indisponíveis
9994 - Indenização por dano ambiental	dados indisponíveis
3424 - Usurpação de águas	dados indisponíveis

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Com a digitalização dos processos foi possível a transformação digital. Além disso disponibilizamos aos funcionários acesso aos dados e ferramentas disponíveis no sistema bem como incentivamos sua capacitação através de cursos e treinamentos.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	dados indisponíveis
Pendentes no mês anterior	dados indisponíveis
Percentual de cumprimento da meta	dados indisponíveis

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Priorização do julgamento dos processos relacionados.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Inclusão dos processos relacionados em pauta de julgamento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Inclusão em pauta de julgamento com urgência. Não atendimento devido a tratar-se de tema complexo que demandou estudos para deslinde do julgamento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Unidade atingiu índices significativos de atendimento da maior parte das metas, com patamares superiores a 90%, e alguns deles até mesmo 100%, o que demonstra o comprometimento do gabinete. O gabinete tem engendrado esforços para o adequado atendimento ao público e advogados em geral, bem como para a agilização do julgamento dos recursos, mobilizando-se continuamente para a redução do acervo de processos conclusos para julgamento, priorizando os processos mais antigos em atendimento às metas do Conselho Nacional de Justiça, tudo com o objetivo de alcançar rápida e eficiente resolução das demandas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unidade vem continuamente empenhando esforços para integração da equipe de trabalho por meio de reuniões frequentes e sistematização dos fluxos de trabalho. É de se destacar a fixação de metas individuais para atingimento por servidor, as quais vem sendo alcançadas, o que promove renovado estímulo para superação pessoal/profissional, bem como institucional. O enfrentamento da nova realidade trazida pelo PJe (Processo Judicial Eletrônico) vem sendo feito mediante constante treinamento ofertado pela instituição (TRF 3ª Região), alavancado pelos esforços envidados pelos servidores para ambientação nesse novo sistema de trabalho.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Carla Maria Bosi Ferraz - Assessora e Juliana Reis Caliolo - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Atualmente o acervo é todo digitalizado e a organização do trabalho foi adequada a esse novo formato e a equipe orientada a movimentar os feitos no Sistema do PJe de

forma padronizada. O gabinete faz uso de etiquetas para identificar o funcionário, eventual prioridade legal, metas e assuntos relevantes. As atividades são distribuídas de acordo com a afinidade de cada servidor com relação às diversas matérias. O grupo é composto por 17 servidores, dentre eles, 2 agentes de segurança, 2 servidores que realizam atividades-meio e os demais incluindo assessorias e chefia voltados para atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, atualmente 14 servidores.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Critério de capacidade.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Pelo sistema PJe e tabelas desenvolvidas para acompanhar os trabalhos.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Os feitos chegam distribuídos pela UFOR na tarefa TRIAGEM DE GABINETE e são triados por servidor específico que coloca a etiqueta de acordo com a matéria. Nesta primeira análise são identificados os feitos que necessitam de algum despacho específico, como análise de efeito suspensivo no caso dos agravos de instrumento ou pedido de liminar. Aqueles processos que já estão prontos para aguardar julgamento sem outra providência, são direcionados para a tarefa PREPARAR RELATÓRIO E VOTO. Esta tarefa funciona como se fosse um “armário físico” onde os feitos ficam conclusos aguardando julgamento. São retirados desta tarefa para elaboração de minuta, levando-se em conta a data de chegada no Gabinete, bem como o ano da apelação em atenção ao cumprimento das Metas do CNJ. Quando é retirado desta tarefa coloca-se etiqueta com o nome do servidor e para ele é direcionado para seu manuseio. A partir daqui é elaborada a minuta da decisão seja monocrática ou relatório/voto/acórdão.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os feitos eletrônicos são organizados dentro das tarefas do PJe com ETIQUETAS que são criadas com esta finalidade. Assim, temos etiquetas indicando a matéria do feito, o nome do servidor que irá desenvolver a minuta, pedido de preferência, metas do CNJ, processos de Inspeção, etc. Além das ETIQUETAS o Gabinete faz uso intenso de outra ferramenta fornecida pelo Sistema que é o LEMBRETE, ou seja, podemos fazer

anotações dentro do processo que se está trabalhando com visibilidade para todos do Gabinete, o que facilita muito a comunicação entre os colegas, assessoria, chefia e com o próprio Desembargador.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle ocorre através das etiquetas atribuídas para cada feito desde a triagem inicial e o filtro com base em algum dado, o processo é localizado com facilidade desde que esteja no movimento concluso no gabinete, pois no momento em que é direcionado para a subsecretaria com alguma determinação, deixamos de ter a visibilidade das etiquetas e lembretes que só aparecem quando retornem conclusos. Já os pedidos de prioridade/urgência são analisados rotineiramente. As diversas tarefas existentes no PJe permitem que o grupo tenha uma visão geral dos feitos que estão aguardando julgamento, suas respectivas matérias bem como a quantidade deles. Quanto às prioridades legais, os processos chegam separados pelo próprio sistema dos demais em determinada ordem por data e posição indicada por uma seta. No tocante aos pedidos de preferência formulados pelo advogado ou pela própria parte, os feitos são separados pelo pp sistema O servidor é informado sobre a preferência da mesma forma com os EDS.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

No gabinete temos metas individuais e uma meta coletiva para as pautas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, esses processos são identificados e direcionados para os servidores elaborarem as minutas, priorizando o julgamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, de acordo com a previsão legal.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Na medida do possível o gabinete prepara os modelos de votos ou decisões a fim de padronizar o entendimento, esses modelos são disponibilizados para a unidade.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A capacitação é sempre necessária e bem vinda, já que influi no desempenho profissional proporcionando resultados positivos para a unidade, gerando eficiência e eficácia nas atividades.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento é feito com visitas periódicas aos sítios dos Tribunais Superiores. As matérias sobrestadas são, dentre outras, a correção monetária do FGTS pela TR; a legitimidade do sócio em execuções fiscais em que se postula o redirecionamento; prescrição para ajuizamento de ações de indenização por seguro SFH; devolução de valores recebidos por servidor por erro da Administração.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Gabinete da Conciliação periodicamente envia pedidos de conciliação que são prontamente encaminhados para o setor. Além disso, o gabinete envia ao setor os pedidos de conciliação feitos pelas partes.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são levados com a maior brevidade possível, levando, em regra, duas a quatro sessões para serem apresentados.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio das ferramentas de pesquisa, bem como dos Boletins de Jurisprudência divulgados pelo Tribunal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Os votos são disponibilizados aos demais integrantes da Turma, na semana que antecede à sessão.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os votos são disponibilizados aos demais integrantes da Turma, previamente, e no dia da sessão, a Turma procede ao encerramento de cada processo, tomando por base os votos lançados pelos desembargadores, no painel do PJe.

28. A unidade possui plano de gestão?
A Unidade adota uma série de métodos e estratégias para o desenvolvimento de seus trabalhos, apesar de não ter um plano de gestão formalizado.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente, o gabinete conta com seu quadro de servidores quase completo, faltando apenas um técnico para o preenchimento total das vagas e, com relação aos recursos materiais, a unidade se encontra plenamente atendida.
b) gestão do trabalho	Toda a gestão do trabalho é desenvolvida pelo Desembargador, juntamente com os Assessores e Chefe de Gabinete.
c) resultados	O resultado de todo o trabalho desenvolvido vem sendo satisfatório.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Reduzir o acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
As ações são basicamente: a triagem dos processos e fixação de metas individuais e coletivas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
O teletrabalho contribuiu muito para o alcance das metas estabelecidas.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
Diariamente, as pastas são analisadas e detectados os processos sem movimentação com base na data de ingresso desses processos na respectiva pasta.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000209-81.2018.4.03.6126	20/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5003962-23.2020.4.03.0000	19/2/2020	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		

0002517-67.2015.4.03.6002	24/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5022018-07.2020.4.03.0000	6/8/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5028873-02.2020.4.03.0000	20/10/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5014703-88.2021.4.03.0000	28/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 26/4/22.		
5000037-15.2017.4.03.6114	20/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5003987-74.2017.4.03.6100	20/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5001053-59.2017.4.03.6128	24/11/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5001982-22.2017.4.03.6119	6/11/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5001629-94.2017.4.03.6114	28/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5000328-82.2017.4.03.6124	13/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5018315-73.2017.4.03.0000	27/9/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Arquivado definitivamente em 29/3/2022.		
0013726-38.2013.4.03.6120	31/10/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo pertence ao acervo da Des. Federal Inês Virginia. Triagem de processos digitalizados GAB (Gabinete 22/Desembargador Federal/7ª Turma).		
5002823-41.2017.4.03.0000	28/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 22/3/2022, com prazo em curso.		
5000685-33.2019.4.03.0000	18/1/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5019172-51.2019.4.03.0000	29/7/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5031501-95.2019.4.03.0000	4/12/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5028673-29.2019.4.03.0000	4/11/2019	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5016236-87.2018.4.03.0000	13/7/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5008962-38.2019.4.03.0000	11/4/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5017731-06.2017.4.03.0000	21/9/2017	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5026475-82.2020.4.03.0000	23/9/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão, em 23/3/2022, negando provimento ao feito porque prejudicado.		
5032671-68.2020.4.03.0000	4/12/2020	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Processo remetido para verificação de prevenção, mas ainda sem retorno. Enviado email ao gabinete.		
0001713-23.2012.4.03.6126	29/9/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta de julgamento do dia 6/4/22.		
5003486-87.2017.4.03.0000	5/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão devidamente lavrado e assinado.		
5002853-76.2017.4.03.0000	29/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão devidamente lavrado e assinado.		
5004904-60.2017.4.03.0000	25/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão devidamente lavrado e assinado.		
0046724-30.2015.4.03.6301	19/12/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O acórdão foi devidamente assinado.		
0009021-24.2008.4.03.6103	11/4/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão ainda não assinado por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização.		
0004729-22.2010.4.03.6104	4/2/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão ainda não assinado por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização.		
0025985-04.2008.4.03.6100	12/2/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão ainda não assinado por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização.		
0042761-36.1995.4.03.6100	14/11/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão ainda não assinado por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização.		

5001425-62.2018.4.03.6131	22/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado Acórdão em 22/3/2022.		
5000938-34.2019.4.03.6139	23/9/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizaremos a lavratura e assinatura da ementa.		
5001305-77.2018.4.03.6144	21/8/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Acórdão ainda não assinado por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização.		
0013553-41.2018.4.03.9999	1º/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão ainda não assinado por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização.		
5015261-02.2017.4.03.0000	22/8/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5018452-21.2018.4.03.0000	3/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5021091-12.2018.4.03.0000	29/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5004718-66.2019.4.03.0000	27/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0007986-22.2015.4.03.6317	22/2/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0007356-69.2005.4.03.6105	1º/6/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0000579-97.2013.4.03.6134	12/8/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5033142-21.2019.4.03.0000	19/12/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0003557-84.2006.4.03.6104	18/8/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0008121-47.2004.4.03.6114	16/6/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0011219-53.2002.4.03.6100	13/2/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0006168-08.2009.4.03.6103	4/11/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0003597-92.2009.4.03.6126	20/5/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		

0002706-14.2012.4.03.6111	23/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0003758-68.2009.4.03.6105	30/11/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0012905-69.2010.4.03.6110	7/5/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0004990-36.2009.4.03.6002	28/12/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0005081-31.2011.4.03.6108	30/12/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0004765-77.2004.4.03.6103	16/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0000961-59.2008.4.03.6104	1º/12/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0041274-94.1996.4.03.6100	18/6/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0023277-98.1996.4.03.6100	11/6/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0041397-58.1997.4.03.6100	4/6/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0307013-53.1998.4.03.6102	1º/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5017623-40.2018.4.03.0000	26/7/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0061797-64.1995.4.03.6100	12/2/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5004293-39.2019.4.03.0000	22/2/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0002474-50.2003.4.03.6100	13/10/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0008571-54.2003.4.03.6104	5/11/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0031698-97.2008.4.03.9999	6/6/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		

0004229-47.2006.4.03.6119	17/12/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5000813-27.2018.4.03.6131	18/12/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5027656-25.2018.4.03.6100	21/8/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5009675-89.2018.4.03.6000	5/12/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5031642-84.2018.4.03.6100	28/10/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
5027979-94.2018.4.03.0000	5/11/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Priorizar a decisão, tendo em vista que o processo principal já se encontra julgado.		
0058613-61.1999.4.03.6100	19/2/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0010576-84.2005.4.03.6102	26/7/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0013820-57.1987.4.03.6100	7/2/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo é da relatoria do Desembargador Federal Hélio Nogueira - 1ª Turma Gab. 03 - Des. Fed. Helio Nogueira - 7/2/2008 Apelação/Remessa Necessária Marco Antonio Filippo Lopes e outros (4) Marco Antonio Filippo Lopes e outros		
0010626-42.2007.4.03.6102	6/11/2020	216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: Priorizar julgamento com a inclusão do processo em pauta.		
0071605-98.1992.4.03.6100	9/6/2003	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 24/5/2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 78 processos selecionados (eletrônicos), 76 foram inspecionados. Os processos 0013726-38.2013.4.03.6120 e 0013820-57.1987.4.03.6100 não foram inspecionados, porque pertencentes ao acervo do Gabinete da Desembargadora Federal Dra. Inês Virgínia e do Gabinete do Desembargador Dr. Federal Hélio Nogueira, respectivamente.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5000209-81.2018.4.03.6126	5003962-23.2020.4.03.0000	0002517-67.2015.4.03.6002
5022018-07.2020.4.03.0000	5028873-02.2020.4.03.0000	5000037-15.2017.4.03.6114

5003987-74.2017.4.03.6100	5001053-59.2017.4.03.6128	5001982-22.2017.4.03.6119
5001629-94.2017.4.03.6114	5000328-82.2017.4.03.6124	5028673-29.2019.4.03.0000
5016236-87.2018.4.03.0000	5008962-38.2019.4.03.0000	5015261-02.2017.4.03.0000
5021091-12.2018.4.03.0000	5004718-66.2019.4.03.0000	0007986-22.2015.4.03.6317
0000579-97.2013.4.03.6134	5033142-21.2019.4.03.0000	0003557-84.2006.4.03.6104
0008121-47.2004.4.03.6114	0006168-08.2009.4.03.6103	0003597-92.2009.4.03.6126
0003758-68.2009.4.03.6105	0012905-69.2010.4.03.6110	0004990-36.2009.4.03.6002
0004765-77.2004.4.03.6103	0000961-59.2008.4.03.6104	0023277-98.1996.4.03.6100
0041397-58.1997.4.03.6100	5017623-40.2018.4.03.0000	0061797-64.1995.4.03.6100
0010576-84.2005.4.03.6102	5004293-39.2019.4.03.0000	0002474-50.2003.4.03.6100
0008571-54.2003.4.03.6104	0031698-97.2008.4.03.9999	0004229-47.2006.4.03.6119
5000813-27.2018.4.03.6131	5009675-89.2018.4.03.6000	5031642-84.2018.4.03.6100
5027979-94.2018.4.03.0000	0058613-61.1999.4.03.6100	

b) Diligenciar na regularização, com a juntada do voto, ementa e acórdão, o mais breve possível:

0009021-24.2008.4.03.6103	0004729-22.2010.4.03.6104	0025985-04.2008.4.03.6100
0042761-36.1995.4.03.6100	5001305-77.2018.4.03.6144	0013553-41.2018.4.03.9999

c) Despachar, em 30 dias:

5000685-33.2019.4.03.0000	5017731-06.2017.4.03.0000	5018452-21.2018.4.03.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Wilson Zauhy, a Assessora Carla Maria Bosi Ferraz e a Chefe de Gabinete Juliana Reis Caliolo.

Foram confirmados os dados informados no presente relatório, inclusive aquilo que a unidade havia respondido no questionário de auto-avaliação (itens 8 a 30 deste relatório).

Quanto à **competência da unidade inspecionada**, trata-se de gabinete vinculado à 1ª Turma do TRF3, que julga feitos relativos: às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural e ao FGTS; à matéria de direito privado, incluindo domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia, constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares; às desapropriações e apossamentos administrativos; e aos feitos criminais remanescentes.

Quanto à **composição da unidade**, o Desembargador Federal Wilson Zauhy está nesse gabinete desde 17/9/2015, não tendo havido remoção nos últimos dois anos. A Chefia de Gabinete é exercida por Juliana Reis Caliolo e a Assessoria por Carla Maria Bosi Ferraz. O gabinete conta com 17 servidores lotados, dentre eles dois agentes de segurança, dois servidores que realizam atividades-meio e os demais, incluindo assessorias e chefia de gabinete, voltados para a atividade-fim.

Quanto ao **regime de trabalho remoto compulsório** (durante a pandemia) e teletrabalho voluntário (depois da pandemia), a unidade esclareceu que inicialmente o

regime de teletrabalho voluntário não era costumeiramente adotado na unidade. Com as exigências de distanciamento sanitário para enfrentamento da pandemia da Covid-19, entretanto, o gabinete precisou se organizar em regime de trabalho remoto, obtendo com isso bons resultados e tendo a equipe conseguido se organizar nesse regime de trabalho à distância. Isso fez com que no retorno ao trabalho presencial, pós-pandemia, 14 servidores tenham se organizado em regime de teletrabalho voluntário, o que será mantido.

Quanto à **atuação da unidade durante a pandemia da Covid-19**, a unidade se organizou diante das restrições sanitárias impostas para o enfrentamento da Covid-19, utilizando-se do trabalho a distância para que a prestação jurisdicional não sofresse solução de continuidade. Pelo exame dos dados estatísticos e entrevista com os gestores da unidade, parece que o resultado foi positivo, conseguindo o gabinete manter o fluxo de pautas e julgamentos, bem como reduzir o acervo de processos conclusos para julgamento (primeiro julgamento e embargos declaratórios), como nesse relatório se examina.

Quanto à **organização de trabalho**, verificou-se que atualmente o acervo é todo digitalizado e a organização do trabalho parece ter sido adequada a esse novo formato, tendo a equipe sido orientada para movimentar os feitos no sistema do PJe de forma padronizada. O gabinete faz uso de etiquetas para identificar o funcionário, eventual prioridade legal, metas e assuntos relevantes. As atividades são distribuídas de acordo com a afinidade de cada servidor com relação às diversas matérias.

Conforme esclarecido pela unidade no questionário, os feitos chegam distribuídos pela UFOR na tarefa TRIAGEM DE GABINETE e são triados por servidor específico que coloca a etiqueta de acordo com a matéria. Nesta primeira análise são identificados os feitos que necessitam de algum despacho específico, como análise de efeito suspensivo no caso dos agravos de instrumento ou pedido de liminar. Aqueles processos que já estão prontos para aguardar julgamento sem outra providência, são direcionados para a tarefa PREPARAR RELATÓRIO E VOTO. Esta tarefa funciona como se fosse um “armário físico” onde os feitos ficam conclusos aguardando julgamento. São retirados desta tarefa para elaboração de minuta, levando-se em conta a data de chegada no gabinete, bem como o ano da apelação em atenção ao cumprimento das Metas do CNJ. Quando é retirado desta tarefa coloca-se etiqueta com o nome do servidor e para ele é direcionado para seu manuseio. A partir daqui é elaborada a minuta da decisão seja monocrática ou relatório/voto/acórdão.

Os feitos eletrônicos são organizados dentro das tarefas do PJe com ETIQUETAS que são criadas com esta finalidade. Assim, tem-se etiquetas indicando a matéria do feito, o nome do servidor que irá desenvolver a minuta, pedido de preferência, metas do CNJ, processos de Inspeção, etc. Além das ETIQUETAS o gabinete faz uso intenso de outra ferramenta fornecida pelo sistema que é o LEMBRETE, ou seja, podem fazer anotações dentro do processo que se está trabalhando com visibilidade para todos do

gabinete, o que facilita muito a comunicação entre os colegas, assessoria, chefia e com o próprio Desembargador.

O controle ocorre através das etiquetas (atribuídas para cada feito desde a triagem inicial) e o filtro com base em algum dado, o processo é localizado com facilidade desde que esteja no movimento concluso no gabinete, pois no momento em que é direcionado para a Subsecretaria com alguma determinação, deixam de ter a visibilidade das etiquetas e lembretes, que só aparecem quando retornem conclusos. Já os pedidos de prioridade/urgência são analisados rotineiramente. As diversas tarefas existentes no PJe permitem que o grupo tenha uma visão geral dos feitos que estão aguardando julgamento, suas respectivas matérias, bem como a quantidade deles. Quanto às prioridades legais, os processos chegam separados pelo próprio sistema dos demais em determinada ordem por data e posição indicada por uma seta. No tocante aos pedidos de preferência formulados pelo advogado ou pela própria parte, os feitos são separados pelo próprio sistema. O servidor é informado sobre a preferência da mesma forma com os embargos declaratórios.

Quanto a **metas e recompensas**, a unidade trabalha com metas individuais e uma meta coletiva para as pautas de julgamento. Não há política de recompensas.

Quanto aos **pedidos de vista**, verificou-se que o gabinete às vezes solicita vista dos processos durante a sessão, como é próprio no julgamento colegiado. Na inspeção anterior (2020), existiam 81 processos conclusos para voto-vista, sendo que destes 23 estavam conclusos há mais de 30 dias. Atualmente (2022), existem 95 processos conclusos para voto-vista, sendo que destes 88 estavam conclusos há mais de 30 dias. Na entrevista, foram esclarecidos os critérios para pedir vista, não parecendo existirem excessos na apresentação dos votos-vista, considerando que os processos acabam tendo de ser pautados para apresentação do voto-vista, o que às vezes resulta num prazo de pelo menos 30 dias para que o processo seja incluído em pauta e tenha o julgamento concluído. No questionário respondido pela unidade, foi esclarecido que “os pedidos de vista são levados com a maior brevidade possível, levando, em regra, duas a quatro sessões para serem apresentados” (item 24 deste relatório).

Embora tenha havido aumento do número de processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias, não parece existir nenhuma providência excepcional a ser determinada/recomendada, senão de procurarem levar a julgamento os votos-vistas em menos de 30 dias.

Quanto às **sessões de julgamento**, não se percebeu nenhuma questão digna de registro, observando-se que o número de processos conclusos para julgamento teve diminuição, o que parece indicar que as sessões estão sendo regularmente realizadas. Como respondido pela unidade no questionário que integra esse relatório, “os votos são disponibilizados aos demais integrantes da Turma, previamente, e no dia da sessão, a Turma procede ao encerramento de cada processo, tomando por base os votos lançados pelos Desembargadores, no painel PJe” (item 27).

Quanto ao **plano de gestão e à organização dos trabalhos**, dos fluxos e das rotinas no gabinete, verificou-se que os trabalhos seguem um ritmo determinado pelo Desembargador, com auxílio e intermediação da Chefe de Gabinete, que faz as comunicações com os servidores da unidade. O plano de gestão da unidade era uma das questões pendentes de apreciação pela inspeção (*in loco*), sendo examinado em tópico específico deste relatório.

Quanto aos **dados estatísticos da unidade**, os mesmos estão detalhados no item 4 deste relatório. Numa comparação com o relatório da inspeção anterior (2020), percebe-se que tivemos as seguintes evoluções:

TÓPICO	NÚMERO NESTE RELATÓRIO	INSPEÇÃO DE 2020	INSPEÇÃO DE 2022
Total em tramitação	4.1	6.955	5.116
Processos suspensos	4.1	56	794
Processos Concluídos	4.1	5.025	3.296
Processos conclusos para voto-vista	4.16	81	95
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	4.16	23	88
Pendentes de lavratura de acórdão – Total como relator	4.17	156	20
Pendentes de lavratura de acórdão – Total como relator para o acórdão	4.17	26	18
Total de processos distribuídos (12 meses)	4.18	2.959	2.804
Total de processos julgados (12 meses)	4.18	4.985	2.948
Total de processos baixados (12 meses)	4.18	2.728	2.846
Saldo de processos (distribuídos – julgados) (12 meses)	4.18	-2.026	-144

Como se pode perceber, e será exame de objeto em item específico deste relatório, o gabinete teve um resultado positivo desde a última inspeção, tendo reduzido o total de processos em tramitação de 6.955 para 5.116 processos. Também julgou mais processos (2.948) do que os distribuídos (2.804), nos últimos 12 meses.

Destaca-se também que houve redução significativa do número de processos pendentes de lavratura de acórdão, seja como relator, seja como relator para o acórdão.

Quanto às **metas do Conselho Nacional de Justiça**, os respectivos dados de cumprimento constam do item 5 deste relatório, onde se pode perceber que a unidade vem conseguindo resultados positivos no tocante ao cumprimento de várias das metas do CNJ.

Por exemplo, no tocante à Meta 1/CNJ ("*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*"), a unidade julgou 2.820 processos

no ano anterior e foram distribuídos 2.811 no mesmo período (item 5.1 deste relatório). Ou seja, o resultado aqui foi positivo. Em relação ao presente ano, como os dados se referem à posição do acervo de 28/2/2022, envolvendo poucos meses, os dados ainda não podem ser avaliados (257 distribuídos e 184 julgados no corrente ano).

No tocante à meta 2/CNJ (“*julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016*”), a unidade atendeu 94,92% da meta, até 31/12/2021 (item 5.2 deste relatório). Mas cumpriu 111,42% quando se considera “*julgar processos mais antigos distribuídos de 01/01/2017 a 31/12/2017*”, e 100,23% quando se considera “*julgar processos mais antigos distribuídos de 01/01/2018 a 31/12/2018*” (item 5.4 deste relatório).

É importante destacar que em relação a outras metas, que envolvem julgamento de temas específicos, a unidade apresentou resultados satisfatórios, praticamente zerando as respectivas metas. Por exemplo, na Meta 4/2022-CNJ (“*priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018*”), não existiam processos pendentes, tendo a meta sido atingida em 100% (item 5.6 deste relatório). Também na Meta 4/2022-CNJ (“*priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019*”), não existiam processos pendentes, tendo a meta sido atendida em 125% (item 5.7 deste relatório).

A análise do cumprimento de outras metas se encontra prejudicado ou porque elas não se aplicam à unidade ou porque os dados estatísticos estiveram indisponíveis por conta do ataque cibernético sofrido pelo TRF3 (itens 5.8 a 5.17 deste relatório).

Quanto às **pendências apontadas na última inspeção do CJF**, no relatório da inspeção anterior (itens 11 e 14 do relatório da inspeção de 2020), três determinações foram dadas à unidade: **(a)** cumprir as recomendações quanto à regularização de processos, envolvendo baixa no sistema, inclusão em pauta, correção de cadastro processual, análise de questões pendentes, publicação de acórdãos, e regularização de tramitação processual de alguns feitos; **(b)** providenciar plano de julgamentos para redução do número de processos (primeiro julgamento) e de embargos declaratórios conclusos; **(c)** adotar plano de gestão para cumprimento das metas do CNJ que ainda não foram alcançadas.

Quanto à pendência (a), a unidade informou que já foram cumpridas as determinações tudo tendo sido regularizado (item 6 deste relatório). Essas questões já foram regularizadas, conforme certidão 0312967 do processo SEI 0004033-63.2020.4.90.8000.

Quanto à pendência (b), já foi também reconhecido que a unidade cumpriu a recomendação, uma vez que “*o gabinete informou que vem implementando estratégias para a redução do acervo atinente ao primeiro julgamento, triando os processos com o objetivo de agrupar as teses similares e estabelecendo metas diárias e mensais, com o*

intuito de inclusão dos processos em pauta para julgamento. Informou que nos últimos meses, houve um aumento expressivo de produtividade e que se espera haver a redução gradativa do acervo de primeiro julgamento. Quanto aos embargos de declaração, foi adotado plano de julgar tão logo chegam ao gabinete e, atualmente, tramitam 32 processos conclusos para votos. Segundo a unidade, a meta de trabalho adotada vem gerando saldo positivo” (conforme certidão 0312967 do processo SEI 0004033-63.2020.4.90.8000). Realmente, o exame dos dados estatísticos que comparam os números de conclusos e processos pendentes de julgamento em 2020 e 2022 apontam para a redução do acervo de conclusos para primeiro julgamento e de redução significativa no acervo de conclusos para julgamento de embargos declaratórios. Cabe então recomendar que a unidade prossiga na implementação das providências para redução do acervo, buscando diminuir o número de processos pendentes de julgamento.

Quanto à pendência (c), a unidade não havia comprovado ter adotado plano de gestão para cumprimento de metas do CNJ, tanto que houve determinação para aferição *in loco* da evolução obtida com o plano de metas: “*Verifique-se in loco, quando da inspeção de 2022, a evolução obtida pela unidade a partir do plano de gestão implementado para alcançar as metas do CNJ*” (despacho 0330368 do processo SEI 0004033-63.2020.4.90.8000).

No questionário respondido pela unidade, foi informado que “*Unidade atingiu índices significativos de atendimento da maior parte das metas, com patamares superiores a 90%, e alguns deles até mesmo 100%, o que demonstra o comprometimento do gabinete. O gabinete tem engendrado esforços para o adequado atendimento ao público e advogados em geral, bem como para a agilização do julgamento dos recursos, mobilizando-se continuamente para a redução do acervo de processos conclusos para julgamento, priorizando os processos mais antigos em atendimento às metas do Conselho Nacional de Justiça, tudo com o objetivo de alcançar rápida e eficiente resolução das demandas*” (item 7.1 deste relatório).

A unidade ainda informou que “*a unidade adota uma série de métodos e estratégias para o desenvolvimento de seus trabalhos, apesar de não ter um plano de gestão formalizado*” (item 28 deste relatório).

Como foi examinado acima, percebe-se melhoria no cumprimento de algumas das metas do CNJ pela unidade. Por exemplo, no tocante à Meta 1/CNJ (“*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*”), a unidade julgou 2.820 processos no ano anterior e foram distribuídos 2.811 no mesmo período (item 5.1 deste relatório). Ou seja, o resultado aqui foi positivo. Em relação ao presente ano, como os dados se referem à posição do acervo de 28/2/2022, envolvendo poucos meses, os dados ainda não podem ser avaliados (257 distribuídos e 184 julgados no corrente ano).

No tocante à Meta 2/CNJ (“*julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016*”), a unidade atendeu 94,92% da meta, até 31/12/2021 (item 5.2 deste

relatório). Mas cumpriu 111,42% quando se considera “*julgar processos mais antigos distribuídos de 01/01/2017 a 31/12/2017*”, e 100,23% quando se considera “*julgar processos mais antigos distribuídos de 01/01/2018 a 31/12/2018*” (item 5.4 deste relatório).

É importante destacar que em relação a outras metas, que envolvem julgamento de temas específicos, a unidade apresentou resultados satisfatórios, praticamente zerando as respectivas metas. Por exemplo, na Meta 4/2022-CNJ (“*priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018*”), não existiam processos pendentes, tendo a meta sido atingida em 100% (item 5.6 deste relatório). Também na Meta 4/2022-CNJ (“*priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019*”), não existiam processos pendentes, tendo a meta sido atendida em 125% (item 5.7 deste relatório).

A análise do cumprimento de outras metas se encontra prejudicado ou porque elas não se aplicam à unidade ou porque os dados estatísticos estiveram indisponíveis por conta do ataque cibernético sofrido pelo TRF3 (itens 5.8 a 5.17 deste relatório).

Nesse contexto, verifica-se que as medidas adotadas pela unidade (ainda que não explicitadas num plano formal de gestão) têm conseguido obter bons resultados no cumprimento das metas do CNJ, naquilo que foi possível aferir. Isso se reflete não apenas no tocante aos indicadores específicos das metas, mas também quanto à situação geral do gabinete, que teve redução nos seus acervos de conclusos para primeiro julgamento e para julgamento de embargos declaratórios, por exemplo.

Mesmo assim, considerando que é importante que a unidade tenha formalizado um plano de gestão para enfrentamento das metas do CNJ de forma sistematizada e padronizada, seria importante que a unidade envidasse esforços para apresentar, formalmente, um plano de gestão para dar conta de enfrentar e cumprir as metas do CNJ.

Quanto às **boas práticas utilizadas pela unidade**, na entrevista realizada foi possível identificar que a unidade adota como boas práticas: **(a)** a busca da conscientização da equipe de trabalho da importância de que os esforços sejam integrados e direcionados para o atingimento das metas individuais e coletivas da unidade (item 8.1 deste relatório); **(b)** uso dos sistemas eletrônicos para pesquisar e identificar as metas do mês; **(c)** controle frequente, mês a mês, dos estoques de conclusos para julgamento e do cumprimento das metas individuais e coletivas; **(d)** utilização de etiquetas nos processos para priorização daqueles que envolvem metas do CNJ; **(e)** adoção do regime de trabalho remoto durante a pandemia e sua manutenção como teletrabalho voluntário posteriormente, motivando a equipe de trabalho e garantindo aumento da produtividade.

Quanto às **dificuldades encontradas pela unidade**, na entrevista destacaram que: **(a)** seria importante existir um sistema rápido de ferramentas e sistemas eletrônicos que permitissem gerenciar a estatística de forma analítica, particularmente por classe de processo, o que facilitaria a identificação e controle dos processos a serem priorizados; **(b)** a digitalização concluída há pouco, quanto aos processos físicos que migraram para processo eletrônico do PJe, pode ter afetado as estatísticas, fazendo com que todos os processos baixados não tivessem sido ainda considerados nos resultados da unidade; **(c)** problemas no sistema PJe, que impediram, inclusive, assinatura de alguns acórdãos.

Quanto a **outras recomendações (assinatura pendente em alguns acórdãos)**, a entrevista permitiu identificar que há problema não resolvido quanto à assinatura e lançamento no PJe de alguns acórdãos de processos já julgados. Apesar de já ter havido solicitação da unidade para que isso fosse regularizado, os chamados permanecem em aberto e os processos ainda constam na listagem de pendências a regularizar, a saber: *“acórdãos ainda não assinados por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização” – informação prestada pelo gabinete – recomendação para regularizar*. Portanto, aqui cabe reforçar a determinação para que os órgãos competentes providenciem na regularização dessa questão, permitindo à unidade concluir as fases de assinatura e lançamento de acórdão nesses processos específicos.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 5.025 para 3.296). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.997 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.296.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 500, na última inspeção, para 244, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 25 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 19 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;

b) providenciar na regularização da assinatura e lavratura de alguns acórdãos que aparecem como pendentes nas listagens (“*acórdãos ainda não assinados por erro do sistema PJe. Aberto procedimento interno para regularização*”);

c) levar a julgamento os votos-vista conclusos há mais de 30 dias, procurando reduzir a quantidade de processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias;

d) continuar com os esforços do gabinete para reduzir o passivo de conclusos para primeiro julgamento e julgamento de embargos declaratórios;

e) continuar com cumprimento do esforço para redução dos processos pendentes de julgamento que envolvam as metas do CNJ, formalizando tais medidas e práticas em plano de gestão formal da unidade para enfrentamento das metas do CNJ de forma sistematizada e padronizada.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Cotrim Guimarães

2.2 Turma

O Desembargador faz parte da 2ª Turma e da 1ª Seção

2.3 Competência

Competência para julgar feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. Por fim, é competente para julgar o acervo remanescente em matéria penal. (existente no gabinete em 1º/6/14.)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Magistrado lotado no órgão desde outubro de 2003.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maria Elisa Pennesi Gouvea, técnico judiciário. início da inspeção: 21/3/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	3.661
Processos suspensos/sobrestados	487
Processos conclusos	2.773
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	5
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.661
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.797
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.773
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.663
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	487
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	418

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é

indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não houve mutirão
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	não houve mutirão
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não houve mutirão
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	120
Mandados de segurança	04
IRDR	EM BRANCO
IAC	EM BRANCO
Arguição de inconstitucionalidade	EM BRANCO
Conflitos de competência	48
Reclamações	1
Ações rescisórias	46
Outros	21

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.540
Recursos em mandados de segurança coletivos	13
Recursos em ações populares	EM BRANCO
Recursos em ações de improbidade administrativa	EM BRANCO
Recursos em ações civis públicas	15
Recursos em ações de desapropriação	28

Recursos em ações com preferência legal	233
Outros	3.254

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.540
Apelações cíveis	2.392
Agravos de instrumento	1.093
Outros	55

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	EM BRANCO
Ações penais	EM BRANCO
Inquéritos	EM BRANCO
Habeas Corpus	EM BRANCO
Revisões criminais	EM BRANCO
Outros	EM BRANCO

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1
Recursos em Sentido Estrito	EM BRANCO
Recursos em Habeas Corpus	EM BRANCO
Recursos em Mandado de Segurança	EM BRANCO
Embargos infringentes e de nulidade	EM BRANCO
Outros	EM BRANCO

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	EM BRANCO
Apelações	EM BRANCO
Ações penais	EM BRANCO
Inquéritos	EM BRANCO
Habeas Corpus	EM BRANCO
Outros	EM BRANCO

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	EM BRANCO
Por IRDR	EM BRANCO
Por IAC	EM BRANCO
Por Arguição de Inconstitucionalidade	EM BRANCO
Por Recurso Especial	EM BRANCO
Por Recurso Extraordinário	EM BRANCO

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	430
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	350
Agravos legais/regimentais	36
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	36
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	EM BRANCO
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	EM BRANCO

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	120
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	39

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	1.897
Ano anterior	674
2º ano anterior	161
3º ano anterior	31
4º ano anterior	10
5º ano anterior ou mais antigo	20

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	1.389
Ano anterior	670
2º ano anterior	215
3º ano anterior	48

4º ano anterior	31
5º ano anterior	21
6º ano anterior ou mais antigo	34

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	1.044
Ano anterior	490
2º ano anterior	336
3º ano anterior	125
4º ano anterior	86
5º ano anterior	101
6º ano anterior	90
7º ano anterior ou mais antigo	156

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	EM BRANCO
Total como relator para o acórdão	5

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	2.958
Total de Processos julgados	2.941
Total de Processos baixados	2.730
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	17
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	228

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	11
Total de feitos verificados na inspeção anterior	58

Total de feitos não regularizados	2
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.971
Processos julgados no ano anterior	3.044
Processos distribuídos no ano corrente	307
Processos julgados no ano corrente	281

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.225
Pendentes em 31/12/2021	17
Porcentagem de atendimento da meta	99,50%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Saldo pendente de julgamento:	16
-------------------------------	----

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.713
Pendentes no último dia do mês anterior	16
Porcentagem de atendimento da meta	116,42%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.753
Pendentes no último dia do mês anterior	75
Porcentagem de atendimento da meta	112,61%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
--	---

Pendentes em 31/12/2021	1
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	63,86
Taxa de congestionamento em 2021	55,97
Taxa de congestionamento em 2022	59,58

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9
Pendentes em 31/12/2021	EM BRANCO
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não informado pelo setor de estatística
Pendentes no último dia do mês anterior	Não informado pelo setor de estatística
Porcentagem de atendimento da meta	Não informado pelo setor de estatística

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	EM BRANCO
Processos baixados no ano anterior	EM BRANCO
Processos julgados no ano anterior	EM BRANCO

Processos distribuídos no ano corrente	EM BRANCO
Processos baixados no ano corrente	EM BRANCO
Processos julgados no ano corrente	1

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	EM BRANCO
Pendentes em 31/12/2021	EM BRANCO
Porcentagem de atendimento da meta	EM BRANCO

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	EM BRANCO
Pendentes no último dia do mês anterior	EM BRANCO
Porcentagem de atendimento da meta	EM BRANCO

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O Tribunal tem oferecido palestras para Magistrados e servidores a respeito do tema.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3429 - Alteração de local especialmente protegido	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3619 - Crimes contra a Fauna	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3621 - Da Poluição	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3622 - Agrotóxicos	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3623 - Atividades Nucleares	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3624 - Caça	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ

3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3627 - Pesca	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3651 - Crimes Agrários	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
9583 - Arrendamento Rural	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10016 - Inspeção Fitossanitária	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10085 - Água e/ou Esgoto	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10091 - Terreno de Marinha	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10094 - Terras Indígenas	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10095 - Águas Públicas	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10102 - Terras Indígenas	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10103 - Terreno Aldeado	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10104 - Restituição de área - FUNAI	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10105 - Demarcação	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10106 - Recursos Minerais	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10110 - Meio Ambiente	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10113 - Flora	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10114 - Fauna	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10115 - Transgênicos	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10116 - Agrotóxicos	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10119 - Gestão de Florestas Públicas	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10396 - Ambiental	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10397 - Sanitárias	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
10438 - Dano Ambiental	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ

10986 - Crime contra a administração ambiental	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11822 - Mineração	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11823 - Reserva legal	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11824 - Recursos Hídricos	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11825 - Poluição	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11827 - Zona Costeira	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11828 - Área de Preservação Permanente	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11830 - Patrimônio Cultural	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11836 - Parcelamento do Solo	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11841 - Política Agrícola	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11862 - Saneamento	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
9994 - Indenização por dano ambiental	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ
3424 - Usurpação de águas	AGUARDANDO GLOSSÁRIO DO CNJ

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Tribunal tem oferecido palestras para magistrados e servidores a respeito do tema.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Aguardando Glossario do CNJ
Pendentes no mês anterior:	Aguardando Glossario do CNJ
Percentual de cumprimento da meta:	Aguardando Glossario do CNJ

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) proceder à baixa no sistema de 4 processos; b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias), 23 processos; c) processo julgado, aguardando a publicação de acórdão; d) exame de liminar/cautelar/antecipação de 1 processo e) analisar petição alegando perda de objeto de 1 processo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

B) processos incluídos em pauta C) acórdão publicado D e E) decisão proferida.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

a) Não foi possível dar baixa no sistema, pois o PJe não permite que processos originários sejam enviados à 1ª Instância. Todos esses processos são arquivados.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Meta 2/2019 e 2/2020 do CNJ falta menos de 1% para o seu cumprimento. Será dada prioridade a todos os processos pendentes. Serão separados, etiquetados novamente e julgados.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

- Sessões Virtuais desde 5/2016. Produtividade duplicou em relação à metodologia anterior já ultrapassada em termos de resultados ao jurisdicionado. Idêntico procedimento é adotado no que tange ao prosseguimento do julgamento -art. 942 CPC.
- Acervo Criminal. Finalização 10/2015. - Organização interna p/ elaboração de decisões/votos, a partir da classificação pontual das matérias existentes no Gabinete, com atribuições específicas para cada servidor, em relação às respectivas matérias, gerando perfeita radiografia/controle do acervo existente e programação dos votos. Processos distribuídos até 3 anos atrás são triados e dada prioridade no seu julgamento. Frentes de trabalho planejadas há cada 3 meses. - Servidores despachando c/ desembargador. Prática regular e frequente, que enriquece, incentiva

e valoriza o trabalho em equipe. - Teletrabalho desde 2008. Mesmo com a pandemia, nossa produtividade continuou alta e mostrou sucesso de uma organização do gabinete para o trabalho virtual já de tempos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Maria Elisa Pennesi Gouvea, técnico judiciário. Início da inspeção: 21/3/2022.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Cada servidor é responsável por uma determinada matéria, sendo responsável por todos os recursos referentes a ela, de acordo com sua experiência. Há especialização do trabalho por matéria. Com a digitalização do processo, atualmente, todos os servidores analisam os processos.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. A partir de 4/4/22, teremos 80% do gabinete em teletrabalho (12 servidores).

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho será parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas dependendo da complexidade das matérias ou dos recursos.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Os servidores enviam e-mail com a produção da semana, o que é verificado pela chefia imediata. Em pouquíssimos casos, quando a cota não foi cumprida, ela foi recuperada dentro do próprio mês ou, no mais tardar, no mês seguinte.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos mais processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O nosso acervo é composto por processos eletrônicos. Eles são organizados através de etiquetas com o nome da matéria, do servidor responsável ou outra informação pertinente ao processo como prioridade, recurso interposto etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito periodicamente pelo PJe, pelas etiquetas, e pelos relatórios gerenciais.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, cada servidor tem uma meta de 2 a 3 processos a serem feitos por dia e, a cada 3 meses, fazemos reuniões periódicas para tratar dessas metas individuais e coletivas, que são alteradas de acordo com os resultados.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Quem cumpre a meta estipulada recebe um dia de crédito para usufruir no mês seguinte.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Esses processos são etiquetados e, a cada mês, verificamos o que foi cumprido e o que não foi, para que seja feito no mês seguinte.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Como houve a redução do acervo, os temas discutidos nos processos são controversos, o que afasta a possibilidade de decisão monocrática ou torna contraproducente, em função da interposição de sucessivos recursos.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Utilizamos modelos de votos e decisões previamente aprovados pelo Desembargador.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Dependendo das dúvidas que vão surgindo, incentivamos os servidores a participarem dos cursos fornecidos periodicamente pelo Tribunal, sendo que alguns também fazem por conta própria.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os servidores responsáveis pela matéria fazem triagem semanalmente para despachar e etiquetar os processos que devem ser sobrestados. - Afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS. - Redirecionamento da execução fiscal para a pessoa dos sócios-gerentes em caso de dissolução irregular, instalando-se a controvérsia se esta deve recair contra o responsável à época do fato

gerador ou à época do encerramento irregular das atividades empresariais. - Legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei n. 10.522/2002. - Diferenças de diárias de Magistrada do Trabalho, a fim de que atinjam os mesmos valores previstos para os Membros do Ministério Público da União, de um trinta avos dos vencimentos (art. 227, II, da Lei Complementar n. 75/1993). - Direito a fruição de licenças-prêmios de três meses para cada quinquênio de efetivo exercício da carreira de Magistrado.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Algumas vezes, foram deferidas liminares para aguardar a audiência de conciliação, nos casos de leilão de SFH. Normalmente, quando algum advogado solicita, enviamos e-mail ao Gabinete da Conciliação do TRF3, que verifica a possibilidade de agendamento.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Geralmente, em 2 sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de pesquisa de jurisprudência, feita mensalmente.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Quando os processos são pautados, os votos já são disponibilizados para os outros Desembargadores que compõe a 2ª Turma.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas no ambiente virtual do PJe. Nesse sistema, os processos são colocados em pauta, são lançados os votos do relator e, no dia designado para o julgamento, dos demais magistrados componentes do quórum de julgamento.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O quadro de servidores do gabinete está completo e temos recursos materiais suficientes para o desenvolvimento do trabalho.
b) gestão do trabalho	A cada 3 meses, mais ou menos, são feitas reuniões periódicas para darmos instruções para a equipe, a fim de gerenciar as rotinas preestabelecidas, garantindo, dessa forma, o bom andamento dos resultados que queremos que sejam atingidos.
c) resultados	Com as várias frentes de trabalho estabelecidas, conseguimos acabar com os processos criminais, diminuir drasticamente o acervo de processos de Meta 2, reduzir os processos enviados pela Vice-Presidência para retratação, dentre outros.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Diminuição gradual do acervo, com análise rápida em processos com prioridades legais.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Movimentamos alguns servidores para trabalharem as matérias com maior número e fizemos mutirão para serem analisados todos os processos que vieram da Vice Presidência para retratação.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Reuniões periódicas, troca de informação (dúvidas, esclarecimentos etc) e comunicação rápida entre os servidores, a chefia imediata e o Desembargador através de whatsapp e pelo Microsoft Teams. A comunicação pelo Teams facilitou bastante o contato com todo o Tribunal. Teletrabalho sem limite de percentual, com escalas, onde sempre tínhamos servidores trabalhando presencialmente no gabinete.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
O controle é feito periodicamente pelo PJe, pelas etiquetas e pelos relatórios gerenciais.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5004485-06.2018.4.03.0000	9/3/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta. Conclusão em 1º/12/2021. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5018108-74.2017.4.03.0000	26/9/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Conclusão em 17/5/2021. Petição em 26/12/2021. Decisão em 26/4/2022, indeferindo pleito de renúncia de mandato. Petição requerendo perda de objeto em 26/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5030054-09.2018.4.03.0000	29/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Retirado da sessão de julgamento em 28/1/2020. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5009045-54.2019.4.03.0000	12/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000436-48.2020.4.03.0000	14/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5011306-44.2018.4.03.6105	10/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5026781-89.2017.4.03.6100	24/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001437-28.2016.4.03.6105	8/6/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5009149-80.2018.4.03.0000	3/5/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000534-75.2016.4.03.6110	8/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo incluído em pauta para o dia 3/5/2022. Acórdão em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5024474-95.2018.4.03.0000	2/10/2018	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5023356-20.2018.4.03.6100	27/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001903-21.2018.4.03.6115	22/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/4/2022. Acórdão em 25/4/2022. Publicação em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0056979-30.1999.4.03.6100	27/3/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5029327-50.2018.4.03.0000	21/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0002313-59.2011.4.03.6100	3/5/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5010311-46.2018.4.03.6100	10/10/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5016810-76.2019.4.03.0000	1º/7/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Despacho em 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0017786-32.2004.4.03.6100	22/10/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001092-05.2020.4.03.0000	22/1/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Decisão de improcedência em 22/3/2022. Trânsito em julgado em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5032967-27.2019.4.03.0000	18/12/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Decisão de procedência em 22/3/2022. Decurso de prazo em 7/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5006587-30.2020.4.03.0000	20/3/2020	221-Conflito de competência

Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Acórdão de improcedência em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5011947-43.2020.4.03.0000	15/5/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Acórdão de procedência em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5008642-51.2020.4.03.0000	15/4/2020	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta. Decisão de não concessão da tutela em 19/4/2022. Despacho em 27/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5020921-69.2020.4.03.0000	28/7/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Acórdão de improcedência em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5019735-11.2020.4.03.0000	20/7/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Acórdão de procedência em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5003629-49.2017.4.03.6120	16/5/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Conversar com o gabinete que pediu vista para levar o processo a julgamento. Processo não inspecionado por não estar localizado no Gabinete. Incluir na próxima autoinspeção.		
5017820-92.2018.4.03.0000	28/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 28/4/2022. Incluso na pauta da sessão extraordinária de 17/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0005008-06.1999.4.03.6100	7/2/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar os Embargos de declaração. Embargos de declaração opostos em 22/5/2019. Conclusão em 8/9/2020. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0002629-14.2012.4.03.6108	26/9/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir os Embargos de declaração em pauta. Embargos de declaração opostos em 24/6/2019. Despacho para contrarrazões em 18/4/2022. Publicação do despacho em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0003954-55.2012.4.03.6130	10/11/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir os embargos de declaração em pauta. Embargos de declaração opostos em 25/6/2019. Conclusão em 24/2/2021. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5003746-79.2018.4.03.6128	8/2/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Levar os embargos de declaração a julgamento. Embargos de declaração opostos em 25/7/2019. Conclusão em 18/12/2019. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0008918-79.2015.4.03.6100	23/1/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir os embargos de declaração em pauta. Embargos de declaração opostos em 17/10/2019. Conclusão em 10/9/2020. Julgar em 60 (sessenta) dias.		

5001201-08.2018.4.03.6105	12/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir os Embargos de declaração em pauta. Embargos de declaração opostos em 17/10/2019. Conclusão em 10/9/2020. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000974-43.2017.4.03.6108	9/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000517-38.2018.4.03.6120	23/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 28/4/2022. Incluso na pauta da sessão extraordinária de 17/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5006571-17.2017.4.03.6100	9/4/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5010369-49.2018.4.03.6100	18/6/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5003191-58.2018.4.03.6000	11/6/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em sessão de julgamento. Certidão constando que se trata de agravo retido apensado ao recurso de apelação 5003176-89.2018.4.03.6000. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5013195-48.2018.4.03.6100	11/7/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5004823-98.2018.4.03.6104	20/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5002350-31.2017.4.03.6119	21/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em sessão de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000946-59.2018.4.03.6102	21/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5010523-67.2018.4.03.6100	20/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		

5024563-54.2018.4.03.6100	28/2/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000888-03.2016.4.03.6110	12/6/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5001749-67.2018.4.03.6126	30/5/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5029001-56.2019.4.03.0000	7/11/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Analisar o Conflito de Competência. Acórdão de improcedência em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0002001-33.2014.4.03.6115	2/9/2015	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluir o processo em pauta. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0023785-77.2015.4.03.6100	14/4/2016	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0005361-72.2015.4.03.6104	27/12/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0010957-54.2012.4.03.6100	18/5/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0002699-84.2014.4.03.6100	10/11/2016	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0059092-79.2008.4.03.9999	24/11/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001090-37.2012.4.03.6100	17/3/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 17/5/2022. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001877-33.2007.4.03.6103	6/1/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Levar a julgamento os Embargos de declaração. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0059413-89.1999.4.03.6100	9/11/2004	1728-Apeleção/Remessa Necessária

Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 180 (cento e oitenta) dias. Julgar em 120 (cento e vinte) dias. Meta 2 CNJ.		
5018413-53.2020.4.03.0000	7/7/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 180 (cento e oitenta) dias. Julgar em 120 (cento e vinte) dias.		
5013902-12.2020.4.03.0000	28/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0002416-33.2011.4.03.6111	24/4/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/4/2022. Conclusão para eventual juízo de retratação (art. 1040, II, do CPC) em 11/12/2020. Digitalização em 29/11/2021. Conclusão para decisão em 18/3/2022. Inclusão em pauta em 18/3/2022. Retirado de pauta em 25/4/2022. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0003708-56.2011.4.03.6110	12/3/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo no gabinete da Vice-Presidência. Processo não inspecionado por não estar localizado no Gabinete. Incluir na próxima autoinspeção.		
0013958-52.2009.4.03.6100	23/8/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/4/2022. Acórdão em 25/4/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
0026628-80.2000.4.03.6119	14/7/2008	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Feito em processo de digitalização. Quando retornar, incluir em pauta de julgamento. Decisão de suspensão em 4/5/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
0103641-92.1999.4.03.9999	8/11/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 3/5/2022. Conclusão para eventual juízo de retratação (art. 1.040, II, do CPC) em 18/8/2021. Digitalização em 3/12/2021. Conclusão para decisão em 15/2/2022. Inclusão em pauta em 11/4/2022. Retirado de pauta em 4/5/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
5019447-29.2021.4.03.0000	27/8/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluir o processo em pauta de julgamento. Concessão de liminar em 14/9/2021. Ato ordinatório em 15/10/2021. Conclusão para julgamento em 16/11/2021. Processo em dia.		
0004257-47.2011.4.03.6181	26/4/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/4/2022. Acórdão em 25/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		

PROCESSOS INCLUSOS NO SINSP DE REPATRIAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0014546-15.2016.403.6100	2/10/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Segredo de Justiça. Incluso na pauta de 26/5/2022. Processo em dia.		
5001586-84.2018.4.03.6127	19/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Segredo de Justiça. Incluso na pauta de 26/5/2022. Processo em dia.		
50220071120204036100	17/11/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Segredo de Justiça. Parecer do MPF em 18/1/2022. Concluso para decisão em 18/1/2022. Processo em dia.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 66 (sessenta e seis) processos selecionados, 64 (sessenta e quatro) foram inspecionados, não tendo ocorrido a inspeção em 2 (dois) processos (5003629-49.2017.4.03.6120 e 0003708-56.2011.4.03.6110), por não estarem localizados no gabinete. Destes inspecionados, todos são eletrônicos. Foram ainda acrescentados à inspeção 3 (três) processos eletrônicos referentes à repatriação de crianças e adolescentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5030054-09.2018.4.03.0000	5009045-54.2019.4.03.0000	5000436-48.2020.4.03.0000
5011306-44.2018.4.03.6105	5026781-89.2017.4.03.6100	5001437-28.2016.4.03.6105
5009149-80.2018.4.03.0000	5024474-95.2018.4.03.0000	5023356-20.2018.4.03.6100
0056979-30.1999.4.03.6100	5029327-50.2018.4.03.0000	0002313-59.2011.4.03.6100
5010311-46.2018.4.03.6100	0017786-32.2004.4.03.6100	5000974-43.2017.4.03.6108
5010369-49.2018.4.03.6100	5003191-58.2018.4.03.6000	5013195-48.2018.4.03.6100
5004823-98.2018.4.03.6104	5002350-31.2017.4.03.6119	5000946-59.2018.4.03.6102
5010523-67.2018.4.03.6100	5024563-54.2018.4.03.6100	5000888-03.2016.4.03.6110
5001749-67.2018.4.03.6126	0002001-33.2014.4.03.6115	0023785-77.2015.4.03.6100
0005361-72.2015.4.03.6104	0010957-54.2012.4.03.6100	0002699-84.2014.4.03.6100
0059092-79.2008.4.03.9999	0001090-37.2012.4.03.6100	5013902-12.2020.4.03.0000

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0059413-89.1999.4.03.6100	5018413-53.2020.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração, conclusos há mais de 45 dias):

0005008-06.1999.4.03.6100	0003954-55.2012.4.03.6130	5003746-79.2018.4.03.6128
0008918-79.2015.4.03.6100	5001201-08.2018.4.03.6105	0001877-33.2007.4.03.6103

d) Juízo de retratação. Julgar em 60 dias:

0002416-33.2011.4.03.6111

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Primeiramente, registra-se que, por ocasião da visita ao gabinete do Desembargador Federal Cotrim Guimarães, no dia 10/5/2022, às 10h, a equipe da inspeção foi recebida com cordialidade pelo magistrado e pelos servidores presentes, que se apresentaram solícitos na prestação das informações e dos esclarecimentos junto à unidade inspecionada, frisando-se a presteza da assessoria, nas pessoas de Maria Elisa e Laércio Mataruco.

A par das respostas contidas no questionário da unidade e das verificações resultantes das entrevistas, constatou-se estarem os dados relatados congruentes à realidade do gabinete, mormente no tocante à gestão dos processos e dos recursos humanos.

Ressalte-se que o Desembargador Cotrim Guimarães integra a 1ª Seção - 2ª Turma há mais de 20 (vinte) anos, demonstrando uma abrangente intimidade no controle e na organização do seu acervo processual, bem como com a gestão de pessoas lotadas no gabinete, de modo que transcendeu a efetividade da metodologia operacional utilizada, em função do trinômio tempo/experiência/empenho, refletindo os esforços envidados para a manutenção do equilíbrio da produtividade, desde a assunção da jurisdição, quando recebeu 13.000 (treze mil) processos. Ainda, destacou-se que, desde 2008, o gabinete adotou o sistema de teletrabalho, razão pela qual restou noticiado que a qualidade da força de trabalho e a produtividade, em meio ao caos provocado pela pandemia do Covid-19, não foram alteradas.

No contexto, foi informada a adoção, como metodologia para fins de controle do acervo e da produtividade, das seguintes práticas: a) a divisão dos processos por classe/matéria, respeitada a escolha, pelos servidores, quanto à afinidade nos assuntos; b) a priorização dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) e dos pedidos considerados urgentes (estes últimos são raros); c) o estabelecimento de metas individuais de produtividade semanal, de 10 (dez) a 15 (quinze) processos; d) o estabelecimento de metas coletivas de produtividade, por assunto/matérias mais urgentes; e) a determinação de que cada servidor analise a tutela de urgência relacionada a sua matéria; f) a realização de mutirão interno, para trabalhar em classes processuais congestionadas, a fim de não permitir acúmulo fora da estimativa.

Ressaltou-se, ademais, que existe um controle rigoroso dos processos distribuídos, com uma triagem inicial minuciosa para controlar o acervo. Para tanto, um servidor se dedica exclusivamente a essa primeira triagem e, após, a assessoria procede a uma triagem mais refinada para anotação no feito e eventual direcionamento aos servidores, etiquetando os processos, a exemplo: existem quatro pastas de etiquetas dos processos que chegam ao gabinete, uma da unidade processante (que são processos despachados ou já com decisões prévias do gabinete), uma da triagem (UFOR), uma dos embargos de declaração, além de uma pasta com petições intercorrentes em processos já

pautados. Frisou-se, ainda, que a a chefia de gabinete é responsável por pautar os processos.

Por fim, no que toca ao objetivo do gabinete, de redução do acervo para julgamento, enfatizou-se a intenção de alcançar o número de 500 (quinhentos) processos até o final de 2022.

Com relação à gestão de pessoas, foi evidenciado que o quadro permanente do gabinete está completo, com 18 (dezoito) servidores lotados. Atualmente, não há estagiários, mas a gestão tem interesse nesse auxílio, a fim de diminuir o acervo de embargos de declaração, classe de processo sempre a eles delegada, com êxito, além de outras atribuições.

Ainda no tocante à gestão de pessoas, a par das respostas do questionário de inspeção, integralmente ratificadas na entrevista presencial, destacou-se que o gabinete faz constantes reuniões com os servidores, para fins de detectar eventuais dificuldades e apurar as sugestões de melhorias. Utiliza-se da sistemática de bonificação para o servidor que atinge a meta semanal máxima de 15 (quinze) minutos processuais, após apuração mensal, com uma folga/mês. Antes da adoção forçada do distanciamento social, por conta da pandemia do Covid-19, havia encontros semanais, presencialmente, para a integração da equipe. Também, eram promovidas, pela chefia (magistrado), saídas extra expediente, para fomentar a relação interpessoal entre os integrantes do grupo de trabalho, fora do ambiente do Tribunal. Sobre o ponto, pretende-se a retomada dos encontros presenciais, tanto no gabinete, uma vez por semana, quanto os extras expedientes.

Na análise processual dos feitos selecionados para a inspeção, verificou-se que as ocorrências mais numerosas, e com recomendação, são no sentido de estarem conclusos por mais de 360 dias, o que equivale a, aproximadamente, 49% dos processos analisados. Na sequência, aproximadamente, 26% dos processos inspecionados estão em ordem ou em dia, ainda que, em algumas fases, tenham ocorrido atrasos na tramitação e o percentual de 8,9% se refere à conclusão de embargos de declaração, por mais de 45 dias. Os aproximados 16,1%, remanescentes dizem respeito a outras ocorrências relativas a excesso de tramitação, em 30 ou 180 dias.

Como boas práticas, apontou-se que as medidas adotadas para a garantia da boa convivência com a equipe, quanto à gestão de pessoas, bem como a sistemática levada a cabo para o controle e o equilíbrio do acervo e da produtividade acima destacada, são consideradas como atitudes coletivas para o melhor desempenho do gabinete, sendo, pois, ratificadas como boas práticas.

No que concerne às dificuldades, não foram indicados pontos relevantes neste contexto.

Foram estas as principais constatações.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos, de 2.705 (dois mil, setecentos e cinco) para 2.773 (dois mil, setecentos e setenta e três). Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constatou-se que, no início do 12º mês anterior, eram 3.797 (três mil, setecentos e noventa e sete) feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.661 (três mil, seiscentos e sessenta e um).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 352 (trezentos e cinquenta e dois), na última inspeção, para 430 (quatrocentos e trinta), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução, em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 12 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 19 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Seção.

Ressalte-se que, não obstante tenha havido um pequeno aumento no montante de processos conclusos e no total de embargos de declaração aguardando julgamento, entre o período da inspeção anterior (2020) e o da atual (2022), constatou-se que o indicador do tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, permaneceu inferior ao da 1ª Seção, o que demonstra que se trata de um gabinete com boa gestão do acervo processual.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Manter o sistema de gerenciamento processual e de recursos humanos (gestão de pessoas), tendo em vista a evidente compatibilização da metodologia utilizada pelo gabinete com os resultados alcançados.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JÚNIOR

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Peixoto Junior

2.2 Turma

Segunda Turma

2.3 Competência

Cível e Criminal (Órgão Especial)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Otávio Peixoto Junior

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Helen de Oliveira Biajone, Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Estagiários de nível superior	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	8.744
Processos suspensos/sobrestados	474
Processos conclusos	7.495

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.744
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	9.700
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.495
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.413
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	474
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	371

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.

Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	212
Mandados de segurança	11
IRDR	1
IAC	Zero
Arguição de inconstitucionalidade	Zero
Conflitos de competência	87
Reclamações	2
Ações rescisórias	59
Outros	52

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.526
Recursos em mandados de segurança coletivos	13
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	1
Recursos em ações civis públicas	37
Recursos em ações de desapropriação	67
Recursos em ações com preferência legal	681
Outros	7.734

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	8.526
Apelações cíveis	6.150
Agravos de instrumento	2.230
Outros	146

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	5
Ações penais	1
Inquéritos	1

Outros	3
--------	---

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Zero

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	251
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	193
Agravos legais/regimentais	80
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	80
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	3
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	3

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	105
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	137
Ano anterior	2.639
2º ano anterior	1.584
3º ano anterior	1.086
4º ano anterior	806
5º ano anterior ou mais antigo	1.853

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	285

Ano anterior	1.930
2º ano anterior	1.838
3º ano anterior	1.033
4º ano anterior	504
5º ano anterior	249
6º ano anterior ou mais antigo	441

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	160
Ano anterior	1.085
2º ano anterior	1.195
3º ano anterior	1.217
4º ano anterior	695
5º ano anterior	400
6º ano anterior	239
7º ano anterior ou mais antigo	541

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	Zero
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	Zero

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	70
Total como relator para o acórdão	4

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	1.678
Total de Processos julgados	2.808
Total de Processos baixados	2.572
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.130
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-894

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	4
Total de feitos verificados na inspeção anterior	59
Total de feitos não regularizados	Zero

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.918
Processos julgados no ano anterior	2.776
Processos distribuídos no ano corrente	145
Processos julgados no ano corrente	346

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.160
Pendentes em 31/12/2021	1.904
Porcentagem de atendimento da meta	68,89%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Saldo de pendentes de julgamento em 31/12/2021: 729 (77,63% da meta atendida)	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.117
Pendentes no último dia do mês anterior	2.565
Porcentagem de atendimento da meta	63,98%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.314
Pendentes no último dia do mês anterior	753
Porcentagem de atendimento da meta	79,13%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2021	1
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	71,43%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	83,39
Taxa de congestionamento em 2021	77,93
Taxa de congestionamento em 2022	78,89

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	4
Processos baixados no ano anterior	Zero

Processos julgados no ano anterior	2
Processos distribuídos no ano corrente	Zero
Processos baixados no ano corrente	Zero
Processos julgados no ano corrente	Zero

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dado não disponibilizado pelo setor de estatística do TRF3 até a data de envio do questionário.
--	---

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Não se aplica.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Dado não disponibilizado pelo setor de estatística do TRF3 até a data de envio do questionário.
---	---

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. No relatório referente à última inspeção realizada pelo CJF no ano de 2020, constaram como recomendações: "a) cumprir as recomendações do item 11; b) providenciar plano de julgamentos para redução do número de processos conclusos; e c) adotar plano de gestão para o cumprimento das metas do CNJ". No referido item 11 consta: "Em relação aos processos listados, recomenda-se: a) proceder à baixa no sistema: (...) b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): (...) c) aguarda despacho de pedido de desistência do feito, já contrarrazoado, desde abril/2018. Despachar em 20 dias: 00029393420004036110; d) processos inspecionados que atualmente tramitam em outras unidades: (...)"

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foram adotadas as seguintes medidas: a) Em relação ao item 11, foi dada baixa no sistema em todos os processos indicados; da lista de 44 processos para julgamento, 33 já foram julgados e o 0029611-36.2005.4.03.6100 aguarda inclusão em sessão do art. 942 para prosseguimento do julgamento; nos autos 00029393420004036110 foi proferida decisão em 14/5/2021 homologando renúncia à pretensão formulada na ação; nos autos 50012104320184036113, de relatoria do Des. Fed. Cotrim Guimarães, em sessão de 23/4/2019 o Des. Fed. Peixoto Junior votou pela rejeição de arguição de inconstitucionalidade proposta pelo Juiz Fed. Conv. Silva Neto, no que foi acompanhado pelo Des. Souza Ribeiro, retornando os autos ao Relator em 29/11/2019; nos autos 50108744120174030000 foi proferida decisão em 15/5/2020 reconhecendo a incompetência da 2ª Turma, tendo o feito sido redistribuído ao Des. Fed. Hélio Nogueira. Quanto às alíneas b e c, serão prestadas informações no item abaixo pela limitação de caracteres.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Em continuidade à resposta ao item 6.2, informa-se: b) Foram designados servidores para trabalhar em processos versando matéria repetitiva, com estabelecimento de meta diária de produção de minutas, com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir o acervo, tendo como resultado no ano de 2021 a superação do atendimento da Meta 1 do CNJ (210,78%), destacando-se que, segundo os dados do setor de estatística (Relatórios BI), nos últimos doze meses houve redução de 956 processos no acervo do Gabinete. c) Quanto às demais Metas do CNJ foi elaborada estratégia de trabalho mais diretamente voltada para essa finalidade, tendo sido feito o levantamento da

relação de processos junto ao setor de estatística do Tribunal, bem como a designação de equipe de servidores para trabalhar de forma prioritária em tais feitos. A título ilustrativo, ressalta-se que no período de 2021 até fevereiro de 2022 foram julgados 549 processos de Meta 2.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Com o objetivo de otimizar o cumprimento das metas do CNJ, foi reorganizada a estratégia de trabalho do gabinete, de modo que parte dos servidores trabalha na elaboração de minutas em processos versando matéria repetitiva, com maior volume de distribuição, a fim de dar continuidade ao atendimento da Meta 1 pelo gabinete, e outra parte da equipe trabalha de forma prioritária em processos de outras metas, especialmente de Meta 2. Também é feito acompanhamento semanal da meta de produtividade estabelecida a cada servidor. Ademais, periodicamente é feito levantamento junto ao setor de estatística do Tribunal para manter o controle do acervo e dos indicadores de inspeção. Não obstante as dificuldades relatadas no item 8.1, além do exponencial aumento de processos distribuídos, o gabinete trabalha envidando esforços para incremento da produtividade, de modo que o número de processos julgados supere o de distribuídos.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete tem buscado manter trabalho equilibrado entre processos de metas do CNJ e feitos cujas matérias possuem maior volume de distribuição, com o escopo de dar a necessária atenção às prioridades e garantir a produtividade para redução do acervo. Nos últimos anos, o gabinete tem trabalhado na maior parte do tempo sem o quadro de servidores completo. Ademais, o gabinete enfrenta dificuldades por ocasião da correção das minutas. A experiência demonstra que, em cada pauta, são identificados, na maioria das minutas, vazios, inconsistências etc. que são corrigidos diretamente pelo desembargador, com o auxílio da assessoria/chefia. Ressalta-se que esta etapa demanda bastante tempo de trabalho. Também é gasto muito tempo com problemas técnicos em sistemas eletrônicos. Destaca-se, por fim, que o gabinete envida esforços para que a atividade jurisdicional seja prestada com a maior qualidade possível, os servidores recebendo constante orientação com participação integral do desembargador.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Maurício Barreto Costa - Assessor, em exercício

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Trabalhamos buscando nos organizar de acordo com os cronogramas de julgamentos da Segunda Turma, da Primeira Seção e do Órgão Especial, observando as datas limite para o Gabinete encaminhar os processos para inclusão em pauta, com prévia estipulação de metas. Tendo em vista os pedidos de natureza liminar, em agravo de instrumento, mandado de segurança, cautelar etc., também buscamos nos organizar de forma a dedicar tempo para analisá-los da forma mais célere possível. Há, no momento, 12 servidores designados para dedicação exclusiva a elaboração de minutas de matérias previamente delimitadas a cada um. Há, também, um servidor responsável por cuidar do fluxo de entrada de processos no Gabinete e elaboração de minutas de despacho. A distribuição dos processos a cada servidor é feita pelo Desembargador e pela chefia.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, atualmente três servidores executam suas atividades em regime de teletrabalho ordinário. Em razão da pandemia do Covid-19, desde março de 2020 o gabinete possui também servidores em regime de teletrabalho extraordinário, com exceção de um servidor que, por opção, permaneceu desenvolvendo suas atividades unicamente de forma presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Apenas parcial, os servidores incluídos neste regime comparecem no gabinete periodicamente, conforme especificado em seu respectivo plano de trabalho, para execução de atividades que demandam sua presença *in loco*.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As metas individuais de produtividade são estabelecidas de acordo com a complexidade dos processos, sendo que, em regra, a meta individual de produtividade é de três minutas por dia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Realizamos acompanhamento semanal da meta de produtividade estabelecida a cada servidor e, em caso de não cumprimento, a chefia de gabinete apura os motivos para fins de orientação do colaborador.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente o gabinete não recebe distribuição de processos físicos, mas, caso venha a receber, procedemos com a identificação da matéria e situação dos autos para

localização em armário próprio, posteriormente informando ao servidor responsável pela análise.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos físicos são organizados em armários e separados por matéria, tendo suas localizações físicas gravadas no sistema Siapro para que sejam encontrados rapidamente. Os processos eletrônicos são triados no sistema PJe por servidor dedicado a esta atividade, que organiza os processos com a inserção de etiqueta indicativa do tipo de recurso e matéria tratada nos autos, bem como colocados em tarefa relativa à providência jurisdicional a ser realizada.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Os processos que compõem o acervo do Gabinete são organizados por tipo de recurso e matéria, sendo triados após chegada à conclusão, inserindo-se etiqueta indicativa no sistema PJe, bem como colocados em tarefa relativa à providência jurisdicional a ser realizada. Os processos incluídos em metas do CNJ são filtrados por meio de relatórios disponibilizados pelo setor de estatística do Tribunal e distribuídos entre os servidores responsáveis pela análise e produção de minutas relativos à Meta 2. As prioridades legais são identificadas automaticamente pelo sistema PJe e os servidores estão orientados a dar preferência à análise destes casos. Os recursos internos (embargos de declaração, agravos internos etc.) são acompanhados por servidora dedicada à produção de minutas nestes recursos. As urgências são identificadas pelo servidor responsável pela triagem dos processos e pela chefia do gabinete que analisa a situação e distribui o caso ao servidor responsável pela matéria, orientando-o.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

O gabinete estabelece metas individuais de produtividade de acordo com a complexidade dos processos, sendo que, em regra, a meta individual de produtividade é de três minutas por dia. Coletivamente, o Gabinete tem como meta julgar processos em número superior ao da distribuição, com vistas à redução do acervo, conciliando a produtividade com as metas do CNJ.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

O Gabinete busca incluir nas pautas de julgamento um número de processos com prioridade legal e meta do CNJ, de modo a manter um equilíbrio com os feitos cujas

matérias possuem maior volume de distribuição, mantendo, assim, a produtividade e dando a necessária atenção às prioridades.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, dependendo da situação dos autos e pertinência jurídica.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são salvos e organizados no sistema Microsoft Teams (nuvem), disponibilizado pelo Tribunal, separados por matéria e tipo de ato, ficando todos os servidores responsáveis pela contínua atualização dos arquivos.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A chefia do gabinete apoia constantemente a participação dos servidores em cursos de capacitação, sempre autorizando todos os pedidos formulados, bem como, quando identificada alguma deficiência do servidor em determinada atividade, orientando-o a se inscrever em curso pertinente.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os feitos são sobrestados por decisão do relator, havendo indicação do tema tanto no conteúdo da decisão de sobrestamento quanto no indicador do CNJ apontado quando do envio dos autos à secretaria. Os autos sobrestados permanecem em secretaria. O gabinete acompanha periodicamente o julgamento dos temas afetados e, havendo decisão de tema, o gabinete solicita à secretaria o envio dos feitos a ele relacionados para preparo de decisão monocrática ou inclusão em pauta. Atualmente, são temas sobrestados pelo relator em secretaria: Temas n. 769, 981, 1012, 1039, 1080 e 1086 do E. STJ e o tema debatido na ADI n. 5090 em tramitação no STF.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A orientação é que os autos solicitados pelo Setor de Conciliação do Tribunal sejam separados e enviados com a maior celeridade possível.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O Desembargador busca analisar os processos em que pediu vista com a maior brevidade possível, retrato disto é que, atualmente, não possuímos nenhum processo nesta condição.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Os servidores são orientados a acompanhar constantemente os entendimentos da Corte nos temas de sua responsabilidade, acessando a pesquisa de jurisprudência disponibilizada no site do Tribunal. A chefia também comunica aos servidores modificações na jurisprudência da Corte de modo a auxiliá-los na produção de novas minutas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são disponibilizados aos demais gabinetes integrantes da Turma na semana anterior à sessão de julgamento designada.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Para os processos eletrônicos cadastrados no sistema PJe, as sessões virtuais são realizadas pelo painel do magistrado em sessão. O Desembargador disponibiliza relatório e voto dos processos em que é relator (e também eventual voto-vista) na semana anterior à data da sessão de julgamento. Quanto aos processos de relatoria dos demais integrantes do órgão julgador, o desembargador lança seus votos, inclusive declaração de voto no caso de divergência, eventuais anotações e pedidos de vista até às 17:00 do dia designado para a sessão de julgamento. Para os processos físicos, o sistema de julgamento utilizado é o Gedpro, igualmente o Desembargador disponibilizando relatório e voto na semana anterior ao julgamento, bem como lançando no sistema, até as 17:00 do dia da sessão de julgamento, seu voto eventuais anotações e divergências.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Nos últimos anos, o Gabinete tem trabalhado na maior parte do tempo sem o quadro de servidores e de estagiários completo, atualmente possuímos déficit de 1 servidor (analista judiciário) e 3 estagiários, sendo que 2 servidores integraram nosso quadro recentemente e estão em fase de adaptação e com produtividade reduzida. Quanto aos recursos materiais, há de se destacar que constantemente sofremos com indisponibilidades e problemas técnicos em sistemas eletrônicos do Tribunal, necessitando abertura de chamados técnicos para resolução, situação que
---	--

	compromete a presteza e celeridade na realização do trabalho.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho do Gabinete é realizada de acordo com os cronogramas de julgamentos da Segunda Turma, da Primeira Seção e do Órgão Especial, observando as datas-limite para o encaminhamento dos processos para inclusão em pauta, com prévia estipulação de metas e definição de prioridades.
c) resultados	Os resultados alcançados pelo gabinete são aferidos periodicamente quando há a disponibilização pelo setor de estatísticas dos dados relativos ao acervo, possibilitando a definição de estratégia para constante melhoria. Quanto aos servidores, semanalmente, é aferida a produtividade individual e, nos casos em que o servidor apresenta resultados muito aquém da meta, o Desembargador, juntamente com a assessoria, busca adotar as medidas necessárias para aprimoramento dos resultados e orientação do servidor.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O Desembargador Peixoto Junior constantemente orienta a assessoria e servidores no cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ, sendo este o principal objetivo buscado pelo Gabinete, juntamente com a prestação célere da atividade jurisdicional no que condiz à análise de pedidos de liminares e atenção às prioridades definidas por lei.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

O Gabinete tem buscado manter trabalho equilibrado entre os processos das metas do CNJ e os feitos cujas matérias possuem maior volume de distribuição, com o escopo de dar a necessária atenção às prioridades e metas e, concomitantemente, garantir a produtividade para fins de redução do acervo. Destaca-se que o Gabinete envida esforços para que a atividade jurisdicional seja prestada com a maior qualidade possível, todos os servidores recebendo constante orientação da assessoria com participação integral do Desembargador.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Algumas medidas adotadas pelo gabinete durante o período da pandemia foram essenciais para a manutenção da qualidade técnica na prestação do serviço jurisdicional e produtividade dos servidores e serão mantidas em nossa rotina de trabalho, destacando-se a utilização do sistema Microsoft Teams por todos os servidores, ferramenta que auxilia na comunicação entre todos, bem como serve de depósito de documentos, planilhas, minutas e modelos, que podem ser acessados pelo servidor a qualquer momento na nuvem. Igualmente será efetivado o acompanhamento semanal de produtividade dos servidores, com controle realizado por meio de planilha específica, rotina que auxilia a chefia na tomada de decisões quanto ao planejamento de pautas de julgamento e proporciona verificação constante das atividades exercidas pelos servidores.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Os processos são controlados e organizados no sistema PJe por data de inclusão em tarefa, sendo orientação da chefia do gabinete que os servidores responsáveis pela análise de processos incluídos na Meta 2 CNJ priorizem os processos que estão há mais tempo aguardando andamento. A chefia também realiza constantemente consulta aos dados estatísticos disponibilizados pelo Tribunal para verificação dos processos conclusos que estão há mais tempo sem movimentação para que seja dado o devido andamento ao caso.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5004425-28.2021.4.03.0000	4/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado e com decisão de não conhecimento do recurso proferida em 8/2/2022, trânsito em julgado em 10/3/2022. Arquivamento em 11/3/2022. Processo em dia.		
5014727-19.2021.4.03.0000	28/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado e julgado na sessão da 2ª Turma de 29/3/2022. Certidão de julgamento em 11/4/2022. Processo em dia.		
5029956-53.2020.4.03.0000	3/11/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido de antecipação de tutela recursal até o mês de abril de 2022. Decisão de julgamento do incidente suspensivo em 27/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5000024-63.2020.4.03.6129	28/10/2020	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido liminar até o mês de abril de 2022. Decisão em 25/4/2022. Petição apresentada em 1º/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5003785-62.2020.4.03.6110	29/10/2020	198-Apelação Cível
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 15/3/2022, com acórdão lavrado em 29/3/2022. Embargos de declaração opostos em 29/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		

5001019-33.2020.4.03.6111	9/11/2020	198-Apelação Cível
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 22/2/2022, com acórdão lavrado em 24/2/2022. Decurso do prazo em 19/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5008139-88.2019.4.03.6103	26/11/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido liminar até o mês de abril de 2022. Decisão em 27/4/2022. Conclusão em 2/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5000363-46.2019.4.03.6100	25/11/2020	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido liminar até o mês de abril de 2022. Decisão em 27/4/2022. Petição apresentada em 3/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5011891-78.2018.4.03.0000	30/5/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5006748-11.2018.4.03.0000	4/4/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5014143-54.2018.4.03.0000	22/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5011063-82.2018.4.03.0000	23/5/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5021729-79.2017.4.03.0000	13/11/2017	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5003017-41.2017.4.03.0000	30/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5022030-26.2017.4.03.0000	16/11/2017	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001618-40.2018.4.03.0000	5/2/2018	221-Conflito de competência

Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001037-25.2018.4.03.0000	29/1/2018	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5012346-77.2017.4.03.0000	19/7/2017	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5023235-56.2018.4.03.0000	20/9/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5012747-42.2018.4.03.0000	11/6/2018	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5026186-86.2019.4.03.0000	9/10/2019	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5003837-21.2021.4.03.0000	22/6/2021	11955-Cautelar Inominada Criminal
Processo inspecionado e com distribuição cancelada, conforme despacho proferido em 10/3/2022. Cancelada a distribuição em 14/3/2022. Processo em dia.		
5007842-86.2021.4.03.0000	13/4/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Processo inspecionado, observando que pedidos de quebra de sigilo telemático, telefônico e bancário e outros pedidos foram apreciados, encontrando-se os autos conclusos no gabinete desde 19/08/2021. Segredo de justiça. Processo concluso para julgamento por mais de 180 (cento e oitenta) dias. Julgar em 120 dias (cento e vinte dias).		
0002926-93.2004.4.03.6110	14/8/2013	198-Apelação Cível
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 10/8/2021, restando o julgamento suspenso, nos termos do artigo 942. Incluso na pauta de 26/5/2022. Meta 2 CNJ. Processo em dia.		
0008507-80.1999.4.03.6105	5/5/2004	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 10/8/2021, restando o julgamento suspenso, nos termos do artigo 942. Incluso na pauta de 26/5/2022. Meta 2 CNJ. Processo em dia.		
0002000-65.2006.4.03.6103	31/3/2016	198-Apelação Cível

Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 24/8/2021. Aguarda voto-vista do Des. Cotrim Guimarães. Acórdão lavrado em 2/5/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
5005454-21.2018.4.03.0000	20/3/2018	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de lavratura do acórdão até o mês de maio de 2022. Acórdão lavrado em 2/5/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
5015483-62.2020.4.03.0000	10/6/2020	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 18/5/2021, com acórdão lavrado em 16/2/2022. Publicação do Acórdão em 5/5/2022. Processo em dia.		
5000527-52.2017.4.03.6109	8/10/2019	198-Apelação Cível
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 24/8/2021, com acórdão lavrado em 16/2/2022. Embargos de declaração opostos em 29/4/2022. Processo em dia.		
5000487-77.2020.4.03.6105	1º/4/2021	198-Apelação Cível
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 14/10/2021, com acórdão lavrado em 10/3/2022. Embargos de declaração opostos em 2/5/2022. Processo em dia.		
0008721-09.2011.4.03.6119	20/2/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado e levado a julgamento na sessão da 2ª Turma de 14/9/2021, com previsão de liberação do acórdão até o mês de maio de 2022. Acórdão em 2/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5009019-27.2017.4.03.0000	14/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 19/9/2018. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5002754-09.2017.4.03.0000	28/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 20/9/2018. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5028827-81.2018.4.03.0000	13/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 11/12/2018. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5029098-90.2018.4.03.0000	19/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Embargos de declaração opostos em 19/12/2018. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5020137-63.2018.4.03.0000	21/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 22/1/2019. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5024781-49.2018.4.03.0000	4/10/2018	202-Agravo de Instrumento

Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 13/5/2019. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001342-34.2017.4.03.6114	5/9/2017	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 19/6/2019. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5013942-28.2019.4.03.0000	3/6/2019	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 17/7/2019. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5025511-60.2018.4.03.0000	10/10/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de julgamento de recurso interno até o mês de julho de 2022. Embargos de declaração opostos em 26/7/2019. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5021133-61.2018.4.03.0000	30/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Embargos de declaração opostos em 3/9/2019. Processo concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0022930-80.2011.4.03.9999	9/6/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Restituído os autos à secretaria em 1º/12/2019. Processo atualmente na secretaria e não no Gabinete (unidade inspecionada).		
0008545-23.2007.4.03.6102	12/8/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0012492-17.2009.4.03.6102	22/8/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Julgamento na sessão de 4/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0006567-49.2005.4.03.6112	29/8/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0002644-08.2011.4.03.6111	14/9/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0005026-29.2010.4.03.6104	22/9/2011	198-Apelação Cível

Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0002430-51.2010.4.03.6111	21/9/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0044094-04.2011.4.03.9999	7/11/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0005036-51.2011.4.03.6100	28/11/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000527-75.2010.4.03.6112	1º/12/2011	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0016433-44.2010.4.03.6100	4/1/2012	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001445-16.2009.4.03.6112	6/1/2012	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000185-96.2008.4.03.6124	2/1/2012	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001593-34.2007.4.03.6100	10/8/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0003983-47.2007.4.03.6109	20/8/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0005159-49.2011.4.03.6100	11/5/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária

Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0010718-61.2010.4.03.6119	28/9/2012	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000641-68.2001.4.03.6002	19/11/2012	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0036661-41.2014.4.03.9999	13/1/2015	199-Remessa Necessária Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Retirado de pauta da sessão eletrônica de 19/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0008447-50.2012.4.03.6106	12/2/2015	199-Remessa Necessária Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Julgado na sessão de 19/4/2022. Decurso de prazo em 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0000820-61.2014.4.03.6126	21/7/2015	199-Remessa Necessária Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Julgado na sessão de 19/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0009704-64.2008.4.03.6102	12/8/2014	199-Remessa Necessária Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000828-40.2009.4.03.6182	14/4/2015	199-Remessa Necessária Cível
Processo inspecionado e julgado na sessão da 2ª Turma de 29/3/2022. Julgado na sessão de 29/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0018296-89.2016.4.03.0000	5/10/2016	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Certidão de digitalização em 2/5/2022. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0021065-70.2016.4.03.0000	22/11/2016	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Certidão de digitalização em 2/5/2022. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000169-69.2017.4.03.0000	16/1/2017	221-Conflito de competência

Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Certidão de digitalização em 2/5/2022. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0019240-91.2016.4.03.0000	21/10/2016	221-Conflito de competência
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Certidão de digitalização em 2/5/2022. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0032113-70.2009.4.03.0000	14/9/2009	202-Agravo de Instrumento
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0036455-03.2009.4.03.9999	15/10/2009	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5028533-29.2018.4.03.0000	9/11/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido de antecipação de tutela recursal até o mês de julho de 2022. Decisão julgando prejudicado o incidente e o agravo em 27/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0028868-75.2014.4.03.0000	13/11/2018	120-Mandado de Segurança Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5031067-43.2018.4.03.0000	10/12/2018	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0012929-64.2009.4.03.6100	14/10/2009	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5012064-68.2019.4.03.0000	15/5/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido de antecipação de tutela recursal até o mês de abril de 2022. Decisão de recebimento do recurso sem efeito suspensivo em 27/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0003928-02.2002.4.03.6100	27/9/2006	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Petição solicitando a baixa do feito em 30/3/2020. Proceder com a análise da baixa dos autos em 30 (trinta) dias). Meta 2 CNJ.		
0013639-74.2006.4.03.6105	15/7/2009	198-Apelação Cível

Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5017675-02.2019.4.03.0000	12/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5020801-60.2019.4.03.0000	15/8/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5024527-42.2019.4.03.0000	24/9/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5010965-29.2020.4.03.0000	8/5/2020	46-Restauração de Autos
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para despacho por mais de 30 (trinta) dias. Despachar em 30 (trinta) dias.		
5009547-56.2020.4.03.0000	24/4/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Processo inspecionado com previsão de apreciação de pedido de antecipação de tutela recursal até o mês de abril de 2022. Decisão julgando prejudicado o agravo em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5017637-53.2020.4.03.0000	30/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0013259-85.2005.4.03.6105	20/5/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Petição em 10/2/2022, informando a ausência de erro na digitalização. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5027416-03.2018.4.03.0000	29/10/2018	120-Mandado de Segurança Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001289-31.2009.4.03.6111	11/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001755-28.2000.4.03.6115	2/4/2008	198-Apelação Cível

Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0402385-36.1992.4.03.6103	4/12/1995	198-Apelação Cível
Processo inspecionado com previsão de inclusão em pauta até o mês de dezembro de 2022. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5033425-10.2020.4.03.0000	14/12/2020	309-Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Processo inspecionado, observando que pedidos de prisão preventiva, outras medidas cautelares, busca e apreensão e outros pedidos foram apreciados, encontrando-se os autos conclusos no gabinete desde 14/03/2022. Processo em dia.		

PROCESSOS REMANESCENTES DA INSPEÇÃO DE 2020

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5020809-08.2017.4.03.0000	27/10/2017	12134- Tutela Antecipada Antecedente
Processo baixado. Distribuição cancelada em 14/5/2020. Processo em dia.		
5023539-89.2017.4.03.0000	5/12/2017	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo baixado. Distribuição cancelada em 28/5/2020. Processo em dia.		

PROCESSOS INCLUSOS NO SINSP DE REPATRIAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000920-90.2020.4.03.6005	22/4/2021	198-Apelação Cível
Concluso para decisão em 16/12/2021. Segredo de justiça. Processo em dia. Meta 11/2022 CNJ.		
5006577-82.2021.4.03.6100	20/7/2021	198-Apelação Cível
Concluso para julgamento em 29/9/2021. Segredo de justiça. Processo em dia. Meta 11/2022 CNJ.		
5008105-25.2019.4.03.6100	23/9/2020	198-Apelação Cível
Acórdão em 13/12/2021. Decurso de prazo em 12/3/2022. Segredo de justiça. Processo em dia. Meta 11/2022 CNJ.		
5024571-90.2021.4.03.0000	14/10/2021	221-Conflito de competência
Concluso para decisão em 12/1/2022. Processo em dia.		
50258658-0.2021.4.03.0000	21/10/2021	221-Conflito de competência
Concluso para decisão em 18/11/2021. Processo em dia.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 89 (oitenta e nove) processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos. Foram ainda acrescentados à inspeção 7 (sete) processos eletrônicos, sendo 2 (dois) processos remanescentes da inspeção de 2020 e 5 (cinco) processos referentes à repatriação de crianças e adolescentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5011891-78.2018.4.03.0000	5006748-11.2018.4.03.0000	5014143-54.2018.4.03.0000
5011063-82.2018.4.03.0000	5021729-79.2017.4.03.0000	5003017-41.2017.4.03.0000
5022030-26.2017.4.03.0000	5001618-40.2018.4.03.0000	5001037-25.2018.4.03.0000
5012346-77.2017.4.03.0000	5023235-56.2018.4.03.0000	5012747-42.2018.4.03.0000
5026186-86.2019.4.03.0000	5009019-27.2017.4.03.0000	5002754-09.2017.4.03.0000
5028827-81.2018.4.03.0000	5029098-90.2018.4.03.0000	5020137-63.2018.4.03.0000
5024781-49.2018.4.03.0000	5001342-34.2017.4.03.6114	5013942-28.2019.4.03.0000
5025511-60.2018.4.03.0000	5021133-61.2018.4.03.0000	0008545-23.2007.4.03.6102
0006567-49.2005.4.03.6112	0002644-08.2011.4.03.6111	0005026-29.2010.4.03.6104
0002430-51.2010.4.03.6111	0044094-04.2011.4.03.9999	0005036-51.2011.4.03.6100
0000527-75.2010.4.03.6112	0016433-44.2010.4.03.6100	0001445-16.2009.4.03.6112
0000185-96.2008.4.03.6124	0001593-34.2007.4.03.6100	0003983-47.2007.4.03.6109
0005159-49.2011.4.03.6100	0010718-61.2010.4.03.6119	0000641-68.2001.4.03.6002
0009704-64.2008.4.03.6102	0018296-89.2016.4.03.0000	0021065-70.2016.4.03.0000
0000169-69.2017.4.03.0000	0019240-91.2016.4.03.0000	0032113-70.2009.4.03.0000
0036455-03.2009.4.03.9999	0028868-75.2014.4.03.0000	5031067-43.2018.4.03.0000
0012929-64.2009.4.03.6100	0013639-74.2006.4.03.6105	5017675-02.2019.4.03.0000
5020801-60.2019.4.03.0000	5024527-42.2019.4.03.0000	5017637-53.2020.4.03.0000
0013259-85.2005.4.03.6105	5027416-03.2018.4.03.0000	0001289-31.2009.4.03.6111
0001755-28.2000.4.03.6115	0402385-36.1992.4.03.6103	

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5007842-86.2021.4.03.0000

c) Despachar em 30 dias:

0003928-02.2002.4.03.6100 5010965-29.2020.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Primeiramente, registra-se que, por ocasião da visita ao gabinete do Desembargador Federal Peixoto Júnior, no dia 9/5/2022, às 10h, a equipe da inspeção foi recebida com cordialidade pelo magistrado e pelos servidores presentes, que prestaram as informações e os esclarecimentos atinentes à unidade inspecionada, frisando-se a presteza da assessoria, nas pessoas de Helen Biajone e Marina Santos.

A par das respostas contidas no questionário da unidade e das verificações resultantes das entrevistas, constatou-se estar a maioria dos dados relatados congruente à realidade do gabinete, mormente no tocante à gestão dos processos e dos recursos humanos. Noutra sorte, outros dados já se encontram superados, à exemplo do

quantitativo de 105 processos “conclusos há mais de 10 dias, com requerimento de tutela provisória não apreciado” (item 4.12), que não mais remanesce, além das dificuldades apontadas como problemas no sistema eletrônico, uma vez que foi informado estarem superadas.

Sobre o tema, frisou-se que houve um erro material na resposta dada ao item 6.2 do questionário, tendo em vista que, ao invés de 33, foram 43 processos já julgados, ou seja, onde se lê, “**da lista de 44 processos para julgamento, 33 já foram julgados...**”, leia-se, “**da lista de 44 processos para julgamento, 43 já foram julgados...**”.

Ressalte-se que a competência deste gabinete, da 2ª Turma (1ª Seção, do TRF3), é de matéria cível e penal (esta última somente do órgão especial, que não mais julga processos criminais contra prefeitos, atualmente, da competência da 4ª Seção). Não obstante, ainda foi informado que existe acervo criminal remanescente, de antes da especialização da Turma em direito privado (competência residual), ocorrida no ano de 2014. Destacou-se que as sessões ocorrem duas vezes por mês, na modalidade virtual (eletrônica e por vídeoconferência), em regra.

Registrou-se, ainda, a existência, no gabinete, de processos físicos, mas que estão em fase de digitalização, principalmente os que retornaram do STJ/STF, sendo que a última sessão de julgamento dos feitos físicos ocorreu em novembro de 2021. Segundo informado, atualmente, não se trabalha nos processos físicos, enquanto não forem concluídas as respectivas digitalizações. Após digitalizados, os autos físicos voltam para a primeira instância.

Na análise processual dos feitos selecionados para a inspeção, verificou-se que as ocorrências mais numerosas, e com recomendação, são no sentido de estarem conclusos por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias, o que equivale a, aproximadamente, 61% dos processos analisados. Na sequência, aproximadamente, 34% dos processos inspecionados estão em ordem ou em dia. Os 5% remanescentes são outras ocorrências relativas a excesso de tramitação, em 30 ou 180 dias.

Foi informada a adoção, como metodologia para fins de controle do acervo do gabinete, das seguintes práticas: a) a sistemática da divisão dos trabalhos por matéria, principalmente por se tratar de competência com matérias variadas, de direito privado; b) a digitalização dos processos físicos remanescentes, ocasionando, por conseguinte, um aumento transitório do acervo; c) a priorização dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) e dos pedidos considerados urgentes; d) o estabelecimento de metas de produtividade, com apresentação em gráficos estatísticos para acompanhamento pelo magistrado.

Com relação à gestão de pessoas, foi evidenciado que, dos 15 (quinze) servidores atualmente lotados no gabinete, a maior parte deles trabalha com matérias específicas. Um (1) deles se dedica exclusivamente ao Órgão Especial e à Seção. A assessora principal (Marina) é responsável pela matéria penal do órgão especial, assim como as

tutelas de urgências, que também ficam concentradas na assessoria direta do Desembargador. Ressaltou-se a existência de 1 (uma) vaga a ser preenchida de Analista Judiciário e que 2 (dois) servidores são recém-chegados ao quadro, recebidos durante o período crítico da pandemia do Covid-19. Apenas 1 (uma) servidora trabalha nos processos com embargos de declaração. Atualmente, o gabinete tem 1 (um) estagiário de nível superior.

Ainda no tocante à gestão de pessoas, a par das respostas do questionário de inspeção, ratificadas na entrevista presencial, o gabinete vem sofrendo, em parte, com muitos erros nas minutas dos relatórios e votos, em razão de falta de dedicação de parcela de servidores em se aperfeiçoar nas suas atribuições, o que, em tese, atrasa a produtividade. Não obstante, registre-se que o Desembargador e os assessores mais diretos da chefia envidam esforços para sanar os erros e orientar, na medida do razoável, aqueles servidores que demonstram maiores dificuldades nas matérias analisadas e/ou em relação à escrita propriamente dita. Sobre o tema, importa registrar que foi noticiado que, em virtude da variedade das matérias atinentes à competência do gabinete da 2ª Turma (competência residual, matérias de direito privado, honorários advocatícios etc.), alguns servidores têm interesse em ser removidos para outras áreas consideradas “mais atrativas”, quando houver possibilidade. No gabinete, existem metas específicas de produtividade, de 2 (dois) processos/dia. Não há sistema de bonificação adotado, quando do cumprimento de metas.

Como boas práticas, listou-se que o gabinete tem um bom acervo de modelo de minutas, visando à celeridade na produtividade, à uniformização e à qualidade das decisões. Ainda, a existência de controle do acervo e da produtividade por meio de planilhas demonstrativas.

No que concerne às dificuldades apontadas, foram reforçados os seguintes pontos: a) a existência de parcela dos servidores que demonstra desinteresse em permanecer na 2ª Turma, em razão da diversidade de matérias atinentes à competência e/ou a inexistência de afinidade com elas, o que, por conseguinte, gera obstáculo para a gestão, no sentido de conduzir os trabalhos com um percentual maior de êxito; b) no mais das vezes, o acervo de recursos de apelações em processos cujos pedidos de liminares foram apreciados na primeira instância chega ao gabinete do Tribunal ainda com a marcação de “tutelas a serem apreciadas”, motivo pelo qual tem gerado um número de urgências fictícias. Sobre o tópico, foi informado que o gabinete tem tido a cautela de triar estes processos para sanar o vício das marcações equivocadas; c) aumento da distribuição de processos.

Foram estas as principais e relevantes constatações.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 8.795 (oito mil, setecentos e noventa e cinco) para 7.495 (sete mil, quatrocentos e noventa e cinco). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 9.700 (nove mil e setecentos) feitos, e no mês anterior à inspeção eram 8.744 (oito mil, setecentos e quarenta e quatro).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 237 (duzentos e trinta e sete), na última inspeção, para 251 (duzentos e cinquenta e um), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 40 (quarenta) meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 19 (dezenove) meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Elaborar planejamento estratégico de gestão de processos, a fim de viabilizar a redução do acervo e do tempo médio de tramitação processual, com possibilidade de realização de mutirão interno, para análise dos feitos em maior quantidade e com maior tempo de tramitação.

c) Elaborar planejamento de gestão de pessoas, para promover o incentivo dos servidores a ampliarem o conhecimento direcionado à atividade-fim, bem como a se aperfeiçoarem em suas atribuições e, também, para o compartilhamento de dificuldades e oferecimento de sugestões de melhorias nas relações interpessoais com a equipe de trabalho. Criação de mecanismos participativos (servidores e magistrado) para fomentar o interesse dos servidores eventualmente abnegados, visando despertar a satisfação na prestação dos serviços e a permanência na atual lotação, tais como, premiação por ocasião do cumprimento de metas; reavaliação da distribuição de tarefas, no sentido de buscar a afinidade de cada servidor, em determinadas matérias e/ou atribuições; encontros e reuniões periódicos para possibilitar a oitiva e fala, em relação a possíveis obstáculos e falhas de comunicação.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Francisco

2.2 Turma

Segunda Turma que integra a Primeira Seção do Tribunal

2.3 Competência

A competência da Primeira Seção abarca as seguintes matérias: (I) contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (II) - direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; (III) - trabalhista de competência residual; (IV) - propriedade industrial; (V) - registros públicos; (VI) - servidores civis e militares; e (VII) - desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal José Carlos Francisco.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Dr. José Carlos Francisco foi nomeado como Desembargador pelo Decreto de 14/1/2020, publicado no DOU de 15/1/2020, com posse no TRF3 em 6/2/2020, tendo sido designado para integrar a 2ª Turma, Gabinete n. 1025, a partir de 7/2/2020. Até a

sua nomeação como Desembargador, o Dr Carlos Francisco foi titular da 14ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não há.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Claudia de Amorim Lupo (Chefe de Gabinete) e Júlio Neves da Silva (assessor)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	não há
Estagiários de nível médio	Não há
Estagiários de nível superior	uma estagiária
Outros	não há

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	4.688
Processos suspensos/sobrestados	509
Processos conclusos	3.485
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	4
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Não há

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.688
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.402
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.485
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.095
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	509
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	441

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não houve
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não houve
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não houve

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	100
Mandados de segurança	4
IRDR	2
Arguição de inconstitucionalidade	dados em branco
Conflitos de competência	22
Reclamações	4
Ações rescisórias	41
Outros	27
IAC	dados em branco

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.586
Recursos em mandados de segurança coletivos	15
Recursos em ações populares	dados em branco
Recursos em ações de improbidade administrativa	dados em branco
Recursos em ações civis públicas	17

Recursos em ações de desapropriação	45
Recursos em ações com preferência legal	315
Outros	4.198

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.586
Apelações cíveis	3.465
Agravos de instrumento	1.067
Outros	54

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	dados em branco
Ações penais	dados em branco
Inquéritos	dados em branco
Habeas Corpus	dados em branco
Revisões criminais	dados em branco
Outros	dados em branco

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	2
Apelações	2
Recursos em Sentido Estrito	dados em branco
Recursos em Habeas Corpus	dados em branco
Recursos em Mandado de Segurança	dados em branco
Embargos infringentes e de nulidade	dados em branco
Outros	dados em branco

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	dados em branco
Apelações	dados em branco
Ações penais	dados em branco
Inquéritos	dados em branco
Habeas Corpus	dados em branco
Outros	dados em branco

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	processos encontram-se sobrestados na Subsecretaria
Por IRDR	processos encontram-se sobrestados na Subsecretaria
Por IAC	processos encontram-se sobrestados na Subsecretaria
Por Arguição de Inconstitucionalidade	processos encontram-se sobrestados na Subsecretaria
Por Recurso Especial	processos encontram-se sobrestados na Subsecretaria
Por Recurso Extraordinário	processos encontram-se sobrestados na Subsecretaria

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	993
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	776
Agravos legais/regimentais	72
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	71
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	dados em branco
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	dados em branco

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	225
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	18

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	67
Ano anterior	2.264
2º ano anterior	946
3º ano anterior	228
4º ano anterior	111
5º ano anterior ou mais antigo	372

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	220
Ano anterior	1.418
2º ano anterior	1.258
3º ano anterior	551
4º ano anterior	187
5º ano anterior	103
6º ano anterior ou mais antigo	330

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	283
Ano anterior	993
2º ano anterior	654
3º ano anterior	596
4º ano anterior	278
5º ano anterior	177
6º ano anterior	124
7º ano anterior ou mais antigo	363

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	não há
Total como relator para o acórdão	não há

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	2.832
Total de Processos julgados	3.791
Total de Processos baixados	3.052
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-959
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-220

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	113
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na inspeção anterior	56
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.778
Processos julgados no ano anterior	3.423
Processos distribuídos no ano corrente	288
Processos julgados no ano corrente	424

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.103
Pendentes em 31/12/2021	90
Porcentagem de atendimento da meta	98,22%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

saldo pendente de julgamento 68 processos

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.586
Pendentes no último dia do mês anterior	132
Porcentagem de atendimento da meta	96,34%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.424
Pendentes no último dia do mês anterior	149

Porcentagem de atendimento da meta	105,25%
------------------------------------	---------

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2021	1
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	76,70
Taxa de congestionamento em 2021	61,04
Taxa de congestionamento em 2022	62,69

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

não se aplica

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	10
3429 - Alteração de local especialmente protegido	dados indisponíveis
3619 - Crimes contra a Fauna	dados indisponíveis
3621 - Da Poluição	dados indisponíveis

3622 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
3623 - Atividades Nucleares	dados indisponíveis
3624 - Caça	dados indisponíveis
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	dados indisponíveis
3627 - Pesca	dados indisponíveis
3651 - Crimes Agrários	dados indisponíveis
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	dados indisponíveis
9583 - Arrendamento Rural	dados indisponíveis
10016 - Inspeção Fitossanitária	dados indisponíveis
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	dados indisponíveis
10085 - Água e/ou Esgoto	dados indisponíveis
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	dados indisponíveis
10091 - Terreno de Marinha	3
10094 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10095 - Águas Públicas	dados indisponíveis
10102 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10103 - Terreno Aldeado	dados indisponíveis
10104 - Restituição de área - FUNAI	2
10105 - Demarcação	1
10106 - Recursos Minerais	dados indisponíveis
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	1
10110 - Meio Ambiente	dados indisponíveis
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	dados indisponíveis
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	dados indisponíveis
10113 - Flora	dados indisponíveis
10114 - Fauna	dados indisponíveis
10115 - Transgênicos	dados indisponíveis
10116 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	dados indisponíveis
10119 - Gestão de Florestas Públicas	dados indisponíveis
10396 - Ambiental	dados indisponíveis
10397 - Sanitárias	dados indisponíveis
10438 - Dano Ambiental	dados indisponíveis

10986 - Crime contra a administração ambiental	dados indisponíveis
11822 - Mineração	dados indisponíveis
11823 - Reserva legal	dados indisponíveis
11824 - Recursos Hídricos	dados indisponíveis
11825 - Poluição	dados indisponíveis
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	dados indisponíveis
11827 - Zona Costeira	dados indisponíveis
11828 - Área de Preservação Permanente	dados indisponíveis
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	dados indisponíveis
11830 - Patrimônio Cultural	dados indisponíveis
11836 - Parcelamento do Solo	dados indisponíveis
11841 - Política Agrícola	dados indisponíveis
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	dados indisponíveis
11862 - Saneamento	dados indisponíveis
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	1
9994 - Indenização por dano ambiental	dados indisponíveis
3424 - Usurpação de águas	dados indisponíveis

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Não se aplica

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	dados indisponíveis
Pendentes no mês anterior	dados indisponíveis
Percentual de cumprimento da meta	dados indisponíveis

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. Foi determinado o (a) cumprimento das recomendações do item 11 do relatório, relacionadas aos processos inspecionados. Foi, ainda, determinado que se adotasse (b) plano de julgamento para redução do número de processos (primeiro julgamento) e de embargos de declaração conclusos, bem como (c) plano com vistas ao cumprimento da Meta 1 do CNJ.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

(a) Quanto aos processos relacionados no item 11, foram adotadas as providências determinadas, sendo que os 4 últimos processos pendentes de julgamento foram pautados para a sessão de 29/6/2021. (b) e (c) No que diz respeito aos embargos de declaração, foi implementada a meta individual de inclusão de 2 a 3 processos por servidor em cada pauta. Manteve-se o acompanhamento da produtividade semanal de 7 a 8 minutos por servidor. Em relação aos servidores que têm enfrentado dificuldade no atingimento da meta individual, realizamos reuniões individuais na tentativa de identificar causas e buscar soluções que permitam atender ao padrão do Gabinete. O resultado positivo em relação ao cumprimento da Meta 1 de 2021 foi expressivo, obtendo-se o percentual de 186,64% de atendimento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações foram cumpridas. Esclarecemos que os 4 processos pendentes de julgamento foram julgados na sessão de 29/6/2021 ou na sessão seguinte, sendo que o proc. n. 0000358-31.2015.4.03.6139 transitou em julgado em 3/8/2021 e os demais encontram-se tramitando em razão de oposição de embargos de declaração. Em relação à Meta 1, o percentual de atendimento no ano de 2021 foi de 186,64%. No que diz respeito aos embargos de declaração, será necessário ainda emvidar esforços para reduzir a taxa de congestionamento, pois, apesar de terem sido empreendidas ações para inclusão em pauta de embargos de declaração em quantitativo maior - o que efetivamente foi realizado -, notamos que houve entrada maior em razão do aumento da produtividade, o que nos obrigou a corrigir a estratégia e avaliamos a necessidade de realizar ajuste no plano de redução de acervo de recursos internos.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 1 foi cumprida em percentual de 186,64%. Atingiu-se a Meta 2-B (ref. ano 2017) no percentual de 112,29%, sendo que a Meta 2-A (ref. 2016) tem taxa de cumprimento de 98,22%. A Meta 12 teve taxa de cumprimento de 44,44%. Em relação à Meta 2, os feitos já se encontram localizados e identificados com o nome do servidor designado para encaminhamento regular no Gabinete, tendo sido a equipe orientada a imprimir celeridade aos feitos. No que diz respeito à Meta 12, os feitos foram identificados e serão priorizados.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Os feitos distribuídos são imediatamente triados e recebem etiquetas com dados sobre data de distribuição, assunto, servidor designado, etc. Aos servidores são atribuídos assuntos específicos, independentemente da via processual utilizada pelas partes, alguns destacados para temas diversos em razão da competência da Primeira Seção. Há arquivos com pasta de modelos elaborados pelo Desembargador Carlos Francisco (a partir de minutas feitas pelos servidores), organizados por temas, os quais são sistematicamente ampliados e atualizados, servindo de parâmetros que ficam disponíveis à equipe. Há mecânica de informação e atualização definidas em temas pelo sistema de precedentes, bem como foi desenvolvida planilha com temas sobrestados, a fim de orientar o trabalho da equipe. Há reuniões periódicas com toda a equipe, para reavaliação da mecânica de trabalho e metas, além de contínuo e permanente diálogo direto com os servidores para solução de problemas específicos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Claudia de Amorim Lupo.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Adotou-se forma de trabalho por especialidade, respeitado o perfil de cada servidor, ficando responsável pela análise do feito cuja discussão envolva a matéria que lhe foi atribuída, independentemente da classe processual. Atualmente, o Gabinete conta com 15 servidores dedicados à área fim, sendo que um deles tem atribuição também voltada à parte administrativa, em auxílio à chefia de gabinete, além de organização da triagem de feitos, confecção de despachos e decisões interlocutórias e eventualmente confecção de votos. O Gabinete conta com um agente de segurança que exerce atividades exclusivamente relacionadas à atribuição de seu cargo.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Durante a pandemia do novo coronavírus (que gera a Covid-19), o Gabinete trabalhou em regime de trabalho remoto extraordinário, com a possibilidade de 100% da lotação em regime não presencial. A partir de 4/4/2022, com o retorno das atividades à forma presencial ordinária, foi adotado o trabalho remoto em percentual máximo permitido para os Gabinetes. Desse modo, o Gabinete conta com 11 servidores em regime de teletrabalho e os demais em regime presencial, devendo ser respeitados os objetivos de produtividade definidos por regramentos e por estratégias de gestão interna.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho integral em Gabinetes não é permitido neste Tribunal, de modo que 20% da lotação devem permanecer no regime presencial. Assim, para que todos os interessados pudessem ser contemplados, foi estipulado rodízio entre os servidores que devem permanecer no presencial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Estabeleceu-se a meta mínima de 7 minutas semanais de relatório/voto/acórdão de primeiro julgamento (agravos de instrumento e apelações), em regime presencial, não incluídas as decisões monocráticas (para temas sem complexidade), as minutas de tutelas e liminares em sede de agravo de instrumento e embargos declaratórios, observada a respectiva matéria de responsabilidade do servidor. Levaram-se em conta os elementos extraídos de dados estatísticos (notadamente, o quantitativo de distribuição mensal de feitos), o número de servidores, bem como o grau de dificuldade e de complexidade da matéria. Nos termos do art. 27 da Resolução n. 370/2020, pretendeu-se obter, com o trabalho remoto, o incremento da produtividade em até 30%, conjugando-se o interesse do servidor que busca obter maior bem-estar em trabalhar em sua residência. Considerando que a meta presencial é de 7 minutas, estabeleceu-se inicialmente a inclusão em pauta de, ao menos, 8 minutas por semana, o que corresponde a um aumento de 15% da produtividade.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A checagem de produtividade é feita a cada movimentação para inclusão de feitos em pauta (em regra, quinzenal). Há uma combinação de aspectos quantitativos/qualitativos, verificados pelo Desembargador quando da análise das minutas para disponibilização para julgamento pela Turma ou para assinatura. Também é elaborado quadro de produtividade por servidor, para verificar o cumprimento individual das metas, para dar suporte àqueles que estão com dificuldades e para redesenho das estratégias de trabalho. Quando constatado que o servidor não atinge as metas, a abordagem inicial é o diálogo, buscando soluções para otimizar a produtividade, e até mudança de matéria e treinamento específico para a dificuldade apresentada. Persistindo o descumprimento das metas por eventual falta de adaptação do servidor às necessidades da unidade julgadora, a comprometer o desempenho da produtividade, será buscada solução mediada pelo Setor de Recursos Humanos, a fim de promover a realocação em área adequada ao seu perfil.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Os feitos distribuídos são imediatamente triados por servidores designados para essa atribuição, sendo um responsável pelos agravos de instrumento e o outro pelas apelações e demais classes processuais. Após a análise dos autos, os feitos recebem etiquetas com informação sobre ano e mês de distribuição; assunto e suas especificidades; nome do servidor designado para exame; e, se for o caso, indicação da Meta em que se insere. O feito é encaminhado para a tarefa analisar tipo de decisão

a proferir, a partir de onde cada servidor faz a análise inicial e impulsiona o processo para as tarefas seguintes (minutar ato judicial ou preparar relatório e voto), observadas as prioridades legais, metas e urgências. Em sendo minutado relatório/voto/acórdão a partir de modelos ou orientações, os autos do processo seguem para a tarefa aptos para julgamento, fase em que serão conferidos pelo Desembargador. As minutas de decisão unipessoal são encaminhadas para conferência e assinatura do Desembargador.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O acervo é composto por feitos eletrônicos. Após a triagem, os autos dos processos são encaminhados à tarefa de analisar tipo de decisão a proferir. Nessa tarefa está localizada a maior parte do acervo, atualmente. Mediante etiquetagem são organizados por matéria, identificação do servidor responsável e fase processual. A localização dos feitos é realizada mediante filtros de etiquetas. É a partir dessa tarefa que o servidor faz a análise inicial e, a partir de critérios (prioridades, metas etc.), impulsiona os autos do processo para as tarefas seguintes (minutar ato judicial ou preparar relatório e voto). Os filtros de etiquetas permitem busca por assunto, servidor responsável e fase processual, viabilizando a gestão do Gabinete. Os feitos com petições juntadas são recepcionados na tarefa recebidos da unidade processante, cujo acompanhamento se dá frequentemente para verificação de urgências. Os feitos adiados nas sessões, assim como pedidos de vistas, aguardam em tarefa específica.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Com exceção das metas de produtividade individuais (definidas pelo Gabinete) do CNJ e prioridades (verificadas a cada movimentação para pauta, em regra quinzenal), o controle do acervo, movimentações, prioridades, EDs, agravos internos e urgências é feito, em regra, mensalmente, de modo a se identificar entradas e saídas de processos e feitos prioritários, buscando manter o equilíbrio do acervo nas perspectivas de quantidade e qualidade. A checagem das condições do acervo é realizada mediante análise dos dados estatísticos extraídos do BI, Relatórios do PJe e controles feitos pelo próprio Gabinete. Com a técnica implantada de etiquetagem dos processos por ano/mês de distribuição, tem-se controle facilitado dos feitos inseridos na Meta 2. Os servidores, recentemente, passaram a preencher relatório (em regra, quinzenal), indicando a evolução no cumprimento de metas (notadamente do CNJ). Os quantitativos de EDs e agravo interno são controlados mediante a etiquetagem e também pela análise de feitos na tarefa EDS.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Fixou-se meta individual mínima de confecção de 7 minutas semanais, buscando-se, assim, obter o equilíbrio do acervo, sem comprometer a qualidade do trabalho, sendo que houve elevação de, ao menos, 8 minutas em razão do trabalho remoto. A meta coletiva mínima, para a fase inicial dos trabalhos da equipe do Gabinete, foi estimada em 170 minutas de primeira decisão por cada quinzena. Posteriormente, houve

aumento para 200 minutas de primeiro julgamento e mais 50 minutas de embargos de declaração (quantidade estimada como suficiente para atender à média de distribuição de processos novos e ainda reduzir o acervo).

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há recompensas individuais pelo alcance de metas. A produção qualitativa e quantitativa é tida pela equipe como consequência das obrigações éticas e jurídicas dos servidores para com o serviço público, e também dentro de padrões de respeito profissional que procura ser construída com diálogo entre todos os membros, sistematicamente estimulada pelo Desembargador.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

O trabalho é desenvolvido com vistas a manter o equilíbrio do acervo, observando-se a quantidade de entrada e saída de feitos e a qualidade das decisões. As metas do CNJ e prioridades legais são observadas e monitoradas a partir da avaliação da produtividade individual e global do Gabinete e executadas pela elaboração de minutas (pelo Desembargador e por servidores), resultando em elaborações de metas individuais e coletivas de decisões e de votos. Quanto aos feitos prioritários, tem-se como critério o julgamento no prazo de 6 meses.

18. São utilizadas decisões terminativas?

A quantidade de decisões terminativas é reduzida, adotando-se tal julgamento somente nas estritas hipóteses do art. 932 do CPC. É entendimento do Desembargador o uso restrito dessa competência, para evitar retrabalhos atinentes ao julgamento de agravos internos. Portanto, com interpretação comedida do art. 932 do CPC, busca-se otimizar o tempo de tramitação do feito em favor de um único julgamento colegiado.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Utiliza-se pasta de modelos, organizadas por temas, os quais são sistematicamente ampliados e atualizados, ficando disponíveis em arquivos de fácil acesso à equipe. Esses modelos são elaborados pelo Desembargador, exclusivamente ou a partir de uma minuta elaborada pelos servidores das áreas respectivas (aspecto que proporciona o domínio do tema pela equipe). Quando o Desembargador elabora pessoalmente o modelo, são feitas reuniões com a equipe para explicação do conteúdo e de possíveis variáveis que necessitam de ajustes.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

À medida em que o trabalho é desenvolvido pelo servidor, identifica-se eventual necessidade de capacitação. Nesse particular, além de cursos sistematicamente oferecidos pelas Escolas Judiciárias, há um contínuo e permanente diálogo de servidores com o Desembargador, não só para a solução de problemas específicos

das decisões que serão minutadas mas para a compreensão global das matérias sob a jurisdição da 1ª Seção do TRF. Nos diálogos entre o Desembargador e a equipe está a orientação sobre métodos de elaboração de minutas (indicando teoria do Direito adotada, papéis do ordenamento e da jurisprudência na formação do entendimento, e parâmetros para compreensão de aspectos documentais e de fato, aspectos de linguagem e de formatação para elaboração de decisões e de votos).

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle de feitos sobrestados é realizado mediante alimentação de planilha à disposição dos servidores, aos quais se recomenda a consulta periódica. Além disso, há o compartilhamento de informações, com a equipe, a respeito dos julgados que aguardam definição de tese por parte dos Tribunais superiores. Os processos suspensos ficam localizados na Subsecretaria processante e, tão logo seja cessado o sobrestamento, os feitos retornam ao Gabinete para regular impulso processual. Os temas sobrestados relativos à 1ª Seção desta Corte são os seguintes: (a) Em relação ao Órgão Especial desta Corte foi determinado sobrestamento no Proc. Paradigma: 0017610-97.2016.4.03.0000 (NUT: IRDR n. 4.03.1.000001) e Proc. paradigma 0000453-43.2018.4.03.0000 (NUT: 4.03.1.000004); (b) quanto ao STJ: Temas 731, 977, 981, 997, 1008, 1012, 1016, 1033, 1039, 1079, 1080, 1086, 1088, 1095, 1102, 1116; (c) e em relação ao STF: 736, 881, 885, 966, 976, 1016, 1022, 1031, 1046, IRDR-14 (TJ-SP).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A Meta 3 é objeto de forte observância nas competências da 1ª Seção, notadamente em feitos envolvendo a Caixa Econômica Federal, sobre o que há ações coordenadas pela Central de Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

A equipe deste Gabinete foi formada entre os meses de fevereiro e março de 2020, em vista da posse do Desembargador em 6/2/2020, desde então praticamente tomado pela dinâmica excepcional da pandemia decorrente da Covid-19. Não houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Como acima mencionado, feitos adiados nas sessões, assim como pedidos de vistas, aguardam em tarefa específica de feitos, sendo prioridade do Desembargador elaborar os votos correspondentes, superando os entraves que provocaram os adiamentos e pedidos de vistas.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A Jurisprudência da Corte é sempre consultada quando da confecção de modelos e periodicamente pelo servidor que cuida da matéria, tendo em vista a necessidade de sempre manter atualizada a jurisprudência de referência. Utiliza-se ferramenta de pesquisa disponibilizada no site do CJF e, de forma secundária, a ferramenta de pesquisa do PJe. Faz-se também o acompanhamento da jurisprudência específica da 1ª Seção, por ocasião da participação do Desembargador Carlos Francisco nas sessões de julgamento estendido, nos termos do art. 942 do CPC, oportunidade que tem o Gabinete de acompanhar o desfecho dos processos em que se instaurou divergência na 1ª Turma e 2ª Turmas. A verificação é feita pelo próprio Desembargador e também pelos servidores na conferência de itens que estão relacionadas à matéria de sua atribuição.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Nas sessões de julgamento, disponibiliza-se o teor dos votos para os demais julgadores com antecedência que permita a análise em tempo razoável, conforme orientações fixadas pelas Subsecretarias processantes.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

A realização das sessões segue o cronograma estipulado pela Presidência da 2ª Turma e da 1ª Seção e ocorrem em ambiente do PJe. O Desembargador Federal Carlos Francisco, via de regra, acessa o Painel do magistrado um dia antes da sessão para iniciar a votação. Na semana anterior à votação, o Gabinete procede à análise preliminar das minutas disponibilizadas pelos relatores e cada servidor, dentro da matéria que lhe foi designada, envia os apontamentos pertinentes ao Dr. Carlos Francisco.

28. A unidade possui plano de gestão?

O Gabinete adota práticas de gestão que visam diminuir a taxa de congestionamento, buscando-se obter o equilíbrio do acervo (entradas e saídas) com a qualidade do trabalho, conforme detalhamento acima explanado.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em relação aos recursos humanos, observa-se que a reposição de servidores não tem sido célere. Quanto aos recursos materiais, apresentam-se satisfatórios.
b) gestão do trabalho	Tem se desenvolvido de forma regular, tendo se observado evolução positiva no desenvolvimento do trabalho, com a adequada identificação das estratégias que necessitam de correção de rumo.

c) resultados	Os resultados têm se mostrado favoráveis, com diminuição da taxa de congestionamento. Houve redução do acervo em percentual aproximado de 13% (item 4.2), destacando-se a redução do estoque de feitos pendentes de primeiro julgamento.
---------------	--

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo é a redução do acervo à luz das metas de gestão do Gabinete, do CNJ e prioridades legais, de forma a obter-se fluxo de processos equilibrado. Houve evolução positiva na redução do acervo e, nos últimos 12 meses o fluxo de processos apresentou saldo negativo de 959, verificando-se uma taxa de congestionamento decrescente (78,35% em 12/2020 reduzido, em 12 meses, para 64,46%). É premente a necessidade da redução do quantitativo de EDs pendentes. Devido à implantação de plano de redução, houve aumento significativo de EDs pautados, pois, em 2020, o quantitativo (aproximado) correspondeu a 468 feitos e em 2021 alcançou-se 970. Apesar do incremento significativo, o quantitativo pendente manteve-se estável. Isso porque houve aumento da entrada de EDs, em decorrência do aumento da produtividade de feitos de 1º julgamento (em 2020 foram pautados 2.659 e, em 2021, foram 3.717), resultando em elevação do número de EDs. Persegue-se melhor desempenho no cumprimento da Meta 2, buscando superar a taxa obtida em 2021.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Em relação aos embargos de declaração pendentes, observou-se que, mesmo com o incremento do número de embargos de declaração incluídos em pauta para julgamento, o quantitativo não apresentou redução significativa, o que nos leva a adotar estratégia diferenciada para impulsionar o fluxo dessa classe de feitos. Assim, ajustaremos o plano para redução do acervo dessa classe processual, elevando o quantitativo a ser pautado por cada servidor, de modo a reduzir o passivo de embargos de declaração em período inferior a um ano. No que diz respeito aos processos incluídos na Meta 2, os feitos foram identificados em planilha com indicação do servidor responsável pelo seu encaminhamento dentro de prazo razoável, orientando-se o regular encaminhamento, conjugando-se esse objetivo com a manutenção da produtividade. A expectativa é que o preenchimento de planilha por cada servidor (em regra, quinzenal) sirva de referência individual da meta a ser vencida.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante a pandemia, o Gabinete funcionou integralmente em regime de trabalho remoto. Os benefícios do trabalho remoto não são objetivamente certos em se tratando de comunicação de grupo e de produtividade, sobretudo por conta da infraestrutura que cada profissional dispõe em seu ambiente doméstico, embora tenha sido a medida imperativa no momento excepcional vivido. O Gabinete, que antes não adotava o trabalho remoto, com o retorno às atividades ordinárias, passará a adotar teletrabalho

em percentual máximo permitido pela Administração, com monitoramento ativo para obter resultados positivos. A adoção da ferramenta Microsoft Teams deve permanecer para as reuniões da equipe e contato com setores do TRF, bem como atendimento aos advogados, especialmente daqueles que encontram maior dificuldade de se locomover até a cidade de São Paulo.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle de feitos sem movimentação é feito mediante exame em cada tarefa, podendo ser verificada a ordem cronológica de entrada de feitos na tarefa. Também se recorre à etiqueta que identifica mês e ano de distribuição, o que, conjugado, com outras informações, indicam os feitos com situação mais sensível em relação ao tempo de tramitação. A equipe de servidores está ciente que, dentre as medidas prioritárias, está o andamento de feitos processuais paralisados injustificadamente. A mensuração do tempo máximo de paralisação aceitável está diretamente relacionada com o volume de trabalho, apresentando aspecto dinâmico, devendo ser progressivamente ajustado às qualificações dos servidores para o domínio completo da matéria da 1ª Seção. Considerando a quantidade de processos existentes no acervo, bem como a distribuição média atual e as metas de produtividade individual, a rigor, um processo não poderia ficar sem julgamento por mais de 24 meses.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5005319-51.2018.4.03.6000	14/8/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5013027-42.2020.4.03.0000	22/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Decisão proferida em 11/4/2022 - prejudicado o recurso. Arquivado definitivamente em 18/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5013384-22.2020.4.03.0000	26/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento da 2ª Turma de 17/5/2022. Incluso na sessão de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5023900-04.2020.4.03.0000	27/8/2020	12135-Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Incluso na sessão de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5023191-66.2020.4.03.0000	9/10/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção

Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Decisão julgando prejudicado o recurso em 9/5/2022. Processo em dia.		
5002780-65.2021.4.03.0000	11/2/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão proferida em 11/4/2022 - prejudicado o exame do agravo interno. Publicação da decisão em 6/5/2022. Processo em dia.		
5009226-84.2021.4.03.0000	28/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho proferido em 23/3/2022 - sobrestado - Tema 1.079 STJ. Decurso de prazo em 10/5/2022. Processo em dia.		
5000706-14.2021.4.03.9999	19/2/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 26/5/2022. Incluso na sessão de 31/5/2022. Processo em dia.		
5024957-95.2017.4.03.6100	29/1/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000249-15.2016.4.03.6100	9/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5014619-29.2017.4.03.0000	15/8/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Decisão concedendo efeito suspensivo ao recurso em 27/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5009325-29.2017.4.03.6100	31/1/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5004034-21.2017.4.03.6109	24/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000445-52.2017.4.03.6131	29/5/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 22/2/2022 - Acórdão publicado em 7/3/2022. Certidão de trânsito em julgado em 10/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0000897-41.2006.4.03.6000	13/10/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 180 (cento e oitenta) dias. Julgar em 120 (cento e vinte) dias. Meta 2 CNJ.		

0002406-65.2015.4.03.6105	6/7/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Decisão em embargos de declaração em 8/2/2022. Conclusão para julgamento do agravo interno em 11/3/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
5000190-51.2017.4.03.6113	22/6/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5005770-04.2017.4.03.6100	8/3/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0024074-20.2009.4.03.6100	15/2/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0024891-40.2016.4.03.6100	9/5/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração acolhidos em 19/4/2022. Publicação de decisão em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000521-30.2017.4.03.6114	11/1/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5029829-52.2019.4.03.0000	14/11/2019	37-Embargos de Terceiro
Observação/Providência: Proferida decisão para cancelamento da distribuição em razão do equívoco na autuação e da duplicidade com a Apelação Cível 0001280-63.2009.4.03.6113 em 27/7/2022. Publicação da decisão em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5005132-30.2020.4.03.0000	4/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão proferida em 11/4/2022 - prejudicados os embargos de declaração. Publicação da decisão em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0022008-05.1988.4.03.6100	10/7/2000	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Decisão homologando a restauração de autos em 19/4/2022. Publicação da decisão em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5027608-62.2020.4.03.0000	13/10/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Proferida decisão - apreciado pedido de tutela. Decisão julgando prejudicado o recurso em 11/4/2022. Publicação da decisão em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5024548-86.2017.4.03.0000	18/12/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Lançado o resultado de julgamento em 25/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Publicação em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0023681-85.2015.4.03.6100	22/3/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5006211-49.2017.4.03.0000	11/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração opostos em 3/1/2018. Incluso na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0007765-95.2012.4.03.6106	23/12/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5015119-95.2017.4.03.0000	21/8/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001542-16.2018.4.03.0000	5/2/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000171-12.2016.4.03.6103	15/3/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5014001-50.2018.4.03.0000	21/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Aclaratórios inclusos na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5002852-36.2017.4.03.6000	8/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 23/3/2022, encaminhando a outro Gabinete para análise de eventual prevenção. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000556-07.2018.4.03.6000	19/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 28/3/2022, analisando questões incidentais. Conclusão para julgamento em 6/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5001680-16.2018.4.03.6100	26/2/2018	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento da 2ª Turma de 3/5/2022. Acórdão em 5/5/2022. Publicação de acórdão em 11/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000475-11.2016.4.03.6103	15/12/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Incluso na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5003424-46.2018.4.03.6100	2/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 15/3/2022. Acórdão em 17/3/2022. Publicação em 24/3/2022. Decurso de prazo em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5001992-90.2017.4.03.6111	20/2/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Incluso na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000009-44.2017.4.03.6115	8/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000001-54.2018.4.03.6108	11/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000453-86.2018.4.03.6133	6/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Incluso na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5001297-02.2018.4.03.6112	7/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Incluso na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0010422-96.2010.4.03.6100	18/3/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0020203-31.1999.4.03.6100	9/12/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0004600-05.2005.4.03.6100	5/6/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0044101-69.2009.4.03.6182	7/11/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000688-54.2011.4.03.6111	28/12/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0041430-25.1999.4.03.6182	28/5/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000357-18.2005.4.03.6003	3/11/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0027310-29.1999.4.03.6100	31/5/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 28/3/2022 - remetidos os autos para Vice-Presidência. Processo concluso no Gabinete da Vice-Presidência para admissibilidade recursal de Agravo em RE. Processo não inspecionado, por não estar na unidade. Incluir na próxima autoinspeção.		
0010835-85.2005.4.03.6100	16/3/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Conclusão em 11/10/2019. Inclusão em pauta em 6/5/2021. Adiado em sessão no dia 2/6/2021. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0020864-58.2009.4.03.6100	31/8/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 26/5/2022. Incluso na pauta de 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0007309-39.2012.4.03.6109	12/2/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0027118-23.2004.4.03.6100	10/12/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0006320-07.2010.4.03.6108	21/6/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0001451-25.2010.4.03.6100	30/5/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 23/3/2022. Concluso para decisão em 18/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0000672-37.2010.4.03.6111	19/7/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão proferida em 3/2/2022 - acolhidos embargos de declaração. Certidão de trânsito em julgado e baixa ao juízo de origem em 26/4/2022. Processo em dia.		
0014370-19.2011.4.03.6130	16/5/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000205-17.2018.4.03.6135	25/10/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0012841-21.2003.4.03.6105	11/6/2007	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Despacho manifestando a concordância com a redistribuição do presente feito em 11/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0008422-31.2007.4.03.6100	3/7/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5011872-04.2020.4.03.0000	15/5/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Estima-se a prolação de decisão ou inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Petição de tutela cautelar incidental em Mandado de segurança apresentada em 5/10/2021. Analisar em 10 (dez) dias.		
0006754-81.2005.4.03.6104	10/10/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0016475-69.2005.4.03.6100	8/8/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0002465-64.2003.4.03.6108	21/5/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0023353-79.2007.4.03.9999	16/7/2007	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000114-50.2019.4.03.0000	27/6/2019	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Parecer do MPF sobre juízo de admissibilidade e conclusão para análise judicial em 10/6/2021. Proceder com juízo de admissibilidade em 30 (trinta) dias.		
0042603-98.2007.4.03.9999	10/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5024818-42.2019.4.03.0000	26/9/2019	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Conclusão para análise judicial inicial em 1º/7/2021. Proceder com juízo de admissibilidade em 30 (trinta) dias.)		
0316249-63.1997.4.03.6102	28/10/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não está no gabinete, a relatoria é do Des. Fed. Cotrim Guimarães. Processo não inspecionado, por não estar na unidade. Incluir na próxima autoinspeção.		
0002628-58.2000.4.03.6105	27/2/2002	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 31/5/2022. Incluso na pauta de 31/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0022333-37.2012.4.03.6100	31/3/2014	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Previsão de julgamento em 5/5/2022. Acórdão em 9/5/2022. Publicação em 11/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0102362-08.1998.4.03.9999	14/12/1998	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 22/2/2022 - Acórdão publicado em 4/3/2022. Processo concluso no Gabinete da Vice-Presidência para admissibilidade recursal de RE. Processo não inspecionado, por não estar na unidade. Incluir na próxima autoinspeção.		
0001604-83.1995.4.03.6100	3/2/1997	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Estima-se a inclusão em pauta de julgamento de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias. Embargos de declaração conclusos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0569036-82.1983.4.03.6100	26/6/1998	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 29/3/2022. Acórdão em 12/7/2022. Publicação em 5/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		

PROCESSOS INCLUSOS NO SINSP DE REPATRIAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000549-65.2021.4.03.0000	18/1/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Segredo de Justiça. Acórdão em 25/4/2022. Ato ordinatório em 27/4/2022. Publicação do ato ordinatório em 5/5/2022. Processo em dia.		
5002092-46.2020.4.03.6109	17/11/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Segredo de Justiça. Ato ordinatório em 19/4/2022. Publicação do ato ordinatório em 25/4/2022. Deliberado em sessão o seu adiamento em 25/4/2022. Processo em dia.		
5008872-29.2020.4.03.6100	6/5/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Segredo de Justiça. Acórdão em 6/5/2022. Processo em dia.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 76 (setenta e seis) processos selecionados, 73 (setenta e três) foram inspecionados, ressalvando 3 (três) feitos eletrônicos (0027310-29.1999.4.03.6100, 0316249-63.1997.4.03.6102 e 0102362-08.1998.4.03.9999) que não foram analisados por não estarem localizados na unidade inspecionada. Destes, todos são eletrônicos. Foram ainda acrescentados à inspeção 3 (três) processos eletrônicos referentes à repatriação de crianças e adolescentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5005319-51.2018.4.03.6000	5024957-95.2017.4.03.6100	5000249-15.2016.4.03.6100
5009325-29.2017.4.03.6100	5004034-21.2017.4.03.6109	5000190-51.2017.4.03.6113
5005770-04.2017.4.03.6100	5000009-44.2017.4.03.6115	5000001-54.2018.4.03.6108
0010422-96.2010.4.03.6100	0020203-31.1999.4.03.6100	0004600-05.2005.4.03.6100
0044101-69.2009.4.03.6182	0000688-54.2011.4.03.6111	0041430-25.1999.4.03.6182
0000357-18.2005.4.03.6003	0010835-85.2005.4.03.6100	0007309-39.2012.4.03.6109
0027118-23.2004.4.03.6100	5000205-17.2018.4.03.6135	

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processo concluso há mais de 180 dias):

0000897-41.2006.4.03.6000

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

0024074-20.2009.4.03.6100	5000521-30.2017.4.03.6114	0023681-85.2015.4.03.6100
0007765-95.2012.4.03.6106	5015119-95.2017.4.03.0000	5001542-16.2018.4.03.0000
5000171-12.2016.4.03.6103	0006320-07.2010.4.03.6108	0014370-19.2011.4.03.6130
0008422-31.2007.4.03.6100	0006754-81.2005.4.03.6104	0016475-69.2005.4.03.6100
0002465-64.2003.4.03.6108	0023353-79.2007.4.03.9999	0042603-98.2007.4.03.9999
0001604-83.1995.4.03.6100		

d) Proceder com o juízo de admissibilidade em 30 dias dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) (processos conclusos há mais de 30 dias):

5024818-42.2019.4.03.0000	0000114-50.2019.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

e) Decidir tutela de urgência cautelar em Mandado de Segurança em até **10 dias** (processo **concluso** há mais de 15 dias):

5011872-04.2020.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Primeiramente, registra-se que, por ocasião da visita ao gabinete do Desembargador Federal Carlos Francisco, no dia 12/5/2022, às 10h, a equipe da inspeção foi recebida com cordialidade pelo magistrado e pelos servidores presentes, que se apresentaram solícitos na prestação das informações e dos esclarecimentos junto à unidade inspecionada, frisando-se a presteza da assessoria, nas pessoas de Cláudia Lupo e Júlio Silva.

A par das respostas contidas no questionário da unidade e das verificações resultantes das entrevistas, constatou-se estarem os dados relatados congruentes à realidade do gabinete, mormente no tocante à gestão dos processos e dos recursos humanos. Merece retificação, apenas, no tocante ao item 10 (dez), do questionário da inspeção, tendo em vista que foi informado existirem 15 (quinze) servidores dedicados à área-meio, quando, na verdade, trata-se de área-fim. Deste modo, onde se lê **“Atualmente, o Gabinete conta com 15 servidores dedicados à área-meio...”**, leia-se, **“Atualmente, o Gabinete conta com 15 servidores dedicados à área-fim...”**

Ressalte-se que o Desembargador Carlos Francisco integra a 1ª Seção - 2ª Turma há pouco mais de 2 (dois) anos (janeiro/2020), sendo que, tão logo, sobreveio a pandemia do Covid-19, com as restrições dela advindas. Quando promovido, o Desembargador Carlos Francisco não trouxe consigo, inicialmente, a sua equipe originária, mas, tão somente, 2 (duas) pessoas, em março/2020. Os demais servidores são oriundos de Gabinetes com competência em matéria previdenciária, razão pela qual foi apontada, como dificuldade primeira, a readaptação dos servidores para desenvolver os trabalhos, já que a 2ª Turma cuida de matéria majoritariamente de Direito Privado.

Sobre o ponto, insta destacar que, não obstante ao episódio da pandemia e seus efeitos, a equipe, juntamente com o magistrado, desde a assunção da 2ª Turma, envidam todos os esforços para conhecer e se inteirar do total de acervo assumido, bem como para obter o controle e a organização do Gabinete, nos dois principais aspectos que norteiam a administração: gestão de processos e de pessoas, de modo que transcendeu a efetividade da metodologia inicialmente utilizada, permeada no binômio tempo/empenho, para a manutenção do equilíbrio da produtividade.

No contexto, foi informada a adoção, como metodologia para fins de conhecimento prévio e organização do acervo assumido, de mais de 5.000 (cinco mil) processos, as seguintes providências: a) priorização no cumprimento da Meta 1 do CNJ); b) priorização dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) e dos pedidos considerados urgentes; c)

estabelecimento de metas de produtividade semanal, de pelo menos 7 (sete) e 8 (oito) processos no trabalho presencial e remoto, respectivamente, além da média global de 200 (duzentos) processos por sessão; d) elaboração de gráficos estatísticos para acompanhamento coletivo do acervo e da produtividade; e) divisão dos processos por classe/matéria, respeitada a escolha, pelos servidores, quanto à afinidade nos assuntos, incluído todas as classes processuais, a exemplo de tutelas de urgências e agravos internos; f) utilização de 1 (um) servidor exclusivamente para a triagem de processos.

Destacou-se, ainda, a não utilização, pelo gabinete, de decisões monocráticas, para não inviabilizar a celeridade processual, ante a conseqüente oposição de recursos internos.

Ressaltou-se, ademais, que, em face do evidente crescimento do número de embargos de declaração, advindos da priorização do julgamento de recurso principal, acrescentou-se à meta individual o julgamento de, no mínimo, 3 (três) aclaratórios.

Com relação à gestão de pessoas, foi informado que o quadro permanente do gabinete está incompleto, com 16 (dezesesseis) servidores lotados e com 2 (duas) vagas a serem preenchidas, 1 (uma) de Analista Judiciário e 1 (uma) de Agente de Segurança. Atualmente, há 1 (uma) estagiária, de nível superior, que auxilia nos embargos de declaração e despachos, havendo, ainda, interesse da gestão em adquirir outros estagiários.

Ainda no tocante à gestão de pessoas, a par das respostas do questionário de inspeção, integralmente ratificadas na entrevista presencial, destacou-se que o gabinete realiza reuniões com os servidores, por videoconferência e/ou outros meios eletrônicos, para fins de detectar eventuais dificuldades e dirimir dúvidas. Não há sistema de bonificação adotado, quando do cumprimento de metas. Se não houver o cumprimento da meta, procede-se a uma conversa individual, sempre analisando a complexidade do processo e outras nuances correlatas.

Na análise processual dos feitos selecionados para a inspeção, verificou-se que as ocorrências mais numerosas, e com recomendação, são no sentido de estarem conclusos por mais de 360 dias, o que equivale a, aproximadamente, 26,3% dos processos analisados. Na sequência, aproximadamente, 47,3% dos processos inspecionados estão em ordem ou em dia, ainda que, em algumas fases, tenham ocorrido atrasos na tramitação, e o percentual de 21% se refere à conclusão de embargos de declaração, por mais de 45 dias. Os aproximados 5,2%, remanescentes dizem respeito a outras ocorrências relativas a excesso de tramitação, em 10, 30 e 180 dias.

Como boas práticas, listou-se que o gabinete adota as seguintes sistemáticas de controle: a) a confecção de planilhas para o controle dos processos sobrestados; b) a acessibilidade do Desembargador na orientação pessoal de cada servidor, na elaboração de minutas, bem como o saneamento de dúvidas atinentes à matéria; c) a

disponibilização de modelos de decisões, através do sistema *Teams*, com acesso para todos os assessores, visando à celeridade na produtividade, à uniformização e à qualidade das decisões; d) a elaboração de um relatório dos processos pautados dos outros Desembargadores, pelos servidores, com a finalidade de possibilitar melhor compreensão da pauta.

No que concerne às dificuldades apontadas, foram reforçados os seguintes pontos: a) a demora na reposição dos servidores para as vagas eventualmente existentes; b) a complexidade para o atingimento do quórum da sessão, principalmente na ampliada, por causa da diminuição do número de integrante das Turmas da 1ª Seção, de 4 (quatro) para 3 (três) julgadores, havendo necessidade de interrupções de férias do magistrado para composição do quórum; c) considerando que a Meta 12 do CNJ envolve matéria de direito ambiental, o sistema não identifica com clareza os respectivos feitos pertinentes.

Foram estas as principais e relevantes constatações.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 3.932 (três mil, novecentos e trinta e dois) para 3.485 (três mil, quatrocentos e oitenta e cinco). Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 5.402 (cinco mil, quatrocentos e dois) feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 4.688 (quatro mil, seiscentos e oitenta e oito).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco), na última inspeção, para 993 (novecentos e noventa e três), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução, em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 18 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 19 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Elaborar planejamento estratégico de gestão de processos, a fim de viabilizar a redução do acervo e do tempo médio de tramitação processual, com possibilidade de realização de mutirão interno, para análise dos feitos em maior quantidade e com maior

tempo de tramitação, principalmente os relativos aos embargos de declaração represados.

c) Elaborar planejamento de gestão de pessoas, para promover o compartilhamento de dificuldades e oferecimento de sugestões de melhorias na gestão do acervo processual, mediante encontros e reuniões periódicos presenciais com toda a equipe do Gabinete.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JÚNIOR

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nery Junior

2.2 Turma

Terceira Turma/Segunda Seção/Órgão Especial

2.3 Competência

Feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nery da Costa Junior

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

João José Montezino - Chefe de Gabinete
André Costa Ferraz - Assessor

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	7.223
Processos suspensos/sobrestados	574
Processos conclusos	5.394
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	368

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.223
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.744
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.394
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.909
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	574
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.691

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	140
Mandados de segurança	14
IRDR	2
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	23
Reclamações	4
Ações rescisórias	26
Outros	71

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.082
Recursos em mandados de segurança coletivos	14
Recursos em ações populares	11
Recursos em ações de improbidade administrativa	69
Recursos em ações civis públicas	132
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	352
Outros	6.511

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.082
Apelações cíveis	4.814
Agravos de instrumento	1.918
Outros	350

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	2
Por Recurso Extraordinário	2

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	624
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	544
Agravos legais/regimentais	47
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	45
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	584
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	86

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	89
Ano anterior	1.796
2º ano anterior	781
3º ano anterior	599
4º ano anterior	442
5º ano anterior ou mais antigo	660

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	280
Ano anterior	1.332
2º ano anterior	908

3º ano anterior	385
4º ano anterior	304
5º ano anterior	254
6º ano anterior ou mais antigo	441

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	437
Ano anterior	1.829
2º ano anterior	767
3º ano anterior	582
4º ano anterior	255
5º ano anterior	188
6º ano anterior	149
7º ano anterior ou mais antigo	1.153

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	15
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	12

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	401
Total como relator para o acórdão	26

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.133
Total de Processos julgados	2.724
Total de Processos baixados	2.602
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	409
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	531

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	84
Total de feitos não regularizados	19

Total de feitos verificados na inspeção anterior	58
Total de feitos não regularizados	3

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.017
Processos julgados no ano anterior	2.954
Processos distribuídos no ano corrente	372
Processos julgados no ano corrente	446

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.399
Pendentes em 31/12/2021	1.688
Porcentagem de atendimento da meta	69,79%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Atendida em 102,67%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.050
Pendentes no último dia do mês anterior	1.817
Porcentagem de atendimento da meta	64,47%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.480
Pendentes no último dia do mês anterior	220
Porcentagem de atendimento da meta	100,40%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	58
Pendentes em 31/12/2021	17
Porcentagem de atendimento da meta	121,47%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	77
Pendentes no último dia do mês anterior	33
Porcentagem de atendimento da meta	93,07%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	73,72
Taxa de congestionamento em 2021	73,32
Taxa de congestionamento em 2022	71,79

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	24
Pendentes em 31/12/2021	3
Porcentagem de atendimento da meta	125,71%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados não informados pela estatística do TRF3
Pendentes no último dia do mês anterior	Dados não informados pela estatística do TRF3
Porcentagem de atendimento da meta	Dados não informados pela estatística do TRF3

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
A unidade está comprometida com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, ciente das responsabilidades decorrentes do cumprimento de sua função de utilidade pública. Entre as ações do Gabinete, destaca-se: 1. Constante incentivo à solução consensual das demandas; 2. Priorização do julgamento das demandas relacionadas: à prestação de assistência social (enquadradas na Competência da 2ª Seção); à responsabilidade do Estado na prestação de serviços de saúde; a matérias ambientais; à pandemia de Covid-19.	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados não informados pela estatística do TRF3

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O sistema de inteligência artificial para organização de minutas (SIGMA) foi criado no âmbito deste gabinete e disponibilizado a todo o tribunal. O gabinete faz uso deste e de todos os demais recursos tecnológicos disponibilizados pelo TRF3, incluindo o atendimento aos advogados por video-chamada.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	0
Pendentes no mês anterior:	0
Percentual de cumprimento da meta:	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

i) Promover o julgamento dos processos inspecionados em até 60 dias. ii) Promover o andamento dos 8 processos apontados, assim que sanados os equívocos de digitalização. iii) Cumprir as metas do CNJ (não atingidas pelo gabinete anterior). iv) Procurar ritmo mais forte, dentro do possível, em relação à diminuição do acervo, ao julgamento dos processos mais antigos, e à inversão do fluxo processual. O ritmo de julgamento deve procurar se aproximar das médias dos demais gabinetes de igual competência (listadas no item anterior).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

i) Os processos inspecionados foram julgados, com exceção de dois, que já estão incluídos em pauta. ii) Foi determinada a regularização dos equívocos de digitalização, quase todos já sanados. Os pendentes estão sendo acompanhados pela subsecretaria processante. iii e iv) Foi imposto ritmo mais forte para redução do acervo e cumprimento das metas, culminando na melhor produtividade entre os Gabinetes da Terceira Turma no último ano.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

A regularização dos equívocos de digitalização depende de empresa terceirizada contratada pelo Tribunal.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Apenas a Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016) não foi integralmente cumprida (69,79%), enquanto a Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017) foi atingida em 102,67%.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho do Gabinete centraliza-se na triagem dos processos realizada pelo chefe de gabinete, que os encaminha a servidores treinados especializados em matérias específicas. Os servidores aplicam os modelos já aprovados pelo Assessor e pelo Desembargador, fazendo uso especialmente de ferramenta de centralização dos modelos com uso de inteligência artificial desenvolvida no Gabinete, o SIGMA, aprovado no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

André Costa Ferraz e João José Montezino

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A distribuição dos processos é diária, obedecendo o critério da matéria. O chefe de gabinete realiza a triagem dos processos e insere etiqueta com o assunto e o nome do servidor especializado na matéria. Os servidores aplicam os modelos já aprovados pelo Desembargador e pelo Assessor por meio de ferramenta de centralização dos modelos: o SIGMA. A ferramenta utiliza inteligência artificial para gestão dos modelos e foi desenvolvida por servidor do próprio gabinete, tendo vencido o Prêmio Inovare 2021. Os processos são organizados com etiquetas virtuais no PJe indicando as matérias, prioridades legais, metas do CNJ e o servidor responsável pela minuta.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente há 13 servidores em teletrabalho e 3 presenciais (além dos dois agentes de segurança).

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente o teletrabalho é integral para todos os servidores que estão neste regime.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério para a fixação de cotas se dá por vários aspectos tais como complexidade das matérias, quantidade de casos semelhantes, familiaridades dos servidores com as matérias.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Acompanhamento diário através de planilha individualizada com quantidade de votos, decisões e despachos. Em caso de não cumprimento de cotas são feitas reuniões individuais para ajustes e cobranças.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O acervo encontra-se integralmente digitalizado.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são etiquetados no PJe com a identificação do servidor, matéria, Metas do CNJ, prioridade, etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Por meio de etiquetas específicas no PJe.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Não há metas individuais. Em razão da complexidade e diversidade das matérias abrangidas por esta Seção, é difícil estipular metas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. São utilizadas etiquetas do PJe em todos os processos com indicação de preferência ou prioridade. Com base em listagens fornecidas periodicamente pelo Setor de Estatística do Tribunal, são etiquetados também os processos incluídos nas Metas

1, 2, 4 e 6 do CNJ, para acompanhamento e cumprimento, com fixação de prazo para os servidores.

18. São utilizadas decisões terminativas?

São poucas as decisões terminativas, já que o atual CPC restringiu as hipóteses de cabimento de decisões monocráticas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos de minutas são inseridos no sistema SIGMA, atualmente integrado ao PJe, que utiliza inteligência artificial para gerenciamento e identificação do modelo mais adequado ao caso.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Com a redução na oferta de cursos pelo próprio Tribunal, atualmente a capacitação dos servidores ocorre principalmente em cursos particulares, por conta e iniciativa dos próprios servidores. A Assessoria costuma indicar cursos e obras aos servidores, de acordo com a matéria de especialização.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle interno de sobrestamento é feito por etiquetas no PJe, além da fase do processo pela qual o Setor de Estatística gera relatórios.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Nos últimos meses foram mais de 350 processos de Planos Econômicos encaminhados ao Gabinete da Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Houve convocação do Juiz José Francisco da Silva Neto para substituição durante as férias do Desembargador no mês de fevereiro.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Ressalvados casos de maior complexidade, sempre que possível os pedidos de vista são levados na primeira sessão subsequente à sessão em que foi feito o pedido de vista. Com o advento do PJe, os pedidos de vista diminuíram consideravelmente, haja vista a facilidade de lançar o voto na própria sessão.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de pesquisa às bases de dados de jurisprudência do Tribunal, por e-mail do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes/NUGE e pela troca de informações entre os gabinetes.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Por conta das restrições impostas pela pandemia do Covid-19, as sessões de julgamento ocorrem de forma eletrônica por videoconferência pelas plataformas Microsoft Teams ou Cisco Meeting, com oportunidade de realização de sustentação oral pelo advogados. Os processos são lançados no painel do PJ-e, onde os magistrados lançam seus votos. Eventualmente ocorrem sessões sem videoconferência, apenas com processos sem pedido de sustentação oral e sem oposição dos advogados ao julgamento virtual.

28. A unidade possui plano de gestão?

Embora não elabore uma peça formal, o Gabinete define anualmente as práticas, planos e estratégias baseadas na experiência e resultados obtidos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A gestão de pessoal e de recursos materiais é coordenada pelo Chefe de Gabinete e pelo Assessor, sob supervisão do Desembargador e com o apoio operacional dos setores responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas e controle de materiais deste tribunal.
b) gestão do trabalho	Periodicamente são definidos planos de trabalho e produtividade objetivando atingir as metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, bem assim a efetiva prestação jurisdicional.
c) resultados	Os resultados cresceram consideravelmente no último ano e atendem às expectativas.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O cumprimento das Metas do CNJ e a prestação jurisdicional com qualidade e celeridade.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Maior incentivo à qualificação e especialização dos servidores. Reuniões mais frequentes para troca de conhecimento, orientações e esclarecimento de dúvidas. Aprimoramento do banco de modelos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O maior número de servidores em teletrabalho acarretou um grande aumento de produtividade, com recorde histórico de processos julgados. A realização de sessões e atendimento aos advogados por videoconferência facilitou o acesso à justiça.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Periodicamente são geradas listas de feitos por ordem de antiguidade, com preferência e prioridade no processamento, com base nas quais são planejadas as atividades, de modo a atender ao disposto no art. 12 do CPC, bem como cumprir as metas do CNJ.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0006701-93.2016.4.03.0000	4/4/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto para inclusão em pauta futura.		
0004276-55.2014.4.03.6114	5/4/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a pauta de julgamento prevista para 1º/6/22.		
0016877-34.2016.4.03.0000	21/9/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado por maioria para afastar a necessidade de IDPJ e determinar o retorno dos autos ao relator para julgamento do mérito do recurso. Processo encontra-se em tarefa equivocada no PJe, aberto chamado para regularização e posterior prosseguimento.		
0002466-93.2015.4.03.6119	26/9/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura, observando-se que a liminar deferida incidentalmente foi no sentido de expedição de CND, inclusive com informação de cumprimento por parte da Fazenda Nacional.		
5010144-59.2019.4.03.0000	24/4/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que apreciou pedido de efeito suspensivo à apelação.		
5029306-40.2019.4.03.0000	11/11/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto para inclusão em pauta futura.		

5023875-25.2019.4.03.0000	17/9/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que apreciou embargos de declaração.		
5000112-24.2016.4.03.6103	24/8/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento de 4/5/22.		
5000264-17.2017.4.03.6110	22/8/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado pelo Desembargador Federal Carlos Muta, relator para o acórdão, para a sessão de 4/5/22.		
5009477-77.2017.4.03.6100	1º/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de julgamento de 1º/6/22.		
5001090-86.2017.4.03.6128	2/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5000281-50.2017.4.03.0000	27/1/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5024554-93.2017.4.03.0000	18/12/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto para inclusão em pauta futura.		
0020985-14.1994.4.03.6100	21/5/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para resposta ao agravo interno interposto.		
1200937-96.1995.4.03.6100	9/4/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com despacho determinando a manutenção de sobrestamento anteriormente determinado. Planos econômicos.		
0004557-45.2008.4.03.6106	18/2/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encontra-se no gabinete da Conciliação aguardando prazo para a CEF se manifestar sobre o acordo apresentado.		
0038121-68.2011.4.03.9999	21/9/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0000628-70.2005.4.03.6118	2/3/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi retirado de pauta para ajustes no voto e será reincluído em pauta futura.		
0005628-83.2011.4.03.6104	16/7/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0034119-16.2010.4.03.0000	8/11/2010	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5019021-85.2019.4.03.0000	26/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de decisão de efeito suspensivo ao apelo.		
5019024-40.2019.4.03.0000	26/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo no qual já foi indeferido o pedido de efeito suspensivo à apelação interposta nos autos da ação principal que aguarda elaboração de voto para inclusão em pauta futura.		
5006035-02.2019.4.03.0000	13/3/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que apreciou pedido de efeito suspensivo à apelação.		
5029118-47.2019.4.03.0000	8/11/2019	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de decisão no qual se instaurou IRDR.		
5004323-40.2020.4.03.0000	21/2/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que analisou o pedido de efeito suspensivo à apelação.		
5004861-21.2020.4.03.0000	2/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que apreciou pedido de efeito suspensivo à apelação.		
5032632-08.2019.4.03.0000	16/12/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que analisou pedido de efeito suspensivo à apelação interposta.		
5032894-55.2019.4.03.0000	18/12/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de despacho que abriu prazo para resposta ao agravo interno interposto.		
0009623-10.2016.4.03.0000	24/5/2016	1731-Investigação contra magistrado
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta acerca de petição indagando sobre como proceder em relação as armas apreendidas.		
5018798-34.2020.4.03.6100	10/12/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com voto-vista já apresentado. Encontra-se aguardando assinatura de inteiro teor de acórdão.		
0001531-02.2014.4.03.6115	10/11/2015	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Voto-vista apresentado pelo Desembargador Federal Carlos Muta na sessão de 23/3/22, encontrando-se o feito sobrestado por força do artigo 942 do Código de Processo Civil.		
5002064-79.2018.4.03.6002	11/2/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com voto-vista já proferido, encontra-se na tarefa equivocada no PJe. Aberto chamado para regularização de tarefa para posterior encaminhamento para assinatura de acórdão.		
0017627-70.1996.4.03.6100	28/4/2004	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto para inclusão em pauta futura.		
0038340-28.2007.4.03.6182	23/6/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Encontra-se em fase equivocada no PJe. Aberto chamado para regularização e posterior assinatura de acórdão.		
5025911-73.2019.4.03.6100	20/11/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Encontra-se na tarefa equivocada do PJe (adiados e retirados). Aberto chamado junto ao setor competente para regularização da tarefa. Após, será encaminhado para assinatura de acórdão.		
0012059-46.2005.4.03.6104	1º/4/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para resposta aos embargos de declaração apresentados.		
0012926-31.2008.4.03.6105	25/9/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para resposta aos embargos de declaração apresentados.		
0001200-57.2007.4.03.6182	28/5/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no próximo peço dia, 25/4/22, para julgamento previsto para dia 1º/6/22.		
0000831-04.2015.4.03.6111	10/8/2015	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Trata-se de Embargos de declaração opostos nos embargos de declaração opostos nos embargos de declaração opostos pela impetrante. Os embargos foram retirados de pauta pelo então relator à época e encontra-se em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0005181-45.2014.4.03.6119	12/09/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0006203-64.2015.4.03.6100	5/12/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto de embargos de declaração para inclusão em pauta futura.		
5009288-95.2019.4.03.0000	15/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de despacho intimando a agravante acerca de eventual perda de objeto do recurso.		
5027391-87.2018.4.03.0000	9/9/2020	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo redistribuído por prevenção ao Desembargador Federal Marcelo Saraiva em 9/9/2020.		
5000761-57.2019.4.03.0000	21/1/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5031645-06.2018.4.03.0000	14/12/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto de embargos de declaração para inclusão em futura pauta de julgamento.		
5000230-46.2016.4.03.6120	18/7/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso de publicação de acórdão.		
5001837-57.2016.4.03.6100	10/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para julgamento na sessão de 1º/6/22.		
5000668-20.2017.4.03.6126	23/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 2/2/22 com prazo de publicação de acórdão em curso.		
5000006-16.2017.4.03.6107	24/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 23/3/22. Aguardando publicação de acórdão.		
5000285-78.2017.4.03.6114	17/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5000308-85.2017.4.03.6126	20/12/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase final de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5000607-31.2017.4.03.6104	16/1/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de 1º/6/22.		
5002421-02.2017.4.03.6000	30/1/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo adiado para elaboração de ajustes no voto e posterior reinclusão em pauta de julgamento.		
5000737-46.2017.4.03.6128	2/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será julgado na sessão de 18/5/22.		
5002607-16.2017.4.03.6100	1º/12/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo adiado para ajustes no voto para posterior reinclusão em pauta de julgamento.		
5004475-93.2017.4.03.0000	19/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será retirado de pauta na sessão de 4/5/22 para apreciação de pedido de desistência.		

5000614-14.2017.4.03.6107	13/3/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo encontra-se em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5000822-15.2019.4.03.0000	22/1/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão proferida em pedido de efeito suspensivo à apeleção.		
5007819-14.2019.4.03.0000	1º/4/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de decisão de pedido de efeito suspensivo ao apelo.		
5019723-31.2019.4.03.0000	2/8/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Julgamento da apeleção no processo principal foi adiada para ajustes no voto para posterior inclusão em pauta futura, com prejudicialidade do pedido de efeito suspensivo pleiteado.		
5006922-87.2017.4.03.6100	2/9/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de julgamento de 1º/6/22.		
0032401-13.2017.4.03.9999	9/10/2017	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto para inclusão em pauta futura.		
0007289-78.2008.4.03.6112	24/5/2012	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0021579-29.2001.4.03.6182	24/1/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0023400-32.2015.4.03.6100	10/11/2017	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de 1º/6/22.		
0043269-51.2000.4.03.6182	19/1/2005	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de 1º/6/22.		
0003362-88.2005.4.03.6119	28/8/2007	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0035058-59.2011.4.03.0000	12/3/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferido despacho arquivando os autos em face do trânsito em julgado da decisão de não provimento do recurso especial interposto pela impetrante nos autos que originaram o mandado de segurança.		

5029140-08.2019.4.03.0000	8/11/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que apreciou pedido de tutela cautelar antecedente.		
5014821-98.2020.4.03.0000	4/6/2020	12375-Reclamação
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de decisão de pedido de liminar em reclamação.		
5030239-47.2018.4.03.0000	30/11/2018	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto de agravo interno interposto de decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao apelo.		
5007630-02.2020.4.03.0000	3/4/2020	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5018511-38.2020.4.03.0000	8/7/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo aguardando assinatura de decisão que apreciou pedido de tutela de urgência antecipada.		
0019655-74.2016.4.03.0000	24/10/2016	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo com decisão terminativa já publicada aguardando prazo para manifestação.		
5022357-63.2020.4.03.0000	11/8/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de decisão de pedido de tutela cautelar antecedente.		
0030514-86.2015.4.03.0000	23/12/2015	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto de agravo interno para inclusão em pauta futura.		
5032913-61.2019.4.03.0000	18/12/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
5005631-82.2018.4.03.0000	22/3/2018	244-Reclamação
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de decisão de pedido de liminar em reclamação apresentada.		
5000010-05.2018.4.03.6144	11/5/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo foi adiado para ajustes no voto e reinclusão em pauta futura.		
0030141-74.2004.4.03.6100	8/6/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta para inclusão em pauta futura.		
0034209-82.1995.4.03.6100	3/8/1998	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto de embargos de declaração para inclusão em pauta futura.		

5005010-17.2020.4.03.0000	3/3/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto para inclusão em pauta de julgamento futura.		
5032605-25.2019.4.03.0000	16/12/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de voto de agravo interno de decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à apelação para inclusão em pauta futura.		
5015649-94.2020.4.03.0000	11/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo em fase de elaboração de minuta de pedido de tutela antecedente.		
5003211-02.2021.4.03.0000	18/2/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo com prazo em curso de despacho para apresentação de contraminuta de agravo interno interposto.		
5028799-16.2018.4.03.0000	16/11/2020	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Processo com prazo em curso de despacho determinando que se aguarde o depósito judicial do valor do precatório.		
0006155-72.1996.4.03.6100	17/6/2003	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho intimando parte ré a se manifestar sobre pedido de desistência de co-autor.		
0044302-07.1995.4.03.6100	22/8/2002	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho mantendo o sobrestamento anteriormente determinado. Planos econômicos.		
0011545-57.1995.4.03.6100	31/3/1998	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho determinando a manutenção do sobrestamento do feito anteriormente determinado. Planos econômicos.		
0007377-46.1994.4.03.6100	16/4/2001	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo se encontra no Gabinete da Conciliação aguardando prazo para a CEF se manifestar sobre se remanesce interesse no acordo.		
1101558-58.1995.4.03.6109	19/2/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo se encontra na Gabinete da Conciliação para tentativa de acordo.		
0005679-68.1995.4.03.6100	1º/12/2004	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo encontrava-se distribuído erroneamente à Desembargadora Federal Mônica Nobre. Já proferiu despacho determinando a redistribuição a este gabinete. Encontra-se na distribuição aguardando cumprimento da determinação. Já pedimos urgência.		
0018870-78.1998.4.03.6100	24/10/2000	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de 1º/6/22.		
0205668-77.1994.4.03.6104	11/9/1996	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo com prazo em curso de despacho intimando para resposta aos embargos de declaração apresentados.		
0074055-48.1991.4.03.6100	16/4/1999	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo será incluído no peço dia de 25/4/22 para a sessão de 1º/6/22.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 95 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo todos eles eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos localizados com agravo interno há mais de 30 dias)

0034119-16.2010.4.03.0000

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5032913-61.2019.4.03.0000	5032605-25.2019.4.03.0000	5030239-47.2018.4.03.0000
5024554-93.2017.4.03.0000	0006701-93.2016.4.03.0000	0002466-93.2015.4.03.6119
5000281-50.2017.4.03.0000	0000628-70.2005.4.03.6118	5000285-78.2017.4.03.6114
5002421-02.2017.4.03.6000	5000737-46.2017.4.03.6128	5002607-16.2017.4.03.6100
0021579-29.2001.4.03.6182	5007630-02.2020.4.03.0000	0030514-86.2015.4.03.0000
0030141-74.2004.4.03.6100	5004475-93.2017.4.03.0000	0032401-13.2017.4.03.9999
0007289-78.2008.4.03.6112	0005679-68.1995.4.03.6100	

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos localizados com embargos de declaração há mais de 45 dias):

5001090-86.2017.4.03.6128	0038121-68.2011.4.03.9999	0005628-83.2011.4.03.6104
0001200-57.2007.4.03.6182	0000831-04.2015.4.03.6111	0005181-45.2014.4.03.6119

d) Promover o andamento em 30 dias (processos sem andamento há mais de 30 dias):

0016877-34.2016.4.03.0000	5019021-85.2019.4.03.0000	5019024-40.2019.4.03.0000
0012059-46.2005.4.03.6104	0012926-31.2008.4.03.6105	5019723-31.2019.4.03.0000
0035058-59.2011.4.03.0000		

e) Assinar acórdão em 30 dias (processo pendente de lavratura de acórdão).

0038340-28.2007.4.03.6182

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Às 14 horas e 30 minutos do dia 5 de maio de 2022, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Nery Junior, pelo Chefe de Gabinete João José Montezino e pelo Assessor André Costa Ferraz para realização da entrevista.

Em resposta aos questionamentos da equipe da Corregedoria-Geral, foram obtidas as seguintes informações prestadas por Sua Excelência e pelos servidores referenciados acerca do funcionamento do gabinete.

O gabinete conta atualmente com 18 servidores, todos eles atuando na atividade-fim, e um estagiário.

O gabinete realiza, de imediato, a triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. Os processos são etiquetados por assunto, identificado em caso de prioridade legal e designado para o servidor responsável pelo assunto abordado de acordo com a aptidão e capacidade de cada um. Relatou-se que diante da quantidade de matérias compreendidas pela competência da Turma que o Desembargador compõe, cada servidor fica responsável por mais de um assunto.

Cada servidor é encarregado de analisar os autos e elaborar a minuta dos processos de sua respectiva matéria levando-se em consideração a complexidade de cada matéria. O número varia e é estabelecido pelo chefe de gabinete ao fazer a distribuição interna, devendo os servidores prestar contas de sua produção diariamente por meio de comunicação com o chefe de gabinete.

As minutas são submetidas ao assessor para posteriormente serem encaminhadas ao Desembargador.

A análise dos embargos de declaração e dos agravos internos é de responsabilidade do servidor que minutou a decisão recorrida, uma vez que ele já detém o conhecimento da questão de fundo ali debatida.

Os agravos de instrumento são trabalhados por dois servidores que ficam responsáveis pela análise do pedido das medidas de urgência, bem como pela análise do julgamento de mérito. Dos pedidos de liminar, são examinados efetivamente apenas aqueles considerados mais urgentes, em que haja perecimento de direito.

Os demais agravos de instrumento recebem despacho para apresentação de contraminuta e, após o decurso do respectivo prazo, são colocados em pauta de julgamento. Por conseguinte, são prolatadas poucas decisões apreciando o pedido de liminar em que pese a declaração dos servidores entrevistados no sentido de que o Desembargador determina que sejam analisados todos os pedidos de liminar.

O gabinete faz o controle de eventuais perdas de objeto dos agravos em tramitação e pendentes de julgamento do mérito, não existindo um controle rigoroso acerca da pendência de julgamento do mérito no caso de agravos com medida de urgência concedida.

Os processos são colocados em pauta apenas após a elaboração das minutas e revisão por parte do assessor.

Admite-se o teletrabalho no gabinete, com acompanhamento diário da produtividade. Em virtude da edição de nova resolução disciplinando a matéria, reduziu-

se de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite máximo de servidores em trabalho remoto.

O atendimento aos advogados é realizado pelo desembargador, por videoconferência ou presencialmente, com prévio agendamento, em dia específico da semana. As questões de andamento processual ou previsão de julgamento são respondidas pela própria assessoria.

Os poucos processos físicos existentes no gabinete foram todos recebidos da Vice-Presidência, não tendo sido digitalizados em virtude do encerramento e não renovação do contrato celebrado com a empresa até então encarregada dessa tarefa.

Havendo necessidade de sobrestamento de processos conclusos, em face da sistemática dos recursos repetitivos/repercussão geral, o sobrestamento é realizado na Secretaria sendo o julgamento do paradigma por ela acompanhado.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 4.987 para 5.394. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.909 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.394.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 325, na última inspeção, para 624, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 32 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Merece registro o elevado número de processos com pendência de análise de tutela provisória. Identifica-se como causa do acúmulo a tramitação de grande parte dos feitos até o julgamento do mérito sem a análise dos pedidos de tutela provisória, conforme se extrai da entrevista com a unidade.

35. RECOMENDAÇÕES

Além da referida recomendação, são medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Parece ser uma prática comum a alguns gabinetes da 3ª Turma a análise dos pedidos de liminares apenas quando há extrema possibilidade de perecimento do direito,

ficando as demais pendentes de apreciação, no aguardo do julgamento definitivo do próprio agravo, de modo que, em muitos casos verifica-se a perda do objeto, em face do julgamento do mérito em primeiro grau. Nessa linha, recomenda-se priorizar a análise dos pedidos de tutela provisória de urgência, pendentes de apreciação no gabinete.

a) Cumprir as recomendações do item 32, com atenção especial para o PJe. 0034119-16.2010.4.03.0000, pendente de julgamento do agravo interno oposto de liminar concedida em 26/11/2010, suspendendo medida cautelar fiscal, sem que, até o momento, passados 11 (onze) anos e 6 (seis) meses, tenha sido apreciado o agravo interno, ou, eventualmente, decidido definitivamente o agravo, bem como para o PJe. 0038121-68.2011.4.03.9999, que teve embargos de declaração opostos há 8 (oito) anos contra decisão monocrática do relator, que deu provimento à apelação, extinguindo a execução; e, por fim, ao agravo de instrumento de n. 5006333-86.2022.4.03.0000, distribuído em 7 de março deste ano, com pedido de atribuição de efeito suspensivo em caso de extrema urgência.

Quanto ao ponto, determina-se ao gabinete que justifique o atraso na apreciação dos feitos acima identificados.

Merecem destaque ainda os processo de n. 0005628-83.2011.4.03.6104 e 0000831-04.2015.4.03.6111 que pendem de julgamento de embargos de declaração por cerca de 5 (cinco) anos.

Finalmente, a título de destaque no item aqui analisado, deve-se atentar para a necessidade de julgamento dos processos 5024554-93.2017.4.03.0000; 0006701-93.2016.4.03.0000; 5000281-50.2017.4.03.0000; 5000285-78.2017.4.03.6114; 5000737-46.2017.4.03.6128; 5002607-16.2017.4.03.6100 e 5002421-02.2017.4.03.6000, que estão conclusos há aproximadamente 3 (três) anos, e os processos 0002466-93.2015.4.03.6119 e 0000628-70.2005.4.03.6118, pendentes de julgamento há 4 (quatro) anos, todos constantes do PJe.

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração que se encontram com um montante excessivo de feitos pendentes.

c) Envidar esforços para manter a quantidade de processos julgados maior que a de distribuídos, em cumprimento à Meta 1.

d) Priorizar o julgamentos dos feitos distribuídos até 31/12/2016 e 31/12/2017.

e) Apresentar voto-vista em 60 dias nos processos constante no PJe. de n. 5025660-85.2020.4.03.0000, 5026808-68.2019.4.03.0000; 5028436-92.2019.4.03.0000; 5025691-08.2020.4.03.0000; 5033821-84.2020.4.03.0000; 5020279-96.2020.4.03.0000, levados a julgamento em sessões realizadas em julho e agosto de 2021, com voto já proferido pelo Desembargador Federal Antonio Cedenho, relator à época e que foi sucedido pela Desembargadora Consuelo Yoshida.

f) Levar a julgamento em 60 dias o pedido de vista no PJe. de n. 5014813-92.2018.4.03.0000, levado a julgamento na sessão de 7/7/2021, com voto já proferido pelo Desembargador Federal Nelton dos Santos.

O gabinete tem um tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento menor do que a média do órgão colegiado. Enquanto o tempo médio na 2ª Seção equivale a 34 (trinta e quatro) meses, o tempo médio no gabinete inspecionado é de 32 (trinta e dois) meses.

O gabinete conseguiu julgar mais processos do que foram distribuídos no ano em curso, cumprindo, assim, nesse período, a Meta 1 do CNJ. Foram distribuídos 372 (trezentos e setenta e dois) processos e julgados 446 (quatrocentos e quarenta e seis) processos.

Houve, ainda, aumento no número de processos julgados em relação à inspeção passada. Na última inspeção, constatou-se o julgamento de 2.710 (dois mil, setecentos e dez) processos no período de 12 (doze) meses, e na atual inspeção foi constatado o julgamento de 2.724 (dois mil, setecentos e vinte e quatro) no mesmo período.

Contudo, em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 4.987 (quatro mil, novecentos e oitenta e sete) para 5.394 (cinco mil, trezentos e noventa e quatro) e, considerando o período de 12 (doze) meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, o gabinete contava com 3.909 (três mil, novecentos e nove) feitos, e, no mês anterior à inspeção, possuía 5.394 (cinco mil, trezentos e noventa e quatro).

Além disso, o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 325 (trezentos e vinte e cinco), na última inspeção, para 624 (seiscentos e vinte e quatro), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Assim, considerando: i) que a busca de meios para imprimir maior celeridade ao julgamento dos feitos constitui desafio constante; ii) o baixo índice de cumprimento da Meta 2 do CNJ, em relação aos demais integrantes do órgão fracionário, de acordo com os dados fornecidos pela unidade de estatística do tribunal inspecionado; iii) que existem processos com julgamento atrasado por vários anos, seja para julgamento, seja para análise de pedido de urgência; iv) que há atraso excessivo na apreciação de pedidos de liminar em agravos de instrumento e apelações (pedidos de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal); v) que não há efetivamente a apreciação de todos os pedidos de liminar, optando o gabinete por apreciar apenas os pedidos de liminar com extremo risco de perecimento de direito e vi) que o gabinete não passou por mudança de acervo no último ano, conclui-se pela necessidade de maior acompanhamento e controle dos feitos em tramitação no gabinete, com vistas a solucionar as pendências e ao cumprimento das metas.

Levando em conta que a inclusão no PAP é recomendável nas hipóteses em que sejam necessárias medidas como: a) o acompanhamento permanente e efetivo dos

processos inseridos nas metas anuais, b) a observância, tanto quanto possível, na ordem de julgamento, das prioridades estabelecidas por lei e a sequência cronológica de conclusão; c) a manutenção do número de processos julgados, de acordo com os critérios da Meta 1 do CNJ, chegando, ao menos, à média dos membros da mesma seção, no ano imediatamente anterior, no intuito de reduzir a taxa de congestionamento processual; d) julgar todos os processos incluídos na Meta 2 do CNJ, objetivando, no período de um ano, ajustar o acervo aos níveis médios dos membros da mesma seção, no ano imediatamente anterior, a fim de reduzir o acervo mais antigo; e) julgar os recursos internos e devolver as vistas no prazo de 90 (noventa) dias, para assegurar que a atenção aos índices anteriores leve à redução efetiva do acervo e do número de processos conclusos, nos termos do Provimento n. 6/2021/CG-CJF, sugere-se a inclusão do gabinete no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP.

É importante ressaltar que, nos termos do referido provimento, a inclusão no PAP não representa punição ou sanção ao magistrado ou sua equipe, sendo apenas um indicativo de que os processos de trabalho da unidade jurisdicional precisam ser revisados.

Recomenda-se, por fim, que na qualidade de Presidente da 3ª Turma designe com maior periodicidade sessões para o julgamento dos processos submetidos à técnica de julgamento ampliado do colegiado, na forma do artigo 942 do CPC, com uma distância menor de datas com relação ao que vem sendo estabelecido até o momento, a fim de se evitar o acúmulo excessivo de processos e a demora na prestação jurisdicional.

Ressalte-se que o último julgamento ampliado ocorreu em 12/12/2021, deixando de ser realizada a sessão marcada para 16/2/2022, e posteriormente remarcada para 19/4/2022, em face do ataque cibernético sofrido pelo Tribunal segundo informado pelo gabinete, de modo que a próxima sessão ampliada está marcada somente para 22/6/2022, 6 (seis) meses após a última realizada.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Muta

2.2 Turma

Membro do Órgão Especial do TRF/3ª Região; membro do órgão julgador da 2ª Seção do TRF/3ª Região; membro do órgão julgador da 3ª Turma do TRF/3ª Região (colegiado dentro da 2ª Seção).

2.3 Competência

3ª Turma, colegiado fracionário da 2ª Seção: direito público, ressalvada a competência da 1ª e 3ª Seções, incluindo matéria constitucional, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral, preços públicos e contribuições. 2ª Seção: dentro da respectiva especialização, CC's entre Juízes Federais vinculados ao Tribunal; IAC's, IRDR's, ações rescisórias (julgados de primeiro grau, Turmas internas ou da própria Seção), questões incidentais, reclamações e suspeições contra Desembargadores Federais (ressalvada a competência do Plenário). Órgão Especial: matérias previstas no artigo 11, II, do RI/TRF3, destacando-se escolher novos membros do Tribunal, instaurar e julgar procedimentos administrativos especiais e decidir sobre perda de cargo de Juiz Federal, processar e julgar crimes comuns e de responsabilidade de Juízes Federais e membros do MPF, MS's contra atos da própria Corte.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luis Carlos Hiroki Muta

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de Gabinete - Marta Fernandes Marinho Curia. Assessor I - Paulo José Saffioti Junior. Assessora II - Vanilda Aparecida Terra.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14 servidores efetivos (2 vagas em aberto, ainda remanescentes das 6 existentes quando da assunção do acervo em 4/2020)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1 (3 vagas em aberto)
Outros	2 agentes de segurança

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	4.230
Processos suspensos/sobrestados	987
Processos conclusos	2.548
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	55
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.230
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.320
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.548 (inclui processos com prazo em curso e/ou já pautados)

Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.673
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	987
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.134

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	58 (inclui processos já com primeiro julgamento)
Mandados de segurança	3 (inclui processos já com primeiro julgamento)
Conflitos de competência	16 (inclui processos já com primeiro julgamento)
Reclamações	2 (inclui processos já com primeiro julgamento)
Ações rescisórias	12 (inclui processos já com primeiro julgamento)
Outros	25 (inclui processos já com primeiro julgamento)
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.172
Recursos em mandados de segurança coletivos	10
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	52
Recursos em ações civis públicas	55
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	221
Outros	3.843

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.172
Apelações cíveis	2.581
Agravos de instrumento	1.361
Outros	230

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0
Recursos em Mandado de Segurança	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	119 (dado abrange processos sobrestados e reativados apenas para atos de mero expediente ou tentativa de acordo, sem possibilidade de julgamento dos EDs pendentes - ex: expurgos inflacionários)
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	70 (dado abrange processos sobrestados e reativados apenas para tentativa de acordo, sem possibilidade de julgamento dos EDs pendentes - ex: expurgos inflacionários)
Agravos legais/regimentais	6
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	5
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	1 (trata-se em verdade de juízo de retratação com julgamento interrompido - 942 CPC, já pautado)
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1 (trata-se em verdade de juízo de retratação com julgamento interrompido - 942 CPC, já pautado)

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	308 (inclui processos com decisão de tutela classificada equivocadamente como "despacho", bem como processos já pautados)
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	12 (inclui processos já pautados e aguardando sessão)

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	59 (2020)
Ano anterior	1.051 (2019)
2º ano anterior	90 (2018)
3º ano anterior	1 (2017)
4º ano anterior	0 (2016)
5º ano anterior ou mais antigo	33 (2015 ou mais antigo)

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	295 (2021)
Ano anterior	1.107 (2020)
2º ano anterior	213 (2019)
3º ano anterior	26 (2018)
4º ano anterior	1 (2017)
5º ano anterior	6 (2016)
6º ano anterior ou mais antigo	26 (2015 ou mais antigo)

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	315 (2022)
Ano anterior	1.413 (2021)
2º ano anterior	580 (2020)
3º ano anterior	125 (2019)
4º ano anterior	25 (2018)
5º ano anterior	6 (2017)
6º ano anterior	4 (2016)
7º ano anterior ou mais antigo	67 (2015 ou mais antigo)

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3 - ao momento, 1 com um julgamento interrompido (artigo 942, CPC), aguardando abertura de pauta própria; 1 pautado para 4/5; e um pautado para 18/5 (originalmente em mesa para 6/4, sessão cancelada em razão da indisponibilidade dos sistemas do TRF3)
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	3 - ao momento, 1 com um julgamento interrompido (artigo 942, CPC), aguardando abertura de pauta própria; 1 pautado para 4/5; e um pautado para 18/5 (originalmente em mesa para 6/4, sessão cancelada em razão da indisponibilidade dos sistemas do TRF3)

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	18

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.240 (de fevereiro/2021 a fevereiro/2022)
Total de Processos julgados	3.042 (de fevereiro/2021 a fevereiro/2022)
Total de Processos baixados	2.822 (de fevereiro/2021 a fevereiro/2022)
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	198 (de fevereiro/2021 a fevereiro/2022)
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	418 (de fevereiro/2021 a fevereiro/2022)

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.151 (mais 386 inclusões)
Processos julgados no ano anterior	2.987 (mais 693 exclusões e 175 sobrestamentos) - atendimento de 111,87% da meta.
Processos distribuídos no ano corrente	366 (mais 19 inclusões)
Processos julgados no ano corrente	400 (mais 57 exclusões e 1 sobrestamento) - parcial de 121,95% de atendimento da meta

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	788 (mais 699 inclusões)
Pendentes em 31/12/2021	395 - segundo o BI, sendo é integralmente referente a processos referentes a expurgos inflacionários reativados para eventual acordo, sem possibilidade de julgamento
Porcentagem de atendimento da meta	66,64%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Cumprimento percentual de 117,10%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.226 (mais 20 inclusões)
Pendentes no último dia do mês anterior	360 - 395 - segundo o BI, sendo é integralmente referente a processos referentes a expurgos inflacionários reativados para eventual acordo, sem possibilidade de julgamento
Porcentagem de atendimento da meta	69,32%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	923
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	116,24%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	25 (mais 2 inclusões)
Pendentes em 31/12/2021	2
Porcentagem de atendimento da meta	154,32%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	34
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	112,75%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	63,16
Taxa de congestionamento em 2021	61,31
Taxa de congestionamento em 2022	58,04

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	18
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
--	--

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	A Meta 6 não se aplica para a Justiça Federal em 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	A Meta 6 não se aplica para a Justiça Federal em 2022
Porcentagem de atendimento da meta	A Meta 6 não se aplica para a Justiça Federal em 2022

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica (competência diversa).
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica (competência diversa).
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica (competência diversa).
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica (competência diversa).
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica (competência diversa).
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica (competência diversa).

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica (competência diversa).
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica (competência diversa).
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica (competência diversa).

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica (competência diversa).
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica (competência diversa).
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica (competência diversa).

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

A Meta 9/2021 a princípio não atribuiu tarefas às unidades judiciárias isoladamente consideradas, dado o critério de cumprimento definido no Glossário do CNJ: "A meta

estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação para um dos 3 assuntos mais demandados correlacionado ao ODS (50% da meta) e executá-lo (50% da meta)". Esta unidade tampouco recebeu, durante o ano de 2021, qualquer demanda decorrente do plano de ação adotado pelo TRF3.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	dados indisponíveis na estatística do Tribunal.
--	---

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

As ações do Programa Justiça 4.0 são orientadas primordialmente à Administração da Justiça Federal da 3ª Região: "Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal." *Juízo 100% Digital; Núcleos de Justiça 4.0; Balcão Virtual; Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ); Codex. Até o momento esta unidade não recebeu qualquer incumbência referente às iniciativas referidas na descrição da meta.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica (competência diversa).
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica (competência diversa).
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica (competência diversa).

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: "a) Cumprir as recomendações constantes no item 11, acima" (movimentação de processos); e "b) manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos (Meta 2) e os com prioridade legal".

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todos os processos foram devidamente movimentados; b) a unidade manteve foco na Meta 2, porém, como salientado nos itens 5.2 a 5.5, atualmente o dado de

cumprimento é bastante impactado em razão da reativação de processos referentes a expurgos inflacionários, para intimação de interessados para tentativa de acordo - observação que pode ser confirmada pela variação de processos antigos em tramitação nos itens 4.13 a 4.15 (crescimento de processos distribuídos em anos mais antigos, significando reativações). Tais processos não podem ser julgados, e permanecem na tramitação ajustada por tempo considerável, no aguardo de prazo e tentativa de localização e intimação das partes, dificultada pelo substancial decurso de tempo e, adicionalmente, pela redução de diligências durante o período de pandemia. Tal cenário ocasiona a distorção do resultado, de modo que o descumprimento não reflete morosidade da prestação jurisdicional pela unidade.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

No tocante aos processos sobrestados reativados para acordo referidos acima, recentemente foi realizada força-tarefa para identificação e saneamento de qualquer eventual pendência a cargo da unidade, de modo a cumprir, ao limite, o que é possível a este gabinete. No mais, por padrão a equipe trabalha com seleção de quantitativo de processos de distribuição mais antiga para inclusão nas listagens de pauta para julgamentos, com foco da manutenção de bom perfil etário do acervo.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A parcial de 2016 da Meta 2/2021 não foi atendida, por circunstâncias detalhadas nas questões 6.2 e 6.3. A recém criada Meta 12/2021, igualmente, teve 77% de cumprimento. Embora, segundo o glossário, a meta fosse atendida com "impulso" de processos, a unidade segregou todos para efetivo julgamento, de modo que, em 31/12/2021, remanesciam 14 feitos na meta. Parte deles atualmente já foi julgada, de modo que, graças à estratégia de efetiva decisão em todos os feitos, a perspectiva é de cumprimento da Meta 12/2022 (cujo critério, diferentemente, é de julgamento de 20% do estoque de ações ambientais existentes) sem maiores dificuldades. No mais, todas as metas foram cumpridas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Foca-se a movimentação do estoque e urgências e elaboração de modelos para vazão de processos repetitivos, havendo tabela de precedentes e pasta de textos na nuvem disponibilizadas internamente. A equipe tem perseverado para atingir bons resultados frente à adversidade de ter retornado ao gabinete em 2020 (após biênio na Corregedoria Regional) com quase metade do quadro de lotação vago, posições

parcialmente preenchidas nestes dois anos, todas com servidores novos no Tribunal ou sem experiência de trabalho de gabinete, no contexto do isolamento decorrente da pandemia. A par disso, há grande dificuldade na utilização dos dados estatísticos disponibilizados no BI, prejudicando diagnósticos internos, questão já levada algumas vezes à área competente, sem sucesso. Tome-se, dentre muitos exemplos, o mês de fevereiro/22, em que o número de baixas superou o número de distribuições, mas apontou-se que o acervo aumentou, inexistindo elementos disponíveis para se identificar a respectiva causa.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luis Carlos Hiroki Muta - Desembargador Federal; Marta Fernandes Marinho Curia - Chefe de Gabinete; Paulo José Saffioti Junior - Assessor I.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O gabinete procura aproveitar as potencialidades da equipe, equacionando especialização dos servidores por matéria e alocação de processos e tarefas conforme dificuldade e aptidão de cada servidor. Há servidores encarregados da triagem de entrada do gabinete, incumbidos do processamento inicial dos feitos recebidos, bem como separação de casos de urgência. Também há força de trabalho alocada na elaboração de julgamentos monocráticos. O estoque processual recebido na assunção da unidade tem sido movimentado mediante seleção de processos para pauta de julgamento, bem como a partir de mutirões de triagem completa. Todas as minutas elaboradas, monocráticas ou de julgamento colegiado, são revisadas pelo Desembargador Federal ou pela equipe de gestão (chefia de gabinete e assessores I e II), para garantia qualitativa do conteúdo. A assessoria minuta processos de maior complexidade ou relevo, e a chefia de gabinete, com apoio de um servidor, concentra o gerenciamento de atividades-meio.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No momento 3 servidores trabalham em regime de teletrabalho integral. Ao momento do preenchimento deste relatório, todos os demais exercem atividades em regime híbrido, em revezamento, atendendo ao regramento expedido pela Presidência da Corte por força da pandemia sanitária, que exige que 20% do efetivo de todas as unidades compareçam presencialmente ao Tribunal, diariamente.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No momento, integral para 3 servidores, parcial para os demais membros da equipe.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A meta mensal do gabinete é calculada sobre a distribuição média da unidade, de modo a projetar que a produtividade sempre supere, com folga substancial, as entradas, com vistas à redução de acervo. Na divisão de quotas entre a equipe, em primeiro nível utiliza-se os critérios de especialização e dificuldade comentados na questão 10. Aos servidores em teletrabalho integral há um acréscimo de carga de trabalho de cerca de 20%.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A atribuição de tarefas a tais servidores é feita por lote de processos, com prazo pré-definido para finalização (entre 10 e 15 dias, na média), buscando-se sinergia entre o cronograma de pauta dos órgãos colegiados e a produção de minutas pela equipe. O descumprimento da cota é avaliado pessoalmente junto ao servidor, para apurar as causas do atraso, identificar dificuldades no sistema de trabalho ou mesmo eventuais contratemplos de caráter pessoal que possam haver prejudicado o rendimento no período avaliado. Não se identificou necessidade de qualquer sanção, até o momento.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos na tramitação ajustada do gabinete. O acervo não digitalizado remanescente corresponde a ínfima parcela dos feitos sobrestados.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

A 3ª Região adota a versão nacional do PJe homologada pelo CNJ, em que não é possível criar pastas para alocar processos. Diversamente, os processos são segregados por "tarefas" (que funcionam similarmente a pastas, mas são fixas e pré-determinadas pelo sistema) que correspondem, grosso modo, à etapa de tramitação em que se encontram. Assim, a especificação da triagem é feita com etiquetas, indicativas da classe processual, matéria abordada, cabimento de decisão monocrática, necessidade de providências específicas e, quando o caso, anotação para futura atribuição a servidor específico.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Há servidores alocados para a triagem de entrada dos processos, encarregada de processamento inicial e separação de processos para decisão de tutelas de urgência. O estoque processual existente quando da assunção do acervo tem sido movimentado a partir de mineração de processos para pauta de julgamento, o que é feito segundo critérios próprios conforme o caso: concentração do acervo sobre determinada matéria, seleção de processos inclusos em metas do CNJ (mediante consulta de listagem no BI), processos mais antigos, etc. Adicionalmente, realiza-se mutirões de triagem em auxílio à força de trabalho encarregada da revisão e etiquetagem do acervo anterior.

Embargos de declaração e agravos internos, de regra, são incluídos imediatamente em mesa na próxima sessão ou, pontualmente, pautados para as primeiras sessões futuras (casos de vista à parte embargada ou complexidade específica). Prioridades legais são destacadas na fila de processos pelo próprio sistema, e priorizadas nos fluxos acima.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

A meta coletiva central da unidade é assegurar que a produtividade em julgamento de mérito supere a distribuição, associada ao controle de recursos internos, de modo a não haver gargalo de baixas imputável ao gabinete. Para operacionalizar tal meta, projeta-se quantitativo de julgamentos (monocráticos ou colegiados) a serem realizados no mês, sempre sensivelmente superior à distribuição média da unidade. Passo seguinte, há distribuição de lotes de processos para os servidores, com prazo predeterminado para que sejam redigidas as minutas pertinentes (geralmente para julgamento colegiado). Em paralelo, há grupo destacado que trabalha, adicionalmente, na redação de julgamentos monocráticos, equilibrando-se a carga de trabalho, sempre com referência à especialização por matéria, dificuldade, e aptidão de cada um. A meta individual consiste na finalização, no prazo, do trabalho atribuído, alcançando-se, em grupo, a meta coletiva.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Ao momento, não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Processos com prioridade legal são destacados pelo próprio sistema PJe, aparecendo acima dos demais na listagem de cada tarefa, com o que são selecionados para inclusão em pauta ou julgamento monocrático com preferência. Processos de metas qualitativas são identificados no BI e incluídos em pauta de julgamento de maneira estratificada, conciliando-se o estoque com a meta da unidade de produtividade acima. Há o caso específico de processos referentes a expurgos inflacionários que têm sido reativados para acordo, situação em que à unidade cabe apenas intimar as partes e aguardar manifestação, processamento cuja celeridade está quase, em absoluto, fora do poder do gabinete. Tais feitos representam a integralidade dos processos anteriores a 2018 (Meta 2/CNJ, de regra) em tramitação, no momento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, inclusive sendo um dos objetivos gerais de 2022 o incremento de julgamentos monocráticos dentro da produtividade do gabinete. As decisões proferidas são cadastradas como modelo para casos futuros em planilha compartilhada em nuvem com a força de trabalho.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

A partir da identificação de casos repetitivos, determina-se a elaboração de um texto-modelo para a matéria, tarefa em geral à cargo da assessoria do Desembargador Federal (assessores I e II) ou, conforme a situação, ao servidor que cotidianamente trabalha com o assunto. Em determinados casos, o próprio Desembargador Federal elabora o modelo. O texto produzido é revisado entre a equipe de gestão e i) em se tratando de voto para julgamento colegiado, o texto, com comentários é disponibilizado em pasta na nuvem; ii) sendo decisão monocrática (normalmente mais simples), inclui-se o assunto na tabela de matérias de 932, com referência ao processo em que foi proferida a decisão que servirá de modelo. Em ambos os cenários, conforme identificadas necessidades de adaptações supervenientes, os registros são atualizados.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

De regra, a partir da revisão das minutas produzidas. Procura-se sempre transmitir feedback à equipe sobre erros recorrentes, fatos relevantes (julgamentos importantes, leis novas) e questões complexas e que merecem atenção dentro da competência da unidade.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Virtualmente a integralidade dos sobrestamentos na unidade decorre de ordem de suspensão nacional. A necessidade de sobrestamento é identificada nas fases de triagem e minutagem explanadas nas questões anteriores, com o que de pronto elabora-se a decisão pertinente. O PJe atualmente exige que a decisão de sobrestamento seja classificada no sistema com indicação do número do tema de referência, e a partir daí o processo passa a aguardar em secretaria. Com o julgamento do tema cadastrado, a secretaria remete, sem necessidade de avocação, os processos pertinentes à conclusão.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A competência da 2ª Seção abre poucas oportunidades para soluções consensuais, aproveitando-se os casos pontuais em que se identifica a possibilidade de conciliação. Em 3/2022, o Desembargador Federal Carlos Muta foi designado como Coordenador do Gabinete de Conciliação da Corte, de modo que se espera que tal vínculo institucional permita a estruturação de projetos de maior escopo, interinstitucionais, em parceria com demais instituições públicas que figuram como litigantes frequentes na 2ª Seção, para ampliar a produção de soluções consensuais, não só na unidade como em outros gabinetes de competência idêntica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

A unidade tem por regra a elaboração de declarações de voto entre a disponibilização dos votos pelos demais Desembargadores Federais e a sessão de julgamento, com o que pedidos de vistas são restritos a situações excepcionáíssimas e de maior complexidade. Nestes casos, o processo é incluído no próximo peço-dia ou, em cenários atípicos, nos subsequentes. Atualmente, o intervalo entre o "peço-dia" e a sessão de julgamento é de cerca de 45 dias, de modo que o referencial de "delay" entre o pedido de vista e a apresentação do voto-vista correspondente é, portanto, de 45 a 90 dias.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Há 3 vias de acompanhamento: de maneira difusa, pelos próprios servidores encarregados de cada matéria, que são incentivados a sempre atualizar a jurisprudência utilizada nas minutas (não só a desta Corte como dos Tribunais Superiores); pela equipe de gestão, que divulga a todas decisões relevantes proferidas nos colegiados do Tribunal (sendo os IRDR's os casos mais típicos); e por meio de unidade administrativa da Corte encarregada de divulgar decisões relevantes (igualmente, não só no âmbito da 3ª Região como nos Tribunais Superiores).

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. De regra os votos são disponibilizados para o colegiado de 3 a 5 dias antes da sessão de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Neste último biênio, por força da pandemia, a 3ª Turma realizou sessões telepresenciais (por videoconferência), a cada 15 dias. Periodicamente são realizadas sessões de julgamento estendido, nos termos do artigo 942 do CPC. Na 2ª Seção e no Órgão Especial houve reuniões por videoconferência ou integralmente virtuais (definindo-se período de tempo para votação dos Desembargadores Federais nos processos pautados). Em suma, os processos são incluídos de antemão em listagem de julgamento. Na semana anterior à sessão, os votos são disponibilizados para votação dos demais Desembargadores Federais. Durante as sessões por videoconferência são apregoados feitos com sustentação oral.

28. A unidade possui plano de gestão?

O gabinete estabelece a cada começo de ano os objetivos a serem alcançados no período, sempre orientados à redução do acervo e atendimento de metas quantitativas e qualitativas do CJF/CNJ.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade vem aos poucos e com esforço preenchendo vagas em aberto, ainda sentido os efeitos da transição da Corregedoria Regional para o gabinete com cerca de metade do quadro de vagas em aberto. Há necessidade de capacitação dos servidores. Os recursos materiais são adequados.
b) gestão do trabalho	Enfrentou-se grandes dificuldades com a recomposição da força de trabalho, em período de isolamento. Há, igualmente, sérios entraves com os dados estatísticos disponibilizados pelo BI, para diagnóstico de gargalos. A unidade vem cumprindo, ano a ano, a Meta 1/CNJ, mantendo controle sobre recursos internos após primeiro julgamento, e tem visto o acervo paulatinamente aumentar. Cogita-se que o reduzido número de baixas registradas no BI (que não se sabe se referentes apenas a baixas especificamente ao primeiro grau ou se abrangentes, também, de saídas para a Vice-Presidência, para exame de admissibilidade de recursos excepcionais) tem causa em unidade externa, seja em gargalo de secretaria (a quem compete a baixa ou remessa final) ou eventual erro na tabulação de dados estatísticos.
c) resultados	A filosofia de trabalho é de sempre procurar aprimorar resultados anteriores. Sopesadas as dificuldades narradas, acredita-se que a equipe tem logrado sucesso no atendimento de qualidade ao jurisdicionado.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
O foco principal é, invariavelmente, a produção de julgamentos de mérito em maior quantidade do que a entrada de feitos e processamento célere de recursos internos, para que não haja gargalo de baixas imputável ao gabinete. Tal fim é associado ao cumprimento das metas do CNJ/CJF a cada período.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

É necessário aprimorar fluxos de processamento e encontrar solução para alocação de força de trabalho para permitir que todas as tarefas a serem realizadas na unidade possam funcionar de maneira ininterrupta e simultânea. Estuda-se a elaboração de sistema de recompensas para motivar o rendimento da equipe. Externamente, há necessidade de dados estatísticos e gerenciais mais precisos: desde questões como a identificação de processos por classe processual de origem, pois a imensa maioria ingressa no gabinete indistintamente como "apelação cível", tornando materialmente inviável a identificação de dados simples como a quantidade de ações coletivas no estoque processual (apenas há caminho fácil para identificação daquelas que já entraram em meta) até demonstração mais clara e específica do total de feitos que entraram e saíram do acervo (e a que título: juízo de retratação, baixa à origem, remessa à vice-presidência, etc) para oportunizar o diagnóstico de eventuais gargalos internos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O período de pandemia oportunizou à Justiça Federal da 3ª Região a familiarização com recursos tecnológicos de grande valia, tanto para magistrados como para servidores e, também, para o público externo. Assim, a realização de sessões virtuais, atendimento telepresencial institucionalizado, compartilhamento de arquivos em nuvem, adoção de sistemas de gerenciamento de equipes (como os do Teams ou, em nível mais informal, grupos de whatsapp, para difusão rápida de informações à equipe) e regulamentação mais aprofundada do teletrabalho são conquistas que devem ser mantidas para os tempos vindouros.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Há servidor encarregado de paulatinamente triar todo o passivo da unidade, selecionando as providências necessárias para cada caso. Paralelamente, busca-se fazer mutirões de triagem, sempre que possível.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5031621-07.2020.4.03.0000	23/11/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5000544-43.2021.4.03.0000	5/2/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão que julgou prejudicado o agravo de instrumento.		
5004842-78.2021.4.03.0000	11/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5006957-72.2021.4.03.0000	5/4/2021	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5006677-04.2021.4.03.0000	30/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5009112-86.2018.4.03.6100	28/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de quorum ampliado (artigo 942 CPC) de 19/abril/2022 - transferida para 22/junho/2022, devido ao ataque cibernético ocorrido em 30 de março - Portaria UTU3 n. 01/2022		
5022741-60.2019.4.03.0000	4/9/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5001349-74.2018.4.03.6119	24/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5000300-51.2020.4.03.0000	10/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão proferida nos termos do artigo 932 ,III, CPC.		
5031481-07.2019.4.03.0000	4/12/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5031719-93.2018.4.03.6100	6/12/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
0002928-02.2009.4.03.6106	9/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 285.		
0034420-64.2008.4.03.6100	15/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando manifestação da parte em relação à proposta de acordo.		
0011030-08.2008.4.03.6119	9/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 285.		
0004879-02.2007.4.03.6106	12/7/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 285.		
0001487-87.2008.4.03.6116	10/5/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 285.		
5000101-97.2018.4.03.0000	8/1/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5009048-72.2020.4.03.0000	20/4/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo aguarda julgamento da ação originária 5006840-79.2019.403.6102 pautada para a sessão de 6/abril/2022 - transferida para 18/maio/2022, devido ao ataque cibernético ocorrido em 30 de março - Portaria UTU3 n. 01/2022.		
5027409-40.2020.4.03.0000	8/10/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por declínio de competência.		

5031256-50.2020.4.03.0000	18/11/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão proferida nos termos do artigo 330, III, CPC.		
5010164-50.2019.4.03.0000	24/4/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão proferida nos termos do artigo 932, III, CPC.		
5028617-59.2020.4.03.0000	18/10/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado prejudicado diante do julgamento da ação originária 5008435-85.2020.403.6100.		
5008716-71.2021.4.03.0000	23/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com questão de ordem julgada em 23/março/2022 - determinando retorno dos autos para o relator originário.		
5003158-76.2020.4.03.6104	25/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com acórdão lavrado em 2/fevereiro/2022 e com Embargos de declaração julgados em 16/fevereiro/2022.		
0021031-70.2012.4.03.6100	26/1/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão lavrado em 2/fevereiro/2022 e com Embargos de declaração julgados em 10/março/2022.		
0010988-53.2008.4.03.6120	9/3/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando manifestação da CEF em relação à proposta de acordo.		
0033145-80.2008.4.03.6100	3/5/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando sobrestamento tema 285.		
0002473-90.2007.4.03.6111	19/4/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando sobrestamento tema 285.		
0003523-74.2009.4.03.6114	16/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por 60 dias a pedido da parte.		
5027631-42.2019.4.03.0000	23/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5018806-11.2020.4.03.6100	10/3/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 1.079/STJ.		
5014010-75.2019.4.03.0000	3/6/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão proferida em sede de embargos de declaração.		
0054632-15.2012.4.03.6182	14/2/2019	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5007372-87.2018.4.03.6102	27/2/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
5001769-76.2018.4.03.6120	9/5/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 6/abril/2022 - transferida para 18/maio/2022, devido ao ataque cibernético ocorrido em 30 de março - Portaria UTU3 n. 01/2022.		
0004423-68.2016.4.03.6128	22/4/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de 4/maio/2022.		
0004424-53.2016.4.03.6128	22/4/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de 4/maio/2022.		
0006202-58.2016.4.03.6128	22/4/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de 4/maio/2022.		
5792893-68.2019.4.03.9999	28/6/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão proferida nos termos do artigo 496, § 4º, CPC.		
0001193-39.2015.4.03.6100	7/10/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de quorum ampliado (artigo 942 CPC) de 19/abril/2022 - transferida para 22/junho/2022, devido ao ataque cibernético ocorrido em 30 de março - Portaria UTU3 n. 01/2022.		
5005135-44.2018.4.03.6114	25/9/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão proferida nos termos do artigo 932 do CPC.		
0007293-64.2016.4.03.6103	1º/10/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 23/março/2022.		
5001709-93.2019.4.03.6112	22/8/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
0019842-52.2015.4.03.6100	14/11/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado em 11/março/2022.		
0011662-27.1994.4.03.6183	23/9/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/maio/2022.		
0001602-44.2017.4.03.6100	3/12/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamentos de 6/abril/2022 - transferida para 18/maio/2022, devido ao ataque cibernético ocorrido em 30 de março - Portaria UTU3 n. 01/2022.		
0001459-76.2009.4.03.6119	11/1/2011	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 23/março/2022.		
5010894-65.2017.4.03.6100	16/12/2020	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Processo redistribuído por prevenção a outro relator.		
0002929-55.2008.4.03.6127	2/12/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 285.		
0005616-05.2008.4.03.6127	13/4/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com decisão que homologou transação nos termos do artigo 487,III, b, do CPC e, em relação a dois autores, determinou sobrestamento do feito - tema 285.		
0007986-84.2003.4.03.6109	19/10/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral tema 285.		
0002470-57.1996.4.03.6100	23/10/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando manifestação da parte em relação à proposta de acordo.		
0002769-35.2009.4.03.6114	23/8/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão 4/maio/2022.		
5016736-51.2021.4.03.0000	21/7/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo na secretaria processante - aguardando decurso de prazo de decisão que julgou prejudicado o pedido.		
0005193-77.2009.4.03.6105	20/5/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de 4/maio/2022		
0011093-33.2008.4.03.6119	16/9/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na secretaria processante - tema 285.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo todos eles eletrônicos.

Em relação aos processos listados, todos estavam com o andamento atualizado, estando muitos já julgados ou pautados para julgamento.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Às 10 horas do dia 10 de maio de 2022, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Carlos Muta, pela Chefe de Gabinete, Marta Fernandes Marinho Curia, e pelo Assessor Paulo José Saffioti Junior para realização da entrevista.

Em resposta aos questionamentos da equipe da Corregedoria-Geral, foram obtidas as seguintes informações prestadas por Sua Excelência, pela Chefe de Gabinete e pelo Assessor acerca do funcionamento do gabinete.

O gabinete conta atualmente com 14 servidores, sendo 2 (dois) deles agentes de segurança, e 1 (um) estagiário de Direito, restando ainda 2 (duas) vagas de servidor e 3 (três) de estagiários de Direito para serem preenchidas.

O gabinete realiza, por meio de 1 (um) servidor, a triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. Todos os processos são separados por assunto e distribuídos entre os servidores encarregados da matéria. Durante o procedimento de triagem, há a utilização de etiquetas do sistema para facilitar a identificação das matérias e o acompanhamento dos feitos urgentes e submetidos às prioridades legais.

A triagem dos processos recebidos da distribuição e da secretaria das Turmas, na forma como vinha sendo realizada (por todos os servidores), não estava mostrando bons resultados. Em razão disso, sentiu-se a necessidade de concentrar a tarefa em apenas 1 (um) servidor.

Na divisão das tarefas dentro do gabinete, prioriza-se a especialização por matéria, levando em conta as habilidades de cada servidor. Os servidores ficam responsáveis por analisar os autos e elaborar a minuta dos processos de sua respectiva matéria, submetendo a conferência do Assessor, que, se for o caso, submete-a a apreciação final do Desembargador.

Os embargos de declaração ficam sob a responsabilidade de apenas 1 (um) servidor, cabendo a ele a triagem inicial, a elaboração das minutas mais simples e o encaminhamento dos processos mais complexos ao Assessor para elaboração da minuta de embargos declaratórios.

A análise dos pedidos de liminar e a elaboração da respectiva minuta fica sob a responsabilidade de 1 (um) servidor experiente, que anteriormente exercia a função de Assessor. Embora, no passado, a efetiva análise dos pedidos de liminar recaísse apenas sobre os casos de perecimento de direito, sendo os demais encaminhados, mediante despacho, para contrarrazões, atualmente são examinados todos os pedidos de liminar em agravo, ainda que de forma simplificada para aqueles em que não esteja caracterizado o perecimento de direito.

O elevado número de liminares pendentes de apreciação informado no sistema resultou de equívoco relativamente duradouro na manutenção da antiga sistemática de anotar como despacho as decisões acerca dos pedidos de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal em vários agravos de instrumento. Atualmente, essa falha não mais subsiste, pois todo provimento judicial que aprecia pedido de liminar passou a ser cadastrado no sistema como decisão.

Os agravos internos também são distribuídos por matéria, cabendo ao servidor que elaborou a minuta da decisão agravada elaborar a minuta de decisão/voto no agravo interno. Houve apenas um pedido de efeito suspensivo/antecipação da tutela recursal em apelação depois que o Desembargador Carlos Muta assumiu o acervo, após o retorno da Corregedoria Regional.

Para evitar contratempos, os processos são colocados em pauta apenas depois da elaboração das minutas, sendo julgados entre 100 (cem) e 170 (cento e setenta) processos por sessão (geralmente quinzenal).

A Chefe de Gabinete é responsável pela distribuição das tarefas dentro do gabinete, pelo controle da frequência e pelo acompanhamento da produtividade dos demais servidores. A Chefe de Gabinete também é responsável pela alimentação do sistema PJe com as informações acerca do julgamento dos processos.

O Assessor, por sua vez, é responsável pela revisão das minutas, antes de serem submetidas à apreciação do Desembargador, cumprindo-lhe ainda elaborar as minutas dos casos mais complexos, especialmente aquelas indicadas diretamente pelo Magistrado, cabendo-lhe ainda prestar auxílio direto ao Desembargador durante as sessões de julgamento.

O gabinete trabalha com o estabelecimento de metas coletiva (entre 100 e 170 processos julgados por mês) e individual (duas minutas de voto por dia para cada servidor, ressalvados os casos mais simples e os casos mais complexos).

Admite-se o teletrabalho no gabinete, realizado geralmente durante um turno específico, cabendo à Chefe de Gabinete o acompanhamento das atividades e da produtividade dos demais servidores. Isso geralmente é feito por meio do WhatsApp ou, sempre que necessário, mediante contato telefônico.

O controle das prioridades legais é realizado por meio do sistema mediante o uso de etiquetas do PJe.

A grande quantidade de recursos pendentes de julgamento ampliado (art. 942 do CPC) é decorrente da designação de poucas sessões de julgamento durante o ano pela Presidência da Turma.

O atendimento aos advogados é realizado pelo Desembargador, por videoconferência ou presencialmente, mediante prévio agendamento, ou pela Chefe de Gabinete ou Assessor, se assim preferirem os advogados e as partes. Para os casos urgentes, não há necessidade de prévio agendamento para audiência com o Desembargador.

Os poucos processos físicos existentes no gabinete foram recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação/adequação. Esses processos ainda não foram digitalizados em razão do encerramento do contrato celebrado com a empresa contratada pelo Tribunal para realização dessa tarefa.

Havendo necessidade de sobrestamento de processos conclusos, em face da sistemática dos recursos repetitivos/repercussão geral, os autos são baixados à Secretaria das Turmas para adoção dessa providência, lá permanecendo até o julgamento do recurso paradigma.

Entre os fatores que interferem no desempenho do gabinete, o Desembargador destacou o fato de a competência das Turmas ser muito ampla, as modificações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil, a necessidade de observância dos prazos de dilação do processo eletrônico, a interposição de muitos embargos de declaração e agravos internos, a maior demora no processamento dos feitos, o engessamento da forma de processamento dos recursos na secretaria da Turma, a necessidade de observância da sistemática dos recursos repetitivos. A Chefe de Gabinete e o Assessor destacaram a necessidade de implementação de melhorias no sistema PJe e orientação geral sobre como utilizar adequadamente o sistema.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos 1.993 para 2.548. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.673 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.548.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 130, na última inspeção, para 119, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve uma relativa manutenção na média da produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 24 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Priorizar a análise dos pedidos de tutela provisória de urgência e os embargos de declaração ainda pendentes a fim de que se mantenha a diminuição de feitos apresentada em relação à inspeção passada.

b) Priorizar o julgamento dos feitos distribuídos até 31/12/2016 para que se reduza ainda mais a quantidade de feitos pendentes em relação aos números apresentados na inspeção passada até que se alcance o cumprimento da meta específica.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Consuelo Yoshida

2.2 Turma

3ª Turma

2.3 Competência

2ª Seção - feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV – ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

A Desembargadora Federal assumiu a Vice-Presidência do Tribunal em março de 2020 e esteve no cargo até 28 de fevereiro de 2022. O acervo atual foi assumido em 2 de março de 2022, nos termos do art. 3º, § 2º, "a", do Regimento Interno deste Tribunal. Ao sair, deixou um acervo total de 9.082 processos conclusos no Gabinete da Vice-

Presidência e assumiu o acervo anteriormente pertencente ao Des. Fed. Antonio Cedenho com os números discriminados nos itens 4 e 5, abaixo.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Antonio Cedenho, até 28/2/2022.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Kathia Maria Olbrich dos Santos Mandaliti, assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	5.745
Processos suspensos/sobrestados	605
Processos conclusos	2.206
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	249
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Nota: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.745
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.656
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.206
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.300
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	605
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.717

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não se aplica
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não se aplica

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	71
Mandados de segurança	3
IRDR	2
Conflitos de competência	25
Reclamações	1
Ações rescisórias	27
Outros	13
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.673
Recursos em mandados de segurança coletivos	14
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	25
Recursos em ações civis públicas	58

Recursos em ações com preferência legal	318
Outros	5.256
Recursos em ações de desapropriação	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.673
Apelações cíveis	4.148
Agravos de instrumento	1.234
Outros	291

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Revisões criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	5
Por Recurso Extraordinário	4
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	322
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	182
Agravos legais/regimentais	7
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	233
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	20

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
2º ano anterior	58
3º ano anterior	1.417
4º ano anterior	219
5º ano anterior ou mais antigo	27
Ano atual	0
Ano anterior	0

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano anterior	281
2º ano anterior	1.425
3º ano anterior	490
4º ano anterior	51

5º ano anterior	6
6º ano anterior ou mais antigo	8
Ano atual	0

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	209
Ano anterior	1.186
2º ano anterior	589
3º ano anterior	139
4º ano anterior	23
5º ano anterior	5
6º ano anterior	7
7º ano anterior ou mais antigo	5

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.192
Total de Processos julgados	2.641
Total de Processos baixados	2.385
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	551
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	807

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	110
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	62

Total de feitos não regularizados	0
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.114
Processos julgados no ano anterior	2.557
Processos distribuídos no ano corrente	368
Processos julgados no ano corrente	1.079

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.652
Pendentes em 31/12/2021	1.323
Porcentagem de atendimento da meta	65,38%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Percentual de cumprimento: 114,84%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.325
Pendentes no último dia do mês anterior	1.288
Porcentagem de atendimento da meta	60,65%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.202
Pendentes no último dia do mês anterior	18
Porcentagem de atendimento da meta	115,79%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	77
--	----

Pendentes em 31/12/2021	16
Porcentagem de atendimento da meta	134,54%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	84
Pendentes no último dia do mês anterior	16
Porcentagem de atendimento da meta	134,92%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	62,50
Taxa de congestionamento em 2021	68,60
Taxa de congestionamento em 2022	60,30

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes em 31/12/2021	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
--	--

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
--	---------------

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
--	--

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
--	---------------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
---	--

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
--	---------------

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Ao assumir o gabinete em março/22, foi realizada uma reunião entre todos os integrantes com o objetivo de estimular comportamentos inovadores da equipe através da busca de novas ideias para a gestão do acervo recebido, incentivando uma maior colaboração de todos. Com isso, busca-se melhorias no ambiente de trabalho e otimização dos procedimentos adotados para a obtenção de um bom resultado.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
--	--

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados não disponibilizados
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Dados não disponibilizados
3619 - Crimes contra a Fauna	Dados não disponibilizados
3621 - Da Poluição	Dados não disponibilizados
3622 - Agrotóxicos	Dados não disponibilizados
3623 - Atividades Nucleares	Dados não disponibilizados
3624 - Caça	Dados não disponibilizados
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Dados não disponibilizados
3627 - Pesca	Dados não disponibilizados

3651 - Crimes Agrários	Dados não disponibilizados
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Dados não disponibilizados
9583 - Arrendamento Rural	Dados não disponibilizados
10016 - Inspeção Fitossanitária	Dados não disponibilizados
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Dados não disponibilizados
10085 - Água e/ou Esgoto	Dados não disponibilizados
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Dados não disponibilizados
10091 - Terreno de Marinha	Dados não disponibilizados
10094 - Terras Indígenas	Dados não disponibilizados
10095 - Águas Públicas	Dados não disponibilizados
10102 - Terras Indígenas	Dados não disponibilizados
10103 - Terreno Aldeado	Dados não disponibilizados
10104 - Restituição de área - FUNAI	Dados não disponibilizados
10105 - Demarcação	Dados não disponibilizados
10106 - Recursos Minerais	Dados não disponibilizados
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Dados não disponibilizados
10110 - Meio Ambiente	Dados não disponibilizados
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Dados não disponibilizados
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Dados não disponibilizados
10113 - Flora	Dados não disponibilizados
10114 - Fauna	Dados não disponibilizados
10115 - Transgênicos	Dados não disponibilizados
10116 - Agrotóxicos	Dados não disponibilizados
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Dados não disponibilizados
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Dados não disponibilizados
10396 - Ambiental	Dados não disponibilizados
10397 - Sanitárias	Dados não disponibilizados
10438 - Dano Ambiental	Dados não disponibilizados
10986 - Crime contra a administração ambiental	Dados não disponibilizados
11822 - Mineração	Dados não disponibilizados
11823 - Reserva legal	Dados não disponibilizados
11824 - Recursos Hídricos	Dados não disponibilizados
11825 - Poluição	Dados não disponibilizados

11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Dados não disponibilizados
11827 - Zona Costeira	Dados não disponibilizados
11828 - Área de Preservação Permanente	Dados não disponibilizados
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Dados não disponibilizados
11830 - Patrimônio Cultural	Dados não disponibilizados
11836 - Parcelamento do Solo	Dados não disponibilizados
11841 - Política Agrícola	Dados não disponibilizados
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Dados não disponibilizados
11862 - Saneamento	Dados não disponibilizados
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Dados não disponibilizados
9994 - Indenização por dano ambiental	Dados não disponibilizados
3424 - Usurpação de águas	Dados não disponibilizados

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Manutenção da digitalização dos processos físicos considerando o crescimento do teletrabalho no âmbito do tribunal. Adoção do sistema SIGMA no gabinete, para busca de minutas e modelos já criados e aprovados no PJe.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Dados não disponibilizados
Pendentes no mês anterior:	Dados não disponibilizados
Percentual de cumprimento da meta:	Dados não disponibilizados

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5029480-83.2018.4.03.0000, 0004534-45.2012.4.03.6111, 5016555-21.2019.4.03.0000; 0037616-38.2010.4.03.0000, 5021507-47.2017.4.03.6100, 5008869-45.2018.4.03.6100; b) Tendo em vista a oposição ao julgamento virtual, julgar em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias), após a implementação das sessões por videoconferência: 5001178-76.2017.4.03.6144 e 5001951-59.2017.4.03.6100 e c) 0002607-43.1999.4.03.6000, apreciar a petição apresentada pelo MPF em 21/8/2019. Em relação aos Proc 0025665-07.2015.4.03.6100, 5002334-43.2018.4.03.6119 e 0046706-41.2008.4.03.0000, constatou-se que se encontram no gabinete do Des. Fed. NELTON DOS SANTOS com

pedido de vista, com recomendação para apresentar voto-vista em 60 dias. Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos e os com prioridade legal.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A -5018233-08.2018.4.03.0000, julgado ED em 22/7/21 / 5029480-83.2018.4.03.0000 julgado 2/12/20, transitou em julgado e arquivado definitivamente / 0004534-45.2012.4.03.6111, trânsito em julgado em 20/1/22 / 5016555-21.2019.4.03.0000 trânsito em julgado 12/8/21 / 0037616-38.2010.4.03.0000 pauta 4/5/21 PEDIDO DE VISTA / 5021507-47.2017.4.03.6100 julgado em 22/7/21, conclusos com embargos de declaração em 27/1/22 / 5008869-45.2018.4.03.6100 julgado 17/3/21 (com recurso remetido UVIP) B - 5001178-76.2017.4.03.6144 julgado ED 17/3/21 (com recurso remetido UVIP) / 5001951-59.2017.4.03.6100 julgado 15/9/2020 com ED com Dr Nery Junior para julgamento. C - 0002607-43.1999.4.03.6000 manifestação do MPF apreciada e intimações das partes sendo cumpridas para HABILITAÇÃO DE HERDEIROS, conclusos em 31/8/21 / 0025665-07.2015.4.03.6100 julgado 7/4/2021, conclusos com de embargos de declaração em 25/02/22/ 5002334-43.2018.4.03.6119 julgado ED 11/12/2020 (UVIP sobrestado Tema 118 STF).

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações foram atendidas, entretanto, conforme resposta ao item 6.2, alguns processos ainda não foram julgados definitivamente, uma vez que, após o atendimento das recomendações, retornaram ao Gabinete com manifestações ou pedidos das partes ou intervenientes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Na gestão anterior deste gabinete, sob titularidade do Desembargador Federal. Antonio Cedenho, foram atendidas parcialmente as Metas 2/2021 e 2/2022, de acordo com os dados enviados pelo setor de estatística. Na atual gestão, para atendimento integral das metas de 2022, uma das iniciativas será buscar os processos no acervo, etiquetá-los para melhor acompanhamento, bem como atribuí-los aos servidores, que estarão cientes da prioridade para análise.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Na atual gestão, assim que distribuídos, todos os feitos são triados por assunto, identificados por etiqueta e imediatamente atribuídos aos servidores conforme a experiência e a afinidade de cada um com a matéria, obedecendo-se também a critérios qualitativos e desempenho/formação do servidor. São priorizadas as preferências legais e as metas do CNJ, bem como os pedidos de tutela antecipada e os despachos que demandam andamento célere. Os aprimoramentos do PJe facilitaram sua utilização. É preciso investir em capacitação e aperfeiçoamento dos servidores. A título de boas práticas, destacam-se o estabelecimento de metas individuais, com acompanhamento periódico de produtividade, e a implementação de uma gestão com acompanhamento direto do acervo e estatística interna para melhor controle da produtividade, visando à redução de acervo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Kathia Maria Olbrich dos Santos Mandaliti

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Conforme já anotado na resposta ao item 8.1, ao serem distribuídos ao gabinete, os processos são triados por assunto, etiquetados e distribuídos aos servidores de acordo com a experiência e a afinidade de cada um com a matéria; a exceção são os embargos de declaração, de menor complexidade, cujas minutas são elaboradas por dois servidores, independentemente da matéria tratada. As minutas de votos, decisões monocráticas e despachos, elaboradas pelos servidores designados, são objeto de revisão antes da assinatura. É feito também controle frequente da estatística interna, sob os aspectos da produtividade e da qualidade do trabalho de cada servidor. Todos os servidores do Gabinete estão em atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente existem 10 servidores no Gabinete executando suas atividades em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Nove servidores realizam teletrabalho parcial e apenas um servidor está em teletrabalho integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Foram adotados diversos critérios para fixação das cotas no teletrabalho, a fim de alcançar uma boa produtividade. Além do aumento de 30% em relação à produtividade do trabalho realizado presencialmente, previsto na Portaria 370/2020, o número de processos foi fixado levando-se em conta a necessária redução do acervo e o cumprimento das metas do CNJ. Para isso, observou-se a média mensal de processos

distribuídos, o grau de complexidade da matéria e a data da distribuição. Atualmente, a cota individual de cada servidor é de 3 processos por dia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito quinzenalmente. Cada servidor deve entregar uma planilha contendo o número dos processos trabalhados, o tipo de documento elaborado e as demais atividades exercidas no período. Também é feito acompanhamento do desempenho individual através de relatórios extraídos do sistema judicial eletrônico. Não sendo cumprida a meta, o servidor será alertado por e-mail e seu desempenho será acompanhado, a partir daí, semanalmente. Não havendo progresso e sendo mantida a baixa produtividade, em período a ser examinado caso a caso pela chefia, o servidor prestará serviço presencialmente.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Em razão da digitalização, atualmente há um número reduzido de processos físicos no gabinete. A grande maioria de processos físicos é oriunda da Vice-Presidência para juízo de retratação. Assim que distribuídos ao gabinete, são designados aos servidores, de acordo com a matéria, para elaboração da minuta.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os autos físicos encontram-se arquivados, em ordem cronológica, em armários numerados dentro do Gabinete. Os processos eletrônicos estão organizados em pastas, de acordo com a tarefa a ser realizada, e são etiquetados com o nome do servidor responsável pela matéria tratada. Já os processos recebidos da turma são organizados de acordo com o tipo de recurso interposto ou providência a ser adotada (agravo interno, embargos de declaração, voto vista).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é feito mensalmente, pela assessoria, através da planilha de produtividade enviada pelos servidores e da análise do painel BI, alimentado pelo setor de estatística do Tribunal. Com o sistema judicial eletrônico, é possível obter as movimentações dos processos desde a entrada no gabinete até sua saída. Para os embargos de declaração, o PJe tem uma pasta separada, o que facilita o controle. Será implementada uma gestão especial para os processos incluídos nas metas, bem como para aqueles com prioridades legais, através de etiqueta própria, para melhor acompanhamento. Na triagem, os agravos internos e as urgências recebem etiquetas próprias também.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais e coletivas, determinadas com o objetivo de reduzir o acervo, cumprir as metas do CJF e também as recomendações das inspeções. Em situações especiais, quando, por exemplo, observa-se aumento no acervo ou distribuição de grande número de processos de mesma matéria, são arrematados servidores independentemente da matéria em que normalmente atuam.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Por enquanto não há política de recompensas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, no momento da triagem, os feitos com prioridade legal e os integrantes de metas do CNJ são devidamente etiquetados para que o servidor tenha ciência da prioridade na análise do processo. Além disso, o gabinete preocupa-se em julgar com brevidade o maior número possível de processos vindos da distribuição, a fim de manter o controle do acervo.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Nas hipóteses legalmente autorizadas, o julgamento monocrático tem sido utilizado com primazia, tendo em vista a agilidade que proporciona aos procedimentos. Porém, é grande o volume de agravos internos interpostos em face dessas decisões, ainda que a matéria já tenha sido tratada em recursos repetitivos ou em repercussão geral.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

As minutas são elaboradas pelo servidor responsável pela matéria, encaminhada para revisão da Desembargadora e, após aprovação, o modelo é disponibilizado para ciência dos servidores do Gabinete, que o utilizarão, com as devidas adaptações ao caso concreto, mediante criteriosa triagem.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação é detectada de acordo com as dificuldades apresentadas pelo servidor na realização de suas tarefas, tanto em relação ao conhecimento técnico, quanto a aspectos redacionais. Identificada a dificuldade, é recomendado ao servidor a realização de cursos que promovam o desenvolvimento de habilidades, de modo a atender as necessidades do trabalho. No Gabinete, os servidores têm oportunidade de conversar a respeito de suas dificuldades junto à chefia, na tentativa de buscar uma solução adequada para enfrentá-las.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Na triagem inicial, observado que o processo trata de matéria cujo tema está suspenso por decisão de tribunal superior, já é utilizada a minuta de sobrestamento que, após assinada, é encaminhada à subsecretaria, que, por sua vez, destina os autos à pasta/tarefa respectiva. No Gabinete há um servidor destacado para acompanhamento dos processos sobrestados nos tribunais superiores para que, assim que julgados, possa ser levantado o sobrestamento, com prosseguimento do feito. As matérias atualmente sobrestadas no Gabinete são referentes aos temas 284 e 285, do STF, e aos temas 981, 1008, 1079 e 1093, do STJ.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Atualmente o gabinete possui 249 processos no setor de conciliação, sendo a grande maioria sobre planos econômicos.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve necessidade de auxílio ao Gabinete desde a última inspeção.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em razão de atual gestão ter assumido recentemente o acervo do gabinete, em março de 2022, não é possível responder à questão formulada. Anota-se, tão somente, que atualmente o gabinete tem 3 processos com pedido de vista, informação constante da resposta ao item 6.1.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Os servidores do Gabinete realizam, periodicamente, pesquisa de jurisprudência da Corte e também dos Tribunais Superiores, sem prejuízo das atualizações de jurisprudência trazidas nas sessões de julgamento da turma e da seção.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são disponibilizados uma semana antes da data da sessão, permitindo prévio acesso ao respectivo conteúdo.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são organizadas pelas subsecretarias e podem ser apenas virtuais ou por videoconferência, quando for o caso, com a utilização dos aplicativos CISCO (terceira turma) e Microsoft Teams (segunda seção). Os relatório e votos são previamente disponibilizados para os desembargadores votantes, que acrescentam seus votos no painel dos magistrados na sessão.

28. A unidade possui plano de gestão?

Tendo em vista que o Gabinete foi assumido no início de março/22, por enquanto está sendo feita a triagem do acervo para ciência das matérias, quantidade de processos, tipos de providência a serem adotadas, para então ser elaborado o plano de gestão.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O gabinete está com apenas 75% de lotação. Há falta de recursos humanos disponíveis no tribunal.
b) gestão do trabalho	Será elaborado oportunamente, conforme informado na resposta ao item 28.
c) resultados	Ainda não há resultados aferidos pois o gabinete foi assumido em março/22.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Cumprimento das metas do CNJ, redução do acervo, julgamento dos casos mais antigos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Fazer a gestão adequada do acervo, acompanhar constantemente a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores e conseguir a lotação das vagas existentes no gabinete.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O gabinete foi assumido em março/22, após o período da pandemia. Todavia, durante a gestão da Vice-Presidência da desembargadora, atualmente titular do gabinete, foi adotado o regime de teletrabalho, que se tornou efetivo na forma regulamentada após a pandemia. Desenvolveu-se o controle da produtividade individual e de redução do acervo, adaptada, agora, no âmbito do gabinete assumido. Outra iniciativa que será mantida refere-se ao controle estatístico interno, uma vez que há falhas no setor estatístico do Tribunal. Esse controle permite um melhor acompanhamento da produtividade dos servidores e do acervo de processos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

No gabinete atual, assumido em março de 2022, será estabelecido o controle periódico mensal de processos sem movimentação, possível de se verificar através dos registros do PJe.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0023689-29.2015.4.03.0000	27/10/2015	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta na sessão do dia 1º/6/2022.		
5032127-17.2019.4.03.0000	11/12/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta na sessão de 1º/6/2022.		
5025660-85.2020.4.03.0000	15/9/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Levado a julgamento em 22/7/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Desebargador. Federal. Nery Junior para elaboração de voto-vista.		
5001530-98.2019.4.03.6100	9/9/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado monocraticamente em 22/3/2022.		
5005517-41.2021.4.03.0000	17/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de indeferimento de pedido e posterior abertura de vista ao Ministério Público Federal.		
5032999-95.2020.4.03.0000	9/12/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta na sessão de 1º/6/2022.		
5015924-09.2021.4.03.0000	15/7/2021	1269-Habeas Corpus Cível
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão.		
5004883-20.2017.4.03.6100	17/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 4/2/2022.		
5000689-69.2017.4.03.6134	21/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta na sessão de 1º/6/2022.		
5003117-08.2018.4.03.6128	26/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta na sessão de 1º/6/2022.		
5007024-08.2019.4.03.0000	25/3/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Elaboração de decisão monocrática de não conhecimento do recurso.		
5003996-15.2018.4.03.6128	18/3/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado monocraticamente em 23/3/2022.		
5003370-74.2018.4.03.6102	22/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão monocrática.		
5008021-20.2021.4.03.0000	30/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta para sessão do dia 1º/6/2022.		
0097799-77.2007.4.03.0000	7/11/2007	231-Impugnação ao Valor da Causa

Observação/Providência: Impugnação ao valor da causa na ação rescisória 2007.03.00.036594-8. A IVC já transitou em julgado e foi digitalizada juntamente com a ação rescisória que será levada a julgamento em sessão.		
5022442-49.2020.4.03.0000	30/11/2020	12375-Reclamação
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão/despacho.		
5026166-61.2020.4.03.0000	21/9/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo com decisão monocrática para assinatura em 28/3/2022.		
0006488-78.2002.4.03.0000	26/9/2018	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de despacho para ciência da conversão em renda de valores depositados.		
5026808-68.2019.4.03.0000	15/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: levado a julgamento em 19/8/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Des. Fed. Nery Junior para elaboração de voto-vista.Observação/Providência:		
5028436-92.2019.4.03.0000	31/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: levado a julgamento em 23/9/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Des. Fed. Nery Junior para elaboração de voto-vista.		
5025691-08.2020.4.03.0000	15/9/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: levado a julgamento em 22/7/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Des. Fed. Nery Junior para elaboração de voto-vista.		
5033821-84.2020.4.03.0000	18/12/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: levado a julgamento em 22/7/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Des. Fed. Nery Junior para elaboração de voto-vista.		
5020279-96.2020.4.03.0000	23/7/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: levado a julgamento em 22/7/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Des. Fed. Nery Junior para elaboração de voto-vista.		
0001069-57.2015.4.03.6132	27/5/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado para a sessão do dia 1º/6/2022.		
0009245-43.2014.4.03.6105	7/8/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: levado a julgamento em 22/7/2021, com voto já proferido pelo Des. Fed. Antonio Cedenho (então relator). Está no gabinete do Des. Fed. Nery Junior para elaboração de voto-vista.		
5015006-05.2021.4.03.0000	30/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo apto para inclusão em pauta na sessão de 1º/6/2022.		
0000315-36.2010.4.03.6118	10/2/2014	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo com petição intercorrente juntada em 17/3/22, localizado na subsecretaria. No retorno ao gabinete, será analisada a petição.		
0008348-06.2009.4.03.6100	3/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com despacho de devolução de prazo para conferência de digitalização. Após, os autos retornarão ao sobrestamento (planos econômicos).		
0001318-31.2012.4.03.6126	10/2/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de deferimento de habilitação de herdeiros em razão do falecimento da parte autora em 24/3/2022.		
5007134-17.2018.4.03.6119	11/3/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado monocraticamente em 21/2/2022.		
0003300-49.2017.4.03.6112	18/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho de encaminhamento dos autos à primeira instância para inserção de documentos do CD juntado aos autos físicos.		
5015731-32.2018.4.03.6100	12/12/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão monocrática.		
5003889-68.2018.4.03.6128	18/3/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado monocraticamente em 7/3/2022.		
5002662-88.2018.4.03.6113	10/4/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado monocraticamente em 21/2/2022.		
5010234-67.2019.4.03.0000	25/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com vista ao Ministério Público Federal. No retorno, será incluído em pauta para julgamento.		
5022030-25.2018.4.03.6100	11/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado monocraticamente em 11/2/2022, com interposição de agravo interno. Proferido despacho para manifestação da parte agravada em 23/3/2022.		
0011159-66.2018.4.03.6182	29/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Despacho para intimação da parte para regularizar procuração em razão do pedido de renúncia em 23/3/2022. Processo com prazo em curso.		
0011559-07.2015.4.03.0000	26/5/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Elaboração de minuta de despacho para intimação das partes para manifestação quanto à restauração dos autos.		
0019665-55.2015.4.03.0000	10/9/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento de pedido da parte.		
0006829-55.2012.4.03.0000	12/3/2012	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de despacho/decisão.		
0027584-95.2015.4.03.0000	27/11/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Elaboração de minuta de despacho para intimação das partes para manifestação acerca da restauração dos autos.		

0004936-58.2014.4.03.0000	6/3/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Elaboração de minuta de despacho de intimação das partes acerca da possibilidade da restauração.		
0004059-50.2016.4.03.0000	2/3/2016	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento de pedido formulado em petição da parte.		
0005088-72.2015.4.03.0000	23/3/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento de pedido formulado pela parte.		
0083148-11.2005.4.03.0000	21/10/2005	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo com decisão de homologação da restauração dos autos para assinatura.		
0032892-20.2012.4.03.0000	27/11/2012	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento do pedido da parte.		
0028347-96.2015.4.03.0000	2/12/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão para intimação das partes para manifestação acerca da restauração dos autos.		
0026313-27.2010.4.03.0000	8/10/2010	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento de pedido formulado pela parte.		
0015915-45.2015.4.03.0000	15/7/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de despacho para intimação das partes para manifestação a respeito da restauração dos autos.		
0024402-38.2014.4.03.0000	26/9/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento de pedido formulado pela parte.		
0032368-52.2014.4.03.0000	19/12/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de deferimento do pedido da parte.		
0002924-71.2014.4.03.0000	19/2/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de despacho para intimação das partes para manifestação sobre a restauração dos autos.		
5006357-74.2019.4.03.6126	16/11/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão.		
5021339-40.2020.4.03.6100	2/7/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 18/2/2022.		
0021935-23.2013.4.03.0000	11/12/2020	183-Cautelar Inominada

Observação/Providência: Julgado em 4/8/16, com trânsito em julgado em 4/11/16. União requereu desarquivamento para cumprimento do acórdão. Após digitalização, está na Subsecretaria para cumprimento do despacho de intimação para ciência da digitalização e, após, remessa com baixa definitiva.		
0002375-36.2010.4.03.6100	7/12/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática para assinatura em 29/3/2022.		
0017143-96.2008.4.03.6112	21/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão monocrática de não conhecimento do recurso.		
0022600-48.2008.4.03.6100	15/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão em 24/3/2022. Processo com prazo em curso para manifestação das partes.		
0003936-23.1995.4.03.6100	13/5/1999	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após decisão proferida em 28/3/2022.		
0012441-32.2016.4.03.0000	13/1/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo de relatoria do Des. Fed. Wilson Zahuy no Órgão Especial.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, um físico e 59 eletrônicos.

Os autos do feito que ainda consta como físico correspondem a uma impugnação ao valor da causa já transitada em julgado e inserida digitalmente na ação rescisória de número 0036594-47.2007.4.03.0000.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5015924-09.2021.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Às 10 horas do dia 3 de maio de 2022, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora Federal Consuelo Yoshida e pela Assessora Kathia M. O. dos Santos Mandaliti para realização da entrevista.

Em resposta aos questionamentos da equipe da Corregedoria-Geral, foram obtidas as seguintes informações prestadas por Sua Excelência e pela assessoria acerca do funcionamento do gabinete.

O gabinete conta atualmente com apenas 12 servidores, todos eles atuando na atividade-fim, e nenhum estagiário. Isso porque a Desembargadora Federal Consuelo

Yoshida assumiu recentemente o gabinete (2 de março de 2022) e ainda não foi possível completar a equipe.

O gabinete realiza, de imediato, a triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. Os processos são separados por assunto para distribuição entre os servidores responsáveis pela matéria. Durante o procedimento de triagem, há a utilização de etiquetas do próprio sistema para melhor acompanhamento dos feitos urgentes e submetidos às prioridades legais.

A distribuição das tarefas dentro do gabinete vem mostrando bons resultados. Prioriza-se a especialização por matéria, levando-se em conta as habilidades dos servidores. Cada servidor é encarregado de analisar os autos e elaborar a minuta dos processos de sua respectiva matéria. A análise dos embargos de declaração, no entanto, é concentrada em apenas duas pessoas, com vistas à especialização e com o objetivo de evitar atrasos.

Os agravos de instrumento também são distribuídos por matéria/assunto, salvo no que tange à análise dos pedidos de liminar (efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal) e elaboração da respectiva minuta fica sob a responsabilidade de uma única servidora (chefe de gabinete). Dos pedidos de liminar, são examinados efetivamente apenas aqueles considerados mais urgentes, em que haja periculação de direito. Os demais agravos de instrumento recebem despacho para apresentação de contraminuta e, após o decurso do respectivo prazo, são colocados em pauta de julgamento. Há preferência por parte da magistrada pela apreciação dos agravos de instrumento diretamente pelo colegiado. Por conseguinte, são prolatadas poucas decisões apreciando o pedido de liminar.

O elevado número de liminares pendentes em agravo de instrumento resulta, segundo o gabinete, do grande acervo de processos recebidos nessa situação deixado pelo magistrado anterior.

Os agravos internos são igualmente distribuídos por matéria, cabendo ao servidor que elaborou a minuta da decisão agravada elaborar também a minuta de decisão/voto no agravo interno. Não foram recebidos pedidos de efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal em apelação nesse pouco tempo após o retorno da Vice-Presidência.

Os processos são colocados em pauta apenas após a elaboração das minutas.

Além de realizar a triagem dos agravos de instrumento, elaborar as minutas de decisão naqueles casos considerados efetivamente urgentes e promover o impulso dos demais agravos de instrumento visando ao julgamento pelo colegiado, a chefe de gabinete é responsável ainda pela elaboração de minutas de decisão em julgamentos monocráticos. No desempenho da atividade eminentemente administrativas, a chefe de gabinete é responsável pelo controle da frequência dos demais servidores.

A assessora, por sua vez, fica responsável por gerir as atividades da área-fim realizadas por todo o grupo, promovendo a divisão das tarefas dentro do gabinete, revisando as minutas elaboradas pelos demais assessores antes de submetê-las à apreciação da magistrada e controlando a produtividade mediante o uso de planilhas que contêm o nome do servidor, os números dos processos e a contagem do tempo entre a distribuição e a elaboração da minuta. Cumpre-lhe ainda auxiliar diretamente a Desembargadora nas sessões de julgamento.

Há a fixação de meta coletiva (número de processos julgados no mês superior à distribuição do mês anterior) e meta individual (quinze minutas de decisão interlocutória e/ou voto por semana). A produtividade em relação aos despachos de mero expediente não é contabilizada.

Admite-se o teletrabalho no gabinete, com comparecimento quinzenal. Porém, em virtude da edição de nova resolução disciplinando a matéria, reduziu-se de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite máximo de servidores em trabalho remoto, com obrigatoriedade de comparecimento presencial 3 (três) dias por semana.

O controle das prioridades legais é realizado por meio do sistema mediante o uso de etiquetas apostas no sistema PJe. Além das prioridades legais, confere-se prioridade aos agravos de instrumento e aos processos com matéria nova.

O atendimento aos advogados é realizado diretamente pela desembargadora, por videoconferência ou presencialmente, com ou sem prévio agendamento, em dia específico da semana.

Os poucos processos físicos existentes no gabinete foram todos recebidos da Vice-Presidência, não tendo sido digitalizados em virtude do encerramento e não renovação do contrato celebrado com a empresa até então encarregada dessa tarefa.

Havendo necessidade de sobrestamento de processos conclusos, em face da sistemática dos recursos repetitivos/repercussão geral, o sobrestamento é realizado no próprio gabinete.

Os vários feitos identificados durante a inspeção na classe de restauração de autos decorrem de incêndio ocorrido no prédio anexo, que acarretou a perda de aproximadamente 1.200 (mil e duzentos processos).

Entre os fatores que interferem no desempenho do gabinete, destacou-se a necessidade de implementar melhorias no sistema PJe, a fim de assegurar maior autonomia administrativa, propiciando o melhor gerenciamento do acervo e a realização das atividades próprias de gabinete.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, quando o acervo se encontrava sob a jurisdição do Desembargador Federal Antônio Cedenho, houve aumento do montante de processos conclusos de 2.098 para 2.206. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.300 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.206.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 171, na última inspeção, para 322 segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, contudo, diante da assunção do acervo apenas em março do ano corrente, observa-se que o maior período de trabalho foi realizado pelo Desembargador que foi sucedido.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 37 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção, contudo, assim como na análise da produtividade, deve ser salientado que a assunção do acervo por parte da Desembargadora Consuelo se deu apenas em março do ano corrente, de modo que o tempo médio aqui enfrentado se aplica ainda ao período do Desembargador que foi sucedido.

Merece registro o elevado número de processos com pendência de análise de tutela provisória. Identifica-se como causa do acúmulo a tramitação de grande parte dos feitos até o julgamento do mérito sem a análise dos pedidos de tutela provisória, conforme se extrai da entrevista com a unidade.

35. RECOMENDAÇÕES

Além da referida recomendação, são medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Priorizar a análise dos embargos de declaração pendentes de apreciação no gabinete.
- c) Envidar esforços para manter a quantidade de processos julgados maior que a de distribuídos, em cumprimento à Meta 1.
- d) Priorizar o julgamento dos feitos distribuídos até 31/12/2016 e 31/12/2017.

Parece ser uma prática comum a alguns gabinetes da 3ª Turma a análise dos pedidos de liminares apenas quando há extrema possibilidade de perecimento do direito,

ficando as demais pendentes de apreciação, no aguardo do julgamento definitivo do próprio agravo, de modo que, em muitos casos verifica-se a perda do objeto, em face do julgamento do mérito em primeiro grau. Nessa linha, recomenda-se priorizar a análise dos pedidos de tutela provisória de urgência, pendentes de apreciação no gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3. Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nelton dos Santos.

2.2 Turma

Membro da 2ª Seção e da 3ª Turma do TRF/3ª Região; Membro da Comissão de Regimento Interno do TRF/3ª e terceiro suplente (por antiguidade) no Órgão Especial.

2.3 Competência

Nos termos do art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e da Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e da Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e da Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nelton dos Santos.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Antonio Ramirez Lopes (chefe de gabinete) - técnico judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	7.042
Processos suspensos/sobrestados	1.544
Processos conclusos	5.226
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	24
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.042
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.356
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.226
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.781
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.544
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.483

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é

indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	121
Mandados de segurança	7
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1 - No incidente de arguição de inconstitucionalidade n. 0000663-18.2005.4.03.6122, de relatoria do e. Des. Fed. Nino Toldo, pedi vista na sessão de 24/2/2022 e apresentei voto na primeira sessão seguinte, em 9/3/2022.
Conflitos de competência	19
Reclamações	0
Ações rescisórias	40
Outros	54

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.921
Recursos em mandados de segurança coletivos	27
Recursos em ações populares	12
Recursos em ações de improbidade administrativa	65

Recursos em ações civis públicas	110
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	332
Outros	6.379

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.921
Agravos de instrumento	2.010
Outros	302
Apelações cíveis	4.609

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

Outros	0
--------	---

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	1
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	262
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	242
Agravos legais/regimentais	18
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	18
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	405
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	22

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	58
Ano anterior	1.719
2º ano anterior	710
3º ano anterior	430
4º ano anterior	302
5º ano anterior ou mais antigo	1.638

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	279
Ano anterior	1.604

2º ano anterior	1.068
3º ano anterior	471
4º ano anterior	336
5º ano anterior	242
6º ano anterior ou mais antigo	776

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	310
Ano anterior	1.613
2º ano anterior	976
3º ano anterior	827
4º ano anterior	404
5º ano anterior	284
6º ano anterior	209
7º ano anterior ou mais antigo	588

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	9 - Todos os 9 votos-vista listados no item 4.16 do presente questionário já foram apresentados em sessão de julgamento. Atualmente o gabinete conta com 3 pedidos de vista, relativos à sessão da Segunda Seção, realizada em 8 de março de 2022 e que não puderam ser apresentados na primeira sessão subsequente, por conta do ataque cibernético sofrido pelo TRF3 em 30 de março de 2022.
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	7

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	1

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.181
Total de Processos julgados	2.903

Total de Processos baixados	2.576
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	278
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	605

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	95
Total de feitos não regularizados	4
Total de feitos verificados na inspeção anterior	69
Total de feitos não regularizados	3

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.122
Processos julgados no ano anterior	2.868
Processos distribuídos no ano corrente	361
Processos julgados no ano corrente	260

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.525
Pendentes em 31/12/2021	908
Porcentagem de atendimento da meta	78,83%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Porcentagem de atendimento da meta: 93,71%	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.340
Pendentes no último dia do mês anterior	1.155
Porcentagem de atendimento da meta	73,48%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.256
Pendentes no último dia do mês anterior	363
Porcentagem de atendimento da meta	83,65%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	63
Pendentes em 31/12/2021	15
Porcentagem de atendimento da meta	129,63%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	81
Pendentes no último dia do mês anterior	35
Porcentagem de atendimento da meta	93,75% Ações de Improbidade e 142,86% Crimes Contra Adm. Pública

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	77,18
Taxa de congestionamento em 2021	74,50
Taxa de congestionamento em 2022	70,59

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	44
Pendentes em 31/12/2021	2
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
--	--

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados não fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3.
Pendentes no último dia do mês anterior	Dados não fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados não fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
A unidade trabalha com empenho e responsabilidade para cumprir a sua função de utilidade pública. Atento às propostas de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, este gabinete busca identificar e priorizar o julgamento das seguintes	

demandas: 1. relacionadas à responsabilidade do Poder Público na prestação da saúde, 2. amparadas nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal e que estejam enquadradas na competência da 2ª Seção, promovendo assim a proteção gratuita aos necessitados, 3. decorrentes da pandemia de Covid-19, 4. que tenham por objeto a matéria ambiental.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados não fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3.
--	---

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Ação Justiça 4.0 visa fomentar a transformação digital, promovendo as soluções digitais colaborativas que automatizam as atividades dos tribunais, otimiza o trabalho dos magistrados, servidores e advogados. Garante, assim, mais produtividade, celeridade, governança e transparência dos processos. Naquilo que cabe ao gabinete, está unidade procura maximizar a utilização de todos os recursos digitais disponibilizados pelo TRF/3ª Região, tais com o SIGMA AI, ferramenta de inteligência artificial vinculada ao Sistema PJe, o atendimento aos advogados por meio de vídeo chamadas, oportunizando o acesso de um maior número de advogados, das mais variadas regiões do Brasil, bem assim a rápida atualização das fases processuais no PJe.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	0
Pendentes no mês anterior	0
Percentual de cumprimento da meta	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, foram feitas as seguintes recomendações: a) cumprir as recomendações do item 11, do Relatório de Inspeção, priorizando o julgamento de 48 dos processos inspecionados; b) priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa. c) priorizar a elaboração de voto-vista requerido pelo desembargador (atendimento ao art. 940 do CPC); d) adotar metas mais fortes em relação à diminuição

do acervo; e) regularizar, imediatamente após finda a digitalização, a fase processual dos processos sobrestados.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foram adotadas as seguintes providências para o cumprimento das recomendações: a) dos 48 processos listados no item 11, do Relatório de Inspeção, apenas 3 ainda não foram julgados pelas seguintes razões: sobrestamento de 2 deles (0002707-82.2015.4.03.6114 e 0001692-75.2016.4.03.6136), já em relação ao feito 0004750-73.2011.4.03.6100, houve falecimento de uma das partes e a necessidade de se processar a devida habilitação; b) foi priorizado o julgamento dos processos relativos à Meta 4, valendo ressaltar que este gabinete atingiu o índice de cumprimento de 129,63% para citada Meta 4 em 2021; c) todos os pedidos de vista pendentes à época foram levados à julgamento; d) foi regularizada a fase processual dos feitos sobrestados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O monitoramento em relação aos feitos sobrestados (0002707-82.2015.4.03.6114 e 0001692-75.2016.4.03.6136) e o processamento e a inclusão em pauta do feito 0004750-73.2011.4.03.6100, assim que em termos estiver para tanto.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, apenas a Meta 2/2021: o cumprimento em relação ao ano de 2016 foi de 78,83% e o cumprimento em relação ao ano de 2017 foi de 93,71%. Os percentuais de cumprimento nas diversas Metas do CNJ apresentados neste relatório de inspeção demonstram o acerto das iniciativas adotadas pela unidade e a evolução positiva em alcançar seu cumprimento. Serão envidados esforços no sentido de acompanhar e manter o cumprimento das Metas atendidas para esse ciclo; mas, sobretudo, criar estratégias para o alcance daquelas que, nesse período, não foram plenamente atingidas, buscando priorizar o julgamento dos feitos nelas englobados.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como boa prática pode-se destacar a iniciativa do Desembargador, com expressiva adesão dos servidores, de realizar encontros quinzenais na Emag (Escola de Magistrados), fora do horário de expediente, nos quais ele ministra aulas de processo

civil, atualmente suspensas por conta das restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Antonio Ramirez Lopes

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A Unidade encontra-se organizada em 3 setores, quais sejam: setor de apelações e remessas oficiais e agravos de instrumento (3ª Turma) e setor de feitos da 2ª Seção. O gabinete adota a divisão do trabalho de acordo com a especialização do servidor. Atualmente tem seus servidores distribuídos da seguinte forma: - 2 - execuções fiscais e embargos à execução; - 2 - ações coletivas e improbidades; - 4 - administrativos e diversos; - 1 - triagem inicial, despachos iniciais e análise de liminares dos agravos; 3 para apreciação de liminares, tutelas e elaboração das minutas para julgamento pelo Colegiado; - 3 - triagem e elaboração de minutas de despachos nas apelações da 3ª Turma e elaboração de despachos e de minutas de decisões colegiadas nos feitos da 2ª Seção; - 1 - tarefas operacionais do gabinete; - 1 - agente de segurança. Somados ao Assessor e ao Chefe de Gabinete, que atuam em todos os setores, o Gabinete conta com 15 servidores em atividades fim e 2 servidores em atividade-meio.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, em razão da pandemia do Covid-19 e em atendimento às determinações da Presidência do TRF/3ª Região, 80% dos servidores estão trabalhando em teletrabalho. A partir do dia 4 de abril de 2022, serão 9 servidores em regime de teletrabalho e 8 servidores em regime presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A complexidade da matéria trabalhada pelo servidor.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A extração periódica de relatórios gerenciais de produtividade do PJe permite um monitoramento do cumprimento das cotas mensais estabelecidas para cada servidor. Caso não haja o cumprimento, uma reunião entre servidor, a assessoria e a chefia do gabinete será realizada, para se buscar as razões para o descumprimento da cota estabelecida, bem assim as soluções a serem implantadas.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

À exceção de pouco mais de 7 ou 8 processos físicos recebidos nas últimas semanas da Vice-Presidência do TRF/3ª Região, para juízo de retratação, todo o restante do acervo já se encontra digitalizado. Praticamente 100% do acervo é digital.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Após a passagem dos processos pelas tarefas de processamento, tais como triagem de Gabinete, recebidos da Unidade processante, minutar ato, aqueles que se encontram em termos para julgamento pelo Colegiado são movimentados para a tarefa analisar tipo de decisão a proferir. Na mencionada tarefa, os feitos são divididos predominantemente em dois grupos: agravo de instrumento e apelação. Dentre tais grupos, os feitos são organizados mediante etiquetas específicas quanto ao assunto, para otimizar o desenvolvimento de minutas para inclusão em julgamento. Além de tais assuntos, etiquetam-se os processos que serão objeto de inspeção, prioridade, bem assim os sobrestados. Foram criadas etiquetas com o nome dos servidores, de modo que, ao movimentar o processo para essa tarefa, além da identificação quanto ao assunto, o processo também fica localizado com etiqueta do servidor responsável pela análise do feito, permitindo maior agilidade na identificação e no desenvolvimento do trabalho.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Todos os feitos são separados por assunto e, dentro de cada assunto, são triados por ordem cronológica, observando-se as preferências e as prioridades legais para julgamento, inclusive aquelas previstas no art. 12 do Código de Processo Civil. As medidas urgentes são entregues à chefia do gabinete ou aos assessores para a adoção das providências necessárias para a rápida solução da questão. Os agravos internos e embargos de declaração são triados e encaminhados aos respectivos setores, de modo que os feitos retornam para serem examinados pelo mesmo setor cuja decisão ou acórdão deu ensejo a tais recursos. Importante destacar que no Sistema PJe é possível fixar etiquetas de identificação nos feitos em tramitação, conforme sua situação ou necessidade. É uma importante e eficaz ferramenta de acompanhamento da movimentação e controle geral dos feitos.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Não há metas individuais. Tendo em vista a diversidade e complexidade das matérias abrangidas por esta Seção, é difícil estipular um controle individual. Optou-se, então, pelo controle coletivo.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. A unidade adota a identificação pela fixação de etiquetas do PJe em todos os processos com indicação de preferência ou prioridade no processamento. Com base em listagens fornecidas periodicamente pelo Setor de Estatística do Tribunal, são etiquetados também os processos incluídos nas Metas 4 e 6 do CNJ, para acompanhamento e cumprimento. Em relação às Metas 1 e 2 do CNJ, pelo volume de processos que envolvem, são controladas apenas pelas listagens fornecidas pelo Setor de Estatística do Tribunal.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Desde o advento do novo Código de Processo Civil e em atenção ao disposto em seu artigo 932, o emprego de decisões terminativas tornou-se mais restrito. Assim, no Gabinete, são objeto de decisões terminativas os feitos nos quais a questão tratada se amolde aos limites do cabimento de tal dispositivo legal, como, por exemplo, cuja questão tenha sido objeto de súmula ou de acórdão repetitivo dos Tribunais Superiores.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Sempre que possível a unidade faz uso de modelos de decisões e votos.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Excetuando-se os treinamentos sobre funcionalidades do PJe, promovidos pelo Tribunal, a capacitação dos servidores, em sua grande maioria, ocorre em cursos particulares, fora do Tribunal e por conta e iniciativa dos próprios servidores. Nos últimos anos houve uma grande diminuição na oferta de cursos de capacitação aos servidores pelo Tribunal. Com frequência, o Desembargador repassa informações acerca de cursos e eventos de interesse da equipe, estimulando a participação, além de, por sua própria iniciativa, ministrar aulas aos servidores do Gabinete sobre temas atinentes ao trabalho.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Todos os feitos afetados por determinação de sobrestamento, emitidas pelos Tribunais Superiores são despachados, etiquetados no sistema PJe e remetidos à Subsecretaria das Turmas, onde permanecem até o levantamento do sobrestamento. Temas Sobrestados STF: - Tema 264; - Tema 265; - Tema 284; - Tema 285. Temas Sobrestados STJ: - Tema 981; - Tema 1.008; - Tema 1.041; - Tema 1079; - Tema 1123.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

No que diz respeito à Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, frise-se que esta Corte possui um Gabinete de Conciliação, que é a unidade responsável especificamente pela solução de processos em que há interesse manifestado das partes na composição. Ocorrendo nos autos a manifestação de interesse, os autos são remetidos ao Gabinete de Conciliação para processamento. Independentemente de manifestação das partes, verificando o Desembargador a viabilidade da solução consensual, o feito é remetido ao Gabinete de Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Nenhum

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Sempre que possível e ressalvados casos de maior complexidade, na primeira sessão subsequente à sessão em que foi feito o pedido de vista. Destaque-se que, desde a implantação do sistema PJe, os pedidos de vista diminuíram sensivelmente, dada a facilidade de resolver-se a questão na própria sessão em que o feito foi pautado.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de consulta às bases de dados de jurisprudência desta Corte, bem assim por meio de informações recebidas via e-mail, do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes/NUGE.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Atualmente, por conta das restrições impostas pela pandemia do Covid-19, as sessões de julgamento ocorrem de forma eletrônica ou presencial por videoconferência. Na forma eletrônica, os processos são lançados no painel do Sistema PJe, sendo que os magistrados que compõem os respectivos órgãos julgadores lançam seus votos no painel até o horário de fechamento da sessão, previamente estabelecido. Já as sessões presenciais por videoconferência ocorrem por meio de plataformas como o Teams ou Cisco Meeting, com a interação em tempo real dos magistrados que compõem o órgão julgador, bem assim com a oportunidade de realização de sustentações orais pelos advogados inscritos.

28. A unidade possui plano de gestão?

O Plano de Gestão é uma peça de gerenciamento, operacionalização e acompanhamento dos objetivos e metas a serem alcançadas. A Unidade não possui um Plano de Gestão como uma peça formal, mas adota práticas, planos e estratégias baseadas na experiência e resultados obtidos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A gestão de pessoal e de recursos materiais é coordenada pelo Chefe de Gabinete e pelos Assessores I e II, sempre com o conhecimento do Desembargador Federal Nelton dos Santos e com o apoio operacional dos setores responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas e controle de materiais deste tribunal. Atualmente o gabinete possui apenas uma vaga não preenchida, para o cargo de agente de segurança. Relativamente aos recursos materiais, esta unidade encontra-se satisfeita.
b) gestão do trabalho	A gestão de trabalho é orientada pelo Desembargador Federal Nelton dos Santos em conjunto com os Assessores I e II e com o Chefe de Gabinete. Periodicamente são traçados planos de trabalho e produtividade objetivando atingir as metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, bem assim a efetiva prestação jurisdicional.
c) resultados	Os resultados alcançados estão dentro das expectativas.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A prestação jurisdicional célere e de qualidade, bem assim o integral atingimento das Metas estipuladas pelo CNJ.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Em razão das novas demandas, promover a reorganização e aprofundamento da especialização de servidores em matérias específicas, ao fim de produtividade sem comprometer a qualidade do trabalho, com enfoque nos processos incluídos em Metas e com preferência legal. Em conjunto com o Des. Fed. Nelton dos Santos, analisar a ampliação do julgamento por meio de decisão monocrática, medida com bastante impacto no alcance dos objetivos. O aprimoramento do banco de modelos, integrando os paradigmas por meio de etiquetas com correspondência ao acervo, de forma a agilizar e facilitar a busca. A promoção de reuniões periódicas com todos os servidores,

incluídos os que estão em home office, para atualização sobre cumprimento de metas e buscar soluções para o desenvolvimento do trabalho.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Como principais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas, destacamos duas: a) a ampliação do número de servidores em regime de teletrabalho, com eficácia comprovada nos números estatísticos de produtividade de todos os gabinetes; b) o atendimento aos advogados, realizado pelo magistrado, por meio de videoconferência, previamente agendado. Tal prática oportunizou o atendimento de mais de três centenas de advogados, das mais diversas regiões do país, desde março de 2020.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A unidade adota os seguintes métodos de controle: - a) são geradas listagens mensalmente com indicação de preferência ou prioridade no processamento, a fim de planejar as atividades considerando as informações colhidas; - b) a fim de dar cumprimento ao art. 12 do Código de Processo Civil, esta Unidade faz uso da listagem fornecida periodicamente pelo Setor de Estatística do Tribunal.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0023562-27.2015.4.03.6100	18/10/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0018832-08.2018.4.03.9999	1º/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5014732-12.2019.4.03.0000	10/6/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 6 de abril de 2022.		
5015818-81.2020.4.03.0000	15/6/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 23 de março de 2022.		
5000847-57.2021.4.03.0000	28/1/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 4 de maio de 2022.		
5004420-06.2021.4.03.0000	4/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		

5001543-35.2017.4.03.0000	10/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5005725-64.2017.4.03.0000	5/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 4 de maio de 2022.		
5003524-02.2017.4.03.0000	6/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5003992-63.2017.4.03.0000	11/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5005999-28.2017.4.03.0000	9/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5007185-86.2017.4.03.0000	24/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 4 de maio de 2022.		
0009338-61.2009.4.03.0000	24/3/2009	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta em 60 dias.		
0040093-05.2008.4.03.0000	20/10/2008	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5009495-94.2019.4.03.0000	17/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito julgado monocraticamente em 4 de março de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
5020601-53.2019.4.03.0000	13/8/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 4 de maio de 2022.		
5025293-95.2019.4.03.0000	1º/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado em fevereiro de 2022.		
0001629-30.2013.4.03.6112	29/1/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5001972-94.2020.4.03.0000	3/2/2020	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5006816-87.2020.4.03.0000	25/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5006942-40.2020.4.03.0000	26/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5020868-88.2020.4.03.0000	28/7/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5025466-85.2020.4.03.0000	5/10/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Feito extinto à requerimento da parte, por razão de distribuição em duplicidade.		
5004963-43.2020.4.03.0000	2/3/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0013516-91.2006.4.03.6100	28/8/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de vista formulado pelo Des. Fed. Nery Junior, conforme certidão de julgamento: Após o voto da Relatora NEGANDO PROVIMENTO à apelação e NÃO CONHECENDO dos agravos retidos, pediu vista o Desembargador Federal Nery Júnior.		
5014813-92.2018.4.03.0000	28/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pedido de vista formulado pelo Des. Fed. Nery Junior, conforme certidão de julgamento: Após o voto do Relator, Des. Fed. NELTON DOS SANTOS, negando provimento ao recurso, pediu vista o Des. Fed. NERY JUNIOR.		
0006694-55.2008.4.03.6120	29/4/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 (expurgos inflacionários).		
0031555-93.2012.4.03.0000	9/11/2012	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0012071-53.2016.4.03.0000	7/7/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0010289-11.2016.4.03.0000	9/6/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5012196-62.2018.4.03.0000	4/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A decisão que ensejou a oposição dos embargos declaratórios foi reconsiderada e tornada sem efeito. Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		

5005924-18.2019.4.03.0000	13/3/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito julgado monocraticamente em 23 de março de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
5001446-77.2017.4.03.6000	22/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5003625-15.2017.4.03.6119	6/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5001279-64.2017.4.03.6128	26/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5000340-50.2017.4.03.6107	2/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5003539-67.2018.4.03.6100	8/5/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5004265-18.2017.4.03.6119	24/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5000456-47.2017.4.03.6110	22/1/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5000810-08.2017.4.03.6002	23/2/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5000426-21.2017.4.03.6107	29/5/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5004528-50.2017.4.03.6119	27/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5002456-10.2018.4.03.6102	25/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5011175-21.2017.4.03.6100	15/6/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5008023-62.2017.4.03.6100	14/12/2018	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5001066-15.2017.4.03.6110	8/6/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5005088-70.2018.4.03.6114	3/5/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5028473-56.2018.4.03.0000	9/11/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0007299-02.2015.4.03.6105	29/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0022230-35.2009.4.03.6100	8/11/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0010396-88.2007.4.03.6105	19/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0021218-83.2009.4.03.6100	30/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito julgado pelo colegiado da 3ª Turma em 10 de março de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
0028540-91.2008.4.03.6100	8/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 23 de março de 2022.		
0001707-24.2008.4.03.6104	19/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado pelo colegiado da 3ª Turma em 2 de fevereiro de 2022. Aguarda cumprimentos dos prazos em secretaria.		
5003450-74.2019.4.03.0000	15/2/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0002334-40.2008.4.03.6100	5/5/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado pelo colegiado da 3ª Turma em 10 de março de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
0010175-71.2008.4.03.6105	19/6/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		

0056338-13.1997.4.03.6100	9/11/2000	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0001139-09.2007.4.03.6115	23/12/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito julgado pelo colegiado da 3ª Turma em 2 de fevereiro de 2022. Aguarda cumprimentos dos prazos em secretaria.		
0029450-26.2005.4.03.6100	17/6/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 23 de março de 2022.		
0012852-31.2004.4.03.6100	18/6/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito julgado pelo colegiado da 3ª Turma em 2 de fevereiro de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
0029739-61.2002.4.03.6100	7/8/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0026154-98.2002.4.03.6100	7/8/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5020085-96.2020.4.03.0000	22/7/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Feito julgado monocraticamente em 23 de fevereiro de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
5022937-93.2020.4.03.0000	28/8/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Liminar indeferida. Agravo Interno pendente de julgamento. Determinação para que o feito seja incluído em pauta em 60 dias.		
5000845-87.2021.4.03.0000	22/1/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Feito julgado monocraticamente em 11 de fevereiro de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
0041732-48.1995.4.03.6100	21/7/2006	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5020199-35.2020.4.03.0000	22/7/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0056650-57.1995.4.03.6100	27/7/2006	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0042678-78.1999.4.03.6100	11/9/2007	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinação para que o feito seja incluído em pauta de julgamento em até 60 dias.		

0006599-71.2016.4.03.0000	7/10/2020	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Feito remetido à Vice-Presidência para prosseguimento, nos termos do art. 716 do Código de Processo Civil.		
0001318-08.2014.4.03.0000	27/1/2014	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo devolvido pela vice-presidência em setembro de 2021, para juízo de retratação. O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 2ª Seção na sessão de 5 de abril de 2022.		
0003027-97.2003.4.03.6100	31/5/2005	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito julgado pelo colegiado da 3ª Turma em 10 de março de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
0006236-84.2016.4.03.0000	7/10/2020	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Feito julgado monocraticamente em 24 de março de 2022. Aguarda cumprimento dos prazos em secretaria.		
0026493-67.2015.4.03.0000	7/10/2020	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Feito remetido à Vice-Presidência para prosseguimento, nos termos do art. 716 do Código de Processo Civil.		
0010937-49.2001.4.03.6100	4/12/2002	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito encontra-se pautado para julgamento pelo colegiado da 3ª Turma na sessão de 6 de abril de 2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 76 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5028473-56.2018.4.03.0000	5022937-93.2020.4.03.0000	5020199-35.2020.4.03.0000
5012196-62.2018.4.03.0000	5011175-21.2017.4.03.6100	5008023-62.2017.4.03.6100
5005999-28.2017.4.03.0000	5005088-70.2018.4.03.6114	5004528-50.2017.4.03.6119
5004420-06.2021.4.03.0000	5004265-18.2017.4.03.6119	5003992-63.2017.4.03.0000
5003625-15.2017.4.03.6119	5003524-02.2017.4.03.0000	0007299-02.2015.4.03.6105
0018832-08.2018.4.03.9999	0022230-35.2009.4.03.6100	0023562-27.2015.4.03.6100
0026154-98.2002.4.03.6100	0029739-61.2002.4.03.6100	0031555-93.2012.4.03.0000
5000340-50.2017.4.03.6107	5000426-21.2017.4.03.6107	5000810-08.2017.4.03.6002
5001066-15.2017.4.03.6110	5001279-64.2017.4.03.6128	5001446-77.2017.4.03.6000
5001543-35.2017.4.03.0000	5001972-94.2020.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

0001139-09.2007.4.03.6115	0012852-31.2004.4.03.6100
---------------------------	---------------------------

c) Promover a movimentação em 30 dias. Processo paralisado por mais de 30 dias.

0056338-13.1997.4.03.6100

d) Apreciar pedido de medida de urgência em 10 dias (processos conclusos há mais de 15 dias)

5020868-88.2020.4.03.0000	5006942-40.2020.4.03.0000	5006816-87.2020.4.03.0000
5004963-43.2020.4.03.0000	5002456-10.2018.4.03.6102	0009338-61.2009.4.03.0000
0010175-71.2008.4.03.6105	0010289-11.2016.4.03.0000	0010396-88.2007.4.03.6105
0012071-53.2016.4.03.0000	0041732-48.1995.4.03.6100	5000456-47.2017.4.03.6110

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Às 10h30 do dia 11 de maio de 2022, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Nelton dos Santos, pelo Chefe de Gabinete, Antonio Ramirez Lopes, pelo Assessor, João Nunes Sobrinho, para realização da entrevista.

Em resposta aos questionamentos da equipe da Corregedoria-Geral, foram obtidas as seguintes informações prestadas por Sua Excelência, pelo Chefe de Gabinete e pelo Assessor acerca do funcionamento do gabinete.

O gabinete conta atualmente com 16 servidores, estando 1 (um) deles em gozo de licença médica e outra prestes a entrar em gozo de licença maternidade. Atualmente o gabinete não conta com nenhum estagiário de Direito.

O gabinete realiza, por meio de 2 (dois) servidores, a triagem inicial dos processos recebidos da distribuição, sendo um deles responsável pelos agravos de instrumento e outro pelas apelações. O servidor responsável pelos agravos, realiza o impulso inicial, analisando o recolhimento de custas e separando os pedidos de liminar mais urgentes para apreciação imediata.

Todos os processos são separados por assunto e distribuição entre os servidores encarregados da matéria. Durante o procedimento de triagem, são utilizadas etiquetas do próprio sistema para facilitar a identificação das matérias, o acompanhamento dos feitos urgentes e daqueles submetidos às prioridades legais.

Na divisão das tarefas dentro do gabinete, prioriza-se a especialização por matéria, levando em conta as habilidades de cada servidor. Os servidores ficam responsáveis por analisar os autos e elaborar a minuta dos processos de sua respectiva matéria.

Os embargos de declaração ficam sob a responsabilidade do servidor que elaborou a minuta, cabendo também a ele a elaboração da minuta dos embargos declaratórios.

A análise dos pedidos de liminar e a elaboração da respectiva minuta fica sob a responsabilidade do Assessor. Atualmente são examinados todos os pedidos de liminar em agravo, ainda que de forma simplificada quando não estiver caracterizado o risco de perecimento de direito.

O elevado número de liminares pendentes de apreciação resulta, em parte, da sistemática de trabalho adotada anteriormente, quando não eram analisados todos os pedidos de liminar em agravo, abrindo-se, de pronto, vista para contrarrazões.

Atualmente, essa falha não mais subsiste, pois todos os pedidos de liminar são examinados e todo provimento judicial que versa sobre a apreciação do pedido de liminar passou a ser cadastrado no sistema como decisão.

Os agravos internos também são distribuídos por matéria, cabendo ao servidor que elaborou a minuta da decisão agravada elaborar também a minuta de decisão/voto no agravo interno.

Os processos são colocados em pauta apenas após a elaboração da minuta para evitar pendências de uma pauta para outra.

O Chefe de Gabinete, o Assessor e a Assessora II são responsáveis pela distribuição das tarefas dentro do gabinete e pelo acompanhamento da produtividade dos demais servidores. O Chefe de Gabinete também atua na triagem das apelações, em auxílio ao magistrado durante os atendimentos ao público externo e nas atividades administrativas próprias da função, como o controle de frequência dos servidores do gabinete.

O Assessor, por sua vez, é responsável pela elaboração das minutas de agravo, cabendo-lhe ainda prestar auxílio direto ao Desembargador durante as sessões de julgamento. Essa última tarefa também é realizada com o apoio do Chefe de Gabinete.

O gabinete não trabalha com metas individuais ou coletivas, salvo aquelas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (Meta 1, Meta 2, etc) e as metas fixadas para os servidores em teletrabalho. É realizado, porém, o acompanhamento constante da produtividade de cada servidor.

Admite-se o teletrabalho no gabinete, desde antes da pandemia de Covid-19, realizado preferencialmente entre as 9 e 19 horas, cabendo ao Chefe de Gabinete o acompanhamento das atividades e produtividade. O acompanhamento da produtividade é feito mensalmente. Ficou definido pelo Desembargador que o percentual de servidores em teletrabalho não pode ultrapassar 60% (sessenta por cento) do total. Atualmente 9 (nove) servidores estão em teletrabalho e 7 (sete) atuando em formato presencial.

O controle dos processos de meta, prioridades e preferências legais é realizado por meio do sistema mediante o uso de etiquetas do PJe, salvo no que diz respeito às Metas 1 e 2, devido ao volume.

São poucos os recursos pendentes de julgamento ampliado (art. 942 do CPC). No entanto, verifica-se uma demora no julgamento desses processos em face da designação de poucas sessões de julgamento pela Presidência da Turma. Isso, no ano em curso, decorreu em face do ataque cibernético sofrido pelo Tribunal no mês de abril.

O gabinete realiza o controle dos processos com pedido de vista e para lavratura de acórdão pelo próprio Desembargador, mas não realiza a cobrança dos processos com pedidos de vista e para lavratura de acórdão remetidos a outros gabinetes.

Os processos com pedido de vista são encaminhados para os servidores responsáveis pelas matérias quando já existe um padrão de voto pré-definido pelo Desembargador. Caso contrário, o próprio Desembargador examina a matéria, atribuindo ao Assessor ou a outro servidor a elaboração da minuta.

O atendimento aos advogados é realizado pelo Desembargador, por videoconferência ou presencialmente, mediante prévio agendamento, ou pelo Chefe de Gabinete ou Assessor, caso assim preferam os advogados e as partes. Para os casos urgentes, não há necessidade de prévio agendamento para audiência com o Desembargador.

Os poucos processos físicos existentes no gabinete foram recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação/adequação. Esses processos ainda não foram digitalizados em razão do encerramento do contrato celebrado com a empresa contratada pelo Tribunal para realização dessa tarefa.

Havendo necessidade de sobrestamento de processos conclusos, em face da sistemática dos recursos repetitivos/repercussão geral, os autos são baixados à Secretaria das Turmas para adoção dessa providência, lá permanecendo até o julgamento do recurso paradigma.

A título de contribuição, o Chefe de Gabinete sugeriu que se verificasse a necessidade/conveniência de definição do marco inicial para contagem do prazo para julgamento dos embargos de declaração (protocolo, conclusão, juntada das contrarrazões, etc), chamando ainda a atenção para o fato de que, apenas entre a inclusão em pauta e a data do julgamento, já transcorre prazo superior a 30 (trinta) dias.

Entre os fatores que interferem no desempenho do gabinete, o Desembargador destacou que sua atuação no Tribunal Regional Eleitoral contribuiu decisivamente para que houvesse atraso no julgamento dos processos, em razão do tempo tomado para realização das atividades do eleitoral. Além disso, as novas regras do Código de Processo Civil, a necessidade de observância dos prazos do processo eletrônico, a interposição de muitos embargos de declaração impactaram no julgamento dos processos. A título de boas práticas, o Desembargador indicou a realização de reuniões periódicas com os servidores para discutir temas relacionados aos processamentos dos recursos e o julgamento conjunto do agravo interno e do agravo de instrumento.

O Chefe de Gabinete e o Assessor, por sua vez, ressaltaram a necessidade de implementação de melhorias no sistema PJe, notadamente no que diz respeito à identificação e controle das petições que ingressam quando os autos já se encontram conclusos, a fim de permitir melhor controle e agilizar os processos.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos 5.443 para 5.226. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.781 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.226.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 291, na última inspeção, para 262, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 31 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Além da referida recomendação, são medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32, com atenção especial para os processos constates no sistema PJe 5012196-62.2018.4.03.0000; 5011175-21.2017.4.03.6100; 5008023-62.2017.4.03.6100; 5005088-70.2018.4.03.6114; 5004265-18.2017.4.03.6119; 5000426-21.2017.4.03.6107 e 5001066-15.2017.4.03.6110, que estão conclusos há aproximadamente 3 (três) anos; os Pjes. 5004528-50.2017.4.03.6119; 5003625-15.2017.4.03.6119; 5000340-50.2017.4.03.6107; 5000810-08.2017.4.03.6002; 5001279-64.2017.4.03.6128 e 5001446-77.2017.4.03.6000; pendentes de julgamento há 4 (quatro) anos; e, por fim, os Pjes. 5005999-28.2017.4.03.0000; 5003992-63.2017.4.03.0000; 5003524-02.2017.4.03.0000; 5001543-35.2017.4.03.0000; que carecem de julgamento por cerca de 5 (cinco) anos.

b) Priorizar a análise dos embargos de declaração ainda pendentes a fim de que se mantenha a diminuição de feitos apresentada em relação à inspeção passada.

c) Priorizar o julgamento dos feitos distribuídos até 31/12/2016 e 31/12/2017 para que se reduza ainda mais a quantidade de feitos pendentes em relação aos números apresentados na inspeção passada até que se alcance o cumprimento das metas.

Parece ser uma prática comum a alguns gabinetes da 3ª Turma a análise dos pedidos de liminares apenas quando há extrema possibilidade de perecimento do direito, ficando as demais pendentes de apreciação, no aguardo do julgamento definitivo do próprio agravo, de modo que, em muitos casos verifica-se a perda do objeto, em face do

juízo de mérito em primeiro grau. Nessa linha, recomenda-se priorizar a análise dos pedidos de tutela provisória de urgência, pendentes de apreciação no gabinete.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Marli Ferreira

2.2 Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Órgão Especial e 2ª Seção - Direito Público

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Marli Marques Ferreira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fabiano Pereira Kobal - RF 2715, Chefe de Gabinete. 20/3/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	7.570
Processos suspensos/sobrestados	1.777
Processos conclusos	5.222
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	19
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Não há

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.570
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.403
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.222
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.393
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.777
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.184

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	63
Mandados de segurança	4

Conflitos de competência	18
Ações rescisórias	12
Outros	29

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.507
Recursos em mandados de segurança coletivos	33
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	64
Recursos em ações civis públicas	106
Recursos em ações com preferência legal	344
Outros	6.956
Recursos em ações de desapropriação	Não se aplica

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.507
Apelações cíveis	5.660
Agravos de instrumento	1.423
Outros	424

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas Corpus	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica

Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas Corpus	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	2
Por Recurso Extraordinário	2

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	395
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	275
Agravos legais/regimentais	16
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	15

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	443
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	21

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	65
Ano anterior	1.514
2º ano anterior	675
3º ano anterior	491
4º ano anterior	293
5º ano anterior ou mais antigo	1.033

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	338
Ano anterior	1.340
2º ano anterior	810
3º ano anterior	376
4º ano anterior	286
5º ano anterior	199
6º ano anterior ou mais antigo	682

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	403
Ano anterior	1.603
2º ano anterior	881
3º ano anterior	596
4º ano anterior	318
5º ano anterior	291
6º ano anterior	195
7º ano anterior ou mais antigo	923

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	33
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	31

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	23
Total como relator para o acórdão	46

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.154
Total de Processos julgados	2.856
Total de Processos baixados	2.673
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	298
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	481

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	54
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	88
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.117
Processos julgados no ano anterior	3.272
Processos distribuídos no ano corrente	321
Processos julgados no ano corrente	353

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.448
Pendentes em 31/12/2021	1.474
Porcentagem de atendimento da meta	74,80%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
93,13%	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.874
Pendentes no último dia do mês anterior	1.684
Porcentagem de atendimento da meta	70,02%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.183
Pendentes no último dia do mês anterior	276

Porcentagem de atendimento da meta	90,18%
------------------------------------	--------

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	45
Pendentes em 31/12/2021	13
Porcentagem de atendimento da meta	119,57%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	47
Pendentes no último dia do mês anterior	19
Porcentagem de atendimento da meta	99,29%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	76,37
Taxa de congestionamento em 2021	76,81
Taxa de congestionamento em 2022	71,15

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	As ações coletivas estão fora da meta 2022, CNJ.
Pendentes em 31/12/2021	As ações coletivas estão fora da meta 2022, CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	As ações coletivas estão fora da meta 2022, CNJ.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	As ações coletivas estão fora da meta 2022, CNJ.

Pendentes no último dia do mês anterior	As ações coletivas estão fora da meta 2022, CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	As ações coletivas estão fora da meta 2022, CNJ.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Entendemos que as ações de prevenção ou desjudicialização de litígios dependem do objeto da ação em curso, demandando iniciativa da Presidência da Corte por envolver a elaboração de um plano conjunto de ações de diferentes Órgãos, internos e externos.
 Fonte: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Plano_Meta_9_2021_STJ.pdf

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados não disponibilizados
--	----------------------------

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Implantação do PJe com digitalização de 100% do acervo.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Dados não disponibilizados
---	----------------------------

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. 1) Julgar em até 60 dias os 10 (dez) processos inspecionados da amostra, referenciados no item 1, alínea a; 2) Incrementar a produtividade para julgar mais processos distribuídos (Meta 1, CNJ); 3) Aprimorar as medidas para o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2, CNJ).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os feitos relacionados no item 1, alínea "a" foram julgados dentro do prazo assinalado.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Com relatório estatístico fornecido pelo Tribunal, todos os servidores que atuam na atividade-fim estão cientes de que precisamos incrementar a produtividade das

Metas 1 e 2, CNJ, observando-se a produção fixada em 3 processos/dia, a serem verificados semanalmente.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Temos encontrado muita dificuldade nas "travas" existentes no PJe, sobretudo quando há questões de ordem pública apresentadas em sessão. Constantemente precisamos abrir chamados para resolver problemas de julgamentos indevidos, sumiço de documentos salvos etc.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Fabiano Pereira Kobal - RF 2715, Chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Atualmente dividimos os servidores da atividade-fim em 2 grupos, levando em consideração a classe processual no âmbito da competência da 4ª Turma - Agravos de Instrumento (3 servidores: Aladim, Patrícia e Márcia) e Demais recursos (8 servidores: Cristina, João Nelson, Igor, Claudio Marcelo, Marilu, Wilson, Genilson, Samantha). Os processos originários, bem como aqueles da competência da 2ª Seção e Órgão Especial ficam a cargo da Assessora. Temos apenas 3 servidores em atividade-meio, sendo 2 agentes de segurança e 1 técnico judiciário, responsável pela triagem, remessa e inclusão de processos em pauta de julgamento.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente todos os servidores, excluídos os agentes de segurança, estão em regime de teletrabalho, observado o sistema de rodízio e escala, a fim de atender à determinação da Administração do TRF3R.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No regime atualmente estabelecido pela Presidência do TRF3R, em razão do estado excepcional ocasionado pela pandemia, o teletrabalho é integral, porém há servidores que mantêm o atendimento mínimo exigido. Ocorre que a partir de maio de 2022, o regime determinado pela e. Desembargadora será parcial, com escala definida com percentual mínimo de 30% dos servidores da área-fim.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Na fixação das cotas leva-se em consideração a quantidade de dias que o servidor fará atividade presencial. Haverá acréscimo de 10% na produtividade daqueles que comparecem apenas 1 vez por semana.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é semanal, impondo-se o regresso ao regime presencial daquele que não regularizar a produtividade no prazo de 1 mês, contado da notificação da falha no atingimento da meta.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente não possuímos processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os feitos triados recebem etiquetas dos servidores e das fases em cada uma das tarefas do PJe.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Há determinação da e. Desembargadora para priorizar os declaratórios e agravos legais conclusos há mais de 90 dias, além das tutelas concedidas. Com base no acesso diário pela servidora que atua na atividade-meio e da assessora II, conseguimos monitorar os feitos que estão com atraso ou demora na apreciação de pedidos de urgência.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas estão estabelecidas de modo individual, cabendo a cada servidor da atividade-fim a elaboração de no mínimo 3 minutas de voto/decisão monocrática por dia, levando-se em consideração a complexidade da matéria, sobretudo em relação às ações coletivas, as ações de improbidade administrativa, as ações civis públicas etc.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Assim que a unidade atingir a meta de 5.000 processos no acervo, incluídos os sobrestados, está autorizada a concessão de um dia de folga a cada dois meses.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Todos os servidores conhecem as metas do CNJ, em especial a que trata do julgamento dos processos mais antigos. Dessa forma, tão logo identificado na tarefa um feito com prioridade legal ou inserido em meta do CNJ o servidor insere etiqueta com seu nome, ou avisa a assessoria para encaminhar ao servidor que trata da matéria.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nas hipóteses do art. 932 do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Apesar de o sistema PJe ser complexo quanto à inserção e consulta de modelos, os servidores tem se valido de consulta na jurisprudência do Tribunal, especificando os processos de Relatoria da Dra. Marli Ferreira.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Por solicitação do próprio servidor, ou constatação da necessidade de treinamento.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Com o início do PJe o sobrestamento passou a ser feito na Subsecretaria, cabendo-lhe o controle dos feitos de acordo com o tema indicado. Várias são as matérias, mas o grande volume dos processos do Gabinete refere-se aos expurgos inflacionários dos Planos Econômicos.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A Dra. Marli, mesmo em demandas em que o objeto é, via de regra, indisponível, tem fomentado às partes a tentativa da conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra os processos são liberados na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Pelo acesso à pauta de julgamento das sessões no PJe, e também à consulta da jurisprudência no site do TRF3R.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Como regra 2 semanas antes da data das sessões, sejam virtuais, por vídeoconferência ou presenciais.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Após a liberação do acesso aos relatórios/votos/acórdãos ao menos 2 semanas antes da data prevista, o Gabinete inicia as anotações no sistema seguindo orientação do magistrado, inclusive com inclusão de declaração de voto em caso de divergência. Os advogados das partes têm até o início da sessão virtual para se insurgirem quanto ao modo de julgamento, desde que cabível a sustentação oral. Assim, no dia marcado para início, o Secretário de Julgamento passa a lançar as certidões de julgamento conforme os votos anotados no sistema pelos e. Desembargadores, até a conclusão de todos os processo da pauta, até seu encerramento.

28. A unidade possui plano de gestão?

Ainda não possuímos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais;	Regular. Demoramos muito tempo para conseguir preencher 2 cargos, mas ainda temos 1 de analista judiciário não preenchido. Em resumo, estamos sempre com o quadro desfalcado.
b) gestão do trabalho	Regular, diante da elevadíssima carga de trabalho.
c) resultados	Regular, pois estamos buscando atender às metas do CNJ, sobretudo a que trata da redução do acervo.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Aumentar a celeridade no julgamento dos feitos; reverter a curva ascendente do acervo; cumprir as Metas do CNJ; manter zerado o estoque de acórdãos pendentes de publicação e de votos-vista; sistematizar os modelos a fim de facilitar o acesso pelos servidores.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Reuniões mensais e periódicas, coletivas e individuais, com o intuito de aumentar o engajamento dos servidores quanto às metas traçadas para o ano de 2022; Aumentar o controle sobre a produção dos servidores voltado ao atingimento das metas do Gabinete; estabelecimento de método individual de controle da produção diária/semanal/mensal, voltado ao atendimento das diretrizes do teletrabalho.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Reuniões sistemáticas com a participação da Desembargadora; utilização do Whatsapp com ferramenta de comunicação e disseminação de informações de interesse dos servidores, inclusive com atualização jurisprudencial, para a execução dos trabalhos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Embora a prioridade recaia sobre os feitos em que haja expressa previsão legal, o Gabinete também prioriza os mais antigos a fim de atender às Metas do CNJ. Cada tarefa do PJe é acessada diariamente por todos servidores, inclusive quem atua na atividade-meio, que seleciona o assunto e o tema e insere etiqueta com o nome do servidor responsável. Outrossim, todos os servidores estão orientados também a priorizar os embargos de declaração, os agravos legais e a tutelas concedidas há mais de 90 dias.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5018429-41.2019.4.03.0000	22/7/2019	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5023131-93.2020.4.03.0000	19/8/2020	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5023472-22.2020.4.03.0000	21/8/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Foi proferida decisão em 22/3/2022 julgando prejudicado o agravo de instrumento.		
5029480-15.2020.4.03.0000	27/10/2020	202-Agravo de Instrumento
A decisão de antecipação de tutela foi reconsiderada em 24/4/2021 (id. 157845232). Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5007507-08.2018.4.03.6100	6/12/2020	198-Apelação Cível
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5008438-12.2017.4.03.0000	7/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5001602-47.2017.4.03.6103	17/11/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Houve retificação da autuação, pois prejudicado o pedido de antecipação de tutela formulado pela UF (sobrestamento do feito), haja vista ter o C. STF julgado os declaratórios que tratavam da modulação dos efeitos do julgamento proferido no RE 574.706.		
5004258-83.2017.4.03.6100	27/11/2017	198-Apelação Cível
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5000377-05.2017.4.03.6131	1º/12/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária

O feito foi redistribuído em razão de impedimento do e. Relator. Analisando a matéria tratada nos autos, foi proferida decisão determinando a redistribuição do feito para a E. 1ª Seção desta Corte, em razão de incompetência desta 2ª Seção.		
5004241-14.2017.4.03.0000	17/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5001773-77.2017.4.03.6111	12/1/2018	198-Apeleção Cível
Foi proferida r. decisão reconhecendo a incompetência da Justiça Comum Federal para análise do processo, na medida em que a competência do JEF é absoluta.		
0014225-80.2007.4.03.6104	16/7/2009	198-Apeleção Cível
Cuida-se de processo sobre plano econômico, com determinação de sobrestamento pelo C. STF. Remetido à turma para anotação, haja vista ausência de manifestação da parte autora quanto à adesão à proposta coletiva de acordo.		
0001145-92.2007.4.03.6122	15/9/2009	198-Apeleção Cível
Cuida-se de processo sobre plano econômico, com determinação de sobrestamento pelo C. STF. Remetido à turma para anotação, haja vista a manifestação da parte autora recusando aderir à proposta coletiva de acordo.		
5008876-38.2017.4.03.0000	13/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5016370-17.2018.4.03.0000	16/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5017955-07.2018.4.03.0000	30/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0022248-33.2011.4.03.6182	6/4/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5021305-32.2020.4.03.0000	30/7/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0018797-43.2016.4.03.0000	14/1/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Foi proferido r. despacho para manifestação da parte impetrante (MPF), quanto ao interesse no julgamento do Mandado de Segurança, haja vista decisão monocrática proferida no bojo do conflito negativo de competência n. 170.964/SP, declarando competente a Justiça Federal.		
5025039-88.2020.4.03.0000	8/9/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Processo aguardando o julgamento do CC 0003727-49.2017.403.0000, de competência do C. Órgão Especial.		
5004667-20.2021.4.03.6100	9/3/2021	241-Petição Cível
O feito foi distribuído em 11 de março de 2021, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5004941-63.2017.4.03.6119	30/11/2018	198-Apeleção Cível

Pela numeração não logramos acessar o andamento processual do feito para preenchimento das informações solicitadas.		
0005162-54.2008.4.03.6182	22/7/2009	198-Apelação Cível
V. acórdão já lavrado, tendo inclusive sido publicado no PJe em 7/3/2022.		
0005194-68.2019.4.03.9999	22/10/2019	198-Apelação Cível
V. acórdão já lavrado, tendo inclusive sido publicado no PJe em 7/3/2022.		
5017738-90.2020.4.03.0000	1º/7/2020	202-Agravo de Instrumento
V. acórdão já lavrado, tendo inclusive sido disponibilizado no PJe em 30/3/2022.		
5000941-30.2020.4.03.6114	9/6/2020	198-Apelação Cível
V. Acórdão lavrado, encaminhado à Subsecretaria da publicação.		
5001144-33.2017.4.03.6102	8/1/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
V. acórdão lavrado, encaminhado à Subsecretaria da publicação.		
5005274-11.2018.4.03.6109	16/7/2020	198-Apelação Cível
V. acórdão já lavrado, tendo sido encaminhado para a Subsecretaria para providências.		
5000872-05.2020.4.03.6144	31/7/2020	198-Apelação Cível
O v. Acórdão foi publicado em 7/7/2021, já constando o voto-vencido da lavra do e. Desembargador Federal André Nabarrete. Atualmente o processo aguarda inclusão em pauta para julgamento de embargos de declaração, já minutado.		
5004117-47.2020.4.03.6104	13/11/2020	198-Apelação Cível
Devido à inconsistência no sistema, conforme certidão id 254644224, a certidão de julgamento somente foi anexada em 11/3/2022. O voto vencido, da lavra do e. Des. Federal André Nabarrete (id. 157017403), já consta nos autos desde 18/6/2021.		
5004245-22.2020.4.03.6119	23/10/2020	198-Apelação Cível
Devido à inconsistência no sistema, conforme certidão id 254644791, a certidão de julgamento somente foi anexada em 11/3/2022. O voto vencido, da lavra do e. Des. Federal André Nabarrete (id. 157017400), já consta nos autos desde 18/6/2021.		
5004069-41.2018.4.03.6110	30/9/2019	199-Remessa Necessária Cível
V. acórdão já lavrado, tendo inclusive sido publicado no PJe em 10/3/2022.		
0002426-81.2009.4.03.6100	2/12/2009	199-Remessa Necessária Cível
O julgamento foi à unanimidade (id. 235873700), não estando pendente inserção de voto-vencido. Inclusive, o v. Acórdão foi disponibilizado no PJe em 11/3/2022.		
0007393-31.2012.4.03.6112	26/6/2013	198-Apelação Cível
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0034686-28.2010.4.03.6182	31/8/2012	198-Apelação Cível
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0027800-81.2008.4.03.6182	15/7/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0008807-71.2010.4.03.6100	5/5/2011	198-Apelação Cível

Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0006566-77.2008.4.03.6106	7/6/2016	198-Apeação Cível
Autos devolvidos à Subsecretaria com r. despacho para correta conclusão ao e. Relator do v. Acórdão, conforme voto-condutor, na medida em que a e. Desembargadora Marli Ferreira, Relatora originária restou vencida no julgamento proferido.		
0007731-10.2009.4.03.6112	25/6/2013	198-Apeação Cível
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5002847-35.2018.4.03.0000	20/2/2018	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5002620-11.2019.4.03.0000	8/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0002184-45.1997.4.03.6100	23/5/2000	198-Apeação Cível
Trata-se de processo que tramitou fisicamente e não foi inserido no PJe. Em 17/2/2019 foi proferida decisão monocrática terminativa julgando prejudicado o recurso Em 15/3/2022: CERTIDÃO DE AUTOS FINDOS - processo baixado e arquivado na origem desde 9/3/2021 - GR 127.2011 - pacote 27149.		
5000821-26.2016.4.03.6114	19/10/2017	198-Apeação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5000239-28.2017.4.03.6102	5/12/2017	198-Apeação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5000156-43.2016.4.03.6103	8/3/2017	198-Apeação Cível
O processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5024886-93.2017.4.03.6100	13/12/2017	198-Apeação Cível
Em 7/3/2022 foi proferida decisão monocrática julgando prejudicado o pedido de efeito suspensivo à apelação, por perda de objeto, nos termos do artigo 932, inciso III do CPC.		
5001273-57.2017.4.03.6128	31/1/2018	198-Apeação Cível
O feito foi distribuído em 31 de janeiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5000942-96.2016.4.03.6100	1º/2/2018	198-Apeação Cível
O feito foi distribuído em 1º de fevereiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5001253-66.2017.4.03.6128	31/1/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
O feito foi distribuído em 31 de janeiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5000565-66.2018.4.03.6000	23/2/2018	198-Apeação Cível

O feito foi distribuído em 23 de fevereiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5001371-17.2017.4.03.6104	27/2/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
O feito foi distribuído em 27 de fevereiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5001622-08.2017.4.03.6113	20/2/2018	198-Apelação Cível
O feito foi distribuído em 20 de fevereiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0004831-77.2005.4.03.6182	13/5/2014	198-Apelação Cível
Ressaltamos que pela numeração indicada não conseguimos carregar o andamento do feito para preenchimento das informações solicitadas.		
5000907-27.2016.4.03.6104	5/2/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
O feito foi distribuído em 5 de fevereiro de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5006365-03.2017.4.03.6100	12/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
O feito foi distribuído em 12 de março de 2018, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
5003154-31.2018.4.03.6000	26/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
O feito foi distribuído em 26 de abril de 2019, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0011293-05.2005.4.03.6100	1º/2/2007	198-Apelação Cível
Trata-se de procedimento objetivando a restauração dos autos de processos físicos que foram atingidos por incêndio ocorrido nas dependências do prédio da Presidente Wilson em 30/11/2017, e que aguardavam suspensos/sobrestados julgamento de casos paradigmas pelas Cortes Superiores de Justiça.		
0051156-46.1997.4.03.6100	3/10/2007	198-Apelação Cível
Trata-se de procedimento objetivando a restauração dos autos de processos físicos que foram atingidos pelo incêndio ocorrido nas dependências do prédio da Presidente Wilson em 30/11/2017, e que aguardavam suspensos/sobrestados julgamento de casos paradigmas pelas Cortes Superiores de Justiça.		
5000839-21.2018.4.03.6100	25/11/2019	199-Remessa Necessária Cível
O processo está pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022.		
5004178-16.2017.4.03.6102	6/4/2020	199-Remessa Necessária Cível
O feito foi distribuído em 6 de abril de 2020, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		

0001753-44.2016.4.03.6003	11/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
O feito foi distribuído em 11 de maio de 2020, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0001751-74.2016.4.03.6003	13/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
O feito foi distribuído em 13 de maio de 2020, constando feitos mais antigos e prioritários para análise e julgamento. Referido processo será incluído em pauta de julgamento no mês de maio de 2022.		
0005923-07.2008.4.03.6111	17/8/2009	198-Apelação Cível
Cuida-se de processo sobre plano econômico, com determinação de sobrestamento pelo C. STF. Remetido à Turma para anotação.		
0059632-05.1999.4.03.6100	31/7/2007	198-Apelação Cível
Em 18/7/2014 foi proferida decisão monocrática negando seguimento à apelação Em 22/11/2017 a 4ª Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo legal. Em 15/8/2019 a 4ª Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente dos declaratórios, acolhendo-os para integrar a decisão.		
0005345-87.2007.4.03.6108	28/4/2008	198-Apelação Cível
Cuida-se de processo sobre plano econômico, com determinação de sobrestamento pelo C. STF. Remetido à turma para anotação, haja vista a ausência de manifestação da parte autora em aderir à proposta de acordo formulada pela CEF.		
5023721-70.2020.4.03.0000	25/8/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Em 7/3/2022 foi proferida decisão monocrática julgando prejudicado o pedido de efeito suspensivo à apelação, por perda de objeto, nos termos do artigo 932, inciso III do CPC.		
0003611-06.2004.4.03.6109	17/11/2005	198-Apelação Cível
Cuida-se de processo sobre plano econômico, com determinação de sobrestamento pelo C. STF. Remetido à Turma para anotação, haja vista a manifestação da autora recusando aderir à proposta de acordo.		
0007580-07.2000.4.03.6000	5/4/2004	198-Apelação Cível
O feito foi julgado pela 4ª Turma em 17/3/2022 (à unanimidade, considerando que o v. acórdão submetido à retratação alinha-se com o entendimento firmado no REsp n. 1.243.994/MG, foi julgado no sentido de inexistir divergência a ensejar retratação).		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 68 Processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento em até 30 dias:

5000941-30.2020.4.03.6114	5000872-05.2020.4.03.6144	5004245-22.2020.4.03.6119
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) Incluir em pauta de julgamento/decidir em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5007507-08.2018.4.03.6100	5001602-47.2017.4.03.6103	5017955-07.2018.4.03.0000
0022248-33.2011.4.03.6182	5021305-32.2020.4.03.0000	5025039-88.2020.4.03.0000
0007393-31.2012.4.03.6112	0027800-81.2008.4.03.6182	0008807-71.2010.4.03.6100
0007731-10.2009.4.03.6112	5002847-35.2018.4.03.0000	5024886-93.2017.4.03.6100
5000942-96.2016.4.03.6100	5001253-66.2017.4.03.6128	5000565-66.2018.4.03.6000
5006365-03.2017.4.03.6100	0001751-74.2016.4.03.6003	0059632-05.1999.4.03.6100

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pela Desembargadora Federal Marli Ferreira, a assessora Cláudia M. Comis Dutra e o chefe de gabinete Fabiano Pereira Kobal.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos: ao Direito Público (ressalvados os de competência da 1ª e 3ª Seções) e à matéria constitucional, incluindo naturalização, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral e preços públicos e contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (art. 10, § 2º, do RITRF3).

1. Gestão de pessoal

Atualmente o gabinete está composto por 13 servidores, dos quais 12 atuam na área fim e um na área meio, além de um agente de segurança, que ocupa uma FC-02, mas não desempenha atividade jurídica.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas individuais definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para definir, inclusive, as cotas dos processos listados na inspeção do CJF. As metas são aumentadas em dez por cento para os servidores que optaram pelo sistema de teletrabalho.

2. Gestão de processos

A gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal, no entanto, foi reportado que o referido sistema disponibiliza os relatórios uma vez por mês, o que, de acordo com a equipe, dificulta a gestão e o monitoramento dos feitos.

Os processos mais antigos do gabinete são distribuídos entre os servidores como parte da prioridade das metas.

Os processos do PJe recebem etiqueta de identificação por matéria, bem como são identificados e separados os agravos internos, de instrumento e os embargos de

declaração para que sejam tratados como prioridade na divisão das metas entre os servidores.

As liminares e tutelas são imediatamente identificadas e distribuídas para os servidores responsáveis pela análise e confecção das minutas.

Os pedidos de vista são incluídos, na maioria das vezes, na pauta de julgamento da sessão subsequente.

De acordo com a Desembargadora, há uma preocupação com a excelência e a qualidade das decisões, relatórios e votos, minutados com cuidadosa análise dos processos, a fim de evitar a interposição de recursos e o retrabalho por parte da equipe.

Nesse ponto, destacou a magistrada que cerca de oitenta por cento das decisões do Tribunal estão sendo anuladas ou reformuladas, acarretando em maior trabalho, e, por sua vez, demora na entrega da prestação jurisdicional.

3. Tratamento dos feitos com prioridade legal ou Metas do CNJ

Foi informado um aumento na distribuição de processos para o gabinete de cerca de vinte a vinte e cinco por cento em relação aos anos anteriores.

Relatou-se, também, que um dos objetivos do gabinete é priorizar o julgamento dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016 e os com distribuição até 31/12/2017.

As preferências legais são analisadas com a maior brevidade possível.

4. Política de recompensas

A magistrada informou que atualmente não aplica nenhuma política de recompensas, mas, que, considerando os bons resultados obtidos na pandemia, e, ainda, que outros gabinetes vêm adotando metodologias de incentivo, passará a adotar para os servidores que superarem as metas contabilizadas trimestralmente.

5. Adoção de formas alternativas de gestão de conflitos

A Desembargadora já ocupou a função de Coordenadora da Conciliação, montou o Gabinete da Conciliação da Presidência e, ainda, implementou a conciliação dos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação no 1º grau.

Quanto aos feitos de sua competência, informou que, vislumbrada a possibilidade de acordo, os processos são remetidos para o gabinete da conciliação para tentativa de acordo, como: caderneta de poupança e alguns feitos de matéria ambiental.

6. Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid-19)

No início da pandemia todos os servidores desempenharam suas atividades remotamente uma vez que o acesso ao Tribunal ficou bastante restrito.

Atualmente trinta por cento dos servidores estão em teletrabalho no formato híbrido.

O atendimento ao público externo é realizado por *e-mail* e via *Teams*.

A comunicação entre os servidores e a Desembargadora é realizada diariamente pelo *Whatsapp* para tratar das dúvidas e dificuldades na análise e elaboração das minutas de decisões, relatórios e votos.

7. Dificuldades enfrentadas pela unidade

Um dos pontos tido como problemático pela equipe e que de certa forma interferiu negativamente na produtividade do gabinete foi a baixa qualidade da digitalização dos processos, pois apresentaram inúmeros erros na inserção das peças, na separação do conteúdo, difícil visualização e identificação das peças, etc.

Outro fator que têm dificultado o trabalho dos servidores é a formatação do PJe, porquanto suas funcionalidades são limitadas. A possibilidade de identificar os processos por meio de etiquetas pouco ajuda na triagem e mapeamento dos feitos.

8. Sugestões da unidade para melhoria da produtividade e qualidade no âmbito dos Gabinetes do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região

I - Como forma de estimular a seleção de servidores para prestar serviços junto aos gabinetes dos desembargadores federais, seria interessante remanejar funções comissionadas (FC) com a finalidade de se estender as FC5 também para os gabinetes, atualmente exclusiva para os setores administrativos deste Tribunal;

II - Oferecer para os servidores cursos, palestras, seminários, com vistas ao aprimoramento das atividades jurídicas;

III - Quanto ao PJe, sugerimos a criação de travas para que os advogados, quando da distribuição de ações, não atribuam, a seu talante, sigilo aos feitos;

III.a - Aperfeiçoamento do banco de dados, para fins de consulta de decisões semelhantes, à similitude do GEDPRO;

III.b - Criação de novas funcionalidades no editor de textos, como a ferramenta “pincel”, entre outras.

IV - Aperfeiçoamento do programa de estatística deste Tribunal quanto à consulta, para fins de aferição da produtividade de cada servidor do respectivo gabinete, sem a necessidade de se informar o CPF.

V - Em relação ao PJe, temos enfrentando problemas quanto ao artigo 1.017, par. 5, CPC, pois sendo sigiloso os autos originários, a Dra Marli e os servidores não tem acesso aos documentos para conhecimento do agravo de instrumento, cabendo ao Gabinete solicitar autorização ao Juízo de origem.”

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos 4.363 para 5.222. Considerando o período de doze meses contados da

inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.403 feitos, e, no mês anterior à inspeção eram 7.570.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 293, na última inspeção, para 395, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 35 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Cumprir as recomendações do item 32.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça, particularmente em relação à Meta 2/2021-CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016, 31/12/2017 e de 1º/1/2018 a 31/12/2018).

Recomenda-se, também, sejam mantidas as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o monitoramento e tratamento específico para os processos com embargos de declaração com conclusão para julgamento superior a 30 dias e os com tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias.

Relativamente aos feitos acima mencionados, caso ainda não tenham sido julgados, esta equipe de inspeção recomenda a inclusão em pauta em até 60 dias.

Isto posto, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento dos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo, práticas estas descritas pelos gestores do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal André Nabarrete

2.2 Turma

4ª Turma, integrante da 2ª Seção.

2.3 Competência

A teor do artigo 10, § 2º, do Regimento interno do TRF3ª Região, a competência dos gabinetes que compõem a 2ª Seção é: constitucional, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição nos conselhos de exercício profissional, tributos em geral e preços públicos, contribuições não previdenciárias, execução fiscal e embargos à execução.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal André Nabarrete Neto

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Daniel Kiyoshi Hatanaka, RF 3055, Analista Judiciário - Chefe de Gabinete (CJ2) desde 4/2/2020 (Ato n. 2.402, de 27 de janeiro de 2020 - DOU 4/2/2020)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16 (dois são agentes de segurança)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	9.752
Processos suspensos/sobrestados	2.096
Processos conclusos	6.977
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	27
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	9.752
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.710
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	6.977
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.006
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.096
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.678

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Mandados de segurança	9
Ações rescisórias	28
Total de feitos originários cíveis	118
Conflitos de competência	42
Reclamações	3
Outros	36
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	9.634
Recursos em mandados de segurança coletivos	24
Recursos em ações populares	9
Recursos em ações de improbidade administrativa	125
Recursos em ações civis públicas	163
Recursos em ações com preferência legal	385
Outros	8.947
Recursos em ações de desapropriação	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	9.634
Apelações cíveis	7.197
Agravos de instrumento	2.133
Outros	304

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas Corpus	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas Corpus	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	441
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	307
Agravos legais/regimentais	205
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	200
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	88
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	60

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	31
Ano anterior	1.440
2º ano anterior	676
3º ano anterior	510
4º ano anterior	299
5º ano anterior ou mais antigo	328

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	113
Ano anterior	1.388
2º ano anterior	1.056
3º ano anterior	470
4º ano anterior	399
5º ano anterior	297
6º ano anterior ou mais antigo	306

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	242
Ano anterior	1.507
2º ano anterior	1.080
3º ano anterior	870
4º ano anterior	375
5º ano anterior	366
6º ano anterior	289
7º ano anterior ou mais antigo	288

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	4
Total como relator para o acórdão	24

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.107
Total de Processos julgados	1.969
Total de Processos baixados	2.921
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.138
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	186

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.990
Processos julgados no ano anterior	2.925
Processos distribuídos no ano corrente	358
Processos julgados no ano corrente	440

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8.145
Pendentes em 31/12/2021	3.668
Porcentagem de atendimento da meta	45,27%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
72	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.874
Pendentes no último dia do mês anterior	3.311
Porcentagem de atendimento da meta	51,29%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.361
Pendentes no último dia do mês anterior	400
Porcentagem de atendimento da meta	97,11%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	94
Pendentes em 31/12/2021	92

Porcentagem de atendimento da meta	78,85%
------------------------------------	--------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	129
Pendentes no último dia do mês anterior	87
Porcentagem de atendimento da meta	54,26%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	84,83
Taxa de congestionamento em 2021	80,05
Taxa de congestionamento em 2022	76,34

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados indisponíveis
Pendentes em 31/12/2021	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ/Dados indisponíveis
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ/Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ/Dados indisponíveis

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica

Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O plano e ação da Meta 9/2021 é macro para o Tribunal e não foi definida meta por unidade.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados indisponíveis
--	---------------------

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Dados indisponíveis.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica
--	---------------

Pendentes no mês anterior	Não se aplica
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Em relação aos processos listados na Inspeção 2020, foram feitas as seguintes recomendações: a) Cumprir as recomendações do item 11; b) incrementar a produtividade para julgar mais processos do que os distribuídos (Meta 1 do CNJ); c) ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ); d) aperfeiçoar as ações para o julgamento das demandas coletivas e de improbidade administrativa (Metas 4 e 6 do CNJ). Verificar a possibilidade de empenhar mais um servidor, em razão da complexidade desses processos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) O item 11 é composto por 5 providências, as quais foram todas cumpridas; b) Houve a concentração de esforços para o atendimento da Meta 1, o que pode ser verificado pelo número de processos distribuídos e julgados em 2021 (2.990 e 2.925, respectivamente) e neste ano (358 e 440, respectivamente); c) Quanto aos feitos antigos (Meta 2), foram fixadas metas. Os processos distribuídos até o ano 2002 foram julgados e, atualmente, trabalhamos para levar a julgamento, ainda em 2022, os dos anos de 2003 a 2006; d) Contamos com uma servidora para atuar exclusivamente com ações coletivas e de improbidade administrativa, a fim de incrementar os números de feitos julgados relativos às Metas 4 e Meta 6, o que tem dado resultado, dado que o cumprimento dessas metas, em 2021, teve o percentual de 78,85% e 132,65%, respectivamente.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Continuamos o trabalho em relação aos feitos mais antigos (Meta 2), cuja quantidade e complexidade, aliado à necessidade de se observar o atendimento da Meta 1, impede um resultado mais positivo. As Metas 4 e 6 tiveram uma queda, em razão da troca da servidora que atua nesses feitos, o que demandou tempo para se adaptar à matéria, sobretudo as questões relativas à improbidade administrativa.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Meta 2 A - Foram julgados 63,19% dos processos distribuídos até 31/12/2016 - O gabinete conta com um planejamento específico para levar a julgamento, em 2022, os processos de 2003 a 2006, sem prejuízo de outros feitos distribuídos até 31/12/2016; META 2 B - Foram julgados 84,56% dos processos distribuídos em 2017 - O planejamento é atingir os 0,44% para cumprimento da meta (85%).

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A competência da 2ª Seção do TRF3 inclui matérias complexas, dificilmente repetitivas e feitos quase sempre volumosos e com muitos documentos, que demandam estudo pormenorizado e individual, fatos que exigem muito comprometimento da equipe e que não nos permitem trabalhar com produção em massa. Ademais, boa parte dos servidores é envolvida na verificação dos processos que são levados a julgamento pelos outros desembargadores que compõem a 4ª Turma, o que demanda tempo para análise e anotações de divergência, com a elaboração de minutas de declarações de voto, o que tem impacto direto na produtividade semanal. Registre-se, todavia, a alta qualidade intelectual dos servidores do gabinete, cuja equipe trabalha conforme as orientações do desembargador, que prima pela qualidade e profundidade do trabalho desenvolvido. Uma servidora se aposentou em janeiro de 2022 e, assim, contamos com um servidor a menos, o que impacta na produtividade geral.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Daniel Kiyoshi Hatanaka

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A unidade tem 16 servidores, sendo dois agentes de segurança. Não há estagiários de nível superior. Atualmente, a unidade conta com 14 servidores atuantes nas atividades-fim, dos quais: Há um assessor jurídico, que orienta e faz uma análise prévia das minutas e as pautas de julgamento; um chefe de gabinete, que cuida da parte administrativa; um servidor que cuida do fluxo de processos (entrada e saída); uma servidora que cuida das sessões de julgamento; uma servidora que cuida exclusivamente das Ações Cíveis Públicas; e 9 servidores para a produção de minutas de votos, decisões e despachos.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Há 12 servidores (80%) em regime de teletrabalho, conforme a Resolução PRES n. 370, de 20/8/2020.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial: 6 servidores com a frequência de comparecimento presencial de um dia por mês; 3 servidores com frequência de comparecimento presencial de dois dias por semana; 2 servidores com frequência de comparecimento presencial de um dia por quinzena; 1 servidor com frequência de comparecimento presencial semana sim, semana não (alternado).

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério para a fixação das cotas é a complexidade dos processos e o teletrabalho, quando se é exigida uma produção 30% maior, de acordo com a Resolução PRES n. 370, de 20/8/2020.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito semanalmente pelo chefe de gabinete, que recebe um relatório semanal de cada servidor, com as atividades desenvolvidas. A cota quando não observada, é compensada pelo servidor na semana subsequente, sob pena sinalização de ausência na respectiva frequência.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Prejudicado (não há processos físicos)

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Considerado que os processos que tramitam no gabinete são 100% digitalizados, a sua organização no PJe é feita por meio de etiquetas da respectiva matéria ou pela descrição do seu objeto, para facilitar a localização e a triagem pelo servidor.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Acervo: o controle é feito por meio da alocação do processo nas respectivas tarefas que demandam; Movimentações: são realizadas pelos servidores de acordo com a tarefa executada. P.ex.: o servidor que executa a minuta de um voto, o encaminha para a tarefa "Apto para julgamento", onde será avaliado antes de ser levado a julgamento; Metas/Prioridades legais: o controle é feito pelo chefe de gabinete que, de acordo com a necessidade, orienta os servidores a atuar nesses processos; Embargos de declaração: fácil controle, pois estão localizados na tarefa "ED - Preparar Relatório e Voto"; Agravo interno: o controle é feito por etiquetas; Urgências: nos agravos de instrumento, a análise da urgência é feita pela servidora que atua nesses feitos; Iguualmente, nas apelações, há uma servidora destacada para essa finalidade.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Metas individuais: 10 a 15 minutos de votos por semana, observada a complexidade dos processos; Metas coletivas: são realizados mutirões, a fim de cumprir metas. Exemplificativamente, realizamos no início de 2022 a meta coletiva de levar a julgamento todos os processos existentes no gabinete até o ano de 2002 (Meta 2).

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, é realizado um controle desses feitos (prioridade legal e antigos - Meta 2), a fim de que sejam distribuídos aos servidores para análise e inclusão em sessão de julgamento. Com frequência esses processos são objeto de mutirões (meta coletiva).

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O gabinete conta com modelos de votos/decisões/despachos para os casos em que se aplicam (p.ex. matérias objeto de recursos repetitivos ou de entendimento consolidado pelo desembargador) e que são utilizados pelos servidores que trabalham com as matérias. No entanto, grande parte dos processos não comporta a adoção de modelos, razão pela qual demandam análise apurada para o seu deslinde.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação pode ser identificada pela dificuldade do servidor no desenvolvimento de uma matéria ou quando ele migra para uma nova, como aconteceu recentemente com a servidora que passou a atuar nas ações civis públicas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O sobrestamento é realizado pelos servidores do gabinete que, alertados de antemão das matérias sobrestadas, realizam a minuta da decisão de sobrestamento e seu encaminhamento para a subsecretaria onde aguardará o julgamento. Assim, o controle é feito por meio dos feitos sobrestados que se encontram em subsecretaria, com a devida anotação no sistema. Atualmente, temos realizado o sobrestamento dos feitos ao Tamas STJ 1.079, 1.008; STF Recursos Extraordinários n. 626.307/SP, n. 591.797/SP e n. 632.212/SP; TRF3 - IRDR n. 5.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Quando há possibilidade de conciliação, os feitos são encaminhados ao setor de conciliação ou por ele requisitados a este gabinete. Na matéria relativa aos Recursos Extraordinários n. 626.307/SP, n. 591.797/SP e n. 632.212/SP (expurgos inflacionários), a CEF tem apresentado propostas de acordo e, nesses casos, este gabinete tem procedido à intimação dos autores da ação para possível composição, o que tem dado bastante resultado.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra são levados na sessão subsequente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de pesquisa aos mecanismos disponibilizados na internet (próprio site do TRF3, jurisprudência unificada do CJF).

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, por meio do painel do magistrado do PJe é possível o compartilhamento prévio de acesso aos votos, para que seja possível ao desembargador anotar o seu voto no sentido de acompanhar o relator ou a sua declaração de voto, nas hipóteses de acompanhamento parcial ou divergência. Sob esse aspecto, a 4ª Turma é regida pela Portaria UTU4 n. 1, de 2 de abril de 2020.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Relativamente às sessões de julgamento virtuais, a 4ª Turma segue a Portaria UTU 4 n. 1, de 2 de abril de 2020.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais

Recursos humanos aquém do ideal. Recursos materiais de qualidade na unidade, porém deficitária quanto aos servidores que atuam no teletrabalho, aos quais deveriam ser fornecidas as ferramentas básicas para o trabalho (notebook e mobiliário), que acabam sendo

	ônus do servidor, quando deveria ser da administração.
b) gestão do trabalho	O trabalho é dividido por matéria entre os servidores, que devem observar uma cota semanal de acordo com a complexidade da matéria e atividades extras realizadas (análise de votos de outros desembargadores na sessão). Há metas coletivas para a observância de preferências legais e metas CNJ que estejam aquém do estabelecido.
c) resultados	A unidade/gabinete tem resultados de produtividade boas, dentro das metas estabelecidas e compatíveis com os demais gabinetes atuantes na 2ª Seção do TRF3. Tem sido realizados os julgamentos dos processos mais antigos como meta coletiva, o que continua a ser o grande desafio do gabinete, dado que é o único resultado que não foi atingido (Meta 2).

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Sob o aspecto da unidade/gabinete, o objetivo é atender da melhor forma possível e com qualidade o jurisdicionado por meio do atendimento das metas estabelecidas pelo CNJ e julgamento célere dos processos. Sob o aspecto dos recursos humanos é manter um ambiente de trabalho saudável e colaborativo para que os servidores possam atuar com tranquilidade, capacitação e presteza, para uma prestação jurisdicional efetiva e de qualidade.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Além da manutenção das metas individuais de trabalho que auxiliam na produtividade, é essencial manter as metas coletivas para o julgamento dos feitos antigos (Meta 2) e prioritários, bem como a gestão dos servidores por meio do fornecimento de retorno quanto ao trabalho realizado, com o reconhecimento pelos bons resultados e verificação das dificuldades enfrentadas e auxílio quando os resultados forem aquém do mínimo exigido.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Considerado que a unidade conta com 100% dos processos digitalizados, o teletrabalho (integral ou parcial) para todos os servidores da unidade, sem limitação de percentual, é a principal iniciativa adotada na pandemia que poderia se tornar efetiva, eis que comprovadamente aumenta a produtividade do trabalho e implica grande economia de recursos materiais à administração, além de ser benéfico ao servidor que

pode controlar o seu próprio ritmo de trabalho para a entrega da cota estabelecida, elimina (total ou parcialmente) o seu deslocamento ao local de trabalho e aumenta o seu convívio familiar e social.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle é feito periodicamente pela chefia de gabinete ao verificar os feitos conclusos para julgamento, bem como pelos servidores ao procederem à triagem dos processos, nos quais irão atuar.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0012991-27.2016.4.03.0000	19/7/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso (Tema STJ 962). Levantamento da suspensão e conclusão dos autos em novembro de 2021. Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0022987-49.2016.4.03.0000	19/12/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso - Tema 987 STJ. Levantamento da suspensão e conclusão em 1º/7/2021. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5002638-32.2019.4.03.0000	8/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Tutela antecipada recursal deferida em 22/4/2019. Autos conclusos em 27/5/2019 após contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5009829-31.2019.4.03.0000	22/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Tutela recursal antecipada deferida em 3/5/2019. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5012858-89.2019.4.03.0000	22/5/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 26/7/2019 após manifestação da agravada. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5004773-17.2019.4.03.0000	28/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Informação da agravada de depósito integral. Providência: Intimação das partes, nos termos do artigo 10 do CPC, sobre eventual perda do objeto.		
0000908-74.2015.4.03.6123	4/4/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Efeito suspensivo concedido em janeiro de 2020. Análise para inclusão em sessão de julgamento.		
5000270-73.2017.4.03.6126	23/10/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 9/11/2017 para a Des. Federal Mônica Nobre e redistribuído ao Des. Federal André Nabarrete. Providência: Recebimento da apelação		
5007002-51.2017.4.03.6100	29/11/2017	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído em 2/1/2018. Providência: Recebimento da apelação.		
5020309-39.2017.4.03.0000	23/10/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 28/2/2018 após apresentação de contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5000649-86.2017.4.03.6102	1º/3/2018	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Processo distribuído por sorteio em 1º/3/2018. Providência: Recebimento da apelação.		
5022219-04.2017.4.03.0000	20/11/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 3/4/2018 após apresentação de contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5000144-75.2016.4.03.6120	4/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito distribuído à Des. Federal Cecília Marcondes em 3/5/2018 e redistribuído ao Des.Federal André Nabarrete. Providência: Recebimento da apelação nos efeitos legais.		
0001214-72.2007.4.03.6107	11/3/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Curso do processo suspenso em fevereiro de 2022, em virtude do falecimento da autora. Proposta de acordo pela CEF. Providência: Aguardando resposta, a fim de dar prosseguimento ao processo (homologação de acordo, ou suspensão do processo se proposta não aceita)		
0005465-19.2010.4.03.0000	18/3/2010	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Redistribuído em 22/2/2012 ao Des. Fed. André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com retorno sem a juntada dos documentos digitalizados. Autos conclusos em 3/1/2020. Providência: Abrir chamado para regularizar a juntada dos docs. digitalizados.		
0006166-94.2007.4.03.6107	2/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proposta de acordo da CEF recusada pela parte autora. Providência: Determinado o sobrestamento (Repercussão geral STF temas 264, 284 e 285).		
5008494-45.2017.4.03.0000	7/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 4/1/2018 após apresentação de contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0006929-64.1999.4.03.6111	13/7/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Levantamento de suspensão/sobrestamento e conclusão em 30/11/2021. Providência: Análise para oportuna inclusão em pauta.		
0006564-81.2015.4.03.6100	10/2/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em maio de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5021147-11.2019.4.03.0000	19/8/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos conclusos em 7/2/2020 após apresentação de contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5027586-38.2019.4.03.0000	23/10/2019	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Autos conclusos em 21/2/2020 após apresentação de contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5011314-32.2020.4.03.0000	12/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos conclusos em 17/6/2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5005831-84.2021.4.03.0000	19/3/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos conclusos em 2/6/2021 após contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5014189-38.2021.4.03.0000	22/6/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos conclusos em 22/6/2021. Providência: Análise dos autos para impulso.		
5015974-35.2021.4.03.0000	13/7/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Autos conclusos em 14/7/2021. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5006591-43.2020.4.03.6119	10/11/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Voto-Vencedor inserido em 17/3/2022.		
5001211-98.2019.4.03.6143	13/10/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Voto-Vencedor lavrado em 17/3/2022;		
5007785-60.2019.4.03.6104	29/3/2021	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Voto-Vencedor inserido em 17/3/2022.		
5008184-33.2021.4.03.6100	5/7/2021	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Voto-Vencedor inserido em 17/3/2022.		
5006634-28.2020.4.03.6103	14/6/2021	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Voto-Vencedor inserido em 17/3/2022.		
5007853-79.2020.4.03.6102	24/4/2021	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Voto-Vencedor inserido em 17/3/2022.		
5016733-33.2020.4.03.0000	22/6/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento em 24/6/2021. Foi certificada a correção da gravação do órgão julgador vencedor, porém não houve disponibilização para inserção do voto vencido e vencedor. Providência: Abertura de chamado para regularização.		
5014227-50.2021.4.03.0000	22/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado desprovido pela 4ª Turma à unanimidade em 17/3/2022. Não há voto-vencido a ser inserido.		
5017326-67.2017.4.03.0000	18/9/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 3/3/2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0008760-61.2005.4.03.6104	4/4/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em janeiro de 2020 e remetidos ao gabinete em setembro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0003618-63.2012.4.03.6126	14/3/2014	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos digitalizados em janeiro de 2020 e conclusos em setembro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento		
5023249-40.2018.4.03.0000	20/9/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 4/12/2018 após apresentação de contraminuta. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0000428-96.2014.4.03.6005	2/3/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e conclusos em 30/4/2020. Providência: Analisar recurso para inclusão em sessão de julgamento.		
0002474-09.2010.4.03.6002	2/2/2015	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em outubro de 2019 e conclusos em abril de 2020. Providência: Análise para inclusão em sessão de julgamento		
5005602-95.2019.4.03.0000	11/3/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 27/5/2019 após apresentação da manifestação da parte adversa sobre os declaratórios. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento		
5007003-32.2019.4.03.0000	24/3/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 21/5/2021 após transcurso do prazo para manifestação da parte adversa sobre os declaratórios. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5010833-06.2019.4.03.0000	2/5/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos em 24/6/2019 após apresentação de manifestação sobre os declaratórios. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0022570-04.1994.4.03.6100	1º/8/1997	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Processo físico baixado à origem em 21/5/2013 e arquivado em 15/8/2013. Providência: Abrir chamado para regularizar baixa definitiva.		
0001980-83.1992.4.03.6000	19/7/2011	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito apensado aos autos n. 0002806-36.1997.4.03.6000, ao qual foi dada baixa definitiva à seção judiciária de origem (1ª VF em Campo Grande), em 13/12/2011. Providência: Abrir novo chamado para regularizar a baixa definitiva/arquivamento.		
0002182-30.2010.4.03.6000	16/9/2011	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado como anexo dos autos 0002076-68.2010.4.03.6000, que foi remetido à origem em 19/7/2021, após o trânsito em julgado do acórdão. Providência: Regularizar metadados e proceder à análise do feito para julgamento oportuno.		
0034905-98.2007.4.03.6100	25/9/2012	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado como anexo dos autos 0001989-74.2008.4.03.6100. Providência: Regularizar metadados e proceder à análise do feito para julgamento oportuno.		
0005600-28.2005.4.03.6104	22/8/2014	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado como anexo dos autos 0005093-67.2005.4.03.6104. Providência: Regularizar metadados e proceder à análise do feito para julgamento oportuno.		
0013243-82.2010.4.03.6000	16/9/2011	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado como anexo dos autos 0002076-68.2010.4.03.6000, que foi remetido à origem/baixa definitiva. Providência: Regularizar metadados e proceder à análise do feito para julgamento oportuno.		
5000084-56.2016.4.03.6103	9/12/2016	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apeação recebida em junho de 2017 e autos conclusos em julho de 2017. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5000701-10.2016.4.03.6105	3/5/2017	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Apeação recebida em 23/6/2017. Partes intimadas. Autos conclusos em 14/7/2017. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5000709-84.2016.4.03.6105	3/5/2017	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Apeação recebida em 4/7/2017. Partes intimadas. Autos conclusos em 27/7/2017. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5000352-13.2016.4.03.6103	24/8/2017	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído por sorteio em 24/8/2017. Providência: Recebimento da apeação.		
5000527-27.2017.4.03.6182	9/1/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído por sorteio em 9/1/2018. Providência: Recebimento da apeação.		
5003862-03.2017.4.03.6102	29/1/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Apeação recebida em 23/3/2018. Partes intimadas. Autos conclusos em 7/6/2018. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento		
5000341-11.2017.4.03.6115	25/6/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído por sorteio em 25/6/2018. Providência: Recebimento da apeação.		
5003055-37.2018.4.03.6105	29/5/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído ao Des. Federal André Nabarrete em 2/8/2018. Providência: Recebimento da apeação.		
5009711-59.2017.4.03.6100	24/7/2018	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Processo distribuído por sorteio em 24/7/2018. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5000125-55.2018.4.03.6005	18/6/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Informação da embargante sobre o pagamento do débito. Providência: Intimação da União Federal para manifestação.		
5000559-06.2016.4.03.6105	12/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Intimação das partes sobre o recebimento do apelo em 10/8/2018. Ciência da PGFN em 24/8/2018. Sem manifestação da parte adversa. Conclusão em 12/9/2018. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5003438-58.2017.4.03.6102	18/7/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apelação recebida em 5/10/2018. Partes intimadas. Autos conclusos em 6/11/2018. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5011856-54.2018.4.03.6100	20/6/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Requerimento da apelante para intimação da apelada para se manifestar sobre o cancelamento de parte substancial dos débitos. Providência: Intimação da apelada.		
5008824-75.2017.4.03.6100	28/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos conclusos em 25/2/2019 após transcurso de prazo para a apelante. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
5026248-33.2017.4.03.6100	8/10/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos conclusos em 19/3/2019. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0016509-15.2003.4.03.6100	17/4/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 3/3/2022. Foram opostos embargos de declaração em 23/3/2022 e o feito se encontra em secretaria com prazo para a parte adversa se manifestar. Providência: Aguardar manifestação e analisar para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0000278-05.2006.4.03.6100	13/11/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e conclusos em 27/1/2020. Providência: analisar para inclusão em sessão de julgamento.		
0012156-32.2008.4.03.6107	6/7/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proposta de acordo feita pela CEF. Providência: Intimar parte sobre proposta da CEF.		
0011081-81.2005.4.03.6100	7/4/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em fevereiro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0008557-79.2008.4.03.6109	17/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos digitalizados em outubro de 2019 e remetidos ao gabinete em fevereiro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0010086-82.2007.4.03.6105	1º/9/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em fevereiro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0004233-95.2007.4.03.6104	17/11/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Observação: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em fevereiro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento		
0032486-08.2007.4.03.6100	6/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em fevereiro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0009713-95.2009.4.03.6100	14/1/2010	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em fevereiro de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0018796-58.2016.4.03.0000	26/2/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em dezembro de 2020 e remetidos ao gabinete em setembro de 2021. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0019424-95.2007.4.03.6100	14/3/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0022050-53.2008.4.03.6100	13/3/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0009865-27.2006.4.03.6108	29/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0033151-24.2007.4.03.6100	13/5/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0025389-83.2009.4.03.6100	23/8/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0004834-11.2010.4.03.6100	9/12/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Observação: Autos digitalizados em 9 de setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0009361-17.2008.4.03.6119	17/3/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados em setembro de 2019 e remetidos ao gabinete em março de 2020. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0003856-54.2017.4.03.0000	29/9/2017	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Recurso suspenso até o julgamento do RE 1.014.286 (com repercussão geral). Providência: Aguardar julgamento do RE 1.014.286 para análise e julgamento do recurso.		
5004119-59.2021.4.03.0000	1º/3/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tutela recursal antecipada indeferida em 9/3/2021. Interposição de agravo interno em 17/3/2021. Contraminuta em 18/5/2021. Autos conclusos em 19/5/2021. Providência: Análise para oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0007807-66.2011.4.03.0000	29/3/2011	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Apreciação da petição ID 254862433, juntada aos autos em 16/3/2022, para expedir ofício à CEF para conversão em renda do valor depositado a título de honorários, bem como para avaliar o pedido de intimação para pagamento de valor remanescente.		
0038445-39.1998.4.03.0000	6/5/1998	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Autos conclusos em 25/8/2021. Providência: Analisar pedido de constrição via BACENJUD		
0010561-40.2000.4.03.6119	14/5/2003	198-Apelação Cível
Observação/Providência: determinada intimação das partes, nos termos do artigo 10 do CPC. Autos conclusos em dezembro de 2021. Providência: Análise para oportuna decisão singular terminativa ou inclusão em sessão de julgamento.		
5000179-52.2022.4.03.0000	9/1/2022	14701-Habeas Data Criminal
Observação/Providência: Processo de relatoria do Des. Federal Paulo Fontes integrante da 5ª Turma da 4ª Seção.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 86 processos selecionados, 84 foram inspecionados. Destes, 84 eram eletrônicos.

Os 2 processos não inspecionados eram físicos e não foram localizados na unidade, uma vez que foram devolvidos à vara de origem onde foram baixados definitivamente.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5014189-38.2021.4.03.0000	5005831-84.2021.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0012991-27.2016.4.03.0000	0022987-49.2016.4.03.0000	5002638-32.2019.4.03.0000
5009829-31.2019.4.03.0000	0000908-74.2015.4.03.6123	5020309-39.2017.4.03.0000
5022219-04.2017.4.03.0000	0005465-19.2010.4.03.0000	5008494-45.2017.4.03.0000
0006929-64.1999.4.03.6111	0006564-81.2015.4.03.6100	5021147-11.2019.4.03.0000
5027586-38.2019.4.03.0000	5006591-43.2020.4.03.6119	5006591-43.2020.4.03.6119
5017326-67.2017.4.03.0000	5023249-40.2018.4.03.0000	0000428-96.2014.4.03.6005
0002474-09.2010.4.03.6002	5005602-95.2019.4.03.0000	5010833-06.2019.4.03.0000
5000084-56.2016.4.03.6103	5000701-10.2016.4.03.6105	5000709-84.2016.4.03.6105
5003862-03.2017.4.03.6102	5009711-59.2017.4.03.6100	5000559-06.2016.4.03.6105
5003438-58.2017.4.03.6102	5008824-75.2017.4.03.6100	5026248-33.2017.4.03.6100
0000278-05.2006.4.03.6100	0008557-79.2008.4.03.6109	0010086-82.2007.4.03.6105
0004233-95.2007.4.03.6104	0032486-08.2007.4.03.6100	0019424-95.2007.4.03.6100
0022050-53.2008.4.03.6100	0009865-27.2006.4.03.6108	0033151-24.2007.4.03.6100
0025389-83.2009.4.03.6100	0004834-11.2010.4.03.6100	0009361-17.2008.4.03.6119
5004119-59.2021.4.03.0000		

c) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0022570-04.1994.4.03.6100	0001980-83.1992.4.03.6000	0002182-30.2010.4.03.6000
0034905-98.2007.4.03.6100	0005600-28.2005.4.03.6104	0013243-82.2010.4.03.6000
0009713-95.2009.4.03.6100		

d) Providenciar a intimação em até 30 dias:

5007003-32.2019.4.03.0000	0012156-32.2008.4.03.6107
---------------------------	---------------------------

e) Providenciar a análise da petição em até 30 dias:

0038445-39.1998.4.03.0000

f) Providenciar a juntada de relatório e voto em até 30 dias:

5016733-33.2020.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal André Nabarrete, pelo Chefe de Gabinete Daniel Kyioshi Hatanaka e pelo Chefe da Assessoria Marcelo

da Cruz Coutinho. A entrevista esclareceu a forma de planejamento e a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, ao qual compete o julgamento de processos relativos ao Direito Público (ressalvados os de competência da 1ª e 3ª Seções) e à matéria constitucional, incluindo naturalização, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral e preços públicos e contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (art. 10, § 2º, do RITRF3).

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra dos processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que estão sintetizados nos tópicos a seguir:

1. Gestão de pessoas

Estão lotados no gabinete 17 servidores, dos quais 2 são agentes de segurança, 14 trabalham na área fim e 1 na área meio.

Esclareceram que o regime de teletrabalho segue as normas contidas na Resolução PRES n. 370/2020, com 80% dos servidores em regime parcial de teletrabalho, e, desde a publicação da Resolução PRES 514/2022 o percentual foi reduzido para 50%.

O Desembargador Federal informou que mantém contato diário com os chefes de gabinete e da assessoria e que, quando necessário, para esclarecimentos contacta diretamente os servidores responsáveis pela elaboração das minutas de relatório e voto.

O chefe da assessoria informou que são realizadas reuniões periódicas com os servidores para adequação e ajustes necessários nas atividades.

Todos os servidores estão sujeitos ao cumprimento de metas que são fixadas conforme a complexidade da matéria e respeitando o acréscimo de 30% previsto na Resolução que regulamenta o teletrabalho.

2. Gestão de processos

Os servidores que atuam na área fim são responsáveis pela elaboração de minutas de relatórios e votos e, o servidor que atua na área meio realiza a triagem inicial dos processos.

O Chefe de gabinete esclareceu que todos os processos da unidade foram digitalizados.

a. Triagem inicial e classificação de processos

Os processos são classificados pelo uso de etiquetas que identificam a matéria e o tipo de recurso, as metas do CNJ, as prioridades legais, os embargos de declaração e agravos internos.

Após distribuídos, os processos são submetidos à triagem inicial, que consiste na avaliação de prevenção, regularidade do recolhimento de custas e encaminhamento para despachos de mero expediente. Inexistindo providências a serem sanadas, os processos são encaminhados para as tarefas “análise de decisão a proferir” ou “preparar relatório e voto”.

Questionados sobre a digitalização dos processos da unidade, o chefe de gabinete informou que processos apensos foram digitalizados como anexos do processo principal e que no momento da autoinspeção deu início à inserção dos metadados na base de dados do PJe e regularização da situação de tais processos, com a consequente inclusão em pauta.

Os processos remetidos a outros setores são controlados por meio de tarefa específica no PJe.

b. Forma de distribuição dos processos

Os processos são distribuídos entre os servidores da área fim conforme a matéria. Há uma servidora responsável exclusivamente pela análise das ações civis públicas e de improbidade administrativa. As matérias cujo volume de processos é maior são destinadas à pequenas equipes de servidores.

3. Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

A fim de dar cumprimento às metas do CNJ, o Desembargador Federal optou em trabalhar a partir da triagem e separação dos processos mais antigos e os mais novos com temas repetitivos.

Os processos com distribuição mais antiga são submetidos a mutirões regulares cujo objetivo é a análise e inclusão em pauta para julgamento. Atualmente, foram julgados todos os processos distribuídos até 31/12/2002.

O chefe de gabinete faz gestão dos processos pelo ano de distribuição, sendo que a proposta para o ano de 2022 é o julgamento de todos os processos de 2003 e, possivelmente, 2004.

4. Produtividade e metas

As metas são estabelecidas conforme a complexidade dos processos, no entanto reconhece como boa prática quando adotada por outros gabinetes.

5. Políticas de Recompensas

A unidade não adota política de recompensas.

6. Práticas processuais

As decisões monocráticas são utilizadas apenas em casos bastante específicos, a exemplo, de recursos prejudicados, desistências e matérias julgadas pelas Cortes Superiores em recursos repetitivos.

São adotados modelos-base para votos que envolvam demandas em que já exista posicionamento consolidado do desembargador federal, observadas as particularidades.

A proposta e as minutas de declarações de voto são disponibilizadas previamente à sessão de julgamento, a fim de que haja redução nos pedidos de vista e no estabelecimento de divergência.

7. Adoção de formas alternativas de gestão de conflitos

O gabinete tem realizado conciliação nos processos relativos a expurgos inflacionários e encaminha à Central de Conciliação apenas os processos solicitados (Meta 3 CNJ).

8. Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid - 19)

Durante a pandemia, o desembargador federal e os servidores do gabinete atuaram exclusivamente sob regime de *home office*. O assessor e o chefe de gabinete compareceram a unidade uma vez por semana para organizar a sessão de julgamento e disponibilizar a produção de votos e decisões ao desembargador federal.

Considerando a necessidade de isolamento, a equipe manteve-se em contato diário através de telefone e *whatsapp*. Nesse mesmo período, também foram realizadas reuniões semestrais pelo *Teams* e outras reuniões pontuais para o tratamento de questões específicas, enquanto perdurou o isolamento.

O atendimento aos advogados foi realizado exclusivamente por e-mail, inclusive com envio de vídeos e áudios.

9. Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade destacou a complexidade da matéria de competência da 2ª Seção, que não permite, na maioria das vezes, uma produção em massa.

O chefe da assessoria relatou que a unidade esteve convocada para o plantão judicial no momento do ataque cibernético aos sistemas judiciais. Informou, ainda, que a invasão dos sistemas obrigou a adoção alternativa de rotinas de trabalho muito mais exaustiva.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 6.147 para 6.977. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 9.752 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 8.710.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 214, na última inspeção, para 441, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 56 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

Verifica-se ainda que houve redução no número de processos julgados nos 12 meses anteriores à inspeção de 5.307 para 1.969, segundo o levantamento realizado para a presente inspeção.

Quanto a consecução dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico da Justiça Federal, a partir dos dados coletados pelo CJF na autoinspeção do gabinete, foi possível verificar o baixo índice de cumprimento da Meta 1/CNJ, Meta 2/2021 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016) - 45,27%, Meta 2/2022 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017) - 51,29%; Meta 4/2021 CNJ (priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018) - 78,85%, Meta 4/2022 CNJ (priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018) - 54,26%.

A análise do relatório anterior em conjunto com as informações obtidas na entrevista, permite inferir a necessidade de aprimoramento na gestão do acervo. Desta forma, é essencial que se estabeleça uma triagem mais efetiva dos processos distribuídos, bem como a elaboração de fluxos padrão que tornem mais célere a análise e, a consequente, inclusão de processos em pauta de julgamento.

Em relação ao gerenciamento da equipe, é essencial estimular o engajamento da equipe de servidores com um plano estratégico de gestão e com o cumprimento dos objetivos gerais propostos para o gabinete.

Outro ponto a ser considerado e que merece a atenção dos gestores é a existência de 1.340 processos, distribuídos entre 2003 a 2010, dos quais 1.327 aguardam primeiro julgamento.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 32.

Regularizar os processos com falha de digitalização, cuja as movimentações apresentem erro;

Promover maior celeridade na análise dos processos com pedido de tutela provisória, pedidos de liminares e com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado.

Considerando o § 1º, do artigo 2º, do Provimento n. 6/2021/CG-CJF, a equipe da inspeção do CJF sugere a inclusão da unidade no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP, haja vista o baixo índice de cumprimento das metas, a necessidade de implementação de melhorias na gerência do acervo e à existência de um grande volume de processos antigos aguardando primeiro julgamento, visando promover a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL - 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Mônica Nobre

2.2 Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Processos relativos ao Direito Público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: matéria constitucional, incluindo naturalização, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral e preços públicos e contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção (art. 10, § 2º, do RITRF3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Mônica Nobre.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Sandra Marinho Bueno - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Estagiários de nível superior	1
Outros	zero

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	6.564
Processos suspensos/sobrestados	1.844
Processos conclusos	5.202
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	18
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	zero

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.564
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.501
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.202
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.411
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.844
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.747

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	97
Mandados de segurança	6
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Conflitos de competência	29
Reclamações	zero
Ações rescisórias	18
Outros	44

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.467
Recursos em mandados de segurança coletivos	23
Recursos em ações populares	3
Recursos em ações de improbidade administrativa	19
Recursos em ações civis públicas	59
Recursos em ações de desapropriação	zero
Recursos em ações com preferência legal	287
Outros	6.081

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.467
Apelações cíveis	4.734
Agravos de instrumento	1.467
Outros	266

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas Corpus	zero
Revisões criminais	zero
Outros	zero

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	zero
Apelações	zero
Recursos em Sentido Estrito	zero
Recursos em Habeas Corpus	zero
Recursos em Mandado de Segurança	zero
Embargos infringentes e de nulidade	zero
Outros	zero

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	zero
Apelações	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas Corpus	zero
Outros	zero

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	zero
Por IRDR	zero

Por IAC	zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	zero
Por Recurso Especial	zero
Por Recurso Extraordinário	zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	716
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	609
Agravos legais/regimentais	48
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	44
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	2
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	2

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	153
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	288

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	zero
Ano anterior	zero
2º ano anterior	33
3º ano anterior	1.425
4º ano anterior	551
5º ano anterior ou mais antigo	332

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	zero
Ano anterior	257
2º ano anterior	1.261
3º ano anterior	705
4º ano anterior	311
5º ano anterior	249
6º ano anterior ou mais antigo	237

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	403
Ano anterior	1.599
2º ano anterior	791
3º ano anterior	580
4º ano anterior	275
5º ano anterior	222
6º ano anterior	206
7º ano anterior ou mais antigo	243

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	5
Total como relator para o acórdão	16

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.124
Total de Processos julgados	3.138
Total de Processos baixados	3.129
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 14
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 5

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	57
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	85
Total de feitos não regularizados	zero

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.048
Processos julgados no ano anterior	3.260
Processos distribuídos no ano corrente	356
Processos julgados no ano corrente	170

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.806
Pendentes em 31/12/2021	1.347
Porcentagem de atendimento da meta	80,73%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

	100,20%
--	---------

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.288
Pendentes no último dia do mês anterior	1.463
Porcentagem de atendimento da meta	76,58%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.115
Pendentes no último dia do mês anterior	203
Porcentagem de atendimento da meta	96,23%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	72
Pendentes em 31/12/2021	13

Porcentagem de atendimento da meta	136,57%
------------------------------------	---------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	62
Pendentes no último dia do mês anterior	19
Porcentagem de atendimento da meta	115,59%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	71,01
Taxa de congestionamento em 2021	72,76
Taxa de congestionamento em 2022	69,17

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes em 31/12/2021	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.
Dentro do âmbito de atuação do gabinete, a ação implementada em alinhamento com o Plano de Ação do TRF3, é a priorização das Ações Cíveis Públicas envolvendo matéria de direito ambiental.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	dados indisponíveis
3619 - Crimes contra a Fauna	dados indisponíveis
3621 - Da Poluição	dados indisponíveis
3429 - Alteração de local especialmente protegido	dados indisponíveis
3622 - Agrotóxicos	dados indisponíveis

3623 - Atividades Nucleares	dados indisponíveis
3624 - Caça	dados indisponíveis
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	dados indisponíveis
3627 - Pesca	dados indisponíveis
3651 - Crimes Agrários	dados indisponíveis
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	dados indisponíveis
9583 - Arrendamento Rural	dados indisponíveis
10016 - Inspeção Fitossanitária	dados indisponíveis
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	dados indisponíveis
10085 - Água e/ou Esgoto	dados indisponíveis
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	dados indisponíveis
10091 - Terreno de Marinha	dados indisponíveis
10094 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10095 - Águas Públicas	dados indisponíveis
10102 - Terras Indígenas	dados indisponíveis
10103 - Terreno Aldeado	dados indisponíveis
10104 - Restituição de área - FUNAI	dados indisponíveis
10105 - Demarcação	dados indisponíveis
10106 - Recursos Minerais	dados indisponíveis
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	dados indisponíveis
10110 - Meio Ambiente	dados indisponíveis
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	dados indisponíveis
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	dados indisponíveis
10113 - Flora	dados indisponíveis
10114 - Fauna	dados indisponíveis
10115 - Transgênicos	dados indisponíveis
10116 - Agrotóxicos	dados indisponíveis
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	dados indisponíveis
10119 - Gestão de Florestas Públicas	dados indisponíveis
10396 - Ambiental	dados indisponíveis
10397 - Sanitárias	dados indisponíveis
10438 - Dano Ambiental	dados indisponíveis
10986 - Crime contra a administração ambiental	dados indisponíveis

11822 - Mineração	dados indisponíveis
11823 - Reserva legal	dados indisponíveis
11824 - Recursos Hídricos	dados indisponíveis
11825 - Poluição	dados indisponíveis
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	dados indisponíveis
11827 - Zona Costeira	dados indisponíveis
11828 - Área de Preservação Permanente	dados indisponíveis
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	dados indisponíveis
11830 - Patrimônio Cultural	dados indisponíveis
11836 - Parcelamento do Solo	dados indisponíveis
11841 - Política Agrícola	dados indisponíveis
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	dados indisponíveis
11862 - Saneamento	dados indisponíveis
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	dados indisponíveis
9994 - Indenização por dano ambiental	dados indisponíveis
3424 - Usurpação de águas	dados indisponíveis

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
O gabinete providenciou a digitalização de todo o acervo físico. Há apenas alguns poucos processos físicos (16) recentemente recebidos da Vice-Presidência para retratação.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	dados indisponíveis
Pendentes no mês anterior:	dados indisponíveis
Percentual de cumprimento da meta:	dados indisponíveis

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 50005877920184036112; 00306635820104030000 00274379420054039999; 00068293820014036112; 00070716820074036182 e 50022259220194036119.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os processos foram julgados pela Relatora, exceto o 50005877920184036112, em razão do seu sobrestamento (Tema 1042 - STJ), e o 00274379420054039999, baixado em diligência à Vara de origem.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O processo n. 50005877920184036112 está sobrestado, aguardando o julgamento do Tema 1.042, do STJ. Com relação ao processo n. 00274379420054039999, houve expedição de ofício ao Juízo de origem requerendo a devolução dos autos baixados em diligência.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 2 CNJ foi atendida parcialmente. Como já relatado em inspeção anterior, com o intuito de diminuir o expressivo acervo de processos antigos assumido pela Desembargadora em 2013, foi destacado um grupo com os servidores mais experientes do gabinete para auxiliar a magistrada nas decisões dos processos da Meta 2. Apesar desses processos serem caracteristicamente mais complexos e, portanto, de solução mais demorada, esta iniciativa se mostrou positiva, com a gradual diminuição deste acervo e efetiva melhora no percentual de cumprimento da Meta 2.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Todo o processo de trabalho é definido a partir de reunião realizada com a Desembargadora a fim de fixar os objetivos do período. A partir dessa definição, as tarefas são distribuídas pela equipe de acordo com as características e aptidões de cada servidor. Nesta reunião de planejamento das atividades são analisados os resultados anteriores e feitas as adequações necessárias, a fim de dar cumprimento às metas do CNJ, recomendações do CJF, atendimento das prioridades legais e apreciação célere das medidas de urgência. Como boas práticas, destacamos a organização de frentes de trabalho que atuam simultaneamente no gabinete, objetivando tanto manter em dia os pedidos de liminar e de tutela, as ações civis públicas e de improbidade, quanto diminuir o acervo e reduzir o número de processos antigos. Além disso, a comunicação célere e direta entre a Desembargadora, chefia e

demais funcionários através do whatsapp se mostrou muito eficiente durante a pandemia e, por isso será mantida.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Sandra Marinho Bueno - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Somos 17 servidores, sendo 15 na atividade-fim e 2 na atividade-meio (agente de segurança e técnico designado para funções administrativas). A distribuição das atividades leva em conta a experiência, desenvoltura, aptidão e perfil de cada funcionário. Há servidores especializados em Execução Fiscal, Tributário e Administrativo, bem como funcionários designados para os feitos da 2ª Seção, liminares e ações civis públicas. As tutelas e liminares exigem perfil bastante objetivo e célere, enquanto as ações civis públicas e as de improbidade requerem experiência com a matéria e detalhamento no exame das provas. Estas características, dentre outras, são levadas em conta para a designação do servidor mais apto para o desenvolvimento de cada atividade.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Até o início da pandemia, eram 6 (seis) servidores em regime parcial de teletrabalho, em cumprimento às limitações até então existentes sobre o número máximo de servidores em home-office. A partir de abril de 2022 serão 12 servidores em teletrabalho parcial, com comparecimento presencial semanal.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O gabinete adotou o regime parcial de teletrabalho, com comparecimento semanal.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Há metas individuais, levando-se em conta as características dos processos que cada servidor trabalha. Há funcionários designados para processos mais complexos e outros para processos com teses já definidas e/ou de execução mais simples. As cotas são fixadas de acordo com a complexidade do trabalho desenvolvido e ao volume de processos a ser enfrentado.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O desempenho dos funcionários é acompanhado muito de perto pela Desembargadora e sua assessoria. Além disso, mensalmente os servidores disponibilizam para a chefia a lista dos processos em que elaboraram minutas de voto ou de decisão terminativa, o

que permite a aferição do cumprimento das metas mensais acordadas. No caso de descumprimento da cota previamente estabelecida, a chefia verifica junto ao servidor se houve alguma dificuldade específica com relação a determinado processo mais complexo, necessidade de desenvolvimento de minutas novas ou até mesmo situações externas que tenham impedido o alcance da meta. A partir desse diálogo é possível identificar a existência de um problema pontual, a necessidade de uma readequação de matéria para o servidor ou de maiores orientações para aprimorar a organização do trabalho e, conseqüentemente, melhorar o seu desempenho.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente os processos do gabinete são eletrônicos. Eventuais processos físicos recebidos da Vice-Presidência para retratação são encaminhados para o servidor responsável pela matéria.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Todos os processos eletrônicos são identificados com a etiqueta correspondente à matéria. Os agravos legais e embargos de declaração recebem também esta identificação, bem como a do servidor responsável para minutar a decisão do incidente. Os processos com minutas novas a serem corrigidas e aprovadas recebem etiqueta própria para que a Desembargadora os identifique, corrija e oriente os servidores. Na triagem também são verificados os processos de teses já definidas pela Desembargadora, os quais são identificados e destinados aos servidores que já desenvolvem essas minutas. Os processos para análise de liminar/tutela também recebem identificação e são imediatamente destinados ao servidor responsável pela análise e desenvolvimento de minuta.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é feito pelos dados estatísticos oficiais do TRF3. Paralelamente a isto, é feito um acompanhamento de minutas de decisões terminativas e votos elaborados pelos servidores, bem como da quantidade de feitos efetivamente pautados. Os embargos de declaração e agravos internos são imediatamente identificados com a respectiva etiqueta do servidor responsável pela elaboração da minuta da decisão embargada/agravada. As prioridades legais são, sempre que possível, atendidas. Há celeridade na apreciação de todas as medidas de urgência, havendo servidores especificamente designados para esta tarefa.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Há metas individuais, levando-se em conta as características dos processos que cada servidor trabalha. Como meta coletiva temos o cumprimento da Meta 1 e o aumento do percentual de cumprimento da Meta 2.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há recompensa específica para cumprimento das metas, que estão bem dimensionadas, sendo desafiadoras, mas plenamente exequíveis, mantendo-se sempre o padrão de qualidade exigido. Embora não haja uma política de recompensa tendo em vista a dificuldade em estabelecê-la por estarmos em um órgão público, há um reconhecimento muito claro do desempenho de cada servidor, dentro das suas capacidades e atribuições. Não é raro o servidor do gabinete ir além do esperado, tanto em produtividade como em atitudes proativas. Por outro lado, dado o acompanhamento próximo do grupo, sempre são levadas em consideração circunstâncias pessoais transitórias do servidor que impactam na sua produtividade.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os processos com prioridade legal são identificados e atendidos sempre que possível. Muitos deles dizem respeito a correção monetária de poupança, tema sobrestado pelo STF. A Meta 1 tem sido alcançada e a Meta 2, embora ainda não totalmente cumprida, vem sendo priorizada. Os processos de improbidade administrativa e ações coletivas são julgados prioritariamente. O índice de cumprimento da Meta 4 (ações de improbidade) supera 100%. Os processos de matéria ambiental também tem sido identificados e priorizados.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, sempre que possível é dada preferência à utilização de decisões terminativas, nos termos do novo Código de Processo Civil, que limitou, ainda mais, os casos em que se permite o julgamento monocrático.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Atualmente temos um grande número de modelos aprovados pela Desembargadora que são utilizados para adaptação aos processos. Os modelos são compartilhados entre os servidores que atuam nas mesmas matérias. Há constante comunicação entre os funcionários do gabinete, que compartilham tanto as orientações recebidas pela Desembargadora como as correções ou alterações e atualizações feitas nos modelos existentes.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Todos os servidores do gabinete, inclusive os técnicos judiciários, são bacharéis em Direito. Alguns com especialização. Portanto, não identificamos a necessidade de capacitação dos servidores na área jurídica. Apenas foram necessários treinamentos específicos para ferramentas do PJe.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos, por ocasião da decisão de sobrestamento, atualmente recebem fase específica onde consta o tema correspondente, além de etiqueta identificadora da matéria sobrestada. Com esta classificação, são remetidos à subsecretaria e solicitados para conclusão quando julgado o tema pertinente. Há setor na unidade processante responsável pelos processos sobrestados que também nos auxilia nesse controle. Estão sobrestados os processos envolvendo os Temas ns 769, 981, 997, 1.008, 1.012, 1.123, 1.042, 1.079, 1.093 do STJ, nºs 265, 284, 285 do STF e o IRDR do TRF3 5016497-47.2021.4.03.0000.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sempre que se vislumbra a possibilidade de conciliação, o feito é encaminhado para o Gabinete de Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, são levados à julgamento na sessão seguinte, mas, dependendo da complexidade do feito, são apresentados no máximo em 3 sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Há acompanhamento específico da jurisprudência da 4ª Turma e 2ª Seção à medida que os votos dos Relatores e as divergências são disponibilizados para julgamento. Além disso, fazemos pesquisas constantes quando da elaboração de decisões, além de acompanharmos os boletins do STJ e STF.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são disponibilizados com bastante antecedência, tanto na Turma como na Seção. As divergências também são apresentadas previamente.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Atualmente existem 2 modalidades: as sessões virtuais realizadas apenas com a inserção dos relatórios, votos e eventuais divergências no PJe e aquelas realizadas por vídeoconferência pela plataforma TEAMS. Os processos com sustentação oral são apresentados para julgamento em sessões por vídeoconferência, que permitem a participação dos advogados através do link da sessão de julgamento disponibilizado.

28. A unidade possui plano de gestão?

É feito um planejamento anual das metas a serem alcançadas, principalmente no que diz respeito aos processos mais antigos. A partir disso, é traçada a estratégia junto à Desembargadora e, após, é compartilhada com os servidores envolvidos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Boa, no que diz respeito aos recursos humanos, uma vez que temos uma vaga em aberto, mas temos uma equipe muito bem capacitada e integrada. Quanto aos materiais a situação é ótima.
b) gestão do trabalho	Satisfatória. Os objetivos são traçados de forma desafiadora, mas plenamente factível e sempre buscando a adequação do perfil do servidor à matéria a ele destinada.
c) resultados	Satisfatórios. Apesar do aumento da distribuição, não houve aumento significativo do acervo desde a última inspeção até agora (55 processos). Houve uma melhoria qualitativa do acervo, uma vez que os processos mais antigos foram julgados, assim como as ações civis públicas e as de improbidade.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os principais objetivos a serem alcançados são a diminuição do acervo e o cumprimento da Meta 2, sem que isto comprometa a qualidade da prestação jurisdicional, a celeridade na apreciação das liminares e a priorização no julgamento das ações civis públicas.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A celeridade na apreciação das liminares e no julgamento das ações civis públicas é satisfatória, devendo ser mantidas as ações até aqui implementadas para a obtenção desse resultado. Com o objetivo de diminuir o acervo total, pretende-se a manutenção de equipe de servidores voltados aos processos com teses já definidas e, portanto, de resolução mais célere, a fim de possibilitar aumento de produtividade. Paralelamente a isso, a adoção de cota mensal de processos antigos a serem minutados pelos demais servidores. A mudança a ser implementada com relação aos processos antigos é designar mais servidores para enfrentarem este acervo, além daqueles já envolvidos nessa tarefa.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Sem dúvida o sucesso do teletrabalho foi o grande diferencial desse período. Este modelo se mostrou muito eficiente e produtivo. Os funcionários estão muito mais satisfeitos e, apesar da distância, o contato para resoluções de questões do trabalho tornou-se mais célere e controlado com o uso de ferramentas tecnológicas tais como o whatsapp. Há contato diário com a Desembargadora pelo Whatsapp, tanto com a assessoria, quanto com os funcionários. O grupo se comunica constantemente, tirando dúvidas e recebendo orientações. O Teams também tem sido uma ferramenta muito utilizada para reuniões gerais com a Desembargadora, assim como para reuniões mais setORIZADAS. Este modelo de teletrabalho só trouxe melhorias: otimização do tempo e economia para os servidores e advogados, que não precisam se deslocar para obter informações ou atendimento, e para o próprio Tribunal.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Os processos com distribuição mais antiga tem sido identificados e priorizados. Havia no acervo recebido em 2013 pela Desembargadora processos distribuídos antes do ano 2000. Esses processos foram identificados com o ano de distribuição e estão sendo julgados. São, na sua grande maioria, processos mais complexos, que demandam mais tempo para análise adequada e resolução. Por esta razão, ainda há no acervo número significativo de processos antigos, mas que vêm sendo enfrentados.

31. LISTA DE PROCESSOS SELECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0017689-13.2015.4.03.0000	14/8/2015	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0027912-25.2015.4.03.0000	27/11/2015	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 20/4/2022.		
0014224-59.2016.4.03.0000	1º/8/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5014811-25.2018.4.03.0000	28/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5018724-15.2018.4.03.0000	7/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5017558-45.2018.4.03.0000	25/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 20/4/2022.		
0004404-27.2013.4.03.6109	16/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5020554-50.2017.4.03.0000	25/10/2017	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5012230-71.2017.4.03.0000	18/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002223-04.2018.4.03.6105	4/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir na pauta de julgamento.		
5008527-68.2017.4.03.6100	9/4/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5007560-23.2017.4.03.6100	2/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000255-35.2016.4.03.6128	11/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002713-18.2017.4.03.6119	26/10/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 26/3/2022.		
0008433-16.2014.4.03.6100	3/8/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0022098-32.2015.4.03.0000	30/9/2015	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0004615-46.2012.4.03.6126	7/3/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0020989-55.2011.4.03.6100	25/9/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0018122-85.2013.4.03.0000	5/8/2013	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5007232-26.2018.4.03.0000	22/9/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A DF Mônica Nobre declarou o seu impedimento em 25/8/20 e o feito foi redistribuído ao DF Marcelo Saraiva.		
5016722-38.2019.4.03.0000	1º/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5031580-11.2018.4.03.0000	14/12/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000120-35.2020.4.03.0000	7/1/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0017868-10.2016.4.03.0000	27/9/2016	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5015677-62.2020.4.03.0000	12/6/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5032911-57.2020.4.03.0000	9/12/2020	11555-Suspensão de Liminar e de Sentença
Observação/Providência: Publicada a decisão em 28/3/2022.		
0046557-59.2000.4.03.6100	6/6/2008	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Voto dos embargos de declaração já apresentado em sessão de julgamento pela Relatora. Processo aguardando apresentação do voto-vista.		
0011859-50.2002.4.03.6102	8/7/2021	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5010956-33.2021.4.03.0000	17/5/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 21/3/2022.		
5001945-60.2020.4.03.6128	3/8/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 27/3/2022.		
5026625-67.2018.4.03.6100	10/6/2020	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 28/3/2022.		
0002448-37.2008.4.03.6113	7/4/2010	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Intimação do autor em 22/3/2022 para se manifestar a respeito da proposta de acordo apresentada pela Caixa Econômica Federal (ação de correção monetária de poupança).		
0031089-31.2014.4.03.0000	9/12/2014	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000456-91.2015.4.03.6114	24/11/2016	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração interpostos contra decisão monocrática julgados em 2017. Incluir a apelação em pauta de julgamento. Observação/Providência:		
5000553-78.2016.4.03.0000	20/6/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0001111-75.2010.4.03.6102	14/6/2013	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0006758-63.2014.4.03.6182	13/7/2015	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração interpostos contra a decisão de sobrestamento julgados em 10/11/2017. Incluir a apelação na pauta de julgamento.		
5002135-79.2017.4.03.0000	20/0/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Publicado o acórdão dos embargos de declaração em 20/3/22.		
0002554-22.2016.4.03.6144	28/3/2017	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

5002479-26.2018.4.03.0000	15/2/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir na pauta de julgamento.		
0002007-20.2013.4.03.6133	27/2/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0004971-90.2010.4.03.6100	31/1/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0001408-25.2009.4.03.6100	31/1/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0027437-94.2005.4.03.9999	21/6/2005	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: expedido ofício determinando a devolução dos autos, com urgência, pela Vara de origem.		
5000258-38.2017.4.03.6133	2/5/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5008156-07.2017.4.03.6100	28/7/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000309-70.2017.4.03.6126	18/12/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5003418-73.2017.4.03.6100	1º/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000465-52.2017.4.03.6128	6/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000784-95.2017.4.03.6103	19/4/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5001724-29.2018.4.03.6102	2/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0003673-77.2007.4.03.6000	30/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5017979-05.2017.4.03.6100	15/8/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0002303-78.2008.4.03.6113	28/7/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0002932-97.2004.4.03.6111	17/8/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0001788-43.2017.4.03.6108	13/3/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0013995-40.2013.4.03.6100	10/8/2015	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0669501-31.1985.4.03.6100	13/2/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0010451-22.2011.4.03.6130	30/11/2012	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0005141-49.2003.4.03.6119	22/6/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5017292-91.2018.4.03.6100	25/10/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0013674-62.2005.4.03.6107	11/12/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0053464-56.2004.4.03.6182	24/3/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000654-75.2003.4.03.6106	18/8/2004	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5007759-07.2020.4.03.0000	6/4/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5006432-27.2020.4.03.0000	18/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0029312-59.2005.4.03.6100	26/11/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0021144-63.2008.4.03.6100	24/9/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0038522-19.2004.4.03.6182	5/12/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5015551-12.2020.4.03.0000	11/6/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Julgado em 17/3/2022.		
0002729-22.2005.4.03.6105	28/9/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0005278-10.1997.4.03.6000	4/4/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0009651-02.2007.4.03.6108	14/4/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5022759-47.2020.4.03.0000	14/8/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente

Observação/Providência: Decisão publicada em 10/3/2022.		
5010128-37.2021.4.03.0000	7/5/2021	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0056371-03.1997.4.03.6100	28/8/2006	1728-Apeleação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5033923-09.2020.4.03.0000	11/1/2021	12081-Incidente de Suspeição
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 31/3/2022.		
5017763-69.2021.4.03.0000	3/8/2021	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 5/4/2022.		
5032943-96.2019.4.03.0000	18/12/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 79 processos selecionados, 78 foram inspecionados. Destes, todos eram eletrônicos.

O Processo n. 0027437-94.2005.4.03.9999 não foi inspecionado por estar baixado à origem conforme consulta ao sistema processual.

The screenshot shows a web interface for consulting a process. Key information includes:

- Secretaria Responsável:** SUBSECRETARIA DA QUARTA TURMA
- Origem do Autor:** QUARTA TURMA
- Localização:** JUÍZO DE DIREITO DA 2 VARRA DE SALTO SP
- Número de volumes:** 2
- Número de páginas:** 54
- Número de caixa:** 0
- Apostos (Acts):**

Data de apostamento	Número de registro	Descrição
20/06/2008	20080399274362	EE
20/06/2008	9800000205	EF
- Fases (Phases):**

Data	Descrição	Documentos
21/06/2021	INFORMAÇÃO PROC BADIADO À ORIGEM, EM APENSO, EM 19-12-2011 - GR. 2011306089	-
27/11/2019	ALTERAÇÃO DE ASSUNTO INICIAL 20500 para fins estatísticas	-
21/02/2017	REDISTRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO atribuição por apenso-INÓNCIA INOBE registro do dia 31.01.2017 00:00:00	-
24/10/2011	RECEBIDOS DA PALAZDA NACIONAL	-
29/09/2011	REMESSA GUIDA NR.: 201125380 DESTINO: UNICAO FEDERAL (Fazenda Nacional)	-
29/08/2011	RECEBIDO DO GABINETE EM APENSO	-
10/08/2011	CONCLUSOS A(OA) JUIZ(A) CONVOCADO(A) DR. LEONEL FERREIRA	-
12/05/2011	RECEBIDOS(A) GUIDA NR.: 201109850 ORIGEM: GAR.DES.FED. FABIO PRIETO	-
14/11/2008	ALTERAÇÃO DE CLASSE AC para Apêlites	-
23/06/2008	CONCLUSOS AO RELATOR GUIDA NR.: 2005122462 DESTINO : GAR.DES.FED. FABIO PRIETO	-
21/06/2005	DISTR. POR DEPENDÊNCIA/PREVENÇÃO Distribuição por dependência por processo 2005.03.99.027437-2 do dia 21.06.2005 19:04:19	-

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

5001724-29.2018.4.03.6102	5033923-09.2020.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0017689-13.2015.4.03.0000	5014811-25.2018.4.03.0000	0004404-27.2013.4.03.6109
5000255-35.2016.4.03.6128	0008433-16.2014.4.03.6100	0022098-32.2015.4.03.0000
0004615-46.2012.4.03.6126	0018122-85.2013.4.03.0000	5007232-26.2018.4.03.0000

0046557-59.2000.4.03.6100	0000456-91.2015.4.03.6114	0001111-75.2010.4.03.6102
0006758-63.2014.4.03.6182	0002007-20.2013.4.03.6133	5000309-70.2017.4.03.6126
5000784-95.2017.4.03.6103	0002303-78.2008.4.03.6113	0002932-97.2004.4.03.6111
0001788-43.2017.4.03.6108	0013995-40.2013.4.03.6100	0669501-31.1985.4.03.6100
0010451-22.2011.4.03.6130	0005141-49.2003.4.03.6119	5017292-91.2018.4.03.6100
0013674-62.2005.4.03.6107	0053464-56.2004.4.03.6182	0000654-75.2003.4.03.6106
0002729-22.2005.4.03.6105	0005278-10.1997.4.03.6000	0009651-02.2007.4.03.6108
0056371-03.1997.4.03.6100		

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pela Desembargadora Federal Mônica Nobre, a chefe de gabinete Sandra Marinho Bueno e a assessora Maísa Elizabete de Paula.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos: ao Direito Público (ressalvados os de competência da 1ª e 3ª Seções) e à matéria constitucional, incluindo naturalização, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral e preços públicos e contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (art. 10, § 2º, do RITRF3).

1. Gestão de pessoal

Atualmente está composto por 1 estagiário e 17 servidores, dos quais 15 atuam na área fim e 2 na área meio; todos desenvolvem as atividades remotamente.

A Desembargadora, no que diz respeito ao plano de gestão de trabalho do gabinete, informou que mantém diálogo muito próximo com todos os seus servidores fazendo uso do WhatsApp para sanar dúvidas, trocar informações, sugerir alterações de redação e conteúdo de suas decisões, relatórios e votos. Essa prática teve início por força da pandemia e será mantida pela Desembargadora como forma de estimular e consolidar as boas práticas no ambiente de trabalho.

Ressaltou que o plano de gestão é elaborado a cada ano considerando as metas do CNJ e as prioridades do gabinete. O plano é revisto com os servidores todo mês, diante das necessidades apresentadas em comum acordo.

Quanto às metas individuais, estas são definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para definir, inclusive, as cotas dos processos listados na inspeção do CJF.

Importante registro se refere ao difícil período que antecedeu à autoinspeção, quando o sistema de informática do Tribunal sofreu ataque de *hackers* e o acesso ao PJe e aos sistemas administrativos foram paralisados por um período aproximado de 20

dias. A entrada nas dependências do Tribunal foi proibida e nenhum computador institucional pode ser acessado.

Restaurado o acesso ao PJe e ao Sistema Eletrônico de Informação - Sei, as atividades foram retomadas e as demandas da presente inspeção foram eleitas como prioridade “número um” do gabinete.

2. Gestão de processos

A gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal, de modo que os processos mais antigos do gabinete são distribuídos entre os servidores como prioritários. Os embargos de declaração e os agravos de instrumento são imediatamente identificados, etiquetados no PJe e encaminhados para elaboração das minutas.

Os processos do PJe recebem etiqueta de identificação por matéria, bem como são identificados e separados os agravos internos e os embargos de declaração.

As liminares e tutelas são imediatamente identificadas e distribuídas para os servidores responsáveis pela análise e confecção das minutas.

Os pedidos de vista são incluídos, na maioria das vezes, na pauta de julgamento da sessão subsequente.

3. Tratamento dos feitos com prioridade legal ou Metas do CNJ

Considerando que a Desembargadora assumiu um grande acervo de processos antigos, um grupo de servidores mais experientes e com maior habilidade e capacitação foi selecionado para auxiliar a Desembargadora na elaboração das minutas das decisões, relatórios e votos desses processos.

Relatou-se que um dos objetivos do gabinete é priorizar o julgamento dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016 e os com distribuição até 31/12/2017, com a finalidade de atingir as Metas 1 e 2 do CNJ.

As preferências legais e aquelas solicitadas por *e-mail* são analisadas com a maior brevidade possível.

4. Política de recompensas

A magistrada relatou aumento na produtividade dos servidores e que, por isso, pretende manter o teletrabalho no gabinete como forma de atender à política de recompensas vinculadas ao cumprimento das metas conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

Nesse ponto, a Desembargadora informou que não há no âmbito do Tribunal uma política institucional de recompensa para os servidores que se dedicam e superaram as metas de trabalho individualmente fixadas.

Aduziu que a ausência de política institucional se deve principalmente ao fato da dinâmica de marcação de presença ser por meio de ponto eletrônico, e, também, à limitação orçamentária do Tribunal que impede o pagamento de horas extras aos servidores.

5. Adoção de formas alternativas de gestão de conflitos

Considerando que a Desembargadora já ocupou a função de Coordenadora da Conciliação a conciliação é estimulada e realizada em processos de improbidade administrativa, planos econômicos e naqueles em que vislumbrada a possibilidade do uso de métodos alternativos de solução de controvérsias. Os processos são encaminhados ao Gabinete de Conciliação.

6. Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid-19)

No início da pandemia, em razão da limitação regulamentada pelo Tribunal, apenas 6 servidores estavam trabalhando em regime parcial de teletrabalho.

A partir de abril, 12 servidores passaram a desenvolver suas atividades no formato de teletrabalho parcial, comparecendo uma vez por semana no Tribunal.

7. Dificuldades enfrentadas pela unidade

As servidoras presentes na entrevista registraram que a Resolução 514/2022, a qual disciplina o sistema de teletrabalho no âmbito da 3ª Região, estabeleceu condições e percentuais de trabalho remoto que desestimulam os servidores a manterem a produtividade então alcançada no período pandêmico.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 4.968 para 5.202. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.501 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.564.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 310, na última inspeção, para 716, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 40 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Cumprir as recomendações do item 32.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça, particularmente em relação à Meta 2/2021-CNJ e Meta 2/2022-CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016 e julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017).

No mais, recomenda-se sejam mantidas as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o monitoramento e tratamento específico para: os agravos de instrumento, os processos com recursos internos com conclusão para julgamento superior a 30 dias, os com tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias e os com tutela provisória concedida há mais de 90 dias e não submetida ao colegiado.

Relativamente aos feitos acima mencionados, caso ainda não tenham sido julgados, esta equipe de inspeção recomenda a inclusão em pauta em até 60 dias.

Isto posto, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento diário do acervo, práticas estas descritas pelas gestoras do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Marcelo Saraiva

2.2 Turma

4ª Turma, 2ª Seção

2.3 Competência

À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ana Cristina de Rezende Bellinello Chbane - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	7.260
Processos suspensos/sobrestados	392
Processos conclusos	4.754
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	12
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas:*Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.260
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.490
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.754
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.962
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	392
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	250

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é

indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	123
Mandados de segurança	7
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	19
Reclamações	3
Ações rescisórias	14
Outros	80

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.137
Recursos em mandados de segurança coletivos	20
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	64
Recursos em ações civis públicas	109
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	344
Outros	6.600

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.137
Apelações cíveis	4.970
Agravos de instrumento	1.841
Outros	326

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	284
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	255
Agravos legais/regimentais	50
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	46
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	287
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	104

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	77
3º ano anterior	1.646
4º ano anterior	779
5º ano anterior ou mais antigo	2.466

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	230
2º ano anterior	1.733
3º ano anterior	979
4º ano anterior	418
5º ano anterior	299
6º ano anterior ou mais antigo	1.290

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	219
Ano anterior	1.420
2º ano anterior	1.022
3º ano anterior	563
4º ano anterior	283
5º ano anterior	234
6º ano anterior	184
7º ano anterior ou mais antigo	815

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	5
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	2
Total como relator para o acórdão	23

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.267
Total de Processos julgados	3.648
Total de Processos baixados	3.195
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 318
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	72

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	62
Total de feitos não regularizados	2 - O processo 0024301-54.2002.403.6100 encontra-se aguardando regularização da representação processual e o processo

	5003908-62.2017.403.0000, encontrava-se sobrestado, pelo tema 962 do STJ. Será incluído em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.
--	--

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.224
Processos julgados no ano anterior	3.174
Processos distribuídos no ano corrente	364
Processos julgados no ano corrente	844

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.410
Pendentes em 31/12/2021	998
Porcentagem de atendimento da meta	82,28%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

	103,54%
--	---------

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.224
Pendentes no último dia do mês anterior	1.167
Porcentagem de atendimento da meta	78,53%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	267
Pendentes no último dia do mês anterior	243
Porcentagem de atendimento da meta	99,11%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	80
Pendentes em 31/12/2021	24
Porcentagem de atendimento da meta	113,33%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	82
Pendentes no último dia do mês anterior	28
Porcentagem de atendimento da meta	109,67

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	77,19
Taxa de congestionamento em 2021	72,28
Taxa de congestionamento em 2022	68,38

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	28
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	fora da meta do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	fora da meta do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	fora da meta do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
--	--

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.
Utilização de correção eletrônica com menos uso de papel.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	dados não fornecidos
3429 - Alteração de local especialmente protegido	dados não fornecidos
3619 - Crimes contra a Fauna	dados não fornecidos
3621 - Da Poluição	dados não fornecidos
3622 - Agrotóxicos	dados não fornecidos
3623 - Atividades Nucleares	dados não fornecidos

3624 - Caça	dados não fornecidos
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	dados não fornecidos
3627 - Pesca	dados não fornecidos
3651 - Crimes Agrários	dados não fornecidos
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	dados não fornecidos
9583 - Arrendamento Rural	dados não fornecidos
10016 - Inspeção Fitossanitária	dados não fornecidos
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	dados não fornecidos
10085 - Água e/ou Esgoto	dados não fornecidos
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	dados não fornecidos
10091 - Terreno de Marinha	dados não fornecidos
10094 - Terras Indígenas	dados não fornecidos
10095 - Águas Públicas	dados não fornecidos
10102 - Terras Indígenas	dados não fornecidos
10103 - Terreno Aldeado	dados não fornecidos
10104 - Restituição de área - FUNAI	dados não fornecidos
10105 - Demarcação	dados não fornecidos
10106 - Recursos Minerais	dados não fornecidos
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	dados não fornecidos
10110 - Meio Ambiente	dados não fornecidos
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	dados não fornecidos
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	dados não fornecidos
10113 - Flora	dados não fornecidos
10114 - Fauna	dados não fornecidos
10115 - Transgênicos	dados não fornecidos
10116 - Agrotóxicos	dados não fornecidos
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	dados não fornecidos
10119 - Gestão de Florestas Públicas	dados não fornecidos
10396 - Ambiental	dados não fornecidos
10397 - Sanitárias	dados não fornecidos
10438 - Dano Ambiental	dados não fornecidos
10986 - Crime contra a administração ambiental	dados não fornecidos
11822 - Mineração	dados não fornecidos

11823 - Reserva legal	dados não fornecidos
11824 - Recursos Hídricos	dados não fornecidos
11825 - Poluição	dados não fornecidos
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	dados não fornecidos
11827 - Zona Costeira	dados não fornecidos
11828 - Área de Preservação Permanente	dados não fornecidos
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	dados não fornecidos
11830 - Patrimônio Cultural	dados não fornecidos
11836 - Parcelamento do Solo	dados não fornecidos
11841 - Política Agrícola	dados não fornecidos
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	dados não fornecidos
11862 - Saneamento	dados não fornecidos
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	dados não fornecidos
9994 - Indenização por dano ambiental	dados não fornecidos
3424 - Usurpação de águas	dados não fornecidos

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Promover a digitalização de todo acervo físico.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	dados não fornecidos
Pendentes no mês anterior:	dados não fornecidos
Percentual de cumprimento da meta:	dados não fornecidos

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção; b) incrementar a produtividade para julgar mais processos do que os distribuídos (Meta 1 do CNJ);c) ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ); d) aperfeiçoar as ações para o julgamento das demandas coletivas e de improbidade administrativa (Metas 4 e 6 do CNJ). Verificar a possibilidade de empenhar mais um servidor, em razão da complexidade desses processos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todas as recomendações do item 11 foram realizadas (julgamento de 23 processos); apreciação de renúncia no processo 00243015420024036100; apreciação de efeito suspensivo à apelação em dez dias, de 2 processos; promover o andamento do processo 00004823020174030000. b) A Meta 1/2021 foi atingida em 158,50%. c) A Meta 2/2021 d) As Metas 4 e 6, de 2021, foram atingidas no percentual de 113,33% e 142,86% respectivamente.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não existem recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Deixamos de atender a Meta 2/2021 dos processos distribuídos até 31/12/2016. Pretendemos dar prioridade aos processos mais antigos distribuídos no Tribunal.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Das boas práticas: A triagem dos processos é feita tão logo chegam no gabinete. Os processos são etiquetados por matéria específica. Todas as minutas são conferidas pela assessora e chefe de gabinete. Os processos com pedido de liminar e recursos internos são separados e encaminhados a funcionários específicos. Dificuldades: O sistema PJe apresenta instabilidade, gerando retrabalho e muitas vezes falta de acesso aos processos. O aumento significativo da distribuição também dificulta o cumprimento da Meta 1. A ausência de relatórios gerenciais fidedignos acarreta dificuldade no controle do acervo do gabinete. Durante o período da pandemia, os contratos dos estagiários venceram e a dificuldade de treinamento à distância nos impediu de contratar novos estagiários. Também devemos destacar o lado psicológico dos funcionários durante todo esse período de afastamento social e problemas de saúde. Também estamos com um funcionário a menos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Ana Cristina de Rezende Bellinello Chbane - chefe de gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A divisão dos processos se dá por matéria. Com exceção de dois servidores. Um cuida exclusivamente de embargos de declaração e agravo legal (de todas as matérias) e outro de apreciação de medida liminar em agravo (de todas as matérias). Também temos um servidor que cuida exclusivamente de ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares, coletivas e afins.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, durante a pandemia todos os funcionários ficaram em regime de teletrabalho. Com o retorno dos trabalhos presenciais, 80% dos funcionários ficarão em teletrabalho, nos termos do artigo 6º, da Resolução n. 370, de 20/8/2020, alterada pela Resolução n 17/3/2021, da Presidência do 3º TRF da 3º Região.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Teremos das duas formas.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas de acordo com a matéria, complexidade e capacidade de cada servidor.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Semanalmente, são enviados e-mails com a produção da semana de todos os servidores, para acompanhamento da produção, bem como pela disponibilização dos votos/decisões no sistema processual. Caso não haja cumprimento da meta semanal, procuramos entender as razões e as justificativas do servidor. Ainda não tivemos nenhum descumprimento da meta, mas os servidores estão cientes de que a autorização de teletrabalho será revista caso não haja cumprimento das metas estabelecidas.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Os únicos processos físicos em andamento são os devolvidos pela Vice-Presidência. Estes são analisados (normalmente é caso de retratação) e as decisões são minutadas no sistema Gedpro.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos físicos foram digitalizados e devolvidos ao r. Juízo de Origem. Os poucos ainda restantes, estão aguardando devolução do Juízo de Origem.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

A triagem dos processos é feita por dois funcionários que minutam despachos, decisões interlocutórias/terminativas, com a inclusão de etiquetas com o máximo de informações possíveis - matéria, procedimento, ano distribuição, prioridade legal, meta, urgência, pericípio de direito, pendência de recurso interno, nome do funcionário responsável. Os autos são encaminhados para a pasta correspondente e os funcionários buscam os processos nas pastas. Procuramos dar prioridade aos processos mais antigos e/ou mais urgente. O controle de acervo é feito tanto pelo número de processos em cada pasta, pelas etiquetas e pela estatística fornecida pelo TRF.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Nossas metas individuais não são fixas, já que dependem da complexidade da matéria e da capacidade individual de cada servidor, que entendemos que deve ser respeitada. No entanto, temos a meta coletiva de que cada servidor deve fazer pelo menos um processo da Meta 2 por semana e dar prioridade aos processos mais antigos e com preferência legal. Outra meta coletiva é julgarmos sempre mais processos do que são distribuídos.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não, em razão da impossibilidade de recompensa financeira ou compensação de dias, já que temos ponto eletrônico. No entanto, buscamos sempre parabenizar o servidor quanto a sua produtividade e qualidade de seus votos.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, conforme acima informado, cada servidor deve priorizar os processos mais antigos e com prioridade legal, e fazer pelo menos um processo da Meta 2 por semana. Temos um servidor que cuida exclusivamente dos processos relativos a ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, ações populares, ações coletivas (Metas 4 e 6). As ações ambientais também são prioridade e temos uma servidora que cuida, entre outras, das ações respeitantes à auto de infração ambiental.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, utilizamos os critérios dos artigos 557 (CPC/73) e 932 (CPC/15) sempre que possível. Os processos que chegam ao gabinete que se encaixam nesses critérios são marcados com etiquetas indicando o assunto para que sejam examinados com a maior brevidade possível. Também ficamos atentos aos julgamentos dos REsp e RExt pelo

sistema dos recursos repetitivos, para aplicarmos nos processos em tramitação prioritariamente.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

As minutas são formuladas pelos funcionários, e submetidas ao Desembargador. Uma vez aprovada, todos os funcionários são avisados que já existe decisão/voto de determinada matéria para ser utilizada.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Quando se verifica certa dificuldade do servidor com determinada matéria ou utilização de determinado sistema. O Tribunal oferece cursos de capacitação e os servidores são incentivados a fazê-los.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle de sobrestamento é feito pelo próprio PJe. O sistema disponibiliza a informação sobre o número do tema do sobrestamento. Assim, quando o tema é julgado, a subsecretaria identifica os processos sobrestados e, após uma breve comunicação, devolve os processos ao gabinete. Nós também colocamos etiquetas no processo sobre a matéria e o tema de sobrestamento. Quando há definição sobre a matéria, elaboramos modelo de decisão terminativa. Temas de sobrestamento - STJ 769, 981, 997, 1008, 1012, 1041, 1042, 1079, 1093, 1123 e 1125. STF - 264, 265, 285, TRF 3ª Região - tema 5 - IRDR 5016497-47.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Como nossa matéria é eminentemente de direito público, não temos muita margem para conciliação. Mas sempre que a matéria permite, tentamos estimular a conciliação, encaminhando os autos ao gabinete de conciliação. Ressalto, ainda, que a assessora é conciliadora formada pelo TRF e participa como voluntária, sempre que possível, na Central de Conciliação de São Paulo, bem como da Semana Nacional de Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Não temos esse controle. Os processos com voto vista são levados a julgamento com a maior brevidade possível. Atualmente, temos dois processos pendentes de julgamento com voto vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de pesquisa jurisprudencial e acompanhamento das sessões de julgamento.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos dos processos pautados são disponibilizados pelos outros gabinetes para que as divergências sejam colocadas até a data limite pré-fixada pela Presidência da Turma. A disponibilização prévia dos votos é indispensável quando se tem em conta o volume de processos pautados em cada sessão de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Com a disponibilização prévia dos votos, os Desembargadores têm acesso ao conteúdo dos votos e já podem concordar ou divergir. Os funcionários dos gabinetes e da Turma responsáveis pelo controle da pauta se comunicam em caso de dúvidas, divergências e alterações, otimizando os trabalhos, para que no dia da sessão, sejam lançados pela Turma de forma rápida e eficaz.

28. A unidade possui plano de gestão?

A cada início de ano, com a liberação dos dados estatísticos pelo TRF e análise das pastas do PJe, estabelecemos um plano de ação para melhoria dos pontos mais fracos e manutenção das ações que apresentaram bons resultados. Durante o ano, as ações são analisadas e ajustadas sempre que necessário.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Estamos com um funcionário a menos. O Tribunal não dá suporte material durante o home office. Os computadores, cadeiras, internet, celulares, impressora, vale dizer, todo o apoio necessário para o home office teve que ser adquirido por cada funcionário.
b) gestão do trabalho	a gestão do trabalho é feita através do controle dos processos minutados pelos funcionários, com as necessidades de ajustes para o cumprimento das metas e melhor atendimento ao jurisdicionado.
c) resultados	Embora tenhamos enfrentado muitas dificuldades nos dois últimos anos em razão da pandemia, adaptação de trabalho ao home office e falta de suporte material o TRF da 3ª Região, bem como a instabilidade do sistema PJe, podemos

	afirmar que tivemos excelentes resultados, com o aumento da produtividade.
--	--

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Atualmente, vamos dar prioridade aos processos mais antigos (Meta 2) e aos processos ambientais (Meta 12), mantendo, sempre em mente, a necessidade de cumprimento da meta.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Buscar uma otimização das informações constantes no PJe, mantendo as metas e cotas individuais e coletivas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Reuniões periódicas com toda a equipe, manutenção do sistema de comunicação pelo whatsapp, teams e e-mail.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle dos processos sem movimentação é realizado através da análise das próprias pastas do PJe. Buscamos sempre os processos mais antigos pendentes de despacho, liminar/tutela, inclusão em pauta de julgamento, através da análise das pastas de triagem, minutar ato judicial e preparar relatório e voto para dar andamento nos referidos processos. Também buscamos informações nos relatórios gerenciais estatísticos fornecidos pelo TRF, sempre que disponibilizados.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0021449-33.2016.4.03.0000	28/11/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito incluído em pauta de julgamento do dia 5/5/2022.		
5001515-67.2017.4.03.0000	9/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 31/3/2022.		
5011968-24.2017.4.03.0000	14/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito incluído na sessão de julgamento de 31/3/2022.		
5003993-48.2017.4.03.0000	11/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
0017379-74.2014.4.03.6100	30/8/2017	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0013606-17.2016.4.03.0000	29/7/2016	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Incluir o feito em pauta de julgamento com a maior brevidade possível. Foi proferido despacho em 22/3/2022, para as partes se manifestarem acerca do seu interesse no julgamento do feito.		
5022305-72.2017.4.03.0000	21/11/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5012622-11.2017.4.03.0000	21/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito julgado em 28/1/2022, encontrando-se arquivado.		
5002712-57.2017.4.03.0000	27/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5002705-98.2017.4.03.6100	11/12/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5003051-70.2018.4.03.6114	26/10/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 18/4/2022 - Impedimento do Des. Fed. Marcelo Saraiva, com fulcro no artigo 144, III e § 3º do CPC		
5004656-51.2018.4.03.6114	13/1/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Tema 1125.		
0012500-34.2008.4.03.6100	12/2/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência O Des. Fed. Marcelo Saraiva se deu por impedido no feito, em 8/3/2018. Relatoria da Des. Fed. Marli Ferreira.		
0029400-92.2008.4.03.6100	9/6/2021	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Des. Fed. Marcelo Saraiva se deu por impedido em 23/10/2019. Atual relatoria da Des. Fed. Marli Ferreira		
0018287-06.2011.4.03.0000	29/6/2011	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento do dia 5/5/2022.		
0001644-74.2009.4.03.6003	17/12/2012	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Feito aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0005899-95.2016.4.03.0000	28/3/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022.		
0007217-16.2016.4.03.0000	14/4/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5024994-55.2018.4.03.0000	5/10/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5023847-91.2018.4.03.0000	26/9/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5018886-73.2019.4.03.0000	25/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5018816-56.2019.4.03.0000	25/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgado em 10/3/2022.		
5002189-74.2019.4.03.0000	6/2/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em sessão de julgamento com a maior brevidade possível.		
5001278-28.2020.4.03.0000	24/1/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5005926-51.2020.4.03.0000	12/3/2020	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tutela apreciada em 11/3/2022.		
5015144-06.2020.4.03.0000	8/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível. Proferido despacho de mero expediente em 16/3/2022.		
5001242-69.2019.4.03.6127	8/9/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito aguardando voto-vista da Des. Fed. Marli Ferreira		
0002974-29.2016.4.03.0000	19/2/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
0021768-98.2016.4.03.0000	24/1/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito incluído em sessão de julgamento do dia 5/5/2022.		
0006106-02.2013.4.03.0000	20/3/2013	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0007351-91.2007.4.03.6100	16/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
0009405-23.2009.4.03.6112	14/11/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o feito em sessão de julgamento com a maior brevidade possível.		
0007753-97.2011.4.03.6112	27/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão do feito em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
0027923-59.2012.4.03.0000	26/9/2012	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível. Proferido despacho em 25/3/2022, para esclarecimentos perante a Subsecretaria da Quarta Turma, para apreciação dos embargos de declaração.		
0000009-30.2002.4.03.6124	22/2/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o feito em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		

5019004-49.2019.4.03.0000	26/7/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 11/4/2022.		
5002299-25.2018.4.03.6106	4/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados em 24/3/2022.		
5001200-72.2017.4.03.6100	4/4/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 17/3/2022.		
5000348-40.2016.4.03.6114	11/11/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na sessão de julgamento virtual de 17/3/2022. Adiado o julgamento em razão de oposição ao julgamento virtual e pedido de sustentação oral. Inclusão em sessão de julgamento presencial com a maior brevidade possível.		
5000456-96.2016.4.03.6105	12/1/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5000634-48.2016.4.03.6104	14/6/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5000357-14.2016.4.03.6110	25/4/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5000274-65.2016.4.03.6120	21/7/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o feito em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5000240-87.2016.4.03.6121	27/9/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5001883-67.2017.4.03.6114	22/1/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5003585-90.2017.4.03.6100	29/11/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5000634-18.2016.4.03.6114	5/2/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 20/4/2022.		
5000164-71.2018.4.03.6128	11/4/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
0049104-34.2008.4.03.9999	24/9/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 4/2/2022. Interpostos embargos de declaração, aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0025579-86.2009.4.03.9999	20/7/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Tema 981 – STJ.		
0043334-35.1999.4.03.6100	12/12/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir o feito em pauta de julgamento com a maior brevidade possível		
0026554-10.2005.4.03.6100	3/9/2008	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Feito pautado para julgamento na sessão de 5/5/2022.		
0031466-02.1995.4.03.6100	13/6/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
0003362-64.2003.4.03.6182	1º/12/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na sessão de julgamento de 31/3/2022.		
0034217-55.2005.4.03.6182	3/7/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
0062877-69.1999.4.03.6182	5/3/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5027389-83.2019.4.03.0000	21/10/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
0005173-25.2004.4.03.6182	2/5/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5024473-76.2019.4.03.0000	23/9/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Julgado em 10/3/2022.		
0029545-95.2001.4.03.6100	16/5/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
0010699-10.2004.4.03.6105	24/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 22/2/2022. Interpostos embargos de declaração, encontram-se aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0752305-22.1986.4.03.6100	1º/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito com conflito de competência pendente de julgamento.		
0007580-22.2005.4.03.6100	13/7/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com conflito de competência pendente de julgamento.		
0030177-58.2000.4.03.6100	9/11/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo Sobrestado - Tema 264 e 265 STF.		
5007185-81.2020.4.03.0000	31/3/2020	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5007824-15.2018.4.03.6000	6/10/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 15/3/2022.		
5014839-22.2020.4.03.0000	4/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Julgado em 23/3/2022.		
0009114-16.1996.4.03.6100	9/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5032330-13.2018.4.03.0000	26/12/2018	12084-Tutela Cautelar Antecedente

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5018019-46.2020.4.03.0000	3/7/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
0028794-50.1997.4.03.6100	5/6/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento de 5/5/2022.		
5001180-41.2018.4.03.6005	3/12/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 17/3/2022.		
5001386-61.2018.4.03.6100	14/2/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		
5005728-87.2020.4.03.6119	17/2/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito julgado em 25/3/2022.		
5033511-78.2020.4.03.0000	15/12/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 75 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eram eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5001242-69.2019.4.03.6127

b) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

5001515-67.2017.4.03.0000 | 0003362-64.2003.4.03.6182

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0017379-74.2014.4.03.6100	5022305-72.2017.4.03.0000	0001644-74.2009.4.03.6003
5023847-91.2018.4.03.0000	5018886-73.2019.4.03.0000	5001278-28.2020.4.03.0000
0006106-02.2013.4.03.0000	0009405-23.2009.4.03.6112	0007753-97.2011.4.03.6112
5000634-48.2016.4.03.6104	5000357-14.2016.4.03.6110	5000274-65.2016.4.03.6120
5003585-90.2017.4.03.6100	0049104-34.2008.4.03.9999	0043334-35.1999.4.03.6100
5027389-83.2019.4.03.0000	0010699-10.2004.4.03.6105	0752305-22.1986.4.03.6100
0007580-22.2005.4.03.6100	5032330-13.2018.4.03.0000	5018019-46.2020.4.03.0000
5001386-61.2018.4.03.6100	5033511-78.2020.4.03.0000	

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pelo Desembargador Federal Marcelo Ferreira, a chefe de gabinete Ana Cristina de R. B. Chbane e a assessora Denize E.R. Marques.

O gabinete integra a 4ª Turma da 2ª Seção, a qual compete o julgamento de processos relativos: ao Direito Público (ressalvados os de competência da 1ª e 3ª Seções) e à matéria constitucional, incluindo naturalização, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral e preços públicos e contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (art. 10, § 2º, do RITRF3).

1. Gestão de pessoal

Atualmente o gabinete está composto por 16 servidores, dos quais 15 atuam na área fim, e, ainda, por 1 agente de segurança.

O gabinete possui plano de gestão não formalizado que consiste na distribuição das tarefas fixando-se metas individuais definidas a partir da complexidade e dificuldade das matérias. São levadas em consideração as competências e as aptidões de cada servidor para a definição das cotas.

2. Gestão de processos

A gestão do acervo é feita a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo sistema BI do Tribunal, no entanto, foi reportado que o referido sistema apresenta inconsistências nos resultados, o que dificulta a gestão e o monitoramento dos feitos.

Os processos mais antigos do gabinete são distribuídos entre os servidores e considerados prioridade para o alcance das metas do CNJ.

Os processos do PJe recebem etiqueta de identificação por matéria, bem como são identificados e separados os agravos internos, agravos regimentais e os embargos de declaração para que sejam tratados como prioridade na divisão das cotas entre os servidores.

As liminares e tutelas são identificadas por etiquetas e distribuídas para os servidores responsáveis pela análise e confecção das minutas.

Informou que os pedidos de vista são poucos e incluídos, na maioria das vezes, no período de três a seis meses após a sessão.

3. Tratamento dos feitos com prioridade legal ou Metas do CNJ

As prioridades legais são identificadas com etiquetas no PJe e distribuídas para análise entre os servidores com a maior brevidade possível.

Foi relatado que um dos objetivos do gabinete é priorizar o julgamento dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016 e os com distribuição até 31/12/2017. Para tanto, o gabinete estipulou a cota de pelo menos um processo a ser feito por semana por servidor.

4. Política de recompensas

Não há política de recompensas no gabinete.

5. Adoção de formas alternativas de gestão de conflitos

O Desembargador é favorável à conciliação e, quando vislumbrada a possibilidade de acordo, os processos são remetidos para o Gabinete da Conciliação para tentativa de acordo.

Valioso registro é que a assessora Denize é conciliadora formada pelo TRF e atua como voluntária na Semana Nacional de Conciliação, e, sempre que possível, na Central de Conciliação de São Paulo.

6. Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid-19)

No início da pandemia todos os servidores desempenharam suas atividades remotamente uma vez que o Tribunal ficou fechado.

Posteriormente à edição da Resolução n. 17/03/2021, oitenta por cento dos servidores ficou em teletrabalho, sem prejuízo da produtividade.

O atendimento ao público externo é realizado por *e-mail* e via *Teams*.

O Desembargador faz audiências semanalmente pelo *Teams*.

A comunicação entre os servidores e o Desembargador é realizada diariamente pelo *Whatsapp* para tratar das dúvidas e dificuldades na análise e elaboração das minutas de decisões, relatórios e votos.

7. Dificuldades enfrentadas pela unidade

Um dos pontos tido como problemático e que de certa forma interferiu negativamente na produtividade do gabinete foi a baixa qualidade da digitalização dos processos, pois apresentaram inúmeros erros na inserção das peças, na separação do conteúdo etc.

Outro fator que têm dificultado o trabalho dos servidores é a formatação do PJe, porquanto suas funcionalidades são limitadas. A possibilidade de identificar os processos por meio de etiquetas pouco ajuda na triagem e mapeamento dos feitos.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos 5.936 para 4.754. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.962 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.754.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 192, na última inspeção, para 284, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 31 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Cumprir as recomendações do item 32.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça, particularmente em relação à Meta 2/2021-CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016 e 31/12/2017).

Recomenda-se, também, sejam mantidas as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o monitoramento e o tratamento específico para os processos com embargos de declaração com conclusão para julgamento superior a 30 dias e os com tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias.

Relativamente aos feitos acima mencionados, caso ainda não tenham sido julgados, esta equipe de inspeção recomenda a inclusão em pauta em até 60 dias.

Isto posto, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento dos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo, práticas estas descritas pelos gestores do gabinete.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MAURÍCIO KATO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Mauricio Kato

2.2 Turma

5ª Turma integrante da 4ª Seção

2.3 Competência

Criminal desde a Emenda Regimental n.13/2014 (Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região de 24/6/2014, edição 11/04, p. 2)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Mauricio Kato

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luciana de Paula Santos - chefe de gabinete (CJ2)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Estagiários de nível superior	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	1.093 processos
Processos suspensos/sobrestados	19 processos
Processos conclusos	655 processos
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1 processo
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	zero

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.093 processos
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	807 processos
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	655 processos
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	323 processos
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	19 processos
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5 processos

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não se aplica

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	9 processos
Mandados de segurança	zero
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Conflitos de competência	zero
Reclamações	zero
Ações rescisórias	8 processos
Outros	1 processo

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	174 processos
Recursos em mandados de segurança coletivos	1 processos
Recursos em ações populares	zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	zero
Recursos em ações civis públicas	2 processos
Recursos em ações de desapropriação	3 processos
Recursos em ações com preferência legal	3 processos
Outros	165 processos, sendo 30 feitos de classe criminal (embargos infringentes e de nulidade)

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	174 processos

Apelações cíveis	133 processos
Agravos de instrumento	10 processos
Outros	31 processos

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	82 processos
Ações penais	zero
Inquéritos	5 inquéritos
Habeas Corpus	43 processos
Revisões criminais	22 processos
Outros	12 processos

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	828 processos
Apelações	772 processos
Recursos em Sentido Estrito	33 processos
Recursos em Habeas Corpus	9 feitos
Recursos em Mandado de Segurança	zero
Embargos infringentes e de nulidade	zero, sendo que constam 30 processos desta classe no item 4.5
Outros	14 processos

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	132 processos
Apelações	90 processos
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas Corpus	19 processos
Outros	23 processos

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	zero
Por IRDR	zero
Por IAC	zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	zero

Por Recurso Especial	zero
Por Recurso Extraordinário	zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	45 processos
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	20 processos
Agravos legais/regimentais	5 processos
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	zero
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	zero
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	5 processos

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	3 processos
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	zero

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	65 processos
Ano anterior	211 processos
2º ano anterior	57 processos
3º ano anterior	18 processos
4º ano anterior	5 processos
5º ano anterior ou mais antigo	27 processos (ano 2013)

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	13 processos
Ano anterior	127 processos
2º ano anterior	95 processos
3º ano anterior	22 processos
4º ano anterior	10 processos
5º ano anterior	5 processos
6º ano anterior ou mais antigo	11 processos (ano 2013)

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	72 processos
Ano anterior	368 processos
2º ano anterior	74 processos
3º ano anterior	57 processos
4º ano anterior	13 processos
5º ano anterior	7 processos
6º ano anterior	2 processos
7º ano anterior ou mais antigo	27 processos (ano 2013)

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	5 processos
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3 processos

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	zero
Total como relator para o acórdão	10 processos

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	803 processos
Total de Processos julgados	526 processos
Total de Processos baixados	601 processos
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	277 processos
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	202 processos

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	zero
Total de feitos não regularizados	não se aplica
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64 processos
Total de feitos não regularizados	9 processos

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	795 processos
Processos julgados no ano anterior	523 processos
Processos distribuídos no ano corrente	53 processos
Processos julgados no ano corrente	68 processos

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.775 processos
Pendentes em 31/12/2021	19 processos
Porcentagem de atendimento da meta	99,60%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

	116,09%
--	---------

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.538 processos
Pendentes no último dia do mês anterior	26 processos
Porcentagem de atendimento da meta	98,63%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	406 processos
Pendentes no último dia do mês anterior	23 processos
Porcentagem de atendimento da meta	112,14%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	zero
Pendentes em 31/12/2021	zero

Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica
------------------------------------	---------------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	349 processos
Pendentes no último dia do mês anterior	76 processos
Porcentagem de atendimento da meta	111,75%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	53,65
Taxa de congestionamento em 2021	61,96
Taxa de congestionamento em 2022	65,11

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	795 processos
Processos baixados no ano anterior	442 processos
Processos julgados no ano anterior	510 processos
Processos distribuídos no ano corrente	53 processos
Processos baixados no ano corrente	60 processos

Processos julgados no ano corrente	63 processos
------------------------------------	--------------

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	zero
Pendentes em 31/12/2021	zero
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	01 processo
Pendentes no último dia do mês anterior	01 processo
Porcentagem de atendimento da meta	71,43%, sendo que o feito foi julgado na sessão realizada em 28/3/2022.

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O gabinete não participa ou está inserido diretamente em projetos voltados aos "Objetivos Sustentáveis da Agenda 2030", dada sua competência jurisdicional, sendo certo no âmbito desta Corte Regional tais ações competem à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão e Estratégia - ADEG.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Os dados estatísticos das metas aprovadas no 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário de 2021 depende da disponibilização do Glossário de Metas do CNJ (comunicado ADEG/DEGE)
--	--

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Dada a competência exclusivamente jurisdicional, o gabinete não promove diretamente ações voltadas à transformação digital (Justiça 4.0).

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	zero
Pendentes no mês anterior:	zero
Percentual de cumprimento da meta:	zero

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, a) cumprir as recomendações do item 11, dando preferência aos processos referentes a réu preso e identificados com a Meta 2 do CNJ; b) oficiar o juízo de 1º grau a fim de que seja solicitada prioridade na realização da perícia relativa ao processo 0000487-36.2013.403.6000; c) observar os termos da Resolução TRF3R 88/2017 para os processos físicos que aportarem no Tribunal que estabeleceu 5/8/2019 como data limite para cumprimento quanto as ações e recursos de competência criminal; e, d) manter os métodos de trabalho que se mostraram acertados e consistentes, sempre objetivando a redução e qualificação do acervo, com os parâmetros já adotados de controle de prescrição e prioridade de réus presos, processos identificados como Metas CNJ, incidentes que impactam na jurisdição de 1º grau, processos antigos e recursos internos de julgamentos do Tribunal.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) as recomendações foram, em sua maioria, atendidas, exceto em alguns processos que serão especificados no item seguinte (6.3); b) o processo baixou ao juízo de origem para realização de perícia complementar em arma apreendida em razão do Decreto 9847/2019. Determinada a virtualização do feito ao PJe, a liberação dos autos eletrônicos somente ocorreu em novembro/202. Em 18/1/2022, os autos vieram conclusos com a informação de que a arma apreendida é de difícil localização, por isso determinada a complementação da perícia pelo instituto de criminalística que lavrou o primeiro laudo, o qual foi oficiado em 22/3/2022, finalmente, o processo está relacionado em controle interno de prioridades; c) a recomendação refere-se à digitalização de processos físicos aportados ao TRF após 5/8/2019, o que foi atendido com algumas exceções; e, d) destaque para a ausência de atraso significativo no julgamento de recursos internos, metas CNJ e incidentes impactantes na jurisdição de 1º grau.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

1) RevCrim 0000135-60.2018.403.0000 e ApCrim 0003565-84.2008.403.6106, 0005335-29.2015.403.6119 e 0012687-80.2010.403.6000 - autos físicos volumosos e

de matéria muito complexa praticamente a cargo apenas da chefe do gabinete e da servidora ocupante da FC6 (assessor II); b) ApCrim 0000954-18.2014.403.6117 - autos físicos encaminhados à digitalização com inserção de arquivos digitais concluída apenas em 13/8/2021; está em fase de certificação das muitas inconsistências encontradas e, após conferência das partes, retornará à conclusão, com atribuição para servidor qualificado, já que se trata de feito igualmente complexo; c) ApelRemNec 0038281-59.2012.403.9999 - autos físicos pautados para sessão de 11/4/2022 que foi adiada em razão do ataque cibernético; será apresentado em mesa na primeira sessão disponível; e, d) ApCiv 0003085-57.2004.403.6103 e AI 0052902-42.1999.403.0000 - baixa no sistema processual. Há ação programada a cargo desta chefia para validação dos dados estatísticos.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Considerados os percentuais apontados anteriormente, é de se observar que a unidade atende as metas CNJ de modo satisfatório. Destaco em relação às Metas 2/2021 e 2/2022 (99,60% e 98,63%, respectivamente) que, caso não se trate de ajuste em razão do critério da meta x movimento processual, os processos serão identificados para julgamento prioritário, o que somente será possível após o restabelecimento da normalidade do painel de metas. Ainda em relação à Meta Específica 2/2022 (prioridade ações de tráfico de pessoas, trabalho escravo de exploração sexual) há programação especial no gabinete para julgamento dos processos com destacamento de servidor especializado no tema, sendo que o único feito pendente da meta foi julgado na sessão ocorrida em 28/3/2022, tendo em vista se tratar de autos físicos com tramitação mais dificultada.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Mais uma vez, destaco o empenho da equipe diante das muitas dificuldades trazidas especialmente pela pandemia. A unidade contava com muitos processos físicos, o que exigiu uma movimentação e esforço realmente diferenciados. No último biênio, a unidade atravessou reorganização do quadro pessoal, com saída e chegada de servidores à equipe, o que tem exigido maior empenho e esforço para se adaptar a um novo paradigma. Algumas situações pontuais, como licenças médicas e maternidades de servidoras essenciais no plano de trabalho exigiram muita flexibilidade da equipe e da chefia. No entanto, de forma geral, a unidade tem alcançado seus objetivos e é muito perceptível a melhoria na prestação jurisdicional e a boa interação da equipe. Naturalmente se conhece o desafio da administração central, mas penso que é preciso

repensar a forma de capacitação dos servidores, com cursos realmente interessantes, com conteúdo bons e úteis, seja nas ferramentas tecnológicas, seja na área-fim.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luciana de Paula Santos - chefe de gabinete (CJ2)

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os servidores do gabinete estão todos envolvidos com a atividade-fim, sendo que os processos são atribuídos proporcionalmente à distribuição mensal, observadas complexidade e prioridades. Desde março/2020 não há mais divisão por matéria no âmbito da 5ª Turma, muito embora ainda se observe eventual predileção do servidor por determinado assunto, bem como maior capacitação em casos mais complexos. Na 4ª Seção, os feitos ainda estão, em sua maioria, sob a responsabilidade da assessora II (FC-6), muito familiarizada com os feitos originários e a melhor qualificação do gabinete. As atividades-meio estão na maior parte a cargo da chefe do gabinete que conta com o auxílio pontual do agente de segurança e de duas servidoras (FC-3 e FC-4), sem prejuízo de todos estes atuarem na atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Desde o início da pandemia, todos os servidores do gabinete se submeteram a regime de teletrabalho extraordinário, o que perdura até agora. Com a retomada definitiva das atividades presenciais, 6 (seis) servidores cumprirão teletrabalho e os demais 9 (nove) servidores em regime total presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No regime de trabalho extraordinário (vigente desde agosto/2020), 9 (nove) servidores atuam em regime de escala previamente estabelecida, normalmente, a cada 15 (quinze) dias cumprem 1 (dia) de expediente presencial e os demais em teletrabalho. As 3 (três) servidoras que integram a chefia do gabinete (assessora, chefe e assessora II) comparecem ao gabinete sempre que necessário e nos demais dias atuam em regime de teletrabalho, já os demais servidores, considerando integrar grupo de risco e/ou residir em outro estado da federação cumprem teletrabalho integral. Por ocasião do regime de teletrabalho ordinário, das 6 (seis) servidoras, para apenas uma será integral, as demais comparecerão quinzenalmente ao gabinete e, no caso da chefia, sempre que necessário.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas de servidores em atividade presencial e teletrabalho estão primeiramente, condicionadas aos percentuais e critérios estabelecidos na Resolução PRES 370/2020,

na sequência, se observou melhor aptidão e produtividade em regime remoto, residência em outro estado da federação e filhos menores de 3 anos. Registro que o regime de teletrabalho ordinário ainda não foi efetivamente aplicado, em razão de sucessivas prorrogações de modalidade excepcional que alcança todos os servidores, contudo, quando em prática efetiva, se programou uma experiência inicial pelo prazo de 1 ano, com reavaliação e rodízio ao término deste período.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O quadro de servidores é muito responsável e comprometido, de modo que não se exige uma ação específica, bem como não há registro de descumprimento de metas ou atribuições.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O acervo de processos físicos resume-se a poucos feitos criminais todos planilhados nominalmente em controle e com minutas já elaboradas, pendentes apenas de conferência e eventual complementação por esta chefe de gabinete e pelo magistrado. Os feitos cíveis que são recepcionados, via de regra, constituem remessas da Vice-Presidência para juízo de retratação (artigos 1040 e 1041 do CPC) que já estão inseridos em fluxo próprio e previamente organizado pela chefia para elaboração de minutas e inclusão em pauta de julgamento.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Considerando o pequeno número de processos físicos remanescentes não há mais necessidade de guarda em armários, sendo que todos estão posicionados em credenzas demarcadas para oportuna remessa ao revisor e/ou inclusão em pauta de julgamento, sendo que alguns processos estão na posse dos servidores, em razão do regime de trabalho, mas todos, sem exceção, são localizados no sistema processual SIAPRO e também acompanhados em planilha de controle interno da chefe do gabinete.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Os remanescentes físicos são acompanhados em planilha de controle interno acompanhada rigidamente por esta chefia. Os processos eletrônicos são submetidos à triagem assim que conclusos e identificados por etiquetas apropriadas, por controle interno alimentado por servidora com esta atribuição específica (FC-4) sob a supervisão direta da chefe do gabinete e também em planilhas organizadas por esta que registra todos os feitos apresentados em sessões de julgamento desde março/2020 do relator e dos demais integrantes da 5ª Turma e 4ª Seção. Os mandados de segurança e *habeas corpus* estão sob acompanhamento exclusivo da assessora do magistrado.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Desde março/2020 a unidade adotou meta interna coletiva de natureza qualitativa. Vale dizer, com a redução do acervo de processos, foi possível iniciar objetivo perseguido desde a assunção do magistrado ao TRF, voltado ao aperfeiçoamento efetivo das teses, estudo e aprofundamento da abordagem jurídica, padronização de textos e individualização das minutas. Certamente, a meta tem se mostrado desafiadora e exigido empenho diferenciado por todos os servidores e, embora em primeira análise represente um acréscimo no acervo, a prática tem demonstrado significativa melhora na prestação jurisdicional.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os processos eletrônicos são identificados por etiquetas internas previamente padronizadas que permitem identificar as várias prioridades legais. No tocante às metas do CNJ, a dinâmica de trabalho que vem sendo desenvolvida ao longo dos anos mostra que seu atingimento é obtido naturalmente na divisão das tarefas e metas internas da unidade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

A orientação primeira do magistrado é o julgamento colegiado. As decisões terminativas ficam restritas especialmente aos casos de inadmissibilidade processual (não conhecimento, por exemplo), bem como nos casos de reconhecimento a extinção da punibilidade com manifestação favorável do Ministério Público Federal.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos e referências para minutas são mantidos em "banco de teses" interno gravado em rede e, portanto, acessível a todos os servidores. Normalmente, tal arquivo é administrado pela chefe de gabinete, que também alimenta planilha que conta com todos os processos julgados desde março/2020 e que permite a pesquisa por número de processo, resultado, assunto, tema ou matéria, possibilitando acessar o texto na íntegra. A meta é organizar e sistematizar as teses e textos utilizando o Sigma do PJe com vistas à automatização e maior padronização.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação é uma constante do gabinete, não só nas ferramentas tecnológicas, mas principalmente na atividade-fim, deficiência perceptível nas minutas que são elaboradas que demandam complementação e esclarecimentos.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Atualmente, não há feitos sobrestados no gabinete.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Considerando a competência absoluta criminal, não há ação específica voltada à conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Via de regra, em até 2 sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A chefia do gabinete acompanha todas as sessões de julgamento (5ª Turma, 4ª Seção e composição de quórum na 11ª Turma) e mantém atualizada planilha de controle de todos os feitos, sendo que os entendimentos firmados e/ou eventualmente reformados são repassados especificamente aos servidores, os quais também têm livre acesso às sessões de julgamento.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, na 5ª Turma, conforme cronograma previamente estabelecido, os gabinetes disponibilizam os votos dos processos em sessão de julgamento no máximo até a 2ª feira anterior à sessão. No âmbito da 4ª Seção, também há disponibilização anterior à sessão de julgamento, mas sem observar cronograma rígido. Quanto aos servidores do gabinete, todos têm acesso aos painéis internos de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais com videoconferência são realizadas via aplicativo Microsoft Teams. Já as sessões sem videoconferência transcorrem no painel interno do magistrado.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Quanto aos recursos materiais a unidade está em nível satisfatória, já nos recursos humanos, o quadro de servidores está incompleto e alguns dos servidores lotados, embora muito dedicados e prestativos, têm apresentado certa dificuldade na meta de aperfeiçoamento das minutas.
b) gestão do trabalho	A unidade é bem organizada e com processos de trabalho organizados, contudo, por algumas razões (pandemia, licenças médicas e maternidade e desnível técnico), alguns servidores estão sobrecarregados.
c) resultados	Os resultados perseguidos da unidade têm sido alcançados, apesar das muitas intercorrências enfrentadas no último biênio, notadamente quanto à melhoria da prestação jurisdicional.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
O principal objetivo é a melhoria na prestação jurisdicional, notadamente em termos de aperfeiçoamento das decisões, aprofundamento das teses e da abordagem jurídica. Embora nesta fase de transição ocorra um aumento do acervo, em nível controlado e regular, objetivamos que a equipe ao atingir nível de desenvolvimento equilibrado, apresentará maior produtividade, o que levará à meta de reduzir o tempo de espera de julgamento.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
As ações já estão em aplicação, mediante estímulo à interação dos servidores para discussão das teses e elaboração de minutas colaborativas, incentivo para acompanhar as sessões de julgamento e os debates entre os magistrados que são nelas desenvolvidos, o que é muito facilitado com o uso da videoconferência. Esta chefia tem realizado reuniões semanais, onde são compartilhados e debatidos processos, bem como temos utilizado o e-mail para consultar o magistrado nos casos concretos, o qual responde com muita rapidez e de forma que permite alimentar o banco de teses com seus entendimentos para uso em casos futuros, acessível por todos. Ainda, empenhamos o esforço na manutenção da biblioteca do gabinete, com obras doutrinárias relevantes e atualizadas com os temas criminais da atualidade.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O teletrabalho, sem dúvida, é a prática que merece ser efetiva e expandida, especialmente diante da quase totalidade da virtualização dos feitos. Além disso, entendo ser o caso de aperfeiçoar as ferramentas de trabalho à distância, especialmente, acesso remoto, aplicativos de videoconferência e compartilhamento de arquivos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Via de regra, não há processos sem movimentação, uma vez que os feitos são submetidos à triagem assim que remetidos à conclusão e deles já são preparados os despachos e outras providências e os demais são atribuídos para elaboração das minutas de votos. As secretarias processantes são muito diligentes nos cumprimentos dos despachos, de modo que não há processos estacionados de modo desarrazoado, bem como nos eventuais casos em que há conversão de diligência, há acompanhamento do cumprimento e, normalmente, não se observa demora.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5026218-23.2021.4.03.0000	25/10/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Em 9/2/2022, foi proferida decisão julgando prejudicada a apreciação do mérito, tendo em vista o julgamento do RESE 5007525-72.2021.403.6181 na sessão realizada em 7/2/2022. Realizadas as comunicações necessárias, o feito aguarda decurso de prazos para certificação do trânsito em julgado.		
5022163-63.2020.4.03.0000	10/8/2020	12394-Revisão Criminal
Não há pedido liminar/antecipação de tutela pendente e o será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0015762-93.2015.4.03.6181	19/2/2016	426-Recurso em Sentido Estrito
Processo dependente do despacho do desfecho do feito principal RESE 0012754-74.2016.403.6181, o qual, decorrido o prazo editalício de intimação, foi encaminhado à Defensoria Pública da União em 18/3/2022 para apresentação de contrarrazões ao recurso do MPF.		
0007905-59.2016.4.03.6181	8/9/2016	417-Apelação Criminal
Processo dependente do despacho do desfecho do feito principal RESE 0012754-74.2016.403.6181, o qual, decorrido o prazo editalício de intimação, foi encaminhado à Defensoria Pública da União em 18/3/2022 para apresentação de contrarrazões ao recurso do MPF.		
5000164-75.2020.4.03.6104	7/12/2020	417-Apelação Criminal
Não há pendência de agravo regimental e o feito será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5017711-73.2021.4.03.0000	4/8/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal

Destacado para inclusão na pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0000135-60.2018.4.03.0000	2/3/2018	12394-Revisão Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0000345-14.2018.4.03.0000	10/7/2020	279-Inquérito Policial
Em 29/3/2022 foi determinada a remessa ao gabinete do Des. Fed. André Nekatschalow para consulta quanto à eventual prevenção. O feito ainda não foi encaminhado ao gabinete do magistrado em razão do ataque cibernético que suspendeu os prazos em processos físicos e impede o acesso presencial ao TRF.		
5027833-82.2020.4.03.0000	8/10/2020	12394-Revisão Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5026620-41.2020.4.03.0000	24/9/2020	12394-Revisão Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5001452-50.2019.4.03.6118	25/11/2020	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Feito encaminhado em 25/3/2022 ao gabinete do Des. Fed. Nino Toldo para consulta de prevenção.		
5005263-68.2021.4.03.0000	15/3/2021	12394-Revisão Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5031522-71.2019.4.03.0000	4/12/2019	428-Revisão Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5001041-57.2021.4.03.0000	1º/3/2021	12394-Revisão Criminal
O feito já consta em controle interno de prioridade e será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0007168-80.2017.4.03.6000	11/2/2020	417-Apeleção Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5001001-10.2019.4.03.6123	10/3/2020	417-Apeleção Criminal
O feito já consta em controle interno de prioridade e será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5000340-17.2020.4.03.6181	10/7/2020	417-Apeleção Criminal

O feito já consta em controle interno de prioridade e será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5002655-56.2019.4.03.6115	8/10/2020	417-Apelação Criminal
O feito já consta em controle interno de prioridade e será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5004001-62.2020.4.03.6000	13/10/2020	417-Apelação Criminal
O feito já consta em controle interno de prioridade e será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0001625-30.2017.4.03.6119	30/4/2020	417-Apelação Criminal
O feito já consta em controle interno de prioridade e será remetido ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0002052-42.2012.4.03.6106	4/9/2017	417-Apelação Criminal
Processo de relatoria do Des. Fed. Paulo Fontes. Na sessão realizada em 14/3/2022, foi julgado, por unanimidade, nos termos do voto do relator.		
0009015-85.2016.4.03.6119	29/5/2018	417-Apelação Criminal
O julgamento foi concluído na sessão realizada em 21/2/2022, com a apresentação de voto-vista pelo Des. Fed. Paulo Fontes.		
0014242-64.2016.4.03.6181	18/9/2019	417-Apelação Criminal
O julgamento foi concluído na sessão realizada em 21/2/2022, com a apresentação de voto-vista pelo Des. Fed. Paulo Fontes.		
0001864-05.2006.4.03.6124	6/4/2017	417-Apelação Criminal
O julgamento foi suspenso em 14/12/2020 por pedido de vista do Des. Fed. Paulo Fontes e concluído em 28/3/2022, contudo diante do ataque cibernético ocorrido em 30/3/2022, foi decretada a suspensão dos prazos processuais em feito físicos até 29/4/2022.		
0000775-03.2018.4.03.6131	18/12/2020	417-Apelação Criminal
O acórdão foi lavrado em 22/3/2022 e disponibilizado no Diário Eletrônico em 24/3/2022.		
5029149-33.2020.4.03.0000	23/10/2020	318-Exceção de Suspeição
O acórdão foi lavrado em 24/3/2022 e disponibilizado no Diário Eletrônico em 28/3/2022.		
0000649-90.2002.4.03.6105	26/3/2021	417-Apelação Criminal
O acórdão foi lavrado em 29/3/2022 e disponibilizado no Diário Eletrônico em 30/3/2022.		
0000061-94.2014.4.03.6127	18/4/2018	417-Apelação Criminal
O acórdão foi lavrado em 28/3/2022 com disponibilização no Diário Eletrônico em 29/3/2022.		
0007414-57.2013.4.03.6181	15/7/2021	417-Apelação Criminal
O acórdão foi lavrado em 22/3/2022, tendo sido expedidas intimações eletrônicas em 23/3/2022.		
0038281-59.2012.4.03.9999	25/9/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária

Feito incluído na pauta de julgamento da sessão designada para 11/4/2022 que foi adiada em razão do ataque cibernético ocorrido em 30/4/2022 e, considerando a suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022, será reapresentado na primeira sessão disponível.		
0005848-37.2000.4.03.6114	23/7/2020	198-Apelação Cível
Embargos declaratórios julgados na sessão 8/8/2016. Processo baixado ao juízo de origem em 1º/6/2017.		
0015263-56.2008.4.03.6181	16/12/2019	417-Apelação Criminal
O feito será apresentado para julgamento em mesa na sessão extraordinária designada para 2/5/2022.		
0021139-32.2013.4.03.0000	5/7/2021	202-Agravo de Instrumento
Processo tramitando na Vice-Presidência desde 24/2/2014 e remetido para digitalização em 30/1/2020.		
0003085-57.2004.4.03.6103	18/5/2010	198-Apelação Cível
O feito foi definitivamente julgado no órgão fracionário (1ª Turma) em 22/7/2010 e redistribuído por sucessão do Des. Fed. Mauricio Kato em 16/7/2017 (5ª Turma). Com a retomada da normalidade dos sistemas, o setor de estatísticas será oficiado para regularização e baixa da pendência.		
0003565-84.2008.4.03.6106	5/10/2015	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 519, de 11/4/2022) e férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0005335-29.2015.4.03.6119	17/2/2017	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0012687-80.2010.4.03.6000	4/9/2017	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0004345-19.2011.4.03.6106	27/12/2017	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0009613-28.2004.4.03.6000	31/1/2018	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0003151-93.2011.4.03.6102	5/3/2018	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		

0004333-29.2007.4.03.6111	7/6/2018	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0007888-62.2012.4.03.6181	27/8/2018	417-Apelação Criminal
O processo foi apresentado na sessão realizada em 21/2/2022 e adiado por indicação do relator para revisão do voto, sendo que há previsão de reapresentação na sessão designada para 27/6/2022.		
0009485-34.2007.4.03.6119	11/7/2018	417-Apelação Criminal
Processo julgado na sessão realizada em 21/2/2022.		
0003524-78.2017.4.03.6114	8/4/2019	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0006939-48.2006.4.03.6181	30/12/2016	417-Apelação Criminal
Processo julgado na sessão realizada em 21/2/2022.		
0003028-23.2001.4.03.6110	3/4/2019	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
O feito encontra-se conclusos para apresentação de voto vencido que será juntado aos autos físicos tão logo seja disponibilizado acesso ao sistema Gedpro, consideradas suspensão dos prazos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 519/2022) e férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho.		
0005095-03.2006.4.03.6104	4/11/2015	417-Apelação Criminal
Remessa ao revisor para inclusão em primeira pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se suspensão dos prazos em processos físicos até 29/4/2022 (Portaria CJF3R 520, de 12/4/2022) e férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5002931-80.2020.4.03.6106	3/8/2020	413-Agravo de Execução Penal
Destacado para inclusão na pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
0013848-82.1993.4.03.6110	21/3/2006	198-Apelação Cível
Em 8/2/2022, os autos foram encaminhados à Secretaria processante com despacho para regularização do polo ativo, sendo que os mandados de intimação foram expedidos em 17/2/2022. O feito já consta em controle interno para julgamento prioritário, inclusive com minuta preparada.		
5003491-88.2020.4.03.6181	17/7/2020	427-Remessa Necessária Criminal
O feito foi incluído na pauta de julgamento da sessão designada para 11/4/2022 que foi adiada em razão do ataque cibernético ocorrido em 30/3/2022 e será reapresentado na sessão extraordinária designada para 2/5/2022.		
0012407-32.2003.4.03.6105	16/7/2014	417-Apelação Criminal
Processo julgado na sessão realizada em 21/2/2022.		
0014446-74.2017.4.03.6181	29/1/2018	426-Recurso em Sentido Estrito

Processo dependente do despacho do desfecho do feito principal RESE 0012754-74.2016.403.6181, o qual, decorrido o prazo editalício de intimação, foi encaminhado à Defensoria Pública da União em 18/3/2022 para apresentação de contrarrazões ao recurso do MPF.		
0000571-96.2001.4.03.6181	3/12/2020	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Feito com previsão de pauta de julgamento da sessão (4ª Seção) designada para 30/6/2022, considerando férias do relator no período de 9 de maio a 22 de junho do ano corrente.		
0003030-92.2012.4.03.6114	29/11/2012	198-Apelação Cível
Processo tramitando na Vice-Presidência desde 17/8/2016 e digitalizado ao PJe em 18/8/2021.		
0011346-80.2010.4.03.6109	26/6/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo tramitando na Vice-Presidência desde 30/3/2016 e digitalizado ao PJe em 18/8/2021.		
0014647-28.2011.4.03.6100	15/6/2012	198-Apelação Cível
Processo tramitando na Vice-Presidência desde 11/2/2016 e digitalizado ao PJe em 18/8/2021.		
0014096-57.2011.4.03.6000	29/5/2012	198-Apelação Cível
Processo tramitando na Vice-Presidência desde 18/8/2016 e digitalizado ao PJe em 18/8/2021.		
0005268-11.2012.4.03.6106	11/10/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo tramitando na Vice-Presidência desde 18/1/2016 e digitalizado ao PJe em 18/8/2021.		
5004007-66.2021.4.03.6119	29/6/2021	413-Agravo de Execução Penal
Destacado para inclusão na pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5005974-91.2021.4.03.6105	7/7/2021	413-Agravo de Execução Penal
Destacado para inclusão na pauta disponível a partir de 1º/7/2022, considerando-se as férias do relator designadas no período de 9 de maio a 22 de junho de 2022.		
5026869-55.2021.4.03.0000	29/10/2021	307-Habeas Corpus Criminal
O feito foi julgado na sessão realizada em 21/2/2022 e, certificado o trânsito em julgado em 9/3/2022, foi encaminhado ao arquivo definitivo em 28/3/2022.		
0016340-23.2006.4.03.6100	6/9/2007	198-Apelação Cível
Feito retornou à Turma para apreciação de Juízo de retratação e julgado na Sessão ocorrida em 8/11/2021. Retornou à conclusão em 17/12/2021 com ED opostos, os quais estão relacionados na pauta de julgamento da sessão designada para 11/4/2022.		
5031953-37.2021.4.03.0000	27/12/2021	307-Habeas Corpus Criminal
O feito será apresentado em mesa para julgamento conjunto com o HC 5006547-77.2022.403,0000 na sessão designada para 25/4/2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 63 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 28 físicos e 35 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0001625-30.2017.4.03.6119	0011346-80.2010.4.03.6109	0014647-28.2011.4.03.6100
5001041-57.2021.4.03.0000	5004007-66.2021.4.03.6119	5005974-91.2021.4.03.6105
5017711-73.2021.4.03.0000	5031522-71.2019.4.03.0000	0014096-57.2011.4.03.6000
0005268-11.2012.4.03.6106		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0000135-60.2018.4.03.0000	0007168-80.2017.4.03.6000	5002931-80.2020.4.03.6106
0003028-23.2001.4.03.6110	0007905-59.2016.4.03.6181	5004001-62.2020.4.03.6000
0003030-92.2012.4.03.6114	0009613-28.2004.4.03.600	5005263-68.2021.4.03.0000
0003151-93.2011.4.03.6102	0012687-80.2010.4.03.6000	5022163-63.2020.4.03.0000
0003524-78.2017.4.03.6114	0014446-74.2017.4.03.6181	5026620-41.2020.4.03.0000
0003565-84.2008.4.03.6106	0015762-93.2015.4.03.6181	5027833-82.2020.4.03.0000
0004333-29.2007.4.03.6111	5000340-17.2020.4.03.6181	5001001-10.2019.4.03.6123
0004345-19.2011.4.03.6106	5000164-75.2020.4.03.6104	5002655-56.2019.4.03.6115
0005095-03.2006.4.03.6104	0005335-29.2015.4.03.6119	

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (Embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias)

0005858-37.2000.4.05.03.6114	0021139-32.2013.4.03.0000
------------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Desembargador Federal Maurício Kato se deu de forma presencial. Fomos recebidos pelo desembargador e pelas servidoras Leica Kraneck Sumida (Assessora) e Luciana de Paula Santos (Chefe de Gabinete), responsável pelo preenchimento do formulário.

O gabinete possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional, ressaltando, no entanto, a necessidade de realização de cursos de capacitação para melhor desempenho da atividade-fim (elaboração de minutas).

Todos os servidores estão envolvidos com a atividade-fim. As atividades-meio estão na maior parte a cargo da Chefe de Gabinete que conta com o auxílio pontual do agente de segurança e de duas servidoras, sem prejuízo de todas estarem atuando na atividade-fim.

A equipe se mostra adaptada ao teletrabalho, de modo que o retorno às atividades presenciais de maneira mais regular, tem apresentado resistência por parte dos servidores, já que o serviço telepresencial tem sido desempenhado de forma eficiente.

Não há metas individuais semanais por servidor, priorizando-se a elaboração de minutas detalhadas e padronizadas, de modo a constituir um acervo de teses jurídicas do desembargador.

A unidade ainda apresenta muitos processos físicos. São feitos de natureza criminal, que apresentam vários volumes e apensos. Os processos de natureza não criminal se tratam de retorno da Vice-Presidência para adequação.

Ressaltou-se a dificuldade de editar documentos no sistema GEDPRO (utilizado para os processos físicos), ainda em fase de ajuste devido ao ataque cibernético nos sistemas do TRF 3ª Região.

A unidade evita decisões terminativas monocráticas, priorizando a análise pelo Colegiado.

Quanto aos processos pendentes da inspeção anterior (indicados no relatório em um número de 9 processos) constam ainda sem julgamento: 1) RevCrim 0000135-60.2018.403.0000 e ApCrim 0003565-84.2008.403.6106, 0005335-29.2015.403.6119 e 0012687-80.2010.403.6000 - autos físicos volumosos e de matéria muito complexa praticamente a cargo apenas da chefe do gabinete e da servidora ocupante da FC6 (assessor II); b) ApCrim 0000954-18.2014.403.6117 – autos físicos encaminhados à digitalização com inserção de arquivos digitais concluída apenas em 13/8/2021; está em fase de certificação das muitas inconsistências encontradas e, após conferência das partes, retornará à conclusão, com atribuição para servidor qualificado, já que se trata de feito igualmente complexo; c) ApelRemNec 0038281-59.2012.403.9999 - autos físicos pautados para sessão de 11/4/2022 que foi adiada em razão do ataque cibernético; será apresentado em mesa na primeira sessão disponível; e, d) ApCiv 0003085-57.2004.403.6103 e AI 0052902-42.1999.403.0000 - baixa no sistema processual. Há ação programada a cargo da chefia para validação dos dados estatísticos.

Os processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias já foram regularizados (no relatório havia sido indicado três processos).

Considerando-se que o Gabinete vem cumprindo com as metas do CNJ, não se faz necessário sua inclusão no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos, de 445 para 655. Considerando o período de doze meses contados da

inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 807 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.093.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 40, na última inspeção, para 45, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Priorizar o julgamento dos processos pendentes da inspeção anterior;
- c) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração;
- d) Ajustar o método de trabalho de modo a diminuir o número de processos conclusos no gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO FONTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Paulo Fontes.

2.2 Turma

5ª Turma - 4ª Seção

2.3 Competência

Gabinete Criminal.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Fontes.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Erica Nozaki - analista judiciário- Chefe de Gabinete; Fernanda Colombini Lima de Castro - técnico judiciário - Assessora Jurídica

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	1.331
Processos suspensos/sobrestados	6
Processos conclusos	951
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.331
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.150
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	951
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	617
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	6
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	19
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	5
Outros	11

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	214
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	2
Outros	209

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	214
Apelações cíveis	172

Agravos de instrumento	10
Outros	32

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	88
Ações penais	0
Inquéritos	6
Habeas Corpus	44
Revisões criminais	26
Outros	12

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.010
Apelações	953
Recursos em Sentido Estrito	34
Recursos em Habeas Corpus	5
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	18

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	126
Apelações	88
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	15
Outros	23

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0

Por Recurso Extraordinário	0
----------------------------	---

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	121
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	98
Agravos legais/regimentais	3
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	3
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	69
Ano anterior	330
2º ano anterior	128
3º ano anterior	62
4º ano anterior	35
5º ano anterior ou mais antigo	23

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	21
Ano anterior	147
2º ano anterior	170
3º ano anterior	100
4º ano anterior	51
5º ano anterior	20
6º ano anterior ou mais antigo	16

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	48

Ano anterior	392
2º ano anterior	106
3º ano anterior	135
4º ano anterior	69
5º ano anterior	31
6º ano anterior	14
7º ano anterior ou mais antigo	9

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	17
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	11

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	2
Total como relator para o acórdão	3

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	747
Total de Processos julgados	137
Total de Processos baixados	754
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	610
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-7

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	99
Total de feitos não regularizados	6
Total de feitos verificados na inspeção anterior	56
Total de feitos não regularizados	5

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	721

Processos julgados no ano anterior	749
Processos distribuídos no ano corrente	64
Processos julgados no ano corrente	69

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.850
Pendentes em 31/12/2021	37
Porcentagem de atendimento da meta	98,60%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
	110,38%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.723
Pendentes no último dia do mês anterior	60
Porcentagem de atendimento da meta	96,52%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	389
Pendentes no último dia do mês anterior	67
Porcentagem de atendimento da meta	97,69%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	467
Pendentes em 31/12/2021	82
Porcentagem de atendimento da meta	111,45%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
---	--

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	470
Pendentes no último dia do mês anterior	146
Porcentagem de atendimento da meta	98,57%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	62,16
Taxa de congestionamento em 2021	61,59
Taxa de congestionamento em 2022	66,71

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados não fornecidos.
Pendentes no último dia do mês anterior	Dados não fornecidos.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados não fornecidos.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano corrente	64
Processos baixados no ano corrente	45
Processos julgados no ano corrente	69
Processos distribuídos no ano anterior	719
Processos baixados no ano anterior	573
Processos julgados no ano anterior	741

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Dados não fornecidos.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Dados não fornecidos.
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Dados não fornecidos.
3619 - Crimes contra a Fauna	Dados não fornecidos.
3621 - Da Poluição	Dados não fornecidos.
3622 - Agrotóxicos	Dados não fornecidos.
3623 - Atividades Nucleares	Dados não fornecidos.
3624 - Caça	Dados não fornecidos.
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Dados não fornecidos.
3627 - Pesca	Dados não fornecidos.
3651 - Crimes Agrários	Dados não fornecidos.
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Dados não fornecidos.
9583 - Arrendamento Rural	Dados não fornecidos.
10016 - Inspeção Fitossanitária	Dados não fornecidos.
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Dados não fornecidos.
10085 - Água e/ou Esgoto	Dados não fornecidos.

10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Dados não fornecidos.
10091 - Terreno de Marinha	Dados não fornecidos.
10094 - Terras Indígenas	Dados não fornecidos.
10095 - Águas Públicas	Dados não fornecidos.
10102 - Terras Indígenas	Dados não fornecidos.
10103 - Terreno Aldeado	Dados não fornecidos.
10104 - Restituição de área - FUNAI	Dados não fornecidos.
10105 - Demarcação	Dados não fornecidos.
10106 - Recursos Minerais	Dados não fornecidos.
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Dados não fornecidos.
10110 - Meio Ambiente	Dados não fornecidos.
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Dados não fornecidos.
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Dados não fornecidos.
10113 - Flora	Dados não fornecidos.
10114 - Fauna	Dados não fornecidos.
10115 - Transgênicos	Dados não fornecidos.
10116 - Agrotóxicos	Dados não fornecidos.
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Dados não fornecidos.
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Dados não fornecidos.
10396 - Ambiental	Dados não fornecidos.
10397 - Sanitárias	Dados não fornecidos.
10438 - Dano Ambiental	Dados não fornecidos.
10986 - Crime contra a administração ambiental	Dados não fornecidos.
11822 - Mineração	Dados não fornecidos.
11823 - Reserva legal	Dados não fornecidos.
11824 - Recursos Hídricos	Dados não fornecidos.
11825 - Poluição	Dados não fornecidos.
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Dados não fornecidos.
11827 - Zona Costeira	Dados não fornecidos.
11828 - Área de Preservação Permanente	Dados não fornecidos.
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Dados não fornecidos.
11830 - Patrimônio Cultural	Dados não fornecidos.
11836 - Parcelamento do Solo	Dados não fornecidos.

11841 - Política Agrícola	Dados não fornecidos.
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Dados não fornecidos.
11862 - Saneamento	Dados não fornecidos.
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Dados não fornecidos.
9994 - Indenização por dano ambiental	Dados não fornecidos.
3424 - Usurpação de águas	Dados não fornecidos.

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Dados não fornecidos. O TRF3 promoveu a digitalização dos feitos criminais nos últimos dois anos, de modo que a tramitação passou a ser feita pelo sistema PJe. O gabinete selecionou os processos para digitalização e, após a inclusão das cópias, ficou responsável pela conferência e inclusão de mídias, acautelando de modo físico documentos no gabinete para eventual conferência.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Dados não fornecidos.
Pendentes no mês anterior:	Dados não fornecidos.
Percentual de cumprimento da meta:	Dados não fornecidos.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim, foram feitas quatro recomendações na inspeção de 2020: a) incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias 16 processos conclusos há mais de 180 dias; b) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta de 15 processos conclusos há mais de 180 dias; c) publicar acórdão em 10 dias de 1 processo; e d) monitorar periodicamente conflito de competência do Órgão Especial, para posterior inclusão em pauta e julgamento no prazo de 60 dias de 3 processos que dependiam do resultado daquele julgamento. Na autoinspeção de 2021, apenas 6 processos ainda não foram incluídos em pauta de julgamento, porém estão na iminência de serem julgados.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
a e b) Para o cumprimento das recomendações de julgamento e remessa ao revisor, o gabinete adotou a lista de processos inspecionados como prioridade na ordem de trabalho, sendo tão logo distribuídos aos servidores. Foram colocados como ordem de

preferência para correção do Desembargador Federal com destaque e remetidos ao revisor com urgência. Dos 31 processos constantes no Relatório de Inspeção 2020, apenas 5 processos ficaram com pendências, sendo 4 processos cíveis que aguardam questões incidentes para serem julgados; c) Com a possibilidade de julgamento de processos físicos e retorno gradual das atividades presenciais em razão da pandemia, foi possível a movimentação para publicação; d) Chefia entrou em contato por e-mail com o gabinete do Relator para verificar o andamento do processo e foi periodicamente monitorado no sistema PJe, de modo que já foram feitas as decisões de declínio. Quanto à autoinspeção, o gabinete colocou etiquetas no PJe para destacar a prioridade.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Nos anos de 2020 e 2021, o gabinete realizou a digitalização dos feitos criminais, o que demandou um maior tempo para o término da conferência e inserção de mídias, no entanto, os processos já estão na iminência de serem julgados, com previsão de inclusão ainda neste ano. - Em relação aos processos cíveis, as recomendações pendentes se deram em razão da necessidade de aguardar o julgamento de processos incidentais para o desenrolar da questão, tais como conflitos, incidentes de impedimento e agravo regimental no STJ. Medidas a serem adotadas: A chefia irá novamente pegar o Relatório da Inspeção para monitorar o andamento dos processos cíveis e o julgamento dos processos criminais ainda no ano de 2022. Além disso, fará o acompanhamento das prioridades por meio de tabelas e sempre ressaltando a importância aos servidores sobre a observância das metas na rotina de trabalho.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Por primeiro, o gabinete destaca que foi constatada imprecisão no sistema de estatística do Tribunal por meio de controle interno, de modo que oficiamos à Diretoria-Geral sobre o ocorrido. Como exemplo, compare-se o número de processos julgados nos itens 4.18, 5.1 e 5.11. Meta 1: o gabinete julgou mais processos do que distribuídos; Meta 2: o gabinete conseguiu chegar em percentuais próximos aos exigidos para o cumprimento da Meta 2 do CNJ; Meta 4: conseguiu obter percentuais mais altos aos exigidos; Meta específica 1: não cumpriu totalmente a determinação, baixando menos processos do que distribuídos, de modo que o gabinete dará prioridade para processos com segundo julgamento pendente para possibilitar que sejam baixados mais processos; e Meta específica 2: julgados todos processos de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

- O gabinete passou a distribuir processos internamente de forma especializada por tipos penais e mantém método de trabalho de priorizar processos de réus presos, prescrição próxima e metas do CNJ; - São realizados mutirões para aumentar produtividade, sempre observando a ordem de prioridade interna de réu preso, prescrição próxima e metas do CNJ; - São realizadas reuniões da chefia com o Des. Fed. para todo mês verificar produtividade e plano de trabalho para o próximo mês, bem como na sequência são feitas reuniões com os servidores para tirar dúvidas, receber sugestões, conversar sobre produtividade e passar orientações e plano de trabalho para o mês; - São elaboradas listas de correção também sempre observando a prioridade dos processos e o Des. Fed. passa orientações de alterações para os servidores; e - o Des. Fed. manteve durante todo o período da pandemia o atendimento aos advogados de forma virtual, bem como o gabinete manteve a prática de atendimento para vista dos autos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Fernanda Colombini Lima de Castro - Assessora

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Foi implementada no final do ano de 2020 a especialização por tipo penal, de modo que cada servidor ficou responsável por determinados tipos penais. Atualmente, há 3 servidores na atividade-meio, 1 focado no término da conferência de processos digitalizados, e 2 agentes de segurança. A organização do trabalho é feita da seguinte forma: um servidor fica responsável pela triagem dos processos eletrônicos, de modo que verifica tipo penal, prescrição e metas, colocando as respectivas etiquetas, indicando o servidor que irá ficar responsável por ele e movimentando o processo de acordo com a providência a ser dada; os servidores responsáveis pelos tipos penais verificam qual a providência a ser tomada, fazendo as minutas de despacho, decisão ou relatório e voto, sempre respeitando a prioridade de réu preso, prescrição e metas; e a chefia analisa os processos que estão com etiqueta "Para correção" para formar listas de correção para o Desembargador Federal; os processos aprovados são pautados.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

A partir de maio serão 11 servidores em teletrabalho e 5 em trabalho presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Há teletrabalho integral, ficando o servidor à disposição para ir ao gabinete sempre que necessário, e parcial com periodicidade de ir ao gabinete uma ou duas vezes na semana.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério utilizado para as cotas está de acordo com a Resolução 370 do TRF3, de modo que há um acréscimo para os servidores em teletrabalho.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento de desempenho é feito por um documento interno no qual o servidor coloca os números de processos feitos naquele mês, indica a classe processual, 1ª ou 2ª julgamento, provimento e situação, bem como coloca a justificativa caso não tenha atingido a meta do mês. A chefia pega os dados fornecidos ao final do mês e insere em tabela de controle interno, que há comparativo de processos distribuídos e feitos pelos servidores no mês para verificar se foi atingida a Meta 1 do CNJ. Após, é feita reunião com o Des. Fed. para mostrar o comparativo e alinhar um novo plano de trabalho para o mês seguinte. Verificando que houve uma maior distribuição, geralmente é realizado um mutirão no mês seguinte para ser feito um maior número de minutas. Quando o servidor não atinge a meta, é feita uma análise dos processos em relação ao nível de dificuldade e, com o teletrabalho, será verificado se o servidor não está cumprindo a meta recorrentemente, para oportunizar a outros servidores.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A triagem em processos físicos no período da pandemia estava sendo feita pelo servidor responsável pelo dia de trabalho presencial, de modo que ele recebia os processos no sistema e distribuía de acordo com o tipo penal para o servidor responsável. No caso de haver questões mais urgentes, o servidor avisava a chefia para ser dado andamento prioritário. Com a implementação do teletrabalho ordinário, os servidores que estarão presencialmente realizarão a triagem. Os processos físicos são controlados por meio de tabelas de réus soltos e réus presos com as datas de prescrição.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Com a redução de acervo de processos físicos em razão da digitalização, os processos estão localizados nas mesas e credenzas dos servidores, já estando todos distribuídos e praticamente todos com minutas, uma vez que o gabinete apenas não digitalizou o que já estava com minuta adiantada ou prontos para correção.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle de processos eletrônicos e físicos é feito por tabelas com destaque de réus presos, réus soltos, prescrição e metas. Nos processos eletrônicos, colocamos etiquetas para controle de modo que tudo pode ser filtrado para localização, as etiquetas são de réu preso, data da prescrição, metas do CNJ, embargos de declaração, agravo regimental. O que já está pronto aguardando correção fica com a etiqueta "Para correção". Em processos físicos, os servidor responsável pela triagem coloca a localização do servidor designado para o tipo penal, quando estão prontos são feitos blocos no sistema GEDPRO para o Desembargador Federal fazer a correção.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, há metas individuais diferentes para servidores em trabalho presencial de 8 minutos e em teletrabalho com acréscimo nos moldes da Resolução 370 do TRF3.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há tratamento específico, de modo que sempre são colocadas as etiquetas apontando as Metas 2, 4 e Específica 2/B. Atualmente, os servidores estão fazendo mutirão de metas do CNJ e processos incluídos na inspeção e autoinspeção anteriores.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, para casos de extinção da punibilidade, declínio de competência, acordo de não persecução penal e de indeferimento liminar.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os servidores realizam buscas nos sistemas GEDPRO e PJe, além da chefia enviar modelos alterados recentemente por meio de grupo de WhatsApp e auxiliar na busca de modelos.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada por meio das correções e dúvidas frequentes enviadas para a chefia esclarecer.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle de sobrestamento é feito por meio de tabelas de controle interno, etiquetas no PJe e lembrete no sistema SIAPRO em processos físicos.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Por ser um gabinete criminal não se aplica. Quando o gabinete tinha um acervo maior de processos cíveis, havia estímulo à conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Preferencialmente na sessão subsequente, no entanto, há casos mais complexos que necessitam de análise mais acurada e que acabam demorando para serem levados novamente a julgamento.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento é feito por meio das sessões de julgamento da Quinta Turma e Quarta Seção, em que a chefia faz anotações e depois repassa as informações para os demais servidores ficarem cientes de determinado caso relevante para as próximas minutas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, cerca de uma semana antes do julgamento o gabinete tem acesso aos votos dos demais Desembargadores integrantes da Turma e Seção.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Em razão da pandemia, as sessões passaram a ser feitas por meio de videoconferência pelo sistema Teams, possibilitando que as partes façam sustentação oral e acompanhem o julgamento dos feitos. Os advogados podem despachar memoriais com o Desembargador Federal antes da sessão de julgamento, por meio de vídeo agendado por e-mail no sistema Teams. Foram implementadas também sessões totalmente virtuais, nas quais são lançados os votos com antecedência nos painéis, as discussões e divergências são lançadas por meio de notas ou declaração de voto. Na hipótese de não concordar com o julgamento virtual, solicitando pedido de sustentação oral, o gabinete lança no sistema o adiamento para uma sessão que será realizada por meio de videoconferência.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, a unidade busca por meio de controle interno, realizado por tabelas com informações da estatística e dos servidores, reduzir o acervo e melhorar o desempenho

a cada ano, sempre buscando cumprir as metas do CNJ, julgar mais rápido processos com réus presos e prescrição próxima.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade fornece os recursos e ferramentas para o desempenho dos servidores, sempre observando suas necessidades, sugestões e dúvidas. O Tribunal fornece os recursos materiais necessários para a realização do trabalho presencial.
b) gestão do trabalho	A chefia sempre está atenta as demandas e necessidade dos servidores. Exerce um controle sobre todos os processos, desde os processos distribuídos que entram na triagem até a realização das sessões de julgamento. Além da chefia proceder desta forma, cada servidor possui a sua organização de acordo com a ordem de trabalho que é feita por meio da observância de processos com réus presos, prescrição próxima e metas. Ao final de cada mês é feito um controle pela chefia do número de minutas feitas pelos servidores, do número de processos distribuídos. São elaboradas listas de correção para o Desembargador Federal. Por fim, é feito um controle dos processos que serão julgados, observando pedidos de adiamento ou de questões supervenientes que demandam nova análise.
c) resultados	O gabinete implementou a especialização por tipos penais no final do ano de 2020, buscando uma tentativa de melhorar o desempenho e o número de processos julgados (Meta 1 e Meta Específica 1/A). O gabinete sempre busca o resultado de fazer minutas detalhadas, com a análise de todos os pedidos formulados, levando em conta argumentos apresentados pelas partes em sessão de julgamento. O principal resultado almejado é a redução de acervo.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados são: - Redução de acervo; - Apresentação em mesa de votos-vista na sessão de julgamento subsequente; - Manter maior número de processos julgados e baixados do que processos distribuídos; - Manter a observância da ordem preferência de julgamento (réu preso, prescrição e metas do CNJ).

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações a serem implementadas são: - Realizar maior número de mutirões durante o ano, para os servidores conseguirem ultrapassar os números de metas; - A chefia continuar realizando controle dos processos distribuídos, alertando os servidores nas reuniões sobre a importância de analisar processos de réus presos, prescrição próxima e metas do CNJ; - O gabinete continuará aumentando o ritmo de produtividade e correção para incluir mais processos em sessões de julgamento.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

- Sessões de julgamento por videoconferência que possibilita que mais servidores possam assistir e verificar o resultado de processos que participaram da realização da minuta, bem como de novos entendimentos discutidos e firmados; - Realização mais frequente de reuniões com os servidores; - Aumento do uso de e-mail e da plataforma Teams para se comunicar com advogados e outros servidores, esclarecendo de modo mais rápido dúvidas.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle periódico é feito por meio de tabelas, etiquetas e lembretes. Quando um processo é distribuído ao gabinete, são inseridas etiquetas com a descrição dos principais pontos a serem observados, como tipo penal, prescrição e metas do CNJ. Além disso, são colocadas as informações para controle em tabelas, divididas em réu preso, réu solto e Quarta Seção. O controle periódico é feito pelo próprio servidor responsável pelo tipo penal, que monta organização própria com ordem de preferência, bem como pela chefia que está atenta às etiquetas de prescrição e réu preso e às tabelas, alertando o servidor responsável sobre a importância de observar se há petição pendente de análise e sobre a necessidade de inclusão em sessão de julgamento.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0010814-40.2017.4.03.6181	18/3/2019	417-Apeleação Criminal
Observação/Providência: Operação Proteína. Caso de grande complexidade. A minuta está pronta. Aguardando finalizar as minutas dos demais processos para julgamento conjunto em sessão de julgamento.		

5007583-91.2021.4.03.0000	19/4/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Baixa em diligência. Recurso em sentido estrito distribuído diretamente no Tribunal.		
5000362-24.2020.4.03.6004	27/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Não há pedido liminar ou de tutela pendente de análise. A minuta do voto está em elaboração para inclusão em sessão de julgamento ainda no ano de 2022.		
5004507-35.2021.4.03.6119	7/10/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. Serão tomadas as providências para inclusão ainda no primeiro semestre de 2022.		
5004016-38.2019.4.03.6106	4/3/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
0000330-21.2018.4.03.6119	2/7/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências necessárias para incluir o feito em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0000259-90.2019.4.03.6181	28/1/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências necessárias para incluir o feito em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0015077-68.2016.4.03.0000	10/8/2020	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Foi determinado o arquivamento dos autos.		
0000378-04.2018.4.03.0000	13/1/2021	291-Restauração de Autos
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências necessárias para julgar o feito no ano de 2022.		
5015573-70.2020.4.03.0000	11/6/2020	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Aguardando certidão de trânsito em julgado. Já julgado.		
5027599-03.2020.4.03.0000	6/10/2020	11955-Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Pendente de julgamento. Os embargos de declaração serão incluídos em mesa em sessão de julgamento do primeiro semestre de 2022.		
5010122-30.2021.4.03.0000	7/5/2021	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Arquivado.		
5023572-74.2020.4.03.0000	24/8/2020	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. Inclusão em mesa na sessão de julgamento de 25 de abril de 2022.		
5026167-46.2020.4.03.0000	21/9/2020	279-Inquérito Policial
Observação/Providência: O processo não está mais localizado no gabinete.		
5020214-67.2021.4.03.0000	31/8/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Será incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		
5009330-76.2021.4.03.0000	29/4/2021	1733-Processo Investigatório Criminal (PIC-MP)

Observação/Providência: último andamento proferido despacho para Ministério Público Federal se manifestar sobre documentos juntados pela defesa em resposta preliminar. Serão tomadas as providências para proferir a decisão acerca do recebimento da denúncia ainda no primeiro semestre de 2022.		
5015270-90.2019.4.03.0000	14/6/2019	428-Revisão Criminal
Observação/Providência: Relator Doutor Nino Toldo.		
0000105-07.2018.4.03.6117	27/2/2020	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Caso de grande complexidade. Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências necessárias para incluir em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0005971-61.2019.4.03.6181	13/7/2020	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Julgado em 14 de março de 2022.		
0003102-08.2018.4.03.6102	3/12/2019	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0001409-85.2015.4.03.6104	27/10/2020	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Com minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0009659-79.2016.4.03.6102	3/3/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Os autos serão incluídos em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
5000993-62.2020.4.03.6005	17/2/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: com minuta pronta. Serão tomadas as providências para inclusão ainda no primeiro semestre de 2022.		
0001043-49.2011.4.03.6116	23/8/2019	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Voto proferido na sessão de julgamento de 9 de maio de 2020. Pendente de julgamento Voto-vista do E. Desembargador Federal Maurício Kato. Incluído na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
0012292-54.2015.4.03.6181	19/8/2019	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Voto-vista apresentado pelo Desembargador Federal Paulo Fontes em 4 de maio de 2020. Pendente de apresentação de voto-vista pelo Desembargador Federal Maurício Kato.		
0014541-75.2015.4.03.6181	25/7/2018	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Voto-vista do Desembargador Federal Maurício Kato. Foi incluído na sessão de 28 de março de 2022.		
0000225-65.2013.4.03.6007	19/7/2019	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Já foi lavrado o acórdão. Pendente de julgamento embargos de declaração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0012013-63.2018.4.03.6181	19/8/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Com certidão de trânsito em julgado.		

5000638-86.2019.4.03.6005	25/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Localizado na Vice-Presidência.		
0002612-89.2010.4.03.6126	11/4/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos vieram para retratação. Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0021940-15.2012.4.03.6100	25/9/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos retornaram para retratação. Os autos serão incluídos em sessão de julgamento ainda no ano de 2022.		
0024934-89.2007.4.03.6100	7/5/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para incluir em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0006266-78.2005.4.03.6120	16/12/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0004944-77.2018.4.03.6181	28/8/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0014286-15.2018.4.03.6181	12/9/2019	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Com minuta pronta. Será incluído em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0052336-20.2004.4.03.0000	30/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O gabinete irá tomar as providências necessárias para julgar ainda em 2022.		
0078330-79.2006.4.03.0000	8/10/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O gabinete irá tomar as providências necessárias para julgar ainda em 2022.		
0006113-70.2008.4.03.6110	27/8/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 25 de abril de 2022.		
0003922-61.2004.4.03.6120	2/9/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0008822-32.2004.4.03.6106	1º/10/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0004940-92.2014.4.03.6112	21/6/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0014659-61.2009.4.03.6181	20/2/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete irá tomar as providências necessárias para julgar ainda em 2022.		

1300166-68.1996.4.03.6108	29/1/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento do REsp 1397729 pelo STJ.		
0010662-36.2006.4.03.6000	18/6/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para incluir os autos em sessão de julgamento ainda no ano de 2022.		
0005855-21.2012.4.03.6110	9/1/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0004637-47.2015.4.03.6111	23/7/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0001383-46.2009.4.03.6121	21/3/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0004685-34.2009.4.03.6105	3/4/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0010512-56.2000.4.03.6100	28/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Como exceção foi julgada, a minuta foi iniciada. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0002655-31.2001.4.03.6000	10/1/2020	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0000405-56.2019.4.03.6109	3/2/2020	418-Carta Testemunhável
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para incluir o feito em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
5000608-71.2020.4.03.6181	1º/9/2020	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: minuta em elaboração. Serão tomadas as providências para inclusão ainda no ano de 2022.		
0009236-33.2004.4.03.6105	9/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
5027755-88.2020.4.03.0000	7/10/2020	325-Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Arquivado.		
0008455-20.2017.4.03.6181	18/11/2019	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Serão tomadas as providências para inclusão em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0001941-40.2007.4.03.6104	1º/6/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0005097-30.2003.4.03.6119	13/1/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0002409-79.2013.4.03.6108	4/6/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0006860-81.2012.4.03.6109	22/4/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0000753-92.2006.4.03.6121	11/5/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
0007819-83.2019.4.03.6181	25/11/2020	325-Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Com minuta pronta. Os autos serão incluídos em julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0013810-11.2017.4.03.6181	8/9/2020	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Incluído em sessão de julgamento de 19 de abril de 2022.		
0003675-32.2016.4.03.6000	23/11/2017	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0002929-64.2007.4.03.6103	25/9/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
5004534-94.2019.4.03.6181	3/9/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: minuta em elaboração. Serão incluídos em mesa os embargos de declaração ainda no primeiro semestre de 2022.		
5006546-47.2020.4.03.6181	16/12/2020	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Localizado na Vice-Presidência.		
0009825-20.2006.4.03.6181	7/5/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Com minuta pronta. Os autos serão incluídos em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0004532-30.2011.4.03.6105	12/6/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
5013616-97.2021.4.03.0000	16/6/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete dará prioridade para incluir em julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0707339-95.1991.4.03.6100	12/7/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: minuta em elaboração. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
0006443-48.2009.4.03.6105	16/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
1303733-44.1995.4.03.6108	27/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Minuta em elaboração. O gabinete estava aguardando o julgamento do REsp 1669229 pelo STJ.		

5001380-52.2021.4.03.6002	18/6/2021	318-Exceção de Suspeição
Observação/Providência: com minuta pronta. Serão tomadas as providências para inclusão ainda no primeiro semestre de 2022.		
0009276-19.2016.4.03.6000	14/1/2019	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Com minuta pronta de voto sobre os embargos de declaração. Os autos serão incluídos em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
5031507-05.2019.4.03.0000	18/8/2021	326-Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Arquivado.		
0023582-28.2009.4.03.6100	6/12/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para incluir em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
0007757-92.2010.4.03.6105	6/5/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
0029982-68.2003.4.03.6100	23/7/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O gabinete irá tomar as providências necessárias para julgar ainda em 2022.		
0017474-22.2005.4.03.6100	16/7/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O gabinete irá tomar as providências necessárias para julgar ainda em 2022.		
5006698-53.2021.4.03.6119	15/9/2021	427-Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Será incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		
5015603-71.2021.4.03.0000	8/7/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Arquivado.		
0013182-08.2007.4.03.6105	10/12/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Com minuta pronta. Será incluído em sessão de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022.		
5021294-66.2021.4.03.0000	14/9/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Será incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		
5021056-47.2021.4.03.0000	15/9/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: minuta em elaboração. Será incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		
5018541-39.2021.4.03.0000	12/8/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Será incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		
5021865-37.2021.4.03.0000	24/9/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração. Será incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		

0002424-48.2004.4.03.6113	1º/3/2006	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
0002429-70.2004.4.03.6113	27/3/2006	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O gabinete tomará as providências para julgar ainda no ano de 2022.		
5024925-86.2019.4.03.0000	11/11/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Localizado no gabinete do Desembargador Federal Paulo Domingues.		
0001088-05.2019.4.03.6106	20/1/2020	318-Exceção de Suspeição
Observação/Providência: Com minuta pronta. O gabinete tomará as providências para julgar ainda no primeiro semestre de 2022.		
5028295-05.2021.4.03.0000	11/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado.		
5028336-69.2021.4.03.0000	12/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Está localizado na Vice-Presidência. Já julgado pelo gabinete.		
0003141-62.2001.4.03.6114	18/12/2002	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Inclusão na sessão de julgamento de 28 de março de 2022.		
5027540-78.2021.4.03.0000	5/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: julgamento suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Maurício Kato. Voto-vista incluído na sessão de 28 de março de 2022.		
5027848-17.2021.4.03.0000	8/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 98 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 45 físicos e 53 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000105-07.2018.4.03.6117	0000259-90.2019.4.03.6181	0001088-05.2019.4.03.6106
5027599-03.2020.4.03.0000	0001088-05.2019.4.03.6106	0002612-89.2010.4.03.6126
0002424-48.2004.4.03.6113	0002429-70.2004.4.03.6113	0013182-08.2007.4.03.6105
0006443-48.2009.4.03.6105	5026167-46.2020.4.03.0000	0023582-28.2009.4.03.6100
0017474-22.2005.4.03.6100	0021940-15.2012.4.03.6100	1303733-44.1995.4.03.6108
0024934-89.2007.4.03.6100	0707339-95.1991.4.03.6100	5000608-71.2020.4.03.6181
1303969-93.1995.4.03.6108	5000362-24.2020.4.03.6004	5013616-97.2021.4.03.0000
5001380-52.2021.4.03.6002	5006698-53.2021.4.03.6119	5021294-66.2021.4.03.0000
5020214-67.2021.4.03.0000	5021056-47.2021.4.03.0000	

b) Incluir em julgamento em 60 dias (processo concluso há mais de 360 dias)

0000057-32.2014.4.03.6103	0000405-56.2019.4.03.6109	0001409-85.2015.4.03.6104
0001941-40.2007.4.03.6104	0002409-79.2013.4.03.6108	0002655-31.2001.4.03.6000
0003675-32.2016.4.03.6000	0004637-47.2015.4.03.6111	0004685-34.2009.4.03.6105
0005097-30.2003.4.03.6119	0005431-18.2016.4.03.6181	0005855-21.2012.4.03.6110
0007819-83.2019.4.03.6181	0008822-32.2004.4.03.6106	0009236-33.2004.4.03.6105
0010512-56.2000.4.03.6100	0010662-36.2006.4.03.6000	0010814-40.2017.4.03.6181
0014659-61.2009.4.03.6181	1300166-68.1996.4.03.6108	

c) Incluir em julgamento em 60 dias (Embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias)

0000753-92.2006.4.03.6121	0000225-65.2013.4.03.6007	0000753-92.2006.4.03.6121
0003102-08.2018.4.03.6102	0004944-77.2018.4.03.6181	0006266-78.2005.4.03.6120
0006860-81.2012.4.03.6109	0009276-19.2016.4.03.6000	0014286-15.2018.4.03.6181
0052336-20.2004.4.03.0000	0078330-79.2006.4.03.0000	5004534-94.2019.4.03.6181

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Desembargador Federal Paulo Fontes se deu de forma presencial. Fomos recebidos pelo desembargador e pelas servidoras Érica Nozaki (Chefe de Gabinete) e Fernanda Colombini Lima de Castro (Assessora), responsável pelo preenchimento do formulário.

O gabinete possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional, ressaltando-se a necessidade de capacitação.

A maioria dos servidores estão envolvidos com a atividade-fim, exceto três (uma servidora responsável pela digitalização dos processos e dois agentes de segurança).

A equipe se mostra adaptada ao teletrabalho, de modo que o retorno às atividades presenciais de maneira mais regular, tem apresentado resistência por parte de alguns servidores. Inclusive, há servidores que já desempenhavam, antes da pandemia, o serviço telepresencial, de acordo com as normas até então vigentes, tendo fixado residência em outras cidades.

Há metas individuais diferentes para servidores em trabalho presencial e em teletrabalho. A organização do trabalho é feita pela especialização por tipo penal, de modo que cada servidor fica responsável por determinados tipos penais, priorizando-se os processos com réu preso, prescrição e aqueles incluídos nas metas do CNJ. Também são realizados mutirões no gabinete quando necessário.

A equipe realiza reuniões mensais de planejamento e análise do trabalho efetuado, bem como reuniões para debate de casos específicos que irão a julgamento, com a presença do desembargador.

Quanto ao processo com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias (item 4.12 do Relatório de Inspeção), já ocorreu o seu julgamento, em 15/3/2022 (Mandado de Segurança n. 5023698-90.2021.4.03.0000).

No que se refere aos processos pendentes de voto-vista, indicados no Relatório de Inspeção no item 4.16, ainda não foram levados para sessão de julgamento. O gabinete informou que há desembargador de férias e os processos com voto-vista devem ser levados a julgamento, quando presentes os três desembargadores efetivos da Turma. Em suma, fica-se aguardando a composição do quórum integral.

Em relação aos processos pendentes da autoinspeção anterior (6 processos), ainda não houve julgamento, tendo o gabinete informado que a assessoria está providenciando a elaboração das minutas. Já quanto aos processos da inspeção anterior (5 processos): 3 (três) cíveis aguardam julgamento pelo STJ de questões incidentais, 1 (um) processo criminal já foi julgado pela Turma e 1 (um) processo criminal encontra-se em fase de elaboração de minuta pela assessoria.

Destaca-se que alguns processos citados no item 32 acima, com recomendação de julgamento, foram incluídos em pauta, conforme informação da assessoria do gabinete. No entanto, nos extratos de movimentação processual, ainda consta a localização no gabinete e o termo GR ao lado em razão das guias de remessa estarem pendentes de recebimento no setor da UNI4. São eles: 0023582-28.2009.4.03.6100, 0014286-15.2018.4.03.6181, 0013182-08.2007.4.03.6105, 0009276-19.2016.4.03.6000, 0009236-33.2004.4.03.6105, 0005855-21.2012.4.03.6110, 0004944-77.2018.4.03.6181, 0004637-47.2015.4.03.6111, 0002655-31.2001.4.03.6000, 0002612-89.2010.4.03.6126, 0001088-05.2019.4.03.6106.

Há, também, processos indicados pela inspeção, que se encontram com as minutas prontas aguardando a inclusão em pauta, conforme informou a Assessoria do Desembargador Paulo Fontes. São eles: 0010814-40.2017.4.03.6181, 0000405-56.2019.4.03.6109, 0004685-34.2009.4.03.6105, 0024934-89.2007.40.3.6100, 0003102-08.2018.4.03.6102, 0000259-90.2019.4.03.6181, 5027599-03.2020.4.03.0000, 5020214-67.2021.4.03.0000, 0000105-07.2018.4.03.6117, 0003922-61.2004.4.03.6120, 1300166-68.1996.4.03.6108 (com minuta pronta – aguardando julgamento REsp 1397729), 0010512-56.2000.4.03.6100, 0007819-83.2019.4.03.6181, 5001380-52.2021.4.03.6002 5006698-53.2021.4.03.6119, 5021294-66.2021.4.03.0000, 5021056-47.2021.4.03.0000, 1303733-44.1995.4.03.6108 – (aguardando julgamento REsp 1669229), 1303969-93.1995.4.03.6108 – (aguardando julgamento REsp 1522288).

Foi relatada a inconsistência dos dados fornecidos pela estatística do Tribunal (TRF3), em especial, no que diz respeito ao número de processos julgados, conforme INFORMAÇÃO CONJUNTA ADEG/DEGE (SEI/TRF3-8618561- Informação Conjunta). A título de ilustração, no item 4.18 consta que foram julgados 137 processos nos últimos 12 meses, quando o gabinete informou que foram julgados 872 processos no referido período.

O atendimento aos advogados é feito pelo Balcão Virtual ou presencialmente e os despachos com o desembargador por vídeoconferência.

Considerando-se que o Gabinete vem atingindo as metas do CNJ, em quase sua totalidade, não se faz necessário sua inclusão no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 752 para 951. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.150 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.331.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 47 na última inspeção, para 121, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 17 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo levemente superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Priorizar os julgamento dos embargos de declaração;
- c) Priorizar os processos pendentes da autoinspeção e da inspeção anterior;
- d) Priorizar a conclusão dos processos com voto-vista;
- e) Ajustar o método de trabalho a fim de possibilitar a redução do acervo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NEKATSCHALOW

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal André Nekatschalow.

2.2 Turma

Quinta Turma.

2.3 Competência

Matérias criminal e cível remanescente.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal André Custódio Nekatschalow.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Rui César Nakai, chefe de gabinete, 21/3/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	600
Processos suspensos/sobrestados	17
Processos conclusos	162
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	600
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	534
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	162
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	68
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	17
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim, em 2016.

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim (servidores público e execução fiscal).
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Foram encaminhados 170 processos (servidores públicos).
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Em maio de 2016, o acervo era de 1.216 processos. Em setembro de 2016, o acervo era de 1.133 processos.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Sim, em julho de 2014, a 5ª Turma tornou-se especializada na matéria criminal, sem prejuízo do julgamento do acervo cível remanescente.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	7
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	5
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	123
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0

Outros	120
--------	-----

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	123
Apelações cíveis	91
Agravos de instrumento	2
Outros	30

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	65
Ações penais	1
Inquéritos	3
Habeas Corpus	34
Revisões criminais	11
Outros	16

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	405
Apelações	363
Recursos em Sentido Estrito	20
Recursos em Habeas Corpus	9
Recursos em Mandado de Segurança	0 (dados não fornecidos pela Estatística)
Embargos infringentes e de nulidade	0 (dados não fornecidos pela Estatística)
Outros	13

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	74
Apelações	34
Ações penais	0 (dados não fornecidos pela Estatística)
Inquéritos	0 (dados não fornecidos pela Estatística)
Habeas Corpus	20
Outros	20

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	34
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	11
Agravos legais/regimentais	1
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	55
Ano anterior	117
2º ano anterior	5
3º ano anterior	(em branco)
4º ano anterior	1
5º ano anterior ou mais antigo	(em branco)

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	12
Ano anterior	27
2º ano anterior	7
3º ano anterior	4
4º ano anterior	(em branco)
5º ano anterior	(em branco)

6º ano anterior ou mais antigo	1
--------------------------------	---

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

Ano atual	61
Ano anterior	79
2º ano anterior	7
3º ano anterior	2
4º ano anterior	(em branco)
5º ano anterior	(em branco)
6º ano anterior	(em branco)
7º ano anterior ou mais antigo	(em branco)

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	3

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	916
Total de Processos julgados	104
Total de Processos baixados	739
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	812
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	177

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	31
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano corrente	81
Processos julgados no ano corrente	127
Processos distribuídos no ano anterior	870
Processos julgados no ano anterior	761

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	361
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	98,90%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

117,65%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	443
Pendentes no último dia do mês anterior	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,10%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	271
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	116,78%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	197
Pendentes em 31/12/2021	0 (em branco)

Porcentagem de atendimento da meta	142,86%
------------------------------------	---------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	193
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	44,18
Taxa de congestionamento em 2021	44,12
Taxa de congestionamento em 2022	40,96

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gab. 15 não relacionado no painel da Estatística
Pendentes em 31/12/2021	Gab. 15 não relacionado no painel da Estatística
Porcentagem de atendimento da meta	Gab. 15 não relacionado no painel da estatística

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados não disponíveis
Pendentes no último dia do mês anterior	dados não disponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	dados não disponíveis

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano corrente	81
Processos baixados no ano corrente	68
Processos julgados no ano corrente	127

Processos distribuídos no ano anterior	870
Processos baixados no ano anterior	dados não disponíveis
Processos julgados no ano anterior	761

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	(em branco)
Pendentes em 31/12/2021	(em branco)
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Gab. 15 não relacionado no painel da Estatística
Pendentes no último dia do mês anterior	GAb. 15 não relacionado no painel da Estatística
Porcentagem de atendimento da meta	GAb. 15 não relacionado no painel da Estatística

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

dados não disponíveis

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	dados não disponíveis
3429 - Alteração de local especialmente protegido	

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

dados não disponíveis

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	dados não disponíveis
Pendentes no mês anterior:	dados não disponíveis
Percentual de cumprimento da meta:	dados não disponíveis

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Duas recomendações: "a) cumprir a recomendações do item 11; b) manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 12".

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) As recomendações do item 11 eram: a) proceder à baixa no sistema: 0086476-75.2007.4.03.0000; b) incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processo conclusos há mais de 180 dias): 5027886-97.2019.4.03.0000 e 5031199-66.2019.4.03.0000. Não foi possível realizar a baixa em razão da interposição de recurso extraordinário. Os feitos conclusos há mais de 180 dias foram julgados em 31/5/2021. b) os métodos de trabalho foram adaptados à situação de pandemia, uma vez que aumentou o número de servidores em teletrabalho.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

a) Tendo em vista que foi interposto recurso extraordinário no Agravo de Instrumento n. 0086476-75.2007.4.03.0000, não foi possível dar baixa no feito. b) O HC n. 5027886-97.2019.4.03.0000 e o HC n. 5031199-66.2018.4.03.0000 foram julgados em 31/5/2020 e arquivados definitivamente.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 2. Confirmar a informação constante do painel da Estatística e Identificar qual o processo ou os processos que não foram julgados e priorizar o julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho considera as diversas demandas do gabinete, exigindo dos servidores esforço para cumprir as múltiplas tarefas determinadas. As soluções encontradas para dividir e distribuir essas tarefas de forma equilibrada amenizam as dificuldades diárias de cada servidor. As duas principais dificuldades são a divisão em duas frentes ou focos de trabalho (apreciar os feitos próprios e conferir os feitos de outros relatores) e os problemas originários do PJe. A não inclusão no PJe dos processos criminais complexos facilitaria a análise desses casos, que sempre têm vários crimes, réus, apensos e volumes. A desvinculação dos dois cargos de agente de segurança dos gabinetes e troca por dois cargos de analista judiciário aumentaria a força de trabalho na área fim dos gabinetes.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Rui César Nakai.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Cada servidor recebe uma cota mensal de processos para minutar, participa de uma equipe de liminar uma semana por mês e confere os processos pautados de outros relatores. Há especialização por espécies de crimes, conforme a facilidade e preferência de cada servidor. Temos quinze servidores na atividade-fim, quatro vagas de estagiário e dois agentes de segurança.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Onze servidores.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral. Há previsão de comparecimento mensal e quando houver necessidade.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas de acordo com o número de processos conclusos na primeira segunda-feira do mês, a quantidade de réus, a quantidade de crimes, o grau de complexidade (baixo, médio ou alto) e se o trabalho é presencial ou não presencial. As revisões de pautas de julgamento são distribuídas aos servidores pelo desembargador, conforme a especialidade e disponibilidade de cada um.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Procuramos saber quais são as dificuldades para o cumprimento das tarefas. Se forem justificadas as razões apresentadas, promove-se uma diminuição qualitativa ou quantitativa da próxima cota ou um mutirão com redistribuição de processos. Se não forem justificadas, damos sugestões de boas práticas utilizadas pelos colegas e métodos mais eficazes para a realização das atividades.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

São triados conforme a finalidade da conclusão: elaborar voto vista ou voto condutor, julgar embargos de declaração, realizar eventual juízo de retratação (CPC, art. 1.040, II), minutar despacho, verificar prevenção.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os autos físicos, após a triagem, são entregues aos servidores responsáveis e, se houver necessidade, ficam guardados em armários.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

A triagem dos processos, físicos e eletrônicos, é realizada diariamente, e a distribuição é feita uma vez por mês. Essas duas práticas permitem o controle do acervo, das movimentações, das metas, prioridades legais, embargos de declaração, agravos internos e urgências. Todos os processos recebidos são registrados em planilhas mensais, contendo o número, as datas de distribuição e conclusão e o prazo de prescrição. Quanto aos processos remetidos a outros setores, a Subsecretaria emite relatórios de processos com voto-vista pendentes.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Cada servidor recebe uma cota mensal de processos para minutar, participa de equipe de liminar uma semana por mês e confere os processos de outros relatores quando incluídos em pauta para julgamento. A meta coletiva é manter o acervo abaixo de cem processos pendentes de minuta e, se possível, diminuir para menos de quarenta feitos.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não. Mas, em razão do julgamento de todos os processos cíveis pendente de primeiro julgamento e a redução do acervo criminal, foram concedidos aos servidores jornada diferenciada, a não compensação das emendas de feriados, licença capacitação (1 servidora) e a adoção do trabalho não presencial (antes da pandemia).

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Damos prioridade para casos de réus presos, "habeas corpus" e referentes às metas.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Não, em razão da matéria criminal. Os processo cíveis, em regra, retornam para novo julgamento colegiado.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O desembargador disponibiliza arquivo com entendimentos sobre todas as matérias já apreciadas.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Todas as minutas elaboradas pelos servidores são conferidas e corrigidas, o que permite constatar as carências ou dificuldades de cada servidor.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Não há número significativo de processos sobrestados.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não, em razão da matéria criminal. Mas, a 5ª Turma adotou entendimento para permitir acordo de não persecução criminal após a prolação de sentença.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Cada servidor realiza pesquisas de doutrina, de legislação e de jurisprudência ao elaborar as minutas e conferir as minutas dos processos pautados por outros relatores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

São realizadas de duas formas: por videoconferência, com sustentações orais e debates, pelo microsoft teams; sem videoconferência, os votos são lançados no PJe e Gedpro até as 19:00 e, caso tenha pedido de sustentação oral, o julgamento é adiado.

28. A unidade possui plano de gestão?

Nos novos formulários de trabalho não presencial, além do pedido de autorização, foram especificadas as metas individuais e os prazos, bem como explicitado o objetivo a ser alcançado.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em relação aos recursos humanos, aguardamos a lotação de um analista judiciário e dois estagiários. Em relação aos materiais, aguardamos a conclusão da reforma dos banheiros do edifício sede do Tribunal.
b) gestão do trabalho	Procuramos frequentemente aprimorar a dinâmica das atividades com a finalidade de simplificá-la e torná-la mais eficiente.
c) resultados	Objetivamos desenvolver a capacidade técnica dos servidores, suprir a carência dos menos experientes, manter um padrão mínimo de qualidade do trabalho, sem prejuízo de uma célere prestação jurisdicional.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Aprimorar os processos de trabalho conforme a individualidade de cada servidor e tornar as atividades mais eficazes.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Acompanhar a execução das atividades dos servidores para identificar as peculiaridades, as dificuldades e as soluções encontradas. Compartilhar as experiências e promover adaptações nos processos de trabalho.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Atendimento virtual dos advogados, sessões virtuais de julgamento e aperfeiçoamento do trabalho não presencial para as atividades compatíveis.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Os processos físicos são movimentados diariamente e, excepcionalmente, são guardados em armários. No PJe, consta a data em que o processo foi movimentado para a tarefa, e priorizam-se os mais antigos.

31. LISTA DE PROCESSOS SELECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5019522-68.2021.4.03.0000	24/8/2021	11955-Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Medida cautelar conclusos em 4/10/21. Aguarda-se conclusão do processo principal para julgamento conjunto.		
5023207-83.2021.4.03.0000	4/10/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Foi realizado o julgamento definitivo, com acórdão proferido em 21/2/2022.		
5001155-57.2020.4.03.6005	23/9/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Julgada apelação em 21/2/2022. Interpostos embargos de declaração, foi dada vista para contrarrazões. Em 21/3/2022, os autos vieram conclusos. Não há pedido liminar pendente de decisão.		
0000619-83.2019.4.03.6000	17/12/2020	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Apenso da ApCrim n. 5004572-67.2019.4.03.6000 que foi autuada, por erro, como feito autônomo no PJe.		
0000813-54.2017.4.03.6000	12/2/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Apenso da ApCrim n. 5004572-67.2019.4.03.6000 que foi autuada, por erro, como feito autônomo no PJe.		
0000618-98.2019.4.03.6000	12/2/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Apenso da ApCrim n. 5004572-67.2019.4.03.6000 que foi autuada, por erro, como feito autônomo no PJe.		
0001827-39.2018.4.03.6000	19/2/2021	313-Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: Apenso da ApCrim n. 5004572-67.2019.4.03.6000 que foi autuada, por erro, como feito autônomo no PJe.		
0000814-39.2017.4.03.6000	19/2/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Apenso da ApCrim n. 5004572-67.2019.4.03.6000 que foi autuada, por erro, como feito autônomo no PJe.		
5004572-67.2019.4.03.6000	14/7/2020	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Iniciado o julgamento em 28/3/22 e adiado após a sustentação oral. Priorizar-se-á a continuidade do julgamento.		
5000636-26.2019.4.03.6132	29/7/2021	417-Apeleção Criminal

Observação/Providência: Julgada a apelação pela 5ª Turma em 18/10/2021. Conclusos ao Desembargador Federal Maurício Kato para lavrar acórdão em 19/10/2021. Solicitaremos prioridade ao gabinete.		
5006354-10.2019.4.03.6130	17/11/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgada a apelação pela 5ª Turma em 18/10/2021. Conclusos ao Desembargador Federal Maurício Kato para lavrar acórdão em 19/10/2021. Solicitaremos prioridade ao gabinete.		
5001601-60.2020.4.03.6005	21/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo complexo, com 3 réus, 5 crimes e vários volumes. Concluída minuta de voto e aguardando encaminhamento para o revisor.		
0007359-62.2012.4.03.6110	4/9/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Em 9/3/2020, foi adiado o julgamento pelo relator Desembargador Federal Maurício Kato. Em 11/3/2020, os autos foram conclusos ao relator. Aguarda-se a apresentação do feito para continuidade do julgamento e a prolação do voto.		
0007754-30.2016.4.03.6105	12/3/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardado voto vista do Desembargador Federal Paulo Fontes, constava que seria apresentado na sessão de 28/3/202, não foi possível confirmar em razão da indisponibilidade do sistema.		
5000231-03.2021.4.03.6105	22/4/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Apresentado voto vista pelo Desembargador Federal Paulo Fontes na sessão do dia 28/3/22 e concluído o julgamento.		
0000658-79.2018.4.03.6141	29/8/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos encaminhados para o Desembargador Federal Maurício Kato juntar o voto vencido em 24/8/2020, o que foi objeto dos embargos de declaração. Solicitaremos prioridade ao gabinete.		
0006971-28.2017.4.03.6000	18/8/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Em 16/11/2020, os autos foram encaminhados ao Desembargador Federal Maurício Kato para juntada do voto vencido, o que foi objeto dos embargos de declaração. Solicitaremos prioridade para o gabinete		
0003799-40.2005.4.03.6181	31/1/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos encaminhados para o Desembargador Federal Maurício Kato juntar o voto vencido em 24/11/2020, o que foi objeto dos embargos de declaração. Solicitaremos prioridade ao gabinete.		
0011557-16.2018.4.03.6181	3/7/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Em 4/3/2021, foi proferido despacho encaminhando os autos ao Desembargador Federal Paulo Fontes, relator do acórdão, para apreciação dos embargos de declaração. Solicitaremos prioridade para o gabinete.		
0007946-55.2018.4.03.6181	28/1/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Em 14/5/2021, os autos foram encaminhados ao Desembargador Federal Maurício Kato para juntada do voto vencido, o que foi objeto dos embargos de declaração. Solicitaremos prioridade para o gabinete		
5001357-88.2020.4.03.6181	8/9/2020	417-Apelação Criminal

Observação/Providência: Os embargos de declaração foram julgados prejudicados pela 11ª Turma. Interpostos embargos infringentes, aguarde-se a revisão para inclusão em pauta da 4ª Seção.		
0005670-07.2017.4.03.6110	22/2/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Em 11/5/2021, os autos foram encaminhados ao Desembargador Federal Maurício Kato para juntada do voto vencido, o que foi objeto dos embargos de declaração. Solicitaremos prioridade para o gabinete.		
0004665-28.2017.4.03.6181	16/8/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Em 11/3/2022, foram juntadas as contrarrazões aos embargos infringentes e aberta conclusão. Priorizar-se-á o julgamento.		
0102808-87.1996.4.03.6181	27/1/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Em 12/11/2021, foi juntado o relatório e encaminhado o feito para revisão. Solicitaremos prioridade ao gabinete do revisor.		
0001634-25.2004.4.03.6126	5/10/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico sendo digitalizado e incluído no PJe pela Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR.		
0000221-11.2017.4.03.6129	27/9/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo complexo (5 crimes e 5 réus), mas já iniciada a apreciação e minuta do recurso para posterior inclusão em pauta.		
0009599-29.2013.4.03.6000	8/10/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Em 17/3/2022, foi dada vista ao Ministério Público Federal e os autos retornaram em 21/3/2022. Priorizar-se-á o julgamento.		
0003768-58.2017.4.03.6000	8/10/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico sendo digitalizado e incluído no PJe pela Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR.		
0000023-30.2014.4.03.6112	28/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação criminal julgada em 14/3/2022.		
0000372-15.2019.4.03.6126	25/3/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Em 21/2/2022, foi solicitado os autos físicos para subsidiar e facilitar a continuidade da apreciação da apelação criminal, em razão da grande quantidade de volumes dos autos.		
0001898-25.2016.4.03.6125	6/5/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgada a apelação em 17/2/2020 e os embargos de declaração em 28/9/2020. Em 25/11/2020, encaminhado os autos para a Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência desta Corte.		
5018673-96.2021.4.03.0000	15/8/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 7/2/2022 e arquivado em 7/3/2022.		
0008166-50.2015.4.03.6119	29/12/2017	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Julgado os embargos infringentes em 18/11/2021 e os embargos de declaração em 17/2/2022. Os autos aguardam decurso de prazo na subsecretaria da 4ª Seção.		

0008468-54.2006.4.03.6100	18/9/2007	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Acolhida questão de ordem pela 5ª Turma para realizar juízo de retratação (CPC, art. 1.040, II) em 21/2/2022. Acórdão disponibilizado em 8/3/2022.		
0002749-44.2009.4.03.6114	21/5/2010	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acolhida questão de ordem pela 5ª Turma para realizar juízo de retratação (CPC, art. 1.040, II) em 21/2/2022. Acórdão disponibilizado em 8/3/2022.		
0015634-40.2006.4.03.6100	28/8/2007	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acolhida questão de ordem pela 5ª Turma para realizar juízo de retratação (CPC, art. 1.040, II) em 21/2/2022. Acórdão disponibilizado em 8/3/2022.		
0005428-92.2010.4.03.6110	7/6/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acolhida questão de ordem pela 5ª Turma para realizar juízo de retratação (CPC, art. 1.040, II) em 21/2/2022. Acórdão disponibilizado em 8/3/2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 37 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 9 físicos e 28 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000221-11.2017.4.03.6129	0000619-83.2019.4.03.6000	0102808-87.1996.4.03.6181
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0000618-98.2019.4.03.6000	0000813-54.2017.4.03.6000	0000814-39.2017.4.03.6000
0001827-39.2018.4.03.6000		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 120 dias):

0000658-79.2018.4.03.6141	0003799-40.2005.4.03.6181	0005670-07.2017.4.03.6110
0006971-28.2017.4.03.6000	0007946-55.2018.4.03.6181	5001357-88.2020.4.03.6181

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Desembargador Federal André Nekatschalow se deu de forma presencial. Fomos recebidos pelo desembargador e pelos servidores Wanderley Chan (Assessor) e Rui Cesar Nakai (Chefe de Gabinete), responsável pelo preenchimento do formulário.

O gabinete possui boa estrutura física, apresentando ressalvas quanto à existência de apenas um banheiro para atender aos servidores, após o início de reformas não concluídas e sem previsão de término.

Os recursos materiais são suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional.

Quase a totalidade dos servidores estão envolvidos com a atividade-fim, exceto os dois agentes de segurança. Cada servidor possui uma meta mensal de processos a serem minutados.

A triagem e distribuição dos processos é realizada pelo Chefe de Gabinete (Rui Cesar Nakai), que faz o controle das metas estabelecidas no gabinete. Já o Assessor Wanderley Chan é responsável pelo auxílio na elaboração das minutas e pelo apoio aos demais assessores.

A organização do trabalho é feita pela especialização por tipo penal, de modo que cada servidor fica responsável por determinados tipos penais.

Há um grupo de servidores favorável ao trabalho presencial de forma integral, que já estão desempenhando suas atividades na sede do TRF3. No entanto, a maioria da equipe se mostra adaptada ao teletrabalho.

Os processos físicos são movimentados diariamente e, às vezes, guardados em armários. O gabinete preferiu não digitalizar os processos físicos criminais, considerando que se tratam de autos volumosos com diversas mídias. Enfatizou-se a dificuldade em analisar tais processos após a digitalização, uma vez que não é feita a correta indexação das peças processuais.

No que se refere ao PJe, ressaltou-se a dificuldade de trabalho com o sistema existente, com diversos fluxos processuais, afetando, assim, a agilidade do serviço a ser desenvolvido pela equipe.

Verificou-se que já houve o julgamento do processo com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias (Medida Cautelar para conceder efeito suspensivo à apelação – processo 5019522-68.2021.4.03.000 – extinta em 26/4/2022).

Foi relatada a inconsistência dos dados fornecidos pela estatística do Tribunal (TRF3), em especial, no que diz respeito ao número de processos julgados, conforme INFORMAÇÃO CONJUNTA ADEG/DEGE (SEI/TRF3-8618561- Informação Conjunta).

O atendimento aos advogados é feito pelo Balcão Virtual ou presencialmente.

Com a ampliação do Tribunal, existe a expectativa de aumentar o número de integrantes que compõem a Turma. Atualmente a Turma é composta por apenas 3 desembargadores.

Considerando-se que o Gabinete vem cumprindo com as Metas do CNJ, não se faz necessário sua inclusão no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 178 para 162. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 534 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 600.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 9, na última inspeção, para 34, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 6 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Manter o método de trabalho de sucesso, digno de elogio.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Johonsom di Salvo- GABJDS.

2.2 Turma

Membro da 2ª Seção e da 6ª Turma do TRF da 3ª Região. O Desembargador ainda integra o Conselho de Administração, como membro titular, no biênio 2022/2024.

2.3 Competência

Nos termos do artigo 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

E conforme o art. 37, *caput*, do Regimento Interno do TRF3, cabe ao Conselho de Administração I - deliberar normativamente sobre a organização dos serviços administrativos das Secretarias do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região; II - aprovar as propostas de criação de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos a serem encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça; III - dispor sobre os cargos de direção e assessoramento superiores, sobre as funções de direção e assistência intermediárias e as funções de representação de gabinete, sobre a forma do respectivo provimento, sobre os níveis de vencimento e gratificação, dentro dos limites legais; IV - aprovar os critérios para progressão e ascensão dos servidores da Secretaria do Tribunal; V - decidir, em grau de recurso, sobre os pedidos administrativos referentes a servidores do Tribunal, que hajam sido indeferidos ou denegados pelo

Presidente ou pelo Diretor-Geral (art. 21, XVIII, “h”); VI - exercer as atribuições administrativas não previstas na competência do Plenário ou do Presidente, bem como as que lhe hajam sido delegadas pelo Plenário.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luís Antonio Johansom di Salvo.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Wilma Ap. Nascimento do Carmo - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16 = (9 Analistas Judiciários - 7 Técnicos Judiciários).
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	2.039
Processos suspensos/sobrestados	1.689
Processos concluídos	360
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	62
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.039
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.425
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	360
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	342
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.689 (os processos sobrestados ficam em Subsecretaria)
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.499

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	40
Mandados de segurança	5
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	8
Reclamações	0
Ações rescisórias	13
Outros	14

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.999
Recursos em mandados de segurança coletivos	7
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	10
Recursos em ações civis públicas	35
Recursos em ações com preferência legal	157
Outros	1.793
Recursos em ações de desapropriação	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	1.999
Apelações cíveis	1.198
Agravos de instrumento	656
Outros	145

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0

Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	84
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	22
Agravos legais/regimentais	10
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	6
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	6

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	(2020) 12
Ano anterior	(2019) 277
2º ano anterior	(2018) 48
3º ano anterior	(2017) 10
4º ano anterior	(2016) 5
5º ano anterior ou mais antigo	(2013 a 2015) 34

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	(2021) 44
Ano anterior	(2020) 253
2º ano anterior	(2019) 11
3º ano anterior	(2018) 5
4º ano anterior	(2017) 2
5º ano anterior	(2016) 1
6º ano anterior ou mais antigo	(2013 a 2015) 8

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	(2022) 62
Ano anterior	(2021) 248
2º ano anterior	(2020) 20
3º ano anterior	(2019) 7
4º ano anterior	(2018) 6
5º ano anterior	(2017) 1
6º ano anterior	(2016) 1
7º ano anterior ou mais antigo	(2013 a 2015) 4

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator para o acórdão	1
Total como redator	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.241
Total de Processos julgados	3.655
Total de Processos baixados	3.225
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-414
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	16

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	47
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.178
Processos julgados no ano anterior	3.462
Processos distribuídos no ano corrente	369
Processos julgados no ano corrente	490

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.131
Pendentes em 31/12/2021	140
Porcentagem de atendimento da meta	95,17%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Percentual de atendimento da meta: 119,16%	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.952
Pendentes no último dia do mês anterior	87
Porcentagem de atendimento da meta	97,04%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.089
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	117,43%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	31
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	22
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	47,42
Taxa de congestionamento em 2021	43,67
Taxa de congestionamento em 2022	35,23

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	44

Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	146,10%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Item 5.10 - "Dados indisponíveis em face de ataque cibernético".

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Sempre foi prioridade do gabinete o atendimento às Metas do judiciário. No caso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, dentro da competência da 2ª Seção, a unidade prioriza os autos que versam sobre questões de saúde e matéria ambiental. Na esfera administrativa a unidade também observa medidas de cuidado com o meio ambiente como a separação do lixo e redução drástica da impressão de documentos em papel.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Os dados do item 5.15 indisponíveis em face de ataque cibernético
3429 - Alteração de local especialmente protegido	

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

A transformação digital no tribunal que já acontecia gradativamente, com a inclusão do Processo Judicial Eletrônico (PJe), com a digitalização dos processos físicos, com o SEI sistemas criados para acompanhamento dos expedientes administrativos, foi intensificado com a pandemia, como a utilização da videoconferência para a realização de atendimento aos advogados, realização de sessões de julgamento, reuniões, cursos, etc.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	0
Pendentes no mês anterior:	0
Percentual de cumprimento da meta:	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

A recomendação feita na última inspeção foi no sentido de que o Gabinete Johnson di Salvo mantivesse o método de trabalho que vem empregando.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Recomendação mencionada acima sendo observada.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O método de trabalho está sendo mantido conforme recomendação.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A atribuição a cada servidor por matérias específicas para a confecção de minutas e sugestões de despachos, votos e decisões monocráticas é uma prática antiga e bem-sucedida nesta unidade judiciária. A priorização por decisões monocráticas, uma vez que o Desembargador interpreta com largueza o art. 932 do CPC à luz dos princípios de celeridade e razoável duração do processo, o que resulta agilidade, sem prejuízo das partes, que têm o recurso de agravo interno. O bom relacionamento da equipe e desta com o Desembargador é fundamental para que todos trabalhem satisfeitos, mantenham boa produtividade, com o compromisso de todos com a prestação do serviço público.

8.2 Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Wilma Ap. Nascimento do Carmo

8.3 Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os processos são triados pela Assessoria do Desembargador (chefe de gabinete e assessor) assim que chegam ao gabinete. Os feitos que abordam temas inéditos e tutela urgentes são encaminhados ao Desembargador, os demais sendo etiquetados com o nome do servidor para a elaboração de minutas de decisão monocrática e relatório/voto, conforme os modelos confeccionados pelo Desembargador, bem como eventuais recursos decorrentes daqueles atos, tudo isso conforme a matéria e também

conforme o acervo, sempre observadas as prioridades e urgências. São 16 servidores em atividades-fim.

8.4 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, a unidade no momento conta com 16 servidores, sendo que há 12 servidores em teletrabalho total ou parcial e 4 presenciais.

8.5 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No gabinete são realizadas as duas formas de teletrabalho, integral e parcial. Independente da modalidade escolhida, todos trabalham pelo menos um mês durante o ano na forma presencial. Além disso aqueles que realizam teletrabalho parcial, trabalham presencialmente no gabinete uma, duas ou até três vezes na semana.

8.6 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são estabelecidas conforme as matérias atribuídas a cada servidor e também conforme o tipo de ação ou recurso. No entender do Desembargador, a especialização ou setorização dos funcionários conforme a natureza da lide e a matéria é forma de aumentar a celeridade, com intuito de facilitar o alcance das metas.

8.7 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Semanalmente os servidores fornecem um relatório estatístico à chefia/assessoria e no caso de não alcance das metas, são verificados os motivos para que o problema seja sanado e não prejudique a equipe. Há pleno espaço para diálogo e esclarecimento de dúvidas (inclusive com o Desembargador, que se mantém em contato franco e direto com todos os funcionários).

8.8 Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Todos os processos desta relatoria foram digitalizados. Os feitos físicos que estão chegando são recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação. Assim que chegam, são triados e distribuídos aos servidores que estão trabalhando presencialmente no gabinete.

8.9 Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Como os processos estão todos digitalizados ficam separados dentro de cada pasta específica do PJe de acordo com a fase em que se encontram. Dentro de cada pasta todos os processos ficam etiquetados com nomes dos servidores e com os dados já analisados conforme a triagem inicial, por exemplo: AMS, EXECUÇÃO FISCAL, EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ETC). Os processos sobrestados foram digitalizados e ficam em

Subsecretaria, sendo que os autos físicos estão no gabinete e estão sendo encaminhados ao juízo de origem conforme cronograma estabelecido pelo Tribunal.

8.10 Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O gabinete tem o controle de todos os processos que se encontram na unidade como: prioridades legais, embargos de declaração, urgências, agravos internos, retirados de pauta, etc. Tudo é etiquetado e em alguns casos ficam também em pastas específicas, e são acompanhados diariamente pela assessoria. Os processos que estão em movimentação fora do gabinete são controlados pela Subsecretaria, como: remessa ao MPF, em outro gabinete para lavrar acórdão, etc.

8.11 Há metas individuais e/ou coletivas?

São estabelecidas metas individuais, principalmente conforme a matéria e ação/recurso e também conforme o acervo recebido da distribuição, sendo que a unidade visa sempre o bom andamento do trabalho em equipe para melhor atendimento ao jurisdicionado.

8.12 Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há políticas de recompensas, todos se empenham para o cumprimento das metas estabelecidas, para que o objetivo comum seja alcançado. A equipe é muito coesa e motivada, além de trabalhar há muitos anos com o Desembargador, estabelecendo uma relação de confiança recíproca. Apenas, como forma de reconhecimento aos servidores que apresentam maior produtividade, são destinadas as substituições nos períodos de férias de chefia e assessoria, visando sempre dar continuidade ao bom funcionamento do gabinete.

8.13 Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Sempre foi prioridade do gabinete o atendimento das metas do CNJ, bem como o julgamento dos processos com prioridade legal, de forma que acompanha e impõe celeridade no andamento dos referidos feitos, sendo que os processos com prioridade legal são prontamente direcionados para verificação do uso de modelo já existente e sempre atualizado pelo Desembargador. Ainda, é realizado o acompanhamento desses feitos periodicamente por relatório emitido pelo sistema informatizado, com acompanhamento realizado mensalmente por relatório fornecido pelo setor de estatística deste Tribunal.

8.14 São utilizadas decisões terminativas?

O Desembargador interpreta com largueza o art. 932 do CPC à luz dos princípios da celeridade e razoável duração do processo, priorizando as decisões monocráticas.

8.15 Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O Desembargador elabora e sempre atualiza os modelos das matérias sob a jurisdição da Segunda Seção. Os servidores fazem as adaptações nas minutas conforme os processos em que estejam trabalhando. No caso de alguma especificidade ainda não tratada, podem fazer sugestões que serão enviadas para análise e aprovação pessoal do Desembargador, que, se não as aprovar, indica ou faz as alterações pertinentes e orienta o servidor diretamente.

8.16 De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Conforme o desenvolvimento dos trabalhos, há constante orientação do Desembargador aos servidores, além dos modelos que estão sempre sendo atualizados e divulgados para todos da equipe. Além disso, o setor de gestão do Tribunal, bem como a escola de magistrados, disponibilizam vários cursos de capacitação que são muito aproveitados pelos servidores.

8.17 Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes deste Tribunal envia e-mail referente aos temas sobrestados, após a triagem dos processos é proferida a decisão determinando o sobrestamento e os autos são enviados para a Subsecretaria da Turma onde ficam aguardando em pastas específicas. Os processos sobrestados, em sua grande maioria, são relativos aos expurgos inflacionários dos planos econômicos. No entanto, há também processos sobrestados por força do IRDR n.5-TRF3, SIRDR 71-STJ, Temas 769, 997, 1008, 1079 e 1093 do STJ.

8.18 Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, todos os processos em que a parte manifesta interesse na realização de acordo, bem como aqueles solicitados pelo setor de conciliação, são prontamente encaminhados.

8.19 O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

8.20 Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Com a implantação do Processo Judicial Eletrônico, o Desembargador tem acesso ao processo que será levado a julgamento por outra relatoria com antecedência, não se fazendo necessário o pedido de vista, uma vez que tem acesso direto ao inteiro teor dos autos antes da realização da sessão para elaboração dos seus votos.

8.21 De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

É realizado por meio de consulta ao Sistema de jurisprudência desta Corte e do CJF.

8.22 Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Os processos pautados geralmente são disponibilizados a todos os julgadores com antecedência, geralmente até na sexta-feira da semana anterior ao dia da sessão, que no caso da Sexta Turma é realizada às quintas-feiras.

8.23 Como são realizadas as sessões virtuais?

Por conta das restrições determinadas pela pandemia, são realizadas de forma presencial e eletrônica. Na forma presencial por videoconferência, pelas plataformas Microsoft Teams ou Cisco Meeting, com participação dos Magistrados que compõem o respectivo órgão julgador e advogados inscritos para realização de sustentação oral. Na forma eletrônica são realizadas pelo PJe, onde cada Desembargador lança seus votos pelo Sistema até o horário de fechamento da sessão. Ao advogado é dada a oportunidade de se manifestar em caso de oposição ao julgamento virtual, sendo o processo adiado ou retirado para que o julgamento se dê em sessão presencial.

8.24 A unidade possui plano de gestão?

Não. O gabinete adota práticas de gestão, como as descritas nos itens anteriores, que otimizam os resultados.

8.25 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O gabinete conta com um quadro de servidores qualificado e comprometido com a prestação jurisdicional de boa qualidade. Os recursos materiais são adequados à realização das tarefas que precisam ser atendidas.
b) gestão do trabalho	O acompanhamento diário dos processos recebidos na unidade e o canal de comunicação aberto entre toda a equipe e o Desembargador é fundamental para o bom andamento do trabalho. O Desembargador confere toda a produtividade da unidade diariamente.
c) resultados	A unidade está satisfeita com os resultados obtidos, boa produtividade com qualidade e diminuição do acervo.

8.26 Quais os objetivos a serem alcançados?

A efetiva prestação jurisdicional com celeridade e qualidade, com a consequente diminuição do acervo para que seja possível trabalhar com a distribuição do dia.

8.27 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A comunicação direta entre todos da equipe é fundamental para que se crie um ambiente em que os servidores se sintam valorizados e motivados, comprometendo-se assim com os alcance dos resultados.

8.28 Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A maior utilização de meios virtuais de comunicação, além de e-mails, também outras ferramentas tecnológicas, como por exemplo o Microsoft Teams utilizado para reuniões, cursos, atendimento dos advogados, realização de sessões, tornando plenamente possível que o trabalho seja realizado à distância, isso sem que haja perda da qualidade e produtividade.

8.29 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Todos os processos que estão conclusos no gabinete são acompanhados pela assessoria, além dos feitos que têm prioridade e urgências, os quais são acompanhados diariamente. É realizado periodicamente um levantamento dos processos que ainda estão sem minutas com cada servidor, observando-se as datas desde quando estão em determinada tarefa para que não fiquem sem movimentação sem necessidade, priorizando-se sempre os mais antigos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5014174-69.2021.4.03.0000	30/7/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com Agravo Interno pautado para 8/4/22.		
5009019-85.2021.4.03.0000	28/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 10/3/22. Em subsecretaria com prazo em curso.		
5018797-79.2021.4.03.0000	16/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 10/3/22. Em subsecretaria com prazo em curso.		
5024458-09.2020.4.03.6100	20/7/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retirado de pauta por oposição ao julgamento em sessão virtual. Será incluído na próxima pauta presencial.		
5001048-94.2017.4.03.6109	18/8/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com Agravos Internos julgados em 10/3/22. Em subsecretaria com prazo.		

5006977-42.2020.4.03.6000	30/7/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com Agravo Interno julgado em 24/3/22.		
5000286-36.2021.4.03.6110	15/10/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com Agravos Internos julgados em 10/3/22. Em subsecretaria com prazo.		
0044951-31.2006.4.03.6182	28/2/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com Embargos de Declaração pautado para 8/4/22.		
5022152-33.2021.4.03.6100	2/12/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria do Des. Fed. Paulo Domingues, não havendo providência a ser tomada por este gabinete.		
0064634-97.1992.4.03.6100	13/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria do Des. Fed. Mairan Maia onde não há providências a serem tomadas por este gabinete.		
5000493-21.2020.4.03.6126	17/12/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 8/4/22.		
5003916-76.2020.4.03.6000	29/6/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 10/3/22. Em subsecretaria com prazo em curso.		
5001683-76.2020.4.03.6107	8/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho de sobrestamento em 9/2/22 (tema 1093). Em subsecretaria aguardando decurso de prazo.		
5018739-17.2018.4.03.6100	22/4/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 10/2/22. Com petição de Recurso Especial e Extraordinário juntadas.		
5000470-29.2020.4.03.6109	25/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com Embargos de Declaração pautados para a sessão de 28/4/22.		
5017438-12.2020.4.03.6182	17/6/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com decisão monocrática proferida em 25/3/22. Em subsecretaria com prazo em curso.		
0002196-63.2014.4.03.6100	12/5/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo onde o Des. Fed. Johonsom di Salvo foi vencedor para acórdão. Com a oposição de ED, por falha do sistema, os autos foram enviados ao gabinete do relator. Efetuado chamado junto ao setor de informática em 22/3/22, até o momento sem resolução.		
0002533-21.2015.4.03.6002	4/5/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 28/4/22.		
0024105-11.2007.4.03.6100	17/11/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/4/22.		
0000486-91.2014.4.03.6137	23/11/2021	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Processo de relatoria do Des. Fed. Marcelo Saraiva, não tem relação com este gabinete.		
0000378-66.2011.4.03.6105	16/6/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 24/2/22, juntada de petição de Recurso Especial e Extraordinário.		
0000060-07.2002.4.03.6103	18/10/2005	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 5/4/22 - Retratação.		
0011508-39.2009.4.03.6100	5/11/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo com Embargos de Declaração julgados em 10/3/22, na subsecretaria com prazo.		

10. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 47 processos selecionados para aferição, todos eram eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, manter prioridade para inclusão em julgamento, se possível em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias) os feitos n. 5024458-09.2020.4.03.6100; n. 0000060-07.2002.4.03.6103; n. 0002196-63.2014.4.03.6100 e n. 5000037-43.2020.4.03.6103. Os quatro ainda não foram concluídos por motivos justificáveis, e não há atraso, de modo que apenas se dá o destaque, pois que foram selecionados para inspeção pela aparente demora.

Os demais processos listados no item 9, acima, encontram-se regularizados.

11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Johansom di Salvo, pela Chefe de Gabinete Wilma Ap. Nascimento do Carmo e pelo Assessor Maurílio Antônio Alves.

No que tange ao quadro de pessoal, a equipe é composta por 16 servidores, e todos atuam em atividade-fim. Há 2 vagas de agente de segurança disponíveis na unidade. As vagas em aberto, todavia, não afetam a produtividade da Unidade, já que referidos servidores não executam atividades processuais.

Durante a entrevista a Chefe de Gabinete informou que atualmente a equipe atua em trabalho remoto parcial, sendo que 4 servidores executam suas atividades exclusivamente de modo presencial.

É muito elogiável a distribuição de trabalho no Gabinete e a diligência do Desembargador; já nas Inspeções anteriores a produtividade comparativa do órgão sempre foi destacada, em relação aos de igual competência. A distribuição busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização de matérias. O controle dos processos é diário e individual, tendo em vista o diminuto acervo.

A Chefe de Gabinete pontuou que a equipe da Unidade trabalha em conjunto há muitos anos, está bem integrada entre si e com o Magistrado, que constantemente atualiza os modelos das minutas de voto e de decisão, compartilhando imediatamente com o Gabinete.

Atualmente quase todos os processos em tramitação na Unidade são eletrônicos, existindo 7 feitos físicos que retornaram da Vice-Presidência para juízo de retratação. Referidos autos, todavia, estão em fase de digitalização.

A Unidade destacou que as estatísticas revelam o decréscimo do acervo existente no Gabinete e o ganho de tempo obtido com o trabalho remoto dos servidores, especialmente com a redução de embargos de declaração conclusos, de recursos em ações de improbidade administrativa e de processos com requerimento de tutela provisória não apreciado.

A equipe informou que a Meta 2 não foi alcançada no ano de 2021 por pouco (95,17%), em razão dos feitos sobrestados por determinação dos Tribunais Superiores em matéria tributária.

No que se refere à Meta 1, a Chefe de Gabinete pontuou que, em média, a distribuição mensal no Gabinete é de 270 processos, ao passo que são julgados em tal período mais de 300 feitos.

O Gabinete destacou que o Desembargador prioriza o julgamento monocrático dos recursos, aplicando largamente o art. 932 do Código de Processo Civil, o que contribui para a celeridade da Unidade.

Por fim, foi sugerido, na entrevista, a necessidade de aperfeiçoamento das ferramentas de estatística do Tribunal, de modo que os números reflitam com maior precisão a realidade das Unidades.

12. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 554 em junho/2020 para 360 em março/2022). Considerado o período de doze meses, de março de 2021 a março de 2022, o número da conclusão decresceu de 1.267 feitos para 342.

Em comparação à Inspeção CJF/2020, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 127 para 84. Também houve redução do total de processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado (de 26 para 0). No mesmo sentido, decresceu o quantitativo de feitos com agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias (de 53 para 6).

Conforme dados da Estatística, o acervo do Gabinete diminuiu (subitem 4.2) e a Meta 2 não foi nominalmente atingida no ano anterior por pouco (95,17%, conforme

subitem 5.2 e observação do tópico anterior). Na prática e efetivamente, a meta foi cumprida, já que não pôde ser atingida diante da suspensão.

Destaca-se o excelente desempenho do Gabinete no atingimento das Metas 4 (“priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e improbidade administrativa”) e 6 (“priorizar o julgamento das ações coletivas”), nas quais foram alcançados os percentuais respectivos de 166,67% e 146,10%.

Percebe-se a manutenção da produtividade do Gabinete no período recente. E o Desembargador assinala que o reconhecimento pela inspeção é gratificante a todos e que o objetivo é que essa evolução apareça sempre no número de feitos do Gabinete em comparação aos demais.

O número de feitos conclusos no Gabinete, em 31/12/2021, era de 393, contra a média de 3.244 da Turma e de 4.620 dos Gabinetes de igual competência. A média do gabinete, portanto, merece destaque.

Os dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3 apontam que o tempo que o Gabinete leva entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 23 meses. Embora esse número já seja bem melhor que a média dos gabinetes de igual competência, o número real é melhor, já que parte substancial é afetada por temas com suspensões nacionais. Assim, o baixo acervo de processos conclusos é controlado pela equipe de maneira precisa, havendo inclusão em pauta dos feitos tão logo estejam prontos para julgamento (com a vinda de contrarrazões em Agravos de Instrumentos e parecer do MPF em Agravos e Apelos), além da ampla utilização, pelo Magistrado, de decisões monocráticas, nos termos do art. 932 do CPC.

Em suma, os dados indicam que o tempo médio apontado pelo Setor de Estatística para o primeiro julgamento sofre influência do quantitativo de feitos sobrestados no Gabinete por determinação dos Tribunais Superiores (1.689 em 28/2/2022, conforme subitem 4.2).

É elogiável a organização do Gabinete e, também, o comprometimento da equipe com o trabalho. Os dados constantes no item 4 demonstram o êxito do Gabinete na redução do acervo e no cumprimento das Metas do CNJ.

Por fim, não há recomendações da Inspeção CJF/2020.

13. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) manter a atenção para os feitos destacados no item 10 acima, não concluídos por motivos justificáveis; e

b) manter o bom método de trabalho e as boas práticas, que têm resultado em bom fluxo de julgamento, digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior

2.2 Turma

Membro do Órgão Especial, da 2ª Seção, da 6ª Turma do TRF da 3ª Região. O Desembargador ainda integra a Comissão de Informática, como membro titular, para o biênio 2022/2024.

2.3 Competência

Nos termos do artigo 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: I – material constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI – tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior, desde 7/3/2022.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Federal Mairan Maia assumiu a Presidência do TRF3 de 2/3/2020 a 1º/3/2022. Em 2/3/2022 assumiu o acervo do Gabinete n. 3081, da 8ª Turma, 3ª Seção, deste Tribunal, anteriormente ocupado pelo Desembargador Federal Luiz Stefanini. A partir de 7/3/2022, o Desembargador Federal Mairan Maia se removeu para o atual Gabinete (Gabinete n. 2061), anteriormente ocupado pela Desembargadora Federal aposentada Diva Malerbi.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Durante o período de 24/2/2020 a 6/1/2022, a Desembargadora Federal Diva Malerbi assumiu este Gabinete e o deixou em razão da aposentadoria. De 7/1/2022 a 6/3/2022, a Juíza Federal Convocada Giselle França respondeu pelo respectivo acervo.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Adriano Turri Carolino (RF 3562) - Chefe de Gabinete e Luciane Pires de Camargo (RF 2214) - Assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17 (13 servidores área-fim e 4 servidores área-meio, incluídos 2 agentes de segurança); 1 cargo de analista judiciário se encontra livre
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	Dentre os 17 efetivos: 2 requisitados e 1 removido

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	5.359
Processos suspensos/sobrestados	1.013
Processos conclusos	3.546
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	153
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.359
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.996
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.546
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.792
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.013
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.286

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não. A Desembargadora Federal Diva Malerbi respondeu pelo acervo do Gabinete, no período de 24/2/2020 até 6/1/2022. De 7/1/2022 a 6/3/2022, a Juíza Federal Convocada Giselle França respondeu pelo respectivo acervo, em virtude da aposentadoria da Desembargadora Federal. Em 7/3/2022, o

	Desembargador Federal Mairan Maia assumiu o acervo do Gabinete.
--	---

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	134
Mandados de segurança	8
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	59
Reclamações	1
Ações rescisórias	23
Outros	42

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.225
Recursos em mandados de segurança coletivos	22
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	36
Recursos em ações civis públicas	75
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	354
Outros	4.743

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.225
Apelações cíveis	3.390
Agravos de instrumento	1.537
Outros	298

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas Corpus	Não se aplica

Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas Corpus	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	4
Por IRDR	Nenhum
Por IAC	Nenhum
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Nenhum
Por Recurso Especial	1
Por Recurso Extraordinário	Nenhum

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	254
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	169
Agravos legais/regimentais	138
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	90
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Nenhum

Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Nenhum
---	--------

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	568
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	12

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	73
Ano anterior	1.159
2º ano anterior	539
3º ano anterior	282
4º ano anterior	103
5º ano anterior ou mais antigo	(2013 a 2015) 82+37+76= 195

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	195
Ano anterior	1.188
2º ano anterior	687
3º ano anterior	277
4º ano anterior	172
5º ano anterior	87
6º ano anterior ou mais antigo	(2013 a 2015) 63+37+67=167

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	(2022) 329
Ano anterior	(2021) 1.309
2º ano anterior	(2020) 755
3º ano anterior	(2019) 452
4º ano anterior	(2018) 200
5º ano anterior	(2017) 122
6º ano anterior	(2016) 62
7º ano anterior ou mais antigo	(2013 a 2015) 210+35+59=304

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	Nenhum
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	Nenhum

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	Nenhum (os 39 apontados na estatística no dia 28/2 já foram lavrados)
Total como relator para o acórdão	Nenhum

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.190
Total de Processos julgados	3.067
Total de Processos baixados	2.760
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	123
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	430

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Autoinspeção 2021 = 309
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Inspeção 2020 = 54
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.119
Processos julgados no ano anterior	2.966
Processos distribuídos no ano corrente	343
Processos julgados no ano corrente	302

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2021	1.026

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.766
Porcentagem de atendimento da meta	72,58%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados ao final do período de referência: 1.147.	
Pendentes em 31/12/2021: 123 (saldo de processos da Meta, distribuídos no período de referência e não julgados).	
Porcentagem de atendimento da meta: 105,90%	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.555
Pendentes no último dia do mês anterior	778
Porcentagem de atendimento da meta	75,56%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.156
Pendentes no último dia do mês anterior	166
Porcentagem de atendimento da meta	100,74%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	55
Pendentes em 31/12/2021	4
Porcentagem de atendimento da meta	150,94%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	38
Pendentes no último dia do mês anterior	9
Porcentagem de atendimento da meta	127,19%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de Congestionamento 2020	71,75
Taxa de Congestionamento 2021	69,85
Taxa de Congestionamento 2022	66,36

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	47
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica

Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O Gabinete tem como meta promover, sempre quando cabível, a conciliação em feitos cuja matéria verse sobre questões ambientais, notadamente naquelas mais complexas.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados indisponíveis, tendo em vista o ataque "hacker" sofrido pelo Tribunal em março de 2022.
--	---

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O acervo de processos, que tramitam neste Gabinete, se encontra quase que integralmente sob a forma eletrônica no sistema PJe. O Gabinete incentiva a comunicação com as partes dos processos por meio eletrônico (e-mail institucional) ou por plataforma digital.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. No item 11 do Relatório da Inspeção 2020, foi determinada a inclusão em pauta para julgamentos dos seguintes feitos: 00073841920104036119 e 5027233-32-2018-4-03.0000. No item 14 do Relatório, foram determinados (i) a priorização do atendimento das Metas 1 e 2, a fim de equilibrar com os índices alcançados nas Metas 4 e 6; e (ii) o incremento do julgamento de ações coletivas (Meta 6), distribuídas até 31/12/2016.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Item 11 do Relatório: 00073841920104036119 (incluído em pauta para julgamento dos recursos na sessão de 23/7/2020 com trânsito em julgado em 23/9/2020 e remetidos os autos ao Juízo de Origem em 9/11/2020) e 5027233-32-2018-4-03.0000 (incluído em pauta o agravo legal na sessão de 23/7/2020 com trânsito em julgado em 27/8/2020 e arquivado definitivamente em 27/8/2020). Item 14 do Relatório: Conforme constante do Relatório apresentado na Autoinspeção, realizada no ano de 2021: “[...] foram envidados esforços para o cumprimento das Metas 1 e 2, neste ano o Gabinete encontra-se com 91,15% de produtividade, bem como em relação a Meta 2 neste ano foram alcançados até agora 89,22% do cumprimento da meta para os processos distribuídos até 2016 e 102,45% para os processos distribuídos até 2017. c) Neste ano o percentual de cumprimento da Meta 6 é de 139,37% [...]”.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Por se tratar de acervo recentemente assumido, está sendo feito levantamento das pendências relativas às metas do CNJ, aos feitos em regime de preferência mais antigos, às das ações civis públicas, às ações de improbidade, às ações populares e às ações coletivas, para oportuno julgamento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Trata-se de acervo recentemente assumido, ainda em fase de organização. Nesse sentido, o Desembargador Federal Mairan Maia determinou a análise de sua situação e a identificação das principais pendências, notadamente, no que atine às Metas do CNJ e em relação às preferências legais e aos feitos mais antigos. Também foram priorizados os pedidos de tutelas de urgência pendentes. Determinou-se, ainda, o levantamento das ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares e ações coletivas, para que seja priorizado seu julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Desembargador Federal Mairan Maia foi removido para o acervo em análise recentemente. Neste início, os esforços estão concentrados na organização dos feitos; na verificação das pendências atinentes às preferências legais e aos feitos mais antigos; às tutelas de urgências pendentes de análise e, ainda, às Metas do CNJ. A equipe é composta, em sua maioria, por servidores que o acompanham há muito tempo, o que, sem dúvida, facilita traçar um bom plano de trabalho, considerando a cordialidade e o vínculo de confiança desenvolvidos ao longo dos anos. Como boas práticas, destacam-se o diálogo direto com o Desembargador e com os demais Gestores da Unidade, elemento facilitador na condução dos trabalhos; a especialização dos servidores no trato de determinadas matérias, o que auxilia no alcance de bons resultados; a racionalidade do trabalho e o efetivo engajamento e comprometimento da equipe.

8.2 Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luciane Pires de Camargo (RF 2214) - Assessora

8.3 Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Treze servidores, incluídos o Chefe de Gabinete e a Assessora, exercem a atividade-fim. A distribuição das atividades entre os servidores da área-fim se dá por especialização da matéria a ser trabalhada, combinada com a classe processual e o órgão julgador. No setor de agravos de instrumento, contudo, não há divisão por matéria e a divisão das tarefas se dá por meio do final do número de registro do recurso. Em atividade-meio, há quatro servidores (dois agentes de segurança e dois servidores que auxiliam na parte administrativa do Gabinete).

8.4 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, todos os servidores permanecem em teletrabalho extraordinário, nos termos da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 28/2022. As atividades retornarão à forma presencial ordinária, a partir de 4/4/22. Até lá, será mantido o trabalho presencial, observada escala de revezamento. A partir de 4/4/22, nove servidores aderirão ao trabalho não presencial parcial, nos termos da Resolução 370/2020 deste Tribunal, e oito servidores, incluídos os agentes de segurança, exercerão o trabalho presencial todos os dias.

8.5 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente, o teletrabalho extraordinário é parcial. O comparecimento ao presencial é estabelecido por escala de revezamento.

8.6 Qual critério para fixação das cotas?

O critério norteador é o grau de dificuldade da matéria e o grau de experiência do servidor na elaboração de minutas de decisões e de votos. As metas individuais estabelecidas variam, notadamente, de acordo com a complexidade da matéria.

8.7 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

É realizado controle da produtividade de modo a aferir o desempenho individual e coletivo. Para facilitar esse controle, cada servidor elabora relatório semanal de suas tarefas. Com isso, é possível analisar as atividades desempenhadas e as eventuais dificuldades enfrentadas. A partir desses apontamentos, é possível identificar o não cumprimento das cotas e seu motivo. A ideia é que, com esse monitoramento, seja possível a readequação das cotas (para mais ou para menos) e orientar o servidor nas eventuais dificuldades apresentadas. A partir desse acompanhamento, é possível repassar as orientações necessárias para melhorar o desempenho da equipe. De acordo com a necessidade, é feita a redistribuição das atividades, oportunizando melhor adaptação do servidor que tenha apresentado alguma dificuldade.

8.8 Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O processo de virtualização dos feitos físicos avançou muito no âmbito desta 3ª Região. Contudo, alguns feitos, por motivos diversos, não foram digitalizados e inseridos no PJe. No acervo assumido, há processos físicos, os quais, segundo informações fornecidas pela gestão anterior, teriam sido integralmente virtualizados. Nesse sentido, foi necessário adotar o seguinte procedimento: a) verificar no sistema PJe se realmente foram virtualizados; b) identificar em que situação processual se encontram; c) identificar os feitos sobrestados e fazer sua separação; d) separar os feitos que possam ser devolvidos ao Juízo de Origem. Essa triagem tem sido feita pelos servidores que integram a equipe de apoio administrativo ao Gabinete. Incumbe a eles, também, receber processos físicos da Vice-Presidência deste Tribunal, para o exercício de juízo de retratação. Referidos feitos são identificados no sistema e armazenados em armários para oportuna análise, após sua virtualização.

8.9 Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O PJe possibilita inserir, nos feitos eletrônicos, etiquetas/lembretes para identificação dos feitos por matéria; do servidor responsável por preparar minuta no processo; dos feitos inseridos nas Metas do CNJ, etc. As etiquetas possibilitam a identificação dos processos, auxiliam na localização e movimentação de autos, o que pode ser feito inclusive em lote. Dentro do sistema, os feitos ficam organizados como se estivessem em pastas, de modo a ser possível identificar os que foram recebidos da Secretaria

processante, os que se encontram no Gabinete para triagem, os que se encontram aguardando elaboração de minuta despacho/decisão, os que estão aptos para julgamento, os que são incluídos em pauta, os que tiveram oposição de embargos de declaração, os que foram retirados ou adiados de sessão de julgamento e os que estão disponíveis para elaboração de voto-vista. Os processos físicos remanescentes, digitalizados para conferência e aqueles que não foram digitalizados e recebidos de outros setores, ficam em armários e sua localização é feito pelo sistema SIAPRO.

8.10 Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito por meio das ferramentas que o sistema PJe disponibiliza, a exemplo do que foi explicitado no item 13 do presente Relatório. Especificamente sobre as Metas do CNJ, a Divisão de Estatística deste Tribunal disponibilizou painel por meio do qual é possível gerenciar e acompanhar as metas pelas unidades.

8.11 Há metas individuais e/ou coletivas?

Conforme esclarecido no item 8.6 do presente relatório, são estabelecidas metas individuais de acordo com a complexidade da matéria. Nessa fase atual de organização do acervo assumido, ainda não foram fixadas metas coletivas, o que poderá ser adotado, assim que o acervo esteja perfeitamente organizado e o trabalho não presencial tenha se firmado.

8.12 Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Ainda que não haja efetiva política de recompensas, é importante destacar que a equipe é composta, em sua maioria, por servidores que trabalham com o Desembargador Federal Mairan Maia há muito tempo. Há elevado e recíproco grau de respeito e cordialidade, o que facilita a interação e a solução de questões individuais e coletivas.

8.13 Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

É adotada, como regra, a preferência no julgamento de feitos com prioridade legal e aqueles que estejam inseridos na Metas do CNJ. Nos feitos de natureza tributária, conquanto raros os casos com preferência por idade, os advogados são orientados a peticionar, solicitando o julgamento preferencial, juntando prova do interesse, caso não exista nos autos.

8.14 São utilizadas decisões terminativas?

Em atenção ao disposto no artigo 932, IV e V, do CPC, na hipótese de entendimento já sedimentado sobre o tema, notadamente, no âmbito das Cortes Superiores, as

decisões terminativas são adotadas em prol da celeridade do julgamento. O mesmo sucede no tocante a recursos inadmissíveis, a teor do inciso III do referido dispositivo.

8.15 Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Nos feitos virtualizados, por meio do sistema SIGMA, dentro do PJe, é possível criar banco de modelos de minutas de decisões e votos. Paralelamente, o Gabinete possui modelos adotados pela equipe e que ficam disponíveis para consulta.

8.16 De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação é identificada no dia a dia, por meio do contato dos gestores do Gabinete com os servidores. É estimulada e assegurada a participação dos servidores nos eventos de capacitação, disponibilizados por este Tribunal ou por outras entidades dentro da área de interesse (Direito), o que, sem dúvida, reverterá em benefício do próprio trabalho.

8.17 Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento dos feitos eletrônicos pode ser realizado pelo próprio sistema PJe, por meio das ferramentas por ele disponibilizadas, notadamente, as etiquetas e os lembretes, que podem ser inseridos nos processos. O sobrestamento decorre de decisão proferida pelas Cortes Superiores, envolvendo diversas matérias, merecendo destaque aquelas relativas a planos econômicos. Outras situações se relacionam à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR's) em tramitação na Corte Especial deste Tribunal ou sobrestamento determinado pelo próprio Relator.

8.18 Meta 3: há estímulo à conciliação?

Em atenção ao disposto na Lei 13.140/15, sempre que surge a possibilidade de composição entre as partes é efetivado o encaminhamento do respectivo processo ao Gabinete de Conciliação desta Corte.

8.19 O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

8.20 Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Como regra, os pedidos de vista são levados na sessão de julgamento seguinte. Nesse tocante, é oportuno destacar, os pedidos de vista na Unidade se limitam aos feitos de maior complexidade, considerando o acesso prévio ao inteiro teor dos autos e dos votos, nos feitos eletrônicos, dos demais Desembargadores Federais votantes, o que facilita não somente a prolação dos votos, como o lançamento de possíveis divergências, com antecedência.

8.21 De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

É possível a consulta de jurisprudência, disponibilizada no sítio eletrônico deste Tribunal. Aliado a isso, o acompanhamento das sessões de julgamento (Turma, Seção e Órgão Especial) possibilitam que o Gabinete crie um banco de paradigmas próprio de acordo com as matérias julgadas, bem assim que a equipe seja informada sobre eventual alteração de entendimento.

8.22 Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. O sistema PJe possibilita, com a antecedência necessária, o acesso prévio ao inteiro teor dos autos e dos votos, nos feitos eletrônicos, dos demais Desembargadores Federais votantes.

8.23 Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais das Turmas, Seções e Órgão Especial, no âmbito deste Tribunal, tem sido realizadas por videoconferência pela plataforma TEAMS.

8.24 A unidade possui plano de gestão?

Sim. Tratando-se de remoção recente ao presente acervo (7/3/2022), o Gabinete se encontra, atualmente, em fase de organização. Assim, além de serem apuradas eventuais pendências de inspeções anteriores, está sendo feito levantamento de tutelas de urgência, ainda não apreciadas, para que possam ser atendidas com a maior brevidade possível, sem prejuízo do atendimento das Metas do CNJ.

8.25.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente a Unidade se encontra com o quadro de servidores incompleto, remanescendo livre um cargo de analista judiciário. Também não dispõe de estagiários. O quadro de servidores, portanto, contempla 17 servidores (13 da área-fim e 4 da área-meio). Dois servidores da área-meio, além de auxiliarem em algumas questões administrativas do Gabinete, contribuem com o controle da movimentação dos processos (físicos e eletrônicos) e com eventuais atendimentos (presenciais ou não) de partes, advogados ou servidores de outros Setores. Em relação aos servidores da área-fim, dois servidores nunca haviam exercido atividades de Gabinete, estando, portanto, em fase de adaptação às novas tarefas. Os demais servidores já integram a equipe há bastante
---	---

	<p>tempo. Quanto aos recursos materiais, disponíveis para o desempenho das atividades, se mostram satisfatórios e as ferramentas digitais disponíveis, notadamente, a plataforma TEAMS, auxiliam muito na comunicação, principalmente agora em que o trabalho não presencial se apresenta, efetivamente, como nova modalidade de trabalho.</p>
b) gestão do trabalho	<p>A Assessora do Gabinete é responsável pela gestão de pessoal, pelo gerenciamento administrativo e pela gestão de recursos materiais da unidade. Em relação ao trabalho com os processos, tanto a Assessora como o Chefe de Gabinete, conforme orientação do Desembargador Federal, fixam as quotas individuais e gerenciam seu cumprimento, bem como orientam os servidores em relação à elaboração de minutas, sem prejuízo da orientação direta do Desembargador Federal. Cabe ao Chefe de Gabinete o acompanhamento das sessões da Turma e da Seção e de todo o fluxo de julgamento. Em relação ao Órgão Especial, o servidor ocupante da função de Assessor II se responsabiliza por essas tarefas.</p>
c) resultados	<p>Almejam-se manutenção do controle e organização internos da Unidade, a proximidade entre servidores e gestores e a racionalização dos procedimentos/tarefas.</p>

8.25.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Em relação à gestão de processos: a) julgar com brevidade o maior número possível de processos vindos da distribuição, a fim de manter o controle do acervo; e b) priorizar o julgamento dos processos com preferência legal e abrangidos pelas Metas do CNJ. Em relação à gestão de pessoas: a) assegurar o cumprimento das metas pelos servidores.

8.25.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Em relação aos processos, racionalizar os procedimentos, adotando-se, nas hipóteses legalmente autorizadas, o julgamento monocrático (artigo 932 do CPC). Em relação aos servidores: a) manter a convivência harmônica e respeitosa entre os servidores e chefia; e b) garantir facilidade de comunicação, assegurando maior agilidade na resolução das questões.

8.26 Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A realização de seções de julgamento virtuais, o atendimento às partes e aos advogados, em sua maioria, por e-mail ou por meio de plataformas digitais, que auxiliam, inclusive, o Desembargador Federal nos atendimentos aos advogados, Procuradores e outras autoridades.

8.27 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Em relação aos feitos eletrônicos, o próprio sistema possibilita o seu controle. Ou seja, o controle da movimentação/fluxo dos processos é realizado automaticamente, conforme anotações lançadas pela unidade, de modo a auxiliar, por exemplo, na identificação de feitos sem decisão e daqueles que se encontram com agravo interno. Esse controle é realizado diária ou semanalmente, de acordo com a necessidade, dentro de cada tarefa existente.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001955-63.2017.4.03.0000	16/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5019806-18.2017.4.03.0000	17/10/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
5014064-75.2018.4.03.0000	21/6/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo apreciado - pendente agravo legal - Verificar situação do feito originário e, se for o caso, JULGAR o agravo legal em 60 dias.		
5006651-74.2019.4.03.0000	20/3/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5009009-12.2019.4.03.0000	11/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5029824-30.2019.4.03.0000	14/11/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tutela postulada deferida parcialmente - embargos de declaração pendentes - Verificar situação do feito originário e, se for o caso, JULGAR os embargos em 60 dias.		
5006597-79.2017.4.03.0000	17/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5009570-07.2017.4.03.0000	21/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5011754-33.2017.4.03.0000	13/7/2017	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Decidir em 30 dias		
5000691-36.2016.4.03.6114	31/10/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
5000606-71.2017.4.03.6128	29/1/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
5002813-43.2017.4.03.6128	14/3/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Decidir em 30 dias.		
5008067-47.2018.4.03.6100	8/5/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decidir em 30 dias.		
5001492-51.2017.4.03.6102	8/6/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decidir em 30 dias.		
0001941-64.2008.4.03.6117	15/10/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade		
0001788-49.2008.4.03.6111	29/12/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: (Gabinete da Conciliação) Planos Econômicos - sem providência a ser adotada por esta unidade.		
0005109-35.2007.4.03.6109	30/4/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade.		
0003921-46.2008.4.03.6117	1º/2/2010	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade.		
0004803-75.2008.4.03.6127	28/1/2010	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade.		
0000149-60.2008.4.03.6122	28/1/2010	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo virtualizado// Gabinete Conciliação Planos Econômicos - sem providência a ser adotada por esta Unidade.		
5022085-06.2019.4.03.0000	29/8/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Tutela postulada indeferida - aguardar interposição de eventual recurso e verificar situação do feito originário.		
5022509-48.2019.4.03.0000	2/9/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Observação/Providência: Tutela postulada indeferida - embargos de declaração pendentes - Verificar situação do feito originário e, se for o caso, Julgar os embargos em 60 dias.		
5029088-12.2019.4.03.0000	8/11/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção

Observação/Providência: Tutela postulada deferida - agravo legal pendente - Verificar situação do feito originário e, se for o caso, julgar o agravo legal em 60 dias.		
5016931-07.2019.4.03.0000	2/7/2019	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Tutela postulada indeferida - sem interposição de recurso - arquivamento determinado.		
5010553-98.2020.4.03.0000	5/5/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Conflito de Competência do Órgão Especial - Relatoria Desembargador Federal Carlos Muta - pautado para sessão de 30/3/22.		
5012913-11.2017.4.03.0000	25/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar embargos de declaração em 60 dias.		
5012903-64.2017.4.03.0000	25/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar embargos de declaração em 60 dias.		
5003408-59.2018.4.03.0000	26/2/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decidir em 30 dias.		
5002755-46.2017.4.03.6126	19/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
5018385-56.2018.4.03.0000	2/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar embargos de declaração em 60 dias.		
0003452-28.2011.4.03.6106	16/8/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
0003637-76.2004.4.03.6182	2/1/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0001264-52.2013.4.03.9999	1º/3/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
0006721-65.2013.4.03.9999	4/3/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0001113-54.2010.4.03.6002	4/3/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0015585-86.2012.4.03.6100	19/3/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0017082-25.2008.4.03.6182	15/4/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0005876-61.2011.4.03.6100	3/9/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0002049-08.2012.4.03.6100	25/9/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		

0055064-34.2012.4.03.6182	3/10/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0008699-44.2012.4.03.6109	28/10/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
0003461-15.2010.4.03.6109	20/2/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0017505-85.2009.4.03.6105	28/12/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0021396-71.2005.4.03.6100	4/8/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0005922-84.2010.4.03.6100	8/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade.		
5012296-50.2018.4.03.6100	28/5/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Exceção de suspeição - ação originária reintegração/manutenção de posse - analisar e decidir sobre competência da Segunda Seção para decidir o incidente - 30 dias		
5002481-93.2018.4.03.6111	8/3/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
5011869-87.2017.4.03.6100	28/3/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0015512-28.2013.4.03.6182	30/5/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
5004804-16.2018.4.03.6000	26/6/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decisão singular proferida julgando o recurso - com prazo para eventual recurso.		
0005770-94.2005.4.03.6105	7/4/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: com recursos excepcionais - Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores -Restauração de autos - acompanhar a restauração dos autos.		
0022688-67.2000.4.03.6100	16/3/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Restauração de autos - com recursos excepcionais - Acompanhar a restauração dos autos.		
0032811-80.2007.4.03.6100	1º/12/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: restauração de autos - com recursos excepcionais - acompanhar a restauração dos autos.		
5021471-98.2019.4.03.0000	22/8/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Tutela postulada indeferida - aguardar interposição de eventual recurso e verificar situação do feito originário.		
5001591-86.2020.4.03.0000	28/1/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decidir em 30 dias.		
5000310-95.2020.4.03.0000	10/1/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
5030839-34.2019.4.03.0000	27/11/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
5032960-35.2019.4.03.0000	18/12/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
5000180-08.2020.4.03.0000	8/1/2020	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: pedido de tutela antecipada - apreciado - embargos de declaração pendentes - julgar em 30 dias.		
5005099-40.2020.4.03.0000	3/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Tutela postulada indeferida - agravo legal pendente - Verificar situação do feito originário. Se for o caso, julgar o agravo legal, em 60 dias.		
0010236-95.2009.4.03.6104	22/2/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
5000241-63.2020.4.03.0000	9/1/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
5007517-48.2020.4.03.0000	2/4/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Decidir em 60 dias.		
5007325-18.2020.4.03.0000	1º/4/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de tutela apreciado - acompanhar eventual interposição de recurso e verificar situação do feito originário.		
5014321-32.2020.4.03.0000	1º/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tutela pendente. Verificar situação do feito originário e, se for, o caso, DECIDIR em 30 dias.		
5000646-65.2021.4.03.0000	19/2/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Verificar situação do feito originário. Se for o caso, decidir em 30 dias.		
5013041-89.2021.4.03.0000	9/6/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
5016668-04.2021.4.03.0000	23/7/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		
0000361-61.2011.4.03.6127	12/8/2011	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Sobrestado por Determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade.		
0003304-42.2010.4.03.6109	29/12/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação de Tribunais Superiores - sem providência a ser adotada, por ora, por esta Unidade.		
0022074-19.2011.4.03.9999	6/6/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
0011057-54.2009.4.03.9999	14/4/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
0023331-69.1993.4.03.6100	30/7/1999	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Proposta de acordo apresentada pela CEF - analisar o pedido e dar encaminhamento - 30 dias.		
0001807-31.2008.4.03.9999	16/1/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 60 dias.		
0007426-82.2016.4.03.0000	25/4/2016	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Julgar em 90 dias.		

10. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 74 processos selecionados para aferição, todos eram eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação a eles, recomenda-se:

a) Julgar em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5019806-18.2017.4.03.0000, 5014064-75.2018.4.03.0000, 5006651-74.2019.4.03.0000, 5009009-12.2019.4.03.0000, 5029824-30.2019.4.03.0000, 5000691-36.2016.4.03.6114, 5000606-71.2017.4.03.6128, 5002813-43.2017.4.03.6128, 5008067-47.2018.4.03.6100, 5001492-51.2017.4.03.6102, 5012913-11.2017.4.03.0000, 0003637-76.2004.4.03.6182, 0001264-52.2013.4.03.9999, 0006721-65.2013.4.03.9999, 0001113-54.2010.4.03.6002, 0017082-25.2008.4.03.6182, 0005876-61.2011.4.03.6100, 0002049-08.2012.4.03.6100, 0055064-34.2012.4.03.6182, 0008699-44.2012.4.03.6109, 0003461-15.2010.4.03.6109, 0021396-71.2005.4.03.6100, 5011869-87.2017.4.03.6100, 0015512-28.2013.4.03.6182, 5000310-95.2020.4.03.0000, 5030839-34.2019.4.03.0000, 5032960-35.2019.4.03.0000, 0010236-95.2009.4.03.6104, 5000241-63.2020.4.03.0000, 5007517-48.2020.4.03.0000, 0022074-19.2011.4.03.9999, 0011057-54.2009.4.03.9999 e 0001807-31.2008.4.03.9999.

b) Julgar em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias) os embargos de declaração opostos nos seguintes feitos: 5012903-64.2017.4.03.0000, 5018385-56.2018.4.03.0000 e 0003452-28.2011.4.03.6106.

c) Decidir em até 10 dias a tutela cautelar antecedente n. 5000646-65.2021.4.03.0000.

d) Priorizar o julgamento do processo n. 0064634-97.1992.4.03.6100 ante decisão prolatada pelo STJ em 25/10/2018, que anulou o acórdão do TRF3.

e) Dar baixa e arquivar os autos do processo n. 5022085-06.2019.4.03.0000, ante a ausência de interposição de recurso contra decisão prolatada em 17/10/2019. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no mandado de segurança n. 5009977-75.2019.4.03.6100.

f) Dar baixa e arquivar os autos do processo n. 5007325-18.2020.4.03.0000, ante a ausência de interposição de recurso contra decisão prolatada em 2/4/2020. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no feito principal n. 5009034-77.2018.4.03.6105.

g) Dar baixa e arquivar os autos do processo n. 5014321-32.2020.4.03.0000, ante a ausência de interposição de recurso contra decisão prolatada em 15/6/2020. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no feito principal n. 0002135-13.2011.4.03.6100.

h) Dar baixa e arquivar os autos do processo n. 5021471-98.2019.4.03.0000 ante a ausência de interposição de recurso contra decisão prolatada em 11/12/2019. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no feito principal n. 0002649-56.2017.4.03.6002.

i) Julgar em até 60 dias os embargos de declaração opostos nos autos do processo n. 5000180-08.2020.4.03.0000. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no mandado de segurança n. 5025688-23.2019.4.03.6100.

j) Julgar em até 60 dias os embargos de declaração opostos nos autos do processo n. 5022509-48.2019.4.03.0000. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no mandado de segurança n. 5030715- 21.2018.4.03.6100.

k) Julgar em até 60 dias o agravo regimental interposto nos autos do processo n. 5029088-12.2019.4.03.0000. Julgar em até 120 dias o recurso interposto no mandado de segurança n. 5006528-12.2019.4.03.6100.

l) Tendo em vista a petição juntada em 22/3/2022, regularizar a representação processual e, após, julgar em até 120 dias o recurso interposto nos autos do processo n. 0015585-86.2012.4.03.6100.

m) Intimar as partes acerca da digitalização do processo n. 0017505-85.2009.4.03.6105.

n) Tendo em vista se tratar de restauração de autos, adotar medidas para impulsionar os feitos: 0005770-94.2005.4.03.6105, 0022688-67.2000.4.03.6100 e 0032811-80.2007.4.03.6100.

o) Decidir em 10 dias pedido de concessão de efeito suspensivo formulado, em 28/1/2020, nos autos do processo n. 5001591-86.2020.4.03.0000.

p) Apreciar em até 30 dias os mandados de segurança originários n. 5013041-89.2021.4.03.0000 e 5016668-04.2021.4.03.0000, conclusos desde junho e julho de 2021, respectivamente.

11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Mairan Maia, pelo Chefe de Gabinete Adriano Turri Carolino e pela Assessora Luciane Pires de Camargo.

O Desembargador Federal Mairan Maia exerceu a Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região durante biênio iniciado em março de 2020 e terminado ao início de março de 2022.

Foi durante esse período, alheio à gestão do Desembargador Mairan, que a unidade sofreu com o crescimento de acervo. Em período bem anterior, a unidade inspecionada era da titularidade da Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, isto de 2002 a 2020, e depois apenas por um mês ficou a cargo do Desembargador Federal Carlos Muta (2/3/2020 a 23/4/2020). Crescimento mais acentuado do acervo ocorreu com a assunção do gabinete pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, de 24/4/2020 a 6/1/2022, quando ela se aposentou e foi sucedida pela Juíza Convocada Giselle França, de 7/1/2022 a 6/3/2022.

A assunção da atividade pelo Desembargador Mairan ocorreu em 7/3/2022, e logo em seguida o TRF3 sofreu o ataque *hacker*, de modo que por um mês a readaptação ainda ficou comprometida.

Na entrevista, o Gabinete relatou que não há e não houve dificuldade em adequar-se à matéria afeta à 2ª Seção desta Corte, já que o Desembargador Federal Mairan Maia, antes de assumir a Vice-Presidência, atuava em gabinete de igual competência, e isso de 1999 a 2016 (Gabinete 2063).

É elogiável o método de organização do Gabinete, diante do volumoso acervo pretérito. Após assumir o Gabinete, em março de 2022, a equipe tem se dedicado acima de tudo à retomada de ritmo veloz, com a análise da situação geral, além da conferência e acomodação de mais de 800 processos físicos que se encontram na própria unidade. Foram alocados dois servidores para analisar manualmente os feitos físicos, de modo a aferir se estão devidamente digitalizados, ou se apresentam falhas ou inconsistências, ou se há qualquer pendência na tramitação.

Em razão do ataque cibernético, a equipe ficou engessada por um mês, mas se dedicou a organizar o acervo de processos físicos e eletrônicos.

Relatou-se que serão priorizados os julgamentos dos feitos mais antigos e a análise dos pedidos de tutela provisória pendentes. Apontou-se que a Vice-Presidência tem

encaminhado muitos processos físicos para adequação dos julgados aos precedentes dos Tribunais Superiores.

O Gabinete destacou que não há resistência dos servidores quanto ao cumprimento do percentual previsto na Resolução PRES n. 514/2022 e que o Gabinete conta com, pelo menos, 7 servidores no regime presencial.

Dentre as dificuldades relacionadas, a equipe salienta que os dados estatísticos oficiais nem sempre correspondem à realidade, que a ferramenta de BI não oferece relatórios gerenciais precisos e que o controle ainda é feito de modo manual com tabelas feitas pelos próprios servidores para controle e administração do acervo.

12. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 2.899 em junho/2020 para 3.546 em março/2022). Considerado o período de doze meses de março de 2021 a março de 2022, o número da conclusão cresceu de 2.792 feitos para 3.546.

Em comparação à Inspeção CJF/2020, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 93 para 254. Por outro lado, houve redução do total de tutelas provisórias concedidas pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado (de 28 para 12). Da mesma forma, o número total de processos conclusos para voto-vista, há mais de 30 dias, diminuiu de 2 para 0.

Conforme dados da Estatística, o acervo do Gabinete aumentou (item 4.2.) e as Metas 1 e 2 não foram atingidas no ano anterior (itens 5.1 e 5.2).

Os dados referem-se ao período anterior à assunção do Desembargador Mairan e da sua equipe no Gabinete.

O prazo que o Gabinete leva entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 39 meses; maior do que os tempos médios na 6ª Turma (32 meses) e na 2ª Seção (34 meses).

O número de feitos conclusos no gabinete, no momento apurado durante a inspeção, era de 4.028, contra a média de 3.244 da Turma e de 4.620 dos gabinetes de igual competência. A média do gabinete, portanto, pode ser melhorada, e a aferição é que será, diante da diligência habitual do Desembargador e de sua equipe.

Com a recente assunção do Gabinete, não é possível aferir a evolução da produtividade da equipe, que reassumiu a atividade judicante em março de 2022 e os sistemas processuais ficaram paralisados em razão do ataque cibernético. Porém, são louváveis o histórico da equipe em funções anteriores e o comprometimento com a organização e planos para redução do acervo.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2020, a equipe informou que está sendo feito levantamento de pendências relativas às Metas do CNJ e será dado prioridade aos processos mais antigos.

13. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 10, acima;
- b) cumprir as metas do CNJ (não atingidas pelo gabinete anterior);
- c) procurar ritmo mais forte, dentro do possível, em relação à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos (problema gerado no período antecessor). O ritmo de julgamento deve procurar se aproximar das médias dos demais gabinetes de igual competência (listadas no item anterior);
- d) priorizar o julgamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias, bem como dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado; e
- e) manter o bom método de trabalho e as boas práticas da equipe.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade:

Gabinete do Desembargador Federal Souza Ribeiro

2.2 Turma

Sexta Turma, Segunda Seção

2.3 Competência

Art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3: "§ 2º À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção".

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Alberto de Souza Ribeiro

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luís Felipe Vicente Pires, assessor, RF 4123

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	Nenhum
Estagiários de nível superior	Nenhum
Outros	Nenhum

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	7.389
Processos suspensos/sobrestados	1.319
Processos conclusos	4.976
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	37
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Dado não disponibilizado

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.389
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.643
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.976
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.465
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.319
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.432

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é

indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não houve
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não houve
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não houve

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	123
Mandados de segurança	14
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	42
Reclamações	1
Ações rescisórias	22
Outros	43

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.265
Recursos em mandados de segurança coletivos	26
Recursos em ações populares	13
Recursos em ações de improbidade administrativa	54
Recursos em ações civis públicas	82
Recursos em ações de desapropriação	0

Recursos em ações com preferência legal	282
Outros	6.820

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.265
Apelações cíveis	5.174
Agravos de instrumento	1.910
Outros	181

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	740
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	616
Agravos legais/regimentais	143
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	135
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	512
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	20

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	156
Ano anterior	1.965
2º ano anterior	662
3º ano anterior	401
4º ano anterior	276
5º ano anterior ou mais antigo	1.384

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	249
Ano anterior	1.333
2º ano anterior	1.235
3º ano anterior	479

4º ano anterior	403
5º ano anterior	308
6º ano anterior ou mais antigo	1.451

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	257
Ano anterior	1.317
2º ano anterior	854
3º ano anterior	750
4º ano anterior	327
5º ano anterior	242
6º ano anterior	185
7º ano anterior ou mais antigo	1.028

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	0
Total como relator para o acórdão	4

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.121
Total de Processos julgados	4.218
Total de Processos baixados	3.689
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.097
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-568

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	101
Total de feitos verificados na inspeção anterior	58
Total de feitos não regularizados	41

Total de feitos não regularizados	7
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.041
Processos julgados no ano anterior	4.309
Processos distribuídos no ano corrente	347
Processos julgados no ano corrente	464

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.420
Pendentes em 31/12/2021	1.374
Porcentagem de atendimento da meta	77,27%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

- Pendentes em 31/12/2017: 1.272 / - Pendentes em 31/12/2021: 249 / - Porcentagem de atendimento da meta: 98,92%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.563
Pendentes no último dia do mês anterior	1.450
Porcentagem de atendimento da meta	73,40%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.209
Pendentes no último dia do mês anterior	267
Porcentagem de atendimento da meta	91,67%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	40
Pendentes em 31/12/2021	4
Porcentagem de atendimento da meta	150,00%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	36
Pendentes no último dia do mês anterior	16
Porcentagem de atendimento da meta	92,59%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	73,37
Taxa de congestionamento em 2021	70,53
Taxa de congestionamento em 2022	64,49

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Item desconsiderado, tendo em vista que ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes em 31/12/2021	Item desconsiderado, tendo em vista que ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Item desconsiderado, tendo em vista que ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Item desconsiderado, tendo em vista que ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	Item desconsiderado, tendo em vista que ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

Porcentagem de atendimento da meta	Item desconsiderado, tendo em vista que ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
------------------------------------	--

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	1
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
Não se aplica ao gabinete	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Dado não disponibilizado

3429 - Alteração de local especialmente protegido	Dado não disponibilizado
3619 - Crimes contra a Fauna	Dado não disponibilizado
3621 - Da Poluição	Dado não disponibilizado
3622 - Agrotóxicos	Dado não disponibilizado
3623 - Atividades Nucleares	Dado não disponibilizado
3624 - Caça	Dado não disponibilizado
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Dado não disponibilizado
3627 - Pesca	Dado não disponibilizado
3651 - Crimes Agrários	Dado não disponibilizado
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Dado não disponibilizado
9583 - Arrendamento Rural	Dado não disponibilizado
10016 - Inspecção Fitossanitária	Dado não disponibilizado
10018 - Inspecção Sanitária de Origem Animal	Dado não disponibilizado
10085 - Água e/ou Esgoto	Dado não disponibilizado
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Dado não disponibilizado
10091 - Terreno de Marinha	Dado não disponibilizado
10094 - Terras Indígenas	Dado não disponibilizado
10095 - Águas Públicas	Dado não disponibilizado
10102 - Terras Indígenas	Dado não disponibilizado
10103 - Terreno Aldeado	Dado não disponibilizado
10104 - Restituição de área - FUNAI	Dado não disponibilizado
10105 - Demarcação	Dado não disponibilizado
10106 - Recursos Minerais	Dado não disponibilizado
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Dado não disponibilizado
10110 - Meio Ambiente	Dado não disponibilizado
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Dado não disponibilizado
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Dado não disponibilizado
10113 - Flora	Dado não disponibilizado
10114 - Fauna	Dado não disponibilizado
10115 - Transgênicos	Dado não disponibilizado
10116 - Agrotóxicos	Dado não disponibilizado
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Dado não disponibilizado
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Dado não disponibilizado

10396 - Ambiental	Dado não disponibilizado
10397 - Sanitárias	Dado não disponibilizado
10438 - Dano Ambiental	Dado não disponibilizado
10986 - Crime contra a administração ambiental	Dado não disponibilizado
11822 - Mineração	Dado não disponibilizado
11823 - Reserva legal	Dado não disponibilizado
11824 - Recursos Hídricos	Dado não disponibilizado
11825 - Poluição	Dado não disponibilizado
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Dado não disponibilizado
11827 - Zona Costeira	Dado não disponibilizado
11828 - Área de Preservação Permanente	Dado não disponibilizado
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Dado não disponibilizado
11830 - Patrimônio Cultural	Dado não disponibilizado
11836 - Parcelamento do Solo	Dado não disponibilizado
11841 - Política Agrícola	Dado não disponibilizado
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Dado não disponibilizado
11862 - Saneamento	Dado não disponibilizado
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Dado não disponibilizado
9994 - Indenização por dano ambiental	Dado não disponibilizado
3424 - Usurpação de águas	Dado não disponibilizado

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Não se aplica ao gabinete

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se inserem na competência da Segunda Seção casos de sequestro internacional de crianças
Pendentes no mês anterior:	Não se inserem na competência da Segunda Seção casos de sequestro internacional de crianças
Percentual de cumprimento da meta:	Não se inserem na competência da Segunda Seção casos de sequestro internacional de crianças

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Conforme consta das páginas 552/553, itens 13 e 14, do Relatório da Inspeção 2020, verificou-se o elevado número de tutelas provisórias, que demandaria prioridade na apreciação, bem como foi indicado o cumprimento das recomendações constantes do item 11, relativo aos feitos que foram inspecionados, e a ampliação do julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) para aprimoramento da unidade.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O Desembargador assumiu o acervo do gabinete, na data de 28/10/2019, com significativo número de feitos e fazendo-se necessária a digitalização de todos os processos físicos. Inicialmente, tendo direcionado o esforço conjunto da equipe para a organização dos processos e a conclusão da digitalização, com a metodologia de trabalho empregada (planejamento, cooperação e monitoramento dos resultados), tem promovido a redução do acervo e o atendimento das recomendações da Inspeção, observando-se, com isso, sensível declínio das tutelas provisórias não apreciadas e, dos processos listados no item 11, do Relatório, foram julgados 17 dos indicados na alínea "a"; julgados os processos listados na alínea "b"; como também foi julgado o único feito constante da alínea "c".

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O cumprimento da Meta 2 foi prejudicado. Primeiro, por serem os processos mais antigos, pela necessidade de digitalização dos feitos. Depois, pela ausência do trabalho presencial, em razão da pandemia, que gerou atraso na continuidade do trabalho de conferência e inserção das peças no sistema PJe. Buscando reproduzir o bom resultado já obtido nos trabalhos que foram, prioritariamente, desenvolvidos frente ao acervo, com a mesma metodologia, ações são coordenadas junto à equipe para a mais ampla redução dos processos mais antigos.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

No início da atuação do desembargador, na unidade, foi evidenciado o descumprimento da Meta 1. A unidade teve também problemas com as Metas 2, 5 e 12. As demais metas se encontravam em dia. Diante disso, o gabinete concentrou esforços para o cumprimento da Meta 1, com vistas a manter o controle da evolução do acervo, e da Meta 5, relativa à elaboração das minutas de embargos de declaração/agravos internos, as quais foram inseridas nas tarefas diárias dos servidores, com o respectivo

monitoramento da produtividade. Atingidos satisfatoriamente estes objetivos traçados, a unidade direcionará o planejamento do trabalho para o cumprimento das demais metas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Desembargador Federal Souza Ribeiro passou a atuar na Sexta Turma, Segunda Seção, no final de 2019, deparando-se com significativo número de feitos e com todos os processos físicos não digitalizados, tendo, a partir de março/2020, com a pandemia, encontrado uma maior dificuldade para melhor executar as ações pretendidas em face dos feitos do Gabinete. Nada obstante as adversidades, com a metodologia de trabalho e o estímulo ao esforço da equipe, organizou o acervo, encaminhou os processos à digitalização e procedeu a sua conferência. A unidade ainda mantém a prática mensal de analisar os relatórios disponibilizados pelo Setor de Estatística do Tribunal, além de utilizar planilhas internas de controle de produtividade, com vistas ao atendimento das metas do CNJ e à redução do acervo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luís Felipe Vicente Pires e Andrea Floriano Tacksian

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A unidade possui um servidor para o exercício de funções administrativas, o qual efetua o levantamento dos dados relativos aos processos e controla, através de planilhas, a produtividade dos servidores. A assessora II separa os processos de acordo com o trabalho a ser executado (despacho/minuta/voto) e os distribui em pastas próprias organizadas pelo sistema PJe, conforme classes cadastradas da matéria a ser julgada. Os demais servidores, com exceção dos agentes de segurança, que não trabalham com processos, trabalham na atividade-fim, elaborando minutas de votos, existindo, dentre eles, um grupo de 5 servidores que atuam também em sede de tutelas de urgência. No mais, não é adotada a especialidade como forma de trabalho. O assessor e a chefe de gabinete auxiliam o Desembargador Federal nas sessões de julgamento, na revisão e na confecção de minutas atinentes aos processos, bem como nas reuniões periódicas com toda a equipe, com vistas à avaliação dos trabalhos desenvolvidos.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Hoje, tendo em vista a atual regulamentação do teletrabalho no TRF3, 80% da equipe está em regime de trabalho remoto.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é parcial, de modo que todos os servidores devem comparecer, uma vez por semana, ao trabalho presencial, bem como, uma vez por mês, a uma reunião geral da equipe para feedback e coordenação geral dos trabalhos pela chefia.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas de trabalho são fixadas, tendo em vista o planejamento anual de redução de acervo que é traçado, todos os anos, junto ao Desembargador. A partir desse índice, calcula-se uma meta mensal de redução e, com base nisso, determina-se a meta diária para cada servidor. Os servidores que estão em teletrabalho possuem uma cota maior, em obediência à regulamentação.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento da produtividade é diário. Ao final do mês, o cumprimento da meta por cada servidor é avaliado de maneira específica. Não atendida a cota mensal, tratando-se de uma frustração eventual, o servidor é convocado pela chefia para dialogar a respeito. São perquiridas possíveis dificuldades que possam ter provocado a baixa na produtividade e apresentadas propostas de ajustes para recuperação da produtividade. Via de regra, essa primeira conversa soluciona quase sempre o problema. Em caso de reiterada defasagem na produtividade, o servidor é chamado novamente para que a chefia aplique medidas mais incisivas de acompanhamento do trabalho, tais como, suspensão temporária do 'home office', fiscalização permanente de cada etapa de execução das tarefas, direcionamento de processos específicos para minutagem, entre outras. Em todas essas medidas, o Desembargador participa diretamente, tanto no processo decisório, quanto no acompanhamento.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O gabinete não conta mais com distribuição de processos físicos. Os antigos, outrossim, foram todos digitalizados.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Considerando que os processos físicos foram digitalizados, a separação e o controle destes são realizados pelo sistema PJe, havendo triagem diária de processos e redirecionamento para suas tarefas próprias, após devidamente identificados por matéria, com o uso de etiquetas disponíveis no sistema.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Dado que todo o acervo do gabinete é composto por processos eletrônicos, o controle de tais movimentações é feito pelo PJe.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, há tanto metas individuais quanto coletivas, que variam a cada ano, a depender do planejamento estratégico traçado junto ao Desembargador para redução e bom manejo do acervo.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Todos os servidores recebem uma bonificação quando a meta coletiva é cumprida. Se a meta coletiva não é cumprida, não há bonificação.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Há determinação da chefia para que os feitos com prioridade legal e os amoldados em metas do CNJ sejam atacados com prioridade pela equipe. Eventualmente, a depender da meta em que a equipe está concentrada, conforme estratégia traçada pelo Desembargador, é determinada uma restrição de triagem, para que os servidores se concentrem totalmente apenas nesses processos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. O Desembargador profere decisões monocráticas sempre que possível, conforme previsão do art. 932 do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são organizados pela aplicação respectiva do PJe. Eventualmente, modelos ou parágrafos avulsos são encaminhados diretamente aos servidores. Hoje, utiliza-se a plataforma Teams para essa finalidade.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Essa necessidade é identificada pela chefia e pelo próprio Desembargador quando da correção das minutas. Eventualmente, alguma defasagem de conhecimento se apresenta e o servidor é chamado para que dê feedback a respeito.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

A unidade tria um a um os feitos que são objeto de sobrestamento para fins de identificação e, conforme é noticiado o julgamento ou o levantamento dos temas suspensos, retorna com a tramitação dos processos. As matérias que se encontram sobrestadas são: TEMAS 1008, 946, 979, 1012, 981, 986, 1.037, 994, 1.041, 997, 1042, 1062, 1079 e 1093, todos do STJ. TEMAS 69, 179, 284, 285, 732, 736, 808, 810, 881, 885, 906, 899, 826, 939, 1016, 1035, 1075, 265 e 285, todos do STF.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

O estímulo à conciliação segue o plano estratégico do TRF3, embora de difícil aplicação, tendo em vista a competência de direito público da Segunda Seção.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não. Houve apenas a convocação de magistrados em substituição no período de gozo das férias legais pelo Desembargador.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O Desembargador leva o voto-vista na sessão seguinte àquela em que se pediu vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A jurisprudência da Corte é acompanhada, de um lado, por meio dos comunicados e informes do setor específico de controle de precedentes do TRF3. De outro, a chefia e os servidores que acompanham o Desembargador nas sessões (inclusive o Órgão Especial, que Sua Excelência integra) fazem um acompanhamento dos julgados que ali são proferidos. Tais entendimentos firmados são comunicados à equipe.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. O Desembargador sempre disponibiliza com antecedência os seus votos para os demais integrantes do órgão julgador.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas por meio da plataforma PJe. Os Desembargadores e seus respectivos assessores, bem como os servidores da Secretaria, ficam em permanente contato entre si durante todo o período da sessão. As divergências, acompanhamentos, ressalvas, etc., são todas lançadas pelo sistema.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. O Gabinete procura estabelecer uma gestão organizacional dos processos, inclusive, visando diminuir a taxa de congestionamento, e estabelece o planejamento mensal das metas estabelecidas pelo Desembargador, pelo CNJ e pelo CJF.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Quanto aos recursos humanos, atualmente, o quadro de servidores se encontra incompleto, pendendo de preenchimento uma vaga de analista judiciário. Os recursos materiais se
---	---

	mostram satisfatórios, tanto no âmbito do trabalho presencial, como no regime de trabalho remoto.
b) gestão do trabalho	O trabalho da unidade está sendo desenvolvido regularmente, buscando-se julgar todas as matérias e classes processuais e desenvolver um trabalho direcionado e coordenado à constante diminuição do acervo e ao atendimento das metas do CNJ e do CJF.
c) resultados	Com a gestão dos processos e servidores, de acordo com a estratégia implementada, têm sido reduzidos os processos pendentes de julgamento de agravo interno/embargos de declaração e se eliminou o problema do descumprimento da Meta 1. Ainda, o gabinete, que, em 31/12/2019, apresentou o percentual de 72,90% de cumprimento da Meta 2, em relação ao julgamento dos processos distribuídos na unidade até 31/12/2014, e de 85,97%, em relação ao critério que estabeleceu o julgamento de 85% dos processos distribuídos no ano de 2015, encerrou 2021, majorando para 77,27% o percentual de julgamento dos processos distribuídos até 31/12/2016 e para 98,92%, quanto à determinação de julgamento de 85% dos processos distribuídos no ano de 2017.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O principal objetivo de longo prazo é a eliminação completa do acervo acumulado de processos, assumido pelo Desembargador em 2019, que, desde então, está em constante redução. O Desembargador visa a, tão logo quanto possível, trabalhar somente com a distribuição, isto é, julgar os processos imediatamente, assim que subam conclusos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A principal ação a ser implementada é a persecução da eficiência no trabalho prestado, a fim de conciliar, de um lado, o maior aumento possível na produtividade, e de outro, a melhor qualidade possível na execução das tarefas. A estratégia do gabinete é procurar aumentar essa eficiência por meio da constante capacitação dos servidores, da criação de um ambiente favorável ao trabalho, da melhora no manejo pela equipe

das aplicações disponibilizadas pelo tribunal e da atuação sempre presente e direta da chefia no auxílio dos servidores para o exercício das tarefas atribuídas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Duas iniciativas se mostraram convenientes: em primeiro lugar, observou-se um aumento sensível na produtividade com o teletrabalho. A equipe se adaptou bem ao teletrabalho, pelo que não só a manutenção, como a expansão deste regime, parecem convenientes. Os servidores se adaptaram à nova realidade, bem como realizaram investimentos em suas residências, para atender à nova demanda, e o resultado foi positivo. Em segundo lugar, o uso de aplicações inovadoras como o Microsoft Teams, que também começou com a pandemia, foi muito positivo, sendo que a interação e o compartilhamento de informações de trabalho com os servidores se mostram mais eficientes. O uso dessa plataforma será mantido pelo gabinete mesmo depois da pandemia.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Ao longo do ano, tantas vezes quantas se mostrem conveniente (aproximadamente uma vez por mês), a chefia examina a lista de todos os processos conclusos no gabinete. Os integrantes da chefia conversam entre si e com o Desembargador, para pensar em possibilidades estratégicas de abordagem do acervo. Ademais, sempre que os Tribunais Superiores firmam entendimento vinculante a respeito de algum tema sobre o qual temos processos no gabinete, a lista é reexaminada para seleção dos processos respectivos para julgamento.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000302-21.2020.4.03.0000	10/1/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5014182-17.2019.4.03.0000	4/6/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5001422-73.2018.4.03.6110	21/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5014832-30.2020.4.03.0000	4/6/2020	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5014835-82.2020.4.03.0000	4/6/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5027455-29.2020.4.03.0000	5/10/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5027467-43.2020.4.03.0000	5/10/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5007972-18.2017.4.03.0000	1º/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5004721-89.2017.4.03.0000	24/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5007831-96.2017.4.03.0000	31/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Decisão negando provimento ao recurso em 3/5/2022. Meta 2 CNJ.		
5001073-92.2017.4.03.6114	7/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001605-02.2017.4.03.6103	20/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5025900-15.2017.4.03.6100	18/12/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5009959-21.2019.4.03.0000	23/4/2019	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0030023-21.2016.4.03.9999	19/9/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 180 (cento e oitenta) dias. Julgar em 120 (cento e vinte) dias. Meta 2 CNJ.		
0030285-43.2007.4.03.6100	18/6/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5019276-43.2019.4.03.0000	30/7/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de Instrumento julgado, prejudicado o Agravo Interno. Pendente Embargos de Declaração, ao qual será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 28/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular;		
5000395-29.2017.4.03.6130	3/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000672-06.2017.4.03.6143	13/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5015878-59.2017.4.03.0000	30/8/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 25/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5009985-19.2019.4.03.0000	23/4/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5013058-96.2019.4.03.0000	24/5/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5017156-27.2019.4.03.0000	5/7/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		

5026945-50.2019.4.03.0000	16/10/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0009496-72.2016.4.03.0000	13/7/2016	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: julgado o feito, pende apreciação de Agravo Interno, ao qual dar-se-á pronta e imediata análise para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0010155-23.2012.4.03.0000	3/10/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo vindo do STJ e concluso para análise há mais de 30 (trinta dias). Analisar e despachar em 30 (trinta) dias.		
0013581-37.2016.4.03.6100	21/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/4/2022. Processo adiado por indisponibilidade no sistema para a sessão do dia 12/5/2022. Meta 2 CNJ. Processo em dia.		
5025835-50.2018.4.03.0000	15/10/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de Declaração prejudicados, ante o processamento do recurso. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ. Pedido de desistência em 26/4/2022.		
5001773-13.2017.4.03.6100	29/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo despachado em 22/3/2022 para vista à União Federal. Com o retorno, será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000455-86.2017.4.03.6102	30/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Metas 2 e 6 CNJ. Embargos de declaração conclusos para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000230-69.2018.4.03.6122	1º/4/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Embargos de declaração conclusos para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000036-54.2018.4.03.6127	22/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Embargos de declaração conclusos para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5001304-92.2018.4.03.6144	25/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Embargos de declaração conclusos para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		

5003968-68.2017.4.03.6100	23/5/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Embargos de declaração conclusos para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0050247-24.2012.4.03.6182	9/6/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Decisão negando provimento ao recurso em abril de 2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
5000785-74.2017.4.03.6105	17/10/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001108-64.2017.4.03.6110	30/11/2017	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001334-84.2017.4.03.6105	18/12/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000685-04.2017.4.03.6111	23/1/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5004032-42.2017.4.03.6112	16/1/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000666-07.2017.4.03.6108	19/12/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5010632-18.2017.4.03.6100	6/3/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5001103-51.2017.4.03.6107	11/4/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000169-02.2018.4.03.6126	17/7/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária

Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5000164-60.2017.4.03.6143	30/5/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000449-06.2018.4.03.0000	7/12/2018	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5004491-76.2019.4.03.0000	26/2/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Despachado para regularização do feito. Após o cumprimento da diligência, será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em março de 2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5026648-43.2019.4.03.0000	14/10/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeação
Observação/Providência: Processo julgado prejudicado em data de 10/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0002866-95.2001.4.03.6120	3/5/2010	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0013318-98.1999.4.03.6100	7/8/2008	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0001074-93.2006.4.03.6100	28/1/2009	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0045361-25.1998.4.03.6100	23/10/2009	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 14/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Metas 2 e 6 CNJ.		
0004585-36.2005.4.03.6100	26/4/2010	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0008112-11.1996.4.03.6100	22/1/2008	1728-Apeação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0021563-83.2008.4.03.6100	15/10/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Despachado em 24/2/2022, cumprida a diligência, será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Despacho em 24/2/2022. Aguardando decurso de prazo. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0004352-64.2004.4.03.6103	28/9/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0003412-16.2006.4.03.6108	20/4/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0018764-43.2003.4.03.6100	13/8/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para julgamento na sessão de 24/3/2022. Retirado de pauta em 24/3/2022 por oposição ao julgamento virtual. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0009700-09.2003.4.03.6100	17/7/2008	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamentos do dia 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5032296-04.2019.4.03.0000	12/12/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0052559-21.1995.4.03.6100	27/2/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 14/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0074852-49.2003.4.03.6182	24/11/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: julgado em 14/3/2022. Embargos de declaração opostos em 23/3/2022. Ato ordinatório em 24/3/2022. Decurso de prazo em 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0018531-12.2004.4.03.6100	26/1/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Embargos de declaração opostos em 18/4/2022. Ato ordinatório em 26/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0002822-93.2002.4.03.6103	11/2/2008	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Embargos de declaração opostos em 26/4/2022. Ato ordinatório em 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0000583-22.2007.4.03.6110	6/8/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0531710-45.1997.4.03.6182	10/3/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 14/3/2022. Embargos de declaração opostos em 23/3/2022. Contrarrazões apresentadas em 13/4/2022. Conclusão em 29/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0001691-72.2005.4.03.6105	22/2/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5002097-62.2020.4.03.0000	4/2/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0009413-47.2007.4.03.9999	7/5/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo pendente de cumprimento de determinação judicial datada de 7/2/2022, após o que será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0036535-35.2007.4.03.9999	20/8/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0010871-30.2005.4.03.6100	11/12/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5026973-18.2019.4.03.0000	16/10/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Liminar apreciada. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0001045-36.2018.4.03.6128	7/2/2020	37-Embargos de Terceiro
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise do feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5011645-14.2020.4.03.0000	14/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5013849-31.2020.4.03.0000	28/5/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0034764-36.1994.4.03.6100	3/6/2013	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: o feito aguarda eventual juízo de retratação, nos termos do art. 1.030, II do CPC, ao qual dar-se-á pronta análise do feito para que o julgamento seja realizado. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5028637-84.2019.4.03.0000	4/11/2019	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0507590-40.1994.4.03.6182	25/4/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em data de 14/3/2022. Decurso de prazo em 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0000095-38.2001.4.03.6123	18/12/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: o feito aguarda eventual juízo de retratação, nos termos do art. 543, do CPC/73 ou art. 1.040, do NCP, ao qual dar-se-á pronta análise do feito para que o julgamento seja realizado. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
5003778-67.2020.4.03.0000	18/2/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Acórdão em 11/2/2022. Decurso de prazo em 29/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5020181-14.2020.4.03.0000	22/7/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgado prejudicado por perda de objeto em data de 23/2/2022. Decurso de prazo em 25/3/2022. Aguardando decurso de prazo da União. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0000796-47.2016.4.03.6131	5/3/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: julgado o feito, pende apreciação de Agravo Interno, ao qual dar-se-á pronta e imediata análise para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0019064-93.1989.4.03.6100	25/10/2007	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Pautado para julgamento na sessão de 24/3/2022. Acórdão em 25/3/2022. Embargos de declaração opostos em 26/4/2022. Ato ordinatório em 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000690-84.2021.4.03.0000	20/1/2021	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5008225-76.2020.4.03.6183	29/1/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000181-26.2020.4.03.6003	24/9/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 13/11/2020. Embargos de Declaração pendente de julgamento, ao qual será dada pronta e imediata análise para que o julgamento seja realizado com presteza. Embargos de Declaração conclusos para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5034075-57.2020.4.03.0000	23/12/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5028336-40.2019.4.03.0000	30/10/2019	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Decisão julgando o recurso em 24/3/2022. Agravo interno oposto em 26/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
5029052-33.2020.4.03.0000	22/10/2020	12375-Reclamação
Observação/Providência: Pedido liminar apreciado em 11/3/2021. Contestação apresentada em 3/5/2021. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 25/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0018494-87.2001.4.03.6100	26/2/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Reexame nos termos do art. 1040, II do CPC. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 14/7/2021. Digitalização do processo em 20/10/2021. Nova conclusão em 2/12/2021. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
0017360-35.1995.4.03.6100	19/6/1997	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Reexame nos termos do art. 473-C, par.7, II do CPC. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 16/3/2020. Digitalização do processo em 20/10/2021. Nova conclusão em 2/12/2021. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0674831-96.1991.4.03.6100	18/9/1998	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Reexame da controvérsia nos termos art. 1040, II do CPC. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 24/2/2021. Digitalização do processo em 20/10/2021. Nova conclusão em 2/12/2021. Petição apresentada em 10/1/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
0060984-37.1995.4.03.6100	1º/9/1997	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Reexame da controvérsia nos termos do art. 1.040, II do CPC. Será dada pronta e imediata análise ao feito para que o julgamento seja realizado com presteza. Conclusão em 25/6/2021. Digitalização do processo em 20/10/2021. Nova conclusão em 2/12/2021. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		

PROCESSOS REMANESCENTES DA INSPEÇÃO DE 2020

0006072-95.2011.4.03.0000	15/3/2011	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trânsito em julgado em 16/12/2020. Arquivado permanentemente em 16/12/2020. Processo em dia.		
0007791-13.2009.4.03.6102	16/12/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Digitalização em 9/12/2019. Despacho em 13/7/2020. Conclusão em 7/12/2020. Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0014641-31.2005.4.03.6100	26/2/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta em 24/2/2022. Pedido de vista em 24/3/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		
5000071-39.2016.4.03.6109	1º/6/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0025010-21.2004.4.03.6100	13/4/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Ato ordinatório em 20/4/2022, determinando a inclusão na pauta de julgamento de 12/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 CNJ.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 93 (noventa e três) processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos. Foram, ainda, acrescentados à inspeção, 5 (cinco) processos eletrônicos remanescentes da inspeção de 2020, conforme tabela acima.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5000302-21.2020.4.03.0000	5014182-17.2019.4.03.0000	5001422-73.2018.4.03.6110
5014832-30.2020.4.03.0000	5014835-82.2020.4.03.0000	5027455-29.2020.4.03.0000
5027467-43.2020.4.03.0000	5007972-18.2017.4.03.0000	5004721-89.2017.4.03.0000
5001073-92.2017.4.03.6114	5001605-02.2017.4.03.6103	5025900-15.2017.4.03.6100

5009959-21.2019.4.03.0000	0030285-43.2007.4.03.6100	5000395-29.2017.4.03.6130
5000672-06.2017.4.03.6143	5009985-19.2019.4.03.0000	5013058-96.2019.4.03.0000
5017156-27.2019.4.03.0000	5026945-50.2019.4.03.0000	0009496-72.2016.4.03.0000
5000785-74.2017.4.03.6105	5001108-64.2017.4.03.6110	5001334-84.2017.4.03.6105
5000685-04.2017.4.03.6111	5004032-42.2017.4.03.6112	5000666-07.2017.4.03.6108
5010632-18.2017.4.03.6100	5001103-51.2017.4.03.6107	5000169-02.2018.4.03.6126
5000164-60.2017.4.03.6143	0000449-06.2018.4.03.0000	0002866-95.2001.4.03.6120
0004585-36.2005.4.03.6100	0003412-16.2006.4.03.6108	5032296-04.2019.4.03.0000
0000583-22.2007.4.03.6110	5002097-62.2020.4.03.0000	0036535-35.2007.4.03.9999
0010871-30.2005.4.03.6100	5026973-18.2019.4.03.0000	0001045-36.2018.4.03.6128
5011645-14.2020.4.03.0000	5013849-31.2020.4.03.0000	0034764-36.1994.4.03.6100
5028637-84.2019.4.03.0000	0000095-38.2001.4.03.6123	0000796-47.2016.4.03.6131
5000690-84.2021.4.03.0000	5008225-76.2020.4.03.6183	5034075-57.2020.4.03.0000
0007791-13.2009.4.03.6102	5000071-39.2016.4.03.6109	

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0030023-21.2016.4.03.9999

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração, conclusos há mais de 45 dias):

5000230-69.2018.4.03.6122	5000036-54.2018.4.03.6127	5001304-92.2018.4.03.6144
5003968-68.2017.4.03.6100	0050247-24.2012.4.03.6182	5000181-26.2020.4.03.6003

d) Despachar em até 30 dias (processos conclusos para análise há mais de 30 dias):

0010155-23.2012.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Primeiramente, registra-se que, por ocasião das visitas ao gabinete do Desembargador Federal Sousa Ribeiro, realizadas nos dias 3/5/2022 (16h), com o magistrado, e 4/5/2022 (10h), com os servidores, a equipe da inspeção foi recebida com cordialidade pelos presentes, que se apresentaram solícitos na prestação das informações e dos esclarecimentos junto à unidade inspecionada, frisando-se a presteza da assessoria, nas pessoas de Andrea Floriano e Luis Felipe.

A par das respostas contidas no questionário da unidade e das verificações resultantes das entrevistas, constatou-se estarem os dados relatados congruentes à realidade do gabinete, mormente no tocante à gestão dos processos e dos recursos humanos.

Ressalte-se que o Desembargador Sousa Ribeiro passou a integrar a 2ª Seção - 6ª Turma, em outubro de 2019, trazendo consigo a sua equipe originária, com experiência em matéria cível, competência da Seção anterior. Após 5 (cinco) meses da nova gestão, sobrevieram as restrições atinentes a pandemia do Covid-19.

Como dificuldades iniciais à assunção do novo gabinete, foi apontado o significativo acervo recebido, inclusive de processos físicos, motivo pelo qual restou estabelecido, como objetivo principal da gestão, primeiramente, conhecer o acervo, adotando-se duas emergentes medidas: a) organização do acervo; b) digitalização dos processos físicos, para, posteriormente, recuperar a marcha processual. Por conseguinte, processos sobrestados foram reativados, para, logo após a digitalização, retornarem ao sobrestamento, ocasionando um aumento transitório do acervo, o que justificou ter havido perda da produtividade, no período inicial da migração à 6ª Turma. Ressaltou-se que, após adotadas as medidas citadas, o gabinete conta, hoje, com um acervo totalmente controlado e conhecido pela equipe, sendo frisado que o Desembargador possui afinidade com o direito público, matéria atinente à competência da 2ª Seção - 6ª Turma e se utiliza do mecanismo processual das decisões monocráticas.

Foi informada a adoção, também, como meta ordinária, o julgamento de 150 (cento e cinquenta) processos por mês, a mais do que a distribuição. Mesmo durante a pandemia, apontou-se a manutenção da produtividade a nível satisfatório, restando, atualmente, cerca de 5.000 (cinco mil) processos pendentes de julgamento.

Com relação à gestão de pessoas, foi evidenciado que, dos 17 (dezesete) servidores atualmente lotados no gabinete, 5 (cinco) deles, incluindo a chefe de gabinete, se dedicam às tutelas de urgência, sem prejuízo de auxílio em outras demandas ordinárias, bem como 1 (um) servidor atua exclusivamente na área administrativa. Registrou-se a existência de 1 (uma) vaga de analista judiciária a ser preenchida no gabinete. Atualmente, não tem estagiários. Sobre o ponto, ressaltaram a necessidade de contratação de estagiários, para colaborar com os trabalhos nos processos de menor complexidade, mas que configura grande parte do acervo, tais como, minutas em embargos de declaração e em agravos de instrumento.

Na análise processual dos feitos selecionados para a inspeção, verificou-se que as ocorrências mais numerosas, sem recomendação, são referentes aos processos que estão em dia, tendo, no entanto, atrasos em algumas fases. Ainda, depreendeu-se que, com relação aos processos que sofreram recomendações, os registros, em sua grande maioria, são no sentido de estarem conclusos por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Insta destacar que foram acrescidos na conferência por este Inspetor 5 (cinco) processos remanescentes da inspeção de 2020, estando, ainda, 2 (dois) deles com recomendações, conforme tabela acima transcrita.

Como boas práticas, listou-se que o gabinete tem a praxe de fazer constantes reuniões com os servidores, com a participação do Desembargador, para que sejam acompanhadas coletivamente a gestão dos processos/produtividade e a evolução da adaptação às novas matérias, bem assim, para propiciar a integração dos colaboradores, mormente quanto à logística da retomada dos trabalhos presenciais. Sobre o tema, destacou-se, com relevância positiva, a acessibilidade do Desembargador para o

saneamento de dúvidas dos servidores. Quanto ao trabalho remoto, foi informado que já era concedido para alguns servidores na modalidade em teletrabalho, razão pela qual o impacto na produção, gerado pela pandemia, não sofreu em maiores escalas. Foi, ainda, citado, como um fator relevante na boa gestão processual do gabinete, a possibilidade de os servidores trabalharem com as matérias com que têm mais afinidade, estando sempre disponíveis para o recebimento de processos de outras matérias, ainda que complexos e de grande repercussão.

No que concerne às dificuldades apontadas, foi reforçado que o gabinete ainda se encontra envidando todos os esforços para equalizar os feitos pertinentes à Meta 2 do CNJ, assim como em relação à taxa de congestionamento, expressa na Meta 5 do CNJ.

Foram estas as principais e relevantes constatações.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 5.713 (cinco mil, setecentos e treze) para 4.976 (quatro mil, novecentos e setenta e seis). Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constatase que, no início do 12º mês anterior, eram 7.643 (sete mil, seiscentos e quarenta e três) feitos, e no mês anterior à inspeção, eram 7.389 (sete mil, trezentos e oitenta e nove).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 298 (duzentos e noventa e oito), na última inspeção, para 740 (setecentos e quarenta), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução, em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 48 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Elaborar um plano de gestão que permita a análise dos processos conclusos e sem julgamento há mais tempo, além dos embargos de declaração mais antigos.
- c) Priorizar a inclusão em pauta de julgamento dos Processos ns 5000071-39.2016.4.03.6109 e 0007791-13.2009.4.03.6102, remanescentes da inspeção de 2020.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO DOMINGUES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Paulo Domingues

2.2 Turma

6ª Turma

2.3 Competência

2ª Seção - Direito público (art. 10, § 2º do Regimento Interno do TRF-3). Designado para compor o Órgão Especial pelo período de dois anos (do Ato n. 15/PRES TRF3, de 16 de agosto de 2020).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Domingues

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim, conforme Ato PRES n. 3377, de 27 de julho de 2021, foi removido da 7ª Turma (Gab 3074), 3ª Seção, para integrar a 6ª Turma (Gabinete 2063), 2ª Seção desta Corte, a partir do dia 10 de agosto de 2021. Acervo de competência previdenciária deixado na origem 11.756 feitos (dados de 31/7/2021, fonte painel BI) e acervo assumido no destino 6.665 feitos (dados de 31/7/2021, fonte painel BI).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Toru Yamamoto assumiu o acervo em 10/11/2020 e foi removido para a 7ª Turma em 2/8/2021 (Ato PRES n. 3367, de 19 de julho de 2021). Em razão das férias do Desembargador Paulo Domingues nos períodos de 18/10/2021 a 18/11/2021 e de 9/2/2022 a 11/3/2022, foi convocado para substituí-lo o Juiz Federal Otávio Port.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Eduardo Rabelo Custódio, RF 119, Técnico Judiciário, Assessor.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	Não há

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	6.372
Processos suspensos/sobrestados	1.434
Processos conclusos	3.984
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	218
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.372
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.623
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.984
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.896
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.434

Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.925
---	-------

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado em razão da resposta anterior.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado em razão da resposta anterior.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado em razão da resposta anterior.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Sim, em razão da remoção ocorrida a partir de 10/8/2021, mudamos da competência previdenciária (3ª Seção) para matérias de direito público (2ª Seção)
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Sim, acervo de competência previdenciária deixado na origem 11.756 feitos (dados de 31/7/2021, fonte painel Power BI) e acervo assumido no destino 6.665 feitos (dados de 31/7/2021, fonte painel Power BI).

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	127
Mandados de segurança	9
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	35

Reclamações	1
Ações rescisórias	27
Outros	55

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.245
Recursos em mandados de segurança coletivos	18
Recursos em ações populares	11
Recursos em ações de improbidade administrativa	88
Recursos em ações civis públicas	134
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	335
Outros	5.667

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.245
Apelações cíveis	4.046
Agravos de instrumento	1.784
Outros	415

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	02 (informação obtida dos feitos conclusos no sistema PJe. Inconsistência da informação no painel BI, constou como "em branco")
Ações penais	01 (proc. 0027391-17.2014.4.03.0000, competência Órgão Especial - dado obtido dos feitos conclusos no sistema PJe. Inconsistência da informação no painel BI, constou como "em branco")
Inquéritos	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Habeas Corpus	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Revisões criminais	01 (proc. n. 0000165-95.2018.4.03.0000, competência do Órgão Especial - dado informado conforme controle do gabinete, informação não constou no painel BI)

Outros	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
--------	--

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Apelações	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Recursos em Sentido Estrito	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Recursos em Habeas Corpus	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Recursos em Mandado de Segurança	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Embargos infringentes e de nulidade	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Outros	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Apelações	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Ações penais	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Inquéritos	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Habeas Corpus	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")
Outros	0 (informação obtida no painel BI, constou como "em branco")

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	2 (dado inconsistente no painel BI)
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

Por Recurso Especial	1 (AI 5028287-62.2020.4.03.0000 - autos nunca estiverem sobrestados e não há decisão a este respeito. Estão conclusos para julgamento de embargos de declaração interposto contra a decisão inicial).
Por Recurso Extraordinário	1 (AC 00103159620084036108 - autos ainda em suporte físico, encontravam-se no Gabinete da Conciliação desta Corte, foram baixados definitivamente ao juízo de origem em 21/3/2022).

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	528
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	465
Agravos legais/regimentais	56
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	48
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	273
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	251

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	16
Ano anterior	791
2º ano anterior	141
3º ano anterior	72
4º ano anterior	72
5º ano anterior ou mais antigo	52

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	299
Ano anterior	1.620
2º ano anterior	528

3º ano anterior	101
4º ano anterior	76
5º ano anterior	72
6º ano anterior ou mais antigo	59

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	398
Ano anterior	2.020
2º ano anterior	924
3º ano anterior	272
4º ano anterior	78
5º ano anterior	52
6º ano anterior	78
7º ano anterior ou mais antigo	37

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	01 Dado painel BI inconsistente (AC 00067306319994036104, autos em processamento no gabinete do Desembargador Souza Ribeiro, ainda pendentes de envio à conclusão para voto vista).
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	01 Dado painel BI inconsistente (AC 00067306319994036104, autos em processamento no gabinete do Desembargador Souza Ribeiro, ainda pendentes de envio à conclusão para voto vista).

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.313
Total de Processos julgados	2.212
Total de Processos baixados	2.134

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.101
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.179

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	92
Total de feitos verificados na inspeção anterior	52
Total de feitos não regularizados	1 (estamos priorizando para que o julgamento ocorra nos próximos meses)
Total de feitos não regularizados	20 (estamos priorizando estes remanescentes para que o julgamento ocorra nos próximos meses)

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	4.933 (3.205 distribuídos + 1.728 incluídos)
Processos julgados no ano anterior	3.375 (2.408 julgados + 174 distribuídos no ano e sobrestados e 793 excluídos)
Processos distribuídos no ano corrente	495 (384 distribuídos + 111 incluídos)
Processos julgados no ano corrente	386 (308 julgados + 1 distribuído e sobrestado + 77 excluídos)

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.045 (880 excluídos; 1.514 incluídos e 66 julgados em 2021 - informação extraída do painel BI)
Pendentes em 31/12/2021	797 saldo pendente em 31/12/21 (dado extraído do painel BI) e saldo de 232 processos em 31/12/2020 (dado extraído do painel BI).
Porcentagem de atendimento da meta	82,90% (informação extraída do painel BI. variação deste dado, conforme resposta lançada na questão 7.1 deste relatório.

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017: 1.165; Pendentes em 31/12/2021: 47; Pendentes em 21/12/20: 64. Percentagem de cumprimento: 113,24% (dados extraídos do painel BI). Variação deste dado conforme resposta lançada na questão 7.1 deste relatório.

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.868 (171 excluídos; 135 incluídos e 14 julgados em 2022 - informação extraída do painel BI).
Pendentes no último dia do mês anterior	saldo de 782 processos (dado extraído do painel BI).
Porcentagem de atendimento da meta	79,57% (variação desta informação conforme resposta lançada na questão 7.1 deste relatório)

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	852
Pendentes no último dia do mês anterior	50
Porcentagem de atendimento da meta	110,73% (informação extraída do painel BI. Variação desta informação conforme resposta lançada na questão 7.1 deste relatório).

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	84
Pendentes em 31/12/2021	32
Porcentagem de atendimento da meta	103,17% (informação extraída do painel BI)

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	105
Pendentes no último dia do mês anterior	48
Porcentagem de atendimento da meta	90,48% (informação extraída do painel BI)

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	70,77
Taxa de congestionamento em 2021	75,93
Taxa de congestionamento em 2022	72,63

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ (conforme orientação da Corregedoria)
Pendentes em 31/12/2021	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ (conforme orientação da Corregedoria)
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ (conforme orientação da Corregedoria)

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ (conforme orientação da Corregedoria)
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ (conforme orientação da Corregedoria)
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ (conforme orientação da Corregedoria)

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
--	---

Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12.META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Neste Tribunal foi criado o laboratório de inovação (iLabTRF3), com o objetivo de possibilitar a criação ou a reformulação de serviços e processos de trabalho, estimulando a inovação, o compartilhamento de ideias e experiências, em busca do aprimoramento do serviço prestado. Utilização do SIGMA (sistema de centralização dos modelos e ranqueamento com utilização de IA). De uso ainda incipiente, permite melhorar a performance do sistema que, durante a redação das minutas, possibilita sejam identificadas, nas peças processuais que compõem o processo, informações chaves para a seleção dos modelos e sugestão ao usuário em outros casos semelhantes. Em busca da celeridade (apesar da natureza das ações), sempre que possível e havendo interesse das partes, propomos a resolução consensual dos litígios (homologação de acordos e desistências). Também são rapidamente localizados os feitos envolvendo os precedentes firmados pelos tribunais superiores e priorizados os julgamentos.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados indisponíveis no painel BI.
3619 - Crimes contra a Fauna	Dados indisponíveis no painel BI.
3621 - Da Poluição	Dados indisponíveis no painel BI.
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Dados indisponíveis no painel BI.
3622 - Agrotóxicos	Dados indisponíveis no painel BI.
3623 - Atividades Nucleares	Dados indisponíveis no painel BI.
3624 - Caça	Dados indisponíveis no painel BI.
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Dados indisponíveis no painel BI.
3627 - Pesca	Dados indisponíveis no painel BI.
3651 - Crimes Agrários	Dados indisponíveis no painel BI.
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Dados indisponíveis no painel BI.
9583 - Arrendamento Rural	Dados indisponíveis no painel BI.
10016 - Inspeção Fitossanitária	Dados indisponíveis no painel BI.
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Dados indisponíveis no painel BI.
10085 - Água e/ou Esgoto	Dados indisponíveis no painel BI.
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Dados indisponíveis no painel BI.
10091 - Terreno de Marinha	Dados indisponíveis no painel BI.
10094 - Terras Indígenas	Dados indisponíveis no painel BI.

10095 - Águas Públicas	Dados indisponíveis no painel BI.
10102 - Terras Indígenas	Dados indisponíveis no painel BI.
10103 - Terreno Aldeado	Dados indisponíveis no painel BI.
10104 - Restituição de área - FUNAI	Dados indisponíveis no painel BI.
10105 - Demarcação	Dados indisponíveis no painel BI.
10106 - Recursos Minerais	Dados indisponíveis no painel BI.
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Dados indisponíveis no painel BI.
10110 - Meio Ambiente	Dados indisponíveis no painel BI.
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Dados indisponíveis no painel BI.
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Dados indisponíveis no painel BI.
10113 - Flora	Dados indisponíveis no painel BI.
10114 - Fauna	Dados indisponíveis no painel BI.
10115 - Transgênicos	Dados indisponíveis no painel BI.
10116 - Agrotóxicos	Dados indisponíveis no painel BI.
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Dados indisponíveis no painel BI.
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Dados indisponíveis no painel BI.
10396 - Ambiental	Dados indisponíveis no painel BI.
10397 - Sanitárias	Dados indisponíveis no painel BI.
10438 - Dano Ambiental	Dados indisponíveis no painel BI.

10986 - Crime contra a administração ambiental	Dados indisponíveis no painel BI.
11822 - Mineração	Dados indisponíveis no painel BI.
11823 - Reserva legal	Dados indisponíveis no painel BI.
11824 - Recursos Hídricos	Dados indisponíveis no painel BI.
11825 - Poluição	Dados indisponíveis no painel BI.
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Dados indisponíveis no painel BI.
11827 - Zona Costeira	Dados indisponíveis no painel BI.
11828 - Área de Preservação Permanente	Dados indisponíveis no painel BI.
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Dados indisponíveis no painel BI.
11830 - Patrimônio Cultural	Dados indisponíveis no painel BI.
11836 - Parcelamento do Solo	Dados indisponíveis no painel BI.
11841 - Política Agrícola	Dados indisponíveis no painel BI.
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Dados indisponíveis no painel BI.
11862 - Saneamento	Dados indisponíveis no painel BI.
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Dados indisponíveis no painel BI.
9994 - Indenização por dano ambiental	Dados indisponíveis no painel BI.
3424 - Usurpação de águas	Dados indisponíveis no painel BI.

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Empenho deste gabinete em manter o acervo de processos 100% digitalizado no sistema PJe, estímulo para que os servidores participem de cursos sobre os temas de inovação e transformação digital do Poder Judiciário, exploração de todas as possibilidades existentes nos sistemas eletrônicos administrativos e judiciários e de

todas as ferramentas tecnológicas disponibilizadas (reuniões com os servidores e despachos virtuais pelo aplicativo Microsoft Teams, sessões de julgamento por videoconferência, atendimento às partes e advogados pelo e-mail institucional, acesso à biblioteca digital). Na Justiça Federal da 3ª Região foi implantado o balcão virtual, o Juízo 100% digital (Provimento CJF3R N. 46, de 13 de outubro de 2021) e também os Núcleos de Justiça 4.0 (Provimento CJF3R nº 54, de 25 de fevereiro de 2022).

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	0
Pendentes no mês anterior:	0
Percentual de cumprimento da meta:	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, no sentido de cumprir as recomendações constantes do item 11 do relatório da Corregedoria (julgamentos em até 60 dias dos processos listados na alínea a); ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ); e aperfeiçoar as ações para o julgamento das demandas coletivas e de improbidade administrativa (Metas 4 e 6 do CNJ) e verificar a possibilidade de empenhar mais um servidor, em razão da complexidade destes processos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Desde a assunção do gabinete e em continuidade aos trabalhos para atendimento às recomendações da Corregedoria, emitimos listagem com identificação dos feitos mencionados nas recomendações constantes do item 11, alínea a; listagem dos feitos constantes da Meta 2 do CNJ e listagem das demandas coletivas e de improbidade (Metas 4 e 6 do CNJ), para melhor identificação, priorização no julgamento e acompanhamento da evolução dos trabalhos. Assim, do total de 20 feitos em que foram apontadas recomendações, com exceção dos autos n. 5002003-15.2018.4.03.6102, que será julgado ainda neste ano, não restaram pendências (6 foram baixados definitivamente à origem, 3 arquivados, 5 na Vice-Presidência para juízo de admissibilidade de recursos, 1 sobrestado, 1 redistribuído em razão de suspeição, 4 incluídos nas pautas de julgamento dos meses de abril e maio do corrente ano. Os feitos das Metas 2, 4 e 6 estão sendo priorizados, com avanço expressivo na redução dos feitos de Meta 2.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Em razão da recente assunção deste gabinete e considerando o elevado número de ações coletivas encontradas, a maioria pertinente às Metas 4 e 6 do CNJ, o maior desafio consiste na redução deste acervo. Logo que assumimos o gabinete, realizamos a triagem e classificação destes processos, identificando-os com etiquetas no sistema PJe (setor, assunto, meta, etc.). Posteriormente emitimos listagem extraída dos relatórios gerenciais do sistema, onde é possível identificar a data da distribuição, o assunto, a meta correspondente, dentre outras informações. Estamos trabalhando com base nestas listagens e, em breve, realocaremos mais um servidor com experiência para auxiliar no trabalho com estas ações com objetivo de melhorar o fluxo processual e reduzir a quantidade de feitos.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Conforme respostas deste questionário, não foram cumpridas integralmente as Metas 1, 2, 4 e 6 do CNJ, consignando que no mês de setembro/21, para possibilitar a inserção dos metadados e anexação dos documentos no PJe, houve necessidade de reativar todos os processos ainda em suporte físico que estavam sobrestados no gabinete (mais de 1.300 feitos, a maioria envolvendo questão dos expurgos/planos econômicos e pertinentes à Meta 2 do CNJ). Neste momento, apesar de continuarem recebendo tratamento prioritário para a digitalização e processamento, ainda restam processos pendentes de registro de sobrestamento no sistema eletrônico, gerando algumas inconsistências nestas informações, infelizmente. Para enfrentamento, vide respostas às questões 8.1, 14, 17, 19, 28.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho está descrito na questão n. 10 e seguintes. Considerando que assumimos este gabinete em 10/8/2021, a maior dificuldade ainda reside na inexperiência e adaptação dos servidores às matérias de competência da 2ª Seção (direito público), particularmente nos feitos mais antigos do acervo (com maior grau de complexidade e volumosos), demandando maior tempo para análise e julgamento. Houve aumento nos acervos, justificado em parte pela produtividade ainda aquém do desejável, pelo dessobrestamento e reativação de mais de 1.300 processos (vide questão anterior). Apesar desses contratempos está mantido o nosso planejamento: reduzir o tempo médio de espera para julgamento (julgando os feitos mais antigos existentes no acervo e pertinentes às metas do CNJ) e julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (Meta 1 do CNJ), particularmente nos feitos repetitivos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Eduardo Rabelo Custódio, Assessor

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A organização do gabinete é feita em grupos de trabalho. Há divisão interna de tarefas entre os 17 servidores do quadro, dos quais: 3 dedicados ao assessoramento direto ao Desembargador, 12 dedicados à análise processual, preparação de minutas de despachos, decisões, relatórios, votos e acórdãos; e 2 servidores (um técnico e um agente de segurança) que dão suporte ao trabalho administrativo do gabinete, particularmente quanto à movimentação dos processos no sistema PJe. A distribuição das tarefas é feita conforme a experiência dos servidores (perfil, habilidade e características individuais), com acesso e orientação direta do Desembargador e assessoria, para dirimir eventuais dúvidas conforme a peculiaridade de cada processo. Para racionalizar o serviço foram criados grupos de trabalho no Gabinete (1 - Tributário, 2 - Administrativo, 3 - Embargos/Execução e 4 - Ações coletivas).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, até o início da pandemia Covid-19 e quando ainda trabalhávamos com feitos de competência previdenciária, tínhamos 7 (sete) servidores em regime de teletrabalho parcial e, após início da pandemia, tivemos o regime de teletrabalho extraordinário para todos os servidores. Quando retornarmos integralmente às atividades presenciais, continuaremos com 7 servidores realizando trabalho não presencial, com possibilidade de aumentarmos este número nos próximos meses.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

É parcial. Após o retorno às atividades presenciais no Tribunal, os servidores autorizados a fazer o trabalho não presencial deverão comparecer e trabalhar no gabinete pelo menos um dia da semana (quatro vezes no mês, sempre às terças-feiras), oportunidade em que toda a equipe estará reunida presencialmente para melhor interação do grupo, troca de informações, experiências, realização de reuniões e manutenção da cultura do ambiente de trabalho existente no gabinete.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Conforme a complexidade dos assuntos e do processo a ser analisado, as metas para os servidores em trabalho remoto têm o incremento de até 30% das metas exigidas no trabalho presencial.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho é feito por intermédio de planilha de produtividade individual, preenchida pelo próprio servidor e entregue semanalmente para aferição e consolidação da produção do gabinete. Além do preenchimento da planilha, também prestam contas sobre a evolução dos trabalhos, das dificuldades e problemas encontrados (sempre em reuniões individuais realizadas pelo Teams, WatssApp ou presencialmente). Caso a justificativa apresentada para o não cumprimento da meta não seja plausível e o fato reincidente, o trabalho remoto é suspenso.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente temos apenas processos eletrônicos no acervo de conclusos. Assim que chegam nas tarefas de entrada do gabinete são submetidos a triagem detalhada e rigorosa, oportunidade em que é feita a verificação de competência, de prevenção, necessidade de vista obrigatória ao MPF, necessidade de regularizações e outros. São afixadas etiquetas informativas e específicas para cada situação (setor, assunto, petições de prioridade, tutela, representação processual, nome do funcionário, casos de Metas 2, 4 e 6 do CNJ) e, conforme o caso são encaminhados às tarefas existentes no sistema para despachos ou decisões nos feitos submetidos a tratamento de urgência, ou ainda, encaminhados à tarefa para julgamento oportuno, como as apelações. Quando são encaminhados processos físicos, como ocorre com alguns feitos devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação, fazemos triagem alocamos em armários e localizamos no sistema processual SIAPRO, para oportuno julgamento.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O acervo de conclusos está totalmente virtualizado. A organização dos processos ocorre assim que chegam nas tarefas de entrada do PJe (recebidos da distribuição e das Subsecretarias), oportunidade em que são triados e afixadas as etiquetas informativas, separando-os por setor, assunto e fase (inicial, conhecimento, execução, com embargos de declaração ou agravo interno, juízo de retratação), com posterior remessa às tarefas correspondentes dentro do sistema e nas quais os servidores responsáveis trabalharão, sempre atentos às prioridades legais e à ordem cronológica de antiguidade entre os feitos (assuntos repetitivos e os casos diversos). As subcaixas/etiquetas foram criadas conforme o nosso sistema de trabalho, identificando os setores/assuntos e são desdobrados conforme as variáveis existentes dentro do mesmo assunto. EX. dos feitos de competência da Turma: .1 TRIB, .1 AI TRIB; .2 ADM, .2 AI ADM; .3 EXECUÇÃO-EMBARGOS, .3 AI EXECUÇÃO-EMBARGOS; .4 AÇÕES COLETIVAS E .4 AI AÇÕES COLETIVAS.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Utilizamos tabelas, listagens, planilhas e gráficos, utilizados para o acompanhamento dos trabalhos e também para aferir a produtividade individual e coletiva. Os dados para alimentação são extraídos dos relatórios gerenciais do PJe e do painel BI. Estas ferramentas permitem o acompanhamento da evolução do acervo total, dos conclusos

e da Meta 2 do CNJ, auxiliam nos comparativos de produtividade de outros órgãos julgadores da mesma Seção, e também no acompanhamento da distribuição, da produtividade individual e coletiva da equipe, além de identificar no acervo os processos por ordem cronológica e os casos que mereçam prioridade (Metas 2, 4 e 6 do CNJ, embargos de declaração, agravo interno, tutelas, pedidos de vista, etc.). Os dados são entregues aos servidores responsáveis, com identificação do processo, situação e respectiva localização.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, as metas individuais são previamente discutidas e estabelecidas com os servidores e as metas coletivas são discutidas nas reuniões com as equipes e sempre objetivam buscar o comprometimento do grupo com os resultados. As metas de produtividade são diárias e aferidas semanalmente, projetadas conforme as peculiaridades dos processos e assuntos (grau de complexidade da questão e o tempo previsto para elaboração da minuta). A produtividade é informada em planilha individual, posteriormente consolidada em uma tabela de acompanhamento.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Em razão de termos assumido este acervo há apenas 8 meses, ainda não estamos trabalhando com políticas de recompensa. Neste momento inicial, muitos servidores ainda estão em fase de adaptação, treinamento e aprendizagem das matérias existentes neste acervo e que, diferentemente das matérias de competência previdenciária, são mais diversas e apresentam maior grau de complexidade e trabalho. Apesar de ainda não termos adotado política de recompensa, sempre reconhecemos e prestigiamos os servidores quanto a sua produtividade e qualidade do serviço entregue.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, logo que assumimos o acervo fizemos a triagem de todos os processos, identificando-os e encaminhando-os para as tarefas correspondentes dentro do sistema PJe, trabalho que estamos mantendo em dia. As listagens dos feitos que merecem prioridade são extraídas dos relatórios gerenciais do PJe e do painel BI (Metas 2, 4, 6 e 12 do CNJ, identificados por etiquetas informativas e data de distribuição), entregues aos servidores responsáveis, com posterior acompanhamento e orientações para os casos de maior complexidade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, aplicável aos casos previstos no art. 932 do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Para otimização e racionalização do nosso tempo e trabalho e também para manter a uniformidade das decisões, utilizamos modelos de despachos, votos e decisões (por assunto/matéria/tese), criados e disponibilizados dentro do sistema PJe, no sistema SIGMA e nas pastas de rede e Microsoft Teams, disponíveis para consulta de todos os servidores e sempre mantidas atualizadas.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Quando esta necessidade não é trazida pelo próprio servidor é identificada no momento da conferência e revisão dos trabalhos realizados e entregues pelo funcionário. Também é possível constatar algumas deficiências ou necessidades nas conversas individuais ou em grupo, ou quando são prestados esclarecimentos de algumas questões ou dúvidas. Ademais, todos os servidores são orientados e estimulados a participar de cursos de aperfeiçoamento técnico e de desenvolvimento pessoal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

As decisões de sobrestamento são classificadas no sistema pelo número do Tema ou IRDR e os feitos são identificados com etiquetas informativas sobre o assunto e o tema. O controle dos sobrestados é feito pelos relatórios gerenciais extraídos do sistema PJe e também pelos dados no painel BI desta Corte. Fazemos o acompanhamento e, após julgamento dos temas (publicação dos acórdãos/trânsito em julgado), pedimos os dessobrestamentos dos feitos para que sejam julgados conforme a tese firmada. Principais temas de sobrestamento são os seguintes: - STJ: 1.008, 1.079, 981, 997, 1.041 e SIRDR n. 70-TO (PASEP-legitimidade Banco do Brasil); - STF: 284 e 285 (expurgos inflacionários/planos econômicos), 736 e 881; - TRF-3ª Região: - IRDR-TRF3 n. 0017610-97.2016.4.03.0000 (desconsideração da personalidade jurídica/IDPJ), IRDR-TRF3 nº 5016497-47.2021.4.03.0000 (revalidação de diploma).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, sempre que possível e havendo interesse das partes são homologados os acordos pelo Desembargador. Para a mesma finalidade, no decorrer dos últimos dois anos foi possível verificar que também foram encaminhados processos para o gabinete da conciliação (principalmente os feitos envolvendo a questão dos expurgos inflacionários dos planos econômicos).

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve auxílio no período em referência.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os processos com pedidos de vista são priorizados assim que entram na tarefa correspondente do sistema PJe e, em regra, quando não levados a julgamento na sessão seguinte são apresentados para julgamento em até 30 dias.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Fazemos o acompanhamento da jurisprudência em pesquisas realizadas no site do TRF-3, onde é possível ter acesso aos julgados da 3ª Região na íntegra (exceto os sigilosos). Ademais, todos os boletins de precedentes encaminhados pelos tribunais superiores são compartilhados com os servidores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, a visibilidade dos votos é sempre liberada para os demais julgadores que compõem o órgão colegiado correspondente. O acesso se dá no painel do magistrado do sistema PJe (para os processos eletrônicos) ou no sistema Gedpro (para os processos em suporte físico).

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões presenciais dos órgãos colegiados (Turma, Seção, Órgão Especial e Plenário) atualmente são realizadas por videoconferência e com uso do aplicativo da Microsoft Teams. Na Turma, em média são realizadas duas sessões por mês (uma presencial e outra eletrônica), Na Seção, no Órgão Especial e no Plenário, uma sessão por mês (alternando entre presencial e eletrônica), excetuando as sessões extraordinárias. As Subsecretarias são responsáveis pela organização, intimação dos advogados, envio de links para acesso às salas de julgamento (para acompanhamento e/ou realização de sustentações orais). Nos julgamentos presenciais da Turma, os gabinetes devem lançar os votos nos processos em julgamento até a sexta-feira anterior e os votos divergentes até a terça-feira da semana em que será realizada a sessão. Para os julgamentos eletrônicos são abertas uma semana antes e os votos devem ser lançados até o dia da sessão, preferencialmente até o dia anterior.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, logo que assumimos o gabinete, uma das primeiras providências adotadas foi fazer um diagnóstico do acervo recebido (triagem, classificação, identificação dos processos, criação dos setores, divisão e atribuições dos assuntos aos servidores). Após, contando com a participação de todos, fizemos a apresentação do diagnóstico e da proposta de trabalho para enfrentamento e redução do acervo. Estamos executando o plano, monitorando e acompanhando a evolução dos trabalhos, inclusive sujeito a atualizações e revisões sempre que necessário.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Há carência de um servidor no quadro de lotação e os materiais e equipamentos estão em bom estado de uso e funcionamento.
b) gestão do trabalho	Estamos executando o nosso plano de ação e, sempre que necessário, fazemos adequações conforme as necessidades que surgem na execução.
c) resultados	Conforme respostas lançadas neste questionário, ainda não alcançamos o resultado pretendido. No entanto, os servidores estão muito empenhados e, em breve, atingiremos nossos objetivos (redução do acervo e atendimento integral das metas do CNJ).

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Redução na quantidade de feitos para análise de pedido inicial e incidental (concessão de efeito suspensivo, liminar, tutela), redução na quantidade de feitos que aguardam julgamento de recursos internos (embargos de declaração e agravo interno), redução dos feitos mais antigos, redução das ações coletivas, particularmente das ações civis públicas e de improbidade (Metas 2, 4 e 6 do CNJ) e redução do tempo médio para primeiro julgamento, conforme descrito nas questões pertinentes deste relatório.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Estímulo à participação dos servidores em treinamentos e cursos afetos às matérias de direito público, aumento na produtividade individual e coletiva, manutenção do acompanhamento e evolução dos trabalhos conforme planejamento.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
São as seguintes: maior estímulo à realização do trabalho não presencial (aumento na produtividade e melhoria na qualidade de vida dos servidores); continuidade na realização das sessões de julgamento presenciais no formato virtual ou híbrido, permitindo inclusive as sustentações orais no mesmo formato; atendimento aos advogados também por e-mail, despachos com os advogados na forma virtual (agendados na plataforma Microsoft Teams), e acesso à biblioteca digital da 3ª Região.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
O controle é realizado através de listagens extraídas dos relatórios gerenciais do sistema PJe, posteriormente convertidas em arquivos Excel. Com a utilização de filtros

é possível localizar os feitos sem movimentação dentro das tarefas, também pela data da distribuição e etiquetas identificadoras afixadas nos autos pelo gabinete (assunto, petição, funcionário, existência de recurso interno, Metas 2, 4 e 6 do CNJ, além de outras).

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0004599-98.2016.4.03.0000	21/3/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão de sobrestamento por força do Tema 981 do STJ. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0010428-60.2016.4.03.0000	14/6/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão de sobrestamento por força do Tema 981 do STJ. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0011821-20.2016.4.03.0000	29/6/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/4/2022. Julgado em 28/4/2022. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0013177-50.2016.4.03.0000	18/7/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos sobrestados na Subsecretaria, proferida decisão de sobrestamento por força do IRDR/Órgão Especial-TRF3 n. 0017610-97.2016.4.03.0000 (desconsideração personalidade jurídica/IDPJ). Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0015417-12.2016.4.03.0000	29/8/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão de sobrestamento por força do Tema 981 do STJ, autos na Subsecretaria da Turma. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0008982-54.2015.4.03.6144	19/8/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos sobrestados na Subsecretaria, proferida decisão de sobrestamento por força do Tema 736 STF. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0006800-24.2006.4.03.6108	27/3/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Processo em Segredo de Justiça. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
5011591-52.2018.4.03.6100	27/7/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos estão conclusos para julgamento, com previsão para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
5000801-70.2018.4.03.6112	16/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos estão conclusos para julgamento, com previsão para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
5001600-56.2018.4.03.6131	14/3/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Autos estão conclusos para julgamento, com previsão para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5003669-97.2018.4.03.6119	16/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão do dia 24/3/2022. Processo em dia.		
5013361-17.2017.4.03.6100	16/4/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos estão conclusos para julgamento, com previsão para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5006586-15.2019.4.03.6100	13/2/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos encontram-se conclusos para julgamento, será incluído na sessão do dia 26/5/2022. Processo incluído em pauta para o dia 26/5/2022. Processo em dia.		
0002211-64.2008.4.03.6125	6/4/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em consulta ao sistema PJe, consta que os autos estão localizados no Gabinete da Conciliação, na tarefa: [DIGITALIZADO] - Triagem de processos digitalizados Conciliação (Gabinete da Conciliação/Desembargador Coordenador/Conciliação). Processo encaminhado para Conciliação. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0002002-25.2008.4.03.6116	27/7/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em consulta ao sistema PJe, consta que os autos estão no Gabinete da Conciliação, na tarefa: [DIGITALIZADO] - Aguardando inserção de peças (Gabinete da Conciliação/Desembargador Coordenador/Conciliação). Processo encaminhado para Conciliação. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0001989-08.2008.4.03.6122	26/4/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em consulta ao sistema PJe, consta que os autos estão no Gabinete da Conciliação, na tarefa: [DIGITALIZADO] - Aguardando inserção de peças (Gabinete da Conciliação/Desembargador Coordenador/Conciliação). Processo encaminhado para Conciliação. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0001680-84.2008.4.03.6122	9/3/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em consulta ao sistema PJe, consta que os autos estão localizados no Gabinete da Conciliação, na tarefa: [DIGITALIZADO] - Triagem de processos digitalizados Conciliação (Gabinete da Conciliação/Desembargador Coordenador/Conciliação). Processo encaminhado para Conciliação. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
5002411-13.2017.4.03.0000	23/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/4/2022. Julgado em 28/4/2022. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
5012232-41.2017.4.03.0000	18/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 8/4/2022. A pauta do dia 8/4/2022 foi suspensa por indisponibilidade dos sistemas. O processo será reincluído na pauta do dia 15/5/2022, conforme consta do documento de id. 256067157. Meta 2 do CNJ. Processo em dia.		
0002027-38.2017.4.03.0000	16/3/2017	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Será incluído na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo incluído em pauta para o dia 26/5/2022. Meta 2 do CNJ. Processo em dia.		
0016748-04.2012.4.03.6100	4/5/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão de julgamento dos autos até o final do mês de maio deste ano. Conclusão em 16/2/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Meta 2 do CNJ.		
5033830-46.2020.4.03.0000	17/12/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta de julgamento do dia 3/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Processo incluído em pauta para o dia 3/5/2022.		
5011139-38.2020.4.03.0000	11/5/2020	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento do dia 25/5/2022. Processo em dia.		
5015437-10.2019.4.03.0000	17/6/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo incluído em pauta para o dia 26/5/2022. Processo em dia.		
0024346-59.2001.4.03.0000	14/9/2020	241-Petição Cível
Observação/Providência: Autos encontram-se sobrestados na Subsecretaria, aguardando o julgamento do IDPJ n 5010812-93.2020.4.03.0000. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Processo em dia.		
5025044-13.2020.4.03.0000	21/9/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa nos autos em 20/4/2022. Processo em dia.		
5009913-95.2020.4.03.0000	28/4/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos estão conclusos para julgamento, com previsão para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000192-10.2016.4.03.6128	28/6/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Julgado em 28/4/2022. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
5000685-38.2016.4.03.0000	1º/7/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão de suspensão do julgamento do recurso até que sobrevenha prosseguimento do julgamento do AI 0013629-60.2016.4.03.0000 (atualmente sobrestado na Vice-Presidência). Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
5007835-36.2017.4.03.0000	31/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo incluído em pauta para o dia 26/5/2022. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
5013920-38.2017.4.03.0000	7/8/2017	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Julgado em 28/4/2022. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
5014377-70.2017.4.03.0000	11/8/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será incluído na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Processo incluído em pauta para o dia 26/5/2022. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
0007422-18.2011.4.03.6112	27/12/2013	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para os próximos meses. Embargos de Declaração opostos em 17/12/2018. Concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
0009179-47.2011.4.03.6112	10/9/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Embargos de Declaração opostos em 17/12/2018. Concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
0002075-33.2013.4.03.6112	23/6/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Embargos de Declaração opostos em 14/12/2018. Concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
0007946-44.2013.4.03.6112	30/1/2015	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Embargos de Declaração opostos em 17/12/2018. Concluso para julgamento por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
5018503-65.2018.4.03.6100	28/9/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 do CNJ.		
5000037-86.2019.4.03.6100	16/4/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022.		
0018595-02.2016.4.03.6100	16/4/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022.		
5022405-26.2018.4.03.6100	17/4/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0007792-28.2014.4.03.6100	25/3/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000096-68.2019.4.03.6005	26/4/2019	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022.		
0000207-62.2017.4.03.6182	23/4/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgamento ocorrerá até o final deste ano. Processo em segredo de justiça. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022.		
5021881-29.2018.4.03.6100	7/5/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento dos autos até o final do mês de maio deste ano. Recurso julgado por monocrática em 26/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0010745-77.2005.4.03.6100	17/9/2007	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão em 26/3/2022 determinando a redistribuição dos autos à relatoria do Desembargador Souza Ribeiro (houve equívoco no cadastramento da relatoria no momento de inserção dos metadados no PJe e digitalização do feito). Meta 2 CNJ. Processo em dia.		
0005572-93.2006.4.03.6114	20/2/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão em 26/3/2022 determinando a redistribuição dos autos à relatoria do Desembargador Souza Ribeiro (houve equívoco no cadastramento da relatoria no momento de inserção dos metadados no PJe e digitalização do feito). Meta 2 CNJ. Processo em dia.		
0014112-31.2004.4.03.6105	30/10/2007	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Meta 2 CNJ.		
0011473-69.2006.4.03.6105	15/4/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Meta 2 CNJ.		
5020837-05.2019.4.03.0000	15/8/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Os autos serão incluídos em pauta de julgamento deste ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0011031-06.2015.4.03.6100	15/2/2017	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta de julgamento do dia 28/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Julgado em 28/4/2022. Metas 2 e 6 CNJ.		
5017370-22.2017.4.03.6100	17/9/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Os autos serão incluídos em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
0002458-45.2016.4.03.6002	8/1/2020	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Os autos serão incluídos em pauta de julgamento. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5030062-83.2018.4.03.0000	29/11/2018	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Os autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Meta 2 CNJ.		
0039455-21.2006.4.03.6182	28/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5013040-41.2020.4.03.0000	22/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos principais incluídos na pauta de julgamento do dia 28/4/2022. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5014489-34.2020.4.03.0000	2/6/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Recurso julgado prejudicado em 26/3/2022, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0001505-48.2007.4.03.6115	26/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Metas 2 e 6 CNJ.		
5014416-62.2020.4.03.0000	2/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/2022.		
5006646-18.2020.4.03.0000	23/3/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão em 26/3/2022, julgando prejudicados os recursos, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC. Petição juntada em 9/4/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular.		
0018793-06.2016.4.03.0000	5/8/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos devolvidos pelo STJ para rejuízo, serão incluídos em pauta de julgamento neste ano. Conclusão em 14/2/2022. Processo em dia.		
0022925-09.2016.4.03.0000	4/8/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos devolvidos pelo STJ para rejuízo, serão incluídos em pauta de julgamento neste ano. Conclusão em 14/2/2022. Processo em dia.		
5022496-15.2020.4.03.0000	12/8/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Autos principais serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5023172-60.2020.4.03.0000	19/8/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos principais serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5023106-80.2020.4.03.0000	19/8/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/22.		
5010812-93.2020.4.03.0000	7/5/2020	12119-Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica
Observação/Providência: Autos com previsão de julgamento para este ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias.		
5000393-77.2021.4.03.0000	14/1/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Incluso na pauta de julgamento do dia 26/5/22. Processo em dia.		
0002825-43.2010.4.03.0000	28/9/2016	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Processo concluso para julgamento por mais de 180 (cento e oitenta) dias. Julgar em 120 (cento e vinte) dias. Meta 2 CNJ.		
5008168-46.2021.4.03.0000	16/4/2021	12375-Reclamação
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 2/5/2022. Segredo de justiça. Processo em dia.		
0008629-74.2000.4.03.6100	5/6/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão de julgamento dos autos até o final do mês de maio deste ano. Incluso na pauta de julgamento do dia 9/6/22. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
0021281-12.2008.4.03.0000	11/6/2008	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Autos serão incluídos na pauta de julgamento do dia 26/5/2022. Conclusão em 9/11/2021. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		
0000801-48.2001.4.03.6114	2/6/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão de julgamento dos autos até o final do mês de maio deste ano. Concluso para julgamento por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias. Julgar em 60 (sessenta) dias. Meta 2 CNJ.		
0000344-98.2006.4.03.6127	11/10/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos despachados no dia 3/2/2022, encontram-se em processamento na Subsecretaria da Turma. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		

Processos para análise oriundos do PA n. 0004055-79.2020.4.90.8000

5001869-62.2016.4.03.6100	8/5/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Retirado de pauta de 28/4/2022, por adiamento, em virtude de oposição ao julgamento virtual. Incluso na pauta de 9/6/2022. Meta 2 CNJ.		
0021847-38.2001.4.03.6100	3/3/2009	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Retirado de pauta de 3/5/2022, por adiamento. Incluir em pauta para a próxima seção. Meta 2 CNJ.		
0011031-06.2015.4.03.6100	15/2/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 28/4/2022. Processo em dia. Meta 2 CNJ.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 72 (setenta e dois) processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos. Foram, ainda, acrescentados à inspeção, 3 (três) processos eletrônicos oriundos do PA n. 0004055-79.2020.4.90.8000, conforme tabela acima.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0006800-24.2006.4.03.6108	5011591-52.2018.4.03.6100	5000801-70.2018.4.03.6112
5001600-56.2018.4.03.6131	5013361-17.2017.4.03.6100	5009913-95.2020.4.03.0000
5018503-65.2018.4.03.6100	5022405-26.2018.4.03.6100	0007792-28.2014.4.03.6100
5020837-05.2019.4.03.0000	5017370-22.2017.4.03.6100	0002458-45.2016.4.03.6002
0039455-21.2006.4.03.6182	5013040-41.2020.4.03.0000	0001505-48.2007.4.03.6115
5022496-15.2020.4.03.0000	5023172-60.2020.4.03.0000	5010812-93.2020.4.03.0000
0000801-48.2001.4.03.6114		

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0002825-43.2010.4.03.0000

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração, conclusos há mais de 45 dias):

0002075-33.2013.4.03.6112	0007422-18.2011.4.03.6112	0007946-44.2013.4.03.6112
0009179-47.2011.4.03.6112		

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Primeiramente, registra-se que, por ocasião da visita ao gabinete do Desembargador Federal Paulo Domingues, no dia 3/5/2022, às 10h, a equipe da inspeção foi recebida com cordialidade pelo magistrado e pelos servidores presentes, que se apresentaram solícitos na prestação das informações e dos esclarecimentos junto à unidade inspecionada, frisando-se a presteza da assessoria, nas pessoas de Eduardo Rabelo e Miriam Doutel.

A par das respostas contidas no questionário da unidade e das verificações resultantes das entrevistas, constatou-se estarem os dados relatados congruentes à realidade do gabinete, mormente no tocante à gestão dos processos e dos recursos humanos.

Ressalte-se que o Desembargador Paulo Domingues passou integrar a 2ª Seção - 6ª Turma, em agosto de 2021, no auge da pandemia do Covid-19, trazendo consigo a sua equipe originária, com experiência em matéria previdenciária, competência da Seção anterior, razão pela qual foi apontada, como dificuldade primeira, a readaptação dos servidores para desenvolver os trabalhos, já que houve mudança da matéria (Direito Público: Administrativo, Tributário, Improbidade e Ações Coletivas), somada ao episódio da pandemia e seus efeitos. Consequentemente, justificou-se ter havido perda da produtividade, no período inicial da migração à 6ª Turma.

Foi informada a adoção, como metodologia para fins de conhecimento prévio e organização do acervo assumido, de mais de 6.000 (seis mil) processos: a) a sistemática da reativação dos processos sobrestados, para fins de digitalização e posterior retorno ao sobrestamento, ocasionando, por conseguinte, um aumento transitório do acervo; b) a priorização dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) e dos pedidos considerados urgentes; c) o estabelecimento de metas de produtividade mensal, com apresentação em gráficos estatísticos para acompanhamento coletivo. Destacou-se, ainda, a pouca utilização, pelo gabinete, de decisões monocráticas, para julgamento de recursos.

Com relação à gestão de pessoas, foi evidenciado que, dos 17 (dezesete) servidores atualmente lotados no gabinete, 4 (quatro) deles fazem parte da assessoria principal, cuja atribuição também engloba a conferência dos trabalhos uns dos outros e dos demais colaboradores, a fim de dar mais qualidade ao produto final das minutas. Registrou-se a existência de 1 (uma) vaga, a ser preenchida por um agente de segurança. Sobre o ponto, destacou-se que as 2 (duas) vagas existentes para lotação de agentes de segurança na unidade são aproveitadas para a colaboração dos trabalhos internos do gabinete. Atualmente, o gabinete não tem estagiários.

Na análise processual dos feitos selecionados para a inspeção, verificou-se que as ocorrências mais numerosas, e sem recomendação, são as seguintes: a) processos que estão em dia, tendo, no entanto, atrasos em algumas fases; b) processos sobrestados, com indicação de localização na Subsecretaria respectiva; c) processos já pautados para julgamento e processos que foram remetidos para o Gabinete de Conciliação. Ainda, depreendeu-se que, com relação aos processos que sofreram recomendações, os registros são no sentido de estarem conclusos por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Insta destacar que, atento ao teor do Despacho exarado, em 4/11/2021, pelo Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral, nos autos do PA n. 0004055-79.2020.4.90.8000, foram reanalisados, por ocasião desta inspeção, os Processos ns 5001869-62.2016.4.03.6100, 0021847-38.2011.4.03.6100 e 0011031-06.2015.4.03.6100, cujos

registros seguem como parte integrante deste relatório, acrescidos na conferência por este Inspetor.

Como boas práticas, listou-se que o gabinete tem a praxe de fazer constantes reuniões com os servidores, com a participação do Desembargador, para que sejam acompanhadas coletivamente a gestão dos processos/produtividade e a evolução da adaptação às novas matérias, bem assim, para propiciar a integração dos colaboradores, mormente quanto à logística da retomada dos trabalhos presenciais. Sobre o tema, destacou-se, com relevância positiva, a acessibilidade do Desembargador para o saneamento de dúvidas dos servidores. Quanto ao trabalho remoto, foi informado que já era concedida a, pelo menos, 7 (sete) servidores a modalidade em teletrabalho, razão pela qual o impacto na produção, gerado pela pandemia, não sofreu em maiores escalas. Na sequência, enfatizou-se que é incentivada aos servidores a realização de cursos nas áreas fins da atual competência do gabinete, principalmente no tocante à atualização da Lei de Improbidade Administrativa.

No que concerne às dificuldades apontadas, foi reforçado que o gabinete ainda se encontra demandando todos os esforços para se inteirar do acervo assumido, pontuando-se que recebeu a gestão com uma quantidade exorbitante de processos ainda físicos, bem como muitos agravos represados para julgamento.

Foram estas as principais e relevantes constatações.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos, de 1.915 (um mil, novecentos e quinze) para 3.984 (três mil, novecentos e oitenta e quatro). Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constatou-se que, no início do 12º mês anterior, eram 4.623 (quatro mil, seiscentos e vinte e três) feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 6.372 (seis mil, trezentos e setenta e dois).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 232 (duzentos e trinta e dois), na última inspeção, para 528 (quinhentos e vinte e oito), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 17 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 34 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Elaborar um plano de gestão que permita a análise dos processos conclusos e sem julgamento há mais tempo, além dos embargos de declaração mais antigos.

c) Priorizar a inclusão em pauta de julgamento do Processo 0021847-38.2011.4.03.6100, discriminado no **PA n. 0004055-79.2020.4.90.8000**.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Delgado.

2.2 Turma

7ª Turma.

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à Assistência Social e à Previdência Social, excetuadas as contribuições destinadas ao custeio desta última.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Carlos Eduardo Delgado.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Débora Bragante Martins, Assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	11.123
Processos suspensos/sobrestados	412
Processos conclusos	8.699
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	11.123
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	15.782
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	8.699
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	10.973
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	412
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	512

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim. A servidora indicada para prestar serviços na unidade atuou efetivamente, de 21/6/2021 a 26/11/2021, analisando processos cujo laudo pericial concluiu pela ausência de incapacidade laborativa, sendo que depois se afastou por licença-médica, seguida de licença à gestante. O trabalho com essa matéria foi concluído por outro servidor que iniciou a prestação de serviços na unidade em 27/1/2022, tendo atuado, também, em processos cujo laudo atestava a ausência de impedimento de longo prazo. Atualmente, está minutando voto em processos de salário-maternidade. Em

	suma, para o prestador de serviços estamos selecionando um assunto por vez, priorizando os de menor complexidade, com o objetivo de dar maior vazão aos processos.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	A primeira prestadora de serviços contribuiu para o julgamento de 242 processos, todos levados ao colegiado por este Desembargador, que nunca recebeu auxílio de Juiz. O prestador atual já elaborou 165 minutas de votos, sendo que a maioria dos processos já foi levada a julgamento, estando os demais pautados ou aguardando a próxima inclusão em pauta.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Em 31/5/2021, o acervo estava em 15.303 passando para 12.466 em 30/11/2021. Quanto aos processos pendentes de primeiro julgamento, em 31/5/2021, eram 12.722 decrescendo para 10.145 em 30/11/2021. No final de janeiro deste ano, o acervo estava em 12.016, passando para 11.535 em 28/2/2022. Quanto aos feitos que aguardam o primeiro julgamento, em 31/12/2021, eram 9.920, concluindo o mês de fevereiro com 9.579, computando sempre os feitos sobrestados.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	57
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	5
Reclamações	0
Ações rescisórias	36
Outros	16

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	11.066
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0

Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	2.022
Outros	9.042

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	11.066
Apelações cíveis	10.794
Agravos de instrumento	254
Outros	18

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	204
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	85
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	6
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	13

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	101
Ano anterior	4.380
2º ano anterior	1.919
3º ano anterior	1.726
4º ano anterior	2.003
5º ano anterior ou mais antigo	454

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	69
Ano anterior	2.122
2º ano anterior	4.617
3º ano anterior	2.997
4º ano anterior	781
5º ano anterior	263
6º ano anterior ou mais antigo	109

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	71
Ano anterior	2.378
2º ano anterior	3.666
3º ano anterior	2.380
4º ano anterior	105
5º ano anterior	20
6º ano anterior	23
7º ano anterior ou mais antigo	36

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	2.809
Total de Processos julgados	7.064
Total de Processos baixados	6.795
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-4.255
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-3.986

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	320
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	59
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.084
Processos julgados no ano anterior	6.735
Processos distribuídos no ano corrente	242
Processos julgados no ano corrente	748

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	16.313
Pendentes em 31/12/2021	16
Porcentagem de atendimento da meta	99,93%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
	117,27%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	16.300
Pendentes no último dia do mês anterior	22
Porcentagem de atendimento da meta	99,87%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.054
Pendentes no último dia do mês anterior	55
Porcentagem de atendimento da meta	116,03%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	88,20%
Taxa de congestionamento em 2021	71,29%
Taxa de congestionamento em 2022	60,37%

*Dado fornecido posterior a inspeção, conforme ofício n. 6-GABCD, de 13/5/2022.

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Informamos que as ações coletivas estão fora das metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2022.
Pendentes em 31/12/2021	Informamos que as ações coletivas estão fora das metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Informamos que as ações coletivas estão fora das metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2022.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Informamos que as ações coletivas estão fora das metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2022.
--	---

Pendentes no último dia do mês anterior	Informamos que as ações coletivas estão fora das metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Informamos que as ações coletivas estão fora das metas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2022.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica à unidade.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0

3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0

11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0
3424 - Usurpação de águas	0

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O órgão implementa todas as inovações digitais disponibilizadas e aplicáveis às atividades desempenhadas, utilizando, por exemplo, o PJe para os processos em tramitação na unidade. Via de regra, uma vez por mês, as sessões da 7ª Turma, da 3ª Seção e do Órgão Especial são realizadas por videoconferência ou, então, de forma virtual (eletrônica). Ademais, o atendimento às partes e aos advogados também pode ser feito com o auxílio da tecnologia, a saber, por e-mail ou por videoconferência, mediante uso do Microsoft Teams. Esclareço que o Balcão Virtual, embora tenha sido implantado no âmbito da 3ª Região, não alcançou os Gabinetes da Corte.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	0
Pendentes no mês anterior:	0
Percentual de cumprimento da meta:	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) Promover estudos para readequação das metas voltadas ao enfrentamento do estoque de processos; b) Envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de feitos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido, e continuar priorizando o julgamento das ações originárias, além da apresentação dos votos-vista; c) Checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio; d) Formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia ao CJF, relatando as inconsistências estatísticas apuradas e encaminhando cópia dos eventuais pedidos de correção formulados, inclusive daqueles sem resposta; e) Cumprir as recomendações do item 11; f) Estudar medidas para aumentar a produtividade, incluindo a análise de possível mutirão ou designação de unidade para auxiliar.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Conforme informado no questionário da Autoinspeção 2021, quanto à alínea “a”, as metas do Plano de Trabalho 2021 foram incrementadas no final de maio, com os feitos de ausência de incapacidade ou deficiência distribuídos após 6/2019. Já no que se refere aos embargos de declaração e agravos internos conclusos para julgamento (alínea “b”), todos os feitos conclusos até 24/3/2022 já estão pautados. A checagem da regularidade do acervo tratada na alínea “c” é verificada através dos dados

estatísticos e relatórios gerenciais disponibilizados, bem como pelas próprias tarefas do PJe e seus filtros. Para a recomendação indicada na alínea “d”, abrimos o processo SEI n. 0284102-70.2021.4.03.8000. Os feitos abrangidos pela alínea “e” foram regularizados ou levados a julgamento. Para a recomendação constante da alínea “f”, oficiamos à Presidência, que nos disponibilizou uma prestadora de serviço, que atuou de 21/6/2021 a 26/11/2021, sendo substituída por outro servidor a partir de 27/1/2022.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há, eis que estamos observando as recomendações dirigidas à unidade e buscando reduzir o tempo médio de julgamento, a fim de equipará-lo ao dos demais Gabinetes integrantes da 3ª Seção.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 2/2021, que envolve o julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2016. Cumprimos 99,93% da referida meta, conforme informado no item 5.2 do presente questionário, sendo que ficaram pendentes 16 processos. No entanto, o não cumprimento está relacionado a pedidos de vista - que refogem da esfera de controle deste magistrado -, processos com julgamento sobrestado após a apresentação do voto pelo Relator, processos na Subsecretaria da Turma, feito encaminhado para a digitalização, bem como baixado ao primeiro grau para diligência. Os processos com julgamento suspenso em virtude de divergência apresentada (regra prevista no art. 942 do CPC) já foram julgados este ano, na Sessão de 7/3/2022. Quanto àqueles com despacho ou devolvidos pelo primeiro grau, a orientação é para que recebam análise prioritária, com a conseqüente inclusão em pauta, à medida em que forem retornando à conclusão. O nosso propósito é o de esgotar essas pendências o quanto antes.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Considerando que o espaço disponibilizado neste item [1.000 caracteres] é insuficiente para expor o trabalho que vem sendo realizado nesta unidade jurisdicional, as considerações deste magistrado serão encaminhadas a essa E. Corregedoria-Geral por meio de ofício, o qual será remetido por malote digital e, na impossibilidade, via e-mail.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Débora Bragante Martins.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete é composto por 18 servidores, sendo um deles prestador de serviços, além de 1 estagiária. Dos 18 servidores, 16 trabalham na atividade-fim e 2 na atividade-meio, sendo um agente de segurança. A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento, bem como elaboração e conferência inicial de minutas. A unidade é cindida em núcleos de trabalho, formados de acordo com o número de servidores necessários para o cumprimento do Plano de Trabalho estabelecido, a saber: a) ATC/Especial: 4; b) API: 1; c) Benefício por incapacidade ou assistencial: 5; d) Revisão, auxílio-reclusão e salário-maternidade: 2; e) Pensão por morte, cumprimento de sentença/execução, seguro-desemprego e matéria residual: 1; f) AI, ACP, SuspApel, TutAntAntec e processo de competência do Órgão Especial: 1; e g) Processos da 3ª Seção e MS originário: 1. A triagem dos feitos recebidos da distribuição é feita pela estagiária, com a supervisão da assessoria e/ou chefia.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Antes da pandemia, tínhamos 6 servidores em regime de teletrabalho, com comparecimento à unidade uma vez por semana, preferencialmente, às quartas-feiras, dia em que aproveitávamos para fazer reuniões e confraternizações, já que todos estavam presentes. Com a instituição do trabalho remoto extraordinário, em razão da Covid-19, todos trabalharam à distância, não tendo havido prejuízo para o desenvolvimento das tarefas. Com o retorno das atividades presenciais, inicialmente previsto para 4/4/2022, conforme Portaria-Conjunta PRES/CORE n. 28/2022, mas que fora postergado em virtude do ataque cibernético que sofremos, entrará em vigor o trabalho não presencial, previsto na Resolução PRES n. 370/2020. Com isso, teremos 12 servidores trabalhando de forma remota, sendo 10 em regime de teletrabalho e 2 na modalidade de trabalho remoto por gestão diferenciada.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Desde a sua implantação, em setembro de 2018, o teletrabalho se desenvolveu de forma parcial, eis que o servidor precisava comparecer à unidade uma vez por semana. Diante da situação extraordinária vivida durante a pandemia, todos passaram a trabalhar remotamente, de modo integral, à exceção dos dias em que precisaram ir presencialmente ao Tribunal. Com a retomada das atividades à forma presencial ordinária, os Planos de Trabalho Não Presencial (TNP) passarão a ser observados, nos quais o trabalho remoto ocorrerá de forma parcial, eis que os servidores terão de comparecer um, dois ou quatro dias na semana, a depender do plano individual aprovado, tendo a quarta-feira sido escolhida como dia presencial obrigatório para todos. Nesse novo cenário, dos 12 servidores que permanecerão trabalhando remotamente, 5 comparecerão 1 vez por semana, 5 estarão presentes 2 vezes na semana e 2 comparecerão em 4 dias da semana.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Os servidores em teletrabalho têm um acréscimo de 30% em comparação à meta diária presencial, que varia de acordo com a matéria analisada.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

No que se refere à verificação do cumprimento da meta, o acompanhamento é mensal. Contudo, a produtividade é anotada sempre em que há inclusão de processos em pauta de julgamento, o que ocorre, geralmente, duas vezes por mês, sem prejuízo da aferição final, que se dá no encerramento do mês. Na eventualidade de não cumprimento, o servidor deverá justificar o que contribuiu para o resultado abaixo do esperado, que será avaliado pelo gestor. Em princípio, os processos faltantes deverão ser compensados no mês seguinte, a fim de não prejudicar o planejamento da unidade, mas tudo irá depender da análise da situação apresentada.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Considerando que os processos físicos foram digitalizados, estamos trabalhando apenas com feitos eletrônicos, que recebem o seguinte tratamento: Ao entrarem na tarefa “Triagem de Gabinete”, verifica-se a classe processual, sendo que AI, MSCiv e feitos da Seção são retirados diariamente para análise. Também são vistos os que subiram para reexame necessário e, sendo o caso, é proferida decisão terminativa de não conhecimento. Quanto às apelações, estas são analisadas individualmente, com inclusão de etiqueta de ano/mês de distribuição e de outras que auxiliem na identificação do caso. Na sequência, passa-se à admissibilidade recursal, com proferimento de decisão. Ao voltarem da Subsecretaria pela tarefa “Recebidos da unidade processante”, são reanalisados e, estando em termos, enviados à tarefa “Sessão - Preparar relatório e voto”. Havendo necessidade de decisão judicial, os feitos vão para a tarefa “Minutar ato judicial”. As tarefas de entrada, assim como a de minutar ato estão em dia.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O remanescente dos suportes físicos que foram digitalizados ao PJe permanece no Gabinete, em pilhas identificadas e com guia de remessa à Vara de origem já confeccionadas, aguardando o envio do cronograma de retirada. Quando do encaminhamento à Central de Digitalização, os processos físicos foram identificados no SIAPRO por número de lote, tendo sido inserida etiqueta similar no PJe. Os processos eletrônicos estão incluídos nas tarefas correspondentes à fase em que se encontram, sempre identificados por etiquetas, notadamente pela de ano/mês de distribuição, que pauta o trabalho do Gabinete, direcionado à elaboração de minutas de voto, com observância dos feitos mais antigos. Outras etiquetas também são utilizadas. Destaco as seguintes: maior de 80 anos, REOMS, juízo de retratação, ED, tutela concedida em AI, -Despachar, que também recebem uma atenção especial em decorrência da situação reportada. O uso de etiquetas é essencial para a ordenação dos trabalhos e saneamento do acervo.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle se dá pelas etiquetas lançadas nos processos eletrônicos, que podem ser filtradas e indicam cada situação. Os processos que são separados no início do mês para a elaboração de minuta de voto levam a etiqueta com o nome do servidor e a da meta do mês correspondente. Isso facilita na identificação de quem minutou, bem como na apuração da produtividade. As prioridades em virtude da idade ou de doença grave são etiquetadas, sendo que os feitos com maior de 80 anos são incluídos em pauta de imediato. Assim que recebidos na unidade, os processos com embargos de declaração são direcionados para quem elaborou a minuta do ato embargado. A análise dos agravos internos também é priorizada. Os processos encaminhados para consulta de prevenção recebem etiqueta específica, assim como os casos com tutela concedida. O acompanhamento dos agravos de instrumento, mandados de segurança originários, processos de competência da Seção, além das petições juntadas em feitos conclusos, é diário.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. As metas são individuais e estipuladas conforme a matéria em análise. Além das metas diárias - de 2 a 4 processos, com adicional de 30% quando em teletrabalho - temos, também, o acréscimo de metas semanais, de 2 a 3 processos, dependendo do núcleo de trabalho envolvido, sem prejuízo da análise dos embargos de declaração recebidos ao longo do mês. A especificação das metas de cada núcleo está prevista no item 11 do Plano de Trabalho estabelecido pelo Gabinete para o ano em curso, que será enviado à E. Corregedoria, conforme informado. Diante dos parâmetros aduzidos, a meta será de 12, 18 ou 20 processos semanais, por servidor, a depender do assunto, sem contar o acréscimo de 30% já especificado, o que fará com que o patamar fique em 15, 22 ou 25, respectivamente, no caso de presença num dia da semana e entre 14, 21 e 24, na hipótese de trabalho presencial em dois dias da semana e três remotamente. Embora o exemplo trate de uma semana de trabalho, a meta é calculada por mês.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Caso cumprida a meta mensal antes do prazo estabelecido, o servidor, em trabalho presencial, não precisa comparecer à unidade no último dia do mês. Durante o período de trabalho remoto extraordinário, cumprida a meta, o servidor voltava a receber processos para análise e elaboração de minuta de voto apenas no início do mês seguinte.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os processos da Meta 2 do CNJ são identificados pela etiqueta de ano/mês de distribuição e estão abrangidos pelo Plano de Trabalho traçado anualmente pelo Exmo. Desembargador Federal Carlos Delgado. Eles são a nossa prioridade, considerando que o trabalho proposto envolve o julgamento dos feitos mais antigos do acervo. As ações civis públicas também são etiquetadas, devido à relevância da

demanda e também por terem figurado, até o ano passado, dentre as metas do CNJ. Já os processos com prioridade legal deferida recebem anotação no Sistema, além de etiqueta específica. Entretanto, levando em conta que parte relevante do acervo é composta por feitos nessa situação, fica inviável um pronto julgamento de todos os casos, à exceção daqueles contemplados pela Lei n. 13.466/2017, que dispõe sobre a prioridade especial concedida às pessoas maiores de 80 anos de idade. Para estes, como já dito, a solução é dada de pronto, com análise e inclusão na primeira pauta de julgamento disponível.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, em casos pontuais, tais como: não conhecimento de remessa necessária submetida já na vigência do CPC/2015, perda de objeto ou não conhecimento do agravo de instrumento e homologação de desistência do recurso. Nos feitos de competência originária, extinção do processo sem resolução do mérito e, nas hipóteses autorizadas pelo CPC, julgamento liminar de mérito. Impende ressaltar que, nos casos vinculados à Turma, as questões de mérito são sempre levadas ao colegiado, mesmo que já decididas em repercussão geral ou em recurso representativo da controvérsia, por ser mais célere o julgamento, já que evita a interposição de agravo interno por quaisquer das partes, sem contar a oposição de embargos de declaração contra a decisão monocrática terminativa antes da interposição do próprio agravo interno.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Temos vários modelos de despachos e de decisões, que agilizam a execução das atividades que demandam um volume maior, tais como: admissibilidade recursal, sobrestamento do feito, quer por morte ou afetação de tema pelo STF, STJ ou por esta própria Corte, homologação de habilitação de dependente previdenciário ou sucessor civil, deferimento de prioridade na tramitação, dentre outros. Embora trabalhe também com modelos de votos, estes já são utilizados como texto-base, eis que a análise do caso concreto varia de processo a processo.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A capacitação dos servidores está diretamente relacionada à troca de experiências entre os membros da equipe. A necessidade referida é identificada precipuamente quando o servidor começa a trabalhar com uma nova matéria ou quando há alguma alteração legislativa significativa, que impacte diretamente na análise do que está sendo pretendido com a demanda. No intuito de suprir eventuais dúvidas, mantemos no Gabinete obras atualizadas para consulta e autorizamos a participação dos servidores em cursos promovidos pelo Tribunal, reforçando a divulgação daqueles voltados para a matéria da nossa competência.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados em função de incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos especiais repetitivos ou com repercussão geral reconhecida recebem uma etiqueta específica, contendo o número do tema e, na impossibilidade, da matéria submetida à análise. Após a decisão de suspensão, ficam sobrestados na

Subsecretaria competente até o julgamento do caso que originou o travamento da tramitação. Assim que desobrestados, os feitos são conclusos e recebem a etiqueta “Sobrestamento levantado”, sendo que aqueles com distribuição mais antiga são priorizados. Já em relação às matérias que se encontram atualmente sobrestadas, elas de referem aos seguintes Temas: n. 1.102/STF, n. 692/STJ (aplicável aos agravos de instrumento e processos em fase de execução), n. 732/STJ, em razão do RE n. 1.164.452, n. 1.018/STJ (aplicável aos agravos de instrumento e processos em fase de execução), n. 1.059/STJ, n. 1.070/STJ, n. 1.090/STJ, n. 1.117/STJ, n. 1.124/STJ e n. 3/TRF-3.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A identificação de processos passíveis de encaminhamento ao Gabinete da Conciliação consta do Item 8 do nosso Plano de Trabalho para 2022. Quando há proposta de acordo formulada nos autos, a parte contrária é intimada para se manifestar. Havendo concordância, é proferida decisão homologatória pelo próprio Relator. O mesmo ocorre quando a proposta de acordo é apresentada em preliminar de apelação e anuída pela parte contrária em sede de contrarrazões ou em petição específica. Havendo pedido de remessa dos autos ao Gabinete da Conciliação, este é deferido prontamente pelo Exmo. Relator. Quando há mutirão promovido pelo Gabinete da Conciliação, voltado a processos da nossa competência, participamos com o envio daqueles inseridos na situação especificada. Exemplo disso ocorreu no ano de 2017, quando tivemos a oportunidade de encaminhar processos cujos recursos se insurgiam sobre a Lei n. 11.960/09.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Sim, designação de prestador de serviços. Esclareço que, em razão da recomendação constante na alínea “f” do Relatório da Inspeção realizada em 2020, foi oficiado à Presidência desta Corte, conforme processo SEI n. 0275892-30.2021.4.03.8000, que nos disponibilizou uma servidora para prestar serviços na unidade, ainda cursando Direito, que trabalhou, de 21/6/2021 a 26/11/2021, nos feitos com laudo atestando a ausência de incapacidade laborativa. Nesse período, elaborou 242 minutas de voto. Em 27/1/2022, recebemos um novo prestador de serviços, já formado, que finalizou o trabalho nos processos de sem incapacidade, passando para os casos de ausência de impedimento de longo prazo, que eram poucos. Atualmente, está trabalhando com processos de salário-maternidade, tendo, até o momento, minutado 165 votos.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Geralmente, entre três e quatro sessões, pois os processos são pautados e, com isso, temos de observar o Cronograma das Sessões, elaborado com prazo de, aproximadamente, 30 dias entre o “Peço dia” e a data da sessão de julgamento. No momento, temos 4 processos com pedido de vista, sendo 3 deles de competência da 7ª Turma, a saber, n. 6079673-27.2019.4.03.9999, n. 5033154-40.2021.4.03.9999 e n. 5178459-55.2021.4.03.9999, cuja vista foi pedida na Sessão de 21/2/2022 e os votos-vista serão levados na Sessão de 25/4/2022 (Itens 490 a 492 da Pauta), e 1 vinculado à 3ª Seção, de n. 5033370-59.2020.4.03.0000, com pedido de vista formulado na

Sessão de 10/3/2022, o qual se encontra aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá no dia 19 de abril, com Sessão prevista para 12/5/2022.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A jurisprudência formada pela Corte é acompanhada através das sessões de julgamento, da leitura dos votos disponibilizados pelos demais Gabinetes, da consulta à página do Tribunal e pela pesquisa junto à ferramenta “Jurisprudência Unificada”, disponibilizada pelo E. Conselho da Justiça Federal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, sempre. Nas sessões da Turma, devido ao grande número de feitos pautados, a disponibilização dos votos, acompanhada do roteiro com a relação dos itens e das matérias pautadas, ocorre até uma semana e meia antes da Sessão de julgamento, ou seja, com 10 dias de antecedência, no mínimo, sendo que os feitos em mesa podem ser liberados em tempo menor, mas sempre com alguns dias antes da sessão, mediante comunicação aos Gabinetes e à Subsecretaria. Nas sessões da Seção e do Órgão Especial o compartilhamento prévio dos votos também é feito entre as unidades envolvidas. Essa prática é imprescindível para viabilizar a realização das sessões de julgamento, tendo em vista a peculiaridade e a complexidade dos casos em análise, fundados, em sua maioria, em matéria fática.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas no sistema PJe, através do Painel do Magistrado, que traz os feitos pautados e incluídos em mesa. A disponibilização dos votos ocorre de forma antecipada, tal como acontece nas sessões presenciais ou por videoconferência. As divergências e os pedidos de vista são lançados no sistema, sendo as primeiras acompanhadas de declaração de voto. Havendo pedido de sustentação oral ou de preferência, os autos são adiados e apresentados, em mesa, na primeira Sessão presencial ou por videoconferência designada. Nas sessões da Turma e da Seção, os posicionamentos também são encaminhados por e-mail. Eventualmente, na sessão do Órgão Especial pode haver também o uso do GEDPRO para os feitos que ainda tramitam de forma física perante a Vice-Presidência, sendo a sistemática de disponibilização de votos e de votação similar à do PJe.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. O plano de trabalho é elaborado anualmente. O primeiro ocorreu em maio de 2017, sendo os demais criados sempre no início do mês de janeiro, logo após o retorno do Recurso Judiciário. O planejamento da unidade para 2022 está delineado no Plano de Trabalho 2022, Doc. SEI n. 8423401, o qual será disponibilizado à E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente, temos um cargo vago na área de segurança e estamos aguardando o encaminhamento de mais dois estagiários. Quanto aos recursos materiais, penso que estamos bem providos.
---	---

b) gestão do trabalho	A gestão das atividades é permanente e norteada pelo plano de trabalho estabelecido anualmente pela unidade. Estamos em constante aprimoramento, sempre buscando sanar eventual lacuna, aperfeiçoando o método de trabalho adotado, com vistas a atingir o objetivo pretendido, que tem foco na redução do tempo médio de julgamento, priorizando os processos com distribuição mais antiga, à exceção das situações pontuais já mencionadas. Cuidamos, também, de identificar e analisar, de pronto, as petições juntadas em processos conclusos, assim como naqueles já incluídos em pauta. As tarefas abertas após a sessão de julgamento recebem acompanhamento direto, no intuito de encaminhar os feitos para publicação do acórdão no menor tempo possível. O nosso trabalho é voltado para manter as tarefas sempre vistas e sem pendências, diminuindo o número de processos na tarefa preparar relatório e voto e aumentando na de aptos a julgamento e, por conseguinte, aguardando a sessão.
c) resultados	Conforme dados estatísticos, estamos colhendo bons resultados do nosso trabalho. Concluímos 2020 com 17.075 processos no acervo, sendo 13.722 pendentes de primeiro julgamento, contando os sobrestados. Em 31/12/2021, ou seja, 1 ano depois, o acervo era de 12.178 processos, sendo que 9.915 deles aguardavam o primeiro julgamento, incluindo os com tramitação suspensa, mesmo enfrentando uma distribuição de 3.158 feitos no período. O cumprimento da Meta 1/2021 do CNJ foi de 254,44% e o da Meta 2/2021 de 99,93% e 117,27%, respectivamente, segundo os anos de distribuição (até 2016 e em 2017). No que se referente ao ano em curso, fechamos o mês de fevereiro com 11.535 processos no acervo, sendo 9.579 deles pendentes de primeiro julgamento. O cumprimento da Meta 2/2022 já está em 99,87%, em relação aos distribuídos até 31/12/2017, e em 116,03%, quanto àqueles distribuído no ano de 2018. Para as sessões de março pautamos 1.121 processos e, para as de abril, 1.114, incluindo recursos internos.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Conforme Plano de Trabalho, objetivamos: a) Reduzir os processos pendentes de julgamento; b) Atingir as metas do CNJ, em especial a “Meta 1”, “Meta 2” e “Meta 5”,

superando a Meta 2; c) Manter em dia a análise e o julgamento dos feitos de competência da 3ª Seção, daqueles com prioridade especial, bem como as seguintes classes: AI, MSCiv, Rcl, SuspApel, TutAntAntec e RemNecCiv; d) Reduzir o tempo médio de primeiro julgamento dos processos, atingido a média dos Gabinetes integrantes da 3ª Seção; e) Pautar os feitos mais antigos do acervo, compreendendo as revisões e os processos de benefício previdenciário ingressados até 09/2021, além dos de LOAS e os em fase de cumprimento de sentença distribuídos até 12/2021, sem prejuízo daqueles mais recentes relativos à ausência de incapacidade laboral ou impedimento de longo prazo; f) Julgar os incidentes que vierem à conclusão, assim como priorizar os juízos de retratação, os pedidos de vista e as consultas de prevenção.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Ações como a elaboração de um plano anual de trabalho conjugado com o estabelecimento de metas, o acompanhamento constante das tarefas do PJe abertas na unidade, assim como a consulta aos dados estatísticos disponibilizados pelo Setor competente, já fazem parte do nosso dia a dia e visam atingir os objetivos já estabelecidos no Plano de Trabalho 2022. No entanto, outras ações podem vir a ser adotadas ao longo deste ano, no intuito de contribuir para a melhoria das atividades já desenvolvidas, precipuamente no tocante à celeridade no julgamento dos feitos, desde que mantida a qualidade na prestação jurisdicional. A busca por novos métodos e práticas se faz presente tanto no trabalho exercido por esta assessoria quanto pelo da chefia.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O atendimento aos advogados e às partes por e-mail não era usual, eis que ocorria de forma presencial ou por meio telefônico. Com a pandemia, isso mudou e não houve prejuízo, tampouco demora para o retorno da informação, eis que a caixa de mensagens da unidade é monitorada continuamente. O atendimento do advogado pelo Desembargador, na forma de videoconferência, através de plataforma disponibilizada pelo Tribunal, foi possível durante a realização do trabalho remoto extraordinário, possibilitando o contato quando necessário. As sessões por videoconferência também permitiram com que os advogados pudessem sustentar oralmente, não havendo qualquer prejuízo ao julgamento. É uma ferramenta que continuará sendo utilizada nas sessões, quer de forma isolada ou conjugada com o comparecimento presencial. A ampliação dos meios de comunicação utilizados entre as unidades e também de forma interna, com os membros da equipe, a saber, Teams, WhatsApp e Signal, tornou o trabalho ainda mais dinâmico.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle é realizado pelos próprios filtros disponibilizados pelo PJe, sendo que observamos a ordem cronológica de distribuição no Tribunal quando da separação dos processos para a elaboração de voto. Impende registrar, por oportuno, que, como não há movimentação automática, as petições juntadas nos processos que estão na tarefa “[SESSÃO] Preparar relatório e voto” são identificadas através dos campos de pesquisa do referido Sistema e complementadas pela extração dos relatórios

gerenciais. Também nos valem os dados estatísticos disponibilizados pelo Setor competente, que traz o nome e a data da última tarefa realizada nos autos.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5022879-56.2021.4.03.0000	29/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5024174-31.2021.4.03.0000	8/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5024152-70.2021.4.03.0000	8/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5025616-32.2021.4.03.0000	20/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0004828-90.2013.4.03.6102	20/8/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a Sessão de 25/4/2022 para julgamento dos embargos de declaração.		
5004134-43.2017.4.03.6119	5/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a Sessão de 25/4/2022 para julgamento dos embargos de declaração.		
0016201-28.2017.4.03.9999	31/5/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a Sessão de 25/4/2022 para julgamento dos embargos de declaração.		
5505529-42.2019.4.03.9999	11/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 21/2/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5506635-39.2019.4.03.9999	11/4/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a Sessão de 25/4/2022 para julgamento dos embargos de declaração.		
5507133-38.2019.4.03.9999	11/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 31/1/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5520351-36.2019.4.03.9999	15/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 31/1/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5562571-49.2019.4.03.9999	25/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
5560266-92.2019.4.03.9999	25/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5648731-77.2019.4.03.9999	17/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		

5640435-66.2019.4.03.9999	15/5/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 21/2/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5729002-73.2019.4.03.9999	6/6/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 21/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5729027-86.2019.4.03.9999	6/6/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a Sessão de 4/4/2022, a qual será concluída no dia 18/4/2022, em razão do ataque cibernético sofrido por esta Corte, em 30/3/2022, que tornou indisponíveis os sistemas até o último dia 10.		
5789288-17.2019.4.03.9999	28/6/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 31/1/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5793802-13.2019.4.03.9999	28/6/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 21/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
5848459-02.2019.4.03.9999	12/7/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 22/3/2022 requisitando ao Juízo a quo o envio dos depoimentos colhidos em audiência, a fim de possibilitar a análise da apelação. O processo retornou à conclusão em 12/4/2022 e foi analisado e pautado no mesmo dia, com Sessão prevista para 9/5/2022.		
0012316-69.2018.4.03.9999	3/5/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em virtude da publicação do acórdão.		
0012436-15.2018.4.03.9999	3/5/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 21/2/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em virtude da publicação do acórdão.		
0040686-29.2016.4.03.9999	6/12/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
0043245-22.2017.4.03.9999	28/12/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
0008649-12.2017.4.03.9999	16/3/2017	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 7/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em virtude da publicação do acórdão.		
0001140-07.2015.4.03.6117	10/11/2016	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
0042557-60.2017.4.03.9999	28/12/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		

0003290-57.2012.4.03.9999	6/2/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 27/5/2019, quando o Exmo. Desembargador Federal Toru Yamamoto foi designado Relator para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o processo constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
0013484-43.2017.4.03.9999	9/5/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 21/3/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente para a publicação do acórdão.		
5007023-30.2018.4.03.6120	21/5/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 31/1/2022, estando atualmente na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0004342-37.2005.4.03.6183	9/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 27/5/2019, quando o Exmo. Desembargador Federal Toru Yamamoto foi designado Relator para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o processo constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
5003561-97.2020.4.03.9999	11/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida, em 21/3/2022, decisão monocrática terminativa, no sentido de não conhecer da remessa necessária, com determinação de retificação da classe processual, eis que estava constando tratar-se de apelação cível.		
0002909-10.2016.4.03.9999	3/2/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
0023449-45.2017.4.03.9999	2/8/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 7/3/2022, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o feito constou da lista da Inspeção, estando atualmente na Subsecretaria competente.		
0000805-29.2012.4.03.6105	7/10/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a Sessão de 25/4/2022 para julgamento dos embargos de declaração.		
0000567-67.2012.4.03.6183	15/6/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 25/9/2020, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o processo constou da lista da Inspeção, estando atualmente concluso em seu Gabinete.		
0001671-10.2012.4.03.6114	8/5/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 25/9/2020, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o processo constou da lista da Inspeção, estando atualmente concluso em seu Gabinete.		
0007134-85.2012.4.03.6128	31/10/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 25/9/2020, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua Excelência, dando-lhe ciência de que o processo constou da lista da Inspeção, estando atualmente concluso em seu Gabinete.		
0005623-94.2012.4.03.6114	2/8/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento concluído na Sessão de 25/9/2020, quando a Exma. Desembargadora Federal Inês Virgínia foi designada Relatora para o acórdão. Oficiado a Sua		

Excelência, dando-lhe ciência de que o processo constou da lista da Inspeção, estando atualmente concluso em seu Gabinete.		
0028568-60.2012.4.03.9999	19/7/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de correção monetária. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0033512-08.2012.4.03.9999	16/8/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de correção monetária. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0062003-64.2008.4.03.9999	9/12/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de correção monetária. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0062415-92.2008.4.03.9999	11/12/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de correção monetária. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0004935-09.2006.4.03.6126	30/9/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação quanto aos critérios da correção monetária. Autos conclusos em 28/3/2022, em razão dos embargos de declaração opostos pelo INSS, os quais já foram pautados para a Sessão de 9/5/2022.		
0028454-97.2007.4.03.9999	30/7/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de correção monetária. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0026544-35.2007.4.03.9999	24/7/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de correção monetária. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0008027-64.2016.4.03.9999	8/3/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 21/2/2022, com juízo positivo de retratação parcial. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		
0004877-34.2003.4.03.6183	24/11/2004	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na Sessão de 7/3/2022, com juízo positivo de retratação, para reformar o acórdão no que tange aos critérios de fixação dos juros de mora. Atualmente, os autos se encontram na Subsecretaria competente, em razão da publicação do acórdão.		

Resposta complementar do questionário (Ofício TRF3 n. 3-GABCD)

(...)

Em atenção ao Item 8 do Questionário da Inspeção, que trata da autoavaliação da unidade, venho perante Vossa Excelência apresentar, de forma mais detalhada, as informações que entendo oportunas para demonstrar o trabalho que vem sendo desenvolvido no acervo sob minha responsabilidade, considerando a inclusão deste Gabinete no Programa de Acompanhamento Permanente (PAP) dessa E. Corregedoria, quando da última inspeção:

Primeiramente, ressalto que o planejamento para 2022, consolidado no Plano de Trabalho (Doc. SEI nº 8423401), em anexo, contempla o julgamento das ações revisionais e dos processos de concessão de benefício previdenciário ingressados no Tribunal até 30.09.2021, bem como os feitos de concessão de benefício assistencial e aqueles em fase de cumprimento de sentença/execução distribuídos até 31.12.2021. Visando ao aumento da produtividade, os processos com laudo pericial concluindo pela ausência de incapacidade laboral ou impedimento de longo prazo receberam tratamento diferenciado, não se sujeitando aos marcos acima referidos, podendo, assim, ser objeto de análise e julgamento aqueles com distribuição mais recente. Prevê, também, manter em dia o julgamento dos processos de competência da 3ª Seção, assim como dos feitos com prioridade especial (idosos com mais de 80 anos de idade), agravo de instrumento, mandado de segurança originário, reclamação, pedido de efeito suspensivo à apelação, tutela antecipada antecedente e os remetidos por força da remessa necessária.

Mesmo não especificadas nominalmente no Plano acima, as restaurações de autos, quando existentes, também recebem tramitação prioritária no Gabinete.

Embora ousada, a estratégia foi delineada levando em conta a necessidade de se incluir a unidade na média do tempo de julgamento dos demais Gabinetes integrantes da 3ª Seção, conforme determinado por essa E. Corregedoria, sem se distanciar do trabalho que vem sendo feito desde quando assumi o acervo, qual seja, o de priorizar o julgamento dos processos com distribuição mais antiga, a fim de dar uma resposta àqueles que estão aguardando a prestação jurisdicional há mais tempo.

A respeito do acervo, consoante informado no Questionário em voga, em 31.12.2020, havia 17.075 processos ao todo, sendo 13.722 pendentes de primeiro julgamento, incluindo os sobrestados. Encerramos o ano de 2021 com 12.178 processos no acervo, sendo que aguardavam o primeiro julgamento 9.915 feitos, contando os sobrestados. Já aos 28.02.2022 o acervo estava com 11.535 processos, sendo 9.579 feitos pendentes de primeiro julgamento, considerando os com tramitação suspensa, a saber, 415.

Segundo dados estatísticos, em meados de março, o acervo total da unidade era de 11.034 processos. Quanto aos feitos pendentes de primeiro julgamento, em 15.03.2022, tínhamos 9.091 processos, incluindo 430 sobrestados.

Passando para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, tópico importante em razão do disposto no art. 3º, incisos I e II, do Provimento

nº 6/2021/CG-CJF, que regulamenta o PAP, no que se refere à **Meta 1** – julgar mais processos do que os distribuídos no mesmo período –, em 2020, o percentual de cumprimento foi de 145,08%. Em 2021, atingimos 254,44%, sendo que nos dois primeiros meses de 2022 a observância da meta está em 357,89%.

Impende registrar que houve uma redução na distribuição de feitos no ano de 2021, o que contribuiu para que o percentual de cumprimento da sobredita meta, em relação a 2020, fosse tão expressivo. No entanto, tal fato não retira o crédito do trabalho apresentado por esta unidade no ano passado, que baixou significativamente o número de processos no acervo, assim como o de pendentes de primeiro julgamento, mesmo enfrentando uma distribuição de 3.084 processos no período.

Quanto à **Meta 2**, voltada para o julgamento dos processos mais antigos, em 2020, o percentual de cumprimento foi de 99,84% em relação aos feitos distribuídos até 31.12.2015 e de 115,38% para aqueles distribuídos no ano de 2016. Já em 2021, o índice de cumprimento foi de 99,93% para os feitos distribuídos até 31.12.2016 e de 117,27% para os ingressados no Tribunal em 2017. Para este ano de 2022, levando em conta os julgamentos proferidos no primeiro bimestre, o percentual de atendimento está em 99,87% no tocante aos processos distribuídos até 31.12.2017 e, em 116,03% – ou seja, já cumprida –, no que se refere àqueles com entrada no ano de 2018.

Esclareço que a apresentação acima, abrangendo os anos de 2020, 2021 e 2022, se dá em função da inserção desta unidade no Programa de Acompanhamento Permanente após a realização da última Inspeção Ordinária nesta Corte, ocorrida no período de 4 de maio a 10 de julho de 2020.

É de se ressaltar que os pedidos de vista e os julgamentos sobrestados pela regra prevista no art. 942 do CPC acabam por interferir no resultado do trabalho do relator, eis que o julgamento só será computado quando todos os votos forem colhidos.

A título de exemplo, segundo dados estatísticos, a primeira parte da Meta 2/2021, que abrange os feitos distribuídos até 31.12.2016, deixou de ser totalmente cumprida, em razão de 16 processos, que representam 0,07% dos feitos nela englobados. A situação de cada um deles foi retratada nas informações semestrais do PAP, encaminhadas a Vossa Excelência em 29.12.2021, que incluía, na ocasião, outros dois feitos que foram julgados na Sessão de 06.12.2021. A maioria deles já estava com voto apresentado por este Desembargador Relator.

No que se refere à Meta 2/2022, como se denota dos percentuais já informados – 99,87% e 116,03% –, posicionados até 28.02.2022, ela já está bastante avançada, faltando apenas 0,13% para o seu cumprimento no tocante aos feitos distribuídos até 31.12.2017. Isso equivale a 22 processos. Tais números são resultado do planejamento realizado nos últimos anos, que deu enfoque ao julgamento dos feitos mais antigos, possibilitando com que alcançássemos tais índices já no primeiro bimestre de 2022.

A título de demonstrar o trabalho voltado aos processos com distribuição mais antiga, precisamente às apelações pendentes de julgamento, informo que, após a separação das metas de trabalho para o mês de março, a situação de cada matéria no Gabinete, observado o mês de ingresso no Tribunal, ficou assim:

Aposentadoria por idade: em 10/2019

Aposentadoria por tempo de contribuição ou especial: em 08/2019

Auxílio-reclusão: em 10/2019

Benefício assistencial (LOAS): em 10/2020

Benefício por incapacidade: em 12/2019

Execução: em 06/2020

Pensão por morte: em 11/2019

Ressarcimento/devolução de valores: concluiu 12/2019

Revisão: em 10/2019

Seguro-desemprego: em 11/2019

Salário-maternidade: em 03/2021

Como pode se verificar, já estamos analisando os processos distribuídos no segundo semestre de 2019, podendo haver um caso ou outro com distribuição anterior, em andamento perante a Subsecretaria, em razão de despacho proferido.

De todo modo, informo a Vossa Excelência que o nosso propósito, a cada início de mês, é o de esgotar os casos com distribuição mais antiga que se encontram conclusos na unidade, independentemente de serem mais ou menos complexos, incluindo nessa separação aqueles devolvidos pela Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, assim como os recebidos das Cortes Superiores para reanálise, por estarem há mais tempo em tramitação.

Ainda sobre as metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça, mais precisamente sobre a **Meta 5**, que cuida da taxa de congestionamento, abordada no Item 5.8 do Questionário da Inspeção, informo que nem todos os dados solicitados por Vossa Excelência puderam ser preenchidos neste momento, pois estamos aguardando a liberação pelo Setor competente, que também foi surpreendido com a indisponibilidade dos sistemas. Assim que tivermos de posse de tais dados, oficiaremos complementando as informações desse tópico.

Entretanto, no intuito de demonstrar a observância desta unidade à Meta 5/2021, que estabelecia a redução em 2 pontos percentuais da taxa de congestionamento em relação ao ano de 2020, informo que, segundo dados disponibilizados anteriormente pelo Setor de Estatística e arquivados internamente pela minha assessoria, em dezembro de 2020 a taxa de congestionamento estava em 75,85%, passando para 71,87% em março de 2021, conforme informado no referido questionário, sendo o último dado atualizado em novembro de 2021, quando a taxa estava em 65,23%. Pelos números que temos em mãos, em onze meses houve uma redução de 10,62%, superando, em muito, os pontos inicialmente estabelecidos.

Um outro dado importante se refere ao número de processos em pauta de julgamento. Para as Sessões do mês de março pautamos um total de 1.121 feitos e, para as de abril, foram 1.114 processos incluídos em pauta. O último "Peço dia" ocorreu

na semana passada, com 242 processos pautados para a Sessão de 09.05.2022. Embora os recursos internos também estejam inseridos nesses números, esclareço que a maior parte diz respeito a feitos que aguardam o primeiro julgamento.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao julgamento dos recursos internos e à apresentação dos votos-vista, eis que tais situações estão retratadas no inciso III do art. 3º do Provimento que regulamenta o PAP.

No momento, temos 4 pedidos de vista, sendo que três processos, com julgamento iniciado em 21.02.2022, já estão pautados para a Sessão de 25.04.2022, ocasião em que os votos-vista serão apresentados. O quarto, cujo pedido fora formulado na Sessão de 10.03.2022, está aguardando a próxima inclusão em pauta, que ocorrerá no dia 19 de abril, com Sessão prevista para 12.05.2022.

Quanto aos recursos internos, que compreendem os embargos de declaração e os agravos internos, informo que estamos empenhados em manter a sistemática de análise dentro do próprio mês de conclusão, com a conseqüente inclusão em pauta de julgamento. Registro que no “Peço dia” ocorrido em 24.03.2022 todos os embargos de declaração conclusos, até então, foram analisados e pautados, não havendo, naquela oportunidade, processo com agravo interno pendente de apreciação. O mesmo ocorreu na última inclusão em pauta, em 12.04.2022, quando os 9 processos com embargos de declaração que se encontravam conclusos na unidade foram pautados.

Sobre os processos com tutela provisória concedida pelo Relator há mais de 90 dias e não submetidas ao exame do colegiado, informo que os 13 processos constantes do questionário já foram julgados no mês de março ou estão pautados para as Sessões do mês de abril.

Passando para o caso pendente de lavratura de acórdão, que consta do Item 4.17 do Questionário da Inspeção, esclareço que se refere ao processo autuado sob o nº 5056077-65.2018.4.03.9999, cujos embargos de declaração foram julgados na Sessão de 21.02.2022, sendo que, em 25.02.2022, foi aberta ordem de serviço pela Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção, a pedido deste Gabinete, para retificação do resultado do julgamento quanto à parte embargante, a fim de constar “autora” ao invés de “INSS”. Assim que alterado, houve a confirmação do inteiro teor do acórdão, seguida da assinatura deste Relator, em 04.03.2022, e do lançamento da movimentação processual correspondente. Conforme consulta ao PJ-e, a publicação do acórdão ocorreu no dia 11.03.2022.

Saliento que as tarefas do Gabinete relacionadas aos acórdãos, a saber, confirmação, assinatura e lançamento da movimentação com o resultado do julgamento de cada recurso, recebem acompanhamento prioritário, a fim de viabilizar o cumprimento do prazo estabelecido para a publicação das decisões colegiadas, que é de 10 dias. Neste momento, nenhuma dessas tarefas se encontra aberta na unidade, visto que todos os acórdãos já foram lavrados.

Apenas no intuito de reforçar a dinâmica de trabalho, as tarefas do PJ-e abertas na unidade recebem acompanhamento diário, quer por parte dos servidores e estagiários, quer por parte deste magistrado. Tentamos, ao máximo, deixá-las em dia,

ficando a maior parte dos feitos concentrada nas tarefas de preparar relatório e voto e naquelas relacionadas à inclusão em pauta (Aptos a julgamento e Aguardando a Sessão).

Já caminhando para a parte final da autoavaliação, não poderia deixar de abordar a prestação de serviços autorizada pela Presidência, com a designação de servidor recém-ingresso aos quadros do Tribunal, no intuito de auxiliar a unidade a reduzir o tempo médio de julgamento, equiparando-o ao dos demais Gabinetes integrantes da 3ª Seção.

Como já mencionado nas informações semestrais do PAP, bem como no Questionário da Inspeção vigente, a prestação de serviços teve início em 21.06.2021, sendo que a servidora designada atuou, de modo efetivo, até 26.11.2021, tendo sido substituída por outro servidor em 27.01.2022, quando já estava em gozo de licença à gestante.

Conforme Despacho nº 8309233/2021 – PRESI/DIRG/SEGE/UDEP/DECO/RDEO, proferido, em 20.12.2021, nos autos do processo SEI autuado sob o nº 0275892-30.2021.4.03.8000, o pedido de substituição da prestadora, bem como o de prorrogação do prazo de auxílio fora deferido nos seguintes termos: “(...) Providencie-se a substituição da atual prestadora de serviços por um servidor recém ingressante, quando da próxima nomeação, cuja prestação deverá vigorar até que o gabinete abaixe o acervo de processos dentro da média da 3ª Seção, por prazo de seis meses ou até que seja necessária a lotação do prestador em outro setor, o que ocorrer primeiro.”

Tal auxílio é de suma importância, pois contribui para o incremento do número de processos analisados e julgados pela unidade, por ser mais uma força de trabalho atuando na atividade-fim e que, de certa forma, compensa ou ameniza eventuais afastamentos dos servidores por licença-médica, fazendo com que o Gabinete mantenha um bom ritmo de produção.

Encerro esta singela exposição reafirmando o compromisso deste Magistrado, bem como do da sua equipe, em continuar envidando esforços para o cumprimento das metas anuais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, além daquelas contidas em nosso Plano anual de trabalho, com vistas a manter a redução do acervo, bem assim do tempo médio de primeiro julgamento, fazendo com que a prestação jurisdicional se torne cada vez mais célere e eficiente.

(...)

Resposta complementar do questionário (anexo do Ofício TRF3 n. 3-GABCD)

(...)

PLANO DE TRABALHO

2022

Missão: promover justiça, através de uma atuação jurisdicional célere, efetiva, responsável e de qualidade.

Visão: constituir uma unidade de prestação jurisdicional eficiente, sem prejuízo da análise zelosa dos casos submetidos à apreciação.

Valores: honestidade, transparência, equidade, acessibilidade e qualidade.

Linhas estratégicas:

1. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.
2. Gerenciamento dos processos de trabalho.
3. Valorização das pessoas.
4. Comunicação.

Objetivos estratégicos:

1. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

- 1.1 Reduzir o número de processos pendentes de julgamento.
- 1.2 Atingir as metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial as denominadas “Meta 1”, “Meta 2” e “Meta 5”, superando, ademais, o quanto estabelecido na segunda.
- 1.3 Manter em dia a análise e o julgamento dos processos de competência da 3ª Seção, dos feitos com prioridade especial (idosos maiores de 80 anos), assim como das seguintes classes processuais: AI (agravo de instrumento), MSCiv (mandado de segurança cível), Rcl (reclamação), SuspApel (pedido de efeito suspensivo à apelação), TutAntAntec (tutela antecipada antecedente) e RemNecCiv (remessa necessária cível, incluindo os mandados de segurança).
- 1.4 Reduzir o tempo médio de primeiro julgamento dos processos, atingido a média dos Gabinetes integrantes da 3ª Seção.
- 1.5 Adotar soluções alternativas de conflito.

2. Gerenciamento dos processos de trabalho.

- 2.1 Manter o acervo organizado.
- 2.2 Padronizar rotinas de trabalho.
- 2.3 Identificar as dificuldades enfrentadas na execução das atividades.

3. Valorização das pessoas.

- 3.1 Qualificar o servidor.
- 3.2 Atender às necessidades de cada um, sem prejuízo da execução das atividades atribuídas.
- 3.3 Proporcionar um bom ambiente de trabalho.

4. Comunicação.

- 4.1 Aprimorar a comunicação interna.
- 4.2 Interagir com as demais unidades envolvidas.

Planos de ação, implantação e controle:

1. Estabelecimento de metas diárias de trabalho – de 2 a 4 processos ao dia, a depender da matéria sob análise, com majoração de 30% quando o servidor estiver em teletrabalho –, com separação mensal dos feitos para elaboração de minuta, observada a

data de distribuição no Tribunal, além do acréscimo de 2 a 3 processos por semana, de livre escolha do servidor, desde que englobados na meta estipulada abaixo [Item 3], sendo que o adicional semanal não será aplicado às aposentadorias por idade, em razão da meta diária definida. Algumas classes processuais terão como meta a distribuição diária, possibilitando a análise imediata do pedido de liminar ou de antecipação da tutela recursal. Os incidentes – embargos de declaração e agravo interno – serão analisados preferencialmente dentro do próprio mês de conclusão, sem prejuízo das metas anteriormente estipuladas. Atualmente, temos 14 servidores trabalhando em tempo integral na atividade-fim, que juntos analisarão em torno de 200 processos por semana, o que resulta em, aproximadamente, 730 processos ao mês.

2. Triagem dos processos para a identificação dos que são similares, bem como daqueles cuja matéria já fora objeto de pronunciamento das Cortes Superiores em sede de repercussão geral, recurso representativo da controvérsia, incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, com o destacamento de ao menos um servidor para efetuar tal tarefa. Triar para agilizar o fluxo de julgamentos.

3. Analisar e encaminhar para inclusão em pauta os feitos mais antigos existentes no acervo, compreendendo as ações revisionais e os processos de benefício previdenciário ingressados nesta Corte até setembro de 2021, além dos de concessão de benefício assistencial e os em fase de cumprimento de sentença distribuídos até dezembro de 2021, sem prejuízo daqueles mais recentes mencionados acima [Item 1.3 dos Objetivos estratégicos] e os encaminhados ao Tribunal com laudo pericial atestando a ausência de incapacidade laboral ou impedimento de longo prazo. Objetivamos terminar o ano de 2022 com, aproximadamente, 8.000 processos julgados.

4. Manter o gerenciamento diário dos incidentes, no intuito de incluir em pauta de julgamento todos os embargos de declaração e agravos internos que vierem à conclusão entre um “Peço dia” e outro.

5. Continuar identificando os processos que retornam da Vice-Presidência para o exercício de eventual juízo de retratação, assim como aqueles com tutela concedida no Tribunal, a fim de que sejam incluídos em pauta de julgamento no menor tempo possível.

6. Manter em dia as declarações de voto, os votos-vista e as consultas de prevenção.

7. Determinar o sobrestamento dos processos quando a situação encontrar respaldo legal.

8. Identificar os processos passíveis de encaminhamento ao Gabinete da Conciliação.

9. Etiquetar os processos eletrônicos com indicação do ano/mês de distribuição no Tribunal, da matéria quando esta versar sobre execução ou revisão de benefício, além de outras especificidades que o caso comportar.

10. Criar modelos de documentos aprovados no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), a fim de otimizar o tempo despendido para a elaboração de minutas.

11. Manter a divisão em núcleos de trabalho, com número de membros e meta semanal individual assim estabelecidos:

Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e especial:

5 servidores/12 processos para cada, acrescido do adicional estabelecido para aqueles em teletrabalho.

Nota 1: Um dos servidores do Núcleo irá trabalhar também com processos que objetivam a concessão de benefício assistencial.

Nota 2: Considerando o número de feitos pendentes de julgamento, o núcleo será ampliado, à medida em que a meta for sendo cumprida pelas demais divisões.

Aposentadoria por idade:

1 servidor/20 processos, acrescido do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

Nota: Diante do número de feitos pendentes de primeiro julgamento, havendo necessidade, o núcleo será ampliado, à medida em que a meta for sendo cumprida pelos demais núcleos.

Benefício por incapacidade e benefício assistencial:

3 servidores/18 processos para cada, acrescido do adicional estabelecido para aqueles em teletrabalho.

Revisão, auxílio-reclusão e salário-maternidade:

2 servidores/12 processos de revisão para cada ou, então, 18 processos de auxílio-reclusão e salário maternidade, todos acrescidos do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

Pensão por morte, cumprimento de sentença, seguro-desemprego e matéria residual:

1 servidor/18 processos de pensão por morte e seguro-desemprego ou, então, 12 processos de cumprimento de sentença e matéria residual, todos acrescidos do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

Agravo de instrumento, ação civil pública, pedido de efeito suspensivo ou de tutela antecipada antecedente e processos de competência do Órgão Especial:

1 servidor/distribuição diária, além da elaboração de minuta de voto, conforme os processos forem sendo recebidos da unidade processante.

Nota: Ausentes as atividades predeterminadas, incluindo o acompanhamento das pautas do Órgão Especial, além de alguns procedimentos relacionados às pautas da Turma, o servidor colaborará com os núcleos de maior demanda.

Processos de competência da 3ª Seção e mandado de segurança originário:

1 servidor/distribuição diária, além da elaboração de minuta de voto, à medida em que os processos forem sendo recebidos da unidade processante.

Nota: A servidora também está à frente dos procedimentos relacionados à triagem dos processos distribuídos ao Gabinete, além de acompanhar, de forma integral, as pautas de julgamento da 3ª Seção e, parcialmente, as da 7ª Turma, sendo que, na falta das atividades mencionadas, auxiliará nos processos de competência da Turma pendentes de julgamento, em especial, nos casos de benefício assistencial.

12. *Permitir o trabalho não presencial, no percentual máximo estabelecido pela Resolução PRES nº 370/2020, com meta superior àquela estipulada quando realizado de modo presencial, podendo tal concessão ser reduzida ou revogada no interesse da unidade.*

13. *Identificar as qualidades e os talentos de cada servidor, de forma a otimizar a análise dos processos e, com isso, aprimorar o aproveitamento da força de trabalho do Gabinete em prol da prestação jurisdicional.*

14. *Promover reuniões periódicas com a participação de todos, nas quais serão tratadas questões de interesse geral, assim como encontros menores atrelados a cada atividade desenvolvida.*

15. *Incentivar a participação dos servidores em cursos e palestras oferecidos pelo Tribunal, em especial naqueles vinculados à área de atuação.*

16. *Permitir a adequação do horário de trabalho presencial, em razão de questão particular envolvida, desde que não acarrete prejuízo ao rendimento das atividades desempenhadas e observe os parâmetros preestabelecidos pela unidade.*

17. *Propiciar um ambiente de trabalho acolhedor, harmonioso e respeitoso.*

18. *Encaminhar mensagens com orientações de trabalho, como forma de manter todos os servidores informados das metodologias aplicadas, sem interrupção das atividades por eles desempenhadas.*

19. Preservar o bom relacionamento existente com os Gabinetes integrantes da 3ª Seção e da 7ª Turma, bem como com as respectivas Subsecretarias, sempre com vistas à melhoria das atividades desenvolvidas.

Indicadores: primários: dados fornecidos pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos (DEGE), inclusive em cotejo com as metas anuais estipuladas pelo CNJ; secundários: volume e teor de expedientes encaminhados pela Ouvidoria, de representações por excesso de prazo distribuídas junto aos Órgãos competentes e mensagens eletrônicas (e-mail) encaminhadas pela parte autora ou por seu advogado.

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos foram inspecionados. Não há processos físicos na listagem.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias), após a definição do tema que levou ao sobrestamento do feito:

0003290-57.2012.4.03.9999

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com o Desembargador Federal Carlos Delgado, a assessora Débora Bragante Marins e com a Chefe de Gabinete Vanessa Domingues Esteves, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete é composto por 18 servidores sendo um deles prestador de serviços, além de 1 estagiária. Dos 18 servidores, 16 trabalham na atividade-fim e 2 na atividade-meio, além de um agente de segurança.

A Chefia e a Assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento, bem como elaboração e conferência inicial de minutas.

A unidade é cindida em núcleos de trabalho, formados de acordo com o número de servidores necessários para o cumprimento do Plano de Trabalho estabelecido, a saber:

- ATC/Especial: 4;
- API: 1;
- Benefício por incapacidade ou assistencial: 5;
- Revisão, auxílio-reclusão e salário-maternidade: 2;
- Pensão por morte, cumprimento de sentença/execução, seguro-desemprego e matéria residual: 1;
- AI, ACP, SuspApel, TutAntAntec e processo de competência do Órgão Especial: 1;
- Processos da 3ª Seção e MS originário: 1.

A triagem dos feitos recebidos da distribuição é feita pela estagiária, com a supervisão da assessoria e/ou chefia.

Antes da pandemia, o gabinete contava com 6 servidores em regime de teletrabalho, com comparecimento à unidade uma vez por semana, preferencialmente, às quartas-feiras, dia em que eram realizadas reuniões e confraternizações.

Com a instituição do trabalho remoto extraordinário, em razão da Covid-19, todos passaram a trabalhar à distância, o que não trouxe prejuízo para o desenvolvimento das tarefas, considerando o aumento de produtividade.

O retorno das atividades presenciais estava inicialmente previsto para 4/4/2022, conforme Portaria-Conjunta PRES/CORE n. 28/2022, mas foi postergado em virtude do ataque cibernético sofrido pelo Tribunal Regional de 3ª Região.

Uma nova resolução foi editada para tratar da retomada ao trabalho presencial, Resolução n. 514 de 28/4/2022. Prevalendo tal normativo, o gabinete passará a contar com 12 servidores trabalhando de forma remota, sendo 10 em regime de teletrabalho e 2 na modalidade de trabalho remoto por gestão diferenciada.

O teletrabalho implementado antes da pandemia era parcial, uma vez que o servidor precisava comparecer uma vez por semana. Durante a pandemia, todos os servidores trabalharam de forma remota em tempo integral.

Com a retomada das atividades à forma presencial ordinária, os Planos de Trabalho Não Presencial (TNP) passarão a ser observados, nos quais o trabalho remoto ocorrerá de forma parcial, eis que os servidores terão de comparecer um, dois ou quatro dias na semana, a depender do plano individual aprovado, tendo a quarta-feira sido escolhida como dia presencial obrigatório para todos. Nesse novo cenário, dos 12 servidores que permanecerão trabalhando remotamente, 5 comparecerão 1 vez por semana, 5 estarão presentes 2 vezes na semana e 2 comparecerão em 4 dias da semana.

Foi esclarecido que os servidores em teletrabalho têm um acréscimo de 30% em comparação à meta diária presencial, que varia de acordo com a matéria analisada.

Segundo informado, a meta diária de cada servidor é estabelecida conforme a matéria enfrentada pelo núcleo de trabalho do qual participa e as complexidades a ela inerentes. Os próprios núcleos de trabalho foram formados pensando nas especificidades de cada matéria, demanda e os recursos humanos necessários para realizar o trabalho a contento.

As metas diárias são acompanhadas mensalmente, o que possibilita um equilíbrio entre a análise de processos menos complexos e aqueles mais antigos e geralmente mais trabalhosos, o que favorece o enfrentamento do volumoso acervo, mantendo o foco nos processos mais antigos e prioritários.

Na eventualidade de não cumprimento das metas, o servidor deverá justificar o que contribuiu para o resultado abaixo do esperado, que será avaliado pelo gestor. Como

regra, foi estabelecido que os processos faltantes deverão ser compensados no mês seguinte, a fim de não prejudicar o planejamento da unidade, sem embargo da análise da situação apresentada.

A triagem é realizada por uma estagiária supervisionada pela assessoria. O processo entra na tarefa “Triagem de Gabinete”, verifica-se a classe processual, sendo que AI, MSCiv e feitos da Seção são retirados diariamente para análise. Os casos de reexame necessário são analisados e, sendo o caso, é proferida decisão terminativa de não conhecimento.

As apelações são analisadas individualmente, com inclusão de etiqueta de ano/mês de distribuição e de outras que auxiliem na identificação do caso. A unidade estabeleceu etiquetas padrão para a triagem, o que auxilia o controle do acervo, prioridades e acompanhamento das metas.

Na sequência, o processo passa à admissibilidade recursal, com proferimento de decisão.

Ao voltarem da Subsecretaria pela tarefa “Recebidos da unidade processante”, são reanalisados e, estando em termos, enviados à tarefa “Sessão - Preparar relatório e voto”. Havendo necessidade de decisão judicial, os feitos vão para a tarefa “Minutar ato judicial”. As tarefas de entrada, assim como a de minutar ato estão em dia.

Não há processos físicos em trâmite. Os autos físicos que foram digitalizados e incluídos no PJe estão no Gabinete em pilhas identificadas e com guia de remessa à Vara de origem já confeccionadas, aguardando o envio do cronograma de retirada. Quando do encaminhamento à Central de Digitalização, os processos físicos foram identificados no SIAPRO por número de lote, tendo sido inserida etiqueta similar no PJe.

Os processos eletrônicos estão incluídos nas tarefas correspondentes à fase em que se encontram, sempre identificados por etiquetas, notadamente pela de ano/mês de distribuição, que pauta o trabalho do Gabinete, direcionado à elaboração de minutas de voto, com observância dos feitos mais antigos. Outras etiquetas também são utilizadas. Destaco as seguintes: maior de 80 anos, REOMS, juízo de retratação, ED, tutela concedida em AI, Despachar, que também recebem uma atenção especial em decorrência da situação reportada. O uso de etiquetas é essencial para a ordenação dos trabalhos e saneamento do acervo.

O controle se dá pelas etiquetas lançadas nos processos eletrônicos, que podem ser filtradas e indicam cada situação. Os processos que são separados no início do mês para a elaboração de minuta de voto levam a etiqueta com o nome do servidor e a da meta do mês correspondente. Isso facilita na identificação de quem minutou, bem como na apuração da produtividade. As prioridades em virtude da idade ou de doença grave são etiquetadas, sendo que os feitos com maior de 80 anos são incluídos em pauta de imediato. Assim que recebidos na unidade, os processos com embargos de declaração são direcionados para quem elaborou a minuta do ato embargado. A análise dos agravos

internos também é priorizada. Os processos encaminhados para consulta de prevenção recebem etiqueta específica, assim como os casos com tutela concedida. O acompanhamento dos agravos de instrumento, mandados de segurança originários, processos de competência da Seção, além das petições juntadas em feitos conclusos, é diário.

As metas são individuais e estipuladas conforme a matéria em análise. Foram estabelecidas metas diárias de 2 a 4 processos com adicional de 30% quando em teletrabalho. Está previsto um acréscimo de metas semanais, de 2 a 3 processos, dependendo do núcleo de trabalho envolvido, sem prejuízo da análise dos embargos de declaração recebidos ao longo do mês. A especificação das metas de cada núcleo está prevista no item 11 do Plano de Trabalho estabelecido pelo Gabinete para o ano em curso, que será enviado à E. Corregedoria. Diante dos parâmetros aduzidos, a meta será de 12, 18 ou 20 processos semanais, por servidor, a depender do assunto, sem contar o acréscimo de 30% já especificado, o que fará com que o patamar fique em 15, 22 ou 25, respectivamente, no caso de presença num dia da semana e entre 14, 21 e 24, na hipótese de trabalho presencial em dois dias da semana e três remotamente. Embora o exemplo trate de uma semana de trabalho, a meta é calculada por mês.

Caso cumprida a meta mensal antes do prazo estabelecido, o servidor, em trabalho presencial, não precisa comparecer à unidade no último dia do mês. Durante o período de trabalho remoto extraordinário, cumprida a meta, o servidor voltava a receber processos para análise e elaboração de minuta de voto apenas no início do mês seguinte.

Os processos da Meta 2 do CNJ são identificados pela etiqueta de ano/mês de distribuição e estão abrangidos pelo Plano de Trabalho traçado anualmente pelo Exmo. Desembargador Federal Carlos Delgado e são trabalhados com prioridade na unidade, considerando que o trabalho proposto envolve o julgamento dos feitos mais antigos do acervo. As ações civis públicas também são etiquetadas, devido à relevância da demanda e também por terem figurado, até o ano passado, dentre as metas do CNJ. Os processos com prioridade legal deferida recebem anotação no Sistema, além de etiqueta específica.

Foi esclarecido que, levando em conta que parte relevante do acervo é composta por feitos com prioridade, é inviável um pronto julgamento de todos os casos, à exceção daqueles contemplados pela Lei n. 13.466/2017, que dispõe sobre a prioridade especial concedida às pessoas maiores de 80 anos de idade. Para estes, a solução é dada de pronto, com análise e inclusão na primeira pauta de julgamento disponível.

São utilizadas decisões terminativas em casos pontuais, tais como: não conhecimento de remessa necessária submetida já na vigência do CPC/2015, perda de objeto ou não conhecimento do agravo de instrumento e homologação de desistência do recurso. Nos feitos de competência originária, extinção do processo sem resolução do mérito e, nas hipóteses autorizadas pelo CPC, julgamento liminar de mérito.

Foi ressaltado que, nos casos vinculados à Turma, as questões de mérito são sempre levadas ao colegiado, mesmo que já decididas em repercussão geral ou em recurso representativo da controvérsia, por ser mais célere o julgamento, já que evita a interposição de agravo interno por quaisquer das partes, sem contar a oposição de embargos de declaração contra a decisão monocrática terminativa antes da interposição do próprio agravo interno.

O gabinete adota vários modelos de despachos e de decisões, que agilizam a execução das atividades que demandam um volume maior, tais como: admissibilidade recursal, sobrestamento do feito, quer por morte ou afetação de tema pelo STF, STJ ou por esta própria Corte, homologação de habilitação de dependente previdenciário ou sucessor civil, deferimento de prioridade na tramitação, dentre outros. Os modelos de votos são utilizados como texto-base, eis que a análise do caso concreto varia de processo a processo.

Em relação à capacitação para servidores, foi pontuada a importância da troca de experiências entre os membros da equipe. A necessidade de capacitação é identificada precipuamente quando o servidor começa a trabalhar com uma nova matéria ou quando há alguma alteração legislativa significativa, que impacte diretamente na análise do que está sendo pretendido com a demanda. No intuito de suprir eventuais dúvidas, são mantidas no Gabinete obras atualizadas para consulta e autorizamos a participação dos servidores em cursos promovidos pelo Tribunal, reforçando a divulgação daqueles voltados para a matéria da nossa competência.

Os processos sobrestados em função de incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos especiais repetitivos ou com repercussão geral reconhecida recebem uma etiqueta específica, contendo o número do tema e, na impossibilidade, da matéria submetida à análise. Após a decisão de suspensão, ficam sobrestados na Subsecretaria competente até o julgamento do caso que originou o travamento da tramitação. Assim que revogada a suspensão, os feitos são conclusos e recebem a etiqueta “Sobrestamento levantado”, sendo que aqueles com distribuição mais antiga são priorizados. Já em relação às matérias que se encontram atualmente sobrestadas, elas se referem aos seguintes Temas: n. 1.102/STF, n. 692/STJ (aplicável aos agravos de instrumento e processos em fase de execução), n. 732/STJ, em razão do RE n. 1.164.452, n. 1.018/STJ (aplicável aos agravos de instrumento e processos em fase de execução), n. 1.059/STJ, n. 1.070/STJ, n. 1.090/STJ, n. 1.117/STJ, n. 1.124/STJ e n. 3/TRF-3.

A propósito da Meta 3, foi informado que é feita a identificação de processos passíveis de encaminhamento ao Gabinete da Conciliação consta do item 8 do Plano de Trabalho do Gabinete para 2022. Quando há proposta de acordo formulada nos autos, a parte contrária é intimada para se manifestar. Havendo concordância, é proferida decisão homologatória pelo próprio Relator. O mesmo ocorre quando a proposta de acordo é apresentada em preliminar de apelação e anuída pela parte contrária em sede

de contrarrazões ou em petição específica. Havendo pedido de remessa dos autos ao Gabinete da Conciliação, este é deferido prontamente pelo Exmo. Desembargador. Quando há mutirão promovido pelo Gabinete da Conciliação, voltado a processos da nossa competência, participamos com o envio daqueles inseridos na situação especificada.

Após a última inspeção, houve a designação de prestador de serviços para auxiliar os trabalhos do gabinete. Foi esclarecido que, em razão da recomendação constante na alínea “f” do Relatório da Inspeção realizada em 2020, foi oficiado à Presidência desta Corte, conforme processo SEI n. 0275892-30.2021.4.03.8000, que disponibilizou uma servidora para prestar serviços na unidade, ainda cursando Direito. Tal servidora trabalhou de 21/6/2021 a 26/11/2021 nos feitos com laudo atestando a ausência de incapacidade laborativa. Nesse período, elaborou 242 minutas de voto. Em 27/1/2022, a unidade recebeu um novo prestador de serviços, já formado, que finalizou o trabalho nos processos de sem incapacidade, passando para os casos de ausência de impedimento de longo prazo, que eram poucos. Atualmente, está trabalhando com processos de salário-maternidade, tendo, até o momento, minutado 165 votos.

Os pedidos de vista são pautados geralmente entre três e quatro sessões, em atendimento ao Cronograma das Sessões.

O acompanhamento da jurisprudência da Corte se dá por meio das sessões de julgamento, da leitura dos votos disponibilizados pelos demais Gabinetes, da consulta à página do Tribunal e pela pesquisa junto à ferramenta “Jurisprudência Unificada”, disponibilizada pelo E. Conselho da Justiça Federal.

Nas sessões da Turma, devido ao grande número de feitos pautados, a disponibilização dos votos, acompanhada do roteiro com a relação dos itens e das matérias pautadas, ocorre até uma semana e meia antes da Sessão de julgamento, ou seja, com 10 dias de antecedência, no mínimo, sendo que os feitos em mesa podem ser liberados em tempo menor, mas sempre com alguns dias antes da sessão, mediante comunicação aos Gabinetes e à Subsecretaria.

Nas sessões da Seção e do Órgão Especial o compartilhamento prévio dos votos também é feito entre as unidades envolvidas. Essa prática é imprescindível para viabilizar a realização das sessões de julgamento, tendo em vista a peculiaridade e a complexidade dos casos em análise, fundados, em sua maioria, em matéria fática.

As sessões virtuais são realizadas no sistema PJe, através do Painel do Magistrado, que traz os feitos pautados e incluídos em mesa. A disponibilização dos votos ocorre de forma antecipada, tal como acontece nas sessões presenciais ou por videoconferência. As divergências e os pedidos de vista são lançados no sistema, sendo as primeiras acompanhadas de declaração de voto. Havendo pedido de sustentação oral ou de preferência, os autos são adiados e apresentados, em mesa, na primeira sessão presencial ou por videoconferência designada. Nas sessões da Turma e da Seção, os

posicionamentos também são encaminhados por e-mail. Eventualmente, na sessão do Órgão Especial pode haver também o uso do GEDPRO para os feitos que ainda tramitam de forma física perante a Vice-Presidência, sendo a sistemática de disponibilização de votos e de votação similar à do PJe.

O gabinete possui plano de trabalho elaborado anualmente, desde 2017. O planejamento da unidade para 2022 está delineado no Plano de Trabalho 2022, Doc. SEI n. 8423401, o qual será disponibilizado à E. Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Sobre os recursos humanos foi informado que o gabinete possui um cargo vago na área de segurança e espera a lotação de mais dois estagiários. A unidade afirma estar bem provida quanto aos recursos materiais.

Foi ressaltada a importância da permanente gestão dos trabalhos norteadas pelo plano de trabalho estabelecido anualmente pela unidade. Há um constante aprimoramento, sempre buscando sanar eventual lacuna, aperfeiçoando o método de trabalho adotado, com vistas a atingir o objetivo pretendido, que tem foco na redução do tempo médio de julgamento, priorizando os processos com distribuição mais antiga, à exceção das situações pontuais já mencionadas. Cuida-se, também, de identificar e analisar, de pronto, as petições juntadas em processos conclusos, assim como naqueles já incluídos em pauta. As tarefas abertas após a sessão de julgamento recebem acompanhamento direto, no intuito de encaminhar os feitos para publicação do acórdão no menor tempo possível. O trabalho é voltado para manter as tarefas sempre vistas e sem pendências, diminuindo o número de processos na tarefa preparar relatório e voto e aumentando na de aptos a julgamento e, por conseguinte, aguardando a sessão.

Os resultados foram positivos, como demonstram os dados estatísticos. Em 2020 havia 17.075 processos no acervo, sendo 13.722 pendentes de primeiro julgamento, contando os sobrestados. Em 31/12/2021, ou seja, 1 ano depois, o acervo era de 12.178 processos, sendo que 9.915 deles aguardavam o primeiro julgamento, incluindo os com tramitação suspensa, mesmo enfrentando uma distribuição de 3.158 feitos no período. O cumprimento da Meta 1/2021 do CNJ foi de 254,44% e o da Meta 2/2021 de 99,93% e 117,27%, respectivamente, segundo os anos de distribuição (até 2016 e em 2017). No que se refere ao ano em curso, o mês de fevereiro fechou com 11.535 processos no acervo, sendo 9.579 deles pendentes de primeiro julgamento. O cumprimento da Meta 2/2022 está em 99,87%, em relação aos distribuídos até 31/12/2017, e em 116,03%, quanto àqueles distribuídos no ano de 2018. Para as Sessões de março foram pautados 1.121 processos e, para as de abril, 1.114, incluindo recursos internos.

Conforme Plano de Trabalho, a unidade tem os seguintes objetivos a serem alcançados:

- a) Reduzir os processos pendentes de julgamento;
- b) Atingir as metas do CNJ, em especial a “Meta 1”, “Meta 2” e “Meta 5”, superando a Meta 2;

c) Manter em dia a análise e o julgamento dos feitos de competência da 3ª Seção, daqueles com prioridade especial, bem como as seguintes classes: AI, MSCiv, Rcl, SuspApel, TutAntAntec e RemNecCiv;

d) Reduzir o tempo médio de primeiro julgamento dos processos, atingido a média dos Gabinetes integrantes da 3ª Seção;

e) Pautar os feitos mais antigos do acervo, compreendendo as revisões e os processos de benefício previdenciário ingressados até 9/2021, além dos de LOAS e os em fase de cumprimento de sentença distribuídos até 12/2021, sem prejuízo daqueles mais recentes relativos à ausência de incapacidade laboral ou impedimento de longo prazo;

f) Julgar os incidentes que vierem à conclusão, assim como priorizar os juízos de retratação, os pedidos de vista e as consultas de prevenção.

Para alcançar tais objetivos foram implementadas ações como a elaboração do plano anual de trabalho conjugado com o estabelecimento de metas, o acompanhamento constante das tarefas do PJe abertas na unidade, assim como a consulta aos dados estatísticos disponibilizados pelo Setor competente, já fazem parte do dia a dia da unidade e visam atingir os objetivos já estabelecidos no Plano de Trabalho 2022.

Foi esclarecido que outras ações podem vir a ser adotadas ao longo deste ano, no intuito de contribuir para a melhoria das atividades já desenvolvidas, precipuamente no tocante à celeridade no julgamento dos feitos, desde que mantida a qualidade na prestação jurisdicional.

Algumas iniciativas adotadas no período da pandemia podem se tornar efetivas, tal como o atendimento aos advogados e às partes por e-mail; o atendimento do advogado pelo Desembargador, na forma de videoconferência, através de plataforma disponibilizada pelo Tribunal; a realização das sessões por videoconferência, possibilitando a sustentação oral.

Foi destacado que as sessões por videoconferência não geraram qualquer prejuízo ao julgamento. É uma ferramenta que continuará sendo utilizada nas sessões, quer de forma isolada ou conjugada com o comparecimento presencial.

Ressaltou-se o dinamismo trazido pela ampliação dos meios de comunicação utilizados entre as unidades e também de forma interna, com os membros da equipe, a saber, Teams, WhatsApp e Signal.

O controle de processos sem movimentação é realizado pelos próprios filtros disponibilizados pelo PJe, observada a ordem cronológica de distribuição no Tribunal quando da separação dos processos para a elaboração de voto.

Foi esclarecido que, como não há movimentação automática, as petições juntadas nos processos que estão na tarefa “[SESSÃO] Preparar relatório e voto” são identificadas através dos campos de pesquisa do referido Sistema e complementadas pela extração

dos relatórios gerenciais. Os dados estatísticos disponibilizados pelo Setor competente é mais uma ferramenta de controle, uma vez que traz o nome e a data da última tarefa realizada nos autos.

Durante a entrevista foram feitas sugestões de melhoria do PJe, notadamente quanto aos procedimentos posteriores à sessão, que atualmente demandam procedimentos individuais em duas etapas. Consideram os entrevistados que o sistema poderia efetuar a confirmação do inteiro teor e da certidão de julgamento em um mesmo momento. Foi informado que tal sugestão já foi encaminhada aos setores competentes.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve significativa diminuição do montante de processos conclusos de 13.713 para 8.699. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 10.973 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 8.699.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento, embora ainda seja elevado o número desses recursos, diminuiu de 318, na última inspeção, para 204, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

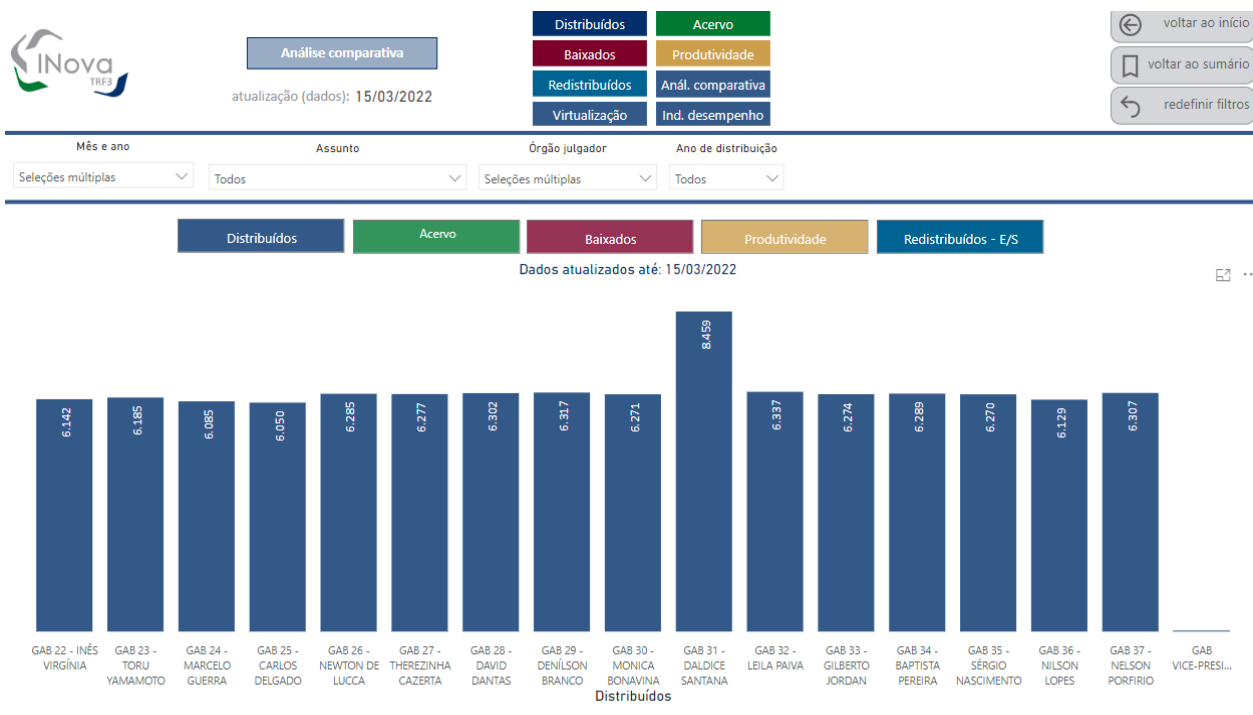
Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 19 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de importante indicador, que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

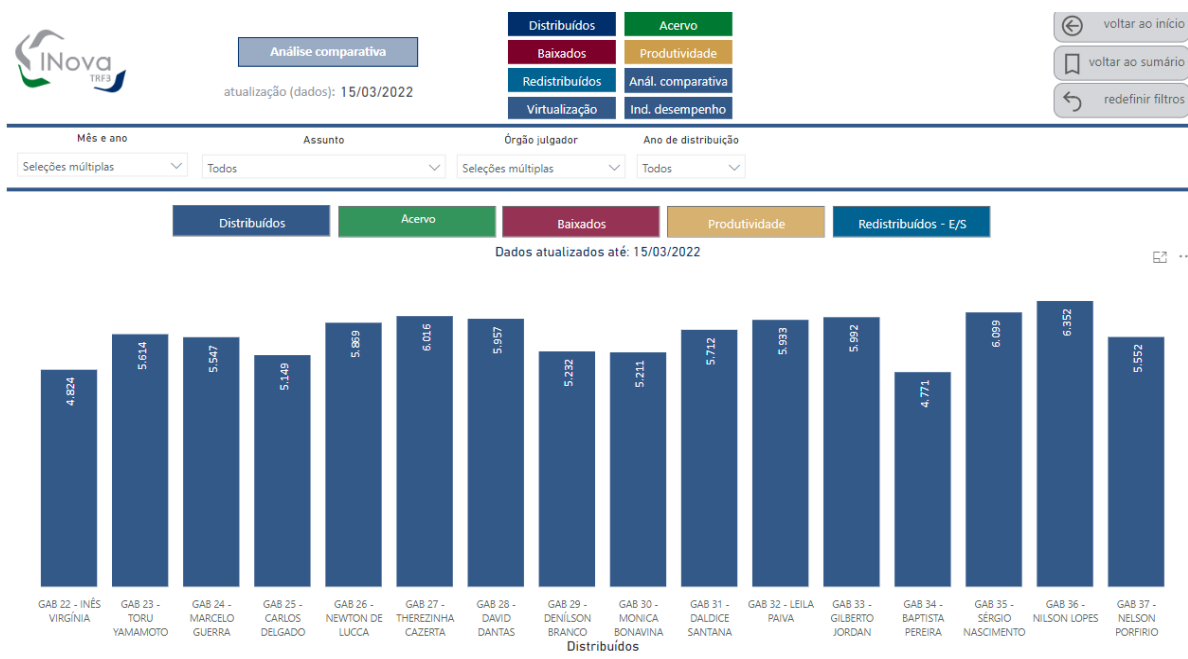
A unidade jurisdicional deve envidar esforços para se aproximar do índice médio da 3ª Seção.

Sobre a distribuição entende-se relevante trazer quadros estatísticos com os dados referentes aos gabinetes da 3ª Seção, desde 2019, diante da constatação de que os números não têm sido equânimes:

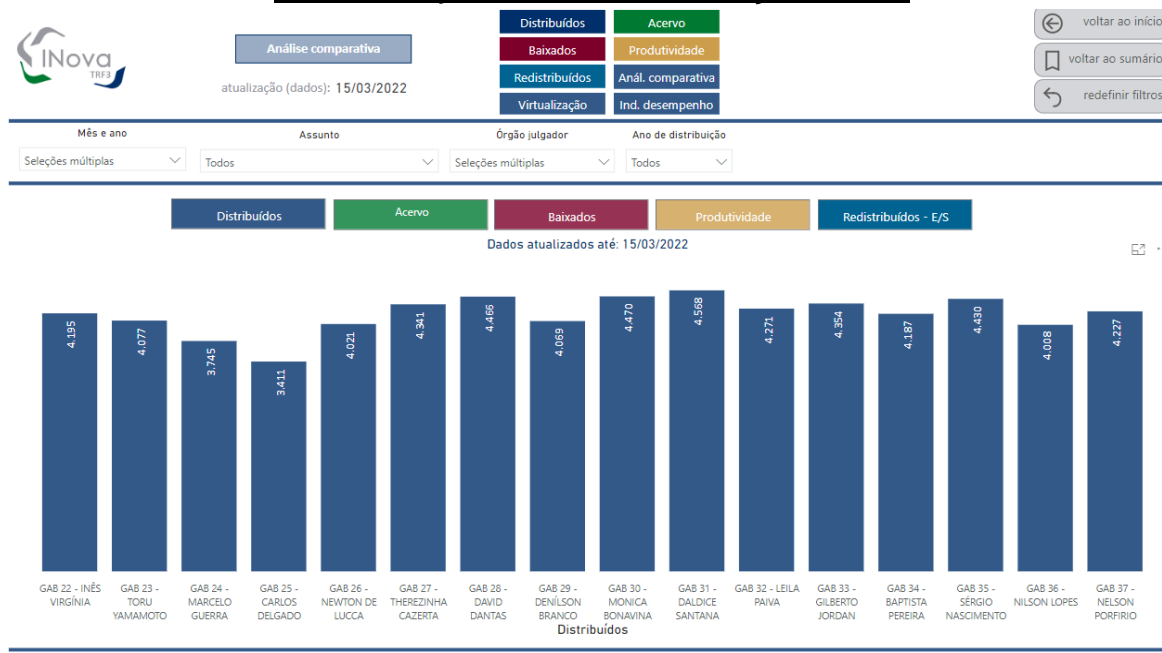
Período de janeiro a dezembro de 2019



Período de janeiro a dezembro de 2020



Período de janeiro de 2021 a março de 2022



Como a distribuição e o acervo são dados relevantes para análise da produtividade da unidade jurisdicional, destaco os dados estatísticos em relação ao acervo, para o mesmo período das tabelas de distribuição citadas acima:

Acervo em dezembro de 2019



Acervo em dezembro de 2020



Acervo em dezembro de 2021



O desequilíbrio em relação à distribuição impacta no cumprimento da Meta 1 pelas unidades jurisdicionais, uma vez que impõe maior esforço de trabalho para aquelas com menor acervo, o que não deixa de ser uma distorção.

Feita tal ressalva, importa citar os índices positivos obtidos pelo gabinete desde a última inspeção.

O percentual de cumprimento da Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente) foi de **145,08%** em 2020. Em 2021, foi atingido o índice de **254,44%**.

Merece menção o fato de que em 2020 o percentual de cumprimento da Meta 2 foi de **99,84%** em relação aos feitos distribuídos até 31/12/2015 e de **115,38%** para aqueles distribuídos no ano de 2016. Em 2021, o índice de cumprimento foi de **99,93%** para os feitos distribuídos até 31/12/2016 e de **117,27%** para os ingressados no Tribunal em 2017.

Ainda que também reduzidos em relação à inspeção de 2020, o número de processos com embargos de declaração pendentes de julgamento ainda é relevante (204 processos) e merece adequada atenção.

Na análise dos processos inspecionados constatou-se a regular tramitação dos feitos. A única recomendação, listada em tópico próprio, é relativa, já que apenas será adotada após o levantamento da suspensão pelo julgamento de tema controvertido pelo STJ.

Nesse contexto, é necessário reconhecer o bom trabalho realizado pela equipe do Exmo. Desembargador Federal CARLOS DELGADO, que implementou um excelente programa de gestão, mesmo diante de desafios inerentes ao enorme acervo de sua atribuição.

A elaboração do plano de trabalho, sua efetiva implementação, o gerenciamento competente do acervo mediante a utilização eficaz das ferramentas de controle do sistema PJe são exemplos de boas práticas de gestão que merecem ser destacadas.

Calha contextualizar os índices positivos alcançados pelo gabinete com a sua inserção e eventual exclusão ou manutenção no Programa de Acompanhamento Permanente (PAP), instituído pelo **PROVIMENTO N. 6/2021/CG-CJF**.

Consoante dispõe o artigo 1º, § 1º do sobredito ato normativo, **“as equipes participantes de cada inspeção irão sugerir a inclusão da unidade no PAP, considerando, especialmente, o baixo índice de cumprimento das Metas 1 ou 2 do CNJ em relação aos demais integrantes do órgão fracionário, de acordo com os dados fornecidos pela unidade de estatística do tribunal inspecionado”**.

Como visto, o critério preponderante para a inclusão do gabinete no referido Programa é o descumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ, em análise comparativa com os demais gabinetes do mesmo órgão fracionário.

Consoante acima frisado, o gabinete do Desembargador Federal Carlos Delgado, embora seja o com maior acervo no respectivo órgão fracionário, vem, desde a última inspeção, reduzindo significativamente tanto o seu acervo, quanto vem desincumbindo-se de dar efetivo cumprimento às referidas Metas.

Decerto que ainda há dados desfavoráveis ao referido gabinete, como, por exemplo, o elevado número de embargos de declaração não julgados, e o tempo de tramitação dos feitos, que é superior à média do órgão fracionário.

É inegável a evolução da dinâmica e do desempenho do gabinete, e para alcançar tal conclusão basta comparar os dados estatísticos de agora com os da última inspeção.

Nesse sentido, a despeito de não se pode falar ser o gabinete isento de problemas pontuais, que caminham para a resolução futura, mas **considerando os critérios estabelecidos pelo próprio Provimento n. 6/2021/CG-CJF**, sugere-se a retirada da unidade jurisdicional do Programa de Acompanhamento Permanente (PAP).

35. RECOMENDAÇÕES

Inicialmente, ressalte-se que não remanescem pendências em relação às recomendações da inspeção anterior.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir a recomendação do item 32.
- b) Manter a busca constante de aprimoramento da metodologia de trabalho.
- c) Acompanhamento regular das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça e dos dados estatísticos relacionados.
- d) Identificação de retrabalho decorrente de procedimentos internos ou inerentes ao sistema PJe que possam ser redefinidos ou informados aos setores competentes.
- e) O numeroso acervo merece atenção adequada, não obstante a equipe de inspeção tenha verificado o sucesso na estratégia de gestão ora adotada pela unidade jurisdicional.
- f) Melhorar a gestão dos embargos de declaração, com o acompanhamento dos prazos com maior rigor por parte da chefia;
- g) A unidade jurisdicional deve envidar esforços para se aproximar do índice da 3ª Seção, relacionado ao tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, que é de 16 meses.

Para tanto, sugere-se que se estabeleça uma rede de troca de informações e estratégias, notadamente relacionadas ao sistema PJe, entre os gabinetes, principalmente com aqueles que têm obtido maior sucesso quanto a esse aspecto.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Toru Yamamoto

2.2 Turma

7ª Turma

2.3 Competência

Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Toru Yamamoto

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim, houve remoção em 10/11/2020 para a 6ª Turma (2ª Seção) e nova remoção em 2/8/2021 para a 7ª Turma (3ª Seção).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal Convocado Fernando Mendes; Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Yolanda de Oliveira Silva, chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	5.679
Processos suspensos/sobrestados	710
Processos conclusos	3.473
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.679
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.699
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.473
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.646
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	710
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	550

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	60
Mandados de segurança	2
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	52
Outros	5

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.619
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	677
Outros	4.942

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.619
Apelações cíveis	5.080
Agravos de instrumento	454
Outros	85

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	320
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	174
Agravos legais/regimentais	7
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	4
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	7
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	7

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	22
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	15

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	176
Ano anterior	2.784
2º ano anterior	221
3º ano anterior	81
4º ano anterior	31
5º ano anterior ou mais antigo	11

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	410
Ano anterior	1.973
2º ano anterior	741
3º ano anterior	144
4º ano anterior	115
5º ano anterior	81
6º ano anterior ou mais antigo	66

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	405
Ano anterior	1.734

2º ano anterior	872
3º ano anterior	215
4º ano anterior	44
5º ano anterior	47
6º ano anterior	33
7º ano anterior ou mais antigo	60

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.515
Total de Processos julgados	3.584
Total de Processos baixados	4.073
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-69
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-558

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	92
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	49 (embora constassem 53 feitos, havia a repetição de 4 deles na listagem)
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.601
Processos julgados no ano anterior	3.421
Processos distribuídos no ano corrente	339
Processos julgados no ano corrente	546

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.836
Pendentes em 31/12/2021	15

Porcentagem de atendimento da meta	99,87%
------------------------------------	--------

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
	116,25%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.817
Pendentes no último dia do mês anterior	30
Porcentagem de atendimento da meta	99,55%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.199
Pendentes no último dia do mês anterior	28
Porcentagem de atendimento da meta	116,62%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes em 31/12/2021	2
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	55,18
Taxa de congestionamento em 2021	58,94
Taxa de congestionamento em 2022	58,19

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.
Observadas as ideias estabelecidas pelo Plano de Ação 2021 do STJ, diante dos parâmetros de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), tem sido estudada a possibilidade de criação, a partir das atividades realizadas pela oficina "Processos de Trabalho: Mapear para conhecer", de um Plano de Processo específico para identificação, priorização e fluxo dos feitos com recursos que se refiram exclusivamente a (a) remessas necessárias; (b) questões com teses firmadas em sede

de recursos submetidos ao rito dos recursos repetitivos e/ou de repercussão geral; (c) com possibilidade de encaminhamento ao Gabinete da Conciliação.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Não se aplica
3619 - Crimes contra a Fauna	Não se aplica
3621 - Da Poluição	Não se aplica
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Não se aplica
3622 - Agrotóxicos	Não se aplica
3623 - Atividades Nucleares	Não se aplica
3624 - Caça	Não se aplica
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Não se aplica
3627 - Pesca	Não se aplica
3651 - Crimes Agrários	Não se aplica
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Não se aplica
9583 - Arrendamento Rural	Não se aplica
10016 - Inspeção Fitossanitária	Não se aplica
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Não se aplica
10085 - Água e/ou Esgoto	Não se aplica
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Não se aplica
10091 - Terreno de Marinha	Não se aplica
10094 - Terras Indígenas	Não se aplica
10095 - Águas Públicas	Não se aplica
10102 - Terras Indígenas	Não se aplica
10103 - Terreno Aldeado	Não se aplica
10104 - Restituição de área - FUNAI	Não se aplica
10105 - Demarcação	Não se aplica
10106 - Recursos Minerais	Não se aplica
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Não se aplica
10110 - Meio Ambiente	Não se aplica
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Não se aplica
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Não se aplica
10113 - Flora	Não se aplica
10114 - Fauna	Não se aplica
10115 - Transgênicos	Não se aplica
10116 - Agrotóxicos	Não se aplica
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Não se aplica
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Não se aplica
10396 - Ambiental	Não se aplica
10397 - Sanitárias	Não se aplica
10438 - Dano Ambiental	Não se aplica

10986 - Crime contra a administração ambiental	Não se aplica
11822 - Mineração	Não se aplica
11823 - Reserva legal	Não se aplica
11824 - Recursos Hídricos	Não se aplica
11825 - Poluição	Não se aplica
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Não se aplica
11827 - Zona Costeira	Não se aplica
11828 - Área de Preservação Permanente	Não se aplica
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Não se aplica
11830 - Patrimônio Cultural	Não se aplica
11836 - Parcelamento do Solo	Não se aplica
11841 - Política Agrícola	Não se aplica
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Não se aplica
11862 - Saneamento	Não se aplica
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Não se aplica
9994 - Indenização por dano ambiental	Não se aplica
3424 - Usurpação de águas	Não se aplica

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Diante dos quatro eixos estabelecidos pelo Programa Justiça 4.0, coube ao setor promover: (a) a integração de todos os processos ao sistema PJe, por meio da digitalização dos feitos que ainda tramitavam em suporte físico; (b) o atendimento ao público externo, principalmente durante a pandemia do Covid-19, por meio eletrônico e das plataformas digitais de videoconferência; (c) estimular o treinamento de servidores na utilização dos recursos de comunicação (Microsoft Teams), inteligência artificial (SIGMA).

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) publicar o acórdão:00009437620114036316; b) julgar processos conclusos há mais de 180 dias: 50044917620194030000, 50416896020184039999, 0001431-98.2015.4.03.9999, 5000355-32.2016.4.03.6114, 5009378-18.2018.4.03.6183, 5001631-85.2018.4.03.6128, 5010055-40.2017.4.03.6100, 5004474-47.2018.4.03.6120, 5000376-85.2019.4.03.9999, 0017960-13.2001.4.03.0000, 004760-04.2007.4.03.6183, 0039514-33.2008.4.03.9999 e 0005865-55.2003.4.03.6183; c) analisar pedido de efeito suspensivo: 50195301620194030000.d) dar andamento ao pedido de orientação: 5024769-

35.2018.4.03.0000. e) regularizar a fase processual no sistema e dar andamento em 10 dias: 00090296020114036114, 00136092320114036183, 00082786520084036183, 00274203820174039999, 00171702620094036183, 00461045520104039999, 00256274520094039999, 00001906020084036111, 00012885420104036000, 00003911320124036111, 5000066-71.2017.4.03.6112, 5020352-39.2018.4.03.0000, 5006495-44.2018.4.03.6104 e 0000616-04.2015.4.03.9999.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) publicar o acórdão em 10 dias: 00009437620114036316 - acórdão publicado em 17/3/2021. b) julgar o processo em 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): com exceção do feito n. 50044917620194030000, que foi redistribuído à relatoria do Exmo. Des. Federal Souza Ribeiro, todos os demais já foram julgados; c) analisar pedido de efeito suspensivo em 30 dias: 50195301620194030000 - decisão (ID 145020101) proferida em 22/10/2020, indeferindo o efeito suspensivo pleiteado; d) dar andamento ao pedido de orientação em 10 dias: 5024769-35.2018.4.03.0000 - proferido despacho (ID 140965223), determinando a intimação da parte autora para esclarecimentos sobre a distribuição do feito no prazo de 10 (dez) dias; e) regularizar a fase processual no sistema e dar andamento em 10 dias: os feitos digitalizados tiveram a fase e a movimentação atualizadas no sistema, assim como os demais. Todos os feitos se encontram julgados ou com decisão de sobrestamento por decisão de Tribunais Superiores.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 2/2021. Foi cumprido 99,87%. Os feitos pendentes de julgamento com distribuição até 31/12/2016 já foram identificados por meio de etiquetas disponíveis no sistema PJe e serão minutados com prioridade ainda neste primeiro semestre de 2022.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A metodologia de trabalho aplicada nos últimos oito meses, focada sempre no julgamento dos feitos com prioridade legal, pela ordem de antiguidade e com observância dos parâmetros utilizados nos trabalhos de Inspeção e Autoinspeção, permitiu o julgamento do número elevado de feitos com embargos de declaração pendentes de julgamento recebidos na reassunção do acervo, assim como a retomada

dos trabalhos buscando a redução do tempo de tramitação do feito desde sua distribuição até sua remessa ao gabinete da Vice-Presidência, para julgamento dos recursos excepcionais, ou sua baixa definitiva ao Juízo de origem.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Yolanda de Oliveira Silva

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Dos 18 servidores lotados no gabinete, 2 executam atividades de segurança/transporte e 15 realizam a atividade-fim de minuta de despachos, feitos, sendo que 1 minuta as decisões/votos em agravo de instrumento; 1, as ações rescisórias e conflitos de competência ; 1, aos feitos relativos aos benefícios de pensão por morte, benefício assistencial e auxílio-reclusão; 2, os feitos relativos aos benefícios de aposentadoria por idade; 1, feitos relativos aos benefícios de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez; 1, os feitos relativos aos pedidos de revisão de benefício; 1, os feitos relativos aos recursos relativos à execução/cumprimento de sentença; 1 os feitos do Conselho de Administração; 6 os feitos relativos aos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial e 1 efetua a conferência das minutas das matérias/recursos afetos à 7ª Turma.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No momento, diante da retomada gradual dos trabalhos presenciais, 16 servidores realizam suas atividades em regime de teletrabalho, observado o sistema de rodízio para comparecimento diário de 20% dos servidores ao setor.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente, o teletrabalho é parcial para todos os servidores.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas de acordo com: - a complexidade das matérias; - a função comissionada pelo servidor; - a quantidade de dias realizados em sistema de teletrabalho.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Há uma reunião entre o servidor e o superior hierárquico, presencial ou virtual, para esclarecimento dos motivos que levaram ao descumprimento das metas, bem como para discussão sobre as medidas para equacionamento das dificuldades enfrentadas, com o estabelecimento de um plano de cumprimento gradual dos trabalhos não realizados. A consequência é o acúmulo da produtividade semanal com a parcela do trabalho pendente. Eventualmente, pode ocorrer revogação do teletrabalho, se for o caso. Contudo, até o momento, não foi necessária a aplicação dessa medida.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Todos os feitos em tramitação já foram digitalizados. Os feitos físicos que se encontram no setor aguardam o cronograma de devolução aos Juízos de origem. Contudo, recebido algum feito físico, são inseridos os metadados no sistema PJe e os autos são encaminhados para digitalização.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os feitos físicos (que aguardam o cronograma de baixa e devolução aos juízos de origem) encontram-se guardados em armários, com localização atualizada no sistema Siapro.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, embargos de declaração, agravos internos e urgências é feito por meio das etiquetas que o sistema PJe disponibiliza e que permite a utilização de filtros. No momento, não há controle de feitos remetidos a outros setores.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, cada servidor possui meta de produtividade fixada de acordo com o grau de complexidade da matéria por ele minutada, assim como pela função comissionada por ele ocupada e pelo número de dias em que realiza teletrabalho. Atualmente, tendo em vista que, quanto às matérias/recursos auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício assistencial, aposentadoria por idade (rural, urbana, híbrida), auxílio-reclusão, salário-maternidade, seguro desemprego e agravo de instrumento são minutados os feitos distribuídos no ano vigente, as metas coletivas referem-se aos processos de aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial e revisão de benefício, cuja meta das equipes é concluir, nos próximos 70 dias, o julgamento de todos os processos distribuídos durante o ano de 2019 e o primeiro semestre de 2020.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

No momento, diante de todas as medidas tomadas para a realização dos trabalhos durante a pandemia, com a possibilidade de realização de teletrabalho por todos os servidores, bem como do gozo de férias nos meses de maior interesse (janeiro e julho) pela totalidade de servidores que possuíam interesse nesses períodos, não são aplicadas outras medidas de recompensas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, há designação de servidores para cumprimento dos feitos com prioridade legal e determinação para que os demais servidores realizem a minuta dos feitos observando-se estritamente a ordem de antiguidade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nos casos em que os recursos se referem exclusivamente a matérias com teses já firmadas em sede de recursos submetidos ao rito dos recursos repetitivos ou de repercussão geral.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos ficam disponibilizados nos arquivos de rede e a no SIGMA (ferramenta da Inteligência Artificial do sistema PJe) e apresentam uma parte fixa, aplicável a todos os casos de determinada matéria, e uma parte que pode/deve ser adaptada aos casos concretos. Essas alterações necessárias para adaptação aos casos concretos são analisadas pela chefia imediata.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada mormente quando há alteração de matéria atribuída ou quando é apresentada uma dificuldade maior na minuta de determinados documentos, principalmente diante de eventuais alterações legislativas ou novas teses apresentadas pelas partes.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle de sobrestamento é feito pela Subsecretaria e pelos gabinetes. No gabinete, chegando ao conhecimento o julgamento de algum tema, é verificado, no PJe, pelo chamado painel do usuário antigo, os feitos que se encontram sobrestados por aquele tema e solicitada a remessa desses feitos à conclusão. No momento, o painel com a relação dos feitos sobrestados e respectivas matérias não está disponível no sistema PJe.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há propriamente um mecanismo de estímulo à conciliação. Identificada a apresentação de proposta nesse sentido, o feito é remetido ao Gabinete da Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não, não recebeu.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em geral, em até duas sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento é efetuado pelos sistemas de pesquisa da intranet e do PJe.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, quando os feitos são incluídos em pauta de julgamento, já se encontram com os votos disponibilizados para os integrantes da Turma/Seção.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os feitos são disponibilizados, em geral, com 30 dias de antecedência. Os roteiros são enviados 15 dias antes das sessões. Após análise dos votos dos demais magistrados integrantes da Turma/Seção, os votos são lançados no sistema PJe com cerca de 4 dias de antecedência para que as subsecretarias tenham tempo hábil a efetuar os lançamentos necessários para conclusão da sessão no prazo determinado. Os apontamentos, como pedidos de vista, pedidos para realização de sustentação oral, juntada de documentos pelas partes são enviados pela Subsecretaria por meio de mensagens eletrônicas.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, a unidade possui um plano de gestão.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	o quadro de servidores se encontra completo. Os recursos materiais são adequados à consecução dos objetivos traçados e à manutenção da qualidade de vida dos servidores.
b) gestão do trabalho	a gestão do trabalho encontra-se em processo de constante atualização diante das medidas de implementação do teletrabalho extraordinário e da retomada das atividades presenciais. Há também a implementação de medidas para a estruturação das atividades por Processos de trabalho.
c) resultados	os resultados têm sido satisfatórios, com a consecução de vários objetivos estabelecidos desde agosto de 2021.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O Plano de Gestão da unidade envolve o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ, objetivando a redução gradativa e constante do acervo, bem como permitir que o primeiro julgamento de todos os processos com prioridade legal, ocorra no prazo de 60 dias a contar da data da distribuição e o primeiro julgamento de todos os demais feitos no prazo de 180 dias a partir da distribuição.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Treinamento de mais dois servidores para a minuta das matérias com a maior quantidade de distribuição atualmente, que são revisão de benefício, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Teletrabalho integral para todos os servidores.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O sistema PJe permite a identificação rápida dos processos dentro de cada tarefa pelo tempo em que ele se encontra nela. Assim, logo após os processos com prioridade legal, é de fácil identificação os feitos que se encontram há mais tempo dentro de uma tarefa sem que tenha sido movimentado.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5002030-63.2021.4.03.0000	5/2/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5003975-47.2019.4.03.6114	3/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5008300-06.2021.4.03.0000	19/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5000343-85.2020.4.03.0000	11/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022/Aguardar realização da Sessão de Julgamento.		
5014216-21.2021.4.03.0000	22/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5005024-72.2018.4.03.6110	26/9/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5001480-10.2017.4.03.6111	28/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/3/2022, decidiu rejeitar a matéria preliminar, negar provimento à apelação do INSS, e negar provimento à apelação da parte autora"/Aguardar o decurso de prazo para as partes.		
5004422-35.2019.4.03.6114	28/1/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5001473-13.2020.4.03.0000	28/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida, em 18/3/2022, reconsiderando a decisão de ID 126560973, julgando prejudicado os embargos de declaração de ID 127947666 e indeferindo o efeito suspensivo pleiteado, nos termos da fundamentação./Aguardar o decurso de prazo para as partes.		
5000801-17.2019.4.03.6183	16/3/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5019504-18.2019.4.03.0000	1º/8/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência:a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 31/1/2022, por unanimidade, decidiu dar provimento ao agravo de instrumento do INSS./Aguarda o decurso de prazo para as partes.		
5058408-20.2018.4.03.9999	9/10/2018	198-Apelação Cível

Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/3/2022, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu não conhecer do agravo interno"./Aguardar manifestação das partes/decurso de prazo.		
0021673-04.2016.4.03.6100	7/10/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
5082221-71.2021.4.03.9999	29/4/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5014860-73.2020.4.03.6183	8/7/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5028167-82.2021.4.03.0000	10/11/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 25/3/2022, determinando o encaminhamento do processado à Subseção Judiciária de Jaú, Estado de São Paulo e, posteriormente o arquivamento do feito./Aguardar o cumprimento integral do despacho ID 255388222.		
5338904-81.2020.4.03.9999	9/10/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
0003570-49.2013.4.03.6133	24/8/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0002129-08.2013.4.03.6109	14/1/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação: Processo incluído na pauta da Sessão de Julgamento da 7ª Turma desta E. Corte designada para 25/4/2022.		
5027130-98.2018.4.03.9999	20/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5118246-88.2018.4.03.9999	14/12/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5029009-67.2018.4.03.0000	14/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão em 22/3/2022, deferindo a antecipação da tutela recursal e determinando a intimação do agravado nos termos do do art. 1.019, II, do CPC./Aguardar manifestação da parte agravada/decurso de prazo quanto ao despacho ID 255227172.		
5000306-91.2017.4.03.6134	2/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/3/2022, decidiu dar parcial provimento à apelação do INSS, apenas para esclarecer os critérios de incidência de correção monetária e juros de mora"./Aguardar o decurso de prazo para as partes.		
5885915-83.2019.4.03.9999	19/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/3/2022, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação do INSS"./Aguardar manifestação das partes/decurso de prazo.		
5901631-53.2019.4.03.9999	24/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/3/2022, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu dar parcial provimento à apelação do INSS"./Aguardar manifestação das partes/decurso de prazo.		

5896170-03.2019.4.03.9999	22/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5903750-84.2019.4.03.9999	24/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
0004893-24.2019.4.03.9999	13/9/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído em pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022.		
6072658-07.2019.4.03.9999	16/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
6078703-27.2019.4.03.9999	17/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: a E 7ª Turma, em sessão realizada em 21/2/2022, decidiu não conhecer da remessa oficial, rejeitar a matéria preliminar, dar parcial provimento à apelação do INSS e e negar provimento ao recurso adesivo da parte autora"./Aguardar manifestação das partes/decurso de prazo.		
0004251-51.2019.4.03.9999	3/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0005584-38.2019.4.03.9999	25/11/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Auto com diligência em curso, Aguardar recebimento de mídia com depoimento de testemunhas. Após, incluir o feito em pauta de Sessão de Julgamento da 7ª Turma desta E. Corte.		
6112713-97.2019.4.03.9999	24/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 31/1/2022, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação da Morlan e dar parcial provimento às apelações da parte autora e do INSS"./Aguardar manifestação das partes/decurso de prazo.		
0004571-07.2014.4.03.6110	22/11/2016	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0034955-48.1999.4.03.9999	15/6/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
5000723-35.2020.4.03.6103	1º/10/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decisão proferida aos 25/3/2022, para determinar, com fundamento no Art. 10, § 1º, VII, do Regimento Interno desta E. Corte, a redistribuição dos autos a uma das Turmas integrantes da 1ª Seção./Aguardar decurso de prazo para as partes.		
5002597-83.2020.4.03.6126	7/10/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
5005269-86.2018.4.03.6109	1º/4/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 4/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte, redesignada para 18/4/2022./Aguardar a realização da Sessão de Julgamento.		
0030580-76.2014.4.03.9999	20/10/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/2/2022, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu dar provimento à apelação do INSS"/Aguardar o decurso de prazo para as partes.		

0007678-42.2012.4.03.6106	13/5/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Certidão de julgamento: a Egrégia 7ª Turma, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada em 21/2/2022, proferiu a seguinte decisão:"a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu acolher os embargos de declaração opostos pela parte autora". Aguardar decurso de prazo.		
0011986-27.2012.4.03.6105	6/2/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/2/2022, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu acolher parcialmente os embargos de declaração"/Aguardar o decurso de prazo para as partes.		
0003809-20.2011.4.03.6102	24/4/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Certidão de julgamento: a Egrégia 7ª Turma, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada em 31/1/2022, proferiu a seguinte decisão:"a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu acolher parcialmente os embargos de declaração". Aguardar decurso de prazo para as partes.		
0002527-10.2012.4.03.6102	2/12/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Certidão de julgamento: a Egrégia 7ª Turma, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada em 21/2/2022, proferiu a seguinte decisão: "a Sétima Turma, por unanimidade, decidiu acolher os embargos de declaração". Aguardar decurso de prazo para as partes.		
0008633-46.2006.4.03.6183	17/12/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: a E. 7ª Turma, em sessão realizada em 21/2/2022, por unanimidade, decidiu não conhecer da remessa oficial, negar provimento à apelação do INSS, e dar parcial provimento à apelação da parte autora, para fixar os critérios da correção monetária"/Aguardar decurso de prazo.		
0020416-23.2012.4.03.9999	5/6/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0043978-91.1994.4.03.9999	23/1/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0012779-21.2012.4.03.9999	30/3/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0006109-64.2012.4.03.9999	1º/3/2012	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0030672-64.2008.4.03.9999	30/5/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0040044-42.2005.4.03.9999	8/9/2005	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0006756-93.2011.4.03.9999	28/2/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0033441-45.2008.4.03.9999	12/6/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0029324-40.2010.4.03.9999	13/8/2010	198-Apelação Cível

Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0003056-17.2008.4.03.9999	31/1/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0010288-12.2010.4.03.9999	29/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0011583-55.2008.4.03.9999	25/3/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0021808-52.1999.4.03.9999	24/5/1999	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0020426-14.2005.4.03.9999	11/5/2005	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0008459-98.2007.4.03.9999	20/4/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 25/4/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0004694-29.2004.4.03.6183	9/5/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da Sessão de Julgamento, de 9/5/2002, da 7ª Turma desta E. Corte.		
0002851-40.2003.4.03.6126	2/2/2005	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir o feito na Sessão de Julgamento, de 23/5/2022, da 7ª Turma desta E. Corte.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, todos foram inspecionados. Não há processos físicos em trâmite na unidade.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Localizar com urgência a mídia contendo os depoimentos das testemunhas, as quais estariam encartadas nos autos físicos, conforme informado pelo Juízo de origem. Após, julgar o feito em 60 dias. (processo concluso há mais de 360 dias):

0005584-38.2019.4.03.9999

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com o Desembargador Federal Toru Yamamoto, a assessora Yolanda de Oliveira Silva e a Oficial de Gabinete Eliane Dias C. Oliveira, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete é composto por 18 servidores, 2 executam atividades de segurança/transporte e 15 realizam a atividade-fim de minuta de despachos, sendo que 1 minuta as decisões/votos em agravo de instrumento; 1, as ações rescisórias e conflitos

de competência; 1, elabora minutas de feitos relativos aos benefícios de pensão por morte, benefício assistencial e auxílio-reclusão; 2, os feitos relativos aos benefícios de aposentadoria por idade; 1, feitos relativos aos benefícios de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez; 1, os feitos relativos aos pedidos de revisão de benefício; 1, os feitos relativos aos recursos relativos à execução/cumprimento de sentença; 1 os feitos do Conselho de Administração; 6 os feitos relativos aos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial e 1 efetua a conferência das minutas das matérias/recursos afetos à 7ª Turma.

A triagem é feita pela assessora Yolanda, que faz uma análise prévia dos processos, etiquetagem e direcionamento aos servidores. Todos os processos, já etiquetados, são enviados para a tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”. Através desta rotina é possível o controle preciso do acervo, pois o PJe ao listar os processos de uma tarefa, os relaciona por ordem de distribuição perante o órgão, iniciando a listagem com os processos marcados com prioridade legal.

O teletrabalho é exercido, no momento, por 16 servidores, observado o sistema de rodízio para comparecimento diário de 20% dos servidores ao setor. Atualmente o teletrabalho é parcial para todos os servidores.

As cotas são fixadas de acordo com a complexidade das matérias, função comissionada exercida pelo servidor e a quantidade de dias de teletrabalho. As cotas são semanais e a produtividade é informada via e-mail para a chefia na sexta-feira.

Segundo informado, na eventualidade de não cumprimento das cotas, há uma reunião entre o servidor e o superior hierárquico, presencial ou virtual, para esclarecimento dos motivos que levaram ao descumprimento das metas, bem como para discussão sobre as medidas para equacionamento das dificuldades enfrentadas, com o estabelecimento de um plano de cumprimento gradual dos trabalhos não realizados. A consequência é o acúmulo da produtividade semanal com a parcela do trabalho pendente. Eventualmente, pode ocorrer revogação do teletrabalho, se for o caso. Contudo, até o momento, não foi necessária a aplicação dessa medida.

Todos os feitos da unidade foram digitalizados. Os feitos físicos que se encontram no setor aguardam o cronograma de devolução aos Juízos de origem. Contudo, recebido algum processo físico, são inseridos os metadados no sistema PJe e os autos são encaminhados para digitalização.

Os feitos físicos (que aguardam o cronograma de baixa e devolução aos Juízos de origem) encontram-se guardados em armários, com localização atualizada no sistema Siapro.

O controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, embargos de declaração, agravos internos e urgências é feito por meio das etiquetas que o sistema PJe disponibiliza e que permite a utilização de filtros. No momento, não há controle de feitos remetidos a outros setores.

Os entrevistados esclareceram que cada servidor possui meta de produtividade fixada de acordo com o grau de complexidade da matéria por ele minutada, assim como pela função comissionada por ele ocupada e pelo número de dias em que realiza teletrabalho. Atualmente, tendo em vista que, quanto às matérias/recursos auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício assistencial, aposentadoria por idade (rural, urbana, híbrida), auxílio-reclusão, salário-maternidade, seguro desemprego e agravo de instrumento são minutados os feitos distribuídos no ano vigente, as metas coletivas referem-se aos processos de aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial e revisão de benefício, cuja meta das equipes é concluir, nos próximos 70 dias, o julgamento de todos os processos distribuídos durante o ano de 2019 e o primeiro semestre de 2020.

Foi informado que, no momento, diante de todas as medidas tomadas para a realização dos trabalhos durante a pandemia, com a possibilidade de realização de teletrabalho por todos os servidores, bem como do gozo de férias nos meses de maior interesse (janeiro e julho) pela totalidade de servidores que possuíam interesse nesses períodos, não são aplicadas outras medidas de recompensas.

Quanto às prioridades legais, há designação de servidores para análise dos feitos pertinentes e determinação para que os demais servidores realizem a minuta observando-se estritamente a ordem de antiguidade.

A unidade utiliza decisões terminativas nos casos em que os recursos se referem exclusivamente a matérias com teses já firmadas em sede de recursos submetidos ao rito dos recursos repetitivos ou de repercussão geral.

Os modelos de votos e decisões ficam disponibilizados nos arquivos de rede e no SIGMA (ferramenta da Inteligência Artificial do sistema PJe) e apresentam uma parte fixa, aplicável a todos os casos de determinada matéria, e uma parte que pode/deve ser adaptada aos casos concretos. Essas alterações necessárias para adaptação aos casos concretos são analisadas pela chefia imediata.

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada mormente quando há alteração de matéria atribuída ou quando é apresentada uma dificuldade maior na minuta de determinados documentos, principalmente diante de eventuais alterações legislativas ou novas teses apresentadas pelas partes.

O controle de sobrestamento é feito pela Subsecretaria e pelos gabinetes. No gabinete, chegando ao conhecimento o julgamento de algum tema, é verificado, no PJe, pelo chamado painel do usuário antigo, os feitos que se encontram sobrestados por aquele tema e solicitada a remessa desses feitos à conclusão. No momento, segundo os entrevistados informaram, o painel com a relação dos feitos sobrestados e respectivas matérias não está disponível no sistema PJe.

Foi informado que não há um mecanismo de estímulo à conciliação, propriamente dito. Identificada a apresentação de proposta nesse sentido, o feito é remetido ao Gabinete da Conciliação.

A unidade não recebeu nenhum tipo de auxílio desde a última inspeção.

Os pedidos de vista são levados a julgamento, geralmente, em até duas sessões.

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é realizado por meio de pesquisas na intranet e dos dados constantes do PJe.

Em relação às sessões de julgamento, há disponibilização dos votos, em geral, com 30 dias de antecedência. Os roteiros são enviados 15 dias antes das sessões. Após análise dos votos dos demais magistrados integrantes da Turma/Seção, os votos são lançados no sistema PJe com cerca de 4 dias de antecedência para que as subsecretarias tenham tempo hábil a efetuar os lançamentos necessários para conclusão da sessão no prazo determinado. Os apontamentos, como pedidos de vista, pedidos para realização de sustentação oral, juntada de documentos pelas partes são enviados pela Subsecretaria por meio de mensagens eletrônicas.

Os entrevistados informaram que a unidade possui um plano de gestão.

Sobre os recursos materiais informaram que o quadro de servidores se encontra completo. A unidade afirma estar bem provida de recursos materiais.

A gestão de trabalho está em processo de constante atualização diante das medidas de implementação do teletrabalho extraordinário e da retomada das atividades presenciais. Ressaltou-se a implementação de medidas para a estruturação das atividades por processos de trabalho.

A unidade estabeleceu como objetivo a ser alcançado o cumprimento das Metas estabelecidas pelo CNJ, objetivando a redução gradativa e constante do acervo, bem como permitir que o primeiro julgamento de todos os processos com prioridade legal no prazo de 60 dias a contar da data da distribuição e o primeiro julgamento de todos os demais feitos no prazo de 180 dias a partir da distribuição.

Para atingir os objetivos traçados aponta o treinamento de mais dois servidores para a minuta das matérias com a maior quantidade de distribuição atualmente, que são revisão de benefício, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial.

Os entrevistados apontam que o teletrabalho integral para todos os servidores poderia se tornar efetivo mesmo após o término da pandemia.

O controle periódico de processos sem movimentação é feito através do sistema PJe, que permite uma rápida identificação dos processos dentro de cada tarefa pelo tempo em que ele se encontra nela. Assim, logo após os processos com prioridade legal, os feitos que se encontram há mais tempo dentro de uma tarefa são facilmente identificados.

34. OBSERVAÇÕES

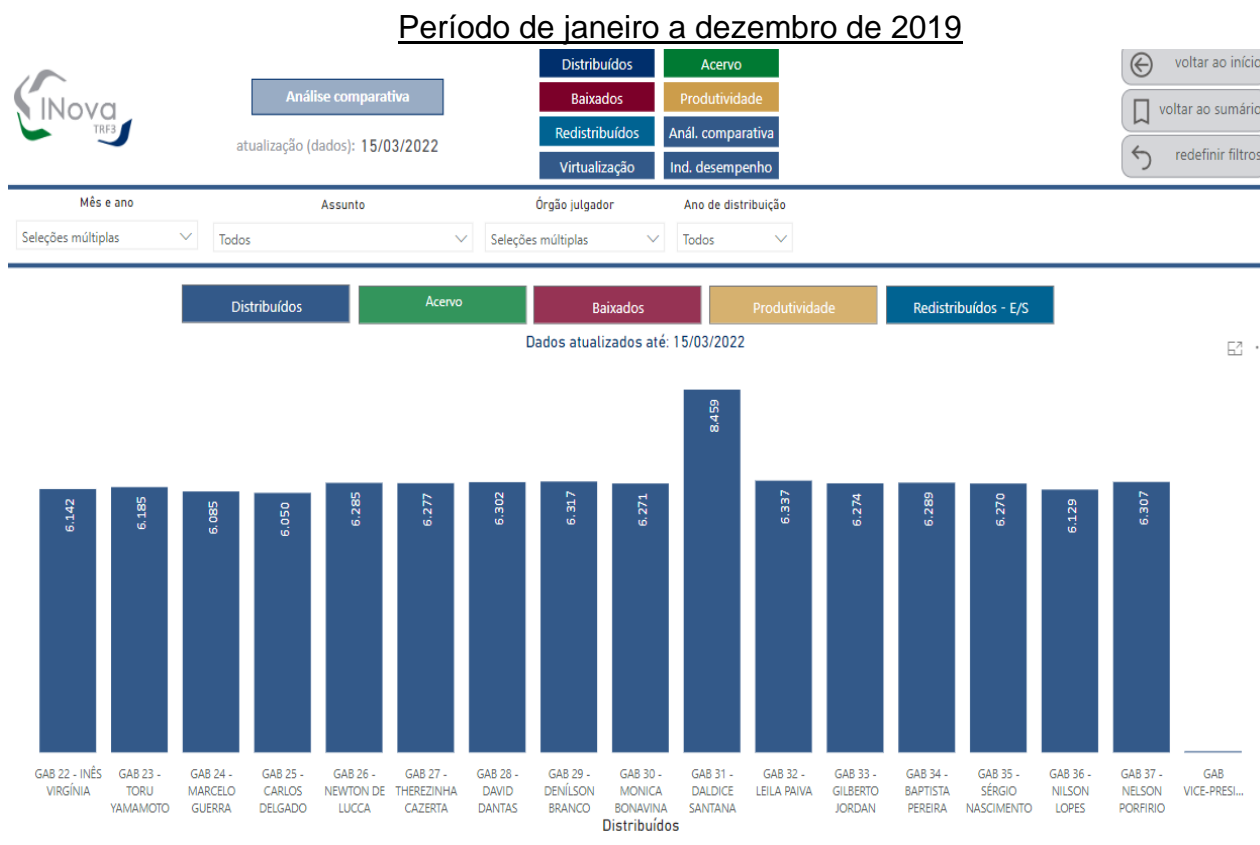
Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 4.628 para 3.473. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.646 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.473.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 509 na última inspeção, para 320, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

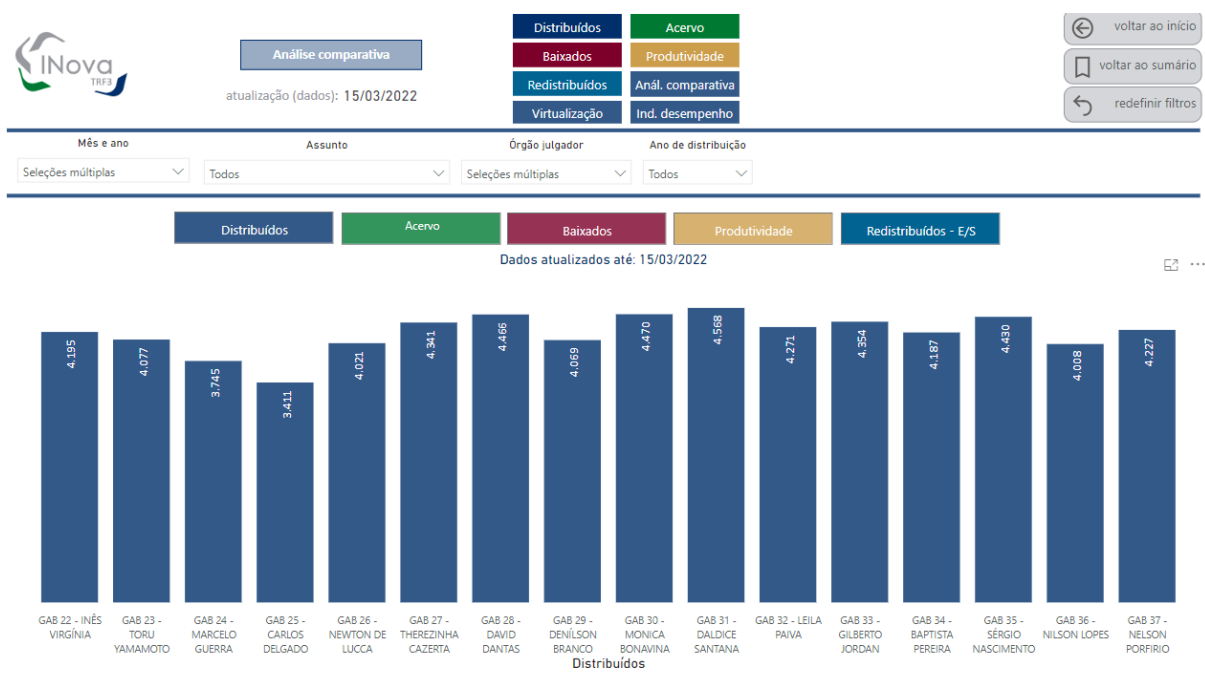
Sobre a distribuição entende-se relevante trazer quadros estatísticos com os dados referentes aos gabinetes da 3ª Seção, desde 2019, diante da constatação de que os números não têm sido equânimes:



Período de janeiro a dezembro de 2020



Período de janeiro de 2021 a março de 2022



Como a distribuição e o acervo são dados relevantes para análise da produtividade da unidade jurisdicional, destaco os dados estatísticos em relação ao acervo, para o mesmo período das tabelas de distribuição citadas acima:

Acervo em dezembro de 2019



Acervo em dezembro de 2020



Acervo em dezembro de 2021



O desequilíbrio em relação à distribuição impacta no cumprimento da Meta 1 pelas unidades jurisdicionais, uma vez que impõe maior esforço de trabalho para aquelas com menor acervo.

Feita tal ressalva, importa citar os índices positivos obtidos pelo gabinete desde a última inspeção.

Houve controle efetivo do acervo, com melhora dos dados estatísticos.

A unidade obteve êxito no cumprimento da Meta 1 de 2021, alcançando o índice de **108,85%**.

Quanto à Meta 2 os percentuais foram de **99,87%** para os processos distribuídos até 31/12/2016 e **116,25%** para aqueles distribuídos ao gabinete em 2017.

Houve relevante redução no número de embargos de declaração pendentes de julgamento, que em 2020 era de **509** e em 2022 é de **320**. Durante a entrevista, foi demonstrado que esse número já foi reduzido para menos do que 40 processos.

Outro dado que evidencia o aprimoramento da unidade consiste na redução significativa de processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado. Em 2020 havia **408** processos nessa condição, em 2022, **22**.

A entrevista mostrou o comprometimento da equipe com o desenvolvimento constante de estratégias para melhor controle do acervo e gerenciamento do trabalho.

A elaboração do plano de gestão de trabalho, sua efetiva implementação, o gerenciamento competente do acervo mediante a utilização eficaz das ferramentas de controle do sistema PJe são exemplos de boas práticas que merecem ser destacadas.

35. RECOMENDAÇÕES

Inicialmente, ressalte-se que não remanescem pendências em relação às recomendações da inspeção anterior.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir a recomendação do item 32.

b) Manter em prática o plano de gestão. Os métodos e estratégias de gerenciamento do trabalho devem ser constantemente reavaliados, de acordo com as especificidades das matérias com maior demanda.

c) Apontar para os setores competentes eventuais inconsistências e/ou alterações do sistema PJe que podem contribuir para sua melhoria.

A unidade jurisdicional merece elogios pelo trabalho desenvolvido.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL INÊS VIRGÍNIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Inês Virgínia - GABIV

2.2 Turma

7ª Turma

2.3 Competência

3ª Seção

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

João Agripino Sena Junior - Chefe de Gabinete; Patricia Previde Guimarães Quartim Barbosa - Assessora

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0

Estagiários de nível superior	2
-------------------------------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	6.582
Processos suspensos/sobrestados	468
Processos conclusos	4.628
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.582
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	9.348
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.628
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.651
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	468
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	667

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	193
Mandados de segurança	2
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	15
Reclamações	0
Ações rescisórias	150
Outros	26

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.389
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	3
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	970
Outros	5.417

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.389
Apelações cíveis	5.788
Agravos de instrumento	542
Outros	59

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	1
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	434
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	338
Agravos legais/regimentais	68
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	55
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	2
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	2

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	55
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	6

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	122
Ano anterior	3.655
2º ano anterior	1.578
3º ano anterior	699
4º ano anterior	341
5º ano anterior ou mais antigo	174

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	403
Ano anterior	1.772
2º ano anterior	1.723
3º ano anterior	806
4º ano anterior	441
5º ano anterior	223
6º ano anterior ou mais antigo	123

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	400
Ano anterior	1.521

2º ano anterior	863
3º ano anterior	947
4º ano anterior	429
5º ano anterior	234
6º ano anterior	83
7º ano anterior ou mais antigo	62

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

Processos conclusos para voto-vista	5
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	3.645
Total de Processos julgados	4.337
Total de Processos baixados	5.701
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 692
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 2.056

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na inspeção anterior	62
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.697
Processos julgados no ano anterior	4.850
Processos distribuídos no ano corrente	357
Processos julgados no ano corrente	502

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.061
Pendentes em 31/12/2021	174
Porcentagem de atendimento da meta	97,22%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

393

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.020
Pendentes no último dia do mês anterior	355
Porcentagem de atendimento da meta	94,08%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.701
Pendentes no último dia do mês anterior	394
Porcentagem de atendimento da meta	105,05%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	63,24%
Taxa de congestionamento em 2021	52,98%
Taxa de congestionamento em 2022	55,43%

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes em 31/12/2021	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
------------------------------------	--

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não aplicável.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0

11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0
3424 - Usurpação de águas	0
3624 - Caça	0

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Não aplicável.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	0
Pendentes no mês anterior	0
Percentual de cumprimento da meta	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
a) Reestruturação funcional do gabinete. b) Redução de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental. c) Promoção de estudos para a instituição de política de recompensas. d) Checar a regularidade do acervo. e) Inconsistências estatísticas. e.1) formalizar expediente para a Presidência; e.2) oficiar ao CJF; e e.3) formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia ao CJF. f) Caberá à unidade cumprir as recomendações do item 11 deste relatório. Unidade a ser incluída no Programa de Acompanhamento Permanente da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
a. Aumento do grupo de rural e compartilhado o conhecimento com outras equipes. Mantida a fixação de metas individuais, de acordo com a complexidade. Intercâmbio com outros gabinetes, inclusive com criação de grupo de comunicação entre assessores. b. Criada rotina, com elaboração de minutas de ED por estagiários, com supervisão da chefia. Priorizado o julgamento de ações originárias, como MS, CC e IRDR. Apresentação de declaração de voto na sessão; pedidos de vista apenas excepcionalmente. c. Valorização e premiação mediante FC's e substituição de férias. d. Análise frequente do acervo; identificação de processos estranhos ao acervo e solicitação de providências ao setor competente. f. As recomendações foram

cumpridas. Equipe tem sido elogiada, diante do esforço e do estudo, para viabilizar uma melhor prestação jurisdicional, quantitativa e qualitativamente.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações constantes da alínea e não foram adotadas, considerando que os setores de estatística e de informática têm envidado esforços para promover as correções das inconsistências encontradas. Caso haja uma mudança nesse cenário, adotaremos as providências recomendadas nas alíneas 3.1; e.2; e e.3. Constou do Relatório que esta unidade seria incluída no Programa de Acompanhamento Permanente da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Diante disso, foi mantido contato com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal para verificação das providências que deveriam ser adotadas, as quais, todavia, não foram informadas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. A Meta 2 foi parcialmente atendida, com o cumprimento de 94,08% da meta referente ao ano de 2017 e 105,05% da meta referente ao ano de 2018. A fim de cumprir integralmente tais metas, foi providenciada a identificação dos processos de Meta 2 e a sua distribuição entre uma equipe destacada para julgamento prioritário, sem prejuízo do atendimento das demais metas do CNJ, notadamente no que tange à produtividade (Meta 1), prioridades legais e consequente redução do acervo global. A par disso, a análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal tem sido feita com maior frequência, a fim de viabilizar a identificação dos processos mais antigos, bem como das preferências legais, com o aprimoramento da prestação jurisdicional.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Após a triagem, os processos são distribuídos de acordo com a urgência e com a matéria de fundo (por benefício). Os servidores são divididos em grupos por matéria e elaboram minutas de decisões, votos e despachos. Temos líderes de cada grupo, que orientam aos demais quanto a aplicação do entendimento da Magistrada, realizam reuniões para troca de experiências e analisam as pautas das matérias que lideram, nas sessões de julgamento. A chefia é dividida entre gestão de processos e gestão de pessoas. Há um acompanhamento individual dos servidores, suas habilidades e dificuldades considerando sempre a dupla necessidade: o atingimento de metas e o bem-estar do servidor. Estamos melhorando a gestão do acervo, mas há pontos a serem aperfeiçoados, em especial no que se refere ao controle dos processos sobrestados, enfrentamento dos mais antigos, recursos internos e feitos com pedido de tutela, pontos que serão os principais focos de atuação neste ano.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

João Agripino Sena Junior - Chefe de Gabinete; Patrícia Previde Guimarães Quartim Barbosa - Assessora

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os servidores são agrupados por matéria, com um líder que tem mais experiência. Cada grupo é responsável por elaborar minutas de despachos, decisões e votos dentro de sua matéria. Há servidores que atuam em mais de um grupo e dividem seu tempo de acordo com a necessidade do acervo. Há alguns servidores designados para a triagem e distribuição de processos. Os líderes dos grupos e a chefia analisam a pauta em cada sessão de julgamento e tratam diretamente com a Magistrada sobre itens divergentes do seu entendimento. A Chefia é dividida em tarefas macro: gestão de processos (chefe de gabinete) e gestão de pessoas (assessora). As 2 estagiárias, sob orientação, realizam atividades-meio (tarefas administrativas, organização de processos) e também elaboram minutas de decisões e votos mais simples, supervisionadas (atividades-fim). Os 17 servidores são focados nas atividades-fim, mas a assessora também executa atividades-meio, como retorno a advogados, resposta a SEIs e agenda da Magistrada.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, hoje, dos 17 servidores do Gabinete, 1 está em licença médica, 3 em regime presencial e 13 em teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Dos 13 servidores em teletrabalho, 4 estão em regime integral e 9 em parcial, com previsão de comparecimento ao Tribunal 1 vez por semana.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Complexidade da matéria e habilidade/experiência do servidor nesta matéria. Assim, de um servidor que acabou de ingressar no Gabinete, não é exigida a mesma cota que de um que já trabalha com a matéria há muito tempo.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Através de relatórios mensais e reuniões semanais. Caso não haja cumprimento da cota, conversamos com o servidor para saber dos motivos, dar orientações e sinalizarmos que estamos observando; se persistir, a médio prazo, rodiziamos a matéria para outra em que o servidor tenha mais habilidade. No pior cenário, trocamos o servidor.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Assim que os processos chegam, eles são triados e destinados ao servidor que será o responsável por analisá-lo, caso haja a necessidade de adoção de alguma

providência. Alguns processos são recebidos apenas para serem arquivados; nesse caso, eles são colocados em armários e localizados no SIAPRO.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os físicos são organizados nos armários ou entregues aos servidores responsáveis pela respectiva análise, sendo, em ambos os casos, localizados através do SIAPRO. Os processos no PJe estão etiquetados e disponibilizados em fluxos (triagem os que acabaram de chegar ou acabaram de ser digitalizados), recebidos da unidade processante (os que retornam do MPF ou da Secretaria quando cumprido um prazo, para continuidade do procedimento), analisar tipo de decisão a proferir (onde ficam armazenados os já triados, que aguardam decisão), exemplificativamente.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Através da extração de relatórios gerenciais e do acompanhamento dos dados estatísticos publicados mensalmente pelo Tribunal.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. A chefia tem metas individuais, os demais servidores, metas coletivas estabelecidas pela magistrada e pela chefia. Exemplos de meta coletiva são os mutirões que realizamos sazonalmente para a baixa do acervo de determinada matéria, deslocando servidores de grupos diversos para um grupo com tempo determinado de existência, suficiente à obtenção da baixa desejada.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Como não possuímos muitos meios de recompensa, instituímos política de premiação em 2 frentes: atribuição de dias de substituição de férias da chefia e distribuição de FCs conforme desempenho.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, estes feitos são priorizados e distribuídos aos líderes dos grupos, que tem por missão dividi-los entre os componentes do grupo com prazo pré-determinado para elaboração de minutas de decisão ou voto.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, em casos de precedentes de observação obrigatória e em situações em que há entendimento uniforme da Turma.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são elaborados de acordo com o entendimento da magistrada e disponibilizados em arquivos aos grupos, inseridos no SIGMA e salvos na nuvem. Cada servidor busca os modelos da forma que lhe é mais conveniente, sem imposição

pela chefia. Os modelos são adaptados a cada caso concreto e atualizados periodicamente com legislação e jurisprudência.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A identificação se dá pela observação da qualidade dos votos e decisões minutados e das dúvidas trazidas durante as reuniões em grupo e individuais.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Através da análise de dados estatísticos do Tribunal, onde verificamos os processos que se encontram sobrestados, bem como o respectivo tema. As matérias são as previdenciárias afetadas, exemplificativamente: readequação de benefícios pré Constituição Federal (IRDR), Tema 999 (STJ, no STF é o Tema 1102), Tema 1018 (STJ), Tema 1083 (STJ).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, em casos específicos, mas na prática não tem se mostrado muito frutíferas as tentativas, pelas limitações impostas pela pandemia e pela ausência de disponibilidade do INSS.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Nos esforçamos para não pedir vista. Há uma orientação interna pra que os eventuais pedidos de vista sejam levados a julgamento dentro de um mês, o que nem sempre é possível, considerando a complexidade do feito. Destacamos que há diferenças entre os pedidos de vista realizados nas sessões da 7ª Turma e os da 3ª Seção, quanto aos procedimento de apresentação e a complexidade dos temas abordados.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através do acompanhamento das sessões de julgamento, dos feitos veiculados pela assessoria de comunicação no site do Tribunal e pela busca de jurisprudência para atualização dos modelos de votos e decisões terminativas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Nas sessões de julgamento, previamente temos acesso aos votos dos demais componentes da Turma e da Seção, além do Órgão Especial, para análise e lançamento prévio de votos da magistrada e também de declarações de voto em casos de divergência de entendimento. O mesmo ocorre com os nossos votos.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os advogados se inscrevem previamente para as sustentações orais, até 48 horas antes da sessão. Os gabinetes recebem o roteiro, lançam com antecedência os votos e declarações de votos (em casos de divergência). A Subsecretaria envia o link para

a sessão que se realiza pelo TEAMS. Há uma preparação prévia de roteiro do Gabinete para a sessão, com os itens em que haverá sustentação oral e resumo dos votos para leitura pela Magistrada. A assessora acompanha e anota as ocorrências da sessão.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, além do Plano de Desenvolvimento Institucional que protocolizamos na pandemia, temos planos de gestão discutidos e atualizados habitualmente.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Quadro completo, 16 servidores ativos, 1 em licença médica. Servidores em sua maioria experientes e pró-ativos. Materiais suficientes ao desenvolvimento do trabalho.
b) gestão do trabalho	Em desenvolvimento constante, visando estancar problemas e reduzir o acervo sem perda da qualidade. Boa divisão da chefia entre gestão de processos e de pessoas, o que possibilita aprofundamento das questões.
c) resultados	Muito bons, em especial se considerado o período de pandemia, com a redução de 2.826 processos em tramitação líquida (9.271 em janeiro de 2021; 6.445 em janeiro de 2022).

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

a. redução dos processos em tramitação líquida de janeiro de 2022 a janeiro de 2023; b. redução do prazo para 1ª decisão; c. cumprimento de todas as metas do CNJ; d. maior qualificação dos servidores; e. administração mais eficiente da gestão de processos; f. atualização de métodos para gestão de pessoas.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

a. organização de mutirões para redução de acervo de matérias que tem maior entrada, como por exemplo, aposentadoria especial; b. controle constante dos processos pendentes, seguindo as prioridades legais e a data de distribuição no Tribunal; c. aumento da produtividade e melhor distribuição do trabalho, focando nos processos mais antigos; d. sugestão de obras jurídicas e cursos de atualização; organização de ciclos de palestras das matérias dentro do Gabinete; e. aplicação uniforme do mapeamento do trabalho com aceleração do fluxo do processo no Gabinete; e. elaboração de planilhas, a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, para acompanhamento de processos sobrestados por tema; de processos com pedidos de tutela e de processos com preferências legais, seja por idade ou pela natureza, a fim de viabilizar melhor controle; f. participação em cursos sobre o tema; constante acompanhamento dos servidores, com escuta ativa e feedback.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Praticamente todas as iniciativas já se tornaram efetivas, como por exemplo as reuniões semanais, ainda que virtuais, que na pandemia nos aproximaram mais dos colegas e possibilitaram à chefia um monitoramento e direcionamento das questões profissionais e emocionais dos servidores.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através do acompanhamento dos dados estatísticos; por relatórios gerenciais e pelos e-mails e telefonemas recebidos dos advogados que patrocinam as ações e por vezes da própria parte autora.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001391-78.2017.4.03.6113	29/4/2019	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5809390-60.2019.4.03.9999	1º/7/2019	198-Apelação Cível
Julgado em sessão de 7/3/2022. Acórdão publicado em 22/3/2022.		
5007296-31.2021.4.03.0000	10/5/2021	202-Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5032594-98.2021.4.03.9999	28/1/2021	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0007782-89.2015.4.03.6183	6/5/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Julgado em sessão de 7/3/2022. Acórdão publicado em 16/3/2022		
5007705-24.2017.4.03.6183	14/2/2018	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5002898-56.2017.4.03.6119	15/3/2018	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5001724-63.2017.4.03.6102	23/4/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Julgado em sessão de 31/1/2022. Acórdão publicado em 10/2/2022.		
5003343-89.2017.4.03.6114	18/6/2018	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5001957-69.2018.4.03.6120	6/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Julgado em sessão de 31/1/2022. Acórdão publicado em 11/2/2022.		
5006967-76.2017.4.03.6105	2/4/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Julgado em sessão de 31/1/2022. Acórdão publicado em 11/2/2022.		
5017323-44.2019.4.03.0000	8/7/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Mandado de Segurança julgado em 24/3/2022.		
0004948-21.2013.4.03.6301	5/2/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Levantado sobrestamento. Partes intimadas sobre digitalização. Processo será inserido em pauta no primeiro semestre de 2022.		
0000195-82.2014.4.03.6140	17/11/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Levantado sobrestamento. Partes intimadas sobre digitalização. Processo será inserido em pauta no primeiro semestre de 2022.		
0005652-63.2014.4.03.6183	16/10/2015	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0006336-85.2014.4.03.6183	16/10/2015	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0001353-09.2015.4.03.6183	19/12/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária

Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0003590-82.2014.4.03.6140	27/9/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Regularizada a representação processual. Processo será levado a julgamento no primeiro semestre de 2022.		
0039701-02.2012.4.03.9999	3/10/2012	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5026730-11.2018.4.03.0000	23/10/2018	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Julgada a demanda em 24/3/2022.		
5004018-22.2021.4.03.0000	1º/3/2021	221-Conflito de competência
Conflito de competência julgado em 29/3/2022.		
5008723-12.2019.4.03.6183	30/3/2021	198-Apelação Cível
Julgamento iniciado em 22/11/2021, tendo sido sobrestado, nos termos do artigo 942 do CPC. Será inserido em 18/4/2022 para a sessão de 9/5/2022, na qual haverá a participação de um 5º magistrado.		
5022692-18.2020.4.03.6100	1º/5/2021	198-Apelação Cível
Julgamento iniciado em 22/11/2021, tendo sido sobrestado, nos termos do artigo 942 do CPC. Será inserido em 18/4/2022 para a sessão de 9/5/2022, na qual haverá a participação de um 5º magistrado.		
5006172-70.2017.4.03.6105	19/1/2021	198-Apelação Cível
Resolvido problema no fluxo do PJe. Acórdão publicado em 24/3/2022.		
0000641-82.2014.4.03.6141	17/8/2015	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0002168-97.2013.4.03.6143	16/8/2016	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0000441-66.2012.4.03.6102	2/6/2017	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0000554-50.2014.4.03.6134	10/8/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0000043-34.2014.4.03.6140	5/12/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Determinado o sobrestamento do feito em 23/3/2022. Tema 1.018.		
0001839-38.2008.4.03.6183	25/7/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Determinado o sobrestamento do feito em 23/3/2022. Tema 692.		
0003404-83.2018.4.03.9999	5/2/2018	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0010249-75.2014.4.03.6183	20/5/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Feito julgado em 21/3/2022.		
5000331-52.2017.4.03.9999	14/2/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5002647-38.2017.4.03.9999	24/8/2017	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0002936-32.2013.4.03.6140	17/11/2015	198-Apelação Cível
Regularizada a digitalização. Determinada a remessa dos autos a origem, diante do trânsito em julgado.		
5000425-48.2017.4.03.6103	22/9/2017	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5001041-72.2017.4.03.6119	27/9/2017	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0109096-48.1993.4.03.9999	3/1/2018	198-Apelação Cível
Apelação julgada em 25/3/2022.		

0044425-61.2007.4.03.6301	18/9/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Determinada a suspensão do processo para regularização da representação processual, considerando o óbito da parte.		
5001517-21.2018.4.03.6105	20/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5003912-77.2017.4.03.6183	15/2/2019	199-Remessa Necessária Cível
Julgado em sessão de 31/1/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022.		
5003006-96.2018.4.03.6104	27/8/2018	199-Remessa Necessária Cível
Identificado problema na digitalização. Adotadas medidas para respectiva regularização. Feito será apreciado no primeiro semestre de 2022.		
6071725-34.2019.4.03.9999	16/10/2019	199-Remessa Necessária Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0003727-49.2017.4.03.0000	4/9/2017	221-Conflito de competência
Processo será pautado em 18/4/2022, para a sessão de 11/5/2022.		
0005518-47.2012.4.03.6105	17/5/2013	198-Apelação Cível
Apelação julgada em 15/3/2022.		
0042930-28.2016.4.03.9999	5/7/2019	199-Remessa Necessária Cível
Reexame necessário julgado em 25/3/2022.		
0013037-67.2011.4.03.6183	2/9/2013	198-Apelação Cível
Processo de outro gabinete (Juiz Conv. Nilson Lopes). Enviado e-mail para setor de estatística para regularização.		
0028119-68.2013.4.03.9999	20/8/2013	198-Apelação Cível
Processo de outro gabinete (Juíza Conv. Mônica Bonavina). Enviado e-mail para setor de estatística para regularização.		
0002963-27.2006.4.03.6183	28/12/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0004304-29.2009.4.03.6104	8/3/2013	198-Apelação Cível
Apreciada petição em 25/3/2022		
0005458-16.2009.4.03.6126	5/8/2011	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0001283-75.2004.4.03.6183	18/2/2010	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
5003796-77.2018.4.03.6105	6/7/2020	199-Remessa Necessária Cível
Julgado em sessão de 21/2/2022. Acórdão publicado em 7/3/2022.		
0025291-41.2009.4.03.9999	14/07/2009	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0010523-42.2011.4.03.6119	3/7/2012	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0007529-91.2013.4.03.6112	7/5/2014	46-Restauração de Autos
Restauração de autos em processamento. Previsão de julgamento no primeiro semestre de 2022.		
5013149-21.2021.4.03.0000	10/6/2021	221-Conflito de competência
Conflito de competência julgado em 29/3/2022.		
0026678-85.2008.4.03.6100	1º/9/2009	1728-Apelação/ Remessa Necessária
Processo de outro gabinete (Des. Fed. Carlos Muta). Enviado e-mail para setor de estatística para regularização.		
0027477-08.2007.4.03.9999	27/7/2007	198-Apelação Cível
Apreciada petição em 22/3/2022		
0042171-98.2015.4.03.9999	16/11/2015	46-Restauração de Autos

Restauração de autos julgada.		
0043373-81.2013.4.03.9999	12/12/2013	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0003328-86.2003.4.03.6183	26/9/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária
Embargos de Declaração apreciados em 23/3/2022		
0000247-50.2005.4.03.6122	27/9/2006	46-Restauração de Autos
Restauração de autos julgada.		
0009038-42.2008.4.03.6109	9/2/2012	198-Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 25/4/2022.		
0033846-42.2012.4.03.9999	17/8/2012	198-Apelação Cível
Processo de outro gabinete (Juiz Conv. Nilson Lopes). Enviado e-mail para setor de estatística para regularização.		
0031138-63.2005.4.03.9999	19/7/2005	46-Restauração de Autos
Restauração de autos julgada.		
0050742-05.2008.4.03.9999	9/10/2008	46-Restauração de Autos
Restauração de autos julgada.		
0001822-73.2003.4.03.9999	15/1/2003	46-Restauração de Autos
Restauração de autos julgada.		
0001188-74.2006.4.03.6183	26/4/2010	46-Restauração de Autos
Restauração de autos julgada.		
0004339-12.2007.4.03.9999	15/2/2007	46-Restauração de Autos
Restauração de autos julgada.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 70 processos selecionados, 66 foram inspecionados, todos eletrônicos. Foram identificados 4 processos que, embora constassem da listagem de inspeção, não pertenciam ao acervo do gabinete.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0044425-61.2007.4.03.6301	5003006-96.2018.4.03.6104	0003727-49.2017.4.03.0000
0007529-91.2013.4.03.6112		

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0004948-21.2013.4.03.6301	0000195-82.2014.4.03.6140	0003590-82.2014.4.03.6140
5000331-52.2017.4.03.9999		

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com a Desembargadora Federal Inês Virgínia, a assessora Patrícia Previde Guimarães Quartim Barbosa e com o Chefe de Gabinete João Agripino Sena Júnior, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete é composto por 17 servidores, além de 2 estagiárias.

Os servidores são agrupados por matéria, com um líder que tem mais experiência. Cada grupo é responsável por elaborar minutas de despachos, decisões e votos dentro de sua matéria. Há servidores que atuam em mais de um grupo e dividem seu tempo de acordo com a necessidade do acervo.

Os grupos de trabalho são divididos da seguinte forma:

ESPECIAL		
Líder	Juliana Landim	
Subdivisão	Ágil	Tradicional
Servidores	Açakura, De Giuli, Pechoto e Daniela	Ana, Letícia, Maíra e Marina
Questões	Agentes únicos; monocráticas	Rural, agentes mistos, votos

RURAL	
Líder	Sylvia
Questões	Aposentadoria por idade, tempo comum e apoio demais benefícios em que se discute o labor rural sem registro.

INCAPACIDADE	
Líder	Alexandre
Servidores	José Bonifácio
Questões	Todos os benefícios por incapacidade

READEQUAÇÃO	
Líder	João
Servidores	Marina
Questões	Readequação de benefícios previdenciários e IRDR

AGRAVO DE INSTRUMENTO E EXECUÇÃO	
Líder	João
Servidores	Cláudia, Maíra e Ana Lúcia
Questões	Agravos de Instrumento e execução em geral

DIVERSOS 1	
Líder	Isabella
Servidores	Rafael
Questões	Pensão por morte, revisão, cobrança e restituição de pagamentos indevidos

DIVERSOS 2	
Líder	Patrícia
Servidores	José Bonifácio e Rafael
Questões	LOAS, seguro-desemprego, auxílio-reclusão e salário-maternidade

	SEÇÃO
Líder	João e Patrícia
Servidores	Letícia e Sylvania
Questões	Rescisórias, conflitos de competência

A organização é dinâmica e monitorada constantemente pois, a depender da demanda, é preciso aumentar um grupo em detrimento de outro. Por vezes, o próprio servidor identifica pouca demanda em uma matéria e solicita a oportunidade de trabalhar em outra especialidade, o que favorece a disseminação de informação entre os servidores e demonstra o comprometimento com a produtividade.

Os entrevistados esclareceram que há servidores que atuam em mais de um grupo ou que, em determinados momentos, dedicam-se a apenas uma matéria. A servidora Marina, por exemplo, embora também atue no grupo de Especial, atualmente está dedicada exclusivamente à readequação, considerando o levantamento do sobrestamento de processos com essa temática. A servidora Daniela ainda não ingressou no gabinete, mas, em breve, será incorporada ao grupo de especial, o qual concentra parcela significativa do acervo.

A triagem é realizada principalmente por um servidor designado e também pela chefia. São utilizadas etiquetas relacionadas às matérias e tipos de demanda (ex. mandado de segurança; agravo de instrumento).

A Chefia é dividida em tarefas macro: gestão de processos (chefe de gabinete) e gestão de pessoas (assessora).

Os líderes dos grupos e a chefia analisam a pauta em cada sessão de julgamento e tratam diretamente com a Magistrada sobre itens divergentes do seu entendimento.

As 2 estagiárias, sob orientação, realizam atividades-meio (tarefas administrativas, organização de processos) e também elaboram minutas de decisões e votos mais simples, supervisionadas (atividades-fim).

Os 17 servidores são focados nas atividades-fim, mas a assessora também executa atividades-meio, como retorno a advogados, resposta a SEIs e agenda da Magistrada.

Todos os servidores da unidade exercem teletrabalho, sendo 4 em regime integral e 9 em regime parcial, com previsão de comparecimento ao Tribunal 1 vez por semana.

O regime de trabalho será reavaliado em função da recente edição da Resolução n. 514 de 28/4/2022, que alterou as disposições sobre o trabalho não presencial em suas diversas modalidades, o teletrabalho total e parcial, o trabalho remoto por gestão diferenciada e o trabalho à distância, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.

Os entrevistados informaram que a fixação das cotas de trabalho é feita de acordo com a complexidade da matéria e habilidade/experiência do servidor nesse tema. Assim,

de um servidor que acabou de ingressar no Gabinete, não é exigida a mesma cota do que de um que já trabalha com a matéria há muito tempo.

As cotas são semanais, porém avaliadas ao final de cada mês. Essa estratégia permite equilibrar a abordagem entre os processos relacionados à Meta 2 e que demandam mais tempo de trabalho e aqueles que permitem a conclusão de um número maior de processos, com o intuito de cumprir a Meta 1.

Em relação à Meta 2, é feita uma previsão para cumprimento que, para o ano de 2022, é o mês de setembro. Considerando o número alvo, é destacada uma cota mensal para cada servidor, com prazo para término.

O acompanhamento do desempenho dos servidores é feito por meio de relatórios mensais e reuniões semanais.

Em caso de descumprimento das cotas, o servidor é chamado para esclarecer os motivos, momento em que a Chefia fornece orientações, demonstrando o acompanhamento frequente da produtividade. Se o atraso persistir, o servidor é direcionado a outro grupo de trabalho com matéria mais compatível com suas habilidades. No pior cenário, providencia-se a troca do servidor.

A triagem dos processos físicos é realizada assim que os processos chegam. Há um servidor especificamente direcionado para esse trabalho, que verifica a necessidade de adoção de alguma providência. Alguns processos são recebidos apenas para serem arquivados; nesse caso, eles são colocados em armários e localizados no SIAPRO.

Os processos físicos são organizados nos armários ou entregues aos servidores responsáveis pela respectiva análise, sendo, em ambos os casos, localizados através do SIAPRO. Os processos no PJe estão etiquetados e disponibilizados em fluxos: “triagem” (os que acabaram de chegar ou acabaram de ser digitalizados), “recebidos da unidade processante” (os que retornam do MPF ou da Secretaria quando cumprido um prazo, para continuidade do procedimento), “analisar tipo de decisão a proferir” (onde ficam armazenados os já triados, que aguardam decisão), exemplificativamente.

O controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências é realizado através da extração de relatórios gerenciais e do acompanhamento dos dados estatísticos publicados mensalmente pelo Tribunal. Esse acompanhamento é feito, geralmente, duas vezes ao mês.

Sobre os dados estatísticos, relatou-se significativa melhora do funcionamento do portal desenvolvido pela equipe de informática do Tribunal.

Foi informado que a chefia tem metas individuais. São estabelecidas metas coletivas para os demais servidores pela Magistrada e pela chefia. Como exemplo de meta coletiva foi citada a realização de mutirões.

Como políticas de recompensas, vinculadas às metas, a unidade utiliza a substituição de férias da chefia e distribuição de funções comissionadas conforme desempenho.

Os feitos com prioridades legais ou relativos à meta do CNJ são priorizados e distribuídos aos líderes dos grupos, que tem por missão dividi-los entre os componentes do grupo com prazo predeterminado para elaboração de minutas de decisão ou voto.

A unidade jurisdicional utiliza decisões terminativas em casos de precedentes de observação obrigatória e em situações em que há entendimento uniforme da Turma. Durante a entrevista, os gestores ressaltaram a importância da decisão monocrática no controle do acervo, visto que os gabinetes com números estatísticos comparativamente melhores no âmbito das Turmas previdenciárias utilizam este tipo de decisão com ótimos resultados. Não obstante, acompanham eventuais recursos interpostos para averiguação da conveniência deste tipo de provimento em relação ao tempo de julgamento, caso fosse levado ao colegiado.

São utilizados modelos elaborados de acordo com o entendimento da Magistrada e disponibilizados em arquivos aos grupos, inseridos no SIGMA e salvos na nuvem. Cada servidor busca os modelos da forma que lhe é mais conveniente, sem imposição pela chefia. Os modelos são adaptados a cada caso concreto e atualizados periodicamente com legislação e jurisprudência.

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada pela observação da qualidade dos votos e decisões minutadas, assim como das dúvidas trazidas durante as reuniões em grupo e individuais.

O controle dos processos sobrestados é feito através da análise de dados estatísticos do Tribunal. As matérias previdenciárias atualmente afetadas, exemplificativamente, são: readequação de benefícios pré-Constituição Federal (IRDR), Tema 999 (STJ, no STF é o Tema 1102), Tema 1018 (STJ), Tema 1083 (STJ).

Há estímulo à conciliação em casos específicos, mas na prática não tem se mostrado muito frutíferas as tentativas, segundo os entrevistados, pelas limitações impostas pela pandemia e pela ausência de disponibilidade do INSS.

O setor não recebeu nenhum tipo de auxílio desde a última inspeção.

Em relação aos pedidos de vista, há um esforço para que não ocorram. Na eventual necessidade, os pedidos de vistas são levados a julgamento dentro de um mês, a depender da complexidade do feito. Foi destacado que há diferenças entre os pedidos de vista realizados nas sessões da 7ª Turma e nos da 3ª Seção, quanto aos procedimentos de apresentação e à complexidade dos temas abordados.

A jurisprudência da Corte é acompanhada por meio das sessões de julgamento, dos feitos veiculados pela assessoria de comunicação no *site* do Tribunal e pela pesquisa na internet para atualização dos modelos de votos e decisões terminativas.

Nas sessões das Turmas, devido ao grande número de feitos pautados, os votos são compartilhados com os demais Gabinetes com antecedência de 15 dias, salvo alguns casos especiais, para análise e lançamento prévio de votos e declarações de voto em casos de divergência de entendimento.

Embora o item 27 do questionário de inspeção tenha sido respondido em relação às sessões por videoconferência e não em relação às sessões virtuais que eram o seu objeto, na entrevista foi esclarecido que as sessões virtuais acontecem na mesma dinâmica. É produzido um roteiro previamente distribuído aos demais Gabinetes da Turma, aproximadamente 15 dias antes, possibilitando a análise prévia de votos pelos demais. Os votos da magistrada são lançados no Painel do Magistrado até a quinta-feira anterior à sessão (as sessões ocorrem às segundas-feiras). A seguir, é enviado e-mail com o posicionamento inicial da Magistrada aos Gabinetes, com as divergências e concordâncias e lançadas as declarações de votos, no caso de divergências. Eventuais ajustes acontecem até o dia da sessão, devidamente informados aos demais pares. No fim dos ajustes, outro e-mail é enviado com itens eventualmente adiados ou retirados e posicionamento final. O lançamento das informações até a quinta-feira anterior à sessão possibilita os ajustes a todos os gabinetes.

Foi informado que a unidade possui, além do Plano de Desenvolvimento Institucional protocolizado na pandemia, planos de gestão discutidos e atualizados habitualmente.

Quanto aos recursos humanos disponibilizados, o quadro está completo com 17 servidores. Destacou-se o comprometimento da equipe que conta com servidores em sua maioria experientes e proativos.

Os recursos materiais foram considerados suficientes para o desenvolvimento do trabalho.

Sobre a gestão do trabalho, os gestores informaram que está em constante desenvolvimento, visando estancar problemas e reduzir o acervo sem perda da qualidade. A divisão da chefia entre gestão de processos e de pessoas foi considerada apropriada, pois possibilita aprofundamento das questões.

Os entrevistados consideram os resultados positivos, em especial se considerado o período de pandemia, com a redução de 2.826 processos em tramitação líquida (9.271 em janeiro de 2021; 6.445 em janeiro de 2022).

Foram traçados os seguintes objetivos:

- a) Redução dos processos em tramitação líquida de janeiro de 2022 a janeiro de 2023;
- b) Redução do prazo para 1ª decisão;
- c) Cumprimento de todas as metas do CNJ;

- d) Maior qualificação dos servidores;
- e) Administração mais eficiente da gestão de processos;
- f) Atualização de métodos para gestão de pessoas.

Para alcançar tais objetivos, pretende-se a implementação das seguintes ações:

- a) Organização de mutirões para redução de acervo de matérias que tem maior entrada, como por exemplo, aposentadoria especial;
- b) Controle constante dos processos pendentes, seguindo as prioridades legais e a data de distribuição no Tribunal;
- c) Aumento da produtividade e melhor distribuição do trabalho, focando nos processos mais antigos;
- d) sugestão de obras jurídicas e cursos de atualização; organização de ciclos de palestras das matérias dentro do Gabinete;
- e) Aplicação uniforme do mapeamento do trabalho com aceleração do fluxo do processo no Gabinete; e elaboração de planilhas, a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, para acompanhamento de processos sobrestados por tema; de processos com pedidos de tutela e de processos com preferências legais, seja por idade ou pela natureza, a fim de viabilizar melhor controle;
- f) Participação em cursos sobre o tema; constante acompanhamento dos servidores, com escuta ativa e feedback.

Foi informado que quase todas as iniciativas adotadas no período da pandemia, se tornaram efetivas, como por exemplo as reuniões semanais, ainda que virtuais, que na pandemia promoveu a aproximação entre os colegas de trabalho e possibilitaram à chefia um monitoramento e direcionamento das questões profissionais e emocionais dos servidores.

O controle periódico de processos sem movimentação é feito através do acompanhamento dos dados estatísticos; por relatórios gerenciais e pelos e-mails e telefonemas recebidos dos advogados que patrocinam as ações e por vezes da própria parte autora.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos 8.086 para 4.628. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.651 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.628.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu ligeiramente, de 440, na última inspeção, para 434, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

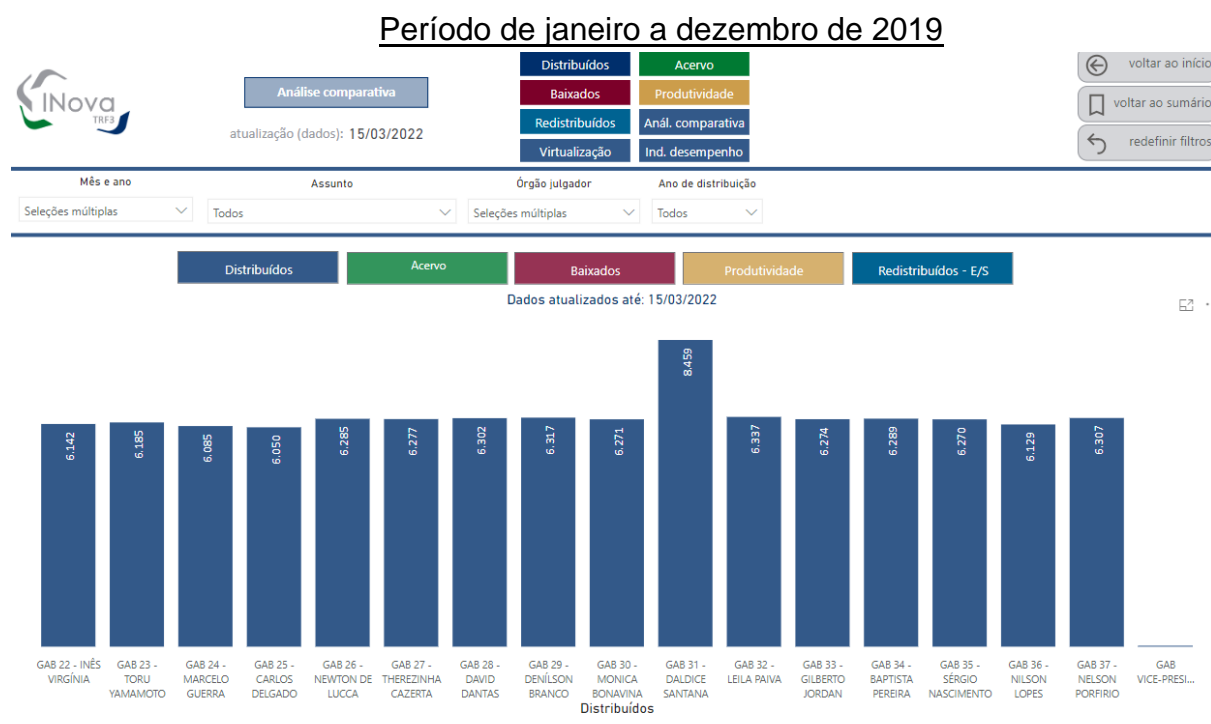
Importante observar que em relação aos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias esse número aumentou, de 293 em 2020, passou a 338 em 2022.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 20 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

A unidade jurisdicional deve envidar esforços para se aproximar do índice médio da 3ª Seção.

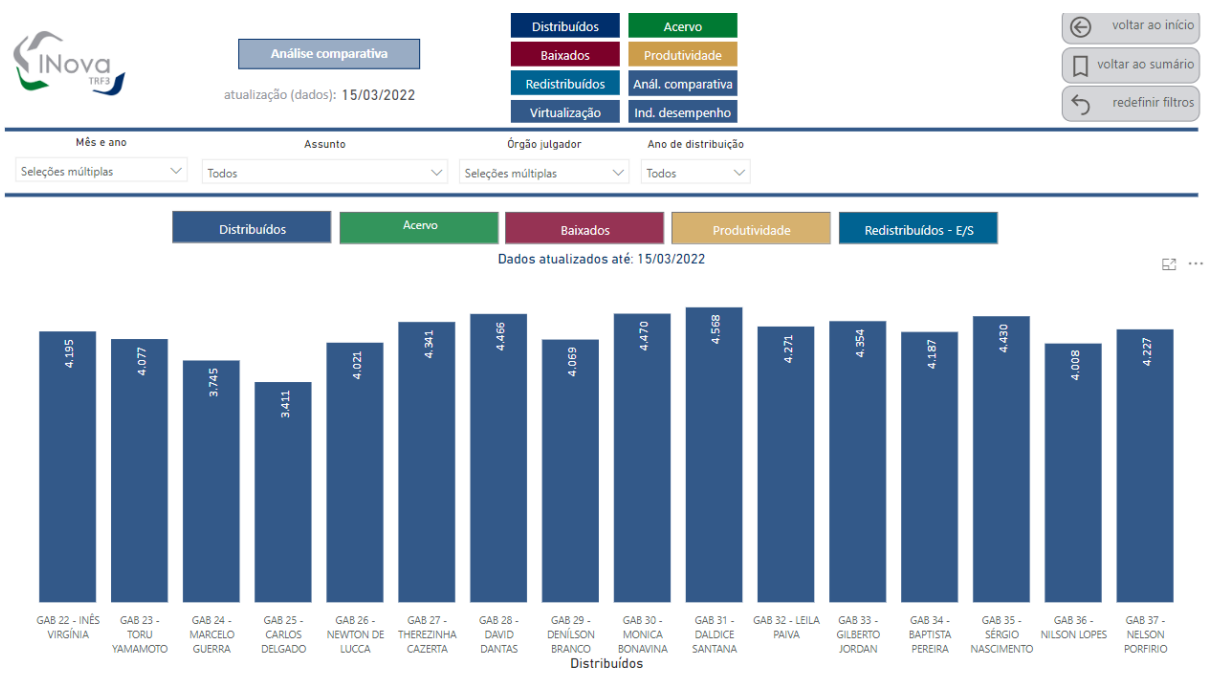
Sobre a distribuição, entende-se relevante trazer quadros estatísticos com os dados referentes aos gabinetes da 3ª Seção, desde 2019, diante da constatação de que os números não têm sido equânimes:



Período de janeiro a dezembro de 2020



Período de janeiro de 2021 a março de 2022



Como a distribuição e o acervo são dados relevantes para a análise da produtividade da unidade jurisdicional, destaco os dados estatísticos em relação ao acervo, para o mesmo período das tabelas de distribuição citadas acima:

Acervo em dezembro de 2019



Acervo em dezembro de 2020



Acervo em dezembro de 2021



O desequilíbrio em relação à distribuição impacta no cumprimento da Meta 1 pelas unidades jurisdicionais, uma vez que impõe maior esforço de trabalho para aquelas com menor acervo.

Feita tal ressalva, importa citar os índices positivos obtidos pelo gabinete desde a última inspeção.

A equipe de inspeção verificou, além da expressiva redução do acervo e do número de processos conclusos, a relevante baixa no número de processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado, que, em 2020, era de **465** e, em 2022, passou para **55**.

O cumprimento da Meta 1 de 2021 foi de **150,02%**.

Em relação à Meta 2 de 2021, os índices de cumprimento são **97,22%** para as ações distribuídas até 31/12/2016, e **108,15%** para as ações distribuídas até 31/12/2017. A entrevista revelou que, quanto ao saldo de processos pendentes de julgamento, há um planejamento que visa o total cumprimento das metas de celeridades estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Foi identificado que, embora o número de ações rescisórias tenha baixado de **195** em 2020 para **150** em 2022, a quantidade ainda é expressiva e merece adequada atenção.

Do mesmo modo, o número de embargos de declaração sem julgamento não foi reduzido significativamente, pois em 2020 era de **440** processos e na atual inspeção é de **434**.

Percebe-se a evolução do processo de gestão de trabalho, com resultados expressivos, que embora precise de aprimoramentos, reconhecidos inclusive pelos gestores entrevistados, já surtiu excelentes resultados.

O aprimoramento das estratégias de gestão e os resultados daí decorrentes, identificados nos dados coletados no portal de estatística e na presente inspeção, revelam que a equipe progrediu e alcançou índices mais equilibrados em relação aos demais gabinetes, embora exista espaço para maior evolução.

Calha contextualizar os índices positivos alcançados pelo gabinete com a sua inserção e eventual exclusão ou manutenção no Programa de Acompanhamento Permanente (PAP), instituído pelo **PROVIMENTO n. 6/2021/CG-CJF**.

Consoante dispõe o artigo 1º, § 1º do sobredito ato normativo, **“as equipes participantes de cada inspeção irão sugerir a inclusão da unidade no PAP, considerando, especialmente, o baixo índice de cumprimento das Metas 1 ou 2 do CNJ em relação aos demais integrantes do órgão fracionário, de acordo com os dados fornecidos pela unidade de estatística do tribunal inspecionado”**.

Como visto, o critério preponderante para a inclusão do gabinete no referido Programa é o descumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ, em análise comparativa com os demais gabinetes do mesmo órgão fracionário.

Consoante acima frisado, o gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia, embora possua acervo superior à média no respectivo órgão fracionário, vem, desde a última inspeção, reduzindo significativamente tanto o número de processos, quanto vem desincumbindo-se de dar efetivo cumprimento às referidas Metas.

Decerto que ainda há dados desfavoráveis ao referido gabinete, como, por exemplo, o elevado número de embargos de declaração não julgados, e o tempo de tramitação dos feitos, que é superior à média do órgão fracionário.

É inegável a evolução da dinâmica e do desempenho do gabinete, e para alcançar tal conclusão basta comparar os dados estatísticos de agora com os da última inspeção.

Nesse sentido, a despeito de não se pode falar ser o gabinete isento de problemas pontuais, que caminham para a resolução futura, mas **considerando os critérios estabelecidos pelo próprio Provimento n. 6/2021/CG-CJF**, sugere-se a retirada da unidade jurisdicional do Programa de Acompanhamento Permanente (PAP).

Todavia, para consolidação da evolução, recomenda-se a instituição de um plano de trabalho anual.

35. RECOMENDAÇÕES

Dentre as recomendações feitas na inspeção de 2020, todas aquelas inerentes ao Gabinete foram cumpridas, não remanescendo qualquer pendência.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Instituir um plano de trabalho anual, onde será possível identificar problemas na gestão dos processos e necessidades de alterações nos grupos de trabalho, bem como adequar a abordagem dos processos relacionados às metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça e prioridades legais;
- c) Melhorar a gestão dos embargos de declaração, com o acompanhamento dos prazos com maior rigor por parte da chefia;
- d) Incluir entre as prioridades as ações originárias, notadamente as ações rescisórias;
- e) Organizar o acervo por meio de etiquetas com a data de distribuição perante o gabinete (ex. 2022/05), de modo a aprimorar o controle do acervo por parte da chefia.

Tal estratégia aliada à concentração dos processos em uma tarefa (por exemplo “analisar tipo de decisão a proferir”) possibilita um maior controle do acervo, pois o PJe, ao listar os processos de uma tarefa, os relaciona por ordem de distribuição perante o órgão, iniciando a listagem com os processos marcados com prioridade legal. Esse método, aliado à utilização de etiquetas padronizadas quanto às matérias, prioridades não identificadas pelo sistema, tal como idosos com 80 anos ou mais, etc, foi identificado

como um grande aliado na gestão dos processos em gabinetes com bons resultados, avaliados pela equipe de inspeção.

f) Padronizar as rotinas de triagem;

g) Adotar ações de aprimoramento identificadas pela própria unidade na resposta ao questionário de inspeção, notadamente:

g.1) Organização de mutirões para redução de acervo de matérias que tem maior entrada, como por exemplo, aposentadoria especial;

g.2) Controle constante dos processos pendentes, seguindo as prioridades legais e a data de distribuição no Tribunal;

g.3) Aumento da produtividade e adoção de melhor distribuição do trabalho, focando nos processos mais antigos;

g.4) Aplicação uniforme do mapeamento do trabalho com aceleração do fluxo do processo no Gabinete;

g.5) Melhora do acompanhamento de processos sobrestados por tema; de processos com pedidos de tutela e de processos com preferências legais, seja por idade ou pela natureza, através de ferramentas do próprio sistema PJe, ou, na impossibilidade, por meio de planilhas;

g.6) Constante acompanhamento dos servidores, com escuta ativa e *feedback*.

h) A unidade jurisdicional deve envidar esforços para se aproximar do índice médio da 3ª Seção, relacionado ao tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, que é de 16 meses.

Para tanto, sugere-se que se estabeleça uma rede de troca de informações e estratégias, notadamente relacionadas ao sistema PJe, entre os gabinetes, principalmente com aqueles que têm obtido maior sucesso quanto a esse aspecto.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCELO GUERRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

12110 - GAB. 24 - GABMG - Gabinete do Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra

2.2 Turma:

7ª Turma - 3ª Seção

2.3 Competência

Nos termos do artigo 10, § 3º, do RITRF-3, as Turmas componentes da 3ª Seção são competentes para processar e julgar os feitos relativos a Previdência e Assistência Social, excluídas as questões pertinentes a custeio e servidores, cuja competência é da 1ª Seção desta C. Corte (artigo 10, § 1º, do RITRF-3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. O Dr. Marcelo Guerra é titular da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo (Remoção conforme Resolução PRES 10/2021). Sua convocação atual para o GAB12110, unidade vaga, teve início em 9/3/2022 (Ato PRES n. 3797, de 21/2/2022).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

a) Desembargador Federal Paulo Domingues: de 11/12/2014 a 9/8/2021 (Ato PRES n. 3737, de 27/7/2021). b) Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra: de 10/8/2021 a 6/1/2022 (Ato PRES n. 3390, de 6/8/2021). c) Juíza Federal Convocada Vanessa Mello: de 7/1/2022 a 8/3/2022 (Ato PRES n. 3658, de 14/12/2021). d) Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra: a partir de 9/3/2022 (Ato PRES n. 3797, de 21/2/2022).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Deborah Zalc - analista judiciária - Assessora - 21/3/2022

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	9.038
Processos suspensos/sobrestados	664
Processos conclusos	6.424
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	9.038
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	11.968
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	6.424
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.848
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	664
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.025

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar	Prejudicado.

número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Consultado acerca do tema, o Setor de Estatística informou a ocorrência de redistribuição dos processos físicos (SIAPRO) por ocasião de cada convocação de Magistrado Federal, conforme informações constantes do expediente SEI n. 0042188-44.2020.4.03.8000. De outro lado, o mesmo setor esclareceu que não ocorreu redistribuição no âmbito do PJe, pois o acervo no PJe é vinculado a Gabinete e, não, a Magistrado Federal. Assim, passamos à especificação dos totais de processos físicos redistribuídos, em conformidade com a informação recebida da Estatística: 1- Redistribuição ao Juiz Fed. Conv. Marcelo Guerra em 11/8/2021: 295 processos físicos (SIAPRO). 2- Redistribuição à Juíza Fed. Conv. Vanessa Mello em 7/2/2022: 198 processos físicos (SIAPRO). 3- Redistribuição ao Juiz Fed. Conv. Marcelo Guerra em 9/3/2022: 181 processos físicos (SIAPRO).

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	118
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	1
Ações rescisórias	103
Outros	8

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.918
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.551
Outros	7.366

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	8.918
Apelações cíveis	8.213
Agravos de instrumento	731
Outros	64

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	1
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	1
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	315
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	206
Agravos legais/regimentais	4
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	3
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	28

Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	77
--	----

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	154
3º ano anterior	4.608
4º ano anterior	2.764
5º ano anterior ou mais antigo	1.138

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	439
2º ano anterior	3.593
3º ano anterior	3.248
4º ano anterior	344
5º ano anterior	97
6º ano anterior ou mais antigo	34

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	318
Ano anterior	2.146
2º ano anterior	2.378
3º ano anterior	1.161
4º ano anterior	220
5º ano anterior	77
6º ano anterior	41
7º ano anterior ou mais antigo	13

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.235
Total de Processos julgados	4.763
Total de Processos baixados	5.824
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.528

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.589
---	--------

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	110
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na inspeção anterior	58
Total de feitos não regularizados	1

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.305
Processos julgados no ano anterior	5.046
Processos distribuídos no ano corrente	300
Processos julgados no ano corrente	412

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	13.700
Pendentes em 31/12/2021	71
Porcentagem de atendimento da meta	100,08%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Atingida. Percentual: 115,86%	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9.568
Pendentes no último dia do mês anterior	69
Porcentagem de atendimento da meta	99,32%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.977
Pendentes no último dia do mês anterior	199
Porcentagem de atendimento da meta	111,68%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	72,19
Taxa de congestionamento em 2021	60,62
Taxa de congestionamento em 2022	61,77

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados indisponíveis
Pendentes no último dia do mês anterior	dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	dados indisponíveis

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica, pois o Plano de ação é macro para o Tribunal e não foi definida meta por unidade.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
--	---

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Não se aplica, pois se trata de meta dirigida à Presidência.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) regularização e julgamento de processos especificados no item 11 do relatório; b) adoção de política de recompensas e de metas mistas, de forma a reduzir o acervo; c) capacitação de servidores.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Os feitos foram regularizados, julgados e baixados, à exceção do processo n. 5000439-20.2016.403.6183, o qual foi convertido em diligência e remetido à Contadoria Judicial para esclarecimentos. b) e c) Quanto a esses itens, é importante consignar que o Juiz Federal Marcelo Guerra foi convocado a partir de janeiro/2022 para condução do Gabinete. Desde então, S. Exa. tem incentivado a triagem para identificação de casos semelhantes e elaboração de votos passíveis de adequação.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O feito pendente foi convertido em diligência e atualmente se encontra na Contadoria Judicial, para esclarecimento dos fatos. Será priorizada a apreciação do processo, assim que saneado. Para tanto, foi providenciada a inserção de etiquetas, bem como a elaboração de planilha Excel de acompanhamento de feitos inspecionados, disponível na pasta de rede do Gabinete.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Analisando a Meta Previdenciária de 2021 (julgar mais ações previdenciárias e assistenciais que as distribuídas no ano), verifica-se que o percentual de cumprimento do gabinete é de 116,86%. A equipe tem se esforçado para realizar a triagem do acervo distribuído e encaminhar para a pauta feitos análogos, de forma a manter uma taxa razoável de julgamentos que permita a redução paulatina e constante do acervo.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

1) Equívocos nos relatórios estatísticos: a ação civil pública já foi baixada com trânsito julgado; 2) os feitos criminais são do Des. Fed. Paulo Domingues no Órgão Especial. A partir da assunção do acervo, foi realizado o saneamento dos agravos de instrumento, com apreciação de todos pedidos de antecipação de tutela pendentes na sucessão. Hoje, o Gabinete repassa ao magistrado os pedidos recebidos no dia. Tem sido priorizada a triagem do acervo, por matéria e ano de distribuição, de forma a permitir atuação objetiva dos servidores, com otimização dos trabalhos. Os embargos de declaração e agravos internos pendentes foram redistribuídos entre os servidores para apreciação com prioridade, na medida do possível. Os processos devolvidos para o Gabinete para juízo de retratação são identificados e distribuídos para os servidores segundo a matéria, também para análise com prioridade. Também tem se priorizado a resolução de processos sobrestados, com tema solucionado.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Deborah Zalc

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Temos um servidor atuante na atividade meio - conferência de acórdãos e controle dos suportes físicos pendentes de remessa à origem - feitos já digitalizados, cabendo anotar que a unidade não tem processos físicos ativos. Com relação aos demais servidores, estão todos alocados na atividade-fim. A alocação é por matéria, de acordo com as competências individuais e preferências, mas também considerado o volume da distribuição. Por ocasião da distribuição dos feitos, é feita triagem preliminar, realizando a etiquetagem por tema e data de distribuição; também é realizado saneamento inicial, com verificação de prevenção, correção de autuação, análise de tutela e envio para PRR. Após, os servidores trabalham nos feitos etiquetados e alocados na tarefa “Analisar Tipo de Decisão a Proferir”, de acordo com a meta estipulada no plano de trabalho.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Durante a pandemia, todos os servidores trabalharam em regime de teletrabalho excepcional. A partir de 29/4/2022, com o retorno das atividades presenciais, será instituído o regime de trabalho não presencial nos termos da Resolução PRES 370/2020, com observância do percentual de 60% de teletrabalho nos termos do art. 38 da referida norma. Assim, serão 8 servidores em trabalho não presencial e 7 em trabalho presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial: os servidores em teletrabalho prestam um dia de trabalho presencial toda semana.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Foi ponderada a produtividade observada nos meses de teletrabalho em regime excepcional da pandemia, bem como a produtividade verificada nos demais Gabinetes de mesma competência recursal. Também foi considerada a distribuição de feitos, pois a equipe tem por objetivo julgar mais que o distribuído e assim reduzindo o acervo de forma paulatina e constante, sempre que possível.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Os servidores encaminham listagem semanal da produtividade para a Assessoria. A Assessoria realiza o acompanhamento e, diante do descumprimento reiterado, é realizada reunião para verificação da situação com o servidor. Caso não se chegue a um determinador comum, poderá vir a ser solicitada a modificação de regime, com retorno ao trabalho presencial - isso possibilita que os servidores em trabalho presencial também possam, se o quiserem, realizar teletrabalho.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica. Não há mais conclusão de acervo físico ativo para os Gabinetes. Apenas recebemos suportes físicos digitalizados para remessa à origem conforme cronograma da Presidência.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O acervo físico remanescente que, frise-se, compõe-se do suporte físico de feitos digitalizados, está localizado em armários, por prateleiras. As prateleiras são identificadas no sistema, de forma que, em consulta ao número do suporte físico, sabemos a prateleira em que se encontra. A colocação em prateleira observou, no que possível, a cidade de origem - pois a devolução dos suportes à origem é feita por Subseção.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Realizamos acompanhamento pelo sistema estatístico do Tribunal. Usamos planilhas internas (excel) para acompanhamento de sessões, notadamente feitos adiados e suspensos pelo art. 942 CPC. Também é feito levantamento processual por planilha Excel dos feitos inspecionados anteriormente, para acompanhamento pelo Magistrado e a Assessoria.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Metas individuais: 3 processos mérito ao dia por servidor = 15 processos mérito semanais. Metas coletivas: julgar mais que o distribuído no mês, com redução constante do acervo pendente.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Por ora, e considerando que o Gabinete está com Juiz Federal Convocado, não há tais projetos de médio/longo prazo.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Considerando que se trata de acervo previdenciário, quase todos os feitos se enquadram na prioridade legal atinente a idosos, motivo pelo qual essa prioridade não é destacada. Há etiquetas para destacamento dos feitos em que são partes portadores de deficiência física e também naqueles em que a manifestação ministerial é mandatória. Os feitos inspecionados também são todos etiquetados. Há também etiqueta para feitos sigilosos nos termos da Lei Federal 14.289/22, com anotação do sigilo no sistema.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, principalmente nas hipóteses de feitos sobrestados em razão de repetitividade/repercussão geral, cujo tema tenha sido julgado pelas Cortes Superiores.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

A assessoria verifica as sugestões e encaminha minuta para aprovação pelo Magistrado através do sistema VPN. Os modelos aprovados ficam disponíveis na pasta de rede e acessíveis por todos os servidores. A assessoria fica disponível no horário comercial no Teams para auxiliar a equipe na identificação dos modelos e eventual elaboração de trechos para aprovação.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A partir da revisão do trabalho de cada servidor, a Assessoria consegue direcionar a capacitação ou, ainda, sugerir alteração da matéria de trabalho. Os servidores também manifestam interesse em cursos a partir de convites das instituições de ensino, através do e-mail funcional individual.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Após a decisão judicial de suspensão, na qual é identificado o tema/processo paradigma, os feitos ficam sobrestados em Secretaria. A Secretaria de Processamento é responsável por acompanhar os feitos, sendo que encaminha e-mails com apontamento de eventual petição nova em feito sobrestado, para análise. A partir do acompanhamento dos relatórios do NUGE (Núcleo de Gerenciamento dos Precedentes) e dos informativos das Cortes Superiores, encaminhados pelo e-mail institucional, é realizada a determinação de conclusão, por tema, para solução do caso concreto.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

O Gabinete segue as determinações da Presidência e do Setor de Conciliação do Tribunal.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Durante a sua convocação, o Juiz Fed. Conv. Marcelo Guerra não pediu vista. De toda forma, se a situação ocorrer, considerando a precariedade da convocação, serão envidados todos os esforços para que o feito seja apresentado para julgamento na sessão imediatamente subsequente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através dos informativos encaminhados por e-mail e de pesquisa específica no site no CJF (jurisprudência unificada), quando se faz necessário para a solução de algum caso concreto.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Considerado o volume, seguimos o cronograma das sessões para compartilhamento com antecedência, de forma a otimizar e facilitar o trabalho das unidades.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Na plataforma digital do PJe. Na hipótese de sessão telepresencial, também é usado o Microsoft Teams.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	No atual momento, estamos com uma vaga em aberto, mas está em curso entrevista para alocação de servidor de outra unidade. Os servidores, em sua maioria, estavam lotados em unidade de Desembargador Federal aposentado, que possuía competência cível/tributária. Assim, todos envidaram esforços para se atualizar e aprender a matéria de forma a manter a continuidade do serviço.
b) gestão do trabalho	A Assessoria e o Magistrado ficam disponíveis pelas plataformas digitais (notadamente Teams) para consulta no período comercial. São feitas reuniões periódicas, na medida da necessidade, para acompanhamento dos trabalhos. Existe também um grupo de whatsapp dos servidores, para

	compartilhamento de eventuais alterações de posicionamento jurídico ou mesmo questões administrativas.
c) resultados	Considera-se que os servidores fizeram uma boa adaptação à matéria, sendo que se verifica, inclusive, redução paulatina e constante do acervo. O VPN e as plataformas digitais facilitaram a troca de experiência e o compartilhamento de informações, em especial num momento tão delicado como a pandemia. O saldo é positivo.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Objetiva-se manter constante a redução do acervo. Também se busca o aprimoramento dos servidores, com ampliação de competências e modelos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manutenção dos canais de comunicação imediata (Teams/whatsapp). Formação de grupos de compartilhamento de informações, por matéria. Avanço na triagem do acervo pendente.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Os grupos de troca de mensagens serão mantidos, pois providenciaram boa e efetiva comunicação. Também será mantido o compartilhamento de modelos através da nuvem, mediante sistema a ser fornecido pelo Tribunal em substituição ao VPN.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através do painel estatístico constante da página do Tribunal. Periodicamente e na medida do possível, a Assessoria realiza triagem dos processos com ano de distribuição mais antigo.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5013649-29.2017.4.03.0000	3/8/2017	202-Agravo de Instrumento
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5002472-97.2019.4.03.0000	8/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5019834-15.2019.4.03.0000	5/8/2019	202-Agravo de Instrumento
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5004674-13.2020.4.03.0000	28/2/2020	202-Agravo de Instrumento
Convertido em diligência com determinação de remessa à Contadoria Judicial para verificação das contas. Após conclusão, será priorizado julgamento.		
5004082-66.2020.4.03.0000	20/2/2020	202-Agravo de Instrumento
Convertido em diligência em razão de habilitação de herdeiros. Após conclusão, será priorizado julgamento.		
5000199-24.2019.4.03.9999	16/1/2019	1728-Apeleação/Remessa Necessária

Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5000341-81.2017.4.03.6124	13/3/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Redistribuído em razão de prevenção do E. Des. Fed. Helio Nogueira.		
5006473-80.2018.4.03.6105	1º/2/2019	198-Apeação Cível
Proferida decisão terminativa em 24/3/2022 - processo com prazo em curso.		
5000221-19.2018.4.03.6119	11/1/2019	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5000332-40.2018.4.03.6139	11/1/2019	198-Apeação Cível
Julgado na sessão de 7/3/2022 - processo com prazo em curso.		
5002787-56.2018.4.03.6113	8/4/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5004233-78.2018.4.03.6183	4/4/2019	198-Apeação Cível
Tema 1005 STJ. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0000663-31.2017.4.03.0000	27/1/2017	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeação
Incidente de efeito suspensivo à apeação. A apeação no principal teve o julgamento suspenso nos termos do art. 942 CPC e não pode ser continuado em razão da suspensão da OAB do único advogado com procuração, o que motivou conversão em diligência do principal. Com a regularização, serão priorizados		
5009451-07.2021.4.03.0000	30/4/2021	221-Conflito de competência
Conflito de competência de Relatoria do Desembargador Federal Nelton dos Santos. A Estatística foi comunicada.		
5003362-65.2021.4.03.0000	19/2/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeação
Incidente de efeito suspensivo à apeação. A apeação no feito principal foi pautada na sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022. Após julgamento do principal, será prejudicado o incidente.		
0005405-96.2012.4.03.6104	30/6/2014	1728-Apeação/Remessa Necessária
Embargos de declaração. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0032818-05.2013.4.03.9999	30/9/2013	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0035624-13.2013.4.03.9999	18/10/2013	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0001746-18.2008.4.03.6105	3/5/2010	199-Remessa Necessária Cível
Pautados para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0025260-40.2017.4.03.9999	16/8/2017	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5011007-27.2018.4.03.6183	17/5/2019	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5007798-84.2017.4.03.6183	9/5/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Julgado. Remetido ao Juízo de origem em 28/3/2022 para cumprimento do v. Acórdão.		
5094265-30.2018.4.03.9999	9/12/2018	198-Apeação Cível
Julgado em 31/1/2022 - processo com prazo em curso.		
5139493-28.2018.4.03.9999	18/12/2018	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5114434-38.2018.4.03.9999	14/12/2018	198-Apeação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5099730-20.2018.4.03.9999	10/12/2018	198-Apeação Cível
Proferida decisão terminativa em 23/3/2022 - processo com prazo em curso.		

5000377-32.2018.4.03.6143	29/11/2018	198-Apelação Cível
Proferida decisão terminativa em 23/3/2022 - processo com prazo em curso.		
5000575-53.2018.4.03.6116	10/1/2019	198-Apelação Cível
Julgado na sessão de 7/3/2022 - processo com prazo em curso.		
5007559-46.2018.4.03.6183	7/1/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5012685-77.2018.4.03.6183	19/11/2018	198-Apelação Cível
Julgado em 7/3/2022 - processo com prazo em curso.		
5000233-96.2019.4.03.9999	17/1/2019	198-Apelação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5136734-91.2018.4.03.9999	18/12/2018	198-Apelação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5000657-27.2017.4.03.6114	5/11/2018	198-Apelação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5059957-31.2019.4.03.9999	10/1/2019	198-Apelação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5046787-89.2019.4.03.9999	8/1/2019	198-Apelação Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5003797-96.2018.4.03.6126	4/2/2019	199-Remessa Necessária Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
5000108-80.2019.4.03.6135	21/5/2019	199-Remessa Necessária Cível
Redistribuído em razão de incompetência regimental em 22/3/2022.		
0035720-33.2010.4.03.9999	13/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Questão de ordem para anulação do julgamento em decorrência de equívoco material incluída para julgamento na sessão de 18/4/2022. Após, será priorizado novo julgamento.		
5005939-73.2017.4.03.6105	10/3/2020	199-Remessa Necessária Cível
Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0039757-06.2010.4.03.9999	20/10/2010	198-Apelação Cível
Incluído para julgamento na pauta da 7ª Turma de 18/4/2022.		
0015433-49.2010.4.03.9999	28/4/2010	198-Apelação Cível
Processo recém digitalizado e encaminhado para eventual juízo de retratação. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0004398-47.2005.4.03.6126	10/8/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Embargos de declaração. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0020444-93.2009.4.03.9999	10/6/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Julgado na sessão de 7/3/2022 - processo com prazo em curso.		
0021674-73.2009.4.03.9999	19/6/2009	198-Apelação Cível
Processo recém digitalizado e encaminhado para eventual juízo de retratação. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0019323-06.2004.4.03.9999	23/4/2004	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo recém digitalizado e encaminhado para eventual juízo de retratação. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0053313-27.2000.4.03.9999	18/8/2000	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo recém digitalizado e encaminhado para eventual juízo de retratação. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0001901-54.2003.4.03.6183	30/7/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Retratação recém digitalizada e encaminhada à conclusão. Pautado para a sessão de julgamentos da 7ª Turma de 25/4/2022.		
0000165-95.2018.4.03.0000	14/3/2018	12394-Revisão Criminal

Feito de relatoria do E. Des. Fed. Paulo Domingues no âmbito do Órgão Especial. A Estatística foi comunicada do equívoco na identificação, porém não foi possível a correção no prazo de prestação dessas informações em decorrência do ataque cibernético.		
0000057-32.2014.4.03.6103	9/5/2019	324-Exceção da Verdade
Feito de relatoria do E. Des. Fed. Paulo Domingues no âmbito do Órgão Especial. A Estatística foi comunicada do equívoco na identificação, porém não foi possível a correção no prazo de prestação dessas informações em decorrência do ataque cibernético.		
0027391-17.2014.4.03.0000	29/10/2014	283-Ação Penal - Procedimento Ordinário
Feito de relatoria do E. Des. Fed. Paulo Domingues no âmbito do Órgão Especial. A Estatística foi comunicada do equívoco na identificação, porém não foi possível a correção no prazo de prestação dessas informações em decorrência do ataque cibernético.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, 46 foram inspecionados, todos eletrônicos. Foram identificados 4 processos que, embora constassem da listagem de inspeção, não pertenciam ao acervo do gabinete.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5004082-66.2020.4.03.0000

b) Decidir o incidente, paralisado há mais de 7 meses, uma vez que a apelação foi julgada em 25/4/2022.

5003362-65.2021.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com o Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra, a assessora Debora Zalc e a Chefe de Gabinete Adriana Pinheiro Amorim, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete completou o seu quadro recentemente, sendo composto atualmente de 16 servidores, dos quais 1 servidor trabalha na atividade-meio e 15 na atividade-fim.

Os servidores são agrupados por matéria, de acordo com as competências individuais e preferências, mas também considerando o volume de distribuição.

Atualmente a divisão do trabalho está assim definida:

Por macro temas:

1. Agravos de instrumento:

1.2 – Tutela antecipada: 1 servidor (Deborah)

1.2 – Votos: 3 servidores (Deborah, Debora Berto)

Responsável pela verificação de divergências: Deborah

2. Aposentadoria rural/híbrida: 4 servidores (Adriana, Ana Flávia, Bruno e Marcos Sophia)

Responsável pela verificação de divergências: Adriana/Ana Flávia

3. LOAS: 2 servidores (Adriana e Bruno)

Responsável pela verificação de divergências: Adriana

4. Auxílio reclusão: 2 servidores (Ana Flávia e Marcos Sophia)

Responsável pela verificação de divergências: Ana Flávia

5. Aposentadoria por tempo de contribuição/especial: 4 servidores (Deborah, Tatiane, Dmitri e Márcio)

Responsável pela verificação de divergências: Tatiane/Deborah

6. Revisão: 4 servidores (Deborah, Tatiane, Marco Antônio e Paulo)

Responsável pela verificação de divergências: Deborah

7. Pensão por morte: 1 servidor (Ângela)

Responsável pela verificação de divergências: Deborah

8. Invalidez/auxílio doença: 4 servidores (Dmitri, Ricardo, Camila e Débora Berto)

Responsável pela verificação de divergências: Dmitri/Ricardo

9. Salário-maternidade: 1 servidor (Marco Antônio)

Responsável pela verificação de divergências: Adriana

10. Cumprimento de sentença/embargos à execução: 2 servidores (Deborah e Eliane)

Responsável pela verificação de divergências: Deborah

Apontamento de divergências: 6 servidores (Deborah, Adriana, Dmitri, Ricardo, Tatiane e Ana Flávia)

Conferência/encaminhamento de acórdãos para assinatura e controle dos suportes físicos pendentes de remessa à origem: 1 servidor (Almerindo), com apoio do Paulo.

Foi informado que, por ocasião da distribuição dos feitos, ocorre triagem preliminar dos processos pela Chefe de Gabinete Adriana, realizando-se a etiquetagem por tema e data de distribuição; também é realizado saneamento inicial, com verificação de prevenção, correção de autuação, análise de tutela e envio para PRR. Após, os servidores trabalham nos feitos etiquetados e alocados na tarefa “Analisar Tipo de Decisão a Proferir”, de acordo com a meta estipulada no plano de trabalho.

Nessa triagem, são imediatamente identificados aqueles com pedidos urgentes, processos de competência originária e da 3ª Seção, que ficam a cargo da assessora Deborah.

O magistrado informou que orienta que os pedidos de concessão de efeito suspensivo à apelação e os embargos de declaração sejam analisados com prioridade.

Os entrevistados informaram que, por terem assumido o gabinete há pouco tempo, optaram por aproveitar as etiquetas já cadastradas pela equipe anterior. Pontuaram, ainda, que, para o acervo antigo não havia etiquetas com data de distribuição no gabinete, mas que nos processos distribuídos recentemente adotaram a inclusão dessa informação, pois entendem que facilita o controle do acervo.

Durante a pandemia, todos os servidores trabalharam em regime de teletrabalho. A partir de 29/4/2022, com o retorno das atividades presenciais, foi informado que será instituído o regime de trabalho não presencial nos termos da Resolução n. 514 de 28/4/2022, com observância do percentual de 60% de teletrabalho nos termos do art. 38 da referida norma. Assim, serão 8 servidores em trabalho não presencial e 7 em trabalho presencial. O teletrabalho é realizado em regime parcial, pois os servidores comparecem ao Tribunal uma vez por semana.

Os entrevistados informaram que a fixação das cotas de trabalho baseia-se na produtividade observada nos meses de teletrabalho em regime excepcional durante a pandemia, bem como na produtividade verificada nos demais Gabinetes com a mesma competência recursal. Considera-se também a distribuição de feitos, pois a equipe tem por objetivo julgar mais que o distribuído, reduzindo assim o acervo de forma paulatina e constante, sempre que possível.

Para acompanhamento do desempenho e das metas de trabalho, os servidores encaminham listagem semanal da produtividade para a Assessoria, que faz o acompanhamento e, havendo descumprimento reiterado, é realizada reunião para

verificar a situação com o servidor. Caso não se chegue a um determinador comum, poderá vir a ser solicitada a modificação de regime, com retorno ao trabalho presencial.

Foi informado que não há mais conclusão de acervo físico ativo para os Gabinetes. São recebidos apenas suportes físicos digitalizados para remessa à origem conforme cronograma da Presidência.

O acervo físico remanescente, que seria composto apenas do suporte físico de feitos digitalizados, está localizado em armários, por prateleiras. As prateleiras são identificadas no sistema, de forma que, em consulta ao número do suporte físico, identifica-se a prateleira em que se encontra o processo físico. A separação em prateleiras observou, no que possível, a cidade de origem, pois a devolução dos suportes à origem é feita por Subseção.

O controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências é realizado pelo sistema estatístico do Tribunal. São confeccionadas também planilhas internas (Excel) para acompanhamento de sessões, notadamente feitos adiados e suspensos pelo art. 942 CPC. Também é feito levantamento processual por planilha Excel dos feitos inspecionados anteriormente, para acompanhamento pelo Magistrado com a Assessoria.

Os embargos de declaração referentes à decisão proferida pelo atual magistrado são direcionados ao membro da equipe que a minutou. Caso se refira a minutas elaboradas antes da assunção do acervo, a equipe responsável pela matéria é acionada.

São estabelecidas metas individuais, sendo 3 processos mérito ao dia por servidor, totalizando 15 processos mérito semanais. Há, ainda, meta coletiva para julgar mais que o distribuído no mês, com redução constante do acervo pendente.

Quanto à adoção de política de recompensas vinculadas às metas, foi apurado que não há projetos de médio ou longo prazo, pois o Gabinete encontra-se sob a jurisdição de Juiz Federal Convocado.

Foi esclarecido que, em se tratando de acervo previdenciário, quase todos os feitos se enquadram na prioridade legal atinente a idosos, motivo pelo qual não é destacada. Há, no entanto, etiquetas para destacamento dos autos em que são partes portadores de deficiência física, bem como daqueles em que a manifestação ministerial é mandatária. Os processos inspecionados também são etiquetados. Também há etiqueta para sigilosos nos termos da Lei Federal 14.289/22, com anotação no sistema.

Apurou-se que são utilizadas decisões terminativas pelo Gabinete, principalmente nas hipóteses de feitos sobrestados em razão de repetitividade/repercussão geral, cujo tema tenha sido julgado pelas Cortes Superiores.

Quanto à adoção de modelos para votos/decisões, as entrevistadas esclareceram que a assessoria verifica as sugestões e encaminha minuta para aprovação pelo

magistrado através do sistema VPN. Os modelos aprovados ficam disponíveis na pasta de rede e acessíveis por todos os servidores. A assessoria fica disponível no horário comercial no Teams para auxiliar a equipe na identificação dos modelos e eventual elaboração de trechos para aprovação.

A necessidade de capacitação dos servidores é verificada a partir da revisão do trabalho de cada servidor, a partir da qual a Assessoria consegue direcionar a capacitação ou, ainda, sugerir alteração da matéria de trabalho. Os servidores também manifestam interesse em cursos a partir de convites das instituições de ensino, através do e-mail funcional individual.

Foi informado que, após a decisão judicial de suspensão na qual é identificado o tema/processo paradigma, os feitos ficam sobrestados em Secretaria. A Secretaria de Processamento é responsável por acompanhar os processos, encaminhando e-mails com apontamento de eventual petição nova em feito sobrestado para análise. A partir do acompanhamento dos relatórios do NUGE (Núcleo de Gerenciamento dos Precedentes) e dos informativos das Cortes Superiores, encaminhados pelo e-mail institucional, é realizada a determinação de conclusão, por tema, para solução do caso concreto.

No que se refere à Meta 3, esclareceu-se que o Gabinete segue as determinações da Presidência e do Setor de Conciliação do Tribunal.

O setor não recebeu nenhum tipo de auxílio desde a última inspeção.

Quanto aos pedidos de vista, foi pontuado que, durante a sua convocação, o Juiz Fed. Marcelo Guerra não pediu vista, porém, se a situação ocorrer, considerando a precariedade da convocação, serão envidados todos os esforços para que o feito seja apresentado para julgamento na sessão imediatamente subsequente.

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é realizado através dos informativos encaminhados por e-mail e de pesquisa específica no site no CJF (jurisprudência unificada), quando se faz necessário para a solução de algum caso concreto.

Foi informado que o Gabinete segue o cronograma das sessões para compartilhamento dos votos com antecedência, tendo em vista o volume, de forma a otimizar e facilitar o trabalho das unidades.

Os entrevistados disseram sobre o sistema de controle e análise das pautas de sessão, por meio de planilhas em Excel, disponibilizadas ao magistrado em nuvem, nas quais são inseridas informações resumidas sobre questões discutidas em cada processo da pauta, com o retorno do magistrado inclusive quanto às eventuais divergências.

O método possibilita maior integração entre a assessoria e o magistrado, além da identificação do entendimento em cada matéria, principalmente em questões de mérito limítrofes, que ficam registradas como memória para todos os servidores. Fica facilitada

a adoção de modelos aprovados pelo magistrado, que tem a seu dispor todas as informações essenciais para participar das sessões com segurança.

As sessões virtuais são realizadas na plataforma digital do PJe. Na hipótese de sessão telepresencial, também é usado o Microsoft Teams.

Apurou-se que a unidade não possui plano de gestão.

Quanto aos recursos humanos, havia no Gabinete uma vaga em aberto, que foi recentemente preenchida. Os servidores, em sua maioria, estavam lotados em unidade de Desembargador Federal aposentado, que possuía competência cível/tributária. Assim, todos envidaram esforços para se atualizar e aprender a matéria de forma a manter a continuidade do serviço.

No que se refere à gestão do trabalho, a Assessoria e o Magistrado ficam disponíveis pelas plataformas digitais (notadamente Teams) para consulta no período comercial. São feitas reuniões periódicas, na medida da necessidade, para acompanhamento dos trabalhos. Também existe um grupo de whatsapp dos servidores para compartilhamento de eventuais alterações de posicionamento jurídico ou mesmo questões administrativas.

Em relação aos resultados alcançados, foi apurado que os servidores fizeram uma boa adaptação à matéria, sendo observada a redução paulatina e constante do acervo. O VPN e as plataformas digitais facilitaram a troca de experiência e o compartilhamento de informações, em especial num momento tão delicado como a pandemia. O Gabinete considera o saldo positivo.

A unidade estabeleceu como objetivo manter constante a redução do acervo. Também se busca o aprimoramento dos servidores, com ampliação de competências e modelos.

Para alcançar tais objetivos, o Gabinete pretende manter os canais de comunicação imediata (Teams/whatsapp), formar grupos de compartilhamento de informações por matéria e avançar na triagem do acervo pendente.

Quanto à efetivação das iniciativas adotadas no período da pandemia, foi destacado que os grupos de troca de mensagens serão mantidos, pois providenciaram boa e efetiva comunicação. Também será mantido o compartilhamento de modelos através da nuvem, mediante sistema a ser fornecido pelo Tribunal em substituição ao VPN.

As entrevistadas informaram que o controle periódico de processos sem movimentação é realizado através do painel estatístico constante da página do Tribunal. Periodicamente e na medida do possível, a Assessoria realiza triagem dos processos com ano de distribuição mais antigo.

Foi constatado que os 4 processos criminais vinculados ao gabinete 24, que está a cargo do Juiz Convocado Marcelo Guerra, na verdade são processos da competência

do Órgão Especial, do qual faz parte o Desembargador Federal Paulo Domingues, que era titular da unidade e hoje integra o gabinete 19, da 6ª Turma.

Há, portanto, necessidade de corrigir o sistema para que tais processos sejam vinculados ao Gabinete 19.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação com a inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 10.341 para 6.424. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.848 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.424.

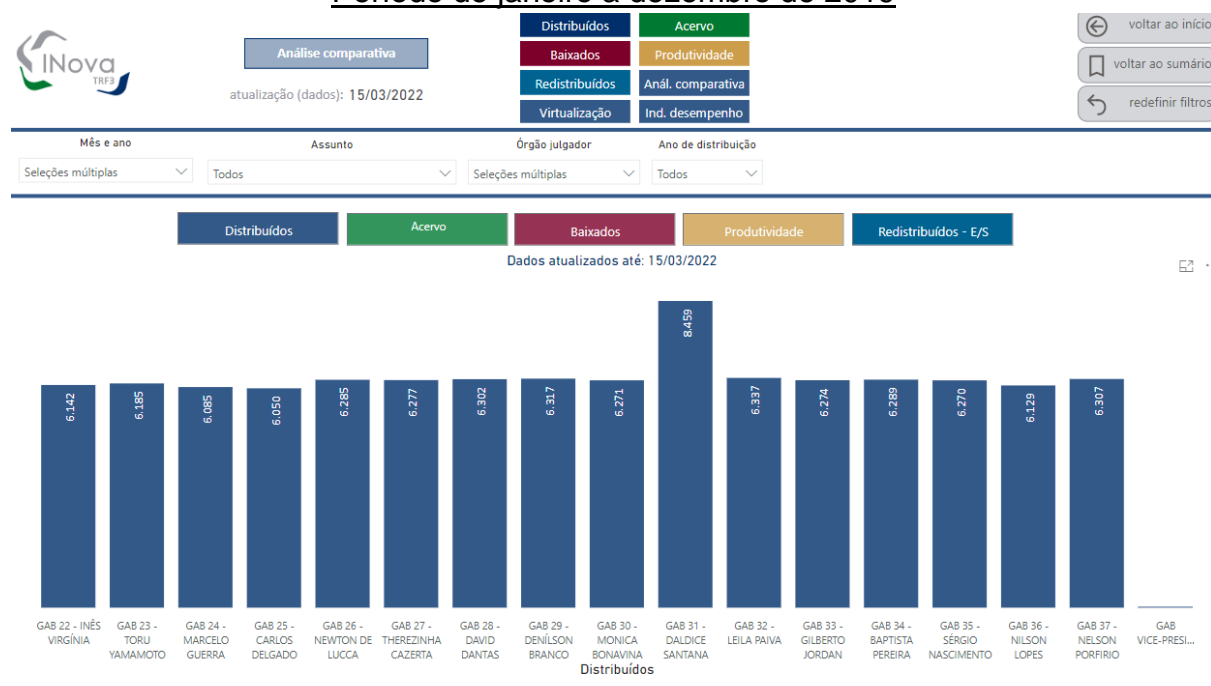
Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 614, na última inspeção, para 315, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 16 meses, coincidente com o tempo observado na 3ª Seção, que também equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo igual à média da Seção.

Sobre a distribuição de processos, entende-se relevante trazer quadros estatísticos com os dados referentes aos gabinetes da 3ª Seção, desde 2019, diante da constatação de que os números não têm sido equânimes:

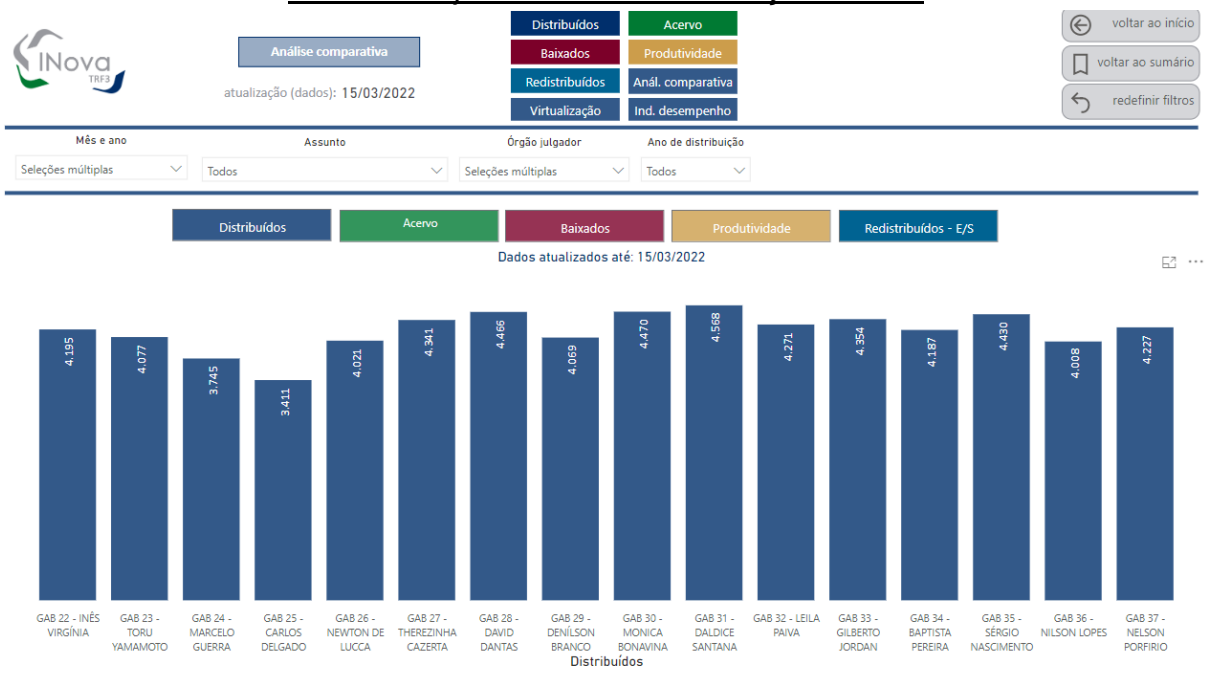
Período de janeiro a dezembro de 2019



Período de janeiro a dezembro de 2020



Período de janeiro de 2021 a março de 2022



Como a distribuição e o acervo são dados relevantes para análise da produtividade da unidade jurisdicional, destaco os dados estatísticos em relação ao acervo, para o mesmo período das tabelas de distribuição citadas acima:

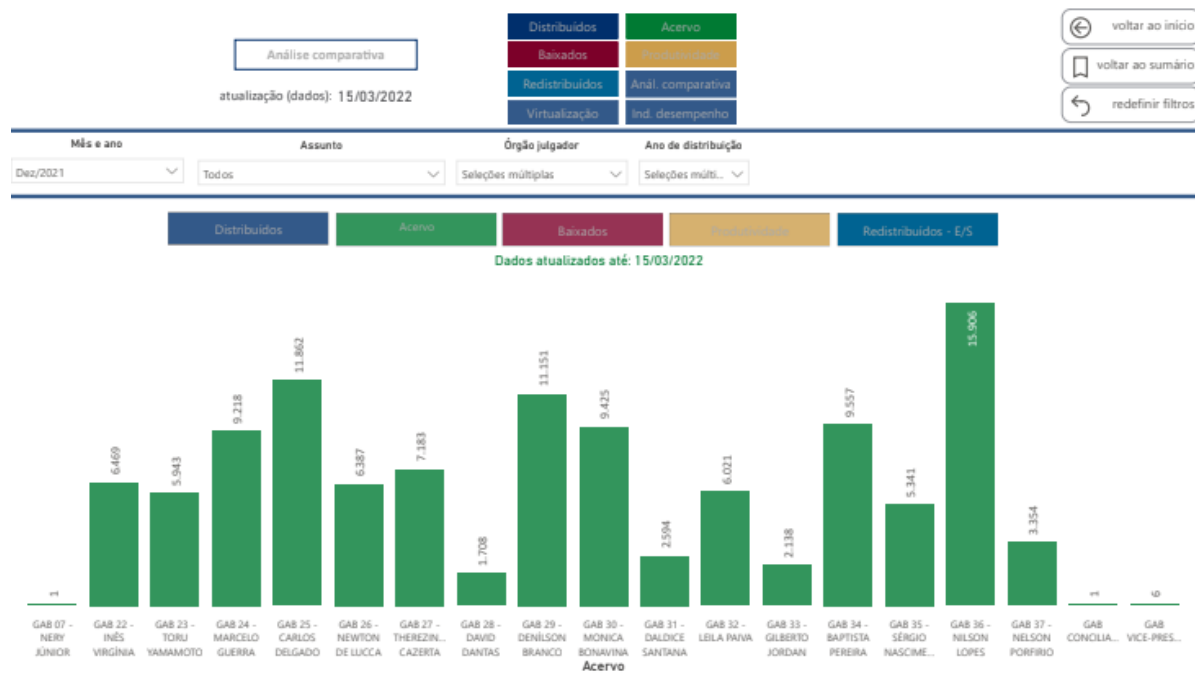
Acervo em dezembro de 2019



Acervo em dezembro de 2020



Acervo em dezembro de 2021



O desequilíbrio em relação à distribuição impacta no cumprimento da Meta 1 pelas unidades jurisdicionais, uma vez que impõe maior esforço de trabalho para aquelas com menor acervo.

Feita tal ressalva, importa citar os índices positivos obtidos pelo gabinete desde a última inspeção.

Foi identificado que o número de ações rescisórias manteve-se praticamente inalterado, com **105** em 2020 e **103** em 2022, sendo a quantidade expressiva, a merecer adequada atenção.

O número de conflitos de competência diminuiu de **20** em 2020 para **3** nesta inspeção.

A equipe de inspeção verificou, além da expressiva redução do acervo e do número de processos conclusos, a relevante diminuição dos processos com agravos legais/regimentais não apreciados, que, em 2020, eram **43** e, em 2022, passou para **4**, assim como dos agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias, que eram **31** em 2020, passando a **3**, conforme apurado nesta inspeção.

Outro dado de destaque é a redução do número de processos com pedido de tutela provisória não apreciado há mais de 10 dias. Em 2020 o sistema apontava **953** processos, atualmente são **28** processos nesta condição.

O cumprimento da Meta 1 de 2021 foi de **165,23%**.

Em relação à Meta 2 de 2021 os índices de cumprimento são de **100,08%** para as ações distribuídas até 31/12/2016, e **115,76%** para as ações distribuídas até 31/12/2017. O cumprimento da Meta 2 de 2022, até 28/2/2022, data da última atualização do portal de estatística do Tribunal, é de **99,32%** para as ações distribuídas até 31/12/2017, e **111,68%** para as ações distribuídas até 31/12/2018.

Durante a entrevista foi explicado o método de acompanhamento das sessões de julgamento utilizado na unidade, sessões estas caracterizadas por um volume singular por se tratar de gabinete com competência previdenciária, por meio de planilhas em Excel compartilhadas em nuvem com o magistrado que em muito auxilia a condução dos trabalhos. Trata-se de exemplo de uma boa prática que deve ser destacada.

É possível identificar na equipe um comprometimento com a celeridade e eficiência, com grande zelo pela qualidade do serviço desenvolvido, em todos os níveis. O esforço repercutiu nos bons índices alcançados, não obstante as várias sucessões ocorridas na unidade, desde agosto de 2021.

O acervo, ainda volumoso, merece adequada atenção, sem o descuido das metas relacionadas aos processos mais antigos.

Na última inspeção, realizada em 2020, houve a indicação para inclusão do Gabinete no Programa de Acompanhamento Permanente (PAP).

Todavia, em razão da sucessão na titularidade do gabinete e do disposto no parágrafo segundo do art. 2º do Provimento n. 6/2021/CG-CJF, aliados à constatação de efetiva melhora na produtividade da unidade jurisdicional, não será indicada a inclusão no programa.

35. RECOMENDAÇÕES

Dentre as recomendações feitas na inspeção de 2020, todas foram atendidas, salvo aquela referente ao processo n. 50000439-20.2016.403.6183, que foi convertido em diligência e remetido à contadoria judicial para esclarecimentos.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir a recomendação do item 32.

b) Julgar em 60 dias o processo n. 50000439-20.2016.403.6183, após o retorno do feito da contadoria judicial.

c) Instar o setor de distribuição e/ou informática para que seja alterada a vinculação dos processos criminais abaixo listados para o Gabinete 19, uma vez que pertencem ao acervo do Desembargador Federal Paulo Domingues, como integrante do Órgão Especial.

0000165-95.2018.4.03.0000	0027391-17.2014.4.03.0000	5018938-98.2021.4.03.0000
5020628-65.2021.4.03.0000		

d) Manter em prática o planejamento de gestão, com vistas ao controle do acervo, ainda volumoso. Sem embargo, deverá a unidade jurisdicional envidar esforços para incluir em seu gerenciamento, a adoção de estratégias para identificar e priorizar os feitos com parte acima de 80 anos e maior vigilância sobre os processos mais antigos, inerentes à Meta 2, e feitos sem movimentação.

e) Os métodos e estratégias de gerenciamento do trabalho devem ser constantemente reavaliados, de acordo com as especificidades das matérias com maior demanda.

f) Apontar para os setores competentes eventuais inconsistências e/ou alterações do sistema PJe que podem contribuir para sua melhoria.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL DAVID DANTAS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal David Dantas.

2.2 Turma

8ª Turma/3ª Seção.

2.3 Competência

Previdenciária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal David Dantas.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Tatiana Rita Doro - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	1.775
Processos suspensos/sobrestados	301
Processos conclusos	312
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF (ao final do mês anterior)	1.775
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.769
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	314
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	454
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	301
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	823

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	84
Mandados de segurança	0
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	64
Outros	16

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.691
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	343
Outros	1.358

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	1.691
Apelações cíveis	1.419
Agravos de instrumento	245
Outros	27

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Prejudicado - acervo previdenciário
Ações penais	Prejudicado - acervo previdenciário
Inquéritos	Prejudicado - acervo previdenciário
Habeas Corpus	Prejudicado - acervo previdenciário
Revisões criminais	Prejudicado - acervo previdenciário
Outros	Prejudicado - acervo previdenciário

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Prejudicado - acervo previdenciário
Apelações	Prejudicado - acervo previdenciário
Recursos em Sentido Estrito	Prejudicado - acervo previdenciário
Recursos em Habeas Corpus	Prejudicado - acervo previdenciário
Recursos em Mandado de Segurança	Prejudicado - acervo previdenciário
Embargos infringentes e de nulidade	Prejudicado - acervo previdenciário
Outros	Prejudicado - acervo previdenciário

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Prejudicado - acervo previdenciário.
Apelações	Prejudicado - acervo previdenciário
Ações penais	Prejudicado - acervo previdenciário
Inquéritos	Prejudicado - acervo previdenciário
Habeas Corpus	Prejudicado - acervo previdenciário
Outros	Prejudicado - acervo previdenciário

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	42
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	8
Agravos legais/regimentais	6
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	2
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	2

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	3
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	4

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	75 (distribuídos em 2020)
Ano anterior	906 (distribuídos em 2019)
2º ano anterior	59 (distribuídos em 2018)
3º ano anterior	7 (distribuídos em 2017)
4º ano anterior	5 (distribuídos em 2016)
5º ano anterior ou mais antigo	8 (distribuídos em 2015, 2014 e 2013)

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	125 (distribuídos em 2021)
Ano anterior	255 (distribuídos em 2020)
2º ano anterior	49 (distribuídos em 2019)
3º ano anterior	10 (distribuídos em 2018)
4º ano anterior	0
5º ano anterior	3 (distribuídos em 2016)
6º ano anterior ou mais antigo	1 (distribuídos em 2015)

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	93 (distribuídos em 2022)
Ano anterior	168 (distribuídos em 2021)
2º ano anterior	15 (distribuídos em 2020)

3º ano anterior	7 (distribuídos em 2019)
4º ano anterior	4 (distribuídos em 2018)
5º ano anterior	2 (distribuídos em 2017)
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	10 (distribuídos em 2014 e 2013)

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.908
Total de Processos julgados	4.356
Total de Processos baixados	4.521
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-448
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-613

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	37
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.791
Processos julgados no ano anterior	4.372
Processos distribuídos no ano corrente	375

Processos julgados no ano corrente	572
------------------------------------	-----

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.329
Pendentes em 31/12/2021	2
Porcentagem de atendimento da meta	100,07%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017: 1.147. Pendentes em 31/12/2021: 2. Porcentagem de atendimento da meta: 116,36%.

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.314
Pendentes no último dia do mês anterior	12
Porcentagem de atendimento da meta	100,23%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.462
Pendentes no último dia do mês anterior	10
Porcentagem de atendimento da meta	117,00%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Prejudicado - acervo previdenciário.
Pendentes em 31/12/2021	Prejudicado - acervo previdenciário.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado - acervo previdenciário.

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Prejudicado - acervo previdenciário.
Pendentes no último dia do mês anterior	Prejudicado - acervo previdenciário.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado - acervo previdenciário.

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	32,07
Taxa de congestionamento em 2021	27,92
Taxa de congestionamento em 2022	27,70

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	O setor de estatística do TRF3 não forneceu os dados até a data do término da inspeção.
Pendentes em 31/12/2021	O setor de estatística do TRF3 não forneceu os dados até a data do término da inspeção.
Porcentagem de atendimento da meta	O setor de estatística do TRF3 não forneceu os dados até a data do término da inspeção.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	O setor de estatística do TRF3 não forneceu os dados até a data do término da inspeção.
Pendentes no último dia do mês anterior	O setor de estatística do TRF3 não forneceu os dados até a data do término da inspeção.
Porcentagem de atendimento da meta	O setor de estatística do TRF3 não forneceu os dados até a data do término da inspeção.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Prejudicado - acervo previdenciário.
--	--------------------------------------

Processos baixados no ano anterior	Prejudicado - acervo previdenciário.
Processos julgados no ano anterior	Prejudicado - acervo previdenciário.
Processos distribuídos no ano corrente	Prejudicado - acervo previdenciário.
Processos baixados no ano corrente	Prejudicado - acervo previdenciário.
Processos julgados no ano corrente	Prejudicado - acervo previdenciário.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Prejudicado - acervo previdenciário.
Pendentes em 31/12/2021	Prejudicado - acervo previdenciário.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado - acervo previdenciário.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Prejudicado - acervo previdenciário.
Pendentes no último dia do mês anterior	Prejudicado - acervo previdenciário.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado - acervo previdenciário.

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Prejudicado - acervo previdenciário.
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Prejudicado - acervo previdenciário.
3619 - Crimes contra a Fauna	Prejudicado - acervo previdenciário.
3621 - Da Poluição	Prejudicado - acervo previdenciário.
3622 - Agrotóxicos	Prejudicado - acervo previdenciário.

3623 - Atividades Nucleares	Prejudicado - acervo previdenciário.
3624 - Caça	Prejudicado - acervo previdenciário.
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Prejudicado - acervo previdenciário.
3627 - Pesca	Prejudicado - acervo previdenciário.
3651 - Crimes Agrários	Prejudicado - acervo previdenciário.
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Prejudicado - acervo previdenciário.
9583 - Arrendamento Rural	Prejudicado - acervo previdenciário.
10016 - Inspeção Fitossanitária	Prejudicado - acervo previdenciário.
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Prejudicado - acervo previdenciário.
10085 - Água e/ou Esgoto	Prejudicado - acervo previdenciário.
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Prejudicado - acervo previdenciário.
10091 - Terreno de Marinha	Prejudicado - acervo previdenciário.
10094 - Terras Indígenas	Prejudicado - acervo previdenciário.
10095 - Águas Públicas	Prejudicado - acervo previdenciário.
10102 - Terras Indígenas	Prejudicado - acervo previdenciário.
10103 - Terreno Aldeado	Prejudicado - acervo previdenciário.
10104 - Restituição de área - FUNAI	Prejudicado - acervo previdenciário.
10105 - Demarcação	Prejudicado - acervo previdenciário.
10106 - Recursos Minerais	Prejudicado - acervo previdenciário.
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Prejudicado - acervo previdenciário.
10110 - Meio Ambiente	Prejudicado - acervo previdenciário.
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Prejudicado - acervo previdenciário.
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Prejudicado - acervo previdenciário.
10113 - Flora	Prejudicado - acervo previdenciário.
10114 - Fauna	Prejudicado - acervo previdenciário.
10115 - Transgênicos	Prejudicado - acervo previdenciário.
10116 - Agrotóxicos	Prejudicado - acervo previdenciário.
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Prejudicado - acervo previdenciário.
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Prejudicado - acervo previdenciário.
10396 - Ambiental	Prejudicado - acervo previdenciário.
10397 - Sanitárias	Prejudicado - acervo previdenciário.

10438 - Dano Ambiental	Prejudicado - acervo previdenciário.
10986 - Crime contra a administração ambiental	Prejudicado - acervo previdenciário.
11822 - Mineração	Prejudicado - acervo previdenciário.
11823 - Reserva legal	Prejudicado - acervo previdenciário.
11824 - Recursos Hídricos	Prejudicado - acervo previdenciário.
11825 - Poluição	Prejudicado - acervo previdenciário.
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Prejudicado - acervo previdenciário.
11827 - Zona Costeira	Prejudicado - acervo previdenciário.
11828 - Área de Preservação Permanente	Prejudicado - acervo previdenciário.
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Prejudicado - acervo previdenciário.
11830 - Patrimônio Cultural	Prejudicado - acervo previdenciário.
11836 - Parcelamento do Solo	Prejudicado - acervo previdenciário.
11841 - Política Agrícola	Prejudicado - acervo previdenciário.
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Prejudicado - acervo previdenciário.
11862 - Saneamento	Prejudicado - acervo previdenciário.
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Prejudicado - acervo previdenciário.
9994 - Indenização por dano ambiental	Prejudicado - acervo previdenciário.
3424 - Usurpação de águas	Prejudicado - acervo previdenciário.

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Todos os feitos que estavam acautelados no gabinete foram digitalizados. Não há mais processo físico em trâmite no gabinete.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Prejudicado - acervo previdenciário.
Pendentes no mês anterior:	Prejudicado - acervo previdenciário.
Percentual de cumprimento da meta:	Prejudicado - acervo previdenciário.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) providenciar a baixa do feito em até 10 dias: 50280912920194030000; b) julgar o processo em 60 dias: 56706719820194039999 0038938-45.2005.4.03.9999; c) regularizar a fase processual no sistema e regularizar o andamento em 10 dias: 50268891720194030000; d) noticiar ao gabinete da Juíza Federal convocada Leila Paiva que o processo foi objeto desta inspeção e será incluído na próxima autoinspeção: 0000744-61.2015.4.03.6139; e) providenciar nova juntada de extrato processual e oficiar ao juízo deprecado, solicitando informações em até 10 dias: 5793926-93.2019.4.03.9999.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todas as medidas foram adotadas nos exatos termos do acima determinado na Inspeção realizada no ano de 2020.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendação pendente de cumprimento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Pode-se melhorar as práticas e a produtividade no momento em que o servidor é visto como ser humano, proporcionando a este qualidade de vida. O sucesso administrativo da adoção de modelo de gestão deu-se em razão da adoção do teletrabalho, flexibilização do horário da jornada de trabalho e plano de metas (individuais, setoriais e globais). Particularmente, o teletrabalho é ainda mais eficiente - o que com a pandemia se confirmou - porquanto o colaborador que esteja inserido nesse regime fica adstrito a metas de produção mais elevadas do que aqueles que colaboram na sistemática tradicional de trabalho presencial. Recebe comodidade e devolve, para a Administração da Justiça, produtividade. Com isso, atinge-se o desiderato constitucional e dos órgão de controle interno e externo da magistratura: decisões

adequadas em tempo razoável. Dificuldade: inconsistência dos dados estatísticos e processos eletrônicos que ficam perdidos no fluxo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Tatiana Rita Doro - Chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os processos oriundos do Setor da Distribuição e das Subsecretarias da Turma e da Seção são triados por matéria e passados aos servidores para que os votos sejam minutados e posteriormente encaminhados ao desembargador para conferência. Devido ao baixo número de feitos hoje em dia os processos de competência da Turma chegam ao gabinete e já são passados aos servidores. Não há estoque de processos. Feitos de competência da 3ª Seção são encaminhados ao Assessor que realiza a triagem e minuta a decisão/voto. A divisão do trabalho é feito da seguinte forma: Assessor - responsável por feitos da 3ª Seção. Chefe de Gabinete - minuta despachos, decisões e votos da 8ª Turma, prepara as sessões de julgamento e cuida das rotinas administrativas, auxiliada por um servidora (FC-03). FC-06 - minuta votos nos embargos à execução, agravos em impugnação ao cumprimento de sentença e auxíla nas tarefas da 3ª Seção. Demais servidores atuam na área fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Antes da pandemia o gabinete já havia implantado com sucesso o teletrabalho e o percentual permitido pelo RH de servidores em teletrabalho era de 50%. Na pandemia o percentual dobrou para 100%. Com o retorno das atividades presenciais - em 2 de maio de 2022 - será observado o limite estabelecido na Resolução 370 do TRF 3ª Região que é de 80% da equipe em regime de teletrabalho. Agentes de segurança não fazem teletrabalho e não podem ser incluídos na conta para o percentual fixo de 20% estabelecido pela Presidência do TRF. Assessor e Chefe de Gabinete também não. A Presidência ainda exige mais dois servidores todos os dias - de forma presencial, além dos servidores que comparecerão uma vez por semana em razão do teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é parcial. Há necessidade de comparecimento - pelo menos - uma vez por semana ao gabinete.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Hoje em dia, devido ao baixo acervo, os processos que ingressam em uma semana são julgados na semana seguinte. Exemplo: se até sexta-feira houver a distribuição de 100 processos esses 100 processos serão julgados (decisão terminativa) ou pautados na semana seguinte. Não temos estoque de processos.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito semanalmente diretamente pela Chefe da Gabinete. Não temos problemas com o não cumprimento de metas e cotas. O grupo é maduro e comprometido. Isso se deve também ao fato de o gabinete não ter estoque de processos, bem como ao acervo ser diminuto.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos tramitando no gabinete. Caso algum chegue oriundo de outro setor a Chefe de Gabinete dá o devido encaminhamento até sua finalização.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

É feita a triagem, colocação de etiquetas para identificar o servidor que fará a minuta e controle de processos através de listagens fornecidas pelo sistema processual e pelo setor de Estatística do Tribunal.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito semanalmente pela Chefe de Gabinete. Não há estoque de processos. Trabalhamos com a distribuição.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Hoje em dia, devido ao baixo acervo, os processos que ingressam em uma semana são julgados na semana seguinte. Exemplo: se até sexta-feira houver a distribuição de 100 processos, esses 100 processos serão julgados (decisão terminativa) ou pautados na semana seguinte. A meta é fixada de acordo com a quantidade de feitos distribuídos semanalmente.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Antes da implantação da obrigatoriedade do ponto eletrônico recompensas eram ofertadas. Essa medida "amarrou" o gabinete, que trabalha com alta produtividade e, conseqüentemente, desestimulou a equipe. No entanto, como mencionado acima, o grupo é maduro e comprometido o que não prejudicou a produtividade. Outra medida implementada pela Resolução 370 do TRF 3ª Região (percentual de 20% fixo de forma presencial) também desmotivou o grupo que trabalha por produtividade.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Hoje em dia, devido ao baixo acervo, os processos não ficam parados aguardando decisões. É dado andamento de forma imediata.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O gabinete teve início em outubro de 2013. Há uma base de dados extensa com modelos de decisões e votos. Atualizações periódicas são realizadas. As minutas são aprovadas pelo Desembargador Federal. Após os servidores minutarem os processos a Chefe de Gabinete faz a conferência e somente após isso as decisões e votos são enviados ao Desembargador Federal para nova conferência e assinatura ou retificações.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Mensalmente é realizada reunião de trabalho. Nessa ocasião trocamos ideias, experiências e as dificuldades encontradas no mês. Identificado o agente dificultador é dada a orientação necessária, bem como é sugerido ao servidor que participe de cursos de reciclagem e afins.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Embora os feitos sobrestados fiquem acautelados em Subsecretaria, a Chefe de Gabinete mantém arquivo atualizado com as matérias sobrestadas. Acompanha se há ou não o julgamento dos recursos que deram origem ao sobrestamento. Havendo a possibilidade de julgá-los é solicitado o levantamento do sobrestamento e os autos são remetidos à conclusão do gabinete. Temas: 1.102, 1.050, 999, 692, 1.018, 896, 1.070, além de feitos sobrestados por conta do IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Essa tarefa não é realizada pelo gabinete. Há um setor específico para isso.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve necessidade.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Busca-se levar na sessão de julgamento mais próxima, observado sempre os prazos processuais.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através da leitura de boletins, informativos e consulta de jurisprudência nos sites das Cortes Superiores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Há compartilhamento prévio dos votos.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais ou por videoconferência são realizadas quinzenalmente e todo o trabalho é feito com antecedência. Há um cronograma com datas das tarefas a serem realizadas (exemplo: inclusão em pauta de julgamento, disponibilização dos votos, disponibilização das divergências e afins). O cronograma é a chave para o sucesso das sessões pois nada é feito de última hora.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, o planejamento das atividades é feito com dois meses de antecedência das datas previstas para remessa dos processos. Isso é possível pois a 8ª Turma e a 3ª Seção trabalham com cronogramas semestrais e anuais. Eventuais correções de planejamento são realizadas durante o mês, o que ocorre excepcionalmente.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	De acordo com o esperado.
b) gestão do trabalho	De acordo com o esperado e planilhado no plano de gestão.
c) resultados	Mensalmente os resultados são alcançados.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manutenção da produtividade e da qualidade do serviço prestado ao jurisdicionado.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações já foram implementadas. Hoje em dia o gabinete tem a preocupação em manter toda a sistemática de trabalho outrora implementada.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A realidade do gabinete antes da pandemia já era o teletrabalho e a preocupação com as metas e qualidade do trabalho. Durante a pandemia tentamos aprimorar o que já era

feito e mantivemos o mesmo empenho e comprometimento do grupo. Com o retorno a meta e a manutenção do que já foi conquistado há tempos. Prezando sempre pela qualidade do serviço prestado ao jurisdicionado e pela produtividade.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Devido ao baixo acervo, hoje em dia, não há processos sem movimentação. Processos que demoram mais de um mês para serem analisados são questões diferenciadas que demandam pesquisas, debates e discussões sobre o tema tratado. Anteriormente o controle era feito semanalmente pela Chefe de Gabinete através dos relatórios fornecidos pelo Siapro e pelo PJe.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000396-15.2018.4.03.6183	6/10/2020	198-Apelação Cível
Pedido de vista. Processo incluído na pauta de julgamento da Décima Turma a ser realizada em 19/4/22.		
5022134-76.2021.4.03.0000	22/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Processo julgado na sessão de 16/2/22. Autos na Subsecretaria.		
5152169-03.2021.4.03.9999	2/9/2021	198-Apelação Cível
Processo julgado na sessão de 21/3/22. Autos na Subsecretaria aguardando publicação do acórdão.		
0001761-21.2008.4.03.6126	20/5/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
O feito não retornou ao gabinete para juízo de retratação embora haja decisão da Vice Pres datada de 19/11/2020. Reporto que há problemas de fluxo no PJe. Toma-se conhecimento quando os advs. ligam, enviam e-mail ou nas Inspeções. Abriu-se, hoje 23/2/22, chamado no setor de TI para regularização.		
0001114-83.2007.4.03.6183	24/7/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
O processo não é de relatoria do Des. Fed. David Dantas. O relator é o juiz federal convocado Denilson Branco (assumiu o gabinete aos 7 de março de 2022 em razão do Des. Fed. Luis Stefanini ter sido eleito Corregedor para o biênio 2022/2024).		
5001857-17.2018.4.03.6120	30/6/2021	198-Apelação Cível
Após debates pelos integrantes da 8ª Turma decidiu-se, na sessão de 21/3/22, retirar o feito da pauta de julgamento para que se proceda juízo de retratação por decisão monocrática.		
5035775-10.2021.4.03.9999	19/2/2021	198-Apelação Cível
Processo julgado na sessão de 16/2/22. Autos na Subsecretaria.		
0001781-92.2010.4.03.6109	27/6/2013	46-Restauração de Autos
Processo julgado na sessão de 21/3/22. Autos na Subsecretaria aguardando publicação do acórdão.		
0007437-78.2006.4.03.6106	15/3/2010	46-Restauração de Autos

Processo julgado na sessão de 21/3/22. Autos na Subsecretaria aguardando publicação do acórdão.		
5001400-87.2018.4.03.6183	17/12/2018	198-Apelação Cível
Processo julgado na sessão de 16/2/22. Autos na Subsecretaria.		
0008015-91.2012.4.03.6183	30/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Conclusão ao gabinete em 16/3/22. Feito incluído para julgamento dos embargos de declaração na sessão a ser realizada em 9/5/22. As pautas de 4/4 e 25/4 foram fechadas pela Subsecretaria em datas anteriores a 16/3/22.		
5019589-33.2021.4.03.0000	24/8/2021	12085-Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Processo julgado na sessão de 11/2/22. Autos estão na Subsecretaria.		
0004639-13.2012.4.03.6114	25/4/2014	198-Apelação Cível
Processo julgado na sessão de 16/2/22. Autos na Subsecretaria.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 12 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, não há processos físicos, sendo todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se que o gabinete supervisione junto à secretaria processante a efetiva baixa no sistema dos processos 5001400-87.2018.4.03.6183 e 5001400-87.2018.4.03.6183.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida, em 3 de maio de 2022, às 10h, pelo Des. Federal David Dantas, pelo Assessor Arnaldo Bernardo e pela Chefe de Gabinete Tatiana Rita Doro no gabinete situado no 17º andar do Edifício-sede do TRF da 3ª Região.

O Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz reuniu-se, reservadamente, com o Des. Federal David Dantas, enquanto os servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina foram recepcionados pela Chefia de Gabinete e pela Assessoria do gabinete inspecionado.

Foram prestados esclarecimentos sobre o histórico do gabinete e a progressiva redução do acervo de processos até a realidade atual, a qual foi fruto de uma política de gestão da unidade amparada em elogiável habilidade de gestão do magistrado e da sua assessoria, que vem conseguindo manter o comprometimento e elevada produtividade, mediante relações laborais humanizadas, respeitando as peculiaridades e limitações de cada um dos membros da equipe.

A propósito, o magistrado registrou a preocupação com o impacto negativo das recentes alterações normativas sobre o teletrabalho no âmbito do TRF da 3ª Região sobre a sua equipe, pois, ao mitigar a autonomia dos gestores das unidades, comprometem os excelentes resultados obtidos com essa moderna ferramenta de gestão de pessoas.

Na ocasião, foi esclarecido que inexistem no PJe um refinamento das fases dos feitos em tramitação da unidade, dificultando um monitoramento em tempo real das diversas situações processuais, inclusive daquelas que demandam alguma providência do gabinete (v.g. juízo de retratação), providência que demanda oportuna adequação dos fluxos do PJe pelos órgãos competentes do Tribunal, inclusive para atenuar ou suprimir inconsistências estatísticas que, ao que tudo indica, ainda subsistem.

De outro modo, merece elogio o relacionamento *horizontal* do magistrado com advogados e procuradores, os quais são recebidos com muito respeito.

Os assessores, por outro lado, descreveram o histórico do gabinete, constituído por um grupo maduro e comprometido, que sempre aderiu às diversas políticas de recompensas engendradas ao longo dos anos para manter o engajamento do grupo, que se encontra completo e sem estagiários, devido à pandemia.

Diante do reduzido número de processos aguardando decisão inicial, o gabinete vem produzindo atualmente a partir dos processos triados na semana anterior, os quais são divididos de forma equitativa entre os servidores, de acordo com as respectivas matérias e classes processuais. As minutas de decisões são revisadas pela Chefia de Gabinete e pelo Magistrado e posteriormente incluídas nas pautas de julgamento subsequentes. As dúvidas dos servidores são imediatamente dirimidas pelos assessores e pelo magistrado, à medida que forem surgindo, inexistindo qualquer atraso no fluxo de trabalho.

Por outro lado, esclareceram que as sessões de julgamento são virtuais e presenciais, conforme cronograma prévio dos respectivos órgãos julgadores, mediante cooperação mútua entre magistrados e servidores que integram os órgãos colegiados para disponibilização e organização das pautas, as quais necessitam de apontamentos dos destaques através de e-mail, dado que não está disponibilizada ferramenta específica (espelho de pauta) na plataforma de julgamento (PJe).

Embora seja um gabinete previdenciário modelar, muito bem organizado, produtivo e sem qualquer recomendação de cunho corretivo, sugere-se que sejam monitorados, ainda que através de controles manuais, os processos antigos em tramitação que eventualmente demandem providências da unidade, uma vez que a realidade é o julgamento das demandas tão logo sejam distribuídas e concluídas à unidade, sobretudo em face da demora entre a distribuição e a efetiva conclusão ao gabinete.

Ademais, a partir da retomada do expediente presencial, revela-se oportuno o restabelecimento do recrutamento de estagiário(s) para ampliar o relacionamento

insterinstitucional do Poder Judiciário Federal com a comunidade acadêmica, permitindo que estudantes universitários tenham a oportunidade de desenvolver estágio profissional em um ambiente laboral exemplar na área previdenciária.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação com a inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.085 para 312. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 454 feitos, e no mês anterior à inspeção, restaram 314.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 24, na última inspeção, para 42, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações para a unidade.

Manutenção do excelente método de trabalho, que merece elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Newton De Lucca.

2.2 Turma

8ª Turma.

2.3 Competência

Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Newton De Lucca.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão nos últimos 12 meses.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Simone Sayuri Yoshinaga Bacili, Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	6.573
Processos suspensos/sobrestados	816
Processos conclusos	4.730
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.573
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.335
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.730
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.626
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	816
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.034

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	0

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	0
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	0
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	82
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	1
Ações rescisórias	52
Outros	22

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.491
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	785
Outros	5.706

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.491
Apelações cíveis	5.598
Agravos de instrumento	852

Outros	41
--------	----

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	222
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	166
Agravos legais/regimentais	21
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	20
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	209
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	72
Ano anterior	2.875
2º ano anterior	1.031
3º ano anterior	745
4º ano anterior	675
5º ano anterior ou mais antigo	879

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	338
Ano anterior	1.654
2º ano anterior	1.081
3º ano anterior	578
4º ano anterior	392
5º ano anterior	335
6º ano anterior ou mais antigo	421

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	368
Ano anterior	1.417
2º ano anterior	936

3º ano anterior	697
4º ano anterior	342
5º ano anterior	220
6º ano anterior	139
7º ano anterior ou mais antigo	177

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.536
Total de Processos julgados	4.508
Total de Processos baixados	4.951
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 972
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 1.415

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	61
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.558
Processos julgados no ano anterior	4.813
Processos distribuídos no ano corrente	303

Processos julgados no ano corrente	519
------------------------------------	-----

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.569
Pendentes em 31/12/2021	731
Porcentagem de atendimento da meta	91,62%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Porcentagem de atendimento da meta: 104,56%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10.050
Pendentes no último dia do mês anterior	840
Porcentagem de atendimento da meta	90,27%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.750
Pendentes no último dia do mês anterior	340
Porcentagem de atendimento da meta	101,66%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0

Porcentagem de atendimento da meta	0
------------------------------------	---

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	62,07
Taxa de congestionamento em 2021	55,35
Taxa de congestionamento em 2022	59,14

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dado não fornecido pelo Tribunal.
Pendentes no último dia do mês anterior	Dado não fornecido pelo Tribunal.
Porcentagem de atendimento da meta	Dado não fornecido pelo Tribunal.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
Dados não fornecidos pelo Tribunal.	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0

10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0

11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0
3424 - Usurpação de águas	0

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Dados não fornecidos pelo Tribunal.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	0
Pendentes no mês anterior:	0
Percentual de cumprimento da meta:	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. A) Readequação das metas voltadas ao enfrentamento do estoque de processos, sendo "recomendável neste momento, estabelecer metas individuais mistas, que contemplassem um número de processos antigos e, outro, de processos de menor complexidade"; B) Manter reduzido o número de processos conclusos de embargos de declaração e agravo legal/regimental, mediante o auxílio de estagiários, bem como a realização de triagem dos recursos; C) "Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado)"; D) No que se refere aos dados estatísticos, houve a recomendação para: formalizar expediente para a Presidência, bem como para a Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópias à Corregedoria-Geral da Justiça Federal e respectiva Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e E) Cumprir as recomendações do item 11.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
A) Houve o estabelecimento de metas individuais mistas; B) Está sendo realizada a triagem dos recursos recebidos no gabinete, tendo sido designado mais um servidor para a análise dos embargos de declaração/agravos legais e regimentais; C) Havendo alguma incorreção no que tange à fase ou situação processual, está sendo solicitada a imediata correção para os órgãos de apoio; D) Houve a formalização e submissão de expediente (SEI/TRF3 n. 0277824-53.2021.4.03.8000) para a Comissão Permanente de Informática, encaminhando-se cópias para a C. Corregedoria-Geral da Justiça Federal, bem como para a respectiva Secretaria. Não houve a submissão de

expediente para a Presidência, tendo em vista que, no PJe, o lançamento de fases ocorre de forma automática. Eventual demora no processamento do feito 0007038-36.2011.4.03.6183 decorreu do procedimento de digitalização do elevado acervo de processos físicos, realizado pela E. Presidência desta Corte. E) Houve o cumprimento das recomendações do item 11.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Com relação à recomendação para o julgamento dos processos de Meta 2, informo ter havido a criação de um núcleo de 4 (quatro) servidores que trabalham, preferencialmente, com processos de distribuição mais remota. Ressalto que tal procedimento está sendo verificado, de forma diária e cautelosa, a fim de que não haja, por outro lado, o descumprimento da Meta 1.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Com relação à Meta 2, foram adotadas as providências acima mencionadas (item 6.3).

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O advento da pandemia, obrigando a realização abrupta do trabalho remoto, ocasionou diversos problemas de saúde, especialmente o ortopédico, em razão da ausência de estações ergonômicas de trabalho nas residências. Outrossim, servidores foram contaminados pelo coronavírus e outros apresentaram problemas relacionados à ansiedade. No entanto, mesmo com muitas dificuldades, o gabinete do E. Des. Fed. Newton De Lucca - conforme a análise comparativa de produtividade constante do sistema B.I. -, foi o 2º (segundo) que mais julgou (17.628 processos), no período de isolamento social (março/2020 a fevereiro/2022). O E. Desembargador Federal Newton De Lucca, juntamente com a equipe, tem concentrado esforços para reduzir o acervo já existente, bem como o elevado número de processos distribuídos mensalmente ao gabinete.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Simone Sayuri Yoshinaga Bacili.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete encontra-se, em breve relato, dividido em equipes: 1) A chefe de gabinete possui uma equipe de 11 servidores, que a auxilia nos processos de competência da 8ª Turma (apelações cíveis e remessas oficiais). 2) A assessora possui um servidor, que a auxilia nos processos de competência do Órgão Especial e 3ª Seção. 3) O assessor-II cuida dos agravos de instrumento. 4) Um servidor é designado para controlar a entrada e saída de processos do gabinete e as atividades administrativas. 5) Dois agentes de segurança auxiliam o Desembargador Federal, em seus traslados.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, em razão da pandemia, 16 servidores executam as atividades em regime de teletrabalho. A partir de maio/2022, 80% dos servidores do gabinete (12 servidores) permanecerão em trabalho não presencial (forma híbrida) e 20% (4 servidores) irão trabalhar de forma presencial. Os 2 agentes de segurança trabalham de forma presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No período da pandemia, o trabalho remoto ocorreu de forma integral. A partir de maio/2022, será parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

1) No início de cada mês é estipulada uma desejável e possível meta para cada servidor, sendo que a meta mais importante é a estabelecida para a equipe, a qual é fixada levando-se em consideração as Metas do CNJ. Dessa forma, todos os servidores têm conhecimento prévio da quantidade de minutas de votos e decisões monocráticas a ser produzida no mês de referência. Na hipótese de um servidor não conseguir cumprir sua meta individual, outro servidor poderá cumpri-la. Ao proceder dessa maneira, verifica-se maior união e espírito de colaboração entre os colegas, tendo em vista que o fim precípuo é o alcance da meta principal estipulada para a equipe. 2) Toda a produção (individual ou da equipe) é preenchida diariamente na planilha própria do gabinete, a qual fica disponibilizada em rede para acesso a todos os servidores lotados no setor. 3) No final de cada mês é aferida a produtividade do gabinete, sendo que o resultado é apresentado, analisado e, saudavelmente, discutido com toda a equipe.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito por meio de planilha própria do gabinete, com possibilidade de verificação diária, semanal e mensal. Caso não haja o cumprimento da meta, verifica-se, inicialmente, o motivo do seu não cumprimento. Até a presente data, não houve descumprimento da cota por motivo irrelevante.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processo físico no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Nos processos do PJe são inseridas etiquetas, contendo o ano da distribuição e a matéria.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

1) Todos os processos recebidos no gabinete são, inicialmente, triados, etiquetados por matéria e encaminhados para a elaboração de minutas de votos, de decisões monocráticas ou de despachos. 2) Os feitos remanescentes são mantidos na tarefa Triagem do gabinete com a etiqueta da matéria. 3) Os processos recebidos para voto-vista e declaração de voto são verificados diretamente pela chefia de gabinete ou assessoria. 4) Os agravos de instrumento distribuídos, bem como as liminares e tutelas de urgência em ações originárias da 8ª Turma são verificados diretamente pelo assessor-II. 5) O ingresso de embargos de declaração e agravos internos é verificado diariamente e repassado aos servidores para elaboração de minutas de votos ou decisões monocráticas.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, conforme descrito no item 11.2.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Havendo o cumprimento da Meta n. 1, do C. CNJ, por 2 meses subsequentes, concede-se dia de descanso aos servidores.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Cerca de 90% dos feitos em tramitação têm prioridade legal, o que prejudica a outorga de um tratamento específico. Quanto às metas do CNJ, contamos com o auxílio da Seção de Estatística para o fornecimento das respectivas listagens, a fim de que possamos trabalhar no sentido de diminuir o número desses processos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Nas hipóteses previstas nos incisos III a V, do art. 932, do CPC/15.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos ficam disponibilizados na rede (área informatizada) do gabinete, em pastas próprias. Dessa forma, todos os servidores têm acesso ao material para consulta e elaboração das minutas de votos, decisões monocráticas e despachos. Todas as alterações ou novas decisões são imediatamente gravadas na rede.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Identifica-se a necessidade de capacitação no momento em que a chefia de gabinete ou assessoria observa que os ensinamentos para a execução de determinada atividade não poderão ser transmitidos por outro servidor lotado no gabinete, seja em razão da falta de conhecimento, seja para não prejudicar o andamento dos trabalhos no setor.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é feito com base nas informações fornecidas pelo NUGE, o qual edita o boletim com os temas afetados nas Cortes Superiores. As matérias sobrestadas são: Tema 692/STJ, Tema 1.018/STJ, Tema 1.059/STJ, Tema 1.105/STJ, Tema 1.124/STJ, Tema 1.102/STF e REsp. 1.869.867.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não, tendo em vista que o INSS, raramente, apresenta proposta de acordo.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Na sessão subsequente ao pedido de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Mediante consulta na base de dados da jurisprudência, disponibilizada na intranet do Tribunal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Na grande maioria dos casos há o compartilhamento prévio de acesso aos votos, com o fim precípuo de agilizar as sessões de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os votos de determinada sessão virtual são disponibilizados no sistema PJe. No dia da sessão são inseridos, no referido sistema, os posicionamentos dos E. Magistrados votantes, bem como as eventuais declarações de voto ou pedidos de vista.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. É realizada, no início de cada ano, uma reunião com toda a equipe, a fim de informar os resultados obtidos no ano anterior e quais as metas a serem atingidas no ano corrente, demonstrando o que se espera em termos de quantidade e qualidade de cada servidor para o alcance da meta anual.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O gabinete trabalha com a capacidade máxima de servidores permitida no setor, destinando os recursos humanos, em sua quase totalidade, para a área fim. Com relação aos recursos materiais, em razão da pandemia, todos os servidores utilizam recursos materiais próprios para a execução das tarefas.
b) gestão do trabalho	Identificar e priorizar o julgamento de processos mais antigos, a fim de dar cumprimento à Meta CNJ n. 2, bem como de processos menos complexos, em razão da Meta CNJ n. 1. Para a execução das tarefas, são utilizados modelos disponibilizados na rede do gabinete para melhor consulta e visualização por parte dos servidores, além do estabelecimento de cotas para o alcance da meta mensal.
c) resultados	Todo o trabalho é monitorado diariamente, por meio de planilha de controle do gabinete. Dessa forma, é possível verificar o andamento do trabalho da equipe no decorrer do mês e não apenas no último dia, possibilitando, dessa forma, melhor visualização e controle do resultado que será alcançado.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Redução do acervo de Meta n. 2, do C. CNJ e redução do número de processos conclusos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

1) Estabelecimento de metas reais e factíveis; 2) Conhecimento dos resultados alcançados, mensalmente, por todos da equipe. O servidor, ao ter ciência do impacto positivo que o seu trabalho causa no resultado final, torna-se motivado e incentivado a produzir mais e melhor; 3) Discussões constantes sobre as matérias a serem analisadas e levadas a julgamento; 4) Trabalho remoto, na medida em que a produção é maior do que a executada na forma presencial e 5) Concessão de prêmios como forma de reconhecimento pelo trabalho executado, gerando maior motivação dos servidores.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho remoto, as sessões virtuais ou por videoconferência e as reuniões da equipe por videoconferência geraram maior agilidade e produtividade na execução das tarefas.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Verifica-se, a cada 2 meses, as etiquetas existentes nos processos sem movimentação, a fim de que possa ser identificada alguma matéria já julgada com posicionamento firmado pelas Cortes Superiores ou pela própria Turma julgadora.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001397-82.2017.4.03.6114	5/12/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
5000497-36.2016.4.03.6114	22/1/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
5009120-42.2017.4.03.6183	22/2/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 7/3/2022, tendo o acórdão sido disponibilizado no Diário Eletrônico em 11/3/2022.		
5000837-30.2017.4.03.6183	28/2/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 7/3/22, tendo o acórdão sido disponibilizado no Diário Eletrônico em 11/3/2022.		
5002683-59.2017.4.03.6126	20/4/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
5001258-83.2018.4.03.6183	19/4/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		

5005449-17.2018.4.03.6105	19/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 25/4/2022.		
0002317-83.2013.4.03.6114	9/10/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso foi julgado em 29/3/2022.		
0007465-10.2011.4.03.6126	31/10/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Houve incorreção na digitalização dos autos físicos, motivo pelo qual, em 11/4/2022, foi determinada a remessa dos autos à Central de Digitalização para localização e digitalização das peças faltantes.		
0005227-12.2009.4.03.6183	17/6/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O recurso foi julgado em 18/3/22.		
0000688-03.2009.4.03.6183	5/2/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0000738-59.2011.4.03.6118	12/4/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
5018624-94.2017.4.03.0000	2/10/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
5015350-88.2018.4.03.0000	4/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
5011806-24.2020.4.03.0000	14/5/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 24/2/22, tendo a decisão monocrática sido publicada em 3/3/2022.		
5032194-79.2019.4.03.0000	11/12/2019	12375-Reclamação
Observação/Providência: A ação originária foi julgada em 22/3/2022.		
5026294-81.2020.4.03.0000	22/9/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: A ação originária foi julgada em 24/2/2022.		
5004865-24.2021.4.03.0000	11/3/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O processo foi recebido no gabinete em 24/3/2022, tendo sido julgado em 11/4/2022, nos termos do art. 932 do CPC/15.		
0105188-50.2006.4.03.0000	30/9/2021	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: O Cumprimento de sentença foi julgado em 24/3/2022.		
0004693-29.2013.4.03.6183	13/8/2015	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Houve a prolação de despacho, em 22/3/22, para que o INSS se manifestasse sobre os embargos de declaração. Após o retorno, o recurso será analisado e julgado.		
0011928-58.2011.4.03.6105	11/4/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0001396-83.2016.4.03.6126	29/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
5012200-65.2019.4.03.0000	16/5/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso foi julgado em 22/3/2022.		
0008564-31.1990.4.03.6100	8/4/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0002961-51.2012.4.03.6311	11/5/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O recurso será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
0009461-47.2003.4.03.6183	14/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: As apelações foram julgadas em 25/2/2019 e os embargos de declaração, em 19/8/2019. Houve a interposição de novos embargos de declaração. Tendo em vista o falecimento do advogado, foi proferido despacho, em 18/3/2022, para que o autor regularizasse a representação processual.		
0007455-91.2008.4.03.6183	10/6/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Foi proferido despacho, em 24/3/22, para o INSS manifestar-se sobre os embargos de declaração. Após o retorno, o recurso será analisado e julgado.		
0007249-39.2007.4.03.6110	24/1/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
0010417-80.2011.4.03.9999	24/3/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0007947-76.2011.4.03.9999	15/3/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0014496-05.2011.4.03.9999	18/4/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 24/3/22, nos termos do art. 932 do CPC/15.		
0015606-39.2011.4.03.9999	26/4/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
0016986-97.2011.4.03.9999	6/5/2011	198-Apelação Cível

Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0018826-45.2011.4.03.9999	19/5/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Foi proferido despacho, em 24/3/22, para que o INSS apresentasse cópias dos processos administrativos. Após o retorno e a necessária intimação do autor sobre os documentos novos juntados, o feito será incluído em pauta de julgamento.		
0025526-37.2011.4.03.9999	24/6/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0004155-53.2010.4.03.6183	22/7/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
0031751-73.2011.4.03.9999	8/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0034583-79.2011.4.03.9999	26/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 24/3/2022.		
0005254-33.2012.4.03.6104	24/9/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0006795-96.2006.4.03.6109	10/2/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 29/3/2022.		
0016942-04.2012.4.03.6100	10/10/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi julgado, em 24/3/22, nos termos do art. 932, do CPC/15.		
0008441-55.2012.4.03.6102	19/11/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0033850-81.2013.4.03.6301	1º/6/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 25/4/2022.		
0002289-10.2016.4.03.6115	14/2/2017	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
0000352-94.2009.4.03.9999	7/1/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
5000693-35.2018.4.03.6114	25/6/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado, em 24/3/2022, nos termos do art. 932, do CPC/15.		

5000552-20.2016.4.03.6103	20/7/2017	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado, em 24/3/22, nos termos do art. 932, do CPC/15.		
0013899-30.2002.4.03.6126	24/5/2004	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
0005646-70.2008.4.03.6311	5/9/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 9/5/2022.		
5000131-47.2019.4.03.6128	19/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado, em 24/3/22, nos termos do art. 932, do CPC/15.		
5000242-09.2019.4.03.6006	30/6/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 29/3/2022.		
0055937-83.1999.4.03.9999	26/7/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		
5001419-28.2018.4.03.6140	17/12/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 29/3/2022.		
0003251-04.2008.4.03.6183	21/5/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi julgado em 21/3/2022, tendo o acórdão sido publicado em 24/3/2022.		
0010529-36.2007.4.03.6104	13/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será levado a julgamento na sessão prevista para 23/5/2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados, todos foram inspecionados, não havendo mais autos físicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias

0009461-47.2003.4.03.6183	0007455-91.2008.4.03.6183
---------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida no gabinete pelo Des. Federal Newton de Lucca, pela Chefe de Gabinete Simone Sayuri Y. Bacili e pela Assessora Ana Cláudia F. Scartezzini no dia 11 de maio de 2022 às 10h.

Enquanto o Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz reuniu-se com o Des. Federal Newton de Lucca, os servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina reuniram-se com as servidoras Simone Sayuri Y. Bacili e Ana Cláudia F. Scartezzini.

O Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz conversou com o Gestor da Unidade inspecionada, Desembargador Federal Newton de Lucca, que comunicou sua aposentadoria por idade no próximo mês de outubro.

O magistrado titular da unidade observou que, junto com sua equipe, envidou esforços para reduzir ao máximo, respeitando o limite da capacidade de trabalho dos membros da equipe, o acervo dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ).

Considera que obteve êxito na empreitada, pois, além de dar cabal cumprimento às providências determinadas na última Inspeção, conseguiram reduzir em número razoável os processos mais antigos. Têm buscado, outrossim, um equilíbrio no cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ.

Revelou que talvez não possa ser mais rápido porque costuma primar pela qualidade da sua prestação jurisdicional, fazendo um trabalho criterioso e, portanto, mais complexo e demorado.

Em todo o caso, referiu que pretende deixar o gabinete, no momento da aposentadoria, com algo em torno de 3 (três) mil processos.

De outra banda, reclamou das inconsistências ainda presentes nas estatísticas do Tribunal, a modo de prejudicar o exato controle e comparação dos vários aspectos do acervo, produtividade, ranking etc.

Salientou, por outro lado, que o clima organizacional é bom e que a sua equipe é qualificada e produtiva, estando empenhada em reduzir o acervo mais antigo.

Disse, ainda, o gestor, que o sistema de processo eletrônico PJe, apesar de representar um grande avanço em relação aos processos em meio físico, não é adequado e apresenta problemas de várias ordens, precisando passar por adaptações.

Asseverou o Desembargador/gestor que se deve atribuir a judicialização intensa e acima da capacidade de trabalho instalada no Tribunal à retração e recalcitrância do INSS em reconhecer os direitos na via administrativa e em conciliar nos casos em que o acordo é possível, preferindo, sempre, apostar na judicialização e na recorribilidade, mesmo quando sabedor do acerto da sentença ou acórdão.

Conversaram os Desembargadores sobre a necessidade de uma maior aproximação entre o Judiciário e a academia, mister que ambos tem buscado incessantemente, e que pode contribuir para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

A assessoria referiu que a aposentadoria programada do magistrado ensejou a adoção de um planejamento estratégico nos últimos cinco anos para reduzir ao máximo o acervo da unidade, sem comprometer a qualidade da prestação jurisdicional e julgar os processos mais antigos.

Tal projeto vem sendo executado com êxito graças à triagem dos processos e divisão do trabalho entre os integrantes da equipe, cumprindo todas as recomendações feitas na Inspeção anterior.

Salientaram, outrossim, que, a partir do levantamento das preferências e habilidades dos servidores com as matérias, foram constituídas equipes de trabalho para analisar os processos mais antigos (Meta 2), outra para exame dos feitos de menor complexidade, bem como um grupo responsável pelos agravos de instrumento e embargos de declaração.

Salientaram, outrossim, que a equipe é muito experiente e comprometida. O grupo de servidores foi reconstituído após o mandato do magistrado na Presidência do TRF da 3ª Região, havendo divisão das cargas de trabalho, mediante controle transparente da produção em arquivo próprio da unidade.

Esclareceram, por outro lado, que o PJe carece de uma série de ferramentas que poderiam agilizar a elaboração de minutas, bem como as sessões de julgamento. Com efeito, as minutas são elaboradas a partir de arquivo de modelos disponível na rede do gabinete, pois não é possível criar minutas novas a partir de modelos existentes no próprio PJe. Além disso, os encaminhamentos das deliberações das sessões são realizados exclusivamente por e-mail entre os gabinetes que integram a Oitava Turma, pois não é utilizada funcionalidade específica para as sessões de julgamento do PJe.

De outra banda, frisaram que a estatística oficial ainda não reflete a realidade de processos efetivamente conclusos no gabinete, inclusive os embargos de declaração, dado que aqueles feitos já incluídos em pauta seguem na fase de conclusão, apesar de não demandarem nova atuação da unidade antes da sessão de julgamento.

Ressaltaram que, desde que a Administração parou de efetuar processo seletivo próprio para recrutamento de estagiários, o gabinete deixou de contar com a colaboração desses, que proporcionavam uma excelente interação do Poder Judiciário com as Universidades, uma vez que a terceirização dessa seleção levou à não contratação de novos estagiários, pois a seleção é feita sem qualquer participação dos gestores dos gabinetes.

Diante disso, deve ser elogiado o trabalho da equipe liderada pelo Des. Federal Newton de Lucca que reduziu consideravelmente o acervo ao longo dos últimos anos, sem prejuízo da qualidade da jurisdição social previdenciária, mantendo um clima organizacional excelente, com ótimas ferramentas e técnicas de gestão, coroando uma trajetória de dedicação à magistratura federal.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação com a inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 7.129 para 4.730. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 5.626 feitos, e no mês anterior à inspeção, restaram 4.730.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento manteve-se praticamente equivalente, pois eram 221, na última inspeção, e são 222, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparada com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 28 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece atenção sendo superior à média da Seção.

Ademais, considerando que foi reportado que a versão do PJe disponível neste Tribunal não contém histórico de minutas do gabinete que possam ser utilizadas de texto-base para a criação de novas minutas, recomenda-se que a unidade expeça ofício à Presidência do TRF da 3ª Região solicitando a disponibilização, no próprio ambiente do PJe, ferramentas de consulta a minutas anteriores dos gabinetes para agilizar o processo de elaboração de novas decisões, sem a necessidade de emprego de consulta paralela à rede de dados da Corte.

De outro modo, sugere-se que seja gerenciado junto à Administração do Tribunal a revisão do procedimento de recrutamento de estagiários vigente, devendo prestigiar seleção direta desses colaboradores, mediante efetiva participação dos gestores dos gabinetes tanto no processo seletivo, quanto na definição de perfil dos estagiários para cada unidade.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 32;
- b) envidar esforços para o cumprimento da Meta 2 do CNJ, sem descuidar Meta 1 do CNJ, que já vem sendo atendida plenamente.
- c) gerenciar junto à Administração do Tribunal a implementação da base de dados de minutas anteriores no PJe para agilizar a criação de novas decisões sem necessidade de consultar arquivo de modelos disponível na rede de cada unidade;

d) gestionar junto à Administração do Tribunal para que revise o processo seletivo de estagiários para que seja feito diretamente pelo Tribunal, com participação dos gestores dos gabinetes na seleção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA CAZERTA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Therezinha Cazerta

2.2 Turma

Oitava Turma/Terceira Seção

2.3 Competência

Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Tendo exercido o cargo de Presidente desta E. Corte Regional, eleita conforme Ata da 277ª Sessão Plenária Extraordinária Administrativa para o biênio 2018-2020, realizada aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, Termo de Posse lavrado ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, a Desembargadora Federal Therezinha Cazerta assumiu o acervo de n. 30 (até então sob relatoria da Exma. Des. Fed. Marisa Santos), em 2 de março de 2020, com acervo de 6.529 processos judiciais conclusos pendentes de apreciação (Ato n. 2544). Em decorrência de remoção superveniente, assumiu o atual acervo, de n. 27 (anteriormente sob relatoria da Exma. Des. Fed. Diva Malerbi), em 28 de abril de 2020, com total de, aproximadamente, 2.300 processos judiciais conclusos pendentes de

apreciação (Ato 2625). O Gabinete de n. 30 passou à relatoria do Des. Fed. Batista Gonçalves.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Paulo Roberto Serraglio Júnior, técnico judiciário, Assessor da Des. Fed. Therezinha Cazerta, início da inspeção: 21/3/2022

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	7.471
Processos suspensos/sobrestados	330
Processos conclusos	5.515
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.471
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.981
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.515
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.434
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	330

Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	364
---	-----

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	132
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	14
Reclamações	2
Ações rescisórias	102
Outros	12

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.336
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0

Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.367
Outros	5.968

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.336
Apelações cíveis	6.726
Agravos de instrumento	497
Outros	113

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	1
Inquéritos	2
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

Outros	2
--------	---

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	115
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	77
Agravos legais/regimentais	12
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	12
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	116
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	16

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	74
Ano anterior	2.266
2º ano anterior	105
3º ano anterior	16
4º ano anterior	3
5º ano anterior ou mais antigo	15

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	457
Ano anterior	3.318

2º ano anterior	1.546
3º ano anterior	60
4º ano anterior	6
5º ano anterior	6
6º ano anterior ou mais antigo	35

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	474
Ano anterior	2.062
2º ano anterior	1.825
3º ano anterior	983
4º ano anterior	58
5º ano anterior	6
6º ano anterior	7
7º ano anterior ou mais antigo	56

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.818
Total de Processos julgados	3.700
Total de Processos baixados	4.056
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	118
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-238

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	47

Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	103
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.778
Processos julgados no ano anterior	3.877
Processos distribuídos no ano corrente	387
Processos julgados no ano corrente	564

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.265
Pendentes em 31/12/2021	6
Porcentagem de atendimento da meta	101,12%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017: 1.349 Pendentes em 31/12/2021: 10 Porcentagem de atendimento da meta 115,25%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.409
Pendentes no último dia do mês anterior	8
Porcentagem de atendimento da meta	99,93%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.053
Pendentes no último dia do mês anterior	32
Porcentagem de atendimento da meta	115,53%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	0%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	74,84
Taxa de congestionamento em 2021	64,74
Taxa de congestionamento em 2022	67,48

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
--	--

Processos distribuídos no ano anterior	1
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
Os servidores são incentivados a participar das ações institucionais voltadas à inovação. Em 2022, houve a participação de 2 (dois) servidores em oficina organizada pelos laboratórios de inovação da JFSP e do TRF3, visando o mapeamento de fluxos de trabalho de gabinetes previdenciários. Há 3 (três) servidores do gabinete laboratoristas formados, dos quais 1 (uma) servidora integra atualmente o Laboratório de Inovação do TRF3 (iLabTRF3), 2 (dois) servidores integram o Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada do TRF3 (LIAA-3R) e 1 (um) servidor integra o Grupo de Validação Ético-Jurídica (GVEJ) do LIAA-3R.	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	0

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Tribunal adotou o balcão virtual e promoveu a unificação de unidades processantes. A unidade em si passou a atender por videoconferência partes e advogados, bem como se dispôs a implantar, desde o início, os projetos de inteligência artificial do Tribunal.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	0
---	---

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) Possibilidade de reestruturação funcional do gabinete, mediante o aperfeiçoamento da definição das tarefas entre os servidores, com redistribuição das atividades a partir da especialização por matérias; b) Manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido; c) Política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico; d) Checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado); e) Necessidade do gabinete de se atualizar na área de Direito Previdenciário; f) Julgar 26 processos indicados e regularizar a fase processual e/ou dar andamento a 7 processos inspecionados.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) A especialização por matérias se concretizou com a vinculação de servidores a equipes temáticas; b) Foi definido que seja utilizado, ao menos, 1 (um) dia da semana para minutar os embargos de declaração e agravos legais pendentes, os quais passaram a ser contabilizados para fins de meta de produtividade individual, também como forma de estimular a equipe; d) O acervo tem sido controlado por meio das ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal (relatórios gerenciais do PJe e painéis de BI); e) Os servidores têm sido incentivados a participar de cursos e eventos sobre o tema, mesmo ante as dificuldades impostas pela situação de pandemia; f) Foram conferidos andamentos e julgados os feitos indicados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

c) Adoção de política de recompensas está sendo estudada, com perspectiva de ser implementada após o retorno das atividades presenciais, mas desde já se autorizou, nos limites percentuais definidos na normativa do TRF3, o número máximo permitido

de servidores para realização do teletrabalho, valorizando-se assim o comprometimento de todos; d) As ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal para controle do acervo são limitadas, apresentando inconsistências, e o PJe não conta, ainda, com ferramentas eficazes no tratamento dos processos - estão sendo utilizadas também planilhas internas e mantido contato com a subsecretaria processante para melhor controle; e) Os servidores, preocupados em não prejudicar a produtividade individual e com dificuldades domiciliares e de saúde decorrentes da pandemia, têm tido receio em se inscrever e não lograr concluir - espera-se que a melhora da pandemia venha a apresentar cenário mais favorável.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 4 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e a Meta Específica 1. Ambas as metas se referem a processos criminais, apenas excepcionalmente distribuídos à Relatoria no âmbito do OE e concernente a operação de grande porte, denominada Westminster, que tramitou originariamente no Tribunal não se tratando de recursos pendentes de julgamento. Ainda, os dados estatísticos indicam o não cumprimento da Meta 2/2022, com atingimento de 99,93%. Possivelmente decorre de inconsistência nos dados ou da demora para digitalização de feito físico anteriormente sobrestado que, uma vez retomado o trâmite, foi necessário aguardar a virtualização. Pretende-se continuar a priorização dos feitos referidos (em geral, advindos para juízo de retratação, com conclusão recente, sendo alguns físicos) com distribuição entre os servidores especializados nos temas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Esforço intenso no contexto pandêmico. Servidores com graves problemas de saúde, gerando licenças frequentes e baixa produtividade. Magistrada foi Diretora da EMAG e presidiu Comissão de Equidade de Gênero. Relatora de operação tramitando no OE do TRF3 (ação penal com 6 crimes, 8 réus - em parte presos na instrução; 3 denúncias já oferecidas; vários incidentes relacionados). CJ3 lida diariamente com esses processos; vários momentos de dedicação praticamente exclusiva. Ferramenta de IA para ranqueamento de modelos inconsistente. Ferramenta de IA de lançamento de etiqueta não liberada. Solicitados mais estagiários (pleito não atendido). Espera-se impacto positivo da melhoria das condições da pandemia, alteração de atribuições (FC6 assumiu os AIs e minutas de liminares não repetitivas; FC4 vinculada à CJ3 atuando na 3ª Seção) e expectativa de aumento de produtividade. Metas mais agressivas para os integrantes da equipe.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário:

Paulo Roberto Serraglio Júnior, Assessor da Des. Fed. Therezinha Cazerta, e Matheus Henrique de Paiva Carvalho, Chefe de Gabinete da Des. Fed. Therezinha Cazerta.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

15 na atividade-fim. 1 afastada, em processo de aposentadoria por invalidez; 2 com necessidades especiais; 2 ASJ. CJ3 e CJ2 atuam no apoio direto à titular, atendimento externo, controlam pautas e fixação de entendimentos, acompanham sessões, distribuem temas às equipes, conferem materiais, coordenam teletrabalho. CJ3, com o apoio de 1 FC4: competência O.E. (tbn criminal), Plenário, 3ª Seção e Comissão de Regimento. CJ2, com o apoio de 1 FC4: competência 8ª Turma e administração (servidores e acervo). Agravos de instrumento: FC6. Demais: 8ª Turma, equipes por assunto, com critério de acervo/distribuição e relevância da matéria, abarcando 4 em tempo de serviço; idade rural; 4 em benefícios por incapacidade; 2 em pensões e assistenciais. Selecionados por antiguidade e atendimento a metas do CNJ.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. 14 servidores.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

São 3 servidores em teletrabalho híbrido e os demais em teletrabalho integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas foram fixadas de acordo com a complexidade da matéria, levando-se em conta a capacidade de produção individual.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Os servidores preenchem todos os meses planilhas de produtividade, em que informam quantas minutas produziram, quais problemas eventualmente tiveram e, caso não tenham cumprido a meta, as justificativas. Também é controlada a produtividade por tarefas no PJe. O não atendimento por parte de 2 (dois) servidores levou a um acompanhamento semanal e a resposta de ambos foi positiva, elevando-se a produtividade a patamares desejados. Caso não logrem atender as metas para teletrabalho, terão determinado retorno integral ao presencial. O Tribunal tem previsão de retomar as atividades presenciais em maio próximo futuro, de modo que uma parte mais significativa da equipe passará a comparecer presencialmente.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Os processos físicos, em regra, já não mais ingressam no gabinete, à exceção daqueles remetidos pela Vice-Presidência e que se encontravam eventualmente sobrestados. São situações verdadeiramente excepcionais, dada a ação de virtualização de feitos empreendida pelo TRF3. A triagem é realizada pelo servidor do administrativo, com lançamento em planilha de controle apropriado e remessa oportuna para digitalização para prosseguimento no PJe.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os poucos feitos físicos remanescentes são guardados em armários com identificação de número e prateleira.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é realizado mediante uso das ferramentas do PJe e planilhas de controle internas.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. A meta coletiva inicial foi estabilizar o acervo mediante julgamento de, no mínimo, a mesma quantidade de processos que ingressam conclusos mensalmente. Atingida, a meta coletiva atual é reduzir o acervo mediante julgamento de, ao menos, 10% a mais do que a conclusão mensal, consideradas as grandes limitações e dificuldades enfrentadas pela equipe, tanto em razão dos problemas de saúde enfrentados por alguns servidores quanto pela dedicação aos processos da Operação Westminster, que tramitam originariamente no âmbito do Órgão Especial e consomem tempo demais da magistrada e dos servidores nele empenhados. As metas individuais mínimas são lograr o atendimento das cotas individuais (que permitiriam, em tese, a superação da meta coletiva) e, ainda, o atendimento das cotas das equipes (soma da quantidade mensal individual esperada), de modo que, se 1 (um) servidor não logrou atender a meta individual, a equipe possa, em esforço conjunto, atender a cota geral nos patamares desejados.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Adoção de política de recompensas está sendo estudada, com perspectiva de ser implementada após o retorno das atividades regulares presencialmente; sem prejuízo, conforme já salientado, decidiu-se contemplar, nos termos dos percentuais definidos na normativa correspondente do TRF3, o número máximo permitido de servidores para realização do teletrabalho, tão logo sobrevenha o retorno às atividades presenciais na 3ª Região, como forma de reconhecimento da dedicação ao trabalho e atingimento das metas propostas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Em observância ao art. 12 do Código de Processo Civil (que, ao estabelecer a observância à ordem cronológica de conclusão, estipula, entre as exceções, as preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça), criou-se plano para julgamento dos feitos mais antigos e dos que gozam de prioridade. Tais feitos são objeto de controle periódico, distribuindo-se os mais antigos a servidores com mais experiência, observando-se, contudo, que a matéria previdenciária e assistencial de competência da 3ª Seção, por sua própria natureza, impõe distribuição mensal de grande monta e envolve jurisdicionados que, em regra, se inserem nos quesitos de priorização, como idosos, pessoas com deficiência ou portadores de enfermidades, afetando, assim, significativa parcela do acervo.

18. São utilizadas decisões terminativas?

A aplicabilidade de decisões terminativas é objeto de estudo permanente, com troca de experiências com os demais gabinetes da Turma, de modo a identificar temas que sejam passíveis de decisões monocráticas por parte dos relatores, desde que atendidos os termos previstos no CPC, permitindo o seu uso sempre que cabível.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os entendimentos da magistrada são formalizados em textos-padrão e submetidos à aprovação. Após, são informados para ciência de toda a equipe, mediante e-mail e mensagem em aplicativo, para uso na análise dos processos e preparação de minutas. Tais textos ficam disponíveis no aplicativo Microsoft Teams, na pasta da rede interna do Tribunal e, se aplicáveis a muitas situações, também são inseridos como modelos no PJe, devendo ser aplicados com as necessárias modificações caso a caso, após sendo submetidos a conferência da Assessoria (CJ-3) e da Chefia de Gabinete (CJ-2).

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Os servidores com maior dificuldade são acompanhados pela Chefia de Gabinete (CJ-2) e pela Assessoria (CJ-3) e têm se dedicado a atualização e estudo. Desde o início dos trabalhos todos os servidores foram incentivados a realizar cursos para capacitação tanto nas ferramentas tecnológicas (especialmente o PJe) quanto em matérias previdenciária e processual civil, à vista do largo período de afastamento da atividade fim. A pandemia e a necessidade de se manter uma alta produtividade individual trouxeram dificuldades aos servidores para se dedicar a capacitação, mas o nível de qualidade do trabalho tem se mostrado satisfatório.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é realizado manualmente, mediante intercâmbio periódico de informações com a Subsecretaria e extração de relatórios do PJe. A Subsecretaria remete comunicações periódicas para avaliação de temas consolidados e possibilidade de

dessobrestamento. De igual modo, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Vice-Presidência do TRF3 remete comunicação eletrônica a todos os gabinetes, contendo boletim em que informa os temas e matérias em que se tem determinação das Cortes superiores para sobrestamento ou para levantamento. Em 29/3/2022 91 itens estavam sobrestados em secretaria.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Em todos os processos em que exista possibilidade de acordo, especialmente naqueles em que há proposta por uma das partes, são as demais intimadas a se manifestarem. Nesse caso, o processo é remetido ao gabinete da conciliação, o qual, igualmente, por vezes solicita a remessa de processos para tentativa de acordo, sendo imediatamente atendidos.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

A orientação da desembargadora federal é a que sejam levados na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Todos os servidores e, em especial, os assessores e o chefe de gabinete, permanecem atentos aos posicionamentos dos órgãos julgadores, sendo toda a equipe orientada a informar se, ao tratar de casos concretos, eventualmente se localizem novos entendimentos sobre as matérias.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

O acesso aos votos da sessão seguinte é disponibilizado no dia da sessão anterior (ou nos primeiros dias imediatamente subsequentes, especialmente em razão de dificuldades técnicas do PJe).

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões totalmente virtuais são realizadas via ferramenta própria do PJe, em que os gabinetes têm acesso mútuo aos votos, assim como a Subsecretaria, trocando eventuais apontamentos e divergências por e-mail e, uma vez finalizados eventuais debates e firmados os posicionamentos, são eles lançados no PJe e informados a todos por e-mail.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Foi idealizado plano de trabalho tanto para o período de teletrabalho extraordinário quanto para o período, ainda a iniciar, de retorno às atividades presenciais.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade está bem servida de recursos materiais. Quanto aos recursos humanos, continua a enfrentar significativas dificuldades no âmbito previdenciário decorrentes de licenças-saúde subsequentes, ausência de disponibilidade de servidores no Tribunal para passar a compor a equipe e necessidade de dedicação intensa de parte da equipe às demandas da Operação Westminster. Estão sendo envidados inúmeros esforços junto à Administração para lograr a lotação de novos servidores.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho tem sido realizada de maneira próxima, mas não sem seus desafios, em especial quanto à capacidade individual de atendimento de metas e à manutenção do espírito de equipe em meio à situação de pandemia. Os servidores muito têm se dedicado e os fluxos de trabalho estão sendo estudados para eventual modernização.
c) resultados	A unidade logrou reintegrar-se à atividade-fim, havendo os servidores se adaptado ao uso de ferramentas eletrônicas e se atualizado quanto às matérias da Seção previdenciária. O acervo está controlado e com tendência de queda e a equipe motivada a retornar às atividades presenciais, ainda que parcialmente para alguns. Os feitos relacionados à Operação Westminster, que tramitam originariamente no âmbito do Órgão Especial, em que pese a complexidade de cada um deles, estão sendo processados com celeridade, observadas todas as cautelas de praxe. A ação penal decorrente da primeira acusação formulada (há outras duas denúncias oferecidas, aguardando decisão de recebimento ou não pelo colegiado), com julgamento inicialmente programado para os dias 24, 25 e 26 de novembro de 2021, em atendimento a pedidos das defesas dos acusados acabou adiado,

	vindo a ser iniciado nas datas de 9, 10 e 11 de fevereiro deste ano, encontrando-se suspenso em razão de pedido de vista antecipado após o voto condenatório proferido por esta magistrada.
--	---

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter a triagem sempre em dia, com encaminhamento de feitos, quando cabível, para conciliação ou para decisões monocráticas; manter o acervo de recursos internos (EDs e agravos internos) baixo; julgar 15% a mais do que a entrada de feitos conclusos, para reduzir o acervo; julgar os feitos de meta e com prioridade com maior celeridade. Diminuir o acervo das ações rescisórias pendentes de julgamento na 3ª Seção. Levar a julgamento no Órgão Especial em 2022, se possível ainda no 1º semestre, a segunda denúncia oferecida no âmbito da Operação Westminster; e a terceira acusação formulada no 2º semestre deste ano.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Agregar mais estagiários à equipe (a depender de medidas da Administração) para atuar na triagem, encaminhamento e preparação de minutas de despachos e decisões simples; avaliar, com apoio do Gabinete da Conciliação, matérias em que maior a probabilidade de resolução consensual; manter a determinação para que todos servidores atuem, ao menos, 1 dia por semana no acervo de EDs e agravos internos; trazer novos servidores para atuação no Gabinete (a depender da Administração).

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O teletrabalho, com reuniões à distância, e o atendimento a advogados mediante uso de ferramentas audiovisuais se mostraram medidas com potencial para manutenção, pois melhoram a qualidade do trabalho, reduzindo o tempo gasto com deslocamentos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A cada trimestre são extraídos dados de feitos sem movimentação para tratamento e priorização de temas, bem como avaliação de medidas pertinentes ao processamento e que eventualmente não tenham sido tomadas.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5018532-14.2020.4.03.0000	8/7/2020	202-Agravo de Instrumento
Distribuído em 8/7/2020; sobreveio falecimento de procurador da parte que, regularmente intimada, ficou-se inerte.		
5012111-08.2020.4.03.0000	18/5/2020	202-Agravo de Instrumento

Distribuído 19/05/20. Em 25/11/20 proferida decisão deferindo a antecipação da tutela recursal, determinando o prosseguimento do feito originário perante o juízo Federal em que distribuída a ação. Previsão p/ julgamento do agravo legal em 4/4/22; adiado p/ 25/4, considerando o ataque cibernético		
5031755-34.2020.4.03.0000	24/11/2020	202-Agravo de Instrumento
Distribuído em 10/6/2019. Decidido monocraticamente em 4/11/2019. Opostos Eds em 19/11/2019. Despacho recebe os EDs como agravo interno em 28/1/2020. Razões complementadas em 6/2/2020. Decorrido prazo para resposta em 31/7/2020. Aguarda julgamento.		
5229071-31.2020.4.03.9999	18/4/2020	198-Apelação Cível
Distribuído em 6/5/2020. Em 15/12/2020 proferida decisão deferindo parcialmente a antecipação da tutela requerida. Em 22/12/2020, juntada informação de cumprimento da decisão judicial. Aguarda julgamento.		
5187175-08.2020.4.03.9999	8/3/2020	198-Apelação Cível
Distribuído em 22/4/2020. Em 17/12/2020 proferida decisão deferindo parcialmente a antecipação da tutela requerida. Em 12/1/2021, juntada informação de cumprimento da decisão judicial. Aguarda julgamento.		
5004386-41.2020.4.03.9999	28/5/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 28/5/2020. Despacho remete ao MPF em 25/8/2020. Parecer apresentado em 28/8/2020. Petição junta documentos em 2/2/2021. Decisão concede antecipação de tutela em 14/5/2021. Manifestação do MPF em 18/5/2021. Informado cumprimento em 1º/6/2021. Aguarda julgamento.		
5003157-87.2018.4.03.6128	22/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 16/9/2019. Aguarda julgamento.		
5002384-71.2018.4.03.6183	23/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 23/5/2019. Aguarda julgamento.		
5004730-92.2018.4.03.6183	27/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 18/9/2019. Aguarda julgamento.		
5002528-79.2017.4.03.6183	27/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 18/9/2019. Aguarda julgamento.		
5002464-33.2018.4.03.6119	27/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 19/9/2019. Aguarda julgamento.		
5002522-38.2018.4.03.6183	27/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 19/9/2019. Juntada de petição com comprovante de inscrição na OAB e situação cadastral, em 23/3/2020. Aguarda julgamento.		
5016616-88.2018.4.03.6183	11/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído 21/11/19. Em 12/12/19 proferida decisão pela Des. Fed. Diva Malerbi, negando provimento à apelação da parte autora e dando provimento ao recurso adesivo do INSS. Em 17/2/22 o processo foi suspenso, conforme tese firmada no RE 564.354/SE.		
5719883-88.2019.4.03.9999	4/6/2019	198-Apelação Cível

Distribuído em 14/8/19. Em 15/8/19 foi proferida decisão pela Des. Fed. Tânia Marangoni, p/sobrestamento (Tema 1007 STJ). Em 16/12/19 foi proferida decisão pela Des. Fed. Diva Malerbi, negando provimento a apelação do INSS. Julgado em sessão de 21/3/22. Encontra-se em prazo para as partes.		
5007157-14.2018.4.03.6102	17/1/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 21/1/2020. Em 27/1/2020 foi proferida decisão terminativa pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, negando provimento à remessa oficial e à apelação do INSS. Aguarda julgamento do agravo legal do INSS.		
5033425-54.2018.4.03.9999	28/8/2018	198-Apelação Cível
Distribuído 19/5/20. Em 25/11/20 proferida decisão deferindo a antecipação da tutela recursal, determinando o prosseguimento do feito originário perante o juízo da Subseção Judiciária Federal em que distribuída a ação. Aguarda julgamento do agravo legal. Está previsto para julgamento em 4/4/22.		
5006457-23.2017.4.03.6183	29/11/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 17/1/2020. Em 17/2/2020 foi proferida decisão terminativa pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, dando provimento à apelação da parte autora. Aguarda julgamento do agravo legal do INSS.		
5005182-68.2019.4.03.6183	27/2/2020	198-Apelação Cível
Distribuído em 3/3/2020. Na mesma data foi proferida decisão terminativa pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, negando provimento à apelação do INSS. Aguarda julgamento do agravo legal do INSS.		
5005766-89.2021.4.03.0000	19/3/2021	1727-Petição Criminal
Petição criminal (sigilo absoluto) em tramitação.		
5017789-04.2020.4.03.0000	1º/7/2020	1727-Petição Criminal
Petição criminal (sigilo absoluto) em tramitação.		
5033021-56.2020.4.03.0000	9/12/2020	1727-Petição Criminal
Petição criminal (sigilo absoluto) em tramitação.		
5019074-95.2021.4.03.0000	19/8/2021	120-Mandado de Segurança Cível
MS impetrado em 19/8/2021. Julgado em 17/2/2022. Transitada em julgado em 21/3/2022. Arquivado definitivamente em 24/3/2021.		
5022403-18.2021.4.03.0000	24/9/2021	221-Conflito de competência
Conflito de competência (sigilo absoluto) em tramitação.		
5022135-95.2020.4.03.0000	7/8/2020	279-Inquérito Policial
Inquérito judicial (sigilo absoluto) em tramitação.		
0000126-85.2015.4.03.6117	8/6/2017	198-Apelação Cível
Relatoria Dr.Newton. Julgado 6/12/21. Desentranhado doc.Id.164854077 em 13/12/21. Remetido ao gabinete da Dra.Therezinha p/ acórdão. PJe não permitiu assinatura. Frustradas tentativas de resolução, aberto chamado n. 10449742. Resolvido em 4/2/22. Acórdão prolatado em 5/2/22. Em prazo p/ partes.		
0020088-59.2013.4.03.9999	18/7/2013	198-Apelação Cível

Relatoria Dr.Newton. Julgado 6/12/21. Desentranhado doc.Id.164918449 em 13/12/21. Remetido ao gabinete da Dra.Therezinha p/ acórdão. PJe não permitiu assinatura. Frustradas tentativas de resolução, aberto chamado n. 10449742. Resolvido em 4/2/22. Acórdão prolatado em 5/2/22. Em prazo p/ partes.		
5233326-32.2020.4.03.9999	24/4/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Rel.Des.Fed.Newton de Lucca. Julg. 6/12/21. Desentranhado doc.Id.178516568 em 13/12/21. Remessa autos ao gabinete para lavratura acórdão. PJe não permitiu assinatura; aberto chamado técnico, resolvido 4/2/22. Acórdão de 5/2/22; E.Decl opostos em 11/2/22, Decurso de prazo 10/3/22.		
5253552-58.2020.4.03.9999	19/5/2020	198-Apeleção Cível
Relatoria Dr.Newton. Julgado 6/12/21. Desentranhado doc.Id.179003228 em 13/12/21. Remetido ao gabinete da Dra.Therezinha p/ acórdão. PJe não permitiu assinatura. Frustradas tentativas de resolução, aberto chamado n. 10449742. Resolvido em 4/2/22. Acórdão prolatado em 5/2/22. Em prazo p/ partes.		
0020715-87.2018.4.03.9999	31/8/2018	198-Apeleção Cível
Distribuído em 12/9/2019. Processo digitalizado em 23/7/2019. Despacho, em 12/9/2019, para ciência da digitalização dos autos físicos. Aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
0007394-55.2016.4.03.6183	1º/3/2019	198-Apeleção Cível
Distribuído em 24/5/19. Julgado 19/8/19, dando parcial provimento ao recurso da parte. Em 27/1/20, proferido despacho da Des. Fed. Diva Malerbi, suspendendo os autos por recurso especial repetitivo, Tema 1031 STJ. Levantamento da suspensão em 2/3/21. Aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
5000997-55.2017.4.03.6183	16/4/2019	198-Apeleção Cível
Distribuído em 10/6/2019. Julgado em 5/8/2019, dando parcial provimento a apelação. Previsão para julgamento dos embargos de declaração em 23/5/2022.		
5000351-43.2018.4.03.6140	10/6/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Distribuído em 2/10/2019. Proferida decisão terminativa pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, dando provimento à remessa oficial e à apelação do INSS para julgar improcedente o pedido. Aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
5788124-17.2019.4.03.9999	27/6/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Distribuído em 10/9/2019. Julgado em sessão de 4/11/2019, não conhecendo do reexame necessário e dando parcial provimento à apelação do INSS. Em 30/3/2020, foi proferido decisão pela Desembargadora Federal Diva Malerbi para sobrestamento (Tema 1031). Aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
5937333-60.2019.4.03.9999	3/8/2019	198-Apeleção Cível
Distribuído em 31/10/2019. Em 22/11/2019, foi proferido despacho solicitando mídias digitais. Em 16/12/2019 foi proferida decisão terminativa pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, negando provimento a apelação da parte autora. Aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
5155309-79.2020.4.03.9999	7/2/2020	198-Apeleção Cível
Distribuído em 2/4/2020. Julgado em sessão realizada em 23/11/2020, nego provimento à apelação da parte autora. Aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
5522009-95.2019.4.03.9999	15/4/2019	198-Apeleção Cível

Distribuído em 22/4/2020. Em 17/12/2020, proferida decisão deferindo parcialmente a antecipação da tutela requerida, determinando ao INSS a imediata implantação do benefício. Aguarda julgamento.		
5595845-04.2019.4.03.9999	4/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 14/6/2019. Aguarda julgamento.		
5610147-38.2019.4.03.9999	7/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 18/6/2019. Juntada mídia digital em 20/8/2019. Aberto chamado 10469469 em 25/3/2022, para corrigir problema de visualização na pasta, chamado resolvido. Aguarda julgamento.		
5609459-76.2019.4.03.9999	7/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 24/6/2019. Petição juntada em 11/11/2020. Aguarda julgamento.		
5618523-13.2019.4.03.9999	10/5/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 24/6/2019. Juntada mídia digital em 15/8/2019. Aguarda julgamento.		
5000353-48.2019.4.03.6117	24/6/2019	198-Apelação Cível
Distribuído em 26/6/2019. Aguarda julgamento.		
5639733-23.2019.4.03.9999	15/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 2/7/2019. Aguarda julgamento.		
5694408-33.2019.4.03.9999	28/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 31/7/2019. Juntada mídia digital em 29/8/2019. Incluído em sessão de 6/4/2020, adiado para sessão de 1º/6/2020, retirado de pauta e aguarda julgamento.		
5704159-44.2019.4.03.9999	31/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 8/8/2019. Aguarda julgamento.		
5732547-54.2019.4.03.9999	7/6/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 20/8/2019. Juntada petição em 25/11/2020. Aguarda julgamento.		
5055707-86.2018.4.03.9999	2/10/2018	198-Apelação Cível
Distribuído em 21/11/2018. Em 26/11/2018 proferido despacho solicitando mídias ao juízo de origem. Em 7/8/2019 preferido despacho reiterando a solicitação de mídias. Juntada de mídias em 2/9/2019. Aguarda julgamento.		
5075609-25.2018.4.03.9999	6/12/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 3/1/2019. Em 27/2/2019 proferido despacho para que a parte autora apresente cópia integral do processo administrativo relativo ao benefício 42/157.835.192-5. Juntada de peças em 31/5/2019. Aguarda julgamento.		
5072237-68.2018.4.03.9999	5/12/2018	198-Apelação Cível
Distribuído em 27/12/18. Em 5/2/19 proferido despacho para que a parte apresente Certidão de Tempo de Contribuição. Em 26/3/2019, despacho para conceder prazo adicional. Em 17/6/19, novo despacho para que a parte apresente o documento. Juntado de certidão em 21/6/19. Aguarda julgamento.		
5008062-67.2018.4.03.6183	31/7/2018	198-Apelação Cível
Distribuído 13/9/18. Em 2/10/18 despacho p/remessa à Divisão de Cálculos. Em 20/5/19, despacho p/ ciência dos cálculos. A parte autora juntou peças e pediu envio à contadoria. Em		

19/9/19, despacho p/ a parte promover juntada de peças do processo 001267-72.2014.4.03.6183. Aguarda julgamento.		
5080228-95.2018.4.03.9999	6/12/2018	198-Apeação Cível
Distribuído em 21/12/2018. Em 5/2/2019 foi proferido despacho para encaminhamento para Divisão de Cálculos do Tribunal. Aguarda julgamento.		
0008454-05.2012.4.03.6183	17/9/2014	198-Apeação Cível
Distribuído em 14/9/2019. Proferido despacho para que a parte autora manifeste-se acerca da representação processual, em razão do falecimento do advogado comunicado em outros processos, e ciência da digitalização em 18/3/2022. Em prazo para manifestação das partes.		
0034743-65.2015.4.03.9999	15/9/2015	198-Apeação Cível
Distribuído em 22/5/2019. Processo digitalizado em 27/6/2019. Despacho, em 20/9/2019, para ciência da digitalização dos autos físicos. Aguarda julgamento.		
0004460-19.2016.4.03.6121	3/12/2019	199-Remessa Necessária Cível
Distribuído em 19/2/2020. Retirado de Pauta de 27/4/2020. Aguarda julgamento.		
0002197-67.2013.4.03.6105	27/2/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária
Processo físico distribuído em 25/6/19. Digitalizado em 27/6/19. Proferida decisão terminativa pela Des. Fed. Diva Malerbi, negando seguimento a apelação, mantendo-se a sentença. Em julgamento de agravo interno em sessão de 7/3/22, foi negado provimento. Encontra-se em prazo p/ manifestação.		
5000527-87.2020.4.03.6128	22/6/2020	199-Remessa Necessária Cível
Distribuído em 26/6/2020. Aguarda julgamento.		
0004600-93.2015.4.03.9999	19/2/2015	198-Apeação Cível
Distribuído em 16/2/2022. Despacho 18/3/22 para ciência da digitalização dos autos físicos, está em prazo para manifestação das partes.		
5004141-32.2020.4.03.6183	22/9/2020	199-Remessa Necessária Cível
Distribuído em 5/10/2020. Aguarda julgamento.		
0041438-35.2015.4.03.9999	4/11/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária
Distribuído em 30/9/2020. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos em 1º/10/2020. E despacho para manifestação do MPF, em 24/2/2022. Previsão para julgamento em 9/5/2022.		
0023670-62.2016.4.03.9999	26/7/2016	198-Apeação Cível
Distribuído em 17/12/2020. Processo digitalizado em 28/9/2021. Despacho, em 18/3/2022, para ciência da digitalização dos autos físicos. Em prazo para manifestação das partes.		
0000457-66.2013.4.03.6140	19/6/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária
Distribuído em 11/11/2020. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos, em 8/1/2021. Previsão para julgamento em 9/5/22.		
0001005-07.2011.4.03.6126	27/3/2012	198-Apeação Cível
Distribuído em 11/9/2020. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos, em 8/1/2021. Previsão para julgamento em 9/5/22.		
0001015-16.2007.4.03.6183	2/10/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária

Distribuído em 14/9/2020. Restauração de autos. Julgado restaurado os autos em 22/3/22. Em prazo para manifestação das partes.		
0001093-45.2011.4.03.6126	4/10/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 8/1/2021. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos, em 8/1/2021. Previsão para julgamento em 9/5/22.		
0005720-81.2004.4.03.6112	6/2/2009	198-Apelação Cível
Distribuído em 15/7/2020. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos, em 8/1/2021. Julgado restaurado os autos em 22/3/2022.		
0006881-73.2005.4.03.6183	16/4/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 25/9/2020. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos, em 8/1/2021. Julgado restaurado os autos em 22/3/22. Em prazo para manifestação das partes.		
0008781-74.2014.4.03.9999	28/3/2014	198-Apelação Cível
Distribuído em 21/7/2020. Proferido despacho para apresentação de peças para restauração de autos, em 8/1/2021. Previsão para julgamento em 9/5/22.		
5020398-57.2020.4.03.0000	23/7/2020	120-Mandado de Segurança Cível
MS impetrado em 23/7/2020. Liminar indeferida em 11/12/2020. Prestadas informações pelo Juízo a quo em 25/2/2021. Parecer do MPF juntado em 26/2/2021. Julgado em 4/2/2022. Transitada em julgado e arquivado definitivamente em 8/3/2022.		
0028158-36.2011.4.03.9999	11/7/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 7/10/2019. Processo digitalizado em 21/9/2021. Despacho, em 18/3/2022, para ciência da digitalização dos autos físicos. Em prazo para manifestação das partes.		
0044958-08.2012.4.03.9999	8/11/2012	198-Apelação Cível
Distribuído em 8/11/2012. Processo digitalizado em 24/9/2021. Despacho, em 18/3/2022, para ciência da digitalização dos autos físicos. Em prazo para manifestação das partes.		
0002945-69.2007.4.03.6183	8/6/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo pertence ao Gab. 29 - Juiz Convocado Denilson Branco (Gabinete 29/Desembargador Federal/8ª Turma)		
0003346-27.2011.4.03.9999	8/2/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 28/4/2020. Processo digitalizado em 24/9/2021. Despacho 18/3/22 para ciência da digitalização dos autos físicos, está em prazo para manifestação das partes.		
0002830-07.2011.4.03.9999	27/1/2011	198-Apelação Cível
Distribuído em 28/4/2020. Processo digitalizado em 24/9/2021. Despacho, em 18/3/22, para ciência da digitalização dos autos físicos, está em prazo para manifestação das partes.		
0029669-40.2009.4.03.9999	18/8/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Distribuído em 7/10/2019. Processo digitalizado em 28/9/2021. Despacho, em 18/3/2022, para anotação da nova representação processual e ciência da digitalização dos autos físicos. Em prazo para manifestação das partes.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 73 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos os processos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5002464-33.2018.4.03.6119	5000353-48.2019.4.03.6117	5704159-44.2019.4.03.9999
5732547-54.2019.4.03.9999	0023670-62.2016.4.03.9999	

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 365 dias):

5229071-31.2020.4.03.9999	5187175-08.2020.4.03.9999	5003157-87.2018.4.03.6128
5002384-71.2018.4.03.6183	5004730-92.2018.4.03.6183	5002528-79.2017.4.03.6183
5595845-04.2019.4.03.9999	5002522-38.2018.4.03.6183	5522009-95.2019.4.03.9999
5618523-13.2019.4.03.9999	5610147-38.2019.4.03.9999	5609459-76.2019.4.03.9999
5694408-33.2019.4.03.9999	5075609-25.2018.4.03.9999	5639733-23.2019.4.03.9999
5055707-86.2018.4.03.9999	5080228-95.2018.4.03.9999	5072237-68.2018.4.03.9999
5008062-67.2018.4.03.6183	5000527-87.2020.4.03.6128	0004460-19.2016.4.03.6121

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida pela Desembargadora Therezinha Cazerta e pelos assessores Paulo R. Serraglio Júnior e Matheus H. de Paiva Carvalho, que exercem, respectivamente, os cargos de assessor e chefe de gabinete. Após as apresentações iniciais, as entrevistas foram conduzidas de forma separada, com a Desembargadora e com sua assessoria, tendo havido excelente disposição para os esclarecimentos que foram solicitados e tendo sido relatado o que segue:

- Contextualização:

Inicialmente, foi relatada situação vivenciada pela unidade – já na inspeção anterior – com relação à distribuição dos feitos de competência do Órgão Especial, mais especificamente, a ação penal da operação Westminster, a qual inclui seis crimes, com oito réus, muitos dos quais se encontravam presos durante a fase de instrução e que possui vários incidentes relacionados. A indigitada instrução do feito criminal aconteceu de março a dezembro do ano de 2020, tendo mobilizado de forma praticamente exclusiva, cinco servidores da unidade, dentre eles o assessor, o chefe de gabinete e o denominado “segundo assessor”, servidor titular de FC6, com reconhecida experiência na Corte, inclusive na matéria criminal. Trata-se de processos de extrema complexidade, com um volume de informação que atinge a marca de 90.733 páginas em um único feito (sem considerar as mídias).

Segundo a análise dos gestores, a situação supra narrada impactou de forma acentuada o andamento do gabinete, repercutindo nas estatísticas e resultados, assim

como na própria gestão como um todo. Como exemplo disso, foi comentado o crescimento abrupto do acervo, já constatado na inspeção anterior, o qual prosseguiu de forma acentuada durante o ano de 2020 e que, somente no decorrer do ano de 2021, com o final da fase instrutória da mencionada ação criminal, quando foi possível reduzir a mobilização inicial exigida pela matéria penal, foi possível ser contido.

A fim de implementar as recomendações feitas na inspeção anterior, foram realizadas alterações estruturais na unidade. Segundo narrado pelos gestores – servidores que já atuaram na administração da Corte – foi preciso além de acolher as indicações do CJF, apurar suas maiores fragilidades e incentivar a participação dos demais servidores, igualmente experientes, na busca das soluções. Foi possível agregar servidores novos como forma de revigorar a equipe, aliando experiência e energia, de forma a alavancar a produtividade e alcançar as metas da unidade. Em destaque, foi colocado que o cumprimento de metas do CJF recebeu *status* de compromisso assumido pela equipe. Não obstante, os gestores deixaram bastante evidenciado que o propósito maior continua sendo reduzir o tempo de tramitação dos processos no Tribunal.

- Plano de trabalho implementado:

Os servidores lotados na unidade foram divididos em equipes, a saber:

- a) Equipe de invalidez: 4 servidores, responsáveis pelos benefícios decorrentes de incapacidade, sobretudo aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.
- b) Equipe das aposentadorias por tempo de serviço: 4 servidores.
- c) Agravos de Instrumento: 1 servidor.

Com relação aos agravos de instrumento foi esclarecido que, inicialmente, estavam sob a responsabilidade de uma servidora de reconhecido conhecimento e experiência na matéria, a qual precisou ser deslocada para a 3ª seção, em auxílio ao assessor Paulo, que prosseguiu na dedicação aos processos criminais. Com a nova divisão de tarefas, os agravos foram assumidos pelo assessor 2 (FC6), servidor igualmente qualificado, com experiências anteriores como gestor e que, quando necessário, atende conjuntamente, outras atribuições.

a) Equipe residual: 4 servidores que são responsáveis pelo andamento das apelações em matérias diversas – pensão, benefício assistencial, rural, etc. Foi registrado que dois, dentre estes quatro servidores, necessitam de frequentes afastamentos devido a situações de saúde específicas.

b) Um servidor faz a triagem dos processos de forma totalmente manual e movimentação administrativa. Existe uma tabela de classificação, com divisões em matérias a fim de orientar a triagem e localização dos feitos. Existe um cuidado prévio com relação à admissibilidade recursal e, sempre que possível, quando identificada ausência de requisitos já é feita a decisão monocrática pertinente.

As minutas são todas revisadas pelos gestores.

- Processos antigos, preferências legais, ouvidoria

O controle dos processos antigos é feito mediante tabelas do excel, alimentadas manualmente, utilizadas como relatório gerencial, diante das dificuldades de geração de relatórios com dados precisos no sistema eletrônico PJe. Nessa tabela, além dos feitos com protocolo mais antigo, são inseridos os processos consultados pela ouvidoria ou encaminhados pelo CJF. De forma imediata é atribuída uma data máxima para julgamento e são encaminhados aos gestores das equipes para ser providenciado o julgamento conforme a previsão já determinada.

- Trabalho a distância

Em razão da pandemia, o teletrabalho passou a ser prestado pela totalidade dos servidores. De início foram necessárias algumas adaptações, porém com o desenvolvimento da experiência, foi constatado ganho substancial na produtividade e grande satisfação dos servidores.

Existe plano de trabalho individualizado para cada servidor em processo SEI. No plano de trabalho são definidas as metas de produtividades, com o devido acréscimo no caso do trabalho a distância.

O controle é realizado pelo chefe de gabinete, mediante planilha elaborada manualmente, na qual são inseridas as seguintes informações: número de minutas/ dia, número de minutas/mês, número de dias úteis no mês, nível de dificuldade de cada processo minutado, dias de afastamento motivado e observações quanto ao cumprimento das metas. Existe também um acompanhamento de produtividade por tarefas no PJe.

Na avaliação dos gestores da unidade, o teletrabalho teve fundamental importância no crescimento da produtividade no último ano, que, por sua vez, estancou o crescimento verificado no acervo anteriormente.

De ser registrado que o espaço físico do gabinete apresenta desconforto evidente aos servidores decorrente de problemas estruturais no único sanitário disponível.

- Boas práticas e sugestões

Como boas práticas, informado o tratamento dado aos processos criminais, os quais possuem conclusão obrigatória. Os feitos da matéria penal não retornam para a secretaria, tendo em vista a possibilidade de acompanhamento de petições ou diligências determinadas, sobretudo quando existe alto grau de sigilo, porquanto agiliza a tramitação e resolução de incidentes pelo próprio gabinete.

Foi sugerida pela equipe o incremento do processo de contratação de estagiários de nível superior, tendo em vista que o atual sistema não favorece a seleção de estagiários que possam contribuir de forma mais efetiva com a unidade.

Sugerida a manutenção do teletrabalho tanto quanto possível, em razão do ganho evidenciado, tanto com relação à produtividade quanto para o bem-estar e satisfação dos servidores.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 3.017 em 2020 para 5.515 em 2022). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior à inspeção eram 5.434 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.515.

Verifica-se que o total de embargos de declaração conclusos aguardando julgamento há mais de 30 dias reduziu de 85, na última inspeção, para 77, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado o quadro com o da inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. O fluxo processual nos últimos 12 meses foi de 3.818 processos distribuídos e 3.700 processos julgados. No entanto, foi possível a baixa de 4.056 processos.

Considerando o volume de feitos distribuídos e julgados no ano anterior ao da inspeção é possível constatar que a Meta 1/CNJ foi cumprida, tendo sido distribuídos 3.778 processos e julgados 3.877, sendo que os números parciais, referentes ao ano em curso, revelam maior número de feitos julgados que distribuídos.

Os dados também revelam o cumprimento da Meta 2/CNJ, nas suas edições 2021 e 2022.

Quanto à Meta 4/2021 do CNJ, não há processos pendentes de julgamento e, quanto à Meta 4/2022 do CNJ há dois processos criminais distribuídos até 31/12/2019 ainda não julgados. Trata-se de processos vinculados à operação de grande porte, denominada Westminster, com trâmite originário no TRF e com inúmeros desdobramentos em medidas cautelares, instrução diretamente pelo gabinete, além de diversas ações penais conexas, com julgamentos de grande extensão e complexidade. Uma parte representativa da força de trabalho, incluídos aí os dois assessores do gabinete, vem sendo absorvida no processamento da operação, já que se trata de gabinete cível (o processo é de competência do órgão especial, de que participa a Desembargadora), sem estrutura própria de secretaria, que se dedica aos atos necessários para a tramitação das investigações e ações penais, que tramitam em segredo de justiça. Além dos assessores, há, pelo menos um servidor dedicado permanentemente ao processamento desses feitos e, sempre que necessário, mais dois servidores do gabinete são destacados para atuação.

Parece importante registrar que a magnitude dessa operação impacta na potencial produtividade do gabinete que, além de dedicar parte expressiva de sua força de trabalho

ao respectivo tratamento, atualmente se encontra com quadro de pessoal bastante reduzido. Embora a lotação seja de 17 servidores, dois deles são agentes de segurança, não envolvidos com a produção de minutas de votos; há dois servidores em licença saúde e uma servidora que recentemente retornou da licença, estando em fase de readaptação.

Ainda assim, além do cumprimento das metas de produtividade do CNJ, os dados revelam que o gabinete vem obtendo resultados expressivos na redução da antiguidade do acervo de processos, que está concentrado entre os feitos distribuídos a partir de 2019.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses.

Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

De registrar que há controles próprios, em planilhas e gráficos, utilizados como estratégias para superar as limitações ainda existentes na automatização de rotinas e controles, no sistema processual, a exigir, em várias situações, a alimentação manual de informações para totalização posterior.

Na inspeção de 2020 foram feitas algumas recomendações relativas ao tratamento de feitos específicos e outras de caráter gerencial. Sobre as últimas, o gabinete informou todas as iniciativas adotadas para o seu atendimento, pontuando, quanto à adoção de política de recompensas, que vem adotando a possibilidade do teletrabalho, para os servidores, nos limites autorizados nos atos normativo. Quanto às ferramentas de monitoramento do acervo e da produtividade, foi informado que ainda são limitadas, apresentando inconsistências, bem como que o PJe não conta, ainda, com ferramentas eficazes para tanto, o que conduziu à criação de mecanismos de controle pelo próprio gabinete, através de planilhas e gráficos. Quanto à realização de cursos para atualização da equipe em matéria previdenciária, o gabinete informa que algumas dificuldades decorrentes da pandemia não permitiram a participação. Esta última recomendação vinculava-se ao contexto em que se dava a inspeção de 2020, quando os servidores, que vinham de outras áreas, passavam a atuar no Previdenciário. Atualmente, embora a capacitação sempre deva ser uma meta, foi possível constatar que diante do tempo decorrido e da experiência adquirida/readquirida, a equipe se encontra aclimatada à matéria. Sobre a recomendação para o tratamento de feitos específicos, foi atendida.

A equipe do gabinete, comandada pela Desembargadora Therezinha Cazerta e pelos assessores Paulo R. Serraglio Júnior e Matheus H. de Paiva Carvalho, mantém bom clima organizacional. Há um esforço no sentido compatibilizar os atuais desafios decorrentes do acervo e da distribuição de processos com o tratamento dos feitos criminais.

Durante a entrevista foi apontada a importância do teletrabalho como estratégia para a manutenção e aumento da produtividade, tendo sido registrada a preocupação

com a manutenção dos servidores motivados e dispostos a permanecer na atividade-fim, diante dos desafios atualmente vivenciados pela equipe.

A equipe tem, atualmente, diante de si, um acervo de processos superior ao da inspeção de 2020, bem como o desafio de dar tratamento adequado, em conjunto com as competências em matéria previdenciária, a feitos criminais de grande complexidade, de competência originária do TRF3, para os quais não dispõe de quadro de pessoal específico.

As medidas gerenciais e de execução que vêm sendo adotadas, porém, têm potencial para reduzir o acervo, cuja característica, em termos de antiguidade, já vem se modificando, diante dos esforços empreendidos – os resultados são captados nas estatísticas - para o cumprimento das metas de produtividade.

35. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, as pendências que remanescem, ou não dizem respeito ao andamento de feitos específicos ou dependem de modificações no sistema processual, ou, ainda, se encontram prejudicadas pelo atual contexto de trabalho da equipe, que se dedica, paralelamente, à matéria previdenciária e criminal.

Em tais condições, e diante do quanto observado na inspeção, recomenda-se ao gabinete:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Manter o bom clima organizacional e os esforços para a redução do acervo de processos do gabinete;
- c) Que sejam empreendidos esforços para dotar o gabinete, ainda que provisoriamente, na medida do possível, de um ou dois servidores com experiência no tratamento de processos criminais ou previdenciários, enquanto estiverem sob a jurisdição da Desembargadora Therezinha, os feitos originários da Operação Westminster, reforçando-se, ainda, a equipe, na medida do possível, com a contratação de estagiários.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO DENILSON BRANCO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Convocado Denílson Branco (Gabinete 3081).

2.2 Turma

Oitava Turma.

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da Primeira Seção (Regimento Interno, artigo 10, § 3º).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Convocado Denílson Branco, desde 7/3/2022 (Ato Pres 3.846/2022).

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. O Juiz Federal José Denilson Branco, Titular da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santo André/SP, foi convocado para atuar neste Tribunal no Gabinete n. 3081, da 8ª Turma/3ª Seção, por meio do Ato PRES 3846, datado de 7 de março de 2022 e com efeitos a partir dessa data, em razão da remoção do Desembargador Federal Mairan Maia para a 6ª Turma/ 2ª Seção - Gabinete 2061.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim. Desembargador Federal Luiz Stefanini de 22/2/2015 até 1º/3/2022.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)
Emanuelle Vieira Giancoli - Chefe de Gabinete; João Pedro Wamosy Ribeiro de Souza Soares - Assessor

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Outros	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	10.722
Processos suspensos/sobrestados	366
Processos conclusos	8.386
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	10.722
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	12.223
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	8.386
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	9.517
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	366
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	557

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	98
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	6
Reclamações	2
Ações rescisórias	80
Outros	8

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	10.624
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	9
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.290
Outros	9.325

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	10.624
Apelações cíveis	9.986
Agravos de instrumento	570
Outros	68

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas Corpus	Não se aplica.
Revisões criminais	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica.
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica.
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica.
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas Corpus	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	476
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	379
Agravos legais/regimentais	110
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	101
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	15
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	14

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	66
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	44

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	150
3º ano anterior	4.793
4º ano anterior	2.519
5º ano anterior ou mais antigo	1.165

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	383
2º ano anterior	2.760
3º ano anterior	3.310
4º ano anterior	1.688
5º ano anterior	781
6º ano anterior ou mais antigo	292

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	373
Ano anterior	2.101
2º ano anterior	1.833
3º ano anterior	2.211
4º ano anterior	1.095
5º ano anterior	493
6º ano anterior	88
7º ano anterior ou mais antigo	47

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.543
Total de Processos julgados	4.219
Total de Processos baixados	5.036
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-676
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.493

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	63
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.593
Processos julgados no ano anterior	4.944
Processos distribuídos no ano corrente	315
Processos julgados no ano corrente	555

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8.663
Pendentes em 31/12/2021	145
Porcentagem de atendimento da meta	98,24%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Meta Cumprida em 104,46%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8.722
Pendentes no último dia do mês anterior	467
Porcentagem de atendimento da meta	94,64%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.652
Pendentes no último dia do mês anterior	956
Porcentagem de atendimento da meta	86,82%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.
------------------------------------	----------------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	76,23%
Taxa de congestionamento em 2021	73,91%
Taxa de congestionamento em 2022	69,37%

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Pendentes em 31/12/2021	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Não se aplica.
---	----------------

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Não se aplica.

5.17 Meta 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no mês anterior	Não se aplica.
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) instituir política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico; b) estabelecer metas individuais mistas, que contemplem um número de processos antigos e de processos de menor complexidade; c) manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido; d) checar a regularidade do acervo, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio; e) formalizar expediente para submissão à Presidência para a reposição de servidores, considerada a natureza dos feitos em questão e o volume do acervo; f) solicitar cursos na área previdenciária para aprimoramento e desenvolvimento dos servidores; g) cumprir recomendações do item 11 do Relatório e regularizar os feitos da inspeção anterior.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado, tendo em vista que o Sr. Juiz Convocado Denilson Branco assumiu o Gabinete 3081 no dia 7/3/2022 (Ato Pres 3846). Todavia, informamos que, após 7/3/22, foram pautados 195 processos, a maioria referente a embargos de declaração e retratações, e estão sendo proferidas uma média de 17 decisões monocráticas por dia útil, bem como uma média de 6 despachos por dia útil.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado, tendo em vista que o Sr. Juiz Federal Convocado Denilson Branco assumiu o Gabinete 3081 no dia 7/3/2022 (Ato Pres 3846).

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As metas aplicáveis são: Meta 1/CNJ, Meta 2/CNJ. A Meta 1 foi integralmente cumprida em 196,81%. A Meta 2 foi cumprida em 86,82%. Considerando que o Exmo. Juiz

Federal Denílson Branco foi convocado para atuar no Gabinete a partir de 7 de março de 2022 (Ato PRES n. 3846), temos como iniciativas planejadas para o cumprimento das metas: a) triagem dos processos observando a antiguidade de distribuição, processos que integram a Meta 1 e 2 do CNJ, prioridades legais e pedido de tutelas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Adoção de boas práticas: a) trabalho em equipe, priorizando o diálogo e o bem estar dos servidores; b) realização e incrementação da triagem dos processos que chegam no fluxo triagem ou no fluxo recebidos da unidade; c) criação de grupos de trabalho, especializando os servidores por matéria; d) manutenção do teletrabalho, priorizando as metas individuais (superiores aos do trabalho presencial) e supervisão da chefia; e) criação de frentes de trabalho que possam atuar em processos novos e outra com processos antigos. Dificuldades: i) adaptação dos servidores, pois a equipe atual está lotada no Gabinete desde 1º/2/2022, vindo de outros gabinetes ou setores administrativos, inclusive com matéria diversa da previdenciária; ii) adaptação aos processos digitalizados; iii) assimilação do modo de triagem feito pela equipe anterior, que ficou no Gabinete até 6/3/2022 e correspondente adaptação ao plano de trabalho adotado pelo magistrado atual.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Emanuelle Vieira Giancoli; João Pedro Wamosy Ribeiro de Souza Soares.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A organização do trabalho é feita por divisão de grupos em frentes de trabalho para análise de matérias específicas, considerando a qualificação técnica do servidor. Existe um servidor destinado exclusivamente para a triagem dos processos e movimentação para os fluxos específicos.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Atualmente, em razão da pandemia e em atendimento à determinação da E. Presidência, três servidores estão em trabalho presencial. Os demais estão em regime de teletrabalho extraordinário.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Servidores que optaram pelo teletrabalho integral - 9 Servidores; que optarem pelo trabalho presencial – 4; Servidores que optaram pelo teletrabalho híbrido – 4.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A fixação das cotas é feita levando em consideração a matéria a ser executada e a capacidade técnica do servidor, visando a isonomia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é feita mensalmente. No entanto, priorizamos o diálogo entre a chefia e os servidores, devendo ser modificada a cota conforme a necessidade do gabinete e o bem estar do servidor. Há, também, casos em que a complexidade da lide, por vezes não percebida já na triagem prévia, recomenda que a meta seja revista excepcionalmente. Caso não haja cumprimento da cota, deverá ser verificada a necessidade de troca de matéria, bem como a mudança/retirada da função comissionada.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não existem mais processos físicos no gabinete. Todos os processos conclusos foram digitalizados.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos físicos já digitalizados, que ainda não foram remetidos à primeira instância, ficam guardados nos armários do Gabinete, aguardando oportuna remessa.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é feito por meio de triagem dos processos que chegam tanto pelo filtro "Triagem" como pelo filtro "Recebidos da Unidade Processante". Eles são identificados pela matéria, tipo de incidente (embargos declaratórios e agravos internos, se houver), meta (se houver), tipo de prioridade (se houver) e etiquetados com essas informações, inclusive com a identificação do nome do servidor responsável pela análise e providências. Quando encaminhados para outros setores, a eles cabe o atendimento tempestivo das providências ordinatórias ou judiciais.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

São estipuladas metas individuais, considerando a qualificação do servidor e a matéria por ele executada e metas coletivas quando ocorrem mutirões dentro do próprio gabinete incidindo sobre determinada matéria com o fim de reduzir o acervo.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Ainda não foram estipuladas recompensas vinculadas às metas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os feitos com prioridade legal ou relativos às metas do CNJ são identificados e já encaminhados para os servidores responsáveis.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. São priorizados os processos que comportam decisões monocráticas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos aprovados são inseridos no sistema PJe para melhor facilidade e padronização das decisões. Para cada matéria é, na medida do possível, desenvolvido modelo genérico, devendo ser inserido o caso concreto.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Primeiramente, é incentivado o diálogo com a chefia, para que os servidores possam partilhar suas eventuais dificuldades. É feito, ainda, um acompanhamento da produtividade e qualidade das minutas, para verificação de necessidade de eventual capacitação.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento é feito por meio de triagem/etiquetas identificando as matérias que se encontram sobrestadas e encaminhados para a Secretaria com a respectiva decisão de sobrestamento. Sobrestados por determinação de tribunais superiores* (190 total): Temas 692/STJ; 732/STJ; 896/STJ; 979/STJ; 982/STJ; 1011/STJ; 1018/STJ; 1050/STJ; 1083/STJ; 1095/STJ; 1102/STJ; 616/STF. * (sem considerar processos com decisão de sobrestamento com prazo em curso para eventual recurso).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Prejudicado, tendo em vista que o Sr. Juiz Federal Convocado Denilson Branco assumiu o Gabinete 3081 no dia 7/3/2022 (Ato Pres 3846). Todavia, informamos que, após 7/3/22, foram pautados 195 processos, a maioria referente a embargos de declaração e retratações.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Na elaboração das minutas de decisões e votos, os servidores são orientados a, periodicamente, pesquisarem a jurisprudência, inclusive sobre temas pacíficos, para verificação sobre eventual mudanças de posicionamentos. Também, a chefia acompanha a pauta das sessões de julgamento.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Pelo painel do PJe (Processo Judicial Eletrônico). Os processos inseridos na pauta virtual ficam disponíveis antes e durante a data prevista para a respectiva sessão, e os magistrados votam eletronicamente, podendo inserir declarações de voto, divergências ou simplesmente declarar que acompanham o relator ou outra divergência já anunciada.

28. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão é conversado entre o Magistrado e a chefia do Gabinete, e depois repassado aos servidores.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Satisfatório.
b) gestão do trabalho	Satisfatório.
c) resultados	Satisfatório.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo mediato é a baixa gradativa do acervo e julgamento dos processos mais antigos, o que, segundo o planejamento determinado, será orientado pela otimização da triagem (etiquetagem correta acerca da matéria, pré-análise do pedido e colocação de lembretes e/ou relatório), resolução de processos mediante decisões monocráticas (nos casos admitidos), bem como julgamento de processos com teses pacificadas por meio de repercussão geral, recursos repetitivos e jurisprudência consolidada dos tribunais superiores ou do próprio tribunal.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Criação de frentes de trabalho, divididas por matérias, priorizando a ordem crescente de complexidade, bem como incrementação da triagem dos processos para identificação das matérias que, com maior segurança, se encaixam em modelos já existentes.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Teletrabalho de forma integral, tendo em vista que tal prática aumentou a produtividade, com a exigência de ir ao ambiente de trabalho conforme a necessidade do serviço. Atendimento dos advogados por meio de videoconferência.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A triagem dos processos, bem como a movimentação para os fluxos específicos com a etiqueta para cada servidor (conforme a matéria) e feita por um servidor específico. O controle é feito diariamente e supervisionado pela chefia a cada 15 dias.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000662-97.2018.4.03.6119	14/2/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 20/4/2022, para negar provimento à apelação do INSS.		
5002142-03.2019.4.03.0000	6/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão, em 19/4/2022, para dar provimento ao agravo de instrumento, para que seja afastada qualquer tentativa de bloqueio cautelar e coercitivo de valores.		
5010487-55.2019.4.03.0000	29/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão, em 25/4/2022, para dar parcial provimento ao agravo de instrumento, para que se refaçam os cálculos com a aplicação da TR, como índice aplicável para fins de correção monetária, nos termos do art. 932, V, do CPC.		
5016494-63.2019.4.03.0000	27/6/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão, em 25/4/2022, para dar parcial provimento ao agravo de instrumento para que o cálculo homologado seja refeito com exclusão dos valores indevidos a título de parcelas de 13º salário do ano de 2017 e de juros de mora anteriores à data da citação.		
5285520-09.2020.4.03.9999	14/7/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 19/4/2022, para negar provimento à apelação da parte autora e dar parcial provimento à apelação do INSS para reduzir a multa diária e fixar prazo para a implantação do benefício.		
5316754-09.2020.4.03.9999	6/9/2020	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Proferido despacho, em 18/4/2022, para abrir vista ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 31 da Lei n. 8.742/93.		
5001627-12.2017.4.03.9999	5/4/2017	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 13/4/2022, para dar provimento à apelação da parte autora, para conceder o benefício de auxílio-reclusão.		
5000672-60.2016.4.03.6104	21/11/2017	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 20/4/2022, para negar provimento à apelação do INSS.		
5000309-57.2018.4.03.9999	23/1/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 2/2/2022, para negar provimento à apelação do INSS. A decisão transitou em julgado em 25/3/2022. Ocorreu a baixa definitiva dos autos em 25/3/2022.		
5000925-32.2018.4.03.9999	15/2/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 19/4/2022, para rejeitar as preliminares aventadas, não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS.		
5000847-38.2018.4.03.9999	9/2/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 28/3/2022, para negar provimento à apelação do INSS e para dar parcial provimento à apelação da parte autora, para fixar a data de início do benefício na data do aprisionamento.		
5003779-96.2018.4.03.9999	29/5/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 4/2/2022, para não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS. Decisão transitou em julgado em 20/4/2022. Baixa definitiva para juízo de origem em 20/4/2022.		
0001918-55.2007.4.03.6117	15/10/2008	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 23/3/2022 determinando a suspensão do processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
0001150-61.2013.4.03.6104	12/11/2015	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0021801-30.2017.4.03.9999	14/7/2017	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0005084-40.2017.4.03.9999	14/2/2017	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
5009457-82.2019.4.03.0000	16/4/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0041326-95.2017.4.03.9999	14/12/2017	1728-Apeação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Proferida decisão, em 22/3/2022, que acolheu os embargos de declaração opostos pela parte autora para sanar a omissão apontada. Aguardando decorrer o prazo legal, para que retornem os autos para apreciação do agravo interno interposto pelo INSS.		
5033282-21.2020.4.03.0000	14/12/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão, em 23/3/2022, para indeferir o pedido formulado em petição, eis que apresentado em desconformidade com o procedimento previsto no art. 21 da Res. 458/2017, do CJF.		
5031328-71.2019.4.03.0000	3/12/2019	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
5019164-06.2021.4.03.0000	19/8/2021	241-Petição Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 24/3/2022, para negar provimento à apelação da autarquia, mantendo-se a r. sentença.		
0011263-34.2011.4.03.6140	4/9/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferido despacho, em 24/3/2022, deferindo prazo de 30 (trinta) dias, para que os herdeiros possam providenciar a autenticação de cópias dos documentos, via cartório extrajudicial, a fim de que sejam anexados ao processo.		
0024435-67.2015.4.03.9999	1º/7/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0026537-91.2017.4.03.9999	25/8/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0025491-77.2011.4.03.9999	24/6/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0024442-71.2010.4.03.6301	25/3/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho, em 13/3/2022, para intimar o INSS acerca dos embargos de declaração opostos pela parte autora (ID 108344409, p. 23/26), nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 27/6/2022.		
0042956-02.2011.4.03.9999	26/10/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0005505-47.2008.4.03.6183	3/8/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0000016-07.2011.4.03.6124	18/4/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		

5000463-46.2016.4.03.9999	14/3/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 29/3/2022, para dar provimento à apelação da parte autora para reformar a r. sentença e conceder o benefício salário-maternidade.		
5000550-02.2016.4.03.9999	17/3/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferido acórdão em sessão realizada em 14/2/2022 que, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso de apelação do INSS.		
5000998-72.2016.4.03.9999	13/4/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 29/3/2022, para negar provimento à apelação da parte autora.		
5002713-52.2016.4.03.9999	21/11/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 29/3/2022, para dar provimento à apelação da parte autora, para reformar a r. sentença e conceder o benefício salário-maternidade.		
5000473-56.2017.4.03.9999	20/2/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 19/4/2022, para dar provimento à apelação da parte autora, para anular a r. sentença, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, para regular prosseguimento do feito.		
5000459-72.2017.4.03.9999	17/2/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 29/3/2022, para dar provimento à apelação da parte autora para reformar a r. sentença e conceder o benefício salário-maternidade. Observação/Providência:		
5000836-22.2017.4.03.6126	20/12/2017	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 25/4/2022, para negar provimento à apelação do INSS.		
5003022-05.2018.4.03.9999	2/5/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 4/2/2022, para não conhecer do reexame necessário e dar parcial provimento à apelação do INSS, para conceder o benefício de auxílio-doença. Decisão transitou em julgado em 20/4/2022. Baixa definitiva para o juízo de origem em 20/4/2022.		
5003588-51.2018.4.03.9999	22/5/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 4/2/2022, para não conhecer da remessa oficial e negar provimento à apelação do INSS. Decisão transitou em julgado em 20/4/2022. Baixa definitiva para juízo de origem em 26/4/2022.		
0028133-81.2015.4.03.9999	17/7/2015	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo autuado no sistema PJe com o n. 0028134-66.2015.4.03.9999. Certidão de trânsito em julgado em 17/6/2020. Baixa definitiva dos autos em 23/7/2020.		
5002896-03.2018.4.03.6103	11/1/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 2/2/2022, para negar provimento à remessa oficial. Decisão transitou em julgado em 25/3/2022. Baixa dos autos para o juízo de origem em 25/3/2022.		
5002261-22.2018.4.03.6103	8/10/2018	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Proferida decisão, em 25/4/2022, para não conhecer da remessa oficial.		
5560756-17.2019.4.03.9999	25/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 19/4/2022, para negar provimento à apelação da parte autora.		
0005784-41.2011.4.03.6114	31/8/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferido despacho, em 21/3/2022, para intimar o INSS, nos termos do art. 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.		
0016986-63.2012.4.03.9999	15/5/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0001149-16.2008.4.03.6116	24/2/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho, em 23/3/2022, determinando ao patrono para apresentar a documentação necessária para a habilitação dos herdeiros.		
0024566-95.1998.4.03.6100	3/1/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 23/3/2022, determinando a suspensão do processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
0013538-80.2005.4.03.6102	20/2/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 23/3/2022 determinando a suspensão do processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
0000500-51.2008.4.03.6116	28/9/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em 23/3/2022 determinando a suspensão do processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
0013524-96.2005.4.03.6102	1º/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 23/3/2022, determinando a suspensão do processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
0013536-13.2005.4.03.6102	26/11/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 23/3/2022, determinando a suspensão do processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
5177256-92.2020.4.03.9999	28/2/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 27/6/2022.		
0000828-37.2009.4.03.6183	4/12/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, em 2/2/2022, para em juízo positivo de retratação, determinar a aplicação dos índices previstos pelo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal em vigor por ocasião da execução do julgado.		

5004823-82.2020.4.03.9999	8/6/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 25/4/2022, para não conhecer da remessa oficial.		
0004793-96.2004.4.03.6183	20/7/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0039690-41.2010.4.03.9999	20/10/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0004207-25.2005.4.03.6183	22/11/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 15/2/2022, para dar provimento à apelação da parte autora para que seja aplicado no cálculo de seu benefício o quanto decidido por ocasião do julgamento do REsp 1554596/SC.		
0039698-67.2000.4.03.9999	18/6/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0005611-80.2003.4.03.9999	19/2/2003	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0002267-57.2004.4.03.9999	23/1/2004	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0003407-58.2006.4.03.9999	6/2/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0000890-87.2003.4.03.6183	31/3/2004	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0004814-09.2003.4.03.6183	9/11/2004	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho, em 25/3/2022, determinando a suspensão do feito para habilitação de herdeiros. Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 27/6/2022.		
0002369-18.2003.4.03.6183	16/8/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0029810-40.2001.4.03.9999	4/5/2001	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
0005004-69.2003.4.03.6183	10/5/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
5017752-40.2021.4.03.0000	3/8/2021	12375-Reclamação
Observação/Providência: Proferida decisão, em 15/3/2022, para indeferir a petição inicial e julgar extinto o processo sem resolução de mérito, com amparo nos arts. 330, III e 485, I, do CPC/2015.		
5020712-66.2021.4.03.0000	8/9/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento a ser realizada em 9/5/2022.		
5028514-18.2021.4.03.0000	16/11/2021	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Proferido Acórdão em sessão realizada em 24/2/2022, para, por maioria, decidir julgar procedente o conflito, para declarar a competência do MMº Juízo da 6ª Vara Federal Previdenciária de São Paulo/SP.		
5024284-30.2021.4.03.0000	13/10/2021	12375-Reclamação
Observação/Providência: Proferida decisão, em 14/3/2022, para indeferir a petição inicial e julgar extinto o processo sem resolução de mérito, com amparo nos arts. 330, III e 485, I, do CPC/2015.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

5028514-18.2021.4.03.0000	5177256-92.2020.4.03.9999
---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias:

5177256-92.2020.4.03.9999	0004814-09.2003.4.03.6183	5316754-09.2020.4.03.9999
0024442-71.2010.4.03.6301		

c) promover o andamento em 30 dias, após o decurso do prazo:

5019164-06.2021.4.03.0000

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida no gabinete, localizado no 23º andar, pelo Juiz Federal Convocado Denílson Branco, pela Chefe de Gabinete Emanuelle Vieira Giancoli e pelo Assessor João Pedro Wamosy R.S. Soares.

Enquanto o Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz reuniu-se com o Juiz Federal Denílson Branco, convocado através do Ato PRES 3846, de 7 de março de 2022, os servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina reuniram-se com os servidores Emanuelle Vieira Giancoli e João Pedro Wamosy R. S. Soares.

O magistrado informou que a unidade elaborou um plano de gestão assim que iniciou a sua recente convocação, sendo priorizada a triagem para identificar a natureza e o perfil dos processos. Foi deliberado que a unidade deveria priorizar a elaboração de decisões monocráticas em matéria de benefícios por incapacidade, aposentadoria especial, agravos de instrumento e processos antigos. O magistrado e sua equipe levantaram o perfil do acervo, tendo verificado que preponderam processos de benefícios por incapacidade e aposentadoria especial, processos estes cujos recursos pendentes deveriam ser julgados com prioridade.

O Magistrado/Gestor ressaltou que a taxa de recorribilidade (agravos internos) em face das decisões monocráticas de matérias pacificadas na turma é da ordem de 20%, demonstrando o êxito do procedimento adotado nesses primeiros dois meses de convocação. Ademais, esclareceu que minuta pessoalmente os processos mais complexos para proporcionar maior produtividade da equipe. Para viabilizar a localização, os processos são etiquetados no PJe com a tarefa “para juiz fazer voto”.

O magistrado frisou ter feito levantamento preliminar das atribuições, habilidades e afinidades dos servidores antes de definir as matérias de responsabilidade de cada um dos integrantes da equipe, visando a aproveitar ao máximo as potencialidades do grupo.

Ademais, dedicou-se ao treinamento da equipe para melhor utilização das ferramentas do PJe, uma vez que ministra cursos para magistrados, tendo ótimas ideias para a otimização do sistema eletrônico adotado pela Justiça Federal da 3ª Região. Em face do escasso treinamento e das limitações do PJe esta orientação tem produzido bons resultados na produtividade da equipe.

A assessoria, a seu turno, esclareceu que o acervo de processos foi herdado dos gabinetes ocupados anteriormente pelos Desembargadores Federais Luiz Stefanini e Mairan Maia, respectivamente, e a equipe que atualmente trabalha na unidade resulta da composição com servidores oriundos de dois gabinetes de magistradas que se aposentaram recentemente da Corte (Dirva Malerbi e Cecília Maria Piedra Marcondes), tendo diversos integrantes com experiência em matéria previdenciária, inclusive o magistrado convocado desde 7/3/2022.

Diante do caráter transitório da equipe, que aguarda o provimento definitivo da vaga, foi estabelecido um plano de ação a ser desenvolvido durante o prazo da convocação do Juiz Federal Denilson Branco, cujo ato convocatório não prevê termo final, o que enseja reavaliação mensal das atividades, sobretudo a inclusão dos processos em pauta.

Frisaram que o plano de gestão elaborado pelo magistrado contempla grande parte das medidas de gestão determinadas na Inspeção realizada em 2020. Foram atendidas todas as recomendações feitas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal naquela oportunidade.

Nesse sentido, salientaram que foram constituídas equipes para atuar em três setores: a) triagem de processos e devido etiquetamento no PJe e atendimento de telefone, malote digital e recepção aos advogados; b) equipe de atuação nas ações originárias (v.g. agravos de instrumento, mandados de segurança, conflitos de competência) e c) regime de mutirão, conforme especialização dos benefícios previdenciários (benefícios por incapacidade, benefícios assistenciais, auxílio-reclusão e aposentadorias por idade, rural e urbana), priorizando a elaboração de minutas para inclusão em pauta embargos de declaração, agravos internos e processos que vieram da Vice-Presidência do Tribunal para juízo de retratação, especialmente do Tema 810/STF, ficando as decisões iniciais de mérito para deliberação monocrática, sobretudo em face da incerteza de permanência do magistrado na época das sessões.

De outro modo, o gabinete possui claros de lotação, inclusive decorrente da transformação de uma vaga de Agente de Segurança em Analista Judiciário. Contudo, mesmo tendo um servidor experiente interessado em trabalhar na unidade, tal providência não foi efetivada, pois a Administração está reservando relocações aos novos gabinetes a serem instalados por ocasião da ampliação da Corte (v.g. SEI 0314157-04 e SEI 0320674-25, segundo informado pelo gabinete), o que não se revela providência adequada ao interesse público, uma vez que a unidade efetivamente tem elevado acervo e necessita de mais servidores. Sendo assim, é recomendável que a administração do TRF3 viabilize a lotação imediata de servidores nos gabinetes já constituídos e com claros de lotação, como é o caso.

Esclareceram, outrossim, que não foram observadas anotações de réu preso nos processos de auxílio-reclusão, porquanto não são ajuizados pelos segurados segregados, mas, sim, pelos seus dependentes previdenciários.

No que pertine à capacitação, já foram promovidas ações de capacitação demandadas pela equipe em relação ao PJe, as quais foram prestadas pelo próprio magistrado convocado, instrutor credenciado do sistema do referido processo eletrônico, aperfeiçoando a formação e a experiência de todos os usuários na unidade inspecionada.

A unidade estabeleceu metas individuais, as quais são flexíveis conforme a efetiva complexidade dos processos, sobretudo porque está sendo buscado um equilíbrio no julgamento dos processos antigos com aqueles de menor complexidade, consoante recomendado na última Inspeção. Destacam que há ampla participação do magistrado na elaboração das minutas, seja minutando decisões nos processos mais complexos, seja esclarecendo prontamente todas as dúvidas do grupo de servidores.

De outro modo, a principal política de recompensa existente na unidade é o teletrabalho, experiência muito exitosa do último biênio, que efetivamente proporcionou melhores resultados em termos de produtividade. Contudo, há preocupação com eventual manutenção dos critérios preconizados pela Resolução PRES 514/2022,

apesar da sua suspensão até 4 de julho de 2022, determinada pela Resolução PRES 519/2022, de 4 de maio de 2022.

Não obstante o elevado acervo de processos da unidade, cumpre salientar que, em relação à Inspeção realizada em 2020, quando foi determinada a inclusão da unidade no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP, o acervo passou de 13.248 processos para 10.722 em 2022.

O magistrado convocado, apesar do breve período de gestão do gabinete, inclusive passando pela estagnação durante o período de suspensão devido ao ataque hacker sofrido pelo sistema eletrônico do Tribunal, já conseguiu sanear alguns problemas decorrentes do fato de o gabinete ter sido constituído há pouco tempo.

A equipe de servidores é interessada e com grande capacidade de assimilar as tarefas mais importantes do gabinete, sobretudo a elaboração de minutas. Poderá, a curto prazo, melhorar seu desempenho, desde que receba o treinamento, o aperfeiçoamento e a capacitação indispensáveis.

Sendo assim, recomenda-se que sejam mantidas as providências que culminaram com a redução do acervo global da unidade no último biênio, bem como o saneamento do gabinete com as medidas estabelecidas no plano de gestão do magistrado convocado, prestigiado o julgamento dos feitos mais antigos, organizando a unidade para a iminente provimento definitivo da vaga, cuja promoção se encontra em fase de instrução na Corregedoria Regional no momento.

Do mesmo modo, o levantamento das necessidades de capacitação para que a equipe possa otimizar, em termos quantitativos e qualitativos, a prestação jurisdicional.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação com a inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 11.103 para 8.386. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 9.517 feitos, e no mês anterior à inspeção, restaram 8.386.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 505, na última inspeção, para 476, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparada com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 23 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece atenção sendo superior à média da Seção.

De qualquer sorte, em razão da sucessão na titularidade do gabinete e do disposto no parágrafo segundo do art. 2º do Provimento n. 6/2021/CG-CJF, bem como da efetiva melhora na produtividade da unidade jurisdicional, não será indicada a permanência no Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) envidar esforços para cumprimento da Meta 2 do CNJ;
- c) gerenciar junto à administração do Tribunal a relocação de servidores para suprir os claros de lotação existentes;
- d) prosseguir na execução de metas mistas individuais que contemplem um número de processos mais antigos com aqueles de menor complexidade, a fim de prosseguir na redução geral do acervo;
- e) fazer levantamento das necessidades coletivas e pontuais de treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores para que possam enfrentar o acervo demasiado e complexo, e
- f) seria de bom alvitre, a critério do gestor da unidade inspecionada, diante do elevado montante de processos antigos, considerada a natureza alimentar e a vulnerabilidade presumida dos autores destas ações previdenciárias e assistenciais, postular-se junto à Administração do Tribunal qualquer modalidade de auxílio de juízes de primeiro grau (mutirão, turma suplementar etc), para o julgamento dos recursos com distribuição anterior a 2018.

GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Daldice Santana.

2.2 Turma

Nona Turma.

2.3 Competência

Previdenciária (3ª Seção).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Daldice Santana, desde a assunção ao cargo (22/12/2010).

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve essa ocorrência.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve essa ocorrência.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Renato Ramos de Quadros, Chefe de Gabinete, 21/3/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	2.869
Processos suspensos/sobrestados	306
Processos conclusos	1.401
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Nota: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.869
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.196
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.401
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.258
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	306
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	637

* O *Acervo ajustado no TRF* corresponde aos processos atribuídos ao **Relator**, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo **do gabinete** em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	83
Mandados de segurança	2
IRDR	2
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	1
Ações rescisórias	71
Outros	3

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.785
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	524
Outros	2.262

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.786
Apelações cíveis	2.415
Agravos de instrumento	340
Outros	31

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	421
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	325
Agravos legais/regimentais	11
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	11
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	4
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	4

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	32
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	4

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
2º ano anterior	1.738
5º ano anterior ou mais antigo	16

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano anterior	411
2º ano anterior	689
3º ano anterior	130
6º ano anterior ou mais antigo	25

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	483
Ano anterior	709
2º ano anterior	93
3º ano anterior	52
7º ano anterior ou mais antigo	25

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.970
Total de Processos julgados	4.256
Total de Processos baixados	4.042
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-286
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-72

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	48
Total de feitos verificados na inspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	4.033
Processos julgados no ano anterior	4.338
Processos distribuídos no ano corrente	396
Processos julgados no ano corrente	443

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.815
Pendentes em 31/12/2021	5

Porcentagem de atendimento da meta	100,28%
------------------------------------	---------

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 = 1.578 /// Pendentes em 31/12/2021 = 8 /// Porcentagem de atendimento da meta = 116,32%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.778
Pendentes no último dia do mês anterior	9
Porcentagem de atendimento da meta	99,66%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.604
Pendentes no último dia do mês anterior	15
Porcentagem de atendimento da meta	116,33%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	46,98
----------------------------------	-------

Taxa de congestionamento em 2021	34,68
Taxa de congestionamento em 2022	36,82

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Pendentes em 31/12/2021	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Pendentes no último dia do mês anterior	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.
------------------------------------	----------------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
--	----------------

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Não se aplica.
--	----------------

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) instituiu, em caráter experimental, Núcleos de Justiça 4.0 para a realização de audiências de instrução e julgamento, processamento e julgamento de demandas sobre benefícios por incapacidade de processos distribuídos aos Juizados Especiais Federais (JEFs) de Campinas, Sorocaba e Jundiaí. O Provimento CJF3R n. 54, de 25 de fevereiro de 2022, que criou o novo procedimento, foi publicado no Diário Eletrônico do dia 3/3/2022.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica.
--	----------------

Pendentes no mês anterior	Não se aplica.
---------------------------	----------------

Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica.
-----------------------------------	----------------

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. São elas: a) julgar o processo n. 5005982-21.2019.4.03.0000 na nova sessão em que estava incluído (23/7/2020); b) aprimorar ainda mais os trabalhos, manter o controle dos prazos dos recursos internos, para que os embargos de declaração e agravos internos sejam julgados dentro do prazo máximo de 180 dias; c) manter os excelentes trabalhos de incentivo à conciliação e a outros métodos de resolução não

judicial dos conflitos; d) manter o excelente patamar de produtividade, para permanecer com o acervo controlado.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

As medidas adotadas foram: a) os embargos de declaração no processo n. 5005982-21.2019.4.03.0000 foram julgados na sessão indicada (23/7/2020); b) no momento desta inspeção, os recursos internos conclusos até janeiro de 2022 estavam julgados ou incluídos em pauta de julgamento. Contudo, para aperfeiçoar o controle, passou-se, desde meados de 2021, a inserir "etiqueta controle" com indicação do tempo máximo para elaboração da minuta desses recursos (até 2 meses a contar da conclusão). Quanto às alíneas "c" e "d", busca-se sempre a atualização dos meios adequados de solução de conflitos de interesses e, por consequência, aprimoramento do plano de trabalho desenvolvido neste Gabinete.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Todas as metas do CNJ foram atendidas no ano anterior. A manutenção da organização do trabalho já adotado pela Unidade é adequada para o cumprimento das metas do CNJ no ano em curso, sobretudo porque a estruturação das tarefas no plano de trabalho visa ao atendimento da seguinte meta: "julgar os recursos de processos conclusos até 6 (seis meses) contados da distribuição". Essa meta contempla aquelas estipuladas pelo CNJ e, tecnicamente, está sendo cumprida pela Unidade.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho da Unidade consiste no julgamento de recursos (oriundos do Primeiro Grau e internos) e no processamento e julgamento de ações rescisórias, mandados de segurança e conflitos de competência (documentação do processo de trabalho disponível na Unidade). Como boas práticas de gestão, destacam-se: (i) imediata triagem e análise para identificação da matéria, com atribuição de tempo máximo para elaboração de minutas (etiquetas); (ii) divisão do trabalho por equipes especializadas no tema; (iii) controle estatístico interno mensal (acervo e produtividade), para fundamentar possível remanejamento das equipes de trabalho

conforme a demanda de matérias. As dificuldades atuais estão relacionadas à limitação de funcionalidades automáticas do PJe.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Daniel Augusto Camara. Obs.: dados estatísticos a confirmar após liberação e ajuste pelo setor competente.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete trabalha basicamente com processos que tramitam em meio eletrônico (PJe) e as tarefas da Unidade (atividade-fim) são divididas em equipes (triagem e análise dos processos), formadas pelos servidores (16), auxiliados por estagiários (2). À equipe de triagem cabe identificar as situações, etiquetar e elaborar minutas de despachos preliminares. Às equipes de análise dos processos cabem examinar os recursos/ações e elaborar as correspondentes minutas de despachos, decisões, relatórios/votos e acórdãos. A composição dessas equipes é definida com base no controle estatístico interno feito pelo Gabinete, combinado com os dados estatísticos do Tribunal. Alguns servidores (2) desempenham também tarefas administrativas (atividade-meio) relacionadas, entre outras, a: (i) pessoal; (ii) estatística interna; (iii) materiais de consumo e duráveis. Há 2 agentes de segurança na Unidade.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Durante os 2 (dois) anos de pandemia o trabalho (atividade-fim) foi desenvolvido - quase que integralmente - de forma remota (teletrabalho extraordinário). A partir de 2 de maio de 2022, a Unidade terá 12 servidores em Trabalho Não Presencial (TNP). Os demais retornarão ao trabalho presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O atual teletrabalho extraordinário é integral. A partir de 2 de maio de 2022 haverá 3 servidores em TNP integral e 9 em TNP parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há cota individual específica. Como o trabalho da Unidade está tecnicamente em dia, as atividades são exercidas em razão da demanda diária de processos conclusos ao Gabinete. Assim, cada servidor deve executar a tarefa que lhe cabe nos processos que lhe são diariamente atribuídos. A partir de 2 de maio de 2022, a Unidade adotará o Trabalho Não Presencial (TNP) na modalidade "trabalho remoto por gestão diferenciada" (artigos 29 a 32 da Resolução PRES n. 370/2020).

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Mensalmente, o acervo de processos conclusos (primeiro julgamento e recursos internos), sobretudo dentro da matéria de atuação do servidor, não deve exceder à média de entradas mensais dos últimos 12 (doze) meses. Verificado o não cumprimento da meta, a chefia reúne-se com o servidor para identificação do(s) motivo(s) que impediram o cumprimento da meta e fixação das diretrizes de realinhamento do trabalho.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente, os processos físicos que entram na Unidade restringem-se a poucos casos de retratação ou retorno de tribunais superiores. Quando o serviço de digitalização de autos contratado pelo Tribunal está ativo, os autos são imediatamente encaminhados para o setor. Quando esse serviço está suspenso, os autos são prontamente minutados e incluídos em pauta.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Na Unidade estão armazenados, atualmente, apenas os suportes físicos dos processos digitalizados recentemente (no período de setembro/2021 a março/2022). Esses processos aguardam o decurso do prazo para conferência da digitalização e deliberação da Presidência acerca da devolução à Origem para destinação.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

No Gabinete, o assunto, as especificidades de cada processo e o tempo máximo para elaboração de minuta de julgamento são controladas por meio de "etiquetas" do PJe (que agrupam situações) inseridas nos autos pela equipe de triagem. Diariamente, essa equipe também está encarregada de contabilizar (em registro próprio) todos os processos que entram na Unidade, catalogados por assunto. Mensalmente, procede-se à contagem dos processos conclusos no Gabinete, consolidando-se esses dados em planilhas (Excel) que permitem a verificação da produtividade individualizada por assunto. Há, ainda, relatórios gerenciais do sistema PJe. Além disso, o setor de estatística do Tribunal dispõe do sistema BI, no qual é possível obter listas de processos sobre as situações indicadas.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há meta coletiva consignada no plano de trabalho, a qual está indicada no item 7.1.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há política de recompensas vinculadas ao cumprimento de metas. A filosofia de trabalho da Unidade é a seguinte: "(...) Se quiseres construir um navio, não reúna pessoas para elaborar planos, distribuir tarefas, buscar ferramentas, cortar madeira, mas desperta neles o desejo de buscar a amplidão dos mares. Então construirão o navio por si." Antoine de Saint-Exupéry.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Sem perder de vista o critério cronológico, confere-se tratamento específico aos feitos observando-se a qualidade da parte (idade, hipossuficiência, doença grave), o cumprimento das metas do CNJ e a natureza/fase da ação (cumprimento do julgado, mandados de segurança, agravos de instrumento, ações civis públicas e conflitos de competência).

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Nas hipóteses previstas no artigo 932 do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Cada equipe dispõe dos modelos relacionados à sua matéria de trabalho, os quais são compostos de uma parte fixa, na qual está consignado o entendimento da Relatora quanto à questão de fundo, uma segunda parte para tratar do caso concreto e a última, que conclui o julgado (dispositivo).

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Os servidores permanentemente acompanham as inovações legislativas e as discussões jurisprudenciais sobre as matérias previdenciárias específicas com as quais trabalham. As informações obtidas, por meio de pesquisas, são compartilhadas com toda a equipe e discutidas nas reuniões periódicas do gabinete. Sem prejuízo dessa capacitação decorrente do compartilhamento de informações, os servidores, espontaneamente, podem buscar a capacitação técnica, a qual é regularmente oferecida pelo Tribunal. Recentemente, alguns aspectos relacionados à gestão da Unidade, sobretudo no tocante à documentação do processo de trabalho, levou servidores a participarem do curso de Bizagi oferecido nesta Corte.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Noticiada a determinação de sobrestamento em razão de afetação de tema repetitivo ou de repercussão geral, as equipes de trabalho (inclusive de triagem) identificam os processos, inserem etiqueta de controle e elaboram a minuta de suspensão. Os processos sobrestados ficam em tarefas específicas do PJe na Subsecretaria. O Gabinete acompanha a afetação e os desdobramentos de cada tema por meio dos sites oficiais dos tribunais e pelas publicações encaminhados por e-mail pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGE) desta Corte. Havendo desafetação do tema

ou a publicação do acórdão no qual é fixada a tese, o Gabinete solicita à Subsecretaria, por e-mail, o levantamento da suspensão e a conclusão dos autos, priorizando o julgamento desses casos. Há processos sobrestados em razão de temas do STJ (692, 951, 999, 1.018 e 1.070) e do TRF3 (3 - IRDR).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Desde a triagem busca-se identificar situações aptas a ensejar a adoção de métodos para solução consensual de conflitos. Há diálogo constante com a representação judicial do INSS (Procuradoria) em busca de novos caminhos que possam auxiliar na resolução das demandas. Recentemente, houve interlocução da Presidência da Nona Turma (14/12/2021) que resultou na elaboração de projeto para desistência de recursos e proposta de acordo em processos de benefícios por incapacidade envolvendo os dois Gabinetes da Nona Turma com maior acervo. Diante dos resultados positivos (37 desistências recursais e 5 propostas de acordo em 100 processos analisados), o projeto será ampliado e conduzido pelo Gabinete da Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

O Gabinete não recebeu auxílio algum desde a última inspeção.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, os pedidos de vista são levados a julgamento na sessão subsequente. O pedido de vista apontado pelos dados do sistema Business Intelligence (BI) desta Corte foi apresentado em dezembro de 2021, porém o julgamento não foi concluído em virtude da necessidade da ampliação de quórum prevista no artigo 942 do CPC.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de consulta ao repertório de jurisprudência disponível no site do Tribunal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

A votação é assíncrona. Contudo, os procedimentos de análise dos votos pelos julgadores são idênticos aos da sessão presencial. Os votos dos Relatores são previamente compartilhados e possíveis divergências, pedidos de vista, erros materiais ou outros apontamentos dos julgadores são informados com antecedência aos demais membros do Órgão Julgador para que todos tenham acesso aos fundamentos do apontamento.

28. A unidade possui plano de gestão?
Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Quase a totalidade dos servidores possui habilidades e conhecimento para desenvolver, com autonomia, as atribuições de competência do Gabinete, o que tem tornado possível o remanejamento do quadro funcional de acordo com a demanda apurada mensalmente. No cenário atual, de impossibilidade de provimento de todos os cargos vagos, o quadro funcional mostra-se apto e suficiente à demanda do Gabinete. Quanto aos recursos materiais, há necessidade de melhoria nos sistemas informatizados, que apresentam falhas e instabilidades constantes.
b) gestão do trabalho	É realizado monitoramento diário das tarefas do PJe e das etiquetas de controle. Diariamente também são compartilhadas as dúvidas suscitadas na elaboração das minutas e na análise de pauta, com possível submissão de questões ainda não apreciadas à magistrada. Por ocasião da inclusão de processos em pauta de julgamento (normalmente quinzenal), são contabilizados (em registro próprio) os processos minutados para acompanhamento de desempenho individual dos servidores. Mensalmente é realizado controle estatístico interno (acervo e produtividade) para fundamentar possível remanejamento das equipes de trabalho conforme a demanda de matérias.
c) resultados	A Unidade tem conseguido alcançar a meta estabelecida no plano de trabalho: "julgar os recursos de processos conclusos até 6 (seis meses) contados da distribuição".

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Prestar a jurisdição de forma efetiva, satisfatória e sem atraso, contribuindo para o acesso à justiça qualificado.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Serão implementadas as seguintes ações: - mapear todas as atividades próprias de gabinete previdenciário; - aperfeiçoar o processo de trabalho da triagem e respectiva documentação para o adequado encaminhamento dos feitos ao responsável pela elaboração de minuta de decisão, constando etiqueta do prazo máximo para julgamento; - aperfeiçoar o processo de trabalho da elaboração de minutas de decisões e respectiva documentação dessa atividade.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Trabalho não presencial, sessões e reuniões por videoconferência.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por meio de etiquetas. Todos os processos que entram no Gabinete recebem a etiqueta de tempo máximo para elaboração de minuta de julgamento, no formato: - ano/mês (ex.: - 2022/04; - 2022/05). No momento, estamos trabalhando com os seguintes tempos a contar da conclusão: - Apelação / Remessa Oficial: + 4 meses; - Agravo de Instrumento (efeito suspensivo): + 1 mês; - Agravo de Instrumento (voto): + 1 mês; - Mandado de Segurança Originário (efeito suspensivo): + 1 mês; - Mandado de Segurança Originário (voto): + 1 mês; - Retratação (AI/APEL/REO): + 2 meses; - Recursos Internos (ED/Ag. Int.): + 2 meses. - Levantada a suspensão de tema repetitivo (AI/APEL/REO): + 2 meses; - Devolvido do STJ/STF (AI/APEL/REO): + 2 meses. Dessa forma, os processos a movimentar são facilmente identificáveis.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5012094-81.2019.4.03.6183	24/2/2021	198-Apelação Cível
Acórdão relativo ao julgamento da apelação datado de 22/7/2021 (com determinação sobre antecipação de tutela). Conclusos com embargos de declaração em 20/9/2021. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
5001874-24.2019.4.03.6183	12/6/2021	198-Apelação Cível
Acórdão relativo ao julgamento da apelação datado de 19/8/2021 (com determinação sobre antecipação de tutela). Conclusos com embargos de declaração em 22/9/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
5002073-63.2017.4.03.6103	17/10/2019	198-Apelação Cível
Acórdão relativo ao julgamento de embargos de declaração datado de 1º/9/2021 (com determinação sobre antecipação de tutela). Conclusos com novos embargos de declaração em 6/10/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
0005428-57.2016.4.03.6183	2/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária

Acórdão relativo ao julgamento das apelações datado de 7/10/2021 (com determinação sobre antecipação de tutela). Conclusos com embargos de declaração em 10/11/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
5021475-67.2021.4.03.0000	15/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Decisão de concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento proferida em 27/10/2021. Conclusos em 28/1/2022. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
5000035-64.2016.4.03.6119	20/4/2018	198-Apelação Cível
Conclusos em 26/5/2021, depois de levantada a suspensão por tema repetitivo (Tema 979). Julgado por decisão terminativa em 27/2/2022. Tramitação regular.		
5002787-38.2018.4.03.9999	17/4/2018	198-Apelação Cível
Conclusos em 26/5/2021, depois de levantada a suspensão por tema repetitivo (Tema 979). Julgamento Iniciado na sessão de 16/3/2022, o qual foi sobrestado em razão do disposto no artigo 942, caput e § 1º, do CPC. Tramitação regular.		
5002869-69.2018.4.03.9999	26/7/2018	198-Apelação Cível
Conclusos em 26/5/2021, depois de levantada a suspensão por tema repetitivo (Tema 979). Julgamento iniciado na sessão de 16/3/2022, o qual foi sobrestado em razão do disposto no artigo 942, caput e § 1º, do CPC. Tramitação regular.		
5001852-95.2018.4.03.6119	10/10/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Conclusos em 26/5/2021, depois de levantada a suspensão por tema repetitivo (Tema 979). Julgado por decisão terminativa em 11/2/2022. Tramitação regular.		
5019221-24.2021.4.03.0000	20/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Conclusos (AI) em 20/8/2021. Proferida decisão de efeito suspensivo em 8/2/2022. Tramitação regular.		
5019431-75.2021.4.03.0000	23/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Conclusos (AI) em 24/8/2021. Proferida decisão de efeito suspensivo em 2/2/2022. Nova conclusão em 25/3/2022. Tramitação regular.		
0006853-27.2013.4.03.6183	30/3/2017	198-Apelação Cível
Conclusos com agravo legal / interno em 26/5/2021, depois de levantada a suspensão por tema repetitivo (Tema 979). Julgado na sessão de 30/3/2022. Tramitação regular.		
0005118-74.2016.4.03.6143	16/11/2017	198-Apelação Cível
Conclusos com agravo legal / interno em 26/5/2021, depois de levantada a suspensão por tema repetitivo (Tema 979). Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
5006810-41.2019.4.03.6103	13/10/2020	198-Apelação Cível
Conclusos com agravo legal / interno em 8/3/2021. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
5001446-42.2019.4.03.6183	24/3/2020	198-Apelação Cível
Conclusos com agravo legal / interno em 27/4/2021. Determinada a suspensão do feito em 4/3/2022 (RE no IRDR n. 3). Tramitação regular.		
5005223-23.2020.4.03.0000	8/9/2021	156-Cumprimento de sentença
Conclusos (cumprimento de julgado em ação rescisória) em 22/11/2021. Proferido despacho (determinando expedição de RPV) em 21/3/2022. Tramitação regular.		

5030285-31.2021.4.03.0000	2/12/2021	12375-Reclamação
Conclusos (reclamação) em 3/12/2021. Julgado por decisão terminativa em 16/3/2022. Tramitação regular.		
5030378-91.2021.4.03.0000	3/12/2021	221-Conflito de competência
Conclusos (conflito de competência) em 6/12/2021. Julgado por decisão terminativa em 18/2/2022. Tramitação regular.		
5034599-93.2021.4.03.9999	18/2/2021	198-Apeleção Cível
Conclusos com embargos de declaração em 8/7/2021. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
0009474-94.2013.4.03.6183	19/1/2016	198-Apeleção Cível
Conclusos com embargos de declaração em 7/7/2021. Determinada a suspensão do feito em 7/3/2022 (RE no IRDR n. 3). Tramitação regular.		
5004162-30.2020.4.03.0000	20/2/2020	202-Agravo de Instrumento
Conclusos com embargos de declaração em 24/8/2021. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
5011853-10.2019.4.03.6183	1º/5/2021	198-Apeleção Cível
Conclusos com embargos de declaração em 24/8/2021. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
5007515-54.2020.4.03.6119	9/4/2021	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Conclusos com embargos de declaração em 2/8/2021. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
5028625-75.2021.4.03.9999	19/1/2021	198-Apeleção Cível
Conclusos em 19/1/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
5000771-27.2016.4.03.6105	19/1/2021	198-Apeleção Cível
Conclusos em 19/1/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
5031017-85.2021.4.03.9999	22/1/2021	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Conclusos em 22/1/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
0022599-84.2000.4.03.9999	27/4/2015	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 2/2/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 21/2/2022. Apto para inclusão na sessão de julgamento de 1/6/2022. Tramitação regular.		
5001793-75.2019.4.03.6183	8/2/2021	198-Apeleção Cível
Conclusos em 8/2/2021. Julgado por decisão terminativa em 12/2/2022. Tramitação regular.		
0010610-06.2012.4.03.6105	11/2/2021	198-Apeleção Cível
Conclusos para juízo de retratação em 19/2/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
0019812-09.2005.4.03.9999	6/6/2013	198-Apeleção Cível

Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 2/3/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 23/2/2022. Apto para inclusão na sessão de julgamento de 1/6/2022. Tramitação regular.		
0012485-61.2015.4.03.9999	30/3/2015	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 2/3/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 22/2/2022. Apto para inclusão na sessão de julgamento de 1/6/2022. Tramitação regular.		
0046149-64.2007.4.03.9999	25/9/2013	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 27/5/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 22/2/2022. Devolvidos à Vice-Presidência em 22/2/2022. Tramitação regular.		
0037252-08.2011.4.03.9999	17/8/2012	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 2/6/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 22/2/2022. Enviados ao Gabinete que lavrou o acórdão a retratar em 23/2/2022. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
0046312-05.2011.4.03.9999	23/11/2011	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 5/7/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 23/2/2022. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
0035046-50.2013.4.03.9999	15/10/2013	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 5/7/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 22/2/2022. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
0049368-51.2008.4.03.9999	26/9/2008	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 5/7/2021. Remetidos para digitalização em 22/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 21/2/2022. Incluído na sessão de julgamento de 20/4/2022. Tramitação regular.		
0009309-55.2007.4.03.9999	7/5/2007	198-Apeleção Cível
Conclusos para juízo de retratação em 22/2/2022. Proferido despacho sobre habilitação de sucessores - 24/2/2022. Nova conclusão em 28/3/2022. Tramitação regular.		
0093515-90.1993.4.03.9999	19/9/2012	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 24/8/2021. Remetidos para digitalização (pela Subsecretaria) em 16/9/2021. Digitalização concluída e retomada da tramitação nos autos eletrônicos em 7/3/2022. Apto para inclusão na sessão de julgamento de 1/6/2022. Tramitação regular.		
0003683-04.2015.4.03.6110	9/9/2021	199-Remessa Necessária Cível
Conclusos em 13/9/2021. Julgado na sessão de 16/3/2022. Tramitação regular.		
0014972-58.2002.4.03.9999	8/5/2002	198-Apeleção Cível
Conclusos (autos físicos) para juízo de retratação em 11/11/2021 e remetidos para digitalização. Aguardando retorno dos autos físicos para conferência da digitalização e prosseguimento da tramitação nos autos eletrônicos. Tramitação regular.		

0007051-74.2007.4.03.6183	6/2/2009	198-Apelação Cível
Conclusos para juízo de retratação em 13/11/2021. Julgado na sessão de 2/2/2022. Tramitação regular.		
5022451-74.2021.4.03.0000	27/9/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Conclusos com parecer do MPF em 18/1/2022 (mandado de segurança originário). Proferida decisão de deferimento da liminar em 21/3/2022. Tramitação regular.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 42 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo eles todos eletrônicos. Em relação aos processos listados, não há recomendações, pois aqueles mais antigos já estão todos com previsão de inclusão em pauta.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida pela unidade nos dias 4 e 5 de maio de 2022. Os servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina foram recebidos no gabinete pelo Assessor Renato Ramos de Quadros e pelo Chefe de Gabinete Daniel Augusto Câmara no dia 4 de maio, às 15h30min, e a Desembargadora Federal Daldice Santana reuniu-se, por videoconferência, com o Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz, no dia 5 de maio, às 10h, em razão de férias regulares da magistrada, que fez questão de participar dos trabalhos da presente Inspeção.

A Desembargadora Federal Daldice Santana expôs a situação do gabinete, destacando a elevada produtividade e o excelente clima organizacional. Referiu que o PJe vem sendo customizado para atender às necessidades do gabinete.

Por outro lado, salientou seus esforços para implementação das políticas institucionais conciliatórias e harmonização de propósitos com o gabinete da conciliação.

De outra banda, observou que o gabinete se vale do trabalho de estagiários, os quais são muito úteis e produtivos, bem como são respeitados em suas limitações para atender o objetivo primaz do estágio.

Registrou, outrossim, a preocupação com as recentes alterações normativas sobre o teletrabalho, uma vez que podem gerar problemas de gestão de pessoas que estavam adaptadas à modalidade, devendo ser assegurada a autonomia dos gestores das unidades, a fim de administrar e compatibilizar as situações pontuais.

Frisou que a magistrada adota eficazes políticas de gestão de recursos humanos, mantendo a equipe produtiva e comprometida, o que dispensa o estabelecimento de metas, dado que todos os servidores tem acesso direto ao gabinete da magistrada para tratar do expediente e das dúvidas, sem prejuízo de reuniões de trabalho periódicas para discussão das rotinas de trabalho.

A Desembargadora Federal Daldice Santana elogiou a sua assessoria e chefia de gabinete pela atuação eficiente e harmonizada, a qual reflete os excelentes resultados na estatística do gabinete.

A assessoria, por sua vez, discorreu sobre o histórico dos trabalhos da unidade, apresentando os planos de gestão e os resultados obtidos com a metodologia implantada. Diante do elevado acervo de processos existente no início da jurisdição previdenciária, cerca de 8.882 processos em janeiro de 2012, segundo controle estatístico próprio da unidade, foi instituída rotina de triagem minuciosa dos processos, separando-os por matérias, que passaram a ser analisadas por diversas equipes constituída dentro do gabinete a partir das habilidades e competências do grupo.

Tal sistematização, aliada à criação de um grupo comprometido e com múltiplas habilidades, inclusive na área contábil, proporcionou uma gradativa redução do acervo ao longo da última década, resultando um número de processos disponíveis para elaboração de minutas no gabinete bastante reduzido, em janeiro de 2022, quando 282 aguardavam análise do gabinete.

Com efeito, além da equipe de triagem, responsável pelo etiquetamento inicial dos processos no PJe, estimativa de julgamento dentro da meta estabelecida pela magistrada (seis meses após a distribuição) e saneamento processual, o gabinete possui equipe de servidores para benefícios por incapacidades, aposentadorias programadas e agravos de instrumento, o que agiliza os julgamentos e assegura a coerência das decisões elaboradas pelo gabinete, sendo louvável valorização das especialidades dos servidores, como é o caso de servidora dá área contábil que proporciona maior qualidade nas decisões relacionadas ao cumprimento de sentença.

Foi ressaltado que a equipe se adaptou muito bem ao processo eletrônico, que veio adotar os mesmos processos de trabalho já implantados pela magistrada desde o início, proporcionando maior agilidade aos julgamentos, e ainda o êxito do teletrabalho, que funcionou muito bem durante a pandemia.

Não obstante a excelente produtividade da unidade, foram desenvolvidos inúmeros projetos para a conciliação, mediante parceria interinstitucional com a Procuradoria Federal do INSS, propiciando solucionar demandas revisionais, de execução, bem como de determinados processos mais complexos.

O gabinete está registrando todo o procedimento de gestão de processos, do plano de gestão da unidade para o mapeamento de todos os fluxos de trabalho da unidade, a fim de viabilizar o compartilhamento das boas práticas com outros gabinetes.

Sendo assim, o trabalho da unidade é digno de elogio e reconhecimento pela forma planejada e equilibrada com que vem sendo desenvolvido, mantendo a coesão do grupo de servidores e estagiários, e observando o compromisso constitucional com a duração razoável do processo, haja vista o pleno cumprimento de todas as metas do CNJ, não

deixando de prestigiar políticas institucionais de conciliação e outras iniciativas interinstitucionais que contribuem para a adequada prestação jurisdicional.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação com à inspeção anterior, houve diminuição do total de processos conclusos de 1.939 para 1.401. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.258 feitos, e no mês anterior à inspeção, eram 1.401 feitos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 199, na última inspeção, para 421, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Manutenção do excelente método de trabalho, que merece elogios.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GILBERTO JORDAN

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Gilberto Jordan.

2.2 Turma

Nona Turma.

2.3 Competência

Matéria Previdenciária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Gilberto Rodrigues Jordan.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maurizio Petagna - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	Zero
Estagiários de nível médio	Zero
Estagiários de nível superior	2
Outros	Não há

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	2.276
Processos suspensos/sobrestados	210
Processos conclusos	1.094
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	Zero
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Zero

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.276
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.534
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.094
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.208
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	210
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	510

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	114
Mandados de segurança	3
IRDR	Zero
IAC	Zero
Arguição de inconstitucionalidade	Zero
Conflitos de competência	2
Reclamações	Zero
Ações rescisórias	103
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.162
Recursos em mandados de segurança coletivos	Zero
Recursos em ações populares	Zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	Zero
Recursos em ações civis públicas	Zero
Recursos em ações de desapropriação	Zero
Recursos em ações com preferência legal	412
Outros	1.750

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.162
Apelações cíveis	1.828
Agravos de instrumento	303
Outros	31

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas Corpus	Zero
Revisões criminais	Zero
Outros	Zero

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Zero
Apelações	Zero
Recursos em Sentido Estrito	Zero
Recursos em Habeas Corpus	Zero
Recursos em Mandado de Segurança	Zero
Embargos infringentes e de nulidade	Zero
Outros	Zero

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Zero
Apelações	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas Corpus	Zero
Outros	1

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Zero
Por IRDR	Zero
Por IAC	Zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Zero
Por Recurso Especial	Zero
Por Recurso Extraordinário	Zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	221
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	145
Agravos legais/regimentais	8
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	6
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	9
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	14

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	106
Ano anterior	1.353
2º ano anterior	49
3º ano anterior	32
4º ano anterior	10
5º ano anterior ou mais antigo	14

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	382
Ano anterior	660
2º ano anterior	111
3º ano anterior	28
4º ano anterior	4
5º ano anterior	4
6º ano anterior ou mais antigo	3

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	404
Ano anterior	521
2º ano anterior	42

3º ano anterior	27
4º ano anterior	16
5º ano anterior	12
6º ano anterior	9
7º ano anterior ou mais antigo	43

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	Zero
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	Zero

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	Zero
Total como relator para o acórdão	Zero

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.776
Total de Processos julgados	4.265
Total de Processos baixados	4.563
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-489
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-787

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	115
Total de feitos não regularizados	-
Total de feitos verificados na inspeção anterior	43
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.815
Processos julgados no ano anterior	4.892
Processos distribuídos no ano corrente	409

Processos julgados no ano corrente	518
------------------------------------	-----

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.721
Pendentes em 31/12/2021	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,77%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

116,75%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.564
Pendentes no último dia do mês anterior	16
Porcentagem de atendimento da meta	99,04%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.510
Pendentes no último dia do mês anterior	10
Porcentagem de atendimento da meta	116,79%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.
------------------------------------	----------------

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	50,60
Taxa de congestionamento em 2021	27,42
Taxa de congestionamento em 2022	35,28

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Zero
Pendentes em 31/12/2021	Zero
Porcentagem de atendimento da meta	Não aplicável

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Zero
Pendentes no último dia do mês anterior	Zero
Porcentagem de atendimento da meta	Não aplicável

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica
------------------------------------	---------------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Não se aplica.
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Não se aplica.
3619 - Crimes contra a Fauna	Não se aplica.
3621 - Da Poluição	Não se aplica.
3622 - Agrotóxicos	Não se aplica.
3623 - Atividades Nucleares	Não se aplica.
3624 - Caça	Não se aplica.
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Não se aplica.
3627 - Pesca	Não se aplica.
3651 - Crimes Agrários	Não se aplica.
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Não se aplica.
9583 - Arrendamento Rural	Não se aplica.
10016 - Inspeção Fitossanitária	Não se aplica.
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Não se aplica.
10085 - Água e/ou Esgoto	Não se aplica.
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Não se aplica.
10091 - Terreno de Marinha	Não se aplica.
10094 - Terras Indígenas	Não se aplica.

10095 - Águas Públicas	Não se aplica.
10102 - Terras Indígenas	Não se aplica.
10103 - Terreno Aldeado	Não se aplica.
10104 - Restituição de área - FUNAI	Não se aplica.
10105 - Demarcação	Não se aplica.
10106 - Recursos Minerais	Não se aplica.
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Não se aplica.
10110 - Meio Ambiente	Não se aplica.
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Não se aplica.
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Não se aplica.
10113 - Flora	Não se aplica.
10114 - Fauna	Não se aplica.
10115 - Transgênicos	Não se aplica.
10116 - Agrotóxicos	Não se aplica.
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Não se aplica.
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Não se aplica.
10396 - Ambiental	Não se aplica.
10397 - Sanitárias	Não se aplica.
10438 - Dano Ambiental	Não se aplica.
10986 - Crime contra a administração ambiental	Não se aplica.
11822 - Mineração	Não se aplica.
11823 - Reserva legal	Não se aplica.
11824 - Recursos Hídricos	Não se aplica.
11825 - Poluição	Não se aplica.
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Não se aplica.
11827 - Zona Costeira	Não se aplica.
11828 - Área de Preservação Permanente	Não se aplica.
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Não se aplica.
11830 - Patrimônio Cultural	Não se aplica.
11836 - Parcelamento do Solo	Não se aplica.
11841 - Política Agrícola	Não se aplica.
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Não se aplica.
11862 - Saneamento	Não se aplica.

11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Não se aplica.
9994 - Indenização por dano ambiental	Não se aplica.
3424 - Usurpação de águas	Não se aplica.

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Não se aplica.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica.
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica.
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
a) cumprir as recomendações do item 11*; b) envidar esforços para dar cumprimento à Meta 1 CNJ; c) manter o método de trabalho e desempenho, que merece elogio. *Item 11: (...) Em relação aos processos listados da amostra, apenas dois mereceram recomendação específica: a) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 00135413520054036102. b) outra recomendação: Processo físico que retornou da Vice-Presidência para juízo de retratação. Entretanto, em razão da pandemia, não foi possível ainda proceder à digitalização. Assim que houver o retorno à normalidade, proceder à digitalização: 00312681420094039999.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
a) O feito 00135413520054036102 foi levado a julgamento em 28/10/2020 e encontra-se na Vice-Presidência deste Tribunal, enquanto o processo 00312681420094039999 já se encontra digitalizado e incluído no PJe; b) A Meta 1 no ano de 2021 foi cumprida, por meio de atendimento de cotas de minutos estabelecidas à equipe de servidores, sempre objetivando a redução constante do acervo; c) A manutenção do desempenho decorre do comprometimento do Desembargador Federal Gilberto Jordan e da equipe de servidores em cumprir seus deveres funcionais e ofertar a prestação jurisdicional célere.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).
--

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não, embora conste no relatório estatístico de 2021 que a Meta 2 (ref. 2016) foi cumprida em 99,77%, na prática foi totalmente cumprida.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Na triagem, são imediatamente despachados os processos que devem ser redistribuídos, regularizados etc. e etiquetados por matéria, sendo levados a pronto julgamento as matérias repetitivas. Os demais são disponibilizados aos servidores. O Gabinete faz levantamento periódico dos processos mais antigos. Estamos migrando os modelos para o sistema SIGMA, objetivando celeridade, segurança e padronização. A ampliação do teletrabalho otimizou a produtividade, auxiliando sobremaneira na redução do acervo. No transcurso da pandemia o Teletrabalho Extraordinário comprovou ser mais eficiente sem a ingerência do setor de Gestão de Pessoas do TRF3. Assim, sugere-se que a gestão do teletrabalho, com o estabelecimento e rodízio do número mínimo de servidores diários na forma presencial, passe a ser promovida exclusivamente pelo Desembargador Gestor do Gabinete, pois somente o Desembargador sabe qual é o número de servidores necessários para atender qualquer demanda presencial.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Maurizio Petagna, com participação do Desembargador Gilberto Jordan.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A equipe é composta atualmente por 17 servidores sendo 2 agentes de segurança. Exceção feita aos dois agentes de segurança, todos os demais servidores do gabinete (atualmente 15), relacionam-se com a atividade-fim, sendo um responsável pela administração do acervo (movimentações, distribuição de atividades, despachos de mero expediente). Os demais atuam na elaboração de minutas dos atos judiciais, conforme a matéria de sua especialidade - que em sua maioria não se limita a uma matéria. Cabe à Assessora auxiliar o Desembargador nos feitos relacionados à 3ª Seção (minuta de atos, elaboração de modelos, correção de minutas, acompanhamento de sessão de julgamento), como também a gestão administrativa do

gabinete. Cabem ao Chefe de Gabinete e ao Assessor II auxiliarem o Desembargador nos feitos relacionados à 9ª Turma (minuta de atos, elaboração de modelos, correção de minutas, acompanhamento de sessão de julgamento).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. 12 servidores.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas individuais são estabelecidas com base na presunção de complexidade da matéria (se mais complexa, mais tempo para a elaboração da minuta) e no controle da redução do acervo, bem como de acordo com o aumento ou redução da distribuição. O objetivo é sempre manter o gabinete em dia e julgar mais do que nos é distribuído.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Os assessores informam o número de processos minutados aos servidores que são responsáveis pelo controle do acervo do Gabinete, ativo, flutuante e passivo. A fixação e o controle destes números são feitos através de planilhas por um servidor responsável, sob a supervisão da Chefia do Gabinete. Diante deste acompanhamento, diário e semanal, não tivemos caso de descumprimento de cotas de forma injustificada. Eventual descumprimento, por qualquer integrante atual da equipe, é monitorada. Sempre que detectada ou percebida que há dificuldades ou que o servidor passa por problemas pessoais, imediatamente a chefia é informada e toma as medidas a fim de sanar o problema.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A triagem dos processos físicos que eventualmente chegam à conclusão no Gabinete é feita sob a supervisão da Chefia ou Assessoria, conforme o caso, pois são raros e normalmente se referem a temas destinados à eventual retratação em razão de tese firmada em tribunais superiores. Como o Gabinete mantém 100% do seu acervo no PJe, os processos físicos são encaminhados para digitalização e pronto ingresso no PJe. Na hipótese de não se proceder à imediata digitalização, são tomadas todas as providências para a resolução do caso com o acompanhamento e orientação da Chefia ou Assessoria.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Hoje o Gabinete mantém 100% dos processos no PJe. Os poucos processos físicos são imediatamente digitalizados e inseridos no PJe, com a tomada das medidas para a imediata solução do caso.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Todos estes controles são feitos com os recursos do PJe ou através de adoção de fluxograma customizado pelo Gabinete no PJe. Assim, é possível exemplificar alguns controles que adotamos para gerir o acervo. Data que o processo ingressou na caixa (presume-se sua conclusão). Presume-se a pendência de apreciação de liminares e tutelas em agravo de instrumento, Mandados de segurança, pedido de efeito suspensivo em apelação nos feitos localizados na caixa triagem, uma vez que os feitos ingressam no gabinete por meio desta caixa. Embargos de declaração de decisões colegiadas tem uma caixa própria no sistema, portanto, basta sua verificação. Prioridades tem uma identificação visual. Movimentações tem caixas específicas. Agravos internos ou eventuais pedidos de providências: é possível verificar na caixa de retorno da Secretaria. A maior dificuldade é a identificação de eventual urgência requerida na própria peça da apelação ou quando o feito não está concluso no gabinete.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são individuais, visando sempre o cumprimento da meta coletiva, que é a manutenção do Gabinete em dia, para a entrega da prestação jurisdicional em tempo razoável.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há previsão de recompensas vinculadas ao cumprimento de metas, tampouco qualquer recompensa que autorize o Desembargador pagar horas extras, promover os servidores ou aumentar seus vencimentos.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, é dada preferência para feitos com prioridade legal ou relativos às metas do CNJ. Este tratamento consiste na localização do feito em que se deve dar tal preferência, etiquetando-se, se necessário, de modo a possibilitar imprimir maior celeridade no trâmite processual ou no julgamento. Além disso, o gabinete ainda prioriza os feitos mais antigos para dar total cumprimento às diretrizes da duração razoável do processo e ao determinado no Código de Processo Civil.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Com o CPC as decisões monocráticas terminativas são usadas em casos específicos, resguardados na legislação e nos casos em que a probabilidade de interposição de agravo seja reduzida, pois a metodologia de processamento dos feitos no novo CPC fez com que o ciclo de duração do processo, com a adoção das decisões monocráticas, se tornasse mais longo. Assim, a preferência é sempre pelo julgamento colegiado.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são aprovados pelo Desembargador e depois disponibilizados para todos os servidores. Todos os atos judiciais minutados utilizam modelos, exceto os casos específicos, que são submetidos à aprovação da autoridade. Atualmente estamos migrando a base dos modelos para o PJe, via sistema SIGMA, buscando agilidade na elaboração das minutas e maior segurança quanto à padronização e atualização dos textos utilizados pela equipe.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A chefia do gabinete sempre verifica e supervisiona as atividades dos servidores, para aferir eventual necessidade de capacitação. Nas hipóteses em que se identifica a necessidade de capacitação do servidor sobre alguma matéria ou tema, de nossa competência, orientamos o servidor quanto ao entendimento e posicionamento do Desembargador sobre a questão e lhe indicamos o estudo de doutrina e jurisprudência respectivas. Quanto à identificação da necessidade de capacitação dos servidores em matérias não jurídicas, como o uso do PJe, sempre buscamos orientação das áreas de TI e de treinamento do TRF3, visando suprir as necessidades. Cabe apontar que a chefia e assessoria do Desembargador são orientadas a criar equipes para atualização dos temas e teses firmadas pelos Tribunais Superiores nos moldes das orientações dadas pelo Desembargador.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os feitos sobrestados estão nas tarefas da Subsecretaria. Firmadas as teses nos Tribunais Superiores, o gabinete requisita conclusão dos feitos sobrestados. A Subsecretaria mantém o controle das matérias referentes aos feitos. Temas suspensos, majoritariamente: IRDR (tetos constitucionais benefícios anteriores à CF/88); Tema 692 (devolução valores a título de tutela revogada); Tema 999 (revisão da vida toda) e; Tema 1018 (execução de título judicial após a opção do benefício deferido em sede administrativa). Além dos demais temas suspensos pelos Tribunais Superiores.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Sempre que possível e permitido, principalmente quando o Gabinete da Conciliação desenvolve projetos de conciliação com o INSS.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Raramente o Desembargador pede vista do feito, uma vez que é possível o acesso aos autos de maneira antecipada, preferindo o Desembargador declarar seu voto na sessão de julgamento; mas pedida a vista, o voto é levado na sessão seguinte a que o Desembargador participar.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Nos sistemas judiciais da própria Corte, pela pesquisa nos sites jurídicos, pela base do CJF e também pelos Núcleos de Inteligência deste TRF3.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Tanto na Seção, como também na Turma.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões (Seção e Turma) são realizadas de duas maneiras: Os votos são previamente disponibilizados pelos gabinetes e concordâncias e divergências lançadas no sistema PJe, cabendo ao órgão processante (Subsecretaria) consolidar os lançamentos. É praxe na Nona Turma o contato pessoal entre os magistrados para esclarecimentos sobre votos e posicionamentos, como também entre as assessorias, nos dias que antecedem a sessão.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, porém o plano de gestão não está consolidado em um documento específico. Sempre há planos de gestão, principalmente os destinados à triagem, ao cumprimento de prioridades legais e de metas do CNJ, como também para cumprimento de cotas individuais e coletivas. Estes planos de gestão são comunicados por meio de e-mail ou no grupo de WhatsApp do Gabinete, em especial para quem está em teletrabalho. Os planos de gestão e atribuições aos servidores em teletrabalho são documentadas nos formulários de Teletrabalho do TRF3. Todos os planos de gestão têm por premissa a redução de acervo, de acordo com a distribuição de processos ao Gabinete, e o cumprimento das metas estabelecidas pelos Conselhos (CNJ e CJF) e das prioridades legais.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente estamos com um servidor a menos, em razão da recente aposentadoria da antiga chefe de gabinete. Quanto aos recursos materiais, em razão do
---	---

	teletrabalho, há necessidade de se buscar equipar os servidores da mesma forma em que os mesmos estão equipados quando em trabalho presencial.
b) gestão do trabalho	<p>A gestão do trabalho tem por escopo primordial entregar a melhor prestação jurisdicional no menor tempo possível para as partes. A equipe do nosso Gabinete é composta majoritariamente por servidores antigos, muitos deles que já ocuparam cargos de assessoria e chefia, experientes, tanto sob o aspecto jurídico como administrativo. Nossa gestão do trabalho adota o pleno comprometimento dos servidores quanto ao fiel cumprimento dos deveres funcionais, como também pelo comprometimento em relação às orientações do Desembargador e da sua Chefia e Assessoria. Todos os servidores são orientados a serem solidários com a chefia e com os colegas, como também auxiliar sempre que haja dificuldades ou sobrecarga concentrada de demandas no Gabinete. Também neste plano de gestão todos são orientados a compreender perfeitamente as necessidades das demandas repassadas e a serem proativos na busca de soluções para as dificuldades que se apresentam. Na nossa gestão são estabelecidas cotas individualizadas para os membros da equipe, conforme suas competências, cabendo ao Desembargador e sua chefia não apenas supervisionar, mas auxiliar a equipe no cumprimento dos objetivos. Nossa gestão prima para que a comunicação seja rápida e direta. Em que pese o WhatsApp não ser um instrumento oficial de comunicação do tribunal, afigura-se a melhor forma de comunicação da equipe, inclusive do Desembargador com a equipe, como também da equipe com o Desembargador. Nesta gestão de trabalho a relação do Desembargador com sua equipe, e entre os membros da equipe, é sempre resguardada na harmonia, no respeito mútuo e na gentileza. A gestão não permite que seja feita pressão, ameaças ou ofensas a servidores. Na nossa gestão se prioriza as conversas para conscientização e para a compreensão das dificuldades do Gabinete e para a busca conjunta de soluções quanto a eventuais intercorrências. Nesta gestão de trabalho os agentes de segurança são dirigidos a atender as demandas pontuais inerentes ao seu cargo (transporte), sem qualquer participação no trabalho cotidiano da equipe.</p>

c) resultados	Em razão da implantação do Teletrabalho Extraordinário com 100% dos servidores em teletrabalho durante a pandemia, com a instituição de metas de desempenho individuais e da efetiva gestão - com foco na triagem e estabelecimento de prioridades de julgamento -, houve uma redução acentuada do acervo de processos conclusos no Gabinete.
---------------	---

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A entrega da prestação jurisdicional com qualidade e celeridade, com o total comprometimento da equipe.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A primeira ação é completar o quadro do gabinete, evitando aumento das cotas individuais. A segunda ação em curso é alocar os modelos de despachos, decisões e votos para o sistema SIGMA que integra o PJe, a fim de imprimir maior celeridade na elaboração das minutas, bem como manter os modelos numa única base de dados acessível a toda equipe e gerenciada e controlada pela assessoria do Desembargador.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A ampla adoção do teletrabalho, sem interferências do setor de Gestão de Pessoas do TRF3, no que se refere aos Gabinetes dos Desembargadores. Os resultados alcançados na pandemia foram os melhores, houve aumento da produção e melhora significativa da qualidade de vida dos servidores. Possibilitou-se também a mudança de muitos servidores para o interior do Estado, onde sensivelmente a qualidade de vida é melhor, bem como o custo de vida. Desta forma, entende-se que a adoção irrestrita do teletrabalho nos Gabinetes dos Desembargadores a todos os servidores dos Gabinetes, com a gestão unicamente atribuída ao Desembargador, tornará possível a manutenção dos benefícios decorrentes da adoção do teletrabalho a todos os servidores, como também de toda a sociedade, pois que beneficiada com o aumento da produtividade dos servidores.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através das ferramentas disponibilizadas pelo PJe. Neste controle se busca a informação da data da conclusão ao gabinete. Periodicamente, é feita uma checagem dos processos mais antigos, e sem movimentação, atribuídos ao Gabinete, para a imediata tomada de providências.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5020187-84.2021.4.03.0000	31/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão terminativa (não conhecimento) publicada em 18/2/2022 - não há notícia de interposição de recurso. Feito localizado em subsecretaria em 12/4/2022.		
5022031-69.2021.4.03.0000	22/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/3/2022, p. 23/3/2022, sem notícia de interposição de recurso até 12/4/2022. Feito localizado em subsecretaria.		
5021764-97.2021.4.03.0000	18/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/3/2022, p. 23/3/2022, sem notícia de interposição de recurso até 12/4/2022. Feito localizado em subsecretaria.		
5021416-79.2021.4.03.0000	15/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/3/2022, p. 23/3/2022. Sem notícia de interposição de recurso até 12/4/2022. Feito localizado na subsecretaria.		
5023254-57.2021.4.03.0000	4/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/3/2022, p. 23/3/2022, sem notícia de interposição de recurso até 12/04/2022. Feito localizado em subsecretaria.		
5018457-38.2021.4.03.0000	12/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/2/2022. Opostos embargos de declaração em 3/3/2022. Decorrido o prazo do INSS para contrarrazões em 26/3/2022. Autos na Subsecretaria aguardando conclusão para o gabinete (informação de 12/04/2021).		
5020291-76.2021.4.03.0000	1º/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/2/2022 - opostos embargos de declaração em 25/2/2022 - aguardando conclusão para o gabinete (informação de 12/4/2022)		
5171249-50.2021.4.03.9999	6/11/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 2/2/2022, p. 8/2/2022 - opostos embargos de declaração em 3/3/2022 - aguardando conclusão para o gabinete (informação de 12/4/2022).		
5021192-44.2021.4.03.0000	13/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 2/2/2022, p. 9/2/2022. Sem notícia de interposição de recurso. Feito localizado na subsecretaria em 12/4/2022.		
5172074-91.2021.4.03.9999	9/11/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão realizada em 16/3/2022, p. 23/3/2022. Protocolizada petição em 23/3/2022. Feito localizado em subsecretaria em 12/4/2022.		
5005968-37.2019.4.03.0000	13/3/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Encaminhado o feito para o Gabinete da Conciliação. Decisão de 29/3/2022 da Conciliação para se cancelar a distribuição. Certidão do Setor de Análise e Classificação, datada de 29/3/2022, certificando o cancelamento do feito.		
0011986-50.2013.4.03.6183	15/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração pautados para a sessão de 4/5/2022.		
0004241-07.2019.4.03.9999	3/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Referido feito somente ficou visível e disponível para o gabinete em março de 2022. (Chamado #: 10467659 - SEI 0010360-59.2022.403.0000). Em 12/4/2022 proferido despacho para encaminhamento dos autos ao MPF para parecer. Atualmente na Subsecretaria.		
0004312-09.2019.4.03.9999	5/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de julgamento na sessão de 25/5/2022. A princípio, trata-se do mesmo problema de que trata o processo SEI 0010360-59.2022.4.03.8000, uma vez que não se encontrava visível no gabinete ante de março de 2022.		
0004259-28.2019.4.03.9999	3/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em decorrência de erro no processamento do feito no PJe, o referido feito somente ficou visível e disponível para o gabinete em março de 2022 (Chamado #: 10467660 SEI 0010360-59.2022.403.8000) Previsão de julgamento do recurso na sessão de julgamento do dia 25/5/2022.		
5233089-95.2020.4.03.9999	24/4/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em decorrência de erro no processamento do feito no PJe, o referido feito somente ficou visível e disponível para o gabinete em março de 2022 (Chamado#: 10467661 SEI 0010360-59.2022.403.8000.) Previsão de julgamento na sessão de 25/5/2022.		
0043082-42.2017.4.03.9999	28/12/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria da Juíza Federal conv. Monica Bonavina - Julgados os ED em sessão realizada em 16/3/2022, p. 23/3/2022		
0011967-37.2016.4.03.9999	11/4/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0024089-82.2016.4.03.9999	14/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0001508-95.2014.4.03.6102	10/12/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0027211-40.2015.4.03.9999	13/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 4/5/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0012977-26.2013.4.03.6183	18/8/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo apto a ser incluído na pauta de julgamento da sessão de 25/5/2022.		

0028807-25.2016.4.03.9999	15/9/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0009549-29.2016.4.03.9999	17/3/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0000728-41.2013.4.03.9999	15/1/2013	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/3/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0001074-04.2007.4.03.6183	16/6/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0040848-34.2010.4.03.9999	27/10/2010	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0029462-70.2011.4.03.9999	18/7/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0008758-36.2011.4.03.9999	17/3/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0002203-32.2013.4.03.9999	23/1/2013	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0040537-72.2012.4.03.9999	10/10/2012	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0033452-06.2010.4.03.9999	31/8/2010	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0031447-45.2009.4.03.9999	1º/9/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0001909-53.2008.4.03.9999	17/1/2008	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/3/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0000458-29.2007.4.03.6183	19/8/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0043689-07.2007.4.03.9999	29/10/2007	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0005159-70.2003.4.03.9999	6/6/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		
0020648-40.2009.4.03.9999	12/6/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão de 20/4/2022, referente à retratação de que trata o art. 1040, II, do CPC.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 38 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos os processos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0004241-07.2019.4.03.9999

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0004312-09.2019.4.03.9999	0004259-28.2019.4.03.9999	5233089-95.2020.4.03.9999
0012977-26.2013.4.03.6183		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

5018457-38.2021.4.03.0000	5020291-76.2021.4.03.0000	5171249-50.2021.4.03.9999
---------------------------	---------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi conduzida com os assessores Fátima Regina B. B. de Mello e Maurizio Pestagna, do gabinete do Desembargador Gilberto Jordan, o qual se encontra em licença para tratamento de saúde. Os assessores se mostraram disponíveis e solícitos para a resposta a todos os questionamentos realizados.

A unidade está sob a responsabilidade do desembargador Gilberto Jordan e conta com dois assessores e 15 servidores, sendo que dois deles são agentes de segurança, que não atuam na produção de minutas de votos. A unidade também conta com dois estagiários de nível superior. Há vaga para um servidor, para que o quadro resulte completo.

Na última inspeção, o acervo já estava sob a responsabilidade do mesmo Desembargador.

Os dados levantados na inspeção e confirmados na entrevista realizada na unidade indicam que houve uma redução significativa no acervo dos processos no gabinete, que foi atribuída pelos assessores, dentre outros fatores, ao regime de teletrabalho dos

últimos dois anos. Segundo eles, o teletrabalho teria produzido expressiva melhora na produtividade dos servidores, inclusive em decorrência da inexistência de necessidade de deslocamento ao prédio sede, o que, em São Paulo, é especialmente relevante.

Para o teletrabalho, ao longo dos últimos dois anos, foram fixadas as metas individuais, tendo em conta a complexidade dos temas sob responsabilidade dos servidores e a necessidade de controle da distribuição, além de redução paulatina do acervo de processos. Assim, quando ocorre um acúmulo nos processos, há um esforço concentrado na equipe para que o julgamento supere o número de novos feitos.

As metas de produtividade foram recentemente redimensionadas, em virtude do retorno parcial ao trabalho presencial, a exigir distinção entre a produção local e a produção a distância. O controle das metas é atribuído a um dos servidores, que mantém os assessores informados.

Foi pontuado que as metas para o teletrabalho vêm sendo cumpridas, o que tem permitido uma redução do tempo de tramitação dos processos na unidade. Um dos fatores que vem contribuindo para o desempenho geral do gabinete tem sido a sistemática de triagem de processos, que embora seja feita de maneira manual, permite um melhor controle e distribuição do acervo que ingressa.

O gabinete concentra-se em julgamentos colegiados, tendo sido reduzido o número de decisões monocráticas, que ficam reservadas para situações muito específicas, como estratégia para evitar agravos legais. Assim, não há o hábito de uso de terminativas para aplicação de precedentes qualificados ou outras situações que envolvem exames de mérito.

Os feitos vinculados a temas que foram afetados pelos tribunais ao regime de precedentes permanecem sobrestados na subsecretaria que atende a turma e o levantamento do sobrestamento ocorre na medida em que o gabinete solicita. Verifica-se que houve um aumento do número de sobrestados, em relação à inspeção de 2020, porém este é um dado que se sujeita à sazonalidade da seleção de temas repetitivos e de repercussão geral pelos tribunais superiores, que, em matéria previdenciária, afetaram um grande número de temas nos últimos dois anos.

Atualmente, não há nenhuma iniciativa institucional para a conciliação nos processos previdenciários. Apenas quando as partes solicitam há oportunidade para a conciliação.

Notou-se que o controle de padronização das minutas ainda é feito fora do PJe, havendo grande expectativa de que o sistema SIGMA (que já vem sendo alimentado pelo gabinete) possa contribuir para a elaboração mais automatizada dos documentos.

A equipe, em que pese a distância, parece manter um bom clima organizacional, realizando reuniões telepresenciais e mantendo contato virtual por meio de whatsapp.

Segundo a assessoria, o gabinete não tem o quadro de lotação completo, o que dificulta o trabalho. Foi pontuada, ainda, a importância de um reforço no número dos cargos de chefia, considerando o grande volume de atribuições de grande complexidade atualmente concentradas entre os dois assessores.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos no gabinete, de 1.957 para 1.094. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.208 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.094.

A análise dos processos selecionados na amostra revelou a regularidade no tratamento e controle do acervo. Trata-se de um dos gabinetes com maior quantidade de processos baixados e com menor acervo.

Verifica-se, ainda, que, embora o total de embargos de declaração aguardando julgamento no gabinete tenha aumentado de 135, na última inspeção, para 221, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção, a proporção de embargos de declaração com conclusão superior a trinta dias, frente ao total, é menor que na inspeção de 2020, quando todos os embargos declaratórios aguardavam julgamento há mais de 30 dias.

Em relação ao número de processos julgados, a comparação com o quadro na inspeção anterior revela que, embora o total de feitos julgados (4.265 nos últimos 12 meses) tenha sido menor (em 2020 o total de julgados nos últimos 12 meses foi de 6.536), houve também um menor fluxo de processos distribuídos, de maneira que o acervo do gabinete está substancialmente menor.

Observa-se, também, que o gabinete vem priorizando os processos mais antigos, tendo havido redução considerável do volume de feitos anteriores a 2020, desde a última inspeção, sendo que, atualmente, o acervo do gabinete compõe-se, especialmente, de processos de 2021 e de 2022.

Assim sendo, é possível dizer que houve evolução em relação ao quadro existente na inspeção anterior.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 4 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Desembargador e sua equipe de servidores, pelo que se observa, têm resultado em uma consistente redução do acervo de processos e na redução do tempo de tramitação.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Manter o cumprimento das metas do CNJ e o bom desempenho constatado, que vem garantindo a redução do tempo médio de tramitação dos processos no gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO NILSON LOPES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Juiz Federal Convocado Nilson Lopes

2.2 Turma

9ª Turma - 3ª Seção

2.3 Competência

Feitos relativos à previdência e assistência social, excetuada a competência da Primeira Seção (art. 10, § 3º, do Regimento Interno do TRF3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Convocado Nilson Lopes

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Juiz Federal Nilson Lopes foi convocado, a partir de 29/11/2022 (Ato PRES 3603), para atuar no Gabinete 3103 (Gabinete 36), da 10ª Turma, em vaga decorrente da aposentadoria compulsória da Desembargadora Federal Lucia Ursaia, deixando o acervo em tramitação de 6.036 processos. Em virtude da remoção da Desembargadora Federal Leiva Paiva para a 10ª Turma, a partir de 3/2/2022, a convocação do Juiz Federal Nilson Lopes passou a ser para atuar no Gabinete 3092 (Gabinete 32), da 9ª Turma, assumindo o acervo em tramitação de 15.905 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

A Desembargadora Federal Leila Paiva esteve responsável pelo órgão até 2/2/2022 (Ato PRES 3727, de 21/1/2022).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Paula Alessandra Motta Molinari - Chefe de Gabinete Mariana Maria Telles - Assessora

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	19
Estagiários de nível superior	2
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	15.905
Processos suspensos/sobrestados	269
Processos conclusos	13.438
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	15.905
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	16.173
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	13.438
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	14.146
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	269
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	725

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é

sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	156
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	6
Reclamações	2
Ações rescisórias	133
Outros	13

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	15.749
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações de desapropriação	0

Recursos em ações com preferência legal	1.436
Outros	14.310

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	15.749
Apelações cíveis	14.800
Agravos de instrumento	865
Outros	84

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas Corpus	não se aplica
Revisões criminais	não se aplica
Outros	não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	não se aplica
Apelações	não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	não se aplica
Recursos em Habeas Corpus	não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	não se aplica
Outros	não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	não se aplica
Apelações	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas Corpus	não se aplica
Outros	não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	156
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	112
Agravos legais/regimentais	69
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	65
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	10
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	10

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	203
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	42

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	em branco
Ano anterior	em branco
2º ano anterior	123
3º ano anterior	3.755
4º ano anterior	2.108
5º ano anterior ou mais antigo	5.567

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	em branco
Ano anterior	274
2º ano anterior	3.996
3º ano anterior	3.035

4º ano anterior	1.662
5º ano anterior	1.483
6º ano anterior ou mais antigo	3.682

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	424
Ano anterior	2.174
2º ano anterior	3.014
3º ano anterior	2.324
4º ano anterior	1.279
5º ano anterior	1.159
6º ano anterior	1.083
7º ano anterior ou mais antigo	1.969

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.649
Total de Processos julgados	4.189
Total de Processos baixados	4.039
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-540
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-390

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	140
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64
Total de feitos não regularizados	1

Total de feitos não regularizados	0
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos julgados no ano anterior	4.107
Processos distribuídos no ano anterior	3.509
Processos distribuídos no ano corrente	354
Processos julgados no ano corrente	400

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.489
Pendentes em 31/12/2021	2.958
Porcentagem de atendimento da meta	60,38%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

1.154 pendentes julgamento - 77,97% de cumprimento de meta 2 de 2021 - ref. 2017
--

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9.426
Pendentes no último dia do mês anterior	4.031
Porcentagem de atendimento da meta	57,24%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.385
Pendentes no último dia do mês anterior	1.242
Porcentagem de atendimento da meta	74,41%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
--	---------------

Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	83,55
Taxa de congestionamento em 2021	79,00
Taxa de congestionamento em 2022	80,03

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Pendentes em 31/12/2021	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Pendentes no último dia do mês anterior	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.
Porcentagem de atendimento da meta	ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não se aplica a essa unidade.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	não se aplica
3429 - Alteração de local especialmente protegido	não se aplica
3619 - Crimes contra a Fauna	não se aplica
3622 - Agrotóxicos	não se aplica
3621 - Da Poluição	não se aplica

3623 - Atividades Nucleares	não se aplica
3624 - Caça	não se aplica
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	não se aplica
3627 - Pesca	não se aplica
3651 - Crimes Agrários	não se aplica
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	não se aplica
9583 - Arrendamento Rural	não se aplica
10016 - Inspeção Fitossanitária	não se aplica
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	não se aplica
10085 - Água e/ou Esgoto	não se aplica
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	não se aplica
10091 - Terreno de Marinha	não se aplica
10094 - Terras Indígenas	não se aplica
10095 - Águas Públicas	não se aplica
10102 - Terras Indígenas	não se aplica
10103 - Terreno Aldeado	não se aplica
10104 - Restituição de área - FUNAI	não se aplica
10105 - Demarcação	não se aplica
10106 - Recursos Minerais	não se aplica
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	não se aplica
10110 - Meio Ambiente	não se aplica
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	não se aplica
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	não se aplica
10113 - Flora	não se aplica
10114 - Fauna	não se aplica
10115 - Transgênicos	não se aplica
10116 - Agrotóxicos	não se aplica
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	não se aplica
10119 - Gestão de Florestas Públicas	não se aplica
10396 - Ambiental	não se aplica
10397 - Sanitárias	não se aplica
10438 - Dano Ambiental	não se aplica
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	não se aplica

9994 - Indenização por dano ambiental	não se aplica
3424 - Usurpação de águas	não se aplica
10986 - Crime contra a administração ambiental	não se aplica
11822 - Mineração	não se aplica
11823 - Reserva legal	não se aplica
11824 - Recursos Hídricos	não se aplica
11825 - Poluição	não se aplica
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	não se aplica
11827 - Zona Costeira	não se aplica
11828 - Área de Preservação Permanente	não se aplica
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	não se aplica
11830 - Patrimônio Cultural	não se aplica
11836 - Parcelamento do Solo	não se aplica
11841 - Política Agrícola	não se aplica
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	não se aplica
11862 - Saneamento	não se aplica

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Não se aplica a essa unidade

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	não se aplica
Pendentes no mês anterior	não se aplica
Percentual de cumprimento da meta	não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
a) Cumprir as recomendações do item 11 - longo transcurso de tempo entre a data da conclusão e a data da inclusão em pauta ou do julgamento do recurso; b) envidar esforços no sentido de regularizar os embargos de declaração e agravos internos pendentes de julgamento; e c) encontrar alternativas que contribuam para a redução do acervo, mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com especial foco para aqueles processos mais antigos, em observância às metas do CNJ.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O presente acervo foi assumido pelo Juiz Federal Convocado Nilson Lopes e equipe em 3/2/2022, de modo que um plano de gestão e trabalho está sendo implantado desde então. Em análise diagnóstica, verificou-se que foi adotado o julgamento monocrático com vistas a conferir celeridade e reduzir os prazos finais de julgamento dos feitos, bem como houve a efetiva diminuição dos embargos de declaração e agravos internos.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O plano de gestão do trabalho adotado buscou, inicialmente, a reclassificação dos feitos, adotando-se uma sistemática de triagem e etiquetas mais clara e precisa, bem como a redução de tarefas no sistema PJe, de forma a garantir a redistribuição entre os servidores e identificar de maneira mais eficaz os feitos passíveis de julgamento monocrático, especialmente aqueles baseados em temas repetitivos ou com repercussão geral já julgados e com jurisprudência consolidada. Os embargos de declaração e agravos internos também foram identificados com prioridade para julgamento e para não haver novo acúmulo. Também faz parte do plano de trabalho, a realização de mutirões com foco nos processos com data de distribuição mais antiga no Tribunal, com a finalidade de reduzir o acervo de processos da Meta2/CJF.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Os feitos referentes à Meta2/CJF constituem cerca de 41% do acervo e são alvo de planejamento estratégico para sua redução imediata, por meio da realização de mutirões. Busca-se, no momento, a redução dos feitos que envolvem em temas repetitivos ou com repercussão geral já julgados, que ainda são número elevado no acervo; o levantamento dos feitos sobrestados passíveis de julgamento, bem como os processos com data de distribuição mais antiga no Tribunal, essas com matérias variadas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Há mapeamento do processo de trabalho do julgamento dos recursos, com a descrição pormenorizada das tarefas. A adoção de uma triagem limpa e precisa viabiliza a produção das minutas com mais agilidade. O acervo de grande monta dificulta a adoção de medidas a longo prazo, tendo em vista a exigência constante de

atendimento a pedidos de prioridade de julgamento. A ausência de baixa dos autos no sistema PJe interfere na real compreensão do acervo, pois as pesquisas são falhas. A atualização mais frequente da estatística contribuiria para o melhor controle dos feitos no geral.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Paula Alessandra Motta Molinari - Chefe de Gabinete. Mariana Maria Telles - Assessora

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os processos são triados por órgão julgador/classe processual (3ª Seção/9ª Turma; apelações/agravos de instrumento/mandados de segurança/ações rescisórias) ou matéria/assunto (espécie de benefício; concessão/revisão/execução). O gabinete conta com 19 servidores lotados, incluídas a assessora e a chefe de gabinete, bem como 2 agentes de segurança, além de 1 prestando serviços e 2 estagiários do curso de Direito. Todos os servidores, à exceção dos agentes de segurança, exercem atividade-fim, elaborando minutas de despachos, decisões e votos, com atividades distribuídas a depender do assunto e órgão julgador, levando-se em consideração o conhecimento e a afinidade com a matéria. Há um servidor específico, destacado para organizar a triagem e distribuição dos processos aos demais, supervisionado pela assessoria e chefia de gabinete.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

O gabinete conta com 12 servidores exercendo suas atividades em regime de teletrabalho, conforme plano aprovado TPN (Trabalho Não Presencial). Os planos de trabalho foram realizados de forma a garantir o regime presencial em 20% (vinte por cento), conforme exigido pela Resolução PRES 370/2020 e atender às necessidades do gabinete e dos servidores.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Para os servidores que possuem plano de Trabalho não presencial é integral, comparecendo ao gabinete quando convocados ou em caso de necessidade.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A fixação das metas individuais é estabelecida conforme o tipo de processo que fica a cargo do servidor, dependendo do órgão julgador, classe processual ou matéria.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do cumprimento das metas é semanal, ficando a conferência a cargo da chefia de gabinete, através dos relatórios enviados/entregues pelos servidores, em cotejo com o próprio sistema PJe. Havendo não cumprimento injustificado das metas estabelecidas, o gabinete utiliza o sistema de reuniões para identificar os eventuais problemas enfrentados e buscar soluções para ajustes necessários.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A unidade não possui processos físicos. Com a digitalização integral do acervo do gabinete, os trabalhos concentram-se nos processos eletrônicos, de acordo com a sistemática desenvolvida para organização e distribuição de tarefas no sistema PJe, através das etiquetas. Quando recebidos da distribuição, a triagem dos processos é feita por classe processual (apelações/agravos de instrumento/mandados de segurança/ações rescisória) ou matéria/assunto (tipo de benefício; concessão/revisão/execução), sendo distribuídos aos respectivos servidores designados para sua análise. Há triagem, ainda, quanto aos processos que necessitam de despacho imediato, como vistas ao Ministério Público Federal, bem como os que serão separados para julgamento ou outras providências. Os processos recebidos da unidade processante também são triados, a fim de se identificar os que necessitam de despachos, os que retornaram com embargos de declaração ou agravo interno.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Anteriormente, quando ainda havia acervo físico os processos eram organizados em armários, separados por classe processual/assunto ou tipo de benefício, e disposto por ordem numérica, bem como cadastrada a localização física no sistema Siapro. No PJe, os processos eletrônicos estão organizados por etiquetas próprias por assunto e, em alguns casos, pela sigla inicial dos servidores já designados para a análise, levando-se em consideração o conhecimento e a afinidade com a matéria.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O Tribunal conta com Setor de Estatística, que publica mensalmente os dados referentes às entradas e saídas de processos, julgamentos e outros marcadores como metas e datas de julgamento. O gabinete avalia seus resultados mensalmente, de acordo com a estatística fornecida pelo Tribunal, e verifica o alcance das metas previamente estabelecidas, analisando a necessidade de eventuais ajustes. Quanto às movimentações, há servidor designado para triar os processos recebidos da unidade processante, a fim de se identificar os que possuem petições com necessidade de análise imediata, prioridade legal ou urgência, embargos de declaração ou agravo interno, análise de prevenção e recebidos de outros setores ou gabinetes. A chefia acompanha as movimentações, orientando a distribuição aos servidores. No tocante à inserção de processos na pauta de julgamento, conferência dos julgados e envio para assinatura do Juiz Federal Convocado, a movimentação é feita pela Chefe de Gabinete e Assessora.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

A meta coletiva do gabinete tem sido o julgamento dos processos em maior número que a distribuição. As metas individuais tem sido estabelecidas de acordo com o assunto/espécie de benefício, variando de 20 a 15 processos semanais, considerando o grau de dificuldade dos processos. Os servidores que realizam teletrabalho possuem meta diferenciada.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Por enquanto não se estabeleceu no gabinete nenhuma política de recompensas vinculadas às metas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Conforme plano de gestão estratégica, haverá a designação de mutirão para intensificar e aumentar o julgamento de processos da Meta 2 do CNJ, bem como estão sendo empregados esforços para o cumprimento na Meta 1 do CNJ. Em se tratando de Seção especializada em matéria previdenciária, a maior parte do acervo possui já prioridade legal, tendo em vista a idade dos segurados e os problemas de saúde.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, prioriza-se o julgamento através de decisões monocráticas, nos casos previstos pelo NCPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos ficam disponíveis na plataforma Teams, e são atualizados e conferidos pela chefia.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A equipe atualmente está capacitada conforme a divisão de equipes, por matéria e tipo de benefício. Há constante troca de aprendizagem entre o grupo e, se verificada a necessidade, há treinamento específico para o servidor. Há, também, o incentivo na participação em cursos e seminários oferecidos pelo Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Há temas para sobrestamento referentes a matérias previdenciárias, como por exemplo, do Superior Tribunal de Justiça: Tema 979 (Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social); Tema

982 (extensão do pagamento do adicional de 25% não relacionada às aposentadorias por invalidez), dentre outros; Tema 1005 (Fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública); Tema 1013 (Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Os processos que possuem proposta de acordo são despachados para encaminhamento ao Setor de Conciliação. Nos demais casos em que há convocação do Setor de Conciliação de temas específicos ou para envio de processos para eventual acordo, os processos são enviados prontamente.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O acervo possui poucos pedidos de vista e são levados com prioridade, dependendo do quórum das sessões, se possível dentro do mesmo mês.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A jurisprudência da Corte é acompanhada através da leitura de pauta dos julgamentos da 9ª Turma e da 3ª Seção, bem como em consulta jurisprudencial referente à cada matéria.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos pautados e os incluídos em mesa nas sessões de julgamento são previamente disponibilizados aos demais gabinetes integrantes da Turma ou Seção, com a antecedência combinada.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Na 9ª Turma, com os votos previamente disponibilizados, cada gabinete realiza a análise dos processos em que será colhido o voto. Eventuais apontamentos e divergências são comunicados e discutidos entre os gabinetes anteriormente à data da sessão. Os votos e divergências são lançados no sistema PJe até a data da sessão.

28. A unidade possui plano de gestão?
Sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O quadro de servidores encontra-se completo e devido ao expressivo acervo processual o gabinete conta com o auxílio de um servidor prestando serviços.
b) gestão do trabalho	O gabinete desenvolveu um plano de gestão do trabalho, tendo em vista a assunção do expressivo acervo processual.
c) resultados	Ainda serão colhidos, uma vez que o plano de gestão adotado é recente.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
O principal objetivo é a redução do acervo de processos, que é numericamente elevado, especialmente daqueles com data mais antiga de distribuição no Tribunal.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Tendo o Juiz Federal Convocado Nilson Lopes e equipe assumido o gabinete a partir de 3/2/2022, o plano de gestão inicial concentrou-se no mapeamento geral dos processos e adequação à sistemática de etiquetas adotada, a fim de otimizar a triagem. No primeiro momento, o foco foi a identificação de matérias cuja elaboração de minutas demandem o menor tempo possível, objetivando colocar rapidamente em pauta ou julgar um número de processos maior do que o da distribuição. Paralelamente, teve início um mutirão nos processos que tratam de benefícios por incapacidade, ação que será adotada em outras matérias oportunamente. Também foi realizado um mapeamento dos processos que versam sobre temas repetitivos ou repercussões gerais já julgados a fim de iniciar o trabalho com as minutas para julgamento monocrático.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
A comunicação entre os gestores e os servidores é realizada por e-mail e pelos aplicativos whatsapp e Microsoft Teams. O atendimento ao público é feito pela chefia através do e-mail corporativo, Microsoft Teams ou agendamento presencial.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
O controle periódico dos processos sem movimentação é feito através de dados extraídos mensalmente do BI, no site do TRF3, gerando uma tabela Excel, que permite

identificar e priorizar o julgamento dos feitos a partir da data de distribuição mais antiga no Tribunal.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5004544-57.2019.4.03.0000	26/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão de julgamento da 9ª Turma em 30/3/2022.		
5004100-24.2019.4.03.0000	21/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
5003255-60.2017.4.03.0000	3/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Providência: Agravo de instrumento julgado em 30/3/2022.		
5012099-96.2017.4.03.0000	17/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Providência: Agravo de instrumento julgado em sessão de 30/3/2022.		
5027157-71.2019.4.03.0000	18/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Providência: Decisão proferida julgando o agravo de instrumento prejudicado em 25/3/2022.		
5001864-46.2017.4.03.9999	24/4/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
5000011-32.2017.4.03.6109	20/6/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito em processamento de recurso adesivo - despachado para contrarrazões da parte recorrida.		
5000243-84.2017.4.03.6128	18/8/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 18/4/2022.		
5000080-89.2017.4.03.6133	28/8/2017	198-Apelação Cível
Providência: Embargos de declaração julgados em 16/3/2022.		
5000151-84.2017.4.03.6103	19/9/2017	198-Apelação Cível
Providência: Proferida decisão terminativa em 12/4/2022.		
5001704-84.2018.4.03.9999	8/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 12/4/2022.		
5002112-14.2017.4.03.6183	21/2/2018	198-Apelação Cível
Observação: Feito de relatoria da Des. Fed. Leila Paiva, da 10ª Turma.		
5002593-40.2018.4.03.6183	11/4/2018	198-Apelação Cível
Observação: Feito de relatoria da Des. Fed. Leila Paiva, de relatoria da 10ª Turma.		
5008732-42.2017.4.03.6183	11/4/2018	198-Apelação Cível

Observação: Feito de relatoria da 10ª Turma.		
5009765-33.2018.4.03.6183	25/9/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação: Feito de relatoria da Des. Fed. Leila Paiva, da 10ª Turma		
5010538-78.2018.4.03.6183	14/1/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação: Feito de relatoria da Des. Fed. Leila Paiva, da 10ª Turma		
0004289-17.2010.4.03.6301	7/1/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação: Feito de relatoria da Des. Fed. Leila Paiva, da 10ª Turma		
0021774-18.2015.4.03.9999	3/6/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/05/2022.		
0001426-41.1999.4.03.6118	26/8/2015	198-Apeação Cível
Providência: Proferida decisão monocrática em juízo de retratação em 12/4/2022.		
0001431-57.2013.4.03.6123	24/7/2015	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0001952-82.2012.4.03.6140	19/8/2015	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0005056-11.2013.4.03.6120	1º/10/2014	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0026659-75.2015.4.03.9999	7/7/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0000169-62.2008.4.03.6183	22/9/2015	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
5014614-65.2021.4.03.0000	25/6/2021	221-Conflito de competência
Providência: Proferida decisão declinando da competência para a 2ª Seção, em 22/3/2022.		
5008924-55.2021.4.03.0000	26/4/2021	221-Conflito de competência
Providência: Conflito de competência incluído em pauta de julgamento de 28/4/2022.		
5007582-77.2019.4.03.0000	28/3/2019	244-Reclamação
Providência: Reclamação incluída em pauta de julgamento de 28/4/2022.		
5021365-68.2021.4.03.0000	16/9/2021	221-Conflito de competência
Providência: Conflito de competência julgado em 7/3/2022; publicado em 9/3/2022.		
5014415-43.2021.4.03.0000	23/6/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		

5020082-10.2021.4.03.0000	14/10/2021	221-Conflito de competência
Providência: Conflito de Competência julgado em 7/3/2022, publicado em 10/3/2022.		
5067703-76.2021.4.03.9999	8/4/2021	198-Apelação Cível
Providência: Acórdão assinado pela Dra Leila Paiva, relatora, em 23/3/2022.		
0009337-89.2012.4.03.6105	18/3/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso julgado em 23/3/2022.		
0003717-90.2011.4.03.6183	10/4/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados por decisão monocrática em 22/3/2022.		
0007359-20.2011.4.03.6103	11/11/2015	198-Apelação Cível
Providência: Embargos de declaração julgados em 17/3/2022.		
0007945-12.2015.4.03.6105	27/4/2017	198-Apelação Cível
Providência: Embargos de declaração julgados em 23/3/2022.		
0052959-81.2013.4.03.6301	30/11/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será proferida decisão monocrática terminativa em 15 (quinze) dias.		
0012946-09.2010.4.03.9999	15/4/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Providência: Embargos de declaração julgados em 22/3/2022.		
5000160-43.2017.4.03.6104	29/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0004319-79.2011.4.03.9999	17/2/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0001701-37.2009.4.03.6183	18/2/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0004167-31.2011.4.03.9999	17/2/2011	198-Apelação Cível
Providência: Proferida decisão terminativa em 11/4/2022		
0007450-72.2009.4.03.6106	4/4/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0002800-55.2009.4.03.6114	29/4/2011	198-Apelação Cível
Providência: Proferida decisão terminativa em 11/4/2022.		
0011793-74.2009.4.03.6183	4/5/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 12/4/2022.		
0018253-07.2011.4.03.9999	16/5/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 18/4/2022.		

0018890-55.2011.4.03.9999	19/5/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 18/4/2022.		
0021934-82.2011.4.03.9999	3/6/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0001855-37.2010.4.03.6113	15/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0000850-32.2008.4.03.6183	17/8/2011	198-Apelação Cível
Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 11/4/2022.		
0033492-51.2011.4.03.9999	22/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0006149-87.2008.4.03.6183	24/4/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento convertido em diligência, com despacho proferido determinando a habilitação dos herdeiros, em 25/3/2022.		
0005336-94.2007.4.03.6183	7/2/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0004213-10.2012.4.03.6111	11/3/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0008501-89.2012.4.03.6114	26/3/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 12/4/2022.		
0003529-97.2012.4.03.6107	14/4/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão terminativa proferida em 29/3/2022.		
0043613-07.2012.4.03.9999	7/5/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Será proferida decisão monocrática terminativa em 15 (quinze) dias.		
0007823-61.2012.4.03.6183	29/7/2015	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0010598-54.2009.4.03.6183	17/12/2015	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0001281-22.2015.4.03.6183	29/12/2015	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decisão terminativa proferida em 29/3/2022.		
0008384-17.2014.4.03.6183	15/3/2016	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0007919-98.2007.4.03.6103	19/7/2010	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
0006325-71.2005.4.03.6183	27/10/2010	1728-Apeação/Remessa Necessária
Providência: Embargos de declaração julgados em 21/2/2022, publicado em 24/2/2022.		
0012051-82.2009.4.03.9999	20/4/2009	198-Apeação Cível
Providência: Homologada a desistência do agravo da parte autora; convertido o julgamento em diligência para juntar documentos em 23/3/2022.		
0010800-17.2008.4.03.6102	26/7/2010	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito será incluído em pauta de julgamento da 9ª Turma para a sessão de 25/5/2022.		
5009495-31.2018.4.03.0000	8/5/2018	156-Cumprimento de sentença
Providência: Cumprimento de sentença julgado em 21/2/2022, publicado em 23/2.		
5025407-63.2021.4.03.0000	20/10/2021	156-Cumprimento de sentença
Providência: Cumprimento de sentença julgado em 4/3/2022, publicado em 8/3/2022		
5011494-14.2021.4.03.0000	23/5/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeação
Observação/Providência: Será proferida decisão monocrática terminativa em 15 (quinze) dias.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 67 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos os processos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5004100-24.2019.4.03.0000	5001864-46.2017.4.03.9999	0026659-75.2015.4.03.9999
0004319-79.2011.4.03.9999	0005056-11.2013.4.03.6120	0007450-72.2009.4.03.6106
0021934-82.2011.4.03.9999	0001855-37.2010.4.03.6113	0033492-51.2011.4.03.9999
0006149-87.2008.4.03.6183	0005336-94.2007.4.03.6183	0004213-10.2012.4.03.6111
0043613-07.2012.4.03.9999	0007823-61.2012.4.03.6183	0010598-54.2009.4.03.6183
0008384-17.2014.4.03.6183	0007919-98.2007.4.03.6103	0010800-17.2008.4.03.6102

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5000011-32.2017.4.03.6109	5014415-43.2021.4.03.0000	0012051-82.2009.4.03.9999
5011494-14.2021.4.03.0000		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração e/ou agravo legal):

0001431-57.2013.4.03.6123	0001952-82.2012.4.03.6140	0000169-62.2008.4.03.6183
5000160-43.2017.4.03.6104		

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As entrevistas foram conduzidas com o Juiz convocado Federal Nilson Lopes e com a assessora Mariana Maria Telles e a chefe de gabinete Paula Alessandra Motta Molinari, que se mostraram disponíveis e solícitos para a resposta a todos os questionamentos solicitados.

A unidade está sob a responsabilidade do Juiz Federal Nilson Lopes, que assumiu o acervo do gabinete em 3/2/2022, em decorrência da remoção da anterior titular, Des. Federal Leila Paiva.

A equipe é composta por 19 servidores, mas está prestes a perder um servidor, contando, ainda, com 2 estagiários de nível superior. Dentre os servidores, há 2 agentes de segurança, que não atuam na produção de minutas de voto. Os demais atuam na atividade-fim, sendo que um dos servidores alterna seus trabalhos em triagem, algumas decisões terminativas mais simples e despachos de mero expediente.

A assessoria e o magistrado relatam que houve troca recente na titularidade do acervo em decorrência da remoção da Desembargadora Leila Paiva, da 9ª para a 10ª Turma, com necessidade de adaptação da equipe, originalmente vinculada a um gabinete da 10ª Turma, a novas rotinas da 9ª Turma, mais formais que as que eram adotadas na antiga secretaria processante. Houve a necessidade, também, de alteração de modelos, pois, ainda que a equipe tenha permanecido a mesma, a 9ª Turma tem entendimentos diferentes aos quais precisaram se ajustar. Outro fator que impactou no acervo da unidade e na produtividade do gabinete foi a sucessão de magistrados à frente da unidade nos últimos anos.

Em razão disso, o plano de trabalho da unidade é ainda bastante recente. Em um primeiro momento, a equipe se dedicou, em regime de mutirão, aos processos mais antigos sobre benefícios por incapacidade, matéria que permitiu a continuidade de julgamentos até que a equipe pudesse ter uma melhor noção do passivo que estava sendo assumido. Também foram devolvidos à secretaria processante cerca de 2.000 processos físicos, que já estavam digitalizados, mas que estavam guardados no gabinete sem qualquer movimentação.

A equipe está empenhada no aprimoramento da triagem e na melhor separação dos processos, muito embora o sistema do PJe, segundo a assessoria, não seja um facilitador, tendo em vista que não permite a criação de tarefas pelos gestores, apenas a possibilidade de inclusão de etiquetas, sendo que, ao serem listados os processos separados por etiquetas, o sistema acaba por resgatar, inclusive, os processos baixados, não permitindo uma perfeita visualização dos feitos que pendem de julgamento, sem triagem manual. De qualquer forma, o trabalho de triagem é reconhecido como

fundamental e permitirá a realização de diversos controles e divisão de tarefas, de forma a facilitar a produção de decisões e o uso de padrões decisórios.

Os gestores avaliam que, atualmente, a maioria dos feitos conclusos trata de pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição, e pretendem organizar a equipe para que se dedique, na quase sua totalidade, ao julgamento desses processos. Há a intenção de encaminhar os feitos que versam sobre incapacidade, se houver a possibilidade, ao sistema de conciliação, mas pontua-se que essa providência depende da existência de projetos específicos, originados da administração do TRF.

Os processos antigos, com pedidos de preferência originados da ouvidoria ou formulados por meio de contato telefônico das partes, são imediatamente encaminhados para dois servidores incumbidos de atender tais pedidos, a fim de que sejam prontamente julgados.

Foi registrado que há dificuldade na triagem dos processos mais antigos, pois o sistema apresenta limitações na geração de relatórios. De outro lado, registrou-se ser igualmente difícil a criação de modelos de minutas padrões para facilitar o julgamento dos feitos, uma vez que o sistema SIGMA, onde esses modelos seriam criados, trava com frequência, quando se intenta finalizar a inserção dos modelos.

Quanto ao regime de teletrabalho, foi consignado que a experiência foi extremamente positiva, pois houve aumento de produtividade em função da economia de tempo de deslocamento e pela redução no número de licenças para afastamento dos servidores, havendo interesse de toda a equipe em sua manutenção.

Atualmente, a equipe está majoritariamente em teletrabalho e aguarda novas definições da administração, tendo em vista a suspensão, por 60 dias, da norma que estava em vigor e que exigia o trabalho presencial dos servidores em três dias da semana.

Foi relatado que durante o regime de teletrabalho havia a fixação de metas de produtividade, as quais estão sendo redimensionadas em função do retorno ao trabalho presencial. Durante o teletrabalho integral o grupo de trabalho mantinha contato por meio de reuniões pelo Microsoft teams e pelo whatsapp.

A assessoria sugere que seja mantido o teletrabalho, devido ao resultado positivo obtido, bem como que sejam providas as 3 vagas de estágio que ainda estão em aberto. Afirma que envida esforços no aperfeiçoamento do sistema de triagem e que está dedicada ao uso das decisões terminativas, como forma de agilizar o julgamento dos feitos.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 12.823 para 13.438). Considerando, porém, o período de doze meses contados da inspeção, o quadro começa a se inverter, sendo possível constatar que no início do 12º mês anterior eram 14.146 feitos conclusos, e no mês anterior à inspeção eram 13.438, a indicar uma redução significativa do acervo de concluso, no período mais recente.

Quando comparado o quadro com o da inspeção anterior, verifica-se que não houve aumento de produtividade, uma vez que, pelos dados constantes na última inspeção, haviam sido julgados 7.227 feitos nos 12 meses anteriores, enquanto que, pelos dados desta inspeção, nos últimos 12 meses foram julgados 4.189 processos.

Importante registrar que, muito embora tenha havido aumento no acervo de processos conclusos e diminuição de processos julgados, houve, em paralelo uma diminuição da distribuição mais recente (em 2020 haviam sido distribuídos 5.765 processos nos 12 meses anteriores, sendo que nos últimos doze meses da presente inspeção, foram distribuídos 3.649 processos – item 4.18 do relatório).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 638, na última inspeção, para 156, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 37 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses, sendo, a média do gabinete, portanto, superior à da Seção.

Observa-se, também, que tem havido sucessivas modificações de relatoria e, mais recentemente, da própria equipe de servidores (que antes se dedicava a outro acervo de processos), a impactar fortemente no manejo do passivo e na necessidade de adaptações e readaptações. Há um esforço concentrado, no momento, no sentido de fazer a identificação e etiquetagem do acervo, como estratégia de gerenciamento, já que a grande parte dos processos não está adequadamente etiquetada no sistema processual.

Houve significativa redução dos processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória (eram 991 feitos e passaram a 203 feitos).

A Meta 1 do CNJ foi atendida, sendo que ainda há um quantitativo considerável de feitos pendentes de julgamento e vinculados às Metas 2 do CNJ. Houve, entretanto, redução também expressiva dos processos conclusos no gabinete e anteriores a 2019. A equipe vem priorizando as ações por incapacidade, entre as incluídas nas Metas 2.

Importante registrar que o magistrado responsável pelo acervo desde fevereiro do corrente ano vem fazendo uso sistemático de decisões monocráticas, como estratégia para aumento da produtividade, o que vem encontrando boa receptividade entre os

demais integrantes da Turma e permitindo um maior volume de decisões, desde que assumiu o gabinete.

De registrar, por fim, que a equipe do gabinete, sob a coordenação do Juiz Nilson Lopes, e o próprio juiz, estão há poucos meses à frente do numeroso acervo de processos. A equipe revelou um bom clima organizacional, é extremamente dedicada e já demonstra, a partir dos esforços de triagem e tratamento inicial do passivo, ter dimensionado o acervo de pendente de julgamento, fazendo uso de planilhas próprias e rotinas, definindo metas de produtividade e revelando potencial para permitir o enfrentamento do desafio enfrentado.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Manter os esforços na busca de alternativas que contribuam para a redução do acervo, mediante constante aperfeiçoamento dos planos de trabalho, com especial foco nos processos mais antigos.

Diante do observado, é possível concluir que algumas recomendações da inspeção de 2020 permanecem válidas, em especial a pertinente à adoção de medidas para redução do tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, que, atualmente, é de 37 meses, maior do que o apurado na última inspeção (era de 20 meses).

O acervo de processos também merece especial atenção e, talvez, alguma espécie de tratamento específico, com força de trabalho externa que possa ser agregada e somar-se temporariamente nos esforços empreendidos pela equipe do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MÔNICA BONAVINA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete - Juíza Federal Convocada Monica Bonavina

2.2 Turma

9ª Turma/3ª Seção

2.3 Competência

Previdenciário e Assistência Social

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juíza Federal Convocada Monica Bonavina

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

A Juíza Federal Monica Bonavina foi convocada para assumir o Gabinete 30 em 20/10/2021, em razão da aposentadoria do Desembargador Federal Batista Gonçalves, consoante ATO PRES n. 3537, de 20 de outubro de 2021.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim, o Desembargador Federal Batista Gonçalves, de 7/5/2020 a 19/10/2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Rosangela Picco - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	1. Rosangela Picco; 2. Elaine Cristina Rocha; 3. Marcia Maria Kozonara; 4. Alexandre Riso da Rocha; 5. Anderson Rocha Fernandes; 6. Andrea Bugano Passanezi; 7. Luis Eduardo de Almeida Bedin; 8. Carmen Dolores Lins de Alencar; 9. Maria das Graças Santana; 10. Marisa Boer; 11. Roberta Cristina Ligório; 12. Leila Overa da Silva Tupinamba; 13. Luciana Haddad de Carvalho Capocchi (sairá assim que publicada a dispensa solicitada)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	9.578
Processos suspensos/sobrestados	503
Processos conclusos	7.079
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	9.578
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	10.305
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.079
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.030
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	503
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	732

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	82
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	72
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	9.496
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0

Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.170
Outros	8.326

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	9.496
Apelações cíveis	8.808
Agravos de instrumento	651
Outros	37

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	125
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	97
Agravos legais/regimentais	44
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	41
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	3
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	3

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	115
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	20

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	162
3º ano anterior	3.589
4º ano anterior	1.378
5º ano anterior ou mais antigo	1.358

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	432
2º ano anterior	2.930
3º ano anterior	2.758
4º ano anterior	877
5º ano anterior	685
6º ano anterior ou mais antigo	342

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	390
Ano anterior	1.835
2º ano anterior	1.674
3º ano anterior	1.753
4º ano anterior	646
5º ano anterior	513
6º ano anterior	155
7º ano anterior ou mais antigo	50

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.885
Total de Processos julgados	2.750
Total de Processos baixados	4.309
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.213
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-424

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	106
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na inspeção anterior	56
Total de feitos não regularizados	5

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.936
Processos julgados no ano anterior	4.409
Processos distribuídos no ano corrente	393
Processos julgados no ano corrente	952

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.816
Pendentes em 31/12/2021	214
Porcentagem de atendimento da meta	95,68%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017: 2.746, pendentes em 31/12/2021: 549, porcentagem de atendimento da meta: 94,22%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.961
Pendentes no último dia do mês anterior	636
Porcentagem de atendimento da meta	87,21%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.943
Pendentes no último dia do mês anterior	611
Porcentagem de atendimento da meta	93,14%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica

Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica
------------------------------------	---------------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	79,37
Taxa de congestionamento em 2021	65,86
Taxa de congestionamento em 2022	67,73

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ
Pendentes em 31/12/2021	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ
Pendentes no último dia do mês anterior	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ
Porcentagem de atendimento da meta	Ações coletivas estão fora da Meta 2022 do CNJ

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
Não se aplica	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	não se aplica
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0

3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0

11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0
3424 - Usurpação de águas	0

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Servidores são incentivados a participar dos cursos de atualização do PJe e outros sistemas administrativos eletrônicos necessários para o bom andamento do gabinete.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	não se aplica
Pendentes no mês anterior:	não se aplica
Percentual de cumprimento da meta:	não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) cumprir as recomendações listadas no item 11; b) envidar esforços no sentido de diminuir o quantitativo de embargos de declaração e de agravos internos pendentes de julgamento há mais de 180 dias; c) encontrar alternativas que contribuam para a redução do acervo, mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com especial foco para aqueles processos mais antigos, em observância às metas do CNJ; e Relatório de Inspeção - TRF 3ª Região (0209389) SEI 0001428-96.2020.4.90.8000 / pg. 852 Conselho da Justiça Federal Corregedoria-Geral da Justiça Federal Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 3ª Região de 4 de maio a 10 de julho de 2020

853 d) promover esforços no sentido de diminuir o tempo entre a distribuição/ conclusão e o primeiro julgamento.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Procs: 00036253820144036109, 00107820320124036119, 0304141520124039999 e 00419014020164039999: foi levantado o sobrestamento para julgamento nas próximas pautas ou por monocrática, dependendo do caso e Proc. 00052202420134036104: incluído na pauta de 04/05; b) foi solicitado a alguns servidores que priorizassem o julgamento dos embargos de declaração e de agravos internos pendentes; c) a partir de 20/10/2021 a Magistrada Convocada foi tomando conhecimento dos entendimentos e posicionamentos do Gabinete, de modo a proceder aos ajustes necessários nas minutas, para as padronizações devidas e ajustes aos seus entendimentos pessoais. Após, iniciou-se o julgamento dos casos, consoante possível, por monocráticas, com aumento gradual da produtividade no Gabinete; d) tem sido feito esforço contínuo no sentido de julgar os feitos mais antigos com o perfil da Meta 2 do CNJ de 2021, com acompanhamento constante por lista em planilha Excel, constante da rede e de acesso a todos os servidores.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Com a orientação da Corregedoria do CJF, a intenção é aperfeiçoar o planejamento estratégico e aprimorar as relações interpessoais no Gabinete 30, que demandam especial atenção dos atuais gestores da unidade.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 2 não foi plenamente cumprida. A intenção é monitorar a lista com os feitos constantes da Meta 2 e julgar, outrossim, os feitos mais recentes, tais como Agravos de Instrumento, Embargos de Declaração, Agravos Internos, pedidos de antecipação de tutela, Mandados de Segurança e o máximo de feitos recentemente distribuídos. Observa-se que o Gabinete 30 tem competência apenas em matéria previdenciária de modo que todos os processos relacionam-se à verbas alimentares e, portanto, urgentes.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Mapeamento dos processos de trabalho, tendo alguns servidores e magistrada participado do curso "on line" para uso do BIZAGI. Temos feito acompanhamento de julgamento de processos mais antigos por relatório em planilha Excel, para Meta 2 de 2021 e o acervo da 3ª Seção. Temos procurado aplicar a comunicação não-violenta (CNV), a fim de possibilitar a todos que consigam expressar suas observações, sentimentos, necessidades e pedidos da forma mais clara possível. São realizadas reuniões mensalmente, inclusive com a Magistrada, para divulgação de boas notícias, análise do andamento dos trabalhos, pedidos das chefias e servidores, sugestões e observações. Dificuldade em admitir novos servidores, em razão da temporariedade da convocação da Magistrada e do número escasso de servidores no quadro de funcionários do Tribunal. Há tratativas com o setor competente para a contratação de estagiários. O ponto positivo é que o grupo está motivado a vencer o desafio de reduzir o acervo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Monica Bonavina e Rosangela Picco

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Trabalho é dividido por tipos de benefícios previdenciários, com exceção da servidora que trabalha no setor administrativo. Atividade-meio: 1 servidora Atividade-fim: 13 servidores (uma servidora está saindo do gabinete nos próximos dias)

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, o Gabinete 30, a fim de atender ao desejo dos servidores de permanecer em regime de teletrabalho e aumentar a produtividade aderiu ao PDI, permitindo que 80% dos servidores permaneçam em regime de teletrabalho. Atualmente, apenas 1 servidora trabalha presencialmente, todavia, ela está em processo de alteração de lotação. A partir de 4/4/2022 o teletrabalho extraordinário deve se encerrar e constantemente devem ser revistas as cotas de trabalho presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral para os que o fazem. A chefe e assessora comparecem presencialmente, conforme a necessidade. A magistrada tem comparecido regularmente ao Tribunal para acompanhar os servidores em seus comparecimentos presenciais.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Em razão da complexidade da matéria. Há o pedido das chefias para o atendimento mínimo de cotas diárias. Todavia, o cumprimento das cotas é analisado com muita parcimônia, considerando-se as variações de complexidade na elaboração das minutas

por semanas. Muitos feitos mais antigos são mais complexos e, portanto, demandam mais tempo para serem elaborados, o que é considerado pelos gestores.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Através de planilha de meta, enviada semanalmente para a chefe de gabinete, por e-mail. Se não houver cumprimento da cota, o servidor é convidado para uma reunião sobre o ocorrido. A conversa conta com a presença da Magistrada e através da CNV todos se comunicam. Constatado o não-cumprimento da cota, é dada oportunidade para reajuste no uso do tempo por parte do próprio servidor. Permanecendo a produtividade aquém do esperado, há o retorno ao trabalho presencial, pois o PDI implica necessariamente o aumento de produtividade. Não se trata de punição, mas de consequência das regras do PDI.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Prejudicada.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Através de etiquetas e pastas no PJe.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é realizado por listas Excel, manuseio do Painel do PJe, envio de e-mails de pedido de preferências e tabela das preferências legais solicitadas aos servidores.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há apenas metas individuais.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Atualmente, em razão da temporariedade da Juíza Federal Convocada, na titularidade do acervo, não foi adotada política de recompensas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Eles são diferenciados com etiquetas e informado ao servidor responsável a prioridade existente, com acompanhamento da elaboração da minuta, em tabela da Assessoria. Temos ainda a lista de processos da meta do CNJ, disponibilizada na rede do Gabinete, para que os servidores possam priorizar os mais antigos, com a devida anotação das minutas elaboradas.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos padrões de votos e decisões estão disponíveis na rede do Gabinete, sendo adaptados pelos servidores, conforme o caso concreto. Após, existe a revisão da chefia e, em seguida da magistrada, para a efetiva inclusão em pauta ou assinatura da decisão.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

No decorrer do desenvolvimento do trabalho executado, em razão das dúvidas apresentadas. Temos incentivado os servidores a participar dos cursos do PJe, bem como de outros cursos que contribuam para o aprimoramento do servidor na realização de suas tarefas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é realizado através de arquivo localizado na rede do Gabinete, o qual é sempre atualizado, de acordo com os Temas previdenciários sobrestados e julgados. Matéria sobrestada - previdenciária: . Tema 1102 - STF . Tema 692 - STJ . Tema 1018 - STJ. Tema 1124 - STJ . IRDR n. 5022820-39.2019.403.0000 (TRF 3), suspenso em razão do RE e RESP interpostos em face do julgado.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Está em andamento um projeto de tentativa de conciliação e mediação de gabinetes da Nona Turma com Procuradores do INSS.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são excepcionais e quando ocorrem o feito é levado, na primeira sessão imediatamente realizada.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de consulta ao site do Tribunal, do CJF, bem como do PJe.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As exclusivamente virtuais são realizadas no PJe, com o prévio compartilhamento dos votos entre os pares da Turma/Seção, para a votação no painel e as por vídeo conferência, consideradas presenciais, em razão dos pedidos de sustentação oral, além da elaboração da pauta no PJe, são realizadas através do sistema Microsoft Teams, para a votação.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Foi elaborado pela Juíza Federal Convocada em meados de novembro de 2021, como um plano de curto prazo, considerando a proximidade da Inspeção do CJF, ciente a Magistrada da temporariedade de sua atuação junto ao Gabinete 30.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente o contato com os recursos humanos é majoritariamente virtual, pois grande parte da equipe está trabalhando em regime de teletrabalho e os processos são virtuais. Há três vagas abertas no gabinete e estamos tentando contratar estagiários. Os materiais necessários são requisitados consoante a demanda, mencionando-se que com o teletrabalho as demandas têm sido reduzidas.
b) gestão do trabalho	A Magistrada organiza reunião mensal com a equipe, para discutir sobre o andamento dos trabalhos, colher opiniões, sugestões, no intuito de aprimorar sempre a relação do grupo, para atingir os bons resultados dos trabalhos executados.
c) resultados	Aumento de produtividade e melhora na comunicação dos gestores com a equipe.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Estimular o bom relacionamento e trabalho da equipe, com o alcance das metas de produtividade visando atingir as Metas do CNJ.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Tentar sempre estimular o bom trabalho da equipe com a comunicação não violenta e integração permanente do grupo.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Manutenção da equipe toda em regime de teletrabalho, de forma híbrida; manter as reuniões virtuais; as audiências virtuais e por videoconferência.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através de consulta periódica no Sistema de Relatório Gerencial, na lista de Meta, bem como no painel do PJe.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5007529-28.2021.4.03.0000	9/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de 20/4/2022.		
5011459-54.2021.4.03.0000	21/5/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento colegiado de 4/5/2022.		
5026025-42.2020.4.03.0000	18/9/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardo a Sessão de 30/3/2022.		
5000713-30.2021.4.03.0000	20/1/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento de 20/4/2022.		
5000162-84.2020.4.03.0000	8/1/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática publicada em 28/3/2022.		
5012477-52.2017.4.03.0000	20/7/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decisão proferida em 22/3/2022.		
5010319-24.2017.4.03.0000	28/6/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decisão publicada em 14/2/2022, está na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso.		
5019441-61.2017.4.03.0000	10/10/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decisão monocrática proferida em 22/3/2022.		
5000057-15.2017.4.03.6111	1º/3/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 23/3/2022.		

5004673-72.2018.4.03.9999	3/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática elaborada em 29/3/2022.		
5004851-21.2018.4.03.9999	16/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 24/3/2022.		
5003606-11.2017.4.03.6183	25/7/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de 20/4/2022.		
5001751-29.2016.4.03.9999	11/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento colegiado de 4/5/2022.		
0009423-76.2016.4.03.9999	16/3/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão elaborado. Será incluído na próxima pauta de julgamento (maio/2022).		
0017330-39.2015.4.03.9999	30/4/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com acórdão elaborado. Será incluído na próxima pauta de julgamento colegiado (maio/2022).		
0001120-73.2016.4.03.9999	18/1/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão elaborado. Será incluso na próxima pauta de julgamentos (maio/2022).		
5795140-22.2019.4.03.9999	29/6/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria, com prazo em curso. Julgamento colegiado ocorrido em 16/3/2022.		
5001791-93.2020.4.03.0000	30/1/2020	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo na subsecretaria. Decisão monocrática assinada em 13/4/2022.		
0003787-05.2014.4.03.6183	20/6/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em razão da interposição de Recurso Especial e Extraordinário contra acórdão proferido nesta E. Corte - IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000831-52.2017.4.03.6141	15/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com acórdão elaborado. Será incluído na próxima pauta de julgamento (maio/2022).		
5000077-93.2019.4.03.6124	25/10/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na próxima pauta de julgamento colegiado (maio/2022).		
5002367-35.2018.4.03.6183	19/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento colegiado de 04/05/2022.		
0004194-45.2013.4.03.6183	23/9/2016	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo será incluído na próxima pauta de julgamento colegiado (maio/2022).		
0000424-68.2015.4.03.6120	26/12/2016	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 4/5/2022.		
0037489-78.2011.4.03.6301	20/6/2016	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de julgamento de 4/5/2022.		
5000548-32.2016.4.03.9999	17/3/2016	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 25/3/2022.		
5001819-76.2016.4.03.9999	19/7/2016	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na Subsecretaria da Nona Turma. Acórdão publicado em 22/2/2022.		
5001717-20.2017.4.03.9999	10/4/2017	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática elaborada em 28/3/2022.		
5000379-74.2018.4.03.9999	24/1/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática publicada em 25/3/2022.		
5000399-19.2018.4.03.6102	4/7/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática publicada em 28/3/2022.		
5002065-34.2018.4.03.6109	11/7/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Despacho elaborado em 30/3/2022 para regularização dos autos. Será incluído em pauta de julgamento, com prioridade total, assim que retornar à conclusão do gabinete.		
5004932-67.2018.4.03.9999	23/8/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento colegiado de 4/5/2022.		
5008652-44.2018.4.03.6183	21/7/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com decisão publicada em 15/3/2022, está com prazo em curso na Subsecretaria da Nona Turma.		
5004151-96.2018.4.03.6102	18/7/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 23/3/2022.		
5003791-64.2018.4.03.6102	18/7/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento colegiado de 4/5/2022.		
5005131-89.2018.4.03.9999	6/9/2018	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 24/3/2022.		

5009958-48.2018.4.03.6183	9/8/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta de julgamento, ainda deste primeiro semestre.		
5027760-57.2018.4.03.9999	21/8/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 24/3/2022.		
0001063-12.2007.4.03.6106	3/5/2010	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase de Restauração de Autos, está na Subsecretaria da Nona Turma.		
0043171-36.2015.4.03.9999	2/12/2015	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma. Publicado o acórdão em 22/2/2022.		
0000600-63.2013.4.03.6105	20/9/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na Subsecretaria da Nona Turma, publicado o acórdão em 22/2/2022.		
0007851-22.2015.4.03.9999	6/3/2015	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria, com prazo em curso. Decisão monocrática publicada em 25/3/22.		
5116533-10.2020.4.03.9999	16/1/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática publicada em 25/3/2022.		
0006696-22.2012.4.03.6108	11/4/2014	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando o julgamento colegiado: Pauta - 4/5/22.		
0002185-51.2012.4.03.6117	12/3/2015	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma. Decisão monocrática proferida em 25/3/22.		
0020945-57.2003.4.03.9999	6/8/2003	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo incluso na Sessão de julgamento de 30/3/2022.		
0037794-31.2008.4.03.9999	29/10/2012	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo com minuta elaborada, será incluído na próxima pauta de julgamento (maio/22).		
5035960-48.2021.4.03.9999	19/2/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática publicada em 28/3/2022.		
0008427-85.2010.4.03.6120	19/11/2013	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo em referência é de Relatoria do MM. Juiz Federal Convocado Nilson Lopes (Gab. 32) e não deste acervo.		
0040501-30.2012.4.03.9999	10/10/2012	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Processo aguardando a Sessão de julgamento colegiado de 04/05/2022.		
0014725-04.2007.4.03.9999	14/10/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento colegiado. Pauta: 4/5/22.		
0039906-36.2009.4.03.9999	17/11/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com minuta elaborada, será incluído na próxima pauta de julgamento colegiado (maio/2022).		
0042153-87.2009.4.03.9999	10/12/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão elaborado, será incluído na próxima pauta de julgamento (maio/2022).		
0017421-03.2013.4.03.9999	12/6/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com minuta elaborada, será incluído na próxima pauta de julgamento (maio/22).		
0008027-74.2010.4.03.9999	17/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento colegiado. Pauta - 4/5/22.		
0047916-84.2000.4.03.9999	26/5/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na próxima pauta de julgamento colegiado (maio/2022).		
0010617-92.2008.4.03.9999	24/3/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando o julgamento colegiado. Pauta: 4/5/22.		
0027767-81.2011.4.03.9999	7/7/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com minuta elaborada, será incluído na próxima pauta de julgamento (maio/22).		
0006288-84.2006.4.03.6126	12/2/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído em uma das pautas, ainda deste semestre.		
5024903-62.2018.4.03.0000	30/7/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Nona Turma, com prazo em curso. Decisão monocrática proferida em 24/3/2022.		
0005059-83.2004.4.03.6183	9/2/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na Subsecretaria da Nona Turma. Acórdão publicado em 23/3/2022.		
0000234-33.2003.4.03.6183	16/11/2006	1728-Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: Publicado o acórdão em 23/3/2022.		
5029629-74.2021.4.03.0000	26/11/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo com decisão monocrática proferida em 22/3/2022.		
0001618-60.2005.4.03.6183	11/12/2006	1728-Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com prazo em curso na Subsecretaria, acórdão proferido na Sessão realizada em 16/3/2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 63 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5019441-61.2017.4.03.0000	5002065-34.2018.4.03.6109	0037794-31.2008.4.03.9999
0039906-36.2009.4.03.9999	0042153-87.2009.4.03.9999	0017421-03.2013.4.03.9999
0027767-81.2011.4.03.9999	0006288-84.2006.4.03.6126	

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5004673-72.2018.4.03.9999	0009423-76.2016.4.03.9999	0017330-39.2015.4.03.9999
0001120-73.2016.4.03.9999	0004194-45.2013.4.03.6183	5001717-20.2017.4.03.9999
5008652-44.2018.4.03.6183	5009958-48.2018.4.03.6183	

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida pela Juíza Federal convocada Monica Bonavina e pelas assessoras Elaine Cristina Rocha e Rosângela Picco, que exercem, respectivamente, os cargos de assessora e chefe de gabinete. Após as apresentações iniciais, as entrevistas foram conduzidas separadamente, com a Juíza e com sua assessoria, tendo havido excelente disposição para os esclarecimentos que foram solicitados e tendo sido relatado o que segue:

- Contextualização:

Sobre a situação atual da unidade, foi informado que as gestoras assumiram suas responsabilidades por ocasião da assunção da magistrada convocada em virtude da aposentadoria do Desembargador Federal Batista Gonçalves, ocorrida em 20/10/2021. Até então, a gestão do gabinete estava a cargo de outros servidores, os quais foram exercer suas funções em outros gabinetes, por opção pessoal.

Segundo relatado, as atuais gestoras já compunham a equipe do gabinete, exercendo FCs, porém a gestão era exercida pelos assessores que haviam sido integrados ao grupo pelo Desembargador Federal Batista Gonçalves. De ressaltar que em momento anterior, a equipe, em sua maior parte, já existia, sendo que a atual chefe de gabinete, Rosângela, já havia exercido este mesmo cargo.

Foi esclarecido que o acervo assumido neste momento pela atual Juíza, após sucessivas remoções de magistrados, já teria sido gerenciado pelas mesmas servidoras em anos pretéritos, em torno de 2017/2018. Registrou-se que naquela época haviam diligenciado no sentido de manter etiquetas atualizadas nos feitos digitalizados, entre outras estratégias de controle implementadas, as quais, neste momento, foram importantes para o gerenciamento do acervo, tendo em vista que, em grande parte, os

mesmos processos retornaram para a equipe, muitos no mesmo estágio em que se encontravam no último contato.

Com relação à equipe atual, foi relatado que, após a convocação da magistrada, ocorreu a dispensa de um servidor em razão de não conseguir adaptar-se às novas metas e rotinas do gabinete, e outros três servidores deixaram a equipe por opção própria. Assim, o gabinete, na atual composição, conta com 12 servidores, sendo que, destes, nenhum é agente de segurança.

- Plano de trabalho:

Segundo informado pela assessoria, ao assumir o gabinete, em outubro de 2021, a magistrada definiu como estratégia investir no cumprimento de metas do CNJ, sobretudo na Meta 2. Assim, considerando a ausência de estagiários, as próprias gestoras se empenharam na triagem dos processos mais antigos, dividindo-os por matéria, com base nas etiquetas já existentes - conforme mencionado.

O plano de trabalho inicial, descrito como emergencial, foi elaborado a partir da triagem dos processos mais antigos, com base em relatório gerencial, do qual, segundo foi colocado, em vista do preenchimento das etiquetas, é possível extrair os feitos mais antigos a partir da exclusão manual dos já baixados.

A estratégia no início consistiu em permitir, após a triagem, que o próprio servidor gerenciasse seu dia, selecionando os processos para trabalhar, de forma que a meta diária pudesse ser atingida mediante confecção de minutas em feitos de menor complexidade, sem prejuízo à antiguidade.

Há um servidor responsável pela triagem dos processos que chegam no gabinete e por todo fluxo administrativo.

A meta de produtividade diária para servidor em teletrabalho foi quantificada nos moldes a seguir:

- 1) Aposentadoria Incapacidades: 4 processos minutados por dia.
- 2) Aposentadorias Tempo de Contribuição/especial: 4 a 5 processos minutados por dia.
- 3) Loas, auxílio-doença, outras matérias: 4 processos minutados/dia.
- 4) Retratação: 4 processos minutados/dia.

O controle do cumprimento das metas é realizado pela chefe de gabinete, mediante planilha semanal atualizada por cada servidor.

São realizadas reuniões virtuais mensais, com a participação da Juíza Federal convocada. Para orientação/dúvidas, são utilizados grupos de whatsapp conforme a matéria.

Foi destacado que todas as atividades necessárias para o andamento do feito, que não sejam especificamente voltadas à confecção de minutas, estão sendo coordenadas pelas gestoras, a fim de que os servidores permaneçam focados na elaboração dos projetos de voto e decisões.

Nesse contexto, as tarefas administrativas, como elaboração de pautas de julgamento – as quais devem ser enviadas para a secretaria por e-mail, acompanhadas de listagem com os números dos processos e respectivas descrições resumidas -, além de despachos diversos, são realizadas pela chefe de gabinete.

Com relação às decisões monocráticas, foi relatado que têm sido utilizadas sempre que possível como uma das estratégias para redução do acervo. Com o julgamento monocrático, o número de processos incluídos em pauta de julgamento reduziu de cerca de 200 mensais para aproximadamente 70.

Também foram encaminhados alguns processos para o projeto de conciliação e constatadas diversas desistências em recursos do INSS, que foram baixados do acervo.

- Processos antigos, preferências legais, ouvidoria

Os processos antigos, segundo a equipe, vêm recebendo especial atenção. Com relação aos pedidos encaminhados pela ouvidoria interna ou encaminhados pelo CNJ, o processo é identificado na planilha de controle (excel) e encaminhado ao servidor que atua na matéria para providenciar andamento imediato.

- Trabalho a distância

Em razão da pandemia, o teletrabalho estava sendo prestado pela maior parte dos servidores, os quais, também em maior parte, vinham alcançando as metas que passaram a ser monitoradas de forma mais ativa a partir da convocação da magistrada. A assessora Elaine mencionou que ela própria vivenciou uma experiência bem positiva de sete anos em teletrabalho. Foi destacado pela magistrada e pelas assessoras que o êxito no trabalho a distância depende do perfil do servidor, sendo ideal para alguns enquanto outros têm dificuldade para se adaptar. Consideram o teletrabalho como um incentivo àqueles que têm interesse em trabalhar nas próprias casas, evitando o deslocamento que pode ser demorado e dispendioso.

Avaliam que se, eventualmente, forem estabelecidas restrições que inviabilizem a realização do trabalho a distância de forma muito ampla, o retorno ao presencial acarretará expressiva redução na produtividade.

- Boas práticas e sugestões

Como boas práticas, foi relatado o esforço desenvolvido para manter atualizadas as informações nas etiquetas dos processos; a existência de “check list” organizado para agilizar e orientar a atuação dos servidores ao preparar minutas; a redução no acervo de processos mais antigos mediante triagem específica e manutenção de planilhas específicas com dados atualizados manualmente.

Sugerida atualização no processo de contratação de estagiários, a qual no momento se dá de forma demorada, com pouca ingerência do gabinete, sendo que não está sendo possível preencher as vagas. A propósito, a redução no número de vagas de estagiários de 4 para 2 também poderia ser revertida, sobretudo pela dificuldade em preencher as vagas de servidor nos gabinetes.

Uma das principais preocupações no momento é com a permanência do trabalho a distância, mesmo que mediante condições e regramento geral definido.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 8.496 para 7.079). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 8.030 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.079.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 169, na última inspeção, para 125, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção, havendo 97 com conclusão superior a 30 dias, sendo que na inspeção de 2020 havia 168 embargos de declaração pendentes há mais de 30 dias.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve aumento de produtividade do gabinete. Nos 12 meses anteriores à presente inspeção, foram julgados 2.750 processos, sendo que nos 12 meses anteriores à inspeção de 2020 haviam sido julgados 5.205 processos.

A Meta 1/CNJ foi cumprida, tendo havido mais processos julgados (4.409) que o volume de distribuídos no ano anterior à inspeção (3.936), sendo que, no ano corrente, os dados preliminares apontam que o número de julgados (952) equivale a mais do que o dobro de processos distribuídos (393). Assim sendo, é possível dizer que houve evolução em relação ao quadro existente na inspeção anterior.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 22 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses, sendo a média do gabinete superior, portanto, à média da Seção.

Fica claro, a partir dos dados estatísticos e da entrevista conduzida com a magistrada, uma concentração de esforços na redução do acervo de processos antigos conclusos ao gabinete. O volume de processos conclusos, por ano de distribuição, teve substancial redução, quando se compara os dados do ano corrente com os da última inspeção, especialmente a partir do 3º ano anterior à respectiva distribuição. Embora ainda existam processos remanescentes, relativos à Meta 2, os percentuais de atendimento da meta oscilam entre 87% e 95%.

Considerando que a equipe está há poucos meses sob nova gestão e diante do reduzido número de servidores (eram 13 servidores quando das informações coletadas

pelo CJF e, atualmente, são 12), na comparação com os demais gabinetes da sessão, é possível avaliar que a concentração de esforços para o aumento da produtividade deverão, no médio prazo, resultar na redução do acervo do gabinete.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Com relação aos feitos da inspeção anterior, ainda pendentes, porém já incluídos em pauta de julgamento próxima (00036253820144036109; 00107820320124036119; 00052202420134036104; 00304141520124039999; 00419014020164039999), recomenda-se o monitoramento até conclusão do andamento perante a Turma.

c) Recomenda-se manter a concentração de esforços nos processos antigos e na redução do tempo de tramitação dos feitos no gabinete, bem como a estratégia de triagem de processos, de forma a permitir aliar a produtividade mensal com o atendimento à Meta 2/CNJ.

d) Recomenda-se a adoção de esforços no sentido de buscar dotar o gabinete de uma maior força de trabalho, considerando-se que o número de servidores em atuação é substancialmente inferior ao dos demais gabinetes da 3ª Seção, o que dificulta o tratamento do passivo e a redução do tempo de tramitação dos feitos em segundo grau.

GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Baptista Pereira

2.2 Turma

10ª Turma

2.3 Competência

3ª Seção - Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Baptista Pereira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção nos últimos 2 anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Juíza Federal convocada Giselle França no período de 23/3/2021 a 31/8/2021 em razão de licença médica do Desembargador (tratamento Covid-19)

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Douglas de Almeida Cedro - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	9.486
Processos suspensos/sobrestados	74
Processos conclusos	7.193
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	9.486
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	9.695
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.193
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.112
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	74
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	245

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não houve auxílio
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não houve auxílio
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não houve auxílio
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	97
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	19
Reclamações	5
Ações rescisórias	64
Outros	4

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	9.389
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.358
Outros	8.031

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	9.389
Apelações cíveis	8.630

Agravos de instrumento	581
Outros	178

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	1
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0

Por Recurso Extraordinário	0
----------------------------	---

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	298
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	241
Agravos legais/regimentais	16
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	15
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	28
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	28

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	49
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	116
Ano anterior	5.068
2º ano anterior	2.962
3º ano anterior	585
4º ano anterior	33
5º ano anterior ou mais antigo	27

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	448
Ano anterior	3.407
2º ano anterior	3.633
3º ano anterior	493
4º ano anterior	75
5º ano anterior	9
6º ano anterior ou mais antigo	11

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	427

Ano anterior	2.688
2º ano anterior	2.563
3º ano anterior	1.196
4º ano anterior	105
5º ano anterior	42
6º ano anterior	21
7º ano anterior ou mais antigo	25

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	5
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.610
Total de Processos julgados	4.269
Total de Processos baixados	3.948
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 659
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 338

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	61
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.691

Processos julgados no ano anterior	4.122
Processos distribuídos no ano corrente	351
Processos julgados no ano corrente	404

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Meta cumprida	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
---	--

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	65,63
Taxa de congestionamento em 2021	73,26
Taxa de congestionamento em 2022	72,03

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Sem registro no período atual

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	
10016 - Inspeção Fitossanitária	
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	
10085 - Água e/ou Esgoto	
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	

10091 - Terreno de Marinha	
10094 - Terras Indígenas	
10095 - Águas Públicas	
10102 - Terras Indígenas	
10103 - Terreno Aldeado	
10104 - Restituição de área - FUNAI	
10105 - Demarcação	
10106 - Recursos Minerais	
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Todos os feitos do gabinete estão digitalizados

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	0
Pendentes no mês anterior	0
Percentual de cumprimento da meta	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim, o sistema indicava indevidamente a existência de feitos com tutela de urgência sem julgamento colegiado.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
Abrimos chamado para o setor de TI e o problema foi corrigido nos registros do sistema.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).
Não há pendências.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As metas foram atendidas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Os servidores são especializados por assunto (benefício previdenciário), conhecendo ao menos 3 matérias de modo que a força de trabalho possa ser remanejada sempre que necessário.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Douglas de Almeida Cedro - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Todos os servidores, à exceção dos agentes de segurança, tem como atividade a análise e minuta de decisões judiciais.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No momento todos os servidores estão em regime de teletrabalho. Antes da pandemia, 8 servidores e, após o retorno presencial, estimamos 13 servidores em teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial, com 1 comparecimento semanal.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Complexidade da matéria. Aposentadoria por tempo de contribuição tem cota reduzida por ser mais trabalhosa que as demais.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A revisão do trabalho dos servidores é feita pela assessora, que acompanha a produtividade. O descumprimento da cota gera o retorno à atividade presencial.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos mais autos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Na triagem inicial os processos são identificados com 2 etiquetas virtuais do sistema identificando matéria/tese e mês de conclusão de modo que se possa pesquisar em tempo real os processos mais antigos em cada matéria e realizar o controle mediante filtros do sistema PJe.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Metas são controladas por tarefa e etiqueta de antiguidade de conclusão. Prioridades legais e tutelas de urgência por filtros do sistema PJe. Embargos de declaração e agravos internos tem fluxo próprio no PJe. Remessa a outros setores é sempre intermediada pela subsecretaria do órgão colegiado a quem compete o controle de prazo.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Metas individuais de cota diária e coletiva de manter o julgamento de todas as matérias sempre em prazo inferior há 2 anos de conclusão.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Não temos pendências de meta do CNJ, especialmente Meta 2, já há vários anos. A prioridade legal é observada, mas ressaltamos que em gabinete especializado em matéria previdenciária a grande maioria das partes tem prioridade seja pelo estatuto do idoso seja por se tratar de menor ou incapaz.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Apenas em matérias sumuladas ou tese fixada em julgamento repetitivo nas cortes superiores.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Inovações são divulgadas por e-mail à equipe e mediante pesquisa no sistema PJe.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

No curso da revisão das minutas de votos e decisões identificamos a necessidade de capacitação da equipe.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os feitos são sobrestados em secretaria com a identificação, por etiqueta virtual, da tese em que fora reconhecida repercussão geral ou admitido IRDR local.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, o gabinete da conciliação trabalha com mutirões por matéria e nós tentamos conciliação nos demais feitos sempre que uma das partes demonstra interesse.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não recebemos auxílio.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Como regra na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A forma mais prática é o acompanhamento das sessões da 3ª Seção em que se verifica a uniformização da matéria previdenciária.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, como regra com 2 dias de antecedência.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais ocorrem no período de 14h às 17h quando são registrados os votos e inseridos comentários ou notas virtuais pelos magistrados.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	satisfatório
b) gestão do trabalho	satisfatório

c) resultados	satisfatório
---------------	--------------

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Redução do tempo médio de conclusão até o julgamento.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Qualificação da equipe e realocação de força de trabalho por matéria sempre que necessário.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Expansão do teletrabalho.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Na triagem inicial os processos são identificados com 2 etiquetas virtuais do sistema identificando matéria/tese e mês de conclusão de modo que se possa pesquisar em tempo real os processos mais antigos em cada matéria e realizar o controle, mediante filtros do sistema PJe.

31. LISTA DE PROCESSOS SELECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5971964-30.2019.4.03.9999	14/8/2019	198-Apeleção Cível
Julgado em 25/3/22.		
5260073-19.2020.4.03.9999	28/5/2020	198-Apeleção Cível
Processo pautado para 31/5/22.		
5001202-82.2018.4.03.6140	8/11/2018	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5016666-17.2018.4.03.6183	19/11/2018	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5012227-60.2018.4.03.6183	10/12/2018	198-Apeleção Cível
Julgado em 8/3/22.		
5001335-17.2018.4.03.6111	6/12/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5001681-07.2019.4.03.9999	2/4/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Julgado em 26/4/22.		
5002978-04.2018.4.03.6113	13/5/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária

Processo pautado para a sessão do dia 10/5/22.		
5039658-67.2018.4.03.9999	4/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Feito remetido à E. Vice Presidência para processamento de recurso especial interposto.		
5226398-65.2020.4.03.9999	16/4/2020	198-Apelação Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5008205-56.2018.4.03.6183	6/3/2019	198-Apelação Cível
Julgado em 26/4/22.		
5001032-32.2020.4.03.0000	22/1/2020	241-Petição Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5021894-24.2020.4.03.0000	5/8/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Proferida decisão monocrática extinguindo o mandado de segurança.		
5033968-13.2020.4.03.0000	12/2/2021	12375-Reclamação
Feito não se encontra apto para julgamento. Aguarda informações da autoridade reclamada e citação da Fazenda Nacional.		
5026687-06.2020.4.03.0000	25/9/2020	221-Conflito de competência
Pautado para 8/6/22.		
5006800-36.2020.4.03.0000	21/9/2020	221-Conflito de competência
Julgado em 27/04/22.		
5024529-75.2020.4.03.0000	2/9/2020	221-Conflito de competência
Pautado para 8/6/22.		
5399706-79.2019.4.03.9999	20/3/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0007622-41.2014.4.03.6105	7/3/2017	198-Apelação Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0003783-30.2013.4.03.6303	21/3/2017	198-Apelação Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0030581-95.2013.4.03.9999	7/3/2017	198-Apelação Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0001541-29.2017.4.03.9999	20/1/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5000672-50.2018.4.03.6117	1º/2/2019	198-Apelação Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5027399-30.2019.4.03.0000	22/10/2019	202-Agravo de Instrumento
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5030207-42.2018.4.03.0000	30/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		

5011966-95.2018.4.03.6183	25/8/2018	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5017575-59.2018.4.03.6183	9/4/2019	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5001038-32.2017.4.03.6115	15/12/2017	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5062490-94.2018.4.03.9999	19/10/2018	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5000076-26.2019.4.03.9999	8/1/2019	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5000728-62.2018.4.03.6124	19/11/2018	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5002061-40.2018.4.03.6127	11/12/2018	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5069278-90.2019.4.03.9999	12/1/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5249966-47.2019.4.03.9999	19/2/2019	199-Remessa Necessária Cível
Julgado em 21/2/22.		
5367348-61.2019.4.03.9999	14/3/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Julgado em 21/2/22.		
5364196-05.2019.4.03.9999	13/3/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Julgado em 3/2/22.		
5376589-59.2019.4.03.9999	16/3/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
5412583-51.2019.4.03.9999	22/3/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Julgado em 21/2/22.		
5477481-73.2019.4.03.9999	4/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
Julgado em 21/2/22.		
5000557-45.2018.4.03.6144	3/5/2019	199-Remessa Necessária Cível
Processo pautado para a sessão do dia 31/5/22.		
5561223-93.2019.4.03.9999	25/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
Julgado em 21/2/22.		
5709719-64.2019.4.03.9999	1º/6/2019	199-Remessa Necessária Cível
Julgado em 21/2/22.		
5729039-03.2019.4.03.9999	6/6/2019	199-Remessa Necessária Cível
Processo pautado para 24/5/22.		

0031977-78.2011.4.03.9999	9/8/2011	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0016440-13.2009.4.03.9999	13/5/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0005661-48.2008.4.03.6114	27/8/2012	198-Apeleção Cível
Processo retornou conclusos para retratação em 26/7/2020, previsão de pauta para 28/6/22.		
0005835-49.2005.4.03.6183	4/8/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo retornou conclusos para retratação em 10/2/2022, previsão de pauta para 28/6/22.		
0009439-98.2009.4.03.0000	25/3/2009	202-Agravo de Instrumento
Feito não se encontra apto para julgamento. Autos físicos em procedimento de digitalização.		
0001456-03.2004.4.03.6118	3/9/2013	198-Apeleção Cível
Processo retornou conclusos para retratação em 3/8/2020, previsão de pauta para 28/6/22.		
0000096-30.2013.4.03.6114	6/9/2013	198-Apeleção Cível
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
0001516-65.2007.4.03.9999	17/1/2007	198-Apeleção Cível
Processo com inclusão em pauta prevista para 28/6/22.		
0004716-19.2006.4.03.6183	16/8/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
0005346-52.2006.4.03.6126	11/3/2009	198-Apeleção Cível
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
0000106-53.1999.4.03.6118	23/10/2012	198-Apeleção Cível
Processo retornou conclusos para retratação em 22/4/2022, previsão de pauta para 28/6/22.		
0000673-40.2011.4.03.6126	4/7/2011	198-Apeleção Cível
Proferida decisão de retratação em 16/3/22.		
0001033-77.2003.4.03.6118	1º/3/2013	198-Apeleção Cível
Proferida decisão de retratação em 26/4/22		
0005692-27.2011.4.03.6126	31/8/2012	198-Apeleção Cível
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
0001403-02.2007.4.03.6317	24/6/2013	198-Apeleção Cível
Processo retornou conclusos para retratação em 10/2/2021, previsão de pauta para 28/6/22.		
0004889-43.2006.4.03.6183	2/2/2010	198-Apeleção Cível
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		

0005852-51.2006.4.03.6183	8/3/2010	198-Apeleção Cível
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
5013765-93.2021.4.03.0000	17/6/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Proferida decisão extintiva.		
0000424-31.2007.4.03.6126	26/11/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
0008188-33.2003.4.03.6183	20/5/2009	198-Apeleção Cível
Feito não se encontra apto para julgamento em razão da notícia de óbito do advogado Wilson Miguel. Aguarda regularização da representação processual.		
0000399-46.2004.4.03.6183	19/6/2009	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Processo devolvido à E. Vice Presidência tendo em vista que há tema com repercussão geral pendente de julgamento no STJ.		
0015927-57.2003.4.03.6183	12/12/2008	198-Apeleção Cível
Processo retornou conclusos para retratação em 5/8/2021, previsão de pauta para 28/6/22.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 65 (sessenta e cinco) processos selecionados todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5260073-19.2020.4.03.9999	5001335-17.2018.4.03.6111	5024529-75.2020.4.03.0000
5016666-17.2018.4.03.6183	5226398-65.2020.4.03.9999	0007622-41.2014.4.03.6105
5026687-06.2020.4.03.0000	5001032-32.2020.4.03.0000	0030581-95.2013.4.03.9999
5000557-45.2018.4.03.6144	5030207-42.2018.4.03.0000	0001541-29.2017.4.03.9999
5011966-95.2018.4.03.6183	5000076-26.2019.4.03.9999	003197778.2011.4.03.9999
5017575-59.2018.4.03.6183	5002061-40.2018.4.03.6127	0016440-13.2009.4.03.9999
5001038-32.2017.4.03.6115	5069278-90.2019.4.03.9999	0005661-48.2008.4.03.6114
5062490-94.2018.4.03.9999	5376589-59.2019.4.03.9999	0001456-03.2004.4.03.6118
0000106-53.1999.4.03.6118	0015927-57.2003.4.03.6183	

b) Proferir decisão/despacho em 10 dias:

0003783-30.2013.4.03.6303	5027399-30.2019.4.03.0000	0001516-65.2007.4.03.9999
---------------------------	---------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal e por seu Chefe de Gabinete, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A distribuição dos processos é feita pelo sistema PJe e a triagem por matérias é realizada pelo próprio Chefe de Gabinete, que, inicialmente, coloca etiquetas virtuais, dividindo os processos por dois critérios: mês e assunto.

Há 14 (quatorze) servidores atuando na área fim, especializados por matéria. Os processos que têm por objeto a concessão/revisão/restabelecimento de aposentadoria por tempo de contribuição são divididos entre 5 (cinco) servidores, por se tratar de matéria mais complexa.

É feito remanejamento dos servidores de acordo com a necessidade, em decorrência da quantidade/complexidade de processos.

Não há estagiários.

A análise dos agravos é concentrada em um servidor.

Não há processos físicos.

A outra assessora do Gabinete é responsável pela inclusão dos processos na pauta de julgamento.

As metas de prioridades legais e do CNJ são devidamente observadas.

Este Gabinete de Desembargador Federal foi o primeiro do Tribunal Regional Federal da 3ª Região a adotar o regime de teletrabalho.

Até o final do mês de abril, 80% (oitenta por cento) dos servidores estavam regime de teletrabalho, mas, a partir da Resolução Pres n. 514, de 28 de abril de 2022, adaptações deverão ser feitas neste campo.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 8.833 para 7.193. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 8.112 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.193.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 190, na última inspeção, para 298, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção - 10ª Turma, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Manter as providências adotadas para a diminuição do acervo geral.
- c) Priorizar o julgamento dos processos pendentes de análise de exercício do Juízo de Retratação.
- d) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico, pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção, 4/5/2020 a 10/7/2020, houve o aumento de 190 para 298 processos desta espécie.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Sérgio Nascimento

2.2 Turma

Décima Turma

2.3 Competência

Ações Relativas à Previdência e Assistência Social

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Sérgio Nascimento

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Carla Sisino - RF 1340 - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	(Total 18): Maria Emilia Maldaun Cabral - Carla Sisinno - Raul Correa de Almeida César Jr. - Sidney Dias dos Santos - Olavo Felício Ferragonio - Marcia Boer - Mirela Sartorato Jorge - Juliana Carmesim de Oliveira Bueno - Carolina Nudelman Hess Douek - Gisele Motta Revito - Claudia Alves Grangeiro Pereira - Mayra Mitie Yano - Luis Renato Coelho Oliveira - Erika Jaqueto de Barros Pinheiro - Ana Carolina Chehin Batista - Cleverson Martins Nolácio de Oliveira - Antonio Hebling Chiardelli e Claudinei Dantas de Souza.
Estagiários de nível superior	(Total: 1) Bárbara Pinho Sabani
Servidores sem vínculo	Não se aplica
Estagiários de nível médio	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	5.573
Processos suspensos/sobrestados	351
Processos conclusos	3.454
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.573
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.030
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.454
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.640
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	351
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	490

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é

sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	86
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	79
Outros	4

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.487
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0

Recursos em ações com preferência legal	766
Outros	4.721

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.487
Apelações cíveis	5.112
Agravos de instrumento	308
Outros	67

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	191
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	126
Agravos legais/regimentais	37
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	32
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	11
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	11

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	26
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	4

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	94
3º ano anterior	2.635
4º ano anterior	56
5º ano anterior ou mais antigo	7

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	385
2º ano anterior	2.735
3º ano anterior	483

4º ano anterior	11
5º ano anterior	4
6º ano anterior ou mais antigo	3

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	404
Ano anterior	2.099
2º ano anterior	798
3º ano anterior	60
4º ano anterior	10
5º ano anterior	7
6º ano anterior	14
7º ano anterior ou mais antigo	12

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.879
Total de Processos julgados	4.334
Total de Processos baixados	4.162
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 455
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 283

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	45

Total de feitos não regularizados	0
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.865
Processos julgados no ano anterior	4.318
Processos distribuídos no ano corrente	411
Processos julgados no ano corrente	532

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.684
Pendentes em 31/12/2021	6
Porcentagem de atendimento da meta	100,18%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

pendentes até 31/12/2017: 1.380; pendentes até 31/12/2021: 8; porcentagem: 116,64%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.492
Pendentes no último dia do mês anterior	10
Porcentagem de atendimento da meta	99,66%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.785
Pendentes no último dia do mês anterior	8
Porcentagem de atendimento da meta	117,12%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	58,70%
Taxa de congestionamento em 2021	56,62%
Taxa de congestionamento em 2022	57,50%

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica

Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
	Não se aplica

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Não se aplica
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Não se aplica
3619 - Crimes contra a Fauna	Não se aplica
3621 - Da Poluição	Não se aplica
3622 - Agrotóxicos	Não se aplica
3623 - Atividades Nucleares	Não se aplica
3624 - Caça	Não se aplica
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Não se aplica
3627 - Pesca	Não se aplica
3651 - Crimes Agrários	Não se aplica

4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Não se aplica
9583 - Arrendamento Rural	Não se aplica
10016 - Inspeção Fitossanitária	Não se aplica
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Não se aplica
10085 - Água e/ou Esgoto	Não se aplica
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Não se aplica
10091 - Terreno de Marinha	Não se aplica
10094 - Terras Indígenas	Não se aplica
10095 - Águas Públicas	Não se aplica
10102 - Terras Indígenas	Não se aplica
10103 - Terreno Aldeado	Não se aplica
10104 - Restituição de área - FUNAI	Não se aplica
10105 - Demarcação	Não se aplica
10106 - Recursos Minerais	Não se aplica
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Não se aplica
10110 - Meio Ambiente	Não se aplica
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Não se aplica
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Não se aplica
10113 - Flora	Não se aplica
10114 - Fauna	Não se aplica
10115 - Transgênicos	Não se aplica
10116 - Agrotóxicos	Não se aplica
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Não se aplica
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Não se aplica
10396 - Ambiental	Não se aplica
10397 - Sanitárias	Não se aplica
10438 - Dano Ambiental	Não se aplica
10986 - Crime contra a administração ambiental	Não se aplica
11822 - Mineração	Não se aplica
11823 - Reserva legal	Não se aplica
11824 - Recursos Hídricos	Não se aplica
11825 - Poluição	Não se aplica
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Não se aplica

11827 - Zona Costeira	Não se aplica
11828 - Área de Preservação Permanente	Não se aplica
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Não se aplica
11830 - Patrimônio Cultural	Não se aplica
11836 - Parcelamento do Solo	Não se aplica
11841 - Política Agrícola	Não se aplica
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Não se aplica
11862 - Saneamento	Não se aplica
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Não se aplica
9994 - Indenização por dano ambiental	Não se aplica
3424 - Usurpação de águas	Não se aplica

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0	
Com a implantação do PJe e principalmente da digitalização dos processos é notória a transformação digital. Para tanto os servidores são orientados e incentivados aos vários cursos e treinamentos oferecidos pelo Tribunal, desde o nível básico até avançado. Aos servidores também é liberado acesso às ferramentas necessárias, bem como consultas aos diversos setores, na realização de suas atividades (ex. CNIS/PLENUS, Primeiro grau, etc.)	

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica
Pendentes no mês anterior	Não se aplica
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?	
Sim. a) Buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo; b) envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração e agravos internos pendentes de exame, notadamente aqueles em que houve excedimento do prazo para julgamento; e c) estreitar o diálogo institucional com os setores do Tribunal incumbidos do gerenciamento e do suporte do PJe, bem como da apuração dos dados estatísticos, reportando problemas e dificuldades, para o desenvolvimento e o aprimoramento de soluções.	

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) distribuir rotineiramente a equipe de forma a buscar equilíbrio no julgamento de matéria de maior acervo (tempo de contribuição). Trabalhar com pequenos mutirões para diminuir o volume cuja conclusão do processo ultrapassa um ano da distribuição, a exceção dos processos de tempo de contribuição; b) determinar durante o mês, vários intervalos de dias para que os servidores solucionem os embargos de declaração/agravos internos/retratações, para inclusão em pauta de julgamento; c) por conta da pandemia, o cenário do teletrabalho ocorre na maioria dos setores. Sendo assim, diversos recursos foram utilizados para estreitar o diálogo institucional na busca de soluções para os problemas diários, tais como: uso da plataforma do Teams, através de reuniões, troca de mensagens de whatsapp, e-mails funcionais, abertura de chamados, contatos telefônicos.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Entendo que as recomendações das alíneas “a” e “b” estão sendo priorizadas. Contudo, o acervo da matéria de tempo de contribuição é volumoso e demanda do servidor, para análise e elaboração da minuta, maior tempo em razão da complexidade. No tocante aos embargos de declaração e agravos internos o controle é rotineiro para agilidade na inclusão em pauta de julgamento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Dentro da divisão de tarefas e do método de trabalho adotado no gabinete, entendo que as metas do CNJ continuam sendo priorizadas e cumpridas a contento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho é dividido por matérias entre os servidores, respeitando, na medida do possível, a afinidade de cada um com os diferentes assuntos. Todas as práticas utilizadas rotineiramente são analisadas visando a celeridade no julgamento final da demanda. A nova forma de trabalho virtual que nos foi apresentada por conta da pandemia, trouxe facilidades por um lado e, por outro, também dificuldades que foram vencidas dia a dia. A celeridade na prestação jurisdicional continua sendo a maior preocupação, e dentro do possível, vem sendo alcançada, apesar do acúmulo significativo na matéria de tempo de contribuição, e em menor quantidade na invalidez.

O atendimento aos pedidos de preferência solicitados pelos advogados, quase que diariamente, também são respondidos prontamente e o feito repassado para análise e inclusão em pauta. O empenho e dedicação da equipe na diminuição do acervo, são trabalhados constantemente para a obtenção do melhor resultado na prestação jurisdicional.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Chefe de Gabinete: Carla Sisino - RF 1340. (OBS: os dados referentes à estatística serão oportunamente conferidos após a normalização do Sistema).

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

As atividades são distribuídas levando em conta o grau de afinidade de cada servidor com determinada matéria, bem como a quantidade de feitos no acervo. Atualmente o volume de tempo de contribuição é o maior no Gabinete e temos entre 4 e 5 servidores destacados. Para as demais matérias, aposentadoria por invalidez (2 a 3 servidores), pensão por morte (2 servidores), execução e agravos de instrumento em execução (um servidor). Com relação aos agravos de instrumentos (3 servidores). Cabe registrar que alguns desses servidores trabalham com mais de uma matéria. No tocante à matéria de competência da 3ª Seção, um servidor é destacado. Para a triagem dos feitos recebidos da UFOR ou da Subsecretaria Processante, um servidor é designado.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Até o mês de fevereiro/2022, todos os servidores, incluindo a estagiária executavam suas atividades em teletrabalho, à exceção dos Agentes de Segurança. Contudo, atualmente, 3 servidores estão no regime presencial, incluindo a estagiária e os demais permanecem no teletrabalho. Tal situação será alterada a partir de 4/4/22, data que passará a vigorar a Resolução Pres/TRF3 n. 370/2020, alterada pela Resolução Pres/TRF3 n. 401 de 17/3/202, referente ao teletrabalho. A partir de então, cada servidor passará ao regime híbrido ou exclusivamente presencial de acordo com seu plano de trabalho aprovado pelo gestor, Exmo. Desembargador Federal Sérgio Nascimento.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

A partir da vigência da Resolução acima mencionada, haverá no Gabinete os dois formatos de trabalho (integral e parcial).

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para a fixação das cotas é levado em consideração a matéria a ser trabalhada: - aposentadoria por idade, invalidez, auxílio-reclusão, salário-maternidade: de 4 a 5

feitos por dia; - aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte, embargos à execução: 3 feitos por dia; - revisão: entre 5 e 6 feitos por dia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito semanalmente. Toda sexta-feira, o servidor encaminha por e-mail sua produção semanal. Ao final do mês os dados são compactados e repassados ao Desembargador Federal. No caso de não cumprimento o servidor é reorientado a alcançar sempre a meta estipulada. Em casos isolados, onde o servidor não conseguiu atingir a meta, sua ordem de “antiguidade” para participar no rodízio da Função FC4 fica alterada.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O Gabinete não possui processos físicos. Os últimos recebidos da Vice-Presidência, já foram digitalizados e aguardam a determinação para remessa à Vara de origem. Tarefa “triagem de gabinete”: A triagem é feita por servidor que atribui ao processo diversas etiquetas que indicam: a matéria, bem como o ano da apelação, mês e ano da distribuição, se há anotação de doença grave; maior de 80 anos. Dependendo da matéria, verifica se há necessidade de encaminhar os autos de início ao MPF para parecer. Se o feito subiu ao Tribunal só por conta da remessa oficial, é atribuída etiqueta específica e repassado ao servidor para análise, a fim de priorizar o julgamento. Após esta triagem inicial, são alocados na tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”. Tarefa “recebidos da unidade processante”. Feitos que retornam da Subsecretaria Processante. As etiquetas anteriormente atribuídas são mantidas e o feito é novamente triado para análise do próximo andamento.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos recebidos da UFOR, após serem triados são alocados na tarefa “analisar tipo de decisão a proferir” e o servidor ao buscar o processo nesta tarefa atribui a etiqueta com seu nome e o transfere para minutar ato (decisão monocrática) ou preparar relatório e voto (julgamento colegiado).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Como mencionado anteriormente as prioridades legais são anotadas na medida que o processo passa pela triagem inicial. Quando retorna da Subsecretaria, MPF ou Vara de origem, chega na tarefa “recebidos da unidade processante”. Ele é analisado novamente e repassado àquele servidor indicado na etiqueta se já existir ou então, é atribuída nova etiqueta direcionando a algum servidor. No caso de alguma urgência específica, é encaminhado diretamente ao servidor com anotação em lembrete no processo, e mensagem, alertando o servidor responsável para priorizar o feito. Os agravos internos são recebidos da Turma pela mesma tarefa de “recebidos da unidade processante”. Etiquetas de AGRAVO INTERNO e mês da distribuição são atribuídas

aos processos e direcionados ao responsável pelo feito. Os embargos de declaração são recebidos na tarefa “ED - recebidos da unidade processante”. Da mesma forma são atribuídas etiquetas de ED e o mês em que foi recebido, e é repassado ao servidor responsável.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Atualmente o Gabinete vem trabalhando com metas individuais. Contudo, em determinados momentos são realizados pequenos mutirões, entre vários colegas com o intuito de diminuir o volume de algumas matérias. Ex: aposentadoria por invalidez e idade.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há políticas de recompensa formais, porém os servidores com melhor desempenho ficam mais tempo com a titularidade da função FC4.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, como mencionado tais feitos são priorizados e no momento da triagem são repassados ao servidor para rápido andamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Para a maioria dos feitos são utilizadas terminativas. Geralmente quando a sentença foi procedente e a decisão em 2ª instância será pela improcedência, tais casos são feitos por relatório/voto/acórdão.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Para determinadas matérias e alguns servidores os modelos são buscados em arquivos disponibilizados no google drive. Também são utilizadas pesquisas no próprio sistema do PJe, do antigo GEDPRO. Com relação à matéria de tempo de contribuição, está sendo estudada a possibilidade de elaboração de banco de dados no próprio Word. Alguns servidores já estão se mobilizando para criação deste instrumento, visando sempre maior celeridade no julgamento dos feitos dessa matéria.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Muitas vezes o próprio servidor solicita a realização de cursos específicos, disponibilizados pelo Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O STJ e STF encaminham e-mails periódicos sobre matérias a serem sobrestadas. A assessoria verifica junto ao Desembargador, que ratifica o sobrestamento. Então é feito o despacho e os autos encaminhados à Turma processante. Os feitos sobrestados ficam na Subsecretaria da Turma em tarefa específica. O controle não é feito pelo Gabinete. Ao determinar o sobrestamento de um processo, é atribuída etiqueta de sobrestamento com o número do Tema. Dados fornecidos pela Subsecretaria: Temas sobrestados: 1083 (4); 999 (54); 1007 (1); 1018 (12); 1070 (2); 198 SU (1); PET 8002 (17); 1005 (1); 692 (3); Sobrestados por determinação em IRDR ou IAC (IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000) - (235).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há determinação da Presidência para encaminhamento de feitos à conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

São apresentados preferencialmente na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

De acordo com a demanda de cada matéria, a pesquisa é realizada prioritariamente dentro do entendimento da Décima Turma, bem como junto ao banco de dados da Terceira Região e Cortes Superiores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos após a inclusão em pauta de julgamento são disponibilizados com antecedência aos demais integrantes da Turma e/ou Seção.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Como os votos são disponibilizados com antecedência, os gabinetes se comunicam através de mensagens pelo WhatsApp em grupo formado pelos servidores da Turma e gabinetes, bem como por troca de e-mails, indicando as dúvidas, divergências, pedidos de destaques, feitos que serão adiados ou retirados da pauta.

28. A unidade possui plano de gestão?

Atualmente o Gabinete está fazendo parte de trabalho em desenvolvimento, referente ao mapeamento de processos específicos “Mapear para Conhecer”, objetivando buscar benefícios para a organização da unidade como um todo. Será utilizada a plataforma Bizagi Modeler.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O quadro de servidor atualmente está completo. Após a mudança física de andar o quadro de estagiários será completado. Quanto aos recursos materiais, cada servidor necessitou, com a pandemia, buscar por seus próprios recursos, computadores e demais materiais de informática, por exemplo, os quais não foram fornecidos ou subsidiados pelo Tribunal.
b) gestão do trabalho	Os gestores se preocupam em distribuir e monitorar os fluxos das atividades de forma a atingir os objetivos de maneira célere na entrega da prestação jurisdicional. A atenção é diária e, em reuniões periódicas, as questões para a melhor adequação de um serviço, são colocadas ao grupo para discussão, com a intenção de ouvir sugestões e atingir um consenso. Além da preocupação com a questão administrativa, leva-se em conta o lado pessoal e de saúde de cada servidor, com o intuito de manter o grupo harmônico mesmo no formato de trabalho à distância.
c) resultados	Sempre são analisados e repensados para entender o que está dando certo ou, então, alterar o que não ficou a contento.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
O objetivo prioritário é atingir as recomendações feitas na última inspeção/autoinspeção, e agilizar o julgamento de processos mais antigos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Algumas ações implementadas, como descrito acima, foi a realização de mini mutirões, a fim de julgar processos com distribuição mais antiga no gabinete, além de elaboração de um banco de pesquisa por tópicos que vem sendo realizada, a fim de facilitar a elaboração das minutas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho híbrido ou até mesmo 10% virtual, em alguns casos, se mostrou uma realidade. Alguns ajustes foram e serão necessários, mas a virtualização dos processos possibilitou sua realização.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Todo final do mês é elaborada uma estatística, com o total de processos em cada uma das matérias, bem como de antiguidade. Os servidores são orientados a trabalhar sempre com os mais antigos. Também são distribuídos entre todos os servidores os processos que estão sem movimentação a mais tempo ou possuem ordem de prioridade. Os dados da estatística são repassados mensalmente ao Desembargador Federal.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5024109-36.2021.4.03.0000	8/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão 20/10/21 deferido parcialmente o ef.suspensivo e intimado agravado contraminuta. Publicada DJ 22/10/21. Decisão monocrática de mérito 16/2/22 (art. 932 CPC), dando provimento ao agravo de instrumento do INSS. Publicada DJ 21/2/22. Processo prazo em curso na Turma.		
5003956-39.2018.4.03.6126	3/4/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo remetido à Turma para cumprimento. Em 12/4/22 remetido em Diligência para o INSS - Setor Administrativo e aguardando decurso de prazo na Subsecretaria.		
5005828-13.2018.4.03.6119	26/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 14/2/22. Publicada no DJ em 16/2/22. Interposição de embargos de declaração pela parte autora em 22/2/22. Com ato ordinatório em 24/2/22 para manifestação do embargado. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5019922-65.2018.4.03.6183	26/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 18/4/2022. Processo na Subsecretaria para cumprimento do determinado. Remetido em diligência para o INSS e aguardando decurso de prazo na Subsecretaria Processante.		
5016312-89.2018.4.03.6183	16/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo na Subsecretaria para cumprimento do determinado. Remetido em diligência para o INSS e aguardando decurso de prazo na Subsecretaria Processante.		
5001738-95.2017.4.03.6183	17/7/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo na Subsecretaria com expedição de documentos e em decurso de prazo.		
5015693-62.2018.4.03.6183	9/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: . Alterada classe processual em 23/3/22 para apelação cível. Julgado por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo na Subsecretaria e remetido em diligência para INSS - Setor Administrativo em 12/4/22 e aguardando decurso de prazo na Subsecretaria Processante.		
5004826-61.2020.4.03.0000	29/2/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho 5/3/20 não apreciação do ef. suspensivo e agravado intimado - contraminuta. Julgado monocrática 11/5/20. Publicada DJ 14/5/20. Ag.legal 21/5/20. Sobrestado 21/7/2. Sobrestamento levantado 4/11/21. Incluído pauta de 8/3/22. Acórdão 11/3/22. Processo decurso de prazo.		
6195199-42.2019.4.03.9999	13/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por monocrática 8/3/21. Publicada DJ de 15/3/21. Ag.interno parte autora e INSS. Conclusos em 11/6/21. Incluídos e julgados na pauta de 8/3/22. Acórdão publicado no DJ de 11/3/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5330491-79.2020.4.03.9999	26/9/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado monocrática 10/2/21. Publicada DJ 18/2/21. EDs. parte autora 22/2/21. Julgados por monocrática 1º/6/21. Publicada DJ 7/6/21. Ag.interno parte autora 23/6/21. Incluído e julgado em 8/3/22. Acórdão publicado DJ 11/3/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5012257-15.2021.4.03.0000	31/5/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho 14/6/21 não foi apreciado ef.suspensivo e o agravado intimado contraminuta (art. 1019, IICPC). Julgado monocrática 23/8/21. Publicada DJ 26/8/21. Ag.interno parte autora 2/9/21. Julgado na pauta de 9/3/22. Acórdão publicado 11/3/22. Processo com prazo em curso Turma.		
5317976-12.2020.4.03.9999	10/9/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 8/9/21. Publicada no DJ de 10/9/21. Interposição de agravo interno. Conclusos para julgamento em 16/11/21. Aguardando a inclusão do feito para pauta de julgamento de 31/5/2022.		
5015599-34.2021.4.03.0000	7/7/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho 14/7/21 não foi apreciado o ef.suspensivo e agravado contraminuta (art. 1019, II CPC). Julgado monocrática em 15/9/21. Publicada DJ 19/9/21. Ag. interno parte autora 7/10/21. Concluso em 6/12/21. Aguardando a inclusão do feito em pauta de julgamento para 31/5/22.		
0001647-32.2013.4.03.6183	24/9/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Recebido em 27/9/21- processamento do incid. de restauração de autos. Despacho 6/10/21 determinando a retificação da autuação -restauração de autos e intimação das partes. Julgado por decisão monocrática 16/2/22. Publicada DJ de 18/2/22. Processo com prazo em curso na Turma.		
5007295-38.2019.4.03.6104	11/11/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por monocrática em 25/8/21. Publicada no DJ de 30/8/21. Interposição de EDs da parte autora em 3/9/21 e agravo interno do INSS em 13/10/21. Conclusos para julgamento em 5/11/21. Feito incluído na pauta de 5/4/22. Aguardando sessão.		
5172613-91.2020.4.03.9999	23/2/2020	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Julgado monocrática 27/8/21. Publicada no DJ 1º/9/21. Interposição de EDs da parte autora e ag. interno INSS. Conclusos em 22/11/21. Feito incluído na pauta de 5/4/22. Processo na tarefa aguardando sessão.		
5192510-08.2020.4.03.9999	14/3/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Julgado por monocrática 20/9/21. Publicada DJ 22/9/21. Interposição de EDs parte autora e ag.interno INSS. Conclusos em 22/10/21. Feito incluído na pauta de 5/4/22. Processo na tarefa aguardando sessão.		
5000338-45.2020.4.03.6117	16/11/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 23/9/21. Interposição de embargos de declaração e agravo interno. Recursos incluídos na pauta de 5/4/22. Processo na tarefa aguardando sessão.		
5001469-85.2019.4.03.6183	10/6/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 7/10/21. Interposição de embargos de declaração da parte autora e agravo interno do INSS. Feito incluído na pauta de 5/4/22. Processo na tarefa aguardando sessão.		
0010001-60.2011.4.03.6104	14/8/2012	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Recebido no Gabinete em 13/10/21, incidente de restauração de autos. Despacho 3/3/22, determinando a retificação da autuação para restauração de autos e intimação das partes para manifestação. Publicado no DJ 15/3/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
0010330-57.2011.4.03.6109	26/3/2013	198-Apeação Cível
Observação/Providência:Recebido no Gabinete 29/9/21 - processamento do incid. de restauração de autos. Despacho 3/3/22, determinando a retificação da autuação para restauração de autos e intimação das partes e MPF para manifestação. Publicado no DJ em 15/3/22. Processo com prazo em curso na Turma.		
5006970-20.2019.4.03.6183	24/1/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 14/2/22. Publicada no DJ em 16/2/22. Interposição de agravo interno pelo INSS. Com ato ordinatório em 3/3/22 para manifestação do agravante. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5001064-69.2017.4.03.6102	18/3/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 16/2/22. Publicada DJ de 23/2/22. Interposição de agravo interno. Processo aguardando a inclusão em pauta de julgamento de 31/5/22.		
5004565-58.2018.4.03.6114	4/3/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Por despacho em 11/4/2022 foi determinada a suspensão do feito (art. 313, § 4º do CPC), haja vista que a apreciação da presente apelação depende do julgamento da AC.5148644-47.2020.4.03.9999, convertida em diligência em 31/5/2020. Processo na Subsecretaria Processante 11/4/22.		
5238136-50.2020.4.03.9999	29/4/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 3/2/22. Publicada no DJ de 7/2/22. Decisão transitada em julgado em 25/3/22. Processo com baixa definitiva em 25/3/22.		
5003187-81.2020.4.03.9999	8/5/2020	198-Apeação Cível

Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 7/2/22. Publicada no DJ de 9/2/22. Processo em decurso de prazo na Subsecretaria.		
0005241-42.2019.4.03.9999	18/10/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Distribuído 18/10/19 na relatoria da Des. Federal Inês Virgínia. Feito redistribuído ao Des. Fed. Sérgio Nascimento após consulta de prevenção em 15/5/20. Julgado por decisão monocrática em 7/2/22. Decisão publicada no DJ 11/2/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5004115-32.2020.4.03.9999	18/5/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 9/2/22. Publicada no DJ de 11/2/22. Processo em decurso de prazo na Subsecretaria.		
5257236-88.2020.4.03.9999	24/5/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em despacho de 23/3/22 foi determinada a comunicação à Vara de origem, com brevidade, para o envio da mídia digital contendo os depoimentos testemunhais. Processo em cumprimento das determinações na Subsecretaria.		
5268586-73.2020.4.03.9999	10/6/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 18/4/2022. Processo na Subsecretaria para cumprimento das determinações (18/4/22).		
5269004-11.2020.4.03.9999	11/6/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 18/4/2022. Processo na Subsecretaria para cumprimento das determinações. Remetido em diligência para o Setor Administrativo do INSS. Processo na Subsecretaria 18/4/22.		
5000153-86.2019.4.03.6102	18/6/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 18/3/22. Decisão publicada no DJ em 25/3/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
5273488-69.2020.4.03.9999	21/6/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 16/2/22. Publicada no DJ de 18/2/22. Interposição de embargos de declaração da parte autora e agravo interno do INSS. Conclusos para julgamento em 21/3/22. Aguardando a inclusão em pauta de julgamento para 31/5/2022.		
5275420-92.2020.4.03.9999	26/6/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgada por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo remetido à Subsecretaria e aguardando decurso de prazo 18/4/22		
5276398-69.2020.4.03.9999	28/6/2020	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgada por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo encaminhado à Subsecretaria. Remetido em diligência para o INSS - Setor Administrativo e aguardando decurso de prazo na Subsecretaria. (18/4/22)		
5283290-91.2020.4.03.9999	8/7/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgada por decisão monocrática em 12/4/2022. Processo enviado à Subsecretaria para cumprimento da determinação. Remetido em diligência para o INSS - Setor Administrativo e aguardando decurso de prazo na Subsecretaria.		
5332663-91.2020.4.03.9999	1º/10/2020	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 14/2/20. Publicada no DJ de 16/2/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
0038294-87.2014.4.03.9999	11/12/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por monocrática 11/6/15. Interposição ag.interno. Julgado 8/9/15. Interposição REsp. Sobrestamento. Decisão da Vice-Presidência de 3/3/21 os autos retornaram à Turma julgadora - retratação. Julgado em 8/3/22. Publicado DJ 11/3/22. Processo prazo em curso na Turma.		
0034560-70.2010.4.03.9999	8/9/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado colegiado 31/5/11. EDs julgados 2/8/11. Interposição REsp. Sobrestamento. Por decisão da Vice-Presidência 28/6/21 os autos retornaram à Turma julgadora - Juízo de retratação aguardando inclusão em pauta de julgamento para 31/5/22.		
0010699-89.2009.4.03.9999	13/4/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por monocrática 13/10/10. Interposição ag.interno. Julgado 14/12/10. Interposição REsp. Sobrestamento do feito por decisão da Vice-Presidência 24/4/14. Decisão da Vice 1º/7/21, os autos retornaram à Turma. Juízo de retratação aguardando pauta de julgamento 31/5/22.		
5024121-50.2021.4.03.0000	8/10/2021	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Em despacho de 19/10/21 designado o Juízo suscitado para resolver as medidas de urgência - art. 955, caput, CPC e dar vista ao MPF para parecer. Incluído e julgado na pauta de 3/3/22. Acórdão publicado no DJ de 7/3/22. Processo com prazo em curso na Subsecretaria.		
0005217-70.2006.4.03.6183	15/9/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado por monocrática em 17/11/2008. Julgados agravos e EDs. Interposição REsp. Por decisão de 22/3/2019 devolução à Turma Julgadora-retratação. Julgado em 18/6/19. Remessa à Vice. Sobrestado. Decisão 5/7/21 devolução à Turma. Incluído pauta de 5/4/22. Aguardando Sessão.		
0024266-90.2009.4.03.9999	7/7/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por monocrática 10/8/10. Interposição de ag.interno. Julgado 28/9/2010. Interposição REsp. Sobrestamento - Por decisão da Vice-Presidência de 4/11/21 os autos retornaram à Turma julgadora, Juízo de retratação. Incluído na pauta de 5/4/22. Aguardando sessão.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 43 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com agravo interno pendente de julgamento há mais de 45 dias):

5317976-12.2020.4.03.9999	5015599-34.2021.4.03.0000	5001064-69.2017.4.03.6102
---------------------------	---------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal e sua Assessoria, que discutiram acerca das atividades desenvolvidas pelo Gabinete.

A distribuição dos processos é feita no Sistema PJe e a triagem inicial por matérias e alocados na tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”. O servidor ao buscar o processo nesta tarefa atribui a etiqueta com seu nome e o transfere para minutar ato (decisão monocrática) ou preparar relatório e voto (julgamento colegiado).

Há 14 (quatorze) servidores atuando na área fim, especializados por matéria, destes um servidor faz a triagem inicial dos processos. Há, também, no momento, um estagiário de nível superior.

As metas de prioridades legais e do CNJ são devidamente observadas, contudo, foi relatada a preocupação com o acervo da matéria de tempo de contribuição, cujos processos são geralmente de maior complexidade, demandando um período maior de análise.

No tocante aos embargos de declaração e agravos internos são empregados esforços para que sejam incluídos em pauta de julgamento.

Há reuniões periódicas entre o Desembargador Federal e sua equipe para atualização de critérios de trabalho e orientações necessárias.

Não há políticas de recompensas formais, porém os servidores com melhor desempenho ficam mais tempo com a titularidade da função FC4.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 3.443 para 3.454. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.640 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.454.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 150, na última inspeção, para 191, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 9 (nove) meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 (dezesesseis) meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Em que pese não ter havido evolução da produtividade do gabinete em relação à inspeção anterior, observa-se dos dados estatísticos mencionados no item 5, o cumprimento das Metas 1, 2 e 4, ressalvado o item 5.4, no que tange a Meta 2/2022 do CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017) com percentual de atendimento em 99,66%.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) O Gabinete deve priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção – 4/5/2020 a 10/7/2020, houve aumento de 150 (cento e cinquenta) para 191 (cento e noventa e um) processos da espécie.

c) Manter as providências adotadas para a diminuição do acervo geral, notadamente, o cumprimento das Metas 1, 2 e 4 do CNJ, o que importa no reconhecimento do trabalho zeloso e eficiente exercido pelo Gabinete e justifica a consagração de elogio ao Desembargador Federal Sérgio Nascimento e à sua equipe.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON PORFÍRIO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Nelson Porfírio

2.2 Turma

10ª Turma e 3ª Seção

2.3 Competência

Previdenciária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nelson de Freitas Porfírio Junior.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Regina Célia de Oliveira, Analista Judiciário, Assessora, 21/3/2022; Carlos Henrique Vita Biazolli, Técnico Judiciário, Chefe de Gabinete, 21/3/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)

Total em tramitação**	3.471
Processos suspensos/sobrestados	206
Processos conclusos	2.260
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.471
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.101
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.260
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.049
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	206
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	424

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não houve.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não houve.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não houve.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	108
Mandados de segurança	1
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	1
Ações rescisórias	95
Outros	9

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.363
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	706
Outros	2.657

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.363
Apelações cíveis	3.035
Agravos de instrumento	299
Outros	29

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas Corpus	Não se aplica.
Revisões criminais	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica.
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica.
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica.
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.

Habeas Corpus	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	327
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	242
Agravos legais/regimentais	2
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	5
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	5

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	72
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	102
Ano anterior	2.970
2º ano anterior	389
3º ano anterior	82
4º ano anterior	18
5º ano anterior ou mais antigo	17

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	409
Ano anterior	2.010
2º ano anterior	495
3º ano anterior	65
4º ano anterior	21
5º ano anterior	12
6º ano anterior ou mais antigo	31

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	449
Ano anterior	1.261

2º ano anterior	283
3º ano anterior	130
4º ano anterior	49
5º ano anterior	13
6º ano anterior	11
7º ano anterior ou mais antigo	49

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	9
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	7

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.654
Total de Processos julgados	5.078
Total de Processos baixados	5.114
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.424
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.460

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	88
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na inspeção anterior	50
Total de feitos não regularizados	4

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.548
Processos julgados no ano anterior	5.203
Processos distribuídos no ano corrente	403
Processos julgados no ano corrente	330

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.938
Pendentes em 31/12/2021	4
Porcentagem de atendimento da meta	100,13%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
	117,08%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.159
Pendentes no último dia do mês anterior	8
Porcentagem de atendimento da meta	99,84%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.367
Pendentes no último dia do mês anterior	30
Porcentagem de atendimento da meta	116,16%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	116,67%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	51,40
Taxa de congestionamento em 2021	39,74
Taxa de congestionamento em 2022	44,03

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
Não se aplica.	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados	Não se aplica.
3619 - Crimes contra a Fauna	Não se aplica.
3621 - Da Poluição	Não se aplica.
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Não se aplica.
3622 - Agrotóxicos	Não se aplica.

3623 - Atividades Nucleares	Não se aplica.
3624 - Caça	Não se aplica.
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Não se aplica.
3627 - Pesca	Não se aplica.
3651 - Crimes Agrários	Não se aplica.
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Não se aplica.
9583 - Arrendamento Rural	Não se aplica.
10016 - Inspeção Fitossanitária	Não se aplica.
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Não se aplica.
10085 - Água e/ou Esgoto	Não se aplica.
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Não se aplica.
10091 - Terreno de Marinha	Não se aplica.
10094 - Terras Indígenas	Não se aplica.
10095 - Águas Públicas	Não se aplica.
10102 - Terras Indígenas	Não se aplica.
10103 - Terreno Aldeado	Não se aplica.
10104 - Restituição de área - FUNAI	Não se aplica.
10105 - Demarcação	Não se aplica.
10106 - Recursos Minerais	Não se aplica.
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Não se aplica.
10110 - Meio Ambiente	Não se aplica.
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Não se aplica.
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Não se aplica.
10113 - Flora	Não se aplica.
10114 - Fauna	Não se aplica.
10115 - Transgênicos	Não se aplica.
10116 - Agrotóxicos	Não se aplica.
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Não se aplica.
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Não se aplica.
10396 - Ambiental	Não se aplica.
10397 - Sanitárias	Não se aplica.
10438 - Dano Ambiental	Não se aplica.
10986 - Crime contra a administração ambiental	Não se aplica.
11822 - Mineração	Não se aplica.
11823 - Reserva legal	Não se aplica.
11824 - Recursos Hídricos	Não se aplica.
11825 - Poluição	Não se aplica.
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Não se aplica.
11827 - Zona Costeira	Não se aplica.
11828 - Área de Preservação Permanente	Não se aplica.
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Não se aplica.
11830 - Patrimônio Cultural	Não se aplica.
11836 - Parcelamento do Solo	Não se aplica.
11841 - Política Agrícola	Não se aplica.

11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Não se aplica.
11862 - Saneamento	Não se aplica.
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Não se aplica.
9994 - Indenização por dano ambiental	Não se aplica.
3424 - Usurpação de águas	Não se aplica.

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Não se aplica.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica.
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica.
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. 1) Cumprir as recomendações do item 11, quais sejam: a) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 (sessenta) dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 00013746820154036123; 50003373520174036127; 50010191620174036183; 50081757720174030000; 50235528820174030000 e 51334377620184039999; b) lavrar o acórdão em 30 dias: 50176768420194030000. 2) Priorizar o julgamento dos processos que se encontram suspensos por força do IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000, assim que resolvido o incidente, ante a anciandade da conclusão; 3) Envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração pendentes de exame; 4) Buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo; 5) Estreitar o diálogo institucional com os setores do Tribunal incumbidos do gerenciamento e do suporte do PJe, bem como da apuração dos dados estatísticos, reportando problemas e dificuldades.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
1) "a" e "b" integralmente cumpridos, foram elaborados os votos e lavrado o acórdão; 2) Ainda não cumprido, mas bastante reduzido o número de feitos; 3) Os esforços estão sendo envidados para redução do estoque de embargos de declaração, já reduzido em relação à inspeção anterior; 4) Da mesma forma, estamos aperfeiçoando o planejamento, e temos alcançado resultados positivos; 5) Tais medidas vem sendo tomadas, com abertura de chamados para solução de problemas, bem como através de conversa sobre melhora dos sistemas.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

1) Já cumprido; 2) Continuar a elaboração dos votos, com prioridade para estes mais antigos; 3) O número de embargos vem diminuindo. 4) O acervo está diminuindo.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 2/2022 não foi integralmente cumprida quanto ao julgamento de 100% dos mais antigos até 31/12/2017. Entretanto, a diferença é bem pequena, pois foi cumprida em 99,84%. ver Meta 5.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como descrição do trabalho e boas práticas destacamos a triagem inicial de todos os processos distribuídos (qual a matéria? a sentença foi com mérito ou sem mérito? a tese já está sendo julgada no gabinete? o processo deve ser sobrestado? há necessidade de envio ao MPF, etc; os embargos de declaração e os agravos internos são separados tão logo chegam e triados pelo servidor que elaborou a minuta de voto, em caso de ser meramente repetitivo, é etiquetado para elaboração de voto em bloco; os agravos de instrumento são triados para verificação de regularidade formal (tempestividade, legitimidade, custas, peças obrigatórias, etc). Verificando-se a necessidade de regularização, já são despachados. A maior dificuldade é o volume de processos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Regina Célia de Oliveira (Assessora)

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Inicialmente informo que, por se tratar de gabinete, todos os servidores trabalham na área fim, fazendo despachos, decisões e votos, em maior ou menor escala. Há especialização de matérias, sendo que os servidores informaram a área em que tinham maior familiaridade, tendo lhes sido atribuídos os processos de acordo com essa especialização.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Há servidores que executam atividade em teletrabalho (12 no momento). Durante o período de teletrabalho extraordinário, mantivemos 2 servidores por dia em trabalho presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério de fixação das cotas foi estabelecido de acordo com a média de trabalho presencial com pequeno acréscimo.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito através da conferência dos votos, bem como através de whatsapp, e-mail para solução de dúvidas. Os servidores têm cumprido a cota. Em caso de eventual não cumprimento da cota, o servidor é chamado para conversar e verificar se está ocorrendo algo que prejudique o bom andamento dos trabalhos.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Só temos processos eletrônicos. Quando chegam ao gabinete é realizada uma triagem para verificar eventuais problemas que poderiam prejudicar o julgamento como, por exemplo, processos que estão chegando e são duplicatas de outros já julgados (temos recebido muitos processos assim). Neste caso já é minutado o despacho determinando o cancelamento da distribuição. Também é verificada a necessidade de participação do Ministério Público ou outros órgãos, caso em que é minutado o despacho para encaminhando do feito ao referido órgão. Se estiver em termos para julgamento, o processo é “etiquetado” e colocado na pasta “analisar tipo de decisão a proferir”, onde aguardará o voto.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados por matéria (aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por incapacidade, auxílio reclusão, Loas, etc), todos devidamente identificados com a etiqueta da matéria.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Os processos são encaminhados para a pasta “analisar tipo de decisão a proferir”, onde os servidores analisam os feitos que serão minutados. A chefia também confere se há algum processo “esquecido”. As metas são controladas através da conferência dos votos. Os processos remetidos a outros setores são anotados em papel. Eventualmente é colocado “lembrete eletrônico” no processo. Os embargos de declaração vêm em pasta própria, onde são analisados. Os agravos internos e urgências são verificados na triagem e passados ao servidor responsável.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, metas individuais de produtividade, e metas coletivas do tipo diminuir os processos que aguardam julgamento.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há muitas possibilidades de recompensas na administração pública. Quando possível, autorizamos a compensação de dias trabalhados para aqueles que cumprem as metas. As melhores funções comissionadas também são distribuídas aos que melhor cumprem as obrigações. Também as substituições de funções comissionadas/cargo em comissão são atribuídas aos que mais se destacam.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os processos com meta do CNJ são basicamente os da Meta 2 (mais antigos). Como julgamos por antiguidade, os processos são naturalmente analisados sem necessidade de tratamento específico. Já a prioridade legal é realizada dentro do possível, uma vez que quase todos os processos se encontram na referida categoria, em razão da idade dos jurisdicionados, ou por conta do caráter alimentar do benefício.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, para os casos em que não há necessidade de voto, como decisão que não conhece do recurso, ou que declina da competência (para o Tribunal Estadual, especialmente, em razão da matéria acidentária), ou quando o recurso apresenta razões dissociadas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos de votos são minutados pelo servidor, ou pela chefia, e após a aprovação do Desembargador, são colocados em pasta de rede disponível a todos.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O servidor informa a necessidade, ou a chefia conversa com o mesmo acerca de eventual necessidade.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Este controle é feito pela Subsecretaria. As matérias são as mencionadas nos recursos repetitivos: STJ Tema 999 - revisão da vida toda; STJ Tema 1007 - aposentadoria por idade híbrida; STJ Tema 1018 - desaposentação avessa; STF Tema 1064 - honorários em favor da DPU; STJ Tema 1070 - atividades concomitantes.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Alguns processos são encaminhados, a pedido do INSS, que escolhe as matérias passíveis de conciliação. Esclareço que há poucos processos, em razão do interesse público indisponível.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Sempre que possível na sessão seguinte. Entretanto alguns casos, em que o desembargador não tem entendimento formado acerca do assunto, demoram mais tempo.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Recebemos e-mail do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes desta Corte. E quando o servidor toma conhecimento de alguma alteração que julga importante, compartilha a informação com os demais.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões são realizadas 2 a 3 vezes por mês na Turma, e 2 vezes ao mês na Seção. Os feitos são disponibilizados com antecedência para leitura dos demais gabinetes e, em caso de eventual dúvida/divergência, é conversado com o gabinete do relator, podendo o voto ser alterado ou adiado. Antes das sessões, os desembargadores da Turma conversam entre si a fim de chegar a um consenso.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em relação aos recursos humanos, estamos com defasagem de 3 servidores. Quanto aos recursos materiais, não há problemas.
b) gestão do trabalho	Apesar das dificuldades advindas do teletrabalho, estamos obtendo resultados satisfatórios.
c) resultados	Estamos obtendo bons resultados, uma vez que estamos reduzindo o número de feitos conclusos.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Reduzir o número de processos que aguardam julgamento, bem como o tempo de tramitação.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Continuamos envidando esforços no sentido de efetuar uma triagem melhor para facilitar a análise dos feitos. Classificamos os processos de aposentadoria por tempo

de contribuição pelo ano de entrada no TRF para que possam ser analisados primeiramente os mais antigos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O atendimento a advogados foi realizado por videoconferência, tendo sido efetuado com sucesso, especialmente aos advogados de outras localidades. Isto pode se tornar permanente.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

É feita inspeção periódica a fim de verificar se algum processo está sem movimentação, e por qual motivo. Tal conferência é feita observando a data de entrada do processo no gabinete.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5006378-27.2021.4.03.0000	26/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão em 2/2/2022 rejeitando os embargos de declaração.		
5004699-15.2019.4.03.6126	27/4/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
5002065-33.2020.4.03.6119	22/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão determinando o sobrestamento do feito (Tema 999 do STJ).		
5008289-57.2018.4.03.6183	4/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão determinando o sobrestamento do feito (Tema 999 do STJ).		
5022479-76.2020.4.03.0000	12/8/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5030813-02.2020.4.03.0000	12/11/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5000807-75.2021.4.03.0000	21/1/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5148106-66.2020.4.03.9999	30/1/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo legal analisado em 28/3/2022.		
5032331-27.2020.4.03.0000	1º/12/2020	12375-Reclamação
Observação/Providência: Proferida decisão em 24/2/2022, rejeitando os embargos de declaração.		
5000862-23.2016.4.03.6104	28/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/4/2022.		
0001830-95.2016.4.03.6183	14/9/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/4/2022.		
5003001-58.2020.4.03.9999	5/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5004621-08.2020.4.03.9999	3/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5161692-73.2020.4.03.9999	15/2/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5690300-58.2019.4.03.9999	27/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5278228-70.2020.4.03.9999	1º/7/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
6078077-08.2019.4.03.9999	17/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5006908-14.2018.4.03.6183	4/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
0011549-09.2013.4.03.6183	22/5/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/4/2022.		
0001804-05.2013.4.03.6183	26/9/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/4/2022.		
0013238-88.2013.4.03.6183	15/8/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na Vice-Presidência.		
0001076-27.2014.4.03.6183	17/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho encaminhando os autos para a Contadoria.		
5001631-03.2017.4.03.6102	17/1/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
5002740-52.2017.4.03.6102	5/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
6211386-28.2019.4.03.9999	18/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 8/3/2022.		
0005008-52.2016.4.03.6183	24/03/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
5163690-76.2020.4.03.9999	16/2/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
0008783-37.2015.4.03.6110	28/4/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
0000659-78.2015.4.03.6138	26/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
5275439-98.2020.4.03.9999	26/6/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
0360187-51.2020.4.03.9999	11/1/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022.		
0002361-37.2015.4.03.6113	13/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com minuta de voto em elaboração.		
0012316-94.2003.4.03.9999	9/4/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 19/4/2022.		
0014810-24.2006.4.03.9999	25/4/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em fase de habilitação, pelo falecimento do patrono do autor.		
0047799-15.2008.4.03.9999	10/9/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 22/3/2022.		
0032780-42.2003.4.03.9999	26/11/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 5/4/2022.		
0057906-21.2008.4.03.9999	17/11/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho considerando que a retratação já havia sido efetuada. Será encaminhado à Vice-Presidência.		

0007535-24.2006.4.03.9999	27/3/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 5/4/2022.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 38 processos selecionados, todos foram inspecionados. Não há processos físicos na listagem.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0014810-24.2006.4.03.9999

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5006378-27.2021.4.03.0000

c) Encaminhar o feito à Vice-Presidência para admissibilidade recursal:

0057906-21.2008.4.03.9999

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com o Desembargador Federal Nelson Porfírio, a assessora Regina Celia de Oliveira e o Chefe de Gabinete Carlos H. Vita Biazolli, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete é composto por 15 servidores. Todos trabalham na área fim, fazendo despachos, decisões e votos, em maior ou menor escala. Há especialização de matérias, sendo que os servidores informaram a área em que tinham maior familiaridade, tendo lhes sido atribuídos os processos de acordo com essa especialização.

A divisão de trabalho foi informada da seguinte forma: existem dois grupos macros, um fica com os processos de aposentadoria por tempo de contribuição/especial e o outro com as demais matérias. No primeiro, foram alocados 7 servidores e no segundo 8. O Chefe de Gabinete Carlos orienta o primeiro grupo e a assessora Regina, o segundo.

Como descrição do trabalho e boas práticas destacaram a triagem inicial de todos os processos distribuídos, que são identificados e etiquetados detalhes referentes a cada feito tais como: a matéria; se a sentença é de mérito ou não; se a tese já está sendo julgada no gabinete; se o processo deve ser sobrestado; se há necessidade de envio ao MPF, etc.

Os embargos de declaração e os agravos internos são separados tão logo chegam e triados pelo servidor que elaborou a minuta de voto. Em caso de ser meramente repetitivo, é etiquetado para elaboração de voto em bloco por servidor designado para tal tarefa.

Os agravos de instrumento são triados para verificação de regularidade formal (tempestividade, legitimidade, custas, peças obrigatórias, etc). Verificando-se a necessidade de regularização, já são despachados.

Uma nova iniciativa adotada recentemente foi a inclusão de etiqueta com o ano em que o processo foi primeiramente distribuído perante o gabinete. Os entrevistados relatam que esta estratégia possibilitou maior controle sobre os processos mais antigos.

A maior dificuldade enfrentada pela unidade é o volume de processos.

O gabinete conta com 12 servidores em teletrabalho parcial. As cotas são fixadas de acordo com a média de trabalho presencial com pequeno acréscimo. Atualmente a cota é de 10 processos de aposentadoria de serviço por semana e 4 embargos de declaração por dia. Para as demais matérias os entrevistados relataram que não houve a fixação de meta pois a produtividade sempre ficava acima do estabelecido.

O acompanhamento das cotas estipuladas é feito através da conferência dos votos, bem como através de whatsapp/e-mail para solução de dúvidas. Os entrevistados informaram que os servidores têm cumprido as cotas.

Em caso de eventual não cumprimento da cota, o servidor é chamado para conversar e verificar se está ocorrendo algo que prejudique o bom andamento dos trabalhos.

A unidade não possui processos físicos.

Os processos eletrônicos são organizados por matéria (aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por incapacidade, auxílio reclusão, Loas, etc), todos devidamente identificados com a respectiva etiqueta.

O controle do acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores e embargos de declaração se dá por meio do acompanhamento da pasta “analisar tipo de decisão a proferir” e das etiquetas. A chefia também confere se há algum processo “esquecido”. As metas são controladas através da conferência dos votos. Os processos remetidos a outros setores são anotados em papel. Eventualmente é colocado “lembrete eletrônico” no processo. Os embargos de declaração chegam ao gabinete em pasta própria, onde são analisados. Os agravos internos e urgências são verificados na triagem e passados ao servidor responsável.

Foi informado que são estipuladas metas individuais de produtividade e metas coletivas do tipo “diminuir os processos que aguardam julgamento”.

Quanto à política de recompensas, os entrevistados ressaltam que não há muitas possibilidades de recompensas na administração pública. Quando possível, é autorizada a compensação de dias trabalhados para aqueles que cumprem as metas. As melhores funções comissionadas também são distribuídas aos que melhor cumprem as obrigações. Do mesmo modo, as substituições de funções comissionadas/cargo em comissão são atribuídas aos que mais se destacam.

Foi esclarecido que a unidade julga, em regra, por antiguidade. Desta forma, os processos são naturalmente analisados sem necessidade de dar tratamento específico aos processos da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça.

Em relação à prioridade legal, o julgamento é priorizado dentro do possível, uma vez que quase todos os processos se encontram na referida categoria, em razão da idade dos jurisdicionados, ou por conta do caráter alimentar do benefício.

O gabinete utiliza decisões terminativas apenas em casos em que não há necessidade de voto, como decisão que não conhece do recurso, ou que declina da competência (para o Tribunal Estadual, especialmente, em razão da matéria acidentária), ou quando o recurso apresenta razões dissociadas.

Os modelos de votos são elaborados pelo servidor, ou pela chefia. Após a aprovação do Desembargador, são colocados em pasta de rede disponível a todos.

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada pela chefia ou o próprio servidor a informa.

O controle dos processos sobrestados é feito pela Subsecretaria. As matérias são as mencionadas nos recursos repetitivos: STJ Tema 999 - revisão da vida toda; STJ Tema 1007 – aposentadoria por idade híbrida; STJ Tema 1018 - desaposentação avessa; STF Tema 1064 - honorários em favor da DPU; STJ Tema 1070 - atividades concomitantes.

Quanto ao estímulo à conciliação, os entrevistados esclareceram que alguns processos são encaminhados, a pedido do INSS, que escolhe as matérias passíveis de conciliação. Há poucos processos nessa situação, em razão do interesse público indisponível.

O setor não recebeu qualquer auxílio desde a última inspeção.

Os pedidos de vistas são levados a julgamento, sempre que possível, na sessão seguinte. Quando, no caso, não há entendimento firmado acerca do assunto, pode ser preciso um tempo maior.

O acompanhamento da jurisprudência é feito mediante notícias veiculadas por e-mail pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Corte. Além disso, quando algum servidor toma conhecimento de alguma alteração que julga importante, compartilha a informação com os demais.

Para as sessões, os votos são compartilhados com antecedência aos demais gabinetes. As sessões são realizadas 2 a 3 vezes por mês na Turma, e 2 vezes ao mês na Seção. Os feitos são disponibilizados com antecedência para leitura dos demais gabinetes e, em caso de eventual dúvida ou divergência, é conversado com o gabinete do relator, podendo o voto ser alterado ou adiado o julgamento. Antes das sessões, os desembargadores da Turma conversam entre si a fim de chegar a um consenso.

A unidade não possui plano de gestão.

Em relação aos recursos humanos, os entrevistados informam que há uma defasagem de 3 servidores. A unidade afirma estar bem provida quanto aos recursos materiais.

No que diz com a gestão do trabalho, foi ressaltado que, apesar das dificuldades advindas do teletrabalho, os resultados obtidos são satisfatórios, considerando a redução do número de processos conclusos.

Como objetivo, os entrevistados citam a redução do número de processos que aguardam julgamento, assim como do tempo de tramitação. Para atingir tal desiderato serão mantidos os esforços no sentido de efetuar uma triagem melhor para facilitar a análise dos feitos. Foi ressaltado que os processos de aposentadoria por tempo de contribuição são classificados pelo ano de entrada no TRF para que possam ser analisados primeiramente os mais antigos.

Durante a pandemia, o atendimento aos advogados foi realizado por videoconferência, o que pode se tornar permanente, considerando os benefícios trazidos, especialmente quando o advogado é de outra localidade.

O controle periódico dos processos sem movimentação é feito por meio de inspeções regulares, onde os casos são identificados e analisados os motivos da paralisação.

No questionário de inspeção foi informada a existência de cinco processos que estavam na classe de Recurso Especial/Recurso extraordinário, não obstante o gabinete não tenha competência para apreciar tais recursos. Durante a entrevista, foi realizada uma pesquisa e os processos foram identificados. Na verdade os feitos haviam retornado da Vice-Presidência para juízo de retratação, na maior parte dos casos já realizado:

- 00006209820074036126 Juízo de Retratação em 8/3/2022;
- 00017886720094036126 Juízo de Retratação em 8/3/2022;
- 00059045220034036183 Juízo de Retratação em 8/3/2022;
- 00038071120054036183 Juízo de Retratação em 10/5/2022;
- 00081935520034036183 Para incluir na pauta de 14/6/2022.

Destacou-se que, embora tenham constado 95 ações rescisórias em trâmite, número superior ao da última inspeção (77 em 2020), há apenas 8 processos aptos para julgamento, ainda não analisados. Os entrevistados ressaltaram que muitos dos processos estavam tramitando perante a Secretaria.

Além da etiqueta com o ano da primeira distribuição do processo perante o gabinete, foi indicada uma outra estratégia que ao sentir dos entrevistados, resultou em ganho na organização. Trata-se de colocar os processos com minutas prontas para revisar em uma tarefa existente no PJe, no caso “definir revisor”. Com tal procedimento,

ficou mais fácil para a chefia conferir a produção de cada servidor e identificar os processos que estão com minuta pronta que podem ser revisados e, em seguida, incluídos em pauta para julgamento.

Sobre o cumprimento das recomendações da última inspeção, notadamente aquela inerente ao julgamento dos feitos antes suspensos em função do IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000, os entrevistados informaram que a maior parte já foi julgada. Afirmam existirem apenas 4 processos pendentes, em razão da necessidade de envio do feito à contadoria.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 3.869 para 2.260. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.049 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.260.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 414, na última inspeção, para 327, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Sobre a distribuição entende-se relevante trazer quadros estatísticos com os dados referentes aos gabinetes da 3ª Seção, desde 2019, diante da constatação de que os números não têm sido equânimes:

Período de janeiro a dezembro de 2019



Análise comparativa

atualização (dados): 15/03/2022

Distribuídos	Acevo
Baixados	Produtividade
Redistribuídos	Anál. comparativa
Virtualização	Ind. desempenho

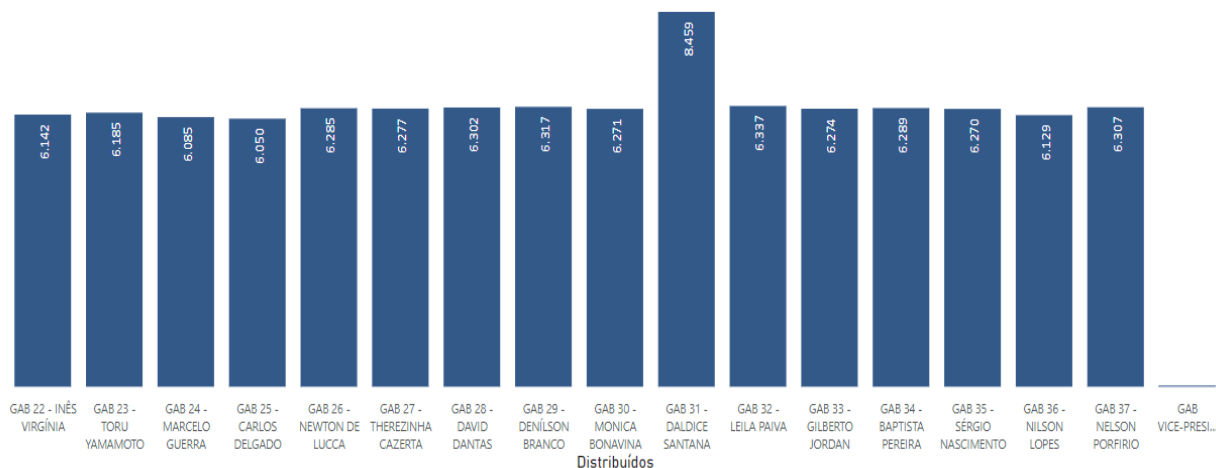
- [← voltar ao início](#)
- [📄 voltar ao sumário](#)
- [↺ redefinir filtros](#)

Mês e ano Assunto Órgão julgador Ano de distribuição

Seleções múltiplas Todos Seleções múltiplas Todos

Distribuídos	Acevo	Baixados	Produtividade	Redistribuídos - E/S
--------------	-------	----------	---------------	----------------------

Dados atualizados até: 15/03/2022



Período de janeiro a dezembro de 2020



Análise comparativa

atualização (dados): 15/03/2022

Distribuídos	Acevo
Baixados	Produtividade
Redistribuídos	Anál. comparativa
Virtualização	Ind. desempenho

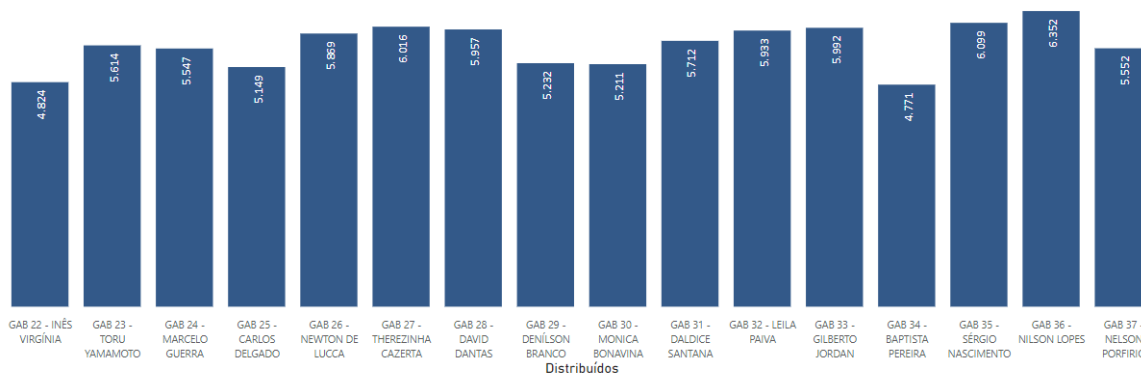
- [← voltar ao início](#)
- [📄 voltar ao sumário](#)
- [↺ redefinir filtros](#)

Mês e ano Assunto Órgão julgador Ano de distribuição

Seleções múltiplas Todos Seleções múltiplas Todos

Distribuídos	Acevo	Baixados	Produtividade	Redistribuídos - E/S
--------------	-------	----------	---------------	----------------------

Dados atualizados até: 15/03/2022



Período de janeiro de 2021 a março de 2022



Como a distribuição e o acervo são dados relevantes para análise da produtividade da unidade jurisdicional, destaco os dados estatísticos em relação ao acervo, para o mesmo período das tabelas de distribuição citadas acima:

Acervo em dezembro de 2019



Acervo em dezembro de 2020



Acervo em dezembro de 2021



O desequilíbrio em relação à distribuição impacta no cumprimento da Meta 1 pelas unidades jurisdicionais, uma vez que impõe maior esforço de trabalho para aquelas com menor acervo.

Feita tal ressalva, importa citar os índices positivos obtidos pelo gabinete desde a última inspeção.

Houve controle efetivo do acervo, com melhora dos dados estatísticos.

A unidade obteve êxito no cumprimento da Meta 1 de 2021, alcançando o índice de **168,60%**.

Quanto à Meta 2 de 2021 os percentuais foram de **100,13%** para os processos distribuídos até 31/12/2016 e **117,08%** para aqueles distribuídos ao gabinete em 2017.

Houve relevante redução no número de embargos de declaração pendentes de julgamento, que em 2020 era de **414** e em 2022 é de **327**.

Outro dado que evidencia o aprimoramento da unidade consiste na redução significativa de processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado. Em 2020 havia **321 processos** nessa condição, em 2022, **72**.

A entrevista mostrou que a gestão do gabinete está consolidada, sem que sejam descartadas alterações que possam promover melhora dos resultados.

O gerenciamento competente do acervo mediante a utilização eficaz das ferramentas de controle do sistema PJe são exemplos de boas práticas que merecem ser destacadas.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade.

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Cumprir integralmente a recomendação feita na inspeção de 2020, quanto ao julgamento dos processos antes suspensos por força do IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000. Os processos ainda pendentes de julgamento são:

5000428-18.2018.4.03.6119	5001790-23.2017.4.03.6141	5006569-55.2018.4.03.6183
5003992-41.2017.4.03.6183		

c) Melhorar a gestão dos embargos de declaração, com o acompanhamento dos prazos com maior rigor por parte da chefia.

d) Manter os métodos e estratégias de gerenciamento do trabalho, sem embargo de reavaliações periódicas, levando em consideração as especificidades das matérias com maior demanda.

Sugere-se acrescentar nas etiquetas adicionadas quando da chegada do processo ao gabinete, além do ano da primeira distribuição, o mês, pois como o acervo não é elevado, tal informação pode auxiliar no controle mais preciso dos feitos mais antigos.

e) Apontar para os setores competentes eventuais inconsistências e/ou alterações do sistema PJe que podem contribuir para sua melhoria.

Dentre as recomendações feitas na inspeção de 2020, todas aquelas inerentes ao Gabinete foram cumpridas integralmente, salvo aquela relativa ao julgamento dos processos sobrestados por força do IRDR 022820- 39.2019.4.03.0000.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LEILA PAIVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison

2.2 Turma

Décima Turma (Terceira Seção)

2.3 Competência

Feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da Primeira Seção (art. 10, § 3º, do Regimento Interno do TRF3)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. A então Juíza Federal Leila Paiva Morrison, lotada na 10ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP, foi convocada, com prejuízo e sucessivamente, para atuar neste E. TRF3, a partir de 17/3/2020. Inicialmente, pelo Ato PRES n. 2578/2020, em função da aposentadoria da Exma. Des. Fed. Cecília Marcondes, (Gab2034/Terceira Turma/Segunda Seção). Após, o Ato PRES n. 2641, de 27/4/2020, convocou para atuar no Gab.30, de 28/4 a 6/5/2020, (Gab3093/Nona Turma/Terceira Seção), em virtude da remoção da Exma. Des Fed. Therezinha Cazerta. A partir de 7/5/2020, o Ato PRES n. 2657, de 7/5/2020, convocou para o Gab.32 (Gab3092/Nona Turma/Terceira Seção), em virtude da remoção do Exmo. Des. Fed. Batista Gonçalves ao Gab.30. Em 20/12/2021, a magistrada tomou posse como Desembargadora Federal nesta Corte, e pelo Ato PRES n. 3717, de 20/1/2022, foi removida para integrar a Décima Turma (Gab.36), com vigência a partir de 3/2/2022.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

A Exma. Desembargadora Federal Lúcia Ursaia era titular do acervo até a sua aposentadoria, ocorrida em 27 de novembro de 2021. A partir de 29 de novembro de 2021, o Exmo. Juiz Federal Nilson Lopes foi convocado para atuar no Gab.36 (Gabinete 3103), da Décima Turma, Terceira Seção, por meio do Ato PRES n. 3603, de 29 de novembro de 2021, encerrando-se sua atuação em 2 de fevereiro de 2022.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Marcos Antônio Giannini, Assessor de Juiz, início da inspeção em 21/3/2022. Ricardo Odakura Costa Silva, Chefe de Gabinete, início da inspeção em 21/3/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	Servidores: 1. Marcos Antônio Giannini 2. Ricardo Odakura Costa Silva 3. Teresa Cristina Lourenço 4. Érika Mayumi Nati Ohara 5. Carla Fischer de Paula Conceição 6. Jorge Manuel Pereira Nunes 7. Silvia Trigo de Moura 8. Eliete Pereira Veit 9. Fernanda Lemos Fernandes 10. Letícia Neves da Silva 11. Luiz Gustavo Abido Zago 12. Marcelo Colen Nazello 13. Mario Shiniti Ono 14. Patrícia Silva Martins 15. Osvaldo Marcolino Alves Filho 16. Paulo César de Souza 17. Rafaela Cusin Flores 18. Olavo Adriano Morett - Agente de segurança.
Estagiários de nível superior	1. Beatriz Estelina Ferreira 2. Hoberth Koch Filgueira Guerreiro.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	6.036
Processos suspensos/sobrestados	432
Processos conclusos	4.340
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.036
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.293
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.340
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.353
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	432
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	225

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	83
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	2
Ações rescisórias	61
Outros	19

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.953
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	833
Outros	5.120

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.953
Apelações cíveis	5.626
Agravos de instrumento	275

Outros	52
--------	----

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica à Terceira Seção.
Ações penais	Não se aplica à Terceira Seção.
Inquéritos	Não se aplica à Terceira Seção.
Habeas Corpus	Não se aplica à Terceira Seção.
Revisões criminais	Não se aplica à Terceira Seção.
Outros	Não se aplica à Terceira Seção.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica à Terceira Seção
Apelações	Não se aplica à Terceira Seção
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica à Terceira Seção
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica à Terceira Seção
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica à Terceira Seção
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica à Terceira Seção
Outros	Não se aplica à Terceira Seção

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica à Terceira Seção
Apelações	Não se aplica à Terceira Seção
Ações penais	Não se aplica à Terceira Seção
Inquéritos	Não se aplica à Terceira Seção
Habeas Corpus	Não se aplica à Terceira Seção
Outros	Não se aplica à Terceira Seção

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	162
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	127
Agravos legais/regimentais	8
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	5
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	16
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	16

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	26
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	8

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	4.872
Ano anterior	95
2º ano anterior	3.556
3º ano anterior	928
4º ano anterior	145
5º ano anterior ou mais antigo	74

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	5.340
Ano anterior	471
2º ano anterior	2.371
3º ano anterior	1.888
4º ano anterior	470
5º ano anterior	57
6º ano anterior ou mais antigo	37

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	4.326
Ano anterior	416
2º ano anterior	1.658
3º ano anterior	1.080
4º ano anterior	854
5º ano anterior	224
6º ano anterior	36
7º ano anterior ou mais antigo	21

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	3.720
Total de Processos julgados	4.030
Total de Processos baixados	4.502

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-310
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-782

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	94
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	68
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.852
Processos julgados no ano anterior	6.127
Processos distribuídos no ano corrente	377
Processos julgados no ano corrente	400

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.016
Pendentes em 31/12/2021	47
Porcentagem de atendimento da meta	120,85%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Percentual de cumprimento da Meta 2 - Referente a 2017: 116,17%	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.486
Pendentes no último dia do mês anterior	48
Porcentagem de atendimento da meta	98,62%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.533
Pendentes no último dia do mês anterior	211
Porcentagem de atendimento da meta	107,85%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
--	--

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
Pendentes em 31/12/2021	2
Porcentagem de atendimento da meta	83,33%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes no último dia do mês anterior	4
Porcentagem de atendimento da meta	71,43%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	59,01
Taxa de congestionamento em 2021	58,08
Taxa de congestionamento em 2022	59,29

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica a este Gabinete
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica a este Gabinete
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica a este Gabinete

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica a este Gabinete
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica a este Gabinete
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica a este Gabinete

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica à Terceira Seção
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica à Terceira Seção
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica à Terceira Seção
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica à Terceira Seção
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica à Terceira Seção
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica à Terceira Seção

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018:	
---	--

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica à Terceira Seção
Pendentes em 31/12/2021	Não se aplica à Terceira Seção
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica à Terceira Seção

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica à Terceira Seção
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica à Terceira Seção
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica à Terceira Seção

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.	
<p>Em razão do teletrabalho extraordinário, o gabinete adotou o uso das ferramentas Microsoft Teams e Whatsapp para realização de reuniões periódicas on line com a equipe de servidores, gestores e a magistrada. Foram criados grupos de Whatsapp integrados por: 1) todos os servidores e a magistrada; 2) alguns servidores segundo a distribuição do trabalho por assuntos, incluindo os gestores e a magistrada. Dessa forma, foram criados os seguintes grupos principais: Aposentadoria por tempo de contribuição e especial; Pensão por morte e Aux. reclusão; Benefícios de incapacidade, Benefício assistencial, Agravos de Instrumento; Ação rescisória. A comunicação contínua da magistrada com os gestores, diariamente, mediante audioconferência, no aplicativo Whatsapp, assim como com os grupos de servidores por audioconferência, por Whatsapp, ou por videoconferência, pelo Teams, foi fundamental ao desenvolvimento da execução dos trabalhos remotos.</p>	

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Não se aplica à Terceira Seção
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Não se aplica à Terceira Seção
3619 - Crimes contra a Fauna	Não se aplica à Terceira Seção
3621 - Da Poluição	Não se aplica à Terceira Seção
3622 - Agrotóxicos	Não se aplica à Terceira Seção
3623 - Atividades Nucleares	Não se aplica à Terceira Seção
3624 - Caça	Não se aplica à Terceira Seção
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Não se aplica à Terceira Seção
3627 - Pesca	Não se aplica à Terceira Seção
3651 - Crimes Agrários	Não se aplica à Terceira Seção
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Não se aplica à Terceira Seção
9583 - Arrendamento Rural	Não se aplica à Terceira Seção
10016 - Inspeção Fitossanitária	Não se aplica à Terceira Seção

10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Não se aplica à Terceira Seção
10085 - Água e/ou Esgoto	Não se aplica à Terceira Seção
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Não se aplica à Terceira Seção
10091 - Terreno de Marinha	Não se aplica à Terceira Seção
10094 - Terras Indígenas	Não se aplica à Terceira Seção
10095 - Águas Públicas	Não se aplica à Terceira Seção
10102 - Terras Indígenas	Não se aplica à Terceira Seção
10103 - Terreno Aldeado	Não se aplica à Terceira Seção
10104 - Restituição de área - FUNAI	Não se aplica à Terceira Seção
10105 - Demarcação	Não se aplica à Terceira Seção
10106 - Recursos Minerais	Não se aplica à Terceira Seção
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Não se aplica à Terceira Seção
10110 - Meio Ambiente	Não se aplica à Terceira Seção
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Não se aplica à Terceira Seção
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Não se aplica à Terceira Seção
10113 - Flora	Não se aplica à Terceira Seção
10114 - Fauna	Não se aplica à Terceira Seção
10115 - Transgênicos	Não se aplica à Terceira Seção
10116 - Agrotóxicos	Não se aplica à Terceira Seção
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Não se aplica à Terceira Seção
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Não se aplica à Terceira Seção
10396 - Ambiental	Não se aplica à Terceira Seção
10397 - Sanitárias	Não se aplica à Terceira Seção
10438 - Dano Ambiental	Não se aplica à Terceira Seção
10986 - Crime contra a administração ambiental	Não se aplica à Terceira Seção
11822 - Mineração	Não se aplica à Terceira Seção
11823 - Reserva legal	Não se aplica à Terceira Seção
11824 - Recursos Hídricos	Não se aplica à Terceira Seção
11825 - Poluição	Não se aplica à Terceira Seção
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Não se aplica à Terceira Seção
11827 - Zona Costeira	Não se aplica à Terceira Seção
11828 - Área de Preservação Permanente	Não se aplica à Terceira Seção
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Não se aplica à Terceira Seção
11830 - Patrimônio Cultural	Não se aplica à Terceira Seção
11836 - Parcelamento do Solo	Não se aplica à Terceira Seção
11841 - Política Agrícola	Não se aplica à Terceira Seção
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Não se aplica à Terceira Seção
11862 - Saneamento	Não se aplica à Terceira Seção
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Não se aplica à Terceira Seção
9994 - Indenização por dano ambiental	Não se aplica à Terceira Seção
3424 - Usurpação de águas	Não se aplica à Terceira Seção

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Seguindo a premissa do Programa Justiça 4.0 de tornar a prestação dos serviços judiciários mais eficaz, eficiente e acessível à sociedade, com a otimização da gestão processual e a busca do Juízo 100% Digital, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região implementou a utilização do Balcão Virtual para o atendimento remoto dos advogados e das partes, e a realização de sessões de julgamentos de forma virtual com a possibilidade de apresentação de sustentação oral. Este gabinete, por sua vez, adotou a ferramenta Microsoft Teams para atendimento virtual aos advogados que solicitam audiência com a magistrada para despachar petições protocoladas nos autos, bem como para apresentação de memoriais dos recursos que se encontram em pauta para julgamento colegiado. Durante a pandemia e a realização do teletrabalho extraordinário, o correio eletrônico institucional do gabinete tornou-se o canal oficial de comunicação disponibilizado aos advogados, às partes e aos demais interessados.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Não se aplica à Terceira Seção
Pendentes no mês anterior:	Não se aplica à Terceira Seção
Percentual de cumprimento da meta:	Não se aplica à Terceira Seção

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Cumprir as recomendações do item 11; b) envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração pendentes de exame, notadamente aqueles, mais de 220 processos, em que houve excedimento do prazo para julgamento; e c) buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo geral e de processos conclusos, incremento que tem sido contínuo, consoante se infere dos números constantes dos relatórios: em julho de 2018, o acervo total correspondia a 5.170 processos, enquanto que o de conclusos, a 2.528 feitos; em início de maio de 2019, o acervo total era de 6.235 processos, enquanto que os conclusos, naquele momento, somavam 4.120; em final de abril de 2020, o acervo total era de 8.186 e os conclusos correspondiam, naquele instante, a 5.857.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Houve a regularização da fase processual no sistema, bem como foi promovido o julgamento dos processos: 0019114-59.2016.4.03.6105 (baixa definitiva em 9/11/2021), 0022783-10.2018.4.03.9999 (baixa definitiva em 19/3/2022) e 5015556-05.2018.4.03.0000 (remetido a Tribunal Superior em grau de recurso em 28/1/2022). b) O Gabinete envidou esforços no sentido do julgamento dos embargos de declaração com excesso de prazo, constatando-se a redução no acervo. c) Houve o aperfeiçoamento do planejamento estratégico com o aumento do julgamento de recursos, resultando no cumprimento da Meta 1 de 2021 (132,99%) e da Meta 1 de

2022 (120,85%), bem como a baixa significativa do acervo de processos em tramitação nos últimos 12 meses.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Este Gabinete não deixou de atender as Metas do CNJ.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete tem envidado esforços no sentido de documentar os seus fluxos processos de trabalho por meio da ferramenta Bizagi Modeler, a fim de melhorar a compreensão das atividades realizadas dentro do gabinete. Com a descrição dos eventos e de suas intercorrências, busca-se maior eficiência organizacional e, como consequência, maior produtividade de cada setor. Da mesma forma, a busca de observância das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Gabinete 36, tudo com o fito de propiciar o oferecimento da prestação jurisdicional com celeridade. Ainda, conforme referido, as ferramentas eletrônicas Microsoft Teams e WhatsApp foram muito utilizadas durante todo o trabalho remoto, para manter a integração entre servidores, gestores e a magistrada, visando à uniformização de procedimentos e minutas, mediante contatos escritos, reuniões por audiconferência ou videoconferência. O WhatsApp mostrou-se de grande valia para abordar tópicos relativos a temas dos grupos de cada setor.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Ricardo Odakura Costa Silva, Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A gestão do gabinete é feita pela Desembargadora Federal Leila Paiva, com o apoio do assessor de juiz e do chefe de gabinete, que coordena os trabalhos a serem desenvolvidos, bem como sinaliza a necessidade de organização de mutirões para julgamento de recursos internos, processos sem movimentação e aqueles afetos às Metas 2 do CNJ. O gabinete conta com 18 (dezoito) servidores, sendo 15 (quinze) atuantes na atividade-fim, 2 (dois) em atividade-meio e 1(um) agente de segurança. No gabinete há grupos de trabalho separados por tema/matéria em ações de

competência da Décima Turma. Há, ainda, um servidor que cuida das ações originárias e processos submetidos a julgamento colegiado na Terceira Seção. O maior número de processos do Gabinete refere-se ao tema Aposentadoria por tempo de contribuição, abrangendo suas vertentes, e demanda a designação de seis servidores para enfrentamento. Os demais temas/matérias são tratados, em regra, por dupla de servidores.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Considerando a necessidade de preservação da saúde do público interno e externo que utiliza os prédios e unidades da Justiça Federal atualmente está vigente o teletrabalho extraordinário (Portaria Conjunta PRES/CORE n. 1 e seguintes). No gabinete há previsão de 5 (cinco) servidores em trabalho presencial, nas dependências do Tribunal, e 13 (treze) servidores em teletrabalho extraordinário, sendo que 3 (três) comparecem ao menos um dia por semana no Tribunal, ficando os demais, 10 (dez) servidores, em regime de teletrabalho integral. Há previsão de retorno de forma presencial ordinária a partir de 29 de abril do corrente ano, de acordo com a Portaria Conjunta PRES/CORE n. 28/2022.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente, o teletrabalho é parcial. Há 5 (cinco) servidores trabalhando presencialmente no setor, e 13 (treze) servidores em teletrabalho extraordinário, sendo que 3 (três) comparecem ao menos um dia por semana nas dependências do Tribunal, ficando os demais, 10 (dez) servidores, em regime de teletrabalho integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério para fixação das cotas é o grau de dificuldade que envolve a resolução do processo em razão do tema/matéria ou especificidade do assunto. Dois a três processos diários para assuntos de maior complexidade e de três a quatro processos para os demais.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento da produtividade é diário, com realização de reuniões quinzenais para enfrentamento das dificuldades encontradas. Até o presente momento não houve descumprimento da cota estipulada para o setor. O teletrabalho tem se mostrado uma forma eficiente de implementação do trabalho, porquanto não foram identificadas dificuldades significativas do servidor, que está sempre amparado pelos gestores e pela magistrada. Considerando-se que o grupo foi iniciado em fevereiro de 2022, em função da promoção da magistrada e remoção ao Gabinete 36, foi estabelecido período de treinamento intenso e estudos dos posicionamentos da jurisprudência da E. Décima Turma, a fim de propiciar a celeridade do trabalho.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente não há processo físico pendente de primeiro julgamento, remanescendo apenas 7 (sete) processos que vieram da Egrégia Vice-Presidência para cumprimento do artigo 1.040, II, do CPC. Quando são recebidos no setor, a triagem é feita pela

servidora que realiza diariamente a atividade. No Sistema eletrônico PJe, por sua vez, a triagem dos processos distribuídos é feita por uma servidora e dois estagiários, que colocam etiquetas indicativas do tema/matéria e suas especificidades. Após a devida conferência são transferidos para o fluxo "Analisar decisão a proferir". Os processos que retornam da Unidade Processante (Subsecretaria da 10ª Turma e da Terceira Seção) são triados pelo chefe de gabinete que também coloca as respectivas etiquetas referentes às modalidades recursais (embargos de declaração ou agravo), analisa as petições e/ou indica os servidores que irão trabalhar com os autos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

No sistema eletrônico PJe, todos os processos do gabinete encontram-se etiquetados com o tipo de tema/matéria e suas especificidades. Na pasta destinada a "Analisar decisão a proferir" estão os feitos para confecção de minuta de decisão/voto. Na pasta "Recebidos da Unidade Processante" encontram-se os feitos com recursos internos (embargos de declaração e agravos), petições protocoladas pendentes de análise e processos que retornaram de cumprimento de determinação judicial. Nas pastas "Revisar ato judicial" e "Aptos para julgamento", encontram-se todos os processos com minutas de decisão e votos, respectivamente, para aprovação da Desembargadora Federal Leila Paiva. Em "Aguardando Sessão" encontram-se os feitos pautados, com minutas de relatório, voto e acórdão já previamente conferidas e aprovadas.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Todos os processos do gabinete recebem etiquetas com a identificação correspondente para facilitar o controle, a localização e o julgamento dos feitos. Por exemplo, referente à Meta 2 de 2022 (o feito recebe a etiqueta Meta 2 e o ano de distribuição no Tribunal). Na hipótese de remessa a outros gabinetes (consulta de prevenção), de pendência de agravos legais/internos e embargos de declaração de decisões monocráticas, bem como nos casos de urgência, todos recebem as respectivas etiquetas para controle do gabinete. Apenas os embargos de declaração de decisão colegiada aportam no setor em fluxo próprio. Em relação à identificação de prioridade legal, o processo é distribuído com esta identificação, sendo passível de ajustes pelo Gabinete caso haja nova ocorrência.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais estipuladas de acordo com o tema/matéria que o servidor trabalha e as metas coletivas são delineadas pela Magistrada de acordo com o volume de recursos (agravos internos e embargos de declaração) pendentes de julgamento, acúmulo dos processos de Meta 2 ou de processos sem movimentação e, mensalmente, para o alcance da Meta 1.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Com o teletrabalho extraordinário, de 2020 a 2022, não há, por ora, nenhuma política de recompensa em vigor no Gabinete.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os processos que se enquadram na Meta do CNJ estão identificados e há determinação de julgamento prioritário. Os processos relativos a prioridade legal são julgados de acordo com a distribuição por ordem de antiguidade, dentro do rol da prioridade legal, e são identificados pelo próprio Sistema PJe.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nos termos do artigo 932 do Código de Processo Civil e da Súmula 568 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos de votos/decisões preparados e aprovados pela magistrada estão separados no sistema PJe e nos arquivos e pastas Word por temas e matérias, que estão disponíveis na rede do Tribunal, no drive S:/ do Gabinete, bem como reproduzidas as pastas na plataforma Microsoft Teams. A inclusão dos modelos padrões no próprio sistema eletrônico PJe visa facilitar a reprodução por ocasião da elaboração das minutas pelos servidores, evitando retrabalho com relação à formatação a cada nova minuta incluída.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A Reforma Previdenciária, implementada pela Emenda Constitucional n. 103, de 12/11/2019, assim como as constantes alterações normativas, tanto emanadas do Poder Legislativo quanto baixadas pelo Poder Executivo, impõem a constantes capacitação dos servidores. Além disso, a pacificação jurisprudencial, com a fixação de novos precedentes obrigatórios decorrentes da solução de recursos sob regime representativo de controvérsias pelas Colendas Cortes Superiores, bem assim a evolução da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, constituem indicadores da necessidade de capacitação da magistrada e dos servidores, na medida em que o Direito Previdenciário e Direito Assistencial têm por objetivo precípuo disciplinar a esfera do Direito destinada àqueles que mais necessitam da prestação jurisdicional célere, pois buscam prestações de natureza alimentar.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Ao ser proferido o despacho de sobrestamento, os feitos são etiquetados com a indicação de sobrestamento e com o respectivo número do Tema afetado. O controle quantitativo e organizacional é realizado pela Subsecretaria processante atrelada a este gabinete, que faz a identificação e separação por controvérsia indicada no despacho de sobrestamento. Há também a possibilidade de acompanhar os processos sobrestados por meio de listas geradas pelo Relatório Gerencial do PJe 2ª Grau. Os processos sobrestados estão vinculados aos Temas 692/STJ (3), 999/STJ e 1102/STF (58), 1018/STJ (32), 1059/STJ (3) e 1070/STJ (1) e ao IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000 (248).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A magistrada integra o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) que tem buscado diferentes frentes de conciliação. Além disso, participou de reunião com a Advocacia-Geral da União, ainda no gabinete 32, durante a qual os Exmos. Procuradores Federais participantes ressaltaram que estão trabalhando na indicação de novos temas para conciliação. Nos casos concretos, sempre que há proposta de acordo deduzida pelas partes nos autos, após a oitiva da parte contrária, os feitos são encaminhados ao Gabinete da Conciliação. Além disso, são remetidos os feitos que se amoldam àqueles indicados pela Procuradoria do Instituto Nacional do Serviço Social (INSS) para as campanhas de conciliação promovidas pelo Gabinete de Conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve mutirão ou convocação de magistrado em auxílio.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

São priorizados para julgamento nas sessões seguintes. Não há pedido de vista pendente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é realizado por meio das notícias veiculadas no sítio eletrônico e nas redes sociais do Tribunal. Ainda, periodicamente, há orientação no sentido de que as jurisprudências citadas nas minutas de decisões e votos, quando adequado, devem ser substituídas por julgados mais recentes, além da anotação da data do trânsito em julgado quando se tratar de precedente obrigatório, sempre no intuito de acompanhar a evolução do entendimento da Corte.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

No sistema eletrônico PJe, os processos são incluídos em pauta de julgamento com antecedência de vinte a trinta dias da data da Sessão de Julgamento. Os processos são pautados com os relatórios, votos e acórdãos já aprovados e, uma vez inserido o processo na respectiva Pauta de Julgamento, há o compartilhamento do conteúdo dos votos aos gabinetes que compõem a Turma Julgadora. Como regra, adota-se o procedimento de comunicação da disponibilização dos votos que serão levados a julgamento pelo magistrado com antecedência de cinco a dez dias da data da sessão colegiada para análise prévia dos demais gabinetes que compõem o quórum originário de votação.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas por duas modalidades: apenas eletrônicas e as virtuais com videoconferência. Na Décima Turma, as sessões são realizadas apenas pela segunda modalidade. Na Terceira Seção, por sua vez, adotam-se ambos os meios. As sessões meramente eletrônicas são realizadas pelo espelho de pauta disponibilizado no painel dos magistrados. Caso haja alguma divergência, apontamento ou ressalva de entendimento, os posicionamentos são enviados por mensagem eletrônica aos gabinetes e à subsecretaria de apoio ao julgamento, e os

votos são apostos no sistema eletrônico. Quando há sessão virtual por videoconferência, as sessões ocorrem pelo Sistema de reuniões da plataforma Microsoft Teams, tanto na sessão de julgamento da Décima Turma como na Terceira Seção. O agendamento é realizado previamente pelas Subsecretarias da Turma e da Seção com o envio do link para acesso dos participantes (Procuradores, Magistrados e servidores).

28. A unidade possui plano de gestão?

sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O gabinete conta com 18 (dezoito) servidores, sendo 15 (quinze) atuantes na atividade-fim, 2 (dois) em atividade-meio e 1(um) agente de segurança.
b) gestão do trabalho	No gabinete há grupos de trabalho separados por tema/matéria em ações de competência da 10ª Turma. Há, ainda, um servidor que cuida das ações originárias e processos submetidos a julgamento colegiado na 3ª Seção. O maior número de processos do gabinete refere-se ao tema Aposentadoria por tempo de contribuição, abrangendo suas vertentes, e demanda a designação de seis servidores para enfrentamento. Os demais temas/matérias são tratados, em regra, por duplas de servidores. Uma servidora e dois estagiários fazem a triagem das ações distribuídas e confecção de despachos de mero expediente.
c) resultados	O gabinete tem conseguido alcançar as Metas estabelecidas pelo CNJ, bem como teve uma baixa expressiva no volume do acervo de processos.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

MAPA ESTRATÉGICO DO GABINETE 36 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
MISSÃO: Oferecer prestação judicial célere de modo a conferir efetividade aos valores da justiça e da paz social. VISÃO: Ser reconhecido pelos cidadãos e operadores do direito como órgão de excelência no oferecimento da prestação jurisdicional. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Elaborar e gerenciar diagnóstico do gabinete; Mapeamento do acervo; Definir a separação dos temas; Organizar a distribuição e execução do trabalho; Estabelecer a divisão das tarefas a serem desempenhadas; Determinar a ordem de impulso processual segundo os temas e fases; Impulso nos processos inspecionados, metas do CNJ e prioridades legais.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FEVEREIRO 2022 ORGANIZAÇÃO GERAL: Mapear os processos pela antiguidade de distribuição; Mapear os processos com preferências legais; Definir divisão de tarefas por assunto; Fixar metas quantitativas; Identificar temas para solução alternativa de conflitos; Identificar feitos à Contadoria Judicial. AGILIZAR O IMPULSO PROCESSUAL: Metas do CNJ; Prioridades legais; Tutelas e liminares urgentes; Agravos internos pendentes; Embargos de declaração pendentes; Impulso às execuções fiscais e cíveis. DAS DECISÕES E VOTOS: Elaboração e revisão de minutas com inclusão no PJe; Gestão das demandas repetitivas; Estabelecer fluxo de análise dos pleitos. TREINAMENTO DOS SERVIDORES: Fixar cronograma de treinamento; Elaboração de formulários e mapas mentais direcionado ao fluxo de análise dos casos; Discussão sobre os assuntos observada a divisão de trabalho; Acompanhar cursos e debates oferecidos pelas Escolas Oficiais. SISTEMAS INFORMATIZADOS: Identificar Elaborar fluxos Bizagi (ver QUADRO ANEXO).

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A comunicação por meio de grupos do Microsoft Teams e WhatsApp separados por temas tem se demonstrado uma forma muito eficiente para tratar das dúvidas, apresentar soluções, enviar documentos, parágrafos úteis, correção de decisões e votos, bem como para compartilhamento de jurisprudências de forma rápida e com a ciência de todos os interessados, visto que o teletrabalho continuará a ser uma modalidade efetiva de trabalho quando do retorno das atividades ordinárias.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle é realizado por meio dos relatórios gerenciais emitidos pelo sistema PJe 2º grau, procedimento pelo qual é possível relacionar os processos sem movimentação e adotar medidas no sentido de dar impulso aos feitos localizados.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5015747-45.2021.4.03.0000	28/7/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 29/3/2022.		
0003827-95.2013.4.03.6126	18/6/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 22/3/2022.		
0001655-94.2019.4.03.9999	21/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo adiado para Pauta da Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 26/4/2022.		
5068422-58.2021.4.03.9999	9/4/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022.		
5017396-79.2020.4.03.0000	27/6/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 2/2/2022.		
5004268-65.2020.4.03.9999	26/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com pedido de vista do Exmo. Des. Fed. Baptista Pereira, formulado na sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 14/9/2021.		

0019625-78.2017.4.03.9999	30/6/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0022585-07.2017.4.03.9999	26/7/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0000847-65.2005.4.03.6124	5/6/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, em 24/3/2022, determinando o sobrestamento do feito (Tema 692/STJ).		
0001802-35.2013.4.03.6183	3/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo adiado para Pauta da Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 26/4/2022.		
0009459-28.2013.4.03.6183	26/1/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo adiado para Pauta da Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 26/4/2022.		
0005670-21.2013.4.03.6183	22/3/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo adiado para Pauta da Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 26/4/2022.		
0003779-28.2014.4.03.6183	6/8/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo adiado para Pauta da Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 26/4/2022.		
5001401-38.2020.4.03.6107	1º/10/2020	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022.		
5002792-45.2017.4.03.6103	21/8/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 29/3/2022.		
5811305-47.2019.4.03.9999	1º/7/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/3/2022.		
5561251-61.2019.4.03.9999	25/4/2019	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022.		
5030749-36.2018.4.03.9999	25/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022		
5000003-28.2018.4.03.6139	24/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinada a regularização processual para imediato julgamento.		
5028405-82.2018.4.03.9999	22/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/3/2022.		
5023401-64.2018.4.03.9999	10/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/3/2022.		
5023004-05.2018.4.03.9999	10/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022.		
5020569-58.2018.4.03.9999	28/7/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022.		
5012654-79.2018.4.03.0000	8/6/2018	244-Reclamação
Observação/Providência: Determinada a regularização processual para imediato julgamento.		
5001782-23.2018.4.03.6105	6/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 10/3/2022.		
5002562-18.2018.4.03.9999	3/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 29/3/2022.		
5000526-98.2016.4.03.6110	20/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 6/3/2022.		

5000268-90.2018.4.03.9999	19/1/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/3/2022.		
5000078-19.2017.4.03.6134	26/9/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0010663-15.2010.4.03.6183	29/8/2017	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 22/3/2022.		
5000170-42.2017.4.03.6119	13/7/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 18/4/2022.		
0003783-31.2015.4.03.6183	24/5/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinada a regularização processual para imediato julgamento.		
0026495-76.2016.4.03.9999	1º/9/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Determinada a regularização processual para imediato julgamento.		
0000084-91.2014.4.03.6110	7/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
5000021-95.2016.4.03.6114	7/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0000571-80.2014.4.03.6136	27/1/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 26/2/2022.		
0042728-85.2015.4.03.9999	26/11/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/2/2022.		
0037440-59.2015.4.03.9999	2/10/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/2/2022.		
0007656-13.2010.4.03.9999	30/1/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 21/2/2022.		
0002575-54.2013.4.03.6127	26/1/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0002094-93.2008.4.03.6183	16/6/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão deferindo a habilitação da viúva diante da demonstração da dependência na habilitação à pensão por morte e enquadramento no artigo 112 e determinando a manutenção do sobrestamento do feito até a apreciação do Tema 951, pelo C. Superior Tribunal de Justiça.		
0001001-36.2011.4.03.6104	11/4/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Proferida decisão em 2/2/2022, julgando restaurados os autos.		
0043698-56.2013.4.03.9999	16/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 24/2/2022.		
0024211-03.2013.4.03.9999	30/7/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 28/2/2022 .		
0003830-97.2010.4.03.6112	31/1/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 22/3/2022.		
0001219-34.2011.4.03.6114	15/6/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de Julgamento da Décima Turma desta Corte de 22/3/2022.		
0048108-31.2011.4.03.9999	7/12/2011	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0005419-19.2009.4.03.6126	23/11/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Preferida decisão, em 2/2/2022, julgando restaurados os autos.		
0003282-03.2009.4.03.6114	24/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
1304933-81.1998.4.03.6108	19/5/2008	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática, em 25/3/2022, julgando procedente o incidente de restauração dos autos.		
0001452-05.2005.4.03.6126	10/8/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		
0002878-12.2004.4.03.6183	8/8/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na Pauta da sessão de julgamento da Décima Turma desta Corte de 10/5/2022.		

Resposta complementar do questionário pelo Gabinete

MAPA ESTRATÉGICO DO GABINETE 36 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

MISSÃO:

Oferecer prestação judicial célere de modo a conferir efetividade aos valores da justiça e da paz social.

VISÃO:

Ser reconhecido pelos cidadãos e operadores do direito como órgão de excelência no oferecimento da prestação jurisdicional.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Elaborar e gerenciar diagnóstico do gabinete
Mapeamento do acervo
Definir a separação dos temas
Organizar a distribuição e execução do trabalho
Estabelecer a divisão das tarefas a serem desempenhadas
Determinar a ordem de impulso processual segundo os temas e fases
Impulso nos processos inspecionados, metas do CNJ e prioridades legais

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**FEVEREIRO DE 2022****ORGANIZAÇÃO GERAL**

OBJETIVOS	Partes interessadas	Prazo para execução
Mapear os processos pela antiguidade de distribuição	servidores	imediate
Mapear os processos com preferências legais	servidores	imediate
Definir divisão de tarefas por assunto	magistrada/servidores	imediate
Fixar metas quantitativas	magistrada/servidores	15 dias
Identificar temas para solução alternativa de conflitos	magistrada/servidores	90 dias
Identificar feitos à Contadoria Judicial	magistrada/servidores	15 dias

AGILIZAR O IMPULSO PROCESSUAL

OBJETIVOS	Partes interessadas	Prazo para execução
Metas do CNJ	magistrada/servidores	permanente
Prioridades legais	magistrada/servidores	permanente
Tutelas e liminares urgentes	magistrada/servidores	permanente
Agravos internos pendentes	magistrada/servidores	permanente
Embargos de declaração pendentes	magistrada/servidores	permanente
Impulso às execuções fiscais e cíveis	magistrada/servidores	permanente

DAS DECISÕES E VOTOS

OBJETIVOS	Partes interessadas	Prazo para execução
Elaboração e revisão de minutas com inclusão no PJe	magistrada/servidores	60 dias
Gestão das demandas repetitivas	magistrada/servidores	60 dias
Estabelecer fluxo de análise dos pleitos	magistrada/servidores	60 dias

TREINAMENTO DOS SERVIDORES

OBJETIVOS	Partes interessadas	Prazo para execução
Fixar cronograma de treinamento	magistrada	90 dias
Elaboração de formulários e mapas mentais direcionado ao fluxo de análise dos casos	magistrada	90 dias
Discussão sobre os assuntos observada a divisão de trabalho	magistrada/servidores	quinzenalmente
Acompanhar cursos e debates oferecidos pelas Escolas Oficiais	magistrada/servidores	permanente

SISTEMAS INFORMATIZADOS E O COVID-19		
OBJETIVOS	Partes interessadas	Prazo para execução
Identificar formas de manutenção do contato permanente visando a saúde de todos e a produtividade durante o home office	magistrada/servidores	permanente
Elaborar fluxos processos de trabalho por meio da ferramenta Bizagi Modeler	magistrada/servidores	90 dias
Utilizar sistemas para reuniões e treinamento	magistrada/servidores	permanente
Acompanhar cursos e debates oferecidos pelas Escolas Oficiais	magistrada/servidores	permanente

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 processos selecionados, todos foram inspecionados. Não há processos físicos na listagem.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

0003827-95.2013.4.03.6126	5000003-28.2018.4.03.6139
---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5012654-79.2018.4.03.0000	0003783-31.2015.4.03.6183	0026495-76.2016.4.03.9999
---------------------------	---------------------------	---------------------------

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com a Desembargadora Federal Leila Paiva, a assessora Érika Mayumi Nati Ohara e o Oficial de Gabinete Ricardo Odakura Costa Silva, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

A gestão do Gabinete é feita pela Desembargadora Federal Leila Paiva, com o apoio da assessora de juiz e do chefe de gabinete, que coordena os trabalhos a serem desenvolvidos, bem como sinaliza a necessidade de organização de mutirões para julgamento de recursos internos, processos sem movimentação e aqueles afetos à Meta 2 do CNJ.

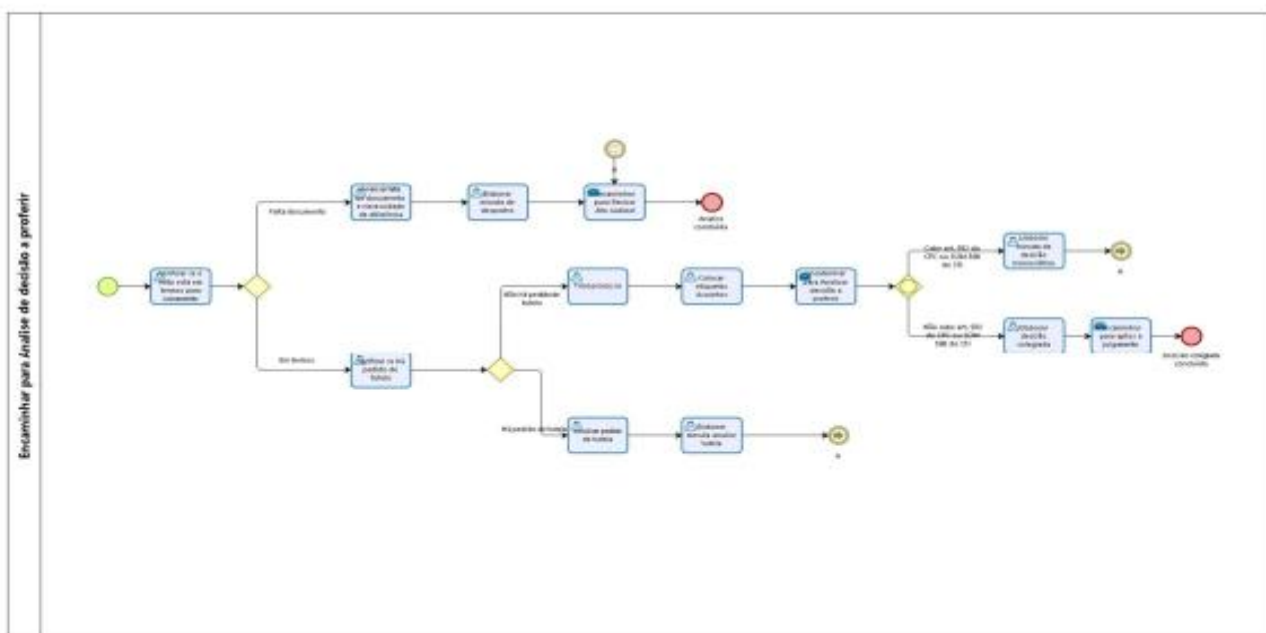
O Gabinete conta com 18 (dezoito) servidores, sendo 15 (quinze) atuantes na atividade-fim, 2 (dois) na atividade-meio e 1 (um) agente de segurança. Há grupos de trabalho separados por tema/matéria em ações de competência da Décima Turma. Há, ainda, um servidor que cuida das ações originárias e processos submetidos a julgamento colegiado na Terceira Seção. O maior número de processos do Gabinete refere-se ao tema aposentadoria por tempo de contribuição, abrangendo suas vertentes, e demanda a designação de seis servidores para enfrentamento. Os demais temas/matérias são tratados, em regra, por dupla de servidores.

No grupo responsável pelo tema de aposentadoria por tempo de serviço, há uma divisão entre os membros por final de processo. Um dos servidores, mais experiente, transita entre todos os finais quando necessário em razão da necessidade de análise de processos de meta ou prioritários.

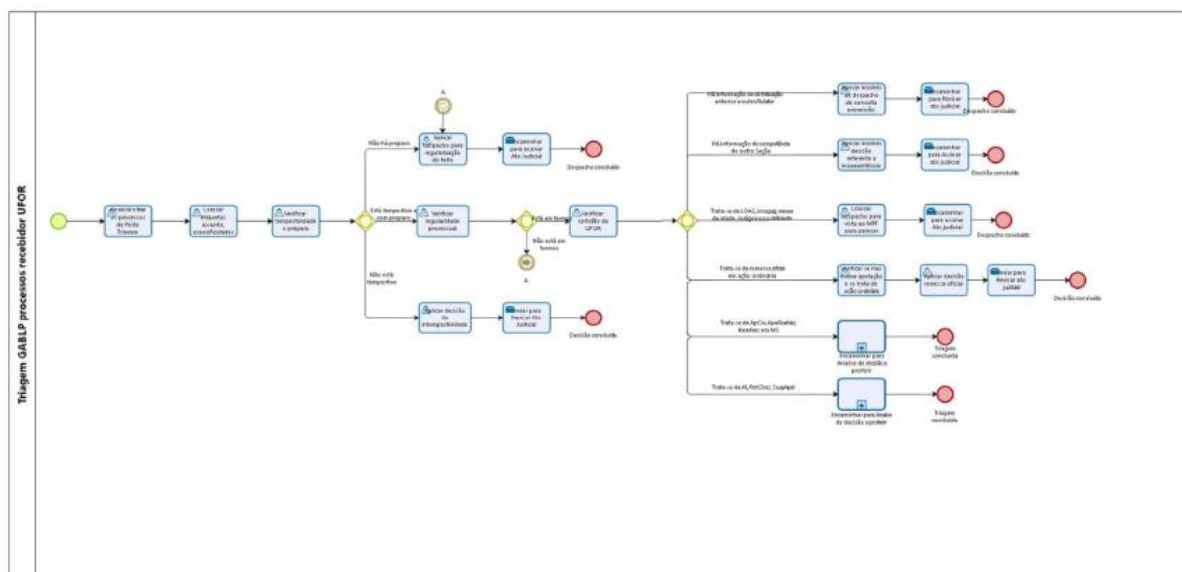
Os entrevistados informaram que o Gabinete tem envidado esforços no sentido de documentar os seus fluxos de trabalho por meio da ferramenta Bizagi Modeler, a fim de melhorar a compreensão das atividades realizadas dentro do gabinete.

A seguir transcrevo os fluxos de triagem já formulados no gabinete:

1 ENCAMINHAR PARA ANÁLISE DE DECISÃO A PROFERIR



2 TRIAGEM GABLP



Com a descrição dos eventos e de suas intercorrências, busca-se maior eficiência organizacional e, como consequência, maior produtividade de cada setor.

Da mesma forma, há um esforço para observância das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Gabinete 36, tudo com o fito de propiciar o oferecimento da prestação jurisdicional com celeridade. Segundo os entrevistados, as ferramentas eletrônicas Microsoft Teams e WhatsApp foram muito utilizadas durante todo o trabalho remoto, para manter a integração entre servidores, gestores e magistrada, visando à uniformização de procedimentos e minutas, mediante contatos escritos, reuniões por audioconferência ou videoconferência. O WhatsApp foi referido como ferramenta de grande valia para abordar tópicos relativos a temas dos grupos de cada setor.

No gabinete há 5 (cinco) servidores em trabalho presencial, nas dependências do Tribunal, e 13 (treze) servidores em teletrabalho extraordinário, sendo que 3 (três) comparecem ao menos um dia por semana no Tribunal, ficando os demais, 10 (dez) servidores, em regime de teletrabalho integral. Há previsão de retorno de forma presencial ordinária a partir de 29 de abril do corrente ano, de acordo com a Portaria Conjunta PRES/CORE n. 28/2022.

São estipuladas cotas fixadas de acordo com o grau de dificuldade que envolve a resolução do processo em razão do tema/matéria ou especificidade do assunto. Dois a três processos diários para assuntos de maior complexidade e de três a quatro processos para os demais.

O acompanhamento da produtividade é diário, com realização de reuniões quinzenais para enfrentamento das dificuldades encontradas. O controle quinzenal possibilita ao servidor equilibrar eventuais dificuldades com processos mais antigos em

relação aos processos que garantem maior produtividade. Além disso, com o controle quinzenal e o trabalho remoto, a flexibilização dos horários permite que o servidor adeque a sua rotina da melhor forma, sem prejuízo das metas estipuladas pela chefia.

Segundo os entrevistados, até o momento não houve descumprimento da cota estipulada para o setor.

Foi ressaltado que o teletrabalho tem se mostrado uma forma eficiente de implementação do trabalho, porquanto não foram identificadas dificuldades significativas do servidor, que está sempre amparado pelos gestores e pela magistrada. Destacou-se que o grupo foi iniciado em fevereiro de 2022, em função da promoção da magistrada e remoção ao Gabinete 36. Em razão disto, foi estabelecido período de treinamento intenso e estudos dos posicionamentos da jurisprudência da E. Décima Turma, a fim de propiciar a celeridade do trabalho.

No gabinete, atualmente, não há processo físico pendente de primeiro julgamento, remanescendo apenas 7 (sete) processos que vieram da Egrégia Vice-Presidência para cumprimento do artigo 1.040, II, do CPC. Quando são recebidos no setor, a triagem é feita pela servidora que realiza diariamente a atividade.

No sistema eletrônico PJe, por sua vez, a triagem dos processos distribuídos é feita por uma servidora e dois estagiários, que colocam etiquetas indicativas do tema/matéria e suas especificidades. Foi explicado que, após a devida conferência, são transferidos para o fluxo "Analisar decisão a proferir". Os processos que retornam da Unidade Processante (Subsecretaria da 10ª Turma e da Terceira Seção) são triados pelo chefe de gabinete, que também coloca as respectivas etiquetas referentes às modalidades recursais (embargos de declaração ou agravo), analisa as petições e/ou indica os servidores que irão trabalhar com os autos.

No sistema eletrônico PJe todos os processos do gabinete encontram-se etiquetados com o tipo de tema/matéria e suas especificidades. Na pasta destinada a "Analisar decisão a proferir" estão os feitos para confecção de minuta de decisão/voto. Na pasta "Recebidos da Unidade Processante" encontram-se os feitos com recursos internos (embargos de declaração e agravos), petições protocoladas pendentes de análise e processos que retornaram de cumprimento de determinação judicial. Nas pastas "Revisar ato judicial" e "Aptos para julgamento", encontram-se todos os processos com minutas de decisão e votos, respectivamente, para aprovação da Desembargadora. Em "Aguardando Sessão" encontram-se os feitos pautados, com minutas de relatório, voto e acórdão já previamente conferidas e aprovadas.

O controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências é feito mediante a etiquetagem dos processos com a identificação correspondente para facilitar o controle, a localização e o julgamento dos feitos. Por exemplo, referente à Meta 2 de 2022 (o feito recebe a etiqueta Meta 2 e o ano de distribuição no Tribunal). Na

hipótese de remessa a outros gabinetes (consulta de prevenção), de pendência de agravos legais/internos e embargos de declaração de decisões monocráticas, bem como nos casos de urgência, todos recebem as respectivas etiquetas para controle do Gabinete. Apenas os embargos de declaração de decisão colegiada aportam no setor em fluxo próprio. Em relação à identificação de prioridade legal, o processo é distribuído com esta identificação, sendo passível de ajustes pelo gabinete caso haja nova ocorrência.

São estipuladas metas individuais de acordo com o tema/matéria que o servidor trabalha. As metas coletivas são delineadas pela Magistrada de acordo com o volume de recursos (agravos internos e embargos de declaração) pendentes de julgamento, acúmulo dos processos de Meta 2 ou de processos sem movimentação e, mensalmente, para o alcance da Meta 1.

Em razão do teletrabalho extraordinário, de 2020 a 2022, não há, por ora, nenhuma política de recompensa em vigor no Gabinete.

Os processos que se enquadram na Meta do CNJ estão identificados e há determinação de julgamento prioritário. Os processos relativos à prioridade legal são julgados de acordo com a distribuição por ordem de antiguidade, dentro do rol da prioridade legal, e são identificados pelo próprio Sistema PJe.

O gabinete utiliza decisões terminativas, nos termos do artigo 932 do Código de Processo Civil e da Súmula 568 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Os modelos de votos/decisões preparados e aprovados pela magistrada estão separados no sistema PJe e nos arquivos e pastas Word por temas e matérias, que estão disponíveis na rede do Tribunal, no drive S:/ do Gabinete, bem como reproduzidas nas pastas na plataforma Microsoft Teams. De acordo com o relatado, a inclusão dos modelos padrões no próprio sistema eletrônico PJe visa facilitar a reprodução por ocasião da elaboração das minutas pelos servidores, evitando retrabalho com relação à formatação a cada nova minuta incluída.

Sobre a necessidade de capacitação dos servidores, os entrevistados relatam que a Reforma Previdenciária, implementada pela Emenda Constitucional n. 103, de 12/11/2019, assim como as constantes alterações normativas, tanto emanadas do Poder Legislativo quanto baixadas pelo Poder Executivo, impõem a constante capacitação dos servidores. Foi apontado, ainda, que a pacificação jurisprudencial, com a fixação de novos precedentes obrigatórios decorrentes da solução de recursos sob regime representativo de controvérsias pelas Colendas Cortes Superiores, bem assim a evolução da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, constituem indicadores da necessidade de capacitação da magistrada e dos servidores, na medida em que o Direito Previdenciário e Direito Assistencial têm por objetivo precípuo disciplinar a esfera do Direito destinada àqueles que mais necessitam da prestação jurisdicional célere, pois buscam prestações de natureza alimentar.

O controle de processos sobrestados se dá através das etiquetas. Ao ser proferido o despacho de sobrestamento, os feitos são etiquetados com a indicação de sobrestamento e com o respectivo número do Tema afetado. O controle quantitativo e organizacional é realizado pela Subsecretaria processante atrelada ao Gabinete, que faz a identificação e separação por controvérsia indicada no despacho de sobrestamento. Há também a possibilidade de acompanhar os processos sobrestados por meio de listas geradas pelo Relatório Gerencial do PJe 2ª Grau. Os processos sobrestados estão vinculados aos Temas 692/STJ (3), 999/STJ e 1102/STF (58), 1018/STJ (32), 1059/STJ (3) e 1070/STJ (1) e ao IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000 (248).

Acerca do estímulo à conciliação, correspondente à Meta 3, foi esclarecido que a magistrada integra o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), que tem buscado diferentes frentes de conciliação. Além disso, participou de reunião com a Advocacia-Geral da União, ainda no gabinete 32, durante a qual os Exmos. Procuradores Federais participantes ressaltaram que estão trabalhando na indicação de novos temas para conciliação. Nos casos concretos, sempre que há proposta de acordo deduzida pelas partes nos autos, após a oitiva da parte contrária, os feitos são encaminhados ao Gabinete da Conciliação. Além disso, são remetidos os feitos que se amoldam àqueles indicados pela Procuradoria do Instituto Nacional do Serviço Social (INSS) para as campanhas de conciliação promovidas pelo Gabinete de Conciliação.

A unidade não recebeu qualquer auxílio desde a última inspeção.

De acordo com o informado, os pedidos de vista são priorizados para julgamento nas sessões seguintes.

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é realizado por meio das notícias veiculadas no sítio eletrônico e nas redes sociais do Tribunal. Há orientação no sentido de que as jurisprudências citadas nas minutas de decisões e votos sejam periodicamente revistas e, quando adequado, substituídas por julgados mais recentes, além da anotação da data do trânsito em julgado quando se tratar de precedente obrigatório, sempre no intuito de acompanhar a evolução jurisprudencial.

Sobre as sessões foi informado que os processos são incluídos em pauta de julgamento com antecedência de vinte a trinta dias da data da Sessão de Julgamento. Os processos são pautados com os relatórios, votos e acórdãos já aprovados e, uma vez inserido o processo na respectiva Pauta de Julgamento, há o compartilhamento do conteúdo dos votos aos gabinetes que compõem a Turma Julgadora. Como regra, adota-se o procedimento de comunicação da disponibilização dos votos que serão levados a julgamento pelo magistrado com antecedência de cinco a dez dias da data da sessão colegiada para análise prévia dos demais gabinetes que compõem o quórum originário de votação.

As sessões virtuais são realizadas por duas modalidades: apenas eletrônicas e as virtuais com videoconferência. Na 10ª Turma, as sessões são realizadas apenas pela segunda modalidade. Na 3ª Seção, por sua vez, adotam-se ambos os meios. As sessões meramente eletrônicas são realizadas pelo espelho de pauta disponibilizado no painel dos magistrados. Caso haja alguma divergência, apontamento ou ressalva de entendimento, os posicionamentos são enviados por mensagem eletrônica aos Gabinetes e à Subsecretaria de apoio ao julgamento, e os votos são apostos no sistema eletrônico. Quando há sessão virtual por videoconferência, as sessões ocorrem pelo Sistema de reuniões da plataforma Microsoft Teams, tanto na sessão de julgamento da 10ª Turma quanto na 3ª Seção. O agendamento é realizado previamente pelas Subsecretarias da Turma e da Seção com o envio do link para acesso dos participantes (Procuradores, Magistrados e servidores).

A unidade jurisdicional conta com um plano de gestão.

Sobre os recursos humanos foi reafirmado que o gabinete conta com 18 (dezoito) servidores, sendo 15 (quinze) atuantes na atividade-fim, 2 (dois) em atividade-meio e 1(um) agente de segurança.

Não houve queixas quanto aos recursos materiais.

Quanto à gestão de trabalho, foi esclarecido que no gabinete há grupos de trabalho separados por tema/matéria em ações de competência da 10ª Turma. Há, ainda, um servidor que cuida das ações originárias e processos submetidos a julgamento colegiado na 3ª Seção. O maior número de processos do gabinete refere-se ao tema “aposentadoria por tempo de contribuição”, abrangendo suas vertentes, e demanda a designação de seis servidores para enfrentamento. Os demais temas/matérias são tratados, em regra, por duplas de servidores. Uma servidora e dois estagiários fazem a triagem das ações distribuídas e confecção de despachos de mero expediente.

Ressaltam os entrevistados que o gabinete tem conseguido alcançar as Metas estabelecidas pelo CNJ, bem como teve uma baixa expressiva no volume do acervo de processos.

A unidade tem como objetivos estratégicos, segundo plano de gestão elaborado para o ano de 2022, mapear os processos pela antiguidade de distribuição; mapear os processos com preferências legais; definir divisão de tarefas por assunto; fixar metas quantitativas; Identificar temas para solução alternativa de conflitos; identificar feitos à Contadoria Judicial; agilizar o impulso processual relativo a metas do CNJ, prioridades legais, tutelas e liminares urgentes, agravos internos pendentes, embargos de declaração pendentes; dar impulso às execuções fiscais e cíveis; elaboração e revisão de minutas com inclusão no PJe; gestão das demandas repetitivas; estabelecer fluxo de análise dos pleitos; fixar cronograma de treinamento; elaboração de formulários e mapas mentais direcionado ao fluxo de análise dos casos; discussão sobre os assuntos,

observada a divisão de trabalho; acompanhar cursos e debates oferecidos pelas Escolas Oficiais; Identificar e elaborar fluxos Bizagi.

Relatam os entrevistados que a comunicação por meio de grupos do Microsoft Teams e WhatsApp separados por temas tem se demonstrado uma forma muito eficiente para tratar das dúvidas, apresentar soluções, enviar documentos, parágrafos úteis, correção de decisões e votos, bem como para compartilhamento de jurisprudências de forma rápida e com a ciência de todos os interessados, visto que o teletrabalho continuará a ser uma modalidade efetiva de trabalho quando do retorno das atividades ordinárias.

O controle de processos sem movimentação é realizado por meio dos relatórios gerenciais emitidos pelo sistema PJe 2º grau, procedimento pelo qual é possível relacionar os processos sem movimentação e adotar medidas no sentido de dar impulso aos feitos localizados.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos 5.857 para 4.340. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.353 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.340.

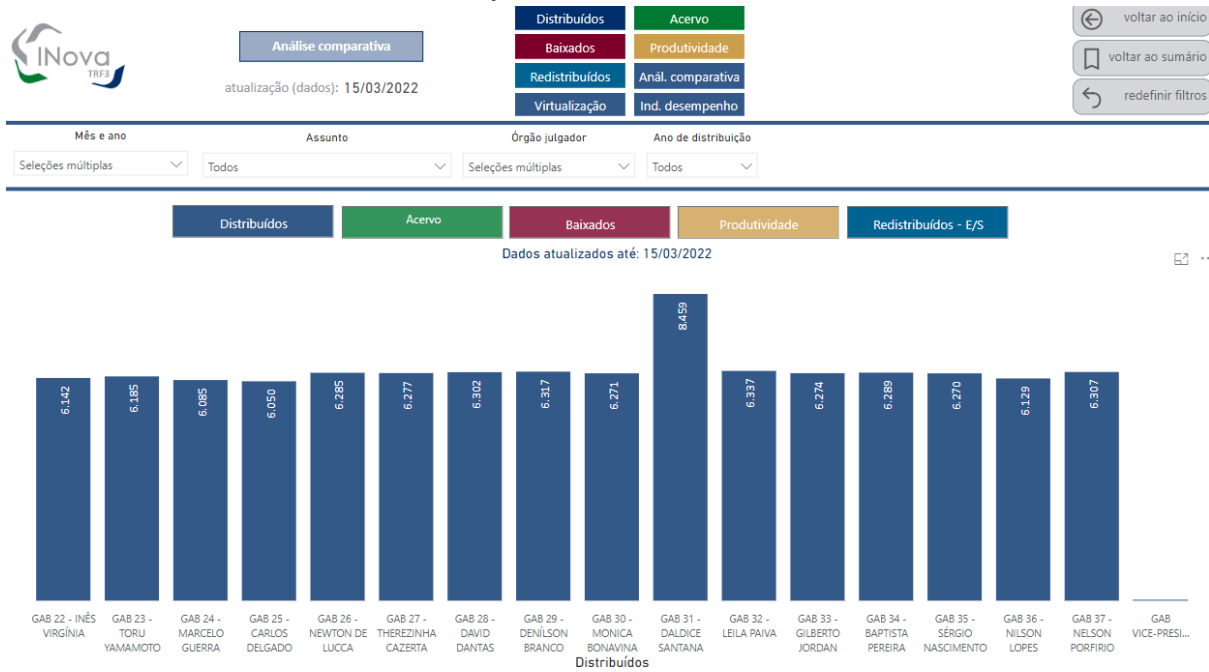
Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 248, na última inspeção, para 162, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 16 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 16 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo igual à média da Seção.

Sobre a distribuição, entende-se relevante trazer quadros estatísticos com os dados referentes aos gabinetes da 3ª Seção, desde 2019, diante da constatação de que os números não têm sido equânimes:

Período de janeiro a dezembro de 2019



Período de janeiro a dezembro de 2020

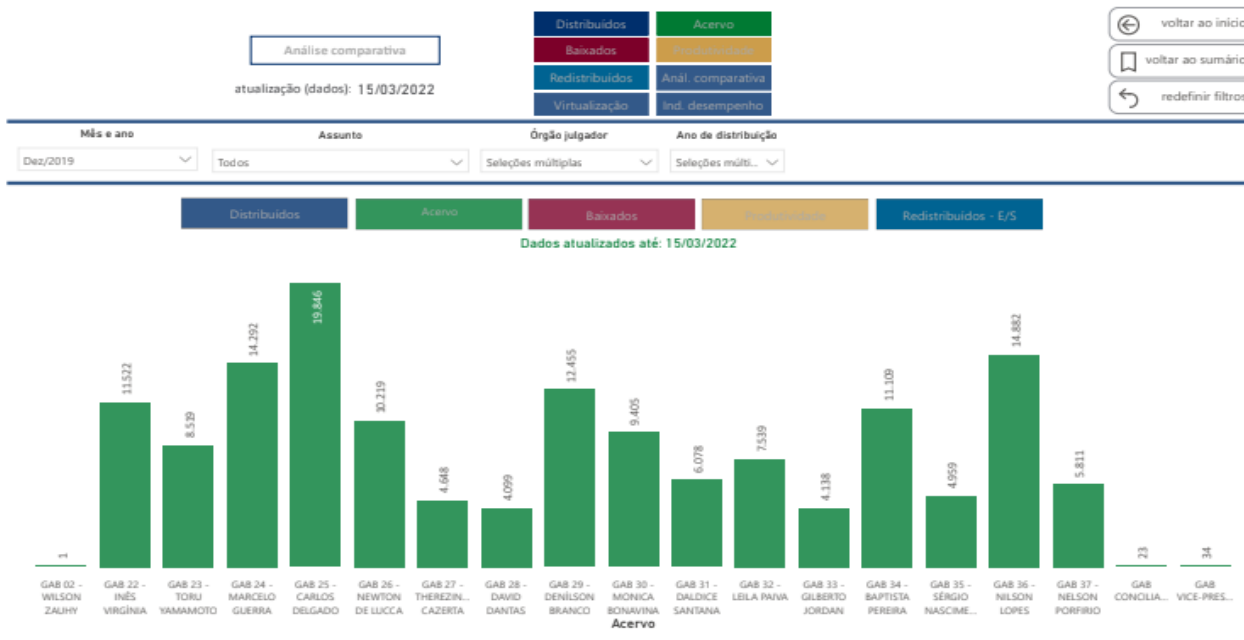


Período de janeiro de 2021 a março de 2022



Como a distribuição e o acervo são dados relevantes para análise da produtividade da unidade jurisdicional, destaco os dados estatísticos em relação ao acervo, para o mesmo período das tabelas de distribuição citadas acima:

Acervo em dezembro de 2019



Acervo em dezembro de 2020



Acervo em dezembro de 2021



O desequilíbrio em relação à distribuição impacta no cumprimento da Meta 1 pelas unidades jurisdicionais, uma vez que impõe maior esforço de trabalho para aquelas com menor acervo.

Feita tal ressalva, importa citar os índices positivos obtidos pelo gabinete desde a última inspeção.

Houve controle efetivo do acervo, com melhora dos dados estatísticos.

A unidade obteve êxito no cumprimento da Meta 1 de 2021, alcançando o índice de **133,03%**.

Quanto à Meta 2 os percentuais foram de **99,13%** para os processos distribuídos até 31/12/2016 e **116,17%** para aqueles distribuídos ao gabinete até 31/12/2017.

Houve relevante redução no número de embargos de declaração pendentes de julgamento, que em 2020 era de **248** e em 2022 é de **162**. Durante a entrevista, foi demonstrado que esse número já foi reduzido eis que constam pendentes de análise apenas 17 embargos de declaração referentes à decisões monocráticas e 3 de acórdãos.

Outro dado que evidencia o aprimoramento da unidade consiste na redução significativa de processos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado. Em 2020 havia **611 processos** nessa condição, em 2022, **26**.

Embora conste a existência de 6 processos de improbidade administrativa, constatou-se que se trata de erro de cadastro do assunto que não foi solucionado em razão do ataque cibernético sofrido pelo TRF da 3ª Região em março do ano corrente.

Outro dado inconsistente do sistema diz respeito a 16 processos na classe de Recurso Extraordinário ou Especial que na verdade são feitos devolvidos da Vice-Presidência para juízo de retratação.

A entrevista mostrou uma competente administração da unidade, tanto pela ilustre Desembargadora Federal Leila Paiva, quanto pelos assessores, que buscam adotar metodologia voltada ao desenvolvimento constante de estratégias para melhoria dos fluxos e do próprio sistema PJe.

Ficou evidente o comprometimento da equipe com o desenvolvimento constante de estratégias para melhor controle do acervo e gerenciamento do trabalho, o que, a despeito do pouco tempo de assunção do gabinete pela Desembargadora Federal, faz com que se vislumbre constante melhora do serviço no futuro.

O gerenciamento competente do acervo mediante a utilização eficaz das ferramentas de controle do sistema PJe são exemplos de boas práticas que merecem ser destacadas.

35. RECOMENDAÇÕES

Inicialmente, ressalte-se que não remanescem pendências em relação às recomendações da inspeção anterior.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir a recomendação do item 32.

b) Manter em prática o plano de gestão. Os métodos e estratégias de gerenciamento do trabalho devem ser constantemente reavaliados, de acordo com as especificidades das matérias com maior demanda.

Sugere-se a inclusão de etiquetas com ano/mês da primeira distribuição do processo no gabinete, pois com a redução do acervo, tal informação pode auxiliar no controle mais preciso dos feitos mais antigos, já que o acompanhamento pela data de inclusão do processo na tarefa pode se mostrar impreciso no caso de eventual saída do feito e posterior retorno para a mesma tarefa.

c) Apontar para os setores competentes eventuais inconsistências e/ou alterações do sistema PJe que podem contribuir para sua melhoria.

GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal José Lunardelli

2.2 Turma

11ª Turma

2.3 Competência

criminal e residual cível

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal José Lunardelli

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Alexandros Pereira Christopoulos - assessor

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	590
Processos suspensos/sobrestados	14
Processos conclusos	217

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	590
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	463
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	217
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	68
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	14
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	9

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica

Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	3
Ações rescisórias	1
Outros	2

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	125
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	2
Outros	121

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	125
Apelações cíveis	98
Agravos de instrumento	6
Outros	21

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	67
Inquéritos	5
Habeas Corpus	32
Revisões criminais	23
Outros	7

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	395
Apelações	351
Recursos em Sentido Estrito	24
Recursos em Habeas Corpus	8
Outros	12

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	80
Apelações	43
Habeas Corpus	16
Outros	21

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	29
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	9

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	63
Ano anterior	100
2º ano anterior	6
3º ano anterior	9
4º ano anterior	10
5º ano anterior ou mais antigo	2

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	9
Ano anterior	20
2º ano anterior	12
3º ano anterior	informação da estatística em branco
4º ano anterior	1
5º ano anterior	informação da estatística em branco
6º ano anterior ou mais antigo	informação da estatística em branco

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	60
Ano anterior	103
2º ano anterior	5
3º ano anterior	4
4º ano anterior	1
5º ano anterior	informação da estatística em branco
6º ano anterior	informação da estatística em branco
7º ano anterior ou mais antigo	informação da estatística em branco

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	29
Total como relator para o acórdão	1

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	843
Total de Processos julgados	671
Total de Processos baixados	699
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	172
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	144

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	25
Total de feitos verificados na inspeção anterior	19
Total de feitos não regularizados	1

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	780
Processos julgados no ano anterior	679
Processos distribuídos no ano corrente	107
Processos julgados no ano corrente	117

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	602
Pendentes em 31/12/2021	18
Porcentagem de atendimento da meta	95,15%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

	95,29%
--	--------

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	297
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	95,29%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	258
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	116,74%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	224
Pendentes em 31/12/2021	9

Porcentagem de atendimento da meta	142,86%
------------------------------------	---------

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	206
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	140,77%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	35,45
Taxa de congestionamento em 2021	50,96
Taxa de congestionamento em 2022	50,38

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	780
Processos baixados no ano anterior	400
Processos julgados no ano anterior	670
Processos distribuídos no ano corrente	107
Processos baixados no ano corrente	108
Processos julgados no ano corrente	109

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados da estatística em branco
Pendentes em 31/12/2021	dados da estatística em branco
Porcentagem de atendimento da meta	dados da estatística em branco

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Nossa contribuição para implementar a Agenda 2030 da ONU se dá por meio das nossas ações para julgar mais rapidamente os processos e com atenção, fornecendo resposta rápida e de qualidade ao jurisdicionado.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Até essa data, 12/4/2022, o setor de estatística do tribunal não forneceu tais dados e consta no painel BI que aguardam glossário do CNJ, em 2021, o saldo pendente de impulsionamento era de 2 processos.
--	--

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Não se aplica ao gabinete.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Dados não fornecidos pelo setor de estatística. Até essa data, consta no painel BI aguardando glossário do CNJ
---	--

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Cumprir as recomendações do item 11; b) manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 12. Item 11: Em relação aos processos listados, recomenda-se: a) proceder à baixa no sistema: 0036556-40.2004.4.03.0000 0051397-40.2004.4.03.0000 b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias, assim que esgotado o prazo deferido à nova defesa constituída de acesso à íntegra do Processo 0008475-51.2008.4.03.6108. c) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta quando do retorno oficial às atividades presenciais: 0038980-79.2009.4.03.0000.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) processos baixados no sistema em 25/5/2021; b) processo julgado em 17/9/2020. Acórdão publicado em 2/10/2020. Recursos Especial e Extraordinário interpostos, em razão disso, processo encaminhado para a Vice-Presidência para exame de admissibilidade; c) processo foi pautado para julgamento em 26/8/21, mas foi adiado, continua em análise pelo desembargador, com previsão de julgamento em breve.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O processo 0038980-79.2009.4.03.0000 foi encaminhado ao revisor e pautado para julgamento em 26/8/2021, mas foi adiado e está em reanálise pelo Desembargador. Há previsão de julgamento até o final do presente semestre.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Qto aos números até 31/12/21, a unidade tem percentuais superiores a 100% nas metas do CNJ, exceto na Meta 2-2016 que, segundo a estatística, é de 96,32%. Nesse caso, a estatística aponta que não foram apreciados 15 (quinze) processos. Contudo, é apenas um que pende de julgamento que ainda não ocorreu por determinação do STJ e mais dois que foram devolvidos para juízo de retratação no final de 2021 e estão prontos para serem apreciados. O restante ou são processos que já tiveram baixa, de restauração, que não são de relatoria do DF José Lunardelli ou que estão na Vice-Presidência. A estatística também aponta que as Metas 5 e 12 são de 66,67% e que pendem de julgamento 2 processos, um pronto para ser julgado e outro julgado em dezembro/2021, embargos opostos em janeiro e em análise.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete julga o que é distribuído. O acervo é reduzido. Há pouquíssimos processos físicos. A separação de trabalho é feita por matéria e os *habeas corpus* são apreciados por quase todos os servidores e distribuídos sequencialmente, pela ordem de chegada, com preferência pela matéria de especialização. Uma funcionária ainda é responsável pela análise de ações cíveis, que retornam com determinação das Cortes Superiores ou da Vice-Presidência, de retratação em razão de recursos repetitivos, o que impede o gabinete de finalizar o acervo cível, competência que não tem desde de 2014. Considerando que não temos mais processos pendentes, o controle de produtividade é feito somente em relação àqueles processos que estão sob a responsabilidade de cada servidor(a).

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Alexandros Pereira Christopoulos

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os 16 servidores da atividade-fim (inclusive chefe e assessor) dividem as matérias do gabinete, exceto *habeas corpus*, que é distribuído em ordem sequencial, apenas com preferência para quem faz a matéria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

O novo regime de teletrabalho previsto na Resolução 370 - TRF, deveria, após 2 anos de situação emergencial, ter entrado em vigor no dia 4/4/22, o que foi postergado em razão do ataque cibernético. Nossos planos de teletrabalho são de 4 meses, período após o qual será feita avaliação e ajustes na periodicidade de comparecimento, escala, produtividade, etc. Inicialmente, dos 18 servidores, 7 (incluindo os dois agentes) manterão o regime presencial.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Apenas parcial, com comparecimento duas vezes por semana, uma vez por semana, quinzenal ou mensal, conforme o caso.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são manter o acervo "zerado".

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Praticamente só temos processos eletrônicos, restam pouquíssimos processos físicos, então o acompanhamento é feito diretamente no PJe. Há a necessidade de: a - para cumprir a meta de desempenho prevista no artigo 27 da Res. 370 TRF, quem está em teletrabalho, inclusive parcial, deve manter o acervo sob sua responsabilidade em dia, ou seja: b - não deve ter feitos aptos para elaboração de relatório e voto há mais de 60 dias contados da data do envio/retorno do processo ao gabinete pela Subsecretaria, exceto casos justificados previamente. No caso de HC e MS, esse prazo é de 30 dias; c - não deve ter acúmulo superior a 12 feitos aptos para elaboração de relatório e voto (incluídos *habeas corpus*, mandado de segurança, somando Turma e Seção), exceto casos justificados previamente. Quem não cumpre, é convidado a retornar ao trabalho presencial para acompanhamento dos motivos que levaram ao descumprimento.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há mais distribuição de processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não temos armários. Os processos eletrônicos recebem etiquetas com os nomes dos responsáveis.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O acervo é reduzido, então o controle é feito diretamente no PJe, diariamente.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas individuais e coletivas são manter o acervo "zerado".

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Considerando o novo regime de teletrabalho e o acervo reduzido, a recompensa pelo cumprimento das metas (manter o acervo "zerado"), é mais tempo livre para o servidor

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim

18. São utilizadas decisões terminativas?

São raríssimos casos de decisões terminativas em matéria penal, normalmente indeferimento de inicial em processo originário.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O PJe é um sistema que dificulta a criação e manutenção de modelos, bem como a busca, então os modelos são mantidos em pasta própria dos servidores responsáveis pela matéria e há orientações gerais da chefia/assessoria sobre alterações de entendimento do Desembargador, do próprio TRF e das Cortes Superiores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Nos últimos dois anos o contato foi extremamente reduzido, então essa identificação ficou bastante prejudicada, exceto pela leitura das minutas elaboradas pelos servidores.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

É feito pelo painel da estatística do tribunal.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não é o caso em matéria penal no estágio de tribunal, o mais próximo disso é o Acordo de Não Persecução Penal, que deve ser entabulado, para os processos novos, antes do ajuizamento da ação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Normalmente, na sessão seguinte ou, quando muito, na que sucede esta.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio do acompanhamento das sessões de julgamento e do dispositivo de pesquisa no site do tribunal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os votos são lançados no sistema PJe e disponibilizados aos gabinetes.

28. A unidade possui plano de gestão?

As mudanças decorrentes do período da pandemia inviabilizaram a adoção de planos de gestão, foi necessário adaptar tudo para manter o funcionamento. Com o retorno às atividades, vamos avaliar.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em excelentes condições
b) gestão do trabalho	Em boas condições
c) resultados	Pode melhorar, mas considerando os anos de trabalho e a redução progressiva do acervo, foi muito bom.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter o acervo zerado, oferecer prestação jurisdicional rápida, de qualidade, justa e digna, com resposta adequada e respeitosa nos autos e nos atendimentos pessoais, por telefone e por e-mail.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Trabalhar com organização na distribuição e análise dos processos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

No âmbito do gabinete, o teletrabalho.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Considerando o reduzido acervo, esse controle pode ser feito diretamente no PJe. Também fazemos controle a partir de relatórios que o próprio PJe disponibiliza.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5027776-30.2021.4.03.0000	8/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 10/2/22 e arquivado em 10/3/22.		
5028769-73.2021.4.03.0000	17/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 10/2/22.		
5029311-91.2021.4.03.0000	23/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 10/2/22.		

5029528-37.2021.4.03.0000	25/11/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgado em 24/2.		
0001808-12.2018.4.03.6104	23/9/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Seria julgado em 31/3, mas em virtude do ataque cibernético ocorrido no dia 30/3, foram canceladas as sessões de 31/3 e 7/4. A previsão de julgamento é 28/4.		
5029422-75.2021.4.03.0000	24/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 24/3/2022.		
5019140-75.2021.4.03.0000	19/8/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Minuta em elaboração, previsão de julgamento em julho deste ano.		
5025649-90.2019.4.03.0000	3/10/2019	428-Revisão Criminal
Observação/Providência: Julgado dia 17/2/22.		
5019843-06.2021.4.03.0000	3/9/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo originário que veio com parecer do MPF em novembro de 2021. Será analisado em breve e a previsão de julgamento é agosto de 2022.		
5028954-14.2021.4.03.0000	19/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 10/2/22.		
5020796-67.2021.4.03.0000	29/9/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Pautado para julgamento no dia 7/4/22.		
5015604-56.2021.4.03.0000	8/7/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo em análise, distribuído em julho do ano passado, ainda pendente da juntada de documentos pelo requerente. Assim que estiver pronto para julgamento, será analisado e colocado em pauta.		
5000119-43.2021.4.03.6005	27/7/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 07/04.		
5002573-84.2020.4.03.6181	23/9/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Processo veio pronto para análise em setembro de 2021. A minuta está em elaboração e a previsão de julgamento é junho/2022.		
5004423-42.2021.4.03.6181	22/11/2021	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Pautado para julgamento em 28/4/22.		
0011658-73.2006.4.03.6181	30/1/2019	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Julgado dia 24/3/22.		
5002615-91.2021.4.03.6119	13/4/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Seria julgado em 31/3, mas em virtude do ataque cibernético ocorrido no dia 30/3, foram canceladas as sessões de 31/3 e 7/4. A previsão de julgamento é 28/4.		
0000380-80.2013.4.03.6100	25/11/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para julgamento em 28/4/22.		
0005785-95.2017.4.03.6120	21/6/2021	417-Apeleção Criminal

Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em 7/4/22.		
0004981-03.2016.4.03.6108	13/12/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico e complexo, o voto está em elaboração e a previsão de julgamento é junho de 2022.		
0003232-46.2015.4.03.6120	17/2/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo estava na digitalização, enviado pelo setor de distribuição, só veio ao gabinete em 15/3/22. Será analisado e incluído em pauta o mais brevemente possível.		
0006668-34.2009.4.03.6181	2/4/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo no qual foram interpostos vários recursos, último recurso apreciado por essa Turma, um ED, julgado em 17/2/22, processo remetido ao MPF e há RESP interposto, será encaminhado à Vice, para admissibilidade, tão logo seja possível.		
5003009-42.2019.4.03.6128	18/2/2021	325-Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Suscitou conflito de competência em 2/21, foram tomadas as providências indispensáveis e aguarda julgamento do CC 5003834-66.2021.403.0000, pelo Órgão Especial.		
0004704-62.2017.4.03.6104	22/3/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Seria julgado em 31/3, mas em virtude do ataque cibernético ocorrido no dia 30/3, foram canceladas as sessões de 31/3 e 7/4. A previsão de julgamento é 28/4.		
0001933-21.2010.4.03.6181	31/5/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo estava em fase de digitalização, só veio ao gabinete em 2/3/22, qdo foi encaminhado ao MPF para manifestação, tendo retornado pronto para análise apenas em 21/3, oportunidade em que começará a ser analisado e a minuta elaborada.		
0004033-42.2017.4.03.6103	21/2/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em análise e elaboração de minuta, a previsão de julgamento é junho de 2022.		
0001247-39.2015.4.03.6121	21/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em fase de análise e elaboração de minuta de voto para ser submetido a julgamento, a previsão é que seja pautado para julgamento em junho.		
0000372-56.2017.4.03.6135	15/8/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em fase de análise e elaboração de minuta de voto para ser submetido a julgamento, a previsão é que seja pautado para julgamento em junho.		
0011899-71.2012.4.03.6105	30/8/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em 28/4/22.		
0003046-97.2016.4.03.6181	25/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Veio conclusivo pronto para julgamento e com parecer, no dia 25/8/2021. Está em análise e a previsão de julgamento é junho deste ano.		
0006132-33.1999.4.03.6000	20/9/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em 28/4/22.		
5011115-91.2021.4.03.6105	19/8/2021	413-Agravo de Execução Penal

Observação/Providência: Julgado dia 24/2/22.		
0037138-20.1997.4.03.6100	3/10/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado dia 24/2/22.		
5000820-74.2021.4.03.6111	31/5/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Julgado dia 24/3/22.		
5005995-33.2021.4.03.6181	9/9/2021	318-Exceção de Suspeição
Observação/Providência: Julgado dia 24/2/22.		
0012263-09.2012.4.03.6181	5/10/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Julgado dia 14/3/22. Foram opostos Embargos de Declaração que, quando o processo vier ao gabinete, serão analisados e julgados o mais brevemente possível.		
0004657-95.2012.4.03.6126	9/9/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo em análise e elaboração de minuta, a previsão de julgamento é junho de 2022.		
0002537-28.2001.4.03.6106	26/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo devolvido pela Vice-Presidência para retratação, em 16/12/2021, a qual foi levada a julgamento em 24/3/2022.		
0002918-10.2008.4.03.6100	26/5/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo devolvido pela Vice-Presidência para retratação, em 16/12/2021, a qual foi levada a julgamento em 24/3/2022.		
0034905-16.1998.4.03.6100	20/5/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em consulta ao PJe verifiquei que o processo estava na Vice-Presidência, para exame de admissibilidade de RESP e foi devolvido à Turma julgadora para juízo de retratação, mas equivocadamente redistribuído ao DF Nino Toldo, que o remeteu à distribuição, onde se encontra nessa data.		
0009626-04.2007.4.03.6103	27/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em 12/5.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 41 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias:

5019140-75.2021.4.03.0000	0004033-42.2017.4.03.6103	0000380-80.2013.4.03.6100
0004981-03.2016.4.03.6108	0006132-33.1999.4.03.6000	
5003009-42.2019.4.03.6128	5002573-84.2020.4.03.6181	

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal e seu Chefe de Gabinete, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A distribuição dos processos é feita pelo sistema PJe e a triagem inicial por matérias é feita por um servidor.

Os processos que tratam de matéria residual cível são feitos por uma servidora, em exclusividade.

Há 6 (seis) processos físicos, que ainda não foram julgados.

Dentre as metas estabelecidas pela unidade, além de reduzir o acervo no menor tempo possível, é levar os votos-vistas na sessão de julgamento seguinte.

Somente 5 (cinco) servidores exercem trabalhos de forma presencial. Os demais laboram por teletrabalho.

Todos os servidores, com exceção da servidora que trata de matéria residual cível, analisam processos de *habeas corpus*, incluindo os pedidos de liminar.

Um servidor é responsável por prestar as informações requisitadas pelos Órgãos Superiores.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 148 para 217. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 68 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 217.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 13, na última inspeção, para 29, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção-11ª Turma, equivale a 20 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) O Gabinete deve priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico, pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção- período de 4/5/2020 a 10/7/2020 -, houve aumento de 13 para 29 processos desta espécie.

c) Manter as providências adotadas para a diminuição do acervo geral. Verificou-se o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ, quanto à diminuição do acervo, o que importa no reconhecimento do trabalho zeloso e eficiente exercido pelo Gabinete e justifica a consignação de elogio ao Desembargador Federal José Lunardelli e à sua equipe.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Fausto De Sanctis

2.2 Turma

Décima Primeira Turma

2.3 Competência

Criminal

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Fausto De Sanctis

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José Antonio Monteiro (RF 3638), Chefe de Gabinete e Noêmia Maria Ferreira Fonseca (RF 2877), Assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	1) José Antonio Monteiro (RF 3638), 2) Noêmia Maria Ferreira Fonseca (RF 2877), 3) Tatyane Costa (RF 3718), 4) Telma Cristina Alves Cividanes (RF 2847), 5) Valéria Gouvea Fernandes (RF 1783), 6) Danilo Moysés Elian (RF 4003), 7) Ricardo Assis Brasil Pfeifer (RF 4215), 8) Carlos Henrique Massena Naso (RF 4013), 9) Fernanda Bortoletto Martinati (RF 3924), 10) Angélica Rodrigues Macedo (RF 2920), 11) Maísa Martins de Siqueira (RF 1567), 12) Denise Toscano (RF 3390), 13) Marcela Gradella Denis (RF 3067), 14) Fernando Capello Calazans (RF 3844), 15) Luiz Felipe Silva Bento (RF 3847), 16) Cláudia Pires Matsuo Dias da Silva (RF 3405), 17) Ricardo Jeferson Fonseca Justino (RF 4115).).
Estagiários de nível superior	1) Isabella Maria Dutra De Felipe - RG 555974261 e 2) Yuri Almeida Nicolucci - RG 381773164

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	1.734 (dados atualizados até 28/2/2022)
Processos suspensos/sobrestados	4 (dados atualizados até 28/2/2022)
Processos conclusos	1.119 (dados atualizados até 28/2/2022)
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.734 (dados atualizados até 28/2/2022)
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.599 (dados atualizados até 28/2/2022)
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.119 (dados atualizados até 28/2/2022)

Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.070 (dados atualizados até 28/2/2022)
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	4 (dados atualizados até 28/2/2022)
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6 (dados atualizados até 28/2/2022)

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	9 (dados atualizados até 28/2/2022)
Mandados de segurança	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
IRDR	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
IAC	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Arguição de inconstitucionalidade	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Conflitos de competência	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Reclamações	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Ações rescisórias	3 (dados atualizados até 28/2/2022)
Outros	6 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	179 (dados atualizados até 28/2/2022)

Recursos em mandados de segurança coletivos	2 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em ações populares	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em ações de improbidade administrativa	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em ações civis públicas	1 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em ações de desapropriação	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em ações com preferência legal	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Outros	176 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	179 (dados atualizados até 28/2/2022)
Apelações cíveis	142 (dados atualizados até 28/2/2022)
Agravos de instrumento	5 (dados atualizados até 28/2/2022)
Outros	32 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	98 (dados atualizados até 28/2/2022)
Ações penais	1 (dados atualizados até 28/2/2022)
Inquéritos	7 (dados atualizados até 28/2/2022)
Habeas Corpus	50 (dados atualizados até 28/2/2022)
Revisões criminais	28 (dados atualizados até 28/2/2022)
Outros	12 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.448 (dados atualizados até 28/2/2022)
Apelações	1.392 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em Sentido Estrito	46 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em Habeas Corpus	12 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recursos em Mandado de Segurança	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Embargos infringentes e de nulidade	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Outros	-2 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	138 (dados atualizados até 28/2/2022)

Apelações	93 (dados atualizados até 28/2/2022)
Ações penais	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Inquéritos	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Habeas Corpus	20 (dados atualizados até 28/2/2022)
Outros	25 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Por IRDR	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Por IAC	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Por Recurso Especial	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Por Recurso Extraordinário	0 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	75 (dados atualizados até 28/2/2022)
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	29 (dados atualizados até 28/2/2022)
Agravos legais/regimentais	2 (dados atualizados até 28/2/2022)
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0 (dados atualizados até 28/2/2022)
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	8 (dados atualizados até 28/2/2022)
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	87 (dados atualizados até 28/2/2022)
Ano anterior	522 (dados atualizados até 28/2/2022)
2º ano anterior	325 (dados atualizados até 28/2/2022)

3º ano anterior	190 (dados atualizados até 28/2/2022)
4º ano anterior	62 (dados atualizados até 28/2/2022)
5º ano anterior ou mais antigo	79 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	22 (dados atualizados até 28/2/2022)
Ano anterior	187 (dados atualizados até 28/2/2022)
2º ano anterior	302 (dados atualizados até 28/2/2022)
3º ano anterior	157 (dados atualizados até 28/2/2022)
4º ano anterior	82 (dados atualizados até 28/2/2022)
5º ano anterior	33 (dados atualizados até 28/2/2022)
6º ano anterior ou mais antigo	45 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	63 (dados atualizados até 28/2/2022)
Ano anterior	385 (dados atualizados até 28/2/2022)
2º ano anterior	167 (dados atualizados até 28/2/2022)
3º ano anterior	245 (dados atualizados até 28/2/2022)
4º ano anterior	81 (dados atualizados até 28/2/2022)
5º ano anterior	58 (dados atualizados até 28/2/2022)
6º ano anterior	25 (dados atualizados até 28/2/2022)
7º ano anterior ou mais antigo	54 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	7

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	712 (dados atualizados até 28/2/2022)
Total de Processos julgados	223 (dados atualizados até 28/2/2022)
Total de Processos baixados	747 (dados atualizados até 28/2/2022)

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	489 (dados atualizados até 28/2/2022)
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-35 (dados atualizados até 28/2/2022)

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	<i>Dados indisponíveis em razão do ataque cibernético ocorrido no TRF</i>
Total de feitos verificados na inspeção anterior	60
Total de feitos não regularizados	4

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	651
Processos julgados no ano anterior	773
Processos distribuídos no ano corrente	88 (dados atualizados até 28/2/2022)
Processos julgados no ano corrente	97 (dados atualizados até 28/2/2022)

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2021	67
Porcentagem de atendimento da meta	95,73%
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
	101,81%

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Porcentagem de atendimento da meta	90,06% (dados atualizados até 28/2/2022)

Pendentes no último dia do mês anterior	116 (dados atualizados até 28/2/2022)
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

Porcentagem de atendimento da meta	101,89% (dados atualizados até 28/2/2022)
Pendentes no último dia do mês anterior	75 (dados atualizados até 28/2/2022)
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	949
Pendentes em 31/12/2021	144
Porcentagem de atendimento da meta	118,90%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	987
Pendentes no último dia do mês anterior	294 (dados atualizados até 28/2/2022)
Porcentagem de atendimento da meta	96,01%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

Taxa de congestionamento em 2020	67,87
Taxa de congestionamento em 2021	73,48
Taxa de congestionamento em 2022	69,78

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
--	---

Pendentes em 31/12/2021	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Pendentes no último dia do mês anterior	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Porcentagem de atendimento da meta	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Processos baixados no ano anterior	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Processos julgados no ano anterior	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Processos distribuídos no ano corrente	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Processos baixados no ano corrente	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Processos julgados no ano corrente	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Pendentes em 31/12/2021	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Porcentagem de atendimento da meta	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Pendentes no último dia do mês anterior	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Porcentagem de atendimento da meta	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.
Não há ações

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.	
Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3619 - Crimes contra a Fauna	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3621 - Da Poluição	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3622 - Agrotóxicos	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3623 - Atividades Nucleares	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3624 - Caça	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3627 - Pesca	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3651 - Crimes Agrários	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
9583 - Arrendamento Rural	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10016 - Inspeção Fitossanitária	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10085 - Água e/ou Esgoto	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10091 - Terreno de Marinha	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10094 - Terras Indígenas	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10095 - Águas Públicas	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10102 - Terras Indígenas	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10103 - Terreno Aldeado	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10104 - Restituição de área - FUNAI	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10105 - Demarcação	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10106 - Recursos Minerais	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10110 - Meio Ambiente	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10113 - Flora	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

10114 - Fauna	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10115 - Transgênicos	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10116 - Agrotóxicos	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10396 - Ambiental	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10397 - Sanitárias	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10438 - Dano Ambiental	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
10986 - Crime contra a administração ambiental	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11822 - Mineração	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11823 - Reserva legal	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11824 - Recursos Hídricos	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11825 - Poluição	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11827 - Zona Costeira	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11828 - Área de Preservação Permanente	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11830 - Patrimônio Cultural	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11836 - Parcelamento do Solo	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

11841 - Política Agrícola	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11862 - Saneamento	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
9994 - Indenização por dano ambiental	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
3424 - Usurpação de águas	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0
Prejudicado

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.	
Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Pendentes no mês anterior:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Percentual de cumprimento da meta:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
a) Proceder à baixa no sistema: 0000456-95.2018.4.03.0000; b) incluir em pauta em 10 dias os processos relacionados na alínea "b" do item 11, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias; c) remeter os processos relacionados na alínea "c" do item 11 ao revisor para inclusão prioritária em pauta quando do retorno oficial às atividades presenciais; d) proferir despacho, em 10 dias, no processo 0000218-29.2017.4.03.6138; e) efetuar a cobrança para restituição do processo em carga, com prazo vencido, após o retorno oficial às atividades presenciais dos processos 0005514-51.2010.4.03.6114 e 0000456-95.2018.4.03.0000.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) processo baixado no sistema; b) processos separados e encaminhados aos setores competentes para análise e resolução; c) processos separados e encaminhados aos setores competentes para análise e resolução; d) não foi possível observar o cumprimento desse item, em razão da indisponibilidade do sistema Gedpro no dia 18/4/2022; e) não foi possível observar o cumprimento desse item em relação ao processo 0005514-51.2010.4.03.6114, em razão da indisponibilidade do sistema Gedpro no dia 18/4/2022, mas solucionado em relação ao feito 0000456-95.2018.4.03.0000.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Em relação aos itens "b" e "c" ainda remanescem 13 processos pendentes de resolução (0000991-73.2017.4.03.6106, 0000796-92.2016.4.03.6116, 0015828-05.2017.4.03.6181, 0002076-20.2014.4.03.6003, 0005467-24.2013.4.03.6130, 0000017-83.2009.4.03.6181, 0708606-20.1997.4.03.6124, 0010043-72.2007.4.03.6000, 0000646-97.2009.4.03.6006, 0001144-94.2012.4.03.6102, 0002884-49.2010.4.03.6105, 0006851-29.2006.4.03.6110 e 0017401-93.2008.4.03.6181). A impossibilidade de resolução dos feitos mencionados está relacionada, via de regra, à necessidade de digitalização dos processos e complexidade da causa. Em razão da existência de feitos com prescrição mais premente, foi diferida a análise desses processos para depois da resolução dos feitos com prescrição mais próxima e premente. Entretanto, os processos pendentes de resolução já foram distribuídos aos setores competentes, os quais procederão à análise de forma prioritária.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não foi possível o cumprimento da Meta CNJ 2/2021, referente ao julgamento da totalidade (100%) dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016. O percentual de atendimento da referida meta ficou em 95,73%. Os processos enquadrados nesta meta foram identificados e terão seus julgamentos priorizados no decorrer do presente ano.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Os processos são triados após o recebimento, quando são calculados os prazos prescricionais e cadastrados em planilha de controle. A distribuição do trabalho é feita por áreas de especialização, levando-se em consideração eventuais feitos de natureza urgente, prazo prescricional e metas do CNJ. Essa distribuição é feita utilizando-se do

programa Trello, com a fixação de prazos para cumprimento dos feitos distribuídos aos servidores. Além disso, essa ferramenta é acessível até mesmo pelo celular e os servidores recebem e-mail informando acerca da distribuição dos processos para trabalho naquele mês. Esse recurso permitiu melhor comunicação entre a chefia e os servidores, tendo em vista a desnecessidade de mensagens individuais, com a centralização de toda a distribuição do trabalho do gabinete em um único local. Uma das dificuldades vivenciadas diz respeito à complexidade e urgência dos feitos de natureza criminal, que, por vezes, trazem maiores desafios ao atingimento dos objetivos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

José Antonio Monteiro (RF 3638)

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A organização do trabalho é feita levando-se em conta a especialização por matéria. Dos 17 servidores lotados no gabinete, 16 atuam na área-fim, com exceção do agente de segurança. Todavia, as questões de natureza administrativa, inclusive atinentes à digitalização de feitos ao PJe, é feita primordialmente pelo agente de segurança, de modo a liberar os demais servidores para o trabalho somente em atividades-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. A partir de abril de 2022 teremos 12 servidores executando suas atividades em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Dez servidores exercerão o teletrabalho em regime parcial, devendo comparecer ao gabinete pelo menos uma vez por semana. Um servidor comparecerá uma vez por mês ao gabinete. Por fim, temos uma única servidora em teletrabalho integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A fixação das cotas é feita de acordo com a complexidade da matéria a ser analisada, levando em consideração as áreas de especialização do gabinete. Os servidores que trabalham presencialmente possuem cotas menores, tendo em vista que também fazem atendimento ao público, por telefone ou presencialmente. As cotas dos servidores em regime de teletrabalho são maiores que aquelas estabelecidas para os servidores que exercem suas atividades de modo presencial.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é feito conjuntamente pela assessora e chefe de gabinete. Em caso de não cumprimento da cota estabelecida, será analisada a existência de eventuais fatores de ordem objetiva ou subjetiva que impediram o atingimento da meta. Em razão da heterogeneidade dos feitos de natureza criminal, seja em razão do número de réus, seja em face da complexidade das temáticas sob exame, a análise do desempenho dos servidores exige que o desempenho seja feito casuisticamente, levando em consideração as especificidades dos feitos a eles atribuídos. Caso se constate que o fator para o não cumprimento da cota é de natureza subjetiva, será feita uma análise conjunta pela chefia e servidor para identificar e solucionar esse fator interveniente. Em última instância, não havendo o cumprimento da cota pelo servidor, deverá ele retornar ao trabalho presencial.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente, os processos são distribuídos junto ao PJe, com exceção de eventuais feitos físicos que retornam da Vice-Presidência para fins de retratação. De qualquer forma, inicialmente é feito o cálculo prescricional na triagem dos processos recebidos, os quais, posteriormente, serão encaminhados para análise ou deverão ser objeto de processamento, até que estejam aptos para julgamento.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos no PJe são organizados em tarefas. Atualmente, nos armários encontram-se basicamente os suportes físicos dos feitos digitalizados, os quais possuem sua localização cadastrada no sistema Siapro.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle das metas, prioridades e demais aspectos do acervo é feito através de planilhas Excel e do Trello.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são estabelecidas individualmente, de acordo com a complexidade da matéria. Eventualmente, em razão da necessidade de cumprimento de meta do CNJ e CJF, podem ser estabelecidas metas coletivas, que deverão ser cumpridas pela totalidade do gabinete.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não existem políticas de recompensas vinculadas ao cumprimento das metas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, a planilha de controle do acervo possui vários indicadores que permitem identificar processos com prioridades legais ou relativos a metas do CNJ. Por exemplo, nessa planilha consta a data de distribuição dos feitos, de modo ser possível aferir o cumprimento da Meta 2 do CNJ (julgamento dos processos mais antigos). Também existem indicativos para processos com réus presos, prioritários, data de prescrição etc. Feitos de natureza urgente, tais como *habeas corpus* e Mandados de Segurança, são distribuídos imediatamente aos servidores responsáveis por esses feitos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sempre que possível são utilizadas decisões terminativas monocráticas, especialmente quando se tratar de matéria que pode ser analisada nos termos do artigo 932 do Código de Processo Civil.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O gabinete possui um banco de modelos de votos/decisões, indexados periodicamente, que se encontra à disposição dos servidores na pasta de rede do gabinete.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A exigência de capacitação dos servidores é analisada quando do cumprimento das metas de trabalho, momento em que serão identificadas eventuais necessidades de aprimoramento dos servidores, em razão das dificuldades vivenciadas na execução de suas atividades.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados encontram-se anotados em planilha ou no Trello. Atualmente temos um processo sobrestado relativo à questão do marco temporal da questão indígena, que será analisada pelo Supremo Tribunal Federal.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há conciliação nos feitos de competência do gabinete.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

O setor não recebeu nenhum tipo de auxílio desde a última inspeção.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Procura-se levar a julgamento em até duas sessões dos pedidos de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é feito através dos sistemas Gedpro e PJe, bem como pelo acompanhamento das sessões de julgamento, quando são anotados os posicionamentos jurisprudenciais dos Órgãos Julgadores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, dias antes das sessões de julgamento, os votos são compartilhados com os demais julgadores.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas mediante o lançamento dos posicionamentos acerca dos feitos que serão levados a julgamento nos sistemas Gedpro e PJe. Ao final do horário estabelecido para o encerramento da sessão, a Turma processante procederá ao lançamento dos resultados dos julgamentos.

28. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão da unidade está em fase de elaboração. Todavia, são estipuladas metas periódicas.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos humanos e materiais da unidade mostram-se satisfatórios.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho tem permitido o cumprimento das metas estabelecidas pela unidade, CNJ e CJF, com efetiva prestação jurisdicional.
c) resultados	Os resultados ainda não são os almejados pelo gabinete, tendo em vista inúmeros processos de grande complexidade que foram analisados e julgados. Todavia, as metas estabelecidas pelo CNJ e CJF foram cumpridas.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

1) Cumprimento da integralidade da Meta 2 do CNJ; 2) Julgamento em até 90 dias dos processos de réus presos após sua distribuição; 3) diminuição do acervo de processos de atribuição do gabinete.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos têm-se promovido crescente especialização das áreas de trabalho, de modo a otimizar os resultados nesses setores. Além disso, periodicamente, a chefia busca analisar os fatores intervenientes que

podem obstaculizar o alcance das metas almejadas pelo gabinete. Todavia, cumpre ressaltar que alguns processos que constavam do acervo demandaram muito tempo para serem analisados. A título exemplificativo, podemos mencionar o processo n. 0007118-59.2014.403.6000, que demandou 9 meses de análise.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Realização de sessões virtuais de julgamento e possibilidade do exercício das atividades em regime de teletrabalho.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle dos processos sem movimentação é feito através da planilha Excel de gerenciamento dos feitos do gabinete, bem como das ferramentas existentes no PJe.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001193-06.2019.4.03.6005	4/5/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
5002756-60.2019.4.03.6126	23/11/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
5016419-53.2021.4.03.0000	10/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5018447-91.2021.4.03.0000	16/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5006202-32.2021.4.03.6181	16/9/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5022678-64.2021.4.03.0000	15/10/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0001883-64.2017.4.03.6111	30/6/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0000095-18.2017.4.03.6110	23/7/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5025705-89.2020.4.03.0000	15/9/2020	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
5000904-75.2021.4.03.0000	22/1/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
5028699-90.2020.4.03.0000	24/1/2021	12394-Revisão Criminal

Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0012988-51.2015.4.03.6000	26/2/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico apensado aos autos da Apelação Criminal n. 0001952-69.2016.403.6002.		
0012989-36.2015.4.03.6000	22/2/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico apensado aos autos da Apelação Criminal n. 0001952-69.2016.403.6002.		
0000208-81.2018.4.03.6127	13/10/2021	305-Liberdade Provisória com ou sem fiança
Observação/Providência: Pedido de Liberdade Provisória associado (apensado) aos autos da Apelação Criminal n. 0000203-59.2018.403.6127.		
5029677-33.2021.4.03.0000	26/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Habeas Corpus julgado em 24/3/2022.		
5004175-92.2021.4.03.0000	2/3/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0014478-74.2016.4.03.6000	11/5/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0000351-45.2018.4.03.6006	26/2/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência Inquérito Policial referente à Ação Penal n. 0000350-60.2018.403.6006. Determinada a juntada ao processo principal com posterior baixa ao Juízo de origem.		
0000349-75.2018.4.03.6006	26/2/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Auto de Prisão em Flagrante referente à Ação Penal n. 0000350-60.2018.403.6006. Determinada a juntada ao processo principal com posterior baixa ao Juízo de origem.		
0003901-16.2016.4.03.6104	17/12/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5008822-46.2019.4.03.6000	10/8/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0000089-13.2019.4.03.6119	11/11/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0009450-09.2008.4.03.6000	21/8/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0010500-12.2008.4.03.6181	26/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Lavrar acórdão em 5 (cinco) dias.		
5000524-16.2020.4.03.6005	23/7/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 11/4/2022.		

5000370-95.2020.4.03.6005	25/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Lavrar acórdão em 5 (cinco) dias.		
0009905-56.2008.4.03.6102	8/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 30 dias.		
0009624-34.1993.4.03.6100	22/1/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 30 dias.		
0003939-88.2016.4.03.6181	15/6/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 30 dias.		
0001195-03.2016.4.03.6123	28/12/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 30 dias.		
0017401-93.2008.4.03.6181	5/6/2013	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0002884-49.2010.4.03.6105	15/8/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0004921-10.2013.4.03.6181	1º/12/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0007178-31.2007.4.03.6112	2/12/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0002102-60.2011.4.03.6120	4/2/2013	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0000190-14.2009.4.03.6115	18/8/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão do dia 31/3/2022.		
0003418-42.2014.4.03.6108	22/9/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0011573-18.2006.4.03.6107	1º/9/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0002068-90.2012.4.03.6107	29/12/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0009389-18.2008.4.03.6108	18/4/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0000219-35.2007.4.03.6115	26/12/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0010741-34.2018.4.03.6181	11/6/2019	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0003001-98.2014.4.03.6105	9/12/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		

0000861-03.2019.4.03.6110	21/4/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5002684-29.2020.4.03.6000	6/4/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0001231-31.2015.4.03.6139	27/2/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0002374-75.2015.4.03.6003	24/6/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0009935-39.2009.4.03.6108	11/2/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5004398-97.2019.4.03.6181	24/3/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Apensado aos autos do Recurso em Sentido Estrito n. 5004377-24.2019.403.6181.		
5006569-72.2021.4.03.0000	29/3/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
0015985-17.2013.4.03.6181	21/11/2014	417-Apeação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5009792-33.2021.4.03.0000	4/5/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5011977-44.2021.4.03.0000	31/5/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5011979-14.2021.4.03.0000	27/5/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5003241-68.2020.4.03.6112	7/7/2021	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0000017-83.2009.4.03.6181	7/10/2013	417-Apeação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 90 dias.		
5014996-58.2021.4.03.0000	30/6/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5029053-52.2019.4.03.0000	7/11/2019	428-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo revisado que será pautado para a sessão do dia 19/4/2022.		
0708606-20.1997.4.03.6124	22/10/2012	417-Apeação Criminal
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
5025150-09.2019.4.03.0000	3/12/2021	432-Desaforamento de Julgamento
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		

0006447-04.2008.4.03.6111	6/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		
0001535-21.2009.4.03.6113	22/12/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão do dia 7/4/2022.		
0003352-37.2010.4.03.6000	9/12/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão do dia 7/4/2022.		
0009845-05.2007.4.03.6107	10/11/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 24/3/2022.		
0005467-24.2013.4.03.6130	14/6/2018	11398-Recurso em sentido estrito/Recurso ex officio
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em até 60 dias.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Decidir em até 10 dias (processos com pedido de liminar/antecipação de tutela ou outras medidas urgentes pendentes de apreciação há mais de 15 dias):

5016419-53.2021.4.03.0000	5018447-91.2021.4.03.0000	5000370-95.2020.4.03.6005
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos remanescentes da inspeção de 2020 ainda pendente de resolução):

0000991-73.2017.4.03.6106	0000796-92.2016.4.03.6116	0002076-20.2014.4.03.6003
0005467-24.2013.4.03.6130	0000219-35.2007.4.03.6115	

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 360 dias):

5001193-06.2019.4.03.6005	5002756-60.2019.4.03.6126	5008822-46.2019.4.03.6000
0003418-42.2014.4.03.6108	0003001-98.2014.4.03.6105	0000861-03.2019.4.03.6110
5002684-29.2020.4.03.6000	0001231-31.2015.4.03.6139	0002374-75.2015.4.03.6003
5004398-97.2019.4.03.6181	0015985-17.2013.4.03.6181	

d) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais 180):

5006202-32.2021.4.03.6181	0000219-35.2007.4.03.6115	5003241-68.2020.4.03.6112
0000017-83.2009.4.03.6181	0708606-20.1997.4.03.6124	5025150-09.2019.4.03.0000

e) Lavrar acórdão em até 10 dias:

5000370-95.2020.4.03.6005

f) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos com agravo interno pendente de julgamento há mais de 45 dias):

0001883-64.2017.4.03.6111	0000095-18.2017.4.03.6110
---------------------------	---------------------------

g) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos com embargos de declaração pendente de julgamento há mais de 45 dias):

0009905-56.2008.4.03.6102	0009624-34.1993.4.03.6100	0003939-88.2016.4.03.6181
0001195-03.2016.4.03.6123	0006447-04.2008.4.03.6111	

h) Julgar em até 60 dias (processos com réu preso):

0003901-16.2016.4.03.6104

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Fausto de Sanctis e sua assessoria, que discutiram acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

O Gabinete tem competência criminal, mas como os demais integrantes da 11ª Turma também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e criada a 4ª Seção do Tribunal.

Dos 17 (dezessete) servidores lotados no Gabinete, 16 (dezesseis) atuam na área-fim, com exceção do agente de segurança, que realiza serviços de natureza administrativa, inclusive ajudando na digitalização dos feitos, de forma que os demais servidores se concentram prioritariamente na produção de minutas.

A distribuição dos processos é feita no Sistema PJe e, ao chegar no Gabinete, são cadastrados inicialmente em planilha Excel, ocasião em que são anotadas informações relevantes para o planejamento estratégico das atividades, tais como data de distribuição, matéria, prioridade legal, meta do CNJ e data da prescrição (calculada quando da triagem dos processos). Em se tratando de feitos de caráter urgente, eles são imediatamente distribuídos aos servidores responsáveis.

O controle do acervo e as recomendações das inspeções anteriores são realizados através da planilha de cadastro de processos, além das ferramentas próprias de gerenciamento disponibilizadas pelo PJe.

Os servidores trabalham com matérias específicas o que favorece a otimização dos recursos e no ganho de produtividade.

O prazo prescricional é calculado sempre que possível pela pena mínima *in abstracto* quando da triagem inicial, é anotado na planilha de controle de processos.

Os modelos de votos/decisão constam de banco de dados indexado e se encontram à disposição dos servidores na pasta do One Drive da Microsoft. Assim, sempre que necessário, esse banco pode ser consultado para obtenção de modelos, bem como para o conhecimento das teses adotadas pelo Gabinete.

As sessões virtuais são realizadas através da plataforma Microsoft Teams, sendo que o link de acesso é encaminhado pelas subsecretarias processantes aos órgãos julgadores e demais partes que desejarem participar das sessões de julgamento.

Não há fixação de cotas de julgamentos de processos por sessão.

O julgamento dos feitos adiados e pendentes constitui prioridade.

O atendimento a advogados sempre foi feito presencialmente e por videoconferência, por meio da plataforma Microsoft Teams, a depender da disponibilidade de todos.

A gestão de pessoal e de recursos materiais antes da pandemia era feita basicamente por meio do acompanhamento presencial no gabinete. Durante e após a pandemia, passou-se a utilizar ferramentas de gestão como, por exemplo, o Trello, que permite a distribuição individualizada do trabalho a ser executado e o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas. Além disso, também é feito uso intensivo dos recursos tecnológicos de comunicação, como WhatsApp e Microsoft Teams.

Após perguntado quais as iniciativas adotadas pela unidade na pandemia que poderiam se tornar efetivas, foi respondido que durante a pandemia o gerenciamento das atividades passou a se valer do programa Trello, que permite a distribuição de trabalho e monitoramento do cumprimento das metas, de forma individualizada. Com esse sistema, os servidores recebem automaticamente um e-mail com as tarefas a serem cumpridas e os prazos estabelecidos para o seu término. Além disso, é possível baixar o aplicativo no celular, de modo que os servidores terão suas tarefas à disposição a qualquer momento.

Outra iniciativa diz respeito à possibilidade de utilização de recursos tecnológicos para a realização de reuniões, o que permite maior efetividade e celeridade na realização de despachos de memoriais e liminares.

Como boas práticas observou-se a utilização do Sistema Trello ou Sistema similar para o gerenciamento das atividades de gabinetes e uso da ferramenta Excel para o controle do acervo de processos.

Como sugestão política para melhorar o planejamento estratégico da Justiça Federal, a Unidade considera a implantação de ferramentas tecnológicas para análise do acervo de processo e, caso a Administração oferecesse aos gestores treinamento em sistemas de análise de dados, como o Power BI (programa que extrai dados e como base em alguns critérios há apresentação de relatórios e ou gráficos do que se pretende), seria possível maior dedicação de tempo à atividade-fim da prestação jurisdicional.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.244 para 1.119. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.070 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.119.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 11, na última inspeção, para 75, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 22 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 20 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

Cabe destacar os resultados positivos com a priorização no julgamento dos processos com a prescrição iminente. Porém, observa-se dos dados estatísticos mencionados no item 4.9, um elevado número de feitos com réus presos em tramitação (138); no item 5.2, defasagem no atendimento da Meta 2/2021-CNJ (95,73%); no item 5.4, defasagem no atendimento da Meta 2/2022-CNJ (90,06%) e, no item 5.7, defasagem no atendimento da Meta 4/2022-CNJ (96,01%).

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32;

b) Manter as providências adotadas para a diminuição do acervo geral, notadamente, o cumprimento da Meta 1 do CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), o que importa no reconhecimento do trabalho zeloso e eficiente exercido pelo gabinete e justifica a consagração de elogio ao Desembargador Federal Fausto de Sanctis e à sua equipe;

c) O gabinete deve priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção – 4/5/2020 a 10/7/2020, houve aumento de 11 (onze) para 75 (setenta e cinco) processos da espécie;

d) O gabinete deve priorizar o julgamento dos processos com réus presos em tramitação;

e) Implementar um plano de gerenciamento do acervo, mediante o uso de relatórios mensalmente gerados pelo Sistema de Processamento do Tribunal ou através do setor de Estatística, de modo a cumprir com maior eficiência as Metas do CNJ, principalmente, as mencionadas nos itens 5.2, 5.4 e 5.7.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nino Toldo.

2.2 Turma

Décima Primeira Turma, integrante da Quarta Seção.

2.3 Competência

Às Turmas integrantes da Quarta Seção cabe processar e julgar os feitos relativos à matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial. Além disso, há no acervo feitos cíveis remanescentes e anteriores à instalação da Quarta Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nino Toldo.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luiz Fernando Pacheco - chefe de gabinete - técnico judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18, sendo 16 na área-fim e 2 agentes de segurança.
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2022)	
Total em tramitação**	1.642
Processos suspensos/sobrestados	11
Processos conclusos	1.028
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Não se aplica.

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.642
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.677
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.028
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.040
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	11
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Prejudicado.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	22
Mandados de segurança	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
IRDR	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
IAC	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Arguição de inconstitucionalidade	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Conflitos de competência	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Reclamações	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Ações rescisórias	5
Outros	17 - diversos feitos criminais na listagem disponibilizada pelo setor de Estatística.

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	285
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Recursos em ações de improbidade administrativa	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

Recursos em ações civis públicas	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Recursos em ações de desapropriação	8
Recursos em ações com preferência legal	6
Outros	271 - diversos feitos criminais na listagem disponibilizada pelo setor de Estatística.

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	285
Apelações cíveis	247
Agravos de instrumento	11
Outros	27 - diversos feitos criminais na listagem disponibilizada pelo setor de Estatística.

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	120
Ações penais	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Inquéritos	5
Habeas Corpus	74
Revisões criminais	19
Outros	22 - alguns processos cíveis na listagem disponibilizada pelo setor de Estatística.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.215
Apelações	1.168
Recursos em Sentido Estrito	32
Recursos em Habeas Corpus	10
Recursos em Mandado de Segurança	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Embargos infringentes e de nulidade	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Outros	5

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	96

Apelações	43
Ações penais	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Inquéritos	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Habeas Corpus	25
Outros	28 - diversos feitos cíveis e de competência do Órgão Especial na listagem disponibilizada pelo setor de Estatística.

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Por IAC	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Por Recurso Especial	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Por Recurso Extraordinário	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	107
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	92
Agravos legais/regimentais	5
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	5
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Não se aplica.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não se aplica.

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	7
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	4

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	73
3º ano anterior	536
4º ano anterior	296
5º ano anterior ou mais antigo	753

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	21
2º ano anterior	131
3º ano anterior	174
4º ano anterior	102
5º ano anterior	62
6º ano anterior ou mais antigo	164

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição	
Ano atual	59
Ano anterior	292
2º ano anterior	58
3º ano anterior	179
4º ano anterior	126
5º ano anterior	102
6º ano anterior	21
7º ano anterior ou mais antigo	137

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1 - processo com erro no PJe - aberto chamado técnico.
Total como relator para o acórdão	6

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	782
Total de Processos julgados	859
Total de Processos baixados	785
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-77
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-3

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	47
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	83
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	733
Processos julgados no ano anterior	835
Processos distribuídos no ano corrente	78
Processos julgados no ano corrente	154

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.554
Pendentes em 31/12/2021	36
Porcentagem de atendimento da meta	98,93%

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)	

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.817
Pendentes no último dia do mês anterior	155
Porcentagem de atendimento da meta	94,46%

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	585
Pendentes no último dia do mês anterior	150
Porcentagem de atendimento da meta	87,48%

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.092
Pendentes em 31/12/2021	258
Porcentagem de atendimento da meta	109,31%

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	938
Pendentes no último dia do mês anterior	408
Porcentagem de atendimento da meta	81,06%

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.	
Taxa de congestionamento em 2020	64,90
Taxa de congestionamento em 2021	68,28
Taxa de congestionamento em 2022	66,82

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
---	--

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Item desconsiderado - "ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ."
Pendentes em 31/12/2021	Item desconsiderado - "ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ."
Porcentagem de atendimento da meta	Item desconsiderado - "ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ."

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Item desconsiderado - "ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ."
Pendentes no último dia do mês anterior	Item desconsiderado - "ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ."
Porcentagem de atendimento da meta	Item desconsiderado - "ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ."

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	733
Processos baixados no ano anterior	503
Processos julgados no ano anterior	753
Processos distribuídos no ano corrente	77
Processos baixados no ano corrente	93
Processos julgados no ano corrente	153

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6
Pendentes em 31/12/2021	3
Porcentagem de atendimento da meta	81,63%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	89,29%

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não foram adotadas ações relativas à essa meta específica, até o momento.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
--	---

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Com relação a esse tópico não foram realizados projetos ou iniciativas, até o momento.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Pendentes no mês anterior:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)
Percentual de cumprimento da meta:	Dados estatísticos indisponíveis no site do TRF-3 até esta data (18/4/22)

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. De forma resumida, em razão da máximo de caracteres permitidos no relatório: "a) Cumprir as recomendações do item 11"; b) avaliar medidas de aperfeiçoamento na triagem, para aferição da competência em tempo mais breve, tendo em vista a declinação de competência de processos distribuídos no ano de 2013"; "c) tendo em vista os resultados positivos atingidos com a redução do acervo e do controle de prescrição e de réus presos, recomenda-se que essas estratégias de tratamento prioritário sejam mantidas e acrescentadas de priorização dos processos antigos especialmente os processos distribuídos antes da modificação da competência do

gabinete, ocorrida há seis anos (2014)"; "d) observar os termos da Resolução n. 88/2017, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para os processos físicos que aportarem no Tribunal" e; "e) manter os métodos de trabalho que se mostraram convergentes com as necessidades, como já constatado no relatório do item 12".

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Recomendação "a" - todos os processos foram regularizados e julgados; recomendação "b" - houve aperfeiçoamento na triagem dos processos, especialmente os cíveis e demais feitos com determinação de alteração de competência; recomendação "c" - houve alocação de servidor especificamente para priorizar o andamento dos feitos cíveis do acervo residual, mas com o contínuo recebimento de processos para julgamento de juízo de retratação, o volume não foi reduzido totalmente; recomendação "d" - todos os feitos criminais em andamento no gabinete foram remetidos para digitalização ao sistema PJe (com exceção daqueles já julgados ou pendentes de julgamento de embargos de declaração); recomendação "e" - os métodos de trabalho produtivos e eficientes foram mantidos, sendo implementados por outros métodos, especialmente em razão da pandemia do Covid-19 e implantação do teletrabalho.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Conforme dados expostos neste questionário, ainda há um saldo residual de processos cíveis. No entanto, pretende-se julgá-los nos próximos meses. A dificuldade maior tem sido o recebimento constante de processos cíveis físicos para rejuízo ou exercício de "juízo de retratação", o que dificulta a divisão do trabalho para a equipe (especializada na matéria criminal) bem como impossibilita a redução completa e total dos processos dessa área cível. Além disso os dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal apresentam equívocos e inconsistências constantes, demandando um controle próprio e interno do gabinete, de forma a priorizar os feitos urgentes e controlar o acervo.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. A Meta 2 ainda não foi atendida por completo. O gabinete vem acompanhando mês a mês a evolução do acervo quanto aos feitos correspondentes, com planos para o julgamento dos feitos cíveis nos próximos meses. Quanto aos processos criminais, da mesma forma, há acompanhamento dos dados pelo gabinete, com esforço para o julgamento dos recursos no menor prazo possível, sem descuidar do cumprimento das demais metas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O trabalho é planejado mediante o controle dos feitos segundo a matéria, a complexidade, a data de entrada e prazos de prescrição penal. Assim que chegam ao gabinete, são triados e as informações são lançadas em aplicativo do próprio gabinete, podendo ser gerados relatórios. Quando julgados, o sistema é alimentado com essa informação. Com isso, são atribuídas listas aos servidores para preparo de minutas, as quais são conferidas pelo Desembargador Federal. A fim de atingir os objetivos fixados, são realizadas reuniões periódicas com os servidores. São priorizados os julgamentos de feitos com réus presos e *habeas corpus*, valendo ressaltar que se procura julgar mensalmente um número maior de feitos do que o dos distribuídos, além de julgar o remanescente cível. Dificuldades: a) dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, os quais são inconsistentes ou incompletos; b) recebimento constante de processos cíveis físicos da UVIP (sobrestados) para rejuízo ou "juízo de retratação".

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luiz Fernando Pacheco - chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Após a triagem os processos são repassados à equipe pelo assessor, com base nos indicadores de prioridades, com distribuição mensal de acordo com o método de trabalho/teletrabalho escolhido pelo servidor, de acordo com o assunto ou tipo de processo, seguindo a organização interna definida pelo assessor e chefe de gabinete. Dois servidores elaboram todos os *habeas corpus* (às vezes auxiliados pelo assessor e chefe de gabinete); um servidor cuida dos feitos cíveis; um servidor trabalha com processos de tráfico, moeda falsa e contrabando/descaminho; uma servidora cuida dos processos mais complexos da competência da Turma, dos embargos infringentes e parte das revisões criminais (os demais feitos da seção criminal são de responsabilidade do assessor e chefe de gabinete); e o restante do acervo e as medidas de urgência são distribuídos à equipe de acordo com o assunto, sendo que os processos mais complexos, geralmente, são analisados pelos servidores com mais experiência.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Tendo em vista a regulamentação e autorização de teletrabalho no TRF-3 (Resolução PRES n. 370, de 20 de agosto de 2020), estabeleceu-se neste gabinete a seguinte divisão dos servidores: 5 em regime integral de teletrabalho, 5 em regime misto e 6 na modalidade presencial integral.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Conforme disciplinado na Resolução PRES n. 370, de 20 de agosto de 2020, o teletrabalho implantado neste gabinete atualmente permite a realização na modalidade integral (5 servidores) e na modalidade parcial/mista (5 servidores).

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são mensais, fixadas pelo Desembargador Federal e controladas pelo assessor e chefe de gabinete. Atualmente, dentro do quanto estabelecido pela Resolução PRES n. 370, de 20 de agosto de 2020, estão divididas da seguinte forma: 10 processos aos servidores em teletrabalho integral, 9 processos aos servidores no regime misto e 8 processos aos servidores no regime presencial.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pelo assessor e pelo chefe de gabinete, por meio de planilhas mensais, com as cotas e processos estipulados para aquele período. Caso não seja cumprida a cota, ocorre o acúmulo para o mês seguinte, sendo solicitado ao servidor, pela chefia, maiores explicações quanto ao descumprimento da cota, com eventual aprimoramento com curso ou acompanhamento especial.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Um servidor, auxiliado pelos agentes de segurança e estagiários, cuida da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.) e faz a triagem dos processos, que consiste na verificação de prevenção, despachos de instrução (com supervisão do assessor), identificação da matéria, tipo de processo, prioridades legais e metas do CNJ na capa dos autos físicos ou por etiquetas no PJe, e localização dos autos em armários ou localizadores eletrônicos, conforme o assunto. As informações de cada processo são catalogadas em planilha excell para controle da prescrição e outros dados, com o auxílio de um dos agentes de segurança que faz a digitação. Os *habeas corpus*, recursos criminais em sentido estrito, conflitos de competência e agravos em execução penal são triados por outro servidor, e os embargos de declaração e agravos internos são repassados diretamente a quem minutou o voto ou decisão.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os poucos processos físicos em tramitação, especialmente os cíveis, são organizados nos armários de acordo com sua matéria e antiguidade, com utilização de localizadores no sistema Siapro, sendo priorizado o julgamento dos feitos criminais e cíveis. Os feitos eletrônicos são organizados de acordo com as tarefas do sistema PJe, sendo utilizadas as "etiquetas" do sistema para atribuição aos servidores, de acordo com a fase atual do processo, além de incluir outras informações relevantes (prescrição, prioridades, crime, etc).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Controle mensal é feito com a utilização dos sistemas eletrônicos do TRF-3, especialmente os relatórios gerenciais disponíveis do PJe e Siapro (acervo físico). Para um maior controle, são utilizadas ainda as anotações quanto à "localização" (nos feitos físicos) e as "etiquetas" (no sistema PJe), facilitando a análise e conferência dos processos com prioridades legais e regimentais, e demais urgências definidas dentro do gabinete.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são coletivas, estipuladas pelo Desembargador Federal, e de acordo com o método de trabalho escolhido por cada um (teletrabalho integral, parcial ou presencial).

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Atualmente não é adotada, neste gabinete, qualquer política de recompensas vinculadas às metas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, os processos em tramitação no gabinete são triados de acordo com as prioridades legais (preso, idoso, etc) e demais questões urgentes (prescrição, etc), além de serem identificados e priorizados os feitos relativos às metas nacionais estipuladas pelo CNJ e CJF.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, sempre que possível (e cabível) são proferidas decisões terminativas, auxiliando na prestação jurisdicional mais célere e na redução do acervo do gabinete.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são elaborados e definidos pelo Desembargador Federal, disponibilizados na rede ou nos próprios sistemas eletrônicos, de forma a facilitar sua consulta e utilização. Da mesma forma eles são aprimorados ou modificados de acordo com o entendimento jurisprudencial do magistrado, da Turma, da Seção ou das Cortes Superiores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

De acordo com a produtividade e qualidade do serviço desempenhado, bem como quando há solicitação do próprio servidor nas reuniões realizadas (feedback), havendo

estímulo pelo Desembargador Federal, que incentiva a participação em cursos, quando oferecidos pelo Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os feitos sobrestados são encaminhados à Subsecretaria, tanto os físicos quanto os eletrônicos, para intimação das partes e posterior lançamento de fase específica, de forma a ficarem separados e facilmente identificáveis nos sistemas.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A conciliação é estimulada, principalmente nos processos cíveis da Caixa Econômica Federal.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve auxílio nesse período.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

São levados normalmente na sessão subsequente ou, quando não é possível, em até duas sessões de julgamento, ou quando há pedido de acompanhamento do julgamento por advogado, é levado em sessão por videoconferência.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A jurisprudência da Corte é acompanhada através de consulta ao site do TRF-3, em área específica, além do recebimento frequente de e-mails do setor responsável com compilado da jurisprudência desta e das Cortes Superiores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são disponibilizados com antecedência, sempre na sexta-feira anterior à realização da sessão de julgamentos (realizada sempre na quinta-feira).

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As Sessões virtuais são divididas no mês, sendo a primeira com utilização de sistema para videoconferência (Microsoft Teams) de forma a possibilitar realização de sustentação oral pelos advogados solicitantes, e a segunda sessão do mês é totalmente virtual, com os votos sendo lançados no sistema por todos os gabinetes, sendo a sessão iniciada e finalizada sempre no mesmo dia.

28. A unidade possui plano de gestão?

A unidade não possui plano de gestão formal e específico, sendo utilizada atualmente a gestão de acordo com as determinações e entendimentos do Desembargador Federal, com a priorização dos feitos criminais urgentes, além das demais prioridades legais e feitos referentes à Metas do CNJ e CJF.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Encontra-se com o quadro completo de servidores, aguardando convocação de ao menos mais um estagiário (3 vagas em aberto); com relação aos recursos materiais o Tribunal tem fornecido conforme a necessidade do gabinete.
b) gestão do trabalho	Gestão do trabalho é equilibrada, conforme exposto neste relatório. A maioria dos servidores está alocada na matéria criminal, sendo que os processos cíveis residuais ficam a cargo de um servidor, mas com o recebimento contínuo de feitos físicos cíveis para "juízo de retratação" não há como zerar completamente o acervo dessa competência.
c) resultados	Os resultados obtidos foram de acordo com os previstos, com redução do acervo criminal, com digitalização total dos feitos dessa competência pendentes de primeiro julgamento. Temos constantemente tentado reduzir o acervo cível desde a criação da Turma especializada, porém há sempre recebimento de feitos físicos cíveis para julgamento de juízo de retratação, o que demanda divisão dos servidores e tarefas atribuídas.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Redução profunda do acervo criminal (especialmente) e cível (residual), com priorização dos feitos mais urgentes (presos, prescrição, matérias) e atendimento às metas nacionais estipuladas pelo CNJ e CJF. Constante aperfeiçoamento dos métodos de divisão do trabalho e das tarefas.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manutenção dos métodos e planos de trabalho, com incentivo ao teletrabalho, reuniões mensais para acompanhamento dos resultados e feedback em relação às eventuais

dificuldades relatadas pelos servidores e correção, sempre que necessária, das metas e volume de serviço distribuído a todos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Manutenção do teletrabalho, em razão do aumento de produtividade observado; reuniões frequentes com a equipe de forma presencial e virtual, utilizando-se dos recursos tecnológicos colocados à disposição pelo TRF-3. Manutenção das sessões virtuais e por videoconferência, que se mostraram eficientes, de modo a tornar o julgamento mais célere, resultando numa melhor e eficaz prestação jurisdicional.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Controle mensal é feito com a utilização dos sistemas eletrônicos do TRF-3, especialmente os relatórios gerenciais disponíveis do PJe e Siapro (acervo físico), além do sistema de controle interno do gabinete (arquivo Access), possibilitando uma melhor divisão e priorização dos feitos urgentes, tanto criminais quanto cíveis, além daqueles incluídos nas Metas nacionais do CNJ e do CJF.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0010556-92.2012.4.03.6120	23/9/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 24/3/2022.		
5001401-89.2021.4.03.0000	4/2/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5021513-79.2021.4.03.0000	15/9/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico julgado em 24/3/2022. Aguardando prazo e eventual trânsito em julgado para as partes.		
5021044-33.2021.4.03.0000	10/9/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5006935-95.2021.4.03.6181	27/9/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 25/2/2022.		
5023008-61.2021.4.03.0000	30/9/2021	326-Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5000863-66.2021.4.03.6125	14/10/2021	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamentos do dia 12/5/2022.		

5014207-59.2021.4.03.0000	22/6/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Liminar parcialmente concedida em 9/8/2021. Processo com tramitação regular, aguardando manifestação da PF e MPF sobre as diligências requeridas.		
0015494-11.2003.4.03.6100	9/3/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com agravo interno pendente de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5026628-52.2019.4.03.0000	14/10/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em julgamento em até 60 dias.		
0003180-02.2018.4.03.6102	19/7/2019	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo físico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5020589-68.2021.4.03.0000	3/9/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 24/2/2022 e arquivado definitivamente em 23/3/2022.		
5019506-17.2021.4.03.0000	24/8/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5011745-32.2021.4.03.0000	25/5/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0002079-34.2017.4.03.0000	19/8/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo físico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0026918-94.2015.4.03.0000	18/6/2018	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo físico pendente de julgamento (juízo de retratação). Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5002613-48.2021.4.03.0000	10/2/2021	326-Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5002339-84.2021.4.03.0000	9/2/2021	326-Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5002523-40.2021.4.03.0000	12/2/2021	326-Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5003807-67.2021.4.03.6181	14/6/2021	307-Habeas Corpus Criminal

Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamentos do dia 28/4/2022.		
5012775-05.2021.4.03.0000	7/6/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamentos do dia 28/4/2022.		
5019568-57.2021.4.03.0000	24/8/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na sessão de julgamentos do dia 19/4/2022. Previsão de julgamento na sessão de 19/5/2022.		
5000568-98.2021.4.03.6005	26/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado, baixado à vara de origem em 17/3/2022.		
0001816-49.2018.4.03.6181	28/1/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 24/2/2022.		
5000679-55.2021.4.03.0000	20/1/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico julgado em 21/10/2021, opostos embargos de declaração em 26/10/2021. Remetido ao Desembargador Federal Maurício Kato, para juntada de voto vencido, em 8/11/2021.		
0000653-72.2012.4.03.6107	2/12/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo sob relatoria do Desembargador Federal Fausto De Sanctis. Julgado em 24/2/2022. Conclusos com embargos de declaração.		
0009620-05.2004.4.03.6102	24/2/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Feito incluído na Sessão de julgamentos do dia 28/10/2022. Julgamento suspenso em razão do pedido de vista do Desembargador Federal Paulo Fontes. Conclusos ao magistrado em 18/11/2022.		
0003577-62.2011.4.03.6181	6/12/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico sob relatoria do Desembargador Federal Fausto De Sanctis. Julgado em 10/2/2022. Aguardando eventual trânsito em julgado para as partes.		
0006154-03.2017.4.03.6181	13/8/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 11/11/2021. Voto vencedor e acórdão lavrados. Acórdão disponibilizado pela Turma. Aguardando eventual trânsito em julgado para as partes.		
0003009-35.2016.4.03.6128	12/12/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 11/11/2021. Voto vencedor e acórdão lavrados. Acórdão disponibilizado pela Turma. Aguardando eventual trânsito em julgado para as partes.		
0014208-21.2005.4.03.6102	24/1/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0036288-97.1996.4.03.6100	3/9/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0941578-83.1987.4.03.6100	9/5/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0005214-31.2006.4.03.6114	1º/9/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0005090-38.2012.4.03.6114	4/2/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0007412-68.2006.4.03.6105	27/12/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0024311-25.2007.4.03.6100	7/5/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0023794-30.2001.4.03.6100	4/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0026302-46.2001.4.03.6100	4/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0033633-74.2004.4.03.6100	4/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0010203-73.2006.4.03.6181	2/12/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo recém digitalizado ao sistema PJe. Prazo em curso para manifestação das partes acerca da digitalização.		
0000139-28.2012.4.03.6105	11/7/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo recém digitalizado ao sistema PJe. Prazo em curso para manifestação das partes acerca da digitalização.		
0004245-65.2014.4.03.6104	2/1/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0001953-54.2012.4.03.6112	15/2/2017	417-Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo recém digitalizado ao sistema PJe. Prazo em curso para manifestação das partes acerca da digitalização.		
0013459-04.2014.4.03.6000	20/4/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Proferida em 21/2/2022 decisão monocrática de extinção da punibilidade do réu. Processo aguardando eventual trânsito em julgado para as partes.		
0008003-80.2009.4.03.6119	5/5/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0000002-31.2016.4.03.6000	9/6/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0003116-98.2014.4.03.6112	31/7/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo recém digitalizado ao sistema PJe. Prazo em curso para manifestação das partes acerca da digitalização.		
0006158-13.2013.4.03.6106	23/8/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0000118-45.2004.4.03.6004	9/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0004987-08.2005.4.03.6104	28/9/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico pendente de julgamento (juízo de retratação). Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0034428-13.2010.4.03.9999	8/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com juízo de retratação pendente de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0002545-15.2009.4.03.6109	24/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com juízo de retratação pendente de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
0004941-21.2011.4.03.6100	27/10/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de julgamentos do dia 31/3/2022. Previsão de julgamento na Sessão de 28/4/2022.		
0009046-64.2004.4.03.6107	3/2/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0001100-22.2019.4.03.6105	12/7/2019	426-Recurso em Sentido Estrito

Observação/Providência: Processo recém digitalizado ao sistema PJe. Prazo em curso para manifestação das partes acerca da digitalização.		
0010979-53.2005.4.03.6102	25/6/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Feito incluído na Sessão de julgamentos do dia 28/4/2022.		
0000158-60.2019.4.03.6114	7/6/2019	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo físico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0002716-82.2017.4.03.0000	3/4/2017	1298-Processo Administrativo
Observação/Providência: Processo sob relatoria de outro magistrado (Des. Fed. Mairan Maia).		
0000116-38.2019.4.03.6105	17/2/2021	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5004149-39.2021.4.03.6000	10/5/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 2/2/2022. Processo transitado e baixado à vara de origem em 11/4/2022.		
5004239-57.2019.4.03.6181	16/7/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 14/3/2022. Aguardando eventual trânsito em julgado para as partes.		
0046458-12.1988.4.03.6100	20/9/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0004381-36.1998.4.03.6100	13/12/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico cível do acervo residual do gabinete. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 120 dias.		
5004483-15.2021.4.03.6181	29/6/2021	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0009377-47.2006.4.03.6181	19/9/2017	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5003735-51.2019.4.03.6181	20/5/2021	325-Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5008400-05.2019.4.03.6119	24/6/2021	325-Conflito de Jurisdição

Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0000267-98.2019.4.03.6106	17/8/2021	11398-Recurso em sentido estrito/Recurso ex officio
Observação/Providência: Processo eletrônico julgado em 24/2/2022. Aguardando prazo e eventual trânsito em julgado para as partes.		
5021504-20.2021.4.03.0000	15/9/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0008393-63.2006.4.03.6181	25/10/2017	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico com embargos de declaração pendentes de julgamento. Feito incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
5024155-25.2021.4.03.0000	8/10/2021	12394-Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico incluído na relação de prioridades para elaboração de voto. Previsão de inclusão em Sessão de julgamentos em até 60 dias.		
0023194-33.2006.4.03.6100	19/11/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Sessão de julgamentos do dia 31/3/2022. Previsão de julgamento em 28/4/2022.		
0000663-18.2005.4.03.6122	10/11/2020	216-Incidente De Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: Inicialmente levado a julgamento na Sessão de 23/2/2022, o processo foi SUSPENSO em razão de pedido de VISTA do Desembargador Federal Nelton do Santos. Atualmente aguarda remessa para coleta do voto do Des. Fed. Wilson Zauhy.		

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 73 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 27 físicos e 46 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em 60 dias:

5001401-89.2021.4.03.0000	0003180-02.2018.4.03.6102	5002523-40.2021.4.03.0000
5023008-61.2021.4.03.0000	0002079-34.2017.4.03.0000	5000679-55.2021.4.03.0000
0015494-11.2003.4.03.6100	5002613-48.2021.4.03.0000	0006154-03.2017.4.03.6181
5026628-52.2019.4.03.0000	5002339-84.2021.4.03.0000	0014208-21.2005.4.03.6102
0005214-31.2006.4.03.6114	0941578-83.1987.4.03.6100	0036288-97.1996.4.03.6100
0005090-38.2012.4.03.6114	0026302-46.2001.4.03.6100	0006158-13.2013.4.03.6106
0007412-68.2006.4.03.6105	0033633-74.2004.4.03.6100	0034428-13.2010.4.03.9999
0024311-25.2007.4.03.6100	0000118-45.2004.4.03.6004	0002545-15.2009.4.03.6109
0023794-30.2001.4.03.6100	0004987-08.2005.4.03.6104	0046458-12.1988.4.03.6100

0004381-36.1998.4.03.6100	5008400-05.2019.4.03.6119	5004483-15.2021.4.03.6181
0009377-47.2006.4.03.6181	5003735-51.2019.4.03.6181	0008393-63.2006.4.03.6181

b) Incluir em julgamento em 120 dias:

5024155-25.2021.4.03.0000

c) Regularizar andamento processual em 30 dias:

0009620-05.2004.4.03.6102

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal, pelo Assessor e pelo Chefe de Gabinete, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A distribuição dos processos é feita pelo sistema PJe e a triagem inicial por matérias é feita por um servidor, que também já verifica a contagem de prescrição dos processos criminais, com o auxílio de um estagiário.

Os processos em tramitação no gabinete são triados de acordo com as prioridades legais (preso, idoso, etc) e demais questões urgentes (prescrição, etc), além de serem identificados e priorizados os feitos relativos às metas nacionais estipuladas pelo CNJ e CJF.

Os processos recebem uma etiqueta, identificando as matérias.

As informações de cada processo são catalogadas em planilha *excell* para controle da prescrição e outros dados, com o auxílio de um dos agentes de segurança que faz a digitação. Os *habeas corpus*, recursos criminais em sentido estrito, conflitos de competência e agravos em execução penal são triados por outro servidor, e os embargos de declaração e agravos internos são repassados diretamente a quem minutou o voto ou decisão.

Há 2 agentes de segurança e 16 servidores atuando na área-fim, mas não há especialização por matéria. Destes, 10 exercem o teletrabalho e o restante trabalha presencialmente, com metas diferentes de produtividade: 10 processos (votos) mensais para o teletrabalho e 8 p processos (votos) mensais para o presencial.

Há um estagiário atuando no gabinete, mas a unidade aguarda a convocação de mais um nos seus quadros (3 vagas em aberto).

Quanto aos processos criminais, a análise de *habeas corpus* fica concentrada em 2 servidores, enquanto todos, além da elaboração das minutas de votos, prestam informações quando requisitadas.

Não há política de recompensas dos servidores.

Todos os processos criminais estão digitalizados.

Há 166 processos físicos. Há 850 processos eletrônicos criminais e 15 cíveis.

São realizadas duas sessões de julgamento mensais, das quais uma é virtual e outra, por videoconferência. As sessões virtuais são divididas no mês, sendo a primeira com utilização de sistema para videoconferência (Microsoft Teams) de forma a possibilitar realização de sustentação oral pelos advogados solicitantes, e a segunda sessão do mês é totalmente virtual, com os votos sendo lançados no sistema por todos os gabinetes, sendo a sessão iniciada e finalizada sempre no mesmo dia.

Verificou-se grande quantidade de processos físicos antigos, em sua maioria, cíveis-residuais, oriundos da Vice-Presidência, pendentes de análise de eventual exercício de Juízo de Retratação.

A análise dos processos residuais cíveis é feita por um servidor somente.

Durante o período da pandemia, e mesmo após a reabertura do TRF-3, os atendimentos de advogados foram realizados de maneira virtual, por videoconferência (sistema Teams) no mínimo uma vez por semana e, em casos urgentes, assim que há possibilidade na agenda do Desembargador. Além disso, os correios eletrônicos recebidos das partes, advogados e demais setores são respondidos diariamente, bem como o atendimento pessoal e telefônico voltou a ser realizado normalmente dentro do horário regular de expediente do Tribunal.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.675 para 1.028. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.040 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.028.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 114, na última inspeção, para 107, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quando comparado com a inspeção anterior, verifica-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 26 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção - 11ª Turma, equivale a 20 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Priorizar o julgamento dos processos residuais cíveis, em especial, os embargos de declaração e agravos internos, alocando mais um servidor para a análise de feitos desta ordem.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência (UVIP)

2.2 Competência

Coordenar as atividades relativas ao processamento dos recursos excepcionais e agravo de instrumento e assessorar o Desembargador Federal Vice-Presidente.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Amelino Rabelo Custódio, Diretor de subsecretaria.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	35
Estagiários de nível superior	3
Outros	2 servidoras prestando serviços na Unidade (uma em licença-gestante, provisoriamente no setor - e uma servidora removida da 4ª Região)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	508
-------------------------------	-----

Expedição de carta/mandado/edital/ofício	108
Análise/triagem	177
Juntada	12
Extraviados/por restaurar	87 (em processo de restauração na Justiça Estadual, para oportuno envio ao Órgão Julgador para restauração no 2º Grau).
Outros	Os processos com anotação de restauração, informados acima, são os de competência delegada os quais estamos acompanhando a restauração.
Conclusão	17 (PJe em tarefa "Fazer conclusão")
Em carga com prazo vencido	0 (considerando que prazos e expediente de atendimento está suspenso desde 30/3 até 1º/5).

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	28.964
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	28.964

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.372
Tempo médio	25 dias
Publicações em prazo superior a 10 dias	121
Pendentes de publicação	493
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0061490-42.1997.4.03.6100, 5/5/2021, [Sessão] Aguardando julgamento colegiado (esta última fase com indicativo "Sessão", demonstra que os autos não estão nesta subsecretaria já que não participamos de sessões de julgamento), verificado que os autos estão aguardando julgamento colegiado (Gabinete 5/Desembargador Federal/2ª Turma).

4.5 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	675
Há mais de 60 dias	685
Há mais de 90 dias	43
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	650 (0021416-19.2011.4.03.0000, desde 16/4/2012, apensamento aos autos principais; 0013616-75.1999.4.03.6105, desde 6/11/2013 - Certidão; 0006540-58.2002.4.03.6181, desde 13/2/2015, Mero expediente (11010); 0006423-32.2010.4.03.6102, desde 20/12/2016-desapensamento; 0017872-42.2000.4.03.6100, desde 28/1/2019, petição (85); 0050107-62.2000.4.03.6100, desde 12/2/2019, trânsito em julgado (848); 0024770-96.2009.4.03.9999, desde 1º/8/2019, recebido; 0006727-62.2009.4.03.6103, desde 13/8/2019, recebido; 0008177-04.2015.4.03.6144, desde 13/8/2019, recebido; 0010508-91.2015.4.03.6100, desde 13/8/2019, recebido).

4.6 Processos sobrestados na Secretaria de Recursos	
Total de feitos	28.964
Por Recurso Especial	8.185
Por Recurso Extraordinário	9.463
Por IRDR	5.560
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por outros motivos (art. 1.036, CPC, etc.)	5.756

5. PENDENTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. "a) Cumprir as recomendações constantes no item 9; b) consoante se extrai do item 4.5, existem 1.279 processos sem movimentação na subsecretaria há mais de 90 dias e 231 há mais de 120 dias, de modo que deve ser regularizada a situação de tais processos, verificando-se se é o caso de sobrestamento ou de regular prosseguimento do feito; e c) diante do volume de feitos, insistir na aferição sobre se é o caso de as intimações das partes para contrarrazões aos recursos excepcionais ocorrerem na própria secretaria do órgão julgador, de modo a desafogar o setor e dividir trabalho. De

resto, manter o método de trabalho e boas práticas, especialmente as voltadas à redução do tempo de trâmite do acervo".

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) as alíneas "a" a "p", indicaram 29 processos que deveriam ser regularizados, tendo sido efetuado o atendimento integralmente, seja com esclarecimentos ou providências; b) foi dado cumprimento, mediante a verificação dos autos, correções de lançamentos de fases, seja de sobrestamento ou de envio à conclusão; c) com a diminuição do quadro de servidores das Turmas com a unificação por matéria, bem como que a maioria dos processos em movimento, estão digitalizados no sistema PJe, a recomendação prejudicaria os órgãos processantes. Antes de efetuar a abertura de vista para contrarrazões é efetuada a verificação da regularidade formal dos autos, com equipe da UVIP já treinada para aferição de valores de custas tanto para o RESP quanto para o REX, com intimações padronizadas para regularizações quanto às custas e regularidade da representação processual. Quanto a intempestividade ou ausência de esgotamento das vias ordinárias, os autos são enviados à conclusão para decisão imediata.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Consoante respondido no item anterior, as recomendações de ordem técnico procedimental foram todas cumpridas. As outras situações encontram-se justificadas no item anterior.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A Subsecretaria é dividida em duas seções: Divisão de Admissibilidade de Recursos Excepcionais (DARE) e Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais (DAEX). A DARE é responsável pelos feitos criminais ou por feitos em que o recurso excepcional tenha sido admitido. Já a DAEX é responsável por coordenar o processamento dos feitos em que ao menos um dos recursos excepcionais tenha sido inadmitido. Boas práticas: Divisão por final numérico, com rápida visualização do setor/servidor que necessita de auxílio, treinamento ou recomendações de procedimentos. Sugestões: 1- Sendo o PJe um sistema processual único, um documento gerado em uma unidade deveria possuir o mesmo identificador (id), sendo comum os equívocos relacionados à menção de id em Primeiro Grau que não condizem com a numeração no Segundo Grau. 2-Cartas de Ordem encaminhadas ao 1º Grau - como solução para agilizar, adotar o mesmo mecanismo utilizado na Central de Mandados do TRF, no qual o próprio Oficial efetua a juntada aos autos.

6.2 Nome do responsável pelo preenchimento do relatório

Amelino Rabelo Custódio

6.3 Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores).

A Subsecretaria é dividida em dois setores, a Divisão de Admissibilidade de Recursos Excepcionais (DARE) e a Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais (DAEX), cada um com 17 servidores. A DARE é a seção responsável por verificar as regularidades formais dos feitos que chegam à UVIP e proceder à abertura de vista para contrarrazões aos recursos interpostos. Cabe também ao setor o processamento das decisões positivas de admissibilidade e de mero expediente, além do trato de todos os processos de natureza criminal, desde a entrada até a saída para baixa ou remessa às Cortes superiores. Por sua vez, a DAEX é responsável por tramitar os processos em que tenha sido proferida decisão negativa de admissibilidade, com o envio às Cortes superiores, a abertura de conclusão para despacho ou decisão ou a remessa ao Órgão Especial (responsável pelo julgamento de agravo interno ou embargos de declaração contra a decisão da Vice-Presidência).

6.4 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Desde 17/3/2020, com a pandemia, a grande maioria dos servidores executa o teletrabalho. No começo, ante a situação inesperada e muitos sem equipamentos para desenvolver o trabalho, foram obrigados a adquirir equipamentos e serviços para terem condições de executarem tarefas em teletrabalho. Alguns, ante a impossibilidade inicial de adquirir equipamentos, ficaram com horas devedoras inicialmente, sendo compensado o trabalho em produtividade no decorrer do tempo, estando hoje a subsecretaria com o serviço em dia, em que pese o volume de trabalho. Atualmente, temos em caráter excepcional, em decorrência da pandemia, 9 servidores em trabalho presencial e 26 em teletrabalho (1 em licença-gestante). A previsão a partir de 2/5/2022 é o retorno de mais 7 servidores dos 26, restando a partir desta data oportuna 19 servidores em teletrabalho ordinário. Dos servidores que retornarem, será possibilitado o teletrabalho após treinamento p/ alcance da produtividade fixada.

6.5 O teletrabalho é integral ou parcial?

O teletrabalho é integral, pois se trata de situação extraordinária. A partir do provável retorno em 2/5/2022, dos 19 servidores previamente autorizados, apenas uma servidora fará o teletrabalho parcial.

6.6 Qual o critério para fixação de metas?

A fixação de metas acompanha a orientação do Gabinete da Vice-Presidência. Quanto aos trabalhos da subsecretaria, os servidores são incumbidos de deixarem os processos em dia, com um mínimo de atraso, não superior a 30 dias. Para diminuir os atrasos, em período de férias, os demais servidores estão autorizados a trabalharem

no final numérico do colega de forma a manterem a alta produtividade que garante a permanência em teletrabalho.

6.7 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da meta, qual a consequência?

O acompanhamento no sistema eletrônico é fácil e rápido, mediante pesquisa no final numérico, digitando no campo apropriado o final que se deseja consultar, por exemplo: "1-" com essa simples digitação é possível aferir a quantidade de processos pendentes de uma determinada tarefa referente ao final "1", existindo alguma discrepância, é efetuado contato com o servidor para entender a ocorrência e se consistente, o servidor é convidado a retornar ao presencial, visando a melhoria de sua performance, mediante treinamento. Dessa forma, é possível identificar as dificuldades na execução das tarefas e tentar minimizar mediante novos métodos de trabalho e de organização do tempo e produtividade.

6.8 Como ocorre a triagem inicial de processos físicos?

Os processos físicos que tendem a desaparecer, inicialmente, ao chegarem na subsecretaria eram trabalhados por lotes (blocos), sendo de fácil triagem a separação, conforme as equipes de Assessoria da Vice-Presidência, pois a separação é praticamente idêntica à das competências no TRF3: 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas): matérias cíveis diversas, 2ª Seção (3ª, 4ª e 6ª Turmas): tributária; 3ª Seção (7ª a 10ª Turmas): previdenciária e 4ª Seção (5ª e 11ª Turmas): criminal. Havia equipes pré-determinadas para trabalharem conforme a matéria e a fase processual (divisão de tarefas), diferentemente do procedimento nos autos eletrônicos.

6.9 Onde são guardados os processos físicos e como são organizados (armários, localizadores)?

Os processos são guardados como de costume em estantes que são numeradas e suas prateleiras identificadas, de letras "a" a "f", sendo "a" a mais alta e "f" a mais baixa. Todos os processos consultados no sistema SIAPRO possuem um identificador que traz um sequencial lógico, sendo as duas primeiras letras a divisão em que se encontra: DA (DARE), DX (DAEX), na sequência a fase processual atual, p. ex., PUB (publicação) e o identificador propriamente dito: "DX-PUB-57C". Há outros localizadores como o nome ou iniciais do servidor, indicando que os autos estão em sua mesa ou em processamento sob responsabilidade deste, além de localizadores que indicam que os autos estão sobrestados e o local físico em que estão guardados, a exemplo: NURE, PW, REP.

6.10 Quais os critérios internos utilizados para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Na subsecretaria, apenas os processos físicos criminais são separados dos cíveis e possuem um controle mais cauteloso. Demais processos físicos são tratados de forma idêntica, excepcionados os casos de prioridade legal previamente identificados, aos quais é dada a preferência no andamento processual. O gabinete ao efetuar o envio de

casos urgentes e com prioridade já identifica na própria guia de remessa. Já para os processos eletrônicos, o sistema adotado pelo PJe é efetivamente observado, pois é dada preferência no andamento sempre aos primeiros processos das listagens (ou seja todos os processos com anotação de preferência legal, sempre aparecem primeiro nas listagens, na sequência, sobrevém a ordem cronológica em que assinada a decisão ou efetuado o envio à subsecretaria).

6.11 Especificar se há controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais e de processos remetidos a outros setores/órgãos

O controle do acervo na subsecretaria de processos físicos em movimento é efetuada pela simples verificação das estantes, não se admitindo que processos fiquem parados ao final do decurso de prazo. Quanto aos processos eletrônicos, há um pouco mais de dificuldade pela falta de separação adequada que deveria ser efetuada pelo próprio sistema. Da mesma forma as movimentações nos físicos ocorrem em lotes, assim que decorridos os prazos. Já nos eletrônicos, por falta de automação inteligente é necessário tratar um por um, não sendo possível o trabalho em lote por falta de programação no sistema PJe. Quanto às metas, tanto nos autos físicos como nos autos eletrônicos, trabalhamos conforme demandados pelo Gabinete, sendo alertados com relação à prioridade em determinados processos como os representativos de controvérsia, IRDR, processos de metas do CNJ, tais como ações civis públicas e ações populares. Quanto às prioridades legais, abordamos a questão no item anterior.

6.12 Quais os critérios internos utilizados para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Os critérios no processamento de feitos físicos eram feitos de acordo com o perfil dos servidores, facilidade no uso e aprendizado de determinado sistema para execução de atividade específica, tais como malote digital, redação de ofícios, dentre outros. Preocupação também em relação à saúde, pois há servidores com problemas relacionados a impossibilidade de movimentos ou de limitação para carregar processos, bem como problemas alérgicos, evitando que trabalhem com processo antigos vindos recentemente do depósito de sobrestados. Com o processo eletrônico e a situação extraordinária provocada pela pandemia, a dificuldade criou a oportunidade do aprendizado, mesmo à distância e muitos extremamente interessados aprenderam diversas outras atividades, possibilitando trabalharem nas diversas fases dos autos. Dessa forma foi implantada a distribuição por finais numéricos que antecedem o dígito verificador, conforme já explicitado em questão anterior (8.4).

6.13 Qual o tratamento adotado para os feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Essa questão foi parcialmente respondida no item 12 acima: "Quanto às metas, tanto nos autos físicos como nos autos eletrônicos, trabalhamos conforme demandados pelo Gabinete, sendo alertados com relação à prioridade em determinados processos como os representativos de controvérsia, IRDR, processos de metas do CNJ, tais como ações civis públicas e ações populares", dentre outros. Nos autos físicos eram identificados por guia de remessa e etiquetas nas lombadas dos autos. Nos autos

eletrônicos, são identificados com etiquetas que são visíveis tanto no Gabinete como na subsecretaria.

6.14 Como ocorre o atendimento às partes e aos advogados?

Não só às partes e aos advogados, mas a quaisquer pessoas interessadas sejam estagiários ou não, o atendimento é efetuado de maneira presencial em balcão na subsecretaria, telefone, e-mail e, em época de pandemia, também via balcão virtual, além da disponibilização de alguns serviços no site do TRF3, a exemplo, a vista de autos físicos programada, tanto para autos conclusos como para autos sobrestados. Mesmo antes da pandemia, essa subsecretaria já executava atendimento a pedidos de certidão de objeto e pé por e-mail, com a disponibilização da certidão via internet para os autos físicos e nos próprios autos eletrônicos, em se tratando de PJe.

6.15 Como se dá especialização de servidores por matéria ou fase processual?

A especialização de servidores por matéria ainda ocorre. Por fase processual, já não ocorre mais, apenas uns poucos eletrônicos. Com a pandemia, a grande maioria dos servidores permaneceu em teletrabalho, de forma que todos aprenderam em maior ou menor extensão procedimentos e serviços que não faziam antes, possibilitando o trabalho por final numérico. Quanto aos processos físicos que ainda existem, em sua grande maioria sobrestados, quando julgado o tema representativo de controvérsia e são encaminhados para processamento, todos os servidores trabalham em conjunto com o apoio imprescindível dos estagiários e rapidamente são organizados e providenciadas as localizações e andamentos, na sua maioria, trabalhados em lotes após prévia triagem quanto ao tipo de decisão e advogado ou ente a ser intimado. Apenas para a matéria criminal, foi mantida a equipe pela experiência de muitos anos no processamento.

6.16 Como ocorre a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa?

Essa questão não se aplica à UVIP, não somos órgão julgador, apenas processamento de recursos excepcionais. Quando negado seguimento ao(s) recurso(s) e interposto eventualmente Agravo Interno, efetuamos a abertura de vista para contraminuta e decorrido o prazo ou apresentado o contraditório, efetuamos o envio dos autos à conclusão, cabendo à Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, sob orientação do Excelentíssimo Desembargador Federal Vice-Presidente a decisão quanto a inclusão em pauta de julgamento perante a subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE.

6.17 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Basicamente o controle deve ser diário, pois todos os servidores são orientados a verificarem os seus finais numéricos em todas as tarefas existentes na subsecretaria. Infelizmente alguns processos escapam à verificação e podem ficar sem movimentação, normalmente, ocorre por falha no fluxo ou pela grande quantidade de processos que devem ser movimentados. A exemplo, se tivermos muitos processos com preferência legal, autos mais antigos serão preteridos e somente serão

movimentados após o término de todos os processos com prioridade. Há também situações de processos eletrônicos que por alguma inconsistência no sistema travam e não conseguimos dar andamento, normalmente são abertos chamados técnicos e colocada etiqueta identificando o número do chamado. Também por inconsistências no sistema há autos que ficam no que denominamos "limbo", quando não se encontra em nenhuma tarefa, por vezes somos alertados sobre essa situação pela própria parte interessada, sendo resolvido apenas pela TI.

6.18 Como é feito o controle de prazo para julgamento de feitos?

Assim como no item 17, essa questão não se aplica a esta subsecretaria.

6.19 Como ocorre a dinâmica dos atos relativos às sessões (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.)?

Essa questão não se aplica à UVIP, conforme informado no item 17: "não somos órgão julgador, apenas processamento de recursos excepcionais. Quando negado seguimento ao(s) recurso(s) e interposto eventualmente Agravo Interno, efetuamos a abertura de vista para contraminuta e decorrido o prazo ou apresentado o contraditório, efetuamos o envio dos autos à conclusão, cabendo à Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, sob orientação do Excelentíssimo Desembargador Federal Vice-Presidente a decisão quanto a inclusão em pauta de julgamento perante a subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE."

6.20 Como ocorreu o acompanhamento das recomendações feitas nas inspeções anteriores?

Foram verificadas e acompanhadas pelo diretor de subsecretaria, com o apoio das diretoras de divisão, assim como ocorreu para a verificação dos 87 processos constantes da relação da presente inspeção, sendo divididos em quantitativos iguais, da seguinte forma: proporcionalmente ao diretor da subsecretaria os mais antigos, excluindo os criminais; à diretora da DARE os criminais e os subsequentes cíveis relativos à sua cota parte e finalmente à diretora da DAEX, a terceira cota parte, sendo os mais novos, com a exclusão dos criminais.

6.21 A unidade possui plano de gestão?

Esta unidade segue as orientações e plano de gestão do Gabinete da Vice-Presidência. Há planejamento interno e relatórios mensais que são extraídos para aferição de produtividade além das verificações diárias das tarefas. A partir de maio próximo com o retorno parcial de outros servidores, será colocado em prática, planejamento para ter o maior número de servidores formalmente em teletrabalho, com reuniões mensais obrigatórias para melhoria dos procedimentos. A pretensão é manter apenas 20% do efetivo no sistema presencial, ante à grande produtividade alcançada no sistema de teletrabalho.

6.22 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	De certa forma, estamos com a equipe integral prevista no quadro de pessoal, temos 2 servidores prestando serviços, sendo que uma em licença-gestante, sem o treinamento adequado para o teletrabalho, vinda de Gabinete sem a experiência adequada à subsecretaria, oportunamente será necessário o seu treinamento. Esses dois prestadores de certa forma cobrem a ausência de dois servidores cedidos ao Gabinete da Vice-Presidência para confecção de minutas de despachos e decisões. Quanto aos materiais, presencialmente, não há o que contestar, temos equipamentos adequados, apenas a rede Wi-Fi não tem a mesma qualidade que temos em casa, pois são frequentes as quedas de sinal, por vezes, funciona e outras não.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho se mostra eficiente, uma vez que não há grandes atrasos. Quando ocorrem se dá em razão de equívoco de procedimento, que entendemos que possa ser corrigido com treinamento mais intensivo de forma presencial.
c) resultados	Os resultados são bons à medida que não há reclamações dos advogados e partes, salvo algumas situações que por vezes não dependem da subsecretaria ou do Gabinete, como problemas no fluxo do sistema PJe.

6.23 Quais os objetivos a serem alcançados?
Os objetivos sempre são a melhoria no atendimento, na qualidade do serviço e rapidez no processamento.

6.24 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Para a melhoria no atendimento - é necessário mais treinamento e multiplicação do conhecimento sobre todas as tarefas e procedimentos que são adotados na subsecretaria. Já existem roteiros prontos e utilizados largamente, mas é necessário melhorar; Qualidade do serviço - a atenção no cumprimento dos despachos/decisões deve ser estimulada, visando demonstrar que eventuais erros por simples e atenta leitura podem evitar demora no andamento processual, a insatisfação da parte, além da diminuição do trabalho, pois a correção de erros, tem o seu lado positivo: do aprendizado, mas sobressai o lado negativo, do retrabalho e prejuízo ao jurisdicionado; Rapidez no processamento - há algumas sugestões de alteração de procedimento que

demandam a aceitação e implementação pelo Gabinete, que podem dar mais agilidade ao processamento, evitando a tramitação desnecessária entre órgãos (p.ex, dar por prejudicados recursos excepcionais em caso de retratação positiva, sem necessidade de retorno à VP).

6.25. Quais iniciativas foram adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O teletrabalho é uma realidade não só no Tribunal como na maioria das empresas que de uma hora para outra, foram obrigados a se adaptar a uma nova realidade de serviços. A dificuldade criou a oportunidade do aprendizado e temos que melhorá-lo. Tencionamos atingir o máximo permitido pelo normativo, ou seja, 80% da unidade em teletrabalho, mas achamos que o normativo poderia ser mais brando e autorizar 100%, desde que sempre existam número de servidores suficientes ao atendimento presencial e execução das tarefas sem que prejudique ou cause demora no processamento de autos, especialmente em setores nos quais ainda existam muitos processos físicos como em nosso caso. Entendo que seria possível permitir aos restantes 20%, que durante a semana, utilizem ao menos 1 dia para o teletrabalho, com o seguintes fatores positivos - nesses dias será apresentado relatório de produtividade e a Administração economizará em sua infra-estrutura que pode ser otimizada (água, luz, limpeza, espaço físico, etc.).

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001132-04.2013.4.03.6116	26/1/2022	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: PJe Em 19/5/2020 - decisão de devolução dos autos à Turma, para eventual juízo positivo de retratação, sem determinação de publicação. Em 26/1/2022 verificado erro na migração de dados ao sistema PJe Redistr. em 7/2/2022 à 9ª Turma-Des.Fed. Daldice Santana		
0000467-60.2009.4.03.6105	9/8/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular no PJe: Em 14/3/2022 efetuado juízo de retratação, a Terceira Turma, julgou os autos, intimou regularmente as partes e em 25/3 foram opostos Embargos de Declaração pelo autor.		
0004635-37.2012.4.03.6126	19/8/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Digitalizado e inserido no sistema PJe Autos com tramitação normal expedida Carta Precatória em 29/3/2022 para regularização da representação processual pela parte autora em razão do falecimento do único advogado dos autos.		
0001200-33.2014.4.03.6143	3/11/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular PJe Em 29/10/2020 - decisão de devolução dos autos à Turma Julgadora, para eventual juízo positivo de retratação, sem determinação de publicação. Redistr. em 12/11/2020 à 1ª Turm- Des.Fed. Valdeci dos Santos		
5000283-23.2017.4.03.6110	24/7/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devolvido à turma julgadora para retratação Localização - 2ª Turma		

5000703-77.2016.4.03.6105	13/2/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvido à turma julgadora para retratação Localização - 2ª Turma		
0018176-95.2011.4.03.9999	16/5/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo no PJe - fase atual: proferido acórdão de retratação (processo físico baixado à origem)		
5019851-21.2018.4.03.6100	17/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devolvido à turma julgadora para retratação Localização - 2ª Turma		
0005021-73.2016.4.03.0000	14/3/2016	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Nos autos físicos, conforme verificação das fases processuais, não há pendência de publicação de acórdão. Tramitação no PJe como Restauração de Autos em razão de sinistro de incêndio, trata-se de Agravo de Instrumento, aguardam homologação da restauração pelo Relator.		
0029263-14.2007.4.03.0000	18/2/2021	241-Petição Cível
Observação/Providência: Devolvido a turma julgadora para retratação Localização - Gab. Des. Fed. Johnson Di Salvo		
0009185-62.2008.4.03.0000	12/3/2008	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo localizado no NURT - devolvido pelo STF em 18/3/2022		
0016695-72.2002.4.03.6100	13/11/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em trâmite no STJ como n. AREsp n. 2069879/SP		
0003137-86.2009.4.03.6100	16/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Tramitação regular - físico: O agravo legal que menciona como pendente foi analisado em decisão de 12/5/2016. Em 17/3/2022 - decisão de admissibilidade dos recursos excepcionais - atualmente em carga com a AGU		
0004285-40.2006.4.03.6100	19/11/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 22/5/2015 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 609.096/RS STJ RESP 2007.61.00.001686-6 STJ RESP 1999.61.00.029595-1		
0021374-13.2005.4.03.6100	21/1/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo arquivado na origem em 14/11/2019 Verificar no GEDPRO se a decisão/despacho de 10/2/2014 analisou o Agravo Interno.		
0024735-92.2011.4.03.0000	25/8/2011	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado STJRESP2015.03.00.027759-0 STJRESP2015.03.00.023609-4 STJRESP2015.03.00.026570-7.		
0029095-70.2011.4.03.0000	27/9/2011	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado STJRESP2015.03.00.003927-6 STJRESP2015.03.00.008232-7 STJRESP2015.03.00.005499-0		
0017555-30.2008.4.03.0000	15/5/2008	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Regularidade na tramitação do Agravo, decisão efetuou retratação em 16/6/2016, disponibilizada em 23/6/2016. Processo sobrestado desde julho/2015 - STJ		

RESP 2015.03.00.027759-0 - STJ RESP 2015.03.00.023609-4 - STJ RESP 2015.03.00.026570-7		
0013562-75.2009.4.03.6100	10/8/2020	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo reativado no STJ como RESP 1780502.		
5001928-12.2019.4.03.0000	5/2/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Autos conclusos à Vice-Presidência.		
0012116-27.2015.4.03.6100	4/4/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo digitalizado para PJe - Fase atual: processo com prazo em curso - Tarefa DAEX Colocada etiqueta para dar prioridade na tramitação em razão da inspeção		
0002897-18.2014.4.03.6102	12/5/2019	65 - Ação Civil Pública
Tramitação regular PJe - pzo curso 18/3/2022, em razão de diversas pets. os autos devolvidos ao Relator para eventual análise; 25/3/2022, decisão nos seguintes termos: Devolva-se à Vice-Presidência porquanto no estado atual os autos não reclamam qualquer providência do relator ou da Turma.		
5005922-94.2019.4.03.6128	30/11/2020	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Conclusos ao Gabinete da Vice-Presidência.		
5004852-27.2018.4.03.6112	17/12/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Devolvido à turma julgadora para retratação Localização - 6ª Turma.		
0014024-56.2014.4.03.6100	9/11/2020	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Regularidade na tramitação. Baixado à origem em julho/2018.		
0021416-19.2011.4.03.0000	28/7/2011	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar apensada ao principal n. 0015337-92.2009.4.03.0000, sobrestado desde novembro/2019		
0010759-81.2012.4.03.0000	5/12/2014	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Fase de autos findos por apensamento lançada em 11/5/2012: Pet Criminal baixada à origem com o principal: Ação Penal 0005827-49.2003.4.03.6181.		
0010761-51.2012.4.03.0000	5/12/2014	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Fase de autos findos por apensamento lançada em 11/5/2012: Pet Criminal baixada à origem com o principal: Ação Penal 0005827-49.2003.4.03.6181		
0010172-93.2011.4.03.0000	11/11/2011	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Regularizado em 28/3/2022, mediante certidão de autos findos: Cautelar baixada à origem com os autos principais n. 0005827-49.2003.4.03.6181.		
0035510-06.2010.4.03.0000	19/11/2010	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Transitado em julgado e baixa a origem em 27/5/2015 - 14 vara Fed. S. Paulo.		
0001273-04.2014.4.03.0000	19/7/2016	183-Cautelar Inominada

Observação/Providência: Regularização autos físicos: Fase de certidão de autos findos esclarecendo que transitou em 9/5/2016 no STJ, devolvidos ao TRF3, apensado ao principal 0013266-95.2009.4.03.6183 que baixou à Origem e foi arquivado em conjunto com o apenso.		
0011851-65.2010.4.03.0000	15/4/2010	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar apensada ao processo principal 0000034-23.1999.4.03.6100, arquivado na origem em 1º/9/2017.		
0015738-72.2001.4.03.0000	11/10/2006	241-Petição Cível
Observação/Providência: Lançada certidão de autos findos: Pet Cível apensada ao processo n. 0075799-25.2003.4.03.0000, baixado à origem em 11/4/2011- Processo principal n. 1304607-29.1995.4.03.6108.		
0000537-30.2003.4.03.6124	23/6/2017	283-Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo Sigiloso na Divisão de Arquivo.		
5011237-23.2020.4.03.0000	11/5/2020	11955-Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Remetidos autos ao Tribunal Superior em 18/3/22.		
0042413-28.2008.4.03.0000	27/05/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo físico localizado no NURT		
0013616-75.1999.4.03.6105	22/5/2012	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Consta que os autos estão na USEC, efetuaremos verificação junto ao setor.		
0006540-58.2002.4.03.6181	29/10/2012	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo arquivado na origem em 3/12/2019 - Regularização Siapro - certidão de autos findos		
0000413-87.2002.4.03.6122	23/8/2010	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo arquivado na origem em 4/10/2019 - Regularização Siapro - certidão de autos findos		
0006423-32.2010.4.03.6102	19/1/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo arquivado na origem em 3/12/2019 - Regularização Siapro - Certidão de autos findos		
0017171-42.2004.4.03.6100	18/1/2006	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Regularidade na tramitação dos Embargos, decisão efetuou retratação em 29/7/2011, disponibilizada em 17/8/2011. Processo sobrestado desde junho/2012 - STFRE607.642/RJ		
0030873-36.1996.4.03.6100	18/2/2000	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado STF RE 591.340/SP.		
0011272-44.1996.4.03.6100	26/6/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendente de análise, será comunicado o Gabinete. Sobrestado desde março/2013. STF RE 599.309/SP		
0035901-87.2012.4.03.0000	19/12/2012	183-Cautelar Inominada

Observação/Providência: Processo sobrestado - aguarda paradigma no processo apenso (0010587-22.2005.4.03.6100)		
0041370-56.2008.4.03.0000	28/10/2008	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Não verificado o julgamento dos embargos de declaração, será repassado ao Gabinete para análise Processo suspenso/sobrestado STJRESP2010.03.00.038184-9 STJRESP2011.03.00.010958-3.		
0026955-92.2013.4.03.0000	24/10/2013	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo sobrestado - aguarda paradigma no processo apenso (010929-33.2015.4.03.6100).		
0030040-18.1996.4.03.6100	30/9/2010	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado STF RE 591.340/SP		
0038112-67.2010.4.03.0000	15/12/2010	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Tramitação regular - autos físicos: Os Embargos foram apreciados em decisão disponibilizada no Diário de 12/6/2015. Fase atual: Conclusos Vice-Presidência em 10/3/2022.		
0007135-14.2013.4.03.6103	28/3/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Embargos de 9/12/2014, apreciados em 31/3/2015 - decisão disponibilizada em 6/5/2015 Tramitação regular -Físico: Em 17/6/2015 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 639.856/RS (pendente de julgamento)		
0008047-46.2011.4.03.6114	5/12/2012	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos físicos com tramitação regular - Embargos de Declaração foi apreciado em decisão disponibilizada em 28/1/2015. Processo sobrestado desde jan/2015. - STF RE 639.856/RS		
0008044-91.2011.4.03.6114	9/10/2012	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Embargos de 15/1/2015, apreciados em 31/3/2015 - decisão disponibilizada em 6/5/2015 Tramitação regular -Físico: Em 17/6/2015 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 639.856/RS (pendente de julgamento)		
0001800-58.2011.4.03.6111	26/4/2012	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos físicos: Embargos opostos em 2015 contra decisão que não conheceu/julgou prejudicado o recurso. Posteriormente em 2016 nova decisão pelo sobrestamento, indicando possivelmente que os Embargos foram acolhidos - será necessário verificar os autos. Atualmente sobrestado		
0023274-55.2010.4.03.6100	14/8/2012	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado STJ RESP 1.230.957/RS STJ RESP 2009.61.00.006873-5.		
0012634-90.2010.4.03.6100	9/6/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendente de análise, será comunicado o Gabinete. Sobrestado desde junho/2016 - STF RE 593.068/SC - STJ RESP 1.230.957/RS		
0033103-61.2014.4.03.9999	11/11/2014	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado STJ RESP 1.201.993/SP		
1102015-90.1995.4.03.6109	20/6/2011	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Localização - 1 V. Piracicaba Ultima fase - recebido da vara de origem Em consulta ao sistema do Primeiro Grau, consta que: Em 27/6/2011 foi recebido na Vara Em 26/7/2021 BAIXA DEFINITIVA ARQUIVO conf. Guia n.46/2021 (1a. Vara) Será lançada certidão de autos findos		
0003397-87.2001.4.03.6119	10/1/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Tramitação regular -Físico: Em 9/5/2012 lançamento de 2 fases de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 598.085/RJ STF RE 599.362/RJ STJ RESP 1.141.667/RS STJ RESP 1.164.716/MG Eventualmente a segunda fase, abaixo, interferiu na estatística: SUBSTITUIÇÃO DE PARADIGMA Incluído 1.164.716/MG		
0033755-24.2003.4.03.6100	10/9/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado 1.164.716/MG.		
0006110-40.2007.4.03.6114	22/9/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 17/5/2012 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STJ RESP 1.141.667/RS STJ RESP 1.164.716/MG Aparentemente não deveria ter constado do relatório da inspeção, já que está sobrestado e não conclusos.		
0601694-90.1996.4.03.6105	3/12/1996	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado 1.164.716/MG.		
0020778-97.2003.4.03.6100	3/9/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde maio/2012 - STF RE 598.085/RJ STJ RESP 1.141.667/RS STJ RESP 1.164.716/MG.		
0001229-57.2010.4.03.6100	29/11/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Tramitação regular -Físico: Em 7/5/2013 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STJ RESP 2010.61.00.001647-6 - STF RE 2010.61.00.001647-6 - STF RE 2010.61.04.001397-8 - STJ RESP 2010.61.00.004928-7 - STF RE 2010.61.00.004928-7.		
0001869-30.2010.4.03.6110	19/4/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 2/7/2013 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STJ RESP 2010.61.00.001647-6 STF RE 2010.61.00.001647-6 STF RE 2010.61.04.001397-8 STJ RESP 2010.61.00.004928-7 STF RE 2010.61.00.004928-7		
0003083-86.2010.4.03.6100	14/1/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular - Físico: Em 7/5/2013 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STJ RESP 2010.61.00.001647-6 STF RE 2010.61.00.001647-6 STF RE 2010.61.04.001397-8 STJ RESP 2010.61.00.004928-7 STF RE 2010.61.00.004928-7		
0000619-47.2010.4.03.6114	10/9/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: PJe Em 15/1/2015 - constou o sobrestamento em razão dos seguintes processos: STF RE 593.068/SC (transitou em julgado em 16/4/2019) STJ RESP 1.230.957/RS (menciona o STJ que aguarda o julgamento pelo STF do Tema 985 - RE 1072485)		
0006276-26.2013.4.03.6126	22/5/2014	198-Apelação Cível

Observação/Providência: PJe Em 8/4/2015 - constou o sobrestamento em razão dos seguintes processos: STF RE 593.068/SC (transitou em julgado em 16/4/2019) STJ RESP 2009.61.00.006873-5 Efetuaremos contato com o NUGE.		
0002230-77.2010.4.03.6100	5/8/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 4/7/2013 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STJ RESP 2010.61.00.001647-6 STF RE 2010.61.00.001647-6 STF RE 2010.61.04.001397-8 STJ RESP 2010.61.00.004928-7 STF RE 684.261/PR		
0002414-33.2010.4.03.6100	12/4/2011	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 4/12/2014 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 565.160/SC (já julgado) STJ RESP 1.230.957/RS (pendente de julgamento).		
0006523-27.2009.4.03.6100	19/4/2010	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 30/10/2014 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STJ RESP 1.230.957/RS (pendente de julgamento).		
0011631-69.2012.4.03.6120	20/9/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado desde fevereiro/2016 - STJ RESP 1.230.957/RS.		
0011762-47.2012.4.03.6119	7/10/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado desde junho/2015. STF RE 593.068/SC - STJ RESP 2009.61.00.006873-5.		
0019301-24.2012.4.03.6100	12/12/2013	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado desde dezembro/2014 STF RE 593.068/SC STJ RESP 2009.61.00.006873-5.		
0003445-96.2012.4.03.6107	13/5/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 13/6/2016 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 593.068/SC (transitou em julgado em 16/4/2019) STF RE 611.505/SC (transitou em julgado em 20/2/2021)		
0002752-37.2011.4.03.0000	11/10/2012	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Regularização autos físicos: Fase de certidão de autos findos lançada em 7/3/2022, na medida cautelar, ante a baixa física do processo principal em apenso 0006561-26.2002.4.03.6119 à Origem em 9/3/2022. No PJe, baixa ocorrida no principal em 20/05/2021.		
0017734-85.2013.4.03.0000	24/7/2013	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar apensado ao processo 0005672-54.2001.4.03.6104, sobrestado desde junho/2012.		
0013226-96.2013.4.03.0000	5/6/2013	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar apensada no processo n. 0033688-20.2007.4.03.6100, sobrestado desde julho/2013.		
0029698-12.2012.4.03.0000	11/10/2012	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo sobrestado - aguarda paradigma no processo apenso (0010590-74.2015.4.03.6100).		

0003973-61.2011.4.03.6109	6/8/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 17/6/2016 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 593.068/SC (transitou em julgado em 16/4/2019) STF RE 611.505/SC (transitou em julgado em 20/2/2021) Verificar com o NUGE.		
0001898-13.2010.4.03.6100	31/3/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Tramitação regular - Físico: Em 6/4/2017 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 630.898/RS.		
0011097-38.2009.4.03.6183	10/10/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde julho/2015 - STF RE 687.813/RS.		
0007320-52.1999.4.03.6100	3/6/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 15/7/2015 lançamento de fase de sobrestamento em razão dos autos: STF RE 596.286/RJ (substituído pelo processo RE 1224696 julgado e transitado em 2021) Efetuar contato com o NUGE.		
0017668-80.2009.4.03.6100	4/8/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde julho/2015 STF RE 599.316/SC.		
5004115-26.2019.4.03.6100	16/3/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com prazo em curso -Vista para contraminuta Etiquetado para dar preferência: INSPEÇÃO 2022.		
5183115-89.2020.4.03.9999	5/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso -Vista para contraminuta Etiquetado para dar preferência: INSPEÇÃO 2022.		
5032393-14.2018.4.03.9999	28/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso -Vista para contraminuta Etiquetado para dar preferência: INSPEÇÃO 2022.		
0001139-98.2014.4.03.6103	9/11/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Tramitação regular -Físico: Em 16/6/2021 lançamento de fase de sobrestamento em razão da ADI 5090.		
0009569-48.2014.4.03.6100	15/7/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado desde março/2016 - STF RE 592.616/RS.		
0021888-29.2006.4.03.6100	12/2/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado Tema 372/STF.		
0000047-49.2004.4.03.6002	27/1/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Tramitação regular: Decisão de 13/5/2021 sobrestou o feito até o julgamento definitivo do RE 1.017.365/RG, Tema 1.031.		
0022709-38.2003.4.03.6100	4/12/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado - STF RE 630.898/RS.		
5004021-77.2018.4.03.6144	29/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado Tema 1.067/STF.		
0002074-85.2017.4.03.9999	26/1/2017	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Tramitação no PJe Sobrestado aguardando julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, em razão dos representativos de controvérsia: Recursos Especiais 1.894.637/ES, 1.904.561/SP, 1.904.567/SP, 1.905.830/SP e 1.912.784/SP.		
5769710-68.2019.4.03.9999	19/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado 1.894.637/ES, 1.904.561/SP, 1.904.567/SP, 1.905.830/SP e 1.912.784/SP.		
0024195-80.2016.4.03.6301	12/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso/sobrestado Tema 1.124/STJ.		
0032595-52.2008.4.03.0000	27/8/2008	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: PJe. Nos autos físicos, conforme verificação das fases processuais, não há pendência de publicação de acórdão. Tramitação no PJe como Restauração de Autos em razão de sinistro de incêndio, trata-se de Agravo de Instrumento, aguardam homologação da restauração pelo Relator		
0043010-94.2008.4.03.0000	7/11/2008	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: PJe Nos autos físicos, conforme verificação das fases processuais, não há pendência de publicação de acórdão. Tramitação no PJe como Restauração de Autos em razão de sinistro de incêndio, trata-se de Agravo de Instrumento, aguardam homologação da restauração pelo Relator		
0099975-29.2007.4.03.0000	4/12/2007	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: PJe Nos autos físicos, conforme verificação das fases processuais, não há pendência de publicação de acórdão. Tramitação no PJe como Restauração de Autos em razão de sinistro de incêndio, trata-se de Agravo de Instrumento, aguardam homologação da restauração pelo Relator		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 97 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados. Destes, 68 físicos e 29 eletrônicos.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) No que tange aos Processos n. 0030873-36.1996.4.03.6100 e n. 0011272-44.1996.4.03.6100, promover o andamento dos feitos, no prazo de 30 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 599.309/SP, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 470), com trânsito em julgado em 4/2/2020;

b) No que tange aos Processos n. 0003445-96.2012.4.03.6107 e n. 0003973-61.2011.4.03.6109, promover o andamento dos feitos, no prazo de 30 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 593.068/SC e RE n. 611.505/SC, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 163), com trânsito em julgado em 16/4/2019;

c) No que tange aos Processos n. 0001898-13.2010.4.03.6100 e n. 0022709-38.2003.4.03.6100, promover o andamento dos feitos, no prazo de 30 dias, ante o

juízo definitivo do RE n. 630.898/RS, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 495), com trânsito em julgado em 18/2/2022;

d) No que tange ao Processo n. 0013562-75.2009.4.03.6100, tendo em vista a determinação de sobrestamento até o julgamento definitivo do REsp n. 1.780.502/SP pelo Superior Tribunal de Justiça, promover o andamento do feito, no prazo de 30 dias, ante o trânsito em julgado do referido recurso em 26/4/2022;

e) No que tange ao Processo n. 0042413-28.2008.4.03.0000, tendo em vista a determinação de sobrestamento até o julgamento definitivo do REsp n. 154.132/MS pelo Superior Tribunal de Justiça, promover o andamento do feito, no prazo de 30 dias, ante o trânsito em julgado do referido recurso em 3/5/2021;

f) No que tange ao Processo n. 0017171-42.2004.4.03.6100, promover o andamento do feito, no prazo de 30 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 607.642/RJ, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 337), com trânsito em julgado em 9/3/2021;

g) No que tange ao Processo n. 0030040-18.1996.4.03.6100, promover o andamento do feito, no prazo de 30 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 591.340/SP, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 117), com trânsito em julgado em 6/3/2020;

h) No que tange ao Processo n. 0001800-58.2011.4.03.6111, promover o andamento do feito, no prazo de 30 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 855.091/RS, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 808), com trânsito em julgado em 9/10/2021;

i) No que tange ao Processo n. 0017668-80.2009.4.03.6100, promover o andamento do feito, no prazo de 30 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 599.316/SC, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 244), com trânsito em julgado em 27/4/2021;

j) No que tange ao Processo n. 0005021-73.2016.4.03.0000, adotar providências para regularizar o trâmite processual, no prazo de 30 dias, considerando que o último andamento se refere à remessa para a Subsecretaria em março de 2021;

k) No que tange ao Processo n. 0021374-13.2005.4.03.6100, promover o andamento do feito no prazo de 30 dias;

l) No que tange aos Processos n. 5001928-12.2019.4.03.0000 e n. 5005922-94.2019.4.03.6128, abrir conclusão à Vice-Presidência, no prazo de 30 dias, tendo em vista a pendência de análise de admissibilidade de Recursos Extraordinários;

m) No que tange ao Processo n. 0021416-19.2011.4.03.0000, certificar nos autos, no prazo de 30 dias, o sobrestamento determinado no feito conexo (autos n. 0015337-92.2009.4.03.0000);

n) No que tange ao Processo n. 1102015-90.1995.4.03.6109, regularizar a fase processual, no prazo de 30 dias, para constar a baixa no sistema;

o) No que tange ao Processo n. 0017872-42.2000.4.03.6100, abrir conclusão à Vice-Presidência, no prazo de 30 dias, para análise de petição protocolada em 28/1/2019; e

p) No que tange aos Processos n. 0024770-96.2009.4.03.9999, n. 0006727-62.2009.4.03.6103, n. 0008177-04.2015.4.03.6144 e n. 0010508-91.2015.4.03.6100, promover o andamento dos feitos, no prazo de 30 dias, tendo em vista a juntada de informações prestadas pelas varas de origem em julho e agosto de 2019.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da UVIP, Amelino Rabelo Custódio.

A Subsecretaria é dividida em dois setores, a Divisão de Admissibilidade de Recursos Excepcionais (DARE) e a Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais (DAEX).

A unidade informou que, desde o início do mês de maio de 2022, a equipe atua em trabalho remoto parcial, com escala de revezamento presencial. O Diretor apontou que os servidores que não alcançam as metas de trabalho ou que apresentam dificuldades no processamento dos feitos são chamados a retornar ao trabalho presencial, para que possam receber treinamento adequado.

O órgão destacou que o atual quantitativo de servidores é suficiente para o bom desempenho das atividades. Apontou que, após a implementação do teletrabalho, o aumento da produtividade é visível.

O método de organização da Subsecretaria e o comprometimento dos servidores com o trabalho é elogiável. Os números constantes nos subitens 4.4 e 4.5, quando comparados com os do relatório da inspeção anterior, demonstram o esforço da unidade na redução do tempo de trâmite do acervo.

Em razão do ataque cibernético sofrido pelos sistemas de informática do TRF3, em 30 de março de 2022, a rotina de trabalho apenas pôde ser restabelecida ao início de maio de 2022. Assim, o órgão informou que o gabinete da Vice-Presidência ficou impossibilitado de enviar à subsecretaria decisões para publicação nas semanas anteriores à presente inspeção, mas aduziu que o ritmo será normalizado nos próximos dias.

O empenho da unidade em atender às recomendações da Inspeção CJF/2020 deve ser destacado, notadamente no que se refere à redução de processos pendentes de publicação de acórdão/decisão (de 756 para 508) e juntada (de 391 para 12), além da

redução de feitos sem movimentação, não suspensos ou sobrestados, há mais de 30 dias (de 18.739 para 675), há mais de 60 dias (de 11.456 para 685) e há mais de 90 dias (de 1.279 para 43), conforme dados constantes do sistema de B.I. (*business intelligence*) em 28/2/2022. Por outro lado, houve aumento em relação aos processos sem movimentação há mais de 120 dias (de 231 para 650).

De todo modo, percebe-se que houve evolução em relação à produtividade da unidade no período recente.

A Subsecretaria informou que o controle dos feitos sem movimentação fica a cargo de todos os integrantes da unidade. O trâmite do acervo é dividido segundo o dígito final dos processos, de maneira que cada servidor acompanha e movimenta os respectivos feitos desde a entrada até a saída da subsecretaria.

Nesse sentido, o Diretor apontou que faz o controle da produtividade e de metas da equipe através de consulta frequente à barra de tarefas da UVIP no portal do PJe, a qual possui ferramenta que permite analisar a estatística da unidade em tempo real.

Quanto aos processos físicos, estes já foram em sua maioria digitalizados, porém há a expectativa de chegada, ao longo do ano de 2022, de aproximadamente 11.000 feitos que retornarão do sobrestamento em razão do julgamento definitivo de Temas Repetitivos e de Repercussão Geral pelos Tribunais Superiores, a maioria em matéria tributária.

A equipe considera como um dos pontos fracos do PJe a impossibilidade de trabalhar em lotes, além do fato de o sistema não indicar o momento em que o processo foi enviado para conclusão à Vice-Presidência, o que faz parecer ao público externo que os autos ainda se encontram pendentes de movimentação na subsecretaria. Também se relatou a dificuldade em obter a solução para questões técnicas específicas da unidade junto ao PJe, na medida em que muitas vezes os chamados são encerrados pelo setor responsável em razão do decurso do tempo.

Por fim, no que tange às recomendações da Inspeção CJF/2020, elas foram cumpridas e não há pendências. A unidade deve manter o método de trabalho e boas práticas.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas a serem adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações específicas do item 8;
- b) continuar a trabalhar a situação dos processos sem movimentação na subsecretaria há mais de 120 dias, de modo a reduzir essas ocorrências, conforme destacado no item 9; e

c) manter o bom método de trabalho e as boas práticas, que permitiram a redução do acervo da última para a presente inspeção.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGE

2.2 Competência

Atribuições previstas na Resolução n. 235/2016, do CNJ e no art. 3º da Resolução Conjunta PRES/VIPR n. 1/2016, do TRF3: acompanhar a tramitação dos processos submetidos aos regimes de Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, IRDR e IAC; controlar e acompanhar grupos de representativos encaminhados pelo TRF3 aos tribunais superiores; alimentar o banco de dados com informações sobre IRDR, IAC e Grupos de Representativos; informar aos órgãos julgadores da Justiça Federal da 3ª Região acerca dos precedentes; processamento dos feitos com determinação de sobrestamento, em razão de Repercussão Geral, Recursos Repetitivos e IRDR, no âmbito da Vice-Presidência.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Cristino Alves Brandão - Analista Judiciário - Diretor de Núcleo

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	Adriano Gonçalves Souza Scanferla (Diretor de Divisão), Cristino Alves Brandão, Adauto Mercaldo Coelho, Danielle Ribeiro Santos, José Carlos Marino, Juliana de Carli Barros Pinto e Luiz Joel Martins da Conceição,
Servidores sem vínculo	Cláudia Lobo Arruda - Cedida

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Foi recomendado ao órgão insistir com o setor de informática a fim de aperfeiçoar o PJe para melhor executar o sobrestamento dos feitos.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O órgão informou ao setor de informática a deficiência no sistema no tocante ao sobrestamento nos termos da Resolução 235/CNJ, bem como a complexidade do sistema para extração de relatórios. A informática implementou ferramentas que possibilitam a identificação dos temas quando do sobrestamento, embora ainda remanesça a complexidade na extração de relatórios no PJe.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Melhorar a rotina de emissão de relatórios no PJe.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A maiores dificuldades decorrem do grande volume de feitos que tramitam no setor e as funcionalidades do PJe que demandam adequações para atender o fluxo dos feitos da unidade.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário.

Cristino Alves Brandão

7. Qual a estrutura do Núcleo? Há alguma estrutura permanente de servidores?

O Núcleo é composto por uma Divisão e um Núcleo.

8. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Temos 3 servidores em regime de teletrabalho.

8.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Dois servidores executam suas atividades em teletrabalho Integral, um servidor em teletrabalho parcial.

8.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério utilizado é manter atualizado o processamento dos feitos eletrônicos.

8.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito através da verificação das tarefas disponibilizadas pelo sistema para o setor.

9. Como é feito o cadastro dos julgados?

Os temas nos quais temos processos sobrestados são cadastrados em planilha.

10. Como ocorre a atualização da jurisprudência?

A atualização da jurisprudência é feita em conjunto com Vice-Presidência, através do informes (Boletins) recebidos do Tribunais Superiores, acompanhamento dos Temas nos Tribunais Superiores e contato com os responsáveis pelos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes do STJ e STF.

11. Como é feito o acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos tribunais superiores?

Os representativos encaminhados aos tribunais superiores são cadastrados no BNPR e em arquivo no setor. O acompanhamento é feito mediante consulta aos sites dos tribunais superiores.

12. Qual o procedimento adotado pela unidade em relação às repercussões gerais, aos Incidentes de Assunção de Competências - IAC e aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR?

Com as informações acerca da admissão de IRDR e IAC, a unidade cadastra o precedente no BNPR, e envia e-mail comunicando a admissão aos órgão julgadores da Justiça Federal da 3ª Região. Em relação aos temas de Repercussão Geral e Recurso Repetitivo, são enviados boletins recebidos nos NUGEPs do tribunais Superiores.

13. Há integração deste Núcleo com o NUGEP dos demais Tribunais Regionais Federais e dos tribunais superiores?

Sim

14. Como é feito o auxílio aos órgãos julgadores na gestão dos processos sobrestados?

Cada órgão é responsável pelo controle do acervo de processos sobrestados.

15. A unidade possui plano de gestão?

Não

15.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos humanos e materiais são compatíveis para a realização das atividades da unidade.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho pauta-se pelo envolvimento de todos os servidores no desempenho das várias atividades do setor.
c) resultados	Os resultados obtidos estão dentro do esperado pela unidade.

15.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter atualizado o andamento dos feitos do setor e aperfeiçoamento das rotinas de movimentação processual no PJe.

15.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Atuar junto ao setor de informática a fim de adequar as rotinas do processo eletrônico às necessidades do setor.

16. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Ampliação do teletrabalho

17. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da inspeção foi recebida pelos magistrados em auxílio à Vice-Presidência do TRF3, Dr. João Roberto Ottavi Júnior e Dr. Anderson Fernandes Vieira, bem como pelo Diretor do NUGE, Cristino Alves Brandão que, com muita disponibilidade, responderam a todos os questionamentos que foram feitos.

Sobre as rotinas de gerenciamento dos recursos representativos de controvérsia e temas sobrestados, o Diretor do NUGE informou que cabe ao núcleo o monitoramento da afetação de novos temas pelos tribunais superiores e pelo próprio TRF em IRDR ou IAC e a divulgação aos órgãos julgadores de primeiro e segundo grau, para fins de sobrestamento. Também é competência do órgão controlar se houve julgamento dos temas afetados, para comunicação, de forma a facilitar o conhecimento e a aplicação dos precedentes qualificados.

Os dados são encaminhados por e-mail (malote digital) a todos os órgãos julgadores e se originam de boletins divulgados pelos próprios tribunais superiores ou de

comunicações das turmas do tribunal (nos casos de IRDR e IAC). O sistema de processo eletrônico não busca nem disponibiliza aos usuários internos os dados sobre afetação de temas, decisão de sobrestamento e julgamento de mérito, para fins de gerenciamento, automatização de rotinas ou produção de minutas de decisões nos processos repetitivos. A obtenção, atualização e utilização das informações sobre precedentes qualificados ainda depende, essencialmente, da iniciativa do NUGE ou dos próprios órgãos julgadores, em consulta ao BNPR e aos tribunais superiores. Atualmente o TRF3 alimenta o BNPR/CNJ via webservice.

Cabe ao NUGE orientar o sobrestamento/levantamento do sobrestamento dos processos de competência da Vice-Presidência, bem como a identificação de recursos representativos de controvérsias para fins de admissibilidade e remessa aos tribunais superiores.

Também é atribuição do NUGE a participação, por seu Diretor e juiz auxiliar da Vice-Presidência, nas iniciativas do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência, propondo a eventual afetação de temas e auxiliando na captação de dados estatísticos e na seleção de eventuais recursos representativos de controvérsia, solicitados para afetação pelos tribunais superiores.

O órgão está funcionando de forma híbrida, uma vez que ainda há processos físicos em tramitação, aguardando a digitalização. A transformação do acervo em eletrônico, porém, diante de algumas limitações na geração de relatórios, ainda não vem resultando em ganho de automatismo e de produtividade, considerando a característica da atividade do NUGE.

Antes da migração da maior parte dos processos físicos para o sistema PJe, o controle do sobrestamento e do volume de processos vinculados a temas repetitivos ou de repercussão geral era feito de forma mais automatizada, com possibilidade de movimentações em bloco dos processos, o que ocorria por meio do sistema anterior ao PJe. Segundo a equipe, após a migração para o PJe, o controle, agrupamento, identificação e movimentação em bloco dos processos tornou-se muito difícil, já que os relatórios gerenciais do novo sistema não são de simples operação e resultam em dados brutos que, para serem utilizados com consistência, necessitam de tratamento manual pelos servidores. O sistema, ademais, não permite a movimentação em bloco dos processos, sem prévio tratamento manual.

Uma vez publicada a decisão dos tribunais superiores, o NUGE passa a dar tratamento aos feitos sobrestados perante a Vice-Presidência.

Na entrevista, mais uma vez, o Diretor do Núcleo reiterou as dificuldades, já apontadas nas duas inspeções anteriores, referentes ao uso do sistema processual eletrônico (PJe) para o gerenciamento dos processos vinculados a temas repetitivos ou de repercussão geral.

18. RECOMENDAÇÕES

Reitera-se a recomendação ao próprio TRF3, no sentido de aperfeiçoar o sistema de processo eletrônico, de modo a permitir o melhor gerenciamento, identificação, agrupamento e tratamento dos processos vinculados a temas repetitivos ou de repercussão geral. Trata-se de providência que não apenas aproveitará às rotinas de trabalho do NUGE, como a todos os órgãos julgadores e secretarias, uma vez que, no atual sistema de precedentes, o tratamento dos processos vinculados a temas repetitivos e de repercussão geral deve ocorrer em todas as instâncias e reclama automatização de rotinas, desde o momento da afetação, passando pelo sobrestamento dos processos até a aplicação dos precedentes, de forma a permitir o pleno e eficiente aproveitamento do modelo de integridade e coerência trazido com o novo CPC.

Recomenda-se, no mais, a manutenção das boas práticas já adotadas pelo NUGE, especialmente na missão de articular a atuação dos tribunais superiores e do Centro Nacional de Inteligência com o trabalho dos órgãos julgadores.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Secretaria Judiciária

2.2 Competência

Planejar, coordenar, dirigir, uniformizar e controlar as atividades relativas ao processamento dos feitos, elaboração de cálculos, cumprimento de mandados, colaborar no funcionamento do CORETAB3, emissão de certidão de distribuição, pagamento de custas, plantão judicial e petições no Tribunal, bem como atuar no funcionamento do GMF e nas atividades afetas à área de gestão documental, áudio, gravação e transcrição. Cuidar da remessa dos feitos para apreciação de recursos aos Tribunais Superiores. Gestão Documental e arquivamento dos feitos. Executar atividades de pesquisa e análise da jurisprudência do Tribunal, bem como indexação, catalogação e armazenamento das informações jurisprudenciais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Alexandre do Nascimento da Silva - Diretor de Secretaria

3.2. Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	47, excluídos o quadro da UFOR e das subsecretarias processantes (turmas, seções e Órgão Especial)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Prejudicado. A unidade não foi inspecionada.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado. A unidade não foi inspecionada.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado. A unidade não foi inspecionada.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A Secretaria Judiciária possui um leque vasto de atribuições, que vão do apoio à subsecretaria responsável pelo encaminhamentos dos feitos aos gabinetes, após distribuição, até a coordenação dos procedimentos das subsecretarias processantes, passando pelo GMF, jurisprudência, plantões, envio dos feitos aos Tribunais Superiores etc. Apesar da maior dificuldade para o preenchimento de eventuais vagas, todos os setores têm conseguido atender a demanda. A mudança da natureza do trabalho, passando do analógico para o digital, está sendo bem assimilada pela maioria dos servidores. Situações de gargalos circunstanciais foram enfrentadas por meio de força tarefa, com destinação de apoio extra temporário, o que possibilitou a plena retomada da normalidade dos trabalhos. Com a pandemia, a assimilação das ferramentas eletrônicas foi rápida e inovadora, o que agregou conhecimento e desencadeou novas práticas de trabalho.

6. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Alexandre do Nascimento da Silva

7. Quais as unidades vinculadas à Secretaria de Atividades Judiciárias?

- Divisão de Arquivo e Gestão Documental - DAGE; - Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores - NURT; - Núcleo de Registro das Sessões e dos Eventos - NURS. Dentro do organograma da SEJU temos as cinco subsecretarias unificadas de turmas, a das Seções e a do Órgão Especial e Plenário, bem como a Subsecretaria de Registro de Informações Processuais.

8. Como a Secretaria está organizada?

Além do Diretor de Secretaria, tem a Diretora de Divisão (DAGE) e dois Diretores de Núcleo, bem como cinco supervisões e cinco supervisores assistentes. Na própria SEJU temos a Seção de Controle e Cumprimento de Mandados (RCUM) e a Seção de Cálculos (RCAL), o Setor de Apoio à Jurisprudência e o Setor de Apoio ao GMF. Na DAGE tem a Seção de Arquivo Geral (RAGE) e a Seção de Avaliação, Guarda e Eliminação de Documentos (RAGD) No NURT existe a Seção de Validação e Indexação - RINV; No NURS há o Setor de Apoio e Suporte Técnico (TAPO), Setor e Áudio (TAUD) e o Setor de Transcrição (TTRA).

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, no total são 11 servidores em trabalho remoto.

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

Temos dois em trabalho remoto integral e nove parcial.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Em regra, os servidores desempenham suas funções na modalidade de "Trabalho Remoto por Gestão Diferenciada", com compromisso de atender as demandas e tarefas diárias. No caso da Seção de Cálculos, buscou-se adotar como cota o número de cálculos judiciais realizados antes da pandemia. A partir da implantação do plano de trabalho em conformidade com a Resolução Pres. n. 370/20, em 4/4/22, haverá o acréscimo de 30%.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Desde o início de pandemia, os servidores exercem suas atividades em trabalho remoto extraordinário, sob a égide da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 10/20. Foram confeccionados os planos de trabalho, cujo cumprimento tem sido observados.

9. Quais são as principais realizações da Secretaria de Atividades Judiciárias?

Nos últimos anos a SEJU participou de algumas das mudanças mais importantes implementadas como: reestruturação das subsecretarias processantes, quando houve a diminuição do número de subsecretarias processantes de turmas, passando de onze para cinco, com a destinação de dezenas de cargos e verbas para a reserva da Presidência, além da unificação de fluxos do PJe. A SEJU também organizou o grupo de trabalho, a fim de propor à Presidência ato normativo acerca da unificação de procedimentos das subsecretarias, cuja minuta foi elaborada e entregue. Participamos do Grupo de Trabalho que apresentou a proposta de certidão de distribuição unificada nacional junto ao CJF. A SEJU também teve atuação ativa no seguinte: - no projeto de digitalização do acervo físico do Tribunal; - no Grupo de Trabalho que prestou apoio à

Presidência na elaboração da Resolução sobre trabalho remoto (Res. Pres. 370/20); - na implantação do Centro de Memória, diretamente apoiada pela Divisão de Arquivo.

10. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A Secretaria Judiciária não atua como unidade processante, portanto não temos feitos em andamento ou sobrestados. O único controle que mantemos é das cartas de ordens e precatórias recebidas de Tribunais Superiores e de outras Cortes Ordinárias.

11. De que forma é cumprida a Resolução/CNJ n. 215, de 16/12/2015? Especificar:

A respeito da Res. CNJ n. 215/15, no que concerne à SEJU, buscamos dar total transparência das informações, razão pela qual é mantida uma página da Secretaria na internet/intranet com divulgação de alguns atos normativos, cronograma das datas das sessões de julgamento, expedição de certidão de distribuição, orientação sobre custas judiciais, AJG, divulgação de audiências públicas, editais etc. No caso específico dos artigos 22 a 23 da Resolução, disponibilizamos na internet as pautas e atas de julgamento que são fornecidas pelas subsecretarias, além dos áudios das sessões de julgamento, sem feitos sigilosos.

12. A unidade possui plano de gestão?

Adotamos as diretrizes e orientações emanadas da Alta Administração. Busca-se cumprir e realizar os projetos e ações contemplados pela Presidência, que perpassam pela Secretaria Judiciária.

12.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A SEJU tem conseguido cumprir suas atribuições com os recursos pessoais e materiais disponíveis.
b) gestão do trabalho	Foram mapeados os principais planos de trabalho, além de elaborado mapas de risco, com atuação do Comitê de Riscos do Tribunal.
c) resultados	Dentro dos objetivos da Administração, os resultados têm sido alcançados, buscando aprimorar os processos de trabalho.

12.2 Quais são os objetivos a serem alcançados?

- eliminar excesso de burocracia e etapas prescindíveis do processo de trabalho, sem prejuízo da legalidade dos atos administrativos; - adequar o enxuto quadro de servidores às demandas de serviço, mantendo boa qualidade dos trabalhos; - buscar manter a motivação dos servidores vinculados à SEJU; - possibilitar mais flexibilidade como trabalho remoto e híbrido, além da rotatividade das atividades e tarefas; - manter uma liderança eficaz, que induza à cooperação, harmonia, satisfação e eficiência.

12.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

- reuniões periódicas com as chefias imediatas, assim como os demais servidores; - buscar aprimoramento profissional, seja por meio de cursos ou leituras; - realocação de servidores dentro do quadro da SEJU, a fim de adequar cada perfil com as respectivas tarefas; - identificar e discutir com a equipe os pontos fortes e fracos do setor.

13. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

- trabalho remoto integral ou parcial; - uso de ferramentas tecnológicas como videoconferência e Whatsapp para reuniões e conversas com a equipe; - sessões de julgamento por videoconferência e híbridas; - atendimento ao público, notadamente advogados por meio eletrônico.

14. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Apenas um processos foi selecionado e inspecionado. O referido processo é digital. Não há recomendações referentes ao processo selecionado.

15. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Alexandre Nascimento da Silva, que discorreu sobre a competência e as atividades desenvolvidas pela Secretaria Judiciária.

1. Competência e Estrutura organizacional

A Secretaria Judiciária – SEJU é unidade subordinada à Diretoria-Geral e à Presidência e está estruturada conforme Resoluções CATRF3R ns. 101/20 e 129/21, recentemente editadas, que trouxeram alterações significativas na estrutura e nas atribuições da unidade nos últimos 2 anos.

A Secretaria Judiciária - SEJU é responsável por planejar, coordenar, dirigir, uniformizar e controlar as atividades relativas ao processamento dos feitos, elaboração de cálculos, orientar o cumprimento de mandados, colaborar no funcionamento do CORETAB3, informar os magistrados sobre o encaminhamento dos assuntos administrativo-judiciários de interesse do respectivo Gabinete, emitir certidão de distribuição, coordenar o plantão judicial, receber petições, gerir o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, coordenar a execução do Programa de Gestão Documental, gerenciar o sistema de informação e documentação jurídica, coordenar a sonorização, gravação e transcrição de sessões de julgamento, gerir sistemas externos (Sisbajud, CNIS e Infojud).

O Diretor da Secretaria Judiciária informou que compõem a Secretaria de forma direta os seguintes setores:

- Subsecretaria de Registro e Informações Processuais – UFOR que é responsável por planejar, coordenar e controlar as atividades referentes ao recebimento, protocolo, análise, classificação, distribuição e encaminhamento das petições e dos feitos recebidos no Tribunal.
- Divisão de Arquivo e Gestão Documental – DAGE cuja finalidade é gerenciar os procedimentos relativos à proteção, destinação, guarda, preservação e acesso aos documentos institucionais, transferidos e recolhidos às unidades de arquivo, em todos os seus suportes.
- Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores – NURT responsável pelo envio dos processos digitalizados, bem como os processos físicos, aos Tribunais Superiores para julgamento de recursos excepcionais.
- Núcleo de Registro das Sessões e dos Eventos – NURS – cuja atribuição é coordenar os trabalhos de sonorização ambiente, gravação e transcrição de sessões de julgamento, atos processuais e eventos.
- a Seção de Controle e Cumprimento de Mandados – RCUM cuja finalidade é prestar suporte administrativo para controle e cumprimento de mandados.
- a Seção de Cálculos Judiciais – RCAL cuja missão é executar e conferir cálculos em processos judiciais e apoio à Subsecretaria.
- o Setor de Jurisprudência – TAJU cuja atribuição é executar atividades de pesquisa e análise da jurisprudência do Tribunal, bem como indexação, catalogação e armazenamento das informações jurisprudenciais em base de dados, propiciando a recuperação da informação.
- o Setor de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – TGMF responsável por auxiliar o Desembargador Federal, Supervisor do GMF, em consonância com os normativos vigentes, no monitoramento e fiscalização dos Sistemas Carcerários.

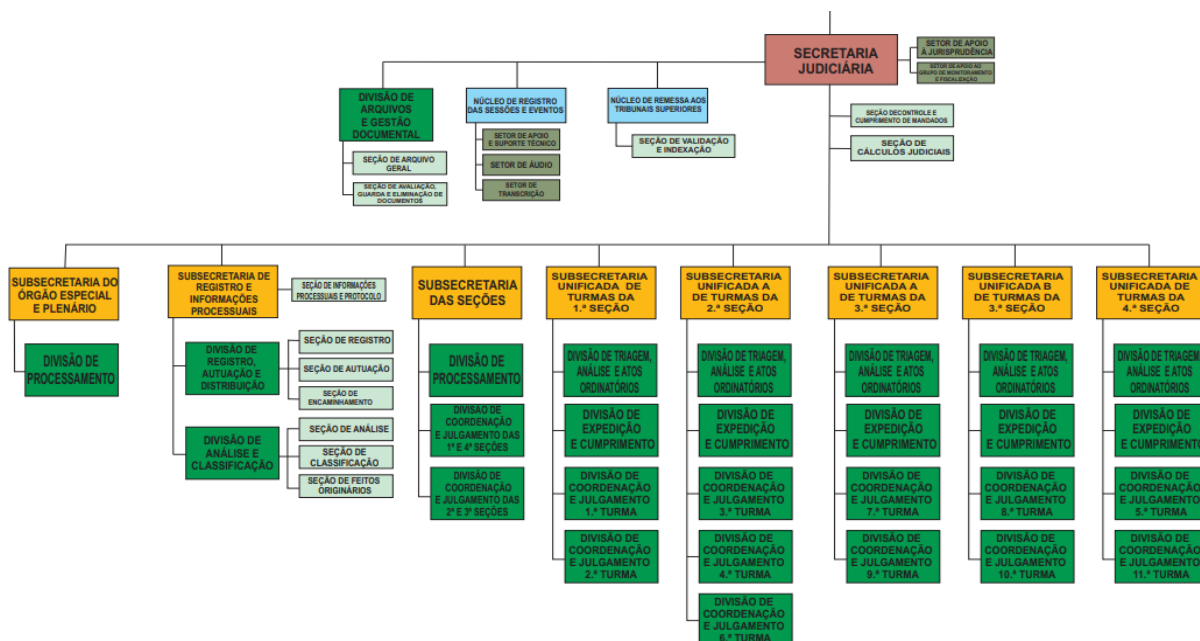
Também fazem parte da composição as subsecretarias processantes abaixo arroladas:

- Subsecretaria de Registro e Informações Processuais – UFOR cuja finalidade é planejar, coordenar e controlar as atividades referentes ao recebimento, protocolo, análise, classificação, distribuição e encaminhamento das petições e dos feitos recebidos no Tribunal.
- Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário – UPLE responsável por planejar, dirigir e controlar as atividades relativas ao apoio administrativo às sessões do Órgão Especial e Plenário.

- Subsecretarias das Seções – USEC cuja finalidade é processar os feitos de competência das Seções.
- Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas);
- Subsecretaria Unificada de Turmas da 2ª Seção (3ª, 4ª e 6ª Turmas);
- Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção (7ª e 9ª Turmas);
- Subsecretaria Unificada B de Turmas da 3ª Seção (8ª e 10ª Turmas);
- Subsecretaria Unificada de Turmas da 4ª Seção (5ª e 11ª Turmas).

De forma a tornar melhor a visualização da estrutura da Secretaria Judiciária colaciono o organograma a seguir:

Organograma da Secretaria Judiciária



2. Gestão de Pessoal

A equipe de SEJU é composta por 226 servidores, sendo que deste total 140 servidores estão lotados nas Subsecretarias e 86 servidores nos demais setores, que estão assim distribuídos:

UNIDADE	CARGOS
SEJU	12 (incluídos 10 executantes de mandados)
RCUM	03
RCAL	03
TAJU	01
TGMF	01

UFOR	39
DAGE	08
NURT	10
NURS	09
TOTAL	86

A administração das atividades na SEJU se dá pelo modelo de gestão compartilhada das equipes. Desse modo, as chefias de cada setor trabalham em conjunto com o Diretor na identificação das habilidades e das competências demonstradas por cada servidor. Essa análise permite que os colaboradores sejam alocados em setores compatíveis com a sua formação e perfil.

Ao tempo mais grave da pandemia, todos os servidores prestaram serviço de forma remota. Atualmente, em conformidade com a Resolução Pres. n. 370/20, em vigor até 4/7/22, de acordo com a Resolução Pres. 519/22, respeitado o número mínimo 20% de servidores, encontram-se em trabalho remoto, integral ou parcial, o seguinte contingente:

SETOR	NÚMERO DE SERVIDORES
SEJU (RCAL/RCUM)	03
UFOR	28
DAGE	02
NURT/RINV	04
NURS	06
TOTAL	43

A concessão de trabalho remoto segue os normativos em vigência estipulando-se cota 30% superior àquelas tarefas previstas para o serviço presencial. Para aquelas tarefas que estão sujeitas ao modelo de gestão diferenciada, a meta estabelecida é a de atendimento a toda a demanda diária de atividades.

No âmbito da SEJU, todas as atividades puderam ser desempenhadas à distância, sem prejuízo da prestação dos serviços aos jurisdicionados. O diretor ressaltou que o grau de satisfação e qualidade de vida demonstrados pelos servidores que desempenham suas funções de forma remota indicaram que essa nova forma de trabalho impactou positivamente a produtividade.

As Subsecretarias Unificadas das Turmas são unidades administrativamente independentes, mas organizacionalmente subordinadas à SEJU. Cabe ao Desembargador Federal Coordenador da Turma a indicação do Diretor de Subsecretaria, que é o responsável pela organização dos fluxos de atividades e pela gestão dos servidores nela lotados. Não obstante, o Diretor da Secretaria Judiciária mantém contato frequente com os Diretores das Subsecretarias para a organização das atividades interligadas à SEJU.

3. Gestão e Fluxos de Trabalho

O Diretor informou o plano estratégico a ser adotado na gestão do trabalho de cada unidade que são norteados pelas diretrizes e orientações emanadas pela Presidência e Diretoria-Geral.

Tendo em vista a ampla gama de competências e a multiplicidade de setores que fazem parte da Secretaria Judiciária, o Diretor delega a organização e o planejamento das atividades às chefias de cada setor. Os fluxos de trabalho estão bem definidos, o que permite a realização das atividades de forma independente e autônoma com vistas à melhor consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

A entrevista permitiu inferir que, apesar da divisão em setores, a cooperação interna é estimulada a fim de dar organicidade à toda estrutura da Secretaria Judiciária. Percebeu-se, ainda, que uma das metas orientadoras da Secretaria Judiciária é o aprimoramento e aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, objetivando a racionalização dos fluxos de trabalho e da gestão de pessoal.

A despeito da autonomia de cada setor, o Diretor mantém os canais de comunicação abertos para o diálogo e intervém apenas quando identificados o represamento nas tarefas ou problemas que necessitem de interferência mais imediata.

A disponibilidade de ferramentas tecnológicas como o PJe e, mais recentemente o *Teams*, o qual possibilita a realização de sessões de julgamento por videoconferência, reuniões de trabalho e atendimento pelo balcão virtual proporcionaram a execução dos trabalhos de forma eficiente.

No que concerne ao trabalho remoto, prática adotada de forma abrangente e imperiosa com o advento da pandemia, resultou no aumento da produtividade. O aumento significativo da produção de peças e informações aliado à economia de custos para o Tribunal se mostrou uma combinação favorável e importante.

4. Produtividade e Metas

O acompanhamento das atividades dos setores é realizado pelo menos duas vezes por semana. De qualquer forma, sempre que há necessidade, seja em razão de alguma demanda ou surgimento de problema, as chefias de setor mantêm diálogo constante e não encontram obstáculos para conversar com o Diretor, a fim de que, em conjunto, possam buscar a resolução da questão.

Uma maneira de controle das atividades é a elaboração de estatísticas mensais, nas quais é possível obter uma visão do andamento das tarefas e tempo de tramitação de feitos no setor.

5. Política de recompensas

Os servidores da SEJU que cumprem as metas ou se destacam no cumprimento das atividades são elogiados e reconhecidos formalmente pelos trabalhos prestados.

6. Dificuldades enfrentadas durante a Pandemia

De maneira geral, a adoção do Processo Judicial Eletrônico-PJe trouxe facilidades, agilidade, economia de material, eficiência e outras melhorias de forma significativa. Todavia, ainda são necessárias a confecção de ferramentas, fluxos e funcionalidades no sistema, as quais auxiliariam, sobremaneira, na execução dos trabalhos. Certamente, entendemos que os avanços e aperfeiçoamento virão, a depender apenas de tempo.

As dificuldades iniciais vivenciadas no momento de instalação da Pandemia, foram rapidamente solucionadas com o uso de ferramentas tecnológicas como o *Teams* e o *whatsapp*.

16. RECOMENDAÇÕES

Considerando o detalhamento das atividades e as observações gerais apresentadas pelos entrevistados, a equipe de inspeção do CJF sugere o acompanhamento dos fluxos e dos processos de trabalho pelos órgãos de controle interno e pela Diretoria-Geral, de forma a avaliar os resultados e impactos decorrentes das mudanças, bem como a rápida intervenção nos pontos críticos que eventualmente se apresentem.

No mais, recomenda-se à unidade a manutenção da visão prospectiva e inovadora da gestão de pessoal e dos fluxos de trabalho bem como a disseminação das boas práticas ora adotadas.

SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE

2.2 Competência

Resposta enviada, em pdf, para os e-mails estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br, por ser o espaço disponibilizado insuficiente para responder o item.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Presidente Marisa Santos

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Mairan Maia – 2/3/2020 a 1º/3/2022

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Renata Maria Gavazi Dias - Diretora da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	11
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	10 (em 28/2/2022, publicados dentro do prazo dos 10 dias em março/2022).
-------------------------------	--

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

Total	3
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	1

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	29
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	9 em 2019 - em 2021 a UPLE foi dispensada da autoinspeção - e-mail enviado para a Presidência deste TRF3
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	2.066
Média de dias do julgamento à publicação	4
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	0
Pendentes de publicação	9 (em 28/2/2022 - publicados dentro dos 10 dias, em março de 2022)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	prejudicado

4.5 Fluxo de publicação de decisões

Total de publicações	535 - a maioria das decisões proferidas na operação Westminster foram publicadas por ato ordinatório da secretaria
Tempo médio	6
Pendentes de publicação	0
Publicações em prazo superior a 10 dias	0

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	1 - aguardando decurso de prazo de acórdão (00032523220094036125)
Há mais de 60 dias	1 - aguardando decurso de prazo de acórdão (00017798620014036126)

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Resposta enviada, em pdf, para os e-mails estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br, por ser o espaço disponibilizado insuficiente para responder o item.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
2021: - Ord. OE Judic: 16 sessões (10/3, 14 e 28/4, 12 e 26/5, 9 e 30/6, 14 e 28/7, 25/8, 8 e 29/9, 13 e 27/10, 10 e 24/11) - Ord. OE Adm: 16 sessões (10/3, 14 e 28/4, 12 e 26/5, 9 e 30/6, 14 e 28/7, 25/8, 8 e 29/9, 13 e 27/10, 10 e 24/11) - Extraord OE: 1 sessão (15/12/2021) - Pleno Ord.: 1 sessão (1º/12/2021) - Pleno Extraord.: 4 sessões (30/6/2021, 28/7/2021, 25/8/2021, 12/11/2021) 2022: - Ord. OE Judic: 3 sessões (26/1, 9 e 23/2) - Ord. OE Adm: 3 sessões (26/1, 9 e 23/2) Total: 44 sessões.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Não houve recomendação.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
Prejudicado.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)
Prejudicado.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.
Como boa prática de trabalho ressalto o ótimo relacionamento entre os servidores, refletindo-se em muita colaboração para superarmos os momentos difíceis pelos quais

passamos (pandemia e processos com operação da polícia federal, por exemplo) e consequente eficiência e eficácia na entrega da prestação jurisdicional.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Renata Maria Gavazi Dias

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

Somos 11 servidores (incluindo os 2 diretores: eu e o diretor da divisão de processamento - DIPO), e 2 estagiários de Direito. Atuam na DIPO, além do diretor, 4 funcionários e os 2 estagiários. Os servidores da DIPO atuam no cumprimento dos despachos e decisões até a fase do "peço dia". A partir do "peço dia", atuam os 4 servidores que me auxiliam nas tarefas de julgamento. Há um servidor destacado para auxiliar o cumprimento dos despachos e decisões relacionados com a Operação Westminster. Os processos administrativos e a coordenação de audiências são de minha responsabilidade. Todos os servidores se revezam no atendimento ao público e são auxiliados pelos estagiários.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, 8 (oito) servidores estão em regime de teletrabalho (integral e parcial).

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

Na secretaria temos 2 (duas) servidoras em regime de teletrabalho integral e os demais servidores executam suas atividades em regime de teletrabalho parcial (fazem rodízio para o trabalho presencial).

8.3 Qual critério para fixação das cotas?

Não trabalhamos com fixação de cotas, mas sim com tarefas, e para distribuí-las, levo em conta as habilidades de cada servidor e o tipo de serviço a ser executado.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito diariamente, com conferência dos processos que estão nas tarefas do PJe. Se constatado algum atraso ou falha (não cumprimento de uma determinação dentro do tempo desejado) eu ou o diretor da divisão de processamento conversamos com o responsável pelo cumprimento daquela tarefa para saber se está havendo alguma dificuldade e procuramos auxiliar o servidor e resolver o problema, com a maior brevidade possível (às vezes é necessário abrir chamado para a informática para ser possível movimentação do processo nas tarefas). Dependendo da falha constatada, repensamos as tarefas sob responsabilidade do servidor.

9. Como é feita a triagem inicial de processos físicos e eletrônicos?

Nos processos eletrônicos, os servidores responsáveis pelo cumprimento dos despachos e/ou decisões proferidas pelos Desembargadores Federais conferem todos os dias as tarefas da secretaria e dão cumprimento de acordo com o final designado (expedição de ofícios, mandados, cartas, intimações etc). Priorizando os processos urgentes. Nos processos sigilosos, especificamente nos de ação controlada (operação da Polícia Federal) colocamos etiquetas para que sejam cumpridos apenas pelos servidores autorizados pelo gabinete do/a Des. Fed. Relator(a). A grande maioria dos processos físicos (senão todos) que tramitam no órgão especial são provenientes da Vice-Presidência e vão para a secretaria com o "peço dia" para julgamento dos agravos internos ou embargos de declaração e são triados pelos servidores que me auxiliam nas tarefas de julgamento (conferência das procurações, se realmente estão em termos para serem pautados, localização no Siapro, elaboração da pauta interna etc).

10. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os processos são organizados (armários, localizadores)?

Os processos físicos ficam localizados nos escaninhos, que são numerados, de acordo com a fase em que se encontram (aguardando sessão, publicação de acórdão, prazo). Lançamos esta localização no Siapro.

11. Quais os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O acervo da secretaria é dividido internamente entre a divisão de processamento e os servidores que auxiliam a partir da fase de julgamento. Utilizamos a colocação de etiquetas nos processos com informações relevantes (por exemplo, prazo, cartas de ordem/precatória pendentes de cumprimento), listas de conferências, mantemos arquivo digital interno atualizado, controle de processos pendentes de lavratura de acórdãos (ou disponibilização pelo gabinete para a tarefa de secretaria), controle de carga dos processos físicos etc.

12. Quais os critérios internos para distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Resposta enviada, em pdf, para os e-mails estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br, por ser o espaço disponibilizado insuficiente para responder o item.

13. Há fixação de metas periódicas (individuais e/ou coletivas) de produtividade? (Especificar). Como e com que frequência é feito o controle de metas? Há política de recompensas vinculadas às metas?

Sim. A meta da secretaria é dar cumprimento às determinações exaradas pelos Desembargadores Federais no mesmo dia em que proferidas. O controle é feito semanalmente. Não há política de recompensa vinculadas às metas.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há determinação para que os processos prioritários sejam cumpridos tão logo deem entrada nas tarefas da secretaria.

15. Como é o atendimento a partes e aos advogados?

No balcão físico o atendimento inicial é feito pelos estagiários, com a supervisão de um servidor (normalmente o escalado para atendimento do balcão naquele dia). Se for preciso esclarecer dúvidas, os diretores prosseguem no atendimento. Os processos sigilosos somente podem ser consultados pelas próprias partes e/ou por seus advogados (ou estagiários substabelecidos). No caso de fotografarem ou escanearem, é lançada certidão nos autos e no Siapro. No balcão virtual o atendimento é feito pelo servidor escalado para aquele dia, auxiliado pelos estagiários. Se necessário, o servidor aciona os diretores para esclarecimentos complementares.

16. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Nos processos físicos, todas as cargas para advogados são lançadas no Siapro, já com o prazo de devolução. Não sendo devolvido o processo naquele prazo, o próprio sistema dispara um e-mail de cobrança para quem retirou os autos. Se ainda assim não devolverem o processo, ligamos para o escritório. Nos casos de remessas para outros órgãos públicos, passado o prazo e não devolvidos os autos, ligamos e mandamos e-mails cobrando a devolução. Nos processos eletrônicos, colocamos etiquetas indicando o vencimento do prazo. Decorrido o prazo sem manifestação, o próprio PJe lança o decurso.

17. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições do dia são recebidas e juntadas no mesmo dia se os processos estão em secretaria. Se o processo estiver concluso ao relator, pedimos para o chefe de gabinete ou assessor e solicitamos o processo, lançando lembrete no Siapro (que tem petição na pasta que fica sobre a minha mesa), anotando o dia, hora e com quem falamos no gabinete, na lateral da petição. Se o processo estiver em carga, é colocado lembrete no Siapro, e a petição fica na pasta aguardando o prazo de devolução dos autos, caso o prazo seja excedido, entramos em contato com o escritório ou órgão que retirou o processo e procedemos à cobrança; caso não devolvam, encaminhamos a petição para o gabinete do relator.

18. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Temos uma planilha de controle interno de todos os processos pendentes de declaração de voto. Os processos com pedido de vista constam da pauta interna

elaborada pela secretaria e distribuída aos gabinetes 1 (uma) semana antes da realização da sessão.

19. Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões ordinárias judiciárias e administrativas do Órgão Especial são realizadas 2 vezes por mês (às segundas e últimas quartas-feiras de cada mês). As sessões plenárias são realizadas com finalidades específicas, mediante convocação da Desembargadora Federal Presidente do TRF3.

20. Como ocorre a inclusão de processos em pauta? Depende apenas da indicação do relator? Há processos liberados que aguardam inclusão?

Nos processos físicos os Desembargadores Federais Relatores despacham o "peço dia" e os remetem à subsecretaria. Estes processos passam por triagem, feita pelas servidoras que me auxiliam no julgamento e, se estiverem em termos, são incluídos em pauta, que por sua vez, após a data limite para o fechamento, é encaminhada para assinatura da Desembargadora Federal Presidente. Os processos físicos não ficam aguardando data para inclusão futura, a menos que o "peço dia" seja despachado neste sentido. Nos processos eletrônicos o gabinete dos Desembargadores Federais Relatores os incluem na pauta, de acordo com o cronograma elaborado e distribuído aos gabinetes previamente.

21. A unidade possui plano de gestão?

Trabalhamos com a meta de cumprir no mesmo dia os despachos e as decisões prolatadas pelos Desembargadores Federais, individualizando os processos de trabalho a ser desempenhado por cada servidor, analisando se há efetividade no cumprimento dessas tarefas, sempre zelando pela qualidade do serviço e a celeridade processual. Nosso objetivo é entregar a prestação jurisdicional com eficiência e eficácia, tratando com respeito e urbanidade nossos colaboradores externos, partes e advogados, prezando pelo ótimo ambiente de trabalho interno de mútua colaboração e apoio.

21.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Recursos humanos (com a chegada de 2 servidores no início de março) e materiais suficientes para o bom andamento dos trabalhos.
b) gestão do trabalho	Como temos tarefas bem definidas entre os servidores, é fácil acompanhar se há cumprimento das metas estabelecidas para alcançarmos nosso objetivo (elaboração do trabalho com eficiência e eficácia).

c) resultados	Acredito que temos conseguido alcançar nossos objetivos e entregar bons resultados com o trabalho desempenhado, tanto para o público interno quanto para o público externo.
---------------	---

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo da secretaria é cumprir as determinações e tarefas sob sua responsabilidade no mesmo dia, com foco na agilidade, presteza e cordialidade, entregando uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Já utilizamos listas de verificação (checklist) na fase de julgamento e audiências, instrumento importante para que não haja "esquecimento" de tarefas importantes. Estamos também implementando fluxogramas correspondentes às classes processuais e tarefas específicas, para uniformizar o serviço prestado, e também servir de apoio aos novos servidores que não tenham conhecimento das rotinas de secretaria. Já foram elaborados os fluxos dos processos que estão nas tarefas de certificação de trânsito em julgado/devolução para a Vice-Presidência (casos de sobrestamento ou agravo do art. 1042 CPC) e dos Conflitos de Competência.

22. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A possibilidade do trabalho híbrido (remoto e presencial).

23. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Semanalmente os diretores e os servidores fazem uma conferência nas tarefas da secretaria. Utilizamos a colocação de etiquetas nos processos que ficam sem movimentação aguardando prazos longos (INSS, União Federal, MPF, DPU etc). Nos processos sobrestados, é feita consulta nos Tribunais Superiores para acompanhar o andamento do paradigma.

24. Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Após a inclusão em pauta, a subsecretaria faz as intimações das partes e elabora uma pauta interna, que é distribuída aos gabinetes dos Desembargadores Federais que compõem o Órgão Especial (e eventualmente para os convocados para compor quórum), observando a seguinte ordem: Processos com pedidos de vista; Processos suspensos; Processos adiados, Processos pautados e Processos em mesa. Anotamos também se a sessão será eletrônica, por videoconferência ou híbrida e quais os processos serão apresentados, adiados ou retirados. Se a sessão for virtual e há oposição de alguma das partes, a subsecretaria abre conclusão ao relator.

25. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5030794-59.2021.4.03.0000	20/12/2021	12375-Reclamação
3 mar 2022 - Conclusos para decisão		
0000748-47.2007.4.03.6182	22/5/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Secr. Resp. : SP01P3000 SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA Órgão Resp : SEXTA TURMA Órgão Atual : SP01O0076 SEÇÃO DE VALIDAÇÃO E INDEXAÇÃO Fase Atual: 16/2/22 INFORMAÇÃO- AUTOS DIGITALIZADO ENVIADO ELETR REENVIO DO PROCESSO EM 16/2/2022 Processo da UVIP		
0011644-94.2013.4.03.6100	8/4/2014	198-Apelação Cível
Órgão Atual : SP01P3000 SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA - NURE 23 B. Situação: SOBRESTADO -Fase Atual: 16/6/21 - SOBRESTADO - ADI 5090		
0000677-39.2003.4.03.6003	17/8/2020	65 - Ação Civil Pública
Tarefas pendentes do processo - 0000677-39.2003.4.03.6003 [AJUV - Cível-Adm] Analisar tipo de decisão O processo encontra-se na Assessoria da Vice-Presidência desde dez/2021.		
0004276-16.2004.4.03.0000	2/2/2004	241-Petição Cível
Originário: 200303000653444 Anotações: PROC. SIGILO. Secr. Resp.: SP01P1000 SUBSECRETARIA DO ORGAO ESPECIAL E PLENÁRIO Órgão Atual: SP01O0082 NÚCLEO DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIO - NURT 167A Fase Atual: 30/8/19 INFORMAÇÃO - AUTOS NO STJ - APENSADO À APN 128		
0003934-05.2004.4.03.0000	28/1/2004	241-Petição Cível
Secr. Resp: SP01P1000 SUBSECRETARIA DO ORGAO ESPECIAL E PLENÁRIO Órgão Resp: SP01J1000 ORGÃO ESPECIAL Órgão Atual: SP01O0082 NÚCLEO DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIO - NURT 167ª. Fase Atual: 30/8/19 - INFORMAÇÃO PROCESSO NO STJ - APENSO DA APN 128		
0008945-15.2004.4.03.0000	2/3/2004	241-Petição Cível
Secr. Resp: SP01P1000 SUBSECRETARIA DO ORGAO ESPECIAL E PLENÁRIO Órgão Atual : SP01O0082 NÚCLEO DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIO NURT 167A Fase Atual: 30/8/19 INFORMAÇÃO - PROCESSO NO STJ - APENSAO À APN 128.		
0065343-16.2003.4.03.0000	20/10/2003	241-Petição Cível
Órgão Resp: SP01J1000 ORGÃO ESPECIAL - Órgão Atual: SP01O0082 NÚCLEO DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIO - NURT 167ª. Fase Atual: 30/8/19. INFORMAÇÃO PROCESSO NO STJ - APENSADO À APN 128		
5027960-54.2019.4.03.0000	25/10/2019	12375-Reclamação
Processo estava sem visibilidade no sistema (sem nó). Aberto o chamado n. 10468413 para regularização, em 23/3/2022. 23 mar 2022 - ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE		
0004006-19.2017.4.03.6181	4/7/2017	279-Inquérito Policial
e-mail de 25/3/22 da PRR3: IP arquivado na PRR3ª Região no dia 22/3/2022, conforme despacho do Procurador Regional da República João Francisco Bezerra de Carvalho (PRR3-		

00005555-2022). Repassado ao gabinete do DF Relator Peixoto Júnior e solicitado o encaminhamento ao TRF3.		
0031451-67.2013.4.03.0000	14/6/2018	1727-Petição Criminal
28 out 2020 - BAIXA DEFINITIVA (PJe) Siapro: Fase Atual: 23/3/22 - CERTIDÃO AUTOS FIDOS - PROCESSO DIGITALIZADO AO PJe EM 13/8/2020 O PROCESSO FOI DIGITALIZADO PARA O PJE - ARQUIVADO EM 28/10/2020		
5006468-69.2020.4.03.0000	19/3/2020	279-Inquérito Policial
23 mar 2022: - ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE - JUNTADA DE CERTIDÃO 255337706 - Certidão: Certifico e dou fé que, tomadas as providências pertinentes e em cumprimento à decisão de id. 144884941, encerro o presente inquérito.		
0009145-41.2012.4.03.0000	26/4/2017	283-Ação Penal - Procedimento Ordinário
Fase: 7101 Data e Hora : 2/9/2021 às 17:05:28 Órgão Atual : SP01E2900 JUSTICA FEDERAL DE SAO PAULO (CRIMINAL) GR 2021/022990 22/3/22 17:39:18 CERTIDÃO DE AUTOS FIDOS 28/9/21 14:10:35 REMESSA 27/9/21 14:07:45 RECEBIDO(A) 24/9/21 16:15:10 REMESSA AO TDEA PARA BAIXA DEFINITIVA		
5003708-73.2017.4.03.6105	21/3/2019	198-Apelação Cível
PUBLICADO ACÓRDÃO EM 16/2/2022 AGUARDANDO PRAZO DO INSS (Acórdão (5886119) INSS Representante: Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região Expedição eletrônica (14/02/2022 16:20:03) ANGELICA CARRO registrou ciência em 18/2/2022 02:35:04 Prazo: 30 dias 6/4/2022 23:59:59 (para manifestação)		
5356891-67.2019.4.03.9999	12/3/2019	198-Apelação Cível
intimação de acórdão - Processo aguardando prazo do INSS em 6/4/2022.		
0010688-42.2008.4.03.6104	26/3/2009	1728-Apelação/Remessa Necessária
21/10/21 00:00:00 REDISTRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO 9/6/17 16:04:57 SUSPENSO/SOBRESTADO POR DECISÃO DA VICE-PRESIDÊ Órgão Atual: SP01P3000 SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA - PW-REP211A A		
0016498-18.2009.4.03.6183	26/4/2016	198-Apelação Cível
Tarefas pendentes do processo - 0016498-18.2009.4.03.6183 [RESTAURAÇÃO DE AUTOS] - Processos baixados 18 fev 2020124605947 - Decisão 30 out 2019 EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.102705775 - Certidão REMETIDOS OS AUTOS (PARA PROCESSAMENTO) PARA SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA		
0002578-17.2004.4.03.6000	16/8/2016	198-Apelação Cível
Secr. Resp: SP01P3000 SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA - Órgão Resp: SP01J1206 SEXTA TURMA - Órgão Atual : SP01P3000 SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA PW-REPE47F Situação: SOBRESTADO		
0011782-37.2008.4.03.6100	26/9/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Órgão Atual: SP01P3000 SUBS. DE FEITOS DA VICE PRESIDENCIA REP 317E Situação: SOBRESTADO Fase Atual: 14/8/20 SUSPENSO/SOBRESTADO POR DECISÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA		
5000329-09.2017.4.03.6111	29/6/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária

7 jul 2021 REMETIDOS OS AUTOS (PARA PROCESSAMENTO) PARA SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO DE COMPETÊNCIA DA VICE-PRESIDÊNCIA		
5002610-68.2017.4.03.6100	17/10/2017	198-Apelação Cível
15 dez 2020 SUSPENSO OU SOBRESTADO POR DETERMINAÇÃO DE TRIBUNAIS SUPERIORES PROCESSO DE COMPETÊNCIA DA VICE-PRESIDÊNCIA		
5000603-61.2017.4.03.6114	16/2/2018	198-Apelação Cível
PROCESSO DE COMPETÊNCIA DA VICE-PRESIDÊNCIA - UVIP Processo encontra-se sem nó. E-mail enviado para a UVIP informando o ocorrido.		
0011933-39.2009.4.03.6109	19/1/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Situação: MOVIMENTO Fase Atual: 9/3/22 - REMESSA PARA CIÊNCIA DO ACORDÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
5005677-83.2019.4.03.6128	16/0=3/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Em 9/8/2021: "D E C I S Ã O - Retornem os autos ao NUGE, para sobrestamento (tema 118 da repercussão geral)." 10 ago 2021 - AUTOS SUSPENSOS OU SOBRESTADOS Processo da Vice-Presidência - não é da Uple		
0018953-64.2016.4.03.6100	27/5/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
10 ago 2021 AUTOS SUSPENSOS OU SOBRESTADOS D E C I S Ã O - Retornem os autos ao NUGE, para sobrestamento (tema 118 da repercussão geral). PROCESSO DA VICE-PRESIDÊNCIA		
5004365-58.2018.4.03.6144	2/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Em 9/8/2021: "D E C I S Ã O - Retornem os autos ao NUGE, para sobrestamento (tema 118 da repercussão geral)." 10 ago 2021 - AUTOS SUSPENSOS OU SOBRESTADOS Processo da Vice-Presidência - não é da Uple		
5006368-21.2018.4.03.6100	11/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
em 28/5/2021: "D E C I S Ã O - À NUGE, para sobrestamento (tema 118 da repercussão geral)." 28 mai 2021 - SUSPENSO OU SOBRESTADO POR DETERMINAÇÃO DE TRIBUNAIS SUPERIORES Processo da Vice-Presidência - não é da Uple		
5000306-12.2017.4.03.6128	14/9/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
9 mar 2022 - REMETIDOS OS AUTOS (POR JULGAMENTO DEFINITIVO DO RECURSO) PARA JUÍZO DE ORIGEM PROCESSO ERA DE COMPETÊNCIA DA VICE-PRESIDÊNCIA - NÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL		

Resposta complementar do questionário pela Subsecretaria

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.2. Competência:

Plenário:

1. Dar cumprimento às determinações exaradas nos autos de competência do Plenário, a exemplo do vitaliciamento de juízes federais substitutos, promoção de juízes federais e eleições do corpo diretivo, nos termos do art. 11, I, do RI-TRF3.
2. Organizar as sessões do Plenário, providenciando pauta, convocações, distribuição dos materiais e elaboração de cédulas e de termos de posse.
3. Dar cumprimento às decisões proferidas nas sessões.
4. Elaborar atas das sessões.
5. Organizar e manter arquivos físicos e digitais referentes às decisões do Pleno.
6. Pesquisar, quando solicitado pela Presidência e demais Gabinetes, histórico de decisões proferidas pelo Plenário.

Órgão Especial:

1. Dar cumprimento às determinações exaradas nos autos de competência do Órgão Especial, a exemplo de Inquérito, Queixa-Crime, Representação Criminal, Ação Penal e seus incidentes, Revisão Criminal, Ação Rescisória, Processo Administrativo, Petição, Pedido de Providências, Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado, Recurso Administrativo, Mandado de Segurança, Arguição de Inconstitucionalidade, Conflito de Competência, Execução Penal, Incidente de Assunção de Competência, Incidente de Demandas Repetitivas, Reclamações e Agravos internos interpostos contra decisão da Vice-Presidência, nos termos do art. 11, II, do RI-TRF3.
2. Organizar as sessões do Órgão Especial, providenciando pauta, convocações, distribuição dos materiais e videoconferência.
3. Dar cumprimento às decisões proferidas nas sessões.
4. Elaborar atas das sessões.
5. Organizar e arquivar documentos físicos e digitais.
6. Pesquisar, quando solicitado pela Presidência e demais Gabinetes, histórico de decisões proferidas pelo Órgão Especial.
7. Remeter processos ao arquivo.
8. Atender as partes e seus advogados

4.7 Ausências membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses

1º/3/2021 a 28/2/2022:

2021:

1- Ord. OE Judic e Adm:

- 10/3: PEIXOTO JÚNIOR e PAULO DOMINGUES, em razão de férias
- 14/4: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), PEIXOTO JÚNIOR (justificadamente) e HÉLIO NOGUEIRA (férias)
- 28/4: BAPTISTA PEREIRA (licença médica)
- 12/5: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), PEIXOTO JÚNIOR (justificadamente) e NERY JÚNIOR (férias)
- 26/5: BAPTISTA PEREIRA (licença médica) e NERY JÚNIOR (férias)
- 9/6: BAPTISTA PEREIRA (licença médica) e NERY JÚNIOR (férias)
- 30/6: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), PAULO DOMINGUES (férias) e VALDECI DOS SANTOS (justificadamente)
- 14/7: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), MARLI FERREIRA (férias), PEIXOTO JUNIOR (férias), CONSUELO YOSHIDA (férias), WILSON ZAUHY (férias) PAULO DOMINGUES (férias) e VALDECI DOS SANTOS (férias)
- 28/7: BAPTISTA PEREIRA (licença saúde), MARLI FERREIRA (férias), PEIXOTO JUNIOR (férias), HÉLIO NOGUEIRA (férias) e CONSUELO YOSHIDA (férias)
- 25/8: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), MARLI FERREIRA (licença médica), NEWTON DE LUCCA (férias) e INÊS VIRGÍNIA (férias)
- 8/9: MARLI FERREIRA (justificadamente), NEWTON DE LUCCA (férias), HÉLIO NOGUEIRA (consulta médica), WILSON ZAUHY (férias), NINO TOLDO (férias) e INÊS VIRGÍNIA (compensação)
- 29/9: ANDRÉ NABARRETE (motivo médico) e VALDECI DOS SANTOS (justificadamente)
- 13/10: MARLI FERREIRA, NERY JUNIOR e NINO TOLDO, em razão de férias
- 27/10: MARLI FERREIRA, NEWTON DE LUCCA, NERY JUNIOR, PAULO DOMINGUES, em razão de férias e VALDECI DOS SANTOS, justificadamente
- 10/11: MARLI FERREIRA, NERY JUNIOR, SOUZA RIBEIRO e PAULO DOMINGUES, em razão de férias
- 24/11: NEWTON DE LUCCA, NERY JÚNIOR, SOUZA RIBEIRO e WILSON ZAUHY, em razão de férias; PAULO DOMINGUES, em razão de compensação.

2 - Extraord OE de 15/12/2021: DIVA MALERBI (justificadamente), ANDRÉ NABARRETE (suspeição), NERY JUNIOR (presidindo Sessão de Julgamento em outro Órgão Julgador) e WILSON ZAUHY (justificadamente)

3 - Pleno Ord. 1º/12/2021: não tiveram ausências

4 - Pleno Extraord.:

- 30/6: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), CARLOS MUTA (licença médica), COTRIM GUIMARÃES (férias), ANTONIO CEDENHO (férias), FAUSTO DE SANCTIS (justificadamente), TORU YAMAMOTO (férias), MAURÍCIO KATO (férias) e PAULO DOMINGUES (férias)

- 28/7: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), MARLI FERREIRA (férias), PEIXOTO JUNIOR (férias), CONSUELO YOSHIDA (férias), SERGIO NASCIMENTO (férias), ANDRE NEKATSCHALOW (férias), JOSE LUNARDELLI (férias), FAUSTO DE SANCTIS (justificadamente), PAULO FONTES (imprevisto familiar), MONICA NOBRE (férias), TORU YAMAMOTO (motivo médico), MAURÍCIO KATO (justificadamente) e HÉLIO NOGUEIRA (férias)

- 25/8: BAPTISTA PEREIRA (licença médica), MARLI FERREIRA (licença médica), NEWTON DE LUCCA (férias), JOSE LUNARDELLI (férias), MAURÍCIO KATO (justificadamente) e INÊS VIRGÍNIA (férias)

- 12/11: LUCIA URSAIA e DALDICE SANTANA, em razão de férias

2022:

1- Ord. OE Judic e Adm:

26/1: ANDRÉ NABARRETE, NERY JÚNIOR e VALDECI DOS SANTOS, em razão de férias; THEREZINHA CAZERTA (compensação)

9/2: BAPTISTA PEREIRA (motivo médico); ANDRÉ NABARRETE, NEWTON DE LUCCA, NERY JÚNIOR, NINO TOLDO e PAULO DOMINGUES (férias); SOUZA RIBEIRO e VALDECI DOS SANTOS (justificadamente)

23/2: ANDRÉ NABARRETE, NERY JÚNIOR e PAULO DOMINGUES, em razão de férias

12. Quais os critérios internos para distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Os servidores da DIPO têm suas tarefas (cumprimento de despachos/decisões com expedição de ofícios, cartas, mandados, publicações etc.) distribuídas de acordo com o final dos processos (excetuando-se o dígito) e cumprem todas as determinações exaradas pelos Desembargadores Federais até antes de o processo chegar com o despacho de “peço dia” (físicos) ou serem incluídos, pelos gabinetes, em pauta eletrônica. Auxiliam também na elaboração e recebimento

das cargas dos processos físicos para os órgãos externos (INSS, Fazenda Nacional etc.), advogados e para os gabinetes e na expedição de certidões de inteiro teor.

Os servidores que auxiliam no julgamento, executam suas atividades de acordo com as tarefas a serem desenvolvidas (recebimento dos processos com “peço dia” ou inclusão em pauta eletrônica, análise da regularidade da representação processual, inclusão em pauta e intimação decorrentes, elaboração da pauta interna, expedição de ofícios para convocação de desembargadores para compor quórum, preparação das sessões (eletrônicas, por videoconferências ou híbridas), publicação de acórdãos, certificação de trânsito em julgado etc). Também são responsáveis pela disponibilização dos atos normativos oriundos do Órgão Especial e Plenário no site do TRF3.

Há um servidor destacado para dar cumprimento ao grande número de despachos e decisões proferidas em todos os processos relacionados com a operação Westminster, em auxílio aos 2 diretores. Há uma servidora responsável pela triagem de e-mails e comunicações recebidas, direcionando para os respectivos responsáveis.

Os 2 estagiários auxiliam tanto na DIPO quanto no atendimento ao público (balcão físico e virtual).

Todos os servidores auxiliam no atendimento do balcão virtual (escala interna).

26. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 28 processos (físicos e eletrônicos) selecionados para inspeção, somente 13 foram inspecionados, porque os demais são de competência da Vice-Presidência.

Em relação aos feitos, sugere-se, apenas quanto ao processo n. 0004006-19.2017.4.03.6181, seja providenciada o registro da baixa, se for o caso.

A Subsecretaria administrou a realização de 44 sessões entre março/2021 a fevereiro/2022, sendo 39 sessões ordinárias e 5 sessões extraordinárias. Não houve nenhum cancelamento.

Considerado o tempo médio de publicação das decisões (6 dias), a média de dias do julgamento à publicação (4 dias), o volume de publicações (2.066 nos últimos 12 meses) e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável.

O volume de pendências na Subsecretaria é praticamente zero, pois, dos 13 processos inspecionados, apenas um se encontrava com possível pendência de registro de fase no sistema (processo n. 0004006-19.2017.4.03.6181- arquivado apenas na Políca Federal).

27. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretora da unidade, Renata Maria Gavazzi Dias, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

Quanto à **direção da unidade**, a entrevistada é Diretora da Secretaria do Órgão Especial e Plenário (UPLE) desde 2007. Pareceu ser servidora extremamente comprometida com o trabalho e com o órgão, tendo construído no mesmo uma gestão de vários anos, que parece atender as necessidades do órgão que dirige, o que é muito importante para o TRF3 porque é um dos órgãos estratégicos para o bom funcionamento do Tribunal (Secretaria do Plenário e do Órgão Especial). Trouxe uma boa experiência como Diretora de Secretaria de Vara Federal, agregou esses conhecimentos e práticas à importante Secretaria que dirige, conseguiu manter sua equipe unida e coesa, e tem uma invejável memória das práticas e períodos da UPLE nesses tantos anos em que está à frente da unidade.

Quanto ao **regime de pessoal e forma de trabalho**, a unidade conta atualmente com 11 servidores, sendo que oito estão em regime de teletrabalho voluntário (integral ou parcial, conforme o caso). Conta também com dois estagiários.

Não são estabelecidas metas de produtividade, mas é feita a distribuição de tarefas entre os servidores, considerando as peculiaridades dos processos que tramitam na UPLE, que não se prestariam a metas de produtividade.

Quanto ao **período em que a unidade esteve sujeita às restrições decorrentes da pandemia** da Covid-19, esclareceu que a UPLE sempre tivera trabalho integralmente presencial antes da pandemia. Não havia trabalho remoto nem teletrabalho para os servidores, sendo tudo feito presencialmente. Entretanto, com a pandemia, foi necessário adotar o regime de trabalho remoto para a maioria dos servidores da unidade, que passaram a maior parte da pandemia nesse regime de trabalho.

Destaca que a unidade recebeu na véspera da pandemia uma grande operação envolvendo autoridade com foro privilegiado, sendo que essas investigações e processos tramitaram durante toda a pandemia, muitas vezes mediante sigilo e exigindo uma dedicação quase exclusiva dos servidores encarregados de dar os devidos andamentos. Em razão da natureza sensível e sigilosa desses processos, o acesso aos autos e documentos, e a respectiva tramitação na unidade ficou concentrada na Diretora e em outro servidor, exigindo deles bastante atenção nesse período e tendo os mesmos realizado o trabalho presencial no período para atender essas demandas específicas.

Observa-se que a unidade conseguiu atravessar a pandemia com bastante empenho e dedicação da Diretora e da respectiva equipe, que souberam se adaptar às novas necessidades e realidades impostas pelo distanciamento social e pela redução do trabalho presencial no período. Utilizando outras formas de comunicação para atendimento ao público (e-mail, telefone, whatsapp), e havendo envolvimento de toda a equipe com o trabalho no período da pandemia, percebe-se que a unidade conseguiu manter seus bons resultados de antes da pandemia e, principalmente, conseguiu prestar sua missão institucional de atender aos Desembargadores Federais integrantes do Plenário e do Órgão Especial, e de manter os processos tramitando com a eficiência e a presteza que dessa unidade eram esperadas.

Salienta que durante o período da pandemia foram realizadas todas as sessões do Plenário e do Órgão Especial, tanto administrativas quanto judiciais, sem que fosse necessário cancelar qualquer delas. Passaram a utilizar o *MS-Teams* e o SEI Julgar para realização das sessões telepresenciais ou híbridas, conseguindo se adaptar às novas necessidades impostas pela pandemia.

Quanto ao **regime de teletrabalho voluntário para o pós-pandemia**, menciona que agora, depois da pandemia, a equipe está se estruturando num plano de trabalho que permita que vários dos servidores realizem o teletrabalho voluntário, segundo o regramento próprio do TRF3. A equipe está dividida para garantir que o trabalho presencial aconteça e, em regime de rodízio, alguns possam adotar teletrabalho voluntário (híbrido ou integral).

Quanto à **organização do trabalho na unidade**, a forma como o setor se divide é aquela que está detalhada no questionário respondido (itens 8 a 17 deste relatório), tendo a entrevista confirmado as afirmações previamente apresentadas. A Subsecretaria divide os servidores em dois grupos, um deles conduzindo a tramitação dos processos até o “peço dia”, e outro grupo a partir disso. Também existe um setor específico dando conta de atender as demandas complexas e urgentes da “Operação Westminster” (ação penal contra magistrado federal e outros agentes públicos), o que parece se justificar não só pela especialidade e complexidade das questões, mas também pela necessidade de sigilo em muitas das etapas e documentos.

Quanto aos **processos físicos que ainda estão na UPLE**, verificamos que na unidade ainda tramitam processos físicos, que são aqueles que estão na Vice-Presidência, onde o TRF3 havia optado por não realizar de pronto a digitalização, em razão da necessidade de que fossem priorizados outros processos e da condição desses processos físicos (serão digitalizados para serem remetidos aos Tribunais Superiores; menor tramitação neles).

Quanto ao **atendimento a partes e procuradores**, destaca que o atendimento às partes e aos advogados é feito conforme respondido no questionário (item 15 deste relatório), sendo que os atendimentos presenciais foram bastante diminuídos por conta da pandemia. Também menciona que aumentou muito a utilização de e-mail e telefone para atendimento a advogados. Salienta que é mantido o balcão virtual, mas são poucos os atendimentos nessa modalidade.

Quanto às **publicações**, encontram-se em dia, dedicando a unidade especial atenção aos prazos e à celeridade nessas publicações por conta da relevância dos respectivos processos e da posição estratégica dos órgãos julgadores na estrutura do TRF3. Os fluxos de publicação de acórdãos e decisões são aqueles respondidos no questionário que integra esse relatório (itens 4.4 e 4.5). A unidade prioriza as publicações, cuidando do fluxo do processo a ser publicado desde a assinatura até seu arquivamento e baixa na unidade.

Quanto à **tramitação dos processos, plano de gestão e cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça**, esclarece que a UPLE tem uma natureza distinta das secretarias das outras turmas e seções, uma vez que lida com um número menor de processos, mas com uma maior complexidade. Por isso, consegue priorizar todos os processos que lá tramitam, com condições de dar um atendimento adequado a tais processos. O plano de gestão envolve trabalhar “*com a meta de cumprir no mesmo dia os despachos e as decisões prolatadas pelos Desembargadores Federais, individualizando os processos de trabalho a ser desempenhado por cada servidor, analisando se há efetividade no cumprimento dessas tarefas, sempre zelando pela qualidade do serviço e a celeridade processual. Nosso objetivo é entregar a prestação jurisdicional com eficiência e eficácia, tratando com respeito e urbanidade nossos colaboradores externos, partes e advogados, prezando pelo ótimo ambiente de trabalho interno de mútua colaboração e apoio*” (item 21 deste relatório).

Quanto a **resultados e boas práticas**, destacamos as seguintes: **(a)** ambiente de trabalho positivo e clima organizacional bem ajustado; **(b)** organização dos fluxos de trabalho, com continuidade da gestão e preocupação com a memória organizacional; **(c)** transparência e atualização na divulgação da memória da organização; **(d)** sucesso no enfrentamento da pandemia, sem prejudicar a unidade e cumprindo sua missão institucional, inclusive com apoio de secretaria às diligências e às demandas dos órgãos julgadores no que envolve a Operação Westminster.

Passo a detalhar brevemente essas boas práticas e resultados, como segue:

Sobre (a) ambiente de trabalho positivo e clima organizacional bem ajustado, os resultados alcançados pela unidade verificados na entrevista confirmam o que foi respondido na auto-avaliação da unidade: “*Como boa prática de trabalho ressalto o ótimo relacionamento entre os servidores, refletindo-se em muita colaboração para superarmos os momentos difíceis pelos quais passamos (pandemia e processos com operação de polícia federal por exemplo) e conseqüente eficiência e eficácia na entrega da prestação jurisdicional*” (item 6.1 deste relatório). Realmente, como dito pela Diretora da unidade, a manutenção de um bom ambiente de trabalho é fundamental para que a unidade consiga atingir seus objetivos e apresentar resultados satisfatórios. O entrosamento e o comprometimento da equipe de trabalho são a base para qualquer bom resultado. Uma equipe comprometida e empenhada em executar bem suas atribuições e colaborar com o serviço judiciário é fundamental para que bons resultados sejam alcançados, e isso se verificou nos resultados obtidos pela unidade. Destaca-se aqui a liderança e a gerência da Subsecretaria, a partir da respectiva diretora entrevistada, que trouxe sua experiência prévia (Escrivã de Polícia Civil e Diretora de Secretaria de Vara Federal), conseguindo construir ao longo dos anos uma unidade com um bom clima organizacional e com continuidade no serviço que realiza.

Sobre (b) organização dos fluxos de trabalho, com continuidade da gestão e preocupação com a memória organizacional, percebe-se que a unidade está bem

estruturada, havendo um histórico dos fluxos de trabalho e soluções encontradas, que muito facilita o trabalho e se reflete diretamente em eficiência na gestão dos processos e organização da equipe. Ainda que isso às vezes seja difícil de mensurar, é fato que quando uma unidade tem continuidade de gestão e consegue se manter organizada e com uma equipe equilibrada e harmônica, isso contribui muito para que os objetivos sejam cumpridos e resultem em um serviço de apoio judiciário de qualidade e eficiente, como acontece nesse caso em que a unidade atende ao Plenário e ao Órgão Especial, órgãos estratégicos para o funcionamento do TRF3 e cumprimento de suas missões institucionais.

Sobre (c) transparência e atualização na divulgação da memória da organização, a UPLE é a responsável por alimentar e atualizar o site do TRF3 quanto à composição do órgão (<https://www.trf3.jus.br/seju/orgao-especial>). Aqui é interessante registrar que é mantido disponível no site do TRF3 (https://www.trf3.jus.br/documentos/seju/Tabela_SITE_composicao_e_sucessao_29.03.2022.pdf) o histórico de todas as composições anteriores do Órgão Especial, desde 1995 (quando criado no TRF3). Essa transparência permite que o público interno e externo tenha acesso imediato às composições anteriores do órgão.

Sobre (d) sucesso no enfrentamento da pandemia, sem prejudicar a unidade e cumprindo sua missão institucional, a pandemia foi enfrentada pela equipe, que ainda prestou o suporte necessário ao Plenário e ao Órgão Especial para que também pudessem cumprir suas funções durante o período. As sessões do Plenário e do Órgão Especial foram realizadas, com as devidas adaptações às exigências sanitárias decorrentes da pandemia. As estruturas cartorárias de apoio continuaram funcionando no período, sem interrupção. Conciliaram-se a necessidade de continuidade do serviço judiciário com as medidas sanitárias para enfrentamento da Covid-19. Destaca-se ainda que, no período, a unidade deu apoio de secretaria às diligências e às demandas dos órgãos julgadores no que envolvia a Operação Westminster, apurando fatos relacionados a crimes de competência originária.

28. RECOMENDAÇÕES

Sem recomendações.

Sugere-se, apenas:

a) regularizar a fase processual no sistema do Processo n. 0004006-19.2017.4.03.6181, com o registro da baixa, se for o caso;

b) Manter as boas práticas, o bom clima organizacional e bom trabalho que vem sendo adotados na UPLE, dignos de elogios.

SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria das Seções - USEC

2.2 Competência

Compete às Seções processar e julgar, no âmbito das respectivas áreas de especialização; os conflitos de competência; o incidente de assunção de competência; as revisões criminais e feitos criminais originários, ressalvados os de competência do Órgão Especial e das Turmas, as ações rescisórias dos julgados de primeiro grau, bem como os da própria Seção ou das respectivas Turmas; os embargos infringentes nas ações rescisórias de seus próprios julgados; as questões incidentes em processos da competência das Turmas da respectiva área de especialização, que a elas hajam sido submetidas; as suspeições levantadas contra os Desembargadores Federais do Tribunal, salvo em se tratando de processo da competência do Plenário; os incidentes de resolução de demandas repetitivas, no âmbito das respectivas áreas de especialização; as reclamações propostas para a preservação de sua competência ou para a garantia de sua autoridade. E, ainda, estabelecer precedentes da jurisprudência uniforme das Turmas.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Antonio Carlos Cedenho, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Presidente das Seções no período 2022/2024.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, Vice-Presidente do TRF-3 e Presidente das Seções no período 2020/2022.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Wanderley Francisco de Souza - Diretor de Subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	não há
Estagiários de nível médio	não há
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma

Publicação de acórdão/decisão	20 (1 – 1ª Seção; 2 - 2ª Seção; 3 - 3ª Seção; 4 - 4ª Seção)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	19 (aguardando restabelecimento do sistema PrecWeb para expedição de ofício requisitório RPV)
Análise/triagem	3 (tarefa triagem processos digitalizados)
Juntada	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	3 (localizados na tarefa "Restauração de Autos" - baixados à JF)
Em carga com prazo vencido	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada

Total	51
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	28
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	1

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	4
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	97
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1.354
Média de dias do julgamento à publicação	2
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	12
Pendentes de publicação	11
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00066683420094036181 (acórdão publicado em 7/3/22)

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	475
Tempo médio	20
Publicações em prazo superior a 10 dias	91
Pendentes de publicação	9
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50213469620204030000 (processo eletrônico não visível nos perfis desta subsecretaria)

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	60
Há mais de 60 dias	46
Há mais de 90 dias	2
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	23

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)	
Em virtude do limitado número de caracteres neste campo do questionário e considerando que esta Subsecretaria coordena as sessões de julgamento das Quatro Seções especializadas do TRF-3, totalizando 40 magistrados, encaminhamos para os e-mails: estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br, arquivo em formato PDF contendo todas as informações de ausências de membros dos colegiados nas sessões de julgamento realizadas nos últimos doze meses.	

Devido ao limitado número de caracteres no questionário de inspeção disponibilizado no SINSF, seguem os dados referentes à questão 4.7:

Questão 4.7

Ausência de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar):

PRIMEIRA SEÇÃO

- Sessão de 4/3/2021

Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR - ausente por gozo de férias - Férias: 1º/3/2021 a 30/3/2021 (P. 2103)

- Sessão de 8/4/2021

Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES – ausente por gozo de férias - Férias: 5/4/2021 a 4/5/2021 (P. 2103)

Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA – ausente por gozo de férias - Férias: 5/4/2021 a 24/4/2021 (P. 2103)

- Sessão de 6/5/2021

Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR - ausente por gozo de férias - saldo de férias nos dias 6 e 7/5/2021 (P. 2181)

- Sessão de 1º/7/2021

Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS - ausente por gozo de férias - Férias: 1º/7/2021 a 20/7/2021 (P. 2103)

Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES - ausente por gozo de férias - Férias: 16/6/2021 a 2/7/2021 (P. 2265)

- Sessão de 5/8/2021

Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA – ausente por gozo de férias - Férias: 21/7/2021 a 9/8/2021 (P. 2229)

Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR - ausente por gozo de férias - Férias: 12/7/2021 a 10/8/2021 (P. 2103)

- Sessão de 7/10/2021

Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES - ausente por compensação de dias - 7/10/2021 e 8/10/2021 (P. 2385)

- Sessão de 4/11/2021

Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR - ausente por gozo de férias - Férias: 3/11/2021 a 5/11/2021 (P. 2285)

- Sessão de 2/12/2021

Desembargador Federal WILSON ZAUHY - ausente por gozo de férias - Férias: 22/11/2021 a 11/12/2021 (P. 2103)

SEGUNDA SEÇÃO

- Sessão de 2/3/2021

Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE ausência em virtude de férias entre 7/1 a 9/3.

Desembargadora Federal MARLI FERREIRA ausência em virtude de férias entre 17/2 a 6/3.

Desembargador Federal ANTONIO CEDENHO ausência em virtude de férias entre 17/2 a 18/3.

- Sessão de 6/4/2021

Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO ausência em razão de motivo pessoal.

- Sessão de 4/5/2021

Desembargador Federal NERY JÚNIOR ausência em virtude de férias de 3/5 a 14/5.

Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO ausência em virtude de férias de 3/5 a 1º/6.

Desembargador Federal MARCELO SARAIVA ausência em virtude de férias de 9/4 a 8/5.

- Sessão de 1º/6/2021

Desembargador Federal NERY JÚNIOR ausência em virtude de licença.

Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO ausência em virtude de férias de 3/5 a 1º/6.

Desembargador Federal TORU YAMAMOTO ausência em virtude de férias de 31/5 a 29/6.

- Sessão de 6/7/2021

Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS: ausência em virtude de compensação.

Desembargador Federal MARCELO SARAIVA: ausência em virtude de férias no período de 18/11 a 17/12/21.

- Sessão de 1º/2/2022

Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE: ausência em virtude de férias no período de 7/1 a 5/2/2022.

Desembargador Federal NERY JÚNIOR: ausência em virtude de férias no período de 10/1 a 18/2/2022.

TERCEIRA SEÇÃO

- Sessão de 11/3/2021

Desembargador Federal DAVID DANTAS, em virtude de convocação para atuação junto ao e. Tribunal Regional Eleitoral.

Desembargador Federal PAULO DOMINGUES, em virtude de férias no período de 17/2 a 12/3.

- Sessão de 25/3/2021

Juíza Federal Convocada LEILA PAIVA, em virtude de férias no período de 22/3 a 20/4.

- Sessão de 22/4/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.

- Sessão de 13/5/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.

Desembargadora Federal LUCIA URSAIA, em virtude de férias no período de 27/4 a 28/5/21.

Desembargador Federal PAULO DOMINGUES, em virtude da participação em reunião do Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico - PJe no CNJ.

- Sessão de 27/5/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.

Desembargadora Federal LUCIA URSAIA, em virtude de férias no período de 27/4 a 28/5/21.

- Sessão de 10/6/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.

- Sessão de 24/6/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.

Desembargador Federal PAULO DOMINGUES, em virtude de férias no período de 17/6 a 16/7/21.

- Sessão de 8/7/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.

Desembargador Federal PAULO DOMINGUES, em virtude de férias no período de 17/6 a 16/7/21.

Desembargador Federal NELSON PORFIRIO, em virtude de férias no período de 5 a 24/7/21.

- Sessão de 12/8/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA, em virtude de férias no período de 2 a 31/8/21.
Desembargador Federal LUCIA URSAIA, em virtude de afastamento médico.
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, em virtude de licença-médica.

- Sessão de 26/8/2021

Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA, em virtude de licença-médica.
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA, em virtude de férias no período de 2 a 31/8/21.
Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA, em virtude de férias no período de 16/8 a 4/9/21.
Juiz Federal Convocado MARCELO GUERRA, em virtude de férias no período de 24/8 a 12/9/21.

- Sessão de 9/9/2021

Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA, em virtude de férias no período de 8 a 19/9/21.
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI, em virtude de férias no período de 8 a 27/9/21.

- Sessão de 23/9/2021

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI, em virtude de férias no período de 8 a 27/9/21
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, em virtude de férias no período de 19/9 a 8/10/21

- Sessão de 14/10/2021

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI, em virtude de férias no período de 8 a 27/9/21.

- Sessão de 28/10/2021

Desembargador Federal LUIZ STEFANINI, em virtude de férias no período de 30/9 a 29/10/21.
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, em virtude de compensação.

- Sessão de 11/11/2021

Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA, em virtude do agendamento de sessões do Órgão Especial, em que programado o julgamento de ação penal de sua relatoria.
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO, em virtude de férias no período de 4/11/21 a 5/12/21.
Desembargadora Federal LUCIA URSAIA, em virtude de férias no período de 6 a 25/11/21.
Desembargadora Federal DALDICE SANTANA, em virtude de férias no período de 3 a 12/11/21.
Juíza Federal Convocada LEILA PAIVA, em virtude de férias no período de 3 a 11/11/21.

- Sessão de 25/11/2021

Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA, em virtude de férias no período de 16/11 a 15/12/21.
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO, em virtude de férias no período de 16/11/21 a 5/12/21.
Desembargadora Federal LUCIA URSAIA, em virtude de férias no período de 6 a 25/11/21.
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, em virtude de férias no período de 24/11 a 5/12/21.

- Sessão de 9/12/2021

Desembargadora Federal DALDICE SANTANA, em virtude de compensação.
Desembargador Federal DAVID DANTAS, em virtude de férias no período de 16/11/21 a 15/12/21 (interrupção nos dias 22 a 25/11).

- Sessão de 27/1/2022

Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, em virtude de férias no período de 24 a 28/0/2022.
Desembargador Federal NELSON PORFIRIO, em virtude de férias no período de 24/1/2022 a 12/2/2022.

- Sessão de 10/2/2022

Desembargadores Federais BAPTISTA PEREIRA, THEREZINHA CAZERTA, LUIZ STEFANINI, CARLOS DELGADO e INÊS VIRGÍNIA, em virtude de participação em julgamento junto ao Órgão Especial deste E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA, em férias de 9 de fevereiro a 10 de março.

QUARTA SEÇÃO

- Sessão de 20/5/2021

Desembargador Federal MAURÍCIO KATO - ausente por gozo de férias - Férias: 17/5 a 15/6/21(P. 2103)

- Sessão de 17/6/2021

Desembargador Federal MAURÍCIO KATO - ausente por gozo de férias - Férias: 16/6 a 15/7/21(P. 2252)

- Sessão de 15/7/2021

Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW - ausente por gozo de férias - Férias: 1º/7/21 a 30/7/21 (P. 2103)

- Sessão de 12/8/2021

Desembargador Federal MAURÍCIO KATO - ausente por compensação - dias 12 e 13/8/21 (P. 2302)

Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI - ausente por compensação - dia 12/8/21(P. 2315)

- Sessão de 16/9/2021

Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI - ausente por compensação - dia 16/9/21(P. 2353)

Desembargador Federal NINO TOLDO - ausente por gozo de férias - Férias: 8/9/21 a 27/9/21(P. 2347)

- Sessão de 21/10/2021

Desembargador Federal PAULO FONTES - ausente por gozo de férias - Férias: 13/10 a 23/10/21(P. 2335)

- Sessão de 18/11/2021

Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS - ausente por gozo de férias - Férias: 16/11 a 5/12/21(P. 2103)

Desembargador Federal NINO TOLDO - ausente por participação em eventos oficiais no JEF - CORUMBÁ/MS (sem portaria)

-Sessão de 16/12/2021

Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI - ausente por compensação - dias 16/12 e 17/12/21(P. 2446)

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
--

No período foram realizadas cinquenta e uma (51) sessões de julgamento, sendo: dez (10) na 1ª Seção; dez (10) na 2ª Seção; vinte (20) na 3ª Seção e onze (11) na 4ª Seção.
--

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendações específicas na inspeção anterior.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica uma vez que não houve recomendações na inspeção anterior.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica uma vez que não houve recomendações na inspeção anterior.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com a maior parte dos feitos tramitando de forma eletrônica no sistema PJe o trabalho da subsecretaria tem sido muito produtivo e realizado parcialmente em regime de teletrabalho. Reuniões periódicas por videoconferência mantém a equipe coesa e em harmonia. Neste ponto, vale ressaltar que essas reuniões virtuais apresentam melhores resultados se realizadas em pequenos grupos, por divisão, de acordo com a própria divisão das tarefas a fim manter a objetividade e pra melhor aproveitamento do tempo.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Wanderley Francisco de Souza - Diretor da Subsecretaria das Seções

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A unidade está organizada em três divisões: Divisão de Processamento (única para as quatro seções), composta por sete servidores, incluindo o diretor de divisão; Divisão de Coordenação e Julgamento das 1ª e 4ª Seções, composta por quatro servidores, incluindo o diretor de divisão; e Divisão de Coordenação e Julgamento das 2ª e 3ª Seções, composta por quatro servidores, incluindo a diretora de divisão, todas sob a coordenação do Diretor da Subsecretaria. A distribuição das atividades está relacionada às fases processuais, a Divisão de Processamento compete dar cumprimento às decisões e despachos monocráticos de todas as quatro seções, até o trânsito em julgado ou eventual interposição de recursos excepcionais. As Divisões de Julgamento, de acordo com a respectiva área de especialização, recebem os processos para inclusão em pauta de julgamento e a partir de então estes ficam em

suas atribuições até o trânsito em julgado ou eventuais recursos excepcionais, quando são remetidos a UVIP.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, na Subsecretaria há 13 servidores(as) em regime de teletrabalho, sendo quatro em teletrabalho integral, sem necessidade de comparecimento, e 9 servidores(as) em teletrabalho parcial, com comparecimento quinzenal à unidade. Vale ressaltar que desde o dia 30 de março até o próximo dia 29 de abril, todos estão em regime de teletrabalho integral, devido ao ataque cibernético que tornou indisponíveis os serviços prestados pela Justiça Federal da 3ª Região.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Há quatro servidores em regime de teletrabalho integral, sem comparecimento presencial à unidade e 11 servidores em regime de teletrabalho parcial, com comparecimento quinzenal à Subsecretaria, podendo, ainda, comparecer em outros dias de acordo com a necessidade do trabalho.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

O critério utilizado foi fixado de acordo com a produção observada durante o período de teletrabalho extraordinário no tribunal. A partir da observação e controle das atividades pelos sistemas de gerenciamento eletrônicos pode-se chegar a uma média de produção por servidor da respectiva divisão.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito com a utilização dos relatórios gerenciais do PJe, além da supervisão direta e diária dos respectivos diretores de divisão. Todos estão cientes da obrigatoriedade em manter contato diário com seu superior hierárquico e reportar eventual dificuldade técnica ou dúvida no cumprimento das determinações, assim como acompanhar diariamente os e-mails institucionais e mensagens postadas em grupo no Whatsapp criado com essa finalidade, e também no sistema Microsoft Teams. Dessa forma, não havendo óbice que justifique o cumprimento das cotas, o servidor que não as cumpre pode ter seu plano de teletrabalho alterado para trabalho presencial de forma mais constante. Vale ressaltar que até o momento não identificamos qualquer problema no cumprimento de cotas e tarefas determinadas no teletrabalho.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

A triagem inicial é de acordo com a fase processual, ou seja, se os autos foram para a subsecretaria com despacho, decisão, inclusão em pauta ou acórdão, e observando sempre a urgência e prioridades legais. Realizada essa triagem inicial os autos são direcionados à divisão responsável pelo atual andamento do processo e no caso das divisões de julgamento, de acordo com a respectiva área de especialização.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Os poucos feitos físicos ainda em trâmite no tribunal são recepcionados na Divisão de Processamento, com exceção dos feitos incluídos em pauta, os quais são recebidos pelas respectivas divisões de julgamento. O servidor que recebe os autos inicialmente registra a movimentação no sistema e imediatamente analisa as medidas a serem adotadas, se há determinações urgentes ou prioridades legais a serem observadas.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Ficam localizados em armários na divisão responsável e identificados de acordo com a fase processual e com registro de localização física no SIAPRO. São organizados de forma separada os feitos cíveis e os criminais.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O acervo físico é organizado de acordo com a fase processual e separados os processos cíveis e criminais de forma a facilitar o controle, inclusive dos prazos diferenciados. O controle de acervo, inclusive de processos remetidos a outros órgãos, é realizado com a utilização dos relatórios gerenciais e planilhas internas que são acompanhadas pelos responsáveis por cada divisão.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

A distribuição das atividades é por divisão e de acordo com a fase processual. Na divisão de processamento que tem como atribuições principais o cumprimento de decisões monocráticas e despachos dos relatores, o critério é pelo dígito final do processo e todos exercem as mesmas atividades, tanto em processos cíveis como criminais. Nas divisões de julgamento que exercem suas atribuições a partir da inclusão do processo em pauta, as atividades são distribuídas de forma igualitária entre os servidores da divisão, uma vez que todos tem capacidade e preparo para o trabalho.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Sim, a subsecretaria procura sempre observar os feitos com prioridades legais, especialmente nas sessões de julgamento, nos pedidos de preferência, processos com réu preso e sustentações orais.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle é realizado periodicamente com a utilização principalmente dos relatórios gerenciais tanto de processos físicos como eletrônicos.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Antes do ataque cibernético que deixou indisponível todos os sistemas na JF3 e TRF3, as partes e advogados eram atendidos presencialmente no balcão da subsecretaria ou ainda pelo Balcão Virtual na plataforma Microsoft Teams. Desde o dia 30 de março e até 29 de abril, o atendimento é realizado apenas pelo balcão virtual da subsecretaria. Há escala de atendimento entre os servidores da unidade com dia e horários previamente divulgados em grupo interno da unidade.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle fica a cargo da divisão de Processamento com a utilização dos relatórios gerenciais disponibilizado no SIAPRO. Havendo excesso de prazo sem devolução dos autos a cobrança é realizada via e-mail e telefone com as respectivas procuradorias.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

A petição protocolada é juntada no mesmo dia em que entregue na subsecretaria, mas caso os autos não estejam na unidade, a subsecretaria solicita o processo via e-mail ao gabinete e assim que recebe os autos providencia a juntada da petição. Caso o feito esteja em órgão externo a petição é armazenada em pasta própria localizada na divisão responsável, que providenciará sua juntada no mesmo dia em que o processo for devolvido.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

As divisões de julgamento possuem planilhas de controle com todos os processos pendentes de declaração de voto, acórdãos, pedidos de vista, adiados e retirados de pauta, as quais são atualizadas periodicamente e enviadas aos gabinetes sempre após o término das sessões.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Em casos de necessidade de ampliação do quórum na forma do artigo 942, do CPC, os feitos são julgados na mesma sessão com a colheita de votos de todos os integrantes e, se necessária, a convocação prévia de magistrado para composição. Em quase todas as sessões de julgamento da área cível (2ª e 3ª Seções) há julgamentos com ampliação do quórum.

21. A unidade possui plano de gestão?

Não há um plano de gestão no setor.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade está com o quadro completo de servidores e possui recursos materiais suficientes.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho à distância é um desafio, mas tem sido realizada de forma adequada com reuniões periódicas com os diretores de divisão e também com servidores.
c) resultados	Os resultados alcançados foram positivos.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Execução das atividades da subsecretaria com a maior celeridade possível, visando melhor produtividade e eficiência na prestação jurisdicional. Atendimento célere e eficaz das determinações dos magistrados. Atenção ao bem estar físico e mental dos servidores.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Acompanhamento constante do trabalho e motivação das equipes; contatos diários com os gestores das divisões para identificação rápida de eventuais gargalos, problemas técnicos ou dúvidas na execução das tarefas. Reuniões periódicas com pequenos grupos de acordo com as divisões de tarefas. Comunicação eficiente com todos da equipe e troca de informações para solução de eventuais dificuldades.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Em geral as medidas adotadas durante a pandemia foram efetivadas uma vez que mostraram resultados bastante positivos. Vale destacar o regime de teletrabalho a que todos foram submetidos e se adequaram em pouco tempo, bem como o sistema de videoconferência que foi bem aprimorado nesse período e se tornou uma ferramenta indispensável na rotina do judiciário, facilitando muito a realização das sessões de julgamento, as sustentações orais, as audiências, reuniões internas e externas, etc.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5021346-96.2020.4.03.0000	31/7/2020	11955-Cautelar Inominada Criminal
Trata-se de processo que consta como pendente de publicação de acórdão na Subsecretaria, porém este feito não é localizado, nem visível em nenhum dos perfis desta unidade no sistema PJe. Provavelmente o feito tramita com sigilo/segredo em outro órgão julgador do tribunal. Será aberto chamado		
5023405-57.2020.4.03.0000	21/8/2020	119 - Mandado de Segurança Coletivo

Trata-se de Conflito de Competência localizado no gabinete do relator, Desembargador Federal Peixoto Júnior, na tarefa "Recebidos da Unidade Processante". Autos conclusos em 17/12/2020.		
5005289-66.2021.4.03.0000	15/3/2021	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Trata-se de Conflito de Competência suscitado na Ação Civil de Improbidade Administrativa n. 5018169-60.2020.4.03.6100. Após parecer do MPF os autos foram conclusos ao relator em 23/4/2021, encontrando-se atualmente na tarefa "Analisar Tipo de decisão a proferir" do gabinete.		
5017694-37.2021.4.03.0000	3/8/2021	65 - Ação Civil Pública
Trata-se de Conflito de Competência incluído em Pauta de Julgamento da 2ª Seção do dia 5/4/2022. Em decorrência do ataque cibernético no TRF3 e diante da Portaria CATRF3 de 1º/4/2022, a sessão prevista para o dia 5/4/22 foi cancelada e os autos adiados para a sessão de 3/5/2022.		
5027469-76.2021.4.03.0000	4/11/2021	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Trata-se de Conflito de Competência localizado no gabinete da relatora, Desembargadora Federal Inês Virgínia, na tarefa "Recebidos da Unidade Processante". Autos conclusos em 28/2/2022.		
0098178-86.2005.4.03.0000	24/1/2013	120-Mandado de Segurança Cível
Como última movimentação a fase "Baixa em diligência", provavelmente de forma equivocada uma vez que aparentemente deveria ser lançada a fase "Baixa Definitiva". Para melhor análise e registro da fase adequada, é necessário aguardar o restabelecimento do sistema GEDPRO, por ora indisponível no TRF.		
0019691-53.2015.4.03.0000	26/8/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao arquivo em 20/5/2016, no qual não havia o lançamento da fase de arquivamento no sistema. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o registro da fase "ARQUIVADO".		
0013275-69.2015.4.03.0000	7/7/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao arquivo em 20/5/2016, no qual não havia o lançamento da fase de arquivamento no sistema. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o registro da fase "ARQUIVADO".		
0023037-12.2015.4.03.0000	13/10/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao arquivo em 20/5/2016, no qual não havia o lançamento da fase de arquivamento no sistema. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o registro da fase "ARQUIVADO".		
0001052-50.2016.4.03.0000	6/2/2017	279-Inquérito Policial
Trata-se de Inquérito Policial em tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, nos termos da Resolução n. 63/2009 do Conselho da Justiça Federal.		
0015660-87.2015.4.03.0000	3/2/2017	279-Inquérito Policial

Trata-se de Inquérito Policial em que foi proferida decisão declarando a incompetência do Tribunal e posteriormente remetidos os autos físicos ao setor de passagem de autos em 10/4/2017. Localização física no NURT. Informações obtidas exclusivamente no SIAPRO, vez que o GEDPRO não está disponível		
0010274-47.2013.4.03.0000	12/5/2016	279-Inquérito Policial
Trata-se de Inquérito Policial cujos autos físicos foram remetidos à Justiça Federal Criminal de São Paulo, em 23/8/2016. Apesar de localizado na primeira instância há registro de redistribuição em datas posteriores à remessa dos autos. Registrada a fase de Autos Findos no sistema SIAPRO.		
0002658-04.2016.4.03.6115	26/9/2017	279-Inquérito Policial
Trata-se de Inquérito Policial remetido ao Ministério Público para tramitação direta, na forma da Res. 63/2009. (Obs: Por se tratar de feito físico não localizado no tribunal, a análise da situação dos autos depende do restabelecimento do GEDPRO, que neste momento encontra-se indisponível no TRF3)		
0028726-08.2013.4.03.0000	25/6/2015	279-Inquérito Policial
Trata-se de Inquérito Policial cujos autos físicos foram remetidos ao Ministério Público Federal em 23/5/2017, para tramitação direta nos termos da Resolução 63/2009, e de lá enviados à DPF de Presidente Prudente em 26/5/17, conforme informação lançada no SIAPRO em 30/05/17.		
0012947-08.2016.4.03.0000	12/7/2016	1727-Petição Criminal
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao arquivo em 20/5/2016, no qual não havia o lançamento da fase de arquivamento no sistema. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o registro da fase "ARQUIVADO".		
0014163-38.2015.4.03.0000	5/8/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao arquivo em 20/5/2016, no qual não havia o lançamento da fase de arquivamento no sistema. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o registro da fase "ARQUIVADO".		
0012824-44.2015.4.03.0000	24/6/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência remetido ao setor de arquivo em 20/5/16, mas ainda sem o registro da fase de arquivamento. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) E regularizou os autos no sistema com o registro da fase "ARQUIVADO"		
0021967-57.2015.4.03.0000	29/9/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao setor de arquivo em 23/4/2018, no qual faltou o registro da fase de arquivamento no sistema. Em 17/3/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o lançamento da fase "ARQUIVADO".		
0000274-12.2018.4.03.0000	18/5/2018	1231-Exceção de Suspeição
Processo físico enviado ao arquivo em 7/8/2018. Em 14 de fevereiro de 2022 a DAGE (Divisão de Arquivo e Gestão Documental) regularizou o arquivamento com o registro da fase ARQUIVADO.		
0028730-21.2008.4.03.0000	30/7/2008	231-Impugnação ao Valor da Causa

Regularizada a situação do registro do arquivamento dos autos. Lançada a fase "Arquivado" pela DAGE		
0004928-38.2001.4.03.0000	24/6/2016	183-Cautelar Inominada
Trata-se de Cautelar apensada aos autos principais n. 0004929-23.2001.4.03.0000, cujos autos físicos foram remetidos ao arquivo em 7/7/2016, porém, sem o registro correspondente na cautelar. Em 3/3/2022 a DAGE regularizou os andamentos com o registro da fase ARQUIVADO no SIAPRO.		
0020945-66.2012.4.03.0000	12/7/2012	183-Cautelar Inominada
Cautelar apensada aos autos principais, os quais foram digitalizados e tramitam pelo PJe. Não houve o devido registro do trânsito da cautelar no sistema, o que possibilitou redistribuições posteriores. Para regularização foi lançada fase "Certidão de Autos Findos" em 29/3/2022.		
0095960-51.2006.4.03.0000	2/10/2006	231-Impugnação ao Valor da Causa
Necessária a regularização do arquivamento dos autos. Solicitada à DAGE o registro da fase "Arquivado"		
0093290-06.2007.4.03.0000	9/9/2014	231-Impugnação ao Valor da Causa
Trata-se de Impugnação ao Valor da Causa apensada aos autos principais, processo n. 0084681-34.2007.4.03.0000, cujos autos físicos foram digitalizados e tramitam pelo sistema PJe. Registrada fase Certidão de Autos Findos - Processo digitalizado para o PJe		
0005731-50.2003.4.03.0000	18/2/2003	231-Impugnação ao Valor da Causa
Trata-se de Impugnação ao Valor da Causa apensada aos autos principais (AR 0003720-87.1999.4.03.0000), ambos arquivados porém sem o devido registro de fase no apenso. Em 22/3/22 foi providenciada a regularização pela DAGE com o registro da fase "ARQUIVADO".		
5004124-81.2021.4.03.0000	1º/3/2021	156-Cumprimento de sentença
Cumprimento de Sentença n. 5004124-81.2021.4.03.0000, promovido pelos advogados da parte autora na Ação Rescisória n. 0018820-67.2008.4.03.0000, para fins de execução dos honorários de sucumbência. Expedido ofício requisitório n. 20210127098 (Precatório). Aguarda efetivo pagamento do PRC.		
5016833-51.2021.4.03.0000	5/8/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Certificado o trânsito em julgado e arquivados os autos em 11/3/2022.		
5015839-23.2021.4.03.0000	5/8/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Opostos Embargos de Declaração pela Caixa Econômica Federal e após o decurso de prazo das demais partes os autos foram remetidos conclusos com embargos de declaração, em 11/3/22.		
5018072-90.2021.4.03.0000	6/8/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Certificado o trânsito em julgado e arquivados os autos em 4/2/2022.		
5032515-17.2019.4.03.0000	14/12/2019	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico encaminhado à Policial Federal, conforme requerido pelo Ministério Público Federal e em cumprimento ao despacho ID 128226567.		

5018540-54.2021.4.03.0000	12/8/2021	12394-Revisão Criminal
Revisão Criminal com prazo em curso para manifestação dos advogados do requerente, conforme despacho ID 255670436, proferido em 12/4/2022. Não havendo manifestação a parte será intimada pessoalmente para constituir novo defensor ou requerer sua defesa pela DPU. Após, será dada vista ao MPF.		
5018529-25.2021.4.03.0000	12/8/2021	12394-Revisão Criminal
Revisão Criminal com prazo em curso para a Defensoria Pública da União para dedução das razões recursais. E, após, será dada vista ao Ministério Público Federal para manifestação, nos termos do art. 625, § 5º, do CPP, e art. 60, VIII, do RI. Conforme despacho ID 255214365.		
5018525-85.2021.4.03.0000	12/8/2021	12394-Revisão Criminal
Revisão Criminal com prazo em curso para a Defensoria Pública da União para apresentação das respectivas razões do pedido em favor do requerente. E, após, será dada vista à Procuradoria Regional da República para oferecimento de Parecer, conforme despacho ID 173470165.		
5021751-98.2021.4.03.0000	20/9/2021	309-Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Trata-se de Pedido de Busca e Apreensão Criminal. Deferidas as medidas e cumpridas as diligências o relator determinou a permanência dos autos em secretaria no aguardo de eventual provocação.		
0015222-23.1999.4.03.0000	30/4/1999	208-Embargos Infringentes
Trata-se de processo apensado aos autos n. 0054627-27.2003.4.03.0000, ambos baixados ao Juízo de Origem em 29/8/2012, porém, sem o devido registro da baixa nos autos ora inspecionados, 0015222-23.1999.4.03.0000. Para regularização foi solicitado ao setor TDEA o registro da fase no sistema.		
0004043-82.2010.4.03.6119	5/11/2013	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Processo físico já definitivamente baixado ao Juízo de Origem, porém sem os registros de trânsito e baixa no sistema SIAPRO, apenas com a localização dos autos na primeira instância. Obs.: Para regularização é necessária a análise das decisões no sistema GEDPRO, atualmente indisponível no Tribunal.		
0001120-42.2017.4.03.6118	24/4/2019	279-Inquérito Policial
Trata-se de Inquérito Policial remetido ao Ministério Público para tramitação direta, na forma da Res. 63/2009. (Obs: Por se tratar de feito físico não localizado no tribunal, a análise da situação dos autos depende do restabelecimento do GEDPRO, que neste momento encontra-se indisponível no TRF3)		
5001100-50.2018.4.03.0000	11/2/2020	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência com pendência de registro do arquivamento no sistema PJe, os autos estavam arquivados provisoriamente. Regularizada a movimentação processual com o registro do Arquivamento Definitivo.		
0028524-60.2015.4.03.0000	11/12/2015	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência encaminhado ao arquivo em 20/5/2016, no qual não havia o lançamento da fase de arquivamento no sistema. Em 11/2/2022 a Divisão de Arquivo e Gestão Documental (DAGE) regularizou a movimentação processual com o registro da fase "ARQUIVADO".		

0001491-20.2018.4.03.6005	12/5/2020	279-Inquérito Policial
Trata-se de Inquérito Policial iniciado em meio físico e posteriormente virtualizado para o PJe, encontrando-se os autos eletrônicos em tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, nos termos da Res n. 63/2009 do CJF. Regularizados os andamentos no SIAPRO.		
5018765-11.2020.4.03.0000	10/7/2020	1733-Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) encaminhado à Polícia Federal de 2º grau, em cumprimento ao despacho ID 140932382, que deferiu o pedido do MPF para remessa do feito à Polícia Federal com atribuição no Município de Itaí/SP, para instauração do Inquérito Policial.		
5027136-61.2020.4.03.0000	30/9/2020	1733-Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) em tramitação direta na Polícia Federal, conforme decisão ID 146164860.		
5005545-43.2020.4.03.0000	9/3/2020	1733-Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) atualmente no arquivo provisório desta subsecretaria (PJe), em cumprimento à decisão do relator, que homologou a proposta do MPF e determinou a suspensão do processo, bem como a baixa dos autos para acompanhamento das medidas.		
5030537-05.2019.4.03.0000	25/11/2019	1733-Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal em tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, em cumprimento ao despacho ID 147644210.		
5007069-80.2017.4.03.0000	17/12/2020	156-Cumprimento de sentença
Trata-se de Cumprimento de Sentença em tarefa não localizada nos perfis da Subsecretaria, assim como do gabinete do relator. Incluído em "Nó de Desvio - Fluxo básico 2º grau". Aberto chamado callcenter n. 10471204		
5028069-34.2020.4.03.0000	13/10/2020	1727-Petição Criminal
Trata-se de Petição Criminal vinculada ao Inquérito Policial n. 5020662-74.2020.4.03.0000, o qual tramita diretamente entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, na forma da Resolução 63/2009, e em cumprimento à r. decisão ID 138737142 e 148672562		
0005223-68.2015.4.03.6181	22/7/2019	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Trata-se de Embargos Infringentes e de Nulidade localizada no setor de distribuição (UFOR) em fase de conclusão do processo de digitalização. No PJe os autos eletrônicos encontram-se na tarefa "Aguarda inserção de peças - UFOR".		
5027131-39.2020.4.03.0000	30/9/2020	1733-Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal encaminhado para trâmite no Ministério Público Federal, conforme despacho ID 149791088.		
5002880-82.2019.4.03.6113	2/12/2019	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico

Em cumprimento ao r. despacho ID 154425078 os autos encontram-se em secretaria no aguardo de eventual provocação do MPF.		
5026728-07.2019.4.03.0000	15/10/2019	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO. Após deferimento das medidas e cumprimento das diligências o relator determinou a permanência dos autos em Subsecretaria, no aguardo de eventual provocação.		
5003386-30.2020.4.03.0000	13/2/2020	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO em tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, conforme Resolução n. 63/2009, em cumprimento ao r. despacho ID 149100917.		
5014432-21.2017.4.03.0000	14/8/2017	156-Cumprimento de sentença
Trata-se de Cumprimento de Sentença na qual foi proferido despacho determinando o arquivamento do feito pelo prazo de 5 anos para eventual provocação da autarquia exequente. Autos localizados no Arquivo Provisório do PJe		
5031036-86.2019.4.03.0000	26/4/2021	1733-Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) encaminhado à Procuradoria Regional da República para ciência da decisão e eventual remessa à Autoridade Policial responsável pelas investigações para tramitação direta, em cumprimento ao despacho ID 158446645		
5001453-35.2019.4.03.6118	14/8/2020	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de Inquérito Policial em tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, na forma da Resolução n. 63/2009 do CJF, e em cumprimento ao r. despacho ID 154282672.		
0001039-41.2017.4.03.6103	5/4/2019	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Processo em trâmite na Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência (UVIP), em fase de exame de admissibilidade do Recurso Especial interposto pela embargante. Em 22 de fevereiro de 2022 foi proferida decisão da Sra. Vice-Presidente do TRF-3 admitindo o RESP.		
0026594-61.2007.4.03.9999	20/3/2012	208-Embargos Infringentes
Processo eletrônico estava localizado em "nó" no gabinete do relator, em tarefa sem visibilidade tanto pelo gabinete como pela subsecretaria. Para regularização foi providenciada a abertura de chamado callcenter n. 10470488, em 29/3/2022.		
0000333-97.2018.4.03.0000	10/8/2018	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Trata-se de Pedido de Quebra de Sigilo (autos físicos) encaminhado à Subseção Judiciária de Barueri/SP em 28/6/2021, em cumprimento à decisão do relator que declinou da competência do TRF3 para a Justiça Federal de primeiro grau.		
5021384-11.2020.4.03.0000	31/7/2020	11955-Cautelar Inominada Criminal
Trata-se de representação apresentada pela Polícia Federal para decretação de busca e apreensão. Deferido o pedido e concluídas as diligências necessárias, o relator determinou a		

tramitação direta destes autos entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, nos termos da Res CJF 63/2009.		
0006837-51.2006.4.03.6108	28/9/2017	421-Embargos Infringentes e de Nulidade
Trata-se de Embargos Infringentes e de Nulidade digitalizado e encaminhado para a Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência pelo sistema PJe para apreciação dos recursos excepcionais interpostos. Decisão de não admissibilidade dos recursos e certificado o trânsito em julgado em 22/3/2022.		
5015302-61.2020.4.03.0000	9/6/2020	156-Cumprimento de sentença
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido pelos advogados da parte ré para execução dos honorários de sucumbência. Expedido ofício requisitório (RPV) e efetivado o pagamento dos honorários. Aguarda decurso de prazo para arquivamento dos autos.		
5005999-23.2020.4.03.0000	12/3/2020	428-Revisão Criminal
Trata-se de Revisão Criminal em que solicitada a juntada de cópia integral dos autos da Ação Penal de origem n. 0006962-50.2011.403.6138, em trâmite na 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP. Segundo informações da vara de origem os autos estavam arquivados e serão digitalizados para envio ao TRF.		
0040220-40.2008.4.03.0000	20/10/2008	208-Embargos Infringentes
Trata-se de Ação Rescisória transitada em julgado e em fase final de execução dos honorários de sucumbência. Aguarda efetivo pagamento de ofício requisitório RPV Obs.: indisponibilidade do sistema PRECWEB desde o dia 30/3/22		
5020282-17.2021.4.03.0000	1º/9/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Certificado o trânsito em julgado e arquivados os autos em 4/2/2022.		
5022160-74.2021.4.03.0000	24/9/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Certificado o trânsito em julgado e arquivados os autos em 11/3/2022.		
5016048-89.2021.4.03.0000	14/7/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Certificado o trânsito em julgado e arquivados os autos em 8/2/2022.		
5021388-14.2021.4.03.0000	23/9/2021	221-Conflito de competência
Trata-se de Conflito de Competência julgado pela 1ª Seção em 2/12/2021. Certificado o trânsito em julgado e arquivados os autos em 11/3/2022.		
0020944-72.2003.4.03.9999	6/8/2003	46-Restauração de Autos
Trata-se de Embargos Infringentes digitalizado para o PJe e em trâmite na Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP para apreciação dos recursos excepcionais interpostos. No PJe consta que os autos foram conclusos ao Desembargador Federal Vice-Presidente para exame de admissibilidade.		
0009617-57.2003.4.03.0000	30/5/2018	183-Cautelar Inominada
Trata-se de cautelar apensada aos autos principais (AR 0050523-26.2002.4.03.0000), ambos localizados no arquivo porém sem o registro de fase no apenso. Para regularização foi encaminhado e-mail à DAGE solicitando o registro da fase "ARQUIVADO" neste apenso.		
0002634-70.2007.4.03.6121	28/8/2009	208-Embargos Infringentes

Trata-se de Embargos infringentes em trâmite na Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência (UVIP) para apreciação dos recursos excepcionais interpostos pelo INSS.

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 24 físicos e 45 eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Regularizar situação em 30 dias

0026594-61.2007.4.03.9999	5002880-82.2019.4.03.6113	5004124-81.2021.4.03.0000
5005999-23.2020.4.03.0000		

b) Conclusão ao Gabinete em 30 dias

5026728-07.2019.4.03.0000

A Subsecretaria administra a realização de 5 sessões por mês, tendo havido, entre março/2021 a fevereiro/2022, 51 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve três cancelamentos de sessões no período, sendo duas sessões da 1ª Seção, canceladas por falta de quórum, e uma sessão da 2ª Seção também cancelada por falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 69 processos inspecionados, apenas 5 se encontram com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Wanderley Francisco de Souza, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor: processar e julgar, no âmbito das respectivas áreas de especialização os conflitos de competência; o incidente de assunção de competência; as revisões criminais originárias, ressalvados os de competência do Órgão Especial e das Turmas, as ações rescisórias dos julgados de primeiro grau, bem como os da própria Seção ou das respectivas Turmas; os embargos infringentes nas ações rescisórias de seus próprios julgados; as questões incidentes em processos da competência das Turmas da respectiva área de especialização, que a elas hajam sido submetidas; as suspeições levantadas contra os Desembargadores Federais do Tribunal, salvo em se tratando de processo da competência do Plenário; os incidentes de resolução de demandas repetitivas, no âmbito das respectivas áreas de especialização; as reclamações propostas para a preservação de sua competência ou para a garantia de sua autoridade. E, ainda, estabelecer precedentes da jurisprudência uniforme das Turmas.

A Subsecretaria das Seções possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. Quanto aos servidores, a equipe se mostrou comprometida com a boa prestação jurisdicional.

São 16 servidores na equipe, com um grupo trabalhando telepresencial integral e outro em teletrabalho parcialmente. O trabalho é dividido de forma igualitária, não havendo sobrecarga. As reuniões com os servidores têm sido realizadas de forma virtual, onde é discutido o planejamento das atividades e avaliação do trabalho.

A equipe se mostra adaptada ao teletrabalho, de modo que o retorno as atividades presenciais de maneira mais regular, tem apresentado resistência por parte dos servidores, já que o serviço tem sido desempenhado de forma eficiente.

O atendimento ao público externo ocorre de modo presencial e através do Balcão Virtual, que tem se mostrando uma eficiente ferramenta. Há uma escala entre os servidores para o atendimento no Balcão Virtual.

A maioria do acervo é composta por processos eletrônicos, mas ainda existem alguns processos físicos.

A petição protocolada é juntada no mesmo dia em que entregue na Subsecretaria, mas se os autos não estiverem na unidade, este é solicitado via e-mail e, sendo recebidos, é providenciada a juntada da petição. Caso o processo esteja em órgão externo a petição é armazenada em pasta própria localizada na divisão responsável, que fará a juntada assim que o processo for devolvido. Também há planilha de controle de todos os processos pendentes.

O tempo médio para as intimações das decisões/despachos é de 1 a 2 dias.

A unidade está organizada em três divisões: Divisão de Processamento (única para as quatro seções), Divisão de Coordenação e Julgamento das 1ª e 4ª Seções, Divisão de Coordenação e Julgamento das 2ª e 3ª Seções, todas sob a coordenação do Diretor da Subsecretaria. A distribuição das atividades está relacionada às fases processuais. A Divisão de Processamento compete dar cumprimento às decisões e despachos monocráticos de todas as quatro seções, até o trânsito em julgado ou eventual interposição de recursos excepcionais. As Divisões de Julgamento, de acordo com a respectiva área de especialização, recebem os processos para inclusão em pauta de julgamento e, a partir de então, estes ficam em suas atribuições até o trânsito em julgado ou eventuais recursos excepcionais, quando são remetidos a UVI.

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 24.
- b) Manter o método de trabalho que tem se mostrado satisfatório.

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 1ª SEÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção (UNI1)

2.2 Competência

Competência das Turmas integrantes da 1ª Seção, assim definida no art. 10, § 1º, do Regimento Interno do e. TRF-3: "À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos: I -às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II -à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III -à matéria trabalhista de competência residual; IV -à propriedade industrial; V -aos registros públicos; VI -aos servidores civis e militares; VII -às desapropriações e apossamentos administrativos."

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

Coordenador da Subsecretaria: Desembargador Federal Cotrim Guimarães; Presidente da Primeira Turma: Desembargador Federal Valdeci dos Santos; Presidente da Segunda Turma: Desembargador Federal Cotrim Guimarães.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Servidor: Marcelo Poço Reis - RF 3604 ; Cargo: Diretor da Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	23
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Estagiários de nível superior	3

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma	
Publicação de acórdão/decisão	1ª Turma: 33 / 2ª Turma: 408
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	1ª Turma: 6 / 2ª Turma: 1 (conforme verificação no painel do usuário do PJe em 25/3/22)
Juntada	1ª Turma: zero / 2ª Turma: zero
Análise/triagem	1ª Turma: 69 / 2ª Turma: 24 (conforme verificação no painel do usuário do PJe em 25/3/22)
Conclusão	1ª Turma: zero / 2ª Turma: zero
Extraviados/por restaurar	1ª Turma: 23 / 2ª Turma: zero
Em carga com prazo vencido	1ª Turma: zero / 2ª Turma: 1

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada	
Total	1ª Turma: 1.933 / 2ª Turma: 1.464
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	1ª Turma: 1.529 / 2ª Turma: 322
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	1ª Turma: 19 / 2ª Turma: 16

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	83
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	80
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1ª Turma: 11.205 / 2ª Turma: 10.714 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Média de dias do julgamento à publicação	1ª Turma: 3 / 2ª Turma: 3 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1ª Turma: 90 / 2ª Turma: 290 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Pendentes de publicação	1ª Turma: 9 / 2ª Turma: 390 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	1ª Turma: 50145340420214030000 (desde 6/10/21) / 2ª Turma: 50160575120214030000 (desde 20/10/21)

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	1ª Turma: 3.604 / 2ª Turma: 2.564 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Tempo médio	1ª Turma: 34 / 2ª Turma: 6 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Publicações em prazo superior a 10 dias	1ª Turma: 312 / 2ª Turma: 105 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Pendentes de publicação	1ª Turma: 24 / 2ª Turma: 18 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	1ª Turma: 50031330720184036113 (desde 28/1/22) / 2ª Turma: 50079467320194036103 (desde 27/1/22)

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	1ª Turma: 607 / 2ª Turma: 131 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Há mais de 60 dias	1ª Turma: 226 / 2ª Turma: 87 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)

Há mais de 90 dias	1ª Turma: 78 / 2ª Turma: 39 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3)
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	1ª Turma: 146 (mais antigos: 199903990074541 – 25/2/2000; 00488586319934039999 – 19/12/16; 00668243919934039999 – 19/12/16; 00668287619934039999 – 19/12/16; 00668313119934039999 – 19/12/16; 00671682019934039999 – 19/12/16; 00691778619924039999 – 19/12/16; 00802038119924039999 – 19/12/16; 50002705820164036110 – 21/5/18; 00021296420154036100 – 30/4/19) / 2ª Turma: 111 (00098432919894039999 – 19/12/16; 00099902319904036183 – 19/12/16; 000135901819914036183 – 19/12/16; 00172314819904036183 – 19/12/16; 00247414719894039999 – 19/12/16; 04016183219914036103 – 19/12/16; 50015035420174036143 – 23/1/20; 50007421320184036135 – 6/2/20; 00006343620124036117 – 19/2/20; 00026281120124036114 – 27/5/20) - Dados fornecidos pela Divisão de Estatística do TRF3. Em consulta aos extratos processuais, constatamos que diversos processos da relação se encontram com localização na Subs. Feitos da Presidência, apurando-se como efetivamente mais antigos sem movimentação: 50002705820164036110 (baixados em diligência desde 21/5/18) e 00021296420154036100 (baixados em diligência desde 30/4/19), pela 1ª Turma; e 50015035420174036143 (em tarefa de aguardando julgamento colegiado desde 23/1/20) e 50007421320184036135 (baixados em diligência em 6/2/20), pela 2ª Turma.

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

1ª Turma: - Sessão Ordinária de 6/7/21 - Des. Fed. Valdeci dos Santos (motivo: férias);
- Sessão Ordinária de 3/8/21 - Des. Fed. Helio Nogueira (motivo: férias); - Sessão

Ordinária de 30/11/21 - Des. Fed. Wilson Zauhy (motivo: férias). 2ª Turma: não houve ausência de integrantes às sessões do órgão no período indicado.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

- 1ª Turma: 26 sessões de julgamento realizadas no período indicado. - 2ª Turma: 28 sessões de julgamento realizadas no período indicado.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

- 1ª Turma: "(...) Assim, determine-se ao Presidente da Turma que: (I) Elabore escala de sessões do Colegiado ampliada, até o final do ano, em periodicidade não inferior a uma por mês; (II) Convoque os desembargadores da 2ª Turma, de acordo com a escala apresentada, de forma alternada; (III) Convoque o outro membro da turma, em caso de recusa ou não comparecimento dos membros da Turma ou dos convocados; (IV) Comunique a esta Corregedoria o calendário, as recusas e ausências." - 2ª Turma: não houve.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

- 1ª Turma: foram designadas 3 sessões extraordinárias de julgamento, além da indicação do aproveitamento de outras sessões ordinárias, para os julgamentos ampliados na forma do art. 942-CPC. - 2ª Turma: prejudicado.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unidade enfrentou expressivas mudanças nos últimos 2 anos, a saber: migração repentina da organização de trabalho presencial para o funcionamento virtual com o início da pandemia e uma substancial reestruturação administrativa que transformou as extintas UTU1 e UTU2 em um órgão processante comum aos dois órgãos fracionários da 1ª Seção, com redução significativa de quadro de pessoal. Consideramos que tais adversidades têm sido bem enfrentadas com a dedicação e capacidade de adaptação da equipe aos novos cenários, bem como o uso intensivo de ferramentas de comunicação remota, uso de arquivos compartilhados em rede, bem como a adoção de estratégia de transição que preservasse, dentro do possível, a

coesão das equipes e a organização de trabalho herdadas das unidades predecessoras como ponto de partida.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Marcelo Poço Reis (Diretor da Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção)

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

Com criação da Subsecretaria unificada, foi adotado como critério a divisão do trabalho de acordo com a Turma correspondente, de modo que, além da especialização das duas Divisões de Julgamento por órgão julgador (cada qual integrada por 5 servidores), passou a Divisão de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios (com 6 servidores) a executar as atribuições de processamento da 1ª Turma, e a Divisão de Expedição e Cumprimento (com 5 servidores) a executar as atribuições de processamento nos feitos em tramitação na 2ª Turma. As Divisões de Julgamento executam tarefas de organização de pauta, triagem de processos pautados, intimações de pauta e de acórdão, lançamentos de resultados e anotações no painel da sessão de julgamento. Por sua vez, as atividades de processamento consistem em intimações e cumprimento a despachos e decisões, confecção de certidões cartorárias, controle de prazos, triagem e tramitação processual, certificação de trânsito em julgado e encaminhamento para baixa/arquivo.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Durante a vigência do regime de teletrabalho emergencial, em decorrência da pandemia, todo o quadro de servidores passou a trabalhar de maneira remota, mantendo-se o comparecimento presencial diário do percentual de 20% dos servidores da unidade, em sistema de rodízio, em conformidade com os atos normativos de retorno gradual editados pela Presidência do e. TRF3. Com o término deste regime, a secretaria manterá simultaneamente 17 servidores em regime de teletrabalho parcial, com planos aprovados por período determinado e em sistema de revezamento com o restante da equipe que estará em regime de trabalho exclusivamente presencial por períodos de 2 meses, de modo a atender à Resolução PRES 370/2020, que impõe limite de 80% de servidores da unidade com planos de teletrabalho ativos. Vale observar que os servidores em regime de teletrabalho parcial deverão comparecer, no mínimo, uma vez por semana ao ambiente presencial.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Apenas parcial, com escalas de revezamento para trabalho presencial estabelecidas nos moldes acima descritos, de forma a permitir a sua adoção por todos os servidores que se revelaram aptos ao exercício do trabalho remoto durante o curso da pandemia e que mantiveram o interesse em se manter neste sistema de trabalho.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Tendo em vista que o fluxo de processos na secretaria é contínuo e bastante variável de acordo com o volume de processos pautados ou recebidos dos gabinetes com despacho ou decisão, o planejamento das atividades visa ao cumprimento dos cronogramas de julgamentos das Turmas e à manutenção das rotinas em dia. Desse modo, são definidas metas por meio da distribuição de tarefas em cotas iguais entre colegas da equipe, para atividades de maior volume, como geralmente ocorre nas atividades das Divisões de Julgamento, ou então através da atribuição de determinada rotina para um servidor específico por período definido, o qual deverá entregá-la, sem pendências, ao colega que o sucederá na escala de revezamento semanal de tarefas, sendo este o sistema adotado em regra para as atividades de processamento.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é realizado através do controle do número de processos nas tarefas do sistema PJe ou com as etiquetas que fazem referência à etapa de tramitação ou à atividade atribuída a cada servidor, como parâmetro para o cumprimento da rotina atribuída dentro dos prazos estabelecidos. Em caso de descumprimento da meta, prioriza-se a orientação do servidor para que sejam identificados os motivos do atraso, porém o servidor deverá arcar com o acúmulo da finalização do serviço inacabado com a execução da tarefa seguinte. Em caso de servidor que atue em teletrabalho, o descumprimento reiterado das cotas de trabalho podem implicar a revogação do plano estabelecido, situação até o momento não verificada na secretaria.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Processos físicos: assim que são recebidos no sistema, identifica-se se são processos em movimento ou apenas suportes físicos de autos digitalizados, separando-os em espaços distintos. No primeiro caso, dá-se sequência imediata na tramitação processual, com as intimações e providências necessárias. Na segunda hipótese, procede-se à conferência da digitalização e preparação de remessa do suporte físico para que sejam acautelados na Subseção de origem. Processos eletrônicos: no processamento, o servidor responsável pelo recebimento de despachos e decisões controla as tarefas de entrada e identifica as providências específicas/urgentes por meio de etiquetas, procedendo ainda às intimações via sistema ou diário e comunicações necessárias. No julgamento, os processos incluídos em relação de julgamento são triados para verificação de regularidade da representação processual e possíveis causas de impedimento ou suspeição, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma de julgamento.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

- No Processamento: processos são recebidos com despacho/decisão dos gabinetes e, após triagem, identifica-se eventuais providências específicas/urgentes, após o quê se seguem as etapas de publicação, controle de prazos em cartório, remessas aos

órgãos externos para vista dos autos, recebimento e triagem para encaminhamento à conclusão do relator, à Vice-Presidência ou para certificação de trânsito em julgado. - No Julgamento: processos são recebidos com despacho de "peço dia" na data limite de relator fixada no cronograma. Na sequência, são triados e organizados em ordem sequencial de pauta, permanecendo em secretaria até a data da sessão de julgamento. Após esta, são encartados os acórdãos e procede-se à sua publicação, e depois as etapas de controle de prazos em cartório, remessas aos órgãos externos para vista dos autos, recebimento e triagem para encaminhamento à conclusão do relator, à Vice-Presidência ou para certificação de trânsito em julgado.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Os processos físicos são alocados de maneira separada entre processamento e julgamento, procedendo-se à organização de processos com prazo em curso em prateleiras identificadas com a data da disponibilização, ao passo que os processos incluídos em pauta são organizados conforme a ordem sequencial, havendo, em ambos os casos o registro da localização cadastrada no sistema correspondente à etapa de tramitação processual respectiva. Por fim, processos sobrestados são alocados em armários separados com localização de sistema própria. Importante salientar que o número de processos físicos em movimento na secretaria é atualmente bastante reduzido e excepcional, pois se tem priorizado a digitalização dos feitos tão logo ingressam na secretaria.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Conforme já exposto, a unidade se utiliza das tarefas do sistema PJe para o controle de quantidade e tempo de permanência de processos nas diferentes etapas de tramitação em secretaria, extraindo a ordem cronológica das datas de entrada naquelas, servindo-se ainda de etiquetas para melhor identificação no sistema de observações e detalhes da movimentação (pendência de chamados técnicos ou providências, indicação de data da pauta ou servidor responsável, por exemplo). Para as tarefas de triagem e controle de prazos, os dados da aba Expedientes de cada processo são a principal referência para a movimentação interna, ao passo que processos com prioridades legais aparecem logo ao início da lista de processos na tarefa com ícone indicativo. Ademais, a direção da Subsecretaria utiliza relatórios gerenciais para identificação de processos com atraso na sua tramitação, bem como para o monitoramento de devolução de mandados e cartas de ordem ou precatórias.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Foi estabelecido um sistema de rodízio entre todos os servidores para atendimento ao público no Balcão Virtual. No tocante às rotinas internas de cada divisão, segue-se o critério de distribuição equitativa entre servidores da mesma divisão e, sempre que possível, de rodízio entre os tipos de atividade, de modo a evitar desequilíbrio do volume de trabalho entre os colegas e eventuais prejuízos à unidade pela ausência de

algum deles, bem como para possibilitar o desenvolvimento abrangente das suas capacidades, reservando-se as tarefas de maior complexidade e que exijam grau de responsabilidade mais elevado ao Diretor de Subsecretaria e Diretores de Divisão, sendo estes responsáveis pelo correio eletrônico institucional da Subsecretaria unificada e de suas Divisões de Julgamento.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Processos com prioridade etária ou com meta do CNJ são identificados por etiquetas na capa dos autos ou anotações em sistema, tanto pelos gabinetes quanto pela secretaria por determinação daqueles, recebendo tramitação prioritária quando o volume total de processos ou a natureza do procedimento não permite a prática do ato para todos de uma vez. Na prática, muitas das atividades de processamento da secretaria são executadas em lotes de acordo com a ordem cronológica do seu recebimento, tornando desnecessária a triagem prévia destes processos para que tenham tramitação célere, sempre respeitado o tratamento prioritário ao cumprimento de decisões de tutela de urgência. No tocante ao julgamento, há controle do cumprimento do prazo de 10 dias para a publicação dos acórdãos, nos termos da Meta 4/2010 do CNJ.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A direção da Subsecretaria extrai mensalmente os relatórios gerenciais de processos sem movimentação há mais de 60 dias de cada Turma, e, em conjunto com os diretores de Divisão, verificam a regularidade da tramitação e eventuais falhas de procedimento ou do fluxo do sistema, adotando as medidas necessárias à sua regularização. No caso de processos com mandados de intimação ou carta de ordem ou precatória expedidas, há controles auxiliares para aferição do prazo de cumprimento, solicitando-se informações sobre o andamento do expediente quando decorridos os prazos de 30 dias (mandados de intimação) ou 60 dias (cartas de ordem ou precatórias) sem devolução.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

O atendimento às partes e procuradores no balcão da secretaria ou Balcão Virtual é feito em escala de rodízio diário entre as divisões, designado um servidor responsável e o apoio de um estagiário, os quais devem se basear nas instruções de manual de atendimento da unidade e da comunicação em canal próprio de comunicação interna, via aplicativo, para sanar eventuais dúvidas. Os atendimentos são realizados por ordem de chegada, em regra e, em caráter preferencial, para pessoas idosas ou com necessidades especiais. Em caso de solicitação de consulta a processo sigiloso, bem como diante da solicitação de carga de qualquer processo, verifica-se a regular constituição nos autos do advogado ou estagiário, mediante a apresentação de carteira da OAB. Em caso de decisão ou acórdão ainda não publicado, exige-se o preenchimento de termo de ciência nos autos. Por sua vez, o atendimento via e-mail é realizado pela respectiva diretoria de divisão responsável pela conta institucional.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle de cargas e remessas é feito, em um primeiro momento, mediante o preenchimento do prazo correto na guia de remessa elaborada no sistema SIAPRO, fazendo o seu esgotamento sem registro de devolução disparar um e-mail automático de cobrança dos autos com carga expirada. Paralelamente, a Subsecretaria mantém uma relação de controle dos processos nos quais já consta a comunicação eletrônica de carga excedida, alimentado mediante a geração de relatórios gerenciais de processos localizados nos órgãos externos, filtrados pela data da sua remessa ou do lançamento da fase correspondente àquela comunicação. Identificadas as situações de atraso, a Subsecretaria solicita os autos por e-mail e por contato telefônico, registrando no andamento processual fase de requisição. Porém, tais procedimentos estão em desuso com a redução drástica de número de processos físicos, tornando-se a vista às procuradorias apenas parte do controle de prazos efetuado nos expedientes de intimação eletrônicos.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

É gerado relatório gerencial de petições pendentes de juntada no sistema SIAPRO, parametrizado com a sua entrega há mais de 5 dias. Assim que é gerado, o relatório é encaminhado para os Diretores de Divisão a fim de detectar os motivos dos atrasos e promover a juntada imediatamente, solicitando aos gabinetes por e-mail o envio de autos conclusos com petições pendentes de juntada, as quais ficam armazenadas em pasta própria até o recebimento daqueles em secretaria. Vale observar que tais procedimentos estão em desuso com a redução drástica de número de processos físicos em movimento na secretaria.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Em regra, o controle é realizado na rotina diária pelos próprios gabinetes, e, com menor frequência, são extraídos pela secretaria relatórios gerenciais indicativos de processos nestas situações para informá-los de processos que permaneceram por períodos mais extensos com tais pendências em aberto.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Considerando que ambas as Turmas são compostas por apenas 3 Desembargadores cada, a exigir o comparecimento de mais 2 julgadores para a ampliação de quórum para prosseguimento nos termos do art. 942-CPC, tem-se optado pela designação de sessões extraordinárias para julgamentos de quantidades maiores de feitos nesta situação em esforço concentrado, diante das dificuldades de compatibilização com períodos de férias, calendários de sessões dos órgãos julgadores, necessidade de convocação de magistrados de primeira instância etc, observando que o prosseguimento desses julgamentos demandam a participação dos magistrados que

atuaram no seu início. A Primeira Turma tem realizado este tipo de sessão, em média, em intervalos de 2 a 3 meses, ao passo que a Segunda Turma as tem organizado a cada 3 a 4 meses, em média. No entanto, ambos órgãos admitem a realização de julgamentos ampliados em sessões ordinárias quando necessária a sua realização mais célere e viabilizada a ampliação do quórum.

21. A unidade possui plano de gestão?

A Coordenação da Subsecretaria Unificada, em conjunto com a direção, elaborou Plano de Desenvolvimento Institucional da unidade, nos moldes estabelecidos pela Presidência desta e. Corte, bem como lhe apresentou Relatório de Funcionamento e Gestão da unidade no ano passado, conforme previsto na Resolução CATRF3R n. 111/2020. Ademais, a direção da Subsecretaria participou de projeto de oficina de fluxos de processos de trabalho das Subsecretarias Unificadas, realizado pela Administração do e. TRF3 entre os anos de 2020 e 2021.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Bem atendida quanto a recursos materiais e suficiente quanto a recursos humanos.
b) gestão do trabalho	Bem estruturada a partir do planejamento de tarefas diversificadas e atribuições fixadas em função de período ou quantidade, de maneira coordenada entre a Direção da Subsecretaria e das Divisões que a compõem.
c) resultados	Bom desempenho, com a tramitação geral de feitos sem atrasos e cumprimento escorreito dos Cronogramas de Julgamentos dos órgãos julgadores e da Meta 4/2010 do CNJ.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter em dia os serviços de processamento e o cronograma de julgamento dos órgãos julgadores, atendimento célere e efetivo aos jurisdicionados e tramitação de feitos exclusivamente na forma eletrônica.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Aprimoramento dos relatórios estatísticos disponíveis para auxiliar no monitoramento de falhas e atrasos na tramitação processual e planejamento das atividades; conclusão dos trabalhos de digitalização de feitos, especialmente no tocante a processos devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação; melhorias e otimização das funcionalidades e fluxos do sistema PJe; continuidade ao sistema de trabalho com rodízio de atividades e atendimento entre servidores e atuação integrada com o uso de ferramentas de comunicação virtual; valorização das Subsecretarias processantes

dentro da estrutura do Tribunal como forma de manter seu quadro de servidores qualificado e motivado, inclusive com a alocação de percentual adequado de funções comissionadas e cargos em comissão para essas unidades, e regras que permitam a realização do teletrabalho parcial por todo o quadro de servidores, assegurado quantitativo diário mínimo para atendimento das demandas em trabalho presencial.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A consolidação do teletrabalho é medida benéfica tanto aos servidores, pela economia de tempo com deslocamentos e ganho de qualidade de vida, como para a unidade, pois torna o trabalho mais objetivo e focado no atingimento de metas, devendo esta nova forma de organização do trabalho ser adotada de maneira ampla e definitiva, assegurado o mínimo necessário ao atendimento de demandas presenciais, as quais vem sofrendo constante diminuição, com o advento do processo eletrônico e dispositivos como o Balcão Virtual. Para tanto, a unidade deve prosseguir com o uso intensivo das ferramentas de comunicação virtual, registros e anotações em arquivos de pastas compartilhadas, bem como tutoriais gravados em vídeo e roteiros escritos para orientação e padronização de procedimentos; escala de rodízio entre os servidores e as Divisões integrantes da Subsecretaria para o atendimento no Balcão Virtual, com sistema de apoio imediato para eventuais dúvidas e dificuldades.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0208907-84.1997.4.03.6104	29/9/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: acórdãos lavrados na Primeira Turma em 10/5/2011 e 16/8/2011 foram publicados no diário eletrônico, respectivamente, em 25/5/2011 e 25/8/2011, conforme extrato processual.		
0011817-50.2015.4.03.6100	25/5/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão do dia 26/4/2022.		
0014174-37.2014.4.03.6100	28/10/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão publicada em 23/3/2022. Processo aguardando término do prazo legal para manifestação das partes, o qual se encerrará em 13/5/2022.		
5007946-73.2019.4.03.6103	13/9/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos distribuídos em 17/8/2021. Despacho proferido determinando consulta de prevenção em 18/8/2021. Reconhecida a prevenção em 31/8/2021. Redistribuídos por prevenção ao Exmo. Desembargador Federal Carlos Muta - 3ª Turma - em 14/9/2021.		
0019401-37.2016.4.03.6100	20/9/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos distribuídos em 3/7/2021. Declarada incompetência em 5/7/2021. Redistribuído em 7/7/2021. Declarada suspeição em 17/9/2021. Redistribuído em 20/9/2021, data na qual os autos foram conclusos ao gabinete do relator. Não foi lavrado acórdão neste processo.		

5013114-61.2021.4.03.0000	4/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão que determinou a redistribuição, em virtude de impedimento, proferida em 4/10/2021. Redistribuídos os autos e conclusos ao novo relator na mesma data. Não foi lavrado acórdão no processo.		
0000686-66.2015.4.03.6104	6/8/2015	198-Apelação Cível
Acórdão disponibilizado no DJEN em 24/3/22. Por falha do PJe, não foi registrada a fase de publicação do acórdão, nem alimentado o expediente de intimação com os dados correspondentes. Aberto chamado de T.I. 10469057 para correção, em 25/3/22, lançada fase de publicação em 26/3/22.		
5000458-80.2018.4.03.6110	17/9/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 3/2/2022 foi publicado em 8/2/2022.		
5014534-04.2021.4.03.0000	24/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão publicado em 9/3/22. Processo se encontra em secretaria com prazo em curso.		
5016057-51.2021.4.03.0000	14/7/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Por uma falha no sistema, no momento do envio ao DJEN, não foi gerada a intimação e o acórdão não foi publicado. Em 28/3/222 foi feito novo envio para a realização da publicação, sendo disponibilizado em 29/3/22.		
5007887-32.2017.4.03.0000	31/5/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 24/5/22 da 1ª Turma, para apreciação do mérito do recurso.		
5028137-52.2018.4.03.0000	6/11/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do agravo de instrumento iniciado na sessão de julgamento de 7/12/22 da 1ª Turma, suspenso em virtude de pedido de vista. Incluído na pauta de julgamento de 10/5/22.		
5030704-56.2018.4.03.0000	6/12/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo foi incluído na pauta de julgamento de 15/2/22, porém foi retirado de pauta em sessão, por indicação do relator. Aguarda inclusão em nova pauta.		
5003145-90.2019.4.03.0000	13/2/2019	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo foi incluído na pauta da sessão de 7/12/21 da 1ª Turma, na qual houve pedido de vista. Aguarda a inclusão em nova pauta para apresentação do voto-vista.		
5016851-43.2019.4.03.0000	2/7/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do mérito do agravo de instrumento iniciado na sessão de 7/12/21 da 1ª Turma, porém suspenso em virtude de pedido de vista dos autos. Aguarda inclusão em pauta de julgamento para apresentação de voto-vista.		
5032598-33.2019.4.03.0000	16/12/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 10/5/22 da 1ª Turma.		
5012310-30.2020.4.03.0000	19/5/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 10/5/22 da 1ª Turma, para apreciação do mérito do agravo de instrumento.		

5028161-12.2020.4.03.0000	14/10/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 22/2/2022 da 2ª Turma, tendo sido adiado por indicação do relator. Aguarda nova inclusão em pauta.		
5015596-50.2019.4.03.0000	18/6/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando término do prazo legal para manifestação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com relação ao acórdão proferido. O decurso de prazo ocorrerá em 6/4/2022.		
5003360-95.2021.4.03.0000	19/2/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão publicada em 2/3/2021. Após decursos de prazos, encaminhado à conclusão ao relator em 29/3/2021.		
5003928-14.2021.4.03.0000	26/2/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão publicada em 5/3/2021. Intimações pessoais das partes agravadas efetuadas com diligências negativas. Conclusos ao relator em 9/8/2021.		
5022020-11.2019.4.03.0000	28/8/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos conclusos ao relator desde 7/3/2022.		
5031213-16.2020.4.03.0000	24/2/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 21/3/2022. Processo aguardando término do prazo legal para manifestação da parte, o qual se encerrará em 11/4/2022.		
0000532-49.2004.4.03.6002	8/3/2007	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Cartas de ordem e precatória expedidas em 17/12/21 para intimação de herdeiros de parte falecida a se habilitarem nos autos e regularizarem a representação processual, conforme despacho proferido em 16/12/21, das quais resta uma pendente de cumprimento. Informações solicitadas ao Juízo deprecado.		
5004001-25.2017.4.03.0000	11/4/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de instrumento teve o mérito julgado na sessão de julgamento de 8/3/22 da 1ª Turma. Aguarda lavratura de acórdão.		
5008549-59.2018.4.03.0000	25/4/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pedido de vista efetuado em 27/2/19, e adiado em sessão posterior. Por falha do fluxo do PJe, não constava na tarefa correta do sistema para o gabinete do Desembargador que pediu vista, impedindo a sua inclusão em pauta. Chamado de TI n. 10471210 aberto para correção.		
5013031-50.2018.4.03.0000	13/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: pedido de vista efetuado na sessão de julgamento de 7/12/21. Incluído na pauta de julgamento de 10/5/22 da 1ª Turma para apresentação de voto-vista.		
5025245-73.2018.4.03.0000	8/10/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do agravo de instrumento iniciado, aguardando a inclusão em pauta para apresentação de voto-vista.		
0000853-13.2007.4.03.6121	3/2/2017	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Conclusos ao relator desde 15/3/19, autos digitalizados em 26/9/19.		
5005756-16.2019.4.03.0000	12/3/2019	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Acórdão lavrado em 14/2/22, com trânsito em julgado em 10/3/22. Autos arquivados definitivamente em 11/3/22.		
5028721-85.2019.4.03.0000	5/11/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado em 16/12/2019. Arquivado definitivamente na mesma data. Tendo em vista que o sistema PJe2 não informa a respeito de juntadas efetuadas após o arquivamento, os autos foram encaminhados à conclusão, para apreciação, em 21/3/2022.		
5012387-73.2019.4.03.0000	17/5/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos encaminhados à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência para processamento de recurso especial em 24/3/2022.		
5010165-64.2021.4.03.0000	7/5/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trânsito em julgado ocorrido em 17/3/2022. Arquivado definitivamente.		
5013139-74.2021.4.03.0000	10/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando término do prazo legal para manifestação da parte com relação ao acórdão proferido. O decurso de prazo ocorrerá em 31/3/2022.		
5012804-94.2017.4.03.0000	25/7/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Autos conclusos ao relator desde 24/1/2019.		
5007449-45.2018.4.03.6119	23/1/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: autos distribuídos no Tribunal em 23/1/19 e remetidos à conclusão para o gabinete do relator em 7/2/19.		
5000145-89.2017.4.03.6002	26/6/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Autos distribuídos no Tribunal em 26/6/2018 e conclusos ao relator desde 7/8/2018.		
5006420-18.2017.4.03.0000	15/5/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Decisão publicada em 24/9/2018. Intimação pessoal e intimações via diário eletrônico e via sistema efetuadas. Conclusos ao relator em 21/11/2018.		
0009233-92.2015.4.03.6105	30/4/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Autos distribuídos em 30/4/2019. Juntada de parecer do MPF em 14/6/2019, data na qual os autos foram conclusos ao gabinete do relator.		
5002672-07.2019.4.03.0000	8/2/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Decisão publicada em 26/6/2019. Decursos de prazos certificados pelo sistema PJe para a Caixa Econômica Federal em 23/7/2019 e para a Defensoria Pública da União em 16/8/2019. Conclusos ao relator em 19/8/2019.		
5011777-75.2018.4.03.6100	17/7/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Autos distribuídos no Tribunal em 17/7/19. Juntada de parecer do MPF em 17/9/19, data na qual os autos foram conclusos ao gabinete do relator.		
5004349-49.2017.4.03.6109	31/7/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: autos distribuídos no Tribunal em 31/7/19 e remetidos com conclusão ao gabinete do relator em 23/9/19.		

5007551-27.2018.4.03.6100	4/6/2019	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Autos distribuídos em 4/6/2019. Encaminhados à conclusão ao relator em 28/9/2019.		
5002797-61.2018.4.03.6126	28/8/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: autos distribuídos no Tribunal em 28/8/19 e remetidos à conclusão para o relator em 29/11/19, com parecer ministerial juntado aos autos.		
0000866-40.2016.4.03.6139	8/10/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Redistribuídos no TRF3 em 23/1/20, data da conclusão ao relator. Não houve tramitação na Subsecretaria.		
5018990-98.2019.4.03.6100	10/12/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Autos distribuídos no Tribunal em 10/12/19. Juntada de parecer do MPF em 19/2/20, data na qual os autos foram conclusos ao gabinete do relator.		
5002994-18.2019.4.03.6114	11/12/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Autos distribuídos em 11/12/2019. Decisão de incompetência em 20/2/2020. Redistribuídos em 3/3/2020, data na qual foram encaminhados à conclusão ao gabinete do relator.		
0000126-75.2011.4.03.6004	10/1/2013	326-Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Baixado em diligência em 29/5/2013. Julgado o mérito em 1ª instância em 19/3/2015. Lançada a fase de certidão de autos findos para encerrar movimentação no Tribunal em 23/3/22, para regularização.		
0014425-27.2011.4.03.0000	2/7/2014	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo arquivado com trânsito em julgado em 12/9/2011. Lançamento posterior de fase de expedição de certidão de objeto e pé no sistema. Arquivado definitivamente.		
0010417-31.2016.4.03.0000	26/2/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Decisão de não conhecimento do recurso especial com trânsito em julgado, certificado pelo STJ, em 7/2/2020. Situação: Arquivado definitivamente. Lançada fase de certidão de autos findos - processo digitalizado ao PJe para encerrar movimentação no Tribunal em 29/3/2022.		
5009544-04.2020.4.03.0000	24/4/2020	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Trata-se de Restauração de Autos. Conclusos ao relator desde 26/3/2021.		
0000414-85.2014.4.03.0000	13/1/2014	230-Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial ou Simples
Observação/Providência: Processo não havia tido seus metadados inseridos no PJe, de modo que permaneceu ativo no SIAPRO, enquanto o seu conteúdo foi digitalizado como anexo do processo apenso 0009403-94.2006.403.6100. Regularização efetuada em 24/3/22 para cadastro no PJe e conclusão ao relator em autos eletrônicos.		
5008384-75.2019.4.03.0000	5/4/2019	244-Reclamação
Observação/Providência: Agravo interno julgado pela 1ª Turma na sessão de julgamento de 17/8/21, com acórdão transitado em julgado em 22/10/21. Arquivado definitivamente em 11/3/22.		

0004342-78.2013.4.03.6111	4/10/2021	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Incidente de restauração de autos cível distribuído em 4/10/21 ao relator, que exarou despacho para intimação das partes para manifestação e juntada de peças em 5/10/21. Decorridos os prazos em 18/10/21, autos foram à conclusão em 19/10/21, aguardando inclusão em pauta.		
0004776-32.2005.4.03.6181	24/4/2012	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos com baixa definitiva em 18/2/2010, após trânsito em julgado. Fases posteriores de juntada de petições lançadas pela Subsecretaria das Seções para correção de dados lançados no SIAPRO.		
5015452-13.2018.4.03.0000	4/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pedido de vista efetuado em 7/5/19, e adiado em sessão posterior. Por falha do fluxo do PJe, não constava na tarefa correta do sistema para o gabinete do Desembargador que pediu vista, impedindo a sua inclusão em pauta. Chamado de TI n. 10471210 aberto para correção.		
5001720-02.2017.4.03.6110	7/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de vista efetuado em 27/5/2020, e adiado em sessão posterior. Por falha do fluxo do PJe, não constava na tarefa correta do sistema para o gabinete do Desembargador que pediu vista, impedindo a sua inclusão em pauta. Chamado de TI n. 10471205 aberto para correção.		
0001371-67.2015.4.03.6106	11/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de vista efetuado em 17/3/20, incluído em pauta de 18/8/20, porém após adiamento nesta sessão o processo ficou indisponível ao gabinete do Desembargador que havia pedido vista, por falha do fluxo do PJe. Resolvido por chamado de T.I. 10468566, em 25/3/22.		
0001624-18.2015.4.03.6183	5/9/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de julgamento de 5/4/22 da 1ª Turma para apresentação de voto-vista.		
0007976-04.2002.4.03.6100	12/8/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: pedido de vista formulado na sessão de 9/6/20, no entanto o processo não foi movimentado para o gabinete do Des. Fed. Wilson Zauhy por falha no fluxo do sistema. Aberto chamado de TI 10471210 para correção da falha e futura inclusão em pauta para apresentação de voto-vista		
0000574-24.2017.4.03.6138	27/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, com a apresentação de voto-vista, em 21/3/2021. Por falha do fluxo do sistema PJe, o processo não foi movimentado para a tarefa de confirmar o inteiro teor do acórdão, impedindo a sua lavratura. Chamado de T.I. n. 10468565 aberto em 23/3/22.		
0009552-46.2013.4.03.6100	11/9/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pedido de vista efetuado na sessão de 28/4/2020. Aguardando inclusão em próxima pauta.		
0011537-84.2012.4.03.6100	30/4/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: aguarda assinatura de acórdão pelo Juiz Fed. Convocado Erik Gramstrup, cuja convocação na Corte cessou poucos dias após a realização da sessão. Por		

falha do fluxo, o processo se encontrava em tarefa de outro gabinete no sistema PJe. Aberto Chamado de TI n. 10471239.		
0001312-30.2007.4.03.6116	3/7/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Declaração de voto juntada aos autos em 19/6/19, quando ainda tramitava em autos físicos. Processo sobrestado em conformidade com determinação proferida pela Primeira Turma na sessão de julgamento de 4/6/19 e despacho proferido em 5/8/20.		
0000383-23.2014.4.03.6125	9/9/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Declaração de voto juntada aos autos em 21/5/19, quando ainda tramitava em autos físicos. Processo sobrestado em conformidade com determinação proferida pela Primeira Turma na sessão de julgamento de 7/5/19 e despacho proferido em 5/8/20.		
5000589-73.2019.4.03.6125	25/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão foi lavrado em 15/3/2022, constando do seu teor o voto-vista do Des. Fed. Wilson Zauhy.		
0009745-56.2016.4.03.6100	6/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 18/3/2022. Processo aguardando término do prazo legal para manifestação da parte, o qual se encerrará em 25/4/2022.		
5030109-86.2020.4.03.0000	4/11/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 15/3/22, contendo o voto-vista, tendo ocorrido a sua publicação em 15/3/22.		
0004506-47.2002.4.03.6105	27/5/2003	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Audiência de conciliação realizada com êxito em 12/5/2008, tendo os autos sido encaminhados à Vara de origem sem baixa no sistema do TRF3. Autos recebidos na JF/SP em 14/5/08, e arquivados em 21/11/2009. Regularização por lançamento de fase de certidão de autos findos para inativação no SIAPRO.		
5023903-61.2017.4.03.0000	8/12/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 25/5/2018. Autos sobrestados desde 28/6/2021, em cumprimento à r. decisão ID: 1500427. (Aguarda julgamento final do Recurso Especial n. 1.645.333/SP).		
0005189-09.2010.4.03.6104	7/12/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos conclusos ao relator desde 20/8/2018, e digitalizados em 26/9/2019.		
5016548-63.2018.4.03.0000	17/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo se encontrava sobrestado, conforme decisão proferida pelo relator em 8/8/18. Conclusão em 22/3/22 para apreciação de embargos de declaração opostos após o sobrestamento dos autos.		
0001235-72.2012.4.03.6107	26/5/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Adiado na sessão de 2/7/2020, aguardando nova inclusão em pauta.		
0002855-20.1987.4.03.6100	27/7/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos conclusos ao relator desde 29/1/19, quando ainda tramitavam fisicamente, renovado o movimento de conclusão em 9/3/22 em autos eletrônicos. Em 25/3/22,		

foi proferido despacho que indeferiu o pedido de correção da digitalização. Autos em secretaria com prazo em curso.		
0031992-66.2014.4.03.0000	17/12/2014	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Conclusos ao relator desde 27/2/2019, com autos digitalizados em 27/12/2019.		
0000294-60.2015.4.03.6126	25/10/2016	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Conclusos ao relator desde 16/8/2019, com autos digitalizados em 17/9/2019.		
0003797-22.2005.4.03.6100	16/11/2009	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Conclusos ao relator desde 9/8/19, autos digitalizados em 14/10/19. Despacho proferido pelo relator em 25/3/22 relativamente a erros da digitalização. Autos se encontram em secretaria com prazo em curso.		
0006017-12.2013.4.03.6100	28/4/2016	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos ao relator desde 19/9/2019, com autos digitalizados em 26/10/2019.		
0000975-72.2015.4.03.6112	25/10/2016	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pedido de vista dos autos registrado na sessão de julgamento de 12/11/19, quando tramitava o feito em autos físicos. Após a digitalização, processo ficou em tarefa indisponível ao gabinete do Desembargador que pediu vista, por falha do fluxo.		
0028962-81.1999.4.03.6100	18/9/2007	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Autos conclusos no gabinete do relator desde 24/9/19 e digitalizados em 18/10/19.		
0001093-31.2008.4.03.6003	28/6/2010	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Baixado em diligência em 5/8/2010. Sentença de extinção da punibilidade proferida pelo Juízo de origem em 13/5/2020. Autos digitalizados arquivados na 1ª instância. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização no sistema do TRF3.		
0007175-70.2007.4.03.6114	28/12/2009	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Baixado em diligência em 29/9/11. Inserido no PJe1 em 10/2/2020. Em andamento na origem para acompanhamento do parcelamento. Lançamento da fase de autos findos - processo digitalizado ao PJe, em 29/3/22 para regularização no Tribunal.		
0005535-41.2007.4.03.6111	3/6/2009	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Baixado em diligência em 29/11/11 para que na origem o MPF possa fiscalizar o cumprimento do parcelamento tributário. Inserido no PJe1 em 24/8/2020. Sobrestado na origem. Lançamento da fase de autos findos - processo digitalizado ao PJe, em 29/3/22 para regularização.		
0002933-20.2006.4.03.6109	28/5/2009	417-Apeleção Criminal
Observação/Providência: Autos físicos baixados em diligência, recebidos na Vara de origem em 16/5/2012. Ação penal suspensa em virtude de parcelamento tributário, desde 30/1/2014, em 1ª instância.		
0001263-63.2005.4.03.6114	12/4/2013	417-Apeleção Criminal

Observação/Providência: Autos baixados em diligência em 8/8/13. Processo suspenso em 1ª instância, tendo sido remetido ao arquivo em 9/8/19, em cumprimento à determinação do Juízo de origem.		
0001418-75.2010.4.03.6119	2/7/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos físicos baixados definitivamente em 6/7/2011, após trânsito em julgado. Fase posterior lançada no sistema SIAPRO relativa à expedição de ofício para encaminhamento à Vara de origem de petição endereçada por equívoco ao Tribunal. Situação atual: baixa definitiva.		
0025058-43.2005.4.03.6100	2/7/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos físicos com baixa definitiva à origem em 2/8/2012, após trânsito em julgado. Lançamento posterior de fase de expedição de ofício à Vara de origem para encaminhamento de petição endereçada por equívoco ao Tribunal. Situação baixado definitivamente.		
0001037-42.2002.4.03.6121	2/7/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos físicos com baixa definitiva à origem em 3/3/2011, após trânsito em julgado. Lançamento posterior de fase de expedição de ofício à Vara de origem para encaminhamento de petição endereçada por equívoco ao Tribunal. Situação baixado definitivamente.		
0048858-63.1993.4.03.9999	21/5/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos à Vice-Presidência em 3/11/1993. Consta como localização atual no sistema SIAPRO a Subsecretaria de Feitos da Presidência, para contabilização estatística.		
0066828-76.1993.4.03.9999	8/7/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos à Vice-Presidência em 5/11/1993. Consta como localização atual no sistema SIAPRO a Subsecretaria de Feitos da Presidência, para contabilização estatística.		
0066824-39.1993.4.03.9999	8/7/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos à Vice-Presidência em 25/10/1993. Consta como localização atual no sistema SIAPRO a Subsecretaria de Feitos da Presidência, para contabilização estatística.		
0401618-32.1991.4.03.6103	11/2/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 2/3/1994. Atualmente localizados na referida Subsecretaria para contabilização estatística.		
0009843-29.1989.4.03.9999	29/9/1992	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 6/4/1994. Atualmente localizados na referida Subsecretaria para contabilização estatística.		
0017231-48.1990.4.03.6183	21/2/1992	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 14/6/1993. Atualmente localizados na referida Subsecretaria para contabilização estatística.		
0013590-18.1991.4.03.6183	15/1/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 14/6/1993. Atualmente localizados na referida Subsecretaria para contabilização estatística.		

0009990-23.1990.4.03.6183	14/5/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 18/2/1994. Atualmente localizados na referida Subsecretaria para contabilização estatística.		
0024741-47.1989.4.03.9999	15/1/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 14/6/1993. Atualmente localizados na referida Subsecretaria para contabilização estatística.		
1104825-67.1997.4.03.6109	2/7/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados em diligência em 18/6/2015. Fase de redistribuição por sucessão lançada automaticamente pelo sistema SIAPRO em 31/1/2017.		
0000836-73.2016.4.03.6181	28/11/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Lançada fase de remessa ao invés de Baixa Definitiva para o encaminhamento dos autos 1ª instância, mantendo-o ativo no Tribunal por equívoco. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização em 23/3/22.		
0014631-50.2006.4.03.6100	17/7/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência UVIP, em 21/8/2009. Trânsito em julgado ocorrido em 3/10/2013, com remessa para baixa definitiva em 4/10/2013. Em 21/5/2019 lançada fase de Autos Findos pela Vice-Presidência para regularização de fases no sistema.		
5002931-27.2018.4.03.6114	2/10/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo incluído na pauta de 29/1/2019, na qual foi adiado. Por falha do fluxo do PJe, o processo permaneceu em tarefa do sistema que não permite movimentação tanto pelo gabinete do relator como pela secretaria. Chamado de T.I. n. 10471208 aberto para correção.		
0008002-16.2004.4.03.6105	1º/8/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos localizados na Seção de Apoio à Conciliação. Audiência realizada com conciliação em 12/5/2008.		
0031556-89.1991.4.03.9999	30/3/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados à origem com trânsito em julgado em 5/3/1992. Requisição dos autos efetuada pelo Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores em 30/3/1999, o qual efetuou o recebimento em 30/3/1999.		
5001737-81.2017.4.03.6128	16/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo sobrestado desde 1º/4/19, conforme decisão proferida pelo relator em 15/2/19. Substabelecimento com reservas de poderes juntado em 21/1/2020, sem necessidade de encaminhamento para apreciação durante o sobrestamento.		
0053265-49.1992.4.03.9999	11/9/1992	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Lançada fase de remessa ao invés de Baixa Definitiva para o encaminhamento dos autos à 1ª Instância, mantendo-os ativos no Tribunal por equívoco. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização em 25/3/2022.		
0118239-51.1999.4.03.9999	17/12/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Lançada fase de remessa ao invés de Baixa Definitiva para o encaminhamento dos autos à 1ª Instância, mantendo-os ativos no Tribunal por equívoco. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização em 25/3/2022.		

0086402-75.1999.4.03.9999	20/9/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Lançada fase de remessa ao invés de Baixa Definitiva para o encaminhamento dos autos à 1ª Instância, mantendo-os ativos no Tribunal por equívoco. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização em 25/3/2022.		
0040598-50.2000.4.03.9999	26/6/2000	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Lançada fase de remessa ao invés de Baixa Definitiva para o encaminhamento dos autos à 1ª Instância, mantendo-os ativos no Tribunal por equívoco. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização em 25/3/2022.		
0031783-11.1993.4.03.9999	30/3/1993	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Lançada fase de remessa ao invés de Baixa Definitiva para o encaminhamento dos autos à 1ª Instância, mantendo-os ativos no Tribunal por equívoco. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização em 28/3/2022.		
0014462-68.2003.4.03.6100	2/4/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado e inserido no PJe em 9/9/19. Sobreveio despacho do relator determinando a correção de falha da digitalização em 21/6/20 quando as atividades presenciais retornassem. Suporte físico foi devolvido pela Subseção de origem para correção em 16/3/22.		
5000899-93.2020.4.03.6109	7/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos se encontravam sobrestados conforme decisão do relator desde 21/3/2021. Conclusão ao relator em 12/4/22 para apreciação de agravo interno.		
5000390-19.2016.4.03.6105	1º/9/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos encaminhados à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência em 27/5/2020. Encontram-se sobrestados, conforme determinação contida na decisão proferida em 25/8/2020.		
5026584-66.2019.4.03.6100	30/7/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 29/4/21, conforme despacho proferido em 26/4/21 pelo relator. Reativação e novo registro do sobrestamento do feito efetuado em 13/4/22, para regularização da movimentação processual (fases de decurso de prazo lançadas pelo sistema em 6/5/21)		
0011260-73.2009.4.03.6100	23/3/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remessa à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência - UVIP, em 16/2/2011. Atualmente encontram-se sobrestados na referida Subsecretaria, responsável pela sua tramitação.		
5001752-84.2020.4.03.6115	27/5/2021	156-Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Despacho proferido em 26/5/2021, determinando a correção do fluxo tendo em vista tratar-se de matéria da 1ª Seção e não da 2ª Turma. Recebido pelo distribuidor em 27/5/2021. Aguarda resolução de chamado aberto.		
5033726-54.2020.4.03.0000	17/12/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Juntada de carta de ordem cumprida, com diligência negativa, em 29/3/2022. Autos encaminhados à conclusão na mesma data.		
0024744-14.2016.4.03.6100	5/6/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Em 31/8/2021 foi certificado o trânsito em julgado do acórdão, que ocorreu em 2/8/2021. Devido a uma falha do sistema, a remessa dos autos, por julgamento definitivo do recurso, somente pôde ser efetuada em 2/2/2022.		
5020418-52.2018.4.03.6100	25/6/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguarda julgamento colegiado. Chamado n. 10469889 aberto para regularizar o andamento dos autos na árvore processual. Andamento retificado. Os autos foram encaminhados ao gabinete para julgamento.		
5002121-91.2020.4.03.6143	7/7/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento da 2ª Turma, a qual se realizará em 19/4/2022.		
5008674-74.2020.4.03.6105	8/10/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Conclusão ao relator em 19/2/22. Incluído na pauta de julgamento de 26/4/22 da 1ª Turma.		
5021031-04.2020.4.03.6100	8/10/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Despacho proferido com determinação de encaminhamento para consulta de prevenção em 21/2/2022. Autos encaminhados, na mesma data, ao gabinete para consulta.		
0009293-26.2005.4.03.6102	21/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos foram à conclusão do relator em 18/3/2022, após juntada de ofício atualizado a respeito da inclusão em parcelamento especial, encaminhado pela PSFN em Ribeirão Preto.		
5000249-52.2021.4.03.6128	28/7/2021	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 4/10/2021. Trânsito em julgado ocorrido em 9/2/2022, após o decurso de prazo dado pelo sistema PJe ao Ministério Público Federal, em 8/2/2022. Remessa à origem, por julgamento definitivo do recurso, em 11/2/2022.		
0005020-90.1999.4.03.6109	3/7/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos digitalizados em 27/9/2019, porém haviam sido movimentados para a tarefa [Digitalizados] Recebidos da UTU , no perfil do gabinete do relator, o que não gerou movimento de conclusão. Regularização por meio de devolução à secretaria e lançamento de conclusão por esta em 24/3/22.		
0010398-43.2002.4.03.6102	7/4/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram encaminhados à conclusão, para análise do relator, em 24/3/2022. Por falha do fluxo do sistema PJe, o processo ficou retido na secretaria aguardando o prazo, o qual não foi lançado pelo sistema. Retificação efetuada.		
0028459-50.2005.4.03.6100	17/11/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à Vice-Presidência em 17/7/2012. Remessa efetuada pela UVIP ao Gabinete da Conciliação em 22/2/2021, o qual encaminhou os autos ao setor de digitalização para a inserção no PJe em 4/2/2022.		
0008660-21.2005.4.03.6100	26/3/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: foi proferida decisão pela Desembargadora Federal Vice-Presidente determinando a sequência do processamento da restauração de autos, em 5/10/21, no entanto o processo continua em tramitação na Vice-Presidência, não tendo retornado à Turma.		

0006462-89.2002.4.03.6108	24/5/2005	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos físicos recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação em 18/11/2021 e remetidos para digitalização em 18/11/2021. Conclusão em autos eletrônicos em 9/3/2022, após finalização de procedimento de digitalização.		
0013752-08.2004.4.03.6102	5/3/2009	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos sobrestados aguardando o julgamento definitivo da AC n. 0019733-19.2007.4.03.6100 PJe, a qual foi encaminhada à Vice-Presidência para admissibilidade recursal.		
0010635-83.2002.4.03.6100	6/6/2005	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos físicos recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação em 6/12/2021 e remetidos para digitalização em 6/12/2021. Conclusão em autos eletrônicos em 8/2/2022, após finalização de procedimento de digitalização.		
0002719-90.2001.4.03.6113	26/2/2003	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos físicos recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação em 20/1/22 e remetidos para digitalização em 21/1/22. Conclusão em autos eletrônicos em 7/3/22, após finalização de procedimento de digitalização.		
0002538-67.2002.4.03.6109	14/2/2005	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos físicos recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação em 20/1/22 e remetidos para digitalização em 21/1/22. Conclusão em autos eletrônicos em 17/3/22, após finalização de procedimento de digitalização.		
0035632-09.1997.4.03.6100	14/4/2004	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos físicos recebidos da Vice-Presidência para juízo de retratação em 29/9/2021 e remetidos para digitalização em 29/9/2021. Conclusão em autos eletrônicos em 8/3/2022, após finalização de procedimento de digitalização.		

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 133 processos selecionados para inspeção, 129 foram inspecionados, porque os demais não pertenciam ao acervo da unidade inspecionada. Destes, 32 físicos e 97 eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Providenciar a intimação da União-Fazenda Nacional, em 30 dias:

5000589-73.2019.4.03.6125

b) Regularizar fase/localizador no sistema SIAPRO, em sendo o caso, em 30 dias:

0004776-32.2005.4.03.6181 1104825-67.1997.4.03.6109

c) Regularizar a falha do fluxo no PJe informada pela unidade, possibilitando a inclusão em pauta do voto-vista, em 30 dias:

0000975-72.2015.4.03.6112

A Subsecretaria administra a realização de 5 sessões por mês, tendo havido, entre março/2021 a fevereiro/2022, 26 sessões da 1ª Turma e 28 sessões da 2ª Turma. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, o processo de unificação ocorrido durante a pandemia e o número de servidores em atividade (23 servidores e 3 estagiários), verifica-se que o desempenho é bom. o volume de pendências na subsecretaria é baixo, pois, dos 129 processos inspecionados, somente foi verificada pendência em 4 deles. Entretanto, apesar da unificação, verifica-se disparidade significativa dos dados estatísticas no que tange, por exemplo, à pendência de publicação de acórdão/decisão (1ª Turma: 33, 2ª Turma: 408) e aos processos não suspensos ou sobrestados sem movimentação há mais de 30 e de 60 dias (1ª Turma: 607, 2ª Turma: 131; 1ª Turma: 226, 2ª Turma: 87, respectivamente).

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria **foi recebida pelo Diretor Marcelo Poço Reis** (Diretor da Subsecretaria Unificada de Turmas da 1ª Seção), que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela unidade, ratificando os dados informados no presente relatório, inclusive aquilo que a unidade havia respondido no questionário de auto-avaliação (itens 6 a 22 deste relatório).

A Subsecretaria **é Coordenada pelo Desembargador Federal Cotrim Guimarães**, que também é o Presidente da 2ª Turma. A 1ª Turma, que também é atendida por essa subsecretaria, é presidida pelo Desembargador Federal Valdeci dos Santos.

A direção da subsecretaria é exercida por Marcelo Poço Reis, nela estando lotados 23 servidores efetivos e 3 estagiários.

Aqui se trata de subsecretaria que **reúne as secretarias que atendiam as duas turmas da 1ª Seção do TRF3** (unificadas nessa subsecretaria em 2020), que julgam feitos relativos: às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Funrural e ao FGTS; à matéria de direito privado, incluindo domínio e posse, locação de imóveis, família e sucessões, direitos reais sobre a coisa alheia, constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares; às desapropriações e apossamentos administrativos; e aos feitos criminais remanescentes.

A unificação das secretarias das 1ª e 2ª Turmas aconteceu em outubro de 2020, acompanhando **reestruturação levada a efeito pelo TRF3** em todas as demais subsecretarias de turmas, visando à racionalização dos serviços e melhor alocação dos recursos humanos disponíveis.

Apesar da **unificação ter acontecido durante o período de pandemia**, reunindo duas equipes de trabalho distintas numa única unidade (subsecretarias das 1ª e 2ª Turmas), isso foi bem assimilado pela unidade porque a secretaria da 2ª Turma já vinha adotando regime de teletrabalho desde antes da pandemia, ainda que num número menor daquele que foi imposto pelas restrições sanitárias da Covid-19. Como a diretoria

da subsecretaria ficou aos cuidados de quem já era o Diretor da 2ª Turma, unidade que já tinha regime de teletrabalho, a adaptação foi facilitada.

Optou-se num primeiro momento pela manutenção das distintas equipes de trabalho que atendiam às 1ª e 2ª Turmas, cada uma delas continuando a atender e a lidar com os processos das respectivas turmas e gabinetes que já atendiam anteriormente. Como isso, facilitou-se muito a adaptação à nova sistemática e ao próprio trabalho remoto, prosseguindo num atendimento direcionado às peculiaridades de cada uma das Turmas. Como houve redução de aproximadamente 30% da força de trabalho na nova unidade, a manutenção das rotinas e fluxos de trabalho diferenciados foi providência que ajudou a reduzir o impacto da mudança na subsecretaria então unificada.

Como explicado no questionário (item 7 deste relatório), com a criação da Subsecretaria unificada, foi adotado como **critério a divisão do trabalho de acordo com a Turma correspondente**, de modo que, além da especialização das duas Divisões de Julgamento por órgão julgador (cada qual integrada por 5 servidores), passou a Divisão de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios (com 6 servidores) a executar as atribuições de processamento da 1ª Turma, e a Divisão de Expedição e Cumprimento (com 5 servidores) a executar as atribuições de processamento nos feitos em tramitação na 2ª Turma. As Divisões de Julgamento executam tarefas de organização de pauta, triagem de processos pautados, intimações de pauta e de acórdão, lançamentos de resultados e anotações no painel da sessão de julgamento. Por sua vez, as atividades de processamento consistem em intimações e cumprimento a despachos e decisões, confecção de certidões cartorárias, controle de prazos, triagem e tramitação processual, certificação de trânsito em julgado e encaminhamento para baixa/arquivo.

A unidade explicou (item 9 deste relatório) que **a triagem dos processos físicos** é feita desta forma: assim que são recebidos no sistema, identifica-se se são processos em movimento ou apenas suportes físicos de autos digitalizados, separando-os em espaços distintos. No primeiro caso, dá-se sequência imediata na tramitação processual, com as intimações e providências necessárias. Na segunda hipótese, procede-se à conferência da digitalização e preparação de remessa do suporte físico para que sejam acautelados na Subseção de origem.

No tocante à **triagem dos processos eletrônicos**, no processamento, o servidor responsável pelo recebimento de despachos e decisões controla as tarefas de entrada e identifica as providências específicas/urgentes por meio de etiquetas, procedendo ainda às intimações via sistema ou diário e comunicações necessárias. No julgamento, os processos incluídos em relação de julgamento são triados para verificação de regularidade da representação processual e possíveis causas de impedimento ou suspeição, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma de julgamento.

Especificamente quanto ao **fluxo dos processos** (item 10 deste relatório), a unidade explicou que a tramitação considera dois momentos distintos: o processamento

e o julgamento. Nas etapas de processamento, os processos são recebidos com despacho/decisão dos gabinetes e, após triagem, identifica-se eventuais providências específicas/urgentes, após o quê se seguem as etapas de publicação, controle de prazos em cartório, remessas aos órgãos externos para vista dos autos, recebimento e triagem para encaminhamento à conclusão do relator, à Vice-Presidência ou para certificação de trânsito em julgado.

Já nas etapas de julgamento, os processos são recebidos com despacho de "peço dia" na data limite de relator fixada no cronograma. Na sequência, são triados e organizados em ordem sequencial de pauta, permanecendo em secretaria até a data da sessão de julgamento. Após esta, são encartados os acórdãos e procede-se à sua publicação, e depois as etapas de controle de prazos em cartório, remessas aos órgãos externos para vista dos autos, recebimento e triagem para encaminhamento à conclusão do relator, à Vice-Presidência ou para certificação de trânsito em julgado.

Na entrevista, acrescentou quanto à **tramitação dos processos físicos** que é quase insignificante o número de processos físicos que atualmente estão em tramitação na unidade. Assim que um desses processos físicos retorna à unidade, se procura antes de tudo encaminhá-lo ao setor de digitalização, para que ele seja tornado eletrônico. Geralmente a unidade lança os metadados do processo para a digitalização e, depois de digitalizado, faz a respectiva conferência. Então os autos físicos são arquivados no local apropriado (devolvido à vara ou encaminhado ao setor próprio), passando a tramitar na unidade como processo eletrônico.

O acervo dos processos em tramitação na unidade é gerenciado a partir do PJe, já que os processos praticamente estão todos no formato eletrônico, tendo o TRF3 realizado uma grande força-tarefa para digitalização do seu acervo antes da pandemia. Aliás, foi isso que permitiu que durante a pandemia o serviço não sofresse solução de continuidade e a equipe pudesse trabalhar remotamente, mantendo os índices de produtividade e de tramitação normal dos feitos.

Conforme já exposto (item 12 deste relatório), a unidade se utiliza das tarefas do sistema PJe para o **controle de quantidade e tempo de permanência dos processos nas diferentes etapas** de tramitação em secretaria, extraíndo a ordem cronológica das datas de entrada naquelas, servindo-se ainda de etiquetas para melhor identificação no sistema de observações e detalhes da movimentação (pendência de chamados técnicos ou providências, indicação de data da pauta ou servidor responsável, por exemplo). Para as tarefas de triagem e controle de prazos, os dados da aba Expedientes de cada processo são a principal referência para a movimentação interna, ao passo que processos com prioridades legais aparecem logo ao início da lista de processos na tarefa com ícone indicativo. Ademais, a direção da Subsecretaria utiliza relatórios gerenciais para identificação de processos com atraso na sua tramitação, bem como para o monitoramento de devolução de mandados e cartas de ordem ou precatórias.

Ainda, quanto aos **critérios internos que a unidade utiliza para distribuição de atividades entre os servidores** (item 13 deste relatório), verificou-se que foi estabelecido um sistema de rodízio entre todos os servidores para atendimento ao público no Balcão Virtual. No tocante às rotinas internas de cada divisão, segue-se o critério de distribuição equitativa entre servidores da mesma divisão e, sempre que possível, de rodízio entre os tipos de atividade, de modo a evitar desequilíbrio do volume de trabalho entre os colegas e eventuais prejuízos à unidade pela ausência de algum deles, bem como para possibilitar o desenvolvimento abrangente das suas capacidades, reservando-se as tarefas de maior complexidade e que exijam grau de responsabilidade mais elevado ao Diretor de Subsecretaria e Diretores de Divisão, sendo estes responsáveis pelo correio eletrônico institucional da Subsecretaria unificada e de suas Divisões de Julgamento.

Especificamente quanto a **processos com prioridade legal ou envolvendo metas do CNJ** (item 14), verificou-se que processos com prioridade etária ou com meta do CNJ são identificados por etiquetas na capa dos autos ou anotações em sistema, tanto pelos gabinetes quanto pela secretaria por determinação daqueles, recebendo tramitação prioritária quando o volume total de processos ou a natureza do procedimento não permite a prática do ato para todos de uma vez. Na prática, muitas das atividades de processamento da secretaria são executadas em lotes de acordo com a ordem cronológica do seu recebimento, tornando desnecessária a triagem prévia destes processos para que tenham tramitação célere, sempre respeitado o tratamento prioritário ao cumprimento de decisões de tutela de urgência. No tocante ao julgamento, há controle do cumprimento do prazo de 10 dias para a publicação dos acórdãos, nos termos da Meta 4/2010 do CNJ.

Para o **controle periódico de processos sem movimentação** (item 15 deste relatório), a direção da unidade extrai mensalmente os relatórios gerenciais de processos sem movimentação há mais de 60 dias de cada Turma, e, em conjunto com os diretores de Divisão, verificam a regularidade da tramitação e eventuais falhas de procedimento ou do fluxo do sistema, adotando as medidas necessárias à sua regularização. No caso de processos com mandados de intimação ou carta de ordem ou precatória expedidas, há controles auxiliares para aferição do prazo de cumprimento, solicitando-se informações sobre o andamento do expediente quando decorridos os prazos de 30 dias (mandados de intimação) ou 60 dias (cartas de ordem ou precatórias) sem devolução.

Na entrevista também foram prestados esclarecimentos sobre o **funcionamento da unidade durante o período da pandemia**, quando houve trabalho remoto e o atendimento presencial teve de ser substituído por outras formas de atendimento. Como dito, ainda que a unificação das subsecretarias das turmas tenha ocorrido durante a pandemia (outubro de 2020), a unidade conseguiu superar as dificuldades e se adaptar às novas condições de trabalho e às restrições da pandemia, inclusive se beneficiando com o fato de que na subsecretaria da 2ª Turma a equipe já utilizava o teletrabalho, ainda

que em grau menor do que aquele que teve de ser adotado durante a pandemia. Foi destacado o empenho e o comprometimento dos servidores e da equipe em se adaptarem ao trabalho remoto, inclusive alguns deles adquirindo equipamentos particulares para que o serviço fosse prestado em seus domicílios, sem prejuízo à unidade. Reconhecem que a experiência foi positiva e que se conseguiram bons resultados, mantendo o atendimento às turmas e a realização das sessões, mesmo com as restrições sanitárias impostas pela pandemia.

Entende que o regime de trabalho remoto durante a pandemia tornou o serviço mais objetivo, sendo que a gestão por metas atribuídas aos servidores teve bons resultados. A equipe se utilizou muito das ferramentas de comunicação à distância (*Whatsapp* para divulgação em listas e contatos individuais; *Teams* para reuniões da equipe), e ainda se valeu de ferramentas de trabalho corporativo (arquivos compartilhados no *Google Drive*), que inclusive permitiram que durante o ataque cibernético recentemente havido a equipe pudesse continuar trabalhando sem perder seus arquivos e materiais.

Ainda sobre o **trabalho remoto durante a pandemia**, a unidade esclareceu que durante a vigência do regime de teletrabalho emergencial, em decorrência da pandemia, todo o quadro de servidores passou a trabalhar de maneira remota, mantendo-se o comparecimento presencial diário do percentual de 20% dos servidores da unidade, em sistema de rodízio, em conformidade com os atos normativos de retorno gradual editados pela Presidência do e. TRF3. Com o término deste regime, a secretaria manterá simultaneamente 17 servidores em regime de teletrabalho parcial, com planos aprovados por período determinado e em sistema de revezamento com o restante da equipe que estará em regime de trabalho exclusivamente presencial por períodos de 2 meses, de modo a atender à Resolução PRES 370/2020, que impõe limite de 80% de servidores da unidade com planos de teletrabalho ativos. Vale observar que os servidores em regime de teletrabalho parcial deverão comparecer, no mínimo, uma vez por semana ao ambiente presencial.

O teletrabalho é apenas parcial, com escalas de revezamento para trabalho presencial estabelecidas nos moldes acima descritos, de forma a permitir a sua adoção por todos os servidores que se revelaram aptos ao exercício do trabalho remoto durante o curso da pandemia e que mantiveram o interesse em se manter neste sistema de trabalho.

Para **fixação de cotas entre os servidores da unidade**, leva-se em conta que o fluxo de processos na secretaria é contínuo e bastante variável de acordo com o volume de processos pautados ou recebidos dos gabinetes com despacho ou decisão. Por isso, o planejamento das atividades visa ao cumprimento dos cronogramas de julgamentos das Turmas e à manutenção das rotinas em dia. Desse modo, são definidas metas por meio da distribuição de tarefas em cotas iguais entre colegas da equipe, para atividades de maior volume, como geralmente ocorre nas atividades das Divisões de Julgamento,

ou então através da atribuição de determinada rotina para um servidor específico por período definido, o qual deverá entregá-la, sem pendências, ao colega que o sucederá na escala de revezamento semanal de tarefas, sendo este o sistema adotado em regra para as atividades de processamento.

O **acompanhamento do desempenho dos servidores** é realizado através do controle do número de processos nas tarefas do sistema PJe ou com as etiquetas que fazem referência à etapa de tramitação ou à atividade atribuída a cada servidor, como parâmetro para o cumprimento da rotina atribuída dentro dos prazos estabelecidos. Em caso de descumprimento da meta, prioriza-se a orientação do servidor para que sejam identificados os motivos do atraso, porém o servidor deverá arcar com o acúmulo da finalização do serviço inacabado com a execução da tarefa seguinte. Em caso de servidor que atue em teletrabalho, o descumprimento reiterado das cotas de trabalho podem implicar a revogação do plano estabelecido, situação até o momento não verificada na secretaria.

O **atendimento às partes e procuradores no balcão da secretaria ou Balcão Virtual** é feito em escala de rodizio diário entre as divisões, designado um servidor responsável e o apoio de um estagiário, os quais devem se basear nas instruções de manual de atendimento da unidade e da comunicação em canal próprio de comunicação interna, via aplicativo, para sanear eventuais dúvidas. Os atendimentos são realizados por ordem de chegada, em regra e, em caráter preferencial, para pessoas idosas ou com necessidades especiais. Em caso de solicitação de consulta a processo sigiloso, bem como diante da solicitação de carga de qualquer processo, verifica-se a regular constituição nos autos do advogado ou estagiário, mediante a apresentação de carteira da OAB. Em caso de decisão ou acórdão ainda não publicado, exige-se o preenchimento de termo de ciência nos autos. Por sua vez, o atendimento via e-mail é realizado pela respectiva diretoria de divisão responsável pela conta institucional. Durante a pandemia, esse atendimento ao público externo não foi prejudicado, uma vez que se utilizaram ferramentas tecnológicas de comunicação para que o público fosse atendido. Foi mencionado na entrevista que reduziu muito o número de atendimento presencial a advogados e a partes (balcão da secretaria), o que já vinha sendo observado em razão da digitalização dos autos físicos e acabou se acelerando com o trabalho remoto na pandemia.

Parece existir um **relacionamento adequado e amistoso com os gabinetes das Turmas**, nada tendo sido registrado de diferente. Destaca-se que a manutenção da estrutura das duas antigas subsecretarias das Turmas (1ª e 2ª Turmas), cada uma delas integrada à Subsecretaria Unificada e cada uma delas continuando a atender, em processamento e julgamento, a respectiva Turma, parece ser fator que contribui para que as particularidades de cada Turma sejam atendidas e estas possam receber o apoio cartorário que necessitam.

As **sessões das Turmas** são realizadas quinzenalmente, onde todos os gabinetes pautam. As sessões são realizadas de forma eletrônica (virtual) ou por videoconferência (telepresencial). Cada turma adota uma sistemática própria quanto às sustentações orais, sendo que a 1ª Turma alterna sessões eletrônicas e por videoconferência, sendo nestas realizadas as sustentações (inclusive as que são solicitadas nas sessões eletrônicas, quando então o processo é adiado para a próxima sessão por videoconferência). Já na 2ª Turma, as sessões ordinárias são as eletrônicas, sendo marcadas sessões extraordinárias por videoconferência para aqueles processos em que há pedido de sustentação oral.

Nos últimos 12 meses (item 4.8 do relatório), a 1ª Turma realizou 26 sessões de julgamento, enquanto a 2ª Turma realizou 28 sessões. Não foram registradas ausências injustificadas dos membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (item 4.7 do relatório), não tendo havido qualquer ausência na 2ª Turma, enquanto na 1ª Turma as poucas ausências ocorridas foram todas justificadas, a saber: - Sessão Ordinária de 6/7/21 - Des. Fed. Valdeci dos Santos (motivo: férias); - Sessão Ordinária de 3/8/21 - Des. Fed. Helio Nogueira (motivo: férias); - Sessão Ordinária de 30/11/21 - Des. Fed. Wilson Zauhy (motivo: férias).

Quanto às **sessões do artigo 942 do CPC** (item 20), foi esclarecido que, considerando que ambas as Turmas são compostas por apenas 3 Desembargadores cada, a exigir o comparecimento de mais 2 julgadores para a ampliação de quórum para prosseguimento nos termos do art. 942-CPC, tem-se optado pela designação de sessões extraordinárias para julgamentos de quantidades maiores de feitos nesta situação em esforço concentrado, diante das dificuldades de compatibilização com períodos de férias, calendários de sessões dos órgãos julgadores, necessidade de convocação de magistrados de primeira instância etc, observando que o prosseguimento desses julgamentos demandam a participação dos magistrados que atuaram no seu início. A 1ª Turma tem realizado este tipo de sessão, em média, em intervalos de 2 a 3 meses, ao passo que a 2ª Turma as tem organizado a cada 3 a 4 meses, em média. No entanto, ambos órgãos admitem a realização de julgamentos ampliados em sessões ordinárias quando necessária sua realização mais célere e viabilizada a ampliação do quórum.

Em regra, o **controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes** (item 19 do relatório) é realizado na rotina diária pelos próprios gabinetes, e, com menor frequência, são extraídos pela secretaria relatórios gerenciais indicativos de processos nestas situações para informá-los de processos que permaneceram por períodos mais extensos com tais pendências em aberto.

Ainda, sobre **plano de gestão da unidade** (item 21 do relatório), a Coordenação da Subsecretaria Unificada, em conjunto com a direção, elaborou Plano de Desenvolvimento Institucional da unidade, nos moldes estabelecidos pela Presidência desta e. Corte, bem como lhe apresentou Relatório de Funcionamento e Gestão da unidade no ano passado, conforme previsto na Resolução CATRF3R n. 111/2020.

Ademais, a direção da Subsecretaria participou de projeto de oficina de fluxos de processos de trabalho das Subsecretarias Unificadas, realizado pela Administração do e. TRF3 entre os anos de 2020 e 2021. Esse plano de gestão traz como objetivos: *“Manter em dia os serviços de processamento e o cronograma de julgamento dos órgãos julgadores, atendimento célere e efetivo aos jurisdicionados e tramitação de feitos exclusivamente na forma eletrônica”*.

A unidade parece bem encaminhada no sentido de buscar a implementação desses objetivos e do respectivo plano de gestão, apontando **ações para alcançar esses resultados**, a saber: **(a)** aprimoramento dos relatórios estatísticos disponíveis para auxiliar no monitoramento de falhas e atrasos na tramitação processual e planejamento das atividades; **(b)** conclusão dos trabalhos de digitalização de feitos, especialmente no tocante a processos devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação; **(c)** melhorias e otimização das funcionalidades e fluxos do sistema PJe; **(d)** continuidade ao sistema de trabalho com rodízio de atividades e atendimento entre servidores e atuação integrada com o uso de ferramentas de comunicação virtual; **(e)** valorização das Subsecretarias processantes dentro da estrutura do Tribunal como forma de manter seu quadro de servidores qualificado e motivado, inclusive com a alocação de percentual adequado de funções comissionadas e cargos em comissão para essas unidades, e **(e)** regras que permitam a realização do teletrabalho parcial por todo o quadro de servidores, assegurado quantitativo diário mínimo para atendimento das demandas em trabalho presencial.

Como **boas práticas da unidade**, foram mencionados: **(a)** a adoção do regime de trabalho remoto durante a pandemia e sua posterior consolidação em regime de teletrabalho híbrido e parcial na unidade, permitindo que a equipe continuasse atingindo os objetivos da unidade mediante a gestão por metas e assim motivando o comprometimento de todos com os resultados; e **(b)** o uso de arquivos compartilhados e demais ferramentas tecnológicas utilizadas durante a pandemia, que permitiram a comunicação instantânea, as reuniões remotas, o compartilhamento de arquivos, a elaboração de tutoriais e outras facilidades utilizadas durante a pandemia, que contribuíram para agilizar e facilitar o trabalho da equipe e o compartilhamento de informações.

Também foi destacado que **(c)** a **consolidação do teletrabalho é medida benéfica** tanto aos servidores, pela economia de tempo com deslocamentos e ganho de qualidade de vida, como para a unidade, pois torna o trabalho mais objetivo e focado no atingimento de metas, devendo esta nova forma de organização do trabalho ser adotada de maneira ampla e definitiva, assegurado o mínimo necessário ao atendimento de demandas presenciais, as quais vem sofrendo constante diminuição, com o advento do processo eletrônico e dispositivos como o Balcão Virtual. Para tanto, a unidade deve prosseguir com o uso intensivo das ferramentas de comunicação virtual, registros e anotações em arquivos de pastas compartilhadas, bem como tutoriais gravados em

vídeo e roteiros escritos para orientação e padronização de procedimentos; escala de rodízio entre os servidores e as Divisões integrantes da Subsecretaria para o atendimento no Balcão Virtual, com sistema de apoio imediato para eventuais dúvidas e dificuldades.

Por fim, quanto **às dificuldades enfrentadas pela unidade**, foi mencionado que a unidade enfrentou expressivas mudanças nos últimos dois anos, a saber: **(a)** migração repentina da organização de trabalho presencial para o funcionamento virtual com o início da pandemia e **(b)** uma substancial reestruturação administrativa que transformou as extintas UTU1 e UTU2 em um órgão processante comum aos dois órgãos fracionários da 1ª Seção, com redução significativa de quadro de pessoal.

Consideramos que tais adversidades têm sido bem enfrentadas com a dedicação e capacidade de adaptação da equipe aos novos cenários, bem como o uso intensivo de ferramentas de comunicação remota, uso de arquivos compartilhados em rede, bem como a adoção de estratégia de transição que preservasse, dentro do possível, a coesão das equipes e a organização de trabalho herdadas das unidades predecessoras como ponto de partida.

Ainda foi mencionado que **(c)** ainda existem algumas pendências quanto a funcionalidades que poderiam estar disponíveis no PJe, facilitando que fossem extraídos relatórios sobre movimentações processuais e a unidade tivesse um melhor acesso às suas estatísticas e controle do seu acervo em tramitação. Por exemplo, foi ressaltada a existência de pendência quanto à criação de fase de julgamento no PJe que permitisse que processos com pedido de vista e para conclusão de julgamento pelo artigo 942 do CPC fossem melhor identificados, constando do próprio PJe essa movimentação específica. Parece conveniente que essa demanda seja impulsionada, recomendando-se que seja agilizada a implantação dessa funcionalidade que muito contribuirá para o trabalho da unidade e o acesso do público externo às informações e movimentações dessa fase processual.

Sobre as pendências da última inspeção, a unidade já havia informado ao Conselho da Justiça Federal o cumprimento das pendências da última inspeção, o que havia sido despachado e arquivado (docs 0232598 e 0243874 do expediente SEI 0004121-92.2020.4.90.8000; docs 0232609 e 0243865 do expediente SEI 0004123-54.2020.4.90.8000). Isso foi ratificado pela unidade no questionário (item 5 deste relatório), nada mais havendo a determinar.

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 24;

b) Recomendar a movimentação e a regularização dos processos mais antigos sem movimentação há mais de 120 dias (não suspensos ou sobrestados) indicados no item 4.6 (1ª turma: 146 processos; 2ª Turma: 111 processos), em 30 dias;

c) Recomendar que se busque junto às instâncias competentes agilização para implantação de funcionalidade no PJe que permita identificar os processos pautados para julgamento com pedidos de vista ou em conclusão do julgamento do artigo 942 do CPC;

d) Manter as boas práticas adotadas e prosseguir nos esforços para consolidar a unificação das antigas Subsecretarias das duas turmas.

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 2ª SEÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria Unificada de Turmas da Segunda Seção - UNI2

2.2 Competência

Processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

3ª Turma Desembargador Federal Nery Júnior 4ª Turma. Desembargadora Federal Marli Ferreira 6ª Turma. Desembargador Federal Johansom di Salvo.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

3ª Turma - Desembargador Federal Antônio Cedenho - março 2020 a março de 2022;
4ª Turma - Desembargador Federal Marcelo Saraiva - maio de 2019 a maio de 2021.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Eneida Gagete - RF 1635 - Diretora de Subsecretaria Unificada desde janeiro/2021.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	34
Estagiários de nível superior	6
Outros	3 prestando serviços, sem lotação formal
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma	
Publicação de acórdão/decisão	3ª Turma: 40; 4ª Turma: 68; 6ª Turma - 201
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Análise/triagem	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Juntada	0
Conclusão	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Em carga com prazo vencido	1 - 0005787-96.2015.4.03.6100 - remessa PRF em 11/11/2019 (já cobrado, mas ainda não devolvido. Obs - no relatório gerencial de processos com carga a entidades, extraído em 25/6/2021, não constou esse processo)
Extraviados/por restaurar	3ª T - 10 baixados; 4 em processamento; 4ª T - 9 baixados, 3 em processamento; 6ª T - 8 baixados, 2 em processamento (dados retirados do painel do PJe, pois não fornecidos pelo setor de estatística)
Outros	

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada	
Total	3ª Turma – 3.674; 4ª Turma – 6.086; 6ª Turma – 5.409 - total: 15.169. Obs - DADOS FORNECIDOS PELO SETOR DE ESTATÍSTICA DO TRF3. Na contagem manual, pelos painéis, o total de sobrestados é de 15.767

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/Resp repetitivo, IRDR ou IAC	3ª T – 2.352; 4ª T – 4.099; 6ª T – 2.334
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	3ª T - 68; 4ª T - 187; 6ª T - 68

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção	123
Total de feitos não regularizados	1 - processo 0048628-50.1995.4.03.9999 - remetido ao setor de baixa de autos em fevereiro de 2020 - não localizado e não baixado
Total de feitos verificados na inspeção anterior	3 T - 36, 4ª T - 39, 6ª T - 40
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	3ª Turma – 10.451 4ª Turma 12.410, 6ª turma : 7.982
Média de dias do julgamento à publicação	3ª Turma: 05, 4ª T 06 e 6ª Turma: 04
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	3ª Turma: 1.251, 4ª Turma: 1.967, 6ª Turma: 720
Pendentes de publicação	3ª Turma: 04, 4ª Turma, 37 e 6ª Turma 175
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	3ª T - 5003686-29.20194.03.6110 - acórdão de 13/10/201-erro de sistema no envio ao DJEN - REENVIADO E PUB. ACÓRDÃO em 29/3/22; 4ª T -5010991-61.2019.4.03.0000 - acórdão de 9/8/2021 - por erro de fluxo estava na tarefa prazo em curso - enviado á public. em 18/4/2022; 6ª T - 0012675-57.2010.4.03.6100-acórdão de 9/9/2021 - foi digitalizado e, após conferência, enviado à public. em 18/4/2022.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	3ª Turma -4.389, 4ª Turma – 8.786, 6ª Turma – 4.357 - total da Subsecretaria: 17.532
Tempo médio	3ª - 52, 4ª- 26, 6ª - 67 - média da subsecretaria unificada: 48,33

Publicações em prazo superior a 10 dias	3º - 628, 4ª – 1.360, 6ª 1.356. média da Subsecretaria: 1144,66
Pendentes de publicação	3ª -36, 4ª - 31, 6ª -26
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	3ª Turma: 5001181-28.2020.4.03.0000 - despacho de 25/8/21 - não necessita de public. - expedidas cartas de ordem e cls. com informação; 4ª T - 000868-32.2009.4.03.6114 - decisão de 31/1/21 enviada ao DJEN na mesma data - erro na tarefa e processo foi enviado para prazo em curso, mesmo sem a publicação. reenviado ao DJEN em 18/4/22; 6ª T - 50024005720174036119 - decisão de 24/2/22- publicada para mera ciência; novo despacho em 18/3/22 já publicado.

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	3ª Turma - 757, 4ª Turma - 351, 6ª Turma - 335 Total da Unificada – 1.463
Há mais de 60 dias	3ª Turma - 141; 4ª Turma - 349, 6ª Turma - 261 - Total Unificada -751
Há mais de 90 dias	3ª Turma - 59; 4ª Turma - 57, 6ª Turma - 82 - Total Unificada -198
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	3ª T - 50015368520174036000 - ÚLTIMA MOV EM 11/6/2018 - BAIXADO EM DILIG.; 50034174820184036102 - 22/2/2019 - BAIXADO EM DILIG.; 50055497820184036102 - 6/5/2018 - BAIXADO EM DILIG.; 50008454420184036127 - 9/9/2019 - BAIXADO EM DILIG; 50003935620164036110 - 17/9/2019 - BAIXADO - tr. em julgado em 9/2019 - nó atual baixado ao juízo de origem, mas não há fase de baixa. Em trâmite na origem; 00041995520194039999 - BAIXADO EM DILIG. em 01/2020. N. na origem 0016356-20.1996.8.26.0161; 00000356220134036182 - 3/8/2020 - BAIXADO EM DILIG.; 00004937820164036116 - 3/8/2020 - BAIXADO EM DILIG; 00149108920134036100 - processo havia sido arquivado no sistema, mas baixou sem fase, em 20/8/2020 foi devolvido pelo juízo de origem, mas continuou na tarefa arquivado. Feita nova remessa dos autos à primeira

	<p>instância, com baixa definitiva, em 12/4/22; 00008823220134036128 - 21/8/2020 - BAIXADO EM DILIG; 00008823220134036128 - 21/8/2020 - BAIXADO EM DILIG. 4ªT 00421778219904039999 - SIAPRO Localização física -UVIP; 50000534820184036141 - 5/6/2018 - BAIXADO EM DILIG. - arquivado em primeiro grau por duplicidade com o processo 5000191-78.2019.4.03.6141; 50050603520184036104 - 26/9/2018 - BAIXADO EM DILIG. aberto chamado para reverter a fase para baixa definitiva; 00008313320174030000 - 11/1/2019 - RECEBIDO - SIAPRO- certidão de autos findos em 21/3/2022 - processo digitalizado ao PJe e em andamento; 50027469520184036111 - 19/2/2019 - BAIXADO EM DILIG.-sobrestado na origem desde 7/8/2019 em razão de acordo; 50004607220184036135 - 13/5/2019 - BAIXADO EM DILIG. - Decisão no TRF - não havia apelação, mas somente embargos à execução- aberto chamado; 50030842420174036105 - 3/7/2019 - AGUARDANDO PARECER DO. O processo esteve na UFOR desde 6/6/2019 e depois foi à conclusão em 28/3/2022; 50047728420184036105 - 3/7/2019 - AGUARDANDO PARECER DO MPF - idem anterior; 50013933820184036105 - 4/7/2019 há certidão da UFOR, em 4/7/2019, de remessa ao MPF, mas não há expediente de intimação; conclusos em 12/4/2022, após manifestação do MPF; 50108357720174036100 - 10/10/2019 - BAIXADO A ORIGEM - certidão de trânsito em julgado em 13/8/2019. Não há fase de baixa definitiva- arquivado na origem desde 25/10/2021.6ª T - 50069558820184036182 - 3/9/2019 - BAIXADO EM DILIG. - ERA PARA SER BAIXA DEFINITIVA APÓS O TRÂNSITO DO ACÓRDÃO. ABERTO CHAMADO 10471264; 50002703420174036139 - 12/11/2019 - RECEBIDOS OS AUTOS - ESTÁ COM ESSA FASE desde 12/11/2019 , MAS SEM NÓ DE ATUALIZAÇÃO- ABERTO CHAMADO 10471267; 50262333020184036100 - 25/11/2019 - IDEM ANTERIOR - ABERTO CHAMADO 104712674;</p>
--	--

	<p>50028801420174036126 - 28/11/2019 - PROCESSO COM PRAZO EM CURSO- despacho de 28/11/2019 - ERRO NO ENVIO DE MATÉRIA AO DJEN; 00152590920154036105 - 6/2/2020 - BAIXADO EM DILIG.; 00486285019954039999 - 29/4/2020 - SIAPRO - REDISTRIBUIÇÃO - remetido ao setor de baixa de autos em fevereiro de 2020- não localizado e não baixado; 50059915620194036119 - 20/5/2020 - PROCESSO COM PRAZO EM CURSO- ERRO NO ENVIO DE MATÉRIA AO DJEN; 50003276420174036135 - 28/5/2020 - PROCESSO COM PRAZO EM CURSO- AG. O RETORNO DE CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA EM 6/2/2020. JUNTADA A CARTA CUMPRIDA EM 29/3/2022 -PRAZO EM CURSO; 00315179020074036100 – 1º/6/2020 - BAIXADO EM DILIG; 50052001820174036100 - 4/6/2020 - AGUARDANDO PARECER DO MPF - PROCESSO PRESO NA TAREFA - JÁ ESTAVA JULGADO. CERTIFICADO O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO E BAIXADO DEFINITIVAMENTE EM 29/3/2022.</p>
--	---

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

3ª Turma: Des. Fed. Antônio Cedenho: 3/2/2021, 18/2/2021, 3/3/2021, 7/7/2021 - férias; Des. Fed. Nelton dos Santos: 3/2/2021, 3/2/2021- presença no TRE, 6/10/2021, 20/10/2021 - férias; Des. Fed. Nery Júnior: 5/5/2021, 19/5/2021, 2/6/2021, 4/8/2021, 18/8/2021, 1º/9/2021, e 2/2/2022- férias; Des. Fed. Carlos Muta: 19/5/2021 e 20/10/2021- presença na inspeção CJF; 4ª Turma: Des. Fed. André Nabarrete: 5/2/2021, 25/2/2021, 3/2/2022, 17/2/2022 e 3/3/2022- férias; Des. Fed. Marli Ferreira: 5/2/2021, 25/2/2021, 5/8/2021 e 11/11/2021 - férias; Des. Fed. Mônica Nobre: 10/6/2021, 5/8/2021, 3/3/2022 - férias; Des. Fed. Marcelo Saraiva: 30/3/2021, 6/5/2021, 9/12/2021 - férias. 6ª Turma: Des. Fed. Johonsom di Salvo: 13/5/2021, 27/5/2021, 21/10/2021 4/11/2021 - férias; Des. Fed. Souza Ribeiro: 29/7/2021, 18/11/2021, 27/1/2022, 24/3/2022 - férias; Des. Fed. Paulo Domingues: 21/10/2021, 4/11/2021, 18/11/2021, 10/2/2022, 24/2/2022, 10/3/2022 férias.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

3ª Turma: 25; 4ª Turma: 27; 6ª Turma: 29 (fevereiro de 2021 a março 2022)

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim em relação à Sexta Turma: regularização no sistemas dos processos 003876520144036109, 5030372-89.20184030000 e registro de sobrestamento no sistema do processo 50305328020194030000.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Processo 003876520144036109 - regularizada a fase arquivamento no sistema em 24/6/21; Processo: 5030372-89.20184030000: baixado por remessa a outro órgão (TJSP) em 18/5/2020. Processo 50305328020194030000: anotado o sobrestamento, posteriormente levantado e julgado o processo. Já arquivado, em 31/5/2021.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Processo 0048628-50.1995.4.03.9999 - havendo resposta negativa do setor de remessa de processos (TDEA) acerca da localização do processo, uma vez que para lá foi remetido em fevereiro de 2020, e não foi efetivamente por eles baixado, será feita informação ao relator, com a finalidade de dar início ao procedimento de restauração de autos.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Divisão por tarefas de cada setor e por finais de processo. Alguns servidores executam tarefas específicas, para otimização do trabalho, mas, em geral, todos devem conhecer e serem capazes de executar todas as tarefas da divisão em que lotados. Boas práticas: controle por etiquetas padronizadas, relatórios gerenciais extraídos periodicamente para detecção de petições, triagem diária de decisões urgentes recebidas dos gabinetes, rodízio de servidores no atendimento do balcão virtual. Dificuldades: N. insuficiente de servidores em relação à quantidade de processos; falta de segurança em relação ao PJe. A manutenção dos perfis individuais das turmas que compõem a Subsecretaria unificada causa diversos problemas de fluxo. Desta forma, muitas vezes, um processo vai à cls. e retorna, com decisão, numa tarefa de "prazo em curso", no perfil individual, não sendo detectada, para cumprimento. Também há vários outros problemas de fluxo no PJe - processos que desaparecem - rel. gerencial falho.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Eneida Gagete RF 1635 - Diretora da Subsecretaria Unificada de Turmas da Segunda Seção.

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A subsec unificada teve início em 01/21 e possui 3 divisões de julgamento (3ª, 4ª e 6ª turmas), uma divisão de triagem e atos ordinatórios e uma de expedição e cumprimento. Essas duas divisões são responsáveis pelo processamento de toda atividade que não está relacionada ao julgamento colegiado, das três turmas (12 gabinetes) e seguem as atribuições da Resolução que instituiu a Subsecretaria Unificada. Os servidores estão assim distribuídos: Divisão Julga/to 3ªT - 1 diretor, 4 servidores lotados, 1 servidor prestando serviço, 1 estagiária; Div. Julg. 4ª Turma - 1 diretor, 5 servidores lotados, 1 estagiária; Div. julg. 6ª T: 1 diretora, 4 servidores, 1 estagiária; Div. Expedição: 1 diretora, 7 servidores lotados, 2 servidores prestando serviços, 1 estagiária; Divisão de Triagem: 1 diretora, 6 servidores, 2 estagiários.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Desde março de 2020, foi instituído o teletrabalho extraordinário, devido à pandemia de Covid 19. Desde então, em torno de 20% dos servidores da Subsec. trabalha de forma presencial, em esquema de rodízio. No final de 2021 foi aprovado o trabalho não presencial ordinário. Neste contexto, apenas 2 diretoras e 2 servidores executariam trabalho presencial integral. Outros 3 diretores realizariam trabalho não presencial parcial, ou seja, compareceriam ao menos duas vezes por semana ao TRF3. Os demais servidores, em esquema de rodízio, com o fim de manter porcentagem mínima de expediente presencial, ficariam 10 meses em trabalho não presencial e 2 meses em trabalho presencial, conforme planos de trabalho não presencial aprovados pela administração do TRF3.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

28 servidores em trabalho não presencial integral, por 10 meses, reuniões semanais com superior hierárquico e comunicação diária; 3 diretores de divisão em trabalho não presencial parcial: dois dias da semana de forma presencial. Obs: com as sucessivas prorrogações do teletrabalho extraordinário instituído no TRF3, devido à pandemia, assim como a prorrogação ocorrida devido ao ataque cibernético ocorrido no TRF3 em 30/03/22, os planos individuais de trabalho não presencial ainda não entraram em vigor.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

O tipo de trabalho não presencial da subsecretaria. - por gestão diferenciada - não possui cotas. As tarefas são realizadas de acordo com a atribuição de cada divisão e a meta é o cumprimento dessas tarefas dentro do seu prazo, como por exemplo: fechamento de pauta, publicação de decisões e acórdãos, expedição de documentos, etc. Lembrando que, as tarefas tidas como urgentes são sempre realizadas no mesmo dia, pelo servidor responsável pelo processo com o final a ele atribuído.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é diário, por meio de mensagens e/ou, conferência pela plataforma Microsoft Teams. Em caso específico de atraso em determinada tarefa de algum servidor, e, se causado por acúmulo de trabalho, há uma redistribuição entre os demais, para evitar mais demora no processamento, até que a situação se normalize. Não há consequência direta ao servidor; apenas o monitoramos com mais atenção a fim de detectar suas dificuldades e, eventualmente, alterarmos suas tarefas para outras em que se adapte melhor.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Processos físicos: São apenas os recebidos da Vice-Presidência, para juízo de retratação, e dos Tribunais superiores, para novo julgamento. Após o recebimento, eram digitalizados e conferidos, de forma a chegarem nos gabinetes já inseridos no PJe. Contudo, com novo cancelamento de contrato do Tribunal, com a empresa responsável pela digitalização, estão sendo remetidos aos gabinetes de forma física. Processos eletrônicos: A divisão de Triagem e Atos Ordinatórios é encarregada de triar os processos recebidos com parecer do MPF, os devolvidos do juízo de origem, da Subsecretaria de Registros e Informações processuais e da Vice-Presidência: analisada a fase processual, petições sem análise e realizada a movimentação pertinente.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Rec. da Vice-Presidência - Verificar quem foi o relator do acórdão - encaminhar ao gabinete correspondente. Devolvidos pelo gabinete com decisão - publicar no DJEN, expedir eventuais intimações pessoais (MI, CO, CP), após prazo, abrir vista dos autos à UF (AGU, PRF, FN) e, por último, ao MPF, se o caso. No retorno: juntar eventuais recursos - se EDE ou Agravo Legal, abrir vista à parte contrária para contrarrazões e devidamente processado, abrir conclusão. Caso não haja recursos: certificar trânsito em julgado e remeter à TDEA (setor responsável pela baixa dos autos, no TRF3) para baixa definitiva. Se devolvidos para inclusão em pauta de julgamento: elaborar pauta de julgamento nos sistemas SIAPRO/GEDPRO, de acordo com o calendário de sessões. Preparar intimação de pauta pelo DJE e expedir as comunicações necessárias às entidades (AGU, PRF e FN). Aguardar sessão. Com o julgamento segue o fluxo das decisões.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Dispostos em prateleiras de acordo com a situação em que se encontram: processos pautados para a sessão do dia xx, processos publicados no dia xx/xx, acórdãos publicados em xx/xx. Obs: Ainda temos em nosso poder, muitos "suporte físicos de processos", aguardando a data ideal para serem remetidos à primeira instância, de acordo com cronograma do tribunal. Estão separados, nas prateleiras, por vara de origem. Além deles, vários desses suportes, recém importados ao PJe e que ainda se

encontram no prazo dos editais de digitalização, estão dispostos em prateleiras identificadas no SIAPRO, aguardando eventuais interesses das partes em sua guarda, ou conferência.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Processos físicos: controle de acervo - uso de relatórios gerenciais do sistema SIAPRO. As prioridades legais e metas são controles afetos aos gabinetes. A subsecretaria procura cumprir todas as decisões tão logo os processos nos são entregues, independentemente de prioridades legais. Processos eletrônicos: uso de relatórios gerenciais do PJe; observação diária dos painéis nos 4 perfis da Subsecretaria. Obs - os relatórios gerenciais são extremamente trabalhosos e pouco precisos. A maior dificuldade que encontramos no PJe, aliás, é manter o controle, uma vez que, não raro, os processos se perdem do fluxo e migram para tarefas estranhas a sua fase processual.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

No geral, cada servidor é responsável pelos processos de determinado final, de modo a equilibrar a quantidade de serviço e facilitar o controle pelos superiores hierárquicos. Algumas tarefas são designadas a servidores específicos, como expedição de certidões de objeto e pé, fechamento de pauta, lançamento de resultados de sessões de julgamento.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Não. A prioridade é apenas em relação às decisões urgentes, que devem ser cumpridas tão logo cheguem à Subsecretaria.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Controle de etiquetas e por meio de relatórios gerenciais e sistema de estatística - BI. Também existe um relatório específico para localizar processos sem "nó" de atribuição, ou seja, perdido no fluxo, mas também já constatamos que esse relatório é falho.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Atendimento pelo balcão virtual, das 12 às 19 horas; atendimento telefônico, atendimento por e-mail e atendimento presencial, nos casos de processos físicos. Entendemos que todos esses canais foram abertos em função da pandemia. Contudo, a existência de tantos canais de atendimento está se tornando extremamente onerosa para a Subsecretaria, pois o tempo despendido com tantas modalidades de atendimento acaba por fazer falta, no final do dia, para o cumprimento das tarefas.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Nos processos físicos é feita a remessa à FN, PRF e AGU por meio de guia no SIAPRO, monitorando-se seu retorno pelo relatório gerencial do SIAPRO. Remessa para o MPF e DPU é feita pelo SICOM (malote) e enviada ao setor de comunicações do TRF, para envio. De qualquer modo, também o relatório gerencial disponível é capaz de informar os processos não devolvidos por essas entidades. Nos processos eletrônicos, não há remessa e sim a intimação para manifestação das entidades, o que fica delimitado pela data do expediente. Na teoria, quando ocorre o fechamento do expediente, o processo deveria sair da tarefa "prazo em curso" e ir para "analisar manifestação parcial" ou "verificar decurso de prazo". Infelizmente, o sistema não funciona tão bem como na teoria e, não raro, muitos processos permanecem nas tarefas "aguardando parecer do MPF", "prazo em curso", ou "análise de Secretaria", o que provoca atrasos consideráveis na tramitação dos processos que se perdem do fluxo.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Processos físicos: relatório gerencial SIAPRO. As petições recebidas são juntadas no mesmo dia, quando os processos estão em Subsecretaria. Caso estejam nos gabinetes, é feita solicitação para juntada. Se os processos estiverem em outro órgão, as petições são juntadas no momento da devolução. Ainda assim, há também um relatório gerencial no SIAPRO para identificar processos com petições pendentes de juntada. Nos processos eletrônicos, a juntada de petições é feita pelas partes, onde quer que esteja o processo (conclusão, arquivo, sobrestado, etc.) e o controle só pode ser realizado pelo relatório gerencial. Contudo, esse relatório do PJe para petições é muito impreciso, pois não lista apenas as petições de processos de nossa atribuição (mistura processos de outros órgãos) e também petições já apreciadas, se tornando, desta forma, extremamente custoso e demorado de se fazer, de modo que apenas tentamos monitorar as petições em processos sobrestados e arquivados.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

As declarações de voto são feitas na própria sessão, no painel do PJe. Os pedidos de vista são controlados pelos próprios gabinetes e há tarefa específica, no sistema, que lista os processos em que houve pedidos de vista. Além disso, as divisões de julgamento possuem anotações do ocorrido nas sessões, para eventual auxílio aos gabinetes.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

3ª Turma - havendo divergências nas sessões, os processos são sobrestados e levados em sessão específica para os processos julgados nos termos do artigo 942 do CPC, já prevista no cronograma semestral de julgamentos, da Terceira Turma - normalmente, são 2 por semestre. 4ª e 6ª Turmas: nas sessões eletrônicas é

convocado um desembargador, nos termos do RITRF3, para julgar os processos em que haja divergência, finalizando o julgamento na própria sessão. Quando há oposição ao julgamento virtual, os processos são levados para sessão presencial/videoconferência, havendo então convocação de outro desembargador. Porém, não há data pré-estabelecida para que essas sessões ocorram, ficando a critério do presidente da Turma a escolha de qual sessão os processos serão julgados.

21. A unidade possui plano de gestão?

No final de 2021, foi instituído o trabalho não presencial e, com ele, a criação de um Plano de Desenvolvimento Institucional, a ser analisado pela administração, para aprovação dos requerimentos de teletrabalho. O plano relaciona, entre outras coisas, as atividades desenvolvidas, objetivos e metas a serem cumpridas. Internamente, existe o gerenciamento das atividades da Subsecretaria, por meio de reuniões periódicas entre os diretores para diagnosticar problemas e estabelecer planos de ajustes e correções em procedimentos.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Na unificação das subsecretarias, houve a redução do número de servidores, em relação ao que cada uma tinha, individualmente, além da redução de FC's. Entendemos que, para conseguirmos maior agilidade no processamento precisaríamos de mais servidores, uma vez que, além do processamento em si, o tempo tem que ser dividido com atendimento de inúmeros e-mails, telefonemas e balcão virtual.
b) gestão do trabalho	A comunicação constante com todos os servidores e excelente comunicação e cooperação entre os diretores contribuem positivamente para a gestão das atividades desenvolvidas na Subsecretaria. O maior desafio de gestão, contudo, é o próprio sistema PJe, com suas ferramentas falhas de controle e erros de fluxo, aliados à enorme quantidade de processos em trâmite na Subsecretaria.
c) resultados	Tempo de cumprimento e processamento de decisões: resultados muito bons, dentro da média de tempo ideal para o processamento, tempo de publicação de decisões e acórdãos: muito bom, na média, dentro dos prazos previstos, quando o processo não se perde do fluxo. Tempo de

	verificação de decurso de prazo e trânsito em julgado: consideramos que nessas tarefas está o gargalo da Subsecretaria, pois para atender as questões mais urgentes, como cumprimento de decisões, inclusão em pauta, etc., essas tarefas ficam mais atrasadas.
--	---

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Em relação ao cumprimento de decisões: diminuir as atividades "manuais" para intimação das partes, como expedição de cartas de ordem e mandados de intimação, que desperdiçam muito tempo dos servidores, tanto para sua expedição, como depois, para controle do cumprimento. Em relação ao decurso de prazo e trânsito em julgado: aumentar o controle dos prazos, para diminuir o tempo entre o decurso de prazo e a certificação do trânsito em julgado e baixa dos autos.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Das ações externas: Já solicitamos à secretaria Judiciária, bem como à equipe de informática, responsável pelo PJe, o contato e cadastramento da maior quantidade possível de órgãos públicos e demais entidades como conselhos e municípios, no PJe, a fim de otimizar o processamento, sem a necessidade de expedição de cartas de ordem e cartas precatórias. A Secretaria Judiciária já entrou em contato com vários Conselhos, solicitando seu cadastramento no PJe, porém, não houve mudanças até agora. Das ações internas: aumentar o monitoramento das tarefas no PJe; designar mais servidores para a certificação de trânsito em julgado e baixa dos autos, sempre que houver acúmulo desta tarefa.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A principal medida, que foi o trabalho não presencial e que já se tornou regulamentada pela presidência. Outras medidas como o balcão virtual e o atendimento por e-mail, apesar de muito úteis para o jurisdicionado, acabam por onerar excessivamente os servidores, em detrimento de suas atividades. Uma vez que haja a normalização do atendimento ao público, entendemos que não haveria mais necessidade desses canais de atendimento.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5000221-80.2018.4.03.6131	29/11/2018	198-Apelação Cível
Processo redistribuído à Primeira Seção em 4/2/2019 - DES. FED. WILSON ZAUHY		
5004667-55.2019.4.03.0000	27/2/2019	202-Agravo de Instrumento

ok - expedida Carta de Ordem em 10/1/2022 - aguarda cumprimento		
5000257-23.2017.4.03.6143	8/8/2019	198-Apelação Cível
Processo julgado em 3/2/22. Partes intimadas (DJEN e mandado de intimação) - prazo em curso, expira em 30/3/22.		
5002219-34.2018.4.03.6115	8/1/2020	198-Apelação Cível
Julgado em 21/3/2022 e intimadas as partes do acórdão.		
5000707-22.2018.4.03.6113	10/9/2020	198-Apelação Cível
Acórdão 11/2/2022, intimadas as partes, certificado o trânsito em 24/3/2022 e baixado a origem		
5004690-98.2019.4.03.0000	27/2/2019	202-Agravo de Instrumento
Duas cartas pendentes: Carta de ordem cobrada e juntada positiva em 12/4/22; Carta precatória ainda não retornou - solicitadas informações ao TRF1, em 12/4/22.		
5027367-88.2020.4.03.0000	3/10/2020	202-Agravo de Instrumento
Julgado em 17/3/2022; acórdão disponível para publicação em 21/3/2022, enviado para publicação do acórdão em 22/3/2022.		
5346958-36.2020.4.03.9999	26/10/2020	198-Apelação Cível
Decisão de recebimento da apel. em 9/11/20; publicado no Djen, expedido MI em 11/11/20; MI cumprido em 16/11/20; decurso de prazo em 4/2/21. Houve erro no envio ao Djen sem aviso do sistema- processo parado no prazo em curso, sem ter havido realmente a publicação - PRAZO EM CURSO		
5000561-79.2021.4.03.0000	19/1/2021	202-Agravo de Instrumento
Decurso de prazo 11/2/2022, cls para decisão em 23/2/2022, incluído na pauta de 20/4/2022		
0009948-57.2012.4.03.6100	7/1/2022	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Declarada a incompetência em 2/3/2022 e redistribuído para primeira turma.		
5005450-76.2021.4.03.0000	16/3/2021	202-Agravo de Instrumento
Autos conclusos para decisão em 6/2/2022.		
0005227-45.2015.4.03.6104	25/3/2021	199-Remessa Necessária Cível
Processo foi baixado em diligência mas, na verdade, deveria ter sido apenas devolvido, pois não havia apelação - primeira instância remeteu ao TRF3 por equívoco. Aberto chamado à informática, para alteração para "baixa definitiva por outros motivos", para não ficar pendente. N. 10471084.		
5006955-83.2021.4.03.6182	24/5/2021	198-Apelação Cível
Processo baixado em diligência. Em consulta à 13ª VF, esclarecido que " Ressalto que não foram eles baixados em diligência mas restituídos a esta primeira instância para regular tramitação, dada a indevida remessa pelo sistema à superior instância, sem motivo para tal." Aberto chamado 10470337		
5001181-28.2020.4.03.0000	21/6/2021	202-Agravo de Instrumento
O processo foi concluso em 29/3/22. Em ambas as cartas de Ordem pendentes de cumprimento, tem despacho do Juízo deprecado exigindo recolhimento de custas. Aguarda despacho do relator.		

5018427-03.2021.4.03.0000	14/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Despacho para intimação do agravado em 10/11/2021; expedição de Carta de Ordem em 30/11/2021 - Juntada de CO cumprida em 22/3/22 - prazo em curso		
5004656-70.2017.4.03.6119	8/9/2021	198-Apelação Cível
processo da 1ª Turma		
0005545-17.2014.4.03.6119	22/3/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo digitalizado, aguardando conferência. Após conferência, foi dado andamento - intimação de acórdão em 24/3/22 -prazo em curso		
5003686-29.2019.4.03.6110	24/6/2020	198-Apelação Cível
Tarefa prazo em curso, mas os expedientes não foram abertos e não foi para a tarefa erro DJEN. Republicado		
5001769-46.2017.4.03.6109	21/10/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo da 2ª Turma		
0015182-15.2015.4.03.6100	9/6/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Oposição de embargos de declaração em 18/2/22 - despacho para intimação para contrarrazões em 7/3 - deurso de prazo em 18/3 - conclusos para julgamento em 28/3/22		
5012923-21.2018.4.03.0000	12/6/2018	202-Agravo de Instrumento
Oposição de EDE em 7/3/22; intimação para contrarrazões em 9/3/22; conclusos ao relator, com EDE em 27/3/2022.		
5022658-78.2018.4.03.0000	14/9/2018	202-Agravo de Instrumento
Julgado em 3/2/2022; acórdão publicado em 14/2/2022; oposição de EDE em 20/2/2022, incluído em pauta de julgamento do dia 20/4/2022.		
5022729-80.2018.4.03.0000	14/9/2018	202-Agravo de Instrumento
Julgado em 3/2/2022; acórdão publicado em 14/2/2022; oposição de EDE em 20/2/2022, incluído em pauta de julgamento do dia 20/4/2022.		
5020157-54.2018.4.03.0000	21/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo julgado em 3/2/2022; publicado acórdão em 14/2/22, certificado o trânsito em julgado em 18/3/22 e remessa ao arquivo em 22/3/2022.		
5012990-49.2019.4.03.0000	23/5/2019	202-Agravo de Instrumento
Conclusos desde 2019, julgado na sessão de 21/3/2022 - aguarda publicação do acórdão.		
5004509-97.2019.4.03.0000	26/2/2019	202-Agravo de Instrumento
julgado na sessão de 24/3/2022. Aguardando liberação do acórdão.		
5023478-97.2018.4.03.0000	21/9/2018	202-Agravo de Instrumento
Julgado em 17/2/2022; acórdão publicado em 25/2/2022 - Prazo em curso		
5002280-33.2020.4.03.0000	5/2/2020	202-Agravo de Instrumento
Expedida CO em 10/1/2022 - aguarda cumprimento		
5001096-42.2020.4.03.0000	22/1/2020	202-Agravo de Instrumento

Mandado de intimação devolvido cumprido em 20/1/2022, decurso em 11/2 e conclusos em 17/2/2022		
5007940-08.2020.4.03.0000	7/4/2020	202-Agravo de Instrumento
Publicado acórdão em 18/2, certificado trânsito em 8/3/2022 e arquivado.		
5014553-49.2017.4.03.0000	14/8/2017	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Processo estava "perdido" no PJe, sem nó de atualização e sem constar em relatório disponibilizado para detecção desse tipo de problema. Aberto chamado 10469845, em 28/3/2022 e resolvido no mesmo dia. Feita a intimação e comunicações necessárias. Prazo em curso.		
5016995-80.2020.4.03.0000	24/6/2020	202-Agravo de Instrumento
Autos conclusos ao Relator, para julgamento, em 24/2/2022.		
5023822-10.2020.4.03.0000	26/8/2020	202-Agravo de Instrumento
Decisão de sobrestamento em 15/12/2021 (TR 1079); sobrestado em 14/2/2022.		
5029459-39.2020.4.03.0000	27/10/2020	202-Agravo de Instrumento
Concedida em parte a antecipação de tutela em 10/11/2020, oposição de EDE pela parte em 19/11/2020; embargos acolhidos para conceder a antecipação de tutela em 31/1/2022; conclusos em 2/3/22, após o regular processamento do AI.		
5032567-76.2020.4.03.0000	3/12/2020	202-Agravo de Instrumento
Processo julgado em 10/3/2022 - Acórdão publicado em 18/03 - Prazo em curso.		
5019370-54.2020.4.03.0000	15/7/2020	202-Agravo de Instrumento
Decisão concedendo a antecipação de tutela em 14/12/20; último prazo decorrido (CO) em 2/2/2022; conclusos em 3/2/2022.		
5003163-29.2019.4.03.6106	28/5/2020	198-Apelação Cível
adiado da sessão em 11/11/2021; julgado monocraticamente em 25/2/22, intimadas as partes e prazo em curso.		
5015366-71.2020.4.03.0000	10/6/2020	202-Agravo de Instrumento
Julgamento em 16/2/22; intimação do acórdão em 9/3/22 - prazo em curso.		
0032361-60.1995.4.03.6100	6/10/1997	199-Remessa Necessária Cível
Processo digitalizado pelo gabinete. Foi remetido à Subsecretaria sem ato judicial. Enviado à conclusão novamente em 28/3/2022.		
0001321-22.2008.4.03.6127	9/2/2009	198-Apelação Cível
Estava aguardando conferência da digitalização. Foi conferida a digitalização e remetido a cls em 18/3/2022.		
0013381-90.2008.4.03.6106	29/1/2010	198-Apelação Cível
Conferida a digitalização em 16/3 e enviado o processo à conclusão.		
0000609-37.2009.4.03.6114	8/2/2010	198-Apelação Cível
Enviado para a conclusão em 21/3/2022.		
0010167-91.2008.4.03.6106	28/1/2010	198-Apelação Cível
Digitalizado, conferido em 17/3/2022 e enviado à conclusão na mesma data.		

0012373-69.2008.4.03.6109	26/10/2009	198-Apelação Cível
Decorrido o prazo para manifestação sobre despacho em 11/2/2022 - aberta conclusão em 22/3/22 - decisão determinando o sobrestamento publicada em 25/3/22 - prazo em curso.		
0002698-15.2009.4.03.6120	23/2/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado. Levantado o sobrestamento em 9/2/22 e publicada decisão homologatória de transação em 11/2/22 e certificado o trânsito em julgado, com baixa à origem em 25/3/2022.		
0005433-55.2008.4.03.6120	23/2/2010	198-Apelação Cível
Processo no gabinete da conciliação; digitalizado e inseridas as peças em 18/1/2022.		
0001429-72.2008.4.03.6120	23/2/2010	198-Apelação Cível
Processo no Gabinete da Conciliação.		
0002175-28.2008.4.03.6123	25/2/2010	198-Apelação Cível
Processo estava aguardando conferência de digitalização; foi conferida a digitalização e remetido a conclusão em 17/3/2022.		
0005580-60.2008.4.03.6127	5/3/2010	198-Apelação Cível
Havia despacho para a parte se manifestar sobre proposta de acordo. Não concordou. Aberta conclusão em 22/3/2022, decisão determinando novo sobrestamento; prazo em curso.		
0005563-24.2008.4.03.6127	8/3/2010	198-Apelação Cível
Havia despacho para a parte se manifestar sobre proposta de acordo. Não concordou. Aberta conclusão em 22/3/2022. decisão e intimação em 23/3/2022.		
0006358-81.2008.4.03.6110	18/1/2022	198-Apelação Cível
homologado acordo em 21/3/2022 e intimadas as partes - prazo em curso		
0005187-29.2007.4.03.6109	11/11/2008	198-Apelação Cível
o processo estava sobrestado. Apresentada proposta de acordo em 14/1/2022 foi remetido a cls na mesma data. Não aceita a proposta e cls novamente em 9/3/2022.		
0004936-20.2008.4.03.6127	28/7/2009	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado. Levantado o sobrestamento em 7/1/2022. Enviado à conclusão em 18/2/22.		
0009953-58.2008.4.03.6120	4/1/2010	198-Apelação Cível
Decurso de prazo em 24/1/2022 - aberta conclusão em 22/3/2022.		
0011444-42.2008.4.03.6107	26/4/2010	198-Apelação Cível
Expedida Carta de Ordem para intimação pessoal da parte sobre proposta de acordo em 9/3/2022. - Aguardando retorno de cumprimento.		
0002930-70.2008.4.03.6117	25/2/2009	198-Apelação Cível
Processo sobrestado desde 26/2/2020 - manter sobrestado- repercussão geral - expurgos inflacionários		
5009452-31.2017.4.03.0000	21/6/2017	65 - Ação Civil Pública
Conclusos desde 3/4/2018 - Gab Des. Fed. Marli Ferreira.		

5000853-69.2018.4.03.0000	25/1/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autos conclusos para decisão desde 27/4/2018.		
5002438-83.2018.4.03.6103	17/7/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Remetidos ao gabinete do relator em 25/7/2018.		
5006142-80.2018.4.03.0000	27/3/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Conclusos desde 21/6/2018 - GAB Nelton dos Santos.		
5020515-19.2018.4.03.0000	23/8/2018	65 - Ação Civil Pública
Agravo processado e concluso desde 1º/10/2018.		
5000261-58.2018.4.03.6003	19/11/2018	65 - Ação Civil Pública
Processo está no gabinete do relator desde 3/12/2018.		
5000130-54.2016.4.03.6100	13/8/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Autos conclusos ao Relator desde 6/12/2018.		
5026376-83.2018.4.03.0000	18/10/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Al processado, com apresentação de contraminuta em 7/1/2019; concluso em 7/1/2019.		
5005320-91.2018.4.03.0000	19/3/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autos conclusos para decisão desde 26/2/2019.		
5012418-30.2018.4.03.0000	6/6/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo concluso para decisão desde 26/2/2019.		
5007434-97.2018.4.03.6112	9/11/2018	65 - Ação Civil Pública
Processo concluso para decisão em 14/2/2019; incluído em pauta na sessão de 20/4/2022 - intimadas as partes da inclusão.		
5031736-96.2018.4.03.0000	17/12/2018	65 - Ação Civil Pública
Os autos estão conclusos para decisão no gabinete da Relatora, desde 18/3/2019.		
5018565-08.2018.4.03.6100	22/2/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Decisão terminativa em 18/2/2022, publicada em 22/2/22 - prazo em curso.		
5004298-25.2018.4.03.6102	20/2/2019	66 - Ação Popular
Remetidos autos ao gabinete do Relator em 24/4/2019.		
5000464-02.2019.4.03.6127	8/5/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo está no gabinete do relator desde 28/5/2019.		
5018849-80.2018.4.03.0000	8/8/2018	65 - Ação Civil Pública

Autos conclusos em 4/6/2019; decisão julgando prejudicado o recurso em 15/3/2022; publicada a decisão em 17/3/22 - prazo em curso		
0000798-03.2013.4.03.6105	12/7/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo no gabinete do Relator, para julgamento, desde 9/10/2019.		
0004451-05.2016.4.03.6106	9/9/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo no gabinete do Des. Fed. Souza Ribeiro para julgamento.		
0010801-91.2016.4.03.0000	9/6/2016	46-Restauração de Autos
Autos findos - regularização no SIAPRO - nos autos originários 0014429-94.2013.4.03.6143, foi determinado o cancelamento da distribuição da restauração de autos. processo já transitado e baixado à origem.		
0012817-18.2016.4.03.0000	8/7/2016	12135-Tutela Antecipada Antecedente
Processo findo - anexo do MS 2015.61.00.023795-8 Já transitado e baixado ao primeiro grau - lançado autos findos no SIAPRO.		
5000451-51.2019.4.03.0000	15/1/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo estava "perdido" no PJe, sem nó de atualização, ou seja, não estava em tarefa alguma. Também não foi detectado pelo relatório gerencial criado com o fim de detectar processos nesta situação. Aberto chamado 10469259 e resolvido, em 28/3/22. Realizada intimação das partes - prazo em curso		
0007724-57.2000.4.03.6104	27/2/2009	46-Restauração de Autos
Não havia possibilidade de cumprir o despacho. Falha no fluxo de restauração de autos que não prevê essa hipótese. Aberto chamado 1046833 - resolvido em 25/3/2022 - baixado em diligência.		
0022707-40.2000.4.03.0000	28/11/2018	12134-Tutela Cautelar Antecedente
O ofício requisitório foi expedido, intimando-se as partes para conferência. Decorrido o prazo em 4/9/2021 - aguardando assinatura do ofício pelo desembargador, para protocolo no sistema Prec-Web.		
0004359-12.2016.4.03.0000	7/10/2020	46-Restauração de Autos
Restauração de autos - juntados documentos do GEDPRO e intimadas as partes. - prazo em curso.		
5004023-44.2021.4.03.0000	1º/3/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Certificado trânsito em julgado e arquivado, em 12/4/22.		
5006803-25.2019.4.03.0000	21/3/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Estava aguardando Carta de Ordem - Juntada (positiva) em 29/3/22 - prazo em curso.		
5024358-21.2020.4.03.0000	1º/9/2020	12134-Tutela Cautelar Antecedente

Concedida a ant. de tutela em 13/11/2020; após várias manifestações de ambas as partes, despacho proferido em 1º/9/2021, pub. em 3/9/2021. Como estava em tarefa errada, no PJe, certificado o trânsito em julgado apenas em 22/3/2022 e remetido ao arquivo.		
5032135-57.2020.4.03.0000	10/12/2020	12375-Reclamação
Efeito suspensivo indeferido em 21/5/2021; Juntada de contestação da ANAC e impugnação da reclamante, processo concluso em 4/2/22; aberta vista para MPF em 22/3/2022. Aguardando manifestação.		
0003984-11.2016.4.03.0000	7/10/2020	46-Restauração de Autos
Restauração de autos. Remetido à conclusão em 23/3/22.		
5021424-90.2020.4.03.0000	31/7/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Decisão de concessão de tutela em 14/8/2020; julgamento de agravo interno em 16/9/2021; acórdão publicado em 24/9/2021, certificado o trânsito em julgado (1º/10/2021) em 17/3/22 e remetido ao arquivo em 22/3/22.		
5001691-07.2021.4.03.0000	2/2/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Transitou em julgado em 16/11/2021; arquivado em 16/2/2022.		
5006277-87.2021.4.03.0000	25/3/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Trânsito em julgado certificado e processo arquivado em 19/3/2022.		
0200063-24.1992.4.03.6104	25/7/2014	198-Apelação Cível
Processo no gabinete da Des. Fed. Marli Ferreira, para voto-vista.		
0002960-68.2013.4.03.6105	9/10/2015	198-Apelação Cível
Processo no gabinete Des. Fed. Marli Ferreira - pedido de vista.		
5017423-33.2018.4.03.0000	24/7/2018	202-Agravo de Instrumento
Processo no gab. Desembargadora Federal Marli Ferreira para voto-vista, desde 28/1/2020.		
0004517-81.2013.4.03.6108	18/8/2015	198-Apelação Cível
Em andamento no Gabinete de Conciliação desde 3/3/2020.		
0003088-79.2013.4.03.6108	18/8/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo remetido à Conciliação em 5/3/2020.		
0034646-50.2000.4.03.6100	20/6/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo no gabinete da Desembargadora Federal Marli Ferreira, para redigir voto-vista.		
5002096-18.2017.4.03.6100	15/3/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Suspensão o julgamento pelo pedido de vista do Dr. André em 10/5/2021.		
5000831-90.2018.4.03.6117	1º/11/2020	198-Apelação Cível
Suspensão o julgamento pelo pedido de vista da DES. FED. Marli Ferreira em 1º/7/2021.		
5020245-58.2019.4.03.0000	8/8/2019	202-Agravo de Instrumento
Aberto chamado em 22/3/2022 para que seja o feito encaminhado ao GAB Mairan Maia para assinatura de acórdão. Resolvido em 2/3/22 - assinado acórdão e realizadas as intimações em 29/3/22 - prazo em curso.		

5017359-90.2017.4.03.6100	14/5/2018	198-Apelação Cível
Julgado em 28/11/2019; em 26/3/202 - proc. SEI n. 0003383-2220204038000 corrigido o órgão julgador vencedor mas o processo ficou parado, por falta de acesso da Des. Fed. Consuelo Yoshida ao gab.- aberto chamado- falta assinatura de acórdão.		
0006201-08.2008.4.03.6111	27/2/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Aberto chamado pois processo está preso após alteração de status pela informática O proc 0006201-08.2008.4.03.6111 foi retirado de pauta, mas não está no gab. na tarefa adequada, para novo julgamento. Chamado 10468614. Resolvido em 28/3 - processo já está de volta ao gabinete do Relator.		
0003621-70.2010.4.03.6002	19/2/2013	198-Apelação Cível
Processo está no gabinete da Des. Fed. Marli Ferreira, relatora do acórdão, para julgamento dos embargos de declaração.		
0020207-72.2016.4.03.6100	15/7/2019	198-Apelação Cível
Processo estava sem nó de atualização no sistema, ou seja, estava perdido, sem aparecer em nenhuma tarefa. Foi aberto chamado número 1049703. resolvido em 28/3/22, processo está concluso ao Des. Fed. André Nabarrete, para lavrar acórdão.		
5001804-33.2017.4.03.6100	23/11/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo estava parado para correção de certidão de julgamento - lançamento equivocado. Aberto processo SEI 0011135-74.2022.4.03.8000, - resolvido em 28/3. Processo retirado de pauta e devolvido ao gabinete do relator.		
0009387-63.1994.4.03.6100	26/3/2002	198-Apelação Cível
Processo sobrestado; decorreu o prazo para manifestação das partes em 17/3/2022 e sobrestado em 22/3/2022 - repercussão geral.		
0012972-89.1995.4.03.6100	7/6/2004	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - RE 591797 - 626307 – 632212.		
0001572-09.2008.4.03.6105	1º/8/2008	198-Apelação Cível
Sobrestado desde 2/8/2021-manter sobrestado (repercussão geral - expurgos inflacionários)		
0013851-96.1995.4.03.6100	5/3/2004	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - RE 591.797, 626.307, 754.745		
0008636-92.2007.4.03.6109	27/3/2009	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado por repercussão geral - aberta conclusão em razão de pedido de extinção pela CEF. Decisão em 22/3/22 - aguardando publicação.		
0002390-04.2008.4.03.6123	14/10/2009	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado. Levantado o sobrestamento e encaminhado à conclusão em 21/3/22. Despacho determinando a remessa do processo à conciliação. Remetido em 22/3/22.		
0000821-67.2009.4.03.6111	29/10/2009	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - repercussão geral - expurgos inflacionários. Manter sobrestado.		
0004105-02.2008.4.03.6117	14/10/2009	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado desde 30/6/20. Levantado o sobrestamento e remetido à conciliação e homologada a transação em 24/3/22 - prazo em curso.		

0012815-50.2008.4.03.6104	19/4/2010	198-Apelação Cível
Digitalizado, conferido, concluso; recebido com despacho em 21/3/2022 determinando a remessa ao GABCONC - cumprido em 22/3/22.		
0001219-94.2007.4.03.6107	17/3/2010	198-Apelação Cível
Sobrestado desde 4/12/2020 -manter sobrestado-repercussão geral - expurgos inflacionários		
0001490-87.2008.4.03.6004	26/4/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado. Feito o dessobrestamento e encaminhado à conclusão em 21/3/22; despacho encaminhando à Conciliação.		
0007449-79.2008.4.03.6120	19/4/2010	198-Apelação Cível
Em razão de notícia de conciliação, aberta conclusão. Após a unificação das Turmas (7/1/2021), periodicamente baixamos relatórios para analisar petições em processos sobrestados e dar andamento.		
0008236-19.2009.4.03.6106	8/3/2010	198-Apelação Cível
Despacho para juntar procuração e depois devolver a conclusão. Juntada, anotada em 17/6/2020 e mantido no sobrestamento. Levantado o sobrestamento em 22/3/2022 e encaminhado à conclusão.		
0000483-97.2007.4.03.6003	19/3/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado desde 2020. Após a unificação das Turmas (7/1/2021), periodicamente baixamos relatórios para analisar petições em processos sobrestados e dar andamento. Concluso em 21/3/22, despacho e intimação em 23/3/22 - prazo em curso.		
0007316-13.2007.4.03.6107	11/3/2010	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - manter sobrestado - repercussão geral - expurgos inflacionários		
0000843-32.2008.4.03.6121	5/5/2010	198-Apelação Cível
estava sobrestado; aberta conclusão para apreciação de petição.		
0000082-06.2009.4.03.6108	7/6/2010	198-Apelação Cível
O processo estava sobrestado. Houve proposta de acordo. Levantado o sobrestamento, não houve manifestação; voltou ao sobrestamento por repercussão geral.		
0011033-57.2008.4.03.6120	8/3/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado por repercussão geral - aberta conclusão em 22/3/22 em razão de pedido de extinção pela CEF por composição extrajudicial - intimação de despacho em 24/3/22.		
0008455-60.2008.4.03.6108	8/3/2010	198-Apelação Cível
Manter sobrestado - repercussão geral - expurgos inflacionários		
0004899-38.2008.4.03.6112	20/7/2009	198-Apelação Cível
Processo estava aguardando retorno da Carta de Ordem. Com a manifestação da parte, os autos foram conclusos em 22/3/22.		
0002169-21.2008.4.03.6123	26/4/2010	198-Apelação Cível
Processo sobrestado desde 14/12/2000. Manter sobrestado - repercussão geral - expurgos inflacionários.		
0009554-48.2011.4.03.6112	23/4/2013	198-Apelação Cível

Estava sobrestado e foi a conclusão em 22/3/2022, em razão de pedido de levantamento do sobrestamento		
5001436-37.2017.4.03.6128	18/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo está sobrestado por recurso repetitivo - Tema 1008 desde 16/7/2020 e deve ser mantido no sobrestamento		
0000219-30.2010.4.03.6115	25/5/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo no Gabinete de Conciliação - digitalizado e convertido ao PJe em 23/3/2022 .		
0008869-98.2007.4.03.6106	13/4/2016	198-Apelação Cível
Erro sistema - intimação constava "pessoalmente". Já havia manifestação do MPF. Expediente encerrado e feita a conclusão com ED ao gabinete da Desembargadora Mônica Nobre.		
5000654-18.2016.4.03.0000	30/6/2016	202-Agravo de Instrumento
Processo aguardando retorno de Cartas de Ordem. Expedido e-mail em 12/4/22, cobrando informações às comarcas sobre o cumprimento das referidas cartas.		
0002885-49.2010.4.03.6100	3/1/2011	198-Apelação Cível
Processo no gabinete da Des. Fed. Marli Ferreira, aguardando apresentação de voto-vista. Não há providências a serem adotadas por esta Subsecretaria.		
0007304-66.2011.4.03.6104	28/10/2014	198-Apelação Cível
Processo foi baixado sem fase, em apenso ao 0008415-51.2012.4.03.6104. e está em trâmite na primeira instância. Certidão de autos findos no sistema SIAPRO.		
0008570-72.2013.4.03.9999	22/3/2013	198-Apelação Cível
Processo na UVIP - NURT		
0042177-82.1990.4.03.9999	10/12/1990	198-Apelação Cível
Processo consta no sistema SIAPRO como remetido, em 15/12/1993, à Assessoria de Recursos Especial e Extraordinários, que foi substituída pela Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, em 1995.		
0802324-59.1996.4.03.6107	9/8/2011	198-Apelação Cível
Processo baixado sem fase em apenso ao 0003181-02.2000.4.03.6107 (13/12/11)- já arquivado em primeira instância. Lançada certidão de autos findos nos autos.		
0004169-69.2004.4.03.6111	21/8/2006	198-Apelação Cível
Processo baixado sem fase apenso ao 0003163-27.2004.4.03.6111- recebido na origem em 25/8/2011 e remetido a JE de Marília 21/9/11. Lançado certidão de autos findos no SIAPRO		
0007021-51.1994.4.03.6100	6/10/2010	198-Apelação Cível
Processo sobrestado na UVIP desde 11/6/2012.		
0000855-81.2010.4.03.6119	24/1/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo baixado em diligência - virtualizado no primeiro grau, sob o número 5005884-46.2018.4.03.6119 - homologação de desistência da apelação - processo em andamento no primeiro grau - certidão de autos findos no SIAPRO.		
0001249-09.2014.4.03.6100	5/1/2015	198-Apelação Cível
Digitalizado no juízo de origem - autuado sob o numero 5001117-22.2018.4.03.6100 - processado no PJe e ja baixado - certificado autos findos no SIAPRO.		

0002454-72.2012.4.03.6123	14/3/2017	198-Apeação Cível
processo baixado em diligência e digitalizado sob o numero 5000870-69.2018.4.03.6123. Retornou ao TRF3 em 7/2018 e está concluso ao Relator para julgamento. Lançada certidão de autos findos no SIAPRO.		
0013403-06.2007.4.03.6100	11/2/2009	198-Apeação Cível
O processo não foi digitalizado de forma autônoma - estava como apenso do proc. 0022537-57.2007.4.03.6100. Feita a migração para o PJe e inseridas as peças. Após, sobrestados os autos, conforme já se encontravam anteriormente - RG626.307/SP. Lançada certidão de autos findos no SIAPRO.		
0009002-62.2011.4.03.6119	11/4/2018	198-Apeação Cível
Digitalizado em primeira instância - baixado em diligência. Certificado autos findos no sistema SIAPRO. Solicitadas informações por e-mail ao juízo de primeiro grau.		
0400913-24.1997.4.03.6103	17/7/2009	199-Remessa Necessária Cível
O processo já foi baixado em 2012 e arquivado na primeira instância em 2014. Lançada certidão de autos findos no SIAPRO (Certidão anterior estava como autos findos-processo digitalizado, mas estava errada, pois o processo baixou de forma física).		
0003158-49.2011.4.03.6114	9/9/2013	198-Apeação Cível
Processo baixado em diligência em 17/6/2019. Foi digitalizado e migrado ao PJe na primeira instância- ainda em diligência.		
5003084-24.2017.4.03.6105	6/6/2019	198-Apeação Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, no perfil individual da UTU4,. Em 28/3/2022 foi remetido à conclusão.		
5004772-84.2018.4.03.6105	6/6/2019	198-Apeação Cível
Processo na tarefa aguardando parecer do MP, no perfil individual da utu4 - data na tarefa 3/7/2019 (remetido pela UFOR) - reativado e enviado a conclusão.		
5001393-38.2018.4.03.6105	7/6/2019	199-Remessa Necessária Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, na utu4 - data na tarefa 4/4/2019. Não houve intimação do MPF. Encaminhado à conclusão para despacho de vista o MPF. Intimação do MPF em 28/3/22.		
0019829-34.2007.4.03.6100	21/9/2010	198-Apeação Cível
Processo baixado em diligência, mas foi digitalizado na 1ª instância e dado prosseguimento, sem retorno ao TRF3. Enviado e-mail. Resposta em 12/4 - conclusos ao juiz responsável para regularização e posterior devolução ao TRF3.		
0003518-85.1995.4.03.6100	6/7/2010	198-Apeação Cível
Lançada certidão de autos findos no SIAPRO, após verificação de que o processo já havia baixado e está arquivado em primeira instância – Processo 0003518-85.1995.4.03.6100 Descrição. Em 30/6/2014 as 17:33 h arquivamento dos autos Receb.Guia: 269/2014 (13ª Vara) Pac.: 610013000251		
0005787-96.2015.4.03.6100	29/1/2016	198-Apeação Cível
Processo remetido PRF em 11/11/2019 e não consta como devolvido. Observo que por ocasião da autoinspeção foi feito um levantamento dos processos com carga a entidades, desde 01/19		

e este processo não constava no relatório. creio que houve uma falha de sistema, Cobrado o processo e aguardando retorno		
0007103-67.2008.4.03.6108	7/11/2008	198-Apelação Cível
Processo baixado em diligência em 4/12/2017. Constatei que o processo foi digitalizado em primeiro grau e, segundo mensagem por e-mail do juízo de origem, após a inserção das peças, devolverão ao TRF.		
0534807-53.1997.4.03.6182	23/12/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo sobrestado na Vice-Presidência.		
0004729-41.2000.4.03.6114	10/4/2002	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo sobrestado na Vice-Presidência.		
5002880-14.2017.4.03.6126	12/6/2019	198-Apelação Cível
estava para publicar DJE 28/11/2019; prazo em curso na mesma data. Ficou na tarefa da UT6 - erro DJEN e erro fluxo. Reenviado despacho para publicação em 28/3/22 - prazo em curso.		
5012408-53.2017.4.03.6100	27/11/2018	198-Apelação Cível
Erro de fluxo: processo estava no gabinete, quando deveria ter permanecido na Subsecretaria para sobrestamento. Foi despachado e sobrestado em 12/4/22.		
0000629-10.2009.4.03.6120	22/7/2010	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - repercussão geral - expurgos inflacionários. Manter sobrestado		
0008826-10.1992.4.03.6100	19/8/2008	198-Apelação Cível
Processo na Vice-Presidência - NURT		
0029041-12.2008.4.03.0000	7/8/2008	202-Agravo de Instrumento
Processo físico sobrestado na Vice-Presidência.		
0031512-73.1995.4.03.6105	26/10/2006	199-Remessa Necessária Cível
Processo não é mais de competência da Turma desde 15/2/2002, quando foi remetido à Vice-Presidência.		
0010938-15.1993.4.03.6100	16/12/2019	199-Remessa Necessária Cível
Processo sobrestado na Vice-Presidência.		
0048628-50.1995.4.03.9999	8/6/1995	198-Apelação Cível
O processo foi remetido TDEA (setor de devolução de autos) em 28/2/2020, contudo, não foi efetivamente baixado. Solicitadas informações à comarca de origem (não localizados os autos) e à TDEA (sem resposta até o momento).		
0013667-95.2008.4.03.6000	3/11/2010	198-Apelação Cível
Processo sobrestado. Petição de acordo da CEF - impossibilidade de levantar o sobrestamento do feito no PJe para enviar o processo à conclusão - aberto chamado à área técnica (10468365).		
0003047-16.2007.4.03.6111	22/2/2008	198-Apelação Cível
Sobrestado desde 26/2/2020 manter sobrestado-repercussão geral - expurgos inflacionários		
0002163-38.2008.4.03.6115	13/9/2010	198-Apelação Cível

Processo estava sobrestado. Levantado o sobrestamento e remetido à conclusão, em 21/3/2022.		
5003156-19.2019.4.03.6112	30/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
O processo está sobrestado por recurso repetitivo - Tema 1008 desde 15/5/2020 e deve ser mantido no sobrestamento		
5005991-56.2019.4.03.6119	21/2/2020	198-Apelação Cível
Decisão 18/5/20 - Não foi publicada a decisão no DJEN, apesar de ter sido preparada a intimação e também não foi apontado na tarefa "erro DJEN". Feita nova intimação no DJEN - prazo em curso.		
0009302-26.2008.4.03.6120	13/9/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado por repercussão geral - aberta conclusão em razão de pedido de extinção pela CEF por composição extrajudicial		
0000352-36.2009.4.03.6106	2/2/2011	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado desde 2020. Após a unificação das Turmas (7/1/2021), periodicamente baixamos relatórios para analisar petições em processos sobrestados e dar andamento. Conclusos em 21/3/22, despacho de 22/3/22 publicado; prazo em curso		
5000327-64.2017.4.03.6135	9/10/2019	198-Apelação Cível
Estava aguardando retorno de Carta de Ordem. Juntada, positiva em 29/3/2022 - prazo em curso.		
5005200-18.2017.4.03.6100	14/2/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com parecer juntado. Feita a movimentação: certificado o trânsito e baixado.		
5002209-39.2017.4.03.6110	12/2/2020	199-Remessa Necessária Cível
Erro de fluxo - processo ficou parado na tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com manifestação já juntada, Feita a movimentação: certificação de trânsito de decisão terminativa e baixa à vara de origem.		
0017920-81.2008.4.03.6112	2/12/2010	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - RREE nos 591.797 e 626.307 e no AI n. 754.745		
5001291-22.2018.4.03.6103	14/02/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Feita a movimentação: ato ordinatório para agravo interno		
5018478-52.2018.4.03.6100	3/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação: expedido ato ordinatórios para contrarrazões do agravos interno oposto, em 22/3/2022.		
5001139-25.2019.4.03.6107	7/10/2019	198-Apelação Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Feita a movimentação: ato ordinatório para agravo interno		
5000436-93.2017.4.03.6130	8/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária

Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação; expedido ato ordinatório para contrarrazões ao agravo interno.		
5019196-49.2018.4.03.6100	7/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação: expedidos atos ordinatórios para contrarrazões dos agravos internos opostos em 22/3/2022.		
5023540-73.2018.4.03.6100	8/10/2019	198-Apelação Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação: conclusos para julgamento do agravo interno.		
5006556-33.2017.4.03.6105	18/11/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo estava com prazo em curso no perfil individual - movido para UNI em 25/3/2022 - feito ato ordinatório para contrarrazões ao Agravo interno		
0024986-07.2015.4.03.6100	5/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo estava parado na tarefa "prazo em curso", mesmo com prazo vencido. Enviado à conclusão em 28/3/22.		
5005921-27.2018.4.03.6102	9/10/2019	198-Apelação Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Feita a movimentação: Remetido a UVIP.		
5000519-59.2018.4.03.6103	9/10/2019	199-Remessa Necessária Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação: certificação de trânsito em julgado e baixa definitiva.		
5018376-30.2018.4.03.6100	30/8/2018	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - decisão em 7/9/2019 (RE 870.947/SE). Em 22/3/2022, levantado o sobrestamento e conclusos para apreciação de petições juntadas.		
5008201-40.2019.4.03.6100	22/1/2020	199-Remessa Necessária Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com manifestação juntada. Feita a movimentação: certificado o trânsito em julgado e processo baixado à origem.		
0000310-24.2017.4.03.6003	28/9/2019	199-Remessa Necessária Cível
Erro de fluxo - processo indevidamente na tarefa "aguardando parecer do MPF". Certificado o trânsito em julgado e baixado em 22/3/22.		
5000439-79.2019.4.03.6000	5/12/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação: certificado o trânsito em julgado e baixado em 27/3/22.		
5021256-92.2018.4.03.6100	11/11/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, mesmo com decurso de prazo. Em 22/3/2022 foi aberto chamado n. 10467906 e feita a movimentação: conclusos.		

0012537-34.2008.4.03.6109	20/12/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado por repercussão geral - aberta conclusão em 22/3/22, em razão de pedido de extinção pela CEF por composição extrajudicial - intimadas as partes em 23/3/2022 - prazo em curso.		
5008751-35.2019.4.03.6100	13/1/2020	199-Remessa Necessária Cível
Erro de fluxo - processo foi para a tarefa aguardando parecer do MPF, com decurso de prazo. Feita a movimentação: certificado o trânsito em julgado da decisão e processo baixado.		
5000304-11.2017.4.03.6106	15/10/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
O processo está sobrestado por IRDR deste Tribunal desde 1º/7/2020 e deve ser mantido no sobrestamento		
5000841-38.2017.4.03.6128	18/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Sobrestado em 24/5/2019 pelo Tema 1008 do STJ. Levantado o sobrestamento para análise de petição. Conclusos em 28/3/2022.		
0000613-80.2009.4.03.6112	18/5/2011	198-Apelação Cível
O proc estava sobrestado desde 2020. Após a unificação das Turmas (7/1/2021), periodicamente baixamos relatórios para analisar petições em processos sobrestados e dar andamento. Aberta conclusão em 21/3/22, decisão e intimação em 22/3/22 - prazo em curso		
0017994-38.2008.4.03.6112	11/10/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado. Levantado o sobrestamento e enviado à conclusão para análise de petição, em 28/3/2022.		
0034803-42.2008.4.03.6100	4/3/2013	198-Apelação Cível
Processo sobrestado - RE 591797 - 626307 - 632212		
0001337-32.2009.4.03.6000	28/10/2010	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado desde 2020. Após a unificação das Turmas (7/1/2021), periodicamente baixamos relatórios para analisar petições em processos sobrestados e dar andamento - feita a conclusão em 21/3/22, despacho e intimação em 22/3/22 - prazo em curso		
0000405-95.2010.4.03.6004	6/1/2012	198-Apelação Cível
o proc estava sobrestado desde 2020. Após a unificação das Turmas (7/1/2021), periodicamente baixamos relatórios para analisar petições em processos sobrestados e dar andamento; processo concluso em 21/3/22, despacho e remessa à conciliação em 22/3/22.		
0002235-98.2008.4.03.6123	7/12/2009	198-Apelação Cível
Processo estava sobrestado. Levantado o sobrestamento e remetido à conclusão em 21/3/22. Despacho publicado em 24/3/22 - prazo em curso.		
0034792-43.2014.4.03.9999	18/1/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo físico já transitado e baixado sem fase própria, em apenso ao 0034791-58.2014.4.03.9999 (digitalizado). Lançada certidão de autos findos no SIAPRO.		
0004282-60.2007.4.03.6000	22/12/2009	198-Apelação Cível
CEF requereu extinção - processo estava sobrestado por repercussão geral - aberta conclusão em razão de pedido de extinção pela CEF		
5014431-64.2020.4.03.6100	18/1/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária

Processo sobrestado por recurso repetitivo Tema 1079 STJ - manter no sobrestamento		
5001553-80.2020.4.03.6109	23/11/2020	199-Remessa Necessária Cível
Decorrido prazo para manifestação das partes em 27/2/2021; certificado trânsito em 5/3/2021 e baixado a origem em 7/2/2022		
5001998-26.2020.4.03.6133	15/12/2020	199-Remessa Necessária Cível
Juntada decisão de CC em 21/2/2022 e aberta conclusão		
5001026-53.2020.4.03.6134	24/2/2021	199-Remessa Necessária Cível
Processo estava aguardando resultado de conflito de competência 5003830-29.2021.4.03.0000. Verificado que já houve o julgamento - juntada de acórdão do conflito de competência e processo remetido à conclusão.		
5031720-74.2020.4.03.0000	24/11/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Decisão de sobrestamento (RESP 1.1898.532); sobrestado em 16/4/2021.		
0000479-33.2016.4.03.6007	9/6/2020	199-Remessa Necessária Cível
Processo está aguardando cumprimento de Carta de Ordem. Expedido e-mail ao Juízo de Rio Verde de Mato Grosso para solicitar informações sobre o cumprimento da carta de ordem expedida para intimação do Município do v. acórdão, em 25/3/2022.		
5010299-06.2020.4.03.6183	24/3/2021	199-Remessa Necessária Cível
Certificado trânsito em julgado e baixado à origem em 29/3/2022.		
0001740-94.2006.4.03.6100	4/5/2009	198-Apelação Cível
Problemas técnicos do PJe impediram a publicação do acórdão. Resolvido em 22/3/22 - intimação das partes - prazo em curso.		
0009657-53.1995.4.03.6100	15/1/2003	1728-Apelação/Remessa Necessária
Processo aguardando correção da digitalização; conferido, regularizado e remetido à conclusão em 22/3/2022.		
0005245-32.2007.4.03.6109	31/8/2009	198-Apelação Cível
Digitalização juntada em 22/11/2021, conferida em março de 2022 e remetido à conclusão.		
0011949-76.2007.4.03.6104	26/10/2009	198-Apelação Cível
Despacho de 24/2/22 - Intimadas as partes-decurso de prazo em 25/3/22 - remessa para a Conciliação, em cumprimento a despacho.		
5000694-13.2019.4.03.6105	28/9/2021	199-Remessa Necessária Cível
Recebido com decisão em 10/2/22, intimadas as partes e prazo em curso		
5008413-90.2021.4.03.6100	24/9/2021	199-Remessa Necessária Cível
Decisão de 9/2, publicada em 11/2 - prazo em curso		
0001940-61.2008.4.03.6123	15/10/2009	198-Apelação Cível
Processo aguardando conferência da digitalização. Conferido e sobrestado por repercussão geral.		
0009534-08.2007.4.03.6109	22/10/2009	198-Apelação Cível

Processo estava aguardando movimentação, após conferência da digitalização; enviado à conclusão, para análise de proposta de acordo.		
0013512-68.2008.4.03.6105	28/8/2009	198-Apeleção Cível
Processo digitalizado e conferido. Estava sobrestado no físico - Tema 285 STF. Aberto chamado à área técnica do PJe para sobrestar o processo no PJe (n. 10468365), pois não é possível realizar o sobrestamento sem o cadastro do Tema.		
0000236-55.2008.4.03.6109	25/8/2009	198-Apeleção Cível
Foi conferida a digitalização e devolvido o processo ao sobrestamento por repercussão geral		
5013842-05.2021.4.03.0000	17/6/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Decurso de prazo em 11/21. Processo remetido à conclusão em 28/3/2022.		
5022178-95.2021.4.03.0000	27/9/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Proferida decisão em 15/10/2021, publicada em 20/10/2021, decurso de prazo em 17/11/2021 e arquivado em 22/3/2022.		
0010429-42.2011.4.03.6104	9/11/2012	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos - despacho em novembro de 2021 - intimadas as partes em 18/3/22 - prazo em curso.		
0017611-82.2016.4.03.0000	26/2/2020	120-Mandado de Segurança Cível
Autos digitalizados - inserção de mídias e conferência. Intimação do acórdão em 21/3/22 - prazo em curso.		
0012115-52.2009.4.03.6100	23/8/2012	46-Restauração de Autos
Restauração de autos- prazo em curso para Fazenda Nacional, até 30/3/2022.		
0010275-66.1993.4.03.6100	30/1/2008	46-Restauração de Autos
Restauração de autos - intimadas as partes, juntadas peças em 21/3/22. Conclusos em 24/3/22, após abertura de chamado técnico.		
5005055-84.2021.4.03.0000	20/5/2021	12375-Reclamação
Ato ordinatório publicado em 17/2/2022, manifestação 18/2/22 e enviado à conclusão		
0021126-62.2015.4.03.0000	7/10/2020	46-Restauração de Autos
Restauração de autos - peças juntadas pela Subsecretaria e pelas partes. Conclusos em 10/3/2022.		
0004884-28.2015.4.03.0000	16/3/2015	46-Restauração de Autos
proferido despacho em 14/3/2022, está com prazo em curso		
5010829-32.2020.4.03.0000	7/5/2020	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apeleção
Trânsito certificado em 7/12/2021 e arquivado		
5024795-67.2017.4.03.0000	19/12/2017	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Concedida a ant. de tutela em 28/1/2018; agravo legal em 9/2/2018; incluído em pauta de 19/2/2020 e posteriormente retirado de pauta; decisão de não conhecimento do recurso em		

9/3/2021; aguardando retorno da CO expedida para intimação de município de Rio das Pedras - cobrada em 23/3/22		
0029611-51.2015.4.03.0000	15/12/2015	46-Restauração de Autos
Restauração de autos - prazo em curso (13/5/22). Após, remeter à Vice-Presidência para prosseguimento.		
0081287-77.1992.4.03.6100	6/8/2003	198-Apelação Cível
Enviado à conclusão em 24/3/2022, para análise de petição de acordo e resposta da parte.		
0023839-10.2015.4.03.0000	11/12/2019	12084-Tutela Cautelar Antecedente
Processo estava para conferir digitalização. Conferido, certificado e remetido à conclusão em 29/3/22.		
0036777-96.1999.4.03.0000	26/10/2020	183-Cautelar Inominada
Processo já estava arquivado. Foi desarquivado para expedição de ofício à CEF. expedido e respondido, foi rearquivado em 28/3/22.		
5019281-65.2019.4.03.0000	7/10/2020	244-Reclamação
Processo julgado em 13/2/2020; publicado acórdão em 19/2/2020; interposição de recursos especial e extraordinário, com remessa dos autos à Vice-Presidência - competência atual: vice-Presidência.		
5008187-23.2019.4.03.0000	4/4/2019	12375-Reclamação
Autos conclusos com embargos de declaração em 21/3/22, incluído na sessão de 4/5/2022 e intimadas as partes.		

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 151 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 17 físicos e 134 eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Processos encaminhados e não devolvidos. Tomar as providências quanto à restauração de autos no caso de não localização do feito em 60 dias.

0005787-96.2015.4.03.6100	0048628-50.1995.4.03.9999
---------------------------	---------------------------

A Subsecretaria administra a realização de 6 (seis) sessões por mês, sendo 2 (duas) de cada turma, tendo havido, entre março/2021 a fevereiro/2022, 25 sessões na 3ª Turma, 27, na 4ª Turma e 29, na 6ª Turma, não tendo ocorrido sessões extraordinárias. No período foram canceladas 2 (duas) sessões na 3ª Turma, 2 (duas), na 4ª Turma e 1 (uma), na 6ª Turma.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é muito baixo, pois, dos 151 processos inspecionados, apenas 2 (dois) se encontravam com atraso na tramitação, ressalte-se, em decorrência da não devolução de autos encaminhados, o

que, provavelmente cominará no procedimento de restauração de autos para que se dê continuidade ao andamento dos processos.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 9/5/2022, às 10h, pela Diretora da Subsecretaria Unificada de Turmas da Segunda Seção, Eneida Gagete, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A unificação das Turmas ocorreu em janeiro de 2021, durante a pandemia de Covid-19. Atualmente a Subsecretaria conta com 6 (seis) diretores, sendo 1 (uma) CJ2 e 5 (cinco) CJs 1.

A Subsecretaria possui 1 (um) diretor de divisão de julgamento para cada Turma, que é a pessoa encarregada de secretariar as sessões, cuidar da pauta, da publicação dos acórdãos, intimação dos acórdãos, etc. Os outros diretores de divisão se encarregam das atividades gerais de secretaria, independentemente de Turma.

A Subsecretaria é composta por 34 (trinta e quatro) servidores. Não há fixação de metas individuais por servidor, havendo, no entanto, controles internos de produtividade. A divisão de tarefas entre os servidores é feita a partir do número final dos processos, a fim de permitir maior controle e conferir tratamento igualitário em termos de produtividade.

Desde o ataque cibernético sofrido pelo Tribunal no mês de abril até o dia anterior ao início da inspeção os sistemas estavam praticamente sem funcionar.

Antes da pandemia as secretarias das Turmas não trabalhavam em regime de teletrabalho. No início, com o fechamento do tribunal em razão da pandemia, houve algumas dificuldades na implantação do teletrabalho, mas, com pouco tempo, tornou-se bem mais fácil realizar o trabalho remoto. Os servidores que estão em regime de teletrabalho exercem suas atividades no período de 11h às 19h. Em regime presencial, atuam cerca de 25% (vinte e cinco por cento) dos servidores da Subsecretaria.

Os servidores da Subsecretaria participam constantemente de reuniões visando à uniformização dos trabalhos e o aperfeiçoamento das atividades, não havendo problemas de comunicação entre os servidores, que constantemente se falam por meio de WhatsApp.

O controle dos processos é feito através de etiquetas e relatórios gerenciais do PJe.

O sobrestamento dos processos por determinação do STJ e do STF é feito na Subsecretaria, havendo atualmente quase 17.000 (dezessete mil) processos sobrestados.

A retirada dos processos de sobrestamento para análise de proposta de acordo ou de pedido de habilitação de herdeiros, por exemplo, tem gerado grande retrabalho por

parte da Subsecretaria, que precisa analisar novamente os feitos e refazer uma série de tarefas a fim de incluí-los novamente em sobrestamento. Seria indispensável uma alteração no sistema PJe com o objetivo de evitar retrabalho e permitir o melhor controle do acervo.

O atendimento ao público na Subsecretaria é feito a contento por meio do Balcão Virtual e por e-mail.

Existe apenas um processo com carga, com prazo vencido, que ainda não foi devolvido. Esse processo não havia sido identificado em razão de erro do sistema, que até bem pouco tempo não apontava sua existência. Estão sendo realizadas diligências para cobrança dos autos, que foram retirados pela Procuradoria Federal.

As intimações para parecer do Ministério Público têm apresentado muitos problemas. Isso porque, após a juntada do parecer, o processo continua com vista para o Ministério Público.

Na visão da Diretora da Subsecretaria, de nada adiantaria colocar mais 50 (cinquenta) pessoas para trabalhar na Subsecretaria sem que fosse feita a correção dos problemas do PJe, pois o sistema é muito falho, dificultando bastante o controle dos processos e a realização das atividades de secretaria.

Cerca de 700 (setecentos) processos apresentam problemas de localização. Ora estão em uma tarefa, ora aparecem repentinamente em outra, sendo indispensável que, o quanto antes, haja a regularização dessas situações. Foram identificados ainda problemas decorrentes da criação de vários perfis para o mesmo servidor, sob a justificativa de não inviabilizar as tarefas de julgamentos das Turmas.

Sugere-se uma alteração no PJe para que seja possível o gerenciamento dos prazos em curso, como também para resolver problemas dos processos que continuam com prazo em curso, embora já tenha havido o transcurso do prazo.

Sugere, por fim, o contato e cadastramento no PJe da maior quantidade possível de órgãos públicos e demais entidades como conselhos e municípios, a fim de otimizar o processamento, sem a necessidade de expedição de cartas de ordem e cartas precatórias.

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 24;
- b) Envidar esforços para manter o nível de excelência e organização da unidade;
- c) Recomenda-se à administração do Tribunal verificar a possibilidade de alteração do PJe para adequá-lo à unificação das secretarias, especialmente:

c.1) criação de um perfil único para a secretaria unificada ao invés dos 4 (quatro) perfis atualmente existentes;

c.2) quando existir petição ou necessidade de alguma movimentação de processo em fase de sobrestamento, o feito não saia da tarefa relativa àquela fase, de modo a demandar nova triagem e etiquetagem.

Seria recomendável, ainda, que a administração do Tribunal envidasse esforços no sentido de obter o cadastramento da maior quantidade possível de órgãos públicos e demais entidades no PJe a fim de otimizar o processamento, sem a necessidade de expedição de cartas de ordem e cartas precatórias.

SUBSECRETARIA UNIFICADA A DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria Unificada A de Turmas da 3ª Seção (UN3A)

2.2 Competência

3ª Seção - processar e julgar feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção (RI-TRF3, art. 10, § 3º) - Sétima e Nona Turmas Julgadoras.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

Sétima Turma: Desembargador Federal CARLOS DELGADO Nona Turma: Desembargadora Federal DALDICE SANTANA.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Sétima Turma: Desembargador Federal PAULO DOMINGUES (de 20/3/2021 a 9/8/2021)

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Shirley Catani Mariani - RF 1440 - Diretor de Subsecretaria. Esclarecimento: os dados do painel estatístico BI do TRF3 encontravam-se incorretos na data de início do preenchimento do questionário. Foi solicitada a correção, mas não houve tempo hábil para tanto, diante do notório ataque cibernético sofrido pelo TRF3 em 30/3/2022. Desse modo, seguindo orientações superiores, o questionário e a ficha de processos foram preenchidos com os dados disponíveis, ainda que incorretos, os quais poderão ser retificados oportunamente.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	23
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma	
Publicação de acórdão/decisão	7ª Turma: 729 processos; 9ª Turma: 4 processos (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	7ª e 9ª Turmas: dados não disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Análise/triagem	7ª e 9ª Turmas: dados não disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Juntada	7ª e 9ª Turmas: dados não disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Conclusão	7ª e 9ª Turmas: dados não disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Extraviados/por restaurar	7ª e 9ª Turmas: dados não disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Em carga com prazo vencido	7ª e 9ª Turmas: dados não disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada	
Total	7ª Turma: 2.164; 9ª Turma: 1.281 processos (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/Resp repetitivo, IRDR ou IAC	7ª Turma: 1.508 processos; 9ª Turma: 681 processos (dados extraídos do Relatório

	Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	7ª Turma: 212 processos; 9ª Turma: 427 processos (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	7ª Turma: 28 processos; 9ª Turma: 25 processos
Total de feitos não regularizados	nenhum
Total de feitos verificados na autoinspeção	UN3A: 80 processos
Total de feitos não regularizados	nenhum

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	7ª Turma: 24.365 acórdãos publicados; 9ª Turma: 16.890 acórdãos publicados (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Média de dias do julgamento à publicação	7ª Turma: 4 dias; 9ª Turma: 3 dias (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	7ª Turma: 95; 9ª Turma: 29 (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Pendentes de publicação	7ª Turma: 721; 9ª Turma: nenhum (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	7ª Turma: 00055809820144036111 (18/2/2022, publicado em 10/3/2022); 9ª Turma: nenhum (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	7ª Turma: 5.660 decisões publicadas; 9ª Turma: 2.428 decisões publicadas (dados

	extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Tempo médio	7ª Turma: 16 dias; 9ª Turma: 39 dias (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Publicações em prazo superior a 10 dias	7ª Turma: 366; 9ª Turma: 340 (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Pendentes de publicação	7ª Turma: 8; 9ª Turma: 4 (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	7ª Turma: 00002664720174036183 - 1º/2/2022; 9ª Turma: 55531763320194039999 - 24/9/2021 (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	7ª Turma: 77 processos; 9ª Turma: 114 processos (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Há mais de 60 dias	7ª Turma: 72 processos; 9ª Turma: 58 processos (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Há mais de 90 dias	7ª Turma: 46 processos; 9ª Turma: 14 processos (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	7ª Turma: 139 processos (50014420620184036000 - 6/11/2019; 50029470220174036183 - 15/1/2020; 50050349120184036183 - 18/2/2020; 00027560320174036002 - 19/3/2020; 50006268420204039999 - 31/3/2020; 00052457920194039999 - 9/5/2020; 62120124720194039999 - 20/5/2020;

	<p>50016972920174039999 - 12/6/2020; 00301060320174039999 - 13/8/2020; 00008464720144036130 – 1º/9/2020); 9ª Turma: 57 processos (50414367220184039999 - 5/2/2019; 50413328020184039999 - 9/2/2019; 50807208720184039999 - 13/3/2019; 50731739320184039999 - 14/3/2019; 50042423820184039999 - 19/3/2019; 50372284520184039999 - 18/5/2019; 51072587120194039999 - 18/5/2019; 53644386120194039999 – 1º/6/2019; 50667233720184039999 - 11/7/2019; 52594959020194039999 - 19/7/2019) (dados extraídos do Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 18/3/2022 e em 18/4/2022)</p>
--	---

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Sétima Turma: Sessão de 8/3/2021 - Desembargador Federal Paulo Domingues (Férias); Sessão de 7/6/2021 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (Compensação); Sessão de 6/2021 - Desembargador Federal Paulo Domingues (Férias); Sessão de 9/8/2021 - Desembargador Federal Toru Yamamoto (licença-saúde); Sessão de 23/8/2021 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (férias); Sessão de 13/9/2021 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação); Sessão de 8/11/2021 - Desembargadora Federal Inês Virgínia (compensação); Nona Turma: Sessão de 24/3/2021 - Juíza Federal Convocada Leila Paiva (férias); Sessão de 26/5/2021 - Desembargadora Federal Daldice Santana (participação em Inspeção no TRF da 1ª Região); Sessão de 17/11/2021 - Desembargadora Federal Daldice Santana (férias).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Sétima Turma: 18 sessões ordinárias e 1 sessão extraordinária. Nona Turma: 20 sessões ordinárias

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Na Sétima Turma houve as seguintes recomendações: a) impulsionar, no prazo de 10 dias, os feitos 50038243720174039999 e 50037715620174039999; b) solicitar ao juízo deprecado informações sobre o cumprimento da diligência, em até 10 dias, dos seguintes feitos: 01099969820064030000, 00326578819964039999 e 00172039220014039999. Na Nona Turma não houve recomendações.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Sétima Turma: a) 5003824-37.2017.4.03.9999: baixado em definitivo em 23/2/21; 5003771-56.2017.4.03.9999: remetido à UVIP em 4/3/21 e baixado à Origem em 12/08/21; b) 0109996-98.2006.4.03.0000: certidão de autos findos em 15/6/21; 0032657-88.1996.4.03.9999 - certidão de autos findos em 15/6/21; 0017203-92.2001.4.03.9999: baixado em diligência e não retornou - instaurado o processo de restauração de autos n. 5000722-55.2022.4.03.0000.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há recomendações pendentes de cumprimento.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Os processos são recebidos nas tarefas do PJe. Cada Divisão dá cumprimento às determinações judiciais de sua atribuição, conforme a fase de tramitação do feito. O acompanhamento da movimentação no PJe é diário e contínuo, gerando o cumprimento imediato de todas as determinações judiciais. O controle da produtividade é feito por monitoramento das tarefas do PJe, realizado pelos Diretores de Divisão. Há reuniões periódicas com os servidores. A Subsecretaria mantém diálogo permanente com os gabinetes dos relatores para garantia do bom fluxo operacional e alinhamento de procedimentos. O PJe precisa de aperfeiçoamento quanto às funcionalidades inerentes às atribuições da Subsecretaria (faltam ferramentas de análise de processos, há erros de fluxo entre tarefas e perfis dos órgãos julgadores que integram a Subsecretaria Unificada, de fechamento de pauta, de proclamação do julgamento e do encerramento das sessões).

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Shirley Catani Mariani

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A Subsecretaria possui quadro funcional de 23 servidores, todos efetivos (22 lotados e 1 prestador de serviços) distribuídos em 4 Divisões: (i) de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios (DT3A); (ii) de Cumprimento e Expedição (DX3A); (iii) de Coordenação e Julgamento da 7ª Turma (DJ07); (iv) de Coordenação e Julgamento da 9ª Turma (DJ09). Cada uma delas possui 5 servidores e estagiários de nível superior (no momento, 3, havendo 4 vagas não preenchidas). Os processos eletrônicos são recebidos nas tarefas do PJe, não havendo processos físicos em tramitação na Subsecretaria. São utilizadas etiquetas em todos os processos, para controle da

movimentação e, sobretudo, dos decursos de prazo (recursais, de despachos, de certificação de trânsito em julgado, de juntada de parecer do MPF), bem como para o acompanhamento de baixa em diligência e de respostas da Origem e/ou outros órgãos.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, todos os servidores da unidade exercem teletrabalho extraordinário, nos termos da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 10/2020 e alterações posteriores.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho extraordinário é integral, mas há escala de rodízio para o atendimento presencial mínimo obrigatório, nos termos da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 10/2020 e alterações posteriores.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas. Há metas de cumprimento de tarefas. O trabalho é desenvolvido conforme a demanda, distribuído equitativamente entre os servidores das respectivas divisões por “finais” de processo.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é feito pelos diretores de divisão mediante a verificação diária das tarefas e das etiquetas de controle do PJe. Por meio dessas etiquetas é possível verificar o cumprimento da meta de cada servidor. Verificado o não cumprimento da meta, o diretor de divisão analisa, primeiro, se o volume de serviço atribuído aos servidores superou o esperado para a jornada diária de trabalho; não sendo esse o caso, reúne-se com o servidor para identificação do(s) motivo(s) que impediram o cumprimento da meta. Em ambas as situações as diretrizes de trabalho são realinhadas para a obtenção do atingimento da meta, que é a manutenção do trabalho em dia, sem atrasos.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Na configuração atual da unidade processante (subsecretaria unificada que atende a 8 gabinetes) não há “triagem” de processos. Os processos eletrônicos tramitam no PJe em “tarefas” próprias, que obedecem aos fluxos do sistema, sem necessidade de triagem. As divisões movimentam os processos conforme a fase em que se encontram por meio das tarefas. Nas tarefas, os processos são identificados por etiquetas. Quanto aos processos físicos, em razão da digitalização, a tramitação atual desses feitos restringe-se às seguintes situações: (i) processos que estavam sobrestados na Vice-Presidência e que têm sido devolvidos às Turmas para análise quanto ao juízo de retratação; (ii) processos devolvidos pela Origem após cumprimento de diligência ou para novo julgamento diante do julgamento de Recurso Extraordinário ou Especial.

Nesses casos, a triagem é feita apenas para separar Turma e Relator, antes da remessa à conclusão.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

A Subsecretaria não possui acervo de processos físicos em tramitação. Todo o acervo foi digitalizado. Esporadicamente, a Subsecretaria recebe processos físicos em tramitação na Vice-Presidência para serem remetidos aos Relatores para análise quanto ao juízo de retratação. Nesses casos, utiliza-se o sistema processual SIAPRO para registro e controle da localização dos autos.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Na unidade processante estão armazenados, atualmente, apenas os suportes físicos dos processos digitalizados recentemente (no período de setembro/2021 a março/2022). Esses processos aguardam o decurso do prazo para conferência da digitalização e deliberação da Presidência acerca da devolução à Origem para destinação. O armazenamento foi feito em estantes, identificadas por Turma, e a localização física dos processos (armário e respectiva prateleira) está registrada no SIAPRO.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O critério para a organização do acervo dos processos eletrônicos é o uso de etiquetas (ferramenta do sistema). Essas etiquetas são criadas pela unidade processante, de forma padronizada, e servem para o controle da movimentação processual. Todas as ações praticadas nos processos eletrônicos são controladas por meio dessas etiquetas (ex.: decurso de prazo de intimação das partes - despachos, decisões terminativas, acórdãos, resposta de ofícios, cumprimento de tutela pelo INSS, trânsito em julgado etc.). A etiqueta é inserida em cada um dos processos conforme a fase de tramitação.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

As atividades de cada divisão foram estabelecidas na Resolução CATRF n. 112/2020, por ocasião da unificação da 7ª e da 9ª Turmas, e a Subsecretaria cumpre literalmente essa resolução. Internamente, em cada divisão, as atividades são distribuídas com base no número do final do processo, de modo que todos os servidores da divisão realizam todas as tarefas. Cada servidor é responsável, via de regra, pela tramitação de 2 finais de processos (finais 1 e 2; finais 3 e 4; finais 5 e 6; finais 7 e 8; finais 9 e 0).

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

A rigor, a prioridade legal ou meta do CNJ é observada pelos Gabinetes. A ordem de prioridade observada é a de recebimento do processo na Subsecretaria. As

determinações são cumpridas diariamente, conforme a demanda, tanto nos processos eletrônicos quanto nos processos físicos (esporadicamente recebidos). Considerado o cumprimento das determinações judiciais no mesmo dia em que os processos são recebidos na Subsecretaria, senão, em caráter excepcional, em até 2 (dois) dias após o recebimento, torna-se desnecessário tratamento diverso do já adotado, seja por matéria, seja por assunto ou meta.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Via de regra, o controle é feito mediante o acompanhamento/monitoramento das tarefas do PJe (p. ex.: processos remetidos ao INSS para cumprimento de decisão; processos sobrestados por Tribunais Superiores; processos remetidos à Contadoria; processos baixados em diligência; processos com prazo em curso; processos aguardando sessão de julgamento) e pelas etiquetas. Há situações, porém, em que as Divisões utilizam planilhas internas (fora do sistema) para fazer o acompanhamento da movimentação. É o caso dos processos baixados em diligência, em que a Divisão de Cumprimento e Expedição faz o controle da movimentação em periodicidade mensal, mediante consulta ao andamento processual no primeiro grau e, se necessário, envio de e-mail à Origem, e abertura de chamado no callcenter.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Partes e advogados estão sendo atendidos diariamente: (i) pelo Balcão Virtual, das 12h às 19h - todos os servidores fazem atendimento em sistema de rodízio; (ii) por e-mail; (iii) presencialmente, mediante agendamento, quando há solicitação; (iv) por telefone.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle de remessas é feito pelas tarefas do PJe. No caso de manifestação inicial do Ministério Público, os autos permanecem na tarefa “aguardando parecer do MPF”. Nos demais casos - intimações de pauta, de despachos, decisões e acórdãos - a tramitação é feita de forma eletrônica (fluxos). Os processos permanecem nas respectivas tarefas de tramitação e o controle é feito por meio de etiquetas e lembretes.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

No PJe a petição é juntada diretamente nos autos pelas partes. A Subsecretaria verifica o peticionamento por meio da ferramenta “AGRUPADORES”. Essa “caixa” é monitorada diariamente pelos servidores da DT3A. Nela são recebidas, em média, 600 (seiscentas) petições por dia, referentes às 2 Turmas Julgadoras (7ª e 9ª). As petições são analisadas da seguinte forma: (i) petições intercorrentes, conforme a fase de tramitação dos autos e o assunto, são relacionadas em e-mail, encaminhado aos gabinetes dos relatores para deliberação; (ii) petições relativas à interposição de agravos legais, embargos de declaração e recursos especiais ou extraordinários recebem etiquetas específicas, direcionadas ao cumprimento das providências subsequentes, quais sejam, expedição de ato ordinatório de intimação para

contrarrazões (embargos de declaração e agravo interno) e, no caso de RESP/REX, encaminhamento à Vice-Presidência do Tribunal após o decurso do prazo de intimação de acórdãos/decisões.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

No processo eletrônico, as declarações de voto são colhidas durante o julgamento, de modo que não ocorrem pendências. Quanto aos pedidos de vista, as divisões de julgamento da 7ª e da 9ª Turmas fazem controle interno. A DJ09 organiza a realização de cada uma das sessões de julgamento por meio de planilhas, nelas anotando os resultados dos votos de cada relator e, ao final, o resultado da votação. Nessas planilhas ficam registrados todos os resultados do julgamento. A DJ09 possui também uma planilha no GoogleDocs para registro dos processos adiados, retirados de pauta, sobrestados e votos-vista. Essa planilha é compartilhada com os gabinetes para gestão dessas pendências. A DJ07 registra em tabela (WORD) anotações referentes aos pedidos de vista e contata os gabinetes para avisar da pendência à medida em que há demora na inclusão do feito em sessão de julgamento.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

As sessões do colegiado ampliado são agendadas por ocasião da elaboração do cronograma anual de sessões e sua periodicidade leva em conta a quantidade de processos sobrestados a cada sessão para essa finalidade. No cronograma deste ano, a Sétima Turma terá sessões mensais (1º semestre) e bimestrais (2º semestre) de colegiado ampliado e a Nona Turma, quadrimestrais.

21. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Quase a totalidade dos servidores possui habilidades e conhecimento para desenvolver, com autonomia, as atribuições de competência da divisão à qual estão subordinados. No cenário atual (falta de funcionalidades PJe automáticas inerentes a Secretarias), o quadro funcional mostra-se insuficiente para atender a demanda dos 8 gabinetes que compõem as 2 Turmas Julgadoras. Quanto aos recursos materiais, há necessidade de melhoria nos sistemas informatizados, que apresentam falhas e instabilidades constantes.
---	--

b) gestão do trabalho	É realizado monitoramento diário das tarefas do PJe, das etiquetas de controle e do desempenho dos servidores no cumprimento das metas diárias. É mantido contato diário com os diretores de divisão para feedback da rotina de trabalho e do fluxo da produtividade, bem como para compartilhamento de boas práticas e/ou de situações que demandam intervenção da chefia mediata ou da coordenadora da Subsecretaria.
c) resultados	A unidade tem conseguido alcançar seu objetivo - que é colaborar com a efetiva prestação jurisdicional mediante o processamento diário dos feitos recebidos dos órgãos julgadores, de forma cuidadosa eficiente e sem atraso, realizando o monitoramento das tarefas do PJe e das etiquetas de controles, pelas quais são constatados, inclusive, erros de fluxos que podem comprometer a tramitação regular do processo.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Colaborar com a efetiva prestação jurisdicional mediante o cumprimento diligente das determinações judiciais exaradas nos feitos recebidos dos órgãos julgadores.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Gerenciamento permanente das atividades da unidade para identificação de riscos e/ou necessidade de aperfeiçoamento do processo de trabalho, mediante: a visualização diária das principais tarefas do PJe, da caixa de mensagens e do peticionamento eletrônico; a publicação diária dos despachos e decisões recebidos na unidade e respectivo controle do decurso dos prazos; o desenvolvimento eficiente e organizado dos procedimentos que antecedem a realização da sessão de julgamento; a publicação dos acórdãos no prazo regulamentar; a certificação do trânsito em julgado imediatamente após o exaurimento dos prazos recursais; o monitoramento da produtividade por meio das etiquetas de controle; o atendimento eficaz ao jurisdicionado pelos meios disponíveis.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O balcão virtual; a realização de sessões de julgamento na modalidade virtual/eletrônica com o uso da ferramenta Microsoft TEAMS; o teletrabalho, pois

claramente alcançados os objetivos previstos no artigo 3º da Resolução CNJ 227/2016, que o instituiu.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
5001004-20.2018.4.03.6116	24/8/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo Julgado em 7/3/2022. Acórdão publicado em 18/3/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5553176-33.2019.4.03.9999	23/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com Julgamento iniciado em 26/7/2021 e sobrestado nos termos do art. 942 do CPC. Processo em tarefa de gabinete, aguardando inclusão em pauta de julgamento. Petição juntada em 4/8/2021 (novos documentos - atestados médicos, julgados).		
5525652-61.2019.4.03.9999	20/1/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo Julgado em 7/3/2022. Acórdão publicado em 18/3/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5000918-49.2018.4.03.6116	8/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo Julgado em 2/2/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5006379-17.2018.4.03.0000	12/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo Julgado em 31/1/2022. Acórdão publicado em 11/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5017535-94.2021.4.03.0000	1º/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo Julgado em 2/2/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5010516-71.2020.4.03.0000	5/5/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar parcialmente concedida em 19/5/2020. Processo Julgado em 7/3/2022. Acórdão publicado em 18/3/2022 e comunicação à Origem (provimento parcial do AI). Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5196719-20.2020.4.03.9999	19/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Liminar concedida em 18/9/2020. Processo remetido à conclusão em 22/1/2022. Aguardando julgamento no gabinete do relator.		
5030565-07.2018.4.03.0000	5/12/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar concedida em 21/10/2021. Processo Julgado em 7/3/2022. Acórdão publicado em 22/3/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5024935-96.2020.4.03.0000	8/9/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar concedida em 13/1/2021. Processo Julgado em 31/1/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5004269-40.2021.4.03.0000	3/3/2021	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Liminar concedida em 31/3/2021. Processo julgado em 7/3/2022. Acórdão publicado em 16/3/2022 e comunicação à Origem (provimento do AI). Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5191383-35.2020.4.03.9999	13/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Liminar concedida em 18/5/2021. Processo julgado em 31/1/2022. Acórdão publicado em 14/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5012647-82.2021.4.03.0000	8/6/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar parcialmente concedida em 16/6/2021. Processo Julgado em 16/2/2022. Acórdão publicado em 22/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5010647-24.2020.4.03.6183	21/5/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Liminar/Julgamento em 4/8/2021. Julgamento dos ED em 2/2/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5018054-69.2021.4.03.0000	6/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar parcialmente concedida em 17/8/2021. Processo Julgado em 2/2/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5017734-19.2021.4.03.0000	3/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar concedida em 26/8/2021. Processo Julgado em 2/2/2022. Acórdão publicado em 9/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
6074445-71.2019.4.03.9999	17/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado à Origem em 22/2/2022 pela UVIP (trânsito em julgado de decisão de inadmissibilidade de RESP/REX).		
0013791-77.2009.4.03.6183	14/8/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2/2/2022; acórdão publicado em 9/2/2022; processo com prazo em curso.		
0009029-60.2011.4.03.6114	4/5/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 21/2/2022; acórdão publicado em 10/3/2022; processo com prazo em curso.		
0001955-63.2016.4.03.6183	21/10/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico digitalizado pelo gabinete em 21/10/2021; sobrestado (físico) desde 19/5/2019 (Tema 1005); petição juntada em 20/1/2022 requerendo o prosseguimento do feito ante o julgamento do tema; conclusão em 18/3/2022.		
0000992-32.2011.4.03.6118	22/8/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo Julgado em 7/3/2022; acórdão publicado em 18/3/2022; processo com prazo em curso.		
0010582-90.2015.4.03.6183	23/12/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado (físico) em 19/6/2019 (Tema 1005); digitalizado pelo gabinete em 21/10/2021; conclusão em 14/3/2022, após digitalização; processo localizado no Gabinete do Relator.		
0009338-29.2015.4.03.6183	23/12/2016	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Decisão de sobrestamento em 19/6/2019 (autos físicos); digitalizado em 21/10/2021; remessa à conclusão após digitalização, em 11/3/2022; processo localizado no Gabinete do Relator.		
0018912-40.2016.4.03.9999	31/5/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado no Gabinete do Relator, na tarefa "Triagem de processos digitalizados".		
0005220-24.2013.4.03.6104	3/7/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado no Gabinete do Relator, na tarefa "Triagem de Digitalização", desde 15/12/2021.		
5020345-47.2018.4.03.0000	22/8/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo Julgado em 16/2/2022. Acórdão publicado em 22/2/2022. Processo com prazo em curso. Tramitação regular.		
5017411-94.2018.4.03.6183	26/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 28/2/2020 (IRDR). Petição juntada em 21/7/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 25/3/2022.		
5007751-76.2018.4.03.6183	12/2/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 28/2/2020 (IRDR).		
5009811-22.2018.4.03.6183	17/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo com julgamento sobrestado desde 28/2/2020 (IRDR).		
5001115-70.2019.4.03.6115	10/12/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo julgado em 10/5/2021 (declaração de incompetência). Interposição de ED pelo INSS. Autos conclusos com ED em 20/7/2021. Processo no gabinete do relator aguardando julgamento.		
5012048-58.2020.4.03.6183	28/9/2021	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Autos encaminhados à conclusão em 1º/10/2021, pela UFOR, após juntada de parecer inicial do MPF. Processo localizado no Gabinete, aguardando julgamento.		
5013268-62.2018.4.03.6183	2/7/2020	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamentos de 30/3/2022. Julgamento sobrestado em virtude de pedido de vista da Juíza Federal Convocada Monica Bonavina.		
5006707-62.2018.4.03.6105	26/9/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamentos de 22/11/2021. Retirado de pauta pelo relator. Processo em tarefa de gabinete, aguardando nova inclusão em pauta.		
5016127-73.2018.4.03.0000	12/7/2018	244-Reclamação
Observação/Providência: Processo Julgado em 26/7/2021. Trânsito em julgado ocorrido em 22/9/2021 e certificado em 17/2/2022. Processo arquivado definitivamente em 17/2/2022.		
5018058-09.2021.4.03.0000	16/8/2021	241-Petição Cível

Observação/Providência: Decisão monocrática proferida em 28/10/2021 e publicada em 9/11/2021. Trânsito em julgado ocorrido em 2/2/2022. Processo arquivado definitivamente em 16/2/2022.		
0002979-47.2004.4.03.6119	14/11/2006	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos julgada em 28/10/2021; remessa à Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência (UVIP) em 6/2/2022 para exame de admissibilidade de RESP/REX; processo localizado na UVIP.		
5022170-21.2021.4.03.0000	22/9/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decisão de indeferimento de liminar proferida em 4/11/2021. Parecer do MPF juntado em 25/2/2022. Processo remetido à conclusão em 25/2/2022, para julgamento. Autos no gabinete, aguardando inclusão em pauta para julgamento.		
5006114-10.2021.4.03.0000	20/4/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo Julgado em 17/11/2021. Acórdão publicado em 23/11/2021. Trânsito em julgado ocorrido em 14/2/2022. Processo arquivado definitivamente em 24/2/2022.		
0005966-54.2011.4.03.6105	22/10/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo incluído na pauta da sessão de julgamentos de 21/3/2022; levado a julgamento, foi sobrestado após o voto-vista da Des. Fed. Inês Virgínia, nos termos do art. 942 do CPC.		
0009476-29.2012.4.03.6109	23/11/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusão para voto-vista em 17/8/2021 (autos físicos); digitalizado pelo gabinete; incluído na pauta de julgamentos de 21/3/2022; levado a julgamento, foi sobrestado após o voto-vista da Des. Fed. Inês Virgínia, nos termos do art. 942 do CPC.		
0000643-57.2013.4.03.6183	25/11/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 21/3/2022; levado a julgamento em 21/3/22, foi sobrestado após o voto-vista proferido pela Desembargadora Federal Inês Virgínia, nos termos do art. 942 do CPC.		
0005580-98.2014.4.03.6111	24/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 26/7/2021; acórdão lavrado em 17/2/2022 pela DF Inês Virgínia (vencedora); interpostos ED pelo INSS; aguardando decurso de prazo para contrarrazões; processo com prazo em curso.		
0000391-13.2012.4.03.6111	22/10/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 20/6/2018 (tema 979); levantamento do sobrestamento para digitalização; sobrestado no PJe em 23/4/2021; petição juntada em 04/2021; conclusão em 21/3/2022.		
0005524-98.2006.4.03.6126	9/11/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 29/9/2020 (Tema 979); petição juntada em 8/7/2021 (ERRO DIGI e habilitação de ADV no lugar de Wilson Miguel; enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação quanto ao levantamento do sobrestamento e conclusão.		
0024799-05.2016.4.03.9999	18/7/2016	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 23/10/2019 (Tema 1013). Petição juntada em 26/4/2021. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 11/4/2022.		
0008416-42.2012.4.03.6102	18/11/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 5/6/2020 (Tema 995); petição juntada em 1º/7/2020 (requer sobrestamento também pelo Tema 692); enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação sobre o levantamento do sobrestamento e conclusão.		
5001596-91.2017.4.03.6183	21/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 6/7/2020 (Tema 999); petição juntada em (renúncia de mandato); enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Determinado o levantamento do sobrestamento e conclusão. Autos conclusos em 23/3/2022.		
5008645-52.2018.4.03.6183	30/7/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 7/10/2019 (Tema 1005). Levantado o sobrestamento e realizado novo sobrestamento em 1º/6/2021. Autos remetidos à conclusão em 11/4/2022.		
5005845-70.2018.4.03.6112	3/10/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 21/10/2019 (Tema 1005). Levantado o sobrestamento e realizado novo sobrestamento em 1º/6/2021. Autos remetidos à conclusão em 11/4/2022.		
5000995-85.2017.4.03.6183	16/1/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento colegiado realizado em 30/1/2019; conclusão com ED em 15/4/2019; decisão de sobrestamento em 1º/6/2021 (Tema 1005); processo sobrestado (pendente o julgamento dos ED). Autos remetidos à conclusão em 11/4/2022.		
5024813-20.2019.4.03.0000	26/9/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 11/3/2021 (Tema 1002).		
5004033-21.2017.4.03.6114	15/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 22/6/2020 (Tema 692).		
5012502-09.2018.4.03.6183	19/2/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 31/8/2020 (Tema 692).		
0027413-17.2015.4.03.9999	14/7/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Segundo o SIAPRO, o processo estava localizado no NURT desde 9/5/2016; regularizado o lançamento de fase no sistema em 29/3/2022; processo localizado efetivamente na Origem.		
0062299-86.2008.4.03.9999	28/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico remetido ao TDEA em 28/3/2017 para baixa definitiva. Localizado no NURT desde 29/3/2017. Enviado e-mail para o NURT, que providenciou a regularização de fase no SIAPRO em 29/3/2022. Processo localizado efetivamente na Origem.		
0019452-25.2015.4.03.9999	23/11/2017	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo localizado no NURT, segundo o SIAPRO; enviado e-mail para o NURT, o setor informou que os autos estão efetivamente na Origem e providenciou a regularização de fase de baixa no SIAPRO em 29/3/2022.		
0038837-56.2015.4.03.9999	8/10/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado no TDEA desde 28/11/2017, segundo dados do SIAPRO. Baixa definitiva à Origem realizada em 7/0/2022.		
0036689-82.2009.4.03.9999	15/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado no NURT, segundo dados do SIAPRO, desde 30/6/2010. Enviado e-mail para o NURT, que providenciou a regularização de fase no SIAPRO em 29/3/2022. Processo localizado efetivamente na Origem.		
0014588-41.2015.4.03.9999	29/6/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado no NURT, segundo o SIAPRO, desde 16/3/2018; enviado e-mail para o NURT, o setor informou que o processo está localizado fisicamente na Origem e efetuou a regularização de fase no SIAPRO em 28/3/2022.		
0030867-34.2017.4.03.9999	3/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado no NURT desde 17/9/2018, segundo dados do SIAPRO. Enviado e-mail para o NURT, que providenciou a regularização de fase no SIAPRO em 29/3/2022. Processo localizado efetivamente na Origem.		
5041436-72.2018.4.03.9999	6/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 14/1/2019. Processo em tramitação regular no 1º grau.		
5041332-80.2018.4.03.9999	6/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 21/1/2019. Processo em tramitação regular no 1º grau.		
5056614-61.2018.4.03.9999	6/10/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à conclusão em 21/2/2022 para julgamento (retorno do 1º grau com diligência cumprida).		
5055373-52.2018.4.03.9999	1º/10/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo remetido à conclusão em 4/2/2022, para julgamento (retorno do 1º grau com diligência cumprida).		
5080720-87.2018.4.03.9999	7/12/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 18/2/2019. Autos em tramitação regular no 1º grau.		
5073173-93.2018.4.03.9999	5/12/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 22/2/2019. Autos na fila de remessa ao TRF. Falha no sistema de integração. Aberto o chamado n. 10471300 no TRF para regularização.		
5037228-45.2018.4.03.9999	1º/9/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 6/5/2019. Autos em tramitação regular no 1º grau.		
5107258-71.2019.4.03.9999	19/1/2019	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 6/5/2019. Autos em tramitação regular no 1º grau.		
0000932-48.2015.4.03.6141	1º/9/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico baixado em diligência; e baixado à Origem sob o número 5000445 8520184036141 (PJe); pendente regularização da fase "certidão de autos findos" no SIAPRO, a ser providenciada quando houver o completo restabelecimento dos sistemas (após ataque cibernético).		
0025481-91.2015.4.03.9999	13/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Conflito de competência remetido à Origem pelo TJSP após decisão do STJ. Origem enviou os autos ao JEF em vez de enviar ao TRF3. JEF declinou da competência e remeteu os autos ao TRF3. Processo inserido no PJe em 28/3/2022 e remetido ao gabinete do relator na mesma data.		
0008016-64.2018.4.03.9999	13/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico digitalizado. Tramitou no PJe sob n. 0340050-48.2020.4.03.9999 (já julgado e baixado). Lançada certidão de autos findos no SIAPRO em 28/3/2022.		
0049597-69.2012.4.03.9999	20/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado à Origem em 1º/4/2014. Recebido da Origem em 23/3/2019. Redistribuído em 28/4/2020. Regularizada fase no SIAPRO. Certidão de autos findos lançada em 15/2/2022.		
0005245-79.2019.4.03.9999	21/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 6/3/2020. Autos na fila de remessa ao TRF3. Falha no sistema de integração. Enviado e-mail à Vara de Origem solicitando providências. Nova remessa e nova falha. Aberto o chamado n. 10471298 no TRF para regularização.		
0001680-49.2015.4.03.9999	3/2/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 15/6/2020. Constata falha no sistema de integração e, em decorrência disso, redistribuição do feito com outro número (5156850-16.2021.4.03.9999). Abertura de callcenter. Lançamento de consulta nos autos e remessa à conclusão para despacho.		
0039703-71.2013.4.03.6301	15/3/2016	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 13/2/2020. Petição juntada em 4/7/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação.		
5001417-89.2019.4.03.6183	10/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 6/7/2020 (Tema 999).		
0007443-04.2013.4.03.6183	31/8/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Baixa pendente no sistema desde 22/7/2020; processo baixado efetivamente, em tramitação regular no 1º Grau; abertura do chamado n. 10469855 para regularização; chamado atendido; baixa regularizada no sistema.		
5000724-48.2020.4.03.6126	5/6/2020	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 29/6/2020 (Tema 999). Petição juntada em 24/7/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Determinada a conclusão do feito. Autos conclusos em 23/3/2022.		
0011033-17.2013.4.03.6303	5/2/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 28/4/2021 (Tema 998).		
5002591-05.2017.4.03.6119	11/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 13/7/2020 (Tema 999). Petição juntada em 5/8/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação.		
0002794-81.2019.4.03.9999	1º/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado em diligência em 4/8/2020 para realização de estudo social; consulta processual realizada no 1º Grau revela tramitação regular do feito.		
0030106-03.2017.4.03.9999	27/9/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 4/8/2020. Falha no sistema de integração. Chamado n. 10469851 no TRF para regularização. Feito redistribuído por equívoco sob n. 5168484-09.2021.4.03.9999. Determinado cancelamento da redistribuição e juntada das peças aos autos originários		
5008127-96.2017.4.03.6183	10/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 5/8/2020 (Tema 999).		
0035020-47.2011.4.03.0000	10/1/2020	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em tramitação na UVIP desde 22/1/2020.		
5752484-50.2019.4.03.9999	13/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 18/8/2020. Falha no sistema de integração. Reenviado e-mail à Origem em 24/3/2022, com consulta. Autos na fila de remessa ao TRF. Aberto o chamado n. 10471302 no TRF para regularização.		
0002669-04.2014.4.03.6115	13/8/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Digitalizado pelo Gabinete em 4/6/2020; julgamento sobrestado desde 17/6/2020 (Tema 979). Levantamento do sobrestamento e conclusão em 25/3/2022.		
0004165-97.2010.4.03.6183	24/10/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 18/8/2020 (Tema 1018); petição do INSS juntada em 30/8/2020 requerendo o sobrestamento pelo tema; sem conclusão, tendo em vista que o feito já está sobrestado pelo motivo do peticionamento.		
6078657-38.2019.4.03.9999	17/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 6/7/2020 (Tema 1013). Petição juntada em 3/9/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 24/3/2022.		
0003237-34.2015.4.03.6002	21/11/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 11/6/2020 (Tema 979); petição juntada em 9/9/2020 (alteração de advogado); pendente deliberação do gabinete sobre levantamento do sobrestamento e conclusão.		
0002685-21.2015.4.03.6115	27/3/2017	198-Apelação Cível

Observação/Providência: Digitalizado pelo Gabinete em 13/12/2019; julgamento sobrestado desde 17/6/2020 (Tema 979). Levantamento do sobrestamento e conclusão em 25/3/2022.		
5005350-07.2018.4.03.6183	30/7/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 8/9/2020 (IRDR).		
5012470-04.2018.4.03.6183	19/10/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 8/9/2020 (IRDR).		
5621964-02.2019.4.03.9999	10/5/2019	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 8/9/2020. Autos na fila de remessa ao TRF3 desde 9/2/2022. Falha no sistema de integração. Enviado e-mail para a Origem. Aberto o chamado n. 1047130 no TRF para regularização.		
5000135-48.2018.4.03.6119	18/9/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 23/6/2020 (Tema 999). Petição juntada em 20/9/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 23/3/2022.		
0099662-59.1998.4.03.9999	4/12/1998	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 11/5/2005. Decisão monocrática terminativa em 9/5/2020. Despacho de mero expediente em 10/3/2022. Certidão de autos findos lançada em 14/3/2022. Regularizada fase no SIAPRO.		
6073665-34.2019.4.03.9999	17/10/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 1º/7/2020 (Tema 1013). Petição juntada em 9/10/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 24/3/2022.		
5000797-04.2017.4.03.6133	1º/12/2017	1728-Apeação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 2/7/2020 (Tema 979). Petição juntada em 17/10/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 23/3/2022.		
5050296-62.2018.4.03.9999	14/9/2018	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 3/9/2020 (Tema 998). Petição juntada em 28/10/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação.		
0005331-28.2014.4.03.6183	13/2/2019	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 20/9/2020 (Tema 1031); petição juntada em 5/11/2020; levantamento de sobrestamento e conclusão ao Relator em 14/2/2022.		
5285872-64.2020.4.03.9999	15/7/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 6/9/2020 (Tema 1007). Levantamento do sobrestamento e conclusão em 11/4/2022.		
5303704-13.2020.4.03.9999	13/8/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Expedição de Carta de Ordem em 28/10/2020 (diligência: realização de novo estudo social). Carta de Ordem devolvida (cumprida) e juntada aos autos em 24/3/2022. Abertura de vista ao MPF na mesma data. Processo com prazo em curso.		
5012540-84.2019.4.03.6183	29/5/2020	198-Apeação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde (Tema 999).		

5000064-04.2017.4.03.6112	14/3/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 6/12/2019 (Tema 979). Petição juntada em 30/11/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 25/3/2022.		
5921387-48.2019.4.03.9999	29/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em 4/7/2020 (Tema 1007). Levantamento do sobrestamento e conclusão em 11/2/2022. Decisão monocrática em 11/2/2022. Agravo Interno em 23/2/2022. Contrarrazões em 8/3/2022. Remetido à conclusão em 8/3/2022. Aguardando julgamento de Agravo Interno.		
5011925-31.2018.4.03.6183	30/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 24/10/2019 (Tema 1005). Levantamento do sobrestamento e conclusão em 11/4/2022.		
5000668-09.2018.4.03.6183	25/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 30/1/2020 (Tema 1005). Levantamento do sobrestamento e conclusão em 11/4/2022.		
5002785-34.2019.4.03.9999	10/9/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 6/7/2020 (Tema 1013). Petição juntada em 23/12/2020. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 23/3/2022.		
0005350-74.2014.4.03.6105	29/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 10/12/2020 (Tema 1031); petição juntada em 22/1/2021; levantamento de sobrestamento e conclusão ao Relator em 14/2/2022.		
5006759-52.2017.4.03.6183	2/10/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 15/10/2020 (IRDR). Petição juntada em 4/2/2021. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 28/3/2022.		
5355450-17.2020.4.03.9999	16/11/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à conclusão em 7/2/2022, para julgamento, após juntada da mídia com depoimentos (requerida em 11/12/2020).		
5159355-48.2019.4.03.9999	30/1/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 28/8/2020 (Tema 1007). Petição juntada em 10/2/2021. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 24/3/2022.		
0005539-05.2017.4.03.9999	15/2/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Baixa à Origem efetuada em 12/3/2020; confirmação pelo objeto do correio; recebido na UTU7 em 7/2/2022 apenas para regularização da baixa; regularização da baixa no SIAPRO efetuada em 7/2/2022.		
0010448-56.2018.4.03.9999	12/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado na Origem desde 11/3/2020, segundo dados do SIAPRO (OBJETO OI860794432BR CORREIOS). Solicitada a regularização de fase no		

SIAPRO, ainda não realizada em virtude da indisponibilidade dos sistemas (ataque cibernético).		
0010760-78.2011.4.03.6183	17/4/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 18/8/2021 e baixado à Origem em 26/10/2021.		
5000884-17.2017.4.03.6114	30/10/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 13/7/2020. Petição juntada em 25/2/2021. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação.		
0007827-93.2015.4.03.6183	7/10/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 6/8/2020 (Tema 999); petição juntada em 1º/3/2021 (renúncia de mandato); enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação sobre o levantamento do sobrestamento e conclusão.		
0000544-30.2014.4.03.6126	21/12/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado até 20/1/2021; remetido à conclusão para decisão em 14/2/2022.		
5000060-79.2016.4.03.6183	9/5/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 31/8/2020 pelo Tema 692. Petição juntada em 10/3/2022. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação.		
0009049-26.2017.4.03.9999	17/3/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 24/9/2020 (Tema 982); petição juntada em 10/3/2021 (prosseguimento do feito); levantamento do sobrestamento e conclusão em 22/3/2022.		
5399787-28.2019.4.03.9999	20/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com determinação judicial pendente de cumprimento (despacho em 25/1/2021 - solicitação de mídia). Aguardando retorno da Origem. Reiterada a solicitação de envio.		
6077786-08.2019.4.03.9999	17/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 15/6/2020 (Tema 1013). Petições juntadas em 19/10/2020, 20/10/2020, 18/12/2020 e 24/3/2021. Enviado e-mail ao Gabinete do Relator para deliberação. Levantamento do sobrestamento e conclusão em 24/3/2022.		
5000893-61.2018.4.03.6140	24/9/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com julgamento sobrestado desde 24/2/2021 (Tema 1031). Levantamento de sobrestamento em 14/2/2022. Processo concluso para julgamento.		

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 122 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 14 físicos e 108 eletrônicos. Os processos físicos relacionados já estavam baixados para origem ou tramitando de forma eletrônica sob novo número.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

- a) regularizar o atraso na movimentação dos processos (prazo de 30 dias):

5553176-33.2019.4.03.9999	5006707-62.2018.4.03.6105	0005524-98.2006.4.03.6126
0008416-42.2012.4.03.6102	5041436-72.2018.4.03.9999	5041332-80.2018.4.03.9999
5080720-87.2018.4.03.9999	5073173-93.2018.4.03.9999	5037228-45.2018.4.03.9999
5107258-71.2019.4.03.9999	0005245-79.2019.4.03.9999	0039703-71.2013.4.03.6301
5002591-05.2017.4.03.6119	0002794-81.2019.4.03.9999	0003237-34.2015.4.03.6002
5005350-07.2018.4.03.6183	5050296-62.2018.4.03.9999	0010760-78.2011.4.03.6183
5000060-79.2016.4.03.6183	0001063-12.2007.4.03.6106	

A Subsecretaria administra a realização de 4 sessões por mês, tendo havido, entre março/2021 a fevereiro/2022, 18 sessões ordinárias e 1 sessão extraordinária na 7ª Turma, e 20 sessões ordinárias na 9ª Turma. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável.

O volume de pendências na Subsecretaria é razoável, pois, da amostra de 122 processos inspecionados, 20 se encontravam com atraso na tramitação, porém parte das recomendações envolvem diligências de outros setores ou dos órgãos julgadores de primeiro grau.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora, Shirley Catani Mariani, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

Inicialmente, a diretora esclareceu que as subsecretarias da 7ª e 9ª turmas foram unificadas e passaram a integrar a Subsecretaria Unificada A das Turmas da Terceira Seção. Atualmente, a subsecretaria conta com 22 servidores efetivos e dois estagiários de nível superior, distribuídos em 4 divisões:

- Divisão de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios;
- Divisão de Expedição e Cumprimento;
- Divisão de Coordenação e Julgamento da 7ª. Turma; e
- Divisão de Coordenação e Julgamento da 9ª. Turma.

Essa unificação ocorreu em outubro de 2020, e com ela houve a unificação dos feitos que eram processados separadamente em cada secretaria. Nesse momento, foi identificado um número expressivo de processos que pendiam de análise e movimentação na 7ª Turma, tendo sido necessário desenhar um planejamento para o tratamento desse acervo (cerca de 5.000 processos), objeto de processo no SEI.

O plano de trabalho constituiu-se de 3 etapas:

- primeira etapa: tratamento dos processos sem andamento nas tarefas “analisar manifestação parcial” e “analisar manifestação – acórdão da 7ª Turma”;

- segunda etapa: finalização das pendências da força-tarefa e certificação de trânsito em julgado e baixa definitiva (decorrido de final de setembro a 18 de dezembro de 2020);

- terceira etapa: triagem e identificação de processos remanescentes das tarefas do perfil da 7ª Turma, certificação de trânsito em julgado e baixa definitiva.

A terceira etapa de trabalho foi concluída em 17 de fevereiro de 2021, sendo que no período de 20/10/2020 a 31/1/2021 foram movimentados, paralelamente às atividades diárias da secretaria, cerca de 14.000 processos.

A unidade já integrada possui plano de trabalho, com metas definidas, objetivos a serem alcançados, recursos que possuem disponíveis e tarefas a serem realizadas pelas divisões processantes.

Atualmente, a Divisão de Análise, Triagem e Atos Ordinatórios e a Divisão de Expedição e Cumprimento executam o trabalho proveniente de 8 gabinetes das 2 turmas julgadoras.

As Divisões de Julgamento da 7ª e 9ª Turmas organizam as sessões de julgamentos, acompanham e finalizam o resultado dessas sessões, fazem a publicação dos acórdãos e controlam os prazos recursais, dão cumprimento às tutelas, controlam prazos vencidos, certificam trânsito em julgado de acórdãos e fazem a baixa definitiva e arquivamento de processos, auxiliam o secretário durante as sessões, com orientação quanto à ordem de votação, apoio em relação à presença de advogados e de membro do MPF, elaboram cronograma anual das sessões de julgamento e gerenciam a caixa de correio institucional.

Os servidores, atualmente, realizam teletrabalho, cumprindo a orientação da administração do Tribunal em vigor, garantindo a presença de 20% do quadro em trabalho presencial.

Não há fixação de cotas de trabalho individuais, havendo metas de cumprimento das tarefas, conforme a demanda diária, sendo o trabalho distribuído equitativamente entre os servidores das divisões por número final dos processos.

Não há triagem dos processos. Os feitos chegam na secretaria e obedecem aos fluxos do sistema, tramitando no PJe em tarefas próprias previamente definidas. Os processos localizados em determinada tarefa são etiquetados, facilitando o controle de prazos e próximos passos. Contudo, é sempre mantido um controle paralelo na unidade, por meio de planilhas do excel e tabelas no word, alimentadas pelos servidores de forma manual, uma vez que, se o processo não houver sido devidamente etiquetado, pode desviar-se do fluxograma alinhado pela unidade, com consequente dificuldade de localização.

Não há processos físicos tramitando na unidade, exceto quando retornam para retratação ou de diligência, quando são registrados no SIAPRO e também registrados no processo eletrônico para depois serem encaminhados à digitalização. Uma vez digitalizado, o feito passa a tramitar no PJe e retorna para onde estava. Se estava na secretaria, fica lá até que a Presidência do TRF oriente sobre a devolução à origem.

No tocante aos processos baixados em diligência, foi informado que é feito o controle mensal sobre o andamento no primeiro grau, com envio de e-mail à origem se o andamento está atrasado.

As petições protocoladas nos autos aparecem em tarefas para a subsecretaria, bem como para o gabinete, mas por convenção entre os integrantes das turmas, a análise desses documentos é feita na subsecretaria, que avalia a necessidade de fazer conclusão do processo ao gabinete do respectivo relator. Se for necessário remeter o processo ao gabinete, os feitos são relacionados em e-mail.

Os processos adiados, retirados de pauta, com pendência de declaração de voto e pedidos de vista são monitorados internamente pela subsecretaria, por meio de planilhas compartilhadas com os gabinetes. Em caso de demora na inclusão em pauta, a secretaria avisa o gabinete sobre a pendência.

No que diz com os processos sobrestados, a Diretora informou que a 9ª Turma está com os julgamentos em dia e realiza sessões de quórum ampliado quadrimestralmente. Contudo, a 7ª Turma está com os julgamentos relativamente atrasados, razão por que as sessões do artigo 942 estão sendo feitas mensalmente no primeiro semestre de 2022 e bimestralmente no segundo semestre.

Houve melhora na integração dos sistemas com o TJSP e TJMS, diminuindo a burocracia do trabalho. A baixa definitiva de feitos, exemplo dado na inspeção passada, agora tem diretriz para que a vara de origem abra o link que é enviado em e-mail, com o arquivo do processo em PDF, e possa receber o feito já digitalizado. Contudo, observa-se que essa rotina ainda é trabalhosa, pois é a secretaria que tem que converter as peças produzidas no TRF em arquivo PDF.

Houve melhora também na comunicação com o INSS, com a finalidade de agilizar o cumprimento imediato de implantações/revisões de benefícios.

A Diretora pontuou que o sistema ainda necessita de aperfeiçoamento, como por exemplo, a certificação do trânsito em julgado de forma automática. Hoje em dia, o servidor deve conferir todo o feito para ver se não há alguma pendência, e só depois certifica o trânsito, tudo de forma manual. Também de forma manual ainda é feito o controle de prazos, que se automatizado facilitaria, sobremaneira, a conclusão dos feitos aos gabinetes.

Afirma, também que o PJe é muito bom, vem sendo aperfeiçoado e aos poucos vêm sendo implementadas novas funcionalidades e automatizações e os fluxos criados

são bons. Afirma que, durante a pandemia, se não houvesse o PJe, ainda que não completamente perfeito, a produtividade estaria muito comprometida. Porém, registra no questionário que ainda há necessidade de melhoria no sistema, que apresenta falha e instabilidades constantes.

Quanto a aprimoramentos possíveis, observa-se que a atual rotina de monitoramento e tratamento das petições protocoladas ocorre ainda de forma manual e dependente da iniciativa da secretaria, que seleciona os casos considerados relevantes e avisa aos gabinetes, por e-mail, mantendo pendentes de apreciação aquelas que, por critérios que teriam sido ajustados com os gabinetes, não precisariam ser despachadas. Embora as petições protocoladas pelas partes também fiquem visíveis para os gabinetes, considerando que, na rotina combinada, a respectiva apreciação ocorre na medida em que a Secretaria as classifica, seleciona e envia o rol ao gabinete correspondente, podem permanecer sem apreciação, até o julgamento dos processos, eventuais pedidos que talvez merecessem um prévio olhar do relator ou de sua assessoria. Nos gabinetes com tempo médio de tramitação de processos muito pequeno, essa pendência talvez não tenha consequências, mas em se tratando de gabinete com tempo médio de tramitação de feitos superior ao da média da 3ª Seção, será importante que o próprio relator ou sua assessoria avalie a necessidade de pronto despacho.

Por fim, registra-se que no tocante às recomendações feitas na última inspeção, quanto à 7ª Turma, foram adotadas medidas para atendimento. Na 9ª Turma não houve recomendações.

As iniciativas adotadas durante a pandemia, que poderiam se tornar definitivas, segundo a Diretora, são o balcão virtual, a realização de sessões de julgamento de forma virtual/eletrônica e o teletrabalho.

26. RECOMENDAÇÕES

A Secretaria está bem organizada e mantém controle adequado dos processos sob sua responsabilidade.

Assim, seguem algumas medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 24;
- b) Reavaliar, junto aos gabinetes e às Presidências das Turmas, a rotina de tratamento das petições recebidas, nos termos descritos ao final do item 25;
- c) Em relação às pendências, cujas providências para solução não competem exclusivamente à subsecretaria, recomenda-se que continuem a ser registradas e encaminhadas aos setores competentes, na tentativa de aprimoramento constante dos fluxos de trabalho.

SUBSECRETARIA UNIFICADA B DE TURMAS DA 3ª SEÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3. Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria Unificada B de Turmas da Terceira Seção

2.2 Competência

Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal David Dantas, Presidente da Oitava Turma. Desembargador Federal Baptista Pereira, Presidente da Décima Turma

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Sérgio Nascimento - no período de 6/4/2021 a 7/6/2021 - Presidente da Décima Turma, em substituição regimental (Décima Turma). Desembargador Federal Nelson Porfírio – 8/6/2021 a 31/8/2021-Presidente da Décima Turma , em substituição regimental (Décima Turma).

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

João Soares, Diretor da Subsecretaria Unificada B de Turmas da Terceira Seção

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	22
Servidores sem vínculo	0

Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma	
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Juntada	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	37 processos eletrônicos recebidos da UVIP. Trata-se de procedimento objetivando a restaruração dos autos de processos físicos que foram atingidos pelo incêndio ocorrido nas dependências do prédio da Presidente Wislson em 30/11/2017.
Em carga com prazo vencido	0
Outros	0
Publicação de acórdão/decisão	Oitava Turma = 2 e Décima Turmas= 6 (dados inconsistentes, pois não há processos pendentes de publicação)

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada	
Total	Oitava Turma 1.871; Décima Turma 1.057
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	Oitava Turma 898; Décima Turma 435
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	Oitava Turma 173; Décima Turma 250

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	55
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	114
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	Oitava Turma= 13.787; Décima Turma= 16.083
Média de dias do julgamento à publicação	Oitava Turma = 2 Dias; Décima Turma= 3 Dias
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Oitava Turma = 33 Dias; Décima Turma= 79 Dias
Pendentes de publicação	Oitava Turma=0
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Oitava Turma= 0

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	Oitava Turma= 3.140; Décima Turma= 2.253
Tempo médio	Oitava Turma= 76 Dias; Décima Turma= 57 Dias
Publicações em prazo superior a 10 dias	Oitava Turma= 1.149; Décima Turma= 793
Pendentes de publicação	0
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	Oitava Turma= 37; Décima Turma= 26
Há mais de 60 dias	Oitava Turma= 24; Décima Turma= 19
Há mais de 90 dias	Oitava Turma= 19; Décima Turma= 07
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	Oitava Turma= 48; Décima Turma= 133

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)	
Desembargador Federal Newton De Lucca ausentes nas sessões dos dias 9/8/2021 e 23/8/2021 e 22/11/2021, (8ª Turma). Desembargadora Federal Therezinha Cazerta ausente na sessão do dia 22/11/2021, (8ª Turma). Desembargador Federal Luiz Stefanini ausentes nas sessões dos dias 13/9/2021, 27/9/2021 e 18/10/2021, (8ª Turma). Desembargador Federal Baptista Pereira, ausentes nas sessões dos dias 6/4/2021, 20/4/2021, 27/4/2021, 4/5/2021, 18/5/2021, 25/5/2021, 8/6/2021, 22/6/2021, 29/6/2021, 13/7/2021, 27/7/2021, 3/8/2021, 17/8/2021 e 31/8/2021, em virtude de licença médica (10ª Turma). Desembargador Federal Sérgio Nascimento ausente nas sessões dos dias 31/8/2021, 28/9/2021, 7/12/2021, 16/11/2021 e 30/11/2021, (10ª	

Turma). Desembargadora Federal Lucia Ursaia ausente nas sessões dos dias 27/4/2021, 4/5/2021, 18/5/2021, 25/5/2021, 3/8/2021, 28/9/2021 e 16/11/2021. Desembargador Federal Nelson Porfirio ausente na sessão do dia 13/7/2021.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Oitava Turma : 20 Sessões; Décima Turma: 27 Sessões

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Oitava e Décima Turmas não tiveram recomendações específicas.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Oitava e Décima Turmas não tiveram recomendações específicas.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Oitava e Décima Turmas não tiveram recomendações específicas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Graças ao empenho e à dedicação de sua equipe, esta subsecretaria unificada consegue dar vazão à elevada quantidade de feitos recebidos dos gabinetes que compõe a Oitava Turma e Décima Turma, podendo ser elencadas como boas práticas: a consulta habitual de relatórios gerenciais, a utilização de procedimentos operacionais escritos, a cooperação entre as divisões, o treinamento constante de funcionários e a realização de reuniões periódicas. Outrossim, é importante ressaltar que, com o apoio das Presidências destas Turmas, visando ao bom andamento dos trabalhos, foram elaborados cronogramas que contemplam o tempo em que serão cumpridos atos processuais de feitos que aqui tramitam. Com relação às dificuldades enfrentadas, podemos ressaltar a existência de falhas e a ausência de importantes funcionalidades no PJe.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

João Soares

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A Subsecretaria Unificada B, está organizada em 4 divisões: Diretor da Subsecretaria Divisão de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios: 1 diretor de divisão e quatro servidores; Divisão de Expedição e Cumprimento: 1 diretor de divisão e cinco servidores; Divisão de Coordenação e Julgamento da Oitava Turma: 1 diretor de divisão e quatro servidores; Divisão de Coordenação e Julgamento da Décima Turma: 1 diretor de divisão e quatro servidores a distribuição das atividades entre os servidores é flexível, havendo periódica revisão, com a cooperação dos integrantes das divisões no desempenho das atividades de toda equipe.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

A subsecretaria não adotou o regime de teletrabalho para execução das atividades pelos seus servidores. Todavia, durante a pandemia, não houve alternativa se não aderir ao trabalho remoto extraordinário, Portaria PRES/CORRE n. 28, de 21/2/2022.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O trabalho remoto extraordinário, determinado pelo TRF3, foi cumprido de forma parcial, pois 20% dos servidores da Subsecretaria compareciam presencialmente para cumprir o expediente das 12:00 às 19:00 horas.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Foi desenvolvido método de trabalho que dispensa o estabelecimento de metas individuais, pois a Subsecretaria trabalha por demanda. Há, no entanto, exigência para cumprimento do processamento diário dos feitos recebidos. Cada diretor de Divisão distribui os processos aos seus servidores, cobrando diariamente o efetivo cumprimento.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho é feita pelos Diretores de Divisão, sob a supervisão do Diretor da Subsecretaria. Todos os dias, há distribuição dos processos para os servidores cumprirem, de acordo com a demanda.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

A triagem inicial dos processos eletrônicos é feita de acordo com as Divisões. No painel do usuário do PJe existem caixas, as quais são nominadas de acordo com a responsável pelo feito. Por exemplo, a DIVISÃO DE TRIAGEM, ANÁLISE E ATOS ORDINATÓRIOS tem como caixas: avaliar determinações; baixados em diligências, cumprir determinações etc. A DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CUMPRIMENTO- caixas: analisar resultado de diligência ou recurso; fazer conclusão; preparar certidão de

trânsito em julgado etc. AS DIVISÕES DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO - caixas: preparar intimação de acórdãos; no painel do secretário são providenciadas abertura das sessões de julgamento, intimação da pauta, preparação e acompanhamento dos processos na sessão de julgamentos.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Não há mais processos físicos.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Não há mais processos físicos.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

A organização e o controle de movimentação no PJe, é realizada por meio de etiquetas colocadas em cada processo e fora dele. No caso das baixas em diligências, é realizada por meio de planilhas Excel e também por fichas criadas manualmente para os casos de carta de ordem, carta precatória, ofícios, distribuição de conflito de competência. Há controle periódico de processos sem movimentação e ocorre nas situações em que o expediente no PJe não se encerra por algum motivo. Por meio do controle, o processo é devolvido ao andamento normal.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Os servidores têm atribuições específicas, ficando cada um responsável por uma parte do processamento, os servidores acumulam mais de uma tarefa. Apesar da separação das tarefas, quando ocorre de chegar um volume que exceda à capacidade dos servidores de processar os feitos, toda a Divisão concentra esforços para dar vazão aos processos.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Por se tratar de Turma especializada em Direito Previdenciário, há grande número de processos prioritários, razão pela qual procura dar celeridade em todos os atos processuais, com maior zelo àqueles com prioridade legal ou relacionados à meta do CNJ.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Há controle periódico de processos sem movimentação, realizado por meio dos relatórios gerenciais e ocorre nas situações em que o expediente não se encerra por algum motivo. Por meio do controle, o processo é devolvido ao andamento normal.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

O atendimento às partes e aos advogados é feito conforme escala e rodízio de servidores de cada Divisão. No período da pandemia, essa atividade ficou restrita aos e-mails e posteriormente pelo BALCÃO VIRTUAL e por telefone pelos servidores que comparecem presencialmente ao TRF3.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Os processos remetidos ao Ministério Público Federal é feito pelo próprio PJe, pois quando o prazo de expira, o processo retorna automaticamente, sem a necessidade de se cobrar a devolução.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

No caso do PJe não há petições pendentes de juntada. O que na verdade ocorre é o controle de petições juntadas no PJe que é feito diariamente. Existe uma tarefa denominada agrupadores na qual todos as petições juntadas e não lidas são verificadas, havendo em seguida o andamento pertinente. No caso dos processos que se encontram nos gabinetes dos desembargadores, são enviados e-mails informando-os da existência de petições aptas a serem juntadas.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Os processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes são controlados pelos próprios gabinetes. Aqueles com pedidos de vista e adiados, normalmente são levados a julgamento na sessão seguinte, a fim de que não haja necessidade de nova inclusão dos processos em pauta.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Na Décima Turma, quando o julgamento inicial não é unânime, no caso das sessões de colegiado ampliado (art. 942 do CPC), o Presidente da Turma colhe o voto do quarto integrante do Colegiado, no máximo a cada dois meses. Com relação a Oitava Turma, é elaborado um cronograma anualmente onde há previsão das sessões que serão realizadas com o Colegiado ampliado. Havendo processos, o Presidente convoca desembargador para aplicação de técnica de julgamento estipulada no art. 942 do CPC. Busca-se, sempre que possível, evitar o acúmulo de muitos feitos.

21. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Durante a a pandemia foi instituído, pela Presidência do TRF3, o trabalho remoto extraordinário (Resolução 370, de 20/8/2020), o qual perdurou até o dia 1º/4/2022. No entanto, a UN3b desenvolveu um plano de trabalho, com reuniões semanais com os

Diretores com o intuito acompanhar o desenvolvimento do trabalho da Subsecretaria com avaliação da produtividade de cada servidor, com objetivo de tornar o trabalho eficiente e com maior celeridade.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Com relação aos recursos humanos, com a unificação das turmas (8ª e 10ª), a subsecretaria ficou com o quadro de 22 servidores, que apesar do aumento do processamento, se mostrou suficiente para o desenvolvimento do trabalho. Com relação aos recursos materiais, a subsecretaria foi instalada no 3º andar, onde conta com todos os equipamentos necessários para os servidores.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho é coordenada pelo Diretor da Subsecretaria, onde são realizadas reuniões semanais com os Diretores de Divisão para coordenação e desenvolvimento dos trabalhos subsidiada pelos relatórios gerenciais que apresentam dados que refletem as atividades desenvolvidas pela unidade.
c) resultados	Aumento da produtividade.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados referem-se ao aumento de produtividade de cada servidor com eficiência e celeridade.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Entre as ações a serem implementadas estão as seguintes: o treinamento constante de servidores e estagiários; a realização periódicas para avaliação do ambiente de trabalho e da produtividade, bem como para captação de sugestões e suas formas de implementação.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Em razão da pandemia, o Tribunal determinou em Portarias sucessivamente editadas a partir de abril de 2020, que os servidores permanecessem em trabalho remoto, como meio de evitar a propagação do vírus. Referida medida confirmou ser possível, tornando-se efetivamente em medida prática, confirmando que o trabalho jurisdicional pode ser realizado, quase em sua totalidade, remotamente, mantendo-se a qualidade e produtividade, com a redução impactante dos custos de energia, entre outros.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0005966-88.2010.4.03.6105	12/6/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado dia 14/2/2022 e o acórdão publicado em 18/2/2022.		
5032666-80.2019.4.03.0000	16/12/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo não pertence a subsecretaria unificada B.		
0000981-46.2016.4.03.6144	19/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não pertence a UN3B - processo da 7ª Turma		
5805756-56.2019.4.03.9999	1º/12/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não pertence a Subsecretaria Unificada B, pois pertence a 7ª Turma.		
0038244-27.2010.4.03.0000	16/12/2010	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Foi julgado a restauração dos autos e o processo foi remetido a Vice-Presidência. Foi solicitada a devolução dos autos para a publicação da decisão, a qual ocorreu em 28/3/2022.		
5008751-65.2020.4.03.0000	6/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo não pertence a Subsecretaria Unificada B e sim a Unificada A (7ª Turma)		
0000245-40.2015.4.03.9999	3/9/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O Processo pertence a 7ª Turma.		
5002246-07.2018.4.03.6183	10/10/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 2/2/2022 e o acórdão publicado em 4/2/2022. Em 2/3/2022, conclusos.		
5014173-33.2019.4.03.6183	11/11/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo não pertence a Subsecretaria Unificada B. Processo da 7ª Turma.		
0040946-72.2017.4.03.9999	13/12/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi julgado em 11/3/2020 e em 4/9/2020 foi concedida a tutela de urgência para implantar o benefício. Em 3/2/2022 o processo foi remetido para a Vice-Presidência.		
5009321-17.2021.4.03.0000	29/4/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo foi julgado dia 16/2/2022 e publicado dia 21/2/2022. Aguardando o decurso do prazo.		
5248763-16.2020.4.03.9999	25/11/2020	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo julgado dia 14/2/2022 e publicado dia 16/2/2022.		
5010800-45.2021.4.03.0000	11/6/2021	202-Agravo de Instrumento

Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão do dia 14/2/2022 e o acórdão foi publicado no dia 21/2/2022.		
5018544-91.2021.4.03.0000	12/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo conclusos desde o dia 7/3/2022.		
5018006-13.2021.4.03.0000	6/8/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão do dia 15/2/2022 e o acórdão foi publicado no dia 18/2/2022.		
5009781-04.2021.4.03.0000	4/5/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão do dia 14/2/2022 e o acórdão publicado dia 22/2/2022.		
5000559-61.2020.4.03.6106	27/2/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusos para julgamento desde 11/2/2022.		
5021478-22.2021.4.03.0000	15/9/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo está conclusos para julgamento desde o dia 15/2/2022.		
5023115-08.2021.4.03.0000	1º/10/2021	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo foi julgado na sessão do dia 1º/2/2022 e o acórdão foi publicado no dia 8/2/2022		
5272038-91.2020.4.03.9999	18/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando decurso prazo, referente ao despacho que determinou a implantação do benefício por invalidez em 2/3/2022.		
0000964-84.1999.4.03.6118	12/6/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está conclusos ao relator, aguardando julgamento do agravo.		
0007819-71.2011.4.03.6114	4/2/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos suspensos ou sobrestados.		
0002550-80.2013.4.03.6114	6/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está conclusos ao relator, aguardando julgamento do agravo.		
0008844-72.2012.4.03.6183	13/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo conclusos aguardando decisão do agravo.		
0003218-81.2013.4.03.6104	7/1/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está conclusos ao relator, aguardando julgamento do agravo.		
0005845-81.2011.4.03.6119	2/12/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo foi julgado no dia 4/2/2022. Publicado em 7/2/2022, aguardando o decurso do prazo.		
0005187-64.2008.4.03.6183	28/5/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo está conclusos aguardando julgamento do agravo.		

0000250-06.2011.4.03.6183	19/3/2013	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo estava aguardando o decurso de prazo para o INSS se manifestar. Fase atual conclusos no dia 25/3/2022.		
5006785-50.2017.4.03.6183	30/7/2018	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5182803-16.2020.4.03.9999	5/3/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: processo baixou em diligencia em 3/2/2021. Consultando o andamento processual da primeira instância, verificou-se que foi designada perícia para o dia 24/2/2022, portanto, aguardando a juntada do laudo.		
5847086-33.2019.4.03.9999	12/7/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo retornou da baixa em diligencia e encontra-se conclusos desde 3/3/2022.		
5004722-81.2019.4.03.6183	22/8/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado dia 8/3/2022 e o acórdão publicado em 14/3/2022.		
5008203-86.2018.4.03.6183	23/10/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O agravo foi julgado na sessão do dia 8/3/2022 e o acórdão foi publicado dia 14/3/2022.		
5010693-81.2018.4.03.6183	29/4/2019	1728-Apeleção/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão do dia 22/3/2022.		
0012433-65.2010.4.03.0000	5/5/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo apensado a Apeleção Cível n. 0000500-51.2008.4.03.6116, a qual por decisão do dia 23/3/2022, determinou a suspensão deste processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
0031906-03.2011.4.03.0000	14/10/2011	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: O processo encontra-se apensado a apeleção cível n. 004911-28.2011.03.6183 e está localizada na Vice-presidência.		
5000018-82.2017.4.03.6122	13/5/2020	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: O processo encontra-se conclusos para decisão desde o dia 28/5/2021.		
5013068-72.2021.4.03.0000	9/6/2021	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: O processo foi arquivado definitivamente em 17/2/2022		
5009935-05.2018.4.03.6183	30/6/2021	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: O processo encontra-se conclusos desde 7/7/2021.		
0022556-54.2012.4.03.0000	27/7/2012	183-Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo apensado a Apeleção Cível n. 0000500-51.2008.4.03.6116, a qual por decisão do dia 23/3/2022, determinou a suspensão deste		

processo, até o julgamento definitivo do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000663-18.2005.4.03.6122.		
5000198-92.2021.4.03.0000	11/1/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: O processo foi julgado em 24/2/2022 e está aguardando o decurso de prazo para baixa definitiva.		
5000873-55.2021.4.03.0000	8/2/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo aguardando o julgamento do Conflito de Competência n. 5012985-56.2021.4.03.0000, desde 30/9/2021.		
5005516-56.2021.4.03.0000	1º/9/2021	120-Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: em 2/3/2022, intimação do MPF.		
5002607-41.2021.4.03.0000	23/9/2021	12134-Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: O processo foi julgado em 5/10/2021 e arquivado definitivamente em 4/2/2022.		
5012521-32.2021.4.03.0000	2/6/2021	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo arquivado definitivamente em 7/2/2022.		
0004596-16.2015.4.03.6100	1º/9/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão do dia 31/1/2022, por unanimidade de votos.		
5158807-52.2021.4.03.9999	21/9/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão de julgamento do dia 25/4/2022.		
5000348-85.2018.4.03.6141	17/5/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0022599-25.2016.4.03.9999	4/7/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0008110-53.2014.4.03.6183	28/12/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5001236-13.2019.4.03.0000	28/1/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5023573-93.2019.4.03.0000	13/9/2019	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 4/12/2019 foi lançada certidão de trânsito em julgado. Em 19/12/2019 o processo foi arquivado. Por outro lado, por uma falha no PJe foi permitida o protocolo da petição de Embargos de Declaração em 12/3/2020. Comuniquei ao gestor do PJe sobre o ocorrido.		
0004308-76.2016.4.03.6183	8/1/2019	198-Apelação Cível

Observação/Providência: O processo está suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5006803-37.2018.4.03.6183	20/7/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores		
5002759-07.2017.4.03.6119	6/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0006915-62.2016.4.03.6183	18/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0022118-91.2018.4.03.9999	14/9/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5002176-24.2017.4.03.6183	21/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0016624-90.2014.4.03.9999	3/7/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está localizado no setor Núcleo de Recursos aos Tribunais Superiores desde 22/5/2015.		
0035169-77.2015.4.03.9999	16/9/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está localizado no setor Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores desde 15/6/2016.		
0040012-85.2015.4.03.9999	22/10/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está localizado no setor NÚCLEO DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIORES, desde 10/8/2016.		
0032846-36.2014.4.03.9999	4/11/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está localizado no setor Núcleo de remessa aos Tribunais Superiores desde 4/3/2015.		
0001658-69.2007.4.03.9999	18/1/2007	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo está localizado no setor núcleo DE REMESSA AOS TRIBUNAIS SUPERIORES		
0007338-25.2013.4.03.9999	4/3/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está apensado a apelação cível n. 0007190-14.2013.4.03.9999, a qual foi baixada definitivamente em 16/7/2013 pela CONCILIAÇÃO. Encaminhei e-mail para o setor de Conciliação para regularização da fase do referido processo no SIAPRO .		
0037907-77.2011.4.03.9999	20/9/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está localizado no setor Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores desde 30/1/2017.		

5027034-83.2018.4.03.9999	20/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo baixou em diligência em 28/3/2019. Consultando o andamento do processo na primeira instância, verifiquei que foi designada perícia para o dia 17/2/2022, no entanto, o IMESC oficiou comunicando o não comparecimento da parte autora.		
5733060-22.2019.4.03.9999	7/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligencia em 21/9/2019. Consultando andamento processual na primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho 21/3/2022, para que o IMESC apresente o laudo pericial.		
5376424-12.2019.4.03.9999	16/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido da baixa em diligência e encontra-se conclusos desde 15/2/2022.		
5701962-19.2019.4.03.9999	30/5/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligencia desde 12/10/2019. Consultando andamento processual da primeira instância, verificou-se que foi proferido para a parte se manifestar quanto ao comparecimento na perícia., em 16/3/2022.		
0000930-33.2004.4.03.9999	23/9/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo localizado no setor Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores.		
5610400-26.2019.4.03.9999	7/5/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da baixa em diligencia e encontra-se conclusos desde 27/2/2022.		
6073312-91.2019.4.03.9999	16/10/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixa em diligencia em 28/1/2020. Consultando os autos na primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho em 8/12/2021, intimando o perito para se manifestar.		
5788618-76.2019.4.03.9999	27/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Levantada a causa suspensiva ou de sobrestamento - suspensão/sobrestamento por Recurso Especial Repetitivo de número 1011 e o processo está conclusos desde 28/3/2022.		
6203532-80.2019.4.03.9999	12/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado diligencia em 5/5/2020. Consultando o andamento processual da primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho em 5/11/2021, designando audiência para o dia 6/10/2022.		
5898143-90.2019.4.03.9999	23/7/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligencia desde 9/5/2020. Consultando o andamento processual da primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho, em 14/3/2022, nomeando perito judicial para a realização de perícia.		
6150736-15.2019.4.03.9999	1º/11/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo baixado em diligencia em 16/5/2020. Consultando o andamento processual da primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho em 4/11/2021, reiterando ofício ao IMESC para apresentar o laudo pericial.		

0039668-80.2010.4.03.9999	23/8/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5148644-47.2020.4.03.9999	30/1/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligência desde 9/6/2020. Consultando o andamento processual na primeira instância, verificou-se que em 30/11/2021 foi nomeado novo perito.		
5121060-05.2020.4.03.9999	17/1/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligência em 6/6/2020. Consultando o andamento na primeira instância, verificou-se que em 11/1/2022, aguardando as informações do laudo do perito.		
5848783-89.2019.4.03.9999	12/7/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligencia em 14/7/2020. Consultando o andamento processual na primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho em 21/2/2022, determinando que o perito preste os esclarecimentos.		
5118160-49.2020.4.03.9999	17/1/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligência em 22/7/2020. Consultando o andamento na primeira instância, verificou-se que está aguardando a manifestação do novo perito nomeado, em 19/10/2021.		
5251385-68.2020.4.03.9999	16/5/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo baixada em diligencia, em 29/7/2020. Consultando o andamento processual na primeira instância, verificou-se que foi determinado, em 23/2/2022, expedição de ofício ao IMESC para agendamento de perícia.		
0005190-31.2019.4.03.9999	15/10/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: O processo está em baixa em diligência para regularização da representação processual da parte autora.		
6217753-68.2019.4.03.9999	19/12/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo foi recebido da baixa em diligencia e encontra-se conclusos desde o dia 3/3/2022.		
5168293-95.2020.4.03.9999	19/2/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligência em 21/9/2020. Consultando andamento processual na primeira instância, verificou-se que o processo está conclusos para despacho em 26/3/2022.		
5787502-35.2019.4.03.9999	27/6/2019	198-Apeleção Cível
Observação/Providência: processo julgado em 7/3/2022.		
5300424-34.2020.4.03.9999	8/8/2020	198-Apeleção Cível
Observação/Providência:o processo baixou em diligencia em 15/10/2020. Consultando o andamento processual da primeira instância, verificou-se que o processo está, desde o dia 23/3/2022, na fila para remessa ao TRF3.		
5275386-20.2020.4.03.9999	26/6/2020	198-Apeleção Cível

Observação/Providência: Processo retornou da baixa em diligencia e encontra-se conclusos desde o dia 3/3/2022.		
5102287-09.2020.4.03.9999	13/1/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em baixa em diligência desde 9/10/2020. Consultando o andamento na primeira instância, verificou-se que o processo está na fila de remessa ao TRF3, desde 7/1/2022.		
0005399-97.2019.4.03.9999	6/11/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo encontra-se em baixa em diligência. Fase atual aguardando manifestação da parte autora sobre o laudo pericial em 23/3/2022.		
5006508-40.2018.4.03.6105	31/8/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está em baixa em diligência desde 22/6/2020. Consultando o andamento na primeira instância em 22/2/2022, decorrido prazo para manifestação das partes sobre a manifestação do perito judicial.		
5571612-40.2019.4.03.9999	28/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixa em diligencia desde 11/11/2020. Consultando o andamento processual na primeira instância, verificou-se que foi agendada perícia para o dia 5/3/2022.		
6208284-95.2019.4.03.9999	18/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligencia em 24/11/2020. Consultando o andamento processual da primeira instância, verificou-se que foi proferido despacho no sentido de aguardar a apresentação do laudo pericial.		
6217411-57.2019.4.03.9999	19/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligencia em 14/11/2020. Consultando o andamento processual na primeira instância, verificou que em 8/3/2022, foi expedido ofício ao IMESC para realização de perícia médica.		
5344442-43.2020.4.03.9999	21/10/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 23/3/2022.		
0003325-08.2016.4.03.6109	30/5/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 1º/12/2020.		
5004031-38.2017.4.03.6183	15/1/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0003725-91.2016.4.03.6183	7/6/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está sobrestado desde 8/2/2021		
5009941-12.2018.4.03.6183	15/8/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi pautado para a sessão do dia 25/4/2022.		
5004376-67.2018.4.03.6183	17/6/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em 7/3/2022 cumprimento de levantamento da suspensão ou dessobrestamento e conclusos para decisão.		
5000511-72.2020.4.03.6116	30/11/2020	199-Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: O processo foi julgado em 21/12/2021 e transitou em julgado em 16/3/2022.		
5011225-84.2020.4.03.6183	29/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Expedida carta precatória em 8/4/2021, juntada de documentos e fase atual está aguardando a manifestação das partes referente a juntada de documentos (publicação do dia 23/3/2022).		
0010004-23.2018.4.03.9999	10/4/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
0000005-86.2008.4.03.6122	26/2/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo estava aguardando a resposta do e-mail. ao Exmo. Sr. Ministro Napoleão Nunes Marques Filho. Fase atual incluído na Pauta de julgamento do dia 25/4/2022.		
0004860-05.2017.4.03.9999	4/5/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está conclusos desde 4/5/2021.		
5019274-85.2018.4.03.6183	8/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão do dia 22/2/2022 e acórdão publicado no dia 1º/3/2022.		
5056689-95.2021.4.03.9999	25/3/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores		
5002491-17.2017.4.03.6130	9/3/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5255828-62.2020.4.03.9999	22/5/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores		
5000200-57.2019.4.03.6103	17/11/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores.		
5048237-96.2021.4.03.9999	9/3/2021	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores		
5008402-23.2019.4.03.6103	26/3/2021	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores		
6096081-93.2019.4.03.9999	21/10/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Foi proferida decisão no processo em 9/6/2021, mas por um problema no PJe o processo não foi para SUBSECRETARIA para processamento. Abri chamado para regularizar o fluxo do processo.		

5011245-46.2018.4.03.6183	20/6/2020	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por determinação de Tribunais Superiores		
5006210-06.2018.4.03.9999	12/12/2018	198-Apelação Cível
Observação/Providência: em 18/3/2022 foi determinado o levantamento do sobrestamento.		
0016199-05.2010.4.03.9999	30/4/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi digitalizado e posteriormente conclusos. No entanto, ficou faltando a intimação do acórdão, a qual foi realizada no dia 28/3/2022.		
0024507-64.2009.4.03.9999	8/7/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi digitalizado e encaminhado para Vice-Presidência em 10/2/2022.		
0011229-11.2000.4.03.9999	7/1/2021	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em 18/3/2022 decisão julgando parcialmente restaurados os autos. Publicada a decisão em 21/3/2022.		
0003060-35.2009.4.03.6114	25/3/2011	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo restaurado, após o decurso de prazo foi encaminhado para Vice-Presidência em 7/2/2022.		
0014922-75.2015.4.03.9999	15/4/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em 10/11/2021 foi julgado restaurado os autos e em 7/2/2022 foi encaminhado para Vice-Presidência.		
0009393-51.2011.4.03.6140	29/11/2021	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: O Processo encontra-se conclusos para decisão desde o dia 4/2/2022.		
5001024-21.2021.4.03.0000	9/3/2021	12375-Reclamação
Observação/Providência: O processo foi julgado em 17/12/2021 e arquivado definitivamente em 14/3/2022.		
0036013-27.2015.4.03.9999	22/9/2015	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Julgada parcialmente a restauração dos autos em 11/11/2021 e encaminhado a Vice-presidência em 7/2/2022.		
0012234-45.2012.4.03.6120	27/11/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Julgada parcialmente a restauração dos autos em 9/12/2021. Encaminhado o processo para Vice-Presidência em 11/3/2022.		
0005851-66.2006.4.03.6183	17/6/2011	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Em 28/1/2022, decisão julgando a restauração dos autos. Em 1º/2/2022, publicação da decisão. Aguardando decurso de prazo para enviar processo para Vice-Presidência.		

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 125 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, sendo todos eles eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Concluir o processo ao Gabinete do Relator:

5000559-61.2020.4.03.6106	0000964-84.1999.4.03.6118	0002550-80.2013.4.03.6114
0008844-72.2012.4.03.6183	5009935-05.2018.4.03.6183	0005190-31.2019.4.03.9999
5000348-85.2018.4.03.6141	5023573-93.2019.4.03.0000	5027034-83.2018.4.03.9999
5787502-35.2019.4.03.9999	5019274-85.2018.4.03.6183	5011245-46.2018.4.03.6183

b) Monitorar andamento da perícia na origem e certificar nos autos:

5182803-16.2020.4.03.9999	5027034-83.2018.4.03.9999	5733060-22.2019.4.03.9999
5701962-19.2019.4.03.9999	6073312-91.2019.4.03.9999	6203532-80.2019.4.03.999
6150736-15.2019.4.03.9999	5148644-47.2020.4.03.9999	5848783-89.2019.4.03.9999
5118160-49.2020.4.03.9999	5251385-68.2020.4.03.9999	5168293-95.2020.4.03.9999
0005399-97.2019.4.03.9999	5121060-05.2020.4.03.9999	5571612-40.2019.4.03.9999
6208284-95.2019.4.03.9999	6217411-57.2019.4.03.9999	5056689-95.2021.4.03.9999

c) Regularizar autuação:

5006803-37.2018.4.03.6183

d) Dar andamento ao processo e proceder a baixa no sistema:

5006508-40.2018.4.03.6105	5000511-72.2020.4.03.6116
---------------------------	---------------------------

A Subsecretaria administra a realização de 5 sessões, em média, por mês, tendo havido, entre março/2021 a fevereiro/2022, 87 sessões ordinárias. Segundo foi informado não houve cancelamento de sessões até fevereiro de 2022.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 125 processos inspecionados, foram verificados atrasos na tramitação em 33 processos, sendo a grande maioria deles decorrente de diligências determinadas ao primeiro grau e que não retornaram.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria, composta pelo Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz e pelos servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina foi recebida na unidade pelo Diretor João Soares, às 10h do dia 9/5/2022.

O gestor discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela Secretaria, composta por 4 divisões (Divisão de Triagem, Análise e Atos Ordinatórios; Divisão de Expedição e Cumprimento; Divisão de Coordenação e Julgamento da 8ª e da 10ª Turma), destacando a melhoria dos serviços após a implantação do PJe, finalização da digitalização do acervo e unificação do processamento dos feitos oriundos da 8ª e da 10ª Turma do Tribunal.

Referiu que é feita triagem dos processos, mediante etiquetas e localizadores próprios do PJe, bem como controles manuais específicos para acompanhamento das diligências determinadas pelos magistrados dos gabinetes atendidos pela secretaria.

Não obstante as vantagens decorrentes da utilização do PJe em relação ao processamento dos processos físicos, foi esclarecido que algumas rotinas de secretaria ainda não estão devidamente contempladas na arquitetura do processo eletrônico, havendo precariedade do controle dos fluxos, necessidade de controle manual de diligências e verificação semanal das petições juntadas. Ademais, deve ser registrado que inexistente mapeamento dos processos de trabalho que se encontram em vigor na unidade.

Foi esclarecido que a 8ª Turma realiza sessões virtuais e telepresenciais alternadamente, ao passo que a 10ª Turma realiza sessões por videoconferência e pretende retomar as sessões na modalidade presencial tão logo seja finalizada a reforma da sala de sessões utilizada pelo Colegiado, pois não realiza sessões virtuais. As duas turmas realizam as sessões conforme cronograma prévio, o qual é alterado somente em casos excepcionais, como o ataque cibernético sofrido pelo Tribunal em março de 2022. Ademais, as sessões do Colegiado Ampliado do artigo 942 do CPC são realizadas frequentemente, evitando acúmulo dos processos com julgamento pendente em razão das decisões não unânimes. Com o advento do PJe, reduziram-se os prazos de lançamento das decisões proferidas em sessão, publicação dos acórdãos, bem como a publicação das decisões monocráticas.

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) cumprir as recomendações do item 24.

b) embora exista um elogiável controle manual dos processos convertidos em diligência, é prudente a certificação nos autos das informações obtidas junto ao juízo de primeiro grau para proporcionar maior exatidão das informações processuais e acompanhamento das diligências pelos respectivos relatores e pelas partes, bem como proporcionar a aferição do excesso de prazo no cumprimento das providências determinadas pelo Tribunal.

c) realizar um mapeamento dos processos de trabalho da unidade, a fim de identificar novas ferramentas a serem desenvolvidas no PJe para otimizar as rotinas da secretaria, tais como conclusão das petições juntadas, monitoramento das diligências, dentre outros necessários a assegurar a duração razoável do processo.

d) recomendar que a 10ª Turma realize sessões virtuais alternadamente com as sessões presenciais ou telepresenciais, a exemplo das demais turmas do Tribunal.

SUBSECRETARIA UNIFICADA DE TURMAS DA 4ª SEÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria Unificada da Quarta Seção - UNI4 - Subsecretarias da 11ª Turma e da 5ª Turma

2.2 Competência

Competência Criminal, ressalvada a do Órgão Especial

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

Presidente Coordenador da Subsecretaria da UNI4: Des. Fed. José Lunardelli;
Presidente da Subsecretaria da UTU 11: Des. Fed. José Lunardelli; Presidente da Subsecretaria da UTU5: Des. Fed. Mauricio Kato.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Sem sistema para coleta de dados.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Mikaela Fabiana Mota Garcia - Diretora de Subsecretaria desde 25/11/2021

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	21
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4

Outros	.
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma

Publicação de acórdão/decisão	5ª Turma: 55 ; 11ª Turma: 146
Extraviados/por restaurar	0
Outros	
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	sem dados fornecidos pelo setor de estatística
Análise/triagem	sem dados
Juntada	sem dados
Conclusão	sem dados
Em carga com prazo vencido	sem dados

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada

Total	11ª Turma: 14; 5ª Turma: 11
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	11ª Turma: 2; 5ª Turma: 7
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	11ª Turma: 0; 5ª Turma: 4

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	25
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	91
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	11ª Turma: 1.952; 5ª Turma: 2.005
Média de dias do julgamento à publicação	11ª Turma: 7; 5ª Turma: 4
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	11ª Turma: 299; 5ª Turma: 78
Pendentes de publicação	11ª Turma: 140; 5ª turma: 54

Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	11ª Turma: 000000410.2017.403.6115 Turma: 0000267.22.2010.403.6007	5ª Turma: -
---	---	-------------

4.5 Fluxo de publicação de decisões		
Total de publicações	11ª Turma: 582; 5ª Turma: 619	
Tempo médio	11ª Turma: 12 dias; 5ª Turma: 6 dias	
Publicações em prazo superior a 10 dias	11ª Turma: 32; 5ª Turma: 23	
Pendentes de publicação	11ª Turma: 6; 5ª Turma: 1	
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	11ª Turma: 0021676.91.2014.403.0000 - 18/8/2021	5ª Turma: - 5005347.35.2022.403.0000 - 25/2/2022

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	11ª Turma: 82; 5ª Turma: 37
Há mais de 60 dias	11ª Turma: 25; 5ª Turma: 17
Há mais de 90 dias	11ª Turma: 38; 5ª Turma: 18
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	11ª Turma: 70; 5ª Turma: 37

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Sem dados no momento.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
11ª Turma: de 8 de abril de 2021 a 7 de abril de 2022: 23 sessões. 5ª Turma: de 5 de abril de 2021 a 11 de abril de 2022: 24 sessões.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Foram identificados sete processos de tramitação originária da 1ª Turma, atualmente pertencentes ao acervo da 11ª Turma, com baixa, em meados da década de 1990, à Justiça Estadual, porém sem a devida baixa no sistema do Tribunal, recomendou-se a imediata regularização.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os feitos foram regularizados.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há recomendações pendentes.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unificação das duas Turmas, diminuição das funções comissionadas trouxe um enorme acúmulo de funções entre os Diretores e uma quantidade de trabalho infinitamente maior para toda a Secretaria Unificada. O excessivo volume de processos físicos acarreta uma demanda de trabalho maior, principalmente a necessidade do atendimento ao balcão.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Mikaela Fabiana Mota Garcia

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

DT04 Divisão de Triagem Análise e Atos Ordinatórios;
DX04 Divisão de Expedição e Cumprimento;
DJ05 Divisão de Coordenação e Julgamento 5ª Turma;
DJ11 Divisão de Coordenação e Julgamento 11ª Turma.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores trabalham em regime de teletrabalho parcial.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Apenas parcial. Por dia comparecem de forma presencial, em sistema de rodizio, um servidor de cada Divisão e um Diretor de Divisão. A Diretora da Secretaria Unificada trabalha de forma presencial.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

A equipe trabalha por volume de serviço, fase e classe processual. A distribuição do trabalho é realizada dentro de cada Divisão, pelos Diretores que realizam com

frequência reuniões com os servidores para estabelecerem planos e prioridades. Não há política de recompensas, o trabalho é coletivo e o atraso de uma divisão implica em maior serviço para a outra divisão.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O desempenho dos servidores é acompanhado diariamente pelos Diretores de Divisão que estabelecem e determinam o trabalho do dia que deverá ser cumprido por cada servidor. Não estabelecemos cotas específicas, já que trabalhamos por demanda.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

A triagem inicial dos processos é feita de acordo com a determinação exarada pelo magistrado, ou seja, com base nos despachos, nas decisões e nos acórdãos, encaminhando-os para a devida tramitação por cada Divisão responsável. Nos físicos, o recebimento dos gabinetes é realizado de forma manual, sendo, em seguida, distribuídos entre os servidores dentro de cada divisão e de acordo com a fase processual.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Nos físicos, o recebimento dos gabinetes é realizado de forma manual, sendo, em seguida, distribuídos entre os servidores dentro de cada divisão e de acordo com a fase processual que cada feito se encontra. Na fase de publicação de decisões, acórdãos, pauta, são separados e organizados em armários, identificados por data e tipo de publicação, momento também em que se realiza a contagem final do prazo, em ordem numérica dos processos para facilitar a localização e atendimento às partes e advogados. Quando não estão em armários, os processos recebem localização no Siapro, sistema de acompanhamento processual.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Os autos recebem localização física no sistema SIAPRO e ficam localizados em armários.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

A organização do acervo é feita em escaninhos correspondentes a cada andamento do processo, nos feitos físicos, tendo como orientação a verificação e a localização dos feitos conforme os decursos de prazo das determinações nos processos. Nos feitos eletrônicos, o controle é realizado pelos relatórios do PJe.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

As atividades são distribuídas pelos Diretores de cada Divisão conforme demanda do setor.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Existe tratamento específico para os processos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ. Conforme separação por classe e matéria, os feitos são divididos, levando em conta volume, fase e classe processual. Para tanto, são usadas etiquetas nos processos físicos e, nos virtuais, separação por escaninhos, lembretes e etiquetas no PJe e Siapro.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle periódico de processos sem movimentação é realizado observando-se prazos, remessas, cargas/devoluções, publicações, petições pendentes e movimentações. Identificada demora injustificada ou prazos já decorridos é feita a cobrança aos órgãos externos. As ferramentas estatísticas do Siapro, PJe e GEDPRO são utilizadas para essa identificação.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Tendo em vista o retorno ainda parcial das atividades presenciais no TRF3, ainda estamos realizando o atendimento do balcão mediante agendamento das partes de advogados, de meia em meia hora, duas pessoas por vez, para evitar aglomerações no atendimento.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União é observado por levantamento mensal dos processos com carga externa, e, nos casos de atraso, são realizadas solicitações junto ao órgão para devolução dos autos.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Nos físicos, as petições são juntadas assim que recebidas, desde que os feitos encontrem-se em Secretaria, caso estejam conclusos, requisitamos os autos aos gabinetes para juntada e conclusão.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Temos uma planilha dos processos com pedidos de vista e pendentes de declaração de voto que é preenchida manualmente após as sessões de julgamento.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Praticamente não temos mais processos cíveis. Quando temos, procuramos pautar junto com a sessão ordinária de julgamento e convocamos os demais Desembargadores para compor quorum no início da sessão.

21. A unidade possui plano de gestão?

A gestão da Unidade é realizada pela Diretora da Secretaria Unificada, compartilhada com os Diretores de Divisão e trabalhamos todos por demanda, não havendo atribuições rígidas entre os servidores.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Satisfatório, já que estamos com quase todas as vagas preenchidas.
b) gestão do trabalho	Dividida entre os Diretores e com resultados satisfatórios.
c) resultados	Satisfatórios.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Cumprir as metas diárias de demanda processual, com expedições, andamentos, publicações que não excedam um tempo excessivo.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Divisão do trabalho por setores específicos para cada fase do processo.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A pandemia nos mostrou que o teletrabalho pode ser sim efetivo para o Tribunal e atraente para os servidores, principalmente para os que moram muito distante da sede do TRF3.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0021676-91.2014.4.03.0000	1º/9/2014	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso no gabinete da Vice Presidência		
0034915-70.2011.4.03.0000	19/1/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso no gabinete da Vice Presidência		
0003717-86.2017.4.03.6181	17/2/2021	413-Agravo de Execução Penal

Observação/Providência: Processo concluso com o relator para julgamento.		
0004342-59.2014.4.03.6106	6/9/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Prazo em curso após publicação de acórdão.		
0000267-22.2010.4.03.6007	3/1/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remetido para Turma Recursal – Baixado.		
5000761-19.2021.4.03.6004	21/12/2021	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após intimação de despacho ID 254887644.		
0000547-31.2018.4.03.6130	12/6/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
5026427-89.2021.4.03.0000	26/10/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação de acórdão de 11/2/2022.		
5027429-94.2021.4.03.0000	4/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação de acórdão de 25/3/2022.		
5021953-75.2021.4.03.0000	24/9/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Concluso com o relator para decisão.		
5030523-50.2021.4.03.0000	7/12/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação de decisão.		
0000167-98.2014.4.03.6113	8/10/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado do Juízo de origem.		
0014907-17.2015.4.03.6181	26/5/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o relator para decisão.		
0003305-05.2010.4.03.6181	12/8/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação de acórdão.		
0005091-95.2008.4.03.6103	31/3/2015	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Prazo em curso após publicação de acórdão.		
0001233-35.2018.4.03.6126	11/9/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação de acórdão. Juntada de embargos de declaração em 24/3/2022.		
0004247-91.2012.4.03.6108	4/2/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o relator.		
0086476-75.2007.4.03.0000	20/8/2007	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Recebido da Vice-Presidência e enviado ao MPF para ciência		
0720841-04.1991.4.03.6100	28/10/2009	65 - Ação Civil Pública

Observação/Providência: Concluso com o relator.		
1002239-43.1997.4.03.6111	8/6/2021	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo não localizado no site. Informo que estamos sem acesso aos feitos físicos e sem acesso ao sistema SIAPRO por conta do ataque cibernético sofrido pelo TRF3.		
0003918-25.2011.4.03.6105	11/7/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Concluso com o relator.		
0011774-32.2010.4.03.6119	8/2/2012	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Acórdão publicado, juntada de EDE.		
0014669-86.2011.4.03.6100	16/7/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Feito julgado em 24/3/22, aguarda publicação de acórdão		
0001003-82.2011.4.03.0000	21/1/2011	231-Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: Baixado definitivamente ao juízo de origem.		
5026810-38.2019.4.03.0000	15/10/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado definitivamente.		
5027595-97.2019.4.03.0000	23/10/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado definitivamente.		
5030168-11.2019.4.03.0000	19/11/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado definitivamente.		
5029694-40.2019.4.03.0000	13/11/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado definitivamente.		
5029681-41.2019.4.03.0000	13/11/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado Definitivamente.		
5029667-57.2019.4.03.0000	13/11/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Arquivado definitivamente.		
0002361-65.2018.4.03.6102	5/8/2019	1727-Petição Criminal
Observação/Providência: Processo extinto, apenso ao 00254296620084030000. Concluso ao relator.		
5023662-48.2021.4.03.0000	6/10/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Arquivado definitivamente.		
5004976-63.2020.4.03.6104	21/9/2020	310-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Feito remetido em diligência ao Setor de Inquerito da Polícia Federal por determinação.		
5005522-63.2021.4.03.0000	17/3/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação de acórdão de 23/2/2022.		

5009912-76.2021.4.03.0000	10/5/2021	1710-Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Feito aguardando retorno de carta precatória de Goiás - será cobrada novamente a carta e dado andamento ao feito.		
5005449-65.2019.4.03.6110	2/11/2020	313-Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: processo remetido em diligência ao Setor de Inquerito da Polícia Federal por determinação do relator.		
5029506-76.2021.4.03.0000	25/11/2021	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Concluso com o relator para decisão.		
0004453-90.2006.4.03.6181	9/10/2013	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo baixado em diligência.		
0007486-89.2001.4.03.6108	4/9/2009	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado definitivamente.		
0002680-29.2006.4.03.6110	7/5/2013	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado definitivamente ao juízo de origem.		
0000458-68.2013.4.03.6005	4/10/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado ao Juízo de origem.		
0005685-43.2017.4.03.6120	12/6/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o relator para decisão.		
0000057-02.2018.4.03.6003	12/2/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva.		
0008668-70.2010.4.03.6181	8/2/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo rearquivado em 9/3/2017.		
0000292-72.2019.4.03.6119	17/8/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando julgamento do MS 1008942-96.2015.4.01.3400 - 17/7/2019. Sobrestado conforme determinação no voto.		
5000652-19.2020.4.03.6140	19/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo baixado ao juízo de origem.		
0002662-27.2018.4.03.6000	12/1/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Concluso com o relator no gabinete.		
0004805-82.2006.4.03.6105	15/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Concluso com o desembargador para voto-vista.		
0006699-05.2019.4.03.6181	29/6/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o desembargador para voto-vista.		
0000455-66.2017.4.03.6137	22/9/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixados ao juízo de origem.		
0005093-04.2014.4.03.6120	18/8/2017	417-Apelação Criminal

Observação/Providência: Feito sigiloso, sem PJe e sem acesso ao SIAPRO por conta do ataque cibernético.		
0001504-63.2012.4.03.6123	21/6/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando digitalização de peças, será dado andamento o mais breve possível.		
0001870-05.2012.4.03.6123	21/6/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças digitalizadas.		
0000978-67.2018.4.03.6000	5/2/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o relator.		
0008967-81.2009.4.03.6181	29/8/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Sobrestado até julgamento do agravo regimental no STJ - informo que estamos sem vista dos autos e sem acesso ao SIAPRO.		
5002329-58.2020.4.03.6181	11/6/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo concluso com o relator, aguardando julgamento.		
0001993-08.2008.4.03.6005	14/6/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo concluso com o relator.		
0007781-86.2011.4.03.6105	27/5/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com prazo em curso após publicação do acórdão dos Embargos.		
0005195-10.2010.4.03.6106	14/6/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Concluso com o relator.		
0004786-97.2011.4.03.6106	5/12/2018	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Concluso ao relator.		
0059117-05.2005.4.03.6182	2/7/2014	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado ao juízo de origem.		
0005997-66.2010.4.03.6119	2/7/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado definitivamente ao juízo de origem.		
0076052-62.1998.4.03.9999	9/10/1998	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0069369-09.1998.4.03.9999	6/8/1998	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0040562-57.1990.4.03.9999	21/11/1990	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0061021-31.2000.4.03.9999	28/9/2000	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0014960-83.1998.4.03.9999	20/3/1998	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		

0020683-49.1999.4.03.9999	24/5/1999	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0004038-74.1997.4.03.6100	3/8/1998	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da Primeira Turma		
0025316-45.1995.4.03.9999	21/3/1995	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0017859-24.2011.4.03.0000	7/7/2011	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado por determinação do relator, fls. 405 da AC 000921-39.2011.403.6115		
0010344-40.2013.4.03.9999	7/5/2013	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0000775-51.2013.4.03.6107	1º/8/2017	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Sobrestado e baixado ao juízo de origem para que o MPF acompanhe o parcelamento até a efetiva quitação do débito.		
0032162-18.2007.4.03.6100	20/6/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0000194-21.2018.4.03.6120	13/6/2018	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Localizados na Vice-Presidência aguardando julgamento de recurso no STJ.		
0000529-03.2010.4.03.6126	9/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado até a decisão definitiva do RE n. 677.725, conforme determinado pela Vice-Presidência.		
0001010-41.2002.4.03.6127	18/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos findos desde 2019.		
0001801-68.2001.4.03.9999	13/9/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na Subsecretaria da Vice Presidência		
0036496-34.1990.4.03.9999	25/10/1990	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0020477-06.1997.4.03.9999	11/4/1997	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Baixado ao juízo de origem.		
0052125-09.1994.4.03.9999	7/7/1994	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixado definitivamente.		
0010579-56.2007.4.03.6106	15/8/2011	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico sigiloso - informo que por conta do ataque cibernético estamos sem vista dos autos e sem acesso ao SIAPRO.		
0005679-87.2008.4.03.6108	13/5/2016	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando inserção de peças digitalizadas.		

0003920-03.2014.4.03.6133	1º/12/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o relator.		
0000454-72.2016.4.03.6119	10/1/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando digitalização.		
0005556-38.2017.4.03.6120	19/4/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Concluso com o relator.		
0000557-14.2017.4.03.6000	6/8/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso, aguardando julgamento colegiado		
0006434-08.2016.4.03.6181	18/11/2020	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Verificado processo sem nó atual junto ao PJe. Será dado andamento ao feito.		
0099179-38.2007.4.03.0000	8/4/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso com o relator.		
0001444-92.2013.4.03.6111	19/11/2014	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixa definitiva ao juízo de origem.		
0000877-16.2008.4.03.6118	11/5/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado por Repercussão Geral REX 642.890-STF. Motivos de suspensão: STF RG 642890.		
5002933-53.2019.4.03.6181	17/5/2021	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo baixado ao juízo de origem.		
0001410-71.2018.4.03.6005	14/11/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Localizados na Vice-Presidencia aguardando julgamento do STJ.		
0010442-20.2016.4.03.6119	22/1/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo digitalizado - aguardando inserção de peças - será dado andamento ao feito.		
0008060-91.2018.4.03.6181	8/8/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete da Vice-Presidência.		
0009344-66.2016.4.03.6000	28/11/2018	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo digitalizado - aguardando inserção de peças - será dado andamento ao feito.		
0013956-52.2017.4.03.6181	9/9/2019	413-Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo digitalizado - aguardando inserção de peças - será dado andamento ao feito.		
0010171-92.2012.4.03.6105	18/3/2013	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo da Primeira Turma		
0008365-25.2012.4.03.6104	7/4/2014	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo da Primeira Turma		

0023260-42.2008.4.03.6100	25/11/2010	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo concluso no gabinete da Vice-Presidência.		
0001137-06.2015.4.03.6003	16/11/2020	426-Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo concluso, aguardando julgamento colegiado.		
0002493-82.2010.4.03.6109	1º/10/2012	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Localizado no gabinete da Vice-Presidência para admissibilidade recursal.		
0019458-12.2003.4.03.6100	24/3/2008	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Concluso com o relator.		
0002427-03.2004.4.03.6113	20/4/2006	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Concluso com o relator.		
0033179-46.1994.4.03.6100	19/6/2018	199-Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Baixado definitivamente ao juízo de origem.		
0002183-62.2008.4.03.6104	2/6/2009	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Feito da Primeira Turma.		
0000191-26.2014.4.03.6114	26/2/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo da Primeira Turma.		
0006899-59.2013.4.03.6104	22/5/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo da Segunda Turma		
0000379-28.2014.4.03.6111	16/5/2014	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo da Primeira Turma		
0003924-83.2012.4.03.6109	31/1/2022	46-Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo da Segunda Turma		

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 110 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 49 físicos e 61 eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Devolver ao relator em 30 dias para providências:

0000267-22.2010.4.03.6007	0000454-72.2016.4.03.6119	0000557-14.2017.4.03.6000
0001137-06.2015.4.03.6003	0001504-63.2012.4.03.6123	0001870-05.2012.4.03.6123
0002662-27.2018.4.03.6000	0003920-03.2014.4.03.6133	0005679-87.2008.4.03.6108
0005685-43.2017.4.03.6120	0007781-86.2011.4.03.6105	0009344-66.2016.4.03.6000
0010442-20.2016.4.03.6119	5002329-58.2020.4.03.6181	

b) Regularizar fase processual em 30 dias:

0001003-82.2011.4.03.0000	0005091-95.2008.4.03.6103	5009912-76.2021.4.03.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

c) Incluir em pauta em 30 dias:

0014669-86.2011.4.03.6100

A Subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês em cada Turma, tendo havido, entre março/2021 a fevereiro/2022, 23 sessões ordinárias da 11ª Turma e 24 sessões ordinárias da 5ª Turma. Na 11ª Turma não houve cancelamento de sessões no período. Na 5ª Turma houve uma redesignação da sessão de 29/3/2021 para uma sessão extraordinária designada para 5/4/2021.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 110 processos inspecionados, 18 se encontravam com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Mikaela Fabiana Mota Garcia, que discorreu acerca das dificuldades apresentadas com a unificação da 5ª e 11ª Turmas.

Ressaltou-se que, com a unificação das duas Turmas, houve diminuição das funções comissionadas, aumento de funções entre os diretores e uma quantidade de trabalho infinitamente maior para toda a Secretaria Unificada, além da redução do espaço físico. Verificou-se, também, que não existe um plano para enfrentamento dos problemas decorrentes da unificação das Turmas.

Outra questão levantada diz respeito às consequências da ampliação do quadro de desembargadores, ante a possibilidade de diminuição do número de funções que poderiam ser deslocadas para os novos gabinetes. Existe o receio de esvaziamento de servidores da unidade.

Quanto às instalações físicas, encontram-se atualmente deslocados para um espaço de gabinete (16º andar), que não possui a estrutura adequada para a Secretaria. Faltam armários, localizando-se alguns processos no chão, sem a identificação adequada.

A mudança de local da Secretaria ocorreu no final de fevereiro em face de problemas elétricos apresentados no segundo andar do prédio do Tribunal, segundo informou a Diretora. A instalação temporária seria por um prazo de quinze dias, mas permanece até o momento sem que se tenha notícias do término dos reparos e consequente retorno ao espaço original da Secretaria.

No espaço temporário não existe um balcão de atendimento aos advogados e as partes, com isso terminam adentrando no ambiente de acesso destinado apenas aos servidores.

Observou-se ser necessário um protocolo de segurança nos deslocamentos dos processos, de modo a manter a integralidade e efetiva localização dos autos.

Foi relatada a inconsistência dos dados fornecidos pela estatística do Tribunal (TRF3), em especial, no que diz respeito ao número de processos julgados, conforme INFORMAÇÃO CONJUNTA ADEG/DEGE (SEI/TRF3-8618561- Informação Conjunta).

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 24;
- b) Criar um núcleo dos coordenadores (diretores) das Subsecretarias Unificadas, a fim de unificar os procedimentos adotados em cada subsecretaria;
- c) Criar um protocolo de segurança nos deslocamentos dos processos, de modo a manter a integralidade e efetiva localização dos autos.

SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3. Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR

2.2 Competência

A Subsecretaria é integrante da Secretaria Judiciária e tem a atribuição de prestar o atendimento e as informações processuais, assim como proceder à protocolização de petições e documentos referentes a feitos físicos, bem ainda, proceder à análise, classificação, autuação, verificação de prevenção e distribuição dos feitos em grau de recurso, remanescentes em meio físico, oriundos do primeiro grau de jurisdição da Justiça do Estado de São Paulo, inserindo os metadados no PJe e encaminhando o feito físico à Central de Digitalização para a virtualização. Com relação aos feitos constantes do sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, compete a análise, classificação, retificação da autuação, verificação de prevenção e redistribuição de feitos, tanto originários cadastrados pelos patronos, quanto em grau de recurso oriundos do PJe de primeiro grau da Justiça Federal, quanto da integração existente entre o sistema SAJ da Justiça do Estado de São Paulo.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Márcia Rodrigues Funck Godoy - Analista Judiciária - Diretora da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	A lotação ideal é de 41 (quarenta e uma) vagas, das quais existem 2 (duas) livres em razão de aposentadoria e encerramento de lotação, totalizando
---------------------	--

	39 (trinta e nove) o quadro real de servidores efetivos na Subsecretaria.
Estagiários de nível superior	1 (um).

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação de atribuição desta Subsecretaria na última Inspeção, sendo orientada a manutenção do atual método de trabalho.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não houve recomendação de atribuição desta Subsecretaria na última Inspeção, sendo orientada a manutenção do atual método de trabalho.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não existem recomendações pendentes para o cumprimento nesta Subsecretaria.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

O controle interno da quantidade do acervo de feitos recebidos na Subsecretaria, por matéria e classe processual, viabiliza a priorização dos feitos originários, tanto cíveis quanto criminais, uma vez que veiculam pedido de liminar ou tutela, bem ainda dos feitos em grau de recurso com interesse de idosos, portadores de necessidades especiais ou doença grave, assim como os interpostos em ação civil pública, de improbidade administrativa, ação popular, ação de desapropriação, mandado de segurança, ação penal e feitos relativos às Metas do CNJ. A equipe recebe treinamento interno para a análise de acordo com as prioridades acima expostas e conforme a capacitação do servidor. Devido ao grande volume, as metas de produtividade são fixadas e aferidas diariamente. Apesar das melhorias advindas das atualizações no PJe, aguarda-se refinamento ainda maior na rotinas para a verificação de prevenção de Magistrado entre os sistemas SIAPRO e PJe, e para a triagem dos feitos conforme as prioridades.

6. Como a unidade está distribuída dentro de suas atividades?

A Subsecretaria está dividida da seguinte forma: RINF - Seção de Informações Processuais e Protocolo; DRAD - Divisão de Registro, Autuação e Distribuição e DANA - Divisão de Análise e Classificação.

7. Quais as atividades desenvolvidas?

Em síntese, são: RINF - a protocolização de documentos e petições relativas aos feitos físicos em processamento, encaminhamento às unidades processantes, o atendimento presencial e telefônico de partes e patronos e a devolução à origem de feitos físicos virtualizados; DRAD - análise, retificação da autuação, verificação de prevenção dos feitos em grau de recurso físicos e eletrônicos relativos à matéria previdenciária e assistencial, interpostos em procedimento comum, mandado de segurança ou em embargos à execução. Compete o cadastramento no PJe dos feitos recebidos do TJ-MS em arquivo no formato .pdf; DANA - análise, retificação da autuação, verificação de prevenção dos feitos originários cíveis e criminais, e dos feitos em grau de recurso criminais e cíveis de maior grau de complexidade que não versem sobre as matérias previdenciária e assistencial atribuídas à DRAD. Compete o cadastramento no PJe dos feitos recebidos de outras unidades da Justiça, em arquivo no formato.pdf

8. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, há 28 servidores que prestam o trabalho em regime de trabalho não presencial, sendo 8 parcial e 20 integral. Prestam o trabalho presencial 11 servidores.

8.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Há 8 servidores prestando o regime parcial de trabalho não presencial e 20 servidores prestando o regime de trabalho não presencial integral.

8.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para a fixação da meta do trabalho não presencial, foi observado o critério disposto no art. 27 da Resolução PRES n. 370, de 20 de agosto de 2020, qual seja, com o acréscimo de 30% sobre a meta de desempenho estabelecida para o trabalho prestado presencialmente. Consigno que a meta é fixada, ainda, de acordo com a matéria versada nos feitos, que representa não somente o grau de complexidade diferenciado, mas também, o volume de pesquisas acerca de possível prevenção, conexão ou litispendência decorrente da existência de múltiplos incidentes processuais.

8.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Há acompanhamento diário do desempenho realizado pelo superior, mediante a atribuição da quantidade estipulada de feitos, identificada no login do servidor, no PJe. Encerrado o cumprimento ou não, o servidor deve encaminhar mensagem de correio eletrônico para o endereço da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, até as 19h, informando a data, a quantidade e a numeração de registro dos feitos analisados. Caso não termine a análise dos feitos atribuídos, o servidor encaminhará a mensagem, informando quantos e quais analisou até 19h, podendo terminar a tarefa, após as 19h, mas não poderá encaminhar ao Magistrado após este horário. O envio da

quantidade faltante ao Relator poderá ser realizado no dia útil seguinte, após às 9h, quando deverá informar ao superior acerca do término da tarefa, a fim de lhe ser atribuída nova quantidade do dia. Por fim, caso não consiga a realização da tarefa, há normatização, permitindo a compensação de recesso na data ou ainda, gozo de férias.

8.4 Todas as atividades da distribuição podem ser realizadas de modo remoto?

Sim, todas as relacionadas às tarefas de cadastramento, análise e verificação de prevenção de feitos eletrônicos podem ser realizadas de modo remoto. Já aquelas atinentes à Seção de Informações Processuais e Protocolo - RINF são executadas presencialmente, em decorrência da natureza da tarefa de protocolização de documentos físicos e do atendimento presencial, para informações. Os feitos físicos em grau de recurso recebidos da Justiça do Estado de São Paulo também são recebidos e autuados presencialmente, para o envio à Central de Digitalização, a fim de serem virtualizados, quando passam a tramitar eletronicamente, no PJe.

8.5 Existe normativo que regulamente o trabalho remoto para a unidade?

Sim, é a Resolução PRES n. 370, de 20 de agosto de 2020.

8.6 Existe distribuição ordinária após o horário de expediente, ou nos sábados, domingos e feriados?

Sim, exclusivamente no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, cuja disponibilidade é ininterrupta.

9. Como é realizado o controle de prevenção?

O controle de prevenção é tarefa de atribuição desta Subsecretaria e, para o seu desempenho, são pesquisados, no SIAPRO e no PJe, os dados do CPF/CNPJ, assim como o número de registro do feito perante o primeiro grau de jurisdição, seja na condição de processo principal ou de incidente processual. Localizado feito que aponte para a prevenção de magistrado ou para a existência de conexão ou litispendência, é realizada a redistribuição do feito, sendo idêntica a competência, caso não seja, o procedimento é o lançamento de informação no feito, para apreciação do Relator. A rotina disponibilizada no PJe, apesar de bastante aperfeiçoada, ainda apresenta algumas inconsistências decorrentes da pesquisa no SIAPRO e, sobre estas, há constante empenho na melhoria a partir dos dados informados à equipe técnica, por parte desta Subsecretaria.

10. Em que prazo a unidade realiza a atividade de exame de prevenção?

Os feitos recebidos nas tarefas da Subsecretaria, no PJe, são analisados e encaminhados ao Relator no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, exceção feita aos físicos recebidos que são encaminhados à Central de Digitalização e, somente após a conferência das imagens virtualizadas, são remetidos ao Relator, cujo prazo fica vinculado à quantidade de volumes do feito, a ser processado na referida Central.

11. Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes?

Os feitos recebidos nas tarefas da Subsecretaria, no PJe, são analisados e encaminhados ao Relator no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, exceção feita àqueles compostos por volume muito grande de documentação, bem ainda, aqueles que demandam providência de ordem técnica acionada mediante o registro de chamado técnico dirigido à equipe técnica. Já os feitos recebidos em suporte físico são encaminhados à Central de Digitalização, e dependem do processamento naquela unidade para que o feito registrado no PJe seja encaminhado ao Relator devidamente virtualizado.

12. Como ocorre a distribuição em relação aos processos conclusos para juízo de retratação e as reativações processuais a partir da devolução dos Tribunais Superiores?

Os feitos recebidos para o juízo de retratação e os que são recebidos de Tribunais Superiores são remetidos ao mesmo magistrado que relatou o feito neste E. Tribunal, mantida a numeração de registro e a competência.

13. Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes, em relação aos processos originários oriundos dos juízos no exercício da competência delegada?

Os feitos recebidos nas tarefas da Subsecretaria, no PJe, são analisados e encaminhados ao Relator no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14. Qual o percentual de processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada?

A Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE deste E. Tribunal informou que 32,24% dos processos distribuídos no período de 03/2020 a 02/2022 são originários da competência delegada, conforme o SEI n. 0010769-35.2022.4.03.8000.

15. Qual o percentual dos inquéritos em que há declinação da competência?

A Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE deste E. Tribunal informou que houve o registro do movimento "941-Declaração de Incompetência", em 33,6% dos inquéritos, consoante o SEI n. 0010769-35.2022.4.03.8000.

16. Como é realizada a digitalização dos feitos físicos?

Os feitos físicos em grau de recurso recebidos da Justiça do Estado de São Paulo têm a digitalização realizada na Central de Digitalização deste E. Tribunal, após a inserção dos metadados no PJe. Nesta Subsecretaria são conferidas as imagens dos feitos virtualizados para, após as retificações necessárias, ser encaminhados ao Relator.

Também nesta unidade são inseridos, no PJe, os arquivos de áudio e vídeo contidos nos autos físicos.

17. O planejamento adotado pela unidade para a digitalização dos feitos está obedecendo critérios de agilidade e dinâmica para a não retenção dos processos?

Para a agilidade da tarefa realizada na Central de Digitalização, foi normatizado o tratamento do feito físico encaminhado, mediante a retirada de documentos sensíveis ou que não comportem digitalização, que devem ser inseridos no feito eletrônico pela unidade que enviou o feito físico àquela Central.

18. Há acervo pendente de distribuição no Tribunal?

Não há acervo pendente de distribuição nesta Subsecretaria.

19. Qual o tratamento que recebem os feitos gravados com prioridade e urgências?

A partir do controle interno de feitos recebidos na Subsecretaria mediante a verificação da classe processual e matéria são analisados com preferência os feitos originários e recursais, cíveis e criminais com pedido de liminar ou tutela, bem ainda os feitos em grau de recurso com interesse de idosos, portadores de necessidades especiais ou doença grave, assim como os interpostos em ação civil pública, de improbidade administrativa, ação popular, ação de desapropriação, mandado de segurança, ação penal e feitos relativos às Metas do CNJ.

20. Quais os servidores que tem competência para alterar as informações constantes no sistema, inclusive, o registro de impedimentos dos desembargadores?

No sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, há ferramenta disponibilizada para a retificação da autuação, nos limites estabelecidos no programa existente no PJe e disposto na Resolução PRES n. 482 de 9 de dezembro de 2021. Quanto ao registro de impedimento de Desembargadores, há ferramenta para o cumprimento da ordem judicial que determina a realização de redistribuição, em razão do impedimento declarado no feito ou em cumprimento ao disposto nos art. 23 e 24 da Resolução PRES n. 482, de 9 de dezembro de 2021, relativamente às ações rescisórias, revisões criminais e embargos infringentes e de nulidade. No sistema SIAPRO, não há servidor com permissão para retificação de impedimento de magistrado, sendo necessário o registro de chamado técnico junto à Secretaria de Tecnologia da Informação, caso exista ordem judicial para a referida retificação.

21. A unidade possui plano de gestão?

Sim, há plano registrado para a gestão do trabalho com a atribuição minuciosa da atividade a ser desempenhada e a correspondente meta de desempenho de cada integrante da equipe.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A Subsecretaria possui tanto os recursos humanos quanto materiais de que necessita para o desempenho das tarefas de atribuição, visto que o quadro real atual é suficiente para o desempenho das tarefas, ressaltando que, para o teletrabalho, é imprescindível a existência de recursos próprios do servidor, tais como, computador e demais recursos para o funcionamento deste, programas e acesso à internet, além de mobiliário próprio.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho observa o alinhamento estratégico, o padrão produtivo, a manutenção de resultados que são aferidos diariamente mediante o controle de meta de desempenho e da qualidade do trabalho prestado, com a desejada redução dos custos e o aumento da autonomia e da qualidade de vida do servidor.
c) resultados	Considerado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas observado na Subsecretaria para a análise e o envio do feito ao Relator, o objetivo é manter este resultado com eficiência e eficácia no desempenho da tarefa, visando à melhoria contínua do desempenho.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Objetiva-se manter o padrão produtivo eficiente e eficaz das tarefas de atribuição da Subsecretaria aliado à qualidade de vida dos servidores integrantes da equipe, com foco na concentração livre de interrupção, que torna o trabalho mais minucioso e célere, com reflexos positivos na qualidade do trabalho e na satisfação individual do servidor.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
A continuidade da divisão de tarefas, do gerenciamento da tarefa produzida, tanto o conteúdo, quanto o volume da tarefa, a manutenção de treinamento em tarefas de grau de complexidade diferente, o aprimoramento das habilidades existentes e a manutenção da qualidade de vida que o trabalho prestado permite ao servidor, observados o alinhamento estratégico e a manutenção constante da comunicação para a melhoria contínua dos resultados.

22. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A continuidade da utilização de vasto volume de ferramentas tecnológicas disponibilizadas para a execução do trabalho na modalidade à distância, visto que se mostraram seguras, eficientes, eficazes e que, se mantidas, permitirão o cumprimento das metas de atribuição individual, sem que exista diminuição da qualidade do trabalho prestado, com observância da missão do Tribunal perante a sociedade.

23. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Primeiramente, registra-se que, por ocasião da visita à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR, realizada no dia 5/5/2022 (10h), com os servidores, a equipe da inspeção foi recebida com cordialidade pela Diretora Márcia Rodrigues e servidores presentes, que se apresentaram solícitos na prestação das informações e dos esclarecimentos pela unidade inspecionada.

Na ocasião, a Diretora discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor, integrante da Secretaria Judiciária, principalmente no tocante à protocolização de petições e documentos referentes a feitos físicos, juntamente com o recebimento de processos advindos da jurisdição delegada estadual. Foi destacada a existência de uma integração do sistema informatizado da justiça federal com o da justiça estadual de São Paulo, não havendo, todavia, com a do Mato Grosso do Sul. Dessa forma, os feitos advindos da jurisdição paulista já vêm distribuídos. Ocorre que é necessária a atividade da UFOR na análise da autuação e de assuntos processuais, bem como na consulta de prevenção, apontando que raramente os processos já vêm da justiça estadual com a mídia digital.

Foi relatada, como dificuldade, uma pequena deficiência de compatibilidade entre os sistemas informatizados da jurisdição delegada e o PJe, utilizado no TRF da 3ª Região, uma vez que o cadastramento dos assuntos dos processos pode estar destoante da tabela de assuntos uniformizada pelo CNJ, utilizada no PJe, havendo a necessidade da análise e do conserto manual pelos servidores do setor. Ademais, no tocante à prevenção processual, esta pode não ser identificada imediatamente nos casos dos juizados, somente sendo acusada em fase de precatórios e RPVs. Ainda, restou frisado que pode ocorrer duplicidade processual, quando há o envio concomitante do feito em mídia e pelo sistema SAJ, razão pela qual se necessita entrar em contato com as varas estaduais para apurar os pertinentes casos. Ademais, o sistema SAJ também pode apontar equivocadamente a duplicidade processual em caso de interposição de agravo de instrumento ou pedido de suspensão de efeitos ativos, quando há o envio do processo originário, ressaltando que essa inconsistência já está sendo resolvida.

Foi informado que, antes da pandemia, eram apenas 6 (seis) servidores em teletrabalho, havendo o ingresso de todos no trabalho remoto, durante as restrições causadas pelo distanciamento social decorrente do Covid 19.

Destacou-se que a entrega dos processos é feita aos gabinetes em até 48h, salvo se precisarem ser enviados ao setor de digitalização.

Atualmente, o setor possui apenas um estagiário, o qual colabora com o recebimento das mídias processuais, entregando no setor de protocolo que, por sua vez, encaminha para a secretaria processante.

A UFOR disponibilizou, ainda, um informativo, contendo detalhamentos mais minudentes acerca do funcionamento da subsecretaria e das suas atribuições, o qual segue através do *link* abaixo para consulta, sendo parte integrante deste relatório.



<https://drive.google.com/file/d/1ex3eOrv9hNB619jSqqJnjLiu7a2qILzK/view?usp=sharing>

Foram estas as principais e relevantes constatações.

24. RECOMENDAÇÕES

- Manutenção do excelente método de trabalho, que merece elogios.

F.UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. UNIDADE INSPECIONADA

1.1 Nome do coordenador dos Juizados Especiais Federais

Daldice Maria Santana de Almeida

1.2 Competência

A competência está prevista na Resolução CJF n. 443/2005 e na Resolução TRF3 n. 142/2004, destacando-se: (i) a coordenação administrativa dos Juizados Especiais Federais, incluindo suas Turmas Recursais, propondo ao Tribunal as medidas necessárias para o seu adequado funcionamento; (ii) cumprir e fazer cumprir os regulamentos acerca dos Juizados, editando normas complementares relativas à padronização dos procedimentos; (iii) convocar e presidir a Turma Regional de Uniformização; (iv) reportar ao Tribunal eventuais faltas disciplinares, fornecendo-lhe as informações necessárias para a apuração dos fatos.

1.3 Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais:

34 dias corridos (desde 10/3/2022).

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

Servidores efetivos	4
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	0 (1 vaga em aberto em processo de contratação)

2.2 Cargos e Funções Comissionadas em atividade

CJ2	1
CJ3	1
FC4	2

2.3 Força de trabalho em atividade-fim

Total de processos em tramitação no gabinete	0 (a Coordenadoria dos JEFs é órgão administrativo e não tem acervo de processos judiciais). Atualmente, há,
--	--

	porém, 127 expedientes administrativos em tramitação no Sistema SEI.
Número de servidores em atividade-fim	0
Relação de processos por servidor em atividade-fim	n/a

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU (Sempre utilizar para todos os subitens a mesma data, de posição ou período, informada no item 3)	
Total em tramitação na COJEF/TRU	835
Processos concluídos	634
Processos sobrestados/suspensos	29
Processos baixados em diligência à 1ª instância no período	0
Outras situações (especificar)	0

3.2 Histórico do acervo de processos concluídos na COJEF/TRU	
Na assunção	634
Na inspeção anterior	711
Na inspeção atual	634

3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU	
	0

3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição	
Processos distribuídos em períodos anteriores a 2014 (inclusive)	835 (246 distribuídos em 2022)
Processos distribuídos em 2015	472
Processos distribuídos em 2016	78
Processos distribuídos em 2017	37 (+ 2 distribuídos em 2018 - sobrestados)

3.5 Processos extraviados e restaurados	
Processos extraviados e restaurados	0
Processos extraviados e não restaurados	0

O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	0
---	---

3.6 Processos conclusos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU	
Desde a distribuição	629
Há mais de 5 anos	0
Há mais de 4 anos	0
Há mais de 3 anos	2 (sobrestados)
Há mais de 2 anos	38
Há mais de 1 ano	42

3.7 Processos distribuídos na COJEF/TRU	
Total	612
Maior distribuição em	junho de 2021
Menor distribuição em	maio 2021

3.8 Processos sobrestados	
Total	29
Processos de Metas CNJ	0
Por decisão do STF/STJ	29
Outras situações processuais	0

3.9 Total de decisões proferidas na COJEF/TRU	
273 na gestão anterior.	

3.10 Total de processos na condição de META2/CNJ 2022 da COJEF/TRU	
Meta 2/2018 (Atual)	0
Anos Anteriores	indisponível

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?	
Não.	

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)	

N/A

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

N/A

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Em face de recente designação da Coordenadora dos JEFs, buscou-se antes mapear as boas práticas, os resultados alcançados e as dificuldades dos JEFs/3ª Região, tendo sido feitas reuniões com magistrados, servidores, Diretoria do Foro, procuradorias e OAB. Ademais, um plano de ação está sendo construído. Não obstante, já é possível antever alguns desafios a serem enfrentados: (i) superação dos impactos causados pela mitigação da competência delegada com elevada distribuição de feitos; (ii) equalização da carga de trabalho, em face do crescente déficit de servidores; (iii) desenvolvimento de funcionalidades no PJe adequadas à prestação jurisdicional pelos JEFs, sobretudo porque o sistema do JEF (SisJEF), que era próprio, atendia amplamente às necessidades nos JEFs; (iv) padronização e difusão de fluxos processuais para que possam abranger mais Juizados, em especial os do interior; (v) implantação do Núcleo de Justiça 4.0 nos Juizados dando efetividade à Resolução CNJ n. 398/2021.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Elaine Saori Maki - Assessora.

7. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há alguma estrutura permanente de servidores?

A unidade possui setor único, com quadro de 4 servidores concursados (2 analistas e 2 técnicos judiciários), com 1 Assessor, 1 Chefe de Gabinete e 2 auxiliares, com atribuição de assessoramento da Desembargadora Coordenadora no desempenho da sua competência.

7.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, todos os servidores estão em trabalho não presencial, de forma extraordinária, em virtude da Pandemia da Covid, nos termos da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 10/2020 e alterações posteriores.

7.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é integral.

7.3 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são por gestão diferenciada, pois as atividades são desempenhadas em razão da demanda, por tarefas e projetos.

7.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho é realizado por comunicação constante (e-mail, telefone, aplicativos de comunicação instantânea e reuniões). A cota é por gestão diferenciada e no caso de não cumprimento, a chefia se reúne com o servidor para análise, primeiro, se o volume de serviço atribuído superou o esperado para a jornada diária de trabalho; não sendo esse o caso, busca-se a identificação do(s) motivo(s) que impediram o cumprimento da meta. Em ambas as situações as diretrizes de trabalho são realinhadas para a obtenção do atingimento da meta, que é a manutenção do trabalho em dia, sem atrasos.

8. Como ocorre a atualização da jurisprudência?

A jurisprudência da TRU (súmulas, questões de ordem e assuntos julgados) é publicada após cada sessão de julgamento na página da Coordenadoria na internet (<https://www.trf3.jus.br/gaco/turma-regional-de-uniformizacao/jurisprudencia-tru>).

9. Como é o atendimento a partes e advogados?

No período da pandemia o atendimento foi realizado via e-mail. Após o retorno às atividades presenciais, o atendimento poderá ser também feito por telefone ou pessoalmente. Salientamos, porém, que o atendimento às partes e aos advogados, envolvendo processos em tramitação na TRU, é feito pela Secretaria das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, que também utiliza o balcão virtual.

10. Há estabelecimento de metas de trabalho? Especificar.

Sim. Neste começo de gestão já foram fixadas as seguintes metas de trabalho: (i) planejamento estratégico; (ii) estreitamento das relações interinstitucionais, que se somará às reuniões trimestrais do Fórum Interinstitucional Previdenciário, recém-criado nesta 3ª Região; (iii) estímulo às novas abordagens de solução de controvérsia (conciliação, mediação, desistência recursal, aplicação de súmulas administrativas como método de redução do grau de litigiosidade); (iv) mapeamento e padronização de procedimentos pelos JEFs e TRs; (v) desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas e relatórios gerenciais no PJe, bem como conclusão de intercomunicação (MNI) com outros sistemas, como por exemplo o Sistema AJG/CJF e os sistemas das Cortes Superiores (TNU, STJ e STF) e Justiça Estadual, para remessa e recebimento eletrônico de feitos.

11. Qual a periodicidade das reuniões das Turmas regionais? (especificar local/estado) e a forma de realização da reunião (videoconferência, virtual ou presencial)

Sessões Trimestrais por videoconferência ou presenciais.

12. Como a unidade está trabalhando para atingir as Metas 1, 2 e 3 do CNJ?

Não se aplica, pois não somos órgão jurisdicional. Na condição de órgão de coordenação, faz-se o acompanhamento do cumprimento das metas pelos JEFs, TRs e TRU. Quanto à Meta 3 atua de forma direta na interlocução com o poder público para estimular o uso dos métodos consensuais na solução das controvérsias de competência dos JEFs.

13. Existe regimento interno que regulamenta as Turmas regionais e as Turmas recursais da Região?

Sim, a Resolução CJF3R n. 80/2022.

14. Há unidade avançada de atendimento ou juizados itinerantes?

Sim, são realizados juizados itinerantes, mas não há, atualmente, unidades avançadas de atendimento.

15. A unidade possui plano de gestão?

Atualmente, não. Está em construção.

15.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade possui quadro compatível com a demanda.
b) gestão do trabalho	Gerenciamento da Coordenação dos JEFs e TRs, dando condições para prosseguimento das atividades no cenário de pandemia.
c) resultados	Considerado o cenário de pandemia, os resultados foram alcançados.

15.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Tornar efetiva a prestação jurisdicional própria dos JEFs, atualmente impactada pela ampliação de sua competência, sem a correspondente estrutura, e pela migração do Sistema Eletrônico dos JEFs (SisJEF) ao PJe.

15.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manter as reuniões com as unidades; solicitar aos órgãos diretivos da Justiça Federal da 3ª Região o desenvolvimento de funcionalidades no PJe inerentes ao sistema dos JEFs; reestruturação do quadro funcional dos JEFs, para que se torne equânime o número de processos por servidor entre as diversas unidades judiciárias, em especial ante os reflexos da mitigação da competência delegada a partir de 1º/1/2020; manter a interlocução com os órgãos do sistema de justiça (AGU, OAB, Defensoria Pública, Ministério Público Federal).

16. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Balcão virtual nas secretarias processantes; realização de sessões de julgamento e reuniões por videoconferência (Microsoft TEAMS); o teletrabalho, pois claramente alcançados os objetivos previstos no artigo 3º da Resolução CNJ n. 227/2016, que o instituiu.

17. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida no dia 5 de maio de 2022 às 10h. O Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz reuniu-se, em videoconferência, com a Desembargadora Federal Daldice Santana, que, mesmo em férias regulares, fez questão de participar dos trabalhos da inspeção, que também contou com a presença do Juiz Federal Caio Moysés de Lima, Coordenador das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo.

Os servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina, por sua vez, foram recebidos na sede da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, situada na Av. Paulista, 1345, 12º andar, pela Assessora Elaine Saori Maki e pela Chefe de Gabinete Adriana Andreoni.

A magistrada referiu que, embora tenha assumido recentemente o cargo, já tomou algumas medidas importantes para a gestão, tendo efetuado um diagnóstico organizacional para apurar os principais problemas, a partir de reuniões que realizou com juízes dos Juizados Especiais Federais e Diretores de Secretaria.

O problema mais sério enfrentado, neste início de gestão, foi a migração do sistema informatizado que existia desde o início dos Juizados Especiais Federais, o qual era desenvolvido pela equipe técnica de Tecnologia da Informação da 3ª Região e estava customizado para todas as rotinas dos JEFs, inclusive com a necessária automação para atender ao extenso volume de processos do maior Juizado do país, para o PJe, que não dispõe de grandes funcionalidades.

Tendo em vista que essa transição gerou diversas dificuldades e muita aflição nos operadores do sistema, foram levantadas as demandas mais urgentes, a partir do mapeamento dos processos de trabalho dos JEFs, a fim de agilizar a adaptação do PJe à realidade. Desse modo, estão sendo encaminhadas providências necessárias à

customização do PJe levantadas pelos usuários do microsistema dos Juizados Especiais Federais, tendo o Juiz Caio explicado as principais alterações revidincadas, as quais estão detalhadas no Relatório 8661544/2022 – DFJEF/GACO.

A assessoria da COJEF da 3ª Região, a seu turno, esclareceu que existem 30 unidades autônomas de JEFs e 21 unidades juntas, 17 Turmas Recursais (15 na Seção Judiciária de São Paulo e 2 na Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul), além da TRU (Turma Regional de Uniformização), composta pelos Juízes Presidentes das Turmas Recursais, tendo sido encerradas as últimas unidades descentralizadas, que estavam instaladas nos aeroportos de Congonhas e Guarulhos. Salientou, outrossim, estão providos 121 cargos dos 146 de Juízes Federais e Federais Substitutos nos JEFS Cíveis.

Por outro lado, as principais atividades do gabinete da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região são as seguintes, conforme 8548603/2022 - DFJEF/GACO: “As atividades rotineiras do gabinete da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais compreendem, em suma: (i) o atendimento a call centers e e-mails enviados pelas secretarias dos JEFs, Turmas Recursais, Varas Federais, setores administrativos de 1º e 2º graus, jurisdicionados, advogados, procuradorias, dentre outros; (ii) processamento de expedientes administrativos relacionados às diferentes funções institucionais do setor; (iii) edição de atos normativos e a padronização de procedimentos; (iv) consolidação e coleta de dados estatísticos com a coordenação da ADEG (Divisão de Estatística do TRF3); (v) participação em comitês, comissões e grupos de trabalho, representando os JEFs e TRs; e (vi) atendimento às demandas da Turma Regional de Uniformização, em especial relativas às sessões de julgamento e gestão dos processos. No tocante às ações estratégicas, em virtude da pandemia e do teletrabalho, esta gestão se propôs a manter e aperfeiçoar as boas práticas e projetos já em andamento, aprimorando as ferramentas de atendimento não presencial. Além das iniciativas já registradas no Relatório Anual de 2021 (exercício 2020 – doc. 7549858), como a Criação de Formulário no Sistema de Peticionamento Eletrônico - PEPWEB – Cadastro da conta de destino RPVs e PRCs via transferência bancária (expediente SEI n. 0009811-20.2020.4.03.8000); o Fluxo de tramitação das ações de Auxílio Emergencial (expediente SEI n. 0027037-38.2020.4.03.8000); e o Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Cidadania e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev (expediente SEI n. 0026219-86.2020.4.03.8000)”.

Foi esclarecido pela assessoria que o quadro de peritos médicos é constantemente reavaliado e dispõe de médicos especialistas para atuar nos processos que existem uma patologia preponderante, bem como são realizados cursos de reciclagem periodicamente. Embora tenham sido canceladas cerca de trinta mil perícias após as dificuldades orçamentárias para o pagamento dos profissionais, foram realizadas oitenta mil perícias em 2021.

Por outro lado, também são realizadas perícias itinerantes para atender as localidades do interior com dificuldade em nomear médicos (Projeto Itinerante), iniciado no JEF de Registro, o qual viabilizou a regularização das perícias atrasadas naquela unidade judiciária.

Merece destaque, outrossim, a recente criação do Fórum Interinstitucional Previdenciário da 3ª Região, instalado em 1º de fevereiro de 2022, acolhendo sugestão da AASP (Associação de Advogados de São Paulo), espaço que visa à solução de problemas comuns com a participação de todos os atores e instituições envolvidos no processo previdenciário, provocando e desenvolvendo um amplo e democrático debate com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos e práticas adotadas. A COJEF tem um assento privilegiado no Fórum e deve propor e fomentar pautas que tragam solução consensual para os principais problemas enfrentados.

De acordo com o RELATÓRIO 8548603/2022 - DFJEF/GACO, houve uma “diminuição na quantidade de RPVs expedidos em 2021 na proporção de 11,20%”, e, no que pertine à movimentação processual, “os JEFs cíveis tiveram 442.776 processos distribuídos e 13.112 redistribuídos de outros juízos, além de 246.355 processos baixados e 72.331 processos enviados às Turmas Recursais. Essa movimentação resultou em 641.361 processos em tramitação, dos quais 221.390 sobrestados, de modo que a tramitação ajustada era de 419.971 processos.”

Diante da ciência da necessidade de reestruturação da Justiça Federal para a correção de importante distorção e desequilíbrio entre a força de trabalho dos Juizados e a demanda incessante, cujo crescimento após a redução da competência delegada, a magistrada anunciou que vai propor uma série de medidas administrativas estruturais para a solução do problema, sobretudo porque existem unidades que têm número ideal de servidores, mas distribuição baixa, ao passo que outras unidades de JEF têm número menor de servidores e distribuição muito superior.

Demais disso, asseverou a Coordenadora que houve um expressivo aumento da distribuição nos Juizados Especiais Federais a partir da limitação da competência delegada em 2020 (Lei 13.876/2019), impactando negativamente os JEFs, haja vista a defasagem de recursos humanos.

Registre-se, por oportuno, as principais providências determinadas pela magistrada a frente da Coordenadoria, conforme Despacho 8661588/2022 – DFJEF/GACO: “a) organizar todas as demandas previstas na planilha 8661582, assim como as demais que porventura estejam registradas como pendentes no GACO, tornando-as disponíveis em repositório acessível a qualquer usuário interno da Justiça Federal da 3ª Região, para viabilizar o seu controle e acompanhamento contínuos; b) avaliar com a área técnica as demandas prioritárias de melhoria do PJe (marcadas em vermelho na planilha 8661582), em reunião a ser realizada com a participação de usuários do sistema, visando à criação colaborativa das soluções e à definição conjunta da ordem e do cronograma de execução; c) estabelecer plano de ação e cronograma para reavaliação, sistematização

e priorização, pelo GAP, de todas as outras demandas de melhoria do PJe; d) promover as medidas necessárias para a formação dos grupos de trabalho temáticos, na forma sugerida no relatório, com o propósito de: (i) redefinir os processos de trabalho a serem adotados pelos JEFs autônomos e adjuntos e pelas TRs, a fim de adequá-los ao PJe; (ii) revisar os fluxos do PJe, com o intuito de otimizar as características benéficas do sistema e evitar soluções de contorno; (iii) elaborar documentação detalhada dos fluxos dos JEFs e das TRs no PJe, contendo lista completa de tarefas; (iv) criar manual operacional do PJe que possa servir como referência para consulta e capacitação; (v) planejar as ações de capacitação para a disseminação do conhecimento produzido pelos grupos de trabalho; (vi) propor novas formas de organização das unidades judiciárias que eventualmente se mostrem mais adequadas à nova forma de trabalho; e) iniciar o projeto de gestão de dados e de desenvolvimento da ferramenta de triagem, por inteligência artificial, mencionados no relatório, mediante o preenchimento de Fichas Iniciais de Projeto (FIPs) e o encaminhamento ao Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo (iJuspLab) e ao Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada da Justiça Federal da 3ª Região (LIAA-3R); f) dar ciência desta decisão à egrégia Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, solicitando apoio e prioridade às ações acima relacionadas, especialmente por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) e da Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação (AGES).”

Sendo assim, observa-se que a gestora da COJEF da 3ª Região, apesar do pouco tempo, foi atuante e diligente, adotando providências importantes para levantar, encaminhar soluções e superar as adversidades enfrentadas pelos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, articulando-se interna e externamente para aprimorar a prestação jurisdicional.

O sucesso da gestão, no entanto, depende do apoio amplo Administração do TRF da 3ª Região, viabilizando o desenvolvimento dos excelentes projetos delineados no plano de gestão da unidade. A equalização do acervo é uma premência. Ficam os cumprimentos da equipe, que não encontrou motivo para recomendações.

18. RECOMENDAÇÕES

Diante das providências já adotadas pela Coordenadora da unidade, não há recomendações específicas.

Manutenção do excelente método de trabalho, que merece elogios.

GABINETE DA CONCILIAÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Conciliação

2.2 Competência

A competência do Gabinete da Conciliação do TRF3, com o auxílio do NUPEMEC, que o assessora, é atender ao cidadão e promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e a pacificação social por meio da conciliação, da mediação e de outros métodos de solução consensual de conflitos, antes da instauração ou no curso do processo judicial, independentemente da natureza ou da forma de apresentação do conflito (artigo 1º da Resolução n. 42/2016 - PRES/TRF3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Carlos Muta, Coordenador do Gabinete da Conciliação do TRF3, desde 11 de março de 2022.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Des. Fed. Paulo Domingues, de 11 de março de 2020 a 10 de março de 2022.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito - Chefe de Gabinete Sérgio Luiz de Matteo - Assessor

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	14 (2 servidores fizeram pedido de aposentadoria)
---------------------	---

Servidores sem vínculo	não há
Estagiários de nível médio	não há
Estagiários de nível superior	não há

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, houve: a) Cumprir as recomendações do item 7. b) Extrair relatório completo e verificar os processos parados há mais de 60 dias, devolvendo os que estiverem tramitando com o relator. c) Manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 8.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) cumprimento das recomendações: baixa no sistema (5001015-64.2018.4.03.6111 e 5023832-88.2019.4.03.0000); intimação das partes em 10 dias (0001153-02.2015.4.03.6183, 0005325-05.2008.4.03.6127, 0001968-17.2008.4.03.6127, 0002337-34.2004.4.03.6100, 0005325-05.2008.4.03.6127, 0019436-75.2008.4.03.6100); tramitação quando do retorno presencial (0009452-14.2001.4.03.6100, 0023331-69.1993.4.03.6100 e 0600017-11.1994.4.03.6100); ajustar movimentação processual no sistema e outras providências (0000291-06.2013.4.03.6117, 0010105-30.2012.4.03.6100, 5006785-71.2018.4.03.6100, 5015406-87.2019.4.03.0000, 5069252-29.2018.4). b) os processos no PJe são consultados periodicamente para que não fiquem parados há mais de 60 dias. c) manutenção dos métodos de trabalho de sucesso: padronização de procedimentos, organização de fluxos de trabalho, regularização de cadastros e sistemas, além de aprofundar o diálogo com entes e setores atuantes na conciliação e buscar novos projetos passíveis de conciliação.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Em 2020 o GabCo venceu o desafio do teletrabalho, o aprendizado no PJe, as demandas que envolvem a Covid 19 e o recebimento das reclamações do auxílio emergencial. O TRF3 recebeu, em fevereiro, duas premiações durante a cerimônia virtual da XI Edição do "Conciliar é Legal", CNJ. Boas Práticas, categoria Demandas Complexas e Coletivas, o TRF3 foi vencedor com o case "Eficiência e Eficácia na

Mediação ou Conciliação com o Poder Público em ação multitudinária". Na Produtividade, a JF3ªR recebeu menção honrosa por realizar o maior número de acordos (1.160) durante a XV SNC. Vale destacar que de 1º/01 à 15/6/21 o TRF3 contabiliza 11.773 acordos. Atualmente estamos conciliando os processos referentes aos expurgos inflacionários nas cadernetas de poupança, no TRF e Cecons. As dificuldades enfrentadas pelo Gabinete são a descontinuidade dos trabalhos a cada dois anos, em razão da alternância na gestão da unidade e possibilidade de alteração da equipe, assim como na gestão dos entes públicos envolvidos.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do relatório

Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito - Chefe de Gabinete

7. Como a unidade está organizada? (Setores, funções e atribuições).

No âmbito das atividades jurisdicionais, o Gabinete é dividido em 2 Seções, sendo uma Seção de Processamento que envolve o INSS e as demais matérias. A outra é a Seção das Ações Sensíveis e Complexas (em geral ações coletivas). O Gabinete conta também com a Seção de Estatísticas própria que controla a estatística relativas às atividades de conciliação pré-processual e de demandas judicializadas em 1ª e 2ª instâncias. Por fim, o Seção de Formação e Reciclagem, que envolve as atividades relativas ao controle de entidades formadoras de Conciliadores (CNJ, CJF, TRF3 e CECONS), além de manter os cadastros regionais de instrutores, de conciliadores e de mediadores, bem como as relações com os cadastros nacionais, geridos pelo CNJ. Há 4 supervisores (FC5), 2 assistente I (FC4), 6 assistente II (FC3).

7.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, 11 servidores estão em regime de teletrabalho.

7.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

De março de 2020 até o final do 3º trimestre de 2021 o teletrabalho era integral para 12 servidores. Hoje o teletrabalho é parcial, havendo rodízio em 3 grupos: 1) assessor e chefe de gabinete; 2) supervisores e 3) servidores. Há 3 servidores em trabalho presencial para recebimento de processos físicos/petições e atendimento a advogados ou partes.

7.3 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas, o Gabinete da Conciliação trabalha sob demanda.

7.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O desempenho dos servidores é acompanhado pelos instrumentos disponíveis para o Gabinete como: PJe 1º g (RPP), PJe 2ºg, respostas/soluções aos e-mails recebidos,

andamento nos processos SEI, encaminhamento de e-mails para as instituições envolvidas nas demandas, marcação e apoio nas audiências e reuniões virtuais.

8. De que forma ocorre a organização dos processos, a gestão do acervo e o controle da movimentação interna?

Os processos físicos são organizados primeiramente por ordem de recebimento e depois dispostos numericamente em ordem crescente. Nos processos eletrônicos a organização é feita por pastas e dentro delas com etiquetas contendo o assunto e/ou observação.

9. Quais os critérios para a seleção dos processos a serem conciliados?

A seleção dá-se por demanda, por petição do advogado e remessa dos autos pelo relator ou pela parte que pode contatar diretamente o Gabinete da Conciliação que faz o levantamento de casos similares, inclusive com tratativas prévias com a AGU e procuradorias especializadas, conforme o caso, para otimizar a possibilidade de acordo em determinada matéria.

10. Como são realizados os atos processuais antes e depois da conciliação? (Intimação das partes e cumprimento).

As partes são intimadas (PJe ou diário eletrônico) a se manifestar se há interesse na tentativa de conciliação. Sendo possível a tentativa e após consultar e nomear o juiz que coordenará as audiências, as partes são convidadas (pelo teams e e-mail) a participar das reuniões marcadas. Havendo acordo, é assinado pelas partes e homologado pelo Gabconc e devolvido à origem. A qualquer momento, as partes podem se manifestar sobre o não cumprimento do acordo, sendo os autos devolvidos ao Gabinete da Conciliação para que nova reunião seja marcada e a questão debatida. Caso uma das partes manifeste não ter interesse na tentativa de conciliação, o processo é devolvido à origem.

11. Como ocorre a dinâmica das conciliações (periodicidade, local, conciliadores)?

Nas ações sensíveis e complexas é consultado e nomeado um Juiz Conciliador ou um Mediador, as partes são intimadas por e-mail ou whatsapp e as audiências realizadas pela Plataforma Teams. Não há periodicidade para essas demandas, a primeira audiência é marcada pelo Juiz/Mediador, as demais com a presença e concordância das partes.

12. Como é feito o controle estatístico da unidade?

É realizado pela compilação e atualização dos dados estatísticos mediante a elaboração de planilhas e análises percentuais das atividades das CECONs e do Gabinete da Conciliação.

13. Qual a média de tempo de tramitação dos procedimentos na unidade?

Não há tempo médio de tramitação no Gabinete, uma vez que há diversidade de projetos e várias situações que surgem ao longo do trabalho.

13.1 Como é feito o controle periódico de processos sem movimentação?

Os dois servidores do processamento tentam olhar as pastas no PJe todos os dias. O controle dos processos físicos é feito por localização nas prateleiras numeradas no Gabinete.

14. Como as atividades são distribuídas internamente?

As atividades são distribuídas entre o assessor (os atos de gestão como acompanhamento das atividades das Cecons, da organização de cursos para formação de conciliação, inscrição do Gabconc nos concursos sob a orientação do Des. Fed. Coordenador) e a chefe de gabinete (cuida da parte administrativa, acompanha as reuniões das Plataformas e audiências de conciliação nas ações sensíveis e complexas). Temos 4 supervisões: processamento, estatística, curso de formação e atualização de conciliadores e núcleo de ações sensíveis e complexas, onde os servidores são distribuídos na medida das necessidades, pois trabalhamos em colaboração mútua.

15. Como é realizado o atendimento a partes e aos advogados?

Atendemos pessoalmente, mediante hora marcada ou por telefone, celular e whats app. O atendimento virtual é feito a pedido dos agentes (por e-mail ou whatsapp) que envolvem uma demanda, sempre na presença do Juiz Conciliador ou mediador.

16. Como a unidade trabalha para alcançar a Meta 3 do CNJ?

1. Instalação da Central Regional de Conciliação/CERCON do MERCOSUL em Dourados (MS) incrementando a prestação jurisdicional no MS e viabilizando o uso das técnicas de conciliação e mediação nas Subseções Judiciárias de Ponta Porã, Dourados e Naviraí. Desde a instalação até jan/22, a CERCON realizou cerca de 225 audiências de conciliação, resultando 104 acordos homologados no valor total de R\$ 835.104,67. 2. Reclamação Pré Processual pelo aprimoramento dos fluxos da realização de audiências de conciliação e homologação de acordos extrajudiciais no PJE1G. 3. Projeto "Sistema de Apoio à Conciliação" para a gestão dos dados de produtividade das Cecons. 4. Reuniões periódicas com os supervisores das Cecons. 5. Regulamentação do procedimento de cadastramento de instituições externas formadoras de conciliadores e mediadores. 6. Regulamentação da remuneração dos conciliadores e mediadores. 7. Regulamentação do procedimento de cadastramento de Câmaras Privada. 8. Projeto Oficial de Justiça Pacificador.

17. Foram criadas os CEJUSCONs? Como é realizada a coordenação no âmbito das seções judiciárias?

As Seções Judiciárias são coordenadas pelo Diretor do Foro com o auxílio do Gabinete da Conciliação, quando necessário. Nas Subseções Judiciárias há as Cecons que contam com o apoio dos Juízes Coordenadores e Coordenadores Adjuntos. O Gabconc administra e gerencia as atividades das Cecons nos aspectos: auxílio aos Supervisores; acompanhamento/orientação/alinhamento de projetos e disciplina administrativa; controle das férias e/ou afastamentos dos magistrados; controle e análise de processos recebidos pelo SEI (GABCONCI-NUPEMEC), mediante elaboração de minutas de documentos e outras medidas necessárias à atuação do Des Coordenador; minutas de ofícios aos Juízes Federais, Dir Foros das Seccionais SP-MS, DesFed, Presidência e órgãos superiores; elaboração de Relatórios Gerenciais, acompanhamento das Metas Estratégicas do Judiciário, entre outros.

18. Como é realizado o diálogo interinstitucional com os entes públicos para fomentar a conciliação?

Eram utilizados todos os instrumentos disponíveis (e-mail, tel, what), mas com a criação da Plataforma Covid 19 pelo TRF3, o diálogo foi facilitado, uma vez que eram feitas reuniões periódicas, trazendo a proximidade dos entes envolvidos nas demandas. Da mesma forma, a Plataforma ambiental e indígena, inspirada no projeto plataforma SIRENEJUD do CNJ, que traz dados sobre desmatamento, degradação e incêndios no Pantanal e o seu cruzamento com os dados de florestas e terras indígenas, informações que raramente chegam ao processo de forma qualificada e organizada, tampouco são do conhecimento das instituições envolvidas na fiscalização, prevenção e repressão às violações ao meio ambiente. As Plataformas estabelecem contatos com outros Tribunais, Ministério Público, Procuradorias, Defensorias, órgãos do Poder Executivo, OAB, com vistas ao desenvolvimento de alianças estratégicas, à criação de protocolos consensuais e à solução preventiva de futuros litígios.

19. Como são realizados os procedimentos pré-consensuais?

Os entes utilizavam o recurso da RPP no PJe 1g, com o registro no sistema, mas com o auxílio da AGES e tendo em vista as contingências decorrentes do coronavírus, foram feitos ajustes no fluxo, de modo que, a partir de 15/7/20, nos estados de SP e MS, quem teve os pagamentos negados e entender que permanece com direito ao recebimento do auxílio, pode cadastrar reclamação perante o GABCO, desde que não tivesse ajuizado uma ação no JEF. Apesar de que já fosse possível a instauração de RPP, essa possibilidade só estava disponível aos entes públicos, não ao público em geral, que tinha de cadastrar suas reclamações por e-mail. Com a redefinição do fluxo para RPPs no PJe 1G, até janeiro de 2022, 539 jurisdicionados puderam exercer seus direitos, reivindicando o auxílio emergencial por meio remoto e sem a necessidade de advogados. Diante da experiência bem sucedida, a partir de 9/9/21, como resultado de tratativas com a PRU3R, o fluxo passou a atender RPPS versando sobre seguro-desemprego.

20. A unidade possui plano de gestão?

Sim, com projetos e ações visando o cumprimento da Meta n. 3 do Poder Judiciário mediante o incremento do número de conciliações, a diversificação das práticas

autocompositivas e a capacitação dos conciliadores: Instalação da Central Regional de Conciliação CERCON do MERCOSUL em Dourados (MS); Aprimoramento dos fluxos da realização de audiências de conciliação e homologação de acordos extrajudiciais no PJE 1G; Projeto "Sistema de Apoio à Conciliação" para a gestão dos dados de produtividade das Centrais de Conciliação; Reuniões periódicas com os supervisores das Centrais de Conciliação; Regulamentação do procedimento de cadastramento de instituições externas formadoras de conciliadores e mediadores; Regulamentação da remuneração dos conciliadores e mediadores; Regulamentação do procedimento de cadastramento de câmaras privadas de conciliação e mediação e por fim, o Projeto Oficial de Justiça Pacificador.

20.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos humanos e materiais são satisfatórios, Contudo com a breve aposentadoria de 2 servidores, haverá a necessidade de reposição para continuidade e otimização dos resultados.
b) gestão do trabalho	Apesar de todas dificuldades trazidas pelo teletrabalho, inclusive a falta de adaptação de alguns servidores ao trabalho virtual, o que obsta maior controle do acervo e do fluxo procedimental, os resultados obtidos demonstram que o TRF3 é o tribunal que mais concilia, com índices considerados ótimos.
c) resultados	Tanto o Gabinete da Conciliação quanto as Cecons, apesar de todas dificuldades com os meios virtuais, tem conseguido acompanhar o fluxo dos procedimentos realizados pelos servidores e obtido ótimos resultados, pois o TRF3 é considerado o tribunal que mais concilia.

20.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
1. reabrir o canal de diálogo interinstitucional com o INSS e AGU, para retomar as conciliações nessas matérias, principalmente com a simplificação do trâmite processual entre os setores do Tribunal decorrente da implantação do PJe; 2. consultar a Vice-Presidência para verificar temas de processos sobrestados pela repercussão geral reconhecido pelo STF para analisar a viabilidade de se incentivar as partes a entrarem num acordo enquanto a controvérsia não é decidida; 3. conciliação assíncrona nas classes execução, inclusive fiscal, e ação monitória, onde o fórum é habilitado automaticamente, desde que o ente/parte exequente tenha formulado termo de adesão, utilizando a integração com o PJe. Há potencial de utilizar essa ferramenta para conciliações com os Conselhos de Fiscalização Profissional, em que já

identificada a potencialidade de acordos e em que as partes são bem instruídas e familiarizadas com o uso da tecnologia.

20.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

1. reunião realizada em 29/3/22 com o INSS para viabilizar o fluxo; 2. reunião com a Vice-Presidência para verificar temas de processos sobrestados; 3. o projeto da Plataforma de Conciliação Assíncrona já em fase de prototipação pelas AGES (cfr. Expediente SEI 0175953-77.2021.4.03.8000).

21. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante o período da pandemia foi criada, pelo TRF3, duas Plataformas, a saber: 1) Plataforma Interinstitucional de Autocomposição de Conflitos Decorrentes da Pandemia de novo Coronavírus Plataforma Covid-19 que será incorporada pela criação de uma Plataforma que englobará todas as demandas relativas a Saúde; 2) Plataforma Interinstitucional Virtual de Demandas Ambientais e Indígenas. Houve a realização, tanto pelo Gabinete de Conciliação como pelas Centrais de Conciliação, de audiências de conciliação na modalidade virtual, inclusive com o cadastramento de conciliadores.

22. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001664-10.2015.4.03.6115	15/9/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em audiência 29/11/21, UFSCAR se comprometeu a apresentar atualização dos estudos até 30/4/22, prorrogável em razão de algum elemento técnico que justifique.		
5008112-47.2020.4.03.0000	9/4/2020	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Al devolvido para o relator/turma em razão de sentença proferida na ACP n. 5000268-71.4.03.6135.		
5004286-30.2018.4.03.6128	26/8/2020	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: 1ª audiência de conciliação marcada em 11/4/22, sob a coordenação da JF Renata Padilha, quando restou deliberado que o DNIT apresentará o cronograma nos autos no prazo de 30 dias (11/5/22). O MPF e demais interessados se manifestarão sobre a cronograma no prazo de 10 dias.		
0002104-55.2015.4.03.6131	14/2/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: a União será intimada a se manifestar sobre a manifestação do MPF.		
5016557-59.2017.4.03.0000	6/9/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Restou deliberado, em audiência de 6/8/2021: 1. A DF Leila Paiva dará início à redação de minuta de encaminhamento do acordo, que será encaminhada a todos para fim de inclusão dos pontos essenciais à pacificação do conflito, observando a legislação aplicável. 2. Após será designada nova audiência.		

5002678-48.2018.4.03.0000	19/2/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Audiência em 5/4/2022 - A mediação estabeleceu o prazo de 10 (dez) dias para que a Procuradoria Regional Federal 3ª Região - PRF3 manifeste-se quanto ao posicionamento da FUNAI no tocante à participação na mediação e sobre as linhas de atuação e eventuais sugestões.		
5023832-88.2019.4.03.0000	17/9/2019	12357-Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O recorrente distribuiu este pedido de efeito suspensivo à apelação por dependência a AC 5399448-69.2019.4.03.9999, onde a parte aceitava proposta do INSS. Aberto chamado e resolvido. Despacho determinando o cancelamento da distribuição e baixa no sistema processual.		
5023929-25.2018.4.03.0000	26/9/2018	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo devolvido ao Gabinete do Relator, Des. Fed. Mairan Maia, por ausência de proposta de acordo.		
0009595-17.2012.4.03.6100	15/12/2015	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração providos em 9/3/22 - prazo para manifestação do CREA até 7/4/22. Prazos suspensos pela Portaria CJF3R, n. 520, de 12/4/2022.		
5005709-52.2018.4.03.6119	12/3/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à origem em 21/3/22.		
0001274-95.2014.4.03.6108	18/8/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: em 18/4/2022 encaminhado email oficiando a Cecon de Bauru para prestar esclarecimentos de previsão de conclusão procedimento conciliatório instaurado.		
0007513-70.2004.4.03.6107	30/6/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em 29/3/22 reiterada a intimação das partes para manifestação.		
5010268-94.2018.4.03.6105	14/11/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: A parte foi intimada para manifestação sobre petição da Anvisa, sobre pedido de extinção do feito. Em 12/4/22 a parte juntou petição pedindo dilação de prazo por 15 (quinze) dias úteis. Deferida a dilação de prazo em 18/4/2022.		
5010266-27.2018.4.03.6105	29/1/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: As partes foram intimadas a se manifestar, em 29/3/2022 (prazo de 5 dias)		
5001438-65.2017.4.03.6141	14/12/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: juntada de manifestação do DNIT (em 14/4/22) favorável à proposta apresentada pelo MPF na tentativa de conciliação. Será consultado e nomeado o Juiz Conciliador, após a audiência será marcada e os envolvidos convidados a participar.		
0001076-98.2009.4.03.6119	21/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Encaminhamos e-mail para a CEDI perguntando sobre a digitalização em 16/3/21 e não obtivemos resposta. O e-mail foi reiterado em 18/4/2022.		
0033537-54.2007.4.03.6100	30/12/2008	198-Apelação Cível

Observação/Providência: foi encaminhado e-mail para a 6ª Turma, em 18/4/2022, solicitando a criação de metadados, possibilitando a digitalização dos autos, uma vez que o processo físico foi remetido ao Gabconc.		
0002993-95.2008.4.03.6117	29/4/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Parte foi intimada sobre a proposta apresentada pela CEF - prazo para manifestação até 8/4/22. Prazo suspenso pela Portaria CJF3ªR, n. 520, de 12/4/2022.		
0008397-34.2006.4.03.6106	11/6/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em 29/3/22 a CEF foi intimada para que informe se remanesce interesse na apresentação de proposta de acordo (prazo 10 dias).		
0031023-94.2008.4.03.6100	24/9/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à origem em 25/3/22.		
0741163-45.1991.4.03.6100	19/6/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Em 23/3/22 intimada a CEF para que informe se remanesce interesse na apresentação de proposta de acordo (prazo de 10 dias).		
0002197-74.2007.4.03.6106	30/10/2007	198-Apelação Cível
Observação/Providência: CEF foi intimada para verificar interesse em apresentar proposta - prazo para manifestação em 4/4/22. Prazo suspenso pela Portaria CJF3ªR, n. 520, de 12/4/2022.		
5021251-37.2018.4.03.0000	30/8/2018	144-Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: Processo encaminhado à Vice-Presidência, por restar infrutífera a tentativa de conciliação.		
0002949-10.2011.4.03.6105	9/8/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: processo localizado no Gabinete do Des. Fed. Peixoto Junior, 2ª Turma.		
0007014-67.2014.4.03.6000	5/12/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado no Gab. Des. Fed. Cotrim Guimarães, 2ª Turma.		
0001333-85.2007.4.03.6122	27/1/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Manifestação das partes juntada em 11/4/22, informando que não tem interesse no acordo com a CEF. Processo devolvido ao relator, em 18/4/2022.		
0001408-90.2008.4.03.6122	23/10/2009	198-Apelação Cível
Observação/Providência: CEF intimada para verificar interesse em apresentar proposta - prazo para manifestação em 4/4/22. Prazo suspenso pela Portaria CJF3ªR, n. 520, de 12/4/2022.		

23. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 27 processos selecionados, 23 foram inspecionados. Destes, 4 processos eram físicos e 23 eletrônicos.

Os autos físicos, não foram localizados na unidade, pois foram remetidos à digitalização ou sujeito a procedimento conciliatório junto às Centrais de Conciliação do interior.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0001274-95.2014.4.03.6108	0033537-54.2007.4.03.6100
---------------------------	---------------------------

b) Providenciar o andamento do feito em até 30 dias:

5016557-59.2017.4.03.0000	5002678-48.2018.4.03.0000	0002949-10.2011.4.03.6105
0007014-67.2014.4.03.6000		

24. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação Carlos Muta, pela Juíza Federal Coordenadora do CeCon/SP Ana Lúcia Lucker Meirelles de Oliveira, pelo Assessor Sérgio Luiz de Matteo e pela Chefe de Gabinete Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito, que discutiram sobre as atividades desenvolvidas pelo Gabinete.

O Desembargador Federal Carlos Muta, que recém assumiu a coordenação em 10/3/2022, informou que o Gabinete da Conciliação é o órgão responsável por conduzir a política conciliatória nas ações que tramitam em segunda instância e de algumas ações mais complexas e sensíveis da primeira instância, pela coordenação das Centrais de Conciliação da 3ª Região e pela Cecon Regional, bem como pela necessidade de estimular, apoiar e difundir o Programa de Conciliação e Mediação da Justiça Federal da 3ª Região.

1. Estrutura e Gestão de Pessoal

A estrutura de pessoal do Gabinete da Conciliação - GABCO é composta por 16 servidores, sendo que desse total 6 vagas são emprestadas da Secretaria-Geral.

O quadro de funções é composto por 2 cargos em comissão e 13 funções comissionadas.

O Desembargador Federal Coordenador é o responsável por estabelecer as diretrizes para implementação da política pública de tratamento adequado de conflitos no âmbito do TRF3, pela condução das tratativas e diálogos interinstitucionais, pelo planejamento e a elaboração dos projetos do GABCO e pela supervisão técnica dos procedimentos realizados pelos Cecons.

Cabe ao assessor o acompanhamento das atividades dos Cecons, a organização de cursos de formação e a inscrição do GABCO nos concursos de boas práticas, sob orientação do Desembargador Federal Coordenador. A Chefe de Gabinete coordena as atividades administrativas, acompanha as reuniões das Plataformas e as audiências de conciliação nas ações sensíveis e complexas.

Atualmente, 11 servidores cumprem regime parcial de teletrabalho respeitando as normas contidas na Resolução PRES n. 370/2020 com 80% dos servidores em regime parcial de teletrabalho e, desde a publicação da Resolução PRES 514/2022 o percentual foi reduzido para 50%. O desempenho dos servidores é acompanhado pelo cumprimento das tarefas decorrentes das demandas em andamento e pelos sistemas processuais e administrativos.

2. Estrutura Organizacional

A estrutura administrativa do GABCO é composta pelo Núcleo Administrativo/Normativo, Núcleo de Contadoria, Núcleo de Ações Sensíveis e Demandas Complexas, Seção de Apoio à Conciliação, Seção de Formação e Cadastramento e Seção de Estatística e Informática, cujas principais atribuições estão descritas às pp. 08 a 11 do Relatório de Gestão Biênio 2021/2022 (anexo ao presente relatório – págs 1474-1507).

O Desembargador Federal informou que, diferentemente das demais regiões, no momento da adequação à Resolução CNJ 125/2010, optou-se por manter as atribuições já exercidas pelo Gabinete da Conciliação e instituir o Nupemec como órgão consultivo integrante do gabinete.

As Centrais de Conciliação (Cecons) exercem as funções de Centros Judiciários de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) na primeira instância. Tecnicamente são subordinadas ao GABCO e administrativamente estão inseridas na estrutura dos fóruns federais e gerenciadas por dois magistrados.

De acordo com o relato da assessoria, atualmente existem 34 Cecons e 01 Central Regional de Conciliação. À exceção das Centrais de São Paulo-Capital e de Campinas, as demais Cecons contam com apenas 1 servidor e 1 função comissionada.

3. Gestão Processual

O Desembargador Federal informou que a atuação do Gabinete se dá pela demanda dos relatores e das partes, em ações cujas matérias são repetitivas, de grande volume nas unidades processantes e naquelas de grande impacto social. Atualmente, o gabinete tem trabalhado nos processos que tratam de expurgos inflacionários da poupança e habitacionais. Também foram iniciadas as tratativas para a realização de conciliações em ações que versam sobre benefícios previdenciários por incapacidade e de benefícios assistenciais.

O gabinete tem atuado no aprimoramento das plataformas interinstitucionais de autocomposição de conflitos de demandas ambientais e indígenas e na expansão da plataforma de enfrentamento da Pandemia para abranger as ações relacionadas ao Direito da Saúde.

4. Coordenação das Cecons

O assessor relatou ainda, que com a finalidade de melhorar o fluxo de comunicação do Gabinete com as Centrais de Conciliação, são realizadas reuniões quinzenais com os supervisores das Cecons nos fóruns federais. Tais reuniões possibilitaram um diagnóstico mais preciso da realidade e das dificuldades vivenciadas em cada seccional, bem como tem permitido a troca de boas práticas e experiências voltadas à solução de problemas comuns e à racionalização das rotinas e fluxos de trabalhos.

5. Gestão de Conciliadores

O assessor informou que não foram realizados cursos de formação durante a Pandemia e que os conciliadores cadastrados estão sendo consultados sobre o interesse em atuar nas audiências virtuais a fim de permitir a atuação regional dos conciliadores buscando suprir as eventuais carências.

O Desembargador Federal e o assessor informaram que é essencial a atualização regular dos conciliadores e mediadores em técnicas autocompositivas e em boas práticas que cooperem para a disseminação da cultura de paz.

6. Núcleo de Justiça Restaurativa

Questionados sobre a instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa, os entrevistados informaram que o Tribunal optou pela instalação do Centro de Justiça Restaurativa-CEJURE ligado diretamente à Presidência do Tribunal. Dentro dessa perspectiva, os Cecons atuarão apenas como apoio na instalação dos Núcleos de Práticas Restaurativas nas seccionais.

7. Dificuldades e Desafios

Durante a entrevista foi relatada que uma das dificuldades enfrentadas pelo Gabinete é a falta de orçamento próprio para investimento em formação, capacitação, atualização de instrutores e conciliadores, elaboração de projetos de fortalecimento e consolidação da cultura de paz.

Outra dificuldade apontada pelos entrevistados é a necessidade de reestruturação do SistCon, de modo a possibilitar que as Centrais de Conciliação estejam funcionalmente vinculadas ao Gabinete da Conciliação com intuito de se obter uma melhor integração e cooperação entre as unidades responsáveis pela execução do Programa de Conciliação e Mediação da Justiça Federal da 3ª Região.

O Desembargador Federal Coordenador relatou que um dos maiores desafios a serem vencidos é difundir com mais eficácia a cultura da conciliação entre os juízes, servidores e o público externo por meio de ações que visem, continuamente, a formação e a capacitação de magistrados e servidores, dotando o corpo funcional, os aplicadores do direito e os cidadãos da necessária conscientização acerca da estratégica função desempenhada pelos meios de solução consensual de controvérsias na pacificação social.

25. RECOMENDAÇÕES

Considerando o detalhamento das dificuldades e observações gerais apresentadas pelos entrevistados, a equipe de inspeção do CJF sugere que sejam adotadas as recomendações do item 23.

Recomenda-se a interlocução com a Presidência do Tribunal para que seja promovida a descentralização de recursos orçamentários com destinação ao Gabinete da Conciliação, a fim de que este tenha autonomia para desenvolver, planejar e aperfeiçoar ações voltadas ao cumprimento das competências previstas no artigo 3º, IV, VII, XV, da Resolução PRES n. 42/201, entre outras.

Outro ponto a ser avaliado em conjunto com a Presidência é a regularização da estrutura de pessoal de forma que o quantitativo de cargos seja, ao menos, equivalente ao quantitativo de funções, nos termos do artigo 2º, VIII, da Resolução PRES n. 42/2016 e do artigo 10, § 2º, da Resolução CNJ n. 219/2016, que define os parâmetros da lotação paradigma.

Recomenda-se, ainda, o incremento na estrutura de servidores dos CECONS de modo que possam funcionar com melhor desempenho de suas funções, considerando a necessidade de fortalecimento da cultura da resolução consensual de conflitos no âmbito dos fóruns federais do interior, uma vez que a Resolução CNJ 282/2019 equiparou os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania a unidades judiciárias e definiu a forma de cálculo da lotação paradigma dos Cejuscs.

É essencial, ainda, o incentivo, apoio e divulgação das políticas públicas da conciliação e mediação no âmbito das varas federais, especialmente, dos fóruns federais do interior, para que os juízes, servidores e público externo, sejam sensibilizados da importância do uso dos métodos consensuais de resolução dos conflitos, passem a *priori* a solicitar o encaminhamento dos processos com possibilidade de acordo aos CECONS.

No mais, recomenda-se à unidade a manutenção da excelente organização de trabalho demonstrada, para expansão das boas práticas relativas à promoção a pacificação social através da via conciliatória e o incremento das políticas relativas ao uso das Reclamações Pré-Processuais.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Nome da Escola de magistratura

Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

1.2 Região

TRF - 3ª Região

1.3 Diretor da Escola

Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo

1.4 Responsável pela resposta

José Roberto da Silva, assessor em exercício

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

2.1 Relate as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explícite em relação a cada público: desembargadores e juízes)

DESEMBARGADORES: Baixo índice de adesão aos cursos de atualização oferecidos. Atraí-los enquanto discentes revela-se um desafio. Nota-se a baixa frequência desse público em cursos realizados pela EMAG. Tendo em vista que o registro de participação em cursos externos não compete à EMAG, não é possível afirmar sobre a frequência desse público em eventos promovidos/credenciados por outras instituições de ensino. JUÍZES: Dificuldade no deslocamento para a Escola em eventos presenciais, o que demanda o pagamento de diárias e passagens; e indicação de magistrados substitutos. Ademais, verifica-se a insuficiência de capital humano por parte da Escola para atender à crescente demanda de atualização e capacitação dos magistrados. Financeiramente, cumpre registrar que a dotação anual tende a ser insuficiente se houver, no mesmo ano, a realização de um CFI com pelo menos, 480hs. Dificuldade de contratação de juristas renomados ou estrangeiros, para essa finalidade.

2.2 Anexe lista nominal dos desembargadores e o total de carga horária em atividades credenciadas pela Enfam a partir da última inspeção.

O TRF - 3ª Região conta, em 24 de março de 2022, com 39 cargos ocupados de desembargador federal. A lista completa foi encaminhada para estatística@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Escola de Magistrados da 3ª Região
 Anexo 1 - Desembargadores e Carga Horária em ações de Capacitação

Tipo	Nome	Cargo	CH Capacitação
Magistrado	Nino Oliveira Toldo	Desembargador Federal	30
Magistrado	Therezinha Astolphi Cazerta	Desembargador Federal	50
Magistrado	Paulo Sergio Domingues	Desembargador Federal	30
Magistrado	José Carlos Francisco	Desembargador Federal	22
Magistrado	Inês Virgínia Prado Soares	Desembargador Federal	22

3. FORMAÇÃO DE FORMADORES

3.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

117 formadores (101 juízes e 16 desembargadores). A lista completa foi encaminhada para estatística@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Desembargadores	N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Área de Atuação
CARLOS DELGADO	✓	✓	✓			Previdenciário
CONSUELO YOSHIDA	✓					Ambiental
DALDICE SANTANA	✓	✓	✓	✓	✓	Conciliação
FAUSTO MARTIN DE SANCTIS	✓					
INES VIRGINIA PRADO SOARES	✓	✓	✓			
JOSÉ CARLOS FRANCISCO	✓	✓	✓	✓	✓	Constitucional
JOSE MARCOS LUNARDELLI	✓	✓	✓	✓		
LEILA PAIVA MORRISON	✓	✓	✓	✓		
LUIS CARLOS MUTA	✓	✓	✓	✓		
LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO	✓	✓	✓			
MAIRAN MAIA	✓					
NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	✓	✓	✓			
NINO OLIVEIRA TOLDO	✓	✓	✓	✓	✓	Criminal
PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES	✓	✓	✓			Filosofia
PAULO SERGIO DOMINGUES	✓	✓	✓	✓		
THEREZINHA CAZERTA	✓	✓	✓	✓		

Juízes Federais	N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Área de Atuação
ADRIANA DELBONI TARICCO	✓	✓	✓	✓		Criminal
ANDREIA SILVA SARNEY COSTA MORUZZI	✓					
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	✓	✓	✓			
ALESSANDRO DIAFERIA	✓	✓	✓	✓	✓	Criminal
ANA LÚCIA PETRI BETTO	✓	✓	✓	✓	✓	
AUDREY GASPARINI	✓					
BARBARA DE LIMA ISEPPI	✓	✓	✓	✓	✓	
BRUNO BARBOSA STAMM	✓					
BRUNO CÉSAR LORENCINI				✓	✓	Constitucional
BRUNO TAKAHASHI	✓	✓	✓	✓	✓	Conciliação
BRUNO VALENTIM BARBOSA	✓					
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	✓					
CAIO MOYSÉS DE LIMA	✓	✓	✓			
CARLOS ALBERTO NAVARRO PERES	✓	✓	✓	✓		
CAROLINA CASTRO COSTA	✓	✓				Formação Inicial - 2013
CAROLINE SCOFIELD	✓	✓	✓	✓	✓	Previdenciário - Gestão
CRISTIANE FARIAS RODRIGUES				✓	✓	Previdenciário - 2017
DANIEL CHIARETTI				✓	✓	
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	✓	✓	✓			
DÉCIO GABRIEL GIMENEZ	✓	✓	✓		✓	
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	✓	✓	✓			
DOUGLAS CAMARINHA	✓	✓	✓			
EMERSON JOSÉ DO COUTO	✓	✓	✓	✓	✓	Ética/criminal
ETIENE COELHO MARTINS	✓	✓	✓	✓	✓	

Juízes Federais	N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Área de Atuação
EURICO ZECCHIN MAIOLINO				✓	✓	Perícia Judicial
FABIANO LOPES CARRARO	✓					
FABIO KAIUT NUNES	✓	✓				
FELIPE BITTENCOURT POTRICH				✓	✓	
FELIPE DE FARIAS RAMOS	✓					
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	✓	✓	✓		✓	
FERNANDO CEZAR CARRUSCA				✓	✓	Previdência e Direito
FERNANDO TOLEDO CARNEIRO				✓	✓	
FERNAO POMPEU DE CAMARGO	✓	✓	✓	✓	✓	
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	✓					
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	✓					
GISELLE DE AMARO FRANÇA	✓	✓	✓	✓	✓	Previdenciário
HERBERT CORNÉLIO P. B. JUNIOR	✓	✓	✓	✓	✓	Conciliação
IVANA BARBA PACHECO	✓	✓	✓			
JANAINA RODRIGUES VALLE GOMES	✓					
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	✓	✓				
JOÃO EDUARDO CONSOLIM	✓	✓	✓	✓	✓	
JOÃO FELIPE MENEZES LOPES	✓					
JOSÉ DENILSON BRANCO	✓	✓	✓	✓	✓	PJE

Juízes Federais	N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Área de Atuação
JÚLIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	✓			✓	✓	
JOSÉ RENATO RODRIGUES				✓	✓	
KATIA HERMINIA LAZARANO	✓	✓	✓	✓	✓	JEF-Coordenação Prática
LEONARDO JOSE CORREA GUARDA				✓		
LEONARDO VIETRI ALVES DE GODOI	✓	✓	✓	✓	✓	
LESLEY GASPARINI	✓	✓	✓			
LETICIA MENDES GONÇALVES HILLEN	✓					
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS BORER	✓	✓	✓	✓	✓	
LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	✓	✓	✓	✓	✓	
MARCELO GUERRA MARTINS	✓			✓		Formador Estágio
MARCELO LELIS AGUIAR	✓	✓		✓	✓	
MARCIA HOFFMANN	✓	✓	✓	✓	✓	Ética-Coordenação Prática
MARCIO FERRO CATAPANI	✓	✓	✓			Direito Civil
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANI	✓	✓	✓			
MARIA CAROLINA AKEL AYOUB	✓	✓				
MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA	✓					
MARILAINE ALMEIDA SANTOS	✓	✓	✓			
MARISA CLAUDIA GONÇALVES CUCIO	✓	✓	✓			Conciliação - Monitor
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	✓	✓	✓	✓		Constelação

Juizes Federais	N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Área de Atuação
NATALIA LUCHINI	✓	✓		✓	✓	
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE				✓	✓	
NILSON MARTINS LOPES	✓	✓	✓	✓	✓	Previdenciário
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	✓	✓	✓	✓	✓	Gestão de Varas e Tributário
PAULO ALBERTO SARNO	✓	✓	✓			
PAULO BUENO DE AZEVEDO	✓	✓	✓			Criminal
PAULO CEZAR NEVES JUNIOR	✓	✓	✓			Gestão de Varas e JEF
PAULO MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA	✓					
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO				✓		
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	✓	✓	✓	✓	✓	
RAECLER BALDRESCA	✓	✓	✓	✓	✓	
RAPHAEL JOSE DE OLIVEIRA SILVA	✓	✓				
RAFAEL ANDRADE DE MARGALHO	✓					
RAFAEL MINERVINO BISPO	✓	✓	✓			
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	✓	✓	✓			
RAUL MARIANO JUNIOR	✓	✓	✓	✓		Pesquisa Empírica
RENATA ANDRADE LOTUFO	✓	✓	✓	✓	✓	FOFO-CFI
RENATO BARTH PIRES	✓	✓	✓			Coordenação Prática
RENATO CAMARA NIGRO	✓	✓	✓	✓	✓	
RENATO LOPES BECHO	✓	✓	✓			
RICARDO DAMASCENO DE ALMEIDA				✓	✓	
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	✓	✓	✓	✓	✓	Jud. Saúde-Estágio
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	✓	✓	✓			
RICARDO WILLIAM DOS SANTOS	✓	✓		✓	✓	Audiência Custódia
ROBERTO LEMOS DOS SANTOS FILHO	✓					

Juízes Federais	N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Área de Atuação
ROBERTO LIMA CAMPELO ***	✓	✓	✓	✓	✓	
RODRIGO ZACHARIAS	✓	✓	✓			
ROGÉRIO VOLPATTI POLEZZE	✓	✓	✓	✓	✓	
ROSANA FERRI	✓					
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO				✓	✓	Conciliação
SERGIO NOJIRI	✓	✓	✓			
SIDMAR DIAS MARTINS	✓					
SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE	✓					
SYLVIA MARLENE C. FIGUEIREDO	✓	✓	✓	✓	✓	
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	✓					
VALDIRENE RIBEIRO DE SOUZA FALCAO	✓	✓	✓			
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	✓	✓	✓			
VANESSA VIEIRA DE MELLO	✓					
YURI GUERZE TEIXEIRA	✓					

3.2 Anexar lista nominal dos formadores que atuaram nas atividades da Escola (nome e tribunal de origem) e o total de horas-aula ministradas a partir da última inspeção.

A lista nominal completa dos formadores que atuaram nas atividades da Escola, com a respectiva carga horária ministrada, foi encaminhada para estatística@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Formadores que atuaram nas atividades da EMAG (Anexo 2)

RF	Nome	Cargo	Lotacao	CH
10537	JULIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	Juiz Federal Substituto	3a Vara Federal Criminal espec. SFN/lavagem Campo	20
10467	CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	Juiz Federal	2ª Vara Federal de Sao Carlos/SP	37:30
10040	CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO	37:30
10068	NINO OLIVEIRA TOLDO	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO	78:38
10182	ELIDIA APARECIDA DE ANDRADE CORREA	Juiz Federal	SEM LOTAÇÃO	20
10066	FAUSTO MARTIN DE SANCTIS	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS	01:30
10035	THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA	40
10085	JOSE CARLOS FRANCISCO	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO	22
10126	MARCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	Juiz Federal	2ª Vara Federal Previdenciaria de Sao Paulo/SP	77:35
10173	RODRIGO ZACHARIAS	Juiz Federal	10º Juiz - 4ª TR Cível dos JEFs da Secao Judiciaria de SP	1
10201	LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	Juiz Federal	8ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	22
10154	RENATA ANDRADE LOTUFO	Juiz Federal	4ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	149:08
10207	LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	Juiz Federal	15º Juiz - 5ª TR Cível dos JEFs da Secao Judiciaria de SP	13:20
10435	MARCELO LELIS DE AGUIAR	Juiz Federal Substituto	2ª Vara-Gabinete do JEF de Sorocaba/SP	20
10365	ROGERIO VOLPATTI POLEZZE	Juiz Federal	1ª Vara Federal de	20
10036	MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA	03:30
10221	RAECLER BALDRESKA	Juiz Federal	3ª Vara Federal Criminal de Sao Paulo/SP	49:30
10399	LEONARDO VIETRI ALVES DE GODOI	Juiz Federal	1a Vara Federal de Barueri/SP	30
10553	DANIEL CHIARETTI	Juiz Federal Substituto	1a Vara Federal c/JEF ADJ Cível e Criminal Corumba/MS	42
10451	BRUNO VALENTIM BARBOSA	Juiz Federal	4ª Vara Federal de	35
10084	INES VIRGINIA PRADO SOARES	Desembargador Federal	DESEMBARGADORA FEDERAL INES VIRGINIA	44
10044	NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	Desembargador Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS	20
10452	EMERSON JOSE DO COUTO	Juiz Federal	1ª Vara Federal c/JEF ADJ Cível/Criminal de Avare/SP	40:35

Formadores que atuaram nas atividades da EMAG (Anexo 3)

Tipo	RF	Nome	Cargo	Lotacao	CH
Externos_Magistrados	31764	FABIO PENEZI PÓVOA	JUIZ DE DIREITO	Tribunal de Justiça do Pará	3
Externos_Magistrados	5776	PATRICIA HELENA DAHER LOPES PANASOLO	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	TRF 4ª Região	27
Externos_Magistrados	6392	VLADIMIR SANTOS VITOVSKY	JUIZ FEDERAL	TRF 2ª Região	10:45
Externos_Magistrados	31636	ILAN PRESSER	JUIZ FEDERAL	TRF 1ª Região	00:30
Externos_Magistrados	5296	ARTHUR NAPOLEAO TEIXEIRA FILHO	JUIZ FEDERAL	TRF 5ª Região	3
Externos_Magistrados	5023	ROGER RAUPP RIOS	DESEMBARGA DOR FEDERAL	TRF 4ª Região	02:30

4. TECNOLOGIA

4.1 Houve algum melhoramento ou a aquisição de sistemas informatizados para a Escola? Em caso positivo, qual a finalidade e aplicação?

Os melhoramentos foram tanto de hardware quanto de software. A EMAG recebeu um computador de alta performance e participou da consolidação do novo sistema de registro de cursos da 3ª Região (SINC), o que representou incremento de novas funcionalidades ao sistema, voltadas às necessidades da Escola.

5. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

José Roberto da Silva, Assessor em exercício.

6. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há estrutura permanente de servidores?

A EMAG possui a seguinte estrutura organizacional básica, com equipe permanente de servidores: Diretoria da EMAG (3 DF titulares e 1 DF suplente); Assessoria do DF Diretor - AMAG - 26100, estando a ela subordinada 3 seções: Seção de Apoio Administrativo - RCOS - 26101; Seção de Organização de Concursos para a Magistratura - ROCO - 26102; Seção de Cursos e Eventos - REVE - 26103; Divisão de Educação Corporativa, Publicação e Gestão de Acervo - DEGA - 26010, estando a ela subordinada 2 seções: Seção de Suporte a Eventos de Educação Corporativa - RSEV - 26012; e Seção de Publicação e Gestão de Acervo - RPUG - 26013. A lista completa das funções e atribuições foi encaminhada para estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Sim, a estrutura é permanente.

Escola de Magistrado da Justiça Federal da 3ª Região (estrutura)

Desembargador Federal Diretor da EMAG
Assessoria da Diretoria da EMAG Seção de Suporte Administrativo Seção de Organização de Concursos para a Magistratura Seção de Cursos e Eventos
Divisão de Educação Corporativa, Publicação e Gestão de Acervo Seção de Suporte a Eventos de Educação Corporativa Seção de Publicação e Gestão de Acervo

EMAG – Atribuições

Escola de Magistrados da 3ª Região

MISSÃO / FINALIDADE

Definir diretrizes, políticas e estratégias para a realização dos eventos/cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização dos magistrados federais, para os concursos e as divulgações de responsabilidade da Escola.

SUBORDINAÇÃO	ÓRGÃOS SUBORDINADOS
Não há	Assessoria do Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região Divisão de Educação Corporativa, Publicação e Gestão de Acervo

CARGO DO TITULAR

Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

ATRIBUIÇÕES DA ÁREA

1. Promover o Curso de Formação de Magistrados.
2. Proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos magistrados, mediante a realização de eventos (cursos, palestras, seminários, etc).
3. Promover cursos de especialização e pós-graduação “lato sensu” para magistrados.
4. Promover a divulgação dos feitos da EMAG e de conteúdos técnicos de interesse dos profissionais do direito.
5. Firmar contratos e fazer parcerias com instituições.
6. Disponibilizar ao Desembargador Federal Presidente da Comissão de Concurso os recursos humanos e materiais necessários à realização dos concursos para Juiz Federal Substituto.

Programas de Formação

Os cursos promovidos pela EMAG priorizam a reflexão teórica bem como a aplicação prática do conhecimento, em atendimento às exigências constitucionais e às diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM. As ações educacionais da EMAG estruturam-se em três eixos:

- [Formação Inicial – para magistrados recém-ingressos.](#)
- [Formação continuada – para magistrados vitaliciados ou em fase de vitaliciamento](#)
- [Formação de formadores – para magistrados que atuem na formação e aperfeiçoamento de juízes](#)

Assessoria do Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

MISSÃO/FINALIDADE

Realizar as atividades relacionadas ao assessoramento do Desembargador Federal Diretor da EMAG e Presidente da Comissão de Concurso no que se refere aos eventos, concursos e divulgações de responsabilidade da Escola.

SUBORDINAÇÃO	ÓRGÃOS SUBORDINADOS
Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região	Seção de Suporte Administrativo Seção de Organização de Concursos para a Magistratura Seção de Cursos e Eventos

CARGO DO TITULAR

Assessor

ATRIBUIÇÕES DA ÁREA

1. Participar da fixação das diretrizes técnicas e políticas pelo Presidente da Comissão de Concurso e pelo Diretor da Escola para o planejamento e realização do Concurso para Provimento de Vagas de Juiz Federal Substituto.
2. Assessorar o Diretor da Escola nas reuniões voltadas à tomada de decisões e providências que garantam a dinâmica de funcionamento da EMAG.
3. Manter um canal de comunicação com autoridades e instituições que possam contribuir para o crescimento, desenvolvimento e amadurecimento da Escola.
4. Assessorar o Diretor da Escola na realização dos eventos nas Subseções Judiciárias da 3ª Região e gerenciar seu desenvolvimento.
5. Prestar informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Escola ao CJF e aos demais órgãos relacionados à sua avaliação.
6. Analisar as propostas de convênios e contratos feitas à EMAG por outras instituições.
7. Assessorar o Diretor da Escola na definição do cronograma de eventos a serem ministrados.
8. Estudar e definir em conjunto com os diretores as ações a serem desenvolvidas na execução do cronograma de eventos.
9. Coordenar os trabalhos do Concurso de Monografias e da Comissão do Concurso para Provimento de Vagas para Juiz Federal Substituto.
10. Coordenar a divulgação dos Concursos para Provimento de Vagas para Juiz Federal Substituto e de Monografias.

11. Prestar informações preliminares sobre os concursos referentes à época de realização e quantitativo de vagas.

12. Receber dos candidatos aprovados nas provas escritas do Concurso para Provimento de Vagas para Juiz Federal Substituto os documentos necessários para a realização da sindicância da vida pregressa e investigação social dos candidatos e encaminhá-los ao Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

Seção de Suporte Administrativo

Sigla: RCOS Código: 26.101

MISSÃO / FINALIDADE

Prestar apoio administrativo ao assessor do Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados.

SUBORDINAÇÃO	ÓRGÃOS SUBORDINADOS
Assessoria do Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região	Não há

CARGO DO TITULAR

Supervisor

ATRIBUIÇÕES DA ÁREA

1. Realizar a projeção e controle orçamentário mensal e anual da Escola.
2. Prestar apoio administrativo ao Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados e à sua Assessoria.
3. Acompanhar a elaboração e revisar o relatório anual de atividades da Escola.
4. Administrar as correspondências internas da Escola.
5. Catalogar e organizar os periódicos, revistas, informativos e demais publicações recebidas pela Escola.
6. Manter atualizados os dados dos servidores da Escola.
7. Realizar procedimentos administrativos que viabilizem o pagamento de pessoas físicas.
8. Solicitar e acompanhar o processo de compra de equipamentos e materiais não catalogados.

Observação:

As Normas de Estrutura das demais áreas estão em atualização/publicação pela Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica:

<https://www.trf3.jus.br/adeq/norma-de-estrutura-das-unidades-administrativas/>

6.1 Quadro de pessoal

A EMAG conta, em 28 de março de 2022, com 17 servidores no total. A lista nominal completa do quadro de pessoal foi encaminhada para estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Quadro atual da EMAG - servidores ativos		
Nome	RF	Lotação
ADILSON ROCELLI	755	Divisão Educ. Corporativa, Pub. e Gestão do Acervo
CLAIRISSON HUMBERTO GONZAGA	1112	Divisão Educ. Corporativa, Pub. e Gestão do Acervo
CLAUDIA CORTEZ DIAS	502	Seção de Suporte a Eventos de Educ. Corporativa
JOAO RODRIGUES DE JESUS	3113	Seção de Suporte a Eventos de Educ. Corporativa
KATIA CRISTINA D ALMEIDA SERAFIM	4319	Seção de Publicação e Gestão do Acervo
LAMARA LIVIA SIMOES	2421	Seção de Publicação e Gestão do Acervo
MARCIA GUEDES DE CASTRO	427	Seção de Suporte a Eventos de Educ. Corporativa
MARIA DO CARMO DIAS DE ALMEIDA ARTUSO	1284	Seção de Suporte a Eventos de Educ. Corporativa
MARIANA GALLUZZI DE SA	4272	Divisão Educ. Corporativa, Pub. e Gestão do Acervo
MIRIAM YOCIE IZA	312	Divisão Educ. Corporativa, Pub. e Gestão do Acervo
VERA LUCIA EMIDIO	3673	Divisão Educ. Corporativa, Pub. e Gestão do Acervo
ARIANE MARIA GONCALVES DE BRITO DA ROCHA	1231	Assessoria da Diretoria da EMAG
CLARICE MICHIELAN	1313	Seção de Organização de Concursos para a Magistratura
CRISTINE FRIESEN	2368	Seção de Cursos e Eventos
DEISE AKITA	3551	Seção de Suporte Administrativo
FLAVIA REGINA MORE	3287	Seção de Organização de Concursos para a Magistratura
FRANCISCO JAVA DE CARVALHO AMARAL	4270	Assessoria da Diretoria da EMAG
JOSE ROBERTO DA SILVA	3447	Assessoria da Diretoria da EMAG
MARIA ISABEL ALVES KAPPLER	1887	Seção de Cursos e Eventos
NILTON TADEU DE QUEIROZ ALONSO	372	Seção de Suporte Administrativo
ROMERO FRANCA AREJANO	208	Assessoria da Diretoria da EMAG

6.2 Cargos e funções comissionadas em atividade

1 CJ1A - Assessor Administrativo; 1 CJ1 - Diretor de Divisão; 1 FC6 - Assessor; 5 FC5 - Supervisor; 1 FC4B - Assistente; 6 FC3B - Assistente II; 2 FC3C - Assistente Técnico. A lista completa com os totais de função da EMAG (Órgão 26000) foi encaminhada para estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Quadro atual da EMAG - servidores ativos e funções comissionadas				
Nome	RF	Cargo	Cod. FC/CJ	Função
ADILSON ROCELLI	755	Técnico Judiciário - Especialidade Eletricidade e Comunicações	FC3	Assistente I
CLAIRISSON HUMBERTO GONZAGA	1112	Técnico Judiciário - Especialidade Operação de Computador		
CLAUDIA CORTEZ DIAS	502	Técnico Judiciário - Área Administrativa		
JOAO RODRIGUES DE JESUS	3113	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC3	Assistente II
KATIA CRISTINA D ALMEIDA SERAFIM	4319	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC3	Assistente II
LAMARA LIVIA SIMOES	2421	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC5	Supervisor
MARCIA GUEDES DE CASTRO	427	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC5	Supervisor
MARIA DO CARMO DIAS DE ALMEIDA ARTUSO	1284	Técnico Judiciário - Área Administrativa		
MARIANA GALLUZZI DE SA	4272	Técnico Judiciário - Área Administrativa	CJ1	Diretor de Divisão
MIRIAM YOCIE IZA	312	Técnico Judiciário - Área Administrativa		
VERA LUCIA EMIDIO	3673	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC3	Assistente Técnico
ARIANE MARIA GONCALVES DE BRITO DA ROCHA	1231	Analista Judiciário - Especialidade Taquigrafia	FC3	Assistente Técnico
CLARICE MICHIELAN	1313	Técnico Judiciário - Área Administrativa		
CRISTINE FRIESEN	2368	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC5	Supervisor
DEISE AKITA	3551	Técnico Judiciário - Área Administrativa		
FLAVIA REGINA MORE	3287	Analista Judiciário - Área Judiciária	FC5	Supervisor
FRANCISCO JAVA DE CARVALHO AMARAL	4270	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC3	Assistente II
JOSE ROBERTO DA SILVA	3447	Técnico Judiciário - Área Administrativa	CJ1	Assessor Administrativo
MARIA ISABEL ALVES KAPPLER	1887	Técnico Judiciário - Área Administrativa		
NILTON TADEU DE QUEIROZ ALONSO	372	Analista Judiciário - Área Judiciária	FC5	Supervisor
ROMERO FRANCA AREJANO	208	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC6	Assessor II

7. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Em 18 de abril de 2022, todos os servidores da EMAG executam suas atividades em regime de teletrabalho, com revezamento de, ao menos, uma vez por semana em escala presencial, com base na Portaria Conjunta PRES/CORE n. 27/2022.

7.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Considerando o regime ordinário de teletrabalho, será parcial, na medida em que cada servidor deverá comparecer ao menos uma vez por semana na sede da EMAG, havendo ainda a previsão de reuniões quinzenais presenciais com os gestores.

7.2 Qual critério para fixação das cotas?

Resolução TRF3 n. 370/2020.

7.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho é realizado por e-mail, Teams e Whatsapp, além da apresentação efetiva das providências adotadas para a finalização das demandas ou dos projetos em andamento, bem como daquelas atividades designadas a servidores específicos. Caso não haja cumprimento do projeto, por se tratar de teletrabalho por gestão diferenciada, o servidor será convidado a justificar o seu desempenho e, se for o caso, poderá ser realocado para o regime presencial. Havendo manutenção do desempenho inferior ao esperado, será verificada a possibilidade de realocação em outros setores do TRF3, o que permitirá encerrar a lotação do servidor na Escola.

8. Quais as atribuições específicas da unidade?

São atribuições da EMAG, conforme sua norma de estrutura: 1. Promover o Curso de Formação de Magistrados. 2. Proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos magistrados, mediante a realização de eventos (cursos, palestras, seminários, etc). 3. Promover cursos de especialização e pós-graduação "lato sensu" para magistrados. 4. Promover a divulgação dos feitos da EMAG e de conteúdos técnicos de interesse dos profissionais do direito. 5. Firmar contratos e fazer parcerias com instituições. 6. Disponibilizar ao Desembargador Federal Presidente da Comissão de Concurso os recursos humanos e materiais necessário à realização dos concursos para Juiz Federal Substituto. Registre-se que a Diretoria indicada para o biênio 2022-2024, por sua assessoria, está em tratativas para a revisão e a atualização dessas atribuições, de modo a contemplar, de fato, todas as atribuições atuais da unidade.

9. Quantitativo de cursos realizados e de magistrados formados (desde 2019 até a presente data)

Em 2019: 34 cursos realizados e 396 magistrados formados. Em 2020: 21 cursos realizados e 541 magistrados formados. Em 2021: 89 cursos realizados e 602 magistrados formados. Em 2022 (até 1º/4/2022): 9 cursos realizados e 182 magistrados formados. A lista completa de cursos e magistrados formados foi encaminhada para estatistica@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br.

Obs: A relação completa dos cursos realizados pela Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região consta dos anexos deste relatório, fls. 1508-1552.

10. Como são realizados os credenciamentos para os cursos?

Os credenciamentos para os cursos são realizados nos moldes dos normativos editados pela ENFAM. Internamente, após as tratativas iniciais entre a Diretoria da EMAG e os docentes selecionados para coordenação, a equipe pedagógica presta eventuais esclarecimentos aos coordenadores que, por sua vez, desenvolvem o projeto do curso, a metodologia e os demais dados exigidos para o credenciamento. Ao final desse procedimento, a equipe pedagógica e a assessoria sugerem à Diretoria da EMAG a submissão do pedido de credenciamento perante a ENFAM. Cumpridos os critérios estabelecidos, o pedido tende a ser ratificado.

11. Como são observados os indicadores do CEMAF e da ENFAM?

Os indicadores do CEMAF e da ENFAM são observados, no mínimo, a cada trimestre, no período em que a Escola procura replanejar e reorganizar seu planejamento para o próximo semestre ou para o próximo ano, conforme eventuais novas demandas ou novas diretrizes fixadas pelos órgãos superiores.

12. A unidade possui plano de gestão?

A EMAG não possui plano próprio de gestão, mas integra o Plano de Gestão Estratégica do TRF - 3ª Região, assim como responde por alguns objetivos estratégicos nele fixados.

12.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Embora com quadro completo de pessoal, entende-se como desejável à EMAG a ampliação de seu quadro de cargos e funções, uma vez que, diante das demandas tecnológicas, pedagógicas e normativas dos órgãos superiores, os servidores precisam ser capacitados e, ao mesmo tempo, realizarem as atividades cotidianas, o que representa um desafio constante para os gestores. Ainda que contando com boas instalações, objetiva-
---	---

	se o acréscimo de recursos tecnológicos para diversificação e ampliação da oferta de ações formativas transmitidas ao vivo e na modalidade EaD, além de mais recursos orçamentários para conseguir realizar, no mesmo exercício, ações de formação continuada, FOFOs e eventual CFI.
b) gestão do trabalho	Em decorrência da pandemia de Covid-19, a gestão do trabalho ocorreu de forma remota, estando, desde o início de 2022, em retorno gradual para a forma presencial. Coordenada e direcionada pela Diretoria da EMAG, os gestores imediatos (AMAG e DEGA) procuram efetivar as diretrizes traçadas pela Diretoria e realizam, em conjunto com a equipe, as ações de formação fixadas no calendário letivo.
c) resultados	Diante da pandemia de Covid-19, houve a expansão da oferta de ações na modalidade EaD, o que resultou em expressivo aumento de público (magistrados, servidores e público em geral). Para 2022-2024, o formato híbrido tende a ser predominante, por meio da oferta de FOFOs e ações de formação continuada, com vistas a manter e a ampliar a adesão de magistrados aos cursos oferecidos pela EMAG.

12.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Cinco seriam os objetivos a serem alcançados: 1. oferecer ações de formação continuada nas modalidades presencial, híbrida e a distância. 2. oferecer cursos de Formação de Formadores em todos os níveis autorizados pela ENFAM. 3. oferecer Curso de Formação Inicial aos aprovados no XX Concurso para Juiz Federal Substituto. 4. capacitar o quadro de pessoal no domínio das tecnologias, metodologias de aprendizagem e gestão por projetos. 5. ampliar os recursos tecnológicos e orçamentários da EMAG.

12.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Para os objetivos 1 e 2, as ações já estão sendo implementadas, pois o planejamento e a execução das ações formativas estão em andamento. Para o objetivo 3, o planejamento do CFI está sendo feito conforme as tratativas de realização do concurso vão se concretizando. Para os objetivos 4 e 5, a Diretoria para o biênio 2022-2024 está

iniciando as tratativas com as áreas técnicas e com a Alta Administração para, juntos, chegarem ao melhor resultado e à otimização dos recursos.

13. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Teletrabalho, eventos on-line em diversas modalidades (telepresencial, híbrido, a distância), estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições de ensino.

14. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo, e pelos Assessores José Roberto da Silva e Mariana Galluzi de Sá, que discorreram inicialmente sobre as dificuldades de adesão dos Magistrados da Região aos cursos ministrados pela Escola, ressaltando que anteriormente a pouca adesão se dava pela necessidade de deslocamento, todavia aumentou consideravelmente após o oferecimento de cursos on-line.

Nessa linha, informa o gabinete que o percentual de magistrados que participaram de, ao menos, uma ação de atualização foi de 46,76% em 2020 e 51,55% em 2021, o que corresponde a 22,11% em relação ao total de vagas ofertadas em 2020 e 14,47% em 2021.

Notadamente quanto aos Desembargadores a adesão é baixa, ocorrendo especialmente quando atuam como conferencistas, palestrantes ou presidentes de mesa, tendo havido a participação de 9 Desembargadores em 2020 e 11 em 2021.

A plataforma EAD tem sido utilizada na 3ª Região desde 2009 e passou a ser utilizada pela EMAG desde 2011.

Quanto ao aspecto financeiro, o Diretor da Escola é ordenador de despesa. A EMAG tem orçamento próprio e possui cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por magistrado disponibilizado pelo Tribunal no FAM (Formação de Aperfeiçoamento de Magistrado), devendo passar para montante próximo a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor que passará a ser suficiente para a cobertura dos cursos e eventos.

O orçamento deste ano é de R\$ 627.000,00 (seiscentos e vinte e sete mil reais). Com o aporte que elevará o orçamento *per capita* por magistrado, o orçamento alcançará o valor de R\$ 1.120.000,00 (Um milhão, cento e vinte mil reais). Houve sobra de cerca de 50% do orçamento do exercício anterior diante da pandemia e conseqüentemente, da diminuição de gastos com diárias e passagens.

O orçamento do CRH do TRF3 é utilizado para reembolso de uma porcentagem dos valores de cursos de pós-graduação dos Desembargadores. Nos dois últimos anos não houve registro de cursos de pós-graduação realizados pelos Desembargadores. O

custeio dos cursos de pós-graduação dos magistrados de primeiro grau é feito com as verbas do CRH da Justiça Federal de Primeiro Grau.

Nesse ponto, relatório fornecido pela Escola de Servidores da Seção Judiciária de São Paulo, acerca dos valores pagos no programa de incentivo à especialização, dão conta de que, em 2020, 5 magistrados receberam reembolso de bolsa de estudos, com dispêndio do valor total de R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais).

Quanto aos dados relativos ao exercício de 2021, o relatório aponta que 8 magistrados receberam reembolso de bolsa de estudos, gerando a despesa de R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais).

A administração da EMAG é centralizada na sede não havendo núcleo descentralizado no Estado do Mato Grosso para elaboração de planos de programação de curso de acordo com a necessidade local.

O planejamento da programação deste ano dos cursos foi realizado pela gestão anterior, de modo que, em razão da assunção recente da atual gestão, bem como diante do ataque cibernético sofrido pelo Tribunal, somente a partir de agora será readequado o planejamento do ano corrente, devendo, ao final de 2022 ser elaborada a programação dos cursos e eventos para 2023.

Na própria formação da direção da Escola, o diretor, o vice-diretor, o diretor acadêmico e o diretor suplente são oriundos de seções com especializações distintas, a fim de que os temas dos cursos previstos na programação tenham maior abrangência, ficando cada diretor responsável por um núcleo voltado a sua prática profissional.

São ouvidos também no planejamento da programação os juízes formadores, as associações e a Corregedoria.

A Escola também organiza cursos de formação de formadores (FOFO). Em 2021 foi realizado o FOFO Nível 1 (Módulo 3), no período de 24/11 a 9/12. O evento contou com participação de 1 desembargadora do TRF3, 6 juízes federais da 3ª Região e 4 magistrados de outras regiões.

Em 2022 foi realizado o FOFO Nível 2, no período de 8/3 a 18/4. O evento contou com participação de 3 desembargadores do TRF3, 8 juízes federais da 3ª Região e 9 magistrados de outras regiões.

Para conseguir maior adesão aos cursos ministrados pela EMAG, a estratégia passa pela busca de temas de ordem prática que auxiliem diretamente no trabalho do magistrado, aliada à necessidade de horas de curso pelos magistrados.

15. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas a serem feitas, uma vez que a Unidade exerce de forma satisfatória as suas atribuições, sendo digno de elogio a gestão e a eficiência da EMAG3.

A título de sugestão, a depender da conveniência da administração da Escola, poderia haver estudo no sentido de avaliar a possibilidade de criação de núcleo descentralizado da EMAG3 no Mato Grosso do Sul.

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDÊNCIA (PRECATÓRIOS)

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria dos Feitos da Presidência - UFEP (PRECATÓRIOS) - Código de Estrutura 15.200

<https://www.trf3.jus.br/intranet/desenvolvimento-integrado-e-gestao-estrategica/estrutura-organizacional-do-trf-3a-regiao/unidade-administrativas/presidencia/secretaria-da-presidencia>

2.2 Competência

Coordenar as atividades relativas ao processamento de requisições de pagamento oriundas do Juízo da Execução, à elaboração de proposta orçamentária de Precatórios e requisição para pagamento mensal das Requisições de Pequeno Valor - RPV e aos respectivos pagamentos.

Diretora: Virgínia Brandão Martins - DIVISÃO DE ANÁLISE DE REQUISITÓRIOS - DIAL - Finalidade: Gerenciar a análise dos precatórios e requisitórios de pequeno valor enviados eletronicamente para fins de inclusão em proposta orçamentária e os procedimentos de análise e expedição de certidões e despachos sobre precatórios e requisições de pequeno valor. Diretora: Vivian Facuri dos Santos - DIVISÃO DE PAGAMENTO DE REQUISITÓRIOS – DPAG - Finalidade: Gerenciar orçamentária e financeiramente os precatórios e requisitórios de pequeno valor e elaborar informações quanto aos cálculos nos referidos processos. Diretor: Augusto Cesar de Castro.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Virgínia Brandão Martins - Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência - UFEP (PRECATÓRIOS).

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	(26) 15000 SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA 1780 ANDREA DIAS GOMES DE KERBRIE CJ3 Diretor de Secretaria 2143 ALDENITA ROSA DE MORAIS FC3C Assistente Técnico 2283 CRISTINA TAMIKO TAMASIRO FC3A Assistente Administrativo 2142 EDSON MASSAHIKO MAZAKINA FC3C Assistente Técnico 2614 MARCIO LOPES DE SIQUEIRA FC3C Assistente Técnico 15001 SEÇÃO DE SUSPENSÕES E AVOCATÓRIAS 2809 GUILHERME DURAND ALVES Supervisor 1890 SONIA MARIA HENNIES LEITE FC3B Assistente II 15200 SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDENCIA 3108 CELSO YUKIO MISAO FC3C Assistente Técnico 2034 VIRGINIA BRANDAO MARTINS CJ2 Diretor de Subsecretaria 4287 GABRIEL MAZETTO PEREIRA Assistente Operacional 15201 SEÇÃO DE ELABORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROP.ORÇ. E SISTEMAS 3296 ALICE HAMADA FC5 Supervisor 2306 CLAUDIA BORSARI FC3B Assistente II 15210 DIVISÃO DE ANÁLISE DE REQUISITÓRIOS 2432 VIVIAN FACURI DOS SANTOS CJ1 Diretor de Divisão 15211 SEÇÃO DE ANÁLISE DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR 1941 JOSE MONTEIRO DO PACO FC5 Supervisor 2480 TATIANA MIYUKI NAMIE FC3B Assistente II 15212 SEÇÃO DE ANÁLISE DE PRECATÓRIOS 4074 AMANDA JANAINA DA SILVA FC3B Assistente II 3018 MARIO MITSUO SACATA FC5 Supervisor 15213 SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS 2115 MILTON LEAL DO NASCIMENTO FC5 Supervisor 3061 NATHALIA ALVES POSSENTI Assistente II 15220 DIVISÃO DE PAGAMENTO DE REQUISITÓRIOS 2336 AUGUSTO CESAR DE CASTRO CJ1 Diretor de Divisão 15221 SEÇÃO DE PAGAMENTO DE REQUISIÇÕES DE PEQ.VALOR 3019 ANDREA REGINA DA SILVA FC5 Supervisor 3481 RAFAEL LEAL FERREIRA FC3B Assistente II 15222 SEÇÃO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS 2274 WILLIAM EMANUEL MOTA DE OLIVEIRA FC5 Supervisor 1738 SERGIO ROCHA DE MORAES FC3B Assistente II 15223 SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS 1676 REGINALDO DA SILVA PARANHOS FC5 Supervisor 4226 LUCIANA DA SILVA LEITE FC3B

	Assistente II TOTAL DE 26 CARGOS OCUPADOS, todos servidores efetivos.
Servidores sem vínculo	Nenhum
Estagiários de nível médio	Nenhum
Estagiários de nível superior	Nenhum

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Em 2021 houve Autoinspeção no Tribunal, momento em que foram respondidas as demandas da Inspeção de 2020, todas atendidas, não restando pendência. (Expediente SEI n. 0275289-54.2021.4.03.8000, respondido por OFÍCIO – n. 270 - PRESI/GABPRES).

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Expediente SEI n. 0275289-54.2021.4.03.8000 Certidão emitida pela Secretaria da Presidência (7627951), relativa à recomendação constante das páginas 1249 a 1254 do Relatório.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há nenhuma pendência.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Na gestão de PRC e RPV remanesce a evolução do sistema operacional eletrônico, em suas conferências e controles de eventuais inconsistências nos dados para preenchimento e envio dos requisitórios, sempre na busca de maior segurança e conformidade aos processos de trabalho. Há estrutura de controle interno existente para mitigar riscos e problemas que levem ao descumprimento do art. 100 da CF/1988. Referenciamos para documento https://www.trf3.jus.br/documentos-intranet/adeq/Processos_de_Trabalho/diagramas/processamento-de-requisitorios/Processamento_de_requisitorios.pdf. (Processo SEI n. 0009428-13.2018.4.03.8000).

5.2 Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Virginia Brandão Martins - Diretora da UFEP

5.3 Diretor

Virginia Brandão Martins - UFEP

5.4 Tempo de atuação do diretor na unidade

São 24 anos e 10 meses de Tribunal, todos no setor de precatórios, com 14 anos e um mês na Diretoria da UFEP

5.5 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, temos 24 servidores em regime de teletrabalho extraordinário até o final de março de 2022, sendo que há um esquema de rodízio presencial. 2 Servidores estão em regime integral presencial.

5.6 O teletrabalho é integral ou parcial?

O teletrabalho é parcial e a partir de abril de 2022, começa o regime ordinário de teletrabalho (parcial), pelo que existirá a seguinte configuração: total de servidores: 12 servidores totalmente presencial por seis meses e 14 em regime de teletrabalho parcial também por seis meses. Após esse período, invertem as equipes.

5.7 Qual critério para fixação das cotas?

De acordo com os termos da Resolução PRES n. 370, de 20/8/2020, observadas as características das demandas e os processos de trabalho. E no caso da UFEP, não há cotas a serem buscadas. O objetivo é o integral processamento dos pagamentos de requisitórios (Rpv's e Precats), observados os ciclos orçamentários e normativos, com as necessárias conformidades.

5.8 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja o cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento de todas as tarefas necessárias aos processos de trabalho da UFEP é realizado diariamente. E conforme explicado acima, não há que se falar em cotas.

5.9 Quais as competências da Divisão de Precatórios?

Recebimento, autuação, controle, acompanhamento, atualização e pagamento de requisitórios de pagamento (Requisições de Pequeno Valor - RPV e Precatórios). O desdobramento das competências está consignado no link abaixo: <https://www.trf3.jus.br/adeq/norma-de-estrutura-das-unidades-administrativas/presidencia-do-tribunal/secretaria-da-presidencia/subsecretaria-dos-feitos-da-presidencia/>

5.10 Como a unidade está organizada?

A Subsecretaria dos Feitos da Presidência-Precatórios integra a Secretaria da Presidência - SEPE e está vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, organizando-se da seguinte forma: a) Divisão de Análise de Requisitórios - DIAL, responsável pelo recebimento e autuação dos requisitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), ocasião em que são conferidos todos os seus dados a fim de se averiguar eventuais irregularidades cadastrais, prevenções ou duplicidade, bem como pela expedição de certidões e elaboração de minutas de despachos sobre precatórios e requisições de pequeno valor; b) Divisão de Pagamento de Requisitórios - DPAG, competente para promover as alterações nos requisitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), como inclusão ou substituição de favorecidos e redução ou atualização de valores.

5.11 Há quantas requisições em trâmite?

Estatística de fevereiro de 2022: 40.584 Precatórios Orçamentários da PO 2022 aguardando repasse dos valores pelo CJF para pagamento e 144 Precatórios Extraorçamentários aguardando repasse dos valores para pagamento. Total de 40.728 Precatórios. 14.743 RPVs Inseridas na Solicitação Mensal de Pagamento referente ao mês de fevereiro de 2022. 14.505 Precatórios Eletrônicos, distribuídos a partir agosto de 2021, referentes à Proposta Orçamentária de 2023, em elaboração.

5.12 Montante de RPVs e de precatórios

12.1 Processados e pagos no período desta inspeção (mês de março de 2022)	14.721 RPVs com valor total de R\$ 234.232.428,31 19 PRCs com valor total de R\$ 3.159.684,42 (somente PRCs extraorçamentários que receberam repasses do TJSP no mês)																														
12.2 Pagos nos últimos dois anos	<table border="0"> <tr> <td>2020</td> <td>PRC Extra</td> <td>225</td> <td>2020</td> <td>PRC</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Orçamentario</td> <td></td> <td>30344</td> <td>2020</td> </tr> <tr> <td></td> <td>RPV Orçamentario</td> <td></td> <td></td> <td>252015</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>PRC Extra</td> <td>265</td> <td>2021</td> <td>PRC</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Orçamentario</td> <td></td> <td>39474</td> <td>2021</td> </tr> <tr> <td></td> <td>RPV Orçamentario</td> <td></td> <td></td> <td>259925</td> </tr> </table>	2020	PRC Extra	225	2020	PRC		Orçamentario		30344	2020		RPV Orçamentario			252015	2021	PRC Extra	265	2021	PRC		Orçamentario		39474	2021		RPV Orçamentario			259925
2020	PRC Extra	225	2020	PRC																											
	Orçamentario		30344	2020																											
	RPV Orçamentario			252015																											
2021	PRC Extra	265	2021	PRC																											
	Orçamentario		39474	2021																											
	RPV Orçamentario			259925																											

5.13 Como é realizada a tramitação das requisições oriundas da Justiça Estadual?

Elas são processadas eletronicamente pelo Precweb.
<https://www.trf3.jus.br/sepe/precatorios/precweb>

5.14 Tem sido observada a vedação do art. 35 e art. 35-A da Resolução n. 305/2014-CJF?

O art. 35 diz respeito ao Sistema AJG/CJF, o qual foge à competência da UFEP. O art. 35-A é voltado ao Juízo da execução, responsável pela expedição dos requisitórios ao Tribunal. No processamento dos requisitórios, a sua observância foi consignada no Processo SEI n. 0032026-21.2019.4.03.8001.

5.15 Como é feita atualização dos precatórios?

De acordo com o disposto nas Leis Orçamentárias, Resolução CNJ n. 303/2019 e Resolução CJF n. 458/2017, observados agora os novos parâmetros introduzidos pelas Emendas Constitucionais 113 e 114 de 2021 (consignada em Expediente SEI próprio Processo 0016990-73.2018.4.03.8000).

5.16 Há atraso no pagamento de precatórios?

Não há até a presente data. No que diz respeito aos efeitos das Emendas Constitucionais n. 113 e 114, somente o tempo poderá revelar o impacto na quitação dos requisitórios.

5.17 A unidade possui plano de gestão?

Sim, conforme já consignado. Referenciamos para documento https://www.trf3.jus.br/documentos-intranet/adeq/Processos_de_Trabalho/diagramas/processamento-de-requisitorios/Processamento_de_requisitorios.pdf. (Processo SEI n. 0009428-13.2018.4.03.8000). Ademais, há o trabalho incessante do Grupo de Trabalho dos Precatórios CJF do qual participamos.

5.17.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Encontra-se com o quadro previsto completo, isso se não houver intercorrências, como aposentadorias e/ou convocação de servidores para outras áreas.
b) gestão do trabalho	Encontra-se harmonizada aos propósitos de suas atividades.
c) resultados	Observados, com o pleno pagamento dos valores repassados, os elementos de conformidade legal e orçamentária.

5.17.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Solução de continuidade ao negócio, com valorização das equipes e otimização dos processos de trabalho.

5.17.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As que estão consignadas nos documentos de gestão estratégica da Corte, sobretudo no que diz respeito à refatoração dos sistemas eletrônicos da UFEP.

5.18 Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O acesso remoto aos sistemas via VPN, bem como o rodízio de servidores entre trabalho presencial e remoto.

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0031536-39.2002.4.03.0000	9/6/2011	1265-Precatório
Estão disponíveis no link abaixo: https://web.trf3.jus.br/anexos/download/K3A3A29FC8		
0043414-19.2006.4.03.0000	21/9/2010	1265-Precatório
Estão disponíveis no link abaixo: https://web.trf3.jus.br/anexos/download/K3A3A29FC8		
0027924-69.1997.4.03.0000	19/2/2003	1265-Precatório
Estão disponíveis no link abaixo: https://web.trf3.jus.br/anexos/download/K3A3A29FC8		
0027380-71.2003.4.03.0000	18/11/2003	1266-Requisição de Pequeno Valor
Estão disponíveis no link abaixo: https://web.trf3.jus.br/anexos/download/K3A3A29FC8		
0045329-84.1998.4.03.0000	19/6/1998	1265-Precatório
Estão disponíveis no link abaixo: https://web.trf3.jus.br/anexos/download/K3A3A29FC8		
5019799-84.2021.4.03.0000	26/8/2021	11555-Suspensão de Liminar e de Sentença
Suspensão de liminar do órgão especial, em julgamento no órgão UPLE, não é feito da SEPE/UFEP		
0044499-79.2002.4.03.0000	18/8/2015	1265-Precatório
Estão disponíveis no link abaixo: https://web.trf3.jus.br/anexos/download/K3A3A29FC8		
5031748-08.2021.4.03.0000	17/12/2021	11555-Suspensão de Liminar e de Sentença
Suspensão de liminar, finda e arquivada definitivamente em 12 de fev 2022 (não é feito da UFEP-PRECATORIOS)		
5029706-83.2021.4.03.0000	29/11/2021	11555-Suspensão de Liminar e de Sentença
Suspensão de liminar, finda e arquivada definitivamente em 05 de fev 2022 (não é feito da UFEP-PRECATORIOS)		
5029860-04.2021.4.03.0000	30/11/2021	11555-Suspensão de Liminar e de Sentença

Suspensão de liminar, finda e arquivada definitivamente em 5 de fev 2022 (não é feito da UFEP-PRECATÓRIOS)

7. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria da Presidência Andrea Dias Gomes de Kerbrie e pela Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios) Virgínia Brandão Martins.

A Subsecretaria informou que atualmente a equipe atua em trabalho remoto parcial de maneira escalonada, de modo que todos os dias há 12 servidores presencialmente no órgão.

A Diretora informou que a Subsecretaria de Precatórios, dividida em setores (Divisão de Análise e Divisão de Pagamento), trabalha com 2 sistemas eletrônicos, denominados “REQWEB” e “PRECWEB”, através dos quais são realizadas as tarefas de triagem, processamento, acompanhamento e liberação para pagamento das requisições.

Em razão do ataque cibernético aos sistemas de informática do TRF3, ocorrido em 30 de março de 2022, o órgão perdeu parte do *backup* dos dados referentes às últimas 24 horas anteriores à ofensiva. A Subsecretaria enviou comunicado aos Juízos para que encaminhem novamente as requisições de pagamento que foram processadas naquele intervalo de tempo.

Apesar dos prejuízos gerados pelo ataque e da dificuldade de acesso aos sistemas eletrônicos, a Subsecretaria de Precatórios logrou efetuar tempestivamente o pagamento das requisições de pequeno valor cadastradas para março e abril de 2022.

A Unidade comunicou que observa a vedação do art. 35 da Resolução n. 305/2014 do Conselho da Justiça Federal – CJF, naquilo em que é da atribuição do órgão (“*Art. 35. É vedada a liberação de recursos orçamentários e financeiros para pagamento de honorários, a título de assistência judiciária gratuita, a profissionais cujas nomeações e solicitações de pagamentos não estejam registradas no Sistema AJG/JF*”), conforme determinado no Processo SEI n. 0032026-21.2019.4.03.8001.

A Diretora da Unidade apontou que a atualização monetária dos precatórios e requisições de pequeno valor é feita pelo sistema eletrônico interno “PRECWEB”, de acordo com os critérios previamente fixados no Manual de Cálculos da Justiça Federal.

Quanto ao pagamento de precatórios, foi informado que não há requisições em atraso.

Tendo em vista a resposta ao item 5.16 do questionário acima, o órgão foi instado a melhor esclarecer a situação após a limitação ao pagamento de precatórios instituída pela Emenda Constitucional 114/2021. De pronto, a Diretora informou que para o ano de 2022 será pago o valor limite de 180 salários mínimos (R\$ 218.160,00), conforme

definido pela nova redação do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Assim, a Unidade apontou que 8.973 precatórios não terão pagamento algum, o que representa aproximadamente 22,11% do total da proposta orçamentária de 2022 (R\$ 4.182.849.595,73). Já os precatórios que terão um primeiro pagamento, com segunda parcela para 2023, somam 10.047 requisições, sendo aproximadamente 24,76% do total. Por fim, 21.549 precatórios serão pagos integralmente, o que representa 53,11% do total.

No que diz respeito aos precatórios inscritos no Regime Especial, previsto pela Emenda Constitucional n. 99/2017 (“Art. 1º. O art. 101 do [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) passa a vigorar com as seguintes alterações: “[Art. 101](#). Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local”), a Unidade informou que exerce controle efetivo dos débitos de maneira satisfatória através de equipe especialmente destacada para esse fim.

A Unidade informou que há equipe da Divisão de Análise que efetua o controle de possíveis requisições em duplicidade.

A Subsecretaria esclareceu que na página do TRF3 na *internet* há campo próprio para consulta à lista cronológica de pagamento das requisições.

A Diretora informou que presta auxílio aos servidores das varas e dos Juizados Especiais Federais quando surgem eventuais dúvidas ou dificuldades no cadastro e envio de requisições ao Tribunal, através de atendimento por *e-mail*. Informou também que em outubro de 2021 participou de reunião virtual para instruir os serventuários dos Juizados Especiais Federais acerca das funções do sistema “PRECWEB”.

Por fim, a Diretora pontuou que a equipe da Subsecretaria trabalha visando o constante aperfeiçoamento do sistema de pagamento de requisições e o aprimoramento dos relatórios.

No que tange às recomendações da Inspeção CJF/2020, elas foram cumpridas e não há pendências, já que a Unidade efetuou o registro em sistema processual dos 3 feitos apontados.

Dos 10 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados. Destes, 6 físicos e 4 eletrônicos. Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta aos dados dos sistemas “REQWEB” e “PRECWEB”, fornecidos pela própria Unidade.

8. RECOMENDAÇÕES

Manter acompanhamento da RPV n. 0027380-71.2003.4.03.0000 junto à Vara de origem, tendo em vista o levantamento indevido dos valores, de modo a diligenciar a devolução integral do numerário levantado.

De resto, manter o método de trabalho, a boa organização do setor e as boas práticas.

DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA

1. QUESTIONÁRIO DA INSPEÇÃO

1. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário:

Eliane Vieira dos Santos Fraga - RF 2657 - Diretora da Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça, a partir de 2/3/2022.

2. RECURSOS HUMANOS

2. Como a unidade está organizada? (Quantos servidores, cargos comissionados, efetivos, estagiários, requisitados? Como é feita a distribuição de tarefas?).

A SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA é composta de duas Divisões: A DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA é responsável por planejar, coordenar e acompanhar os assuntos relativos aos magistrados e todos os processos nas respectivas Seções vinculadas à Secretaria: Seção de Assentamento Funcional de Magistrados, Seção de Afastamento e Frequência de Magistrados, Seção de Designação de Magistrados e Seção de Aposentadorias e Pensões de Magistrados. A DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E PROCESSAMENTO é responsável pela execução das atividades de apoio à Secretaria e aquelas relativas ao processamento de feitos na Divisão. QUADRO DE PESSOAL: 17 servidores efetivos lotados e 5 servidores efetivos prestando serviço. QUADRO DE FUNÇÕES: CJ3: 1, CJ1: 2, FC6: 1, FC5: 5, FC3: 7. Há uma servidora sem nenhuma função.

2.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Após o término do trabalho remoto extraordinário, instituído em razão da pandemia causada pela Covid 19, 12 servidores permanecerão em regime de teletrabalho, nos termos da Resolução PRES n. 370/2020, conforme os Planos de Trabalho homologados pela Secretaria de Gestão de Pessoas e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Secretaria, aprovado pela Presidência.

2.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial. Os servidores em regime de teletrabalho devem realizar o trabalho presencialmente uma vez por semana.

2.3 Qual critério para fixação das cotas?

De acordo com a Resolução PRES n. 370/2020, o número de servidores em trabalho não presencial poderá atingir até 80% do total de servidores lotados na unidade, para ser mantido quantitativo mínimo para realização satisfatória das atividades presenciais,

jurisdicionais e administrativas (art. 6º). São priorizados os servidores com deficiência, os que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência; gestantes e lactantes e aqueles que preencham os requisitos para remoção ou licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro (art. 19).

2.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O cumprimento da meta de desempenho, demandas, tarefas ou projetos específicos estabelecidos no Plano de Trabalho elaborado pelo servidor quando da realização do pedido do trabalho não presencial será monitorado pela chefia imediata e pelo gestor da unidade, com a avaliação da qualidade do trabalho apresentado. Verificado ou havendo indícios de descumprimento do Plano de Trabalho, a chefia imediata solicitará esclarecimentos ao servidor e informará o gestor da unidade, que poderá cancelar o regime de trabalho não presencial, justificadamente, concedendo prazo razoável para o retorno do servidor às atividades presenciais.

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3. Indicar o total de cargos de magistrados de 1º e 2º graus, auxiliares e substitutos.

Juiz Federal: 271 cargos criados; Juiz Federal Substituto: 217 cargos criados; Desembargador Federal: 43 cargos criados. A Lei n. 14.523, de 30/11/2021, transformou 14 cargos vagos de Juiz Federal Substituto em 12 cargos de Desembargador do TRF da 3ª Região (SEI n. 0321826-11.2021.4.03.8000). Em cumprimento à Lei n. 14.523, de 30/11/2021, inicialmente, o Prov. CJF3R n. 52, de 24/1/2022, com vigência a partir de 1º/2/2022, converteu cinco cargos de juiz federal substituto em quatro cargos de Desembargador Federal.

3.1 Apresentar, por seção judiciária e TRF, se for o caso, o número de cargos existentes, providos e vagos.

CARGOS DE 2º GRAU - Desembargador Federal: 43 cargos existentes (39 providos e 4 vagos). Além destes, o Prov. CJF3R n. 52, de 24/1/2022, converteu cinco cargos de juiz federal substituto em quatro cargos de Desembargador Federal. CARGOS DE 1º GRAU - Juiz Federal (SP): 201 cargos existentes (198 providos e 3 vagos); Juiz Federal (MS): 16 cargos existentes (16 providos); Juiz Federal Substituto (SP): 201 cargos existentes (100 providos e 101 vagos); Juiz Federal Substituto (MS): 16 cargos existentes (10 providos e 6 vagos); Juiz Federal de Turma Recursal (SP): 45 cargos existentes (44 providos e 1 vago); Juiz Federal de Turma Recursal (MS): 6 cargos existentes (5 providos e 1 vago); Juiz Federal de Turma Recursal (Sem definição de Seccional): 3 cargos existentes (3 vagos).

3.2 Existe concurso em andamento?

Segundo informações que constam da página da Escola da Magistratura da 3ª Região (EMAG), no sítio do Tribunal na internet, está em curso o XX Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da Terceira Região. A Resolução PRES n. 463, de 14 de outubro de 2021, dispõe sobre o Regulamento do Concurso. De acordo com o Edital de Retificação n. 3/2021/EMAG/ROCO, publicado em 19 de novembro de 2021, a prova objetiva (1ª etapa) e as provas escritas (2ª etapa) do Concurso foram adiadas, considerando a necessidade de apoio logístico para a realização do certame, diante do grande número de inscritos. A Comissão de Concursos está empenhada para que a 1ª fase seja realizada no 2º semestre do corrente ano. As novas datas serão divulgadas em ato próprio tão logo sejam definidas.

4. Estão sendo realizados mutirões, força-tarefa ou designação de auxiliares para as unidades judiciárias?

Há treze Juizes Federais Substitutos, do último concurso, designados para, sem prejuízo de suas atribuições e sem ônus para a Administração, exercer função de auxílio na 1ª Vara Federal com JEF Adjunto de Naviraí, no período de 3/3 a 18/4/2022, limitando-se a designação à apreciação de eventuais embargos de declaração e recursos interpostos em face das sentenças por eles proferidas no período de 1º/2/2022 a 2/3/2022 (designação anterior). Também há magistrado designado para exercer função de auxílio na 12ª Vara Federal Cível de São Paulo, na 6ª Vara Federal de Ribeirão Preto, na 1ª Vara-Gabinete do JEF de São Vicente e na 6ª Vara Federal de Campo Grande.

4.1 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio? Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Receberá auxílio a unidade jurisdicional deficitária ou com extraordinário acúmulo de serviço, segundo critérios e prazos estabelecidos pela Corregedoria. As unidades receberão o auxílio somente em situações excepcionais, mediante proposta da Corregedoria Regional dirigida à Presidência, após a constatação da situação desfavorável da unidade, considerando o grande volume de distribuição e o acervo elevado, após despacho fundamentado da Presidência do Tribunal. Os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa (auxílio) obedecem ao que dispõe a Resolução Conjunta PRES/CORE n. 18, de 17 de setembro de 2021.

4.2 Quais os critérios para as designações e substituições no 1º e no 2º grau?

Observa-se a Res.Conj.PRES/CORE n. 18/2021. Será automática no caso de magistrados lotados na mesma vara federal. Ressalvada esta hipótese, a designação para substituição seguirá a ordem das listas de acúmulo de jurisdição, nos termos do art. 5º da Res.CJF n. 341/2015, observados, ainda, o interesse da administração da Justiça, a conveniência do serviço público e o princípio da economicidade. Só serão designados magistrados que constem da lista e que não se encontrem em situação de acúmulo e não possuam afastamentos durante todo o período de substituição. A

Res.CNJ n. 72/2009, alterada pela Res.CNJ n. 262/2018, dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no Tribunal, observadas as regras da LOMAN, de lei federal especial e disposições constitucionais e legais específicas. A convocação de juízes de 1º grau para substituição no Tribunal poderá ocorrer nos casos de vaga ou afastamento de membro do Tribunal, por qualquer motivo, por mais de 30 dias.

4.3 É feita uma análise da produtividade do magistrado e da situação da unidade em que ele atua antes de designá-lo para cumular outra unidade jurisdicional? Como ocorre?

São observados os critérios previstos na Res. Conj. PRES/CORE n. 18/2021 e os demais normativos sobre o tema, que não estabelecem a análise da produtividade do magistrado e da situação da unidade em que ele atua antes de designá-lo para cumular outra unidade jurisdicional.

5. Há normativo, no âmbito do TRF, que discipline a marcação e escala de férias de magistrados?

Resolução PRES n. 300/2012 (Desembargadores Federais); Provimento CORE n. 1/2020 (juízes de 1º Grau de jurisdição); Orientação Normativa n. 6255086/2020 (juízes das Turmas Recursais).

5.1 Detalhar o procedimento para marcação de escala de férias, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º e 2º graus.

A marcação ocorre por meio da escala de férias (Res.CJF n.130/2010), em 3 etapas: 1ª) inicia-se em outubro de cada ano, com o envio de mensagem eletrônica aos magistrados, informando o intervalo no qual devem efetuar o agendamento dos períodos, para gozo no ano seguinte, e sobre a utilização do Sistema e-GP. 2ª) Validação da escala: A mensagem que informa o período de agendamento, também, esclarece que, encerrado o período, será iniciado o período de validação pelos gestores de cada Subseção (Diretor de Subseção, Coordenador de Fórum, Presidente de JEF, Coordenador de Turma Recursal ou Diretor do Foro), para os juízes de 1º grau, e pelos Presidentes das Turmas Julgadoras, no TRF3. 3ª) Homologação da escala: a Divisão de Assuntos da Magistratura confere se todos os magistrados agendaram, pelo menos, 60 dias, se foi observada a ordem cronológica dos períodos agendados, se foi observada a permanência mínima de 1/3 dos membros de cada Subseção, passando-se à homologação pela Presidência.

5.2 Há sistema informatizado para marcação de férias? Qual?

São utilizados 3 sistemas. Pelo e-GP, os magistrados realizam o agendamento de férias, acompanham os períodos usufruídos e os saldos. O e-GP abre processo no SEI, onde a solicitação é processada. As férias autorizadas são lançadas no sistema RHM3R, que alimenta o e-GP.

5.3 Como é feito o pedido de remarcação/interrupção/suspensão? Existem pedidos de remarcação pendentes de análise?

Os pedidos de alteração, interrupção e cancelamento de férias são realizados pelo e-GP, sendo gerado o respectivo Processo SEI. A Divisão de Assuntos da Magistratura é responsável pelo processamento, elaboração da minuta de despacho e de Portaria e verificação dos requisitos legais para alteração. Os pedidos de alteração, interrupção e cancelamento de férias, muito frequentes, são apreciados imediatamente após o recebimento do Processo SEI na divisão, não havendo pedidos pendentes de apreciação.

5.4 Quais os critérios para análise do pedido de alteração?

O pedido deve ser feito com antecedência de 45 dias, no caso de alteração do 1º período de férias, e de 10 dias, no caso do 2º período. Os requisitos legais para alteração são: presença mínima de 1/3 dos magistrados da Subseção, não haver coincidência das férias do Juiz titular com as do juiz substituto e não haver concomitância do novo período com a data designada para Correição Geral Ordinária ou Inspeção Geral Ordinária.

5.4.1 É exigido o cumprimento da ordem cronológica para gozo do saldo de férias?

Sim. Durante a elaboração da escala de férias, o Sistema de Gestão de Pessoas (e-GP) possui "travas" que impedem a marcação de férias fora da ordem cronológica dos períodos.

5.4.2 É observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

Sim. Se o magistrado pede cancelamento ou interrupção de um período, de modo que não fique agendado o mínimo de 60 dias, é determinado o agendamento de novo período para gozo durante o ano vigente.

5.5 Como está sendo realizado do pagamento em pecúnia determinado pela Resolução n. 293/2019-CNJ?

Durante o agendamento dos períodos de férias os magistrados manifestam, em campo próprio do formulário, interesse em converter 10 dias em abono pecuniário. Essa informação é processada juntamente com a escala de férias. Nada impede, no entanto, que, posteriormente, respeitando-se os 60 dias de antecedência mínima da efetiva fruição das férias, seja solicitada a desistência do abono, ou feito pedido para período sobre o qual não houve solicitação durante o agendamento. O pagamento é feito mediante relatório elaborado e encaminhado, mensalmente, pela Divisão de Assuntos da Magistratura - DMAG, ao Setor de Folha de Pagamento para que o crédito seja feito.

5.6 Existem magistrados de 1º e 2º graus com saldo de férias? Especificar (nome, período e número total de dias).

Há 36 Desembargadores Federais e 319 Magistrados de 1º grau (Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos) com saldo de férias. Como não é possível especificar os nomes, períodos e o número total de dias com o limite de 1.000 caracteres permitidos para a resposta, a relação encontra-se disponível para envio pelo meio que for indicado para tanto.

5.7 Existe escala de férias para o próximo ano?

Não. Os procedimentos para a elaboração da escala de férias são iniciados em outubro e a publicação ocorre no mês de novembro, para o exercício subsequente.

6. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juizes para substituir desembargadores? Há formalização?

A indicação do magistrado de 1º Grau é realizada pelo Desembargador Federal à Presidência do Tribunal. A convocação ocorre nos termos das Resoluções CNJ n. 72/2009 e 209/2015, EC n. 45, de 30/12/2004, e LC n. 35, de 14/3/1979, que estabelecem a convocação de juizes federais que não retenham em seu poder autos fora dos prazos regulamentares e desde que não haja registro de punição administrativa com as penas previstas no art. 42 da LC n. 35/1979, nem procedimento administrativo disciplinar. A convocação se dá por meio de Ato da Presidência, referendado pelo Órgão Especial do Tribunal.

6.1 Há participação da Corregedoria Regional?

Sim. Anteriormente à expedição do Ato, pela Presidência, o processo SEI é remetido à Corregedoria Regional para manifestação sobre a convocação do juiz federal indicado para substituir Desembargador no Tribunal.

7. Quais os critérios e procedimentos para remoções de juizes? Há formalização? Descreva o procedimento.

Critérios: previstos no art.93, I, II e VIII-A, da CF e EC n. 45/2004; art. 2º da Res.CNJ n. 32/2007; Res.CJF n. 1/2008, Res. CJF n. 248/2013; Res. PRES n. 283/2012; art. 4º da Res. CJF n. 410/2016; Res. PRES n. 05/2016 e Res. Pres n. 06/2016. Procedimentos: Etapas sucessivas de abertura, em processo eletrônico, de Concurso de Remoção Interna de Juiz Federal, que, finalizado, segue-se a abertura de Concurso de Promoção ou Promoção e Remoção Interna de Juiz Federal Substituto. Inicia-se com proposta da Presidência ao CJF3R, após identificação dos cargos vagos e publicação de edital no Diário Eletrônico. As inscrições são realizadas pelo Sistema on-line de Promoção e Remoção-PRE, com a indicação, pelos magistrados, das varas de interesse. Com a juntada das informações sobre cada inscrito, o Processo SEI é levado a julgamento no CJF3R, para verificação da regularidade formal, sendo enviado ao OE, para julgamento, seguindo-se a publicação da Resolução que dispõe sobre Remoção dos Juizes Federais ou Juizes Federais Substitutos.

7.1 Há participação da Corregedoria Regional?

Sim. Tratando-se de Concurso de Remoção Interna de Juiz Federal ou de Juiz Federal Substituto, cabe à Corregedoria Regional prestar informações estatísticas, bem como sobre eventuais procedimentos administrativos disciplinares em tramitação e eventuais anotações quanto à penalidades aplicadas e, também, sobre a existência de afastamentos de magistrados inscritos, superiores a 6 meses, para a participação em eventos de aperfeiçoamento profissional, nos termos do art. 4º da Res. CJF n. 410/2016, bem como informações sobre a ocorrência de acúmulo injustificado de processos na unidade judiciária que esteja sob a jurisdição dos magistrados inscritos, conforme art.3º, § 2º, da Res.CNJ n. 32/2007, e art. 29, I, da Res.CJF n. 1/2008. No caso de Remoção Externa, a Corregedoria Regional elabora parecer, nos termos do art. 2º, II, da Res.PRES n. 05/2016 e Res.PRES n. 06/2016, e expede certidões concernentes à inexistência de sindicância ou processo administrativo disciplinar em desfavor dos Requerentes.

7.2 Como é aferido o merecimento?

São observados os requisitos previstos nos arts.22 a 25 da Res.CJF n. 1/2008 e os critérios objetivos elencados nos arts. 3º e 4º da Res.CNJ n. 106/2010, levando-se em conta as informações requisitadas pela Presidência às seguintes áreas do TRF3: Corregedoria Regional, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete da Conciliação, Escola de Magistrados, Secretaria Judiciária, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça e Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, que instruem o processo administrativo. Juntadas as informações, o processo administrativo é levado a julgamento pelo CJF3R, para verificação da regularidade formal e encaminhamento ao Órgão Especial ou Plenário, respectivamente, no caso de Concurso de Promoção de Juiz Federal Substituto ou de Juiz Federal a Desembargador, para deliberação e votação.

7.3 Quais são os critérios e procedimentos para acesso dos juízes federais ao TRF?

São observadas as normas do art. 107,II,da CF; Res.CNJ n. 106/2010; Res.CJF n. 01/2008; Res. PRES n. 70/2006, e ocorre pelos critérios de merecimento e antiguidade. O procedimento inicia com a elaboração do edital pela Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário e publicação no D.E. da 3ª Região. A inscrição se dá por meio de formulário disponível no SEI, dirigido ao Presidente da Corte. Cada interessado gera expediente no SEI, instruindo-o com o formulário e os documentos pertinentes. Findo o prazo para desistência, o Processo Administrativo é encaminhado ao Corregedor Regional, relator nato (art.26,§ 2º, do R.I.TRF3), que determina às áreas responsáveis a anexação dos dados referentes a cada magistrado inscrito e leva a julgamento pelo CJF3R, para verificação da regularidade formal do procedimento, e encaminhamento ao Plenário, sendo o processo distribuído à Presidência e encaminhado aos membros do Plenário para eleição e, após, expedição da resolução da promoção do Juiz Federal a Desembargador.

8. Há elaboração de escala geral dos plantões realizados?

No Tribunal, por Portaria da Presidência, e do Diretor da Subseção, em primeira instância, à exceção da Subseção Judiciária de São Paulo, em que os plantões judiciais serão separados em competência criminal e não criminal, e organizados pelos respectivos Coordenadores, em comum acordo. Nas Subseções Judiciárias em que houver mais de um Fórum o plantão judicial será instalado em apenas um deles, exceto na 1ª Subseção Judiciária de São Paulo, na qual haverá plantão judicial no Fórum Criminal e no Fórum Cível, neste centralizando-se o serviço referente a todas as competências não criminais. A escala de plantão judicial das Turmas Recursais das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul será organizada nos termos de ato conjunto da Corregedoria Regional e Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais.

8.1 Existe sistema informatizado?

Sim. Os pedidos e documentos a serem apreciados pelo magistrado no plantão serão protocolados exclusivamente por meio eletrônico, pelo Sistema PJe, com fluxos próprios para esse processamento destacado.

8.2 Como é elaborada a escala de plantão? Especificar (anotação das escalas realizadas por meio de sorteio, eventuais substituições, indicação das matérias passíveis de exame em regime de plantão).

No Tribunal, é observado o critério de antiguidade crescente. Serão efetuadas escalas diferenciadas para os plantões realizados nos finais de semana comuns, nos finais de semana prolongados por feriados ou suspensões de expediente. Na 1ª Instância, para o plantão ordinário, há sistema de rodízio entre os magistrados, respeitada a ordem crescente ou decrescente de antiguidade daqueles lotados na Subseção Judiciária, escalando-se novamente o mesmo magistrado somente após a participação de todos os demais, podendo ser adotado critério distinto de ordenamento mediante acordo firmado por todos os interessados. Os magistrados deverão ser escalados para períodos iguais, de no mínimo três dias e no máximo uma semana. O plantão judicial de recesso judiciário será organizado em regime de inscrição de interessados por dia, observado o critério de antiguidade decrescente para preenchimento das vagas disponíveis, priorizando-se a participação dos magistrados que ainda não tenham realizado plantão.

8.3 Como funciona o sistema de plantão no TRF?

Destina-se exclusivamente à prestação de tutela jurisdicional de urgência nos períodos em que não houver expediente forense e, nos dias úteis, antes e após o expediente normal. É realizado remotamente, para atendimento de casos urgentes, devendo o magistrado plantonista avaliar a necessidade de comparecimento pessoal na hipótese de urgência ou risco de perecimento de direito, uma vez demonstrada a insuficiência da utilização dos sistemas eletrônicos para a tutela jurisdicional. Cada período de plantão judiciário ordinário terá a duração de uma semana ininterrupta, iniciando-se na

quarta-feira, após o expediente normal, e terminando na quarta-feira seguinte, antes do expediente normal, ressalvada a semana que precede e sucede o recesso judiciário.

8.4 Existe normativo que defina a natureza das causas passíveis de apreciação no âmbito do plantão judiciário? Indicar.

Sim. Res. CNJ n. 71/2009, art. 1º, e Res. CATRF3R n. 122/2020, art. 3º. Restringe-se ao exame de pedidos em HC e MS em que figurar como coatora autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; comunicações de prisão em flagrante e pedidos de concessão de liberdade provisória; em caso de justificada urgência, representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária; pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; tutela de urgência cautelar, de natureza cível ou medida cautelar, de natureza criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos JEF a que se referem as Leis n. 9.099/1995 e n. 10.259/2001, limitadas às hipóteses acima enumeradas.

8.5 As causas já distribuídas e o juízo prevento são reanalisadas durante os plantões? Qual o critério?

Não, conforme Res. CNJ n. 71/2009, art. 1º, § 1º, e Res. CATRF3R n. 122/2020, art. 3º, § 1º. Os processos já distribuídos ao Relator antes da hora de início do Plantão Judiciário não poderão ser apreciados pelo magistrado plantonista. Em casos excepcionais, por meio de petição formulada pelo interessado, quando houver fundada alegação de urgência e/ou alteração do quadro fático-jurídico, competindo ao magistrado plantonista solicitar a remessa dos autos ao plantão aos usuários do órgão julgador ou da secretaria processante responsáveis pelo processo (Res. CATRF3R n. 122/2020, art. 5º, §§ 4º e 5º).

8.6 Qual o destino dos feitos após a decisão proferida durante os plantões? Foram submetidos à distribuição regular?

Despachado o pedido ou recurso apresentado em regime de plantão, com exame ou não do mérito, e realizadas as diligências pertinentes, o processo será remetido no início do expediente do primeiro dia útil seguinte ao juiz natural ou encaminhado à distribuição.

9. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão está pautado no Relatório de Gestão 2020 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Processo SEI 0026901-41.2020.4.03.8000), nos termos da informação prestada por esta Secretaria, em 20/1/2021 (Doc. SEI 6416498), que especifica a estrutura organizacional, relativamente aos magistrados; os objetivos estratégicos indicadores de desempenho e metas e sua vinculação aos planos nacionais e setoriais; os objetivos estratégicos quanto à melhoria da gestão de pessoas; resultados das principais áreas de atuação e dos principais projetos; medidas

adotadas em relação aos indicadores de governança; ações de supervisão, controle e correção para garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos; dados Gerais de Gestão de Pessoas; estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, e os valores de subsídio.

9.1 Descreva a situação atual	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	<p>RECURSOS HUMANOS: Há 17 servidores lotados na Secretaria, número que se mostra insuficiente para o atendimento das inúmeras demandas e processamento dos diversos expedientes administrativos de interesse dos magistrados. Os 5 servidores que prestam serviço na unidade auxiliam, significativamente, no desenvolvimento do trabalho de forma mais equilibrada e célere. O ideal é que ocorra a ampliação do quadro de vagas da Secretaria, para possibilitar a lotação desses servidores, uma vez que, a qualquer momento, poderão ser realocados para outros setores do Tribunal.</p> <p>RECURSOS MATERIAIS: A Secretaria encontra-se instalada em local amplo e adequado para a acomodação de todos os servidores e dispõe de mobiliário, equipamentos de informática, materiais de escritório e demais insumos eletrônicos e tecnológicos necessários à execução das atividades.</p>
b) gestão do trabalho	<p>O trabalho é gerido de acordo com a Resolução CATRF3R n. 44, de 17/11/2017, que dispõe sobre as normas de estrutura, a missão/finalidade e as atribuições da Secretaria e de cada uma das suas Divisões, e respectivas Seções, discriminando a responsabilidade do Diretor de Secretaria, dos Diretores de Divisão e dos Supervisores.</p>
c) resultados	<p>Entre 2021 e início de 2022: PROMOÇÃO: 1 Juíza Fed. ao cargo de Desembargadora, por merecimento, e 3 Juízas Fed. Substitutas e 7 Juízes Fed. Substitutos ao cargo de Juíza e Juiz Fed., respectivamente; REMOÇÃO INTERNA: 3 Juízas Fed. e 21 Juízes Fed., a partir de 26/7/21, e 8 Juízas Fed. e 14 Juízes Fed., a partir de 7/3/22; REMOÇÃO EXTERNA DE JUIZ FED. SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO: 1 p/a 1ª Região e 1 p/a 5ª Região; autorizada a remoção (1º semestre/2021) de 1 p/ a 4ª Região (Proc. em curso naquele Tribunal); (2º semestre/2021 -</p>

	<p>Proc.em curso neste Tribunal);REMOÇÃO EXTERNA DE JUIZ FED.SUBSTITUTO P/A 3ª REGIÃO:indeferidos os pedidos. REMOÇÃO EXTERNA DE JUIZ FED.SUBSTITUTO P/PERMUTA:Entre 1 magistrada da 6ª Região e a magistrado da 3ª Região (Proc.sobrestado). Realizadas alterações de critérios para cálculos da GAJU no sistema MapaVara, aumentando a confiabilidade dos relatórios que embasam o pagamento da gratificação. Implantadas melhorias no sistema de Escala de Férias, possibilitando a disponibilização de informações mais claras sobre os saldos disponíveis para fruição e/ou conversão de 1/3 em abono pecuniário, além de outras mudanças que facilitaram o manuseio pelos magistrados e a gestão pela DMAG. Migração de arquivos de imagens, relativas aos assentamentos funcionais de magistrados, do sistema EasyImage para o SEI, permitindo a centralização de informações.</p>
--	---

9.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, promovendo políticas de gestão de pessoas que contribuam para o bem-estar de magistrados e servidores e para a melhoria do clima organizacional. Envidar esforços junto à área de Tecnologia da Informação para o aprimoramento do sistema MapaVara Web, para maior automatização dos procedimentos de controle, integração com sistemas de recursos humanos, melhoria da interface com os usuários e garantia de maior transparência sobre os procedimentos relacionados à movimentação de magistrados e respectivas jurisdições. Buscar o saneamento das inconsistências apresentadas pelos sistemas tecnológicos disponíveis, com o desenvolvimento de novas rotinas, ou substituição por outros mais aperfeiçoados, para a otimização das atividades executadas na Secretaria.

9.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Foi solicitado à área de T.I.(AGES) que interceda junto ao TRF4R (gestor do sistema SEI) para a implementação da funcionalidade de publicação de atos e decisões no DOU, que aquele Tribunal já utiliza. Atualmente,é necessário o uso de programa para inserir os dados p/publicação em uma “máscara” do DOU para editoração e somente, então, o envio pela Divisão de Editoração e Divulgação, para publicação. Tal funcionalidade otimizará sobremaneira as publicações de normativos, atos e decisões para toda a Justiça Federal da 3ª Região. Estão em curso providências p/a implantação do sistema SERH! (oriundo do TRF4ª Região). Com a implantação,serão superadas as deficiências dos sistemas cadastrais dos magistrados. Hoje, não há sistema para cálculo de tempo de serviço para fins de abono permanência e aposentadoria. O RHM3R permite apenas o registro de algumas informações. O SERH! possui módulo

próprio para averbação e contagem de tempo de serviço, o que deverá desonerar bastante a Seção de Aposentadoria e Pensões.

10. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A ampliação do número de servidores em teletrabalho, com resultados satisfatórios no âmbito da 3ª Região. A realização de reuniões pela plataforma Teams, com os servidores lotados na Secretaria e com as diversas áreas do Tribunal. A realização de recadastramento de aposentados e pensionistas por meio de mensagens eletrônicas e conferências por chamadas de vídeo (Whatsapp), garantindo a segurança dos beneficiários e servidores em relação à pandemia do COVID19.

11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria, composta pelo Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz e pelos servidores Ângela Piana Pilotto Dal Bosco e Ranier Souza Medina, foi recebida, em 12 de maio de 2022, às 10h, pela Diretora de Secretaria dos Conselho de Administração e Justiça, Eliane Vieira dos Santos Fraga e pelos Diretores da Divisão de Assuntos da Magistratura (DMAG), Carlos Roberto Neves, e Divisão de Procedimentos e Coordenação (DCOR), Solange Ester Malvezzi.

Inicialmente, foi esclarecido que o Setor, de forma diversa de outros Regionais, é chamado de Secretaria dos Conselho de Administração e Justiça, no qual há duas Divisões, quais sejam, a **DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA (DMAG)** e a **DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E PROCESSAMENTO (DCOR)**.

A diretora do DCOR esclareceu sobre as atividades da Divisão, composta por três servidores, relatando que o setor é responsável pelos processos administrativos de toda ordem em curso no Tribunal, participando ativamente das sessões administrativas e na elaboração de minutas de voto, tanto do CJF, como do Conselho de Administração.

Também foi informado que na DCOR é feita a instrução para os os concursos, tanto de juízes, como desembargadores. Citou como exemplo a sindicância dos magistrados, a qual após ser feita é repassada para a Comissão de Concurso, que é presidida por um Desembargador diverso do Diretor-Presidente da Escola eleito especialmente para tal função.

A DMAG é o setor responsável por atender aos magistrados, providenciando o encaminhamento de demandas de toda ordem, como afastamentos, férias, licenças saúde e designações. Salieta-se que a unidade centraliza os serviços de gestão de pessoas dos Juízes Federais e Desembargadores Federais da 3ª Região.

Foi relatado que, para operacionalizar as suas atividades, mantém contato e integração direta com a Corregedoria do Tribunal. Neste ponto, foi destacado que, como os gestores Eliane Vieira dos Santos Fraga e Carlos Roberto Neves já trabalharam na

Corregedoria anteriormente, a comunicação é mais fácil e dinâmica, bem como otimiza os processos de trabalho, pois já conheciam os sistemas e os trâmites posteriores às rotinas que são praticadas neste setor.

Quanto aos diversos afastamentos e férias de juízes e desembargadores, informaram que estes dispõem de um sistema próprio para os pedidos (*e-GP*). Após a solicitação pelo juiz, automaticamente é gerado um processo SEI para o processamento do pedido. Após o deferimento, as férias são lançadas em um terceiro sistema (*RHM3R*).

Salientaram, neste tópico, a importância da implantação do SERH, oriundo do TRF da 4ª Região, o qual já foi solicitado e aguarda efetiva implantação. Foi destacado que a adoção de tal sistema diminuirá as dificuldades para a realização das tarefas, bem como servirá para otimizar e melhorar os serviços de vários setores da Divisão de Assuntos da Magistratura, tais como o setor de Afastamentos e o setor de Aposentadoria e Pensões.

Ademais, no que pertine às designações de juízes nas Varas de primeiro grau, em razão das férias de magistrados, disseram que o controle é manual, sendo que há uma planilha que é alimentada individualmente para se ter o efetivo controle.

Em relação à marcação das férias, asseveraram que cumprem a Resolução da Presidência e Provimento CORE deste TRF, respeitando as regras das Escalas de Férias. Eventuais pedidos de cancelamento, tanto por motivos pessoais, como por necessidade de serviço, somente são analisados após a obrigatória marcação do período. Disseram que existem prazos para tais pedidos, os quais ordinariamente são observados, sendo que, de forma especial, é excetuada tal regra. Não relataram diferenças entre Juízes Federais e Desembargadores Federais quanto ao atendimento da norma.

De outra banda, esclareceram que o Sistema do Controle de Docência é feito diretamente no sistema *e-GEP* e que, após o preenchimento pelo magistrado, são disparados e-mails para a Corregedoria e para o Setor de Assentamentos Funcionais. A regularidade e observância das normativas quanto a tal ponto é feita pela Corregedoria, bem como pela Auditoria Interna do Tribunal. Caso verificada inconsistência quanto à informação prestada, é feita a devida apuração por este último setor.

Relataram, outrossim, dificuldade no cadastramento de todos os dados dos Desembargadores e Juízes no sistema *E-Social*, pois a operacionalização é trabalhosa, demandando grande esforço e empenho para ser efetivada no prazo estabelecido.

Quanto ao registro dos fluxos de trabalho para a adequada gestão de processos, a Divisão de Assuntos da Magistratura relata que não foi feito em razão do pouco tempo que assumiram a gestão da unidade, mas que pretendem elaborá-lo, a exemplo do que fizeram na Corregedoria e a Divisão de Coordenação e Processamento informou que já possui o seu plano de gestão elaborado.

Em relação à comunicação com desembargadores e magistrados, foi esclarecido que se dá de diversas formas, e-mail, telefone e plataforma TEAMS, o que demanda serviço.

Foi constatado que os sistemas atualmente utilizados no órgão não contém todas as funcionalidades para a otimização dos trabalhos, gerando sobrecarga na equipe.

12. RECOMENDAÇÕES

Neste tópico deve ser registrado que o Plano de Gestão da Unidade deverá ser elaborado, na medida de suas possibilidades.

Ademais, recomenda-se o pleito junto à Presidência do Tribunal no sentido de cooperar com o CJF para agilizar a implantação do SERH.

SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 21/3/2022 a 13/5/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Secretaria de Segurança Institucional - SSEG

2.2 Competência

Coordenar as áreas de segurança e de proteção pessoal e patrimonial, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços, das contratações, da adequada estruturação e dos treinamentos necessários ao desempenho das atribuições; Orientar, na parte técnica, as ações voltadas à segurança institucional e à proteção pessoal, patrimonial e de informação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, propondo a unificação de procedimentos entre o Tribunal e as Seções Judiciárias; Planejar o desenvolvimento de Sistema de Inteligência Institucional no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Representar a Segurança Institucional do Tribunal, interna e externamente; Gerir o orçamento afeto à Secretaria, elaborando as propostas para os exercícios seguintes, visando a garantia da probidade na aplicação dos recursos públicos; Coordenar a interação com outros órgãos de segurança, no interesse do Tribunal e outras 7. Assessorar a Presidência, a Comissão Permanente de Segurança.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Guilherme de Castro Almeida

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	DLOG 3; RAAC 3; RPAT 3; RFIP 2; ROPE 19; RPOL 18; RINA 4; ROES 4; TOTAL 56
Estagiários de nível médio	1

Estagiários de nível superior	1
Servidores sem vínculo	SSEG 1; UPOE 1; TOTAL 2

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendações, conforme Relatório da Inspeção anterior.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica, pois não houve novas recomendações e as anteriores foram cumpridas, conforme Relatório da Inspeção anterior.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica, pois não houve novas recomendações e as anteriores foram cumpridas, conforme Relatório da Inspeção anterior.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A Segurança Institucional do Poder Judiciário passa por profundas mudanças e significativas evoluções. A principal dificuldade no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região é implementar essa nova cultura e a percepção, por parte de magistrados e servidores, quanto à importância do tema. No âmbito do TRF3R houve avanços relevantes nos últimos anos, principalmente quanto ao reposicionamento organizacional da SSEG, orçamento condizente com as necessidades e progresso normativo. Os resultados estão sendo alcançados paulatinamente, principalmente quanto às capacitações e aquisições de equipamentos. A principal dificuldade, atual e futura, está relacionada com a falta de efetivo e sua renovação. Além da necessidade de preenchimento de cargos vagos, grande parte do Agentes de Polícia Judicial do quadro atual foi recrutada há mais de 20 ou 30 anos, sendo necessária oxigenação e seleção de concursados com perfil mais adequado às novas atribuições do cargo e conforme diretrizes atuais.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Guilherme de Castro Almeida, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional.

7. Foi instituída a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do Tribunal? Qual o normativo que a regulamenta?

Sim, conforme Resolução PRES n. 233, de 23/11/2018. No momento, devido à recente posse do novo Corpo Diretivo do Tribunal, está em fase de elaboração ato normativo para indicação nos novos membros da CSPJF.

8. Qual é a composição do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)?

Conforme Resolução CATRF3R n. 96, de 18/3/2020, a Secretaria de Segurança Institucional passou a se subordinar diretamente à Presidência do Tribunal, tendo como atribuição, dentre outras, assessorar a Presidência, a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal e a Diretoria-Geral, facilitando o processo decisório em assuntos afetos à Segurança Institucional, nos termos dos atos normativos próprios.

9. Como os cargos estão distribuídos?

Não se aplica.

10. De que forma é observada a Resolução n. 686/2020-CJF?

Integralmente. Com base na Resolução n. 686/2020-CJF, a SSEG vem adotando todas as medidas relacionadas com o porte institucional de armas de fogo e a disponibilização dos equipamentos ali referidos. A obtenção dos portes funcionais no TRF3R seguiu os trâmites legais e os ritos dessa Resolução. Há preocupação com a segurança no armazenamento e controle das armas de fogo e munições. Está em andamento processo de aquisição de cofres eletrônicos para a guarda das armas. No TRF3R, além das prescrições contidas na Resolução n. 686/2020-CJF, foi editada a Resolução CATRF3R n. 139, de 24/11/2021, que regulamenta o porte funcional de armas de fogo e armas menos letais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e a Resolução CATRF3R n. 140, de 24/11/2021, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Grupo Especial de Segurança - GES no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

11. Houve elaboração do plano de segurança orgânica, proteção e assistência de juízes em situação de risco ou ameaçados?

Sim, conforme Resolução PRES n. 360/2020 e Resolução PRES n. 351/2020 respectivamente.

12. Existe a disponibilização de veículos blindados para os magistrados em situação de risco?

Atualmente, existem 2 veículos blindados, ambos com afetação provisória, sendo 1 permanentemente alocado na Subseção Judiciária de Ponta Porã/MS e outro na Presidência do Tribunal, podendo haver realocação em caso de necessidade. Conforme orçamento 2022, está prevista a aquisição de veículo blindado novo.

13. Como e quando ocorre o plantão policial para atendimento aos casos de urgência envolvendo a segurança de juízes e seus familiares?

São disponibilizados aos Magistrados e seus Gabinetes os telefones do plantão da Seção de Policiamento - RPOL e dos Diretores da SSEG e da UPOE.

14. Foi instituído o núcleo de inteligência?

Sim, conforme Resolução CATRF3R n. 103, de 18/6/2020, que alterou a estrutura organizacional da SSEG.

15. Como se dá o controle de acesso e o fluxo nas instalações do Tribunal, anexos e no 1º grau?

No Edifício-Sede do TRF3R existe sistema de controle de acesso composto por pórtico detector de metais, scanner de bagagens, roletas e cancelas. Os magistrados, servidores, colaboradores e estagiários são cadastrados em sistema e fazem uso de crachás magnéticos para acesso ao prédio (pedestre e veículos). Os crachás são parametrizados segundo os ambientes cujo acesso é permitido. Esse sistema de controle de acesso está em permanente expansão, de modo a contemplar todas as unidades. Hoje, os setores mais sensíveis, por exemplo, Gabinetes do Corpo Diretivo e Centro de Processamento de Dados já possuem esse controle de acesso, além de alguns Gabinetes de Desembargadores. Atualmente, são 120 acessos controlados. Expectativa para 2022 de mais 34 acesso e cobertura integral dos quadrantes do prédio.

16. Existe um sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes?

Sim. Atualmente, existem 183 câmeras em funcionamento. Expectativa de expansão para 2022/2023 de mais 200 câmeras, incluindo o Depósito Judicial da Presidente Wilson.

17. Como é realizado o policiamento nas salas de audiência e áreas adjacentes, quando requisitado?

Por meio da alocação de Agentes de Polícia Judicial da Seção de Policiamento - RPOL e do Grupo Especial de Segurança - GES, de maneira ostensiva e/ou velada, conforme o caso e de acordo com a avaliação de risco, com apoio da vigilância privada.

18. Como ocorre o controle quanto à vedação do recebimento de armas em fóruns?

Na SJSP, armas de fogo são recebidas no Depósito Central (Presidente Wilson). Na SJMS, são recebidas pelas Varas.

19. Existem policiais, bombeiros, militares, guardas municipais atuando neste Tribunal?

Sim, o Diretor da SSEG, Guilherme de Castro Almeida, Delegado de Polícia Federal; e o Diretor da UPOE, Gustavo Moreno de Campos, Agente de Polícia Federal.

20. A unidade possui plano de gestão?
Não

20.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos	
a) recursos humanos e materiais	Não se aplica
b) gestão do trabalho	Não se aplica
c) resultados	Não se aplica

21. Quais os objetivos a serem alcançados?
Não se aplica

22. Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Não se aplica

23. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Manutenção do trabalho remoto para os servidores que realizam atividades administrativas, o que já está sendo realizado segundo regulamentação da Resolução PRES n. 370/2020.

24. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?
Sim, em modelo semipresencial, que abrange praticamente todos os que executam atividades administrativas, especialmente a Seção de Procedimentos Administrativos - RPAT (4 servidores), a Seção de Aquisições e Acompanhamento de Contratos - RAAC (5 servidores) e a Seção de Fiscalização Técnica e Pagamentos - RFIP (2 servidores). A Seção de Inteligência - RINA também está abrangida pelo modelo (4 servidores), porém, atuando também com escala de sobreaviso e presencialmente sempre que necessário. A Seção de Operações Logísticas - ROPE, a Seção de Policiamento - RPOL e a Seção de Operações Especiais - ROES trabalham em regime de plantão e/ou expediente diário.

24.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?
Parcial. Os servidores que cumpriram os procedimentos estabelecidos pela Resolução PRES n. 370/2020 devem comparecer presencialmente ao menos 1 vez por semana em revezamento ou conjuntamente para avaliação de resultados e definição de metas.

24.2 Qual critério para fixação das cotas?

No TRF3R, o teletrabalho é regido pela Resolução PRES n. 370/2020. As cotas foram fixadas conforme as atribuições de cada unidade. Aquelas que exercem atividades administrativas foram autorizadas a realizar o trabalho híbrido, sendo obrigatória a presença em pelo menos 1 dia da semana.

24.3 Como é o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja o cumprimento da cota, qual a consequência?

Por meio de reuniões semanais com os Diretores e Supervisores das Unidades para aferição das metas estabelecidas e do cumprimento das rotinas de cada setor. Em caso de descumprimento, por ser revogada a autorização para o teletrabalho.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Unidade, Delegado da Polícia Federal Guilherme de Castro Almeida, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

Em 23/11/2018, pela Resolução PRES n. 233, foi instituída a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e através da Resolução CATRF3R n. 96, de 18/3/2020, a Secretaria de Segurança Institucional passou a se subordinar diretamente à Presidência do Tribunal, tendo como atribuição, dentre outras, assessorar a Presidência, a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal e a Diretoria Geral.

No edifício-sede do TRF/3ª Região existe sistema de controle de acesso composto por pórtico detector de metais, scanner de bagagens, roletas e cancelas.

Os magistrados, servidores, colaboradores e estagiários são cadastrados em sistema e fazem uso de crachás magnéticos para acesso ao prédio (pedestre e veículos).

Os crachás são parametrizados segundo os ambientes cujo acesso é permitido.

Esse sistema de controle de acesso está em permanente expansão, de modo a contemplar todas as unidades.

Com base nos Planos de Proteção Pessoal e de Segurança Orgânica previstos, respectivamente, nas Resoluções PRES 351 e 360, ambas de 2020, do TRF-3ª Região, as ações para o reforço da segurança englobaram relevantes aquisições de instrumentos de vigilância e de controle de acesso, dentre os quais, câmeras, DVRs, antenas leitoras de TAGs e controladoras do sistema integrado de monitoramento e controle de acesso.

Hoje, os setores mais sensíveis, por exemplo, Gabinetes do Corpo Diretivo e Centro de Processamento de Dados já possuem esse controle de acesso, além de alguns Gabinetes de Desembargadores.

Com base na Resolução n. 686/2020-CJF, a SSEG vem adotando todas as medidas relacionadas com o porte institucional de armas de fogo e a disponibilização dos equipamentos ali referidos.

Além das prescrições contidas na Resolução n. 686/2020-CJF, foi editada a Resolução CATRF3R n. 139, de 24/11/2021, que regulamenta o porte funcional de armas de fogo e armas menos letais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em 2021, conforme observado no Relatório de Gestão do TRF-3ª Região do referido ano, os Agentes de Polícia Judicial participaram de diversos treinamentos, destacando-se o Curso de Formação Funcional da Polícia Judicial e o Estágio em Inteligência, ambos promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Foram oferecidos também o Curso Básico de Primeiros Socorros em Atividade Policial, Curso de Técnicas Operacionais e Curso de Bastão Retrátil, em decorrência da parceria com a Polícia Federal no Estado de São Paulo.

26. RECOMENDAÇÕES

Aprimorar as providências adotadas quanto à gestão de riscos a fim de potencializar a política de prevenção. Em relação a esse tema e, considerando o recente ataque hacker no início de 2022, caracterizado como crime cibernético, aponta-se a necessidade de que sejam desenvolvidas e aperfeiçoadas, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, as ferramentas de inteligência, sobretudo no que se refere ao monitoramento de possíveis ameaças e ataques que violem dados, inserem vírus de computador, provoquem infiltrações na infraestrutura e golpes.

No mais, importa no reconhecimento do trabalho zeloso e eficiente exercido pela Secretaria de Segurança Institucional o que justifica a consignação de elogio ao Presidente da Comissão de Segurança Permanente Desembargador Federal Gilberto Jordan, ao Diretor da Secretaria Delegado da Polícia Federal Guilherme de Castro Almeida e à sua equipe.

ESTATÍSTICA

ANÁLISE DA BASE DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES OBTIDAS DURANTE A INSPEÇÃO

Na etapa preparatória da inspeção, realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas, tais como: número do processo; datas da última movimentação, da primeira distribuição e da última conclusão; descrição da última fase e da classe; tempo de publicação do acórdão ou da decisão; prazos para votos-vista e revisor; petições pendentes de juntada; processos com carga há mais de 60 dias; dentre outras.

Os resultados desse trabalho preliminar permitiram verificar que o Tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (PJe) que detêm 93,04% do acervo em tramitação e físico (SIAPRO) com 6,96% dos feitos, permanece buscando validar, com o apoio de gabinetes e unidades processantes, a consistência dos dados migrados para a ferramenta de *Business Intelligence*.

O corte dos dados coletados para seleção dos processos ocorreu em 25 de fevereiro de 2022, período anterior ao ataque cibernético que tornou indisponíveis os serviços prestados pelo Tribunal, portanto, não impactou nas análises dos dados e nos trabalhos que antecedem a primeira fase da inspeção.


Durante o período de 23/3/2022 a 18/4/2022 (incluídas as prorrogações em razão do ataque cibernético) destinado ao preenchimento, por gabinetes e unidades processantes, do questionário e da ficha de inspeção, o Tribunal foi surpreendido com ataque *hacker* que dificultou a resposta a alguns itens que apresentaram inconsistências durante o lançamento das informações no Sistema de Inspeção - SINSF.

Conforme informação conjunta da ADF/DEGE - SEI/TRF3 - 8618561 apresentada à Presidência do TRF3, a Divisão de Estatística, em conjunto com a Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, orientou todas as unidades envolvidas no sentido de que, eventualmente, poderiam existir algumas inconsistências após o restabelecimento dos sistemas do Tribunal, que segue rigoroso cronograma de prioridades. Porém, propôs a unidade de estatística que os dados disponibilizados no painel de **BI (Business Intelligence)** fossem utilizados para registro no SINSF do CJF.


Além do painel de inspeção, os gabinetes e unidades processantes possuem diversos tipos de relatórios dinâmicos que contribuem para a gestão do acervo e a produção de métricas que ajudam no processo de tomada de decisão.

No entanto, durante os trabalhos de inspeção não foi possível obter estatísticas atualizadas a partir de março de 2022.

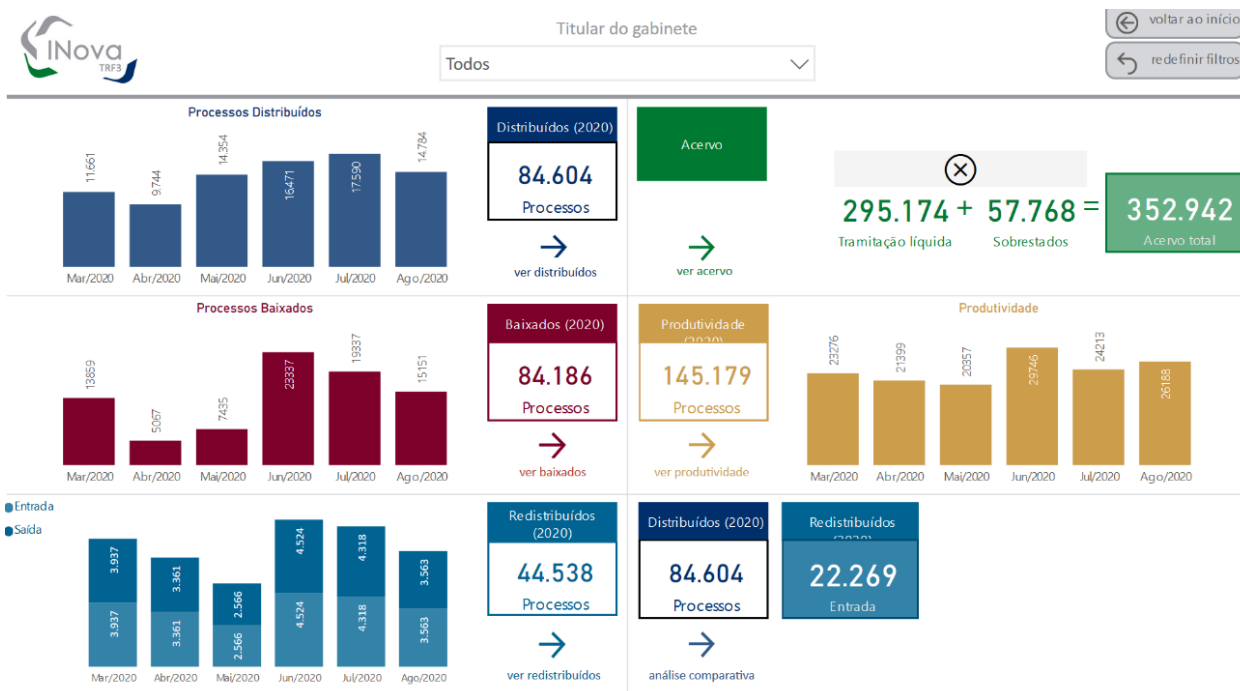
Apesar da indisponibilidade temporária, vale ressaltar a diversidade de informações presentes no BI. As telas a seguir ilustram outros tipos de relatórios com parâmetros de acompanhamento mensal, por acervo, por assunto e por meta. Para cada tipo de medida, o gabinete ou unidade processante pode exportar a relação dos feitos e consultá-lo.



Movimentação processual - Gabinetes
 atualização (dados):

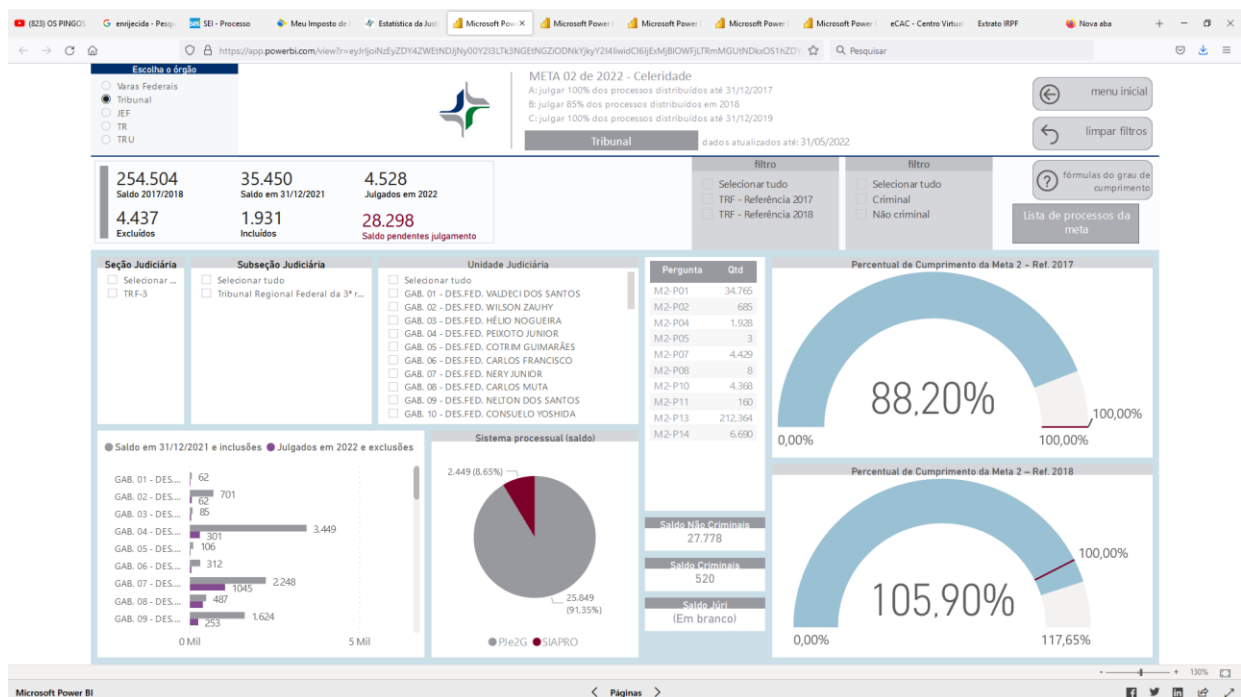
1.ª SEÇÃO			2.ª SEÇÃO				3.ª SEÇÃO				4.ª SEÇÃO			
1.ª TURMA			3.ª TURMA				7.ª TURMA				5.ª TURMA			
GAB. 01 DES. FED. VALDECI DOS SANTOS	GAB. 02 DES. FED. WILSON ZAUHY	GAB. 03 DES. FED. HÉLIO NOGUEIRA	GAB. 07 DES. FED. NERY JÚNIOR	GAB. 08 DES. FED. CARLOS MUTA	GAB. 09 DES. FED. NELTON DOS SANTOS	GAB. 10 DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	GAB. 22 DES. FED. INÊS VIRGÍNIA	GAB. 23 DES. FED. TORU YAMAMOTO	GAB. 24 JUIZ CONV. MARCELO GUERRA	GAB. 25 DES. FED. CARLOS DELGADO	GAB. 15 DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	GAB. 16 DES. FED. PAULO FONTES	GAB. 17 DES. FED. MAURÍCIO KATO	
2.ª TURMA			4.ª TURMA				8.ª TURMA				11.ª TURMA			
GAB. 04 DES. FED. FEIXOTO JÚNIOR	GAB. 05 DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	GAB. 06 DES. FED. CARLOS FRANCISCO	GAB. 11 DES. FED. ANDRÉ NABARRETE	GAB. 12 DES. FED. MARLI FERREIRA	GAB. 13 DES. FED. MÔNICA NOBRE	GAB. 14 DES. FED. MARCELO SARAIVA	GAB. 26 DES. FED. NEWTON DE LUCCA	GAB. 27 DES. FED. THEREZIN... CAZERTA	GAB. 28 DES. FED. DAVID DANTAS	GAB. 29 JUIZ CONV. DENILSON BRANCO	GAB. 38 DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	GAB. 39 DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	GAB. 40 DES. FED. NINO TOLDO	
 JUSTIÇA FEDERAL TRF3			6.ª TURMA				9.ª TURMA				ÓRGÃOS DIRETIVOS			
			GAB. 18 DES. FED. SOUZA RIBEIRO	GAB. 19 DES. FED. PAULO DOMING...	GAB. 20 DES. FED. MAIRAN MAIA	GAB. 21 DES. FED. JOHONSO... DI SALVO	GAB. 30 JUÍZA CONV. MONICA BONAVINA	GAB. 31 DES. FED. DALDICE SANTANA	GAB. 32 JUIZ CONV. NILSON LOPES	GAB. 33 DES. FED. GILBERTO JORDAN	PRESIDÊNCIA		VICE-PRESIDÊNCIA	
			10.ª TURMA				ÓRGÃO ESPECIAL		CORREGEDORIA					
TOTAL DO TRF3			GAB. 34 DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	GAB. 35 DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	GAB. 36 DES. FED. LEILA PAIVA	GAB. 37 DES. FED. NELSON PORFÍRIO								

Ao clicar em qualquer unidade acima, a ferramenta abre o relatório a seguir, onde os gráficos possuem links dinâmicos e com *driv down* que permite ao usuário acesso os níveis hierárquicos das informações até o menor grão, para que todas as unidades possam fazer gestão pontual do seu acervo.



O painel a seguir demonstra também a facilidade em acompanhar as metas nacionais do CNJ. Os gabinetes podem acompanhar seu desempenho e adotar medidas para melhorar a gestão, quando for o caso.





A ferramenta de *Business Intelligence*, desenvolvida pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos, vinculada à Assessoria de Desenvolvimento integrado e Gestão Estratégica, constitui excelente prática adotada e demonstra o compromisso, ao longo dos últimos dois anos, em manter o conjunto de dados processuais, físicos e eletrônicos à disposição de todo o Tribunal. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo do 2º grau.

A Divisão de Estatística, em conjunto com outras áreas, mesmo diante de todos os entraves provocados pela implantação do PJe que exigiu grande esforço e tempo das unidades judiciárias no trabalho de digitalização dos processos físicos, tem cumprido de forma exemplar suas atribuições. É imprescindível, porém, que o setor permaneça trabalhando junto à Presidência do Tribunal a conscientização dos servidores sobre a importância do lançamento correto de cada movimento e do *feedback* das eventuais inconsistências encontradas na ferramenta de BI.

A política de valorização da informação como instrumento de controle e melhoria das atividades exige da Administração, além do investimento em tecnologia, o estímulo contínuo à realização de fóruns de discussão entre as áreas fim e meio, a produção de tutoriais, e em outros níveis *workshops* que abordem o acesso à informação como mecanismo para gestão do acervo e otimização dos recursos.

É importante perceber que, para a viabilização de projeto dessa natureza, é fundamental, nessa fase inicial, que a etapa de validação dos dados seja intensificada pelas unidades judiciárias e tenha caráter permanente.

Recomendação: Disseminar o uso da ferramenta de *Business Intelligence* por meio da realização de fóruns de discussão entre as áreas fim e meio, produção de tutoriais, e em outros níveis *workshops* que abordem o acesso à informação como mecanismo para gestão do acervo e otimização dos recursos.

VERIFICAR O CUMPRIMENTO DO PROVIMENTO N. 2, DE 22 DE JUNHO DE 2009

O Provimento 2/2009 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem por finalidade promover a divulgação dos dados estatísticos das atividades dos Tribunais Regionais Federais e dos órgãos judiciários de 1º grau, no Portal da internet, a partir de um padrão estabelecido.

A Divisão de Estatística informou que os dados previstos no referido provimento permanecem sendo incluídos gradativamente no painel de movimentação processual, em conjunto com outros itens que faltam para incrementá-lo.

Recomendação: Desenvolver e publicar no painel da movimentação processual, criado na ferramenta de *Business Intelligence*, todos os dados faltantes, de 1º e 2º graus, conforme previsto no Provimento n. 2/2009.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

A inspeção TRF3-2022 ocorreu em momento delicado para o TRF da 3ª Região. Além das complicações ocasionadas pela pandemia do Coronavírus (SARS-COV2) que provocou uma grande reestruturação na forma de trabalho de magistrados, servidores e colaboradores, os trabalhos da inspeção ocorreram logo após um ataque hacker de grandes proporções que ocupou as equipes técnicas por mais de um mês a fim de desfazer os estragos provocados.

Desta forma, esta equipe de inspeção optou por não sobrecarregar os servidores e colaboradores do TRF3 para que pudessem se dedicar ao pronto restabelecimento dos sistemas e rotinas de trabalho da Corte.

Durante a inspeção, no intuito de fornecer informações a respeito dos sistemas judiciais utilizados pelo Tribunal e procedimentos adotados, foram realizadas consultas à Secretaria de Tecnologia de Informação – SETI, à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR, e à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação – AGES.

Também foram ouvidos os relatos dos colegas que inspecionaram os gabinetes sobre suas impressões a respeito dos sistemas eletrônicos e processos de trabalho, no intuito de se verificar defeitos e oportunidades de melhoria.

A inspeção de Sistemas e Infraestrutura de Tecnologia da Informação se ampara nas melhores práticas para a área, bem como nas normas do CJF e do CNJ, especialmente as listadas a seguir:

- Resolução CNJ 46/2007;
- Resolução CNJ 182/2013;
- Resolução CNJ 325/2020;
- Resolução CNJ 347/2020;
- Resolução CNJ 370/2021;
- Resolução CNJ 396/2021;
- Resolução CJF 202/2012;
- Resolução CJF 279/2013;
- Resolução CJF 668/2020;
- Resolução CJF 685/2020;
- Resolução CJF 687/2020;
- Resolução CJF 701/2021;
- Instrução Normativa MPOG 73/2020.

A inspeção consistiu em examinar a documentação apresentada, bem como os sistemas processuais, conforme as seguintes vertentes:

- Infraestrutura de suporte aos sistemas processuais

Análise dos aspectos relativos à infraestrutura de suporte aos sistemas de processo eletrônico do Tribunal referentes a continuidade de negócios, segurança cibernética e boas práticas aplicáveis à área de tecnologia.

- Distribuição processual

Análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual, autuação de processos e análise de prevenção, no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto eletrônicos.

- Conformidade com as Resoluções do CJF e do CNJ aplicáveis a área de TIC

Verificação da manutenção dos artefatos e práticas exigidos nos normativos editados pelos órgãos de controle, em especial CJF e CNJ.

- Atendimento às recomendações da inspeção anterior.

1. Infraestrutura de suporte aos sistemas processuais

1.1 Do quadro de pessoal da área de Tecnologia da Informação

Conforme planilha disponibilizada referente ao quadro de pessoal da Secretaria de Tecnologia da Informação, dentre os 134 cargos lotados na STI, 126 servidores compõem atualmente a força de trabalho, distribuídos da seguinte maneira:

Cargo	Quantitativo
Ana. Jud.-Informática	32
Ana. Jud.-Informática (Banco de Dados)	1
Ana. Jud.-Informática (Infraestrutura)	4
Téc. Jud. Informática	41
Tec. Jud. (Oper.Computadores)	8
Tec. Jud. (Digitação)	5
Tec. Jud.-Telec e Eletricidade	1
Ana. Jud. (outros)	1
Téc. Jud. (outros)	32
Ana. Jud.Informática (rem./req.)	1
Téc. Jud. Informática (rem./req.)	0
Téc. Jud. Outros (rem./req.)	0
Total	126

O Tribunal conta ainda com 10 prestadores terceirizados atuando na área.

Percebe-se que o quadro está muito abaixo dos mínimos requeridos pela Resolução CNJ 370/2021. Para o Tribunal, seriam necessários, idealmente, 223 servidores do quadro permanente, havendo um déficit de 97 (baseado no cálculo constante no anexo da referida resolução).

Verifica-se que o déficit de pessoal aumentou desde a última inspeção, antes sendo de 81, devido principalmente ao aumento na quantidade de usuários atendidos pelo Tribunal.

Quanto às ações de capacitação, a área de TIC tem realizado diversos treinamentos com as equipes, em conformidade com as recomendações da inspeção anterior.

1.2 Infraestrutura e sistemas

1.2.1 Arquitetura e redundâncias dos sistemas

As informações prestadas pela STI sobre o tema são as seguintes:

Servidores:

A infraestrutura de rede do TRF3 atualmente conta com servidores baseados em arquitetura física do tipo Blade e também do tipo Rack. Na tecnologia Blade, são utilizadas 61 lâminas, de capacidade variada, distribuídas em 5 chassis distintos, sendo 2 do fabricante IBM, 1 do Cisco e 2 do Dell. Quanto aos servidores do tipo Rack, todos eles são do fabricante Dell, contabilizando 18, incluindo os de backup. Em cada fórum da JFSP e JFMS, excetuando-se basicamente os da grande São Paulo, há um servidor local da marca Dell provisionando arquivos e serviços de rede.

Servidores Virtuais:

É empregada a técnica de virtualização baseada na tecnologia VMware cujo objetivo é a redução da quantidade de equipamentos físicos, do espaço dentro do data center, bem como do consumo de energia elétrica e climatização. Atualmente existem mais de 600 máquinas virtuais em execução.

Armazenamento de Dados:

Na solução de armazenamento de dados utilizam-se storages do tipo SAN (Storage Area Network), sendo 2 do fabricante Hitachi, 2 do IBM e 2 do Huawei.

Os storages Hitachi utilizam discos SAS (mais antigos). Os do fabricante IBM utilizam a tecnologia Flash baseada em memórias SSD. Os Huawei são híbridos, possuindo discos NL-SAS, SAS e SSD. Esses storages armazenam, aproximadamente, 600 TB de informações.

Além dos storages convencionais, foi adquirido pelo TRF3 uma solução do tipo WORM (*write once, read many* ou “escrita uma vez e leitura várias”) para armazenamento dos documentos gerados pelo PJe. Neste tipo de Storage os documentos, após gravados, não podem ser alterados, e somente apagados após transcorrido o tempo de vida (ou temporalidade) definido para o arquivo. Compatível com o protocolo S3 da Amazon, a solução é composta por dois equipamentos, localizados em data centers distintos onde os documentos são gravados simultaneamente.

A Aquisição dos Storages S3 foi de grande importância para se evitar perda de dados e para o rápido restabelecimento dos serviços do Tribunal pois, além de atender aos requisitos de armazenamento de informações, também proporciona maior resiliência do sistema processual, seja contra alterações não intencionais em documentos, seja em ataques de ransomware em que é comum a criptografia das bases de dados. Como os documentos são imutáveis, o atacante teria dificuldade em comprometer essa base.

Autenticação de Usuários:

O ambiente de diretórios é híbrido e sincronizado. Baseia-se na tecnologia Microsoft Active Directory (AD) e no eDirectory da empresa Micro Focus. Com o eDirectory há integração ao sistema de Recursos Humanos via ferramenta de Gerenciamento de Identidades, o IDM.

A solução AD é conhecida por possuir diversas vulnerabilidades, tendo sido apontada como um dos vetores que permitiram a grande extensão do último ataque sofrido pelo Tribunal.

Recomendação: Manter a solução AD sempre atualizada e habilitar a função MFA (Múltiplos Fatores de Autenticação) para todos os softwares compatíveis, inclusive e principalmente o de VPN.

Backup de Dados:

A solução de backup é composta por 10 servidores do tipo Rack, do fabricante Dell, divididos igualmente entre os dois data centers. Cada servidor comporta até 90 TB de dados. O software que gerencia essa solução é o Netbackup do fabricante Veritas. Os dados são gravados de forma cruzada a fim de manter os dados de produção em um data center e seu backup no outro. Todas as operações de backup e restore são baseadas em Jobs.

Conectividade e Interligação entre os Sites:

Todos os switches de acesso da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R operam a 1 Gbps. Nos dois prédios do TRF3 e no Fórum Pedro Lessa esses switches convergem

para 1 switch de Distribuição que trabalha em 40 Gbps. Entre os data centers, a comunicação é provida por meio de 8 canais de fibra óptica, e nos demais sites da JF3R, os switches de distribuição e de acesso trabalham na velocidade de 1Gbps.

Todos os fóruns se comunicam com o TRF3 por meio de links de dados com velocidade entre 4 Mbps e 300 Mbps. Em alguns deles é utilizada a tecnologia DMVPN. Para cerca de 90% dos fóruns há um link de alta velocidade via rádio/micro-ondas ou fibra óptica com velocidades que variam de 100 a 300Mbps.

O serviço de internet é composto por 3 links de dados de operadoras distintas trabalhando em velocidade de 1Gbps sendo que 2 deles possuem proteção de segurança contra ataques distribuídos de negação de serviço – DDOS. Um link, de ligação ao PTT de SP, projeto IX.br, tem velocidade de um Gbps. A interligação com a internet é realizada de forma segregada, sendo que dois links estão conectados ao data center do TRF3 e um ao data center do Fórum Ministro Pedro Lessa, estando o acesso à internet da JF3R normatizado de acordo com a Resolução 326/2013.

A fibra apagada que interliga o data center do edifício sede e o do Fórum Pedro Lessa apresenta desgaste, sendo que, das 12 vias disponíveis, 4 já se encontram inoperantes.

Foi relatada a falta de padronização nas soluções de interconexão e internet entre o TRF3 e a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul - JFMS. Enquanto o Tribunal aposta na substituição dos links de MPLS pela tecnologia SDWAN, a Seção Judiciária aposta na renovação de seus links MPLS. A diferença também reside nas arquiteturas de rede adotadas, o que torna, segundo relatos, a administração de políticas de segurança mais difícil.

Nobreaks e Geradores:

A estrutura de Nobreaks e Geradores no edifício sede conta com dois com capacidade de 350 KVA para a rede do data center e mais 2 de 450 KVA para os elevadores e rede não estabilizada. O banco de baterias tem capacidade de suportar o data center por até 20 minutos enquanto os geradores não assumem a carga. O consumo atual do data center é de 25 KVA e tende a diminuir com a atualização dos equipamentos, situação bastante confortável neste aspecto.

O Fórum Pedro Lessa possui apenas um gerador para suportar a carga de seu data center. A redundância neste caso pode ser contratada sob demanda por meio de aluguel, bastando que haja local adequado e painel de conexão.

Recomendação: implementar redundância para o gerador do data center do Fórum Pedro Lessa caso este venha a ser mantido como contingência do PJe.

Data Center:

O ambiente central de TI da JF3R dispõe de 2 data centers, localizados em prédios distintos, que propiciam ambientes com acesso restrito, climatizado e com funcionamento nestas condições sob o regime 24x7, a saber:

- Sala Cofre instalada no Fórum Pedro Lessa.
- Sala Segura localizada no 10º andar do edifício sede do TRF3.



Data Center Fórum Pedro Lessa



Data Center Edifício Sede

Em relação à infraestrutura de data center, o Tribunal conta com equipamentos atuais e de grande capacidade em sua maioria, conectados por links redundantes e com dois data centers em locais distintos. A distância entre os dois é pequena, o que submete ambos a praticamente os mesmos riscos em termos de desastres.

Os dois data centers não estão instalados em salas cofre ou salas seguras certificadas de acordo com as normas aplicáveis (como a NBR 15.247, ABNT 10636, NBR 5628, NBR11.515 e outras). A Sala Cofre do Fórum Pedro Lessa é pequena e não suporta expansão na quantidade de servidores, seja pela falta de espaço, seja pela capacidade do sistema de refrigeração.

A equipe de infraestrutura já estuda projeto de expansão e criação de um terceiro data center, com a perspectiva de implementação na forma de Colocation (hospedar infraestrutura em um alugado).

Apesar de contar com equipamentos modernos, alguns do parque tecnológico do Tribunal são de tecnologia ultrapassada, já descontinuada e sem assistência, como é o caso dos servidores que suportam os sistemas baseados nas tecnologias MUMPS e 4GL e o banco de dados INGRES. Já não possuem suporte e as peças são dificilmente encontradas no mercado, mesmo paralelo, representando alto risco à continuidade das aplicações que fazem uso dessa plataforma.

Recomenda-se ao Tribunal empreender esforços para que esta situação seja equacionada. Uma vez que os sistemas suportados são considerados legados, pode-se analisar a possibilidade de serem migrados para outra plataforma mais atual.

No caso dos sistemas processuais, já foi sinalizado pela AGES que a transferência dos dados processuais para uma instalação do PJe é possível e a equipe que presta suporte ao PJe já possui experiência devido ao projeto de migração dos processos dos JEFs.

Sugere-se que seja feita uma análise de viabilidade de um projeto para migração dos dados processuais dos sistemas desenvolvidos em MUMPS/4GL/Ingres para uma ou mais instalações de PJe, objetivando a desativação dessas plataformas.

Para as demais aplicações que ainda são mantidas nessas tecnologias e que não possam ser aposentadas, que seja verificada a possibilidade de serem migradas para plataformas mais modernas e que sejam compatíveis com as tecnologias já adotadas nos Sistemas Nacionais (como PJe, SEI e SERH).

Recomendação: Realizar estudo visando a migração dos processos que tramitam nos sistemas legados (tecnologias MUMPS/4GL/Ingres) para o PJe visando a desativação das plataformas que os suportam. Migrar os demais sistemas para plataformas mais atuais e compatíveis com as tecnologias dos sistemas nacionais.

2. Autuação, Distribuição Processual e Prevenção

2.1 Procedimentos de autuação, distribuição e prevenção

2.1.1 Autuação

O protocolo dos feitos no PJe, como regra nos sistemas de processo eletrônico, é realizado primordialmente pelo próprio advogado. Após o peticionamento, o processo é distribuído e é realizada busca automática nos diversos sistemas por assuntos conexos (prevenção).

Após distribuídos, 100% dos processos são encaminhados à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR para a retificação da autuação, quando possuírem erros, análise de possível prevenção e a redistribuição do feito ao magistrado prevento, se for o caso.

Os feitos originários são recebidos, primordialmente, mediante o cadastramento no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe. Exceção para os que ainda possuam tramitação em meio físico em que é admitido o peticionamento, mediante a protocolização, também física, na Seção de Atendimento a Usuários e Protocolo – RINF, da UFOR ou, ainda, mediante a utilização do formulário eletrônico destinado a processos físicos, disciplinado pela Resolução PRES 400/2021.

É realizado o registro da protocolização no sistema SIAPRO, para controle e acompanhamento do documento que é entregue à atual unidade processante dos feitos originários. Estes, recebidos de outro ramo da Justiça na forma física, são digitalizados e inseridos no PJe para a tramitação eletrônica.

Foi declarada a inexistência de integração com sistemas eletrônicos de outros órgãos da Justiça, ainda que nestes seja utilizado o PJe. Por este motivo, os processos originários eletrônicos com declinação de competência são recebidos por malote digital ou anexados às mensagens dirigidas ao correio eletrônico da UFOR, que cadastra no PJe.

Verifica-se também a necessidade de promover a integração, via MNI ou outras tecnologias, a fim de que não seja necessária a utilização de outros sistemas para a consulta e cadastramento de dados processuais necessários ao trabalho dos servidores. Notadamente, boa parte do trabalho realizado pela unidade UFOR, que conta atualmente com 39 servidores, consiste em suprir, por meio de trabalho manual e repetitivo, a falta de integração entre os diversos sistemas envolvidos na tramitação de processos da JF3R. Integração entre instalações de PJe, e-SAJ e outros que poderiam já existir, a exemplo do que ocorre com o eproc da 4ª Região e seus sistemas “satélites” (1º grau, juizados, justiça estadual, procuradorias, etc.).

Recomendação: Melhoria nos fluxos do PJe para que a UFOR e demais equipes não necessitem acessar sistemas legados para a realização de autuação de processos e ampliar as integrações com os demais sistemas onde tramitam os feitos remetidos ao

Tribunal, seja via MNI, seja por outros meios, de forma a otimizar o trabalho destas equipes, dispensando os servidores do cadastramento de dados que já tramitam em meio eletrônico nos sistemas de origem.

2.1.2 Prevenção

Após distribuídos, 100% dos processos são encaminhados à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR para a retificação da autuação, análise de possível prevenção e a redistribuição do feito ao magistrado prevento, se for o caso.

O sistema SIAPRO ainda é utilizado para consultas processuais e de prevenção. A justificativa apresentada para a utilização do sistema é que a prevenção do PJe não é capaz de recuperar todas as conexões entre os processos.

Foi desenvolvida melhoria no PJe que cria um conjunto extra de processos relacionados, além daqueles recuperados pelo PJe, denominada “Associados UFOR”, além da possibilidade de executar as consultas de prevenção sob demanda (não somente na distribuição). Ainda assim, os servidores alegam que nem todas as situações de prevenção são recuperadas e por isso continuam a utilizar o sistema SIAPRO para suprir esta deficiência.

Verifica-se a necessidade de melhoria no conector de prevenção externa do PJe e na funcionalidade “Associados UFOR” para que os servidores da unidade possam deixar de utilizar os sistemas legados para obtenção de informações processuais e de prevenção.

A AGES informou que vem investindo na utilização de inteligência artificial para análise de similaridade de petições e recursos. Esta solução foi apresentada já na inspeção de 2020 para a questão dos problemas de prevenção, no entanto não pode ser verificado seu funcionamento até o momento desta inspeção.

Sabendo que modelos de inteligência artificial levam tempo para amadurecer e apresentar resultados confiáveis, e que problemas em rotinas de prevenção não são verificados em outros tribunais, recomenda-se a correção nos sistemas para que, utilizando os mecanismos tradicionais (consulta aos metadados dos processos), funcione a contento.

Recomendação: Correção nos sistemas para que a prevenção, utilizando os mecanismos tradicionais, consiga recuperar as conexões entre os processos, contemplando as suas diversas formas possíveis.

3 - Segurança de Cibernética

3.1 - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança de Cibernética

A Resolução PRES 422, de 12 de maio de 2021 instituiu a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança de Cibernética – ETIR-JF3, subordinada à Presidência do Tribunal, com as atribuições e responsabilidades de prevenir, receber, analisar, apurar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores. O Tribunal é um dos primeiros a implementar o disposto no art. 21 da Resolução CNJ 396, de 7 de junho de 2021.

A mesma Resolução instituiu o Comitê de Crises Cibernéticas, suportado pela ETIR-JF3, de caráter multidisciplinar, composta por representante da alta Administração do Tribunal e por especialistas das áreas técnica, jurídica, contratações e de segurança institucional.

A ETIR assumiu a gestão de segurança do e-mail corporativo e da solução de antivírus nas estações de usuários. Apenas a gestão do antivírus nos servidores e ativos de rede permaneceu com a equipe de segurança ligada à STI.

Pode-se constatar a grande relevância que o tema Segurança Cibernética teve dentre as diversas ações implementadas pelo Tribunal desde a inspeção ocorrida em 2020.

3.2 Controles de segurança cibernética

O universo de controles que podem ser adotados para prevenção e resposta a incidentes de segurança cibernética é extremamente amplo. O TRF3 já adota várias políticas reconhecidas como eficazes e muitas previstas nos principais frameworks e normativos aplicáveis à área.

Foram identificadas algumas medidas que já poderiam estar implementadas e que dificultariam ataques cibernéticos e outras ameaças atuais. Dentre elas podemos citar:

- utilizar Autenticação Multifator (MFA) para o acesso às aplicações, inclusive à VPN;
- segmentar os ambientes dos servidores (desenvolvimento, homologação/treinamento e produção);
- empregar soluções de Gestão de Acesso Privilegiado (PAM – Privileged Access Management) principalmente com objetivo de remover contas de acesso com privilégios administrativos em Servidores e Máquinas Virtuais (VMs);
- gerenciar e aplicar o “Princípio do Privilégio Mínimo” nas liberações de acesso de aplicações para a internet;
- revisar os acessos administrativos de servidores e colaboradores aplicando o “Princípio do Privilégio Mínimo”;

- utilizar ferramentas de análise de tráfego que permitam monitorar e detectar atividades anormais na rede do Tribunal, mesmo em tráfego criptografado.

Além dos itens acima, **recomenda-se** às áreas ligadas à segurança cibernética:

- implementar o conjunto de “Controles Mínimos Recomendados” presente no Anexo IV da Portaria CNJ 162/2021.
- aplicar o Checklist de controles para prevenção e mitigação de ameaças cibernéticas e confiança digital, constante no Anexo V da referida portaria, para verificar as oportunidades de melhoria na gestão de segurança cibernética do Tribunal.
- adotar as práticas constantes no Manual de Referência – Gestão de Identidade e de Controle de Acessos, constante no Anexo VI da citada portaria.

4. Atendimento às recomendações da Inspeção 2020

1. **Recomendação:** *“Que o sistema lance andamento de retificação de autuação sempre que houver alteração nos dados da autuação, notadamente quando ocorrer alteração de parte ou mudança de classe e/ou assuntos, para que todas as partes sejam notificadas de tal mudança.”*

Situação: Atendido.

Providência: Foi incluído em fluxo no PJe o lançamento do movimento conforme a recomendação.

2. **Recomendação:** *“Que sejam completadas e devidamente testadas as integrações necessárias para a verificação automática da prevenção.”*

Situação: Parcialmente atendido.

Providência: Foi implementada funcionalidade que permite a complementação da consulta de prevenção original do PJe denominada “Associados UFOR”, no entanto a unidade ainda precisa realizar consulta de prevenção no sistema legado SIAPRO para identificar casos especiais de conexão entre processos e possível prevenção.

3. **Recomendação:** *“...alguns processos importantes ainda estão pendentes de implantação, dentre eles: Política de Gestão de Riscos, a Política de Classificação de Informações, o Plano de Continuidade de Negócios e o Plano de Capacitação 2020. Assim, recomendamos que sejam empreendidos esforços no sentido de finalizar e implementar esses processos de gestão.”*

Situação: Parcialmente atendido.

Providências:

- A Política de Gestão de Riscos foi efetivamente implementada, conforme Resolução PRES 136/2017.
- A Política de Classificação de Informações encontra-se em tramitação.
- O Plano de Continuidade de Negócios encontra-se em estágio avançado, com efetiva aprovação pela Comissão de Informática e em fase de elaboração de minuta de ato normativo de implementação.
- O Plano de Continuidade de Serviços de TI – PCSTI encontra-se aprovado, tendo sido disponibilizada cópia de sua última versão.
- A SETI apresentou o Plano de Capacitação 2020 e foram realizados treinamentos técnicos conforme consta no processo Sei 0000366-41.2021.4.03.8000.

Conclusão

O TRF3 avançou em sua governança de TI desde a última inspeção. Vários processos de gestão e governança foram implementados e outros já se encontram em estágio de elaboração avançado. Houve reestruturação nas áreas de TI e de Segurança Cibernética (agora com a ETIR ligada à Presidência). Foram adquiridos novos equipamentos e realizada capacitação de servidores. Em resposta à pandemia implementaram-se os meios necessários para a efetividade do teletrabalho e a prestação jurisdicional de forma remota.

Apesar dos ataques cibernéticos sofridos, não houve perdas significativas de dados e o Tribunal conseguiu restabelecer os trabalhos internos em poucos dias. Houve grande esforço, não somente da TI, mas de todos os servidores para o pronto retorno dos trabalhos e do atendimento ao cidadão. Os técnicos demonstraram domínio das suas atribuições e comprometimento com a instituição. A força de trabalho ainda está aquém das determinações da Resolução CNJ 370/2021. As recomendações da inspeção anterior foram atendidas em sua maior parte. Por fim, cabe ressaltar a disponibilidade e presteza com que esta equipe foi recebida pelas áreas do TRF3.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados em 13/5/2022, conforme certidão lavrada, sendo elaborado em seguida este relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá ser relacionado e notificado nos autos as unidades que responderam, com imediata remessa aos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram adequadamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Renovo meus agradecimentos à Presidência, desembargadores, órgãos técnicos e a todos os servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. De forma coesa e com o objetivo de prestar completa assistência, a equipe não mediu esforços, superou os graves problemas decorrentes do ataque hacker de grande abrangência com incansável dedicação e estabeleceu todos os serviços em curto prazo e com muita eficiência.

Por fim, registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste relatório, tanto aos magistrados e servidores da Justiça Federal que integraram as equipes da inspeção quanto aos da Corregedoria-Geral.

É o relatório.

Ministro **JORGE MUSSI**
Corregedor-Geral da Justiça Federal

H. ANEXO



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Gabinete da Conciliação

Relatório de Gestão
Biênio 2020/2022



Apresentação e agradecimentos

Apresento, na oportunidade, o relatório de atividades referente à gestão do Gabinete da Conciliação no Biênio 2020-22.

No ensejo, quero externar meus sinceros agradecimentos a todos os magistrados, servidores, advogados públicos e privados, além dos representantes do Ministério Público Federal e Estadual, e da Defensoria envolvidos nos inúmeros projetos os projetos e ações desenvolvidos no período.

Apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, conseguimos manter e estimular os métodos consensuais de resolução de conflitos por meio de medidas inovadoras, entre as quais se destaca a Plataforma Interinstitucional de Autocomposição de Conflitos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (Plataforma Covid-19), cuja relevância foi atestada por todos os seus integrantes.

Sou muito grato pela experiência vivida ao longo desses dois anos e faço votos de que a próxima gestão seja bem sucedida em sua missão institucional de, por meio da autocomposição, incentivar e difundir soluções adequadas ao tratamento dos conflitos sociais, sobretudo no contexto atual.

Um abraço.

Cordialmente,

Des. Fed. Paulo Sérgio Domingues

**Coordenador do Gabinete da Conciliação e do Núcleo Núcleo Permanente de Soluções
Consensuais de Conflitos do TRF3**

Sumário

1- PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO -----	4
1.1 - Fundamentos e finalidade -----	4
1.2 – Estrutura -----	4
1.2.1 - Aspectos Gerais -----	4
1.2.2- GABCO -----	5
1.2.3 – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC -----	11
1.2.4- Centrais de Conciliação – CECONs -----	12
2- GESTÃO DE 2020-2022 -----	17
2.1- Introdução -----	17
2.2- Projetos e ações visando o cumprimento da Meta n. 3 do Poder Judiciário mediante o incremento do número de conciliações, a diversificação das práticas autocompositivas e a capacitação dos conciliadores -----	18
2.2.1 – Instalação da Central Regional de Conciliação – CERCON do MERCOSUL em Dourados (MS) -----	18
2.2.2- Aprimoramento dos fluxos da realização de audiências de conciliação e homologação de acordos extrajudiciais no PJE 1G -----	18
2.2.3 - Projeto "Sistema de Apoio à Conciliação" para a gestão dos dados de produtividade das Centrais de Conciliação -----	19
2.2.4 - Reuniões periódicas com os supervisores das Centrais de Conciliação -----	19
2.2.5 - Regulamentação do procedimento de cadastramento de instituições externas formadoras de conciliadores e mediadores -----	20
2.2.6 - Regulamentação da remuneração dos conciliadores e mediadores -----	20
2.2.7 - Regulamentação do procedimento de cadastramento de câmaras privadas de conciliação e mediação -----	20
2.2.8 - Projeto Oficial de Justiça Pacificador -----	21
2.3 – Ações e projetos visando ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus -----	21
2.3.1 – Plataforma Interinstitucional de Autocomposição de Conflitos Decorrentes da Pandemia de novo Coronavírus – “Plataforma Covid-19” -----	21
2.3.2 - Realização de audiências de conciliação virtuais pelas CECONs -----	24
2.3.3 - Cadastramento de conciliadores e mediadores para atuação em audiências virtuais ----	24
2.4 - Ações e projetos visando ao aprimoramento das relações interinstitucionais -----	24
2.4.1 - Plataforma Interinstitucional Virtual de Demandas Ambientais e Indígenas -----	24

2.4.2 - Expansão da Plataforma Covid-19 para abranger outros atores/conflitos além daqueles relacionados ao enfrentamento da pandemia, em especial ações relacionadas ao Direito à Saúde	25
2.4.3 - Acordo de cooperação com o NUPEMEC do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP	26
2.5 - Prêmios	26
2.5.1 – XI Prêmio Conciliar é Legal	26
2.5.2- Prêmio Inovação 2021 do Judiciário Exponencial (finalista)	27
3- SUGESTÕES PARA A PRÓXIMA GESTÃO	28
3.1 – Acordos em segunda instância	28
3.2 – Acordos em precatórios	28
3.3 – Plataforma de conciliação assíncrona	29
3.4 – Acordos com os poupadores da CEF sobre o pagamento dos “expurgos inflacionários”	30
3.4 – Justiça Restaurativa e acordos em matéria penal	30
3.5 – Formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores	31
3.6 – Remuneração dos conciliadores e mediadores	31
3.7 – Reestruturação das CECONS	32

1- PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

1.1 - Fundamentos e finalidade

O Programa de Conciliação e Mediação da Justiça Federal da 3ª Região está regulamentado pela Resolução n. 42/2016 da Presidência deste Tribunal, atualizada pelas Resoluções n. 202 e 203 de 2018, ambas da Presidência desta Corte.

As citadas resoluções da Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), por sua vez, fundam-se nas normas previstas no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República de 1988; nos artigos 3º, §§ 2º e 3º, e 334, ambos do Código de Processo Civil - CPC, que, respectivamente, recomendam a solução consensual do litígio e estabelece fase própria para tanto; na Resolução n. 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a redação dada pela Emenda n. 2/2016, e na Resolução n. 398/2016 do Conselho da Justiça Federal - CJF.

A finalidade do Programa de Conciliação e Mediação da Justiça Federal da 3ª Região é atender ao cidadão e promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e a pacificação social por meio da conciliação, da mediação e de outros métodos de solução consensual de conflitos, antes da instauração ou no curso do processo judicial, independentemente da natureza ou da forma de apresentação do conflito (artigo 1º da Resolução n. 42/2016 – PRES/TRF3).

Da exegese do artigo 1º, parágrafo único, e do artigo 2º, ambos da Resolução n. 125/2010 do CNJ, o desenvolvimento da política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos sustenta-se em quatro bases: i) acompanhamento estatístico; ii) estrutura; iii) formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores; iv) adequado atendimento ao cidadão.

1.2 - Estrutura

1.2.1 - Aspectos Gerais

No âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, a implementação e a coordenação do Programa de Conciliação e Mediação incumbe ao Gabinete da Conciliação (GABCO), cabendo sua execução, nas Seções e Subseções Judiciárias, às Centrais de Conciliação (CECONs), que funcionam como Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, nos termos previstos no artigo 8º Resolução n. 125/2010 do CNJ.

1.2.2- GABCO

Compete ao GABCO, com o auxílio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 3ª Região (NUPEMEC), desenvolver a política judiciária de atendimento ao cidadão e de tratamento adequado dos conflitos de interesses, mediante planejamento, gestão, execução, aprimoramento e controle do Programa de Mediação e Conciliação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região (artigo 3º da Resolução n. 42/2016 – PRES/TRF3).

O GABCO é coordenador por um(a) Desembargador(a) Federal e seu(sua) respectivo(a) substituto(a), os quais são escolhidos pelo Órgão Especial, para um mandato de dois anos, permitida a recondução; nas hipóteses de ausência, impedimento ou suspeição de ambos, a substituição se dará pelo integrante mais antigo, em exercício, no Conselho de Administração, excluídos o Presidente e o Vice-Presidente do TRF3 (artigo 2º, §1º, da Resolução n. 42/2016 – PRES/TRF3).

1.2.2.1 - Coordenadores atuais

Desembargador Federal PAULO SÉRGIO DOMINGUES, Coordenador Titular, e Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA, Coordenadora Substituta, ambos designados pelo Ato n. 9, de 11/03/2020, da Presidência desta Corte.

1.2.2.2 - Organograma

O Quadro de Vagas e Funções Comissionadas do Gabinete da Conciliação é composto por 7 vagas de cargos efetivos e 15 cargos em comissão/funções comissionadas, assim distribuídos:

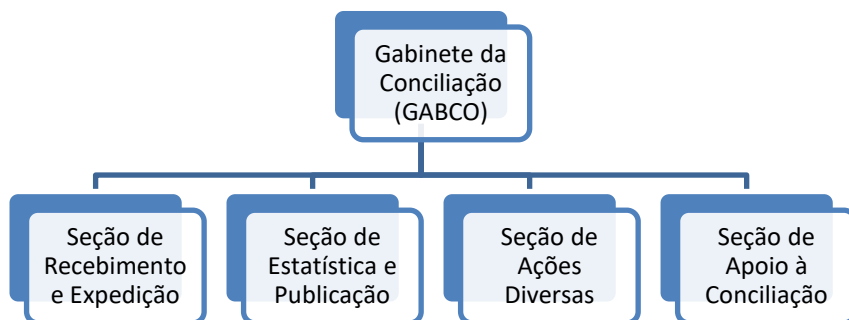
Quadro CJ/FC	Quant.	Ocup.	Quadro de Vagas	Quant.	Ocup.
Assessor – CJ3	1	1	Analista Judiciário-Área Judic.	2	2
Chefe de Gabinete – CJ2	1	1	Técnico Judiciário-Área Adm.	5	5
Supervisor – FC5	4	4	Total	7	7
Assistente I - FC-4	2	2			
Assistente Técnico - FC3	3	3			
Assistente II - FC3	4	3			
Total	15	15			

O quadro seguinte ilustra a atual força de trabalho do Gabinete da Conciliação:

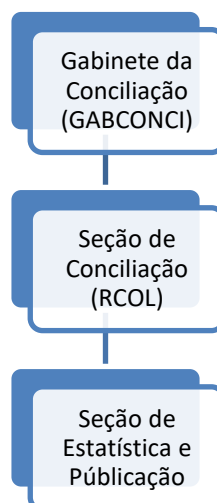
QUADRO DE SERVIDORES DO GABCO			
Cargo	Servidor	CJ/FC	Observações
Analista Judiciário	Sérgio Luiz de Matteo	CJ3	
	José Cássio Barbosa Ferraz	FC5	
	Fernando Boris Brandão	FC5	
	Patrícia Helena Cavalcanti Ferreira Fernandes	FC4	
	Chantal Araújo Cuoco	FC3	
	Paulo Rodrigues Pereira	FC3	
	Alberto Carlos de Saboia e Silva Filho	FC3	Prestador de Serviço
	Ednaldo Alves da Silva		
Técnico Judiciário	Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito	CJ2	
	Rita Mauriz Rastoldo	FC5	
	Maurício Koiti Sato	FC5	
	Rui Yuji Matsuzawa	FC3	
	Maria de Fátima Natalina Gomes	FC3	
	João Ubiratan Ribeiro Alves	FC3	Prestador de Serviço
	Marcos Bastos dos Santos		
Analista Judiciário Apoio Especializado Contadoria	Anna Mizoe	FC4	Requisitada da Seção Judiciária/SP ²
Vagas do Quadro = 7 Vagas Emprestadas/SEGE = 6 Prestadores de Serviços = 2 Requisitado = 1 Estagiários = não há Força de Trabalho = 16			

² Redistribuição pendente da servidora Anna Mizoe, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Especializada, Especialidade Contadoria, do quadro de pessoal da SJSP (vide SEI n. 0010883-47.2017.403.8000 - sobrestado).

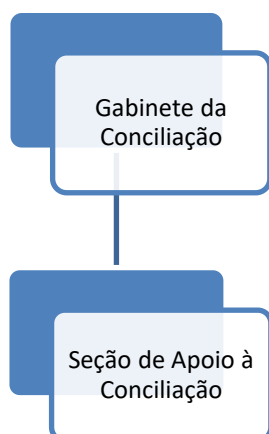
i. Estrutura atual formal (a): eGP



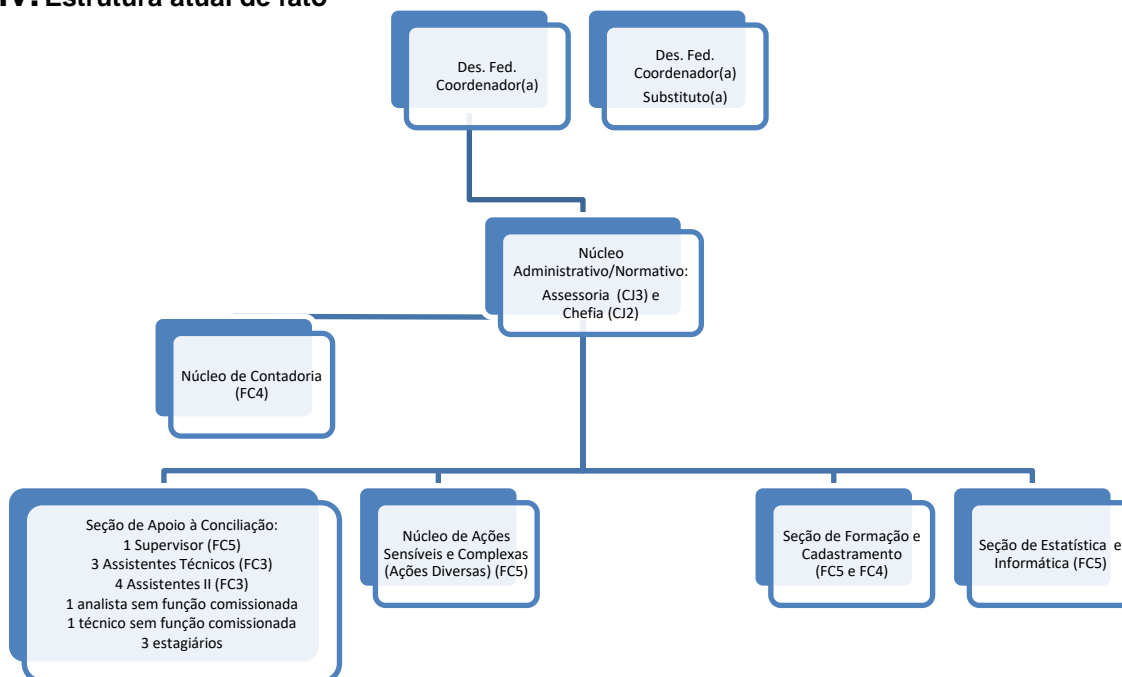
ii. Estrutura atual formal (b): SIAPRO / GEDPRO



iii. Estrutura atual formal (c): PJE



IV. Estrutura atual de fato



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

NÚCLEO ADMINISTRATIVO / NORMATIVO: Administração e gerenciamento das atividades do Gabinete e das Centrais de Conciliação (CECONs) em relação aos seguintes aspectos:

- 1) Apoio aos Juízes Coordenadores e Coordenadores-Adjuntos;
- 2) Auxílio aos Supervisores das CECONs: acompanhamento / orientação / alinhamento de projetos e disciplina administrativa;
- 3) Controle das férias dos magistrados das CECONs, com vistas à substituição nos períodos de férias e/ou afastamentos;
- 4) Controle e análise de processos recebidos pelo sistema SEI (ambientes GABCONCI e NUPEMEC), mediante elaboração de minutas de documentos e outras medidas necessárias à atuação do(a) Desembargador(a) Coordenador(a);
- 5) Minutas de ofícios aos Juízes Federais, Diretores dos Foros das Seccionais de SP e MS, Desembargadores Federais, Presidência e órgãos superiores;

- 6) Elaboração de Relatórios Gerenciais, Acompanhamento das Metas Estratégicas do Judiciário, Prestação de Contas, entre outros;
- 7) Informação e acompanhamento dos processos de acordos de cooperação com os vários entes até a finalização da assinatura dos termos;
- 8) Acompanhamento dos fóruns e palestras em que participam o (a) Desembargador(a) Coordenador(a) e/ou Juízes (Juízas) das CECONs, comunicando o afastamento e solicitação de diárias e passagens à Presidência, reserva de hotel, e demais necessidades administrativas para realização dos eventos;
- 9) Fiscalização da utilização dos recursos materiais do Gabinete da Conciliação (patrimônio, vagas de garagem e telefonia);
- 10) Elaboração dos fluxos dos processos de trabalho (Bizagi) e distribuição dos riscos da gestão;
- 11) Supervisão e acompanhamento dos demais setores do Gabinete da Conciliação.

SEÇÃO DE FORMAÇÃO E CADASTRAMENTO DE CONCILIADORES E MEDIADORES:

- 1) Promoção periódica de cursos de capacitação e atualização de Conciliadores e Mediadores da 3ª Região, bem como dos prepostos dos vários entes que tem se utilizado das CECONs;
- 2) Cadastramento dos conciliadores e mediadores e instrutores habilitados a exercerem suas funções no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região no âmbito deste Tribunal e do CNJ;
- 3) Cadastramento de instituições formadoras de mediadores judiciais (em implantação);
- 4) Orientações às CECONs quanto à atuação dos conciliadores e mediadores judiciais;
- 5) Acompanhamento do estágio e certificação, para fins de revalidação, dos instrutores de mediadores e conciliadores da Justiça Federal da 3ª Região;
- 6) Acompanhamento dos processos de acordos de cooperação relacionados à formação de conciliadores e mediadores e ao intercâmbio de conciliadores e mediadores em período de estágio com outras instituições;

SEÇÃO DE APOIO À CONCILIAÇÃO:

- 1) Gerenciamento e processamento de feitos de 1º grau (audiências na CECON/SP e Interior) e 2º Grau (acervo dos Gabinetes do TRF3/ Vice-Presidência) submetidos à Conciliação;

- 2) Atendimento ao público em geral (advogados e jurisdicionados);
- 3) Execução de ações relacionadas à cidadania;
- 4) Realização de audiências de conciliação e mediação em feitos de competência do Tribunal.

NÚCLEO DE AÇÕES SENSÍVEIS E COMPLEXAS:

- 1) Gerenciamento dos processos recebidos para designação de Mediador/Conciliador;
- 2) Desenho de conciliação e audiências, referente a processos de processos de 1º e 2º Grau e referentes às Plataformas Interinstitucionais sobre a “Covid-19” e sobre Demandas Ambientais e Indígenas (Resolução n. 42/2016, n. 349/20 e n. 424/21 – todas da PRES/TRF3);
- 3) Acompanhamento e registro das tratativas nos sistemas processuais;
- 4) Interlocução com o magistrado designado conciliador, partes, Ministério Público Federal e AGU nas questões relacionadas aos processos que gerencia;
- 5) Apoio e acompanhamento das tratativas nos processos de 2º Grau encaminhados às Centrais de Conciliação;
- 6) Informação ao Juiz Natural do processo (se o caso) sobre o andamento das tratativas e o resultado final;
- 7) Reserva de espaço e agendamento das audiências, bem como a comunicação das partes;
- 8) Atendimento às partes e advogados.

CONTADORIA:

- 1) Elaboração de cálculos de proposta de acordo das CECONS de São Paulo/Capital, do interior e Varas da Capital de São Paulo;
- 2) Atuação específica em todas as audiências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como conciliadora e no apoio à explicação dos cálculos, quando demandada;
- 3) Auxílio permanente ao Gabinete, visando à preparação de cálculos em conformidade com as propostas apresentadas para possível acordo ou liquidação dos acordos já homologados.

ESTATÍSTICA e INFORMÁTICA:

- 1) Compilação e atualização dos dados estatísticos mediante a elaboração de planilhas e análises percentuais das atividades das CECONS e do Gabinete da Conciliação;

- 2) Atendimento ao Callcenter e orientações de sistemas operacionais do 2º e 1º Graus (SISJEF / SIAPRIWEB / GEDPRO / PJE);
- 3) Compilação e encaminhamento diário ao portal do CNJ dos dados estatísticos, durante a Semana Nacional de Conciliação (SNC);
- 4) Controle e supervisão de todos os registros da página do GABCO na internet, com a atualização, inclusive, dos dados relativos aos conciliadores ativos e aos magistrados e supervisores que atuam nas CECONS;
- 5) Mapeamento das pesquisas de satisfação das atividades das CECONS e controle dos respectivos dados;
- 6) Instrução dos processos relativos à promoção e remoção de juízes (as) federais mediante o fornecimento do número de audiências de conciliação e acordos homologados pelos(as) respectivos(as) magistrado(as);
- 7) Cadastramento dos atos normativos (portarias de nomeação de conciliadores, elogios e editais) expedidos por este Gabinete no Sistema Base Textual - Atos Normativos.

1.2.3 – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC

Constituído com o propósito de adequar a estrutura do GABCO à Resolução n. 125/2010 do CNJ, a qual prevê que o órgão responsável pela política judiciária de atendimento ao cidadão e de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito dos Tribunais deve ser colegiado, o NUPEMEC foi instituído pela Resolução n. 202, de 30/07/2018, da Presidência deste Tribunal, na forma de um colegiado composto por magistrados da ativa ou aposentados e por servidores nomeados pela Presidência do Tribunal, para mandato de 2 (dois) anos, cuja coordenação compete ao(à) Desembargador(a) Federal Coordenador(a) do GABCO (art. 2º, § 2º, da Resolução n. 42/2016 - PRES/TRF3).

Nos termos da norma que o instituiu, o NUPEMEC se reunirá semestralmente ou extraordinariamente, mediante convocação de qualquer de seus membros, e tem como principais atribuições: i) auxiliar o GABCO no desenvolvimento da política judiciária de atendimento ao cidadão e de tratamento adequado dos conflitos de interesses, mediante planejamento, gestão, execução, aprimoramento e controle do Programa de Mediação e Conciliação da Justiça Federal no âmbito da Justiça Federal da 3.ª Região; e ii) a formação, o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos conciliadores e mediadores com o apoio da EMAG, bem como o reconhecimento de instituições ou escolas interessadas em oferecer cursos de formação,

observados os requisitos da Resolução ENFAM n. 6/2016 (artigos 3º e 11 da Resolução n. 42/2016 - PRES/TRF3).

O funcionamento do NUPEMEC é disciplinado por um Regimento Interno aprovado na reunião inaugural do núcleo, realizada em 30/11/2018, pela unanimidade de seus membros.

A atual composição do NUPEMEC, em conformidade com a Portaria n. 1.942, de 2/6/2020, parcialmente alterada pela Portaria n. 2.376, de 27/9/2021, ambas da Presidência deste Tribunal, é a seguinte:

NOME / CARGO	SETOR
1 Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues	Coordenador do NUPEMEC e do GABCO
2 Desembargadora Federal Leila Paiva Morrison	Desembargadora Federal na 3ª Seção
3 Desembargadora Federal aposentada Vera Jucovsky	Desembargadora Federal aposentada
4 Juiz Federal Bruno Takahashi	Coordenador da CECON de São Paulo
5 Juíza Federal Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri	Juíza Federal da 2ª Vara Previdenciária de São Paulo
6 Juíza Federal Marisa Claudia Gonçalves Cucio	Juíza Federal da 12ª Vara Cível de São Paulo, atualmente em Auxílio na CORE
7 Juiz Federal Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Júnior	Coordenador-Adjunto da CECON de São Paulo
8 Juíza Federal Katia Herminia Martins Lazarano Roncada	Juíza Federal Coordenadora do Centro de Justiça Restaurativa – CEJURE da Justiça Federal de São Paulo
9 Juiz Federal Raul Mariano Junior	Coordenador da CECON Campinas
10 Juíza Federal Renata Andrade Lotufo	Juíza Federal da 4ª Vara Criminal de São Paulo
11 Juiz Federal Fernando Nardon Nielsen	Juíza Federal da 1ª Vara-Gabinete de Dourados
12 Juíza Federal Substituta Juliana Montenegro Calado	Juíza Federal da 10ª Vara Previdenciária de São Paulo
13 Juíza Federal Substituta Renata Coelho Padilha	Juíza Federal da 9ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo
14 Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito	Chefe de Gabinete do GABCO
15 Sérgio Luiz de Matteo	Assessor do GABCO

1.2.4- Centrais de Conciliação – CECONS

Às CECONS, juntamente com o Gabinete da Conciliação, compete a execução do Programa de Conciliação e Mediação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, devendo, neste mister, seguir as diretrizes, normas, procedimentos, orientações e sistemas estabelecidos pelo GABCO (artigo 7º da Resolução n. 42/2016).

No domínio da Justiça Federal da 3ª Região, as Centrais de Conciliação (CECONS) exercem as funções de Centros de Judiciários de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), nomenclatura que é utilizada pela Resolução n. 125/2010 do CNJ a qual prevê que cada CEJUSC (CECON) deverá obrigatoriamente contar com setores de solução de conflitos pré-processual, de solução de conflitos processual e de cidadania, e também que os Tribunais

Regionais Federais deverão assegurar que nos referidos centros atuem ao menos 1 (um) servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para a triagem e encaminhamento adequado de casos.

Apesar de tecnicamente subordinadas ao GABCO e de terem sido equiparadas a unidades judiciárias com o advento da Resolução n. 282, de 29/3/2019, do CNJ, as CECONs são órgãos que integram a estrutura Administrativa dos Fóruns Federais e são gerenciadas por dois(duas) magistrados(as) – um(a) coordenador(a) e um(a) coordenador(a)-adjunto(a) - designados pela Presidência deste Tribunal, dentre os magistrados integrantes da respectiva Subseção Judiciária, após indicação do(a) Desembargador(a) Coordenador(a) do Gabinete da Conciliação.

Com exceções das CECONs de São Paulo/Capital e de Campinas, que possuem estrutura diferenciada, contando com mais de um servidor e mais de uma função comissionada, bem como da CECON de Registro, instituída na modalidade Adjunta, isto é, sem estrutura própria, todas as demais CECONs são ordinariamente compostas por apenas um(a) supervisor(a), servidor(a) de carreira nomeado(a) pelo(a) Juiz (Juíza) Coordenador(a), titular de uma função comissionada (FC5), e que deve se dedicar exclusivamente à CECON.

Na atualidade, existem, no total, 34 (trinta e quatro) CECONs e 1 (uma) Central Regional de Conciliação (CERCON) instaladas nas Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. No Estado de São Paulo, as centrais estão localizadas nas Subseções Judiciárias de São Paulo, Americana, Araçatuba, Araraquara, Barueri, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Itapeva, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Pudente, Registro, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba, Taubaté. No Estado de Mato Grosso do Sul, há uma CECON na Subseção Judiciária de Campo Grande e uma CERCON sediada em Dourados, a qual também abrange as Subseções de Naviraí e Ponta Porã.

Nos termos do artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Resolução n. 125/2010 do CNJ, é obrigatória a implantação de CEJUSC (CECON) onde exista um Juízo, Juizado, Vara ou Subseção, salvo se localidade já for atendida por centro regional ou itinerante. Por sua vez, em conformidade com o artigo 4º da Resolução n. 42/2016 - PRES/TRF3, a instalação, localização e efetiva implantação de CECON, em sede de Subseção Judiciária, decorrem de ato do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, com base em estudo apresentado pela respectiva Diretoria do Foro e manifestação do(a) Desembargador(a) Coordenador(a) do GABCO, observadas as normas regulamentadoras expedidas pelo CNJ e pelo CJF.

O quadro abaixo elenca os(as) atuais magistrados(as) coordenadores(as) e adjuntos(as) das 34 CECONS e 1 CERCON implantadas no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região:

CECON/ CERCON	JUIZ (A)	COORD/ ADJUNTO
Americana	Phelipe Vicente de Paula Cardoso	Coordenador
	Luiz Antônio Moreira Porto	Adjunto
Araçatuba	Emerson José do Couto	Coordenador
	Luciano Silva	Adjunto
Araraquara	Marcio Cristiano Ebert	Coordenador
	Vera Cecília de Arantes Fernandes Costa	Adjunto
Barueri	Marilaine Almeida Santos	Coordenador
	Débora Cristina Thum	Adjunto
Bauru	Claudio Roberto Canata	Coordenador
	Maria Catarina de Souza Martins Fazzio	Adjunto
Botucatu	Mauro Salles Ferreira Leite	Coordenador
	Ronald Guido Junior	Adjunto
Bragança Paulista	Ronald de Carvalho Filho	Coordenador
	Fernando Henrique Corrêa Custodio	Adjunto
Campinas	Raul Mariano Junior	Coordenador
	Valter Antoniassi Maccarone	Adjunto
Franca	Fábio de Oliveira Barros	Coordenador
	Thales Braghini Leão	Adjunto
Guaratinguetá	Tatiana Cardoso de Freitas	Coordenador
	Matheus Rodrigues Marques	Adjunto
Guarulhos	Paulo Marcos Rodrigues de Almeida	Coordenador
	Ana Emilia Rodrigues Aires	Adjunto
Itapeva	Edevaldo de Medeiros	Coordenador
		Adjunto
Jundiaí	Marília Rechi Gomes de Aguiar Leonel Ferreira	Coordenador
	José Tarcisio Januario	Adjunto
Limeira	Guilherme Andrade Lucci	Coordenador

CECON/ CERCON	JUIZ (A)	COORD/ ADJUNTO
	Carla Cristina de Oliveira Meira	Adjunto
Marília	Fernando David Fonseca Gonçalves	Coordenador
	Ana Claudia Manikowski Annes	Adjunto
Mauá	Jorge Alexandre de Souza	Coordenador
	Eliane Mitsuko Sato	Adjunto
Mogi das Cruzes	Ana Cláudia Caurel de Alencar	Coordenador
	Paulo Leandro Silva	Adjunto
Osasco	Adriana Freisleben de Zanetti	Coordenador
	Adriana Delboni Taricco	Adjunto
Ourinhos	Mauro Spalding	Coordenador
	Carolina Castro Costa Viegas	Adjunto
Piracicaba	Daniela Paulovich de Lima	Coordenador
	Rosana Campos Pagando	Adjunto
Presidente Prudente	Luciano Tertuliano da Silva	Coordenador
	Newton José Falcão	Adjunto
Registro	João Batista Machado	Coordenador
	Gabriel Hillen Albernaz Andrade	Adjunto
Ribeirão Preto	Paulo Ricardo Arena Filho	Coordenador
	Gilson Pessotti	Adjunto
Santo André	Valéria Cabas Franco	Coordenador
	Pablo Rodrigo Diaz Nunes	Adjunto
Santos	Mateus Castelo Branco Firmino da Silva	Coordenador
	Alessandra Nuyens Aguiar Aranha	Adjunto
São Bernardo do Campo	Carlos Alberto Loverra	Coordenador
	Ana Lúcia Iucker Meirelles de Oliveira	Adjunto
São Carlos	Alexandre Carneiro Lima	Coordenador
	Bruno Valentim Barbosa	Adjunto
São José do Rio Preto	Paulo Rui Kumagai de Aguiar Pupo	Coordenador
	Thiago da Silva Motta	Adjunto
São José dos Campos	Edgar Francisco Abadie Júnior	Coordenador

CECON/ CERCON	JUIZ (A)	COORD/ ADJUNTO
	Silvia Melo da Matta	Adjunto
São Paulo-Capital/SP	Bruno Takahashi	Coordenador
	Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Junior	Adjunto
São Vicente	Lidiane Maria Oliva Cardoso	Coordenador
	Juliana Blanco Wojtowicz	Adjunto
Sorocaba	Sidmar Dias Martins	Coordenador
	Sylvia Marlene de Castro Figueiredo	Adjunto
Taubaté	Carla Cristina Fonseca Jório	Coordenador
	Márcio Satalino Mesquita	Adjunto
Campo Grande/MS	Yuri Guerzé Teixeira	Coordenador
	Diogo Ricardo Goes Oliveira	Adjunto
Dourados/MS	Dinamene Nascimento Nunes	Coordenador
	Fernando Nardon Nielsen	Adjunto
Total: 35		

2- GESTÃO DE 2020-2022

2.1- Introdução

A atual gestão do GABCO iniciou-se em março de 11/3/2020, poucos dias antes da adoção das medidas de distanciamento social em razão da pandemia do novo coronavírus.

A pandemia de Covid-19 trouxe consigo inúmeros problemas de ordem socioeconômica e sanitária, exigindo a articulação do Judiciário com os entes públicos e privados para responder com celeridade às questões apresentadas e buscar soluções efetivas para o enfrentamento à doença e mitigação dos seus efeitos.

As limitações impostas pelo distanciamento social, necessário para o combate da pandemia, fizeram com que os órgãos do Poder Judiciário adotassem medidas para impedir ou restringir ao máximo a prática de atos que demandassem a presença dos atores do processo. Nesse sentido, o CNJ editou as Resoluções n. 313 e n. 314, pelas quais determinou a suspensão do atendimento presencial a partes e advogados e estabeleceu a vedação da prática de audiências presenciais, facultando sua realização por meio virtual, quando todos os envolvidos tivessem acesso aos meios necessários.

O comprometimento do Judiciário com a conciliação e sua necessária atuação como agente transformador da lógica da litigância impuseram buscas efetivas entre o "possível" e o "desejável" tanto para a garantia da realização das audiências de conciliação, sem prejudicar o distanciamento social, quanto para assegurar o tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses decorrente da pandemia que ocorreram em larga e crescente escala na sociedade brasileira, a partir do ano de 2020.

Nesse cenário, a atuação do GABCO no Biênio 2020-22 pautou-se por três frentes, a saber: i) cumprimento da Meta Nacional n. 3 do Poder Judiciário, consistente em iniciativas e projetos tendentes: a) à racionalização e diversificação dos procedimentos e meios de autocomposição; b) à capacitação dos conciliadores e mediadores; ii) enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e a mitigação dos seus efeitos por meio de medidas que: a) garantissem o atendimento do jurisdicionados e ao acesso aos serviços da Justiça a despeito do distanciamento social, e b) auxiliassem na definição das políticas públicas, sobretudo de cunho sanitário e de assistencial, e assegurassem a efetividade das políticas públicas implantadas; iii) aprimoramento das relações interinstitucionais, aproveitando-se da facilidade que a virtualização dos trabalhos imposta pela pandemia trouxe para organização de reuniões e audiências, com

vistas a prevenção de litígios, principalmente em temas envolvendo demandas repetitivas ou que englobassem a esfera de atuação de várias entes públicos e de solução complexa.

O relatório enfatiza os principais acontecimentos da gestão no Biênio 2020-22, relativos aos projetos e às ações executadas, tendo em conta as três frentes de atuação acima mencionadas e os respectivos resultados.

2.2- Projetos e ações visando o cumprimento da Meta n. 3 do Poder Judiciário mediante o incremento do número de conciliações, a diversificação das práticas autocompositivas e a capacitação dos conciliadores

2.2.1 – Instalação da Central Regional de Conciliação – CERCON do MERCOSUL em Dourados (MS)

Representou mais um passo no sentido do cumprimento do art. 8º, § 4º, da Resolução n. 125/2010 do CNJ pelo TRF3, incrementando a prestação jurisdicional no Estado do Mato Grosso do Sul e viabilizando o uso das técnicas de conciliação e mediação nas Subseções Judiciárias de Ponta Porã, Dourados e Naviraí.

Desde sua instalação até janeiro de 2022, a CERCON do Mercosul realizou cerca de 225 audiências de conciliação, as quais resultaram 104 acordos homologados no valor total de R\$ 835.104,67.

A respeito, vide: Resolução CJF3R n. 52, de 26/5/2020 ([5788228](#)), Ofício n. 32/2020 - GABCONCI ([5837347](#)) e Expedientes SEI n. [0026781-95.2020.4.03.8000](#) e n. [0001412-93.2020.4.03.8002](#)).

2.2.2- Aprimoramento dos fluxos da realização de audiências de conciliação e homologação de acordos extrajudiciais no PJE 1G

Com o auxílio da Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação – AGES e tendo em vista as contingências decorrentes da pandemia do novo coronavírus, foram efetuados ajustes no fluxo das Reclamações Pré-Processuais (RPPs) no PJE 1G, de modo que, a partir de 15/7/2020, nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, quem teve os pagamentos negados e entender que permanece com direito ao recebimento do auxílio, pode cadastrar reclamação perante o GABCO, por meio do link <<https://web3.trf3.jus.br/peticoesjef/conciliacoes>>, desde que não tivesse ajuizado uma ação no Juizado Especial Federal (JEF).

Apesar de que já fosse possível a instauração de RPP, essa possibilidade só estava disponível aos entes públicos, não ao público em geral, que tinha de cadastrar suas reclamações por e-mail.

Com a redefinição do fluxo para RPPs no PJe 1G, até janeiro de 2022, 539 jurisdicionados puderam exercer seus direitos de cidadãos, reivindicando parcelas do auxílio emergencial por meio remoto e sem a necessidade de contratar advogados.

Diante da experiência bem-sucedida com as demandas de auxílio emergencial, a partir de 9/9/2021, como resultado de tratativas entabuladas com a Procuradoria Regional da União da 3ª Região (PRU-3 Região), o fluxo passou a atender RPPs versando sobre seguro-desemprego. Até janeiro de 2022, haviam sido instauradas 765 RPPs, as quais resultaram em 326 acordos homologados (72,76% das RPPs processadas até o momento), no valor total de R\$ 2.212.561,71.

2.2.3 - Projeto "Sistema de Apoio à Conciliação" para a gestão dos dados de produtividade das Centrais de Conciliação

O Projeto, que teve início no ano de 2020, está sendo desenvolvido em parceria com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NUIT) da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo.

No ano de 2020, a execução das medidas concernentes ao projeto: i) agilizou a recepção e a consolidação dos dados estatísticos das Centrais de Conciliação referentes a XV Semana Nacional de Conciliação, possibilitando que os dados estatísticos desse período, objeto de atenção especial pelo CNJ, fossem acessados e atualizados em tempo real dos dados pelos interessados; ii) ensejou a criação de um banco de dados para o armazenamento das informações atinentes ao Gabinete da Conciliação. A Assessoria de Desenvolvimento Estratégico (ADEG) do TRF3 utilizou o banco de dados para disponibilizar as estatísticas da conciliação na internet, por meio do Power BI, e atender à Metal Nacional n. 9 do Poder Judiciário.

A partir de 2021, com a instauração do Expediente SEI [0307729-06.2021.4.03.8000](#) e das medidas empreendidas com a ADEG para a adequação aos termos estabelecidos pelo CNJ, o objetivo do projeto passou a ser o desenvolvimento de ferramenta em Microsoft Power BI, que gere relatórios gerenciais e estatísticas envolvendo o Programa de Conciliação e Mediação da Justiça Federal 3ª Região.

A previsão é que a ferramenta esteja disponível até 1/4/2022. Inicialmente, irá possibilitar a confecção de relatórios de produtividade do ano de 2017, uma vez que os dados de algumas Centrais de Conciliação, referentes aos anos de 2018 a 2021, estão em consolidação.

A respeito, vide Expediente SEI [0017012-60.2020.4.03.8001](#).

2.2.4 - Reuniões periódicas com os supervisores das Centrais de Conciliação

A partir do 3º trimestre de 2021, com o intuito de melhorar o fluxo de comunicação do Gabinete com as Centrais de Conciliação, passaram a ser organizadas reuniões quinzenais com os supervisores das Centrais, por meio do MS Teams.

Até o presente, foram realizadas 8 reuniões.

Essa ação tem se mostrado profícua, na medida em que tem propiciado um diagnóstico mais preciso da realidade das Centrais e das respectivas dificuldades, virtudes e deficiências. Figura-se como uma importante ferramenta de planejamento e gestão estratégica, notadamente pela facilitação do diálogo intrainstitucional e pela troca de boas práticas e experiências voltadas à solução de problemas comuns e à racionalização das rotinas e fluxos de trabalho.

2.2.5 - Regulamentação do procedimento de cadastramento de instituições externas formadoras de conciliadores e mediadores

A adequada formação e treinamento de servidores conciliadores e mediadores é um dos pilares da política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos.

Em setembro de 2021, visando suprir a demanda, sobretudo das CECONs do interior dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, por meio do Expediente SEI [0306438-68.2021.4.03.8000](#), o NUPEMEC encaminhou para a Presidência dessa Corte a minuta (doc. [8071447](#)) da proposta de alteração da Resolução PRES/TRF3 n. 42/2016. O objetivo foi a regulamentação do procedimento de credenciamento de instituições formadoras de conciliadores e mediadores judiciais.

Atualmente aguarda-se análise da ADEG.

2.2.6 - Regulamentação da remuneração dos conciliadores e mediadores

Acerca da regulamentação da Resolução n. 271/18, do CNJ, que trata das diretrizes para a remuneração dos conciliadores e mediadores, em 14/5/21, foi instituído pelo CJF o grupo de trabalho integrado pelos coordenadores dos núcleos de conciliação e mediação nos TRFs das cinco regiões.

No dia 2/12/21, a Coordenação do GABCO manifestou-se em relação à minuta de resolução elaborada pelo TRF1 sobre proposta de regulamentação do assunto.

Aguarda-se nova reunião, a ser agendada pelo CJF, para deliberação ~~acerca~~ das manifestações e propostas apresentadas pelos TRFs sobre a questão.

O Expediente SEI [0058039-94.2018.4.03.8000](#) trata do tema de modo mais detalhado.

2.2.7 - Regulamentação do procedimento de cadastramento de câmaras privadas de conciliação e mediação

O CPC, em seu art. 168, dispõe que “As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a **câmara privada de conciliação e de mediação**” (grifado), como concretização do princípio constitucional do amplo acesso à Justiça.

Visando à regulamentação do dispositivo no âmbito da ainda pouco interiorizada na Justiça Federal, em setembro de 2021, por meio do Expediente SEI [0306438-68.2021.4.03.8000](#), o NUPMEC encaminhou para a Presidência dessa Corte a minuta (doc. [8071447](#)) da proposta de alteração da Resolução PRES/TRF3 n. 42/2016. A finalidade é regulamentar o procedimento de cadastramento de câmaras privadas de conciliação e mediação.

A proposta está sendo tratada juntamente com a regulamentação do cadastramento de instituições externas formadoras de conciliadores e mediadores (vide item 2.2.5 supra).

Atualmente aguarda-se análise da ADEG.

2.2.8 - Projeto Oficial de Justiça Pacificador

O Projeto foi trazido ao conhecimento do NUPMEC por iniciativa da magistrada Renata Andrade Lotufo e da oficiala de justiça Vanessa Morceli dos Anjos de Marchi, e é inspirado em boa prática do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC) no sentido de estimular a autocomposição pelos oficiais de justiça, conforme previsto no CPC.

De acordo com o art. 154, IV, do CPC, ao Oficial de Justiça caberá certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.

Denota-se, pois, que o dispositivo traz nova atribuição para o oficial de justiça, a qual se amolda ao modelo de processo que se quer estabelecer, de nítido estímulo à autocomposição (art. 3º do CPC).

Atualmente, o Projeto está em fase prototipação pelo Laboratório de Inovação da Justiça Federal de 1. Grau de SP, o qual tem promovido reuniões para construção das ideias e elaboração de plano final de ação, com a participação de integrantes dos conselhos de fiscalização profissional, servidores e magistrados.

Para outras informações, consultar o Expediente SEI [0268708-23.2021.4.03.8000](#).

2.3 – Ações e projetos visando ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus

2.3.1 – Plataforma Interinstitucional de Autocomposição de Conflitos Decorrentes da Pandemia de novo Coronavírus – “Plataforma Covid-19”

Instalada e gerenciada em conjunto com a Presidência e a Corregedoria, a Plataforma Interinstitucional de Autocomposição de Conflitos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus foi instituída pela Resolução PRES/TRF3 n. 349, de 12/5/2020 (doc. SEI [5752017](#)).

Trata-se de uma ferramenta que promove a interlocução entre cidadãos, o Poder Judiciário, os órgãos e as entidades públicas, servindo como meio para a obtenção de acordos que se revelem mais adequados à natureza das políticas públicas sanitárias, além de tratar de casos que envolvam medidas de contenção à expansão da Covid-19.

A plataforma é integrada por representantes do TRF3, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Governo do Estado de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo, do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública da União (DPU), da Advocacia Geral da União (AGU) e da Caixa Econômica Federal, entre outras instituições.

A ferramenta recebe, remotamente, as solicitações e as encaminha para os entes envolvidos, operando como um espaço de diálogo e articulação entre o cidadão e o poder público.

Entre abril 2020 e janeiro de 2022, foram respondidas pela AGU, no ambiente virtual da Plataforma, 10.902 demandas. Deste total, 5.580 tiveram um final positivo para o autor do pedido; 3.298 foram indeferidos e 2.024 solicitações retornaram ao Juizado Especial Federal, sem a análise da AGU.

A maior parte dos pedidos analisados estava relacionado ao indeferimento da concessão do auxílio emergencial na esfera administrativa. Sobre esse tema, além das mais de 10.000 demandas analisadas pela AGU, outras 17.949 demandas foram resolvidas administrativamente a partir da simples reanálise dos pedidos pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), em razão da interlocução havida entre esse ente e a Plataforma.

Com efeito, segundo o fluxo estabelecido com a DATAPREV, por intermédio da Plataforma, os dados dos autores de demandas judiciais impugnando o indeferimento administrativo do auxílio emergencial eram remetidos à empresa de tecnologia para que o requerimento administrativo fosse objeto de nova análise, a partir de dados mais atualizados.

Além das demandas sobre auxílio emergencial, a Plataforma também foi utilizada na tentativa de composição de litígios acerca do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Financiamento Estudantil (FIES), Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e em Ações Civis Públicas.

No que diz respeito à saúde pública, a Plataforma, no âmbito da Reclamação Pré-Processual (RPP) n. 5016006-10.2020.4.03.6100, viabilizou a habilitação, pela União Federal, de 27 leitos de UTI na região de Franca/SP, para a internação e o tratamento de adultos com casos de Covid-19. A demanda originou-se de reclamação pré-processual do MPF, MPSP e DPE visando atender à solicitação da Santa Casa de Franca, cuja ocupação de leitos de UTI-SUS estava acima de 80%, mantendo a região na fase vermelha, a mais grave. A localidade possuía o menor número de leitos para pacientes de coronavírus por 100 mil habitantes no Estado.

Outro caso emblemático resolvido refere-se à demanda veiculada pelo MPF, por intermédio da RPP n. 5020995-59.2020.4.03.6100, com a participação de representantes da DPU e de várias entidades da sociedade civil. A reclamação culminou em acordo com o Município de São Paulo, visando a implementação da política de fornecimento de merenda escolar durante o período de enfrentamento da epidemia da COVID-19.

Também por meio de tratativas entabuladas no âmbito da Plataforma, foi celebrado o Termo Aditivo ao Convênio 01.007.10.2020 entre a CEF e o TRF3. O objetivo foi conceder crédito consignado em folha de pagamento, com prazo de carência diferenciado, em decorrência da pandemia da Covid-19 (vide, a respeito, a RPP 5016569-04.2020.4.03.6100).

Ainda sobre saúde pública, atualmente, está em curso na Plataforma a RPP 5002083-77.2021.4.03.6100, instaurada a pedido do MPF com a finalidade de obter subsídios para que o atingimento da cobertura vacinal seja obtido no menor tempo possível. Essa RPP deu ensejo a instauração de outras conexas, que têm por objeto a vacinação de grupos em situação de vulnerabilidade, a saber, comunidades quilombolas (RPP 5006871-37.2021.4.03.6100), caiçaras (RPP 5005966-32.2021.4.03.6100), moradores de rua (RPP 5006015-73.2021.4.03.6100) e presos (RPP 5016069-98.2021.4.03.6100).

Ainda, entre as demandas que tramitaram na Plataforma, estão 339 pré-processuais, formalizadas diretamente ao GABCO, antes do início da ação judicial. Destes pedidos, 191 foram finalizados em acordo entre partes e resultaram na implantação do auxílio emergencial.

Os dados sobre as realizações da Plataforma estão disponibilizados no site do TRF3, por meio do Painel Covid-19, disponível no endereço: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDc2MGQwMjktOTA4MC00NjY3LTk3YjQtNjA0MGlxO>

[DA4OWQyIiwidCI6ljExMjBIOWFjLTRmMGUtdNDkxOS1hZDY4LTU4ZTU5YzlwNDZjZiJ9>](#). No Painel, criado por meio do programa Microsoft Power Business Intelligence (BI), é possível navegar entre dados de conciliação, julgamentos, movimentação processual e auxílio-emergencial.

As informações da plataforma interinstitucional podem ainda ser filtradas por processuais e pré-processuais e serem agrupadas por assunto ou resultado.

Trata-se de uma prática que visa não somente ao cumprimento da missão institucional deste órgão e da Meta 3 do CNJ, mas também a outras missões estratégicas desta Corte, sobretudo a efetivação da garantia dos direitos da cidadania e do plano de ação de prevenção ou desjudicialização de litígios voltados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 (Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça).

A iniciativa figurou dentre as finalistas do Prêmio Inovação 2021 do Judiciário Exponencial, na Categoria Enfrentamento de Crise.

2.3.2 - Realização de audiências de conciliação virtuais pelas CECONS

Com o objetivo de dar continuidade aos métodos alternativos de solução de conflitos, durante a pandemia do novo coronavírus e a vigência das medidas de distanciamento social, as CECONS aderiram às audiências virtuais, com a utilização de aplicativos como o WhatsApp e o Microsoft Teams.

A medida foi bem-sucedida, a ponto de a CECON de São Paulo ter realizado 1.557 acordos durante a XV Edição da Semana Nacional da Conciliação, promovida de 30/11 a 4/12/2020. Foi o maior resultado da série histórica.

2.3.3 - Cadastramento de conciliadores e mediadores para atuação em audiências virtuais

A partir de 2020, os novos conciliadores e mediadores cadastrados perante o Gabinete da Conciliação têm sido consultados sobre o interesse e a disponibilidade em atuar nas audiências realizadas por videoconferência.

A medida visa a atender as CECONS instaladas no interior dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que, muitas vezes, não dispõem de conciliadores em número suficiente para fazer frente ao número de audiências designadas.

Atualmente, os dados dos conciliadores e mediadores cadastrados perante o Gabinete da Conciliação, que manifestaram interesse e disponibilidade em atuar não presencialmente, estão em consolidação.

2.4 - Ações e projetos visando ao aprimoramento das relações interinstitucionais

2.4.1 - Plataforma Interinstitucional Virtual de Demandas Ambientais e Indígenas

Instalada e gerenciada em conjunto com a Presidência e a Corregedoria, a Plataforma Interinstitucional Virtual de Demandas Ambientais e Indígenas foi instituída pela Resolução PRES/TRF3 n. 424, de 17/5/2021 (doc. SEI [7690871](#)).

Adotando-se idêntico procedimento utilizado na Plataforma Covid-19, a ferramenta objetiva a troca de informações entre as diversas instituições que atuam com questões ambientais e indígenas, tais como Tribunais, Ministérios Públicos, Procuradorias, Defensoria Públicas, Órgão do Poder Executivo e OAB, com vistas ao desenvolvimento de alianças estratégicas, à criação de protocolos consensuais e à solução preventiva de futuros litígios.

A inspiração para o projeto foi a plataforma SIRENEJUD do CNJ, que traz dados sobre desmatamento, degradação e incêndios no Pantanal e o seu cruzamento com os dados de florestas e terras indígenas. São informações que raramente chegam ao processo, de forma qualificada e organizada, tampouco são do conhecimento das instituições envolvidas na fiscalização, prevenção e repressão às violações ao meio ambiente.

Os trabalhos da plataforma são desenvolvidos por meio de reuniões periódicas e os resultados serão disponibilizados no site do TRF3, em painel baseado no Microsoft Power BI.

Atualmente, um dos projetos em execução é o Projeto-Piloto Corumbá, que envolve as seguintes iniciativas: i) identificação das áreas de proteção ambiental e dos processos judiciais em matéria ambiental – cíveis e criminais – para elaboração de um painel de dados e compartilhamento das informações; ii) desenvolvimento de estratégia para a aplicação dos Acordos de Não Persecução Penal nas demandas relativas aos crimes ambientais, criação de um fluxo e possibilidade de solução dos litígios existentes em outras demandas de forma conjunta; iii) articulação para viabilizar a troca de informações sobre as medidas de prevenção e combate aos incêndios na região do Pantanal por cada um dos órgãos, bem como compartilhamento de dados técnicos sobre as áreas danificadas, discussão das dificuldades enfrentadas e construção de soluções de forma conjunta.

Tal como a Plataforma Covid-19, trata-se de uma prática holística, pois visa não somente ao cumprimento da missão institucional deste órgão e da Meta 3 do CNJ, mas também a outras missões estratégicas da Corte, sobretudo a efetivação da garantia dos direitos da cidadania e do plano de ação de prevenção ou desjudicialização de litígios voltados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030 (Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça).

Outras informações podem ser obtidas pela consulta aos documentos anexados aos Expedientes SEI [0139455-79.2021.4.03.8000](#) e [0284768-71.2021.4.03.8000](#), esse último instaurado para o registro das reuniões realizadas no âmbito da Plataforma.

2.4.2 - Expansão da Plataforma Covid-19 para abranger outros atores/conflitos além daqueles relacionados ao enfrentamento da pandemia, em especial ações relacionadas ao Direito à Saúde

Com o aprimoramento e a experiência adquirida a partir da implantação, a execução e os resultados exitosos obtidos pela Plataforma Covid-19, entendeu-se a possibilidade de sua ampliação para abranger outros atores/conflitos, além daqueles relacionados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Nesse sentido, em dezembro p.p., os representantes dos entes e órgão públicos que integram a Plataforma Covid-19 foram instados a dar sugestões.

Atualmente, a Presidência está promovendo as medidas necessárias a expansão da Plataforma, tal como sugerido pelos seus integrantes.

Informações adicionais podem ser obtidas por meio do Expediente SEI [0010965-73.2020.4.03.8000](#).

2.4.3 - Acordo de cooperação com o NUPEMEC do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP

Estão em andamento tratativas junto ao NUPEMEC do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) para viabilizar a formalização de um acordo de cooperação que possibilite aos conciliadores em formação por esta Corte a realização de estágio supervisionado no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo e vice-versa. O objetivo é proporcionar aos conciliadores e mediadores experiência em temas afetos aos diferentes órgãos jurisdicionais.

Para este Tribunal, o acordo também servirá para resolver o problema dos conciliadores e mediadores que realizam o seu estágio nas CECONS do interior, em que o volume de audiências não é suficiente para que o estágio de 60 horas seja cumprido no prazo estabelecido – geralmente 1 ano.

Em novembro 2021, o GABCO manifestou-se favoravelmente aos ajustes e inclusões promovidas pela Assessoria Jurídica da Diretoria Geral (AJUD) nas minutas do Acordo de Cooperação, do Plano de Trabalho e do Termo de Adesão, bem como quanto às alterações apontadas pelo NUPEMEC do TJSP.

Aguarda-se, no presente, a aprovação da AJUD. Outras informações podem ser obtidas em consulta ao Expediente SEI [0019416-87.2020.4.03.8000](#).

2.5 - Prêmios

2.5.1 – XI Prêmio Conciliar é Legal

O TRF3 foi um dos vencedores do XI Prêmio Conciliar é Legal do CNJ que reconhece as práticas de sucesso, estimula a criatividade e dissemina a cultura dos métodos consensuais de resolução dos conflitos.

No Eixo Boas Práticas, categoria Demandas Complexas e Coletivas, o TRF3 foi vencedor com o case “Eficiência e Eficácia na Mediação ou Conciliação com o Poder Público em ação multitudinária”, inscrito pela CECON de São Paulo. Já no Eixo Produtividade, a Justiça Federal da 3ª Região recebeu menção honrosa por realizar o maior número de acordos durante a XV Semana Nacional da Conciliação.

Nessa edição, o TRF3 foi o único tribunal do país a se destacar em duas categorias.

2.5.2- Prêmio Inovação 2021 do Judiciário Exponencial (finalista)

A Plataforma Covid-19 foi uma das iniciativas finalistas do Prêmio Inovação 2021 do Judiciário Exponencial na categoria especial de “Enfrentamento de Crise”.

O Prêmio Inovação Judiciário Exponencial é promovido pelo Judiciário Exponencial, com o apoio da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA/USP). A premiação incentiva a promoção de iniciativas de gestão em organizações jurídicas, por meio de metodologias e tecnologias, a fim de possibilitar a melhoria da prestação jurisdicional, o avanço da capacidade do Judiciário e a valorização dos servidores públicos.

3- SUGESTÕES PARA A PRÓXIMA GESTÃO

3.1 - Acordos em segunda instância

O GABCO promove conciliações em processos que ingressam no Tribunal. Tendo em vista a extensão territorial da jurisdição do TRF3, em geral, não é viável realizar sessões de conciliação presenciais com as partes envolvidas. Todavia, há a possibilidade da efetivação de acordos por meio de peticionamento pelas partes.

Por isso, entende-se necessário buscar espaços de atuação para o incremento das conciliações no GABCO.

Em um primeiro momento, seria possível cogitar acerca do retorno das atividades em relação a três matérias previdenciárias cujas conciliações foram interrompidas com a revogação das Resoluções TRF3 n. 397/2010, 460/2012 e 466/2013: aposentadoria por idade rural, salário-maternidade e benefícios por incapacidade (aposentadoria por invalidez e auxílio-doença). Em que pese os motivos que justificaram a revogação das mencionadas resoluções, acredita-se ser possível, no atual momento, retomar o diálogo interinstitucional com o INSS e com a AGU, de modo a retomar as conciliações em tais matérias, principalmente com a simplificação do trâmite processual entre os setores do Tribunal decorrente da implantação do PJe.

Ressalta-se, a propósito, que o GABCO conta com corpo de servidores treinados para o procedimento, sendo apenas necessária a devida supervisão.

Sem embargo, também seria interessante que a NUGE fosse contatada, a fim de verificar os temas dos processos que se encontram sobrestados, em razão da repercussão geral reconhecida pelo STF. Num segundo momento, deve-se analisar a viabilidade de se incentivar as partes a entrarem num acordo, enquanto a controvérsia não é decidida pelo Tribunal Superior.

3.2 – Acordos em precatórios

Com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 114, de 16/12/21, o credor de precatório não contemplado no orçamento poderá optar pelo recebimento em parcela única até o fim do ano seguinte se aceitar desconto de 40% por meio de acordo em juízos de conciliação.

Assim que a medida for regulamentada pelo CNJ, como dispõe o art. 107-A, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional n. 114, entrevê-se a possibilidade da atuação do GABCO em conjunto com a Presidência do TRF3 para a realização de acordos com os credores de precatórios, a semelhança do que já fazem alguns Tribunais Estaduais (TJMG, TJRS e TJSP).

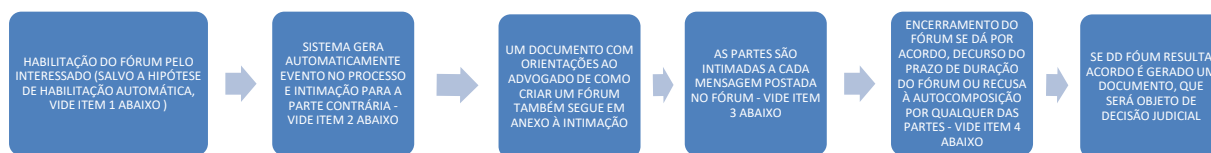
3.3 - Plataforma de conciliação assíncrona

A conciliação virtual pode ser síncrona ou assíncrona. Para a síncrona, as ferramentas disponíveis (MS Teams, videochamada de WhatsApp) já estão funcionando bem. Mas não dispomos, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, de uma ferramenta tão adequada para as assíncronas.

Como parte da execução do planejamento do GABCO para o Biênio 20-22, no dia 20/1/2021 foi realizada reunião com representantes do TRF4 para conhecer, em pormenores, o Fórum de Conciliação Virtual, desenvolvido por aquele Tribunal, com vistas à criação de um instrumento análogo na Justiça Federal da 3ª Região, de conciliação assíncrona, que tenha integração com o PJe.

A partir da experiência bem-sucedida do TRF4, principalmente perante à Caixa (processos de poupança) e a conselhos de classe, concebeu-se o desenvolvimento de uma ferramenta semelhante no PJE. Ela está baseada no fluxo e nas observações/regras descritas abaixo:





Observações/ regras:

- 1- Para as classes execução, inclusive fiscal, e ação monitória, o fórum é habilitado automaticamente, desde que o ente/ parte exequente tenha formulado termo de adesão ao fórum;
- 2- Intimação: prazo padrão 5 dias úteis.
- 3- Salvo nas classes execução, inclusive fiscal, e ação monitória, o fórum não suspende a tramitação do processo. As mensagens postadas no fórum são visualizadas somente pelas partes.
- 4- Prazo padrão 15 dias úteis, podendo ser prorrogado a pedido das partes.

Há potencial de utilizar essa ferramenta para conciliações com os Conselhos de Fiscalização Profissional. São situações com boa possibilidade de acordos, nas quais as partes, como regra, são bem instruídas e familiarizadas com o uso da tecnologia.

Atualmente, o projeto da Plataforma de Conciliação Assíncrona já em fase de prototipação pelas AGES (cfr. Expediente SEI [0175953-77.2021.4.03.8000](#)).

Propõe-se que a próxima gestão envide esforços para a implementação dessa ferramenta de conciliação assíncrona.

3.4 – Acordos com os poupadores da CEF sobre o pagamento dos “expurgos inflacionários”

As demandas de poupadores da CEF sobre o pagamento dos chamados “expurgos inflacionários” dos Planos Econômicos do final da década de 1980 e início da década de 1990 resultaram em um excelente número de acordos ao longo de 2018 – 2021. O sucesso da ação ocorreu, sobretudo, na CECON de São Paulo, que, a partir de 2021, utilizou-se de uma plataforma integrada ao sistema do Juizado Especial Federal em São Paulo (JEF/SP) para a realização de acordos sobre o tema.

Atualmente, o GABCO está consolidando as informações sobre o número de processos de poupadores que ainda podem ser objeto de acordos, principalmente pelas CECONs do interior dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Uma vez consolidados os dados, reputa-se que seria profícua uma atuação coordenada do GABCO com as CECONs do interior na tentativa de promover os acordos ainda possíveis. Nesse sentido, entrevê-se que a Plataforma de Conciliação Assíncrona (vide item anterior), pode representar uma ferramenta útil.

3.4 – Justiça Restaurativa e acordos em matéria penal

O CNJ tem dando grande importância à Justiça Restaurativa, havendo inclusive um ato normativo sobre o tema (Resolução n. 225/2016).

A fim de conferir efetividade ao regramento do CNJ, a Resolução PRES/TRF3 n. 455, de 9/9/2021, instituiu o Comitê Central de Macrogestão e Coordenação da Justiça Restaurativa da 3ª Região (CMCJ-3R). E, nos termos do art. 4º, II, da Resolução, foi indicada a Juíza Federal Substituta Flávia Serizawa e Silva para representar o GABCO no Comitê (vide Expediente SEI [0037510-83.2020.4.03.8000](#)).

Com o início dos trabalhos da CMCJ-3R e considerando que as Subseções Judiciárias localizadas no interior dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul não contam com Centros de Justiça Restaurativa (CEJUREs), seria interessante verificar a viabilidade de as CECONs atuarem com Justiça Restaurativa em processos criminais, sobretudo naqueles em que pessoas físicas também figurem como vítimas.

Além disso, é possível utilizar a estrutura das CECONs e a expertise de seus supervisores e conciliadores para a celebração de acordos de não-persecução penal, disciplinado pela Lei n. 13.964/2019. A experiência, que tem sido bem-sucedida nas CECONs de Guarulhos, Araraquara e Taubaté, poderia ser implantada pelas demais CECONs.

3.5 - Formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores

Como já salientado, a adequada formação e treinamento de servidores conciliadores e mediadores é um dos pilares da política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos. Sem a devida capacitação desses facilitadores, a solução consensual dos conflitos não se viabiliza.

Por isso, é importante que se dê especial atenção aos cursos de formação de conciliadores e mediadores.

Nesse sentido, tão logo seja aprovada a proposta de alteração da Resolução PRES/TRF3 n. 42/2016, visando à regulamentação do procedimento de credenciamento de instituições formadoras de conciliadores e mediadores judiciais (vide item 2.2.5 deste relatório), seria interessante que o NUPEMEC procedesse ao conveniamento com instituições para suprir

a demanda por formação e treinamento de conciliadores e mediadores, sobretudo pelas CECONs do interior dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

No atual estágio de desenvolvimento dos meios consensuais, entende-se pertinente pensar não apenas na formação inicial, mas também no aperfeiçoamento.

A par da realização de cursos periódicos para a atualização de conciliadores, como o realizado pelo NUPEMEC no final do primeiro semestre de 2019, propõe-se a continuidade das palestras específicas realizadas para conciliadores em atividade, em parceria com a CECON de São Paulo, a Escola de Servidores da Justiça Federal de 1º Grau e o CEJURE.

Dois temas interessantes para o treinamento de conciliadores em atividade são a Justiça Restaurativa e a utilização do MS Teams, que é a ferramenta padrão adotada para a realização das audiências de conciliação por videoconferência.

Também seria viável fazer reuniões periódicas para discussão da atuação no âmbito das próprias CECONs (*feedback, debriefing* etc.).

3.6 - Remuneração dos conciliadores e mediadores

Os esforços expendidos na adequada formação e treinamento de servidores conciliadores e mediadores somente renderão bons resultados se conseguir fidelizar esses facilitadores às CECONs. Para tanto, e tendo em vista que os Tribunais Estaduais já remuneram seus conciliadores e mediadores, é necessário avançar na regulamentação da remuneração no âmbito da Justiça Federal.

Assim, tão logo a questão for decidida pelo CJF (item 2.2.6 deste relatório), será necessário a atuação célere do GABCO perante os órgãos administrativos para a implantação da remuneração dos conciliadores e mediadores, no âmbito deste Tribunal, na maior brevidade e dentro dos limites possíveis.

3.7 - Reestruturação das CECONs

Consoante já mencionado ao longo deste Relatório, com a edição da Resolução n. 282/2019, o CNJ equiparou as CECONs a unidades judiciárias para efeitos de lotação de servidores e número de funções comissionadas.

É importante que o GABCO, juntamente com os órgãos administrativos competentes no âmbito deste Tribunal e da Justiça Federal de 1º Grau, aproveitando-se, ainda, da oportunidade surgida com a implantação do PJE nos JEFs, e de inovações como o Programa E-Vara e o Balcão Virtual, busque dar a máxima efetividade possível às disposições da Resolução CNJ n.

1282/2019, sem descuidar da obrigação estabelecida pela Resolução CNJ n. 125/2010, no sentido de que cada Subseção Judiciária deve contar com uma CECON.

**ANEXO
(item 9)**

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

**Quantitativo de cursos realizados e de magistrados formados
(desde 2019 até a presente data)**

Anexo

Participantes dos cursos oferecidos pela EMAG em 2022

Aluno	Nome
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
DIANA BRUNSTEIN	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
SILENE PINHEIRO CRUZ MINITTI	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
DECIO GABRIEL GIMENEZ	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
MARCIO CRISTIANO EBERT	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
FABIO KAIUT NUNES	Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
GISELLE DE AMARO E FRANCA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
JOSE EDUARDO DE ALMEIDA LEONEL FERREIRA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
NILSON MARTINS LOPES JUNIOR	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
NATALIA LUCHINI	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
ROBERTO LIMA CAMPELO	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
EWERTON TEIXEIRA BUENO	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
MARINA SABINO COUTINHO	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
PRISCILLA GALDINI DE ANDRADE	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
SHEILA PINTO GIORDANO	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	Neurociência Aplicada ao Direito e às Relações Humanas
THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
NINO OLIVEIRA TOLDO	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
PAULO SERGIO DOMINGUES	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos

MARCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
GISELLE DE AMARO E FRANCA	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
DECIO GABRIEL GIMENEZ	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
ROGERIO VOLPATTI POLEZZE	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
MARIA CAROLINA AKEL AYOUB	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	FOFO N2 - Planejamento de Cursos Híbridos
AUGUSTO MARTINEZ PEREZ	Reflexões sobre a Interpretação Forense
MARCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	Reflexões sobre a Interpretação Forense
FLAVIA DE TOLEDO CERA	Reflexões sobre a Interpretação Forense
MAURO SALLES FERREIRA LEITE	Reflexões sobre a Interpretação Forense
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	Reflexões sobre a Interpretação Forense
ERICO ANTONINI	Reflexões sobre a Interpretação Forense
ANA EMILIA RODRIGUES AIRES	Reflexões sobre a Interpretação Forense
EWERTON TEIXEIRA BUENO	Reflexões sobre a Interpretação Forense
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	Desnudando a Vacinação: Liberalismo e o Desafio da Vacinação
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Desnudando a Vacinação: Liberalismo e o Desafio da Vacinação
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	Desnudando a Vacinação: Liberalismo e o Desafio da Vacinação
RODRIGO VASLIN DINIZ	Desnudando a Vacinação: Liberalismo e o Desafio da Vacinação
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	Desnudando a Vacinação: Vamos falar de Vacina
RODRIGO VASLIN DINIZ	Desnudando a Vacinação: Vamos falar de Vacina
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Desnudando a Vacinação: A Política da Vacinação
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	Desnudando a Vacinação: A Política da Vacinação
RODRIGO VASLIN DINIZ	Desnudando a Vacinação: A Política da Vacinação
ADENIR PEREIRA DA SILVA	Improbidade Administrativa
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	Improbidade Administrativa
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	Improbidade Administrativa
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	Improbidade Administrativa
SILVIA FIGUEIREDO MARQUES	Improbidade Administrativa
AUDREY GASPARINI	Improbidade Administrativa
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	Improbidade Administrativa
PEDRO PEREIRA DOS SANTOS	Improbidade Administrativa
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	Improbidade Administrativa
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	Improbidade Administrativa
MARCELO GUERRA MARTINS	Improbidade Administrativa
LESLEY GASPARINI	Improbidade Administrativa
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	Improbidade Administrativa
JATIR PIETROFORTE LOPES VARGAS	Improbidade Administrativa
MARCELO FREIBERGER ZANDAVALI	Improbidade Administrativa
DECIO GABRIEL GIMENEZ	Improbidade Administrativa

JOSE TARCISIO JANUARIO	Improbidade Administrativa
ADRIANA FREISLEBEN DE ZANETTI	Improbidade Administrativa
MATEUS CASTELO BRANCO FIRMINO DA SILVA	Improbidade Administrativa
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	Improbidade Administrativa
FABIANA ALVES RODRIGUES	Improbidade Administrativa
RODINER RONCADA	Improbidade Administrativa
KARINA LIZIE HOLLER	Improbidade Administrativa
ERICO ANTONINI	Improbidade Administrativa
RICARDO WILLIAM CARVALHO DOS SANTOS	Improbidade Administrativa
DANILO GUERREIRO DE MORAES	Improbidade Administrativa
GUSTAVO GAIO MURAD	Improbidade Administrativa
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	Improbidade Administrativa
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	Improbidade Administrativa
FELIPE BITTENCOURT POTRICH	Improbidade Administrativa
ANA EMILIA RODRIGUES AIRES	Improbidade Administrativa
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	Improbidade Administrativa
EWERTON TEIXEIRA BUENO	Improbidade Administrativa
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	Improbidade Administrativa
RODRIGO VASLIN DINIZ	Improbidade Administrativa
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
SYLVIA MARLENÉ DE CASTRO FIGUEIREDO	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
MARCELLE RAGAZONI CARVALHO FERREIRA	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
ISADORA SEGALLA AFANASIEFF	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
EWERTON TEIXEIRA BUENO	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
MARINA SABINO COUTINHO	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
LUCIANE APARECIDA FERNANDES RAMOS	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
NILCE CRISTINA PETRIS DE PAIVA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
MONICA APARECIDA BONAVINA CAMARGO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
JANAINA RODRIGUES VALLE GOMES	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS GURGEL	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
MARCELLE RAGAZONI CARVALHO FERREIRA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs

ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ISADORA SEGALLA AFANASIEFF	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FABIANO LOPES CARRARO	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
LETICIA DEA BANKS FERREIRA LOPES	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
SIMONE BEZERRA KARAGULIAN	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
LEONORA RIGO GASPAR	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ADRIANA DELBONI TARICCO	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ADRIANA GALVAO STARR	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
CAROLINA CASTRO COSTA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ELIANA RITA MAIA DI PIERRO	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DIOGO NAVES MENDONCA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ANA CLARA DE PAULA OLIVEIRA PASSOS	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FELIPE BENICHIO TEIXEIRA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GABRIELLA NAVES BARBOSA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FERNANDO NARDON NIELSEN	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
HELENA FURTADO DA FONSECA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DANILO GUERREIRO DE MORAES	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
YURI GUERZE TEIXEIRA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GISELLE DE AMARO E FRANCA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FERNANDO MOREIRA GONCALVES	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
LUCIANE APARECIDA FERNANDES RAMOS	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs

NILCE CRISTINA PETRIS DE PAIVA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
CAIO MOYSES DE LIMA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
MONICA APARECIDA BONAVINA CAMARGO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
JANAINA RODRIGUES VALLE GOMES	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
MARIA VITORIA MAZITELI DE OLIVEIRA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS GURGEL	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
EURICO ZECCHIN MAIOLINO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
MARCELLE RAGAZONI CARVALHO FERREIRA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ISADORA SEGALLA AFANASIEFF	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FABIANO LOPES CARRARO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
IVANA BARBA PACHECO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
LETICIA DEA BANKS FERREIRA LOPES	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
SIMONE BEZERRA KARAGULIAN	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
LEONORA RIGO GASPAR	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ADRIANA DELBONI TARICCO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ADRIANA GALVAO STARR	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
JOSE RENATO RODRIGUES	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
CAROLINA CASTRO COSTA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ELIANA RITA MAIA DI PIERRO	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DIOGO NAVES MENDONCA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
ANA CLARA DE PAULA OLIVEIRA PASSOS	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FELIPE BENICHIO TEIXEIRA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GABRIELLA NAVES BARBOSA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FERNANDO NARDON NIELSEN	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
HELENA FURTADO DA FONSECA	VII Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs

DANILO GUERREIRO DE MORAES	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
YURI GUERZE TEIXEIRA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	VII Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs

Participantes dos cursos oferecidos pela EMAG em 2021

Aluno	Nome
INES VIRGINIA PRADO SOARES	Empresas e Direitos Humanos (EAD+Webinários)
JOSE CARLOS FRANCISCO	Empresas e Direitos Humanos (EAD+Webinários)
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	Empresas e Direitos Humanos (EAD+Webinários)
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
FABIO BEZERRA RODRIGUES	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
GABRIEL HERRERA	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
NATALIA ARPINI LIEVORE	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	Direito Ambiental: desafios à Jurisdição (EAD+webinários)
AUDREY GASPARINI	A Integração da Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário
LESLEY GASPARINI	A Integração da Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	A Integração da Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário
DEBORA CRISTINA THUM	A Integração da Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário
LEILA PAIVA MORRISON	Temas Contemporâneos de Processo Civil Coletivo (EAD+webinarios)
RAFAEL ANDRADE DE MARGALHO	Temas Contemporâneos de Processo Civil Coletivo (EAD+webinarios)
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	Temas Contemporâneos de Processo Civil Coletivo (EAD+webinarios)
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	Temas Contemporâneos de Processo Civil Coletivo (EAD+webinarios)
LEILA PAIVA MORRISON	ESTADO DE EXCEÇÃO E CRISE ECONÔMICA
RENATO BARTH PIRES	ESTADO DE EXCEÇÃO E CRISE ECONÔMICA
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	ESTADO DE EXCEÇÃO E CRISE ECONÔMICA
RENATO CAMARA NIGRO	ESTADO DE EXCEÇÃO E CRISE ECONÔMICA
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	ESTADO DE EXCEÇÃO E CRISE ECONÔMICA
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO

MARISA VASCONCELOS	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
VANDERLEI PEDRO COSTENARO	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
JATIR PIETROFORTE LOPES VARGAS	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
PAULO CEZAR NEVES JUNIOR	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS GURGEL	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
FABIO IVENS DE PAULI	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
LEONARDO JOSE CORREA GUARDA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
JOAO BATISTA MACHADO	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
DEBORA CRISTINA THUM	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
LIDIANE MARIA OLIVA CARDOSO	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
JOSE RENATO RODRIGUES	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
PAULO MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO

SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
SABRINA BONFIM DE ARRUDA PINTO	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
FERNANDO NARDON NIELSEN	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
FABIO BEZERRA RODRIGUES	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
GABRIEL HERRERA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
AUDREY GASPARINI	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
LEILA PAIVA MORRISON	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
VANESSA VIEIRA DE MELLO	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
VANDERLEI PEDRO COSTENARO	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
MARCIA UEMATSU FURUKAWA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
LILIAN OLIVEIRA DA COSTA TOURINHO	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
MARCELO LELIS DE AGUIAR	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
CARLOS EDUARDO DA SILVA CAMARGO	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
DEOMAR DA ASSENCAO AROUCHE JUNIOR	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA

GABRIELLA CRISTINA SILVA VILELA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
GABRIEL HERRERA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
YURI GUERZE TEIXEIRA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
NATALIA ARPINI LIEVORE	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
MARIANA HIWATASHI DOS SANTOS	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
RICARDO DUARTE FERREIRA FIGUEIRA	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	CURSO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	MASCULINIDADES EM DEBATE 1: POR QUE FALAR SOBRE MASCULINIDADES?
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	MASCULINIDADES EM DEBATE 1: POR QUE FALAR SOBRE MASCULINIDADES?
DEBORA CRISTINA THUM	MASCULINIDADES EM DEBATE 1: POR QUE FALAR SOBRE MASCULINIDADES?
RICARDO MENDONCA CARDOSO	MASCULINIDADES EM DEBATE 1: POR QUE FALAR SOBRE MASCULINIDADES?
GABRIELA AZEVEDO CAMPOS SALES	MASCULINIDADES EM DEBATE 2: MASCULINIDADES NO PLURAL
RICARDO MENDONCA CARDOSO	MASCULINIDADES EM DEBATE 2: MASCULINIDADES NO PLURAL
RICARDO MENDONCA CARDOSO	MASCULINIDADES EM DEBATE 3: O PAPEL DO HOMEM NA EQUIDADE DE GÊNERO
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	MASCULINIDADES EM DEBATE 4: GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO
RICARDO MENDONCA CARDOSO	MASCULINIDADES EM DEBATE 4: GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO
RODRIGO VASLIN DINIZ	MASCULINIDADES EM DEBATE 4: GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO
MARISA VASCONCELOS	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO
JANAINA RODRIGUES VALLE GOMES	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO
LEILA PAIVA MORRISON	AS MULHERES EM MARÇO 1: MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	AS MULHERES EM MARÇO 1: MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA
RICARDO MENDONCA CARDOSO	AS MULHERES EM MARÇO 1: MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA
NATALIA LUCHINI	AS MULHERES EM MARÇO 1: MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA
LEILA PAIVA MORRISON	AS MULHERES EM MARÇO 2: ECONOMIA DO CUIDADO E SAÚDE DA MULHER

ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	AS MULHERES EM MARÇO 2: ECONOMIA DO CUIDADO E SAÚDE DA MULHER
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	AS MULHERES EM MARÇO 2: ECONOMIA DO CUIDADO E SAÚDE DA MULHER
LEILA PAIVA MORRISON	AS MULHERES EM MARÇO 3: JULGAMENTO SOB A PERSPECTIVA DE GêNERO
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	AS MULHERES EM MARÇO 3: JULGAMENTO SOB A PERSPECTIVA DE GêNERO
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	AS MULHERES EM MARÇO 3: JULGAMENTO SOB A PERSPECTIVA DE GêNERO
NATALIA LUCHINI	AS MULHERES EM MARÇO 3: JULGAMENTO SOB A PERSPECTIVA DE GêNERO
LEILA PAIVA MORRISON	AS MULHERES EM MARÇO 4: INTERSECÇÃO RACIAL
VANESSA VIEIRA DE MELLO	AS MULHERES EM MARÇO 4: INTERSECÇÃO RACIAL
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	AS MULHERES EM MARÇO 4: INTERSECÇÃO RACIAL
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	AS MULHERES EM MARÇO 4: INTERSECÇÃO RACIAL
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	LOCKDOWN 1
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	LOCKDOWN 1
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	LOCKDOWN 1
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	LOCKDOWN 1
LEILA PAIVA MORRISON	LOCKDOWN 2:
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	LOCKDOWN 2:
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	LOCKDOWN 2:
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	LOCKDOWN 2:
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	LOCKDOWN 2:
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	LOCKDOWN 2:
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	LOCKDOWN 2:
LEILA PAIVA MORRISON	LOCKDOWN 3:
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	LOCKDOWN 3:
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	LOCKDOWN 3:
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	LOCKDOWN 3:
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	LOCKDOWN 3:
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	LOCKDOWN 3:
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
AUDREY GASPARINI	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
VANDERLEI PEDRO COSTENARO	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
ALESSANDRO DIAFERIA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
NILSON MARTINS LOPES JUNIOR	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
ALEXANDRE ALBERTO BERNO	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
MARCELO FREIBERGER ZANDAVALI	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
MARCIO CRISTIANO EBERT	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
LUIZ AUGUSTO IAMASSAKI FIORENTINI	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
ERICO ANTONINI	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
BRUNO VALENTIM BARBOSA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA

CARLOS EDUARDO DA SILVA CAMARGO	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
RICARDO WILLIAM CARVALHO DOS SANTOS	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
LEONARDO HENRIQUE SOARES	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
SHEILA PINTO GIORDANO	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
FELIPE DE FARIAS RAMOS	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
LUCAS MEDEIROS GOMES	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
JULIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
YURI GUERZE TEIXEIRA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
LUCIANO SILVA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
MARIANA HIWATASHI DOS SANTOS	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
FABIO FISCHER	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
VITOR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
RICARDO DUARTE FERREIRA FIGUEIRA	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
DANIEL CHIARETTI	SENTENÇA PENAL 1: DOSIMETRIA DA PENA
ROBERTO LEMOS DOS SANTOS FILHO	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 1_ TERRAS INDÍGENAS:DIREITOS ORIGINÁRIOS E MARCO TEMPORAL
MARILAINÉ ALMEIDA SANTOS	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 1_ TERRAS INDÍGENAS:DIREITOS ORIGINÁRIOS E MARCO TEMPORAL
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 1_ TERRAS INDÍGENAS:DIREITOS ORIGINÁRIOS E MARCO TEMPORAL
LEILA PAIVA MORRISON	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 2: PANDEMIA, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS
MARILAINÉ ALMEIDA SANTOS	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 2: PANDEMIA, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS
ROBERTO LEMOS DOS SANTOS FILHO	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 3: CORPOS, TERRITÓRIOS E DIREITOS SOCIAIS
MARILAINÉ ALMEIDA SANTOS	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 3: CORPOS, TERRITÓRIOS E DIREITOS SOCIAIS
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 3: CORPOS, TERRITÓRIOS E DIREITOS SOCIAIS
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	MULHERES INDÍGENAS EM ABRIL 4: DITADURA E REPARAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS
THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA	MÃES PANDÊMICAS EM MAIO 1: MÃES PANDÊMICAS NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	MÃES PANDÊMICAS EM MAIO 1: MÃES PANDÊMICAS NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA
THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA	MÃES PANDÊMICAS EM MAIO 2: MÃES PANDÊMICAS NA LUTA PELA SAÚDE
RICARDO MENDONÇA CARDOSO	MÃES PANDÊMICAS EM MAIO 2: MÃES PANDÊMICAS NA LUTA PELA SAÚDE

THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA	MÃES PANDÊMICAS EM MAIO 3: MÃES PANDÊMICAS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA
RICARDO MENDONCA CARDOSO	MÃES PANDÊMICAS EM MAIO 3: MÃES PANDÊMICAS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA
GUSTAVO CATUNDA MENDES	Webinário I - Direito Ambiental: desafios à jurisdição
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	Webinário II Direito Ambiental: desafios à jurisdição
ADENIR PEREIRA DA SILVA	Reforma previdenciária e sua regulamentação
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	Reforma previdenciária e sua regulamentação
AUDREY GASPARINI	Reforma previdenciária e sua regulamentação
LEILA PAIVA MORRISON	Reforma previdenciária e sua regulamentação
MARISA VASCONCELOS	Reforma previdenciária e sua regulamentação
VANESSA VIEIRA DE MELLO	Reforma previdenciária e sua regulamentação
GISELLE DE AMARO E FRANCA	Reforma previdenciária e sua regulamentação
RENATO BARTH PIRES	Reforma previdenciária e sua regulamentação
ALEXANDRE ALBERTO BERNO	Reforma previdenciária e sua regulamentação
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	Reforma previdenciária e sua regulamentação
FELIPE BITTENCOURT POTRICH	Reforma previdenciária e sua regulamentação
PRISCILLA GALDINI DE ANDRADE	Reforma previdenciária e sua regulamentação
GABRIEL HERRERA	Reforma previdenciária e sua regulamentação
NATALIA ARPINI LIEVORE	Reforma previdenciária e sua regulamentação
RICARDO MENDONCA CARDOSO	A Proteção Jurídica às Pessoas Transgêneras
ANA LUCIA PETRI BETTO	A Proteção Jurídica às Pessoas Transgêneras
NATALIA LUCHINI	A Proteção Jurídica às Pessoas Transgêneras
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	A Proteção Jurídica às Pessoas Transgêneras
FLAVIA SERIZAWA E SILVA	Dignidade das Pessoas Trans e suas Demandas
AUDREY GASPARINI	Webinário 1 : O Direito das pessoas trans sob a ótica do Supremo Tribunal Federal
AUDREY GASPARINI	Webinário 2 : Direitos, conceitos e o lugar das pessoas trans na sociedade
AUDREY GASPARINI	Webinário 3 : Acesso à cidadania, ao trabalho e à previdência das pessoas transgêneras
AUDREY GASPARINI	Webinário 4 : A proteção do direito internacional às pessoas transgêneras
AUDREY GASPARINI	Webinário 5 : O tratamento das pessoas transgêneras no sistema prisional
AUDREY GASPARINI	Webinário 6 : Futuros desafios para garantias dos direitos das pessoas trans
LEILA PAIVA MORRISON	Webinário 6 : Futuros desafios para garantias dos direitos das pessoas trans
AUGUSTO MARTINEZ PEREZ	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
CARLOS ALBERTO LOVERRA	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
ALEXANDRE SORMANI	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
RENATO BARTH PIRES	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
JOSE EDUARDO DE ALMEIDA LEONEL FERREIRA	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
MARCIA UEMATSU FURUKAWA	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
ROBERTO POLINI	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
FABIANA ALVES RODRIGUES	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
LUCIANO PEDROTTI CORADINI	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
ANDREIA SILVA SARNEY COSTA MORUZZI	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2

EMERSON JOSE DO COUTO	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
THALES BRAGHINI LEAO	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
GABRIELLA CRISTINA SILVA VILELA	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
FELIPE GRAZIANO DA SILVA TURINI	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
FERNANDO MARIATH RECHIA	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
FELIPE ALVES TAVARES	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
THIAGO DE ALMEIDA BRAGA NASCIMENTO	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
RODRIGO VASLIN DINIZ	Sentença Penal 1: Dosimetria da Pena_Turma2
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	Reforma do Processo Penal (EAD + aulas síncronas pelo Teams)
BRUNO VALENTIM BARBOSA	Reforma do Processo Penal (EAD + aulas síncronas pelo Teams)
CARLOS EDUARDO DA SILVA CAMARGO	Reforma do Processo Penal (EAD + aulas síncronas pelo Teams)
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	Reforma do Processo Penal (EAD + aulas síncronas pelo Teams)
BRUNO BARBOSA STAMM	Reforma do Processo Penal (EAD + aulas síncronas pelo Teams)
LEILA PAIVA MORRISON	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
NILCE CRISTINA PETRIS DE PAIVA	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
FLAVIA DE TOLEDO CERA	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
CAIO MOYSES DE LIMA	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
LUCIANA MELCHIORI BEZERRA	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
PAULO CEZAR NEVES JUNIOR	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS GURGEL	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
MARCELLE RAGAZONI CARVALHO FERREIRA	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
LEANDRO GONSALVES FERREIRA	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma 1(EAD+aulas síncronas)
JOSE CARLOS FRANCISCO	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
ALEXANDRE CASSETTARI	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
ALESSANDRA DE MEDEIROS NOGUEIRA REIS	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)

MARISA REGINA AMOROSO QUEDINHO CASSETTARI	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
CLAUDIA HILST MENEZES	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
LIN PEI JENG	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
ANGELA CRISTINA MONTEIRO	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
FERNANDA SOUZA HUTZLER	Elaboração de Ementas Jurisprudenciais à Luz da Doutrina do Precedente Turma2 (EAD+aulas síncronas)
AUDREY GASPARINI	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
LEILA PAIVA MORRISON	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
MARISA VASCONCELOS	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
LESLEY GASPARINI	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
GISELLE DE AMARO E FRANCA	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
MARCELO DUARTE DA SILVA	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
DANILO ALMASI VIEIRA SANTOS	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
SILVIA MELO DA MATTA	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
DECIO GABRIEL GIMENEZ	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
MARILAINÉ ALMEIDA SANTOS	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
EMERSON JOSE DO COUTO	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
JULIANA BLANCO WOJTOWICZ	Da Oportunidade ao Êxito: Novos Tempos, Novas Atitudes!
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
FERNANDO MARIATH RECHIA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
SHEILA PINTO GIORDANO	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
FELIPE DE FARIAS RAMOS	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
MATHEUS RODRIGUES MARQUES	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
LUCAS MEDEIROS GOMES	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
JULIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
GABRIEL HERRERA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
YURI GUERZE TEIXEIRA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
LUCIANO SILVA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso

GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
NATALIA ARPINI LIEVORE	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
MARIANA HIWATASHI DOS SANTOS	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
FELIPE ALVES TAVARES	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
FABIO FISCHER	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
THIAGO DE ALMEIDA BRAGA NASCIMENTO	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
VITOR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
RICARDO DUARTE FERREIRA FIGUEIRA	Encerramento do Processo de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos do XIX Concurso
AUDREY GASPARINI	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
MARILAINÉ ALMEIDA SANTOS	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
GUSTAVO CATUNDA MENDES	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
THALES BRAGHINI LEAO	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
RODRIGO BOAVENTURA MARTINS	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
NATALIA LUCHINI	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo
BRUNO TAKAHASHI	Seminário Justiça e Pesquisa Empírica
GISELLE DE AMARO E FRANCA	EAD - Tempo de pensar - Interlocuções entre Direito, Arte e Filosofia
JULIANA MONTENEGRO CALADO	EAD - Tempo de pensar - Interlocuções entre Direito, Arte e Filosofia
ANA EMILIA RODRIGUES AIRES	EAD - Tempo de pensar - Interlocuções entre Direito, Arte e Filosofia
MARINA SABINO COUTINHO	EAD - Tempo de pensar - Interlocuções entre Direito, Arte e Filosofia
RODRIGO VASLIN DINIZ	EAD - Tempo de pensar - Interlocuções entre Direito, Arte e Filosofia
LEILA PAIVA MORRISON	Webinários Empresas e Direitos Humanos
MARISA VASCONCELOS	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
MARCELO DUARTE DA SILVA	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA MEIRA	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
ELIANE MITSUKO SATO	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
JOAO FELIPE MENEZES LOPES	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
PEDRO HENRIQUE MEIRA FIGUEIREDO	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	Precedentes obrigatórios em matéria penal e processual penal
JOSE CARLOS MOTTA	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares
MARISA VASCONCELOS	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares

ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares
MARILAINE ALMEIDA SANTOS	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares
EMERSON JOSE DO COUTO	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	Magistratura e Academia: Diálogos Interdisciplinares
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
LEONARDO PESSORRUSSO DE QUEIROZ	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
GUILHERME ANDRADE LUCCI	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
JOSE RENATO RODRIGUES	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
RICARDO MENDONCA CARDOSO	VIII Congresso de Direito Previdenciário - 20 anos dos Juizados Especiais Federais
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
AUDREY GASPARINI	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
LEILA PAIVA MORRISON	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
LESLEY GASPARINI	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
GISELLE DE AMARO E FRANCA	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
RAFAEL ANDRADE DE MARGALHO	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
DENISE APARECIDA AVELAR	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
DANILO ALMASI VIEIRA SANTOS	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
LEONARDO PESSORRUSSO DE QUEIROZ	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	Congresso online: A Justiça Federal e 5 anos de Código de Processo Civil

MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Paternidades em agosto: responsabilidades e afetos
JOSE RENATO RODRIGUES	Paternidades em agosto: responsabilidades e afetos
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Paternidades em agosto: responsabilidades e afetos
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Paternidades em agosto: paternidades múltiplas
CLORISVALDO RODRIGUES DOS SANTOS	Paternidades em agosto: paternidades múltiplas
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Paternidades em agosto: paternidades múltiplas
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
ALEXANDRE CARNEIRO LIMA	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
RONALD GUIDO JUNIOR	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
CARLOS ALBERTO ANTONIO JUNIOR	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
FABIO KAIUT NUNES	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
SOCRATES LEAO VIEIRA	Gestão Cartorária no PJE_turma 1
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
VANESSA VIEIRA DE MELLO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
MARCELO DUARTE DA SILVA	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
MARCELO FREIBERGER ZANDAVALI	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
JOSE LUIZ PALUDETTO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
CLORISVALDO RODRIGUES DOS SANTOS	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
JOAO BATISTA MACHADO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
MARINA SABINO COUTINHO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	Desnudando o Teletrabalho: o papel do juiz na gestão do teletrabalho dos servidores
VANESSA VIEIRA DE MELLO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
MARCELO DUARTE DA SILVA	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas

JOSE LUIZ PALUDETTO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
JOAO BATISTA MACHADO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho em órgãos públicos - os resultados das pesquisas
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
AUDREY GASPARINI	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
MARISA VASCONCELOS	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
LESLEY GASPARINI	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
VANESSA VIEIRA DE MELLO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
MARCELO DUARTE DA SILVA	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
MARCELO FREIBERGER ZANDAVALI	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
JOSE LUIZ PALUDETTO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
CLORISVALDO RODRIGUES DOS SANTOS	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
JOAO BATISTA MACHADO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
EDGAR FRANCISCO ABADIE JUNIOR	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
MARINA SABINO COUTINHO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	Desnudando o Teletrabalho: teletrabalho para magistrados e a resolução Pres/CORE 17/2021

ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
MARISA VASCONCELOS	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
VANESSA VIEIRA DE MELLO	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
MARCELO DUARTE DA SILVA	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
MARCELO FREIBERGER ZANDAVALI	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
JOSE LUIZ PALUDETTO	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
FABIANO LOPES CARRARO	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
VITOR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	Desnudando o Teletrabalho: transformação digital, o teletrabalho e as perspectivas para o futuro
LEILA PAIVA MORRISON	CURSO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO-UM OLHAR PARA O PODER JUD. BRASILEIRO
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	CURSO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO-UM OLHAR PARA O PODER JUD. BRASILEIRO
RICARDO MENDONCA CARDOSO	CURSO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO-UM OLHAR PARA O PODER JUD. BRASILEIRO
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	Os Novos Institutos do Código de Processo Penal: Plea Bargaining e Justiça Restaurativa
EDGAR FRANCISCO ABADIE JUNIOR	Os Novos Institutos do Código de Processo Penal: Plea Bargaining e Justiça Restaurativa
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Execução Previdenciária_Turma 2
GILBERTO MENDES SOBRINHO	Execução Previdenciária_Turma 2
FERNANDA SORAIA PACHECO COSTA CLEMENTI	Execução Previdenciária_Turma 2
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	Execução Previdenciária_Turma 2
ADRIANA GALVAO STARR	Execução Previdenciária_Turma 2
DIOGO NAVES MENDONCA	Execução Previdenciária_Turma 2
FELIPE BENICHIO TEIXEIRA	Execução Previdenciária_Turma 2
HELENA FURTADO DA FONSECA	Execução Previdenciária_Turma 2
JULIANA MONTENEGRO CALADO	Execução Previdenciária_Turma 2
THIAGO DA SILVA MOTTA	Execução Previdenciária_Turma 2
GUSTAVO BARBOSA COELHO	Execução Previdenciária_Turma 2
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	Execução Previdenciária_Turma 2
BRUNO BARBOSA STAMM	Execução Previdenciária_Turma 2

LESLEY GASPARINI	Webinário Internacional - Reflexões sobre o Sistema de Precedentes no Processo Tributário
TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS GURGEL	Webinário Internacional - Reflexões sobre o Sistema de Precedentes no Processo Tributário
RAQUEL COELHO DAL RIO SILVEIRA	Webinário Internacional - Reflexões sobre o Sistema de Precedentes no Processo Tributário
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	Webinário Internacional - Reflexões sobre o Sistema de Precedentes no Processo Tributário
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	Webinário Internacional - Reflexões sobre o Sistema de Precedentes no Processo Tributário
ADENIR PEREIRA DA SILVA	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
JANETE LIMA MIGUEL	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
LUIZ ANTONIO MOREIRA PORTO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
ELIANA PARISI	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
VALERIA CABAS FRANCO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
ISADORA SEGALLA AFANASIEFF	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
IVANA BARBA PACHECO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
ELIANE MITSUKO SATO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
DEBORA CRISTINA THUM	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
LIDIANE MARIA OLIVA CARDOSO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
BRUNO VALENTIM BARBOSA	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
FABIO LUPARELLI MAGAJEWSKI	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
JANAINA MARTINS PONTES	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
THIAGO DA SILVA MOTTA	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
PRISCILLA GALDINI DE ANDRADE	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	Gestão Cartorária no PJE - Turma 2
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Mulheres em Outubro-Avanços na proteção penal-Importunação sexual
DECIO GABRIEL GIMENEZ	Mulheres em Outubro-Avanços na proteção penal-Importunação sexual
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	Mulheres em Outubro-Avanços na proteção penal-Violência psicológica contra a mulher
ANA LUCIA PETRI BETTO	Mulheres em Outubro-Avanços na proteção penal-Violência psicológica contra a mulher
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	VIVAMENTE_Saúde Emocional na Justiça Federal da 3ª Região
LESLEY GASPARINI	VIVAMENTE_Saúde Emocional na Justiça Federal da 3ª Região
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	VIVAMENTE_Saúde Emocional na Justiça Federal da 3ª Região
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	VIVAMENTE_Saúde Emocional na Justiça Federal da 3ª Região
DENISE APARECIDA AVELAR	VIVAMENTE_Saúde Emocional na Justiça Federal da 3ª Região
DECIO GABRIEL GIMENEZ	VIVAMENTE_Saúde Emocional na Justiça Federal da 3ª Região

THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
RENATO LOPES BECHO	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
GISELLE DE AMARO E FRANCA	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
ROBERTO LIMA CAMPELO	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
RAFAEL MINERVINO BISPO	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	FOFO Nível 1 - Módulo 3 - ELEMENTOS DA ATIVIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA
SILVIA FIGUEIREDO MARQUES	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
AUDREY GASPARINI	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
DIANA BRUNSTEIN	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
LESLEY GASPARINI	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
DECIO GABRIEL GIMENEZ	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
JOAO BATISTA MACHADO	Webinário Políticas Públicas e o Poder Judiciário
BARBARA DE LIMA ISEPPI	Desnudando as Liberdades de Comunicação_Liberdade de Expressão: deveres de proteção e exceções
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Webinário Direitos das Pessoas com Deficiência_Abertura
FABIO LUPARELLI MAGAJEWSKI	Webinário Direitos das Pessoas com Deficiência_Abertura
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Webinário Direitos das Pessoas com Deficiência_Acessibilidade Física
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	Webinário Direitos das Pessoas com Deficiência_Acessibilidade Digital
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	Webinário A Prevenção e o Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no Âmbito da Justiça Federal
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Webinário A Prevenção e o Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no Âmbito da Justiça Federal
PAULO MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA	Mulheres Migrantes: O Caso das Juízas Afegãs e o Papel do Brasil no Acolhimento de Refugiadas
RICARDO MENDONCA CARDOSO	Mulheres Migrantes: O Caso das Juízas Afegãs e o Papel do Brasil no Acolhimento de Refugiadas
NATALIA LUCHINI	Mulheres Migrantes: O Caso das Juízas Afegãs e o Papel do Brasil no Acolhimento de Refugiadas
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	Mulheres Migrantes: O Caso das Juízas Afegãs e o Papel do Brasil no Acolhimento de Refugiadas

Participantes dos cursos oferecidos pela EMAG em 2020

Aluno	Nome
ALESSANDRO DIAFERIA	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
DIEGO PAES MOREIRA	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
FELIPE BITTENCOURT POTRICH	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
FERNANDO NARDON NIELSEN	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
FLAVIA SERIZAWA E SILVA	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
LEONARDO HENRIQUE SOARES	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
MARCIO CRISTIANO EBERT	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA

MARIA CAROLINA AKEL AYOUB	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	COLABORAÇÃO PREMIADA E ACORDOS DE LENIÊNCIA
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
CARLA ABRANTKOSKI RISTER	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
CRISTIANO DO CARMO HARASYMOWICZ DE ALMEIDA TAGUATINGA	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
GUSTAVO BARBOSA COELHO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
JOSE MARCOS LUNARDELLI	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
LEANDRO ANDRE TAMURA	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
MARCELO GUERRA MARTINS	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
PAULO SERGIO DOMINGUES	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
PHELIPE VICENTE DE PAULA CARDOSO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
RAFAEL MINERVINO BISPO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
RONALD DE CARVALHO FILHO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS - CURSO 2
ANDRE WASILEWSKI DUSZCZAK	SEMINÁRIO INTERNACIONAL "LICITAÇÕES PÚBLICAS E FRAUDES"
AUDREY GASPARINI	SEMINÁRIO INTERNACIONAL "LICITAÇÕES PÚBLICAS E FRAUDES"
JOAO ROBERTO OTTAVI JUNIOR	SEMINÁRIO INTERNACIONAL "LICITAÇÕES PÚBLICAS E FRAUDES"
MONICA APARECIDA BONAVINA CAMARGO	SEMINÁRIO INTERNACIONAL "LICITAÇÕES PÚBLICAS E FRAUDES"
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	SEMINÁRIO INTERNACIONAL "LICITAÇÕES PÚBLICAS E FRAUDES"
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	O FUTURO DA JUSTIÇA FACE ÀS MUDANÇAS AMBIENTAIS
MARCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	A SAÚDE EMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
MARCIA SOUZA E SILVA DE OLIVEIRA FERNANDES	A SAÚDE EMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	A SAÚDE EMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
RENATA ANDRADE LOTUFO	A SAÚDE EMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
DECIO GABRIEL GIMENEZ	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES

FLAVIA DE TOLEDO CERA	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
GUSTAVO GAIO MURAD	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
JAIRO DA SILVA PINTO	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
PEDRO HENRIQUE MEIRA FIGUEIREDO	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
RENATO BARTH PIRES	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
RODRIGO VASLIN DINIZ	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
YURI GUERZE TEIXEIRA	PRECEDENTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - OBSERVÂNCIA, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES
ALESSANDRO DIAFERIA	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
CARLA ABRANTKOSKI RISTER	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
FABIO FISCHER	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
FERNANDO CEZAR CARRUSCA VIEIRA	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3

FERNANDO MARCELO MENDES	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
FERNANDO TOLEDO CARNEIRO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
IVANA BARBA PACHECO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
JATIR PIETROFORTE LOPES VARGAS	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
JOSE MARCOS LUNARDELLI	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
MARCELO GUERRA MARTINS	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
PAULO SERGIO DOMINGUES	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
RAFAEL MINERVINO BISPO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
RONALD DE CARVALHO FILHO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
SHEILA PINTO GIORDANO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	DIREITO E ECONOMIA: INDIVÍDUOS E SOCIEDADE_CURSO 3
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
DJALMA MOREIRA GOMES	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
JAIRO DA SILVA PINTO	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
RAUL MARIANO JUNIOR	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
RENATA ANDRADE LOTUFO	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
RENATO BARTH PIRES	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
RONALD GUIDO JUNIOR	COVID-19: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS
ALESSANDRO DIAFERIA	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
CARLA ABRANTKOSKI RISTER	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
DEBORA CRISTINA THUM	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
FERNANDO CEZAR CARRUSCA VIEIRA	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
FERNANDO MARCELO MENDES	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS

FERNANDO NARDON NIELSEN	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
JOAO FELIPE MENEZES LOPES	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
JOSE CARLOS FRANCISCO	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
LUIZ AUGUSTO IAMASSAKI FIORENTINI	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
MARCELO GUERRA MARTINS	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
MARCIA SOUZA E SILVA DE OLIVEIRA FERNANDES	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
MIGUEL FLORESTANO NETO	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
PAULO SERGIO DOMINGUES	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
RAUL MARIANO JUNIOR	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
RONALD DE CARVALHO FILHO	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
SERGIO NOJIRI	LAW AND ECONOMICS E TEORIA DOS JOGOS: ENTRE A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E A TEORIA DAS PROVAS
ALESSANDRO DIAFERIA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
AUDREY GASPARINI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
DJALMA MOREIRA GOMES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
EMERSON JOSE DO COUTO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
FABIO FISCHER	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
FABIO LUPARELLI MAGAJEWSKI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
FERNANDO CEZAR CARRUSCA VIEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
GABRIEL HERRERA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
LEONARDO HENRIQUE SOARES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
MARCELA ASCER ROSSI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
MARCOS ALVES TAVARES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
MARIANA HIWATASHI DOS SANTOS	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
NATALIA ARPINI LIEVORE	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
PAULO MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
RAECLER BALDRESCA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
RENATO BARTH PIRES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
RICARDO WILLIAM CARVALHO DOS SANTOS	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1

SHEILA PINTO GIORDANO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
VANDERLEI PEDRO COSTENARO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
VITOR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE - TURMA 1
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
DALTON IGOR KITA CONRADO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
DANILO ALMASI VIEIRA SANTOS	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
DECIO GABRIEL GIMENEZ	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
EDGAR FRANCISCO ABADIE JUNIOR	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
ERICO ANTONINI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
ERIK FREDERICO GRAMSTRUP	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FABIO RUBEM DAVID MUZEL	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FERNANDO MARCELO MENDES	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FERNANDO MARIATH RECHIA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FLAVIA DE TOLEDO CERA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FLAVIA SERIZAWA E SILVA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FLETCHER EDUARDO PENTEADO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
GABRIELLA CRISTINA SILVA VILELA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
JOSE MARIO BARRETTO PEDRAZZOLI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
JOSE TARCISIO JANUARIO	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
LEONARDO PESSORUSSO DE QUEIROZ	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
MARCIO AUGUSTO DE MELO MATOS	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
PEDRO HENRIQUE MAGALHAES LIMA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
RICARDO DUARTE FERREIRA FIGUEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
ROBERTO CRISTIANO TAMANTINI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
ROBERTO POLINI	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
YURI GUERZE TEIXEIRA	EAD - GESTÃO CARTORÁRIA -PJE TURMA 2
FABIO RUBEM DAVID MUZEL	EAD - TEMPO DE PENSAR: INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E FILOSOFIA
MARCIA SOUZA E SILVA DE OLIVEIRA FERNANDES	EAD - TEMPO DE PENSAR: INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E FILOSOFIA
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	EAD - TEMPO DE PENSAR: INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E FILOSOFIA
RENATA ANDRADE LOTUFO	EAD - TEMPO DE PENSAR: INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E FILOSOFIA
RICARDO MENDONCA CARDOSO	EAD - TEMPO DE PENSAR: INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E FILOSOFIA
TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO	EAD - TEMPO DE PENSAR: INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E FILOSOFIA
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
AUDREY GASPARINI	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
BRUNO TAKAHASHI	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA MEIRA	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)

CARLA CRISTINA FONSECA JORIO	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
DANILO ALMASI VIEIRA SANTOS	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
DECIO GABRIEL GIMENEZ	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
DENISE APARECIDA AVELAR	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
ELIANA PARISI	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
FABIO DELMIRO DOS SANTOS	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
JAIRO DA SILVA PINTO	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
JANAINA MARTINS PONTES	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
LEILA PAIVA MORRISON	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
LEONARDO PESSORUSSO DE QUEIROZ	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
LEONORA RIGO GASPAR	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
LESLEY GASPARINI	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
LUCIANO PEDROTTI CORADINI	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
MARCELO GUERRA MARTINS	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
MARCIA UEMATSU FURUKAWA	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
MARCIO AUGUSTO DE MELO MATOS	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
RAPHAEL JOSE DE OLIVEIRA SILVA	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
RENATO BARTH PIRES	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
RODRIGO VASLIN DINIZ	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
RUBENS PETRUCCI JUNIOR	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
UILTON REINA CECATO	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
VANESSA VIEIRA DE MELLO	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
YURI GUERZE TEIXEIRA	PROCESSO CIVIL - 05 ANOS DO NOVO CPC (AJUFESP)
ADRIANA DELBONI TARICCO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
AUDREY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
LESLEY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
MARCELA ASCER ROSSI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 1: "MULHER JUÍZA E ESTEREÓTIPOS"
AUDREY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 2: "GÊNERO E GRAFITE"
LESLEY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 2: "GÊNERO E GRAFITE"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 2: "GÊNERO E GRAFITE"
ADRIANA DELBONI TARICCO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
AUDREY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
LESLEY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"

MARCELA ASCER ROSSI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 3: "DECISÃO E GÊNERO SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA"
ADRIANA DELBONI TARICCO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 4: "OS NOVOS 50 ANOS. QUAIS SÃO AS NOSSAS ESCOLHAS PARA VIVER A MATURIDADE"
AUDREY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 4: "OS NOVOS 50 ANOS. QUAIS SÃO AS NOSSAS ESCOLHAS PARA VIVER A MATURIDADE"
INES VIRGINIA PRADO SOARES	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 4: "OS NOVOS 50 ANOS. QUAIS SÃO AS NOSSAS ESCOLHAS PARA VIVER A MATURIDADE"
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 4: "OS NOVOS 50 ANOS. QUAIS SÃO AS NOSSAS ESCOLHAS PARA VIVER A MATURIDADE"
RAECLER BALDRESCA	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 4: "OS NOVOS 50 ANOS. QUAIS SÃO AS NOSSAS ESCOLHAS PARA VIVER A MATURIDADE"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 4: "OS NOVOS 50 ANOS. QUAIS SÃO AS NOSSAS ESCOLHAS PARA VIVER A MATURIDADE"
AUDREY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
INES VIRGINIA PRADO SOARES	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
LESLEY GASPARINI	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
RAECLER BALDRESCA	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	DESNUDANDO ESTEREÓTIPOS 5: "MITOS E TABUS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO"
ADRIANA GALVAO STARR	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
ANA AGUIAR DOS SANTOS NEVES	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
ANA LUCIA PETRI BETTO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
ANDREIA FERNANDES ONO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
BRUNO CEZAR DA CUNHA TEIXEIRA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
CARLA ABRANTKOSKI RISTER	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA MEIRA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
CARLOS ALBERTO LOVERRA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
FELIPE ALVES TAVARES	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
FERNANDO HENRIQUE CORREA CUSTODIO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3

HAROLDO NADER	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
HUGO DANIEL LAZARIN	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
JATIR PIETROFORTE LOPES VARGAS	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
JOSE EDUARDO DE ALMEIDA LEONEL FERREIRA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
JULIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
LEONARDO JOSE CORREA GUARDA LIN PEI JENG	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
LISA TAUBEMBLATT	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
LUCIANO PEDROTTI CORADINI LUCIANO SILVA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
MARCIA UEMATSU FURUKAWA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
MATEUS CASTELO BRANCO FIRMINO DA SILVA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
MICHELLE CAMINI MICKELBERG	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
RENATO CAMARA NIGRO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
ROBERTO LIMA CAMPELO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
RODINER RONCADA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
ROGERIO VOLPATTI POLEZZE	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
SILVIA MELO DA MATTA	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
THIAGO DE ALMEIDA BRAGA NASCIMENTO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
VANESSA VIEIRA DE MELLO	EAD_GESTÃO CARTORÁRIA_PJE_TURMA 3
ALESSANDRO DIAFERIA	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
CARLA ABRANTKOSKI RISTER	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
FERNANDO MARCELO MENDES	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
GIOVANA APARECIDA LIMA MAIA	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
JOSE MARCOS LUNARDELLI	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
MARCELO GUERRA MARTINS	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
PAULO SERGIO DOMINGUES	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
RAFAEL MINERVINO BISPO	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
RONALD DE CARVALHO FILHO	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV

RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO E ECONOMIA - CURSO 4 FGV
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	DIREITO ADUANEIRO
DECIO GABRIEL GIMENEZ	DIREITO ADUANEIRO
FERNANDO MARIATH RECHIA	DIREITO ADUANEIRO
JOSE EDUARDO DE ALMEIDA LEONEL FERREIRA	DIREITO ADUANEIRO
LESLEY GASPARINI	DIREITO ADUANEIRO
LUIZ AUGUSTO IAMASSAKI FIORENTINI	DIREITO ADUANEIRO
MARCELO LELIS DE AGUIAR	DIREITO ADUANEIRO
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	DIREITO ADUANEIRO
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	DIREITO ADUANEIRO
ROBERTO LIMA CAMPELO	DIREITO ADUANEIRO
BARBARA DE LIMA ISEPPI	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 1: PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERAMERICANO
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 1: PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERAMERICANO
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 1: PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERAMERICANO
VANESSA VIEIRA DE MELLO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 1: PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERAMERICANO
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 1: PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERAMERICANO
BARBARA DE LIMA ISEPPI	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 2: O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 2: O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 2: O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 2: O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
BARBARA DE LIMA ISEPPI	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 3: DESAFIOS NO JULGAMENTO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 3: DESAFIOS NO JULGAMENTO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 3: DESAFIOS NO JULGAMENTO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
VANESSA VIEIRA DE MELLO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 3: DESAFIOS NO JULGAMENTO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
BARBARA DE LIMA ISEPPI	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 4: JORNADA DA LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL - ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMO
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 4: JORNADA DA LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL - ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMO

VANESSA VIEIRA DE MELLO	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 4: JORNADA DA LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL - ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMO
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL É CRIME 4: JORNADA DA LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL - ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMO
ADENIR PEREIRA DA SILVA	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
ANDREIA SILVA SARNEY COSTA MORUZZI	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
AUDREY GASPARINI	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
BARBARA DE LIMA ISEPPI	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
BRUNO CEZAR DA CUNHA TEIXEIRA	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
JOSE MARIO BARRETTO PEDRAZZOLI	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
MARCELO COSTENARO CAVALI	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
MARIA CAROLINA AKEL AYOUB	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
MICHELLE CAMINI MICKELBERG	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
NILSON MARTINS LOPES JUNIOR	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
RAECLER BALDRESCA	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
THIAGO DE ALMEIDA BRAGA NASCIMENTO	30 ANOS DE INSTALAÇÃO DO FÓRUM FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO
AUDREY GASPARINI	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
FABIO FISCHER	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
MARILIA RECHI GOMES DE AGUIAR LEONEL FERREIRA	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
MATHEUS RODRIGUES MARQUES	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
RODRIGO ZACHARIAS	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
SABRINA BONFIM DE ARRUDA PINTO	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
VANESSA VIEIRA DE MELLO	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1

YURI GUERZE TEIXEIRA	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 1
BARBARA DE LIMA ISEPPI	DESNUDANDO PRECONCEITOS 1: "POVOS CIGANOS: MITOS, ESTEREÓTIPOS E EXCLUSÃO SOCIAL"
LEILA PAIVA MORRISON	DESNUDANDO PRECONCEITOS 1: "POVOS CIGANOS: MITOS, ESTEREÓTIPOS E EXCLUSÃO SOCIAL"
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	DESNUDANDO PRECONCEITOS 1: "POVOS CIGANOS: MITOS, ESTEREÓTIPOS E EXCLUSÃO SOCIAL"
VERA CECILIA DE ARANTES FERNANDES COSTA	DESNUDANDO PRECONCEITOS 1: "POVOS CIGANOS: MITOS, ESTEREÓTIPOS E EXCLUSÃO SOCIAL"
LEILA PAIVA MORRISON	DESNUDANDO PRECONCEITOS 2: "O ANTISSEMITISMO COMO FORMA DE RACISMO"
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	DESNUDANDO PRECONCEITOS 2: "O ANTISSEMITISMO COMO FORMA DE RACISMO"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO PRECONCEITOS 2: "O ANTISSEMITISMO COMO FORMA DE RACISMO"
BARBARA DE LIMA ISEPPI	DESNUDANDO PRECONCEITOS 3: "NEGROS: A NORMA E A REALIDADE"
LEILA PAIVA MORRISON	DESNUDANDO PRECONCEITOS 3: "NEGROS: A NORMA E A REALIDADE"
RENATO CAMARA NIGRO	DESNUDANDO PRECONCEITOS 3: "NEGROS: A NORMA E A REALIDADE"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	DESNUDANDO PRECONCEITOS 3: "NEGROS: A NORMA E A REALIDADE"
LEILA PAIVA MORRISON	DESNUDANDO PRECONCEITOS 4: "RESISTÊNCIA INDÍGENA CONTRA O PRECONCEITO. DO COLONIALISMO À ATUALIDADE"
ADRIANA DELBONI TARICCO	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
BARBARA DE LIMA ISEPPI	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
FERNAO POMPEO DE CAMARGO	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
FLAVIA SERIZAWA E SILVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
MONICA APARECIDA BONAVINA CAMARGO	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
PAULO BUENO DE AZEVEDO	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OUTRO OLHAR PARA ALÉM DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
CARLA CRISTINA FONSECA JORIO	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
DANILO ALMASI VIEIRA SANTOS	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
FELIPE BITTENCOURT POTRICH	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
JAIRO DA SILVA PINTO	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"

JOSE RENATO RODRIGUES	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
RICARDO MENDONCA CARDOSO	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
VANESSA VIEIRA DE MELLO	VII CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
ELIDIA APARECIDA DE ANDRADE CORREA	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
FABIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
FABIO FISCHER	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
RODRIGO VASLIN DINIZ	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
VITOR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS - UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA -CURSO COMPLETO (MAGISTRADOS / SERVIDORES /
CARLOS EDUARDO DA SILVA CAMARGO	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO - TURMA 1
GUSTAVO BARBOSA COELHO	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO - TURMA 1
RODRIGO VASLIN DINIZ	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO - TURMA 1
ALEXANDRE ALBERTO BERNO	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 2
GABRIEL HERRERA	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 2
LEILA PAIVA MORRISON	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 2
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 2
NATALIA ARPINI LIEVORE	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 2
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	EAD_APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA_TURMA 2
CARLOS ALBERTO ANTONIO JUNIOR	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
FABIO KAIUT NUNES	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
FERNANDO HENRIQUE CORREA CUSTODIO	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
GABRIELLA NAVES BARBOSA	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
GUSTAVO GAIO MURAD	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
MARISA VASCONCELOS	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
RICARDO MENDONCA CARDOSO	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
RODRIGO ZACHARIAS	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA

SABRINA BONFIM DE ARRUDA PINTO	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
UBIRAJARA RESENDE COSTA	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
VANESSA VIEIRA DE MELLO	EAD - REFORMA PREVIDENCIÁRIA
ANDRE CUSTODIO NEKATSCHALOW	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
ANTONIO CARLOS CEDENHO	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
FABIANO LOPES CARRARO	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
FERNANDA SOUZA HUTZLER	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
INES VIRGINIA PRADO SOARES	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
LUIS PAULO COTRIM GUIMARAES	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
NINO OLIVEIRA TOLDO	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
WILSON ZAUHY FILHO	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
BRUNO BARBOSA STAMM	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
JANAINA MARTINS PONTES	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
RENATO CAMARA NIGRO	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
RODRIGO VASLIN DINIZ	DESNUDANDO FAKE NEWS 1: "EXISTE UM DEVER DE VERACIDADE?"
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	DESNUDANDO FAKE NEWS 2: "CADÊ O PORTEIRO?"
BRUNO BARBOSA STAMM	DESNUDANDO FAKE NEWS 2: "CADÊ O PORTEIRO?"
PAULO MITSURU SHIOKAWA NETO	DESNUDANDO FAKE NEWS 2: "CADÊ O PORTEIRO?"
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	DESNUDANDO FAKE NEWS 2: "CADÊ O PORTEIRO?"
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	DESNUDANDO FAKE NEWS 2: "CADÊ O PORTEIRO?"
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
BRUNO BARBOSA STAMM	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
JANAINA MARTINS PONTES	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"

MARINA GIMENEZ BUTKERAITIS	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
RODRIGO VASLIN DINIZ	DESNUDANDO FAKE NEWS 3: "FAKE NEWS, CONTEÚDO FALSO E A DEMOCRACIA"
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	DESNUDANDO FAKE NEWS 4: "MULHER, A MENTIRA NAS ORIGENS"
BRUNO BARBOSA STAMM	DESNUDANDO FAKE NEWS 4: "MULHER, A MENTIRA NAS ORIGENS"
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	DESNUDANDO FAKE NEWS 4: "MULHER, A MENTIRA NAS ORIGENS"
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	DESNUDANDO FAKE NEWS 4: "MULHER, A MENTIRA NAS ORIGENS"
RODRIGO VASLIN DINIZ	DESNUDANDO FAKE NEWS 4: "MULHER, A MENTIRA NAS ORIGENS"
ANA CLAUDIA MANIKOWSKI ANNES	DESNUDANDO FAKE NEWS 5: "A COVID-19 E AS FAKE NEWS"
BRUNO BARBOSA STAMM	DESNUDANDO FAKE NEWS 5: "A COVID-19 E AS FAKE NEWS"
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	DESNUDANDO FAKE NEWS 5: "A COVID-19 E AS FAKE NEWS"
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	DESNUDANDO FAKE NEWS 5: "A COVID-19 E AS FAKE NEWS"
RODRIGO VASLIN DINIZ	DESNUDANDO FAKE NEWS 5: "A COVID-19 E AS FAKE NEWS"
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	DESNUDANDO FAKE NEWS 6: "A VERDADE EM ESTRUTURA DE FICÇÃO E O CINISMO"
RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	DESNUDANDO FAKE NEWS 6: "A VERDADE EM ESTRUTURA DE FICÇÃO E O CINISMO"
BRUNO BARBOSA STAMM	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO- TURMA 4
DJALMA MOREIRA GOMES	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO- TURMA 4
JAIRO DA SILVA PINTO	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO- TURMA 4
JOSE RENATO RODRIGUES	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO- TURMA 4
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO- TURMA 4

Participantes dos cursos oferecidos pela EMAG em 2019

Aluno	Nome
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
DECIO GABRIEL GIMENEZ	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
ERIK FREDERICO GRAMSTRUP	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
EURICO ZECCHIN MAIOLINO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
FABIANA ALVES RODRIGUES	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
FABIANO LOPES CARRARO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
JANAINA MARTINS PONTES	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
JOAO EDUARDO CONSOLIM	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
KATIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1

LESLEY GASPARINI	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
MARCELO LELIS DE AGUIAR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
NELSON DE FREITAS PORFIRIO JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
PAULO ALBERTO SARNO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
PEDRO HENRIQUE MEIRA FIGUEIREDO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
RAUL MARIANO JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
RENATA ANDRADE LOTUFO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
RENATO CAMARA NIGRO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
ROBERTO LIMA CAMPELO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 1
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
ELIDIA APARECIDA DE ANDRADE CORREA	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
INES VIRGINIA PRADO SOARES	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
LEILA PAIVA MORRISON	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
LESLEY GASPARINI	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
MARCELO LELIS DE AGUIAR	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
PAULO ALBERTO SARNO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
RAFAEL ANDRADE DE MARGALHO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
RAFAEL MINERVINO BISPO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
RAUL MARIANO JUNIOR	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
ROBERTO LIMA CAMPELO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
RODRIGO ZACHARIAS	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
SERGIO NOJIRI	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
SIDMAR DIAS MARTINS	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1
VALDIRENE RIBEIRO DE SOUZA FALCAO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1-TURMA 1

ELIANA BORGES DE MELLO MARCELO	SEMINÁRIO DIREITO AMBIENTAL - ATUALIDADES
MARCELO GUERRA MARTINS RODRIGO ZACHARIAS	SEMINÁRIO DIREITO AMBIENTAL - ATUALIDADES
VERA LUCIA ROCHA SOUZA JUCOVSKY	SEMINÁRIO DIREITO AMBIENTAL - ATUALIDADES
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	OFICINA SISTÊMICA DE PRÁTICA PROCESSUAL, GESTÃO, CONCILIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
JOAO BATISTA MACHADO	OFICINA SISTÊMICA DE PRÁTICA PROCESSUAL, GESTÃO, CONCILIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
LEANDRO ANDRE TAMURA	OFICINA SISTÊMICA DE PRÁTICA PROCESSUAL, GESTÃO, CONCILIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
SIDMAR DIAS MARTINS	OFICINA SISTÊMICA DE PRÁTICA PROCESSUAL, GESTÃO, CONCILIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
BRUNO TAKAHASHI	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
DECIO GABRIEL GIMENEZ	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
ERIK FREDERICO GRAMSTRUP	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
JOAO EDUARDO CONSOLIM	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
KATIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
LESLEY GASPARINI	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
NATALIA LUCHINI	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
PAULO ALBERTO SARNO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
PEDRO HENRIQUE MEIRA FIGUEIREDO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
RAUL MARIANO JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
ROBERTO LIMA CAMPELO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 2
OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	VI CONGRESSO TRIBUTAÇÃO E EMPRESA - ELEMENTOS QUANTITATIVOS
RODRIGO ZACHARIAS	VI CONGRESSO TRIBUTAÇÃO E EMPRESA - ELEMENTOS QUANTITATIVOS
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	VI CONGRESSO TRIBUTAÇÃO E EMPRESA - ELEMENTOS QUANTITATIVOS
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
ANA LUCIA PETRI BETTO	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
BARBARA DE LIMA ISEPPI	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
EMERSON JOSE DO COUTO	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
IVANA BARBA PACHECO	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
JOAO EDUARDO CONSOLIM	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
LEONARDO VIETRI ALVES DE GODOI	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2

NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
PAULO BUENO DE AZEVEDO	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
RICARDO MENDONCA CARDOSO	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
ROGERIO VOLPATTI POLEZZE	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
TANIA REGINA MARANGONI	FORMAÇÃO DE FORMADORES -FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 1 TURMA 2
BRUNO TAKAHASHI	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
DECIO GABRIEL GIMENEZ	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
ERIK FREDERICO GRAMSTRUP	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
HERBERT CORNELIO PIETER DE BRUYN JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
JOAO EDUARDO CONSOLIM	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
JOSE DENILSON BRANCO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
KATIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
LESLEY GASPARINI	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
PAULO ALBERTO SARNO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
RAUL MARIANO JUNIOR	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
RENATA ANDRADE LOTUFO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
ROBERTO LIMA CAMPELO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA MÓDULO 3
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
BARBARA DE LIMA ISEPPI	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
FERNAO POMPEO DE CAMARGO	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
GISELLE DE AMARO E FRANCA	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
PAULO BUENO DE AZEVEDO	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
RENATO CAMARA NIGRO	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS

ROBERTO MODESTO JEUKEN	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
VERA LUCIA ROCHA SOUZA JUCOVSKY	JUSTIÇA RESTAURATIVA - INTRODUÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
BARBARA DE LIMA ISEPPI	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
FERNAO POMPEO DE CAMARGO	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
GISELLE DE AMARO E FRANCA	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
PAULO BUENO DE AZEVEDO	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
RENATO CAMARA NIGRO	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
ROBERTO MODESTO JEUKEN	ADMINISTRANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ORGANIZACIONAL
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
BARBARA DE LIMA ISEPPI	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
FERNAO POMPEO DE CAMARGO	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
GISELLE DE AMARO E FRANCA	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
PAULO BUENO DE AZEVEDO	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
RENATO CAMARA NIGRO	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
ROBERTO MODESTO JEUKEN	OFICINA - JUSTIÇA RESTAURATIVA
EURICO ZECCHIN MAIOLINO	ESTUDOS DO MEIO APLICADOS À JUSTIÇA FEDERAL
MARCIA HOFFMANN DO AMARAL E SILVA TURRI	ESTUDOS DO MEIO APLICADOS À JUSTIÇA FEDERAL
PAULO SERGIO DOMINGUES	ESTUDOS DO MEIO APLICADOS À JUSTIÇA FEDERAL
RENATA ANDRADE LOTUFO	ESTUDOS DO MEIO APLICADOS À JUSTIÇA FEDERAL
ALEXANDRE BERZOSA SALIBA	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
ANA EMILIA RODRIGUES AIRES	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
CAROLINA CASTRO COSTA VIEGAS	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
DASSER LETTIERE JUNIOR	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE

DEBORA CRISTINA THUM	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
DENISE APARECIDA AVELAR	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
GUILHERME CASTRO LOPO	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
LEANDRO ANDRE TAMURA	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
LEONARDO HENRIQUE SOARES	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
LESLEY GASPARINI	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
LUCIANO TERTULIANO DA SILVA	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
MARCIA SOUZA E SILVA DE OLIVEIRA FERNANDES	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
MARISA CLAUDIA GONCALVES CUCIO	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
RAUL MARIANO JUNIOR	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
RICARDO GONCALVES DE CASTRO CHINA	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
RICARDO UBERTO RODRIGUES	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
SILVIA MELO DA MATTA	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
VANDERLEI PEDRO COSTENARO	GESTÃO CARTORÁRIA NO PJE
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - QUESTÕES PRÁTICAS
JOAO ROBERTO OTTAVI JUNIOR	CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - QUESTÕES PRÁTICAS
LETICIA DEA BANKS FERREIRA LOPES	CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - QUESTÕES PRÁTICAS
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - QUESTÕES PRÁTICAS
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - QUESTÕES PRÁTICAS
SOCRATES LEAO VIEIRA	CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - QUESTÕES PRÁTICAS
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
FERNANDO NARDON NIELSEN	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
JOSE LUIZ PALUDETTO	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
LEONARDO HENRIQUE SOARES	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
MARCIO CRISTIANO EBERT	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
PABLO RODRIGO DIAZ NUNES	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)

RONALD GUIDO JUNIOR	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
ROSA MARIA PEDRASSI DE SOUZA	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
SILVIA MELO DA MATTA	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
SOCRATES LEAO VIEIRA	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - QUESTÕES PRÁTICAS (AJUFESP)
GUSTAVO CATUNDA MENDES	LEI DE MIGRAÇÃO
HUGO DANIEL LAZARIN	LEI DE MIGRAÇÃO
MARCIO SATALINO MESQUITA	LEI DE MIGRAÇÃO
RICARDO UBERTO RODRIGUES	LEI DE MIGRAÇÃO
RONALDO JOSE DA SILVA	LEI DE MIGRAÇÃO
VALTER ANTONIASSI MACCARONE	LEI DE MIGRAÇÃO
ADRIANA DELBONI TARICCO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
ANA LUCIA PETRI BETTO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
BARBARA DE LIMA ISEPPI	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
CAROLLINE SCOFIELD AMARAL	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
IVANA BARBA PACHECO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
JOAO EDUARDO CONSOLIM	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
LESLEY GASPARINI	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
MARCIO FERRO CATAPANI	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
PAULO ALBERTO SARNO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
PAULO BUENO DE AZEVEDO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
RAUL MARIANO JUNIOR	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
RICARDO MENDONCA CARDOSO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
RODRIGO ZACHARIAS	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
ROGERIO VOLPATTI POLEZZE	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
SERGIO NOJIRI	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
VALDIRENE RIBEIRO DE SOUZA FALCAO	FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO NÍVEL 1 - MÓDULO 3
CAIO CEZAR MAIA DE OLIVEIRA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
DAVID GOMES DE BARROS SOUZA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
FABIO FISCHER	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
FELIPE ALVES TAVARES	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
FELIPE DE FARIAS RAMOS	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
FERNANDO MARIATH RECHIA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
GABRIEL HERRERA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
GABRIEL HILLEN ALBERNAZ ANDRADE	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM

JULIA CAVALCANTE SILVA BARBOSA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
LETICIA MENDES GONCALVES HILLEN	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
LUCAS MEDEIROS GOMES LUCIANO SILVA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
MARCELA ASCER ROSSI	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
MARIA RUBIA ANDRADE MATOS	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
MARIANA HIWATASHI DOS SANTOS	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
MATHEUS RODRIGUES MARQUES	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
NATALIA ARPINI LIEVORE	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
RICARDO DUARTE FERREIRA FIGUEIRA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
RODRIGO ANTONIO CALIXTO DE PINA GOMES MELLO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
SHEILA PINTO GIORDANO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
THIAGO DE ALMEIDA BRAGA NASCIMENTO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
VITOR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
YURI GUERZE TEIXEIRA BRUNO TAKAHASHI	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL_MÓDULO NACIONAL ENFAM
KATIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - JEF
MONICA APARECIDA BONAVINA CAMARGO	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - JEF
NATALIA LUCHINI	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - JEF
RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - JEF
TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS GURGEL	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - JEF
ERIK FREDERICO GRAMSTRUP	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - EXECUÇÕES FISCAIS
JOAO EDUARDO CONSOLIM	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - EXECUÇÕES FISCAIS
LESLEY GASPARINI	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - EXECUÇÕES FISCAIS
PAULO ALBERTO SARNO	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - EXECUÇÕES FISCAIS
RAUL MARIANO JUNIOR	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - EXECUÇÕES FISCAIS
ROBERTO LIMA CAMPELO	CONHECENDO EMPIRICAMENTE A JUSTIÇA FEDERAL - EXECUÇÕES FISCAIS
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	PALESTRA EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA, SEGURANÇA DE DADOS E O ENFOQUE EUROPEU DA "REVOLUÇÃO 4.0"
RAFAEL MINERVINO BISPO	PALESTRA EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA, SEGURANÇA DE DADOS E O ENFOQUE EUROPEU DA "REVOLUÇÃO 4.0"
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	SEMINÁRIO EM CELEBRAÇÃO DOS 25 ANOS DA JUSTIÇA FEDERAL EM BAURU
ALESSANDRO DIAFERIA	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
ANITA VILLANI	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)

BARBARA DE LIMA ISEPPI	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
DOUGLAS CAMARINHA GONZALES	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
FERNANDO TOLEDO CARNEIRO	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
FLAVIA SERIZAWA E SILVA	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
LUCIANO TERTULIANO DA SILVA	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
SIDMAR DIAS MARTINS	SEMINÁRIO SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)
ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	SEMINÁRIO "BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE - UM OLHAR ESTRATÉGICO SOBRE AS PERÍCIAS MÉDICAS"
MAURO SALLES FERREIRA LEITE	SEMINÁRIO "BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE - UM OLHAR ESTRATÉGICO SOBRE AS PERÍCIAS MÉDICAS"
ANA LUCIA IUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
CARLA ABRANTKOSKI RISTER	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
DANIELA PAULOVICH DE LIMA	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
GUSTAVO BARBOSA COELHO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
JOSE MARCOS LUNARDELLI	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
LEANDRO ANDRE TAMURA	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
MARCELO GUERRA MARTINS	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
PAULO SERGIO DOMINGUES	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
PHELIPE VICENTE DE PAULA CARDOSO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
PRISCILLA GALDINI DE ANDRADE	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
RAFAEL MINERVINO BISPO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
RONALD DE CARVALHO FILHO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
RUBENS ALEXANDRE ELIAS CALIXTO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
SYLVIA MARLENE DE CASTRO FIGUEIREDO	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
TIAGO BITENCOURT DE DAVID	INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA PARA MEMBROS DO JUDICIÁRIO
CARLA CRISTINA FONSECA JORIO	VI CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
PAULO SERGIO DOMINGUES	VI CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
RODRIGO ZACHARIAS	VI CONGRESSO "O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"
ANA CLARA DE PAULA OLIVEIRA PASSOS	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO

ANA CLAUDIA CAUREL DE ALENCAR	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ANDERSON FERNANDES VIEIRA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ANTONIO ANDRE MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
CARLA CRISTINA FONSECA JORIO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
CARLOS ALBERTO NAVARRO PEREZ	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
CLORISVALDO RODRIGUES DOS SANTOS	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
DANILO GUERREIRO DE MORAES	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
FABIANO LOPES CARRARO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
FABIO KAIUT NUNES	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
FERNANDO NARDON NIELSEN	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
GISELE BUENO DA CRUZ DE LIMA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
HELENA FURTADO DA FONSECA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
JATIR PIETROFORTE LOPES VARGAS	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
JORGE ALEXANDRE DE SOUZA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
JOSE RENATO RODRIGUES	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
LEONORA RIGO GASPAR	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
LIDIANE MARIA OLIVA CARDOSO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
MAURO SPALDING	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
MONIQUE MARCHIOLI LEITE	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
RICARDO DAMASCENO DE ALMEIDA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
RICARDO MENDONCA CARDOSO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
RODINER RONCADA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
RONALDO JOSE DA SILVA	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
SABRINA BONFIM DE ARRUDA PINTO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO

TATHIANE MENEZES DA ROCHA PINTO	V ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO
ALESSANDRO DIAFERIA	O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A JUSTIÇA: RECONHECIMENTO FACIAL
EMERSON JOSE DO COUTO	O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A JUSTIÇA: RECONHECIMENTO FACIAL
JOAQUIM EURIPEDES ALVES PINTO	O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A JUSTIÇA: RECONHECIMENTO FACIAL
MARCELO GUERRA MARTINS	O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A JUSTIÇA: RECONHECIMENTO FACIAL
PAULO SERGIO DOMINGUES	O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A JUSTIÇA: RECONHECIMENTO FACIAL
EMERSON JOSE DO COUTO	CAFÉ COM MEDIAÇÃO - MEDIAÇÃO ESCOLAR
JANAINA MARTINS PONTES	CAFÉ COM MEDIAÇÃO - MEDIAÇÃO ESCOLAR
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	PALESTRA SEQUESTRI E DELLE CONFISCHE DEI BENI
MARISA VASCONCELOS	PALESTRA SEQUESTRI E DELLE CONFISCHE DEI BENI
VALDIRENE RIBEIRO DE SOUZA FALCAO	PALESTRA SEQUESTRI E DELLE CONFISCHE DEI BENI
DINAMENE NASCIMENTO NUNES	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
ETIENE COELHO MARTINS	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
FABIO KAIUT NUNES	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
FERNAO POMPEO DE CAMARGO	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
JOSE DENILSON BRANCO	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
MARILAINÉ ALMEIDA SANTOS	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
PAULO SERGIO DOMINGUES	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
RAPHAEL JOSE DE OLIVEIRA SILVA	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
RENATO CAMARA NIGRO	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
ROSANA FERRI	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3
SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE	FORMAÇÃO DE FORMADORES- FOFO NÍVEL 1 MÓDULO 1-TURMA 3



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

